COORDENAÇÃO
FABIANO TÁVORA

PORTUGUÊS

RITACY AZEVEDO

ATUALIZADO
ATÉ O CONCURSO
DO IRBR DE 2015

SUMÁRIO

AUTORA

Ritacy Azevedo

Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação do ensino pré-universitário no Ceará há 21 anos, com curso próprio de Português e Redação para vestibulandos e outros concursandos. É formada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista no ensino de Literatura Brasileira no Ensino Médio pela mesma universidade e Mestra em Letras pela Universidade Federal do Ceará.

Coordenador

Fabiano Távora

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - Turma do Centenário - 2003. Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (FGV) - 2005. Mestre em Direito dos Negócios pelo Ilustre Colégio de Advogados de Madri (ICAM) e pela Universidade Francisco de Vitória (UFV) - 2008. Mestre em Direito Constitucional aplicado às Relações Econômicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - 2012. Advogado. Diretor-geral do Curso Diplomata - Fortaleza/CE. Foi Coordenador do único curso de graduação em Relações Internacionais do Estado do Ceará, pertencente à Faculdade Stella Maris. Professor de Direito Internacional para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Professor de Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito do Comércio Exterior e Direito Constitucional em cursos de graduação e pós-graduação.

PREFÁCIO*

Dez anos atrás, recebi a notícia de que havia sido aprovado no concurso do Instituto Rio Branco para a carreira diplomática. Era difícil acreditar que meu nome estava na lista de aprovados, que o meu antigo sonho tornara-se realidade. Aquele momento deu-me a impressão de ser um divisor de águas, o primeiro passo da carreira que por tantos anos me fascinara.

Hoje, percebo que o primeiro passo para a carreira diplomática havia sido dado em um momento anterior, quando comecei meus estudos de preparação para o concurso. A preparação para a carreira diplomática exige o desenvolvimento da capacidade de analisar politicamente a combinação de diferentes fatores da sociedade. Essa capacidade pode ser adquirida pela leitura atenta de diferentes pensadores e exposição a diferentes manifestações artísticas, o que requer uma caminhada de constantes descobertas.

Essa caminhada é feita em direção às mais profundas e fundamentais características da sociedade brasileira, percorrendo a longa estrada que lentamente mostra as cores que delineiam o multifacetado cenário que é o Brasil. A preparação para a carreira diplomática requer este (re)encontro com o Brasil, este momento em que o futuro diplomata reflete sobre seu país e sobre seu povo. Eu diria que o processo de preparação é uma caminhada para dentro.

Ao caminhar em direção às profundezas do Brasil, o futuro diplomata se defrontará com perspectivas históricas, geopolíticas, econômicas e jurídicas da realidade brasileira que lhe proporcionarão o arcabouço intelectual para sua contínua defesa dos interesses do Brasil e do povo brasileiro no exterior. Essa observação de quem somos como povo e como país é fundamental para o trabalho cotidiano dos diplomatas brasileiros, principalmente porque também pressupõe as relações do Brasil com outros países. Ao compreender a história política externa brasileira, o candidato poderá perceber características do Brasil que explicam como o país percebe sua inserção no mundo.

É interessante notar que essa caminhada para dentro é o início de uma carreira feita para fora, em contato com o mundo. Os diplomatas são os emissários que também contam para o mundo o que é o Brasil e o que é ser brasileiro. A aprovação no concurso do Instituto Rio Branco não é, portanto, o primeiro passo da carreira. É o momento em que a caminhada para dentro do Brasil se completou e passa a ser uma viagem para fora, para relatar ao mundo o que nós somos e o que pensamos.

Devo confessar que a minha caminhada foi bem difícil. Quando comecei a me preparar para o concurso, poucas cidades brasileiras tinham estruturas que guiassem os estudos dos candidatos para o concurso. Apesar de ter certeza de que nunca nenhuma leitura é inútil, estou certo de que a imensidão de pensadores e artistas que conformam o pensamento brasileiro é difícil de ser abordada no momento de preparação para o concurso. Lembro-me de que sempre busquei obras que me guiassem os estudos, mas não tive a sorte de naquele momento haver publicações neste sentido.

Foi com muita alegria que recebi o convite para escrever sobre minha experiência pessoal como jovem diplomata brasileiro em uma coleção que ajudará na caminhada preparatória dos futuros diplomatas. Esta coleção ajudará meus futuros colegas a seguir por caminhos mais rápidos e seguros para encontrar o sentido da brasilidade e a essência do Brasil. Congratulo-me com a Editora Saraiva, com os autores e com o organizador da coleção, Fabiano Távora, pela brilhante iniciativa e pelo excelente trabalho.

Aos meus futuros colegas diplomatas, desejo boa sorte nessa caminhada. Espero que se aventurem a descobrir cada sabor deste vasto banquete que é a brasilidade e que se permitam vivenciar cada nota da sinfonia que é o Brasil. Espero também que possamos um dia sentar para tomar um café e conversar sobre o que vimos e, juntos, contar aos nossos amigos de outros países o que é o Brasil.

Pequim, novembro de 2014.

Romero Maia

APRESENTAÇÃO**

Indubitavelmente, o concurso para o Instituto Rio Branco, uma das escolas de formação de Diplomatas mais respeitadas do mundo, é o mais tradicional e difícil do Brasil. Todos os anos, milhares de candidatos, muito bem preparados, disputam as poucas vagas que são disponibilizadas. Passar nessa seleção não é só uma questão de quem estuda mais, envolve muitos outros fatores.

Depois de muito observar essa seleção, nasceu a ideia de desenvolver um projeto ímpar, pioneiro, que possibilitasse aos candidatos o acesso a uma ferramenta que os ajudasse a entender melhor a banca examinadora, o histórico dos exames, o contexto das provas, o grau de dificuldade e aprofundamento teórico das disciplinas, de forma mais prática. Um grupo de professores com bastante experiência no concurso do IRBr formataria uma coleção para atender a esse objetivo.

Os livros foram escritos com base nos editais e nas questões dos últimos 13 anos. Uma análise quantitativa e qualitativa do que foi abordado em prova foi realizada detalhadamente. Cada autor tinha a missão de construir uma obra que o aluno pudesse ler, estudar e ter como alicerce de sua preparação. Sabemos, e somos claros, que nenhum livro consegue abordar todo o conteúdo programático do IRBr, mas, nesta coleção, o candidato encontrará a melhor base disponível e pública para os seus estudos.

A Coleção Diplomata é composta dos seguintes volumes: Direito internacional público; Direito interno I - Constituição, organização e responsabilidade do Estado brasileiro; Direito interno II - Estado, poder e direitos e garantias fundamentais (no prelo); Economia internacional e brasileira (no prelo); Espanhol (no prelo); Francês (no prelo); Geografia I - Epistemologia, política e meio ambiente; Geografia II - Geografia econômica; História do Brasil I - O tempo das Monarquias; História do Brasil II - O tempo das Repúblicas; História geral; Inglês; Macroeconomia; Microeconomia; Política internacional I - A política externa brasileira e os novos padrões de inserção no sistema internacional do século XXI; Política

internacional II - Relações do Brasil com as economias emergentes e o diálogo com os países desenvolvidos; Português.

Todos os livros, excetuando os de língua portuguesa e inglesa, são separados por capítulos de acordo com o edital do concurso. Todos os itens do edital foram abordados, fundamentados numa doutrina ampla e atualizada, de acordo com as indicações do IRBr. Os doutrinadores que mais influenciam a banca do exame foram utilizados como base de cada obra. Junte-se a isso a vivência e a sensibilidade de cada autor, que acumula experiências em sala de aula de vários locais (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Teresina...).

Cada livro, antes da parte teórica, apresenta os estudos qualitativos e quantitativos das provas de seleção de 2003 até 2015. Por meio de gráficos, os candidatos têm acesso fácil aos temas mais e menos cobrados para o concurso de Diplomata. Acreditamos que esse instrumento é uma maneira inteligente de entender a banca examinadora, composta por doutrinadores renomados, bastante conceituados em suas áreas.

No final de cada livro, os autores apresentam uma bibliografia completa e separada por assunto. Assim, o candidato pode ampliar seus conhecimentos com a segurança de que parte de uma boa base e sem o percalço de ler textos ou obras que são de menor importância para o concurso.

As questões são separadas por assunto, tudo em conformidade com o edital. Se desejar, o aluno pode fazer todas as questões dos últimos anos, de determinado assunto, logo após estudar a respectiva matéria. Dessa forma, poderá mensurar seu aprendizado.

Portanto, apresentamos aos candidatos do IRBr, além de uma coleção que apresenta um conteúdo teórico muito rico, bastante pesquisado, uma verdadeira e forte estratégia para enfrentar o concurso mais difícil do Brasil. Seguindo esses passos, acreditamos, seguramente, que você poderá ser um DIPLOMATA.

Fortaleza, 29 de julho de 2015.

Fabiano Távora

INCIDÊNCIA DE CONTEÚDOS NAS PROVAS PARA DIPLOMATA - IRBr - 2003 a 2015

Em geral, uma mesma questão de Português do Instituto Rio Branco explora mais de um conteúdo dessa disciplina. Um item pode exigir do candidato conhecimentos diferentes de dois, três ou mais conceitos e normas gramaticais e a percepção de mais de um aspecto semântico.

Assim, naturalmente, o número de conteúdos e aspectos contemplados pelos elaboradores das provas avaliadas supera o de questões e de itens. Alertamos o aluno para ter atenção máxima, visto que precisará acessar simultaneamente conhecimentos diversos.

Dividimos conteúdos e aspectos que incidiram nas provas em três partes: gramática, estudo de texto e historiografia literária. Apontamos o número de incidências de cada um deles, bem como o de suas divisões. Procuramos organizar esses resultados na mesma ordem de disposição em que apresentamos os conteúdos. Esperamos que você aproveite bem todas as orientações e que seus estudos sejam objetivos e aprofundados. Atente para o quadro a seguir e, depois disso, para algumas observações.

Incidência de conteúdos nas provas para Diplomata - IRBr - 2003 a 2015

Provas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número de itens avaliados na prova	30	30	62	89	88	60	65	64	57	58	60	56	56
Número de raciocínios exigidos	32	31	63	89	89	58	65	68	73	83	71	72	72

Parte 1: Gramática - Ortografia e Morfossintaxe	12	13	35	32	35	21	29	24	18	37	23	30	25
Seção 1 - Ortografia	2	5	10	8	12	-	5	1	4	3	2	5	6
Emprego das letras	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Emprego do hífen	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Emprego dos acentos	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros recursos gráficos	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	0	0	0
Pontuação	2	3	10	5	11	0	4	1	4	1	2	4	6
Seção 2 - Morfossintaxe	10	8	25	24	23	21	24	23	14	34	21	25	19
Classes gramaticais: identificação, flexão, emprego e colocação	5	4	4	11	15	6	9	6	3	11	8	11	4
Elementos	0	0	2	1	0	3	0	4	1	1	0	0	3

mórficos e processos de formação de palavras													
Análise sintática: funções, orações, transitividade, colocação	5	2	11	8	8	6	12	9	9	17	11	12	6
Concordâncias verbal e nominal	0	1	3	1	0	0	2	1	1	2	1	1	1
Regências verbal e nominal	0	1	4	1	0	5	1	2	0	3	1	1	3
Crase	0	0	1	2	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Parte 2: Estudo de texto	20	18	28	57	54	37	36	44	55	46	48	42	47
Coerência, coesão e referência textual	4	2	3	5	1	3	3	3	7	5	4	3	3
Compreensão, análise de texto,	15	16	21	48	46	29	28	31	31	35	42	36	36

vocabulário, gêneros													
Os elementos da comunicação, a linguagem e suas funções	0	0	1	0	5	0	1	1	2	0	0	2	1
Variações linguísticas	0	0	0	0	0	5	0	2	0	1	0	0	1
Denotação e conotação	0	0	0	0	0	0	0	6	10	1	1	0	3
Estilos direto, indireto e indireto livre	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	1
Figuras e vícios de linguagem	0	0	3	4	2	0	3	1	5	2	1	1	2
Literatura	0	0	3	1	0	0	0	2	0	0	0	4	0

OBSERVAÇÕES RELEVANTES

1. Apenas nas provas de 2003 e 2005, a Gramática teve maior incidência que o estudo de texto.

2. Quanto à incidência gramatical, percebe-se que a morfossintaxe supera significativamente a ortografia e que, quando esta é contemplada, é a pontuação que lidera, e não a grafia das letras, a acentuação ou qualquer outro aspecto.

3. A Historiografia Literária não será objeto de nosso estudo, pois, embora tenha incidido nas provas de 2003, 2006 e 2010, tal incidência foi mínima. Além disso, a

Historiografia não faz parte das indicações dos editais. Acreditamos que, de posse da leitura das obras recomendadas em cada edital, bem como dos conhecimentos históricos e culturais que esperamos de quem se propõe à Diplomacia, o candidato não precise tecer um longo estudo literário para a ínfima cobrança. Seria desperdiçar seu valioso tempo de estudo.

4. A Fonologia foi contemplada timidamente na prova de 2003 e, como a Historiografia Literária, não consta do edital. Também não consideramos interessante nos atermos a ela.

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES POR ANO***

PARTE 1: GRAMÁTICA - ORTOGRAFIA E MORFOSSINTAXE

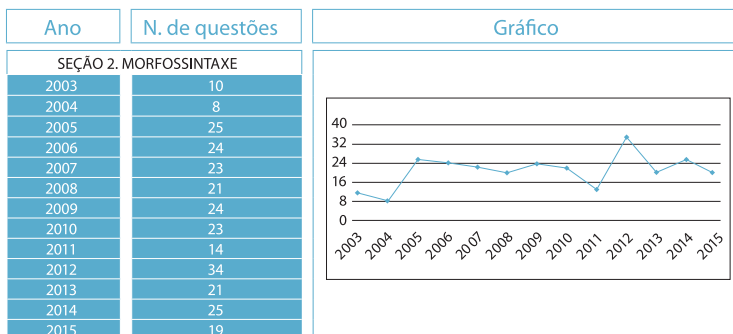
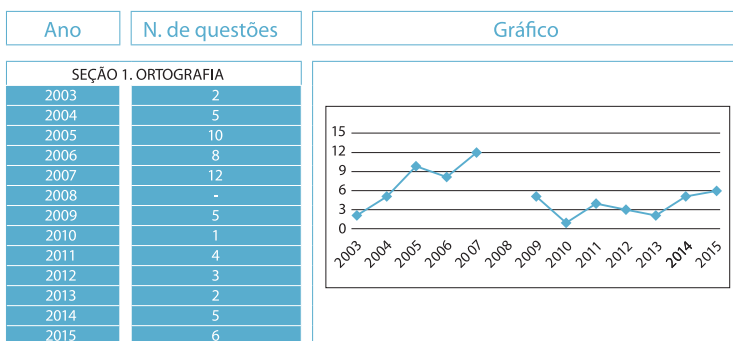
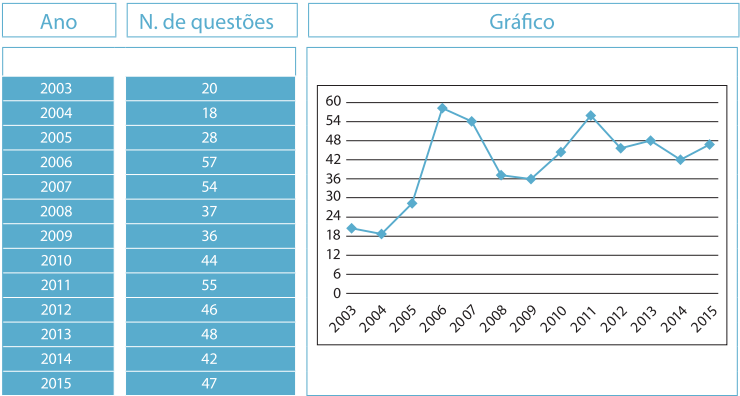
SEÇÃO 1. ORTOGRAFIA

Ano	N. de questões
2003	2
2004	5
2005	10
2006	8
2007	12
2008	-
2009	5
2010	1
2011	4
2012	3
2013	2
2014	5
2015	6

SEÇÃO 2. MORFOSSINTAXE

Ano	N. de questões
2003	10
2004	8
2005	25
2006	24
2007	23
2008	21
2009	24
2010	23
2011	14
2012	34
2013	21
2014	25
2015	19

PARTE 2: ESTUDO DE TEXTO

Ano	N. de questões
2003	20
2004	18
2005	28
2006	57
2007	54
2008	37
2009	36
2010	44
2011	55
2012	46
2013	48
2014	42
2015	47

PARTE 1
GRAMÁTICA - Ortografia e Morfossintaxe

SEÇÃO 1

ORTOGRAFIA

1. Emprego das Letras, do Trema, do Hífen e do Apóstrofo/Separação de Sílabas

Algumas regras serão aqui fornecidas. No entanto, embora bastante úteis, não são suficientes para que se obtenha o domínio da Ortografia, o que depende bem mais do exercício da leitura. Dividimo-las em seções, procedimento didático que o(a) ajudará.

1.1 S/SS/Ç

Se um verbo terminar em TER, TIR, DER, DIR, MIR, escreva:

• ss no substantivo cognato, entre vogais, se a terminação citada não permanecer. Exemplo: permitir - permissão.

• s no substantivo cognato, depois de consoante, se a terminação citada não permanecer. Exemplo: inverter - inversão.

• ç no substantivo cognato, se a terminação citada permanecer. Exemplo: sumir - sumiço.

Se um verbo não terminar em TER, TIR, DER, DIR, MIR e se não já trouxer s em seu radical, escreva ç no substantivo cognato. Exemplo: excetuar - exceção.

1.2 S/Z

Use s:

• depois de ditongo. Exemplos: causa, coisa.

• em substantivos cognatos de verbos terminados em -nder e -ndir. Exemplos: prender - prisão/fundir - fusão.

• em substantivos concretos derivados de outros concretos. Exemplo: montanha - montanhês.

• em títulos nobiliárquicos. Exemplos: duquesa, marquês.

• em adjetivos pátrios. Exemplos: chinês, dinamarquesa.

• em palavras derivadas de outras que contêm s. Exemplos: friso - frisar/análise - analisar. Exceções: batizar, exorcizar, catequizar, hipnotizar, sintetizar, dúzia e cognatas, treze e cognatas.

• nos sufixos -ase, -ese, -ise, -ose, -oso(a). Exemplos: análise, exegese, eletrólise, osmose, generoso(a).

Use z:

• em substantivos abstratos derivados de adjetivos. Exemplos: belo - beleza; rígido - rigidez.

• em palavras derivadas de outras que não contêm s. Exemplos: civil - civilizar; mover - mobilizar.

1.3 E/I-G/J-X/CH

Use i na conjugação de verbos terminados em -uir. Exemplos: possuir - possuis, possui; obstruir - obstruis, obstrui.

Use g em terminações ágio, égio, ígio, ógio, úgio, gem. Exemplos: contágio, colégio, litígio, relógio, refúgio. Exceções: pajem, lajem (ou laje), lambujem (no sentido de “prêmio”), viajem (verbo).

Use x depois de ditongo, en ou me. Exemplos: caixa, enxerido, mexer. Exceções: mecha (é), caucho (e derivados), enchova (ou anchova), derivados de outras palavras que contêm ch, como encher, derivada de cheio.

Use i nos radicais das formas rizotônicas quando o infinitivo terminar em -ear. Exemplos: cear - ceio/frear - freie.

Observação: As formas “ceio” e “freie” são rizotônicas porque as suas vogais tônicas incidem nos radicais “ce” e “fre”, os quais antecedem a vogal temática “a”, que indica a primeira conjugação verbal.

1.4 ERROS DE GRAFIA COMUNS

Observe as palavras a seguir. Elas costumam ter sua grafia errada.

- frustração
- estupro
- habitante
- talvez
- através
- consciente
- perspectiva
- necessário
- preciso
- fácil
- próprio
- difícil
- perturbar
- adolescente
- levaram, foram → última sílaba átona
- levarão, irão → última sílaba tônica

Atente para:

1. ao encontro de = junção, união, concordância.

2. de encontro a = oposição, choque, discordância.

3. por isso (sempre em dois vocábulos).

4. de repente (sempre em dois vocábulos).

Atente também para:

- as homônimas, as parônimas e as formas variantes e saiba empregá-las nos diversos contextos.

1.5 Palavras homônimas e parônimas

1.5.1 Homônimas

Palavras de mesma pronúncia e/ou mesma grafia com significados distintos. As homônimas podem ser:

• homógrafas heterofônicas (ou homógrafas) - são as palavras iguais na escrita e diferentes na pronúncia. Exemplos: gosto (substantivo) - gosto (1.ª pess. sing. pres. ind. - verbo gostar); conserto (substantivo) - conserto (1.ª pess. sing. pres. ind. - verbo consertar).

• homófonas heterográficas (ou homófonas) - são as palavras iguais na pronúncia e diferentes na escrita. Exemplos: cela (substantivo) - sela (verbo)/cerrar (verbo) - serrar (verbo).

• homófonas homográficas (ou homônimos perfeitos) - são as palavras iguais na pronúncia e na escrita. Exemplos: cura (verbo) - cura (substantivo)/manga (fruta) - manga (parte da roupa).

1.5.2 Palavras parônimas

Palavras de escrita e pronúncia apenas parecidas com significados diferentes. Exemplos: despensa/dispensa.

1.5.3 Formas variantes

São variações aceitas de uma mesma palavra, ou seja, têm o mesmo significado. Exemplos: xérox - xerox/réptil - reptil/projétil - projetil/safári - safari/autópsia - autopsia.

1.5.4 Homônimas e parônimas frequentemente confundidas

• há = faz/Existe(m)/Ocorre(m)

• mas = porém

• mais (adição ou intensidade)

• mau = contrário de “bom”

• má = contrário de “boa”

• mal = contrário de “bem”; = malefício, maldade

• onde = para indicar espaço

• aonde = para indicar espaço = a (preposição) + onde

• acerca de = sobre

• há cerca de = Faz cerca de/Existe(m), ocorre(m) cerca de

• a cerca de = A aproximadamente... (para indicar distância)

• porquê = motivo

• por que = por qual (is), pelo(s) qual(is), pela(s) qual(is) por qual(is) motivo(s). Observação - Se anteceder sinal de pontuação, o “por que” deve receber um circunflexo.

• porque = conjunção causal ou explicativa

• ratificar = confirmar

• retificar = consertar

• despercebido = aquilo que não é percebido/aquele que não percebe algo

• desapercebido = desprovido

• despensa = espaço para armazenamento de víveres

• dispensa = ato de dispensar

• sessão = reunião

- seção = parte, departamento
- cessão = doação
- infligir = aplicar
- infringir = desrespeitar
- vultoso = grande, relevante
- vultuoso = protuberante, inchado
- fragrante = cheiroso
- flagrante = descoberto no ato
- imigrar = entrar em
- emigrar = sair de
- incipiente = iniciante
- insipiente = ignorante, sem conhecimento de
- passo = verbo “passar” ou substantivo cognato
- paço = palácio

1.6 Regras do emprego das minúsculas e maiúsculas (designações adaptadas do AOLP de 2008)

1.6.1 Quando a letra minúscula inicial é usada

a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.

b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.

c) Nos bibliónimos/bibliônimos (nomes de livros): após o primeiro elemento, que é iniciado com maiúscula, os demais vocábulos podem ser escritos com minúscula ou maiúscula, salvo nos nomes próprios neles contidos, tudo em grifo, quando será usada obrigatoriamente maiúscula: Menino de engenho ou Menino de Engenho.

d) Nos usos de “fulano”, “sicrano”, “beltrano”.

e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): norte, sul.

f) Nos axiónimos/axiônimos (formas corteses de tratamento ou expressões de reverência) e hagiónimos/hagiônimos - o mesmo que hierónimo ou hierônimo - (designações comuns aos nomes sagrados e aos nomes próprios referentes a crenças de quaisquer religiões) - opcionalmente, neste caso, também com maiúscula: senhor doutor Joaquim da Silva, Senhor Doutor Joaquim da Silva, santa Filomena, Santa Filomena.

g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).

1.6.2 Quando a letra maiúscula inicial é usada

a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques, Branca de Neve, D. Quixote.

b) Nos topónimos/topônimos (nomes próprios de lugares), reais ou fictícios: Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.

c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Neptuno/Netuno.

d) Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.

e) Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.

f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: O Primeiro de Janeiro, O Estado de São Paulo (ou S. Paulo).

g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países, Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático.

Observação: Este item “g” entra em confronto com o item “e” do primeiro tópico. Compreendemos que a letra minúscula deva ser usada quando a palavra apenas indicar direção, mas não quando indicar um dos pontos cardeais, a não ser que haja em seguida o adjunto adnominal: “Foi ao norte da França”. Não quisemos, porém, suprimir deste livro o item constante do Acordo.

h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H2O, Sr., V. Exª.

i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista),

de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).

Observação: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

1.6.3 Regras complementares[1]

1. Use maiúscula no início de frases, versos ou citações diretas: “De tudo ao meu amor serei atento” (V. Moraes).

2. Use maiúscula nos nomes de eventos sociais reconhecidamente relevantes para instituições, bairros, cidades etc., bem como nos de datas comemorativas e de festas religiosas: I Semana do Livro do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, IX Encontro dos Filhos de Coreaú, Dia das Mães, Dia dos Namorados, V Expocrato, III Bienal de Fortaleza, Dia Internacional da Mulher, Natal, Páscoa, Quaresma.

Observação: Nas festas pagãs, use minúsculas: carnaval.

3. Use maiúscula nos nomes de altos cargos, dignidades ou postos empresariais, políticos, religiosos: Diretor de Planejamento, Ministro da Saúde, Presidente da República, Cardeal, Papa.

4. Use maiúscula nos nomes de instituições representativas dos três Poderes e nos destes próprios: Presidência da República, Senado, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional, Governo Federal, Governo do Estado, Município (não como espaço geográfico), Prefeitura, Secretaria de Finanças, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, a Justiça, Câmara dos Deputados, Câmara dos Vereadores.

5. Use maiúscula nos nomes de fatos históricos (grandes eras, épocas e datas, notáveis acontecimentos e empreendimentos públicos): Idade Antiga, Segunda Guerra, Diretas Já; Independência, Sete de Setembro.

6. Use maiúscula nos nomes que designam altos conceitos religiosos, políticos ou nacionalistas: Igreja, Nação, Estado, União (entidades abstratas).

7. Use maiúscula nos tratamentos de reverência ou para demonstração de apreço: D. (Dom ou Dona); Sr. (senhor), Excelentíssimo Senhor Presidente da República, V. M. (Vossa Majestade), minha distinta Diretora, caro Doutor.

Observação: Em nomes de formação profissional, use minúscula: professor, engenheiro, médico, advogado.

8. Use maiúscula nos nomes de documentos que designem atos federais, estaduais, municipais e outros: Lei n. 250/97, Decreto n. 944/88.

9. Use maiúscula nos nomes de departamentos, seções, coordenações: Diretoria, Superintendência, Portaria, Almoxarifado, Setor de Pessoal, Protocolo, Coordenação do Ensino Médio, Centro de Humanidades, Coordenação do Curso de Letras.

1.6.4 Das assinaturas e firmas

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome. Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

1.7 A supressão do trema

O trema se manterá apenas em palavras estrangeiras e suas derivadas. Portanto: Müller, mülleriano; mas: linguiça, tranquilo. Observação: A pronúncia do “u” átono continuará a ser exigida nas palavras que contiveram o trema até 2008.

1.8 Uso do hífen no Brasil desde 2009

1.8.1 Quando o hífen permanece

• Se a palavra após um prefixo se iniciar por “h”. Exemplos: anti-higiênico, proto-história, sobre-humano, ultra-humano... Exceções (com os prefixos “sub”, “des” e “in”): subumano, subumanidade, desumano, inábil.

Observação: Também podemos grafar sub-humano.

• Com os prefixos circum e pan antes de “m”, “n” e vogal. Exemplos: circum-navegação, pan-americano.

• Com os prefixos recém, aquém, ex, sem, além, pré, pós, pró (estes três se acentuados graficamente), vice, soto. Processo mnemônico: O recém-nascido mora aquém-mar. A ex-babá, sem-teto, mora além-mar. Os pais fazem pré-vestibular, e os avós fazem pós-graduação pró-saúde do bebê com o vice-reitor e o soto-mestre.

• Com os sufixos tupi-guarani: açu, guaçu e mirim. Exemplos: amoré-guaçu, anajá-mirim, capim-açu.

• Para combinar palavras que formam apenas encadeamentos vocabulares, e não propriamente vocábulos. Exemplos: ponte Rio-Niterói, eixo Rio-São Paulo.

• Nos topônimos iniciados pelos adjetivos grão e grã, por verbos ou por elementos que contenham artigos. Exemplos: Grã-Bretanha, Santa Rita do Passa-Quatro, Baía de Todos-os-Santos.

• Nos compostos com os advérbios mal ou bem em uma unidade sintagmática e semântica e o segundo elemento começa por vogal ou “h”. Exemplos: bem-estar, mal-estar, bem-humorado, mal-humorado, bem-aventurado.

Observação: Quando o segundo elemento começa por consoante e é ligado ao advérbio “bem”, às vezes há hífen: bem-nascido, bem-criado.

• Nas palavras compostas que não contêm elemento de ligação, constituem unidades sintagmáticas e semânticas e mantêm acentos próprios. Exemplos: ano-luz, azul-escuro, médico-cirurgião, conta-gotas, guarda-chuva, segunda-feira, tenente-coronel.

• Com o prefixo sub antes de palavra iniciada por “r” (para que não se altere a pronúncia da palavra). Exemplos: sub-raça, sub-região, sub-reptício.

• Nos compostos que designam espécies botânicas e zoológicas. Exemplos: couve-flor, erva-doce, formiga-branca, bem-te-vi.

• Na união de pronomes oblíquos e verbos. Exemplos: Leva-se, pensar-se-ia.

• Na separação de palavras em fim de linha. Exemplo: Contro-le.

• Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata. Exemplos: ex- -alferes, serená- -los-emos ou serená-los- -emos, vice- -almirante, o diretor recebeu os ex- -alunos, conta- -se.

1.8.2 Quando o hífen passa a existir

• Em todos os compostos em que o prefixo termina na mesma vogal ou na mesma consoante que inicia a palavra a que se liga. Exemplos: contra-ataque, micro-ondas, inter-regional, sub-bibliotecário. Exceção: Quando o prefixo é o “co”. Exemplo: coordenar.

• Nas formações com os prefixos hiper-, inter- e super-, quando combinados com elementos iniciados por “r”. Exemplos: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.

1.8.3 Quando não se usa mais o hífen

• Quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por “r” ou “s”. Essas consoantes devem duplicar-se. Exemplos: antessala, autorretrato, contrassenha, ultrarromântico.

• Quando o segundo elemento se inicia por vogal diferente da que finaliza o prefixo. Exemplos: autoaprendizagem, semiaberto, neoimpressionista, contraindicação.

• Em compostos em que se perdeu a noção de composição. Exemplos: mandachuva, paraquedas, paraquedista, paralama, parabrisa, parachoque, paravento.

• Em locuções de quaisquer tipos. Exemplos: sala de jantar, café com leite, à vontade, ele próprio, abaixo de, a fim de que. Exceções: Em algumas locuções já consagradas pelo uso: água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao-deus-dará, à queima-roupa.

1.9 Uso do apóstrofo

1. Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto. Exemplos: d'Os Lusíadas, d'Os Sertões; n'Os Lusíadas, n'Os Sertões; pel'Os Lusíadas, pel'Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas etc.

Observação: As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição a com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos. Exemplos: a A Relíquia, a Os Lusíadas ("...importância atribuída a A Relíquia."; "...recorro a Os Lusíadas."). Observação: Em tais casos, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = à, a Os = aos etc.

2. Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, tu'A, t'A, lh'A, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência etc. Exemplos: Confiamos n'O que nos salvou; Esse milagre m'O revelou; Está n'Ela a nossa esperança; Pugnemos pel'A que é nossa padroeira.

Observação: À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição a com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: a O, a Aquele, a Aquela (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a O = ao, a Aquela = àquela etc.). Exemplos: Peço graças a O que tudo pode, a Aquela que nos protege.

3. Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas santo e santa a nomes do hagiológio, quando importa representar a elisão das vogais finais o e a: Sant'Ana, Sant'Iago etc. É, pois, correto escrever: Calçada de Sant'Ana. Rua de Sant'Ana; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago. Mas, se as ligações deste gênero, como é o caso destas mesmas Sant'Ana e Sant'Iago, tornam-se perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: Santana de Parnaíba. Em paralelo com a grafia Sant'Ana e congêneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um “o” final: Nun'Álvares, Pedr'Eanes.

Observação: Note-se que, nos casos referidos, as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares etc.

4. Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do “e” da preposição “de”, em combinação com substantivos. Exemplos: horda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, paud'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.

5. Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições “de” e “em” com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas nem com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nos itens 1 e 2). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

I) do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);

II) no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro,

nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalguém.

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutrora; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.

Observação 1: De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial de ora avante como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: doravante.

Observação 2: Quando a preposição “de” se combina com as formas articulares ou pronominais “o”, “a”, “os”, “as” ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o fato de o conhecer; por causa de aqui estares.

1.10 Regras de divisão silábica

1. Toda sílaba, obrigatoriamente, possui uma vogal.

2. Não se separam ditongos nem tritongos. Exemplos: mau, a-ve-ri-guou.

3. Separam-se as letras que representam os hiatos. Exemplos: sa-í-da, vo-o.

4. Separam-se somente os dígrafos rr, ss, sc, sç, xc. Exemplos: pas-se-a-ta, car-ro, ex-ce-to.

5. Separam-se os encontros consonantais pronunciados separadamente (imperfeitos). Exemplos: car-ta, costa.

6. Os elementos mórficos das palavras (prefixos, radicais, sufixos), quando incorporados à palavra, obedecem às regras gerais. Exemplos: de-sa-ten-to, bi-sa-vô, tran-sa-tlân-ti-co.

7. Consoante não seguida de vogal permanece na sílaba anterior. Quando isso ocorrer em início de palavra, a consoante se anexa à sílaba seguinte. Exemplos: ad-je-ti-vo, tungs-tê-nio, psi-có-lo-go, gno-mo.

2. Emprego dos Acentos (Acentuação Gráfica no Brasil desde 2009)

Muitas das normas anteriores ao Acordo de 1990 permanecem. O que tivemos que admitir desde janeiro de 2009 está sendo destacado neste material, bem como o que foi suprimido.

2.1 Proparoxítonas

Continuam acentuando-se sempre. Exemplos: profético, máximo, cívico, ínterim.

Observação: Se o e ou o o no final da sílaba tônica anteceder a consoante m ou n, poderá receber acento agudo ou acento circunflexo indiferentemente. Exemplos: cênico ou cénico/cômico ou cómico/cônego ou cónego.
Observação: No Brasil, predominará, indubitavelmente, o circunflexo, o qual era o único usado até 2008 nesses casos.

2.2 Ditongos abertos tônicos

Continuam sendo acentuados, o que nos facilita o conhecimento da pronúncia de muitas palavras. Isso só não mais ocorrerá em palavras paroxítonas. Exemplos: réu (monossílaba), anéis (oxítona). Mas: estoico (paroxítona).

2.3 Monossílabas tônicas

Continuam sendo acentuadas as terminadas em a(s), e(s), o(s) e as terminadas em ditongo aberto (éi, éu, ói), seguidas ou não de s. Exemplos: trás, Zé, só, réis, réu, sóis.

2.4 Oxítonas

Continuam sendo acentuadas as terminadas em a(s), e(s), o(s), em, ens e as terminadas em ditongo aberto (éi, éu, ói), seguidas ou não de s. Exemplos: cajá, boné, vovós, amém, reféns, anéis, troféus, lençóis.

2.5 Paroxítonas

Continuam sendo acentuadas as terminadas em formas diferentes de a(s), e(s), o(s), em, ens (em oposição às oxítonas), as terminadas em ão e em ã e as terminadas em ditongo. Exemplos: látex, vírus, fórceps, lápis, hífen, elétron, mártir, fácil, órfão, órfã, níveis, Márcio.

2.6 Acentos diferenciais

2.6.1 Acentos facultativos

• Na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, quando esta coincide com a do presente do mesmo modo. Exemplos: comprámos, compramos, levámos, levamos.

• Na primeira pessoa do plural do imperativo - para diferenciar-se da do pretérito perfeito do indicativo: demos.

• No substantivo “fôrma”/“forma”.

2.6.2 Acentos que continuam obrigatórios

• Na forma verbal pôde (pretérito perfeito do indicativo - para diferenciar-se do presente)

• No infinitivo pôr (verbo - para diferenciar-se da preposição)

• Na terceira pessoa do plural do presente do indicativo e na segunda pessoa do singular do imperativo afirmativo “tu” dos verbos “ter” e “vir”.

2.6.3 Acentos suprimidos em todos os casos

Foram suprimidos das seguintes palavras, em quaisquer de seus significados e classes gramaticais: “para”, “pelo”, “pela”, “polo”, “pera”.

2.7 Acentuação de vogais tônicas de hiatos

2.7.1 Do I e do U

O I e o U tônicos do hiato serão acentuados quando:

I. forem as segundas vogais do próprio hiato;

II. estiverem seguidos ou não apenas de s na sílaba;

III. não antecederem nh;

IV. não vierem depois de ditongo em palavra paroxítona (exigência a partir do Acordo). Exemplos: raízes, saúde.

2.7.2 Do O e do E dobrados

O O e o E perderam seus acentos como primeiras vogais dobradas de hiatos. Exemplos: voo - zoo - creem - leem - deem - veem.

2.8 Arguir e Redarguir

Os dois verbos não têm acento agudo no u nas formas em que esta vogal é tônica (rizotônicas). Exemplos: arguo, arguis, argui, argúem, redarguo, redarguis, redargui, redarguem.

2.9 Verbos como aguar, enxaguar, desaguar, delinquir, apaziguar e averiguar

Possuem dois paradigmas. É correto optar por qualquer dos dois:

• ter o u pronunciado tônico nas formas rizotônicas, mas sem acento gráfico. Exemplos: apaziguo, enxaguo, delinquo.

• ter acento tônico e gráfico no a ou no i. Exemplos: apazíguo, enxáguo, delínquo.

3. Pontuação

3.1 Sinais de pontuação

Os sinais de pontuação têm uma tríplice função:

• assinalam pausas e inflexões da voz;

• separam palavras, expressões e orações que se devam destacar;

• ajudam a esclarecer os sentidos de frases.

3.2 VÍRGULA

3.2.1 Funções da vírgula entre os termos da oração

1. Separar termos coordenados. Exemplo: A poesia, a dança, a música alegram a vida.

Observação 1: Entre o penúltimo e o último desses termos, pode-se ter o "e" em vez da vírgula. Exemplo: A poesia, a dança e a música alegram a vida.

Observação 2: Se na enumeração estiver repetida uma das conjunções "e", "nem", "ou", usa-se ainda a vírgula entre os elementos coordenados. Exemplos: Abrem-se olhos, e bocas, e braços; "Nem eu, nem tu, nem ela, nem qualquer outra pessoa desta história poderia responder mais" (Machado de Assis); Por terra, ou por água, ou por ar, chegaremos lá.

2. Separar apostos, vocativos e topônimos. Exemplos: Pedro, o chefe do grupo, adiou a decisão./Ninguém, meu caro amigo, veio visitar-me./Fortaleza, 13 de agosto de 2007.

3. Indicar deslocamentos:

• do adjunto adverbial para o começo ou meio da oração a que pertence. Exemplo: Durante a reunião, foi escolhido o candidato.

Observação: Sendo o adjunto adverbial curto, a sua marcação por vírgula é facultativa. Os exemplos a que se tem acesso, no entanto, bem como as questões de prova, têm-nos feito constatar que a marcação do adjunto adverbial deslocado por vírgula não depende apenas da extensão dele, mas também das extensões do que lhe antecede e do que lhe sucede. Recomendamos que se leia a frase com atenção, atentando-se para a sua entonação. Exemplo: Sempre vem aqui. (Não há pausa possível. Assim, não se recomenda a vírgula.)

• da conjunção do início da oração para outras posições da estrutura. Exemplo: Maria saiu bonita; voltou, porém, desfigurada.

4. Indicar intercalações das seguintes expressões: “ou seja”, “isto é”, “a saber”, “por exemplo”, “aliás”, “ou melhor”, além disso, ou antes, outrossim, demais, com efeito etc. Exemplo: Ele só sai de casa depois da meia-noite, ou seja, em horário de ruas desertas.

5. Indicar que o verbo está oculto. Exemplo: Nós preferimos a Bahia, e vocês, o Rio.

6. Isolar elementos repetidos. Exemplo: Nada, nada disso eu falei.

3.2.2 Funções da vírgula entre as orações do período

1. Entre as orações coordenadas:

• para separar as assindéticas. Exemplo: Pulou o muro, correu pela rua, atravessou o terreno, escondeu-se no matagal;

• para separar as orações sindéticas conclusivas, explicativas, adversativas. Exemplos: Amo, logo insisto (conclusiva)./Esperava visita, mas ninguém chegou (adversativa)./Choveu, pois a rua está molhada (explicativa).

Observação 1: As sindéticas iniciadas por e separam-se por vírgula nos seguintes casos:

• se os sujeitos das orações forem diferentes. Ex.: Horácio praticou o furto, e eu fui punido.

• se houver repetição enfática do e: se houver polissíndeto. Isso também é válido para a conjunção nem. Ex.: João canta, e dança, e pula, e gargalha. João nem canta, nem dança, nem pula, nem gargalha.

• se o e significar mas. Ex.: Canta, e não dança.

Observação 2: As alternativas admitem vírgula quando se repetem. Ex.: Ou o conhece, ou não.

2. Entre as orações subordinadas:

• para separar as adverbiais sempre que iniciam o período. Quando não o iniciam, é preciso conferir se a pausa é possível. Exemplos: Quando a noite cai, todos saem à rua./Saiu quando o irmão chegou (pausa inexistente)./Sempre vai à praia com os amigos que moram nas proximidades de sua casa, mesmo quando está doente (pausa necessária).

• para separar as adjetivas explicativas: Exemplo: O leite, que é nutritivo, faz bem à saúde.

Observação: A intenção aqui não é especificar, escolher, diferenciar um tipo de leite de outros, mas sim falar do leite de forma genérica. Não há, pois, aqui uma oração adjetiva restritiva, mas uma adjetiva explicativa. Fixemos as informações a seguir: se não há restrição, há vírgula; se há restrição, não há vírgula.

Agora vejamos estes exemplos:

• Traga a minha bolsa que está sobre a mesa.

• Traga a minha bolsa, que está sobre a mesa.

Observação 1: No primeiro, que não contém vírgula antes do pronome relativo, há restrição. Assim, o emissor possui mais de uma bolsa no lugar, mas deseja apenas a que está sobre a mesa.

Observação 2: No segundo, que contém vírgula antes do pronome relativo, não há restrição. O emissor não sugere possuir mais de uma bolsa. Não está escolhendo uma de suas bolsas.

• para separar as orações adverbiais consecutivas, conforme recomenda o eminente Professor Rocha Lima. Tal pontuação, porém, não é referida por muitos gramáticos, e há os que a julguem facultativa. Exemplo: “(...) e o fulgor das pupilas negras fuzilava tão vivo e por vezes tão recobrado, que se tornava irresistível”.

• para separar as orações reduzidas que antecedem as principais, exceto se forem substantivas. Exemplos: Chegando o carregamento, avise-me./Terminada a conferência, todos discutiam as propostas./Ao formular seus argumentos, seja claro e conciso. Mas: É um mal para a saúde irritar-se facilmente (a segunda oração é sujeito da primeira: é substantiva subjetiva).

• para separar as orações intercaladas, que são separadas por vírgulas, duplo travessão ou parênteses. Exemplos: Queremos saber, disse ele, onde estão todos./A vida é - esclareceu ela - um ato de coragem./Ana era a responsável pelo incêndio (disso eu sempre soubera), o que não a fez sofrer punição alguma.

3.3 Ponto e vírgula

3.3.1 Funções do ponto e vírgula

1. Separar os diferentes itens de documentos, leis, enumerações, portarias, decretos etc. Exemplo: Consideram-se sujeitos à taxação: a) perfumes, cosméticos e produtos de toucador; b) bebidas fermentadas ou destiladas; c) artigos eletroeletrônicos; d) joias e casacos de pele.

2. Separar orações que mantêm simetria entre si. Exemplo: Quem não quer raciocinar é um fanático; quem não sabe raciocinar é um tolo; quem não ousa raciocinar é um escravo.

3. Separar trechos paralelos já marcados por vírgula no seu interior. Exemplo: Os populares, enfurecidos, exigiam providência; os policiais, porém, acalmaram os ânimos.

4. Separar enfaticamente passagens que se opõem. Exemplo: Ela é simpática; não ele.

3.4 Dois-pontos

3.4.1 Funções dos dois-pontos

1. Anunciar e introduzir uma citação. Exemplo: Disse Alexandre ao morrer: “Deixo o meu império ao mais digno”.

2. Preceder enumerações. Exemplo: Lembrava-se de tudo: do corredor, do quintal, da roupa branca ao vento, das árvores sem folhas.

3. Introduzir uma exemplificação ou um esclarecimento, evitando o uso do “pois”. Exemplo: Após dez anos, a mulher não desiste: acha que o marido está vivo.

3.5 Reticências

3.5.1 Funções das reticências

1. Indicar a interrupção da frase e demonstrar determinados estados emotivos. Exemplo: Lá fora as pessoas correm livres e sorridentes; aqui dentro, eu...

2. Fazer com que o leitor complete na imaginação o enunciado. Exemplo: O professor faltou, o que para ele foi uma pena, mas para nós...

3. Indicar que, numa citação, suprimiu-se algo. Exemplo: “... pra ver a banda passar...” (Chico Buarque).

3.6 Travessão

3.6.1 Funções do travessão

1. Indicar, no diálogo, a fala de cada personagem. Exemplo:

- Agora veja o melhor, gritou Berta.

- o quê?

- Alguém nos traiu.

2. Quando usado duplamente, separar intercalações ou explicações no meio da frase. Exemplo: O animal - apesar da forma desmedida - era arrastado pelas águas.

3.7 Parênteses

3.7.1 Função dos parênteses

1. Isolar uma reflexão, um comentário, uma explicação paralela. Exemplo: Finalizando, quero dizer-lhe que todos estão bem (se é que se pode estar bem numa época como esta) e mandam lembranças.

3.8 Aspas

3.8.1 Funções das aspas

1. Isolar qualquer parte do texto que seja alheia ao autor que o escreve. Exemplo: Segundo o ministro, “o congelamento é a única saída para a economia brasileira no momento”.

2. Enfatizar palavras ou expressões. Exemplo: Ela parecia “muito” esperta.

3. Indicar palavras estrangeiras ou gírias. Exemplos: Leu o “menu” atentamente./Ele sempre me pareceu um “cara legal”.

3.9 Ponto

3.9.1 Funções do ponto

1. Indicar o término de uma oração. Exemplo: João, quando soube disso, ficou furioso.

2. Ser usado nas abreviaturas (à exceção daquelas que indicam medida de comprimento, capacidade, massa e tempo), mas não nas siglas. Exemplo: Séc. V.

Observação: Se a abreviatura estiver no fim da frase, coloca-se apenas o ponto do fim de sentença.

3.10 LEMBRETES E ACRÉSCIMOS

1. Não separe sujeito de predicado com vírgula, estejam em que ordem estiverem. Também não separe por vírgula orações vizinhas se uma for sujeito da outra. Exemplos: O impedimento da entrada daquelas pessoas seria um abuso./Seria um abuso o impedimento da entrada daquelas pessoas./Impedir a entrada daquelas pessoas seria um abuso./Seria um abuso impedir a entrada daquelas pessoas.

2. Não separe nome de seu complemento nem de seu adjunto por vírgula. Também não separe por vírgula orações vizinhas se uma for complemento nominal em relação à outra. Exemplos: Tem razão para a tristeza./Tem um anel de ouro./Tem razão para estar triste.

3. Não separe o objeto de seu predicativo com vírgula. Exemplo: Considera a irmã muito amiga.

4. Separe o sujeito de seu predicativo com vírgula se eles antecederem o verbo. Exemplos: Maria, triste, saiu chorando./Triste, Maria saiu chorando.

5. Use vírgula antes do "como" em inícios de exemplificações se perceber a existência de pausa. Lembre que a pausa realça o que antecede a vírgula, o que deverá ocorrer se for necessária alguma explicação que contribua para a sua compreensão. Exemplos: Países como o Brasil estão em ascensão econômica./Países em ascensão econômica, como o Brasil, precisaram de ações bastante ousadas.

6. Use vírgula antes do gerúndio que inicia uma estrutura de consequência. Exemplo: Estudaram bastante, obtendo aprovação.

7. Use vírgula para separar oração objetiva direta e principal (nesta ordem) para a construção do discurso direto. Exemplo: "Estou entendendo tudo", disse o amigo.

8. Use aspas para estrangeirismos e discursos de propriedade alheia. Exemplos: Os "shoppings" estão fechados./"São desprezíveis os dados

cadastrais”, pensa o lojista.

PARTE 1
GRAMÁTICA - Ortografia e Morfossintaxe

SEÇÃO 2

MORFOSSINTAXE

4. Classes Gramaticais: Identificação, Flexão, Emprego e Colocação

4.1 O SUBSTANTIVO

Palavra que nomeia os seres.

4.1.1 Classificações

4.1.1.1 Abstrato e concreto

• Abstrato - designa o ser cuja existência depende da existência de outrem. Exemplo: amor, tristeza.

• Concreto - designa o ser cuja existência é autônoma. Exemplo: Deus, bruxa, alma, espírito, casa.

4.1.1.2 Simples e composto

• Simples - formado de um único radical.

• Primitivo - café, brasa.

• Derivado - cafezinho (radical + sufixo), Brasil (radical + sufixo), abrasamento (prefixo + radical + sufixo).

• Composto - formado de dois ou mais radicais, sejam estes primitivos ou derivados. Exemplos: pombo-correio, pernalta, fidalgo.

4.1.1.3 Comum e próprio

• Comum - designa o ser de modo genérico: mulher, homem, carro, amor, paixão. Observação: Entre os substantivos comuns, estão os coletivos, que designam conjuntos de elementos. Exemplos: acervo (de obras de museus, de bibliotecas, de outros ambientes que reúnem obras, sejam livros, discos, quadros, esculturas, xilogravuras); alcateia (de lobos); antologia (de textos literários escolhidos); arquipélago (de ilhas); cacho (de bananas, de uvas, de cabelos); cáfila (de camelos); cardume (de peixes); caterva (de pessoas de má índole); código (de leis ou normas); corja (de gente de má conduta); elenco (de atores); enxame ou colmeia (de abelhas); fauna (de animais de certa região); feixe (de objetos pequenos, de lenha, de capim); flora (de vegetais de certa região); frota (de navios, de ônibus, de táxis); gabinete (de ministros do Estado); herbário (de plantas); hinário (de hinos religiosos); malhada (de ovelhas); manada (de bois), de búfalos; matilha (de cães); penca (de bananas, de chaves); molho (de chaves); pinacoteca (de quadros); quadrilha (de bandidos, de ladrões); ramalhete (de flores); resma (de quinhentas folhas de papel); réstia (de alhos, de cebolas); século (conjunto de cem anos); time (ou equipe) - de atletas; tripulação (de pessoas em serviço em uma embarcação); vara (de porcos).

• Próprio - designa o ser em caráter único, por meio de palavra que não seja comum a todos os outros do grupo a que pertence. Exemplos: Nilo (nome de um dos rios que existem), Maria (nome de muitas mulheres, mas não de todas).

4.1.2 Flexão de gênero

Um substantivo pode ser do gênero masculino (admite ser antecedido por artigos masculinos), do gênero feminino (admite ser antecedido por artigos femininos) ou dos dois gêneros ao mesmo tempo, ou seja, comum de dois gêneros (admite ser antecedido por artigos masculinos e femininos). Exemplos: homem (masculino)/mesa (feminino)/jovem (comum de dois gêneros).

• Substantivos epicenos - para a indicação do sexo, usa-se a palavra “macho” ou a palavra “fêmea”. Exemplos: cobra/jacaré (respectivamente substantivos feminino e masculino, ambos epicenos)

• Substantivos sobrecomuns - são substantivos que, independentemente de serem do gênero masculino ou do feminino, designam seres de um e de outro sexo. Exemplos: criança (para designar meninos e meninas) - substantivo sobrecomum do gênero feminino./sósia (para designar homens e mulheres) - substantivo sobrecomum do gênero masculino.

Observação 1: “Epiceno” e “sobrecomum” são designações que não podem ser consideradas gêneros.

Observação 2: O artigo pode definir o significado de um substantivo, e não só o gênero e o número. Exemplos: “o cura” (o padre) e “a cura” (ação de curar)/a cabeça (parte do corpo) e o cabeça (líder)/a cisma (preocupação, desconfiança) e o cisma (partição, separação)/a capital (cidade principal de um estado ou país) e o capital (valor disponível)/a polícia (instituição) e o polícia (policial)/a guia (documento) e o guia (homem ou mulher que coordena uma expedição)/a guarda (ação de guardar) e o guarda (agente que guarda)/a rádio (emissora) e o rádio (aparelho ou segmento de mídia).

Observação 3: A flexão de gênero se dá de várias maneiras. A única legítima é a que acrescenta a desinência de gênero “a”, como nos exemplos da primeira coluna. Nos outros casos, há derivação, mas não flexão de gênero, se aceitarmos a teoria do famoso gramático. Exemplos: menino - menina; hóspede - hóspeda; parente - parenta; presidente - presidenta; monje - monja; marechal - marechala; bacharel - bacharela; folião - foliona; cônsul - consuleza; ateu - ateia; judeu - judia; pierrô - pierrete; marajá - marani; hebreu - hebreia.

Observação 4: O gênero pode ser marcado apenas externamente, como acontece com os epicenos e com os comuns de dois gêneros. Exemplos: cobra macho/cobra fêmea/o intérprete/a intérprete.

Observação 5: Os sobrecomuns não apresentam marca interna nem externa de flexão. Só o contexto permite saber o sexo do ser que designam. Exemplos: a vítima/o cônjuge.

Observação 6: Os heterônimos têm formas do masculino e do feminino marcadas por diferentes radicais. Exemplos: boi - vaca/homem - mulher/genro - nora.

Observação 7: Há substantivos que podem ser usados indiferentemente com o artigo masculino ou com o feminino, sem que essa escolha influencie o sexo dos seres que designam. Exemplos: personagem/diabete.

4.1.3 Flexão de número

4.1.3.1 Substantivo simples

1. A maioria dos substantivos simples em nossa língua se flexiona em número apenas pelo acréscimo da letra “s”. Exemplos: pia - pias.

Observação: Com os terminados em “ão”, porém, as alterações variam (ãos, ões, ães) e podem até ser múltiplas. Exemplos: cidadão - cidadãos; espião - espiões; cão - cães; ancião - anciãos, anciões, anciães; anão - anãos, anões; cirurgião - cirurgiões, cirurgiães; peão - peões, peães; refrão - refrões, refrães; sacristão - sacristãos, sacristães; vilão - vilões, vilãos, vilães.

2. Substantivos terminados em “l”.

• Plural em “is”. Exemplos: canal - canais/pastel - pastéis/móvel - móveis.

• Com alguns, acrescenta-se a vogal “e” seguida de “s”. Exemplos: cônsul - cônsules/mal - males.

• Alguns admitem as duas formas de plural. Exemplos: mel - méis ou meles/fel - féis ou feles/aval - avais ou avales.

• Os terminados em “il”:

• se oxítonos, perdem o “l” e ganham “s”. Exemplo: barril - barris.

• se paroxítonos, perdem o “il” e ganham “eis”. Exemplo: fóssil - fósseis.

• Os terminados em “m” fazem o plural em “ns”. Exemplo: homem - homens.

• Os terminados em “r”, “s”, “z” ganham “es”. Exemplos: colher - colheres/deus - deuses/giz - gizes.

• Os terminados em “x” não variam em sua forma. Exemplo: o tórax - os tórax.

• Alguns substantivos só ocorrem na forma plural. Exemplos: pêsames/núpcias/férias/afazeres.

• Alguns mudam a posição da sílaba tônica. Exemplo: caráter - caracteres.

4.1.3.2 Substantivo composto

1. Se os elementos não forem ligados por hífen, apenas o último varia. Exemplo: vaivéns.

2. Se os elementos forem unidos por hífen, são invariáveis os verbos, os advérbios, os prefixos, as conjunções, as preposições e as interjeições. Pluralizam-se substantivos e adjetivos. Exemplos: os saca-rolhas, os bota-fora, os vice-prefeitos, as ave-marias. Mas: ervas-doces, guardas-noturnos, amores-perfeitos, cirurgiões-dentistas.

3. Quando o substantivo é composto de dois substantivos, é preciso observar se a relação entre eles é ou não de especificação (indicando tipo ou finalidade). Caso seja, é facultativo pluralizar os dois ou apenas o primeiro. Exemplo: sofás-camas ou sofás-cama.

4. Se os substantivos forem compostos por onomatopeia ou por verbos repetidos, pluralizam-se os dois ou apenas o último. Exemplos: os reco-recos ou os recos-recos; os corre-corres ou os corres-corres.

5. Pluraliza-se apenas o primeiro elemento se houver preposição. Exemplo: pés de moleque.

6. “Grão” e “Bel” são invariáveis. Exemplos: grã-duquesas, bel-prazeres.

7. Se os elementos forem verbos de sentidos opostos, são invariáveis. Exemplo: Os leva e traz.

4.1.4 Flexão de grau

Os graus do substantivo são o normal, o aumentativo e o diminutivo. Os dois últimos podem ocorrer de maneira analítica ou sintética. Exemplos:

• Menino - normal

• Meninão - aumentativo sintético

• Menino grande - aumentativo analítico

• Menininho - diminutivo sintético

• Menino pequeno - diminutivo analítico

4.2 O ADJETIVO

Palavra que qualifica, modifica, restringe o substantivo. É um termo modificador. Exemplos: bom, grande, diverso, áureo.

Observação - É preciso estar atento(a) à locução adjetiva, modificadora do substantivo. Exemplos: almoço à francesa, pessoa de bem, cidade do litoral.

Locução adjetiva - Um conjunto de duas ou mais palavras que modificam um substantivo, correspondendo a um ADJETIVO. Exemplo: vestido de seda.

4.2.1 Flexão de gênero e de número

4.2.1.1 Adjetivo simples

Os adjetivos têm comportamento análogo ao dos substantivos. Exemplos: belo - belas, livre - livres, vil - vis, fácil - fáceis.

O substantivo usado com valor de adjetivo fica invariável. Exemplos: ondas monstro, blusas cinza, vestidos rosa.

4.2.1.2 Adjetivo composto

1. Os adjetivos têm o último elemento variável se não houver substantivo nessa composição, pois, havendo, ficam invariáveis.

Exemplos: Olhos verde-claros (verde-claro)/Olhos verde-mar (verde-mar)/Vestidos cor-de-rosa (cor-de-rosa)/Vestidos verde-bandeira (verde-bandeira).

2. Azul-marinho, azul-celeste, furta-cor e ultravioleta são invariáveis.

Exemplos: blusas azul-marinho (azul-marinho)/saias azul-celeste (azul-celeste)/tecidos furta-cor (furta-cor)/raios ultravioleta (ultravioleta).

3. “Surdo-mudo” pluraliza os dois elementos. Exemplo: crianças surdas-mudas.

4.2.2 Flexão de grau do adjetivo: definições gramaticais

4.2.2.1 Grau superlativo absoluto

Referência a um ou mais seres sem os comparar ou relacionar a outro(s).

• Analítico - Com auxílio de advérbio. Exemplos: José é muito bonito./A turma é muito feliz.

• Sintético - Com acréscimo de afixo. Exemplos: José é belíssimo./A turma é felicíssima.

4.2.2.2 Grau superlativo relativo

Referência a um ou mais seres em relação a um conjunto a que pertence (m), com a antecipação de um artigo ao advérbio de intensidade “mais” ou “menos” ou aos adjetivos “maior”, “menor”, “melhor”, “pior”.

• De superioridade - Com o acréscimo do advérbio “mais” ou dos adjetivos “maior”, “menor”, “melhor”, “pior” e com artigo antes de qualquer uma dessas formas. Exemplos: José é o mais bonito./A turma é a melhor da cidade./O problema é o pior de todos./João é o maior do grupo./As duas crianças são as menores da equipe.

• De inferioridade - Com o acréscimo do advérbio “menos” e com artigo antes dessa forma. Exemplos: As duas turmas eram as menos atenciosas.

Observação: A inferioridade só é possível com a inserção do advérbio de intensidade “menos”.

4.2.2.3 Grau comparativo

Referência a um ou mais seres em comparação com outro(s).

• De superioridade - Com o acréscimo da expressão “mais... que” ou “mais... do que” ou simplesmente com o advérbio “mais” antecedendo ao adjetivo. Exemplos: José é mais bonito que Maria./José é mais bonito do que Maria./José é mais bonito.

• De igualdade - Com o acréscimo de expressões como “tão... quanto”. Exemplos: Vocês são tão bons quanto eles.

• De inferioridade - Com o acréscimo da expressão “menos... que” ou “menos... do que” ou simplesmente com o advérbio “menos” antecedendo ao adjetivo. Exemplos: Esta turma é menos que atenciosa a outra./Esta turma é menos atenciosa do que a outra./Esta turma é menos atenciosa.

Observação 1: No grau comparativo, um ser pode ser comparado a si mesmo. Exemplos: Estou mais bonito que ontem./Estou mais bonito do que ontem./Estou mais bonito.

Observação 2: Características podem ser comparadas, e, nesse caso, as formas sintéticas dão lugar às respectivas formas analíticas. Exemplos: Em suas ações no trabalho, ela demonstra ser mais boa que ruim./Em suas ações no trabalho, ela demonstra ser mais boa do que ruim./Em suas ações no trabalho, ela demonstra ser mais boa.

Observação 3: No grau comparativo não há, como no grau superlativo, a presença de um artigo antes do advérbio de intensidade. Veja:

• Ele é mais jovem que todos (ele está sendo comparado às demais pessoas de um grupo, e não apenas a outra pessoa, mas o grau é comparativo. Observe a inexistência do artigo).

• Ele é o mais jovem de todos (o grau agora é superlativo relativo. Observe a presença do artigo).

4.3 O artigo

Determina o gênero e o número do substantivo. É chamado determinante.

4.3.1 Classificação

4.3.1.1 Definidos

Determinam elementos únicos, específicos, de conhecimento comum aos interlocutores ou já referidos em um texto. São “o(s)”, “a(s)” e variações. Exemplos: O Brasil (único), a moça da farmácia (específica), a Copa (de conhecimento geral). Vi um bicho... Persegui o animal... (Já referido no texto como “bicho”).

Observação 1: Imediatamente antes de nome próprio de pessoa, o artigo definido a torna íntima, popular e pode desvalorizá-la, pejorativamente.

Observação 2: Considere-se que, em alguns lugares do país, o uso do artigo definido antes do nome próprio de pessoa é comum, sem, no entanto, haver intenção pejorativa ou intenção de indicar intimidade entre emissor e a pessoa a que se refere. É o que ocorre no Ceará, por exemplo.

Observação 3: Já em outros Estados, como o Rio Grande do Norte, ocorre o inverso: não se faz uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoa.

Observação 4: O que deve valer para as provas de concurso, apesar das diferenças regionais, é a consideração geral feita na primeira observação.

Observação 5: Caso se deseje valorizar um ser no texto, pode-se usar o pronome definido para antecedê-lo mesmo na primeira vez em que se faz referência a ele.

4.3.1.2 Indefinidos

Determinam elementos que não são únicos, não se referem a seres específicos, não são conhecidos dos interlocutores ou são referidos pela primeira vez em um texto. São: “um(ns)”, “uma(s)”. Exemplos: Chame um rapaz para fazer esse serviço (não é único. Não é específico. Trata-se de um rapaz qualquer)./Assisti a um jogo ontem (não é de conhecimento comum aos interlocutores)./Um homem passou correndo (referido pela primeira vez no texto).

Observação 1: Se o artigo anteceder palavra de outras classes gramaticais, estas se substantivam. Exemplo: O melhor é que fez sol.

Observação 2: É facultativo o uso do artigo “o” antes do pronome indefinido interrogativo “que”. Exemplos: O que você deseja?/Que você deseja?

Observação 3: A locução pronominal relativa “o qual” e variações se constituem de artigo e pronome indefinido. Exemplo: Ele é a pessoa a qual fugiu.

4.4 O NUMERAL

Indica quantidade (cardinal), ordem (ordinal), multiplicação (multiplicativo) ou fração (fracionário) do substantivo. Exemplos: dois, segundo, dobro, meio.

4.5 O PRONOME

Substitui (pronome substantivo) ou acompanha (pronome adjetivo) o substantivo. Exemplos: Chamei seu João e lhe contei a verdade (pronome adjetivo - pois acompanha o substantivo “João” - de tratamento/pronome oblíquo substantivo).

Locução pronominal - Um conjunto de duas palavras que constituem um PRONOME. Exemplo: Cada qual faz o que quer.

4.5.1 Classificação

• Pessoais retos: eu, tu, ele (a), nós, vós, eles (as).

• Pessoais oblíquos: me, mim, comigo, te, ti, contigo, se, si, consigo, o(s), a(s) e variações, lhe(s), nos, conosco, vos, convosco.

• Pessoais de tratamento: senhor(a), você, Vossa Santidade, Vossa Majestade, Sua Santidade, Sua Majestade...

• Possessivos: meu(s), minha(s), teu(s), tua(s), seu(s), sua(s), nosso(s), nossa(s), vosso(s), vossa(s).

• Demonstrativos: este(s), esta(s), isto, esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s), aquilo, tal...

• Indefinidos: tudo, nada, todo(s), toda(s), ninguém, alguém, algum(a), nenhum(a), outrem, quem, que, qual, quanto...

• Interrogativos: são indefinidos presentes em orações interrogativas diretas ou indiretas.

• Relativos: referem-se sempre a termos anteriores. São os pronomes quem, que, cujo(s), cuja(s), onde, quanto. Também as locuções o(s) qual(is) e a(s) qual(is) fazem o papel de pronomes relativos.

4.5.2 Funções do pronome oblíquo "se"

1. Pronome ou partícula apassivadora - Quando, na voz passiva, o "se" contribui para que o sujeito seja receptor de uma ação. Exemplo: Vendeu-se o carro.

Observação: Se retirado o "se" (Vendeu o carro), o sujeito deixa de ser "o carro" e passa a ser desinencial (o ser que praticou a ação de vender) - ele, ela, você.

2. Pronome reflexivo - Refere-se ao sujeito, fazendo que a ação praticada por este sobre este mesmo reflita. Ocorre na voz reflexiva e pode ser substituído por outro elemento. Exemplos: Penteou-se./Amaram-se como Romeu e Julieta.

3. Índice de indeterminação do sujeito - Impede a identificação do sujeito. Ocorre na voz ativa. Se o "se" for suprimido, o sujeito se torna elíptico. Exemplo: Assistiu-se a tudo.

4. Parte integrante do verbo - Não pode ser suprimido nem substituído. Ocorre na voz ativa, em verbos pronominais. Exemplo: Arrependeu-se.

5. Partícula expletiva ou de realce - Pode ser suprimida sem que se altere a mensagem nem a classificação sintática dos termos. Exemplo: Foi-se com os outros.

Observação: O "se" ainda pode ser:

• Conjunção integrante - Inicia as orações subordinadas substantivas, as quais, com exceção das apositivas, são substituíveis por um pronome demonstrativo. Exemplo: Diga-me se o incomodo (diga-me isto).

• Conjunção adverbial condicional - Inicia orações condicionais e é sinônimo de "caso". Exemplo: Irei ao colégio se houver aula extra (irei ao colégio caso haja aula extra).

• Conjunção adverbial causal - Inicia orações adverbiais causais. Exemplo: Se você estudou, não há dúvida de que será aprovado (já que você estudou,

não há dúvida de que será aprovado).

• Substantivo - Quando acompanhado de artigo ou outro elemento que substantive o pronome. Exemplo: O se de Jonas ao responder à pergunta me preocupa. Ele não tem convicção do que fará.

4.5.3 Emprego e colocação dos pronomes

4.5.3.1 Emprego dos pronomes retos e oblíquos

Pronomes	Emprego	Exemplo(s)
1. Eu e Tu	Sujeitos	- Trouxe algo para eu ler. - Trouxe algo para tu leres.
2. Mim e Ti	Complementos	- Não fale de mim. - Falaram de ti.
3. Si e Consigo	Reflexivos	- Não devo ir, pensou consigo (mesma). - Tem pena de si. (mesma)
4. O(s), a(s) e variações	Sujeitos e objetos diretos	- Eu a vi sair. - Eu a vi.

5. Lhe(s)	Objetos indiretos, complementos nominais e adjuntos adnominais (com ideia de posse)	- Paguei-lhe a dívida. - Sou-lhe grata. - Roubou-lhe o anel.
6. Conosco e convosco	Sem determinantes	- Fale conosco. - Falou convosco.

4.5.3.2 Emprego dos pronomes demonstrativos e relativos

1. Este(s), esta(s), isto	Para aludir ao que está perto da pessoa que fala; ao tempo presente; ao que dissemos ou vamos dizer, citamos ou vamos citar.	- Trouxe esta flor para você. - Esta tarde está saudosa. - Não posso! Dizendo isto, foi-se aos prantos. - Arroz, feijão e carne: estes são os produtos mais caros. - Estes são os produtos mais caros: arroz, feijão e carne.

2. Esse(s), essa(s), isso	Para aludir ao que está perto da pessoa a quem se fala; ao tempo passado ou futuro; ao que citamos ou dissemos. Para referir-se ao que foi dito pelo interlocutor. Para pôr em relevo um substantivo anteposto. Observação: Use “nisto” ou “nisso” no sentido de “neste momento.	- Dê-me esse livro. - Bons tempos esses. - Arroz, feijão e carne: Esses são os produtos mais caros. - Você é capaz de atravessar o rio a nado? - Já tenho feito isso. - O garoto, esse era um pestinha. - Nisto entrou um homem correndo. - Nisso entrou um homem correndo.
3. Aquele(s), aquela(s), aquilo	Para aludir ao que está afastado da pessoa que fala e da pessoa a quem se fala. Observação: Quando houver dois termos mencionados, use “aquele(s)” ou “aquela(s)” pa ra o referido e m primeiro lugar e “este(s)” ou “esta(s)” para o referido em segundo lugar.	- Você ainda tem aquele livro que compramos no antiquário? - José não concorda com João; mas este não se ressente da discordância daquele.

4. Que, o qual e variações	Para referir-se a pessoas e a outros seres.	- A moça por que reza sobreviverá.
5. Cujo(s) e variações	Para estabelecer relação de posse. Concorda em gênero e número com o ser possuído.	- O homem cujos filhos partiram chora.
6. Onde, aonde	Para fazer referências espaciais.	- Anotei a página onde li a frase. - Sei o lugar aonde vai.

4.5.3.3 Emprego dos pronomes de tratamento

Nossas orientações têm base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, documento de importância indubitável para quem deseja conhecimentos de redação oficial. Conforme a referida fonte, usa-se: Vossa Excelência, para as autoridades:

a) do Poder Executivo - Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado; Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal; Oficiais-Generais das Forças Armadas; Embaixadores; Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial; Secretários de Estado dos Governos Estaduais; Prefeitos Municipais;

b) do Poder Legislativo - Deputados Federais e Senadores; Ministro do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais;

c) do Poder Judiciário - Ministros dos Tribunais Superiores; Membros de Tribunais; Juízes; Auditores da Justiça Militar.

O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos chefes de poder na esfera federal é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo. Exemplos: Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo: Exemplos: Senhor Senador, Senhor Juiz, Senhor Ministro, Senhor Governador.

No envelope, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma:

A Sua Excelência o Senhor Fulano de Tal Ministro de Estado da Justiça 70.064-900 - Brasília. DF	A Sua Excelência o Senhor Senador Fulano de Tal Senado Federal 70.165-900 - Brasília. DF	A Sua Excelência o Senhor Fulano de Tal Juiz de Direito da 10a Vara Cível Rua ABC, n. 123 01.010-000 - São Paulo. SP

Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD) para as autoridades arroladas na lista anterior. A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.

Vossa Senhoria é empregado para as demais autoridades e para particulares. O vocativo adequado para essas autoridades é formado da palavra “Senhor (a)”, do cargo ou função e, caso se deseje, do nome da autoridade. Exemplos: Senhor Secretário de Segurança; Senhora Delegada Mirtes Calunilete Kurtisunnie.

Para os particulares, é suficiente usar “Senhor (a)” e o nome da pessoa. Caso se deseje, pode-se usar um adjetivo no início, exceto nas comunicações oficiais, que devem ser objetivas e imparciais. Exemplos: Senhor Lucirielton Biliistrix Cloxxkil/Cara Senhora Milintirf Clux.

No envelope, deve constar do endereçamento:

Ao Senhor

Fulano de Tal

Rua ABC, n. 123

70.123 - Curitiba. PR

Como se depreende do exemplo acima, fica dispensado o emprego do superlativo ilustríssimo para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e para particulares. É suficiente o uso do pronome de tratamento Senhor.

Acrescente-se que doutor não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Evite usá-lo indiscriminadamente. Como regra geral, empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado. É costume designar por doutor os bacharéis, especialmente os bacharéis em Direito e em Medicina. Nos demais casos, o tratamento Senhor confere a desejada formalidade às comunicações.

Mencionemos, ainda, a forma Vossa Magnificência, empregada por força da tradição em comunicações dirigidas a reitores de universidade. Corresponde-lhe o vocativo Magnífico Reitor.

Os pronomes de tratamento para religiosos, de acordo com a hierarquia eclesiástica, são os seguintes: Vossa Santidade, em comunicações dirigidas ao Papa; Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima, em comunicações dirigidas aos Cardeais; Vossa Excelência Reverendíssima, em comunicações dirigidas a Arcebispos e Bispos; Vossa Reverendíssima ou Vossa Senhoria Reverendíssima, em comunicações dirigidas a Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos; Vossa Reverência, em comunicações dirigidas a sacerdotes, clérigos e demais religiosos.

4.5.3.3.1 Síntese do emprego dos pronomes de tratamento

• Vossa Senhoria (V. S.ª ou V. Sa.) - para oficiais até coronel, funcionários graduados, pessoas de cerimônia;

• Vossa Alteza (V. A.) - para príncipes e duques;

• Vossa Excelência (V. Ex.ª ou V. Exa.) - para altas patentes militares, ministros, Presidente da República, Vice-Presidente da República, pessoas de alta categoria, bispos e arcebispos, cônsules, deputados, embaixadores, governadores, prefeitos, secretários de Estado, senadores;

• Vossa Magnificência (V. Mag.ª) - para reitores de universidades;

• Vossa Majestade (V. M.) - para reis e imperadores;

• Vossa Reverência (V. Rev.ª) - para frades, freiras e freis;

• Vossa Reverendíssima (V. Rev.ma) - para padres;

• Vossa Eminência (V. Em.ª) - para cardeais;

• Vossa Paternidade (V. P.) - para abades e demais superiores de ordens religiosas;

• Vossa Excelência Reverendíssima (V. Ex.ª Rev. ma) - para bispos e arcebispos;

• Vossa Santidade - para o Papa;

• Vossa Onipotência - para Deus.

Observação: Quando a abreviatura tem letra elevada, o plural é feito apenas com o acréscimo de um “s” também elevado. Quando não tem letra elevada, as letras são duplicadas.

4.5.3.3.2 Concordância quando o sujeito é um pronome de tratamento

Os pronomes de tratamento (ou de segunda pessoa indireta) apresentam certas peculiaridades quanto à concordância verbal, nominal e pronominal. Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala

ou a quem se dirige a comunicação), levam a concordância para a terceira pessoa. É que o verbo concorda com o substantivo que integra a locução como seu núcleo sintático: “Vossa Senhoria nomeará o substituto”; “Vossa Excelência conhece o assunto”.

Da mesma forma, os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da terceira pessoa: “Vossa Senhoria nomeará seu substituto” (e não “Vossa... vosso...”).

Já quanto aos adjetivos referentes a esses pronomes, o gênero gramatical deve coincidir com o sexo da pessoa a que se refere, e não com o substantivo que compõe a locução. Assim, se nosso interlocutor for homem, o correto é “Vossa Excelência está atarefado”, “Vossa Senhoria deve estar satisfeito”; se for mulher, “Vossa Excelência está atarefada”, “Vossa Senhoria deve estar satisfeita”.

4.5.3.4 Emprego dos pronomes indefinidos

1. O pronome algum (e variações) depois de substantivo equivale a nenhum (e variações). Em construções elípticas, assume valor íntimo, o que também ocorre com a locução cada um(a). Exemplos: - Não falei coisa alguma. = coisa nenhuma. - Ele vai aprontar alguma! Ele faz cada uma!

2. O indefinido nada equivale a alguma coisa em frases interrogativas. Exemplo: Você não quer nada? = Você não quer alguma coisa?

3. O pronome todo(a), quando antecede a um artigo, corresponde semanticamente a inteiro(a). Quando não antecede a um artigo, corresponde semanticamente a todos os ou a todas as. Muitos gramáticos, neste caso, apontam semelhança entre os pronomes todo(a) e qualquer. Consideramos, porém, algumas vezes, forçada essa comparação. Exemplos: Toda cidade precisa ser zelada. = Todas as cidades precisam ser zeladas./Toda a cidade precisa ser zelada. = A cidade inteira precisa ser zelada.

4. Todo pronome interrogativo é indefinido.

4.5.4 O posicionamento dos pronomes oblíquos

A colocação pronominal faz parte da sintaxe e se encarrega do correto posicionamento dos pronomes oblíquos, que podem ser postos antes, no meio ou depois do verbo. A esses posicionamentos denominamos, respectivamente, próclise, mesóclise e ênclise. Vejamos o quadro-resumo a seguir, que apresenta as regras de cada um dos casos.

Casos de próclise	Exemplos
1. Depois de palavras ou expressões negativas, caso estas não antecedam sinais de pontuação: não, nunca, nem, nenhum, ninguém etc.	Nunca se queixa nem se aborrece. Mas: Não. Ajude-me, por favor.
2. Depois de pronomes relativos: quem, qual, que, cujo, onde, quanto.	São esperanças que morrem, sonhos que se vão.
3. Depois de pronomes indefinidos: alguém, quem, algum, qualquer, cada, qual etc.	Pouco tempo se tem para descansar.
4. Depois de conjunções subordinativas: quando, se, como, porque, que, logo, ainda que etc.	Não iria, ainda que me convidassem.
5. Depois de advérbios, caso estes não antecedam sinais de pontuação: talvez, ontem, aqui, ali, agora, de vez em quando, sempre.	Aqui se trabalha pela grandeza do Brasil. Mas:

	Aqui em casa, trabalha-se. Agora. Conte-me a verdade.
6. Em orações optativas (exprimem desejo), interrogativas e exclamativas, com sujeito anteposto ao verbo.	A terra lhe seja breve! Quem se atreveria a isso? Quanto te arriscas com esse procedimento!
7. Com o gerúndio antecedido da preposição em ou de uma palavra atrativa.	Em se tratando de vestibulares, conhecia tudo. Não se querendo usar este quarto, usa-se o outro.

Casos de mesóclise	Exemplos
1. Com o futuro do presente(sem palavra atrativa).	Dir-me-á que a redação não é importante? Mas: Não me dirá que a redação não é importante.
2. Com o futuro do pretérito (sem palavra atrativa).	Se fosse possível, contar-vos-ia o que se passou. Mas: Se fosse possível, sei que vos contaria o que se passou.

Casos de ênclise	Exemplos

1. No início do período, menos quando o verbo estiver no futuro.	“Vai-se a primeira pomba despertada.” (Raimundo Correa)
2. Com o gerúndio não antecedido de em.	Fugiu da confusão, esgueirando-se entre os presentes.
3. Com o imperativo afirmativo.	Procure os seus amigos e convide-os.
4. Com o infinitivo não flexionado, precedido da preposição a.	Todos corriam a ouvi-lo.

Casos facultativos:

1. Se o verbo flexionado no futuro do presente ou do pretérito vier antecedido de substantivo ou de pronome pessoal, sem ocorrência de palavra atrativa de próclise, poderá ocorrer, além da mesóclise, a próclise. Exemplos: Deus ajudar-me-á./Deus me ajudará. Ele salvar-me-ia./Ele me salvaria.

2. Se o verbo flexionado no pretérito ou no presente vier antecedido de substantivo ou de pronome pessoal, sem ocorrência de palavra atrativa de próclise, poderá ocorrer, além da mesóclise, a próclise. Exemplos: Deus ajuda-me./Deus me ajuda. Ele ajudou-me./Ele me ajudou.

4.5.4.1 Pronomes oblíquos e locuções verbais

Nas locuções verbais, o pronome oblíquo poderá posicionar-se junto ao verbo auxiliar, respeitando-se as regras já estudadas, ou ao verbo principal (proclítico ou enclítico, excetuando-se a ênclise a particípios).

Exemplos: - Eu lhe estou mostrando um bom livro./Eu estou-lhe mostrando um bom livro (construção pouco utilizada no Brasil)./Eu estou lhe mostrando um bom livro./Eu estou mostrando-lhe um bom livro./Manter-me-ei sentado./Estarei a fazer-lhe carinho.

4.5.5 Lembretes e acréscimos

1. O pronome “lhe” substitui termo preposicionado. Exemplos: Conheci-lhe o primo (= Conheci o primo dele)./Paguei-lhe a conta (= Paguei a conta a ela).

2. Em início de frase ou depois de sinal de pontuação, faça ênclise. Exemplos: Sente-se, por favor!/Maria, sente-se!

3. Conjunções coordenativas exigem ênclise. Exemplo: Insisti que ficasse, mas desobedeceu-me.

4. Não se faz ênclise com futuro nem com particípio. Exemplos: Sentarei-me (inaceitável)./Tinha sentado-me (inaceitável). Use: Sentar-me-ei./Tinha-se sentado./Tinha se sentado.

5. Depois de substantivo ou pronome reto, sem fator de próclise, faz-se próclise ou ênclise se o verbo estiver flexionado no presente ou no pretérito; faz-se próclise ou mesóclise se o verbo estiver flexionado no futuro. Exemplos: Ele se arrependeu./Ele arrependeu-se./Ana se arrependerá./Ana arrepender-se-á.

6. Não misture o tratamento para o destinatário. Exemplo: Você precisa trazer teu CD (inaceitável). Use: “Tu precisas trazer teu CD para que eu o ouça contigo e te mostre a música de que gosto./Você precisa trazer seu CD para que eu o ouça com você e lhe mostre a música de que mais gosto.

4.6 O verbo

Palavra variável (em pessoa, número, tempo e modo) que exprime uma ação, um estado, um fenômeno.

Os verbos da língua portuguesa se agrupam em três conjugações, de conformidade com a terminação do infinitivo:

• Infinitivo em AR - verbos de primeira conjugação (cantar, amar, procurar).

• Infinitivo em ER - verbos de segunda conjugação (correr, bater, ceder).

• Infinitivo em IR - verbos de terceira conjugação (ir, possuir, agir).

Cada conjugação se caracteriza por uma vogal temática:

• CANTAR - vogal temática A (primeira conjugação).

• VENDER - vogal temática E (segunda conjugação).

• PARTIR - vogal temática I (terceira conjugação).

O verbo irregular "pôr" e seus derivados (antepor, compor, contrapor, opor, pospor etc.) pertencem à segunda conjugação, pois são derivados da forma "poer".

4.6.1 Estrutura do verbo (radical + vogal temática + terminação)

O verbo possui uma base comum de significação, que é chamada de RADICAL (parte indispensável). A esse radical se junta, na maioria das formas verbais, uma VOGAL TEMÁTICA e uma TERMINAÇÃO, da qual participa pelo menos um dos seguintes elementos:

• Desinência temporal (ou modo-temporal) - indica o tempo e o modo: cant-a-va, cant-a-ra.

• Desinência número-pessoal - identifica a pessoa e o número: cant-a-va-s (2ª pessoa singular), cant-á-ra-mos (1ª pessoa plural).

Observação: O radical acrescido de vogal temática chama-se tema: CANTA R, VENDE R, PARTI R.

Locução verbal - Conjunto de dois ou mais verbos que correspondem a uma só ação, fenômeno ou estado. O verbo principal é uma forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio). Exemplos: Parou de fumar (já não fuma)./Está meditando (medita neste momento)./Tinha dormido (dormira).

4.6.2 Classificação dos verbos

4.6.2.1 Regulares

Aqueles que seguem um modelo comum de conjugação, sem apresentar nenhuma mudança nos radicais (cantar - canto/cantava/cantei). Para ser regular, um verbo precisa sê-lo no presente do indicativo e no pretérito perfeito do indicativo.

4.6.2.2 Irregulares

São os verbos cujos radicais sofrem modificações no decurso da conjugação ou cujas desinências se afastam das desinências do paradigma, ou ainda aqueles que sofrem modificações tanto nos radicais quando nas desinências (pedir - peço; ser - sou/era/fui).

Observação 1: Quase sempre, a irregularidade surgida no tempo primitivo passa para os respectivos tempos derivados.

Observação 2: Um verbo pode ser irregular apenas em algumas de suas flexões, ou seja, ele pode se portar como regular em alguns tempos e como irregular em outros. Exemplo: O verbo “pedir” possui, no presente do indicativo, uma irregularidade que só caracteriza a primeira pessoa do singular (peço, pedes, pede, pedimos, pedis, pedem).

4.6.2.2.1 Espécies de verbos irregulares

1. Verbos cuja irregularidade se dá no radical (ou tema) - (irregularidade temática). Exemplos: perder/perco (o radical perd transformou-se em perc; ferir: firo (o radical fer transformou-se em fir).

2. Verbos cuja irregularidade se dá na desinência (irregularidade flexional). Exemplo: dar/dou (a desinência regular da 1ª pessoa do indicativo da 1ª conjugação é -o).

3. Verbos cuja irregularidade se dá, ao mesmo tempo, no tema e na desinência (irregularidade temático-flexional). Exemplo: caber/coube (houve alteração no radical, que de cab passou para coub, e, ao mesmo tempo, na desinência, que no paradigma é -i).

4.6.2.3 Defectivos

Aqueles que não possuem a conjugação completa, não sendo usados em certos modos, tempos ou pessoas. Exemplos: extorquir, latir, urgir, explodir, colorir, banir, esculpir.

Observação: A defectividade verbal se explica mais pela falta de uso de determinados verbos (em determinados modos, tempos ou pessoas) que pela irregularidade fonética.

4.6.2.4 Anômalos

São os verbos “ser” e “ir”, cujas alterações são intensas desde o princípio do radical. Exemplos: sou, és/vou, fui.

4.6.2.5 Abundantes

São aqueles que apresentam duas ou mais formas em certos tempos, modos ou pessoas. Suas variantes mais frequentes ocorrem no particípio. Exemplos:

INFINITIVO PARTICÍPIO REGULAR PARTICÍPIO IRREGULAR

Aceitar	aceitado	aceito
Despertar	despertado	desperto
Gastar	gastado	gasto
Ganhar	ganho	ganhado
Inserir	inserido	inserto

Observação: O particípio regular vem, geralmente, acompanhado dos auxiliares ter e haver (na voz ativa), e o particípio irregular, acompanhado dos auxiliares ser e estar (na voz passiva). Exemplos: Alice tinha ganhado o prêmio de melhor cantora. (voz ativa)/O prêmio de melhor cantora foi ganho por Alice. (voz passiva)

4.6.3 Flexão, emprego e articulação dos tempos e modos verbais

Procuraremos alcançar nesta unidade a maior objetividade possível. Só faremos referência ao que julgamos relevante para a resolução de questões e para o suporte necessário à construção de textos.

4.6.3.1 Modo indicativo

4.6.3.1.1 Tempos simples

1. Presente do indicativo: Normalmente expressa ação, fenômeno ou estado certo contemporâneo à fala. Como tempo do indicativo, sugere certeza do falante, mas não é perfeito, visto que pode sugerir continuidade, repetição ou demora no desenrolar da ação. É um tempo primitivo, por isso não tem desinência modo-temporal. Exemplos: Quero água (sugere ação

momentânea)./Estudo para ser aprovada em um concurso (sugere ação longa, contínua, imperfeita).

Observação: O presente pode referir-se também ao passado ou ao futuro, bem como marcar algo que se estende do passado até o presente ou algo eterno. Exemplos: Em 1964, ocorre o Golpe Militar; Em 2050, completo 80 anos; Moro aqui há 35 anos; O Sol é a estrela que dá luz e calor à Terra.

2. Pretérito perfeito do indicativo: Expressa ação, fenômeno ou estado certo, passado em relação ao momento da fala, encerrado. É preciso, determinado. É um tempo primitivo, por isso não tem desinência modo-temporal. Exemplo: Ontem encontrei os amigos.

3. Pretérito imperfeito do indicativo: Expressa ação, fenômeno ou estado certo, passado em relação ao momento da fala, mas contínuo, demorado ou costumeiro em seu tempo de ocorrência. Pode ser concomitante a uma ação, fenômeno ou estado passado no pretérito perfeito. Sua desinência modo-temporal para a primeira conjugação é -va. Na segunda e na terceira conjugações, é -a. Exemplos: Eu estudava à noite (uma ação que se prolongou no passado)./Quando entrei, ele lia (a entrada ocorre simultaneamente à leitura, mas esta é mais demorada).

Observação: Também se pode registrar uma ação repetitiva ou contínua do passado usando-se o pretérito perfeito, mas será necessária a inserção de alguma expressão que se encarregue de sugerir a repetição ou a continuidade ou o emprego de um verbo cujo significado as sugira. Exemplos: Visitei a fazenda durante quinze anos./Já morei naquela cidade (a ação de “morar” é, por si, longa).

4. Pretérito mais-que-perfeito do indicativo: Expressa ação, fenômeno ou estado certo, anterior a uma ação, fenômeno ou estado passado. É preciso, concluído, encerrado. Sua desinência modo-temporal é -ra. Exemplo: Quando João chegou, Eva já chegara.

5. Futuro do presente: Expressa ação certa futura em relação ao presente ou ao futuro do subjuntivo, que sugere possibilidade. Sua desinência é -ra tônica e se alomorfa em -re antes de “i”. Exemplos: Eu informo que viajarei./Eu irei se me chamarem.

6. Futuro do pretérito: Expressa ação futura em relação a um passado ou ao pretérito imperfeito do subjuntivo, que sugere possibilidade. Sua desinência modo-temporal é -ria, que se alomorfa em -rie antes de “i”. Exemplos: Eu informei que viajaria./ Eu iria se me chamassem.

4.6.3.1.2 Tempos compostos

Compõem-se de “Ter” ou “Haver” e particípio.

1. Pretérito perfeito: Admite extensão do passado para o presente. Exemplo: Eles têm andado por aqui.

2. Pretérito mais-que-perfeito: Único tempo que equivale semanticamente ao simples de mesmo nome. Exemplo: Eles tinham andado por aqui antes de eu vir.

3. Futuro do presente: Ação encerrada em relação a um futuro a que nos referimos no presente. Exemplo: Daqui a um ano, já terei obtido aprovação (a aprovação é futura, mas é anterior a outro futuro).

4. Futuro do pretérito: Ação encerrada em relação a uma possibilidade ou a um passado. Exemplos: Eu teria obtido aprovação se tivesse estudado/Mamãe disse que eu teria conseguido o mérito.

4.6.3.2 Modo subjuntivo

4.6.3.2.1 Tempos simples

1. Presente do subjuntivo: Exprime ação possível, hipotética, provável. Sua desinência modo-temporal é o -e para os verbos de primeira conjugação e o -a para os verbos de segunda e de terceira conjugações. Não é, na realidade, um presente, mas sim um futuro possível. Exemplo: Desejo que obtenham aprovação (o desejo já ocorre, mas a aprovação ainda ocorrerá).

2. Pretérito imperfeito do subjuntivo: Exprime ação possível. Sua desinência modo-temporal é o -sse. Exemplo: Mesmo que chovesse, eu iria à praia.

Observação: Percebe-se que nem sempre a ação é pretérita. O que nos assegura o reconhecimento dos tempos é a desinência.

3. Futuro do subjuntivo: Exprime ação futura possível. Sua desinência modo-temporal é o -r. Exemplo: Se eu estudar, serei aprovada.

Observação: Pode ser confundido com o infinitivo. O infinitivo, porém, não admite conjunção para antecedê-lo. Exemplos: Quando/Se/Sempre que eu me exercitar, devo usar tênis (futuro do subjuntivo)./Andar me faz bem (infinitivo).

4.6.3.2.2 Tempos compostos

Compõem-se de "Ter" ou "Haver" e particípio.

1. Pretérito perfeito: Exprime hipótese passada em correlação com o presente ou com o futuro. Exemplo: Ainda que ele tenha agido mal, eu lhe perdoo/perdoarei.

2. Pretérito mais-que-perfeito: Expressa hipótese passada em correlação com o futuro do pretérito. Exemplo: Embora tivesse agido mal, eu lhe perdoaria.

3. Futuro: Expressa hipótese passada que, se confirmada, causará uma ação futura. Exemplo: Se você tiver estudado, fará hoje uma boa prova.

4.6.3.3 Modo imperativo

Só se conjuga na primeira pessoa do plural e nas segundas pessoas: tu, vós, você(s). Exprime ordem, pedido, conselho.

1. Afirmativo - TU e VÓS se conjugam como no presente do subjuntivo sem o -s. As demais pessoas se conjugam como o presente do subjuntivo. Exemplos: Anda até teu pai./Ande até seu pai./Andemos até nossos pais./Andai até vossos pais./Andem até seus pais.

2. Negativo - Conjuga-se como o presente do subjuntivo. É acompanhado de uma palavra negativa. Exemplos: Não andes até teu inimigo./Não ande

até seu inimigo./Não andemos até nosso inimigo./Não andeis até vosso inimigo./Não andem até seu inimigo.

4.6.3.4 Formas nominais

4.6.3.4.1 Simples

• Gerúndio (andando, vendendo, partindo);

• Particípio (andado, vendido, partido);

• Infinitivo (andar, vender, partir).

4.6.3.4.2 Compostas

• Gerúndio (tendo andado, tendo vendido, tendo partido);

• Particípio - não existe;

• Infinitivo (ter andado, ter vendido, ter partido).

4.6.4 Flexão de alguns verbos importantes

1. Flexione verbos derivados baseando-se em seus primitivos. Exemplo: ver - rever (vi-revi)

• São exemplos de derivados de “ver” - rever, prever, antever.

• São exemplos de derivados de “vir” - convir, advir, intervir, provir, sobrevir.

• São exemplos de derivados de “pôr” - propor, compor, repor, dispor, predispor, antepor, pospor, supor, indispor, predispor, opor.

• São exemplos de derivados de “fazer” - refazer, desfazer.

• São exemplos de derivados de “dizer” - predizer, desdizer, contradizer, condizer.

• São exemplos de derivados de “ter” - conter, reter, manter, entreter, ater-se, deter.

2. Para conjugar o verbo “crer”, imite o verbo “ler”: eu li - eu cri.

3. Para conjugar o verbo “reaver”, imite o verbo “haver” nas formas em que este tem letra “v”. As demais formas não existem. É defectivo: Eu houvera - eu reouvera.

4. A primeira pessoa do presente do indicativo do verbo “requerer” é “requeiro”.

5. A primeira pessoa do presente do indicativo do verbo “caber” é “caibo”. Os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito têm o “a” do radical alomorfado em “ou”. Tal alomorfia também ocorre com os verbos “haver” e “trazer”.

6. O verbo “polir” tem o “o” alomorfado em “u” nas formas do singular e na última do plural do presente do indicativo: Eu pulo o carro, tu o pules, ele o pule, nós o polimos, vós o polis, eles o pulem.

7. O verbo “parir” tem a primeira pessoa do singular do presente do indicativo “pairo”.

4.6.5 As vozes verbais

4.6.5.1 Voz passiva

O sujeito sofre ação de outrem em uma das estruturas a seguir.

• Sintética ou pronominal - Com o “se” apassivador. Exemplo: Fizeram-se as provas.

• Analítica ou participial - Com verbo no particípio. Exemplo: As provas foram feitas.

4.6.5.2 Voz reflexiva

O sujeito sofre sua própria ação, a qual pode estender a outro ser.

• Simples - Exemplo: Penteou-se.

• Recíproca - Exemplo: Amaram-se como jamais um homem e uma mulher amaram um ao outro.

4.6.5.3 Voz ativa

Para alguns gramáticos, as estruturas que não se enquadram nas situações passiva nem reflexiva enquadram-se na ativa; para outros, dividem-se em:

• A voz ativa - se o sujeito praticar ação. Exemplo: Ana pagou a dívida.

• A voz neutra - se o sujeito não estiver nas situações anteriores e não praticar ação. Exemplo: Ana é simpática.

4.7 O ADVÉRBIO

Classe invariável que expressa circunstâncias. O advérbio se liga a verbos, adjetivos ou outros advérbios. Exemplos: O aluno estudou muito (advérbio ligado à forma estudou)./A mesa estava muito brilhante (advérbio ligado ao adjetivo brilhante)./O trabalho ficou pronto muito tarde (advérbio ligado ao advérbio tarde).

4.7.1 Classificação

De acordo com o que expressam, os advérbios podem ser de:

1. Afirmação - sim, realmente, certamente...

2. Negação - não, nunca, jamais...

3. Dúvida - acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, talvez...

4. Lugar - abaixo, acima, lá, aqui, ali, aí, além, atrás, fora, afora, dentro, perto, longe, adiante, diante, onde, aonde, avante, através, defronte, junto...

5. Tempo - agora, hoje, amanhã, depois, ontem, anteontem, já, sempre, nunca, jamais, ainda, logo, antes, cedo, tarde, então, breve, brevemente, imediatamente, raramente, finalmente, simultaneamente...

6. Modo - bem, mal, assim, depressa, devagar, melhor, pior, aliás, calmamente, livremente, fortemente, gentilmente e grande parte dos advérbios terminados em mente.

7. Intensidade - muito, pouco, bastante, mais, menos, tão, demasiado, meio, todo, completamente, demasiadamente, excessivamente, demais, ligeiramente, levemente, quão, quanto, bem, mal, quase, apenas.

Locução adverbial - Conjunto de duas ou mais palavras que correspondem a um ADVÉRBIO. Exemplos: De vez em quando, saio para passear à tarde (locuções adverbiais que expressam circunstância de tempo)./Rubens estava

morrendo de medo (locução adverbial que expressa circunstância de causa)./A bela mulher apareceu à porta (locução adverbial que expressa circunstância de lugar).

Observação: Não procure simplesmente memorizar os advérbios ou locuções adverbiais. O que faz com que uma palavra pertença a uma classe também é a relação que ela estabelece com as outras. Exemplo: a palavra meio não é obrigatoriamente um advérbio. Veja: “Estava meio atrasado” (advérbio); “Resolvi dar meia volta” (numeral); “O meio universitário era favorável para a disseminação daquelas ideias” (substantivo).

4.8 A PREPOSIÇÃO

Liga palavras entre si e orações subordinadas a suas principais se os verbos ou nomes a estas pertencentes assim o exigirem. Quando essencial, e não acidental (a preposição que o é apenas eventualmente), pode anteceder o pronome “mim”. Vejamos: Falou algo a mim./Falou de mim./Pensa em mim./Trouxe algo para mim./Falou comigo./Fale por mim./Nada há entre mim e ti./Falou contra mim.

4.9 A CONJUNÇÃO

Classe invariável que liga orações. Às vezes, liga termos coordenados de uma oração.

Exemplos: Os pais viajaram e estudaram (liga orações)./Os pais viajaram para Orlando e Paris (liga termos dentro de uma oração).

Locução conjuntiva - Duas ou mais palavras com valor de uma conjunção.

Exemplo: já que, se bem que, a fim de que.

4.9.1 Classificação

4.9.1.1 As coordenativas

1. Aditivas - e, nem, não só... mas também, mas ainda, bem como, como também.

2. Adversativas - mas, porém, contudo, todavia, entretanto, senão, no entanto.

3. Alternativas - ou, ou... ou, já... já, quer... quer, ora... ora, seja... seja.

4. Conclusivas - logo, pois, portanto, por isso, assim, por conseguinte, então.

5. Explicativas - que, pois, porque.

Observação - Para você diferenciar "pois" como conjunção conclusiva e explicativa:

Pois (antes do verbo = explicativa)

Exemplo: Estude, pois o vestibular está próximo.

Pois (depois do verbo = conclusiva)

Exemplo: Estudou bastante; deve, pois, ser aprovado no vestibular.

4.9.1.2 As subordinativas

1. Causais - porque, visto que, já que, como (= porque), desde que (com verbo no passado), porquanto, uma vez que...

2. Concessivas - embora, ainda que, mesmo que, se bem que, apesar de que, conquanto, por mais que, posto que, sem que (= embora não)...

3. Condicionais - se, caso, contanto que, desde que, a não ser que, a menos que, sem que (= se não)...

4. Conformativas - conforme, como (= conforme), segundo, consoante...

5. Finais - para que, a fim de que, que (= para que)...

6. Proporcionais - à medida que, à proporção que, ao passo que, quanto mais, tanto mais...

7. Temporais - quando, antes que, depois que, até que, sempre que, assim que, mal, logo que, desde que, enquanto, nem bem...

8. Comparativas - mais... (do) que, menos... (do) que, como, assim como, tanto... quanto, bem como...

9. Consecutivas - que (quando for precedido de tão, tanto, tal, tamanho), de forma que, de maneira que, de tal forma que, de tal sorte que, de modo que...

10. Integrantes - unem orações substantivas a suas principais. As orações por elas introduzidas podem ser substituídas por “isto”, “disto”, “nisto”... São o “que” e o “se”.

4.10 A INTERJEIÇÃO

Exprime emoções (susto, surpresa, indignação, medo, admiração...).
Exemplos: Meu Deus, o que será de nós? Oh! Jamais imaginai isso.

5. Elementos Mórficos e Processos de Formação das Palavras

Sempre ceder

Sem proceder

Sempre ferir

Sem preferir

Sempre sumir

Sem presumir

Sempre ver

Sem prever

(José Lino Grünewald)

Da mesma forma que o texto, suas partes e frases podem ser divisíveis, a palavra pode apresentar múltiplos componentes. Esses componentes se denominam elementos mórficos ou morfemas.

É preciso ter cuidado para não confundir uma simples sílaba com um morfema. Do poema de José Lino, tomem-se inicialmente como exemplos os verbos “presumir” e “prever”. Neste, o “pré” é um prefixo, pois acrescenta ao verbo “ver” a ideia de anterioridade; naquele, é apenas uma sílaba.

Atente-se também para os verbos “ceder” e “ferir”, que, embora não sejam derivados, como o verbo “prever”, são morfologicamente divisíveis, como todos os que existem no poema. Eles possuem radicais (-ced, -fer), morfemas que contêm os significados das palavras; vogais temáticas (-e, -i),

que indicam as conjugações verbais; desinência modo-temporal (-r), que indica o modo e o tempo verbais.

5.1 OS ELEMENTOS MÓRFICOS DO VERBO

5.1.1 Radical

Excluindo-se a vogal temática e as desinências de um verbo, o que lhe resta será chamado radical. Caso esse radical seja o elemento comum a toda a família etimológica da palavra, será chamado também radical primário ou raiz. Exemplos: PODer, CABiam.

Observação: O radical pode sofrer uma alomorfia. Exemplos: POSSo, COUBe.

5.1.2 Vogal temática

Indica a conjugação verbal. Exemplos: amAr, vendEr.

5.1.3 Tema

É a união do radical com a vogal temática. Exemplos: VIAJAriam, PODEmos, SAÍste.

5.1.4 Desinências

• De modo e tempo - É o elemento comum a todo o tempo verbal, posterior ao radical ou ao tema. Não existe nos dois tempos primitivos: presente e pretérito perfeito do indicativo. Exemplo: amaVA, amaVAs, amaVA, amáVAmos, amáVEis, amaVAm.

Observação: A desinência se alomorfa em -VE antes de “i”.

• De número e pessoa - É o elemento INcomum a todo o tempo verbal, posterior ao radical ou ao tema. Não existe nos dois tempos primitivos: presente e pretérito perfeito do indicativo. Exemplos: amava, amavaS, amava, amávaMOS, amáveIS, amavaM.

Observação: Chama-se cumulativa a desinência que cumula as noções de modo, tempo, pessoa e número. Exemplo: ameI, amaSTE.

5.1.5 Prefixo

É o elemento anteposto ao radical para a formação de derivados. Exemplos: DEScobrir, Expor.

5.2 OS ELEMENTOS MÓRFICOS DO NOME

5.2.1 Radical

Excluindo-se a vogal temática e as desinências de um nome, o que lhe resta será chamado radical. Caso esse radical seja o elemento comum a toda a família etimológica da palavra, será chamado também radical primário ou raiz. Exemplos: CASINHa, AMABILIDADe.

Observação: No primeiro exemplo, o morfema destacado denomina-se radical secundário, pois se faz da junção do radical primário CAS e de um afixo, o sufixo diminutivo INH. No segundo, o morfema destacado denomina-se radical terciário, pois se faz da junção do radical primário AM e de dois afixos, os sufixos BIL e IDADE.

5.2.2 Vogal temática

É átona, pré-desinencial e final. Não indica o gênero feminino. Exemplos: casA, casinhA, levE, amabilidadE, meninO.

5.2.3 Tema

É a junção do radical com a vogal temática. Exemplos: CASA, CASINHA, LEVE, AMABILIDADE, MENINO.

Observação: A palavra “menina” não tem vogal temática, pois existe o masculino “menino”, sendo o “a” final desinência de número. Não tem, portanto, tema. É palavra atemática. A palavra “avó” também é atemática. Observe que a vogal final é tônica.

5.2.4 Prefixo

É o elemento anteposto ao radical para a formação de derivados. Exemplos: INfeliz, DESestímulo.

5.2.5 Sufixo

É o elemento proposto ao radical para a formação de derivados. Exemplos: felizMENTE, meninINHO.

5.2.6 Desinência de gênero

É o A que marca o feminino em português por oposição a sua ausência no masculino. Exemplos: meninA, professorA.

5.2.7 Desinência de número

É o S que marca o plural em português. Exemplos: gravidezeS, casaS.

Observação: Palavras como LÁPIS, PIRES e SIMPLES não possuem desinência de número.

5.2.8 Consoante de ligação

Utilizada para facilitar a junção de radical e afixo. Exemplos: cafeZal, cafeZinho.

5.2.9 Vogal de ligação

Utilizada para facilitar a junção entre radical e afixo. Exemplos: cafeIcultura, amÁvel, horrÍvel.

5.3 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Criar meu website

Fazer minha homepage

Com quantos gigabytes

Se faz uma jangada

Um barco que veleje

Que veleje nesse informar

Que aproveita a vazante da informaré

Que leve um oriki ao meu velho orixá

Ao porto de um disquete de um micro em Taipé

Um barco que veleje nesse informar

Que aproveite a vazante da informaré

Que leve meu e-mail até Calcutá

Depois de um hot link

Num site de Helsinque

Para abastecer

Eu queria entrar na rede

Promover um debate

Juntar via Internet

Um grupo de tietes de Connecticut

De Connecticut acessar

O chefe da Macmilícia de Milão

Um hacker mafioso acaba de soltar

Um vírus pra atacar programas no Japão

Eu quero entrar na rede pra contactar

Dos lares do Nepal, os bares do Gabão

Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular

Que lá na Praça Onze tem um videopôquer para se jogar.

(Gilberto Gil)

O homem cria ou descobre com frequência necessidades, objetos, práticas, ciências, profissões. Como o que ele cria ou descobre precisa ser nomeado, surgem novas palavras com muita rapidez. O poema de Gilberto Gil apresenta algumas que o homem do século XIX não conhecia, pois foi a informatização que determinou a necessidade de sua criação e uso. É o caso

de “disquete” e de “e-mail”. Estudaremos os processos utilizados para a formação de novas palavras.

5.3.1 A derivação

1. Prefixal ou por prefixação - É a formação de uma palavra pelo acréscimo de um prefixo a um radical. Exemplos: INfeliz, CONTRAdizer.

2. Sufixal ou por sufixação - É a formação de uma palavra pelo acréscimo de um sufixo a um radical. Exemplos: legAL, felizMENTE.

3. Prefixal e sufixal - É a formação de uma palavra pelo ACRÉSCIMO NÃO SIMULTÂNEO de um prefixo e de um sufixo a um radical (um afixo pode ser usado sem o outro). Exemplos: INfelizMENTE, DESidrataÇÃO.

4. Parassintética - É a formação de uma palavra pelo ACRÉSCIMO SIMULTÂNEO de um prefixo e de um sufixo a um radical (um afixo só pode ser usado com o outro). Exemplos: ENtardECER, AmanhECER (não é possível suprimir apenas o prefixo).

Observação: Uma palavra só pode ser chamada de derivada se contiver pelo menos um prefixo ou sufixo. Assim, CASAS, FLORES e MARES, que apenas são plurais de CASA, FLOR e MAR, NÃO são derivadas. Não há acréscimo de nenhum significado À PALAVRA PRIMITIVA, como ocorre, por exemplo, de CASA para CASINHA (de CASA para CASA PEQUENA).

5. Regressiva - É a formação de um substantivo abstrato com o acréscimo de vogal temática “a”, “e” ou “o” ao radical de um verbo. O substantivo que se forma por esse processo é denominado regressivo ou deverbal. Exemplos: namorar - NAMOR + O/vender - VEND + A/cair - QUED +A.

6. Imprópria - É o emprego de uma palavra em um contexto em que ela apresente classificação morfológica diferente da que lhe é atribuída. Exemplos: Na literatura, os bons nem sempre são os protagonistas./Recebi muitos nãos, mas não desisti dos meus objetivos./De um barco que veleje nesse informar (verbo que sofre substantivação no texto).

7. Por redução - É a abreviação de uma palavra pela eliminação de parte dela. Exemplos: Zé/moto.

Observação: É preciso ter-se atenção para que não se confundam abreviação e abreviatura. Símbolos como m, t, s, Sr. e Dr. são abreviaturas de metro, tonelada, segundo, senhor e doutor, respectivamente, enquanto palavras como cine, fone, futsal, táxi, pornô, Sampa, boteco e micro são abreviações ou reduções de cinematográfico, telefone, futebol de salão, taxímetro, pornográfico, São Paulo, botequim e microcomputador, respectivamente.

5.3.2 A composição

1. Por aglutinação - É a junção de dois ou mais radicais com perda ou acréscimo de fonema(s). Exemplos: fidalgo, aguardente, informar (no texto, pode significar "mar de informações), informaré (no texto, pode significar "maré de informações).

2. Por justaposição - É a junção de dois ou mais radicais sem perda ou acréscimo de fonema(s). Exemplos: girassol, café com leite.

Observação: A composição pode ocorrer por hibridismo, que é a junção de radicais de diferentes origens. Exemplos: televisão, abreugrafia, videopôquer.

5.3.3 Outros processos

1. A onomatopeia - É a nomeação ou a imitação de sons. Exemplos: miado, miau.

Observação: Muitas vezes, a onomatopeia é percebida na leitura de uma sentença. Exemplo: A chuva chia no telhado. (A aliteração do som fricativo produzido pela leitura do dígrafo "ch" sugere o barulho da chuva.)

2. A siglonimização - É o processo de formação de siglas: combinação das letras iniciais de uma série de palavras que constitui um nome. Exemplos: FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

6. Análise Sintática

6.1 FRASE E ORAÇÃO

6.1.1 A frase

É um enunciado dotado de lógica em um determinado contexto.

6.1.1.1 Classificação

1. Nominal - Não contém verbo. Exemplos: Oi!/ Que lindo dia!

Observação: A frase nominal não é submetida a estudos sintáticos.

2. Verbal - Contém verbo(s), por isso, constitui-se de uma ou mais orações (frase ou período simples e frase ou período composto respectivamente). Exemplos: Leia mais (um verbo, uma oração: o período é simples, e a oração é absoluta)!/Leia mais, e terá mais facilidade para expressar-se (três verbos, três orações: o período é composto).

6.1.2 A oração

Ao contrário da frase, a oração sempre contém verbo e pode ou não ter sentido. É preciso ter à mão algumas informações importantes para saber identificá-la:

6.1.3 Informações relevantes

1. Cada oração conterá um verbo ou uma locução verbal.

2. A locução verbal é composta de dois ou mais verbos que equivalem:

• a uma só ação, a um só fenômeno. Exemplos: Eu tinha viajado (ação de viajar = Eu viajara)./Se tiver anoitecido, não será possível entrar na casa do

suspeito (ação de anoitecer).

Observação: Essa ação ou fenômeno pode ser expressa em seu início, curso, fim, repetição. Exemplos: Passei a estudar./Começou a chover - Início de uma ação/de um fenômeno./Estou estudando./Está chovendo - Curso de uma ação/de um fenômeno./Deixe de fumar./Parou de chover - Fim de uma ação/de um fenômeno./Tornou a falar./Voltou a chover - Repetição de uma ação/de um fenômeno.

• a um só estado. Exemplo: Tem andado alegre.

Observação: Esse estado pode ser expresso em seu início, curso, fim, repetição. Exemplos: Começou a ficar vaidosa - Início de um estado/Vem ficando esperançosa - Curso de um estado./Deixe de ser pessimista - Fim de um estado./Voltarei a ser feliz - Repetição de um estado.

• a um estímulo, ordem, pedido, conselho, os quais culminarão em um só ato. Exemplos: Não se deve humilhar o mais fraco (a intenção é a de dizer que uma só ação deve ou não ser praticada: a de humilhar o fraco)./Já se pode iniciar a aula (a intenção é a de dizer que uma só ação deve ou não ser praticada: a de iniciar a aula)./Você tem que/de me ouvir (a intenção é a de dizer que uma só ação deve ou não ser praticada: a de ouvir alguém)./Você precisa me ajudar (a intenção é a de dizer que uma só ação deve ou não ser praticada: a de ajudar alguém).

3. Deve-se atentar para a existência dos seguintes elementos na estrutura frasal:

• “o que” e variações

• O “o” não será artigo, exceto na locução pronominal interrogativa “o que” (O que você falou?).

• O “o” será pronome demonstrativo, substituível por “aquilo”, e não artigo, pois não antecede a um substantivo.

• O “que”, por sua vez, é pronome relativo.

• Sempre se iniciará uma oração adjetiva com o pronome relativo ou com a preposição que o antecede. Exemplo: O/que você me pede/não pode ser concedido. Oração principal: O não pode ser concedido. Oração adjetiva: que você me pede.

• “é que” - Pode ser uma locução expletiva, e, caso isso se confirme, deve ser desconsiderada na contagem das orações. Exemplo: Nós é que não contribuiremos com esse absurdo.

Observação 1: É possível escrever apenas “Nós não contribuiremos com esse absurdo”. Desse modo, temos apenas uma oração no período.

Observação 2: Quando não é possível suprimir o “é que”, temos o “que” conjunção integrante, o qual inicia uma oração substantiva predicativa. Desse modo, temos duas orações. Exemplo: A verdade é/que mentiram (não é possível escrever apenas “A verdade mentiram”).

• verbos preposicionados depois de substantivos, adjetivos ou advérbios. Eles (os verbos) iniciam orações completivas nominais. Exemplos: Sua maneira/de expressar-se/me incomoda (oração principal: Sua maneira me incomoda)./A questão é fácil/de entender (oração principal: A questão é fácil)./Ainda é cedo/para o julgarmos (oração principal: para o julgarmos.)

• as orações adjetivas reduzidas, que muitas vezes não são percebidas. Exemplo: A presidente eleita tem muito a fazer. Oração adjetiva: eleita (que foi eleita)/Oração principal: A presidente tem muito./Oração completiva nominal: a fazer.

6.2 FUNÇÕES SINTÁTICAS

1. Sujeito

2. Predicado

3. Complementos Verbais

4. Predicativos

5. Adjunto adverbial

6. Complemento nominal

7. Adjunto adnominal

8. Agente da passiva

9. Aposto

10. Vocativo

6.2.1 O sujeito

É considerado termo essencial da oração, embora não exista em algumas. Para identificá-lo, faça a pergunta “Quem?” ou “O que?” antes do verbo. A importância maior de sua identificação é poder estabelecer com ele a concordância verbal.

Exemplo 1: Estudar à noite facilita o aprendizado (o que facilita o aprendizado? Resposta: Estudar à noite).

Observação: A resposta obtida é sujeito do verbo “facilitar”. A primeira oração é, portanto, sujeito da segunda. O sujeito do verbo “Estudar”, por sua vez, é indeterminado, pois a ação não está sendo restrita a pessoa alguma.

Exemplo 2: Vivam os fortes para fortalecer os fracos (quem deve viver? Resposta: os fortes).

Observação 1: A resposta obtida (os fortes) é sujeito do verbo “viver”, e o verbo “fortalecer” tem sujeito elíptico, o qual se refere aos fortes.

Observação 2: O procedimento das perguntas só não é válido para os verbos impessoais (“haver” e “ter” no sentido de “existir” ou “ocorrer”; “ter”, “haver”, “fazer”, “passar” + preposição “de” quando expressam tempo; verbos que expressam fenômenos da natureza e não trazem um sujeito explícito.

Exemplos: Há pessoas no recinto./Tem terremotos na região (construção coloquial)./Tem três horas que saiu (construção coloquial)./Há três dias esteve aqui./Faz dez anos que se foram./Passava das dez horas.

Observação: Nenhuma das orações tem sujeito.

6.2.1.1 Classificação

6.2.1.1.1 Determinado

1. Expresso ou explícito - É escrito ou falado, seja termo ou oração. Exemplos: Os homens viram a criança voar./Os homens viram-na voar./Conquistar a Europa era seu maior sonho.

2. Desinencial ou elíptico - É subentendido, e não escrito ou falado. É a desinência do verbo e/ou o contexto que permite(m) identificá-lo. Exemplos: Saímos cedo, e as crianças, ansiosas, resolveram acompanhar-nos para caçar (os sujeitos de “Saímos” e de “caçar” são elípticos (“nós”, “elas”).

6.2.1.1.2 Indeterminado

1. Com o “se” índice de indeterminação do sujeito. Exemplo: Assistiu-se à cena.

2. Com o verbo na terceira pessoa do plural sem indícios do sujeito no contexto. Exemplo: Roubaram alguns carros durante a festa.

3. Com o verbo no infinitivo usado de forma genérica. Exemplo: Caminhar na praia é agradável.

6.2.2 O predicado

Extraído o sujeito, o que resta da oração é o PREDICADO, também considerado essencial.

6.2.2.1 Classificação

6.2.2.1.1 Predicado verbal

O núcleo é um verbo que indica ação, fato ou fenômeno da natureza. Exemplo: Todos devemos ler mais.

6.2.2.1.2 Predicado nominal

O núcleo é o predicativo do sujeito. Exemplo: Os jovens devem ser atentos aos fatos políticos.

6.2.2.1.3 Predicado verbo-nominal

São dois os núcleos: o verbo indicador de ação, fato ou fenômeno da natureza e o predicativo do sujeito ou do objeto. Exemplos: Eles falaram tudo atentos aos efeitos do discurso./Eles tornaram os filhos críticos.

6.2.3 Os complementos verbais

São obtidos a partir de perguntas feitas depois dos verbos e recebem as ações praticadas por estes.

6.2.3.1 O objeto direto

A pergunta é feita sem preposição obrigatória. Exemplo: Bebemos vinho e comemos queijo (bebemos e comemos o quê?).

Observação: Atente para o objeto direto preposicionado (preposição não obrigatória) e para o objeto direto pleonástico (repetido para ênfase). Exemplos: Bebemos do vinho e comemos do queijo (O.D. preposicionados)./As crianças, sempre as amamos (O.D. pleonástico)./A Deus, pedimos-lhe discernimento (O.I. pleonástico).

6.2.3.2 O objeto indireto

A pergunta é feita com preposição obrigatória. As respostas, por sua vez, não podem ter valor circunstancial. Exemplo: Narrei o fato a muitas pessoas (narrei a quem?).

6.2.4 Os predicativos

6.2.4.1 Do sujeito

Indica qualidade ou estado deste. Se vizinhos, separam-se por vírgula. Exemplos: Maria é atenciosa./Maria foi caprichosa durante sua estada no orfanato.

6.2.4.2 Do objeto (direto ou indireto)

Tem a mesma função em relação ao objeto que o predicativo do sujeito em relação ao sujeito. Exemplos: Julguei a moça inocente./Chamaram-lhe de desonesto.

Observação 1: Se a oração for transposta para a voz passiva, o predicativo do objeto e o objeto se afastam, e passaremos a ter, em vez deles, sujeito e predicativo do sujeito. Exemplos: A moça foi julgada inocente por mim./Ele foi chamado de desonesto.

Observação 2: Os predicativos do sujeito e do objeto podem ser acompanhados ou não da preposição “de” quando o verbo da oração for

“chamar” no sentido de “nomear”, “tachar”. A escolha não altera a classificação do objeto. Assim, são corretas as construções: Ela foi chamada louca./Ela foi chamada de louca./Chamei-a louca./Chamei-a de louca./Chamei-lhe louca./Chamei-lhe de louca.

6.2.5 O adjunto adverbial

Expressa uma circunstância adverbial (tempo, modo, lugar, causa, concessão, negação, afirmação, assunto, dúvida, instrumento, meio, intensidade) em relação a um verbo. As perguntas que quase sempre são feitas são carreadas de valor circunstancial (onde?, quando?, por quê?, como?...). O adjunto adverbial de intensidade relaciona-se a verbos, adjetivos ou advérbios. Os exemplos a seguir são relativos às circunstâncias aqui citadas, na mesma ordem. Exemplos: Saíram cedo./Saíram às escondidas./Estão em casa./Morreram de uma doença estranha./Viajaremos mesmo ao sol./Não estudamos./Realmente estudamos bastante./Falamos sobre você./Talvez viajemos./Corte o queijo com faca./Viajaram de trem./Estudamos bastante./É tão fácil./Era ainda muito cedo.

6.2.6 O complemento nominal

Relaciona-se com um adjetivo, um advérbio ou um substantivo abstrato, se deste sofrer a ação. Não pode ser confundido com o complemento verbal. É preposicionado ou é um pronome oblíquo. Exemplos: Eles nos foram fiéis./ É tarde para a medida./A absolvição do réu foi aplaudida (o réu foi absolvido).

6.2.7 O adjunto adnominal

Acompanha um substantivo concreto ou um substantivo abstrato, se não receber deste a ação. Pode ou não ser preposicionado e pode estar antes ou depois do substantivo. Exemplos: Fomos à cidade dos nossos pais./Presenciei a fuga do réu.

Observação: Transponha a oração para a voz passiva. Caso o termo em análise permaneça próximo do substantivo, será adjunto adnominal. Caso se afaste, será predicativo do objeto. Exemplos: Meu pai ajudou o vizinho da

direita. - O vizinho da direita foi ajudado por meu pai (adjunto adnominal)./Meu pai considerou o vizinho distinto - O vizinho foi considerado distinto por meu pai (predicativo do objeto direto).

6.2.8 O agente da passiva

É o responsável pela ação sofrida pelo sujeito na voz passiva. Exemplo: Foram instruídos por nós.

6.2.9 O aposto

Resume, explica, distribui, enumera um termo ou oração. Exemplos: Jorge, Raquel e Beto, todos virão./Todos - Jorge, Raquel e Beto - virão. Marcos, o professor, esteve conosco.

6.2.10 O vocativo

É um termo que não pertence à oração e tem a função de evocar seres. Exemplo: Maria, aproxime-se.

6.3 CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES

6.3.1 As coordenadas

As orações coordenadas são sempre sintaticamente independentes, mas, só algumas vezes, semanticamente independentes.

6.3.1.1 Classificação

1. Coordenadas assindéticas: não contêm conjunção. Exemplo: Saiu do colégio, foi à feira, comprou alimentos.

2. Coordenadas sindéticas: contêm conjunção.

• Aditivas - São introduzidas pelas conjunções e, nem, não só... mas também, mas ainda, bem como, como também. Exemplo: Estudo e trabalho.

• Adversativas - Exprimem uma ressalva, contraste, oposição. São introduzidas pelas conjunções mas, porém, contudo, todavia, entretanto, ao passo que, senão, no entanto. Exemplo: Não rezo, mas tenho fé.

• Alternativas - Indicam alternância, opção entre dois elementos. São introduzidas pelas conjunções ou, ou... ou, já... já, quer... quer, ora... ora, seja... seja. Exemplo: Estudarei ou trabalharei?

• Conclusivas - Apresentam uma conclusão, uma dedução lógica. São introduzidas pelas conjunções logo, pois, portanto, por isso, assim, por conseguinte, então. Exemplo: Não tenho culpa, logo não devo ser punida.

• Explicativas - Justificam, fundamentam o sentido da oração anterior. São introduzidas pelas conjunções que, pois, porque. Exemplo: Estou confiante na vitória, pois estudei.

Observação: Para você diferenciar “pois” como conjunção conclusiva e explicativa:

Pois antes do verbo = explicativa. Exemplo: - Estude, pois o vestibular está próximo.

Pois depois do verbo = conclusiva. Exemplo: Estudou bastante; deve, pois, ser aprovada.

6.3.2 As subordinadas

Se você aprendeu os termos da oração, considere que as orações subordinadas exercerão as mesmas funções sintáticas que esses termos exercem. A diferença entre elas e eles é que elas contêm verbos ou locuções verbais. Exemplos: Foi necessário que eu estudasse muito (or. sub. substantiva subjetiva)./Foi-me necessário estudar muito (or. sub. substantiva subjetiva)./Há algo a ser dito: unam-se (or. sub. substantiva apositiva).

Observação: Uma oração pode exercer uma função sintática e, ao mesmo tempo, ser principal de outra. Exemplo: Soube que você decidiu que viajará (a oração destacada é subordinada substantiva objetiva direta em relação à primeira e principal da terceira, pois esta é objetiva direta em relação a ela).

6.3.2.1 Classificação

1. Adverbiais - Exercem função de adjunto adverbial.

• Causais - Indicam um motivo, a razão do que se declara na oração principal. São introduzidas pelas conjunções porque, visto que, já que, por isso, como (= porque), desde que, porquanto, uma vez que... Exemplo: Chegou atrasado ao encontro porque estava em uma reunião.

• Concessivas - Denotam um fato que se opõe ao que se espera a partir do que é dito na oração principal. São introduzidas pelas conjunções embora, ainda que, mesmo que, se bem que, apesar de que, conquanto, por mais que, posto que, sem que (= embora não)... Exemplo: Mesmo que trabalhe muito, não será recompensada.

• Condicionais - Anunciam um fato necessário para que se realize outra ação expressa na oração principal. São introduzidas pelas conjunções se,

caso, contanto que, desde que, a não ser que, a menos que, sem que (= se não)... Exemplo: Se ele partir, o projeto será cancelado.

• Conformativas - Indicam conformidade. São introduzidas pelas conjunções conforme, como (= conforme), segundo, enquanto, consoante... Exemplo: Conforme havíamos decidido, a viagem será cancelada.

• Finais - Marcam o objetivo da oração principal. São introduzidas pelas conjunções para que, a fim de que, que (= para que)... Exemplo: Tenham mais argumentos para que obtenham aumento salarial.

• Proporcionais - Estabelecem uma relação de proporção. São introduzidas pelas conjunções à medida que, à proporção que, ao passo que, quanto mais, tanto mais... Exemplo: À medida que a reunião avançava, ele se atrasava para o encontro.

• Temporais - Fixam a época ou o tempo de um fato. São introduzidas pelas conjunções quando, antes que, depois que, até que, sempre que, assim que, mal, logo que, desde que, enquanto, nem bem... Exemplo: Logo que ele chegou, deitou-se.

• Comparativas - Estabelecem comparação, seja por similaridade, seja por confronto. São introduzidas pelas conjunções mais... (do) que, menos... (do) que, como, assim como, tanto... quanto, bem como... Exemplo: Sua vida é importante mais que seu trabalho.

• Consecutivas - Apontam a consequência, resultado ou efeito de uma ação. São introduzidas pelas conjunções que (quando for precedido de tão, tanto, tal, tamanho), de forma que, de maneira que, de tal forma, de tal sorte, de modo que... Exemplo: A reunião atrasou tanto que ele faltou ao encontro.

2. Substantivas - Exercem as funções sintáticas que um substantivo pode exercer. Podem ser substituídas por isto, disto, nisto..., com exceção das apositivas. São iniciadas normalmente por um que ou por um se. Exemplo: Diga-me que me ouvirá./Diga-me se virá.

• Subjetivas - Exercem função de sujeito, respondendo à pergunta “Quem?” ou “O quê?” feita antes dos verbos. Exemplo: Decidiu-se que sairiam à

noite. (O que se decidiu?) Resposta: “Que sairiam à noite”.

• Objetivas diretas - Exercem função de objeto direto, respondendo às perguntas “Quem?” ou “O quê?” feitas depois dos verbos. Exemplo: Decidiu que sairiam à noite (decidiu o quê?). Resposta: “Que sairiam à noite”.

Observação: O sujeito do verbo “decidir” é desinencial (você, ele, ela).

• Objetivas indiretas - Exercem função de objeto indireto, respondendo a perguntas feitas depois dos verbos com o auxílio de preposição. Exemplo: O pai gostava de que estudassem (o pai gostava de quê?). Resposta: “De que estudassem”.

• Completivas nominais - Exercem função de complemento nominal, respondendo a perguntas feitas depois de nomes com o auxílio de preposição. Exemplo: Tinham receio de que surgisse um contratempo (receio de quê?). Resposta: “De que surgisse um contratempo”.

• Apositivas - Exercem função de aposto. Exemplo: Dissemos-lhe a verdade: o marido a traíra (a oração esclarece a verdade).

• Predicativas - Exercem função de predicativo. Exemplo: O melhor a fazer é estudar muito.

3. Adjetivas - Correspondem a adjuntos adnominais quando são restritivas.

• Restritivas - Restringem o elemento a que o pronome relativo se refere na oração anterior. Exemplo: O homem em quem confiou o decepcionou (não foram todos os homens que o decepcionaram, mas apenas aquele em quem confiou).

• Explicativas - Apresentam um esclarecimento a respeito do elemento a que o pronome relativo se refere, uma informação extra, mas não uma restrição. Exemplo: O Papa, que é a maior autoridade da Igreja, fez uma declaração inaceitável.

6.3.3 As principais

São as orações às quais se ligam as subordinadas.

Exemplos:

Chegou atrasado ao encontro porque estava em uma reunião.

Mesmo que trabalhe muito, não será recompensada.

Se ele partir, o projeto será cancelado.

Conforme havíamos decidido, a viagem será cancelada.

Tenham mais argumentos para que obtenham aumento salarial.

À medida que a reunião avançava, ele se atrasava para o encontro.

Logo que ele chegou, deitou-se.

Sua vida é importante mais que seu trabalho.

A reunião atrasou tanto que ele faltou ao encontro.

Decidiu-se que sairiam à noite.

Decidiu que sairiam à noite.

O pai gostava de que estudassem.

Tinham receio de que surgisse um contratempo.

Dissemos-lhe a verdade: o marido a traíra.

O melhor a fazer é estudar muito.

O homem em quem confiou o decepcionou.

O Papa, que é a maior autoridade da Igreja, fez uma declaração inaceitável.

Observação: Considere que sempre existirá uma oração principal na frase quando ocorrer o processo subordinativo entre as orações.

6.4 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE PERÍODOS

Há três formas de uma oração subordinada ser integrada a um período:

• de forma desenvolvida - contém conjunção subordinativa ou pronome relativo. Exemplos: Disse-me que está bem./Se estudar, terá sucesso./A pessoa que recomendaram é uma candidata perfeita.

• de forma reduzida - não contém conjunção subordinativa nem pronome relativo e tem verbo no infinitivo, gerúndio ou particípio. Exemplos: Disse-me estar bem./Estudando, terá sucesso./A pessoa recomendada é uma candidata perfeita.

Observação: Nem sempre é possível desenvolver ou reduzir uma oração.

• de forma justaposta - é ligada à oração principal sem nenhum dos elementos citados para os dois processos anteriores. Exemplos: Só há uma solução: fugir./Escutei-o gritar: “Nada pode ser feito”.

Observação: Não confundir a oração reduzida com a oração que contém locução verbal.

7. Concordância Verbal e Nominal

7.1 CONCORDÂNCIA VERBAL

7.1.1 Sujeito simples

1. O verbo concorda em número e pessoa com o sujeito simples. Exemplos: "Ocorriam grandes lutas. A plateia, sedenta de sangue e morte, gritava: morram os fracos; vivam os bravos"! No último momento, porém, um jovem guerreiro deu lição nunca vista: livrou da morte o adversário.

2. Se o núcleo for seguido de dois ou mais adjuntos, pode-se ter o verbo no singular ou (concordância com o núcleo) no plural, como se o sujeito fosse composto. A concordância com o núcleo é a mais corrente. Exemplo: A autoridade paterna e materna foi reconhecida/foram reconhecidas.

7.1.2 Sujeito oracional e oração sem sujeito

1. O verbo de sujeito oracional e os impessoais e seus auxiliares ficam no singular. Exemplos: Bastava-lhe comentarem as cenas em todos os lugares da cidade. Isso já o esmagava. Fazia já três meses do ocorrido, mas havia más línguas a ocupar-se de sua vida./Naquela região, pode haver fenômenos que ajudem a equilibrar o ambiente do planeta.

Observação: Se os sujeitos oracionais exprimirem contrastes de ideias, usa-se o plural. Exemplo: Usar de razão e amar são duas coisas que não se ajuntam.

7.1.3 Sujeito indeterminado

1. Os verbos de sujeito indeterminado pela partícula "se" ficam no singular. Exemplo: Lá já se assistiu a muitas guerras.

2. O sujeito também pode ser indeterminado com o verbo na terceira pessoa do plural, caso não seja possível identificá-lo, mas sem o “se”. Exemplo: Quando menos esperávamos, tocaram fogo na palhoça.

7.1.4 Sujeito composto

1. O verbo fica no plural se o sujeito for composto anteposto, na pessoa que tiver primazia - primeira, segunda e terceira respectivamente. Exemplos: Eu e papai saímos./Tu e mamãe saístes./O menino e a mãe chegaram.

Observação: Quanto ao segundo exemplo, a sintaxe contemporânea também admite “Tu e mamãe saíram”, afirma Rocha Lima, dado o grande afastamento que o usuário atual da língua tem do “vós”. Recomendamos, porém, atenção especial para a opção, pois, se a elaboração de uma questão for feita conforme a sintaxe tradicional, certamente não a admitirá.

2. O verbo fica no plural ou concorda com o núcleo mais próximo se o sujeito composto estiver posposto ao verbo. Exemplos: Saímos eu e ele./Saí eu e ele.

3. O verbo pode ser flexionado no plural ou de acordo com o núcleo mais próximo do sujeito composto, independentemente da ordem que se estabeleça:

• quando o sujeito é constituído de palavras sinônimas ou quase sinônimas. Exemplo: Vejam o encanto, a paixão que a faz/fazem sonhar.

• quando o sujeito é constituído de uma sequência gradativa. Exemplo: Sua raiva, seu ódio me amedronta/amedrontam.

• quando o segundo núcleo exprime o resultado ou a consequência do primeiro. Exemplo: A doença e a morte do inimigo o sensibilizou/sensibilizaram.

• quando os dois núcleos formam juntos uma noção única. Exemplo: O fluxo e refluxo das vagas o embala/embalam.

• quando o sujeito é composto e posposto. Exemplos: Saíram/Saiu Ana e Carlos; Fomos/Fui eu, ela e José.

4. O verbo fica no singular se o sujeito composto for resumido por um pronome indefinido. Exemplo: Maria, Nanda, Lívio, Eva, nenhum dos quatro participou.

7.1.5 Regras especiais de concordância verbal

1. Sujeito expressão partitiva ou coletiva - se próxima ao verbo, este deverá ficar apenas no singular, mas, se dele estiver separada por adjunto adnominal, também poderá concordar com o adjunto. Exemplos: Parte se estragou./Parte dos caranguejos se estragou/se estragaram.

2. Sujeito pronome relativo “que” - o verbo concordará com o termo a que o pronome se refere. Exemplo: Fomos nós que fizemos o trabalho.

3. Sujeito pronome relativo “quem” - o verbo concordará com o termo a que o pronome se refere ou com o próprio pronome, ficando no singular. Exemplo: Fomos nós quem fez/fizemos o trabalho.

4. Sujeito constituído de pronome indefinido singular + de + substantivo, numeral ou pronome - o verbo ficará no singular. Exemplo: Qual dos garotos vai?

5. Sujeito constituído de pronome indefinido plural + de + substantivo, numeral ou pronome - o verbo concordará com o pronome ou com o outro constituinte da locução. Exemplo: Quais de nós ajudaram/ajudamos?

6. Sujeito plural aparente - se antecedido de artigo plural, o verbo ficará no plural; caso contrário, o verbo ficará no singular. Exemplos: Vassouras fica longe./Os Alpes são de grande beleza.

Observação: Tratando-se de nome de obra, o verbo ficará no singular ou no plural. Exemplo: Os sertões é/são de Euclides.

7. Sujeito número fracionário - o verbo concordará com o numerador. Exemplo: Um quinto do grupo concordou comigo.

8. Sujeito número percentual - o verbo concordará com o numeral ou com a expressão seguinte. Se antecedido de determinante, ficará obrigatoriamente no plural. Exemplos: Cinco por cento da turma participou/participaram da votação./Os cinco por cento da turma participaram.

9. Sujeito constituído da expressão aproximativa “perto de”, “mais de”, “menos de” e “cerca de” - o verbo concordará com o numeral. Exemplos: Mais de um compareceu./Menos de três compareceram./Cerca de uma centena se estragou.

Observação: Havendo reciprocidade ou repetição da expressão, o verbo ficará no plural. Exemplos: Mais de um casal se abraçaram./Perto de mil homens, perto de mil mulheres fugiram.

10. Sujeito composto de infinitivos - o verbo ficará no singular. Exemplo: Amar e viver é melhor que tudo.

Observação: Sendo os infinitivos opostos ou antecedidos de artigo, o verbo ficará no plural. Exemplos: Sorrir e chorar fazem bem./O sonhar e o realizar devem nortear a vida.

11. Sujeito composto de núcleos ligados pelas locuções “tanto... como” e “não só... mas também” - o verbo ficará no plural. Exemplos: Tanto o pai como o filho nos ajudam./Não só o príncipe mas também seus súditos divertem-se.

12. Sujeito do infinitivo acompanhado dos verbos causativos (mandar, deixar, fazer, ver, ouvir, sentir e sinônimos) - o infinitivo

• não se flexionará se o seu sujeito for um pronome oblíquo. Exemplo: Mandei-os entrar.

• poderá flexionar-se ou não se o seu sujeito for um substantivo. Exemplo: Preciso ouvir os pássaros cantar.

13. Sujeito de verbo que indica hora - quando o verbo indicar horas, o relógio ou algo que o represente será o sujeito da oração. Se esse termo, porém, estiver preposicionado ou não for referido, o sujeito serão as horas.

Exemplos: O relógio deu dez horas./No relógio, deram dez horas./Deram dez horas.

14. Sujeito composto de núcleos ligados por "ou" - o verbo concordará com o núcleo mais próximo se houver exclusão, sinonímia ou retificação de número gramatical. Se nenhum desses fatos ocorrer, também se admitirá o plural. Exemplos: A Fonologia ou Fonemática ocupa-se do estudo dos fonemas. (sinonímia)/Ana ou Maria dirige o ônibus. (exclusão)/Conhecerei a pessoa ou as pessoas que dirigem a escola. (retificação de número gramatical). Mas: O prefeito ou seu assistente sempre se esconde/escondem do povo. (qualquer deles ou ambos)

15. Sujeitos ligados por "nem" - o verbo se flexiona no plural. No entanto, caso todos os núcleos estejam flexionados no singular e se deseje realçar que a mesma ação se repete para cada um deles em momentos diferentes, o verbo será singular. Exemplos: Nem Jorge, nem Ígor compareceram./Nem Jorge, nem Igor compareceu.

Observação: Se o sujeito estiver posposto ao verbo, este concordará com o núcleo mais próximo. Exemplo: Não veio nem ele, nem eu.

16. Sujeito "um (a) e outro (a)" - o substantivo que se segue à expressão "um e outro" é usado no singular, mas o verbo pode ser empregado no singular ou no plural. Exemplos: Um e outro parecia triste/pareciam tristes./Um e outro rapaz parecia triste/pareciam tristes.

17. Sujeito "nem um (a), nem outro (a)" - seguida ou não de substantivo a expressão, o verbo se flexionará no singular. Exemplo: Nem um, nem outro se surpreendeu.

18. Sujeito "um (a) ou outro (a)" - do mesmo modo que a expressão anterior, seguida ou não de substantivo, o verbo se flexionará no singular. Exemplo: Um ou outro passava./Um ou outro carro passava.

19. Sujeito "um (a) dos (as) que, nenhum (a) dos (as) que" - o verbo pode ser flexionado no singular ou no plural. Exemplos: Um dos que me ajudou/ajudaram foi ele./Nenhuma das que rezou/rezaram o fez sinceramente.

Observação: O verbo “ser” concorda com os núcleos “um” e “nenhuma”.

20. Sujeitos unidos por “com” - normalmente se usa o verbo no plural, mas, caso seja usado o verbo no singular, o segundo sujeito passa à condição de adjunto adverbial de companhia. Exemplos: O pai com o filho foram ao parque./O pai, com o filho, dirigiu-se à escola.

21. Sujeitos ligados por “tanto... como”, “assim como”, “não só... mas também” - prefere-se o verbo no plural. É raro o singular. Exemplos: Tanto o homem como a mulher o observavam./Assim Lucas como Eva iriam até os outros./Não só a nação mas também o príncipe estariam pobres.

7.1.6 A expressão “haja vista”

A expressão “haja vista”, com o sentido de “veja”, pode ser usada em três tipos de construções: Exemplos: Haja vista os que nos enganam, aos que nos enganam, dos que nos enganam. (= Veja)

7.1.7 Concordância do verbo “parecer”

1. O verbo “parecer” jamais se flexionará no plural quando anteceder um infinitivo plural. Logo, evite construções como: Eles parecem estarem tristes./Eles parecem terem sido eleitos.

Substitua as frases acima por: “Eles parece estarem tristes.”, “Eles parecem estar tristes.”, “Parece que eles estão tristes.”, “Eles parece terem sido eleitos”, “Eles parecem ter sido eleitos”.

Observação 1: Na primeira, na terceira e na quarta construções, há duas orações, e a segunda é sujeito da primeira. O sujeito da segunda, por sua vez, é “Eles”.

Observação 2: Na segunda construção, há uma locução verbal na voz ativa, por isso só a primeira forma verbal varia.

Observação 3: Na quinta construção, há uma locução verbal na voz passiva, por isso variam a primeira e a última formas verbais.

7.1.8 Concordância do verbo “ser”

7.1.8.1 Sujeito + ser + predicado

1. Preferência aos pronomes pessoais e, em segundo lugar, aos nomes de pessoas. Exemplos: Eu sou Manuel./Renato é os mimos da avó.

2. Concordância facultativa quando sujeito e predicativo são substantivos. Exemplos: A vida não é/são flores.

3. Havendo pronome indefinido ou demonstrativo na estrutura, bem como expressão de valor coletivo do tipo de o resto e o mais, o verbo concorda preferencialmente com o predicativo. Exemplos: Não entendi o que são os morfemas./Isto são loucuras.

Observação: A concordância com o sujeito, apesar de mais rara, também ocorre. Exemplo: Tudo é alegrias.

4. Sendo o sujeito o pronome interrogativo “que”, “o que” ou “quem”, a concordância se dá com o predicativo. Exemplos: Que/O que são comédias?/Quem são os convidados?

5. Nas locuções “é pouco”, “é muito”, “é mais de”, “é menos de”, “é tanto”, junto a especificação de preço, peso, quantidade etc., o verbo se flexiona no singular. Exemplo: Dez quilos de carne é suficiente.

Observação: Se antecedermos de artigo a especificação, teremos o plural. Exemplo: Os dez quilos de carne são suficientes.

6. Como impessoal, expressando distância ou data, concorda com o numeral. Caso a palavra “dia” esteja escrita, deve o verbo ficar no singular. Exemplos: São três léguas até o hotel. Exemplos: Hoje são quinze./Hoje é dia quinze.

Observação: É legítima a construção “Hoje é quinze”, ocorre uma silepse com a palavra subentendida “dia”.

7. Seguido da expressão “perto de”, permanece no singular ou concorda com o numeral. Exemplo: Era(m) perto de três horas.

8. A expressão “Era uma vez” é invariável. Exemplo: Era uma vez três amigos que habitavam uma velha cabana.

7.1.9 Concordância do infinitivo

Os gramáticos ainda não formularam um conjunto de regras fixas para o emprego do infinitivo. De qualquer modo, há aqui alguns conselhos relevantes.

7.1.9.1 Quando não flexionar o infinitivo

1. Quando figurar indeterminadamente. Exemplo: Caminhar é um bom exercício.

2. Quando tiver sentido de imperativo. Exemplo: Soldados, cessar fogo!

3. Quando for complemento de um adjetivo, for regido da preposição “de” e tiver sentido passivo. Exemplo: Eles são difíceis de capturar.

4. Quando, precedido de preposição “a”, equivaler a um gerúndio. Exemplo: Todos estiveram lá a cantar e a dançar.

5. Quando for o verbo principal de uma locução verbal e estiver próximo do auxiliar. Exemplo: Poderiam sair cedo.

6. Quando o seu sujeito é um pronome oblíquo átono. Exemplo: Deixe-nos dormir.

7.1.9.2 Quando flexionar o infinitivo

1. Quando o seu sujeito é diferente do sujeito da oração principal, excetuando-se desta regra a do item anterior. Exemplo: Reclamei de serem teimosos.

7.1.9.3 Quando é possível flexionar ou não o infinitivo

1. Quando, mesmo em uma locução verbal, estiver afastado de seu auxiliar. Exemplo: “Queres ser mau filho, mau amigo, deixar/deixares uma nódoa d’infâmia na tua linhagem? (Alexandre Herculano)

2. Quando o seu sujeito for um substantivo plural e a oração a que pertence exercer a função de um objeto direto de um verbo causativo (mandar, deixar, fazer, ver, ouvir, sentir ou sinônimos). Exemplo: Deixe as crianças chorar/chorarem.

3. Quando for necessário pôr em evidência o agente da ação, mesmo que ele seja o mesmo da oração principal. Exemplo: O sucesso, sem estudares, não o terás facilmente.

7.2 CONCORDÂNCIA NOMINAL

7.2.1 Regras básicas

1. Substantivos + adjetivo (adj. adn.) - O adjetivo concorda com o substantivo mais próximo ou fica no plural. Exemplos: Revistas e livros velhos/Livro e revistas velhas/velhos.

2. Adjetivo (adj. adn.) + substantivos - O adjetivo concorda com o substantivo mais próximo. Exemplos: Velhas revistas e livros/Velho livro e revistas.

3. Substantivos sinônimos ou em gradação + adjetivo - O adjetivo concorda com o substantivo mais próximo. Exemplo: Tinha raiva e ódio sangrento.

4. Substantivos antônimos + adjetivo - O adjetivo fica no plural. Exemplo: Havia ali amor e ódio eternos.

5. Substantivos + adjetivo (predicativo) - O adjetivo fica no plural. Exemplos: Mãe e filho são talentosos./Tenha corpo e alma limpos.

7.2.2 Regras complementares

1. Os adjetivos têm o último elemento variável se não houver substantivo nessa composição, pois, havendo, ficam invariáveis. Exemplos: Olhos verde-claros/Olhos verde-mar/Vestidos cor-de-rosa/Vestidos verde-bandeira.

2. Azul-marinho, azul-celeste, furta-cor e ultravioleta são invariáveis. Exemplos: Blusas azul-marinho/Saias azul-celeste/Tecidos furta-cor/Raios ultravioleta.

3. Sofrem variações:

• Mesmo = próprio (A gente mesma faz tudo.)

• Só = sozinho (Estávamos sós.)

• Junto = unido (Estão juntos.)

• Extra (Haverá aulas extras.)

• Próprio (Elas próprias virão.)

• Obrigado (Ana me disse obrigada.)

• Quite (Estamos quites.)

• Leso (Foi um crime de lesa-pátria.)

• Anexo (As cartas irão anexas.)

• Mas a locução “em anexo” é invariável. (As cartas irão em anexo.)

• Incluso (As cartas irão inclusas.)

• Apenso (Há cartelas apensas.)

• Nenhum (Não há preocupações nenhumas.)

4. “Bastante” é invariável como advérbio; como pronome indefinido ou adjetivo, é variável. “Menos” é invariável como advérbio e como pronome indefinido.

Exemplos:

• Pense bastante.

• Os argumentos foram bastantes.

• Bastantes pães foram distribuídos.

• Foram distribuídos pães bastantes.

• Elas são menos amáveis.

• Traga menos revistas.

5. São invariáveis:

• Mesmo = até ou realmente

• Só = somente

• Caro/Barato (depois de verbos como “custar”, “vender”, “comprar” etc.)

• Meio (como advérbio de intensidade).

• Alerta

Exemplos:

• As moças são mesmo simpáticas?

• Mesmo as moças vão?

• Comprou caro as peças.

• Comprou as peças barato/baratas

• Estava meio tonta.

• Fiquem alerta

Observação: A expressão “a sós” é invariável.

6. São invariáveis as locuções adjetivas e os substantivos com função adjetiva. Exemplos: Homens sem-vergonha/Ondas monstro.

7. O primeiro elemento da expressão “tal e qual” concorda com o antecedente, e o segundo, com o consequente. Exemplos: Os garotos são tais e qual o pai./O garoto é tal e quais os pais./O garoto é tal e qual o pai./Os garotos são tais e quais os pais.

8. Adjetivo + nomes próprios ou de parentesco. O adjetivo fica no plural. Exemplos: Grandes Machado e Eça, sois orgulho de vossas pátrias.

9. “Melhor” e “pior” são variáveis quando correspondem a “mais bom” e a “mais mau” respectivamente. Exemplo: Vocês são melhores condutores que nós. (melhor)

10. “Melhor” e “pior” são invariáveis quando correspondem a “mais bem” e a “mais mal” respectivamente. Exemplos: Eles se sentem melhor agora? (melhor)/Os filhos agiram pior que a mãe. (pior)

11. São corretas as construções:

• Elas nada têm de louco/de loucas.

• As literaturas portuguesa e brasileira.

• A literatura portuguesa e brasileira.

• A literatura portuguesa e a brasileira.

12. O adjetivo “possível” varia se o artigo estiver no plural. Exemplos: Estes alunos são o mais aplicados possível./Estas meninas são as mais dóceis possíveis.

8. Regência Verbal e Nominal

8.1 Regência Verbal

Prestigiaremos aqui as regências modernas, evitando o que possa ser obsoleto. Utilizaremos as iniciais VTD (verbo transitivo direto), VTI (verbo transitivo indireto), VTDI (verbo transitivo direto e indireto) e VI (verbo intransitivo) para indicar a predicação verbal e acrescentaremos a preposição necessária ao verbo para o sentido que lhe dermos.

8.1.1 Regência de alguns verbos

1. Abdicar (VTD ou VTI + prep. “de”) - Exemplo: Abdicou (d) o trono.

2. Acreditar (VTI + prep. “em”) - Exemplo: Acredito em crianças.

3. Ansiar (VTD ou VTI + prep. “por”) - Exemplo: Anseia (por) sucesso.

4. Anteceder (VTD ou VTI + prep. “a”) - Exemplo: Antecedeu (a) o primo no cargo.

5. Agradar (VTD) = mimar - Exemplo: Não agrade seu filho logo depois de lhe fazer reclamações/(VTI) + prep. “a” = satisfazer - Exemplo: O ator agradou muito ao público.

6. Antipatizar e Simpatizar (VTI) + prep. “com” - Exemplo: Antipatizou comigo; Simpatizou comigo.

7. Ajudar (VTD ou VTDI) - Exemplo: Ajudei-o/Ajudei-o a fugir.

8. Aludir (VTI) + prep. “a” = referir-se a - Exemplo: Aludiu à fuga dos presos.

9. Aspirar (VTD) = sorver - Exemplo: Aspirei o ar da montanha/(VTI) + prep. “a” = desejar - Exemplo: Sempre aspirou àquele cargo.

10. Atentar (VTI) + prep. “para” ou “em” - Exemplo: Atente para aquele anúncio; Atente naquele anúncio.

11. Atender (VTD ou VTI + prep. “a”) = quando se tratar de pessoas - Exemplo: Atenda seu amigo, por favor. Atenda a seu amigo, por favor!/Apenas (VTI) + prep. “a” = quando não se tratar de pessoas - Exemplo: Manuel atendeu ao telefone.

12. Assistir (VTI) + prep. “a” = presenciar - Exemplo: Assistiu à cena com pesar/(VTI) + prep. “a” = caber, competir - Exemplo: Assistia à família o direito ao benefício/(VI) + prep. “em” = morar. - Exemplo: Assistiu em São Paulo durante toda a sua vida/(VTD) ou (VTI + prep. “a”) = dar assistência, ajudar - Exemplo: O médico assistiu o paciente; O médico assistiu ao paciente.

13. Atingir (VTD) = alcançar - Exemplo: A pedra atingiu-o. Atingiu-lhe a cabeça.

14. Chamar (VTD) = invocar - Exemplo: Chame-os para a nossa festa/(VTD) ou (VTI + prep. “a”) = denominar - Exemplo: Chamava-a (de) querida/Chamava-lhe (de) querido.

15. Cogitar (VTD ou VTI + prep. “de” ou “em”) - Exemplo: Cogitou uma viagem./Cogitou de (ou em) fugir.

16. Compartilhar (VTD) = dividir - Exemplo: Compartilhemos nossas dores.

17. Confiar (VTI) + prep. “em” - Exemplo: Confio em você/(VTDI) + prep. “a” - Exemplo: Confiou-me o segredo.

18. Consentir (VTD ou VTI + prep. “em”) - Exemplo: Consentiu (em) que fôssemos.

19. Consistir (VTI) + prep. “em” - Exemplo: A prova consiste em quebrar dez tijolos.

20. Deparar (VTI + prep. “com”) - Exemplo: Deparei com ele ontem.

21. Desfrutar (VTD) = aproveitar, gozar - Exemplo: Desfrutamos bem esses dias/(VTI) + prep. “de” = ter - Exemplo: Desfruta de bom conceito no meio científico.

22. Discordar (VTI) + prep. “de” - Exemplo: Discordo de você.

23. Dispor (VTI) + prep. “de” - Exemplo: Não dispõem da verba.

24. Esquecer (VTD) - Exemplo: Esqueceu a carteira na loja./Esqueceu-se a carteira na loja.

25. Esquecer-se e lembrar-se (pronominais) (VTI) + prep. “de” - Exemplo: Esqueci-me de tudo./Lembro-me do episódio.

26. Ir, vir e chegar (VI) + “a” - introduzindo adjunto adverbial de lugar ou de meio - Exemplo: Foi à praia.

• + “em” - introduzindo adjunto adverbial de meio ou de tempo - Exemplo: Chegou em uma moto. Chegou em outubro.

• + “com” - introduzindo adjunto adverbial de companhia - Exemplo: Veio com o filho.

27. Implicar (VTD) = resultar - Exemplo: Isso implicará preocupações./(VTI) + prep. “com” = perseguir - Exemplo: Não implique com ele./(VTI) + prep. “em” = Envolver-se em - Exemplo: Costuma implicar-se em confusões.

28. Lembrar (VTD, VTI ou VTDI) - Exemplo: Nunca se lembre um momento tão ruim!/Quando estou só, lembra-me o dia em que o conheci./Lembraram-me tudo que eu não queria lembrar.

29. Namorar (VTD) - Exemplo: Você já a namorou?

30. Necessitar (VTD ou VTI + prep. “de”) - Exemplo: Necessito (de) paz.

31. Olhar (VTD) = ver - Exemplo: Olhe que linda passagem./(VTI) + prep. “a” ou “para” = considerar, levar em conta - Exemplo: Olhe bem para seus problemas.

32. Obedecer e desobedecer (VTI) + prep. “a” - Exemplo: Obedeça ao semáforo./Não desobedeça aos seus pais./Por que lhe desobedeceu?

33. Partilhar (VTD) - Exemplo: Partilharam os víveres./(VTDI + prep. “com”) - Exemplo: Partilhe o alimento com seu irmão.

34. Pagar e Perdoar (VTD) - Exemplo: Já pagaram todas as dívidas./(VTI ou VTDI + prep. “a”) - Exemplo: Espero que Deus me perdoe./Já nos pagaram todas as dívidas./Perdoe-nos a falta.

35. Preceder (VTD ou VTI + prep. “a”) - Exemplo: Precedeu (a) o irmão no trono.

36. Preferir (VTD) - Exemplo: Prefiro doce./Preferi-o/(VTDI + prep. “a”) - Exemplo: Prefiro o doce ao soverte.

37. Pisar (VTD) - Exemplo: Não pise meu pé.

38. Precisar (VTD) = calcular com precisão - Exemplo: O piloto precisou o local do pouso./(VTI) + “de” = necessitar de - Exemplo: Preciso de paz.

39. Presidir (VTD ou VTI + prep. “a”) Presidiu (a) o encontro.

40. Proceder (VI) = ter cabimento ou comportar-se. - Exemplo: A acusação não procede./Procedeste muito mal./(VTI + prep. “de”) = provir - Exemplo: Procede de São Paulo./(VTI + prep. “a”) = dar início - Exemplo: Proceda ao julgamento.

41. Querer (VTD) = desejar - Exemplo: Quero o livro que me indicaram. Quero-o muito./(VTI) + prep. “a” = estimar - Exemplo: Quero-lhe muito.

42. Renunciar (VTD ou VTI + prep. “a”) - Exemplo: Renunciei (a) o prêmio.

43. Responder (VTI) + prep. “a” - Exemplo: Responda à questão.

44. Revidar (VTI) + prep. “a” - Exemplo: Revidou prontamente ao inimigo.

45. Satisfazer (VTD ou VTI + prep. “a”) - Exemplo: Satisfez (a) o desejo dos amigos.

46. Servir (VTD ou VTDI + prep. “a”) = prestar serviço, oferecer - Exemplo: Serviu o chá.

Serviu os convidados com delicadeza./Serviu-lhe o chá./(VTI) + prep. “a” = ser útil ou agradável - Exemplo: O texto serviu ao que queríamos.

47. Usufruir (VTD ou VTI) = aproveitar, gozar - Exemplo: Usufrua muito bem (d)as férias.

48. Visar (VTD) = pôr a vista em, conferir - Exemplo: Visei todos os cheques. O atirador visou mal o alvo./(VTI) + prep. “a” = desejar - Exemplo: Só visa ao lucro.

8.1.2 Informações complementares

1. Os verbos não têm regência fixa. Exemplos: Custa aprender isso. (V.I.); Custa-me aprender isso. (V.T.I.) (O.I.)

2. Os verbos “pagar”, “perdoar”, “obedecer” e “responder” podem estar na voz passiva, apesar de transitivos indiretos. Exemplo: Minha pergunta não foi respondida.

3. Os pronomes o(s), a(s) e variações não são usados como objetos indiretos, nem o pronome lhe(s) como objeto direto ou sujeito.

4. Os verbos “assistir” (significando “presenciar”), “visar” (significando “desejar”), e “aspirar (também significando “desejar”), apesar de transitivos indiretos, não aceitam o pronome “lhe”. Exemplos: É muito interessante o filme. Assisti a ele duas vezes. Mas: É muito interessante o filme. Assisti-lhe duas vezes. (Construção não recomendada).

8.2 REGÊNCIA NOMINAL

Na maioria dos casos, os nomes são regidos pelas preposições que regem os verbos do mesmo étimo deles. Exemplos: José se preocupa com os amigos./José tem preocupação com os amigos./Prefiro obedecer aos mais velhos a desrespeitá-los./Prefiro ter obediência aos mais velhos a desrespeitá-los.

8.2.1 Regência de alguns nomes

Acessível (a); acostumado (a, com); afável (com, para com); agradável (a); alheio (a, de); amor (a, de, por); ansioso (de, para, por); apto (a, para); assíduo (em); atenção (a, para); aversão (a, para, por); ávido (de); benéfico (a); capacidade (de, para); capaz (de, para); compatível (com); consulta (a); contemporâneo (a, de); contrário (a); curioso (de, por); deputado (por); descontente (com); desejoso (de); devoção (a, para com, com); dúvida (acerca de, em, sobre); equivalente (a); escasso (de); essencial (para); falta (a); fanático (por); favorável (a); grato (a); hábil (em); habituado (a); horror (a); idêntico (a); imbuído (de, em); imune (a); incompatível (com); impróprio (para); indeciso (em); insensível (a); medo (a, de); morador (em); necessário (a); nocivo (a); obediência (a); ojeriza (a, por); paralelo (a); passível (de); preferível (a); prejudicial (a); prestes (a); propício (a); próximo (a, de); relacionado (com); residente (em); respeito (a, com, para com); satisfeito (com, de, em, por); semelhante (a); senador (por); sensível (a); sito (em); suspeito (de); vizinho (a, de).

9. Crase

A crase é um fenômeno que se representa pelo acento grave (`). Não é memorizando regras em excesso que se saberá empregar este acento convenientemente. É preciso, em primeiro lugar, considerar que a crase ocorre entre a preposição a e um dos elementos a seguir. Assim, é preciso identificar não só a exigência da preposição “a” no contexto (o que depende do conhecimento das regências verbal e nominal e de certas locuções), mas também a existência de um dos demais elementos que serão agora referidos.

1. o artigo definido a(s);

2. o pronome demonstrativo a(s);

3. o a inicial dos demonstrativos aquele(s), aquela(s) e aquilo.

9.1 A CRASE DA PREPOSIÇÃO COM O ARTIGO

9.1.1 A definição do substantivo, o uso do artigo definido e a crase

• O artigo singular “a” - Existirá antes de substantivos femininos singulares que não estejam empregados de modo indefinido, o que seria incoerente com o artigo definido. É por essa razão que só ocorre a crase antes da palavra “distância” se, além de haver preposição “a” no contexto, a distância estiver definida para o emissor e o receptor (quem fala ou escreve a mensagem e quem a ouve ou lê, respectivamente). Exemplo: Fique à distância exigida pelo Código de Trânsito sempre que estacionar seu carro próximo a esquina/à esquina.

Observação 1: Inicialmente me refiro a uma distância específica (a que consta no Código de Trânsito), por isso o artigo definido é necessário.

Observação 2: Posso me referir a esquinas quaisquer (sem artigo definido e, portanto, sem a existência de crase). A frase, neste caso, significa: “Fique à distância exigida pelo Código de Trânsito sempre que estacionar seu carro próximo a alguma esquina”.

Observação 3: Posso ainda me referir a uma esquina específica - à esquina do quarteirão onde se situa a casa do leitor, por exemplo. Neste caso, teremos artigo definido e, portanto, a crase.

Observação 4: Explica-se, então, a crase como facultativa no fim do nosso exemplo. Não se deixe de perceber, porém, que a inserção ou a supressão do acento grave gera diferentes efeitos semânticos, o que é passível de ser explorado com frequência nas provas.

• O artigo plural “as” - Determinará a existência de crase sempre que o contexto exigir preposição. Exemplos: Amanhã, preciso ir às feiras. (O verbo “ir” admite a preposição “a”.)/Não vou a feiras. Sinto-me impaciente.

(Não há artigo, pois o “a” não poderia ser um artigo singular, visto que o substantivo está flexionado no plural. Trata-se apenas de uma preposição, exigida pelo verbo “ir”.)

9.1.2 A indefinição do substantivo e a ausência de crase

A indefinição de um substantivo pode ser representada em nossa língua de diversas formas:

a) pela presença de um artigo indefinido. Exemplo: Não vou a um bar, não vou a uma boate.

b) pela presença de um pronome indefinido. Exemplos: Não vou a bar algum, não vou a boate alguma./Não sei a que pessoa recorrer.

c) pela presença de um adjetivo cuja semântica sugira indefinição. Exemplo: Fui a praias diversas.

d) pela simples ausência de artigo definido, quando nos referimos a algo de forma genérica, indefinida. Não gostava de ir a vaquejada. (Não se trata de uma vaquejada específica.)

9.2 Regras Especiais de crase

9.2.1 A palavra “casa” e a crase

9.2.1.1 O sinal grave é proibido

• se o verbo não exigir preposição “a”. Exemplo: Visitei a casa de Pedro.

• se a casa referida pertencer ao sujeito da oração. Exemplos: Não voltei a casa./Não voltou a casa.

Observação: O verbo “voltar” exige a preposição “a” no contexto. A palavra “casa”, porém, não exige artigo quando se refere à casa do sujeito (termo essencial da oração). Veja: Estou em casa./Está em casa./Passei por casa./Passou por casa./Saí de casa./Saiu de casa.

9.2.1.2 O sinal é facultativo

• se houver pronome possessivo acompanhando a palavra “casa”. Exemplo: Vou à tua casa./Vou a tua casa.

Observação 1: O possessivo pode ser usado ou não com artigo. Vejamos: “Vi tua casa.”/“Vi a tua casa”. Se é facultativo o artigo, é facultativa a crase. Isso ocorre mesmo que a casa pertença ao sujeito. Exemplo: Vou a minha casa./Vou à minha casa.

Observação 2: Outras comparações também são válidas para perceber que o artigo é facultativo: Estou em minha casa ou Estou na minha casa./Passei por minha casa. ou Passei pela minha casa./Saí de minha casa. ou Saí da minha casa.

Observação 3: Caso tenhamos “Vou a tuas casas”, o uso do sinal grave não será mais facultativo, e sim proibido, pois não se poderá apontar um artigo singular antes de um substantivo plural. O “a” será, portanto, apenas preposição.

• se houver adjunto adnominal que designe o dono ou morador. Exemplo: A visita à casa de Leda/A visita a casa de Leda/Vou à casa de meus pais./Vou a casa de meus pais.

Observação 1: As duas construções (com e sem sinal grave) são corretas. No entanto, só em questões que exigem maior aprofundamento de estudos do candidato, a ausência do sinal grave é considerada correta. A nossa preocupação aqui é a de que você, concursando, saiba observar o nível de aprofundamento da questão e dar a ela o tratamento adequado. Caso lhe exijam optar por uma ou outra forma de construção, orientamos que opte pela que é mais comum: com o sinal grave. Ao escrever seu textos, tenha o mesmo procedimento. Caso perceba, porém, que a questão vai além do que é convencional, considere uma e outra frase corretas. Vamos entender por que assim deve ser na próxima observação.

Observação 2: Imagine as seguintes frases: (1) “Não durmo em casa de Leda, e sim em hotel”./“Não durmo na casa de Leda, e sim em um hotel”; (2) “Não moro em casa de meus pais.”/“Não moro na casa de meus pais”.

Você observou que é possível usar os sintagmas nominais “casa de Leda” e “casa de meus pais” com ou sem artigo. Aí se explica ser a crase facultativa nos exemplos dados.

• o sinal continua facultativo quando a palavra “casa” é acompanhada de oração adjetiva restritiva, que faz o papel de um adjunto adnominal ao restringir a casa. Exemplos: Chegou à casa que alugou./Chegou a casa que alugou.

Observação: Imaginemos as frases: “Dorme em casa que alugou” e “Dorme na casa que alugou”. É possível usar ou não o artigo. Vale aqui a mesma observação feita no item anterior. Se o artigo é facultativo, também o é a crase.

9.2.1.3 Quando o sinal é obrigatório

• com a palavra “casa” flexionada no plural, sempre que estiver antecedida de artigo plural e o contexto exigir a preposição “a”, mesmo que as casas

pertençam ao sujeito. Exemplo: Foram às casas logo cedo. Mas: Visitaram as casas logo cedo (O verbo não admite a preposição “a”).

• com a palavra “casa” determinada por adjunto adnominal que não designe o nome do dono ou morador. Exemplo: Fui à casa da esquina.

Observação 1: Não devemos considerar livre de exceções a regra que afirma só ocorrer a crase antes da palavra “casa” se ela estiver especificada. Imaginemos o seguinte contexto: Maria nos mostrou uma casa que existia no alto da montanha e nos convidou para visitá-la, no entanto só muito tempo depois resolvemos ir à casa.

Observação 2: A casa, apesar de não estar acompanhada de um adjunto adnominal que a determine, que a especifique, é já conhecida do emissor e do receptor, estando, assim, definida para ambos e merecendo o artigo definido. É obrigatório, portanto, o uso do acento grave.

9.2.2 As palavras “distância” e “terra” (em oposição a “mar” ou a “ar”) e a crase

Se estiverem determinadas e o contexto exigir a preposição “a”. Exemplos: Fique à distância de dez metros; O marinheiro chegou à terra de sua infância e não a reconheceu. Mas: Fique a distância; O marinheiro chegou a terra cedo.

9.2.3 A expressão “à moda de” e a crase

A expressão receberá o sinal grave mesmo se “moda de” estiver subentendida. Exemplos: Veste-se à Dior./Dançam à 1960.

9.2.4 As locuções adverbiais, adjetivas, prepositivas e conjuntivas femininas e a crase

Os quatro tipos de locução receberão o sinal grave se não tiverem palavras repetidas nem palavras que indefinam os substantivos. Exemplos: Saiu às três horas; O jantar à luz de velas é uma boa opção; À custa de estudar, conseguiu aprovação; À medida que lê, encanta-se.

Observação: Veja as locuções dos exemplos expostos. A locução adverbial estabelece uma circunstância em relação a um verbo (saiu). A adjetiva, em relação a um substantivo (jantar). A locução prepositiva se encerra em uma preposição (de). A conjuntiva, que une orações, na palavra “que”. Mas: Derramou-lhe o sangue gota a gota. (Há palavra repetida, e, se a primeira não tem artigo, a segunda também não o terá.); Comprou um carro a álcool. (A locução é masculina.); Sairá daqui a uma hora. (A determinação da hora depende do momento em que a frase é produzida. Assim, não se trata de uma hora precisa); Vive a expensas do pai. (Não há artigo, visto que “expensas” é palavra flexionada no plural e não admitiria um artigo flexionado no singular).

9.2.5 Os nomes de lugares femininos e a crase

Se os nomes admitirem artigo e se as palavras que os antecederem exigirem preposição, ocorrerá a crase. Recomendamos o “teste do retorno”. Se obtivermos “retornei de”, não haverá crase. Se obtivermos “retornei da(s)”, haverá crase. Antes, porém, vale conferir se o verbo exige preposição “a”. Exemplos: Vim a Fortaleza./Vim de Fortaleza.; Fui à Grécia./Vim da Grécia.

Observação 1: Se o nome feminino de lugar for especificado, haverá crase. Exemplo: Vim à Honduras dos meus sonhos.

Observação 2: Se o nome de lugar for masculino de uma cidade e for especificado, haverá crase. Exemplo: Fui à São Paulo dos museus.

9.2.6 Os nomes de mulher e a crase

Se mantivermos com elas intimidade ou se forem pessoas populares, havendo a preposição “a”, haverá crase. Exemplos: Entreguei a flor à Mara, minha amiga./Rogamos a Santa Maria a nossa paz.

9.2.7 As locuções adverbiais femininas de instrumento e a crase

É facultativo o uso do sinal grave, embora seja recomendado para evitar ambiguidades. Exemplos: Escreve a máquina./Escreve à máquina.

Observação: Essas e outras locuções têm o sinal grave não para marcar a crase, mas para facilitar a clareza, pois o “a”, nesses casos, é apenas preposição.

9.2.8 A preposição “até” e a crase

O uso do sinal grave é facultativo caso o contexto exija a preposição “a” e exista possibilidade de usar-se o artigo “a(s)”. Exemplos: Foi até a praia./Foi até à praia; Foi até as praias/Foi até às praias. Mas: Veio até a Fortaleza./Veio até Fortaleza. (A preposição “a” é facultativa, mas não há artigo antes da palavra “Fortaleza”, a menos que esteja determinada: Veio até a Fortaleza de Iracema./Veio até à Fortaleza de Iracema).

Observação: É preciso distinguir a preposição da palavra de inclusão “até” da palavra de inclusão “até”, que tem o sentido de “inclusive”, “também”, “mesmo”, “ainda”. A preposição pede pronome pessoal oblíquo tônico, e a palavra de inclusão, pronome pessoal reto. Exemplos: Ela veio até mim e entregou-me o livro; Até eu tenho coragem de pular no rio; Foi até a praias. (Não há artigo, pois não há artigo singular antes de substantivo plural. Há uma palavra de inclusão e uma preposição “a”.); Foi até para a(s) praia(s) (Não há preposição “a”, e sim uma palavra de inclusão e a preposição “para”).

9.3 A CRASE DA PREPOSIÇÃO “A” COM O DEMONSTRATIVO “A(s)”

O pronome demonstrativo também, como o artigo definido, especifica o substantivo.

Exemplos: Pague à moça que está no caixa hoje o que você deve. Eu pago o que devo amanhã à que estiver substituindo-a. Só não devemos fazer o pagamento à da portaria, pois sua função não é recebê-lo.

Observação: Quanto à existência da preposição, não há dúvida, pois pagamos algo a alguém e fazemos algo a alguém. O que se une a essa preposição nas duas passagens não é, porém, como na maioria das vezes, um artigo, pois não há em seguida um substantivo. Trata-se de um pronome demonstrativo. É preciso que você tenha cuidado com questões que, além de afirmar que uma sentença é ou não errada, oferecem justificativas para suas próprias afirmações, dizendo, por exemplo, que ocorre crase entre uma preposição e um artigo, quando, na verdade, ocorre entre uma preposição e um pronome demonstrativo.

9.4 A CRASE DA PREPOSIÇÃO “A” COM A PRIMEIRA LETRA DE UM DEMONSTRATIVO

A crase pode ocorrer entre a preposição “a” e o “a” inicial de “aquele(s)”, “aquela(s)” e “aquilo”. Exemplos: No livro, refiro-me àquilo que mais me incomoda. (“Referir-se” - verbo transitivo indireto que pede preposição “a”); Entregue tudo àqueles rapazes. (“Entregar” - verbo transitivo direto e indireto que pede preposição “a”). Exemplo: Vi aquelas moças ontem. (O verbo não pede preposição. É transitivo direto.)/Eu não disse aquilo. (Idem)

PARTE 2
ESTUDO DE TEXTO

NOTA ESPECIAL

Nós daremos início agora ao que mais incide nas provas para diplomata: o estudo de texto. Não nos referimos apenas a compreendê-lo, interpretá-lo. Referimo-nos também a descobrir-lhe as estratégias construtivas e as intenções que as orientam, bem como a conhecer os instrumentos diretamente relacionados a sua existência: suas linguagens e as funções destas, seus discursos, gêneros, recursos estilísticos e outros elementos. Sobre estes, teremos algumas unidades.

Quanto à compreensão em si, quanto à famosa interpretação de texto e aos conhecimentos de vocabulário, o que nos dará bons resultados são a curiosidade e a disposição para o exercício. Como ensinar a saber o sentido das palavras? Ninguém ousaria dizer conhecê-las totalmente. Podemos conhecer boa parte delas, mas nunca todas. Só podemos lhe dizer que procure recorrer às de mesma etimologia; que procure observar com atenção os indícios do que está perto, pois o contexto ajuda a descobrir sentidos; que leia muito e que, principalmente, faça muitos exercícios de interpretação. Nesta parte, você contará conosco.

Das treze provas analisadas, foram comentados aproximadamente 460 itens de interpretação. Leia uma vez o texto, sem se prender a detalhes. Em seguida, leia o primeiro item a analisar e volte à(s) passagem(ns) do texto que respaldará(ão) a aceitação ou invalidação do item. Só depois de ter feito sua opção, veja os comentários que lhe fornecemos. É nesse momento que poderá descobrir que pontos porventura lhe passaram despercebidos ou foram interpretados indevidamente. Repita o procedimento para os demais itens de interpretação.

É esse exercício cansativo que deve diferenciar o futuro diplomata ou qualquer outro estudante que se destine a obter aprovação em concursos. De

nossa parte, diremos algo que, a princípio, pode lhe parecer absurdo: se o estudo que lhe exigem é estafante, muitos desistirão dele; se é complexo, ser mais forte que os indispostos é vencer, é a ação necessária para obter o que quer. Em outras palavras, o seu sofrimento de estudante é a sua garantia de estar entre os poucos de êxito. A questão se resume a dedicação!

10. Coerência e Coesão

Coerência e coesão são conceitos que quase sempre estão relacionados, mas a primeira pode ocorrer sem a segunda, pois não depende, às vezes, do emprego das partículas de coesão (conjunções, advérbios, locuções adverbiais, pronomes e outros elementos). Veremos agora um exemplo em que a coerência se dá sem a necessidade de quaisquer desses elementos, pois ela se resume à obtenção de uma lógica textual, de acordo com a intencionalidade de quem o produz. Se a intencionalidade é atingida, há coerência. O poema de José Paulo Paes confirma a afirmação:

Epitáfio para um banqueiro

NEGÓCIO

EGO

ÓCIO

CIO

O

(José Paulo Paes)

O poema, de notória tendência concretista, consegue sugerir algumas afirmações: a de que a vida de um banqueiro se resume a negócios; a de que ele, além de ser voltado para si, em seu egocentrismo (EGO), é ocioso (ÓCIO) e sente grande atração pelo negócio, pelo enriquecimento (CIO). Assim, limita-se a isso a sua vida, da qual resta apenas como memória o nada (O), a insignificância.

A coerência textual pode ser estabelecida até mesmo com uma só palavra. Basta, para isso, que o contexto a admita. Quando chegamos a um lugar e encontramos outras pessoas, podemos usar, por exemplo, a interjeição

“Oi!”. O seu uso é coerente. Ao nos retirarmos, a mesma interjeição não seria cabível: provocaria uma incoerência.

Analisemos agora o seguinte trecho:

O menino é simpático e inteligente. Veste a roupa nova que sua avó lhe deu e vai para o parque. Lá, brinca durante toda a tarde e, ao sair, traz a camisa suja, os sapatos enlamaçados, os cabelos arrepiados.

Observe que o pronome “sua” recupera o termo “menino” (sua avó = a avó do menino). Configura-se aí um exercício de coesão. A palavra “Lá”, por sua vez, recupera “o parque”, e ela ocorre mais uma vez. A elipse do sujeito do verbo “vestir” recupera o sujeito anterior: “o menino”. Já entre a primeira e a segunda frase, não há coesão, mas não é essa a razão da Incoerência entre elas, e sim o fato de ser simpático e inteligente em nada se relacionar com o que acontece ao garoto.

Experimentemos substituir a primeira frase por “O menino é desleixado, descuidado.” O texto ganha, então, coerência, sem ter sido necessário introduzir qualquer elemento coesivo. Caso desejemos fazer isso, porém, não haverá dificuldade, pois, estabelecida a coerência, é possível realçá-la pela coesão:

O menino é tão desleixado e descuidado que veste a roupa nova que sua avó lhe deu e vai para o parque. Lá, brinca durante toda a tarde e, ao sair, traz a camisa suja, os sapatos enlamaçados, os cabelos arrepiados.

Por fim, vejamos um exemplo em que a coesão é essencial:

O cahorro perseguiu o gato. Correu.

Percebe-se aqui a necessidade da coesão. Poderíamos dizer:

O cachorro perseguiu o gato, que correu. O pronome relativo introduzido deixa claro ao receptor que o gato correu. Sua ausência provoca estranheza e ambiguidade. Assim, a coesão textual é o conjunto de articulações gramaticais existentes entre as palavras, orações, frases, parágrafos e partes de um texto que lhe possibilite uma sequência coerente de ideias. Por sua

vez, a coerência é a existência de nexo, apoiando-se, por vezes, em mecanismos formais, de natureza gramatical ou lexical e no conhecimento compartilhado entre os usuários da língua. Pode-se dizer que o conceito de coerência está ligado ao conteúdo, ou seja, está no sentido constituído pelo leitor. É a competência linguística, tomada em sentido lato, que permite a esse falante reconhecer de imediato a coerência de um discurso.

11. Os Elementos da Comunicação, a Linguagem e suas Funções

11.1 OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO

Para que ocorra a comunicação, são necessários os seguintes elementos:

1. Emissor - emite, codifica a mensagem: escreve, fala, gesticula, movimenta-se, pinta, esculpe, canta.

2. Receptor - recebe, decodifica a mensagem: lê, ouve, vê, toca.

3. Referente - assunto, elemento de que se trata.

4. Canal - meio pelo qual circula a mensagem: jornal, livro, revista, folheto, prova, quadro, CD.

5. Código - conjunto de signos usados na transmissão e recepção da mensagem.

6. Mensagem - o que se codifica, o que se informa.

11.2 A LINGUAGEM

11.2.1 O que é linguagem?

É a forma utilizada para a expressão e comunicação entre as pessoas. Mas essa forma não é, necessariamente, um conjunto de palavras faladas ou escritas. Pode ser constituída também de gestos e imagens. Afinal, não nos comunicamos apenas pela fala ou escrita.

11.2.2 Tipos de linguagem

1. Verbal (oral ou escrita) - faz uso de palavras.

2. Não verbal - não faz uso de palavras: um semáforo, um apito do juiz em uma partida de futebol, um cartão vermelho, um cartão amarelo, uma dança; um aviso de “não fume” ou de “silêncio” por meio de um ícone, por exemplo.

• Icônica - faz uso de ícones, ou seja, de desenhos, figuras, fotografias: a identificação de “feminino” e “masculino” em portas de banheiro quando postas placas que têm desenho de um homem ou de uma mulher, por exemplo.

• Cinésica - faz uso de movimentos: a dança, a mímica, por exemplo.

• Gestual - faz uso de gestos: o simples balançar da cabeça para cima e para baixo, o que indica consentimento, concordância; o levantar do polegar para indicar positividade, por exemplo.

Observação: A linguagem pode ser ainda verbal e não verbal ao mesmo tempo, como nos casos das charges, cartoons e anúncios publicitários.

11.3 AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Alguns linguistas se ocuparam de estudar as funções da linguagem. Um deles, Roman Jakobson, em sua obra Linguística e comunicação, de 1970, apontou seis dessas funções. Seus estudos são reconhecidos de grande valor, e aqui resumimos o que registrou que possa ser do interesse imediato de quem precisa conhecer o que é essencial sobre o assunto.

11.3.1 Função emotiva (ou expressiva)

É centrada no emissor: ele expressa suas emoções, seus sentimentos, seus anseios e gostos. É comum haver interjeições, exclamações, reticências e uso da primeira pessoa do discurso. Trata-se de uma função comum em autobiografias, cartas de amor, memórias, poesias líricas etc.

Exemplo:

“Uma parte de mim é todo mundo,

outra parte é ninguém, fundo sem fundo

(...)

Uma parte de mim é permanente,

Outra parte se sabe de repente”.

Ferreira Gullar

11.3.2 Função apelativa (ou conativa)

É centrada no receptor (destinatário): o emissor quer influenciar o comportamento do receptor, com a intenção de convencê-lo ou de lhe dar ordens. Outras vezes, deseja apenas fazê-lo ouvir ou ler sobre si mesmo. Geralmente se usam os pronomes “tu”, “você” ou o nome da pessoa.

Também se usam vocativos e imperativos. Essa função é comum em discursos, sermões, propagandas políticas e religiosas.

Exemplo:

Deus, ó Deus, onde estás que não respondes?

Em que estrela tu t'escondes?

Castro Alves

11.3.3 Função referencial ou denotativa

É centrada no referente, prevalecendo a terceira pessoa do discurso. É uma função comum nos jornais e livros científicos. Exemplo: Machado de Assis, grande escritor brasileiro, escreveu romances, contos, crônicas, crítica literária, poesias e peças.

11.3.4 Função fática

É centrada no canal. É empregada sempre que desejamos iniciar, continuar ou encerrar uma comunicação. A intenção de quem a usa é testar a comunicação, saber se esta está se estabelecendo satisfatoriamente ou se pode ser iniciada ou finalizada. Exemplos: Oi, tudo bem?; Olá, como vai?; Adeus!; Alô!; Vocês querem que eu repita? Não entenderam?

11.3.5 Função poética

É centrada na mensagem. Interessa o plano de expressão da mensagem. A linguagem é figurada, poética, afetiva, sugestiva, conotativa e metafórica. É comum em obras literárias, letras de músicas, propagandas. Exemplo: "Lá em cima daquela serra, passa boi, passa boiada, passa gente ruim e boa, passa minha namorada" (Guimarães Rosa).

11.3.6 Função metalinguística

É centrada no código. É a linguagem para explicar a linguagem, ou seja, o código para explicar o próprio código; a poesia para explicar a poesia, o texto que comenta outro texto. É a função por excelência dos dicionários. Exemplo: A célula é a unidade fisiológica do ser vivo.

12. Variações Linguísticas

Seu dotô, me dê licença,

pra minha história contá,

pois eu sô da terra estranha

e é bem triste o meu pená.

Patativa do Assaré

Uma língua não é falada uniformemente por seus usuários. Dentro de uma mesma língua há, pois, diversos falares, e suas diferenças recebem influências diretas da história dos grupos e das regiões, da cultura da época e dos contextos político, econômico e social.

Entre membros de um mesmo grupo, há também diferenças de falares, e cada um desses membros domina várias formas de expressão, utilizando-as em diferentes ocasiões, influenciadas essas formas pelo contexto, por aspectos emocionais, sociais, entre outros. Há nítida diferença, por exemplo, entre o modo de falar de um indivíduo que se encontra com os amigos em momentos de desconcentração e o modo de falar desse mesmo indivíduo ao se submeter a uma entrevista de emprego.

No texto de Patativa do Assaré, as palavras em destaque estão utilizadas em uma variante popular quanto aos aspectos fonológico e morfológico, pois elas se desviam do que a norma culta preceitua para sua pronúncia e grafia. Imagine que alguém resolvesse reescrevê-lo em modalidade culta:

Senhor doutor, dê-me licença

para contar minha história,

pois sou de uma terra estranha

e tenho sofrido bastante.

Note que, como texto poético, por isso intangível, o poema de Patativa perderia em graça e soaria falso se sua linguagem fosse alterada. Daí, a importância de respeitarmos as variações linguísticas quando os contextos as permitem. As noções de acerto e erro dão lugar, em análise mais abrangente e concernente com a realidade linguística, às noções de adequação e inadequação.

12.1 TIPOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

12.1.1 Fonológica ou fonética

É a variação que ocorre na realização dos fonemas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o “L” não soa como semivogal de um ditongo. Soa como consoante. É o que se chama variação diatópica.

Observação: Esse fato é visto com naturalidade pelos falantes e gramáticos da língua portuguesa, ao contrário de variações consideradas grosseiras, como a pronúncia do “O” aberto em palavras como “rouba”, “estoura”, “afrouxa”.

12.1.2 Variação morfológica

É a variação de forma. A flexão verbal dos verbos de segunda conjugação, por exemplo, cujos infinitivos se finalizam em -er, tem, na primeira pessoa do presente do indicativo, desinência “u”. Daí termos “viveu, cedeu, comeu”. Por associação, muitas pessoas querem flexionar verbos como “reter” e “manter”, conforme esse paradigma.

Ocorre, porém, que esses verbos são irregulares e, conforme a gramática, devem ser usadas as formas “reteve” e “manteve”.

12.1.3 Variação sintática

Muitos usuários da língua organizam suas sentenças de modo diferente do que preceitua a gramática normativa. Daí, as variações sintáticas. Há quem use, por exemplo, o pronome oblíquo “mim” como sujeito, criando, pois, uma variação sintática diferente da que se chama culta.

12.1.4 Variação lexical

A variação lexical diz respeito à escolha de diferentes formas para a expressão de uma mensagem, com uso de diferentes palavras. A afirmação,

por exemplo, de que alguém é exímio pianista pode ser feita de diversas maneiras, utilizando-se o falante de diversos níveis lexicais. Pode declarar, por exemplo, que alguém toca piano muito bem, que alguém é fera no piano.

12.2 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Vale lembrar a existência de algumas expressões utilizadas ao tratarmos de variações linguísticas:

1. Língua culta - É a língua ensinada nas escolas, recomendada pelos gramáticos, que evita vocabulário vulgar. Exemplo: Gostamos muito de vê-lo ontem, meu amigo.

2. Língua popular ou linguajar - É usada em situações informais ou mesmo em situações formais em que o falante não domina a língua culta ou não tem cuidado com a adequação de sua fala ao contexto. Costuma apresentar desvios de pronúncia, grafia, flexão, concordância, regência, colocação, ambiguidades, cacofonias, pleonasmos, clichês, entre outros. Exemplo: A gente gostou de te ver, rapaz. Você sempre traz alegria pra nós.

3. Gíria - A definição de gíria é a de uma linguagem criada por grupos que não desejam ser entendidos por estranhos, que preferem uma linguagem particular, diferenciada da convencional. É transitória, pois, quando se desgasta, por passar a ser de domínio comum, é substituída por nova gíria. Hoje, o seu uso extrapola a intenção aqui referida, pois muitas pessoas, principalmente as mais jovens, acrescentam ao seu vocabulário construções vistas e ouvidas nos meios de comunicação, copiadas de personagens de novelas, seriados e outros programas, sem que haja a intenção de particularizar a fala. Exemplos: Ih, meu irmão, os home tão no teu rastro. (Para referir-se a policiais à procura do receptor.); Ó doido, quando é que cê pinta aqui por casa? (Um amigo pergunta a outro quando este irá visitá-lo). A palavra “doido” foi usada sem a intenção de acusar o receptor de ser louco. Trata-se de mero modismo advindo da mídia.

4. Língua regional - É a língua típica de uma região, com construções e expressões próprias, mas isso não significa que ela não tenha semelhanças com a língua geral.

Exemplos:

- Ó meu, o que você está fazendo na rua a uma hora dessas? (Ó meu - expressão usada comumente por paulistas).

- Eu procuro um hotel, macho! (macho - expressão usada comumente por cearenses quando um homem se dirige a outro).

5. Língua especial - É própria de grupos profissionais, ideológicos ou religiosos e caracteriza-se pelo uso de termos próprios de seus conhecimentos. Exemplo: O paciente está brigando com os aparelhos, doutor.

6. Língua literária - É a língua que permite ao artista estabelecer significados especiais para as suas construções, dando-lhe valor artístico. Exemplo: “Amor é fogo que arde sem se ver” (Camões).

13. Textos Literário e não Literário

A seguir, temos dois textos que tratam do mesmo tema: a fotossíntese. Veremos em que eles se diferenciam.

Texto 1

Fotossíntese: da ação da luz sobre os vegetais verdes depende o mais importante de todos os fenômenos vitais, a fotossíntese, à qual estão direta ou indiretamente escravizados todos os seres vivos (...).

A. Almeida Júnior. A biologia educacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965, p. 201.

Texto 2

Luz do Sol

Que a folha traga e traduz

Em verde novo, em folha, em graça,

Em vida, em força e em luz.

(...)

Caetano Veloso

13.1 Diferenças entre texto literário e texto não literário

No primeiro texto, que não é literário, o objetivo do autor é puramente informativo, e o texto é preciso e literal. Trata-se de um texto univalente, pois possibilita uma única interpretação. Predomina a função referencial. É importante o plano do significado, do conteúdo.

Já no segundo texto, que é literário, privilegia-se o plano da expressão. Não interessa apenas informar, mas informar de forma especial, explorando os recursos do significante. Predomina a função poética, a função estética da linguagem. Sua linguagem, em vez de literal e precisa, é figurada.

13.2 Características do texto literário

São características do texto literário a conotação (existência de sentido figurado, contextual), a plurissignificação ou polissemia (condição de múltiplas leituras), a relevância do plano da expressão, a intangibilidade (o texto não pode ter suas partes invertidas, suas palavras substituídas. É possível fazer alterações no texto 1, mas, no texto 2, seriam muitos os prejuízos caso elas ocorressem. Perderíamos rimas, ritmo, gradação e outras de suas características.

13.2.1 Os gêneros literários

O texto literário, quanto à forma, pode ser escrito em prosa (tem o parágrafo como unidade de composição e difere da poesia por não explorar com tanta intensidade o significante) ou em poesia (tem o verso como unidade predominante e explora bastante o significante). Quanto ao conteúdo e à estrutura, foi o filósofo grego Aristóteles (384-322 a. C.) que classificou o texto literário em três gêneros: o lírico, o dramático e o épico. Desde o advento do Romantismo, tais gêneros se mesclam e dão origem a formas híbridas e livres de todos os preceitos que antes eram exigidos.

13.2.1.1 O gênero lírico

Neste gênero, que quase sempre se manifesta em versos, predomina a função emotiva ou expressiva da linguagem: a expressão do “eu”, das emoções e dos sentimentos. Por isso os temas líricos mais frequentes são o amor, a saudade, a solidão e a morte. A palavra “lírico” deriva de “lira”, instrumento musical com que os gregos acompanhavam suas canções. Essa união de verso e música fez com que o ritmo fosse a característica mais marcante da poesia lírica. Com o passar do tempo, os poemas deixaram de ser cantados e acompanhados por instrumentos musicais. Sua ligação com a música, no entanto, jamais desapareceu.

13.2.1.2 O gênero dramático

Em grego, “drama” significa ação, portanto pertencem ao gênero dramático textos em prosa ou em poesia que devem ser representados. Enquanto obras literárias escritas são textos apenas verbais. No momento da representação, porém, o não verbal (cenário, iluminação, vestuário...) produz, com o verbal, um texto híbrido. É sua característica a ausência de narrador. No Brasil, destacaram-se neste gênero José de Alencar, Machado de Assis, Martins Pena, Dias Gomes, entre outros.

13.2.1.3 O gênero épico

O texto épico retrata um fato grandioso, um feito heroico de algum povo ou nação. É impessoal, objetivo, e seu narrador conta fatos passados. As duas grandes epopeias da literatura ocidental são a Ilíada e a Odisseia, do poeta grego Homero. Influenciado por Homero (século IX a. C.), Virgílio, poeta latino (71-19 a.C.), escreveu a Eneida. Em Portugal, Camões (1525-1580) escreveu Os Lusíadas. No Brasil, as principais epopeias foram escritas no século XVIII: Caramuru, de Santa Rita Durão; O Uraguai, de Basílio da Gama; Vila Rica, de Cláudio Manuel da Costa. Romances como O Guarani, de José de Alencar, escrito durante o Romantismo; Luzia Homem, de Domingos Olímpio, escrito durante o Realismo; Os sertões, de Euclides da Cunha, escrito durante o Pré-Modernismo, entre outros, têm traços épicos.

13.2.1.4 Um gênero moderno: o narrativo

Modernamente, considera-se ainda um quarto gênero: o narrativo. Tal gênero abrange a epopeia e as chamadas prosas de ficção: o romance, a novela, o conto.

14. DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

14.1 DENOTAÇÃO

O sentido denotativo de uma palavra é o seu sentido literal, como se encontra nos dicionários, ou seja, a propriedade do signo linguístico de remeter a um objeto exterior à língua. A denotação pertence ao círculo da língua, pois se refere ao sentido de uma palavra o qual é comum a todos os seus falantes. A palavra “salgado”, por exemplo, na frase “A carne está salgada” significa exatamente “contém sal”, para todos os falantes do português do Brasil. Esse é o seu sentido denotativo, literal, real.

14.2 CONOTAÇÃO

Sentido conotativo é aquele que um signo linguístico adquire em um contexto quando esse sentido extrapola o sentido original. É uma alteração ou ampliação do sentido denotativo. A palavra “salgado”, por exemplo, na frase “Os preços daquela loja estão salgados”, não está empregada literalmente. O novo sentido que ela adquire no contexto é o de “caros”. Esse é o seu sentido conotativo, contextual.

14.2.1 Comentários relevantes

No texto literário, como os vocábulos assumem mais de um significado, dada a sua plurissignificação, a sua polissemia, um desses significados será o denotativo (aquele que deriva não do contexto, mas da convenção estabelecida na língua), e o outro ou os outros será(ão) o(s) conotativo(s), resultante(s) do contexto.

É importante esclarecer que não se chega ao sentido figurado, conotativo, sem recorrer-se ao sentido denotativo. Em “Amor é um fogo que arde sem se ver” e em “É ferida que dói e não se sente”, famosos versos de Camões, para que alcancemos o sentido mais profundo da mensagem, precisamos primeiro ater-nos ao sentido próprio ou denotativo do que é “amor”, “ser”, “fogo”, “arder”, “ver”, “doer”, “ferida”, “sentir”. Feito isso, poderemos, por relações de analogia, compreender o sentido conotativo que o poeta sugere: o de que o amor traz sensações semelhantes ao incômodo que o fogo e a ferida nos trazem, mas que, ao contrário destes, não pode ser visto nem sentido de modo objetivo, palpável.

Assim, no sentido denotativo, “fogo” e “ferida” significam o mesmo que significam em “Acenda o fogo para o churrasco” e em “É preciso sarar a ferida do pé”. No conotativo, especialmente no contexto em questão, significam “incômodo”, “inquietação”.

Nos versos “Uma parte de mim é multidão” e “Outra parte estranheza e solidão”, de Ferreira Gullar, as palavras “multidão” e “solidão”, por exemplo, têm o seu sentido denotativo como indispensável para chegarmos

a uma interpretação contextualizada do que o poeta sugere. A partir daí, a partir do momento em que consideramos “multidão” um grande grupo de pessoas e “solidão” a inexistência de companhia, em sentido denotativo, podemos chegar a um segundo significado: o de que o eu lírico é um ser paradoxal, que ora se comporta como as demais pessoas (é multidão), tendo com elas traços comuns; ora se comporta de modo unívoco, estando nisso a sua individualidade (quando se considera estranheza e solidão). Nos versos, portanto, “multidão” e “solidão” adquirem os sentidos do que é “comum” e do que é “particular” respectivamente. São esses sentidos chamados contextuais, conotativos.

15. Gêneros e Tipos de Texto

15.1 TEXTO E GÊNERO

O texto tem organização e estrutura próprias que definem o seu sentido, e este lhe permite ser objeto de comunicação entre dois sujeitos: emissor e receptor. O texto é um todo dotado de coerência que tem uma ou mais funções, que será(ão) atingida(s) quando a comunicação se realiza com sucesso entre quem o codifica (o emissor ou codificador) e quem o decodifica (o receptor, destinatário ou decodificador).

Os textos se organizam em gêneros. Alguns autores costumam falar em gêneros textuais e gêneros literários. O gênero do texto é determinado pelas características do seu estilo, do canal, de suas funções, pela função sociocomunicativa que exerce e também pelo seu conteúdo. Exemplos de gêneros: bilhete, carta, telefonema, notícia, email, cardápio, reportagem, aula, reunião, inquérito, resenha, aula virtual, resumo, biografia, relatório, piada, charge, sermão, romance, horóscopo, conto, crônica, oração, requerimento, petição, memorando, ata, ofício, aviso, comunicado, artigo de opinião, manifesto, editorial.

15.2 GÊNERO E TIPO DE TEXTO

Um texto do gênero carta, por exemplo, pode ser do tipo narrativo, argumentativo, descritivo, propositivo (que apresenta um ponto de vista e, em seguida, dá a ele fundamentação), declarativo etc. Um romance pode trazer trechos descritivos, embora seja predominantemente narrativo. Numa bula de remédio, estão presentes três tipos de texto: argumentativo, descritivo e dissertativo. Na fábula, o narrativo e argumentativo, bem como algumas vezes o descritivo. Em outras palavras, um tipo de texto pode ocorrer em vários gêneros. Aqui seguem considerações a respeito de diversos gêneros e tipos de texto, bem como amostras de uns e de outros.

15.2.1 O texto do tipo narrativo

15.2.1.1 Definição

Narrar é relatar um fato ou uma sequência de fatos.

15.2.1.2 A lógica e a paragrafação do texto narrativo

A lógica do texto narrativo não consiste na existência obrigatória de semelhança entre os fatos da história e os fatos da realidade, mas na coerência entre fatos e informações da própria história. É possível criar um mundo absurdo no papel, contanto que o fio da história não apresente incoerências internas. Não devem existir informações desnecessárias à lógica narrativa.

A paragrafação consiste na divisão de um texto em blocos, conforme a sequência de aspectos, fatos, informações ou características a serem registrados. Há parágrafos de uma ou duas linhas, como os há de página inteira. O que deve delimitá-los não é o número de linhas, mas a identificação do que esteja intimamente relacionado ao seu núcleo, à sua ideia, fato ou informação central.

15.2.1.3 Texto para ilustração

“No momento do acidente, eu me senti tragada por um ‘túnel de vento’. Fiquei flutuando no asfalto e vendo o carro capotar num barranco. Outro carro parou e três homens saíram dele. Um deles desceu o morro e disse: ‘Tem uma mulher morta ali’. Era eu. Não tive nenhum choque ao ver o corpo - apenas lamentei, em pensamento, o que tinha sofrido. Fora do corpo, conseguia enxergar em todas as direções ao mesmo tempo. Então eu avistei duas pessoas flutuando acima do morro. Uma delas era uma mulher morena. A outra, a silhueta de um homem alto, me pareceu conhecida - apesar de ser transparente. A moça esticou o braço direito e disse, sem mexer a boca: ‘tenha calma; isso está na sua programação’. Essa frase funcionou para mim como uma senha. Era como se eu resgatasse toda a minha memória. Deslizei em direção à dupla, mas lembrei que meu único filho de 12 anos estava sozinho num chalé sem vizinhos e sem telefone. Alguém precisava resgatá-lo. Nesse mesmo instante, fui tragada de novo pelo túnel e voltei ao corpo. Daí senti uma dor horrível. Foi o único jeito de avisar a família sobre o acidente e resgatar meu filho.”

15.2.2 O texto do tipo descritivo

15.2.2.1 Definição

A descrição é o retrato de pessoas, animais, objetos, paisagens, cenas. Ela se dá pela enumeração de detalhes, dados, informações, características, hábitos, traços distintivos, tanto físicos como psicológicos. Ocorre também pela apresentação de fatos simultâneos, e, nesse caso, podemos classificá-la como descrição dinâmica de cena.

15.2.2.2 A lógica e a paragrafação do texto descritivo

A descrição terá sua lógica comprometida se o escritor cometer contradições, fornecer traços dispensáveis ao contexto ou não souber estabelecer uma sequência adequada para os traços a ressaltar. Vejamos a orientação de Othon Garcia para o que chamamos de unidade do parágrafo descritivo:

Se o núcleo do parágrafo de dissertação e de argumentação é uma determinada ideia, (...) o da descrição é, ou deve ser, um quadro, um fragmento de paisagem ou ambiente num determinado instante, entrevisto de determinada perspectiva (GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1995, p. 205).

15.2.2.3 Texto I para ilustração

Puro Êxtase

Toda brincadeira não devia ter hora para acabar

Toda quarta-feira ela sai sem pressa pra voltar

Esmalte vermelho, tinta no cabelo

Os pés num salto alto

Cheios de desejo

Vontade de dançar até o amanhecer

Ela está suada, pronta pra se derreter

Ela é puro êxtase

Ecstasy

Barbies, Betty Boops

Puro êxtase

Galo cantou, se encantou deixa cantar

Se o galo cantou é que tá na hora de chegar,

De tão alucinada

Já tá rindo à toa,

Quando olha para os lados,

A todos atordoa,

A sua roupa montada parece divertir,

Os olhos gulosos de quem quer lhe despir

Guto Goffi/Maurício Barros

15.2.2.4 Texto II para ilustração

Você está pronto para se transformar em uma águia?

A águia tem a maior longevidade de sua espécie.

Aos 40 anos,

suas unhas compridas e flexíveis

não conseguem mais agarrar

as presas das quais se alimenta,

seu bico alongado e pontiagudo

curva-se,

suas asas envelhecidas e pesadas

em função da grossura das penas

apontam contra seu peito, e voar

torna-se muito difícil.

Então, a águia só tem duas alternativas:

morrer ou enfrentar um processo doloroso

de renovação que durará 150 dias.

Esse processo consiste em voar

para o alto da montanha

e recolher-se em seu ninho;

ali, bate violentamente o bico

contra uma pedra até arrancá-lo;

após arrancá-lo, espera nascer

um novo bico para então arrancar

suas próprias unhas;

quando nascem suas novas unhas,

passa a arrancar suas penas envelhecidas

e, só após cinco meses, sai

para o famoso voo de renovação,

e viverá então... mais trinta anos.

Muitas vezes, temos que nos resguardar

por algum tempo e começar um processo de renovação.

Para continuar a voar um voo de vitórias, devemos às vezes nos desprender

de lembranças, costumes e outras

tradições do passado.

Somente livres do peso do passado, poderemos aproveitar o valioso resultado de uma... RENOVAÇÃO

Autor desconhecido

15.2.3 O texto do tipo dissertativo

15.2.3.1 Definição

Dissertar consiste em expor um ponto de vista acerca de um assunto.

15.2.3.2 Partes da dissertação

1. Introdução - Apresentação de uma ideia ou ponto de vista, que será defendido ou refutado.

2. Desenvolvimento - Sustentáculo para opinião do autor do texto. Podem-se utilizar exemplos, fatos, opiniões de outrem que mereçam crédito ou outros artifícios, como suposições ou até mesmo perguntas que induzam o leitor a responder a elas de modo a confirmar a tese da introdução.

3. Conclusão - Fecho do texto. Deve ser coerente com o desenvolvimento. Às vezes, oferece sugestões para a resolução ou a amenização de problemas referidos no texto.

15.2.4 O gênero artigo de opinião

15.2.4.1 Definição

O artigo de opinião consiste em um texto produzido para jornais ou revistas. Expressa, como sugere o nome, a opinião de quem o escreve. É de natureza

dissertativa. Não satisfaz às exigências do jornalismo impessoal, pois deixa claro o pensamento do autor.

15.2.4.2 Texto para ilustração

Por um Brasil sem racismo

Por muito tempo, aceitei a ideia de que no Brasil não existia preconceito de cor, mas somente preconceito social. Os argumentos sedutores conquistavam minha simpatia: “vivemos numa democracia racial”, “aqui não é os EUA e nem a África do Sul”, “todos são iguais”, “se você tem dinheiro não importa se você é branco ou preto”. Nessa perspectiva, o problema central não seria a cor da pele, mas a desigualdade econômica, a distância entre os pobres e os ricos, afinal “somos todos mestiços”.

Contudo, já naquela época, não conseguia entender por que os “mestiços mais claros” tinham mais oportunidades que os “mestiços mais escuros” e, menos ainda, as diversas manifestações racistas travestidas de piadas e brincadeiras causando profundo constrangimento e cortando a autoestima da população negra.

O racismo à brasileira - “uma espécie de racismo de marca, e não de origem, pois se prende às características fenotípicas! - faz com que “a raça no Brasil se baseie principalmente na cor da pele de uma pessoa e sua aparência física e não na sua descendência africana” (Edward Telles).

Grande parcela da população brasileira ainda não conseguiu superar o sentimento e as atitudes de rejeição aos negros - pretos, pardos e os “miscigenados mais escuros” - porque esses têm a cor da pele diferente do referencial de beleza europeu, ainda predominante no Brasil.

Observe o papel dos negros e das negras nas novelas e o pouco espaço na mídia, onde não são protagonistas nem ocupam espaços proeminentes ou de chefia. Quase sempre o que existe é “a projeção de imagens degradantes e negativas em relação aos negros e indígenas”. A indústria da moda serve de exemplo incontestável. O comentário sincero de Mônica Monteiro, ex-agente da modelo Gisele Bündchen, fala por si: “não adianta a menina ser

alta, magra, linda e desfilar como uma deusa. O mercado exige louras e, quando abre exceções, é por morenas de pele alva e olhos claros, de preferência azuis”.

No Brasil não temos um sistema oficial baseado na superioridade ou inferioridade de raças/etnias, porém existem desigualdades de diferentes espécies que não se explicam apenas pela falta de riqueza e renda. O mito da igualdade racial funciona tão bem que toma os dilemas das relações raciais invisíveis. Ninguém discute onde estão e quais lugares ocupam os negros e as negras na sociedade brasileira. Quantos ministros, generais, governadores, prefeitos, grandes empresários, juízes, médicos, engenheiros e advogados são negros? Quantas negras têm renda acima de 10 salários mínimos? Qual índice dos negros que ingressaram e concluíram ensino superior ou pós-graduação?

O Perfil Social Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas - Pesquisa 2005, publicado pelo Instituto Ethos, mostrou o racismo no mundo empresarial: negros e negras ocupam os cargos mais baixos, têm os menores salários e mínima possibilidade de ascensão hierárquica.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2005, produzida pelo IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, os negros são 16% da elite e 66% dos pobres. Representam 48% da população, mas são 2/3 dos 10% mais pobres e 1/6 entre o 1 % mais rico. A cada seis brasileiros pertencentes à elite apenas um é negro. De cada seis pessoas pobres, quatro se autodeclaram pretas ou pardas. A população negra compõe 66,6% dos 10% mais pobres e 15,8% dos 1% mais ricos do país.

Pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD concluiu que as pessoas de cor preta e parda eram 39,5% da população do Brasil e 57,6% da parcela mais pobre, em 1976. Uma geração depois (25 anos), a situação não se alterou: em 2001, os negros eram 46,1% da população e 69,6% dos mais pobres.

Se os brancos e os negros tivessem os mesmo índices de exclusão social e econômica e de acesso aos direitos humanos poderíamos afirmar que os

obstáculos se limitam à perversa divisão entre ricos e pobres, essência do capitalismo, onde a mais-valia e o lucro dão as cartas.

O problema não é apenas de classe. Para distribuir a renda e a riqueza e viabilizar a emancipação da população negra, precisamos derrotar o preconceito (construção mental ou afetiva, uma ideia preconcebida sobre uma pessoa ou grupo de pessoas) e a discriminação (qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou destruir a igualdade de oportunidade e tratamento) raciais. O caminho mais curto e eficaz é a implantação de políticas públicas na educação, no mercado de trabalho e nos meios de comunicação social através de ações afirmativas.

André Luiz de Souza Costa, advogado com atuação na área do Direito das Relações Raciais, diretor do Brasil CEDHUC - Centro de Direitos Humanos e Cidadania - e foi Consultor do Programa das Nações para o desenvolvimento - PNUD - em 2005 e 2006.

15.2.5 O gênero manifesto

Conforme Silveira Bueno, em seu Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 2000, p. 492, o manifesto é:

Declaração pública ou solene; justificativa de certos atos ou em que se baseiam certos direitos; programa político, religioso ou estético.

Há manifestos muito conhecidos que exemplificam a definição de Bueno: o do Futurismo, o do Partido Comunista, entre outros. No entanto, esse tipo de texto pode tratar-se também de um apelo em prol de atitudes ou de repúdio a elas, apresentando, desse modo, um veio dissertativo. Pode ainda ter por acréscimo a função de induzir o leitor a partilhar das mesmas ideias e ações de quem o escreve, sendo, algumas vezes, acompanhado de abaixo-assinados, parte que certamente as universidades não exigem que o acompanhe quando pedem que seja redigido. Transcrevemos aqui um dos manifestos futuristas:

Futurismo

O Futurismo foi o primeiro dos movimentos de vanguarda na Europa. Caracterizou a época de negações e rebeldias, a rejeição violenta da tradição e da convenção. O escritor italiano Filippo Marinetti tomou-se famoso como criador do movimento futurista, através de diversos manifestos. O primeiro deles, de 1909, foi publicado no jornal Le Figaro, de Paris, e divulgado em todo o mundo.

Manifesto do Futurismo

1. Nós queremos cantar o amor ao perigo, o hábito à energia e à temeridade.

2. Os elementos essenciais de nossa poesia serão a coragem, a audácia e a revolta.

3. Tendo a literatura até aqui enaltecido a imobilidade pensativa, o êxtase e o sono, nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo ginástica, o salto mortal, a bofetada e o soco.

4. Nós declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida (...) é mais belo que a Vitória de Samotrácia.

5. Não há mais beleza senão na luta. Nada de obra-prima sem um caráter agressivo. A poesia deve ser um assalto violento contra as forças desconhecidas, para intimá-las a deitar-se diante do homem.

6. Para que olhar para trás, no momento em que é preciso arrombar as misteriosas portas do impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós vivemos já no absoluto, já que nós criamos a eterna velocidade onipresente.

7. Nós queremos glorificar a guerra - única higiene do mundo -, o militarismo, o patriotismo, o gesto destrutor dos anarquistas, as belas ideias que matam e o menosprezo à mulher.

8. Nós queremos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias.

MARINETTl, Filippo. Manifesto do Futurismo. In: TELLES, Gilberto M. Vanguarda europeia e modernismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 85-86.

15.2.6 O gênero carta

Inicialmente, é preciso destacar quatro tipos de carta. Os dois primeiros tipos são a carta oficial e a comercial, que nos são enviadas pelos poderes públicos e por entidades comerciais e financeiras (comunicações de multas de trânsito, mudanças de endereços e telefones etc.) respectivamente. Esses tipos de carta caracterizam-se por seguir modelos prontos, em que o remetente só altera alguns dados. Apresentam uma linguagem padronizada.

O terceiro tipo de carta é a íntima, aquela que alguém escreve ou recebe de amigos, de parentes, do(a) namorado(a) etc. Tais cartas, por serem mais informais que as correspondências oficial e comercial, não seguem modelos prontos, caracterizando-se pela linguagem espontânea. Embora você possa encontrar por aí livros que trazem “modelos” de cartas íntimas (principalmente “modelos de carta de amor”), fuja deles, pois tais “modelos” se caracterizam por uma linguagem artificial, surrada, repleta de expressões desgastadas, além de serem completamente ultrapassados.

O quarto tipo de carta é aquele endereçado a jornais, revistas, instituições, autoridades. Quase sempre contém críticas, sugestões, reivindicações, comentários. Nem tem a linguagem comercial do primeiro tipo (oficial ou comercial), nem a linguagem afetiva e subjetiva do segundo (pessoal). É, em geral, argumentativo e tem linguagem objetiva.

15.2.6.1 As expressões surradas

Já vimos que devemos evitar frases feitas e expressões surradas (os chamados clichês), tais como: nos píncaros da glória, silêncio sepulcral, nos primórdios da humanidade etc. Na carta, não é diferente: fuja de expressões surradas que já aparecem em milhares de cartas, tais como: Escrevo-lhe essas mal traçadas linhas ou Espero que esta vá encontrá-lo gozando de saúde (originais, não?).

15.2.6.2 A coerência no tratamento

Nas cartas formais, é fundamental a coerência no tratamento. Se iniciarmos a carta tratando o destinatário por tu, devemos manter este tratamento até o fim, usando os pronomes te, ti, contigo, teu(s) tua(s). Caso comecemos a carta pelo tratamento você, devemos manter o tratamento em terceira pessoa até o fim, usando os pronomes se, si, consigo, o(s), a(s), lhe(s), seu(s), sua(s). São comuns os erros de uniformidade de tratamento.

Ainda com relação à uniformidade de tratamento, fiquemos atentos ao emprego de pronomes de tratamento, como Vossa Senhoria, Vossa Excelência etc. Esses pronomes, embora se refiram à pessoa com quem falamos, devem concordar na terceira pessoa e não devem ser usados como vocativos.

15.2.6.3 Texto para ilustração (adaptado)

Senhor morador,

Gostaria de informar que o contrato de aluguel que acordamos há bilhões de anos está vencendo. Precisamos renová-lo, porém temos que acertar alguns pontos fundamentais.

Você precisa pagar a conta de energia. Está muito alta! Como você gasta tanto?

Antes eu fornecia água em abundância; hoje não disponho mais de grande quantidade dela. Precisamos renegociar o seu uso.

Por que alguns na casa comem o suficiente e outros estão morrendo de fome, se o quintal é tão grande? Se cuidar da terra vai ter alimento para todos! Você cortou as árvores que dão sombra, ar e equilíbrio. O sol está quente e o calor aumentou. Você precisa replantar novamente!

Todos os bichos e as plantas do imenso jardim devem ser cuidados e preservados. Procurei alguns animais e não encontrei. Sei que quando

aluguei a casa eles existiam... Não vi os peixes que moram nos rios e lagos. Você pescou todos? Onde estão?

Precisa verificar que cores estranhas estão no céu! Não vejo o azul! E o lixo?! Que sujeira!

Encontro objetos estranhos pelo caminho... isopor, pneu, plástico...

Bem... é hora de conversarmos. Preciso saber se você ainda quer morar aqui. Caso afirmativo, o que você pode fazer para cumprir o contrato? Gostaria de ter você sempre comigo, mas tudo tem um limite. Você pode mudar? Aguardo respostas e atitudes...

Sua casa, a Terra.

Autor desconhecido

15.2.7 O gênero instrucional

O texto de instrução é apelativo, pois visa a orientar o leitor. São textos instrucionais as receitas, os manuais de instrução e outros que visem a ensinar, a orientar. É comum conterem vocativos e verbos no modo imperativo.

15.2.7.1 Texto I para ilustração

USEM SEMPRE O OUVIDO ESQUERDO AO FALAREM NO CELULAR

Por favor, usem o OUVIDO ESQUERDO ao usarem o celular, porque, se usarem o direito, poderão afetar diretamente o cérebro. Este fato é verídico, estudado pela equipe Apollo, de renome internacional. As células endoteliais entram em estresse após cerca de 1 hora de conversação, por efeito das micro-ondas provocadas pelos celulares. Em média, cerca de 2 Watt/Kg de tecido cerebral. Logo, as mulheres aguentam menos antes de ficarem com os miolos fritos. Por favor, repassem a informação.

Texto de autoria desconhecida, recebido por e-mail

15.2.7.2 Texto II para ilustração

UTILIDADE PÚBLICA!

Mesmo que não façamos muitos fritos, quando o fazemos, deitamos o óleo na pia ou por outro ralo, certo? Este é um dos maiores erros que podemos cometer. Por que fazemos isto? - perguntam vocês. Porque infelizmente ninguém nos diz como fazer, ou não nos informamos.

Sendo assim, o melhor que temos a fazer é colocar os óleos utilizados numa daquelas garrafas de plástico (por exemplo, as garrafas de refrigerantes ou até a do próprio óleo), fechá-la e colocá-la no lixo normal (ou seja, o orgânico). Todo o lixo orgânico que colocamos nos sacos vai para um local onde é aberto e triado. Assim, as nossas garrafinhas são abertas e vazadas no local adequado, em vez de irem juntamente com os esgotos para uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), sendo necessário despender milhares de euros a mais para o seu tratamento.

UM LITRO DE ÓLEO CONTAMINA CERCA DE 1 MILHÃO DE LITROS DE ÁGUA, o equivalente ao consumo de água de uma pessoa no período de 14 anos.

Informações de um técnico de saúde ambiental enviadas por e-mail

15.2.8 O gênero notícia

A notícia tem por função informar um fato e as circunstâncias em que ocorreu. São componentes de uma notícia, portanto, o próprio fato, o lugar e o momento da ocorrência, os seus detalhes e a apresentação das pessoas ou outros seres que tenham participado do fato. Podem-se explorar ainda as causas e as consequências desse fato. Não é própria da notícia a opinião do redator. Não se trata de uma análise nem de um comentário. Sua função é apresentar dados, informações.

A notícia se divide em três partes: manchete, lead e texto. A manchete tem dois objetivos: resumir a notícia e atrair a atenção do leitor. Deve ser concisa, objetiva, e seus verbos devem ser flexionados no presente. Desse

modo, o fato estará mais próximo do leitor. O parágrafo inicial do texto (lead) constitui uma rápida referência ao fato principal da notícia, situando-o no tempo e no espaço e informando quem o vivenciou. Só o corpo tecerá outros detalhes.

15.2.8.1 Texto para ilustração

CRIANÇAS PUBLICAM EM REVISTA CIENTÍFICA

Um grupo de crianças britânicas entre oito e dez anos teve seu projeto escolar sobre abelhas publicado na prestigiada Royal Society, o primeiro caso como este no mundo científico.

Os alunos da escola primária Blackawton, do condado de Devon, no sudoeste inglês, pesquisaram, em um cemitério local, como as abelhas veem cores e padrões utilizando experimentos. Os resultados, descobertos pelas 25 crianças e redigidos com um cientista da região, foram publicados na Biology Letters, uma revista científica publicada pela Royal Society. “O campo de visão de cores e padrões dos insetos é geralmente pouco compreendido, e as conclusões apresentadas pelas crianças representam um avanço real nessa área”, informou a Royal Society.

O Povo, caderno Política + Mundo Espiritualidade, p. 23.

15.2.9 O gênero publicitário

O texto publicitário visa à divulgação de algo, a tornar público um objeto, pessoa, fato ou evento. O anúncio e a propaganda são textos publicitários. Muitos textos de anúncio e propaganda atuais apoiam-se somente na imagem e/ou no slogan, que é uma frase curta, concisa e eufônica (aqui entra a exploração sonora do significante, com aliterações, assonâncias, paronomásias etc.) que identifica o produto: “Bombril: mil e uma utilidades”, “Melhoral é melhor e não faz mal”.

A propaganda seleciona o público; provoca curiosidade; informa. Deve satisfazer aos seguintes princípios:

1. reconhecer um desejo ou uma necessidade do leitor;

2. mostrar como satisfazer esse desejo ou necessidade;

3. oferecer a comprovação de que essa satisfação será real;

4. justificar a ação que o leitor praticará e provocá-la.

15.2.9.1 A função apelativa

A função da linguagem mais explorada na construção da propaganda é, segundo Roman Jakobson, a apelativa ou conativa, quando a mensagem é codificada para atingir o receptor de modo a fazê-lo agir. É a função predominante na propaganda, principalmente. Suas marcas principais são o uso do imperativo e de vocativos.

15.2.9.2 Texto para ilustração

No Rapi10, você encontra milhares de veículos e imóveis - novos e usados - para vender, comprar ou alugar. Tudo com muita rapidez, facilidade de navegação, descrição completa do bem e a credibilidade e o resultado do Jornal O POVO. Os lançamentos imperdíveis e as melhores ofertas você só encontra no Rapi10. Os classificados online do Ceará.

CLASSIFICADOSRAPI10.COM.BR

A MANEIRA MAIS RÁPIDA DE VENDER, COMPRAR OU ALUGAR NA INTERNET

O Povo, caderno Política + Mundo Espiritualidade, p. 21.

15.2.10 O gênero crônica

A crônica, no início da Era Cristã, significava uma lista ou relação de acontecimentos, arrumados conforme a sequência linear do tempo. A significação moderna, a partir do século XIX, é outra bem diferente: ostenta, agora, estrita personalidade literária. Teria sido inaugurado esse

novo tipo de crônica em 1800, pelo francês Jean Louis Geoffroy, no Journal des Débats. No Brasil, apareceu a partir de 1836, com o nome inicial de folhetim.

É próprio da crônica um acontecimento diário que tenha chamado a atenção do escritor; a ausência de caráter próprio e de limites precisos, visto que é uma expressão literária híbrida, ou múltipla, de vez que pode assumir a forma de comentário, entrevista, anedota, apelo, confissão, resenha, reflexão, monólogo, diálogo, em torno de personagens e fatos reais ou imaginários; uma visão pessoal, subjetiva, estimulando a veia poética do autor.

15.2.10.1 Texto para ilustração

A religião

Segundo afirmam os compêndios de geografia do país, tanto os nacionais como os estrangeiros, a religião dominante é a católica apostólica romana; entretanto, é de admirar que, sendo assim, a sua população, atualmente já considerável, não seja capaz de fornecer os sacerdotes, quer regulares, quer seculares, exigidos pelas necessidades de seu culto.

Há muitas igrejas e muitos conventos de frades e monjas que, em geral, são estrangeiros.

Não há mais que dizer sobre tão relevante assunto.

BARRETO, Lima. Os bruzundangas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004, p. 111.

15.2.11 O gênero editorial

A imprensa - principalmente a escrita (jornais e revistas) - não tem apenas o objetivo de informar o público dos fatos ocorridos, mas também o de expor sua opinião a respeito dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais. A seção de um jornal que traduz essa opinião chama-se editorial.

O editorial representa, portanto, a opinião de um jornal ou revista sobre um fato e vem acompanhado das evidências dessa opinião. Nele, o redator não veicula apenas suas ideias, mas as de todo um grupo.

Considere-se ainda que, estando a serviço do jornal, o editorial pode consistir em outros tipos de texto que satisfaçam ao interesse da empresa, como o de comunicar uma promoção, o de fazer um convite ou uma retratação, uma homenagem, entre outros.

15.2.11.1 Texto para ilustração

Editorial de um jornal da Unimed

Como diz a sabedoria popular, “é melhor prevenir do que remediar”. Este é o preceito básico da Medicina Preventiva, cujo objetivo é estimular as pessoas a desenvolverem autocuidados, evitando que adoeçam. Por isso, a Unimed de Fortaleza acredita que um plano de saúde deve ser muito mais do que o atendimento a pessoas doentes e investe projetos que estimulem a qualidade de vida dos seus clientes.

Para conscientizar a população sobre a importância da adoção de uma vida saudável, a educação é fundamental. Nesse sentido, a Unimed de Fortaleza lançou em 2004 o Saúde em Dia, evento que beneficia uma média 2 mil participantes por mês levando dicas de saúde, exames gratuitos e esportes, entre outros serviços.

Agora, damos mais um importante passo ao lançar esta série de cadernos especiais sobre o Saúde em Dia, que a cada mês trará informações de interesse público e orientações médicas sobre diversos temas como obesidade, reeducação alimentar, hipertensão arterial, diabetes, amamentação, saúde da mulher, cuidados com o coração, prevenção de acidentes. Terceira Idade e primeiros socorros, entre outros temas de interesse.

Nesta edição inaugural, apresentamos matérias sobre obesidade infantil, dicas de como se preparar para maratonas, como evitar a hipertensão e como manter a saúde na Terceira Idade. Esperamos que o caderno especial

Saúde em Dia possa contribuir para melhorar a sua qualidade de vida - e aproveitamos para convidá-lo(a) a participar do evento que será promovido neste sábado, 7/7/2007, no calçadão da Avenida Beira Mar.

Boa leitura e até lá!

MAIRTON LUCENA - Presidente da Unimed de Fortaleza

15.2.12 O gênero poema

O poema, ao contrário da prosa, que é escrita em parágrafos, escreve-se em versos, que se unem em estrofes. Sua organização e disposição, suas escolhas lexicais e estilísticas variam de acordo com o seu propósito, época, estilo literário e individual. O que pode ser considerado traço comum entre os poemas de diferentes estilos é a tendência artística de sua linguagem e a sobreposição da amplitude de sentidos sobre a mera função informativa ou avaliativa. Terreno amplo para estudo, nem mesmo é preso a um sentido prático e, por mais literal que possa ser, há sempre uma sensibilidade muito particular em sua criação. Costuma conter rimas, ritmo, emprego de figuras de linguagem, mas nada disso lhe é obrigatório. Ouve-se chamar o poema de poesia, devido a sua linguagem poética, sem que haja, por isso, qualquer prejuízo aos estudos literários.

15.2.12.1 Texto para ilustração

Murilo Mendes, em um de seus poemas, dialoga com a Carta de Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha:

A terra é mui graciosa,

Tão fértil eu nunca vi.

A gente vai passear,

No chão espeta um caniço,

No dia seguinte nasce

Bengala de castão de oiro.

Tem goiabas, melancias,

Banana que nem chuchu.

Quanto aos bichos, tem-nos muitos,

De plumagens mui vistosas.

Tem macaco até demais

Diamantes tem à vontade

Esmeralda é para os trouxas.

Reforçai, Senhor, a arca,

Cruzados não faltarão,

Vossa perna encanareis,

Salvo o devido respeito.

Ficarei muito saudoso

Se for embora daqui.

MENDES, Murilo. Murilo Mendes - poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

16. Estilos Direto, Indireto e Indireto Livre

O autor de um texto narrativo deve saber em que momentos é interessante pôr o seu leitor em contato direto com a fala de seus personagens e quando é conveniente simplesmente resumi-la, incumbindo o narrador, outro elemento de sua criação, de apresentar esse resumo. Muitas vezes a opção pelo estilo ou discurso direto se deve a o escritor saber que a emoção do leitor depende de seu acesso às palavras dos próprios personagens. Em outras, porém, optar por tal discurso em nada acrescentaria ao receptor, cansando-o apenas e demonstrando por parte do escritor indícios de inexperiência. Deve, então, optar pelo discurso indireto.

Há o terceiro estilo ou discurso, o indireto livre, que, em vez de apresentar falas, apresenta um misto do pensamento do personagem e do narrador. Este tem liberdade de expor algo mais íntimo, que não chegou a ser dito, proferido. Tal discurso é frequente nas obras de análise psicológica e nas intimistas, às maneiras de Machado de Assis e de Clarice Lispector, por exemplo.

16.1 O DISCURSO DIRETO

No discurso direto, o narrador apresenta a personagem e transcreve suas palavras. Aparecem os verbos dicendi - o mesmo que verbos de locução ou de elocução -, os quais podem preceder a fala, encerrá-la ou nela intercalar-se. A fala em si é posta entre aspas ou depois de travessão. Ao leitor ou ouvinte, causa-se a impressão de que está diante da cena relatada, no momento exato de sua ocorrência.

Exemplos: O homem gritou: “Venham todos, sigam-me!”; “Venham todos, sigam-me!”, gritou o homem; “Venham todos”, gritou, “sigam-me”.

16.2 O DISCURSO INDIRETO

No discurso indireto, as palavras do personagem não são reproduzidas exatamente como foram pronunciadas. Ao leitor ou ouvinte, causa-se a impressão de que a cena já ocorreu e de que o narrador agora a resume. Usa-se um verbo dicendi, mas este antecede uma conjunção, a qual introduz uma oração que resume a fala. Exemplo: O homem gritou que todos o seguissem.

Observação 1: O verbo dicendi não sofre alteração, mas o verbo que constitui a fala, antes flexionado no imperativo afirmativo, extensão do presente do subjuntivo, passa a flexionar-se no pretérito imperfeito do subjuntivo. Essa mudança para o passado se deve a, no discurso indireto, o narrador resumir algo que foi dito em momento anterior.

Observação 2: Não só o verbo sofre alteração, mas também os pronomes. A intenção é distanciar o momento da cena do momento em que é narrada.

Nos exemplos a seguir, de transformação do discurso direto para o indireto, observe as palavras destacadas:

1. O pai falou: “Preciso acompanhar meu filho a este lugar”. - O pai falou que precisava acompanhar o filho àquele lugar. (presente - pretérito imperfeito)

2. O pai falou: “Precisei acompanhar meu filho àquele lugar”. - O pai falou que precisara acompanhar o filho àquele lugar. (pretérito perfeito - pretérito mais-que-perfeito)

3. O pai falou: “Precisarei acompanhar meu filho àquele lugar”. - O pai falou que precisaria acompanhar o filho àquele lugar. (futuro do presente - futuro do pretérito)

16.3 O DISCURSO INDIRETO LIVRE

As ideias, as reflexões, os sentimentos da personagem, e não a fala, são apresentados ao leitor ou ouvinte. Não há verbo dicendi, nem conjunção para introduzir o resumo da fala. Há dois períodos, e o segundo expõe o pensamento do personagem.

Exemplo: O pai mostrava-se preocupado. Precisava acompanhar o filho àquele lugar.

Observe as transformações a seguir:

O menino estava nervoso e perguntou em voz alta:

- O que eu fiz? (estilo direto)

O menino estava nervoso e perguntou em voz alta o que fizera. (estilo indireto)

O menino estava nervoso. O que fizera? (estilo indireto livre)

Observação: No último exemplo, a indagação pode ser tanto do personagem (o menino) quanto do narrador.

17. Figuras e Vícios de Linguagem

17.1 FIGURAS DE LINGUAGEM

São recursos que tornam mais expressivas as mensagens. Subdividem-se em figuras de som, figuras de construção, figuras de pensamento e figuras de palavras.

17.1.1 Figuras de repetição

1. Aliteração - consiste na repetição de sons consonantais semelhantes: “Vozes veladas, veludosas vozes, volúpias dos violões, vozes veladas” (Cruz e Sousa).

2. Assonância - consiste na repetição de sons vocálicos semelhantes: “Sou um mulato nato no sentido lato mulato democrático do litoral.”

3. Paronomásia - consiste na aproximação de palavras de sons parecidos, mas de significados distintos: “Eu que passo, penso e peço.”

4. Anáfora - consiste na repetição de palavras em inícios de orações, versos, frases ou parágrafos: “Ai, como anima o sol!/Ai, como enternece a chuva!”

5. Epístrofe - consiste na repetição de palavras em finais de orações, versos, frases ou parágrafos: “Perguntaram-me se a natureza amo,/Se os animais e vegetais amo”.

6. Diácope - consiste na repetição intercalada de palavras: “Como, me diga como partir!”

7. Epizeuxe - consiste na repetição seguida de palavras: “Saia, saia logo”.

17.1.2 Figuras de construção

1. Elipse - consiste na omissão de um termo ou passagem facilmente identificável pelo contexto: “Se me pedem para ouvi-los, ouço-os. Para olhá-los, não os olho”. (omissão de “Se me pedem”, dos sujeitos de “pedir”, de “ouvir” e de “olhar”).

2. Zeugma - consiste na elipse de um termo ou passagem que já apareceu antes: “Se me pedem para ouvi-los, ouço-os. Para olhá-los, não os olho”. (omissão de “Se me pedem”)/“Vou de carro; ele, a pé” (omissão do verbo “ir”).

3. Assíndeto - consiste na ausência de conectores: “Saio, passeio, volto cedo”.

4. Polissíndeto - consiste na repetição de conectivos ligando termos da oração ou elementos do período: “E canta, e baila, e ri estridentemente”.

5. Inversão (hipérbatos, anástrofes e sínquises, da menos para a mais complexa inversão) - consiste na mudança da ordem natural dos termos na frase: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas...”.

6. Silepse - consiste na concordância não com o que vem expresso, mas com o que se subentende, com o que está implícito. A silepse pode ser:

• De gênero: Vossa Excelência está preocupado.

• De número: “Os Lusíadas glorificou nossa literatura”.

• De pessoa: “Os professores somos persistentes”.

7. Anacoluto - consiste em deixar um termo solto na frase, ao qual não se atribui função sintática. Normalmente, isso ocorre porque se inicia uma determinada construção sintática e depois se opta por outra. A vida, não sei realmente se ela vale alguma coisa.

8. Pleonasmo - consiste em uma redundância cuja finalidade é reforçar a mensagem: “E rir meu riso e derramar meu pranto”.

17.1.3 Figuras de pensamento

1. Antítese - consiste na aproximação de termos contrários, de palavras que se opõem pelo sentido: “Ser ou não ser fiel à tradição da eterna disputa entre as famílias era a constante dúvida. Amar ou odiar a moça? Não decidira o conflito”.

2. Ironia - é a impressão de descaso, deboche por meio de um enunciado: “Deputado, não precisa sorrir, ser gentil comigo. Não voto aqui”.

3. Antífrase - tipo de ironia que apresenta um termo em sentido oposto ao usual, obtendo-se, com isso, efeito crítico ou humorístico: “A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças”.

4. Eufemismo - consiste em suavizar alguma afirmação desagradável: “Ele enriqueceu por meios ilícitos” (em vez de ele roubou).

5. Hipérbole - consiste em exagerar uma ideia com finalidade enfática: “Estou morrendo de sede” (em vez de estou com muita sede).

6. Prosopopeia, personificação, animização ou antropomorfização - consiste em atribuir a seres inanimados ações ou características que são próprios de seres animados: “O jardim olhava as crianças sem dizer nada”.

7. Gradação - consiste em apresentar ideias em progressão ascendente (clímax) ou descendente (anticlímax): “Um coração chagado de desejos. Latejando, batendo, restrugindo”.

8. Apóstrofe - consiste na interpelação enfática a alguém ou a alguma coisa personificada. Corresponde ao vocativo: “Senhor Deus dos desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus!”.

17.1.4 Figuras de palavras

1. Metáfora - consiste em uma comparação em que o conectivo comparativo fica subentendido: “Você é um dia claro, em que tudo pode se ver”.

2. Símile ou comparação - consiste em uma comparação em que o conectivo comparativo é expresso: “Você é como um dia claro, em que tudo

pode se ver”.

3. Metonímia - consiste na substituição de um termo por algo que com ele se relacione de alguma forma: “Não tinha teto” (teto em lugar de casa)/“Já li Machado algumas vezes” (Machado em lugar de obras de Machado de Assis)/“Sempre fora uma boa espada” (espada em lugar de espadachim)/“O homem não é mais o mesmo” (o homem em lugar de os homens).

4. Sinédoque - consiste em dois dos tipos de metonímia - a substituição do todo pela parte e a substituição do plural pelo singular: “Não tinha teto” (teto em lugar de casa)/“O homem não é mais o mesmo” (o homem em lugar de os homens).

5. Catacrese - ocorre quando, por falta de um termo específico para designar um conceito, toma-se outro por empréstimo. Entretanto, devido ao uso contínuo, não mais se percebe que ele está sendo empregado em sentido figurado: “O pé da mesa estava quebrado”.

6. Antonomásia - perífrase que consiste em substituir um nome de pessoa por uma expressão que o identifique: “O bruxo de Cosme Velho”/“O pai dos pobres” (em vez de “Machado de Assis” e de “Getúlio Vargas” respectivamente).

Observação: Caso a perífrase não se refira a pessoa, será apenas perífrase. Não será antonomásia: “A cidade maravilhosa” (em vez de o “Rio de Janeiro”). Todavia há questões em que os elaboradores usam os dois termos um pelo outro.

7. Sinestesia - consiste em mesclar sensações percebidas por diferentes órgãos do sentido: “A luz crua da madrugada invadia meu quarto”.

8. Hipálage - consiste em transferir caracteres de um ser a outro: “Ao romper d’aurora, minha saudade rósea sempre se acentua” (A cor que se atribui à aurora foi transferida à saudade).

17.2 VÍCIOS DE LINGUAGEM

A gramática é um conjunto de regras que estabelece um determinado uso da língua, denominado norma culta ou língua padrão. Acontece que as normas estabelecidas pela gramática normativa nem sempre são obedecidas. Para desviar-se da norma padrão no intuito de alcançar maior expressividade, o usuário da língua pode fazer uso das figuras de linguagem, mas, quando o desvio se dá pelo não conhecimento da norma culta, temos os chamados vícios de linguagem:

1. Barbarismo - consiste em grafar ou pronunciar uma palavra em desacordo com a norma culta: “pesquiza” (em vez de “pesquisa”)/“prototipo” (em vez de “protótipo”).

2. Solecismo - consiste em desviar-se da norma culta na construção sintática. “Fazem dois meses que ele não aparece” (em vez de “faz”; desvio na sintaxe de concordância).

3. Ambiguidade ou Anfibologia - consiste em construir a frase de um modo tal que ela apresente mais de um sentido: “O guarda deteve o suspeito em sua casa”. Na casa de quem? Do guarda ou do suspeito?

4. Cacófato - consiste no mau som produzido pela junção de palavras: “Paguei cinco mil reais por cada.

5. Pleonasmo (o vicioso, e não o estilístico) - consiste na repetição desnecessária de uma ideia: “O pai ordenou que a menina entrasse para dentro imediatamente”.

6. Eco - consiste na repetição de palavras terminadas pelo mesmo som: “O menino repetente mente alegremente”.

Bibliografia

BARBOSA, Jésus Sousa; CAMPEDELLI, Samira Youssef. Gramática do texto - texto da gramática. São Paulo: Saraiva, 1999.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CASTRO, Maria da Conceição. Língua e literatura. São Paulo: Saraiva, 1998.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis, et al. Dicionário de Linguística. São Paulo: Cultrix, p. 97-98.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2010.

MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. São Paulo: Cultrix, 1999.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SACCONNI, Luiz Antonio. Nova gramática - teoria e prática. São Paulo: Atual, 1999.

SAVIOLLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1998.

PARTE 3
PROVAS PARA DIPLOMATA (IRBr 2003-2015) COM GABARITOS E COMENTÁRIOS

QUESTÕES DO IRBr

Meu amigo estudante, esta é a parte mais importante do nosso trabalho. Foram comentados mais de 700 itens e, em alguns deles, acrescentamos comentários extras sobre o conteúdo em questão. Sabemos que a sua resolução seria possível sem isso, mas, por zelo, achamos por bem aprofundar o tema, para que, em prova futura, nada venha a surpreendê-lo.

Texto para a Questão 1.

1 Muita gente, em vários países, fala um pouco de inglês todo

dia sem perceber. Sem contar o "informatiquês", cujos verbetes -

como megabyte, browser, hard disk, software - são expressões do

4 mais puro inglês, muitas outras palavras do dia a dia de brasileiros,

franceses, alemães e, principalmente, japoneses têm origem no

idioma bretão. Futebol (football), sanduíche (sandwich) e deletar

7 (verbo criado a partir de to delete, suprimir) são exemplos

conhecidos de anglicismo (uso de expressões em inglês ou

originadas dele) no português. Os alemães apertam o resetknopf

10 (reset button ou botão de reset) para iniciar o computador. E os

franceses, conhecidos por sua ojeriza a estrangeirismos,

despedem-se dos colegas de trabalho na sexta-feira dizendo

13 bon weekend.

A situação do japonês é particularmente curiosa. Estima-se

que cerca de vinte mil palavras do vocabulário moderno tenham

16 origem no inglês. Sorvete é aisukurimu, de ice cream. Ar-

-condicionado é eacon, de air conditioner. E banheiro deixou de ser

obenjyo para se tornar toiré, de toillet.

19 A história dessa imposição linguística certamente desperta

animosidades. Na Índia, por exemplo, onde o inglês é uma das

línguas oficiais, ele não é muito ouvido nas ruas. Falar inglês ainda

22 lembra um passado de opressão.

Galileu, fev./2002, p. 37 (com adaptações).

1. (IRBr - 2003) Julgue os itens a seguir, que se referem às ideias e às estruturas do texto acima.

1. A seleção de argumentos e do vocabulário mostra o grau de engajamento do autor em face do assunto: paralelamente às funções referencial e metalinguística, que veiculam informações objetivas, há marcadores linguísticos que deixam entrever elementos subjetivos.

2. O autor organiza sintaticamente o período “Sem contar (...) bretão” (l.2-6) a partir da oposição regra/exceção, em que a regra é o “mais puro inglês”, e a exceção, o inglês impuro ou degenerado.

3. De acordo com a norma padrão do português, é correta a substituição de “cujos verbetes” (l.2) por do qual os verbetes.

4. Constata-se que a expressão inglesa reset button (l.10) está presente tanto no vocábulo alemão como na expressão portuguesa, com a substituição de um de seus componentes.

5. O autor empregou bon weekend (l.13) como um exemplo elucidativo da ideia de que os franceses têm “ojeriza a estrangeirismos” (l.11).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O tom de exposição dos argumentos é simples, o tom é de conversa.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O que o autor sugere é que não só o informatiquês contém vocábulos bretões, mas também o português, o francês, o alemão, o japonês. O informatiquês, afirma, tem expressões do mais puro inglês, mas o autor não cria a oposição com um inglês impuro.

3. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES RELATIVOS - Tanto o uso do “cujo” como o uso do “do qual” expressam ideia de posse.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 9 e 10 confirmam o item.

5. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor empregou a expressão como uma prova de que até mesmo os franceses admitem a inserção de vocábulos do inglês em seu idioma.

Texto para a Questão 2.

TEXTO I: PODER

Etimologia. Sobre as formas verbais latinas potes, “pode”, potui, “pude”, poteram, “pudera”, potero, “poderei”, potens, potentis, “aquele que pode” etc. (todos do verbo lat. posse, “poder, ter o poder de, ser capaz de”), forma-se o infinitivo lat. vulg. potere, “poder, ter o poder de, ser capaz de”, que conviveu com o lat. cláss. posse até suplantá-lo por volta do séc. VIII d.C. Potere é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. potere, fr. pouvoir, ambos do séc. XII, ing. power, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas. O vocábulo al. Macht traduz o port. esp. poder e demais vernacularizações.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo - Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil. Publicações Ltda. 1977, p. 9001 (com adaptações).

2. (IRBr - 2003) Julgue os itens subsequentes, relativos ao sentido e às estruturas morfossintática, semântica e discursiva do texto I.

1. Segundo o verbete de enciclopédia acima, o vocábulo “poder” existe na língua portuguesa desde o século XII e sua forma primitiva foi o vocábulo do latim clássico “posse”.

2. Têm a mesma origem que a do português “poder” os vocábulos equivalentes do italiano, do francês e do inglês, respectivamente, “potere”, “pouvoir” e “power”.

3. “Potere” e “poder” têm descrição fonética muito semelhante, destacando-se as seguintes mudanças: a consoante surda /t/ do primeiro vocábulo se sonoriza no segundo; a vogal final do primeiro sofre queda.

4. O vocábulo alemão “Macht” não tem a mesma origem do vocábulo português “poder”, mas tem o mesmo significado.

5. Está em conformidade com a significação proposta no verbete e está expressa de acordo com as normas da língua escrita culta do português a seguinte asserção: Os vocábulos latinos posse e potere têm o mesmo significado, mas pertencem a variantes linguísticas diferentes, respectivamente, clássica e vulgar.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se “Potere é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII...” (linhas 7 e 8) e se “Sobre as formas verbais latinas potes ... etc (todos do verbo lat. posse...), forma-se o infinitivo lat. vulg. potere” (linhas 1 a 5), podemos dizer que o verbo latino posse deu origem a potere, e este, a poder. Assim, de posse, chegamos, pelo intermediário potere, a poder.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Potere é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. potere, fr. pouvoir, ambos do séc. XII, ing. power, de 1297-1325...” (linhas 7 a 9).

3. C - FONOLOGIA - As consoantes surdas são os fonemas consonantais de “peteca” e de “Fiz seu chá”. As sonoras são as demais. Houve sonorização, bem como queda da vogal final.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As duas últimas linhas do texto comprovam a afirmação. Se o vocábulo alemão traduz “poder”, tem o mesmo significado de “poder”.

5. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 5 e 6 confirmam a asserção.

Texto para as Questões 3 e 4.

TEXTO II: CONCEITUAÇÃO DE PODER

1 “O conceito fundamental da ciência

social é o poder, no mesmo sentido em que a energia é o conceito

fundamental da física” - afirma, em livro hoje clássico, o

4 filósofo inglês Bertrand Russel. Se não há dúvida acerca da

importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências

sociais, as dificuldades são inúmeras, para definir-lhe a natureza

7 e a substância. O próprio termo poder encontra impugnadores

entre sociólogos e cientistas políticos, que chegam a

recomendar-lhe o banimento científico; e não raro se emprega,

10 com aproximada sinonímia, nas expressões influência, controle,

autoridade, liderança, comando. Prevalece, todavia, nos estudos

recentes, apenas o parentesco entre os dois primeiros termos -

13 poder e influência -, reservadas as outras categorias para

fenômenos específicos, embora conexos ao conceito básico, que

é o poder.

Idem, ibidem.

3. (IRBr - 2003) Julgue os itens seguintes, referentes à conceituação de poder expressa no texto II.

1. A conceituação de “poder” permanece a mesma e está expressa de acordo com as normas da escrita padrão, se reescrita do seguinte modo: O conceito fundamental da física é a energia, assim como o poder é o conceito fundamental da ciência social.

2. Em discurso indireto, o trecho “O conceito (...) Russel” (l. 1-4) permanecerá correto, de acordo com a escrita padrão, e manterá as ideias da redação original se for reescrito da seguinte forma: Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social seria o poder, no mesmo sentido que a energia foi o conceito fundamental da física.

3. O bom entendimento do emprego do conectivo “nem” (l.5) sugere que esse vocábulo pode ser substituído, nesse contexto, por e não.

4. O pronome “lhe” (l.6) refere-se a “(d) o fato poder” (l.5).

5. Na linha 9, “se emprega” equivale, segundo análise tradicional, a é empregado e tem como sujeito (elíptico) “O próprio termo poder” (l.7).

Resposta: 1. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Sendo o poder no texto mais importante que a energia, citada apenas como comparativo para que o leitor compreenda o valor do poder para a ciência social, a informação de que ele é o conceito fundamental dessa ciência deve constar da oração principal, e não da oração adverbial comparativa. A alteração eleva a energia a elemento mais importante e traz, portanto, essa mudança na hierarquia das informações (ideia principal + ideia secundária), a qual não importou ao Cespe. Do ponto de vista gramatical, porém, continuamos com um período composto por uma oração principal e uma adverbial comparativa, escrito conforme a norma padrão. Quanto à conceituação do poder, também não houve alteração.

2. E - ESTILOS DIRETO E INDIRETO - O verbo “ser”, que no discurso direto está flexionado no presente do indicativo (texto), deverá ser flexionado no pretérito imperfeito: “era”.

3. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Se substituirmos “nem” por “e não” no contexto, deixaremos de ter um conector aditivo para ter um conector adversativo, pois “e não” significará “mas não”.

4. C - COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL - É possível perceber a correção do item substituindo-se o “lhe” por “dele” (do fato “poder”).

5. C - CLASSES GRAMATICAIS - VOZES VERBAIS/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A passagem “e não raro se emprega” (o termo poder) pode ser substituída por “e não raro (o termo poder) é empregado”.

4. (IRBr - 2003) A respeito da compreensão e da interpretação dos textos I e II e dos recursos semânticos e discursivos neles utilizados, julgue os itens que se seguem.

1. O vocábulo “poder” e seus sinônimos, conforme apresentados no texto II, mantêm os dois sentidos do infinitivo pote ì re, apresentados no texto I, como, por exemplo, em O gerente pode (= tem o poder de) dispensar o funcionário e em Ele pode (= é capaz de) escrever com a mão esquerda.

2. Entende-se, no texto II, em “Se não há dúvida acerca da importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências sociais” (l.4-6), que o vocábulo “Se” estabelece uma condição para que a asserção que vem a seguir ocorra.

3. Demonstra adequação à escrita culta padrão e bom entendimento do sentido expresso no trecho “O próprio (...) comando” (l.7-11) do texto II a seguinte frase: Sociólogos e cientistas políticos recomendam a abolição do termo poder, impugnando-o e empregando, em seu lugar, sinônimos aproximados.

4. Entende-se, nos dois últimos períodos do texto II, que, em estudos anteriores, vários sinônimos de “poder” eram empregados em seu lugar, mas esses vocábulos tiveram o sentido especializado, exceto um, que mantém o parentesco.

5. Ambos os textos veiculam a informação de que, em cada uma das várias línguas citadas, o termo “poder” (verbo e nome) tem sinônimo(s) que pode(m) substituí-lo.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No texto I, “poder” significa “ter o poder de” e “ser capaz de”. No texto II, os significados “influência”, “controle”, “autoridade”, “liderança” e “comando” se relacionam apenas a “ter o poder de”.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A relação estabelecida não pode ser de condição, pois esta sempre será algo possível, que ainda não ocorreu nem ocorre, e de sua ocorrência depende outro fato. Exemplo: Se estudar com afinco, obterá êxito no concurso (O estudo ainda não ocorreu e é condição para a obtenção do êxito no concurso, o que, evidentemente, ocorrerá após o estudo). O que ocorre entre as duas passagens é uma oposição: não há dúvida quanto à importância do fato poder..., mas há dificuldades para definir sua natureza e substância.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Não há falha gramatical nem alteração das informações.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O último período diz que, nos estudos recentes, apenas “influência” tem parentesco com “poder” e que as outras categorias (controle, autoridade, liderança, comando) ficaram reservados para conceitos específicos. O penúltimo período afirma que, antes, tanto essas categorias quanto “influência” eram usadas como sinônimo do termo “poder”.

5. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Apenas o primeiro texto se referiu a “poder” como verbo e a “poder” em

outras línguas.

Texto para as Questões 5 e 6.

TEXTO III

1 Nas relações de poder, o indivíduo A determina a

conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja

evitar as sanções que aquele empregaria se B tentasse

4 evitar o cumprimento de suas prescrições e ordens. No

vínculo de influência, a manifestação de A sobre B, isenta

de sanções diretas, varia desde a autoridade, o controle, a

7 liderança até a ameaça de sanções, enquanto que a

coerção se apresenta no caso limite - o poder - em toda

a sua amplitude.

10 O fenômeno do poder e das relações de comando

e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário,

o poder político se enquadra no campo mais amplo do

13 poder social: as probabilidades de impor a outrem a

própria vontade (de um indivíduo, de uma associação, de

um grupo ou de um quadro administrativo) alcançam

16 todos os setores da vida coletiva. No espectro das relações

quantitativas, separam-se setores particulares. Poder -

desde o controle até a liderança, desde a influência até a

19 autoridade - pode manifestar-se mesmo na atividade

artística, tanto quanto na economia.

Idem, ibidem (com adaptações).

5. (IRBr - 2003) Com referência à compreensão e à interpretação do texto III, julgue os itens a seguir.

1. No contexto do primeiro parágrafo, entende-se que os pronomes, “aquele” (l.3) e “suas” (l.4) referem-se a “indivíduo A” (l.1).

2. Na linha 5, a vírgula colocada antes de “isenta”, empregada para dar ênfase, pode ser retirada sem que isso acarrete mudanças significativas na estrutura e no sentido da frase.

3. No primeiro parágrafo, o autor já explicita que vai tratar das relações entre os diversos sinônimos de “poder”, os quais se apresentam, no texto, da seguinte maneira:

vínculos entre A e B	sanções indiretas	sanções diretas
influência	autoridade e liderança	controle
poder	ameaça	coerção

4. Ao trecho “O fenômeno do poder e das relações de comando e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário” (l.10-11) segue-se uma explanação sobre como o fenômeno é restrito em outros campos.

5. Está implícito no último período do texto que as atividades artística e econômica são comparáveis quanto à manifestação de poder, mas apenas

parcialmente: à primeira associam-se liderança e autoridade; à segunda, controle e influência.

Resposta: 1. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Quando é necessário diferenciar dois elementos anteriores, usa-se “este” para referência ao mais próximo e “aquele” para referência ao mais distante. Assim, na passagem “...o indivíduo A determina a conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja evitar as sanções que aquele empregaria se B tentasse evitar o cumprimento de suas prescrições e ordens.” “aquele se refere a A, que está mais distante. Quanto ao pronome “suas”, observe a substituição: “... na medida em que B deseja evitar as sanções que A empregaria se B tentasse evitar o cumprimento de prescrições e de ordens de A”.

2. E - ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO/PONTUAÇÃO - “Isenta deixa de ser adjetivo para ser verbo na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e a ter como sujeito “A manifestação de A sobre B”.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No primeiro parágrafo, são relacionadas ao poder as sanções, as prescrições, as ordens, afirma a primeira frase. Na segunda frase, relaciona-se à influência a isenção de sanções diretas, a autoridade, o controle, a liderança e a ameaça de sanções. A mesma frase ainda relaciona ao poder a coerção. No quadro, há erros. A ameaça deveria ser relacionada à influência, não como sanção, mas como sua manifestação. Autoridade, liderança, controle a até ameaças são manifestações próprias da influência, e não sanções.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O fenômeno não é restrito em outros campos, mas amplo.

5. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem escrita entre travessões diz respeito ao poder, sem se restringir a qualquer atividade.

6. (IRBr - 2003) Com relação aos aspectos gramaticais do texto III, julgue os itens a seguir.

1. O conector “na medida em que” (l.2) apresenta uma forma variável também aceita na escrita padrão culta: a medida em que.

2. Na linha 3, o vocábulo “que” refere-se a “sanções”.

3. Os travessões empregados nas linhas 8 e 17-19 podem ser corretamente substituídos por vírgulas ou parênteses.

4. Caso se vá além das convenções ortográficas, ao se analisar o vocábulo “exaure” (l.11), verifica-se que ele tem algo em comum com excelente, exato e exercício: os dois primeiros fonemas.

5. A presença do pronome em “separam-se” (l.17) indica que o sujeito desse verbo é indeterminado.

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - “Na medida em que” é locução conjuntiva causal, sinônima de “porque”. Em “A medida em que”, o “que” seria pronome relativo. Existe ainda “À medida que”, locução conjuntiva proporcional, sinônima de “À proporção que”.

2. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Observe a substituição: “... na medida em que B deseja evitar as sanções as quais A empregaria...”.

3. C - PONTUAÇÃO - O termo “o poder” é aposto que esclarece qual é o caso limite. Poderia ser posto entre parênteses ou entre vírgulas. Nas linhas 17 a 19, o que está entre travessões é dispensável, é apenas um detalhe e poderia estar ainda entre parênteses e entre vírgulas.

4. E - FONOLOGIA - Em “excelente”, o “X” compõe um dígrafo com o “C”. Tal dígrafo produz o mesmo som que o “C” em “Cecília”, e não o som de “Z” das outras três palavras: “exaure”, “exato” e “exercício”.

5. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/CLASSES GRAMATICAIS - FUNÇÕES DO “SE” - O “se” é partícula apassivadora. O sujeito é expresso: “setores particulares”. Na voz passiva sintética ou

pronominal, “separam-se setores particulares” corresponde a “setores particulares são separados”, na voz passiva analítica ou participial.

Texto para a Questão 7.

1 Para entender a atual e multifacetada crise cultural, precisamos adotar uma perspectiva

extremamente ampla e analisar a situação no contexto da evolução cultural humana.

Os historiadores estão longe de elaborarem uma teoria abrangente da dinâmica cultural,

4 mas parece que todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese,

crescimento, colapso e desintegração.

Segundo os antigos filósofos chineses, todas as manifestações da realidade são geradas

7 pela interação dinâmica entre dois polos de força: o yin e o yang. Heráclito, na Grécia

antiga, comparou a ordem do mundo a “um fogo eternamente vivo que se acende e apaga

conforme a medida”. Empédocles atribuiu as mudanças no universo ao fluxo e refluxo de

10 duas forças complementares, a que chamou amor e ódio.

Entre os mais notáveis, mesmo que mais hipotéticos, estudos dessas curvas de ascensão e

queda de civilizações, cumpre-nos citar a importante obra A Study of History, de Arnold

13 Toynbee. Os padrões culturais descritos por Toynbee parecem ajustar-se muito bem à

nossa situação atual. Ao observarmos a natureza dos nossos desafios, podemos reconhecer

a confluência de diversas transições.

16 A primeira transição, e talvez a mais profunda, segundo esse autor, deve-se ao lento,

relutante, mas inevitável declínio do patriarcado. A periodicidade associada ao patriarcado

é de, pelo menos, três mil anos, e são mínimas as informações de que dispomos acerca das

19 eras pré-patriarcais. Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por

ser ele totalmente preponderante. Ele tem influenciado nossas ideias mais básicas acerca

da natureza humana e da nossa relação com o universo - a natureza do “homem” e a

22 relação “dele” com o universo, na linguagem patriarcal. O patriarcado era o único sistema

que, até data recente, não tinha sido abertamente desafiado em toda a história

documentada e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir

25 leis da natureza; na verdade, eram, usualmente, apresentadas como tais. Hoje, porém, a

desintegração do patriarcado tornou-se evidente. O movimento feminista é uma das mais

fortes correntes culturais dos tempos atuais e terá profundo efeito sobre a futura

28 evolução humana.

A segunda transição, que terá profundo impacto sobre nossa vida, nos é imposta pelo

declínio da era do combustível fóssil. Os combustíveis fósseis têm sido as principais fontes

31 de energia da moderna era industrial e, quando se esgotarem, essa era chegará ao fim. Esta

década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para uma era solar,

acionada por energia renovável oriunda do sol; essa mudança envolverá transformações

34 radicais nos atuais sistemas econômicos e políticos.

A terceira transição também está relacionada com valores culturais. Envolve o que hoje

é frequentemente chamado de “mudança de paradigma” - uma mudança profunda no

37 pensamento, percepção e valores que formam determinada visão da realidade. Esse

paradigma compreende certo número de ideias e valores que diferem nitidamente

dos da Idade Média, valores que estiveram associados, na cultura ocidental, à revolução

40 científica, ao Iluminismo e à Revolução Industrial. Nesse paradigma, incluem-se a crença

de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento e a concepção

de que a vida em sociedade é uma luta competitiva pela existência. Nas décadas mais

43 recentes, concluiu-se que todas essas ideias e esses valores necessitam de uma revisão

radical.

De acordo com nossa ampla perspectiva da evolução cultural, a atual mudança de

46 paradigma faz parte de um processo mais vasto, de uma flutuação notavelmente regular

de sistemas de valores, que pode ser apontada ao longo de toda a civilização ocidental e

na maioria das outras culturas.

Fritjof Capra. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 24-29 (com adaptações).

7. (IRBr - 2004 - adaptada) Julgue os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos gramaticais do texto I.

1. A expressão “a atual e multifacetada crise cultural” (l.1), embora imprecisa, tem cada um de seus vocábulos explicitado por meio do desenvolvimento das seguintes ideias: existe uma crise cultural nos dias atuais e essa crise (degradação de valores éticos) é “multifacetada” por se estender a raças diferentes e a diferentes ecossistemas.

2. A relação lógica entre os dois primeiros parágrafos pode assim ser descrita: no segundo parágrafo, enuncia-se a ideia da existência de forças

geradoras que, como apontam pensadores de outras épocas, foram responsáveis pelas mudanças cíclicas, elencadas no primeiro parágrafo.

3. Os dados e os argumentos apresentados pelo autor asseguram a objetividade do discurso, incisivo e científico. No entanto, para se eliminarem os traços de subjetividade, seriam necessárias as seguintes alterações: retirada de “parece que” (l.4) e troca de “parecem ajustar-se” (l.13) por ajustam-se.

4. As “transições” apontadas por Toynbee organizam-se diacronicamente de tal forma que são excludentes, e efetivamente ocorreram na ordem em que foram apresentadas.

5. A regra de acentuação gráfica ilustrada em “polos” (l.7) não diz respeito à terminação da palavra, o que também ocorre com os vocábulos pôr (verbo) e ás (substantivo).

6. Na linha 8, observa-se que a palavra “ordem” não recebeu acento gráfico, assim como seu plural também não o receberia. Isso ocorre porque as palavras paroxítonas terminadas em -em/-ens não se acentuam, regra da qual a palavra hífens é exceção.

7. As reescrituras de “a que chamou” (l.10) e de “de que dispomos” (l.18) como, respectivamente, que chamou de e que dispomos estão ambas de acordo com a modalidade escrita padrão da língua portuguesa e preservam o sentido original do texto.

8. Na linha 11, a ligação estabelecida entre os adjetivos “notáveis” e “hipotéticos” manter-se-ia coerente com o texto, assim como seria mantida a correção gramatical da frase, caso se substituísse “mesmo que” por embora ou posto que.

9. No período “Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante” (l.19-20), não se contrariaria o sentido original do texto, se a expressão grifada fosse substituída por hegemônico.

10. Na linha 23, o pronome “que” exerce a mesma função sintática do termo que o antecede: predicativo do sujeito.

11. Os pronomes relativos “que” (l.23) e “cujas” (l.24) têm como elemento antecedente a mesma expressão nominal.

12. O pronome “tais” (l.25), sem referência própria, tem seu sentido atribuído pelo termo antecedente “universalmente aceitas” (l.24).

13. A oração “que terá profundo impacto sobre nossa vida” (l.29) poderia estar entre parênteses ou entre travessões, mas não sem as vírgulas, porque, neste caso, assumiria um caráter explicativo, o que acarretaria incoerência textual.

14. Os vocábulos “dos” e “da” (l.39) provêm ambos da contração da preposição “de” com outro vocábulo: em “dos”, com um pronome demonstrativo e, em “da”, com um artigo definido.

15. Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto, se o último parágrafo for reescrito do seguinte modo: Nessa ampla perspectiva de evolução cultural, cuja mudança do atual paradigma, percebe-se um processo mais vasto, com uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontado ao longo de toda a civilização ocidental e da maioria das outras culturas.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Definir a crise atual como degradação de valores éticos não encontra respaldo no texto, o qual afirma haver uma flutuação regular de sistemas de valores, e não sua degradação. Já o multifacetamento da crise se deve à confluência de valores das transições anteriores (terceiro parágrafo), e não à extensão a diferentes raças e ecossistemas, elementos não referidos no texto.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As mudanças cíclicas (gênese, crescimento, colapso e desintegração) estão citadas no parágrafo 1, e o parágrafo 2 cita forças apontadas por pensadores, as quais gerariam tais mudanças.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O uso do verbo “parecer” traz ao texto a ideia de hipótese, sugerindo que há uma opinião de seu autor, e não um fato comprovado. Além desses traços de subjetividade, há o emprego da primeira pessoa “nós”. O item afirma que “para se eliminarem os traços de subjetividade, seriam necessárias as seguintes alterações: retirada de “parece que” e troca de “parecem ajustar-se” por “ajustam-se”. Acreditamos que foi considerado errado por não ter incluído “a substituição da primeira pela terceira pessoa do discurso”. A nosso ver, porém, só estaria realmente errado se tivesse incluído uma palavra de exclusão: “seriam necessárias apenas as seguintes alterações...”.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As três transições citadas (declínio do patriarcalismo, declínio da era do combustível fóssil e mudança de paradigma) não se excluem, e, para que uma tenha ocorrido, não houve o fim da outra. Para que a era da energia solar se instale, não é necessário finalizar os valores que fizeram declinar o patriarcalismo.

5. C - EMPREGO DOS ACENTOS - Até a Reforma Ortográfica de 2008, usavam-se acentos diferenciais em “pólos” e em “pôr”, para diferenciá-los de outros vocábulos de mesmas grafias. Considerando-se que a questão pertence a uma prova elaborada em 2003, era esta a razão dos acentos. Hoje, apenas “pôr” (verbo) mantém o acento diferencial. Quanto a “ás”, que significa “exímio”, embora exista o artigo, o pronome oblíquo e o demonstrativo “as”, todos átonos, o caso é diferente. A palavra “ás” é monossílaba tônica terminado em “a(s)”, em “e(s)” ou em “o(s)”, o que já é suficiente para a sua acentuação gráfica, tanto antes quanto depois da Reforma. Em outras palavras, seria acentuada mesmo que não existissem formas semelhantes. Discordamos, pois, do gabarito registrado pelo Cespe©, como o fizemos no item 3 desta mesma questão.

6. E - EMPREGO DOS ACENTOS - O erro do item consiste em fazer da palavra “hifens” uma exceção.

7. E - REGÊNCIA VERBAL - O verbo “chamar”, quando no sentido de “nomear” aceita tanto a regência transitiva direta quanto a transitiva indireta. Assim, “a que chamou” (com preposição “a”) e “que chamou”

(sem preposição) são construções corretas. O verbo “dispor”, porém, exige a preposição “de”, não sendo possível a sua supressão.

8. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - As conjunções “embora” e “posto que” são, como “mesmo que”, concessivas. Usar qualquer uma delas entre os dois adjetivos é correto.

9. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A resposta depende de o candidato saber o significado de “hegemonia”, de “hegemônico”.

10. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O “que” se refere a “único sistema” e é sujeito da locução “não tinha sido desafiado”, e não predicativo do sujeito.

11. C - COESÃO TEXTUAL - REFERÊNCIA TEXTUAL - O “que” e o “cujas” se referem a “único sistema”. Veja a substituição: “O patriarcado era o único sistema o qual, até data recente... e as doutrinas desse sistema eram tão universalmente aceitas ...”.

12. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - O pronome “tais” se refere a “leis da natureza”.

13. E - PONTUAÇÃO - A oração, que no texto está entre vírgulas, é adjetiva explicativa. Sem as vírgulas, passaria a ter caráter restritivo.

14. C - CLASSES GRAMATICAIS - IDENTIFICAÇÃO E EMPREGO - O “dos” não antecede substantivo, por isso o “os” que constitui a contração é pronome demonstrativo. O “da”, ao contrário, antecede o substantivo “Idade Média”, sendo o “a” que constitui a contração um artigo.

15. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Um dos erros do novo período é a inserção do pronome relativo “cuja”, que não está, como deveria, iniciando uma oração adjetiva.

Texto para a Questão 8.

TEXTO II

1 Além de serem interdependentes, identidade e

diferença partilham uma importante característica: elas são o

resultado de atos de criação linguística. Isso significa dizer que

4 não são “elementos” da natureza, que não são essências, que

não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem

reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade

7 e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Somos nós que

as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. Elas

são criadas por meio de atos de linguagem.

10 Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão

sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em

geral. Por exemplo, segundo o linguista Saussure, a linguagem

13 é, fundamentalmente, um sistema de diferenças, os

elementos - os signos - que constituem uma língua não têm

qualquer valor absoluto. Reencontramos, aqui, não a ideia de

16 diferença como produto, mas como a operação ou o processo

básico de funcionamento da língua e, por extensão, de

instituições culturais e sociais, como a identidade, por exemplo.

19 Derrida acrescenta a isso a ideia de traço: o signo

carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui,

mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja,

22 precisamente a diferença.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação

social. Sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a

25 vetores de força, a relações de poder. A afirmação da

identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos

diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir

28 o acesso privilegiado aos bens sociais. O poder de definir a

identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das

relações mais amplas de poder.

Tomaz Tadeu da Silva. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 76 (com adaptações).

8. (IRBr - 2004) Com relação ao texto II, julgue os itens a seguir.

16. Comprometer-se-ia o sentido original do período situado entre as linhas 3 e 6, caso se substituísse a construção na voz passiva analítica "à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" (l.5-6) pela passiva pronominal correspondente.

17. Atendendo-se às prescrições gramaticais, o segmento "Somos nós que as fabricamos" (l.8) poderia ser substituído por Somos nós quem as fabrica.

18. Ao final do 3º parágrafo, mantendo-se a coerência e a coesão textuais, poderia ser acrescentado o seguinte trecho: Em outras palavras, é a própria dicotomia um dos meios pelos quais o significado é fixado.

19. No texto, afirma-se que os grupos sociais que estão assimetricamente situados são os que lutam para garantir o acesso aos privilégios, como

evidencia o emprego das vírgulas na linha 28.

20. De acordo com o texto, identidade e diferença devem ser compreendidas em sua dimensão simbólica, de representação, e analisadas com base nas relações de poder.

Resposta: 16. C - CLASSES GRAMATICAIS - VOZES VERBAIS - A opção pelo uso do “se” geraria uma ambiguidade, visto que poderíamos considerar a passagem escrita não só na voz passiva sintética, mas também na voz reflexiva.

17. C - CONCORDÂNCIA VERBAL - O pronome relativo “quem” admite que o verbo concorde com o antecedente (nós) - “Somos nós quem as fabricamos” - ou com ele próprio (o “quem”) - “Somos nós quem as fabrica”. Já o pronome relativo “que” só admite a concordância com o antecedente: “Somos nós que as fabricamos”.

18. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O ser e o não ser algo constituem a dicotomia a que se refere o item. O signo é entendido pelo que é a partir do que não é. Na compreensão do “belo”, por exemplo, está a noção do “feio”; do “grande”, a do “pequeno”.

19. E - PONTUAÇÃO - O item sugere a existência de grupos sociais que estão assimetricamente situados e de outros que não o estão. Sugere que apenas os que estão assimetricamente situados lutam para garantir o acesso aos privilégios, e não todos. Assim, estabelece uma relação de restrição. O texto, porém, ao pôr entre vírgulas “assimetricamente situados” (linha 28), em vez de restringir, faz entender que estar assimetricamente situado é uma característica dos grupos sociais em geral. Aqui, vale lembrar a nossa explicação quanto à pontuação das orações adjetivas, na terceira unidade da parte I deste livro: com vírgulas, sem restrição; sem vírgulas, com restrição.

20. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No primeiro parágrafo, afirma-se que identidade e diferença não são essências. Entende-se, no último parágrafo, que são relações sociais, e a última frase registra, em outras palavras, que ambas devem ser analisadas com base nas relações de poder.

Texto para as Questões 9 e 10.

TEXTO III

1 A ética contemporânea faz grande alvoroço em torno

das diferenças culturais. Sua concepção do outro tem em vista

essencialmente esse tipo de diferenças. E seu grande ideal é a

4 coexistência tranquila das comunidades culturais, religiosas,

nacionais etc., a recusa da “exclusão”.

Mas é preciso sustentar que essas diferenças não têm

7 qualquer interesse para o pensamento, não são mais que a

evidente multiplicidade infinita da espécie humana, a qual é tão

flagrante entre mim e meu primo de Lyon como entre a

10 comunidade xiita do Iraque e os cowboys do Texas.

O embasamento objetivo (ou à maneira de

historiador) da ética contemporânea é o culturalismo, a

13 fascinação verdadeiramente turística pela multiplicidade dos

hábitos, dos costumes, das crenças. E especialmente pela

inevitável bizarria das formações imaginárias (religiões,

16 representações sexuais, formas de encarnação da autoridade...).

Sim, o essencial da “objetividade” ética provém de uma

sociologia vulgar, diretamente herdada do espanto colonial

19 diante dos selvagens, ficando entendido que os selvagens estão

também entre nós (drogados dos subúrbios, com unidades

religiosas, seitas: todo o aparato jornalístico da ameaçadora

22 alteridade interna), ao que a ética, sem mudar o dispositivo de

investigação, opõe seu “reconhecimento” e seus trabalhadores

sociais.

25 Contra essas descrições fúteis (tudo o que nos contam

ali é uma realidade ao mesmo tempo evidente e por si mesma

inconsistente), o pensamento verdadeiro deve afirmar o

28 seguinte: sendo as diferenças o que há, e toda verdade sendo o

vir a ser do que ainda não é, as diferenças são precisamente o

que toda verdade deposita, ou faz aparecer, como insignificante.

31 Nenhuma situação concreta é esclarecida em razão do

“reconhecimento do outro”. Em toda configuração coletiva

moderna, há pessoas de toda parte, que comem

34 diferentemente, falam múltiplos idiomas, usam diferentes

chapéus, praticam diferentes ritos, têm uma relação complicada

e variável com a coisa sexual, amam a autoridade ou a

37 desordem; e assim segue o mundo.

A. Badiou. Ética: um ensaio sobre a consciência do mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 40-1 (com adaptações).

9. (IRBr - 2004) Com relações às ideias do texto III e a aspectos morfossintáticos, julgue os itens subsequentes.

21. A articulação das ideias do texto não permite a inferência de que, no passado, as diferenças culturais eram relegadas pela ética e, no momento, são alardeadas em razão dos frequentes processos de exclusão social.

22. Segundo o autor do texto, os guardiães da ética contemporânea explicam toda forma de exclusão com base no determinismo cultural porque idealizam a convivência pacífica entre os povos.

23. No último parágrafo, o autor sustenta que as diferenças, mais do que ilusórias, são falseadas pela crença de uma verdade estável, resultante do raciocínio silogístico frágil por meio do qual a corrente culturalista concebe a alteridade.

24. O texto é composto essencialmente por enunciados categóricos, como evidencia o emprego reiterado de formas verbais no presente do indicativo.

25. O texto informa que a concepção culturalista, cujos fundamentos advêm da sociologia vulgar, postula que o "outro" corresponde ao segmento selvagem, que estará sempre presente como o outro ameaçador, o bárbaro. Assim, para essa corrente, a ética prevalente é ainda a do branco colonizador.

26. O trecho "a fascinação (...) imaginárias" (l.13-15) suscita duas observações: há, nele, indicadores da subjetividade do autor - "fascinação verdadeiramente turística" e "inevitável bizarria" -; a inserção da vírgula após "crenças" (l.14), no lugar do ponto, seguida de alteração da inicial maiúscula, atenderia ao que prescreve a norma gramatical.

27. Preserva o sentido do texto original e a correção gramatical a seguinte paráfrase do período expresso entre as linhas 25 e 30: Em oposição a essas descrições superficiais, o verdadeiro pensamento deve postular que o que existe são as diferenças e toda a verdade, o vir a ser daquilo, que ainda não é. Logo, as diferenças são exatamente o que a verdade toda imprime e faz emergir como sem significado.

28. Atendendo-se à prescrição gramatical e mantendo-se a coerência com as ideias defendidas no texto, o seguinte período poderia dar continuidade ao texto III: Ou seja, a alteridade é simplesmente o que há. Existe, portanto, igual diferença entre, digamos, um camponês chinês e um funcionário norueguês, tal qual entre eu e qualquer pessoa, inclusive, eu mesmo.

Resposta: 21. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O primeiro parágrafo afirma que a ética contemporânea faz grande alvoroço (alarde) em torno das diferenças culturais e que seu maior fim é o fim da exclusão. Subentende-se que, se o texto se refere à ética contemporânea, existe ética anterior que dela difere. Antes havia espanto diante dos selvagens, das diferenças; hoje há fascinação pelo que é diferente.

22. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os guardiães da ética contemporânea repudiam a exclusão. O autor do texto avalia as diferenças como naturais.

23. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor reconhece as diferenças como reais, como “o que há”. Para ele, elas não são ilusórias, e a verdade não é estável, pois é “o vir a ser do que ainda não é”.

24. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Há um tom de certeza na abordagem do tema.

25. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A ética opõe seu reconhecimento do outro e seus trabalhadores sociais à noção de que o outro é selvagem e é ameaça.

26. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/PONTUAÇÃO - A vírgula separaria o último adjunto adnominal de “multiplicidade” - “das crenças” - do segmento que inicia a preparação para o segundo complemento nominal de “fascinação” - “pela inevitável bizarria...”. A pausa que ela causa permite identificar as relações entre os termos.

27. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Observe que, no texto original, temos “toda verdade”, enquanto na paráfrase do item há “toda a verdade”. O significado de “toda verdade” é “qualquer verdade, toda verdade que exista”. O de “toda a verdade” é “a verdade inteira, toda, completa”. Observe também que, no texto, nas linhas 29 e 30, diz-se “... as diferenças são precisamente o que toda verdade deposita, ou faz aparecer, como insignificante”. Na paráfrase do item, troca-se “insignificante” por “sem significado”. Algo insignificante é algo de significação desprezível, pequena, mas não sem significado.

28. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES E DAS CONJUNÇÕES - Em “Existe, portanto, igual diferença entre um camponês chinês e um funcionário norueguês tal qual entre eu e qualquer pessoa, inclusive eu mesmo”, a noção de igualdade está sendo exposta com redundância, pois, se há o adjetivo “igual”, não se deve incluir a expressão “tal qual”. Deve-se substituir essa expressão por “e”. Também não se recomenda usar o pronome “eu” sem que ele esteja assumindo a função de sujeito. Assim, o primeiro “eu” deve ser substituído por “mim”. Com o segundo, porém, isso não deve ocorrer, pois este só é usado após preposição. A palavra “inclusive” é palavra denotativa de inclusão, e não preposição.

10. (IRBr - 2004) Com relação aos textos II e III, julgue os itens seguintes.

29. No texto II, o autor refuta abordagem em que se examinem a identidade e a diferença culturais dissociadas e como evidências em si, como algo estanque, dado, fixo e natural, como é o enfoque do texto III.

30. No texto II, o autor assume que as relações de poder permeiam a construção de identidade, ao passo que, no texto III, essas relações são sugeridas pelos julgamentos de valor ali presentes, sem que, no entanto, seja ressaltada relação assimétrica entre os grupos sociais.

Resposta: 29. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No texto II, já se diz no primeiro parágrafo: “Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham... não são coisas que estão simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas... A identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas...”. A palavra

“interdependentes”, aqui em destaque, refuta a possibilidade de dissociar identidade e diferença, e a passagem também destacada refuta que sejam estanques.

30. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O último parágrafo do texto II diz: “A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Sua definição... está sujeita a relações de poder... O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.” O texto III, por sua vez, não ressalta a assimetria entre os grupos sociais.

Texto para as Questões 11 e 12.

TEXTO I

1 Que outras lições poderia eu receber de um

português que viveu no século XVI, que compôs as

rimas e as glórias, os naufrágios e os desencantos

4 pátrios de Os Lusíadas, que foi um gênio poético

absoluto, o maior da nossa Literatura, por muito que

isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se

7 proclamou como o Super-Camões dela? Nenhuma

lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição

que eu fosse capaz de aprender, salvo a mais simples

10 que me poderia ser oferecida pelo homem Luís Vaz de

Camões na sua extrema humanidade, por exemplo, a

humildade orgulhosa de um autor que vai chamando

13 a todas as portas à procura de quem esteja disposto
a publicar-lhe o livro que escreveu, sofrendo por isso
o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a
16 indiferença desdenhosa de um rei e da sua companhia
de poderosos, o escárnio com que, desde sempre, o
mundo tem recebido a visita dos poetas, dos
19 visionários e dos loucos.
Ao menos uma vez na vida, todos os autores
tiveram ou terão de ser Luís de Camões, mesmo se
22 não escreveram as redondilhas entre fidalgos da corte
e censores do Santo Ofício, entre os amores de
antanho e as desilusões da velhice prematura, entre
25 a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este
homem doente que regressa pobre da Índia, aonde
muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego
28 de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor
sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar
os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no
31 palco da peça de teatro chamada: Que Farei com
Este Livro?, em cujo final ecoa uma outra pergunta,

aquela que importa verdadeiramente, aquela que

34 nunca saberemos se alguma vez chegará a ter

resposta suficiente: “Que farei com este livro?”

José Saramago. Discurso proferido por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura. Estocolmo, 1998 (com adaptações).

11. (IRBr - 2005) No discurso de José Saramago, a obra Os Lusíadas e seu autor, Luís de Camões, são mencionados com admiração e reverência. Julgue (C ou E) os itens a seguir, com base no texto I.

1. O trecho “as rimas e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de Os Lusíadas” (l.3-4) refere-se a episódios do período das grandes navegações portuguesas.

2. José Saramago alude a Fernando Pessoa como o “Super-Camões” (l.7), relativizando o sentido do predicado “um gênio poético absoluto” (l.4-5), atribuído a Camões.

3. O trecho “que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço” (l.29-30) caracteriza-se pelo emprego dos recursos da redundância e do eufemismo.

4. Pelo que se depreende do texto, José Saramago examinou a obra camoniana no drama Que Farei com Este Livro?, representado no palco do paço português.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Sabe-se que o trecho se refere a Os Lusíadas, como sugere a palavra “compôs”. Na obra, Camões fala dos portugueses em suas lutas e glórias.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Era Pessoa que se dizia o Super-Camões, do que discorda Saramago. Para este, ninguém supera Camões na literatura portuguesa.

3. C - FIGURAS DE LINGUAGEM - A expressão “nunca mais” é dispensável, é redundante, e sua função é enfática. A expressão “que não voltará nunca mais” é eufemismo usado para sugerir a morte de Camões.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No drama Que farei com este livro?, Saramago cria o personagem Camões em luta para conseguir publicar seu livro. Foi o Camões homem, em sua humildade, o tema da peça, e não a análise de sua obra.

12. (IRBr - 2005) Quanto à descrição gramatical de elementos do texto I, assinale a opção correta.

A. Em “por muito que isso pese a Fernando Pessoa” (l.5-6), a forma “pese” remete a peso e está empregada como verbo transitivo direto.

B. É opcional a regência como transitivo direto ou transitivo indireto do verbo chamar com o sentido empregado em “que vai chamando a todas as portas” (l.12-13).

C. O emprego da conjunção alternativa em “todos os autores tiveram ou terão de ser Luís de Camões” (l.20-21) implica alusão a fases do fenômeno temporal.

D. Os vocábulos “redondilhas” (l.22) e “antanho” (l.24) estão em desuso no português contemporâneo.

E. No último parágrafo, a menção ao sofrimento de Luís de Camões está construída por meio do paralelismo sintático introduzido pela forma “foi a este”.

Resposta: E

A. E - ANÁLISE SINTÁTICA - PREDICAÇÃO VERBAL - O verbo está empregado como transitivo indireto. O objeto indireto é “a Fernando Pessoa”.

B. E - REGÊNCIA VERBAL - O verbo “chamar”, apenas quando significa “nomear”, pode ser usado como transitivo direto ou como transitivo

indireto. No texto, porém, não está empregado nesse sentido, mas no de "invocar", de "pedir a presença". Camões chamava pessoas a todas as portas, pedia-lhes a presença.

C. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - A conjunção sugere que todo autor é Luís de Camões. Isso ocorre em algum momento, inevitavelmente. Não se trata de alternância, de opção pelo tempo. Trata-se de causa e efeito. Se não ocorreu, ocorrerá.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se as palavras "redondilhas" e "antanho" foram usadas por Saramago, escritor da contemporaneidade, as palavras não estão em desuso no português contemporâneo.

E. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - O paralelismo consiste no emprego de estruturas semelhantes: "... foi a este homem doente..., foi a este soldado cego..., foi a este sedutor..., que eu pus a viver no palco...". Tais estruturas, iniciadas do mesmo modo, tratam do sofrimento de Camões.

Texto para a Questão 13.

TEXTO II

1 O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na

expansão mercantil-colonial europeia do século XVI.

Naquele momento histórico, as burguesias mercantis,

4 aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e

espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do

ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor

7 comercial nos mercados europeus, pudessem ser

transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que

abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da

10 costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos

recursos naturais, até então manejados por diversos

povos indígenas nômades e seminômades.

13 Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao

nome do país tornou-se a primeira vítima: o

pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os

16 europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só

existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação socioespacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.ª ed. São Paulo: Ana Blume - Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

13. (IRBr - 2005) Assinale a opção incorreta a respeito do texto II.

A. Caso fosse omitida a vírgula logo após “mercantis” (l.3), o texto não sofreria prejuízo do ponto de vista estritamente sintático, mas a informação expressa no trecho de ocorrência da vírgula ficaria prejudicada do ponto de vista histórico.

B. Se acatado o rigor gramatical, os adjetivos “portuguesa” (l.4) e “espanhola” (l.5) deveriam estar flexionados no plural.

C. Contribuiria para a precisão da informação expressa no segundo período do texto a seguinte reescritura do trecho “ou de produtos (...) lucro” (l.6-8): ou de outros produtos de alto valor comercial que pudessem ser, também, transacionados com muito lucro nos mercados europeus.

D. Há elementos no texto, em especial, o emprego do advérbio “Ironicamente” (l.13) e da expressão “a primeira vítima” (l.14), que permitem a inferência de que o Brasil, desde que se tornou Estado-nação, assim como o produto de que se originou seu nome, pode ser percebido como vítima de saque.

E. No período situado nas linhas de 8 a 12, há uma comparação subjacente que enaltece os “diversos povos indígenas nômades e seminômades” (l.11-12) e que está marcada linguisticamente pelo contraste de “[recursos naturais] manejados” (l.11) com “alvo do saque aos recursos naturais” (l.10-11), expressão atribuída aos europeus.

Resposta: B

A. C - PONTUAÇÃO - A oração entre vírgulas na linha 4, “aliadas às monarquias”, é reduzida de particípio e assim poderia ser desenvolvida: “que eram aliadas às monarquias”. É uma oração adjetiva. Quando há uma vírgula entre a oração adjetiva e a anterior, conforme já dito na nossa unidade de pontuação, não há restrição, ou seja, todas as burguesias mercantis eram aliadas às monarquias e empreendiam uma busca. Se a vírgula for retirada, teremos uma restrição, ou seja, apenas as burguesias mercantis aliadas às monarquias empreendiam a busca, e não todas as burguesias mercantis existentes. Assim, não há prejuízo sintático com a supressão da vírgula, mas há alteração semântica.

B. E - CONCORDÂNCIA NOMINAL - Há uma monarquia apenas na Espanha e uma apenas em Portugal. Caso se flexionassem os dois adjetivos no plural, haveria mais de uma monarquia em cada um dos países, o que, pelo nosso conhecimento histórico e pragmático, não se confirma.

C. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Escrever “...do ouro, da prata ou de produtos que... pudessem ser transacionados com muito lucro” faz entender que o ouro e a prata não estariam entre os produtos que podiam ser transacionados com muito lucro. A inserção do pronome “outros” e da palavra “também” inclui os dois metais entre esses produtos.

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As duas linhas que o item cita dispensam outros comentários. O item é de fácil compreensão.

E. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem afirma, em suas entrelinhas, que os povos nômades e seminômades manejavam os recursos naturais sem exauri-los, enquanto os europeus os saqueavam, sem preservá-los. Faz-se, pois, uma comparação por contraste e enaltecem-se os indígenas.

Texto para a Questão 14.

TEXTO III

1 Quando as 5 mil pequenas lâmpadas

iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por

ocasião da inauguração da Exposição Universal de

4 Paris (1900), causando assombro à multidão que

assistia ao espetáculo, comprovou-se o triunfo da

ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o

7 limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo

tempo da cidade.

A arte afastava-se do mundo burguês à procura

10 de nova clientela, capaz de um ato de fruição total.

Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela

precisava eliminar dos seus efeitos específicos

13 quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por

empréstimo. Era necessário tornar-se “autárquica”,

“pura”.

16 A busca incessante dessa pureza motivou os

artistas do início do século XX, o que resultou na

produção de obras que deram corpo a uma notável

19 revolução cultural.

P. E. Grinberg e A. A. Luz. Revoluções artístico-culturais no século XX. In: F. C. Teixeira da Silva (coord.). Século sombrio: guerras e revoluções do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações).

14. (IRBr - 2005) Com base no texto III, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. Atenderia às exigências linguísticas puristas a alteração, na linha 4, de “causando” por: o que causou.

2. A concordância verbal em “comprovou-se” (l.5) atende regra segundo a qual, em construções com posposição de sujeito composto, é obrigatória a concordância do verbo com o primeiro núcleo do sujeito.

3. Considerando-se os elementos de coesão textual, verifica-se que a expressão “ao espetáculo” (l.5) tem como referência “Exposição Universal de Paris” (l.3-4).

4. O emprego das aspas em “autárquica” e “pura” (l.14-15) indica que a atribuição de sentido às duas palavras não deve ser exatamente a corrente, a usual.

Resposta: 1. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Tanto o gerúndio “causando” como o pronome demonstrativo “o” acompanhado do relativo “que” podem introduzir uma consequência do fato anterior.

2. E - CONCORDÂNCIA VERBAL - O verbo, estando anteposto ao sujeito composto, pode não só concordar com o núcleo mais próximo, mas também pluralizar-se.

3. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - A expressão refere-se ao fato de as 5mil lâmpadas terem iluminado a fachada do Palácio da Eletricidade.

4. C - PONTUAÇÃO/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As palavras “autárquica” e “pura” estão entre aspas por estarem empregadas em sentidos conotativos: “independente” e “livre”.

Texto para a Questão 15.

TEXTO IV

1 O período que se seguiu à Grande Guerra pode

ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a

1924-28, quando todos os países europeus

4 procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra

e voltar às condições econômicas normais, equivale

dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28

7 a 1931-33, com o grande surto de prosperidade, que

trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada

nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os

10 governos se empenharam no esforço coletivo para

superar a crise, desenvolvendo práticas

intervencionistas não adotadas até então.

J. J. de Arruda. A crise do capitalismo. D. A. Reis Filho, J. Ferreira, C. Zenha (orgs.). In: O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 22 (com adaptações).

15. (IRBr - 2005) Com relação ao texto IV, assinale a opção incorreta.

A. O texto é composto por apenas um longo período. Para se atender ao estilo da escrita contemporânea - textos com períodos curtos - e à prescrição gramatical, esse período poderia ser transformado em quatro. Para tal, bastaria substituir o sinal de dois-pontos (l.2) por ponto e fazer corresponder, com os devidos ajustes nas letras maiúsculas, um período a cada uma das "três grandes fatias".

B. A forma como as datas estão dispostas demonstra que o período a que o texto se refere é delimitado por uma perspectiva científica, e não meramente cronológica. Nesse contexto, a oração adjetiva "que se seguiu à Grande Guerra" (l.1) poderia, sem perda da precisão histórica, ser substituída pela expressão pós-Grande Guerra.

C. A elipse na oração coordenada iniciada por "e" (l.5) corresponde ao longo segmento oracional "quando todos os países europeus procuraram" (l.3-4).

D. Há redundância em "os resquícios deixados pela guerra" (l.4), o que permite a alteração para os resquícios da guerra.

E. O paralelismo sintático seria observado com mais rigor gramatical caso se substituísse "com o grande surto de prosperidade" (l.7) por: quando se assistiu ao grande surto de prosperidade.

Resposta: A

A. E - PONTUAÇÃO - O texto é escrito em um longo período, e, se usarmos ponto após a palavra "fatia", esta finalizará um período coerente. No entanto, as passagens seguintes, iniciadas por referências temporais, têm, após estas, orações subordinadas. Isso significa que são necessárias orações principais, o que não se confirma. Vejamos uma das fatias a que o item se refere: "de 1932-33 a 1939,/quando os governos se empenharam no

esforço coletivo/para superar a crise,/desenvolvendo práticas intervencionistas/não adotadas até então”. Após a referência temporal, há, respectivamente, uma oração adjetiva desenvolvida, uma oração adverbial final reduzida de infinitivo, uma oração reduzida de gerúndio que sugere modo e uma oração adjetiva reduzida de particípio. A referência temporal, no entanto, não dispõe de oração principal para encaixar-se.

B. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A marcação das datas não se dá de ano a ano simplesmente, mas sim se baseia em anos ou períodos que marcam inícios, ocorrências ou fins de etapas históricas do período pós-Grande Guerra.

C. C - FIGURAS DE LINGUAGEM/COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Para confirmar a correção do item, basta ao candidato tentar inserir a passagem sugerida depois do “e”, na linha 5.

D. C - VÍCIOS DE LINGUAGEM - Resquícios sempre são deixados. Bastaria escrever-se: “os resquícios da guerra”.

E. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - A mudança uniformizaria as estruturas. Do mesmo modo que, após “de 1919 a 1924-28”, após “de 1924-28 a 1931-33”, deveria haver uma oração adjetiva iniciada por “quando”.

Texto para as Questões 16 e 17.

TEXTO V

1 À época da independência, a economia colonial

podia ser descrita de maneira simplificada. Era

composta por: latifúndios voltados para a produção de

4 mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o

algodão; fazendas dedicadas à produção para o

mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de

7 gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros
mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se,
ainda, grande número de pequenas propriedades
10 voltadas para a agricultura e a pecuária de
subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de
províncias, predominavam o grande e o pequeno
13 comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se
dedicavam ao tráfico de escravos.
A única alteração importante nessa economia
16 deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já
na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar
nas exportações. Mas o café não mudou o padrão
19 econômico anterior: era também um produto de
exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo
sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a
22 ser desmontado após 1930. As consequências da
hegemonia do café foram principalmente políticas. O
fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de
25 Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país,
sediado nesta província. Se não fosse a coincidência

do centro político com o centro econômico, os

28 esforços da elite política para manter a unidade do

país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.

16. (IRBr - 2005) Assinale a opção em que, na reescritura do segundo período do texto (l.2-8), mantém-se a informação original e a correção gramatical.

A. Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência.

B. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência.

C. Era composta por latifúndios, voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno - feijão, arroz, milho - e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência.

D. Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência.

E. Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

Resposta: C. PONTUAÇÃO - Na afirmação de que a economia era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias de exportação, a expressão "era composta por" restringe os elementos que compõem a economia. Assim, a existência ou a ausência de vírgula antes do particípio "voltados" não interferirá no sentido da mensagem. As palavras que estão entre travessões são apostos e continuariam com essa função se estivessem entre parênteses.

17. (IRBr - 2005) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que dizem respeito ao período "Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo" (l.18-20).

1. Nesse contexto, a conjunção "Mas" tem a função de estabelecer relação de coordenação entre as duas orações do período.

2. Esse período é composto por duas orações justapostas que mantêm entre si relação de dependência semântica e sintática, exercendo a segunda oração a função de predicativo da primeira.

3. O advérbio "também", por acrescentar uma circunstância ao verbo, não poderia ser retirado da frase, sob pena de provocar prejuízo à estrutura de base da oração.

4. O período permanecerá perfeitamente em conformidade com os padrões da escrita culta se "baseado" for substituído por: que se baseava.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - A relação de oposição se dá com o período anterior, e não entre as orações do que está em foco.

2. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - O período se compõe de três orações. Entre a primeira e a segunda, ocorre justaposição. A relação é de explicação, mas o que as une são os dois-

pontos. Entre a segunda e a terceira, que é uma oração adjetiva reduzida de particípio, a relação é de restrição.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - A oração “era um produto de exportação” já tem os termos suficientes para ser sintaticamente aceitável. O “também” pode ser suprimido. O advérbio não completa o sentido do verbo neste contexto.

4. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - É opcional o uso da oração como reduzida ou como desenvolvida.

Texto para as Questões 18 e 19.

TEXTO VI

1 Os acontecimentos que convulsionaram o país na

primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os

atos de força que depuseram Goulart não podem ser

4 adequadamente compreendidos sem que se leve em

conta o processo de transformação experimentado pelo

Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas

7 (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização

nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir

de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa

10 modernização foi bastante impulsionada na segunda

metade da década de 50: era o desenvolvimentismo

dos Anos JK, sintetizado no Plano de Metas e

13 consagrado pelo lema “50 anos em 5”.

Nessa conjuntura, a Política Externa

Independente refletia um quadro internacional

16 favorável à obtenção de margens mais amplas de

autonomia por parte das áreas periféricas - com a

consolidação das independências na Ásia, o surto de

19 descolonização na África e o advento de novas posições

(pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo,

pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo

22 - e, ante a acentuada radicalização interna, passou a

ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

18. (IRBr - 2005) Assinale a opção correta com relação a aspectos linguísticos do texto VI.

A. Nas linhas 2 e 3, atenderia à prescrição gramatical a escolha da seguinte regência verbal: culminaram nos atos de força.

B. Entre as expressões “Com efeito” (l.6) e “Nessa conjuntura” (l.14), encontra-se uma explicitação dos acontecimentos que constituem o tópico inicial do texto.

C. Em “à obtenção” (l.16), o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

D. Nas linhas 20 e 21, os parênteses sinalizam uma retificação.

E. Sem que ocorra erro de pontuação, a vírgula que aparece logo após “e” (l.22) pode ser deslocada para imediatamente antes dessa conjunção.

Resposta: A

A. C - REGÊNCIA VERBAL - É opcional usar a preposição “com” ou a preposição “em” com o verbo “culminar”.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Conforme o texto, o que ocorreu na Era Vargas possibilitou acontecimentos dos anos 60. Da linha 6 à 14, está a explicação necessária a essa tese.

C. E - CRASE - A preposição “a” é obrigatória ao adjetivo “favorável”, mas é facultativo o uso do artigo antes de “obtenção”.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O que há entre parênteses é a identificação de “novas posições”, e não uma retificação.

E. E - PONTUAÇÃO - As vírgulas antes de “ante” e de “passou” estão marcando o deslocamento do termo “ante a acentuada radicalização interna”. Como o “e” não se inclui no termo, a vírgula não pode deslocar-se para antes dele.

19. (IRBr - 2005) No primeiro período do texto VI: “Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930” (l.1-6), a locução sublinhada estabelece entre frases uma relação lógica de

A. causa.

B. concessão.

C. condição.

D. conformidade.

E. consequência.

Resposta: C - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - Entenda assim a passagem referida no item: “Os acontecimentos que depuseram Goulart só podem ser adequadamente compreendidos se for levado em conta o processo de...”. A relação é de condição.

Texto para as Questões 20, 21 e 22.

TEXTO VII

1 A localidade opõe-se à globalidade, mas

também se confunde com ela. O mundo, todavia, é

nosso estranho. Pela sua essência, ele pode

4 esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua

existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso

Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das

7 sucessões, que transmite os tempos externos das

escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que

é o eixo das coexistências, onde tudo se funde,

10 enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades

de espaço e de tempo.

No lugar - um cotidiano compartido entre

13 as mais diversas pessoas, firmas e instituições -,

cooperação e conflito são a base da vida em comum.

Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida

16 social individualiza-se; e, porque a contiguidade é

criadora de comunhão, a política se territorializa, com

o confronto entre organização e espontaneidade. O

19 lugar é o quadro de uma referência pragmática ao

mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas

de ações condicionadas, mas é também o teatro

22 insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por

meio da ação comunicativa, pelas mais diversas

manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações).

20. (IRBr - 2005) Analisando a relação entre as informações veiculadas pelo texto VII e a articulação dos elementos textuais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. Na linha 15, o enunciado causal que antecede e em que se sustenta a afirmação “a vida social individualiza-se” é insuficiente para justificar o paradoxo “social/individual”, o que, considerando-se as ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo, gera incoerência na linha argumentativa do texto.

2. No trecho “do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas” (l.20-21), há uma sucessão de vocábulos do campo semântico de determinação, o que é produtivo para a defesa do autor de seu ponto de vista determinista da política mundial, confirmado no apelo romântico às “paixões humanas” (l.22) ao caracterizar “lugar” (l.19).

3. Predomina, no texto, a função referencial da linguagem e verifica-se, também, a utilização pontual da linguagem em sua função poética, como recurso para expressar o conceito de “lugar” por meio da metáfora “o teatro insubstituível das paixões humanas” (l.21-22).

4. A forma verbal prevalente no texto é o presente do indicativo, o que equivale a dizer que o texto se compõe de enunciados categóricos, os quais produzem o tom de certeza na abordagem do tema.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há a incoerência referida no item. No início do texto, afirma-se: “A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela”. Diz-se também que o mundo, de essência global, existe

no local. No segundo parágrafo, diz-se que a vida social se individualiza. Nos dois casos, veja-se que o que é mais amplo se manifesta em esfera mais restrita.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os vocábulos referidos no item não contribuem para a defesa de um apelo romântico.

3. C - FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função referencial caracteriza-se pela existência de informações sobre o emissor ou o receptor, centrando-se sobre a terceira pessoa. No texto, essa terceira pessoa é a oposição-semelhança entre globalidade e localidade. A função poética existe quando se dá à linguagem uma forma especial, metafórica, conotativa ou artística, como ocorre na metáfora entre o lugar e um teatro de paixões.

4. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS - O texto sugere certeza em suas afirmações, e o indicativo é o modo próprio para isso, excluindo-se essa característica apenas do futuro do pretérito.

21. (IRBr - 2005) Considerando as ideias e as estruturas morfossintáticas do texto VII, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. No primeiro período do texto, a noção de oposição é produzida, via semântica, pelo emprego de duas antíteses: “localidade”/“globalidade” e “opõe”/“confunde”.

2. Atenderiam aos princípios de coesão e às prescrições gramaticais as duas seguintes alterações do primeiro período do texto: A localidade e a globalidade opõem-se e ambas confundem-se. Opõe-se e confundem-se também a localidade à globalidade.

3. As considerações iniciais do autor a respeito da essência e da existência do mundo (l.2-5) encontram seu correlato, no sistema linguístico, na distinção semântica do par verbal ser/estar.

4. É possível estabelecer uma analogia entre “tempos externos das escalas superiores” (l.7-8) e sincronia e entre “eixo dos tempos internos” (l.8) e

diacronia.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A oposição referida no item pode ser confirmada na primeira frase do texto.

2. E - CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA VERBAIS - Na segunda frase do item, o sujeito deixa de ser composto (globalidade e localidade) para ser simples (a localidade), pois “à globalidade”, agora com sinal grave passa a ser objeto indireto. O verbo, então, deve concordar no singular com o seu sujeito (a localidade). Considere, além disso, que a regências dos dois verbos são diferentes, e não poderemos ter um complemento só para eles. Deveríamos ter: “Opõe-se a localidade à globalidade e confunde-se com ela”.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Ocorre uma analogia coerente: a essência corresponde a ser; a existência, a estar.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A diacronia é estudo que não se limita a um tempo isolado, ao contrário da sincronia, que se centra em fenômeno de um tempo específico, sem relacioná-lo com tempos externos. O eixo dos tempos externos deveria ser comparado à diacronia, e o dos tempos internos, à sincronia.

22. (IRBr - 2005) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, a respeito das ideias e das estruturas lexicais, morfossintáticas e semânticas do texto VII.

1. O conteúdo desse excerto resume-se em conceituar e explanar a localidade como uma manifestação próxima, cotidiana, pragmática da globalidade.

2. A coexistência tem lugar no “mundo”, e não, no “lugar”.

3. A expressão “nosso Próximo” (l.5-6) exerce a mesma função sintática que o trecho entre travessões nas linhas 12 e 13.

4. No texto, dois campos semânticos confrontam-se: de um lado: “localidade”/“existência”/“eixo da coexistência”/“cooperação”; de outro: “globalidade”/“essência”/“eixo dos tempos internos”/“conflito”.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O que há no item é a ideia que se deseja fundamentar no texto. O que mais há existe em função dessa fundamentação.

2. E. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A coexistência tem lugar no local, onde se superpõem o eixo das sucessões e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências. (l. 5 a 9)

3. C. ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Os dois termos são apostos.

4. E. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O eixo dos tempos internos e o conflito não pertencem ao campo semântico da globalidade, e sim ao da localidade.

Texto para as Questões 23, 24 e 25.

TEXTO VIII: Circum-lóquio (pur troppo non allegro)

Sobre o neoliberalismo terceiro-mundista

7.

1 o neoliberal

sonha um admirável

mundo fixo

4 de argentários e multinacionais

terratenentes terrapotentes

coronéis políticos

7 milenaristas (cooptados) do

perpétuo

status quo:

10 um mundo privé

palácio de cristal

à prova de balas:

13 bunker blau

durando para sempre - festa

estática

16 (ainda que sustente sobre

fictas

palafitas

19 e estas sobre uma lata

de lixo)

Haroldo de Campos. Poema inédito. In: Folha de S. Paulo, 12/6/1998.

23. (IRBr - 2005) Haroldo de Campos lançou, em 1956, o movimento nacional e internacional de Poesia Concreta. Julgue (C ou E) os itens a seguir, considerando o contexto histórico, cultural e temático do poema acima (texto VIII).

1. O poeta, carioca que ainda vive em sua cidade natal, lançou o movimento concretista com o irmão Humberto de Campos e com o artista plástico Décio Pignatari.

2. A Poesia Concreta foi o movimento literário que acendeu a consciência plástica da linguagem poética, nas dimensões sonora e visual.

3. A expressão “admirável mundo fixo” (v.2 e 3) remete a conhecida obra do escritor inglês Aldous Huxley.

4. A temática do poema é a apologia ao neoliberalismo, programa econômico globalizante identificado a partir da década de 80 do século passado.

Resposta: 1. E - HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA - Haroldo de Campos era poeta paulista.

2. C - HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA - Voltada para o significante, a poesia concreta explorou intensamente as camadas fônica e gráfica do signo linguístico.

3. C - O uso da expressão é um ato de intertextualidade com a obra “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Ruxley.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O poema critica a postura do neoliberal, mostrando que a manutenção de suas regalias depende da miséria de quem não se inclui em seu mundo. O mundo fixo a que se refere seria um mundo sem mobilidade social.

24. (IRBr - 2005) Com base na análise do vocabulário da estrofe transcrita no texto VIII, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. A estrofe esquematiza-se da seguinte maneira:

2. O autor utiliza os seguintes estrangeirismos: “terratenentes”, “status quo”, “privé”, “bunker blau” e “fictas”, que deveriam ter sido obrigatoriamente escritos em itálico.

3. Nos versos 2 e 3, “sonha um admirável/mundo fixo”, a posição dos adjetivos que modificam o substantivo “mundo” é evidência de que a ordem das palavras na oração diz respeito à sintaxe e também à semântica. Caso se alterasse a ordem (sonha um mundo/admirável fixo), haveria significativa mudança de sentido.

4. A composição por justaposição, como processo de formação de palavras, prevalece no texto, tendo como exemplos: “neoliberal”, “multinacionais”, “terratenentes” e “terrapotentes”.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A compreensão do poema e o valor semântico de suas palavras permitem observar que o neoliberal sonha um mundo fixo porque deseja riqueza e poder estáveis, que não sofram ameaças. Para que esse mundo seja garantido, precisa de segurança, de exclusividade (mundo privé), o que, a seu ver, depende de balas, “bunker blau”.

2. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA PALAVRAS - Palavras como “terratenentes” e “fictas” não constituem estrangeirismos.

3. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DO SUBSTANTIVO E DO ADJETIVO - Se o substantivo “mundo” se situar entre os dois adjetivos, como ocorre no texto, ambos o modificam. Se o adjetivo “fixo”

estiver posposto a “mundo admirável”, passa a modificar a expressão inteira.

4. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS - As palavras “neoliberal” e “multinacional” são formadas por prefixação.

25. (IRBr - 2005) Assinale a opção incorreta quanto à descrição gramatical.

A. O verbo sonhar, além da regência expressa no verso 2, tem emprego também, conforme prescrição gramatical, como intransitivo e transitivo indireto.

B. O uso dos dois-pontos depois de “status quo” (v.9) tem a função de introduzir uma explicação.

C. Nos cinco últimos versos, os parênteses assinalam isolamento sintático e semântico.

D. A locução conjuntiva “ainda que” (v.16) tem o mesmo sentido de posto que.

E. A fragilidade das bases do mundo neoliberal é reforçada pelo adjetivo “fictas” (v.17), que significa falsas.

Resposta: C

A. C - REGÊNCIA VERBAL - No verso 2, a regência de “sonhar” é transitiva direta. Existe ainda a transitiva indireta (“sonha com um admirável mundo fixo”) e a intransitiva (sonhei durante toda a noite).

B. C - PONTUAÇÃO - Poderíamos introduzir a expressão “ou seja” entre vírgulas depois de “status quo”, o que confirma a explicação.

C. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O que há nos parênteses são duas orações adverbiais concessivas, sendo o verbo da segunda elíptico. Não há isolamento sintático nem semântico. Os parênteses apenas realçam as orações.

D. C - CLASSES GRAMATICAIS - IDENTIFICAÇÃO E EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - “Ainda que” e “posto que” são duas locuções conjuntivas concessivas.

E. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se o mundo neoliberal se sustenta sobre palafitas, não é o mundo seguro que os seus idealizadores desejam.

Texto para as Questões 26, 27, 28 e 29.

Cujas Canções

1 É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos

cartões de visitas. No tempo das guerras cisplatinas até ficou

famoso alguém que assim se apresentava: “José Maria da

4 Conceição - tenente dos Colorados”.

Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns

títulos da generosidade de seus conterrâneos. Se pusesse todos

7 eles, seria pedante; escolher um só seria indelicadeza para

com os outros proponentes.

Quanto a mim, sempre fui de opinião que bastava o

10 nome da pessoa, sem a vaidade de títulos secundários. Mas eis

que a minha camareira fez-me cair em tentação. Dá-se o caso

que saiu a edição do meu livro Canções, ilustrado por Noêmia

13 e que, ao ser noticiado por Nilo Tapecoara no Bric-à-brac da

vida, este o publicou com o meu retrato em duas colunas e,

abaixo do mesmo, uma notícia que assim principiava, com a

16 primeira linha impressa em letras maiúsculas: MÁRIO

QUINTANA, CUJAS CANÇÕES etc. etc. ...

Ora, na manhã daquele dia, ao servir-me o café na

19 cama, sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe

causava o seu hóspede e repetia: “Cujas canções, hein, cujas

canções!”

22 O seu maior respeito era devido, sem dúvida, à

misteriosa palavra “cujas”.

Mario Quintana. Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005, p. 959.

26. (IRBr - 2006) Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos a análises de fatos linguísticos do texto.

1. O emprego da vírgula após “No tempo das guerras cisplatinas” (l.2) seria justificado pela prescrição gramatical e estaria adequado ao ritmo do período.

2. Os deslocamentos de termos da oração em “até ficou famoso alguém” (l.2-3) e em “que assim se apresentava” (l.3) contribuem para realçar a atitude do personagem mencionado na frase.

3. O emprego de “Ora”, no início do segundo parágrafo, sugere raciocínio silogístico, que se apoia, no texto, em premissas seguidas de prova e em conclusão irônica.

4. Os termos “quem” (l.5), “mim” (l.9) e “hóspede” (l.20) estão empregados em referência a pessoas diferentes.

Resposta: 1. C - PONTUAÇÃO - A vírgula estaria isolando um adjunto adverbial de tempo que antecede o sujeito e o verbo. A gramática prescreve que isso ocorre com adjuntos adverbiais deslocados longos.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA E COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A CONSTRUÇÃO DO PERÍODO E SEUS EFEITOS ESTILÍSTICOS E SEMÂNTICOS - As inversões ironizam a formalidade e a pompa com que se apresentava o tenente José Maria da Conceição.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A inserção da palavra “ora” sugere que haverá uma argumentação. As premissas são os argumentos, fatos, exemplos que corroboram para a conclusão, cuja ironia está em mostrar que a palavra “cujas” impressiona a camareira mesmo sem esta saber o seu significado. Assim, a pompa e a formalidade gratuitas no discurso, bem como a apreciação delas são ironizadas.

4. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Na linha 5, o “quem” se refere ao escritor Mário Quintana, pois é ele “quem escreve estas linhas”. Na linha 9, o “mim” também se refere ao escritor, e ele é o “hóspede” (l. 20) de sia Benedita.

27. (IRBr - 2006) Com base no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. Depreende-se do texto que a palavra “cujas” junto ao nome de Mário Quintana foi entendida pela camareira no sentido empregado no texto que ela lera.

2. O tratamento “sia” (l.19) remonta à época do descobrimento do Brasil.

3. A forma “sia” (l.19) é redução de sinhá, vocábulo sinônimo de sinhara - proveniente de senhora.

4. Em “sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia” (l.19-20), deveria haver vírgula depois de “orgulho” e antes de “e”, em decorrência do sentido explicativo da oração introduzida pelo “que”.

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES RELATIVOS/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No texto que a camareira lera, o sentido de “cuja” é o de posse: “Mário Quintana, cujas canções...” corresponde a “As canções de Mário Quintana”. Ela acreditou que o título da obra fosse “Cujas canções”.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Mário Quintana, bem como a linguagem do texto, não remontam à época do Descobrimento. O emprego do “sia” é de uso mais recente. No momento do descobrimento, as mulheres que aqui havia eram as índias, e estas não eram tratadas por “sias”, palavra proveniente de “senhora”.

3. C - VOCABULÁRIO - O item depende do conhecimento prévio do candidato.

4. E - PONTUAÇÃO - A oração iniciada pelo “que” é adjetiva restritiva (trata-se do orgulho que sai Benedita sentia pelo hóspede; trata-se de um orgulho específico). Não deve haver vírgula antes do pronome relativo. Quanto à vírgula antes do “e”, não se a recomenda, visto que os sujeitos das duas orações ligadas por essa conjunção não são diferentes: “sia Benedita não podia ocultar o orgulho e repetia...”

28. (IRBr - 2006) Considerando os sentidos e aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O mal-entendido narrado na conclusão do texto sugere uma visão irônica quanto à importância dos títulos.

2. Na locução “eis que” (l.10-11), a palavra “eis” perde não só o traço semântico de imprevisão, ou de ocorrência súbita, mas também sua equivalência com a forma veja.

3. O pronome “este” (l.14) refere-se a seu antecedente, o “Bric-à-brac da vida”.

4. Na linha 14, a proximidade imediata entre “com o meu retrato” e “em duas colunas” gera ambiguidade quanto a haver um ou dois retratos do autor.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O narrador ironiza que o título enaltece quem o recebe mesmo que não se saiba o significado dele.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A palavra “eis” mantém o traço de imprevisão e de ocorrência súbita, pois a camareira fez o narrador se sentir tentado por algo que não o atraía.

3. E - COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - O pronome “este” se refere a Nilo Tapecoara.

4. C - VÍCIOS DE LINGUAGEM - Uma das interpretações é a de que, em cada uma das colunas, havia, além de um texto, um retrato do autor. Teríamos a repetição do texto e do retrato. A outra interpretação é a de que o retrato e o texto foram dispostos em duas colunas, mas em sequência, sem haver repetição.

29. (IRBr - 2006) Assinale a opção correta acerca do segundo parágrafo do texto.

A. No segundo período desse parágrafo, o emprego do ponto e vírgula assinala a omissão do verbo.

B. Para se atender ao rigor gramatical no que respeita ao paralelismo sintático entre as estruturas separadas pelo ponto e vírgula, uma opção correta seria substituir “escolher um só seria indelicadeza” (l.7) por se escolhesse um só, seria indelicado.

C. Deveria haver vírgula depois da oração “escolher um só” (l.7) pela mesma razão que sustenta a presença de vírgula depois de “Se pusesse todos eles” (l.6-7).

D. Depreende-se do trecho em questão que, para a indicação de títulos em cartões de visita, uma das alternativas citadas é melhor que a outra.

E. A palavra “generosidade” (l.6) pode ser substituída por indulgência, sem que o sentido da frase se altere.

Resposta: Desconhecemos o motivo pelo qual o Cespe considerou a questão nula. Não há mais de um item correto. Consideramos correto o gabarito B.

A. E - PONTUAÇÃO - Não há verbo elíptico nas duas passagens separadas por ponto e vírgula. Há apenas uma pausa maior entre as duas. Observe que a primeira já contém vírgula e que ambas têm a mesma intenção: apresentar uma condição para um fato.

B. C - ANÁLISE SINTÁTICA, CONSTRUÇÃO DO PERÍODO, PARALELISMO - As duas passagens se assemelhariam, pois começariam ambas com oração condicional desenvolvida e se finalizariam por oração principal constituídas de sujeito elíptico, verbo de ligação e adjetivo predicativo.

C. E - PONTUAÇÃO - Não pode haver vírgula entre oração subjetiva e sua principal: a oração “escolher um só” é sujeito de “seria indelicadeza para com os outros proponentes”. Já a oração “Se pusesse todos eles” é adverbial condicional deslocada, e as orações adverbiais deslocadas separam-se por vírgula de suas principais.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nenhuma das duas situações é recomendada pelo autor.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Indulgência” significa clemência, perdão dos pecados. “Generosidade” significa bondade, gentileza.

Texto para as Questões 30, 31, 32 e 33.

Como e por que sou escritor, sem deixar de ser um tanto sociólogo

1 O que principalmente sou? Creio que escritor. Escritor

literário. O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista

social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor.

4 Se bom ou mau escritor é outro assunto.

Como tentativa de oferecer, a esse respeito, um

depoimento ou uma confissão de possível interesse

7 sociológico, procurarei fixar aqui algumas das orientações que

considero essenciais à afirmação de um escritor como

escritor, e que se baseiam até certo ponto na minha própria

10 experiência. Sobre elas, por outro lado, se apoia minha

esperança de ser escritor, sem ser, exatamente, beletrista.

Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem

13 de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de

rotina. A sociologia da atividade de escritor está ainda por

fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente

16 tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das

chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios

ou de artes. Ele é um pouco de tudo isso sem pertencer mais

19 especificamente a nenhum desses grupos profissionais. É

inseguro. Sabe-se de companhias de seguros que têm

segurado por altas somas mãos de pianistas. Mas não, mãos

22 de escritor.

Gilberto Freire. Como e por que sou e não sou sociólogo.Brasília: EDUnB, 1968, p. 165 (com adaptações).

30. (IRBr - 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A inversão sintática observada em “O que principalmente sou?” (l.1) condiz com a estrutura gramatical interrogativa e apresenta-se como legítimo recurso de ênfase.

2. Por meio da expressão “Escritor literário.” (l.1-2), o autor critica os escritores que não se dedicam à literatura.

3. A palavra “ancilares” (l.3) significa próximas, enquanto “beletrista” (l.11) equivale a especialista em redação.

4. Em “sem ser, exatamente, beletrista” (l.11), o vocábulo sublinhado tem sentido de sobretudo.

Resposta: 1. C - ANÁLISE SINTÁTICA, CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Prefere-se, em nossa língua, elaborar perguntas com o predicativo antecedendo o sujeito e o verbo de ligação.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Dizer que é escritor literário consiste em especificar um tipo de escritor, mas nada há na afirmação que desmereça os demais escritores.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Ancilares” é relativo a servir. Os conhecimentos sociológicos, antropológicos, históricos, científicos e sociais contribuem para que Gilberto Freire desempenhe a profissão de escritor. “Beletrista”, por sua vez, é aquele que ama e cultiva a literatura, as belas letras, e não um especialista em redação.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O vocábulo “exatamente” tem sentido de “essencialmente”.

31. (IRBr - 2006) Com base, exclusivamente, nas informações contidas no texto, assinale a opção correta.

A. O escritor, como tal, não é diferente de outros homens.

B. A vida de aventuras é essencial para haver êxito na produção literária.

C. O escritor está sujeito à insegurança da liberdade, sendo, portanto, um profissional liberal.

D. Embora difícil, é desejável traçar uma sociologia da atividade do escritor.

E. Na prática do escritor, a rotina de trabalho é irrelevante.

Resposta: D

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 15 e 16, temos: "... tão diferente é o escritor de outros homens".

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 13 e 14, diz Gilberto Freire: "É uma atividade mais de aventura que de rotina". A atividade do escritor é de aventuras. O escritor é inseguro (l. 19 e 20) (visto que enfrenta desafios e incertezas em seu ato - interpretação nossa), mas não sua vida.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O escritor se exclui dos profissionais liberais e dos que vivem de ofícios e de artes: "... tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes". (l. 17 a 19)

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem "A sociologia da atividade de escritor está ainda por fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada..." confirma o item. Se a dita sociologia está por fazer, há pretensão de fazê-la. A segunda frase da passagem afirma literalmente a primeira afirmação do item.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem "É uma atividade mais de aventura que de rotina" (l. 13 e 14) admite a rotina como pertencente ao dia a dia do escritor. Embora diga que há menos rotina que aventura, não afirma que aquela seja irrelevante, insignificante.

32. (IRBr - 2006) Valendo-se exclusivamente das informações contidas no texto, considere a menção ao fato de que, ao contrário das mãos dos escritores, as mãos dos pianistas têm sido objeto de seguro e julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. O texto alude às qualidades artísticas das atividades do pianista e do escritor.

2. O autor valoriza o pianista, mais dependente de suas mãos do que o escritor, já que este pode recorrer ao texto ditado.

3. Na opinião do autor, os pianistas deveriam ser impedidos de fazer seguro, por contrato, das mãos.

4. Enquanto o pianista usa as duas mãos, o escritor usa uma só, o que explica as altas somas pelas quais aquelas são seguradas.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “Sabe-se de companhias de seguros que têm segurado por altas somas mãos de pianistas. Mas não, mãos de escritor” (l. 20 a 22) sugere que mãos de pianista e de escritor têm valor, pois a ressalva “Mas não, mãos de escritor” demonstra estranheza pelo fato de as mãos de escritores não serem seguradas, como o são as de pianistas”. Tal valor para ambos, pianista e escritor, advém, evidentemente, de suas qualidades artísticas.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item extrapola o texto, que não alude ao ato de ditar textos ao escritor. Além disso, Gilberto Freire não sobrepõe o pianista ao escritor. Apenas afirma que o escritor, por essência aventureiro, inseguro, não recorre a companhias de seguro.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor não critica o fato de o pianista fazer seguro. Apenas observa que o escritor não pratica a mesma ação.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item extrapola o texto, pois o seu conteúdo não foi afirmado nem explícita

nem implicitamente.

33. (IRBr - 2006) No terceiro parágrafo do texto, o autor afirma que a atividade de escritor nada tem de burocrática; com isso, quer significar que ela se distingue por ser

A. não administrativa.

B. de natureza privada.

C. desprovida de regras sistemáticas.

D. pouco eficiente.

E. dotada de base sociológica.

Resposta: C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No trecho “Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de rotina” (l. 12 a 14), a segunda frase explica a afirmação da primeira e, se o escritor tem uma atividade de aventura, tem uma atividade sem regras sistemáticas, não burocrática. O único item que poderia atrair a atenção do candidato além do C seria o A, pois as atividades administrativas costumam ser burocráticas. No entanto, estas não se limitam àquelas.

Texto para as Questões 34, 35, 36 e 37.

Contos de vigário

1 Passam-se tempos sem que ouçamos falar em contos

de vigário. Muito bem. Tornamo-nos otimistas, imaginamos

que, se a reportagem não menciona esses espantosos casos de

4 tolice combinada com safadeza, certamente os homens

ficaram sabidos e melhoraram.

Pensamos assim e devemos estar em erro.

7 Provavelmente esse negócio continua a florescer, mas as

vítimas têm vergonha de queixar-se e confessar que são

idiotas. Raras vezes um cidadão se resolve a afrontar o

10 ridículo, e vai à polícia declarar que, não obstante ser parvo,

teve a intenção de embrulhar o seu semelhante.

O que ele faz depois de logrado é meter-se em casa,

13 arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de

cama, procedimento que todos nós adotamos quando, em

consequência de um disparate volumoso, nos sentimos

16 inferiores ao resto da humanidade. Convenientemente curado,

cicatrizado, esquecida a fraqueza, o sujeito levanta-se e

adquire consistência para realizar nova tolice. E assim por

19 diante, até a hora da tolice máxima, em que ninguém reincide

porque isto é impossível.

Graciliano Ramos. Linhas tortas: obra póstuma. 11.a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1984. p. 154.

34. (IRBr - 2006) Assinale a opção em que o sinônimo proposto corresponde à acepção com que o termo foi empregado no texto.

A. “combinada” (l.4) - organizada

B. “afrontar” (l.9) - ofender

C. “declarar” (l.10) - desvendar

D. “embrulhar” (l.11) - tapear

E. “logrado” (l.12) - alcançado

Resposta: D - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO

A. A palavra “combinada” (l. 4) significa “somada”, e não “organizada”.

B. A palavra “afrontar” (l. 9) significa “enfrentar”, e não “ofender”.

C. A palavra “declarar” (l. 10) significa “dizer”, e não “desvendar”.

E. A palavra “logrado” (l. 12) significa “enganado”, e não “alcançado”.

35. (IRBr - 2006) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. O autor considera que existe má-fé no comportamento da vítima do conto do vigário.

2. Depreende-se do texto que os contos do vigário não são abordados pela imprensa por serem assunto tabu.

3. Na linha 10, a substituição de “não obstante” por além de não acarretaria alteração no sentido da frase.

4. O vocábulo “procedimento” (l.14) resume, de forma irônica, a sequência de ações descritas nas orações que o precedem no período.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “não obstante ser parvo, teve a intenção de embrulhar o seu semelhante” (l. 10 e 11) confirma a má-fé que tem o próprio enganado.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os contos de vigários não são abordados pela imprensa porque as vítimas

desses contos sentem vergonha de assumir que são tolas e que agiram de má-fé.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - “Não obstante” denota concessão, e “além de” denota soma.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O procedimento se refere ao conjunto das seguintes ações: meter-se em casa, arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de cama.

36. (IRBr - 2006) Quanto à descrição gramatical de elementos do texto, assinale a opção correta.

A. A forma verbal “Passam-se” (l.1) está no plural para atender à regra gramatical de concordância com o sujeito da oração.

B. Em “Tornamo-nos” (l.2), a supressão do s é prescrita para se evitar o efeito de eco.

C. O verbo “queixar-se” (l.8), utilizado no texto como verbo pronominal, conjuga-se facultativamente sem o pronome.

D. Em “nos sentimos inferiores ao resto da humanidade” (l.15-16), houve transgressão dos requisitos gramaticais para a colocação pronominal.

E. Em “levanta-se” (l.17), a partícula “se” indica a indeterminação do sujeito.

Resposta: A

A. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O sujeito é a palavra “tempos” (l. 1).

B. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES - A supressão do “s” se deve à regra de que, estando o verbo na primeira pessoa do plural e sendo acrescido a ele o pronome “nos”, também da primeira pessoa do plural, perde o verbo o “s”.

C. E - REGÊNCIA VERBAL - O verbo é “queixar-se”, sempre pronominal.

D. O Cespe considerou o item INCORRETO - CLASSES GRAMATICAIS COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - A gramática preceitua que, após sinal de pontuação, deve-se fazer uso da ênclise. No entanto, percebe-se que, em várias questões de concursos, tal regra tem sido desprezada. Aconselhamos que, sempre que a situação ocorrer, você preste atenção aos demais itens. Se a questão exige apenas uma opção correta, a prudência nos manda, então, optar pelo item A.

E. E - CLASSES GRAMATICAIS - FUNÇÕES DO “SE” - O sujeito é “o sujeito” em “o sujeito levanta-se”. Se o sujeito está determinado, o “se” não pode ser partícula de indeterminação.

37. (IRBr - 2006) Julgue (C ou E) os itens abaixo, com base no padrão gramatical e estilístico da modalidade escrita da língua portuguesa culta.

1. O pesquisador cumpriu suas metas rigorosamente dentro do prazo e do orçamento e, portanto, honrou uma vez mais sua própria autobiografia.

2. Os resultados da pesquisa foram divulgados através de relatório impresso e boletim eletrônico, que rapidamente disseminaram-se na comunidade científica, da qual uma maior consciência das questões de pesquisa se tornou cada vez mais evidenciada.

3. Antes de mais nada, é preciso aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos as qualidades textuais do relatório, que inclusive contêm a indicação de planos futuros de aproveitamento comercial dos produtos.

4. Em que pese o bom andamento da pesquisa, contudo, essa comissão sugere a manutenção da mesma equipe, não obstante, a contratação de estagiários, conforme carta com pedido em anexo.

Resposta: 1. E - VÍCIOS DE LINGUAGEM - Ocorre redundância em “sua própria autobiografia”.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - O pronome “se” deveria estar proclítico ao verbo “disseminar”, pois as palavras “que” (pronome relativo) e “rapidamente” (advérbio de modo) são atrativas, são fatores de próclise.

3. E - CONCORDÂNCIA VERBAL E EMPREGO DOS ACENTOS - O verbo “conter” deve ser flexionado na terceira pessoa do singular, pois deve concordar com o antecedente do pronome relativo “que”: o relatório. Assim, o acento gráfico do verbo deve ser o agudo.

4. E - PONTUAÇÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - As vírgulas de antes de “essa” e de depois de “obstante” não devem existir, pois a ordem é direta. Além disso, as relações sintático-semânticas não foram bem estabelecidas. O “não obstante” deve ser substituído por “e não”.

Texto para a Questão 38.

1 A história do Brasil, nos três primeiros séculos, está

intimamente ligada à da expansão comercial e colonial

europeia na Época Moderna. Parte integrante do império

4 ultramarino português, o Brasil-colônia refletiu, em todo o

largo período de sua formação colonial, os problemas e os

mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial

7 lusitana. Por outro lado, a história da expansão ultramarina e

da exploração colonial portuguesa desenrola-se no amplo

quadro da competição entre as várias potências, em busca do

10 equilíbrio europeu; dessa forma, é na história do sistema geral

de colonização europeia moderna que devemos procurar o

esquema de determinações no interior do qual se processou a

13 organização da vida econômica e social do Brasil na primeira

fase de sua história e se encaminharam os problemas políticos

de que esta região foi o teatro.

Fernando A. Novais. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 45.

38. (IRBr - 2006) Com relação a aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. No trecho “ligada à da expansão comercial e colonial europeia” (l.2-3), o acento grave indica crase de preposição e pronome, o qual substitui “história”.

2. O emprego do artigo “o”, no trecho “em todo o largo período de sua formação colonial” (l.4-5), reflete opção estilística do autor, visto que o artigo poderia ser eliminado, sem prejuízo para o sentido da frase.

3. A substituição de “no interior do qual” (l.12) por em cujo interior seria justificada pela prescrição gramatical.

4. O pronome “que” (l.15) tem como antecedente “os problemas políticos” (l.14).

Resposta: 1. C - CRASE - Se o “à” antecede a preposição “de” na expressão “ligada à da expansão comercial”, não há preposição e artigo, e sim preposição e pronome demonstrativo. Só haveria artigo antes de substantivo.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES INDEFINIDOS - A expressão “todo o largo período” significa “o largo período inteiro”. A expressão “todo largo período” significa “qualquer largo período”. A opção por uma ou por outra expressão não é estilística, mas semântica.

3. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES RELATIVOS - O uso do “cujo” surte o mesmo efeito de posse que a

preposição “de”. Tanto a locução “do qual” quanto o “cujo” significam “do esquema de determinações”.

4. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - “... e se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro” significa “...e se encaminharam os problemas políticos/dos problemas políticos esta região foi o teatro”.

Texto para a Questão 39.

Situação das Fronteiras quando da Independência

Diante do vai e volta das relações luso-hispânicas, o Brasil independente herdou de Portugal todas as suas questões de limites; com a agravante de que, enquanto Portugal teve que lidar apenas com a Espanha e a França, agora era necessário encetar negociações com a França, a Holanda e a Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto o Chile, muitas das quais pretendiam confinar, simultaneamente, com o novo Império, nas mesmas regiões.

Mauro Pereira de Mello. A questão dos limites entre os estados do Acre e de Rondônia (aspectos históricos e formação do território). In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, (52), n.º 4.

39. (IRBr - 2006) A respeito dos vocábulos empregados no texto, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. O adjetivo “hispânico”, embora seja empregado corriqueiramente como sinônimo de espanhol, equivale originalmente a ibérico.

2. O verbo “encetar”, no texto, está empregado na acepção de instigar, encorajar, impelir.

3. No texto, o vocábulo “agravante” é um termo adjetivo, marcado pela terminação típica dessa classe de palavras (-nte).

4. O verbo confinar tem a mesma significação no texto e na frase seguinte: De acordo com o mapa da época, via-se que vários reinos confinavam.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O acerto do item depende de conhecimento prévio do candidato em uma perspectiva diacrônica.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Encetar” significa “iniciar”.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - IDENTIFICAÇÃO DO SUBSTANTIVO - O termo é um substantivo.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Confinar”, no texto e na frase do item, significa “estabelecer limites”.

Texto para as Questões 40, 41, 42 e 43.

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em

luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na

organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,

4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem

dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação

mais alta.

7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o

aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um

monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo

10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do

africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao

mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar

13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas

revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. O homem/Os sertões. In: Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

40. (IRBr - 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. No primeiro parágrafo, a antecipação das causas e das explicações é um recurso de ênfase que reforça a afirmação final do autor.

2. O pronome “lhe”, na oração “que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária” (l.2-3), funciona como objeto indireto usado com sentido possessivo.

3. No trecho “Insulado (...) à terra” (l.1-4), observa-se perfeito paralelismo sintático.

4. Pode-se substituir “por bem dizer” (l.4-5) pela expressão por assim dizer, sem causar prejuízo ao sentido do período.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O parágrafo oferece, das linhas 1 a 4, razões para o sertanejo não ter capacidade para se afeiçoar a situação mais alta. As causas antecederem o fato causa expectativa ao leitor e realça esse fato.

2. ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O Cespe considerou o item correto. Discordamos do gabarito, pois o “lhe” ou qualquer pronome oblíquo que dê ideia de posse tem função sintática de adjunto adnominal, e não de objeto indireto.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - As condições do sertanejo são:

1. insulado no país,

2. em luta aberta com o meio,

3. nômade,

4. mal fixo à terra.

A segunda informação (em luta aberta com o meio) destoa bastante das demais: inicia-se por preposição e substantivo. As demais oscilam entre particípio (insulado) e adjetivos (nômade e fixo). Não há paralelismo.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “por assim dizer” tem o “assim” como termo que se refere a algo já expresso, mas a expressão “por bem dizer” não se refere a algo já dito.

41. (IRBr - 2006) Ainda com relação ao texto, assinale a opção correta.

A. No primeiro parágrafo, a escolha lexical reflete uma visão do mundo que atribui influência determinante do meio sobre o homem.

B. Em “a sua rudeza extraordinária” (l.3), o referente de “sua” é o termo “o sertanejo” (l.4).

C. Em “se afeiçoar a situação mais alta” (l.5-6), é opcional a omissão do acento grave indicativo de crase.

D. Os adjetivos contidos no período “É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas.” (l.11-13), conforme classificação da gramática tradicional, são termos essenciais das orações a que pertencem.

E. Na referência à “fusão de estádios emocionais distintos” (l.14), nota-se um problema de coesão textual, porque os sentidos dos vocábulos “fusão” e “estádios” não se explicam pelo que os antecede.

Resposta: A

A. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “... em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária” é

reveladora da crença de Euclides da Cunha no determinismo, especialmente no determinismo mesológico.

B. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - O pronome “sua” refere-se ao meio (rudeza do meio).

C. E - CRASE - O uso de acento grave levaria o leitor a procurar no texto uma situação específica, determinada, já citada. No entanto a intenção de Euclides da Cunha é revelar que o sertanejo não se afeiçoaria a situação alguma que fosse mais alta. Não cabe artigo definido nem sinal grave.

D. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Os adjetivos “primitivo”, “audacioso”, “forte”, “crédulo! e “absurdas” são apenas adjuntos adnominais, apenas termos acessórios.

E. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - A passagem “Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos” se refere à análise de superstições que o autor classifica como absurdas. Não há problemas de coesão. As palavras são recuperadas e o sentido se estabelece sem dificuldades para o leitor.

42. (IRBr - 2006) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos a aspectos semânticos de termos presentes no texto.

1. “Insulado” (l.1) integra o campo semântico de ilha.

2. O prefixo extra-, nos vocábulos “extraordinária” (l.3) e “extravagante” (l.10), tem efeito de superlativo.

3. Os termos “monoteísmo” (l.9), “misticismo” (l.9) e “fetichismo” (l.10) constituem exemplos do uso do sufixo -ismo, que se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.

4. Na forma verbal “revelaria” (l.14), a terminação -ria exprime ideia de hipótese ou possibilidade.

Resposta: 1. C - VOCABULÁRIO - “Insular” é relativo a ilha.

2. E - VOCABULÁRIO - “Extra” significa “adicional”, “suplementar”. O que é superlativo tem valor de “muito”, “bastante”, como o sufixo - íssimo, de “belíssimo”.

3. C - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O conhecimento dos sufixos e do sentido que acrescentam aos radicais, bem como o seu emprego, é conhecimento prévio do candidato.

4. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS - O futuro do pretérito, embora pertença ao indicativo, assemelha-se ao subjuntivo ao exprimir hipótese, possibilidade.

43. (IRBr - 2006) O meio a que se refere Euclides da Cunha, em Os Sertões, corresponde:

A. à floresta amazônica.

B. aos cerradões de Minas Gerais.

C. ao agreste de Pernambuco.

D. ao cerrado goiano.

E. à caatinga baiana.

Resposta: E - HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA - A obra Os sertões se ambienta no sertão da Bahia.

Texto para as Questões 44, 45 e 46.

Religião mestiça (cont.)

1 A sua [do sertanejo] religião é como ele - mestiça.

Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de

que surge, [o sertanejo] sumaria-lhes identicamente as

4 qualidades morais. É um índice da vida de três povos. E suas
crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de
tendências distintas. É desnecessário descrevê-las. As lendas
7 arrepiadoras do caapora travesso e maldoso, atravessando
célere, montado em caititu arisco, as chapadas desertas, nas
noites misteriosas de luares claros; os sacis diabólicos, de
10 barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário,
nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os
lobisomens e mulas sem cabeça noctívagos; todos os
13 mal-assombramentos, todas as tentações do maldito ou do
diabo - esse trágico emissário dos rancores celestes em
comissão na terra; as rezas dirigidas a S. Campeiro,
16 canonizado in partibus*, ao qual se acendem velas pelos
campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos;
as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para amassar
19 e vender sezões; todas as visualidades, todas as aparições
fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos;
e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas
22 as manifestações completas de religiosidade indefinida são
explicáveis.

* In partibus infidelium [Lat.]. 1. Nos países ocupados pelos infiéis. 2. Diz-se do bispo cujo título é meramente honorífico. 3. Por extensão. Não efetivo, nominal. In: Ferreira, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. Idem, ibidem.

44. (IRBr - 2006) Considerando, exclusivamente, as informações contidas no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. A “religião mestiça” do sertanejo emergiu da mescla de crenças próprias dos três povos que o constituíram.

2. A convivência de manifestações religiosas heterogêneas explica-se pela “aproximação violenta de tendências distintas” (l.5-6).

3. A afirmação “É desnecessário descrevê-las.” (l.6) deve ser entendida literalmente.

4. “S. Campeiro” (l.15) é a denominação atribuída pelo Vaticano ao santo do campo, da escuridão e das coisas perdidas.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 4 a 6 podem comprovar a afirmação do item. Elas dizem sobre o sertanejo: “É um índice da vida de três povos. E suas crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de tendências distintas”.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Mais uma vez as linhas 4 a 6 comprovam um item: “É um índice da vida de três povos. E suas crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de tendências distintas”. São importantes ainda as linhas 22 e 23: “... todas as manifestações completas de religiosidade indefinida são explicáveis”.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Logo depois de “É desnecessário descrevê-las, o autor cita diversas manifestações religiosas do sertanejo.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto não afirma que S. Campeiro é santo do campo, e sim que lhe acendem

velas pelos campos. Afirma também que foi canonizado in partibus.

45. (IRBr - 2006) Referentemente a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção incorreta.

A. A gramática normativa desautoriza a colocação pronominal enclítica em “sumaria-lhes” (l.3), recomendando a forma sumar-lhes-ia.

B. O vocábulo “caapora” (l.7) é variante do vocábulo caipora, de origem tupi.

C. Estão dicionarizadas as grafias com hífen de mula-sem-cabeça e “mal-assobramentos” (l.13), mas “lobisomens” (l.12) se escreve, obrigatoriamente, sem hífen.

D. Em uma de suas ocorrências no texto, o itálico é meio de realce de expressão latina.

E. A reiteração da conjunção “e” (l.21) imprime continuidade e fluidez ao texto, sugerindo movimentos ininterruptos ou rápidos.

Resposta: A

A. E - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES E FLEXÃO VERBAL - O item tenta confundir o candidato, fazendo-o acreditar que o “ria” final da forma “sumaria” é a desinência modo-temporal do futuro do pretérito, como em “seria”. Tal tempo verbal não admite ênclise, e sim mesóclise ou, depois de substantivo ou pronome pessoal sem palavra atrativa, próclise ou mesóclise: “Papai me ajudaria”, “Papai ajudar-me-ia”. O verbo, no texto, está flexionado no presente do indicativo e não está posposto a palavra atrativa. Assim, admite a ênclise.

B. C - VOCABULÁRIO - A resposta depende de conhecimento prévio do candidato.

C. EMPREGO DO HÍFEN - Mais uma vez, a resposta depende de conhecimento prévio do candidato. É preciso considerar que, por ocasião da

questão (elaborada para a prova de 2006 e, portanto, anterior ao último Acordo Ortográfico), “mula sem cabeça” ainda se grafava com hífen.

D. C - RECURSOS GRÁFICOS - Na linha 16, a expressão in partibus está em itálico por ser latina.

E. C - FIGURAS DE LINGUAGEM - O polissíndeto tem na passagem a função de sugerir continuidade e rapidez, ausência de pausas.

46. (IRBr - 2006) A propósito da significação de palavras no texto, assinale a associação correta.

A. “célere” (l.8) - perverso.

B. “aziagas” (l.11) - aflitivas.

C. “noctívagos” (l.12) - noctíferos.

D. “cabalísticas” (l.18) - misteriosas.

E. “sezões” (l.19) - colheitas.

Resposta: D - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A palavra “célere” significa “rápido”; “aziagas” é o mesmo que “de mau agouro”; “noctívagos” são “aqueles que andam ou vagueiam à noite”; “sezões” é sinônimo de “malária”, “febres”. “Cabalísticas” deriva de “cabala”, “interpretação da Bíblia feita pelos hebreus, coisa misteriosa, esoterismo, trama, conspiração”.

Texto para as Questões 47, 48, 49, 50 e 51.

TEXTO I

1 Há algo que une técnicos e humanistas. Ambos se

creem marcados por um fator distintivo, inerente a seus

cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do

4 trabalhador manual ou mecânico. Gramsci percebe nessa

crença um ranço ideológico da divisão do trabalho:

“Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e

7 degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um

mínimo de atividade intelectual criadora.

Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer, mas

10 nem todos os homens têm na sociedade a função de

intelectuais. Não se pode separar o Homo faber do Homo

sapiens.”

13 O que distingue, portanto, a figura pública do homem

da palavra é a rede peculiar de funções que os intelectuais

costumam desempenhar no complexo das relações sociais.

16 À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico,

restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o

humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão

19 fechando em suas pseudototalidades. O seu conhecimento

político decairá. E o sistema, contentando-se com alguns

profissionais mais à mão, alijará dos centros de decisão a

22 maior parte dos intelectuais.

Um Gramsci puramente historicista talvez não pudesse

dizer mais nada. Os fatos têm a sua razão, os intelectuais são

25 o que são, e ponto-final. Mas Gramsci foi um pensador

revolucionário. Por isso, via uma possibilidade de projeto no

intelectual moderno, que sucederia, nesse caso, o apóstolo e

28 o reformador de outrora.

Alfredo Bosi. Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Ática, 1988, p. 242-3 (com adaptações).

47. (IRBr - 2007) Com base no texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. Segundo Gramsci, quanto mais complexa for a relação social, mais tênue será a distinção entre Homo faber e Homo sapiens.

2. De acordo com o Gramsci historicista, as funções desempenhadas pelos intelectuais na sociedade distinguem-nos dos trabalhadores manuais tanto quanto o dom da inteligência.

3. Na atividade intelectual, a competência política é mais relevante que a competência técnica do profissional.

4. A especialização pode comprometer a competência política tanto dos intelectuais quanto dos técnicos.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Quanto mais complexa for a relação social, mais se distanciará um homem do outro.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Segundo Gramsci, o que distingue o intelectual do trabalhador manual são as funções que aqueles e estes desempenham, mas não a inteligência, inerente a uns e a outros. O quarto parágrafo confirma esse pensamento.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os intelectuais terminam por fechar-se em suas pseudototalidades, afastando-se do conhecimento político.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 19 a 22 confirmam o item.

48. (IRBr - 2007) Em cada um dos itens abaixo é apresentada, em relação a trechos do texto, uma alternativa de colocação pronominal. Com base na prescrição gramatical, julgue (C ou E) cada proposta apresentada.

1. “Ambos se creem marcados” (l.1-2)/Ambos creem-se marcados

2. “que os apartaria” (l.3)/que apartá-los-ia

3. ‘Não se pode separar’ (l.11)/Não pode-se separar

4. “um e outro se irão fechando” (l.18-19)/um e outro irão-se fechando.

Resposta: 1. C - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - Se não há palavra atrativa e se o verbo não é a primeira palavra da frase, aceita-se a próclise ou a ênclise.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - A palavra atrativa “que” (pronome relativo) exige a próclise mesmo que o verbo esteja flexionado no futuro.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - A palavra atrativa “não” (palavra negativa) exige a próclise.

4. E - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - Não se admite ênclise com o futuro. Admite-se a próclise ao verbo auxiliar “irão”, pois os pronomes indefinidos (um e outro) são palavras atrativas: “um e outro se irão fechando”. Admite-se a próclise ou a ênclise ao verbo principal: “um e outro irão se fechando”/“um e outro irão fechando-se”.

49. (IRBr - 2007) Acerca de aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. O emprego de acento gráfico na forma verbal “crêem” (l.2) atende à mesma regra que determina a acentuação gráfica das seguintes formas verbais flexionadas no plural: têm, vêem, vêm e dêem.

2. A inserção do fragmento que é imediatamente antes da expressão “inerente a seus cérebros” (l.2-3), apesar de atender a preceito gramatical, não resultaria em estrutura mais adequada estilisticamente que a original, se considerado o contexto do período.

3. A forma verbal “apartaria” (l.3) está flexionada no futuro do pretérito porque denota uma ação que compõe uma hipótese, uma suposição.

4. O período “Todos os (...) de intelectuais” (l.9-11) poderia, sem que se alterasse seu sentido original, ser corretamente reescrito da seguinte forma: Pode-se dizer que, apesar de não exercer sempre, na sociedade, a função de intelectual, todo o ser humano é intelectual.

Resposta: 1. E - EMPREGO DOS ACENTOS - Antes de entrar em vigor o acordo Ortográfico em 2008, a terceira pessoa do plural do presente dos verbos “crer”, “dar”, “ler”, “ver” (crê, dê, lê, vê - processo mnemônico utilizado para a regra) tinha acento circunflexo no primeiro “e”. Os verbos “ter” e “vir” tinham e continuam tendo acento circunflexo quando o seu sujeito é plural. As situações já eram diferentes mesmo antes de o acordo vigorar.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A inserção do “que é” faria parecer que a opinião expressa nas linhas seria do autor. A sua supressão faz parecer que essa opinião pertence a técnicos e humanistas. Assim, embora se possa, gramaticalmente, substituir o adjetivo (“inerente”) pela oração adjetiva (“que é inerente ...”) não seria adequado.

3. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS - O futuro do pretérito, apesar de pertencente ao indicativo, tem traços do subjuntivo: sugere incerteza, possibilidade, suposição.

4. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES INDEFINIDOS - A expressão “Todos os homens” não pode ser substituída por “todo o ser humano”, que significa “o ser humano inteiro”, e sim por “todos os seres humanos”.

50. (IRBr - 2007) Assinale a opção em que a relação lógica estabelecida no período traduz, de forma coerente, ideia apresentada no texto.

A. Porquanto técnicos e intelectuais creiam serem marcados por um fator distintivo, há algo que os discrimina.

B. À proporção que o trabalho manual se torna menos mecânico, mais degradado ele se torna.

C. Quando técnicos e intelectuais se isolam, há comprometimento de seu conhecimento político.

D. O sistema estabelecido afasta de tal forma parte dos intelectuais da tomada de decisão, que se restringe a recrutar somente técnicos mais disponíveis.

E. Embora fosse um historicista, Gramsci admitiu a possibilidade de projeto no intelectual moderno, que superaria a prevalência do técnico na sociedade.

Resposta: C

A. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Porquanto” é conjunção causal e não pode ser empregada com o subjuntivo “creiam”. Além disso, não há nexo sintático-semântico.

B. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto não faz menção à informação constante do item. Deve-se entender que o trabalho manual evolui à medida que se torna menos mecânico.

C. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A relação temporal está adequada, e a ideia foi exposta no quinto parágrafo do texto.

D. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - São o técnico e o intelectual que, ao se fecharem em suas pseudototalidades, fazem que outros profissionais “mais à mão” sejam recrutados pelo sistema.

E. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Gramsci não era historicista, e sim um pensador revolucionário, diz o último parágrafo. O autor faz uma suposição do que ocorreria se Gramsci fosse historicista.

51. (IRBr - 2007) Entre as opções a seguir, que formam em seu conjunto um texto, assinale a que não apresenta erro de pontuação.

A. Segundo Gramsci, as várias ciências “humanas” fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia seriam filosofia de não filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura.

B. Ora, tanto os técnicos, quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois, é nos polos isolados da estrutura ou do sujeito, que recai a ênfase da sua vida mental.

Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter, próprio da política em face da economia.

C. Paradoxalmente, esse modo de pensar Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce que sustentou a distinção da esfera ético-

prática, dando-lhe, como princípio formal a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico.

D. Para Gramsci, a vontade é, não só a condição de existência da política mas, um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce.

E. O intelectual que ignora o tecido de vínculo e violência com que se amarram as classes sociais não poderá atingir o limiar da “consciência da necessidade”, que é, por sua vez, condição para que se produza uma vontade de agir sobre as estruturas. É preciso que ele se encaminhe para uma teoria rigorosa, sem a qual os seus ímpetos de demolir estruturas poderão ser truncados pela tecnologia míope ou diluídos pelo humanismo retórico.

Trechos adaptados de Alfredo Bosi. Op. cit., p. 243-4.

Resposta: E

A. E - PONTUAÇÃO - Deve haver vírgula depois de “psicologia”, pois “como a sociologia e a psicologia” são exemplos que estão distanciando “as várias ciências humanas fundadas no século XIX” de “seriam filosofias...”, alterando a ordem direta. Deve haver vírgula também depois de “teria”, pois “via de regra” é expressão que afasta o verbo “teria” de seu objeto direto, “condições”.

B. E - PONTUAÇÃO - Devem ser retiradas as vírgulas de depois de “técnicos”, pois há uma adição; de “pois” e de “sujeito”, já que o “é que” é uma locução de realce ou expletiva; de “caráter”, já que “próprio” é adjunto adnominal de “caráter” e não deve deste separar-se.

C. E - PONTUAÇÃO - Depois de “esse modo de pensar”, deve haver vírgula, pois a expressão é um objeto direto que se repetirá na forma “o” (objeto direto pleonástico). Depois de “Croce”, deve haver uma vírgula, pois se inicia uma oração adjetiva explicativa, que se refere a um ser único “Coce”, e, por isso, não se pode restringi-lo. Deve ser suprimida a vírgula

de depois de “dando-lhe”pois temos aí verbo, predicativo do objeto direto e objeto direto.

D. E - PONTUAÇÃO - Não se deve separar por vírgula o verbo de ligação de seu predicativo. Deve haver vírgula antes do “mas”, e não depois dele. Depois de “livre”, deveria haver ponto. As duas últimas vírgulas também são incorretas, pois não devem anteceder ao aposto especificador.

E. C - PONTUAÇÃO - Na linha 1, a oração adjetiva restringe um tipo de intelectual, por isso não há vírgula antes dela. A oração “com que se amarram as classes sociais” também é adjetiva restritiva. A oração “que é, por sua vez, condição” é adjetiva explicativa, bem como “sem a qual os seus ímpetos poderão ser trocados pela tecnologia míope”.

Texto para as Questões 52, 53 e 54.

1 Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a

sociedade indiana em mais de 2.000 castas, os 60 anos dos

ideais liberais de Gandhi e os 10 anos da legalização do

4 casamento entre castas revelam-se impotentes para

transformar a organização hierárquica da sociedade. Em

confronto direto com o costume milenar, o governo da Índia

7 oferece uma recompensa de R$ 2.400 para homens e mulheres

de diferentes grupos sociais que formalizem sua união.

O dinheiro equivale ao dobro da renda per capita

10 anual do país. O governo justifica que a medida é um passo

para a reacomodação das desigualdades. Para grande parte da

sociedade, é um passo no escuro.

13 O governo - que já enfrenta protesto contra cotas em
universidades - vê-se, agora, diante de um desafio maior.
O esquema está sob ataque de todos os lados. Os
16 conservadores alegam que a medida é gatilho para o caos
social. Os liberais sustentam que poucos vão receber a oferta
porque o dinheiro vai desaparecer no bolso de autoridades
19 corruptas.
Indianos de castas mais baixas dizem que rejeitariam
a recompensa, pois perderiam o acesso preferencial às
22 universidades, garantido pelas já controversas cotas. Hoje, o
governo oferece 22,5% das vagas aos intocáveis, os últimos
na hierarquia hindu, mas pretende aumentá-las para 50%.
25 “Sei que esta não é a única maneira de pôr um fim à
discriminação, mas é preciso começar de algum lugar”,
defende a ministra da Justiça Social. Para a socióloga Radhika
28 Chopra, a oferta é uma forma de sinalizar que esses
casamentos não devem ser condenados. “Com a medida, o
governo apoia os indivíduos que transgrediram barreiras
31 sociais e mostra que podem funcionar como exemplos”,
acrescenta a socióloga.

Jornal do Brasil, 17/12/2006 (com adaptações).

52. (IRBr - 2007) No que se refere a funções da linguagem, predomina, no texto, a função

A. fática, visto que o autor do texto busca, de forma sutil, convencer os leitores dos benefícios do projeto que visa incentivar o casamento entre pessoas pertencentes a castas diferentes.

B. referencial, dado que a ênfase recai nas informações a respeito de determinado assunto.

C. emotiva, dado que são as falas das autoridades entrevistadas que direcionam a forma como as informações são apresentadas.

D. conativa, visto que as opiniões expressas estão devidamente referenciadas, não havendo, portanto, perda de objetividade na transmissão das informações.

E. metalinguística, haja vista o foco em aspectos intertextuais, como demonstram as diversas vozes que acompanham a informação divulgada.

Resposta: B

A. FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função que visa a convencer leitores é a conativa ou apelativa, e não a fática.

B. FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função referencial se centra em um assunto que não seja o emissor, nem o receptor, nem o código. No texto, centra-se sobre medidas existentes na Índia e a sua recepção.

C. FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função emotiva ou expressiva se centra no emissor, que expõe informações sobre si, sobre seus sentimentos, anseios e outros elementos de sua individualidade.

D. FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função conativa se centra no receptor e comumente faz uso de imperativos e vocativos. No texto, não há esse traço.

E. FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função metalinguística se caracteriza pela explicação do próprio código, por referências ao ato de escrever ou falar, por comentários sobre o fazer do texto. O fato de transcrever a fala de alguém não constitui metalinguagem, e sim intertextualidade.

53. (IRBr - 2007) Com base no texto, assinale a opção correta.

A. Na Índia, a recompensa estabelecida para casamentos entre pessoas pertencentes a castas diferentes é abonada pelos intelectuais hindus, especialmente pelos sociólogos.

B. Algumas pessoas indianas de castas mais baixas não se casam com as de castas mais altas para não perderem direito de acesso automático à universidade.

C. O tema principal que se depreende da notícia veiculada é a dificuldade de superação de valores sociais em sociedade marcadamente tradicionalista e rigorosamente hierarquizada.

D. Apesar de, na Índia, a organização social em castas ter ruído há mais de uma década, os comportamentos sociais pouco se alteraram.

E. É correto concluir do texto que a recompensa estabelecida na Índia para casamentos entre indivíduos pertencentes a castas diferentes é um benefício que não contempla casamentos realizados anteriormente à vigência da lei.

Resposta: C

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na linha 15, temos: “O esquema está sob ataque de todos os lados. Além disso, o texto trata da opinião de uma só socióloga, e não de sociólogos, por isso não se pode dizer que especialmente eles abonam a recompensa oferecida pelo governo.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O acesso às universidades é preferencial, mas não automático, pois, se o governo pretende aumentar de 22,5% para 50% as vagas oferecidas aos intocáveis, não há vagas para todos eles.

C. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto diz, da linha 2 à 5, que “os 60, anos dos ideais liberais de Gandhi e os 10 anos da legalização do casamento entre castas revelam-se impotentes para transformar a organização hierárquica da sociedade”.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas duas primeiras linhas do texto, afirma-se que a tradição hindu divide, há 2.500 anos, a sociedade indiana em mais de 2.000 castas. Em outras palavras, a organização social em castas não ruiu.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Da linha 27 à 32, afirma-se que quem transgrediu barreiras sociais recebe apoio do governo. Assim, para ter direito ao apoio, pode ter transgredido barreiras também antes da vigência da lei. O governo deseja que as uniões sejam oficializadas.

54. (IRBr - 2007) Assinale a opção em que a reescrita de segmentos do texto, em registro formal da linguagem e baseada exclusivamente nas informações apresentadas, não imprimiria precisão ao texto original.

A. “Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a sociedade indiana” (l.1-2)/Em face da tradição hindu, que dividiu há 2.500 anos atrás, a sociedade indiana.

B. “oferece uma recompensa de R$ 2.400” (l.7)/assegura recompensa correspondente a 2.400 reais.

C. “para homens e mulheres de diferentes grupos sociais que formalizem sua união” (l.7-8)/a homens e mulheres que formalizem sua união com pessoa pertencente a casta distinta da sua.

D. “O esquema está sob ataque de todos os lados” (l.15)/A medida enfrenta opositores de todos os lados.

E. “os últimos na hierarquia hindu” (l.23-24)/os pertencentes à mais baixa casta na hierarquia hindu.

Resposta: A

A. E - VÍCIOS DE LINGUAGEM E PONTUAÇÃO - Ocorre um pleonasmo em “há 2.500 anos atrás”. É redundante o uso da palavra “atrás”. Se o verbo “haver” denota tempo decorrido no contexto, evidentemente, trata-se do passado. Deve haver uma vírgula antes da oração adverbial temporal deslocada “..., há 2.500 anos,...”.

B. C - RECURSOS GRÁFICOS - Basta ao candidato conhecer o símbolo da moeda brasileira.

C, D e E. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A segunda passagem parafraseia a primeira nos três itens.

Texto para as Questões 55, 56 e 57.

As três almas do poeta

1 Ênio, poeta latino do século II a. C., falava três

línguas: o grego, que ele tinha aprendido por ser, na época, a

língua de cultura dominante no sul da Itália; o latim, em que

4 escreveu suas obras; e o osco (uma língua aparentada com o

latim), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa.

O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com

7 as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o

osco, nas regiões rurais. E Ênio, que sabia as três, costumava

dizer que tinha “três almas”.

10 É curioso observar que ele exprimiu com isso uma

coisa muito importante relativa ao conhecimento de uma

língua: não se trata simplesmente de “uma outra maneira de

13 dizer as coisas” (table em vez de mesa, te quiero em vez de

eu te amo), mas de outra maneira de entender, de conceber,

talvez mesmo de sentir o mundo.

16 A ideia de que a diferença entre as línguas se resume

em maneiras distintas de se referir aos objetos do mundo

natural pode ser chamada a “teoria ingênua” da relação entre

19 a língua e a realidade. E, como a maior parte das teorias

ingênuas, é, ao mesmo tempo, simples, evidente e incorreta

(não é óbvio que o Sol nasce no leste? Mas não é o Sol que

22 nasce, é a terra que gira).

Examinemos um exemplo, quanto ao significado das

palavras nas línguas. Temos, em português, a palavra dedo,

25 que nos parece muito concreta; diríamos que é simplesmente

o nome que damos, em nossa língua, a um objeto que nos é

dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma

28 parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de

designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras

para “dedo”: finger e toe, que não são a mesma coisa. Um

31 finger é um dedo da mão, e um toe é um dedo do pé; para nós

são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes.

Esse é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam

34 diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra

portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma

coisa - porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua

37 a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma

definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo

das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores

40 também é bastante ilustrativo disso.

Falar uma língua é, portanto, ver o mundo de certa

maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a

43 capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes.

Talvez fosse isso que o velho Ênio estivesse tentando dizer,

quando afirmou que tinha três almas.

Mário A. Perini. A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 41-52 (com adaptações).

55. (IRBr - 2007) Acerca de fatos linguísticos do primeiro parágrafo do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. Há, no primeiro parágrafo, quatro orações subordinadas de natureza explicativa.

2. No primeiro parágrafo, há mais de um aposto.

3. Na oração “por ser, na época, a língua de cultura dominante no sul da Itália” (l.2-3), pode-se substituir “de” por da sem prejuízo para o sentido original do texto.

4. No trecho “O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o osco, nas regiões rurais” (l.6-8), utiliza-se uma forma de elipse, por meio da qual se evitam repetições.

Resposta: 1. C - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - São orações adjetivas explicativas, iniciadas por pronome relativo, postas entre vírgulas e sem intenção de restringir, de diferenciar, de especificar, “que ele tinha aprendido” (l. 2), “em que escreveu suas obras” (l. 3 e 4), “que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa” (l. 5) e “que sabia as três” (l. 8).

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - São apostos do primeiro parágrafo: “poeta latino do século II a. C.”, “o grego”, “o latim” e “o osco”.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS ARTIGOS - A inserção do artigo definido “a” aponta a cultura dominante como algo único.

4. C - RECURSOS E FIGURAS DE LINGUAGEM - Teríamos “que o grego fosse usado nas grandes cidades; e que o osco fosse usado nas regiões rurais”.

56. (IRBr - 2007) Julgue (C ou E) os próximos itens com relação aos sentidos do texto.

1. Depreende-se do texto que há dúvidas quanto aos lugares e às circunstâncias em que cada uma das três línguas mencionadas era usada por seus falantes.

2. O autor do texto alude ao fato de o poeta latino afirmar que tinha três almas - por falar três línguas - para comprovar que o domínio de língua estrangeira compromete a autenticidade do indivíduo.

3. A “teoria ingênua” da relação entre a língua e a realidade pressupõe que as línguas recortem a realidade, ou seja, categorizem-na, da mesma maneira.

4. Segundo o autor do texto, a definição das coisas precede a designação delas por meio de signos linguísticos.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A ideia de probabilidade, de incerteza em relação aos lugares e à circunstâncias em que o grego, o latim e o osco eram usados é clara no primeiro parágrafo.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A intenção do autor é mostrar que cada língua traz consigo uma maneira própria de entender, conceber, sentir o mundo. Daí, se Ênio falava três línguas, tinha então ao seu alcance três maneiras de vivenciar o mundo.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A teoria ingênua acredita que usar mais de uma língua é simplesmente saber referir-se a uma mesma realidade com diferentes construções, com diferentes vocábulos, mas compreendendo tal realidade sempre do mesmo modo.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O mundo real nos oferece algo que, então, definimos e designamos, nomeamos. A passagem da linha 34 à 38 o comprova.

57. (IRBr - 2007) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando a articulação de elementos textuais, bem como aspectos semânticos e morfossintáticos do texto.

1. O vocábulo “simplesmente” é empregado com o mesmo sentido nas linhas 12, 25 e 35 do texto.

2. No trecho “mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo” (l.14-15), observa-se a ocorrência de um único termo como complemento de três verbos.

3. A substituição de “Tanto é assim que” (l.37) por Tanto que prejudicaria o sentido do período em que tal expressão se insere.

4. A posposição de “certa” na expressão “certa maneira” (l.37) prejudicaria a coerência do texto.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas três passagens, “simplesmente” significa “apenas”, “unicamente”, “somente”.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O termo “o mundo” é objeto direto dos verbos “entender”, “conceber” e “sentir”.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - A relação estabelecida nos dois casos é de consequência.

4. C - ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO - A palavra “certa” anteposta a substantivo é pronome indefinido. Depois do substantivo, é adjetivo e qualifica-o; significa “correta”.

Texto para as Questões 58, 59 e 60.

A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio.

No caso da África, antes do século XVII, é particularmente

válido o definir-se a história como o adivinhar do passado.

4 Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo

Islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a

escrita e nos deixaram alguns poucos documentos - poucos,

7 muitas vezes tardios e também contaminados por lendas -,

sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal

arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a

10 partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde,

os portugueses e outros europeus, bem como o que nos

chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros.

13 Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que

fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita,

o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa

16 que ele frequente a narrativa e nela se imiscua, é porque é

também importante contar, ao lado do que se julga ter

realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e

19 os fatos que se vestiram de imaginário, porque se

incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por

isso, o marcam, definem e distinguem. Oraniã, Xangô,

22 Tsoede, Cibinda Ilunga aparecem como personagens neste

livro de história porque pertencem iniludivelmente à realidade

dos iorubas, dos nupês, e dos lundas e quiocos. Eles estão

25 aqui como Enéias e sua viagem de Troia ao Lácio, e como

Reia Sílvia, a loba, Rômulo e Remo, nos compêndios sobre

História romana, cujos autores os sabem mitos, mas não

28 ignoram que fecundaram um destino.

Alberto da Costa e Silva. A enxada e a lança: A África antes dos portugueses. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 3-4.

58. (IRBr - 2007) Considerando os sentidos do texto acima, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. O vocábulo “abstraídas” (l.4) pode ser substituído por consideradas conjuntamente, sem que se altere o sentido do período.

2. A palavra “húmus” está empregada, na primeira oração do texto, com o sentido de praga. Do desdobramento dessa metáfora advém a ideia de que os documentos históricos africanos são “contaminados por lendas” (l.7).

3. Na linha 16, “se imiscua”, forma verbal no modo subjuntivo, tem o sentido de se intrometa.

4. A palavra “iniludivelmente” (l.23) significa, no texto, indubitavelmente.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “abstraídas” significa “separadas de um todo”, e não “consideradas conjuntamente”.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O húmus é fonte de matéria orgânica para a nutrição vegetal. Devemos entender que a imaginação nutre a história da África.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Imiscuir-se” significa, penetrar, intrometer-se.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Iniludivelmente” significa “com certeza”, “sem dúvida”, “indubitavelmente”.

59. (IRBr - 2007) Com base, exclusivamente, no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. A historiografia referente à África de antes do século XVII vale-se de fontes como crônicas orais autóctones e relatos de viajantes provenientes de outros continentes.

2. O autor do texto procura transmitir a seguinte mensagem: o historiador deve ignorar as narrativas mitológicas em benefício da objetividade e da

precisão de suas pesquisas.

3. Na alusão a “textos em que se profetiza às avessas” (l.13), o autor refere-se à transcrição de mitos transmitidos oralmente pelos povos negros.

4. Conclui-se do texto que “Tsoede” e “Cibinda Ilunga”, citados na linha 22, são importantes figuras históricas pertencentes, respectivamente, aos povos lunda e quioco.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem constante da linha 8 a 12 comprova o item.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “... é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporam ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem” (l. 16 a 21) refuta o que diz o item.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Em “ Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita, o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito...” (l. 13 a 21), fala-se que os textos são fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os personagens citados são mitos, como se diz na linha 27, e não personagens históricos.

60. (IRBr - 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. Na linha 3, a supressão simultânea dos artigos definidos que antecedem “definir-se” e “adivinhar” não prejudicaria a correção gramatical do período.

2. O complemento da forma verbal “sabemos” (l.8) tem mais de um núcleo.

3. A expressão “neste livro de história” (l.22-23) designa o livro do qual se extraiu o texto.

4. Nas linhas 27 e 28, as orações em que se inserem as formas verbais “ignoram” e “fecundaram” têm o mesmo sujeito.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - O Cespe considerou que a construção “... é particularmente válido definir-se a história como adivinhar do passado” é errada do ponto de vista da norma gramatical. Acreditamos que, para a Comissão, o predicativo do objeto “adivinhar do passado” deveria estar antecedido de artigo, para substantivar-se e estabelecer paralelismo com o substantivo “história”, que é o objeto direto. De nossa parte, vemos a exigência como excessiva e lembramos que há casos em que a ausência de paralelismo não chega a prejudicar as construções.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A forma “sabemos” tem como complementos diretos (objetos diretos) três pronomes demonstrativos, sinônimos de “aquilo”. Vejamos: “... sabemos apenas o que nos devolve... o que anotaram... o que nos chegou das tradições...”

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há um livro de história referido antes da linha 22. Percebe-se que o autor justifica por que, no livro de História de que se extraiu o texto, são citadas personagens míticas.

4. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O sujeito de “ignoram” é elíptico e se refere aos autores; o de “fecundaram” também é elíptico, mas se refere aos personagens antes citados.

Texto para as Questões 61, 62 e 63.

A maior contribuição da América Latina para a cultura

ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade

e pureza*: esses dois conceitos perdem o contorno exato do seu

4 significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade
cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos
latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz.
7 A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização
ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e
destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os
10 europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de
que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão
estrangeira nem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento
13 e inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição,
seu produto seria mera cópia - silêncio -, uma cópia muitas
vezes fora de moda. Sua geografia deve ser uma geografia de
16 assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de
falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao
desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda
19 fila, é, no entanto, preciso que assinale sua diferença, marque sua
presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria
a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco
22 sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder
conquistador.

* Em artigo de significativo título, Sol da Meia-Noite, Oswald de Andrade percebia, por detrás da Alemanha nazista, os valores de unidade e pureza e, no seu estilo típico, comentava com rara felicidade: “A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no melting-pot do futuro. Precisa mulatizar-se.” (Ponta de Lança, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 62.)

Silviano Santiago. Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 18-9 (com adaptações).

61. (IRBr - 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. A substituição da expressão “à medida que” (l.5) por na medida que não implicaria prejuízo para o conteúdo semântico ou a correção gramatical do texto.

2. Na linha 6, a partícula “se” que antecede a forma verbal “afirma” é índice de indeterminação do sujeito.

3. O emprego de itálico em “paraíso” (l.12) realça o sentido objetivo desse vocábulo.

4. Nos termos “seu produto” (l.14) e “Sua geografia” (l.15), os pronomes possessivos remetem ao mesmo referente.

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - A locução “à medida que” significa “à proporção que”. Não deve ser confundida com “na medida em que”, que significa “porque”. “Na medida que” não é locução conjuntiva e não pode ser usada para sugerir proporção nem para sugerir causa.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - FUNÇÕES DO “SE” - O sujeito do verbo “afirmar” é determinável: “o trabalho de contaminação dos latino-

americanos”. Não pode haver índice de indeterminação do sujeito, pois ele está determinado.

3. E - RECURSOS GRÁFICOS - O uso do itálico tem a função de avisar ao leitor de que não é o autor que considera a América Latina um paraíso. Apenas se refere ironicamente à forma como foi conhecida.

4. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Os dois termos remetem à América Latina.

62. (IRBr - 2007) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. Depreende-se do texto que a tradição cultural do Ocidente valoriza positivamente os conceitos de “unidade” e “pureza”.

2. O trecho citado na nota do texto revela que Oswald de Andrade considerava benéfica a miscigenação.

3. No período “Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência” (l.15-17), a palavra “geografia” deve ser entendida como estudo do espaço físico, pois se relaciona com a ideia de “lugar no mapa da civilização ocidental” (l.7-8).

4. O termo “o eco sonoro” (l.21-22) retoma a ideia anteriormente expressa em “mera cópia” (l.14).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Entende-se que a unidade e a pureza têm peso esmagador no Ocidente e que a maior contribuição da América Latina é destruir esses conceitos.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre...” é passagem que comprova o gosto de Oswald pela miscigenação.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A caracterização da geografia latino-americano a que se refere o texto abrange elementos que não dizem respeito ao espaço físico, como a falsa obediência.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O eco sonoro se refere ao silêncio, que, na linha 14, é usado para explicar o que o autor considera copiar a cultura ocidental: calar, aceitar suas imposições.

63. (IRBr - 2007) Assinale a opção que corresponde a interpretação correta do texto.

A. A verdadeira vocação da cultura latino-americana é a de reencontrar a inocência que prevalecia antes da invasão estrangeira.

B. A cultura da América Latina deve ser impermeável aos valores da cultura dominante.

C. A produção cultural da América Latina, dado o seu alto nível, assemelha-se progressivamente à da Europa, tornando-se impossível a distinção entre uma e outra.

D. Ao incorporar elementos da cultura europeia, a América Latina os altera e os transfigura.

E. A assimilação dos elementos da cultura dominante deve implicar a reação contra a pureza indígena latino-americana.

Resposta: D

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Em “... a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira nem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento e inocência...” (l. 11 a 13) mostra que não é reencontrar a inocência o que a América Latina deve tentar. Logo em seguida, o autor recomenda que ela assuma a agressividade e o vanguardismo.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação...” (l. 15 a 17) recomenda que a América Latina seja permeável à cultura dominante, já que assimilará, aprenderá dessa cultura. O importante é que essa assimilação e esse aprendizado não sejam passivos, que haja agressividade e reação, o que não invalida todas as influências.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “... é, no entanto, preciso que assinale sua diferença, marque sua presença, uma presença muitas vezes de vanguarda” (l. 19 e 20) refuta o item.

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto afirma que o nosso produto, o produto da América Latina, não é mera cópia e, nas linhas 9 e 10, diz que o nosso movimento de desvio da norma transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus transportavam para o Novo Mundo.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A reação não se dá contra a pureza indígena da própria América Latina, e sim contra elementos europeus.

Texto para as Questões 64, 65 e 66.

Desde o primeiro contato Jadon admitiu a precariedade

das suas relações com os companheiros de refeitório. E a

atitude de permanente alheamento que assumiam na sua

4 presença, ele a recebeu como possível advertência à conduta

que deveria manter no seio daquela comunidade. Sem

manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam,

7 conjecturava se eles não acabariam por se tornar mais

expansivos.

Era-lhe penoso, entretanto, encontrá-los sempre na

10 mesma posição, a aparentar indiferença pela comida que lhes

serviam e por tudo que se passava ao redor. Enquanto Jadon

almoçava, permaneciam quietos, os braços caídos, os olhos

13 baixos. Ao jantar, lá estavam nos mesmos lugares, diante das

compridas mesas espalhadas pelo salão. Assentavam-se em

grupos de vinte, deixando livres as cabeceiras. Menos uma,

16 justamente a da mesa central, onde ficava um velho alto e

pálido. Este, a exemplo dos demais, nada comia, mantendo-se

numa postura de rígida abstração, como a exigir que

19 respeitassem o seu recolhimento. Malgrado a sua recusa em se

alimentar, silenciosos criados substituíam continuamente os

pratos ainda cheios.

22 A princípio Jadon espreitava-os discretamente, na

esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre

si. Logo verificou a inutilidade do seu propósito: jamais

25 desviavam os olhos da toalha e prosseguiam com os lábios

cerrados. Experimentou o recurso de dirigir-se bruscamente aos

vizinhos, e desapontou-se por não conseguir despertar-lhes a

28 atenção. Mantinham-se impassíveis, mesmo quando as frases

eram ásperas ou acompanhadas de gritos.

Após essa experiência, seguiu-se um período em que

31 Jadon desistiu de penetrar na intimidade daqueles cavalheiros

taciturnos que, apesar de manifestarem evidente desinteresse

pelos alimentos, apresentavam-se saudáveis e tranquilos. Esta

34 observação seria o suficiente para convencê-lo de que os

comensais evitavam comer somente durante a sua permanência

no recinto. Por certo aguardavam sua saída para se atirarem

37 avidamente às especialidades da casa. Nesse momento talvez se

estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam

desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser

40 bastante desagradável para todos.

Murilo Rubião. O convidado: contos. São Paulo: Ática, 1988, p. 89-90 (com adaptações).

64. (IRBr - 2007) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. Ao longo da narrativa, percebem-se mudanças na atitude de um dos personagens.

2. A relação entre Jadon e seus companheiros de refeitório era de mútua indiferença.

3. O silêncio no refeitório foi mantido durante o período a que corresponde o relato.

4. No trecho reproduzido, o narrador revela as conjecturas de Jadon, mas não as dos demais personagens.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Jadon, que a princípio espreitava os companheiros discretamente, sem irritação, resolveu um dia dirigir-se bruscamente aos vizinhos, e surpreendeu-se pelo insistente alheamento.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Jadon não era indiferente aos vizinhos. Eles é que fingiam não vê-lo.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Jadon, ao dirigir-se bruscamente aos vizinhos, interrompeu o silêncio do refeitório. Há ainda a sua suposição de que, ao retirar-se, os companheiros conversassem sobre ele. Não se pode garantir que tenha havido silêncio ininterrupto no refeitório.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Jadon imagina que falam sobre ele, que dialogam alegremente e que comem avidamente quando ele está ausente. O narrador tem onisciência parcial, pois só focaliza os pensamentos de Jadon.

65. (IRBr - 2007) Entre as opções abaixo, que reproduzem períodos do texto com a pontuação alterada, assinale a que apresenta erro de emprego da vírgula, segundo a norma gramatical.

A. Desde o primeiro contato, Jadon admitiu a precariedade das suas relações com os companheiros de refeitório.

B. Sem manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam, conjecturava se eles não acabariam, por se tornar mais expansivos.

C. A princípio, Jadon espreitava-os discretamente, na esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre si.

D. Nesse momento, talvez se estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser bastante desagradável para todos.

E. Por certo, aguardaram sua saída para se atirarem, avidamente, às especialidades da casa.

Resposta: B

A. C - PONTUAÇÃO - A vírgula se deve à existência de um adjunto adverbial deslocado.

B. E - PONTUAÇÃO - Não deve haver vírgula separando os elementos de uma locução verbal: “acabariam” é o verbo auxiliar e “tornar” é o verbo principal da locução “acabariam por tornar”.

C. C - PONTUAÇÃO - A primeira vírgula se deve à existência de um adjunto adverbial deslocado. A segunda, a uma pausa existente entre as informações sobre a ação de Jadon.

D. C - PONTUAÇÃO - A primeira vírgula se deve à existência de um adjunto adverbial deslocado. A segunda e a terceira antecedem orações adjetivas explicativas.

E. C - PONTUAÇÃO - As três vírgulas se devem à existência de dois adjuntos adverbiais deslocados.

66. (IRBr - 2007) Assinale a opção em que o vocábulo em negrito não é sinônimo contextual do termo transcrito.

A. “constrangiam” (l.6) - compeliam

B. “Malgrado” (l.19) - Inconveniente

C. “espreitava” (l.22) - espiava

D. “taciturnos” (l.32) - calados

E. “desprimorosas” (l.39) - indelicada.

Resposta: B - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Malgrado”, na linha 19, significa “não obstante”, “apesar de”. Em outros contextos, pode significar “desagrado”.

Texto para as Questões 67, 68, 69 e 70.

As primeiras cartas

O importante não é a casa onde moramos.

Mas onde, em nós, a casa mora.

Avô Mariano

1 Escapo-me dali, me apressando entre os atalhos. Quando reentro em casa não

encontro vivalma. Todos foram para o caminho da areia assistir à desgraça, consolando

Ultímio. De soslaio, parece-me ouvir um ruído. Entro na sala fúnebre e nada vejo, senão

4 o aquietado corpo do velho Mariano. Lá está o desfinado, entre flores e velas. Subo

para o quarto. De novo, sobre a cabeceira, uma outra carta. A tremência em minhas

mãos não me ajuda a ler:

7 Estas cartas, Mariano, não são escritos. São falas. Sente-se, se deixe em bastante sossego

e escute. Você não veio a esta Ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário,

Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento. Para colocar o nosso mundo

10 no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão

morrendo não por doença, mas por desmérito do viver.

É por isso que visitará estas cartas e encontrará não a folha escrita mas um vazio que

13 você mesmo irá preencher, com suas caligrafias. Como se diz aqui: feridas da boca se curam

com a própria saliva. Esse é o serviço que vamos cumprir aqui, você e eu, de um e outro lado

das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura. Para salvarmos Luar do Chão, o lugar onde

16 ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos.

Comece em seu pai, Fulano Malta. Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai. Entre no seu

coração, entenda aquela rezinguice dele, amoleça os medos dele. Ponha um novo entendimento em

19 seu velho pai. Às vezes, seu pai lhe tem raiva? Pois lhe digo: aquilo não é raiva, é medo. Lhe

explico: você despontou-se, saiu da Ilha, atravessou a fronteira do mundo. Os lugares são bons

e ai de quem não tenha o seu, congênito e natural. Mas os lugares nos aprisionam, são raízes que

22 amarram a vontade da asa.

A Ilha de Luar do Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo

do que há lá fora nos prende ao chão. E você saltou essa fronteira. Se afastou não em

25 distância, mas se alonjou da nossa existência.

Antes, seu pai estava bem consigo mesmo, aceitava o tamanho que você lhe dava. Desde a sua

partida ele se tornou num estranho, alheio e distante. Seu velhote passou a destratá-lo? Pois ele se

28 de si mesmo. Você, Mariano, lhe lembra que ele ficou, deste lado do rio, amansado, sem

brilho de viver nem lustro de sonhar.

Mia Couto. Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 64-5.

67. (IRBr - 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, de acordo com o texto.

1. Assim que voltou a Luar do Chão para o funeral do pai, ao reentrar na casa, Mariano deparou com os mortos.

2. Mariano encontrou cartas, que mais pareciam relatos e comentários orais do que mensagens escritas, e cuja leitura lhe causou assombro.

3. Quando voltou para a Ilha, Mariano percebeu que a saudade do pai havia-se transformado em tristeza e desapontamento.

4. Na Ilha de Luar do Chão, a prisão psicológica vivenciada pelos habitantes os tornava impotentes para dali saírem, por medo do desconhecido.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Mariano encontrou na sala fúnebre o “aquietado corpo do velho Mariano” (l.3). Não há mais que um morto na casa quando entra o personagem.

2. Nula.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O pai de Mariano, desde a partida deste, tornou-se estranho, alheio e distante. O texto não diz que ele no início sentiu saudade e que, depois, tornou-se triste e desapontado. Não era a saudade de Mariano que o deixava enraivecido, mas o fato de Mariano o fazer lembrar que ele, o pai, não teve coragem de deixar a ilha.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 18 e 19, confirma-se o item: “Só o medo do que há lá fora nos prende ao chão”.

68. (IRBr - 2008 - adaptada) A propósito dos componentes semântico e estilístico do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. A epígrafe do texto estrutura-se em um jogo de palavras.

2. No texto, a oposição ou contraste como estratégia argumentativa pode ser exemplificada em vários enunciados, entre eles: “Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida.” (l.10) e “encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher” (l.12-13).

3. O sentido do trecho “feridas da boca se curam com a própria saliva” (l.13-14) equivale ao do clássico provérbio Amor com amor se paga.

4. É exemplo de paralelismo sintático o estilo de construção do trecho “você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura” (l.14-15).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A inversão da informação inicial de que moramos na casa para a de que ela mora em nós constitui um trocadilho de palavras e de sentidos.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O próprio item já aponta os contrastes.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O sentido de “feridas da boca se curam com a própria saliva” é o de que nós devemos encontrar a solução para curar nossos próprios males. O sentido de “amor com amor se paga” é o de que o amor que sentimos por alguém deve ser a nós retribuído e vice-versa.

4. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Antes da frase verbal, o uso de dois pronomes pessoais e, em seguida, de dois pronomes indefinidos. As estruturas oracionais também se assemelham, compondo-se ambas de sujeito expresso, de verbo no presente do indicativo e de objeto direto.

69. (IRBr - 2008 - adaptada) A propósito da sintaxe de regência do português do Brasil, comparativamente à variedade encontrada no texto do moçambicano Mia Couto, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. Em “comparecer perante um funeral” (l.8), a preposição a substitui corretamente a que foi empregada.

2. Em “Comece em seu pai, Fulano Malta” (l.17), o emprego do verbo transitivo indireto obedece à prescrição gramatical brasileira.

3. No trecho “ele se tornou num estranho, alheio e distante” (l.27), a regência do verbo tornar corresponde à que é prescrita no português do Brasil.

4. Para adequar o trecho “lhe lembra que ele ficou” (l.28) à prescrição gramatical brasileira, seria necessário acrescentar a preposição de antes da conjunção “que”.

Resposta: 1. C - REGÊNCIA VERBAL - No Brasil, usa-se “comparecer a”.

2. E - REGÊNCIA VERBAL - No Brasil, usa-se o verbo como intransitivo (“As aulas começaram”), como transitivo direto (“Começamos o trabalho hoje”) ou como auxiliar (“Começamos a estudar hoje”). Temos ainda “começar por”, como transitivo indireto (Começo pela primeira questão), mas não temos “começar em”.

3. E - REGÊNCIA VERBAL - No Brasil, o verbo é transitivo direto: alguém se torna algo, e não em algo.

4. E - REGÊNCIA VERBAL - Não existe tal regência no Brasil, nem mesmo se acrescentarmos o “de” antes do “que”.

70. (IRBr - 2008 - adaptada) As opções a seguir descrevem marca(s) linguística(s) contida(s) no texto. Assinale a opção em que a(s) marca(s) apontada(s) não corresponde(m) a traço(s) de oralidade do texto.

A. Emprego do vocativo “Mariano” e uso do pronome você, para construir o discurso direto.

B. Flexibilidade na colocação de pronomes átonos, como em “Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute” (l.17-18) e “Lhe explico” (l.19-20).

C. O emprego do vocábulo “Pois” como marcador discursivo no trecho “Pois lhe digo” (l.19).

D. Ocorrência de interrogações em discurso direto, como em “Às vezes, seu pai lhe tem raiva?” (l.19) ou “Seu velhote passou a destratá-lo?” (l.27).

E. Não contração da preposição “de” com o pronome “ele”, que é sujeito de infinitivo, conforme ocorre em “Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai” (l.17).

Resposta: E

A. VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS - O uso do vocativo e do “você” imprimem intimidade entre o autor da carta e o seu leitor.

B. VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS/CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - A regra diz que, após sinal de pontuação e após conjunção coordenativa, deve-se usar a próclise. O seu descumprimento imprime ao texto a liberdade própria da linguagem oral.

C. VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS - O “pois” aí não tem função explicativa. É apenas enfático.

D. VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS - Como em um diálogo, o emissor parece esperar resposta do seu interlocutor, como na linguagem oral.

E. VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS - A língua culta não admite contrair preposição com pronome que seja sujeito.

Texto para as Questões 71, 72, 73 e 74.

Receita de casa

1 Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas

sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais a uma fazenda

bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei

4 dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora

Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernâni, pobres arquitetos profissionais, achem que não.

Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um

7 porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve

ser habitável porém inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se

devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos.

10 Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no

subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval

do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em

13 caminhos longe.

Quando acaso descerem ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas; e

como crianças são animais levianos, é preciso que se intriguem um pouco, tenham

16 uma certa perspectiva histórica, meditem que, por mais incrível e extraordinário que

pareça, as pessoas grandes também já foram crianças, a sua avó já foi a bailes, e

outras coisas instrutivas que são um pouco tristes mas hão de restaurar, a seus olhos,

19 a dignidade corrompida das pessoas adultas.

Convém que as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo

do escuro, ou de aranhas caranguejeiras, será o grande medo do Tempo, esse bicho

22 que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras os sapatos da

criança, sua roupinha, sua atiradeira, seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a

própria criança.

25 O único perigo é que o porão faça da criança, no futuro, um romancista introvertido,

o que se pode evitar desmoralizando periodicamente o porão com uma limpeza

parcial para nele armazenar gêneros ou utensílios ou mais facilmente tijolo, por

28 exemplo; ou percorrendo-o com uma lanterna elétrica bem possante que

transformará hienas em ratos e cadafalsos em guardalouças.

Ao construir o porão deve o arquiteto obter um certo grau de umidade, mas

31 providenciar para que a porta de uma das entradas seja bem fácil de arrombar, porque

um porão não tem a menor utilidade se não supomos que dentro dele possa estar

escondido um ladrão assassino, ou um cachorro raivoso, ou ainda anarquistas

34 búlgaros de passagem por esta cidade.

Um porão supõe um alçapão aberto na sala de jantar. Sobre a tampa desse alçapão

deve estar um móvel pesado, que fique exposto ao sol ao menos duas horas por dia,

37 tal modo que à noite estale com tanto gosto que do quarto das crianças dê a

impressão exata de que o alçapão está sendo aberto, ou o terrível meliante já esteja

no interior da casa.

Rubem Braga. Um pé de milho. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 129-31 (com adaptações).

71. (IRBr - 2008 - adaptada) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos sintático-semânticos do texto.

1. No segundo parágrafo, tanto o emprego da palavra “cemitério” (l.10) quanto a comparação entre o porão e o “subconsciente dos vivos” (l.11) evidenciam que o sentido produzido, nesse trecho do texto, é o de fim completo das coisas.

2. Na linha 14, a substituição do vocábulo “acaso” por caso prejudicaria o sentido do período, mas a substituição do mesmo vocábulo por porventura manteria a coerência textual do trecho.

3. Conclui-se da leitura do texto que nenhuma criança que more em casa sem porão se transformará em um romancista introvertido.

4. Depreende-se do texto que moralizar o porão significa mantê-lo razoavelmente limpo e iluminado.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O porão, o cemitério, o subconsciente designam elementos que representam o depósito do que resta do passado, e não o fim das coisas. Representam permanência, e não fim.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Acaso” tem o mesmo sentido que “porventura”, mas não pode ser confundido com a conjunção condicional “caso”. Vejamos o exemplo: “Acaso o humilhei? Porventura o magoei? Caso eu tenha feito isso, peço-lhe desculpas”.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na linha 17, o cronista diz que há o risco de o porão fazer da criança um romancista introvertido, mas não afirma que isso ocorre sempre nem que, para ser um romancista introvertido, a criança deve, obrigatoriamente, ter morado em casa com porão.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Manter o porão razoavelmente (“parcialmente” no texto) limpo é desmoralizá-lo (l. 17 e 18).

72. (IRBr - 2008 - adaptada) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. No terceiro parágrafo, nas expressões “a sua avó” (l.17) e “a seus olhos” (l.18), os pronomes possessivos remetem ao referente “pessoas grandes” (l.17).

2. Na linha 25, o termo “um romancista introvertido” exerce função sintática de predicativo do objeto “da criança”.

3. Em “a menor utilidade” (l.32), o emprego do adjetivo no grau superlativo estabelece comparação entre as três possíveis utilidades supostas para um porão.

4. Caso o acento grave de “à noite” (l.37) seja suprimido, a coesão e a coerência textuais do período em que se insere essa expressão serão prejudicadas.

Resposta: 1. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Os dois possessivos remetem às crianças, e não às pessoas grandes.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O objeto direto preposicionado “da criança” tem “um romancista introvertido” como predicativo.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - FLEXÃO DOS ADJETIVOS - Quando o adjetivo é antecedido de artigo (a menor), o grau é superlativo relativo, e não comparativo, portanto não estabelece comparações entre um ser e outro(s), e sim posiciona esse ser em relação ao grupo a que pertence.

4. C - CRASE - Se o sinal grave for suprimido, “a noite” passará a ser sujeito. Não mais o móvel estalará, e sim a noite.

73. (IRBr - 2008 - adaptada) Acerca da organização, da linguagem e dos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. Em “incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco” (l.3), o vocábulo sublinhado pode ser corretamente substituído por inclusive.

2. Em “Nada sei dessas coisas” (l.3-4), “entendo alguma coisa de arquitetura urbana” (l.4), “a primeira coisa a respeito de uma casa” (l.6), “cemitério das coisas” (l.10) e “coisas instrutivas” (l.18), a palavra “coisas” (ou seu singular “coisa”) está empregada com o mesmo sentido.

3. O recurso a processos de formação de palavras derivadas pode ser exemplificado em “habitável porém inabitado” (l.8).

4. O sentido de posição inferior, em “sob os pés da família” (l.10) e “subconsciente” (l.11), é expresso, respectivamente, por meio do uso de uma preposição e de um prefixo.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O vocábulo sublinhado significa “realmente”.

2. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - A palavra “coisa(s)” significa respectivamente “as antigas fazendas mineiras, uma fazenda lírica”; “algo, um pouco”; “característica”; “objetos”, “revelações, conhecimentos”.

3. C - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - As duas palavras são respectivamente derivada por sufixação e derivada por prefixação e sufixação.

4. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS PREPOSIÇÕES/ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O item se refere à preposição “sob” e ao prefixo “sub”.

74. (IRBr - 2008) A crônica de Rubem Braga:

A. parafraseia as páginas de Ciro dos Anjos.

B. contém recomendações arquitetônicas dignas de profissionais.

C. exige que toda casa tenha um porão que vá da frente aos fundos do terreno.

D. confere ao porão grande relevância para as crianças.

E. define o porão como um espaço de horror e repulsa infantil.

Resposta: D

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Ciro dos Anjos tratou de fazendas. Rubem Braga, de casas urbanas.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As recomendações de Rubem Braga fogem completamente a padrões de profissionais da arquitetura.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O porão deve ter, segundo Rubem Braga, entrada pela frente e saída pelos fundos, mas o cronista não diz que ele deve ter o tamanho do terreno em que está a casa.

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor se refere ao porão que a casa deve ter no segundo parágrafo e trata dos efeitos que ele causará às crianças nos parágrafos seguintes, permitindo inferir que as crianças é que se beneficiarão de sua existência.

E. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O porão é um espaço de descobertas, de suposições sobre os ascendentes, de sugestionamento para a imaginação e a fantasia.

Texto para as Questões 75, 76, 77, 78, 79 e 80.

Origem das culturas

1 O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa

esquina de minha rua por causa da namorada comum, que devia chamar-se

Marlene. O duelo durou vinte minutos e cinquenta pessoas assistiram. A dificuldade

4 total foi reconstituir o delito, porque tanto no inquérito policial quanto na formação

de culpa perante o juiz as espontâneas e numerosas testemunhas prestaram

depoimentos inteiramente contraditórios. Como começara e como findara a luta foi

7 impossível apurar. E todos tinham assistido...

Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos

formadores do episódio, antecipando ou postergando a sucessão temática, interfere

10 como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da

narrativa. Imagine-se há milênios...

A visão do homem pré-histórico padece dessas dificuldades. Reerguer as cidades em

13 ruínas sem a orientação do plano anterior. Paisagens de intermitências que antes

eram continuidades lógicas.

Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do

16 Paleolítico inferior, período chelense. A velha divisão de Thomsen (Chistian

Jungensen Thomsen, 1788-1865) data de 1835; estudando o Homem pelas

indústrias iniciais - Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida, Idade dos

19 Metais -, fixa a origem insofismável das culturas.

Creio que do ponto de vista didático o nascimento da cultura humana iniciou-se com

os vestígios materiais da indústria lítica, enfrentando pela inteligência o complexo

22 atordoador da natureza hostil e virgem. Articulá-la com o esforço animal, na plenitude

do instinto defensivo, é apenas um exercício intelectual em favor da ditadura

biológica. Essa exaltação do orgânico em detrimento do social reduz a tenacidade

25 do esforço humano, em centenas e centenas de séculos, ao humilhante plano da

causalidade ou do fatalismo, inaceitáveis ambos. Não sendo conhecida de doutrina

alguma contemporânea a explicação, mesmo primária, do processo diferenciador dos

28 primatas superiores ao Homo sapiens, porque justamente o tipo menos biologicamente

resistente foi o escolhido para a vitória fisiológica de todas as forças brutas, bestiais e

telúricas, ensinar-nos da aprendizagem pela observação zoológica jamais provará por

31 que o Rei da Criação, senhor das técnicas, não conseguiu a perfeição maquinal das

formigas, das abelhas e dos castores. E continua tendo problemas de organização

e de acomodação no meio dos semelhantes, inquietos e desconfiados.

34 Creio que a cultura nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato. Diante

da premência da fome, frio e desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a

primeira técnica improvisada pela urgência vital.

Luís da Câmara Cascudo. Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral. 2.ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983, p. 65-6 (com adaptações).

75. (IRBr - 2008 - adaptada) De acordo com as ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. Por não estarem sujeitas a testemunhos divergentes, as narrativas de episódios longínquos do passado são mais fiáveis que as de eventos mais recentes.

2. Os estudos de Thomsen, que datam da primeira metade do século XIX, dedicam-se às culturas do início da Revolução Industrial.

3. A explicação meramente biológica dos primórdios da cultura humana não faz jus ao engenho humano.

4. O termo “o Rei da Criação” (l.31) refere-se a um ente divino.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Depois de relatar a dificuldade de reconstituir um episódio recente, Câmara Cascudo, com a expressão “Imagine-se há

milênios...”, sugere ao leitor que é mais difícil ainda reconstituir o que é pré-histórico.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os estudos de Thomsen dedicam-se às culturas das indústrias iniciais - Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida e Idade dos Metais. (l. 12 e 13)

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Da linha 15 à 18, o autor se opõe à explicação meramente biológica dos primórdios da cultura humana, dizendo ser inaceitável reduzir as explicações da origem dessa cultura ao plano do causalismo ou do fatalismo.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No texto, o “Rei da Criação” é o homem, o que se confirma pela observação das informações anteriores e posteriores à sua referência.

76. (IRBr - 2008 - adaptada) Acerca dos sentidos e dos elementos de coesão e de referenciação presentes no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O substantivo “duelo” (l.3) resume, com certa dose de ironia, o episódio narrado no primeiro período do texto.

2. O termo “Esse processo transfigurador da memória” (l.8) está empregado em referência a um vocábulo específico dos dois últimos períodos do primeiro parágrafo do texto.

3. O termo “dessas dificuldades” (l.12) sumaria os efeitos da transfiguração da memória descritos no parágrafo anterior.

4. O termo “Essa exaltação do orgânico em detrimento do social” (l.24) retoma e amplia a ideia de “um exercício intelectual em favor da ditadura biológica” (l.23-24).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O duelo se refere às bofetadas entre o soldado e o marinheiro O fato de terem sido “mais ou menos teóricas” e de terem ocorrido devido à disputa por uma namorada “comum” sugere que não

foram graves, que sua motivação foi banal e que houve traição, tornando-se a situação cômica, o que facilita a ironia do narrador.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão se refere às alterações dos fatos que as testemunhas tentam recompor, pois não se consegue reconstituir a sequência lógica da narrativa, devido a diferentes depoimentos e a contradições. Isso se revela antes dos dois períodos finais do primeiro parágrafo, e não em palavras contidas nos dois.

3. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - O emprego do demonstrativo “essa” em “dessas dificuldades” remete a registros anteriores. Assim, a visão do homem pré-histórico padece das mesmas dificuldades descritas em linhas anteriores, referentes à reconstituição do “duelo” entre o soldado e o marinheiro.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Mais uma vez o emprego do “essa” é abordado na questão. E, novamente, esse pronome contribui para a retomada de informação anterior: “um exercício intelectual em favor da ditadura biológica”. A exaltação do orgânico é o que possibilita a ditadura biológica.

77. (IRBr - 2008 - adaptada) Acerca dos aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. A complementação da forma verbal “assistiram” (l.3) pelo pronome pessoal o, na modalidade no, manteria a correção gramatical do período.

2. No período “Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da narrativa” (l.8-11), o núcleo do predicado da oração principal é um verbo empregado sem complemento.

3. Na oração “Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao Homo sapiens” (l.26-28), o adjetivo “contemporânea” modifica o substantivo “explicação”.

4. O fragmento “Diante da premência da fome, frio e desabrigo” (l.34-35) pode, sem que se contrarie a prescrição gramatical, ser reescrito da seguinte forma: Diante da premência da fome, do frio e do desabrigo.

Resposta: 1. E - REGÊNCIA VERBAL/CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES - O verbo “assistir”, quando significa “presenciar”, é transitivo indireto, regido pela preposição “a” (... e cinquenta pessoas assistiram a ele). Não pode, pois, ser usado o pronome “o”. A Gramática também não admite o pronome “lhe” com o referido verbo no sentido de “presenciar”. A única solução é usar “a ele”.

2. ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES, PREDICAÇÃO VERBAL - A oração principal é “Esse processo transfigurador da memória interfere como autodefesa inconsciente e instintiva”. O predicado é verbo-nominal. Tem dois núcleos: o verbo “interferir”, que expressa ação e não tem complemento; o predicativo do sujeito, que é “como autodefesa inconsciente e instintiva”. O Cespe considerou o item certo, de que discordamos, pois este faz entender que o verbo é o único núcleo do predicado, ao dizer que “o núcleo do predicado da oração principal é um verbo sem complemento”. Seria correto o item se assim tivesse se expressado: “um dos núcleos do predicado da oração principal é um verbo sem complemento.”

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - IDENTIFICAÇÃO - O adjetivo “contemporânea” modifica o substantivo “doutrina”.

4. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS PREPOSIÇÕES E DOS ARTIGOS - A contração da preposição e do artigo pode ser expressa apenas antes do primeiro dos elementos paralelos (fome), bem como antes dos três substantivos (fome, frio e desabrigo), mas, neste caso, gera-se uma ambiguidade, pois os dois últimos termos podem relacionar-se com “diante” ou com “premência”.

78. (IRBr - 2008 - adaptada) Com relação à organização, à linguagem e aos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O autor vale-se da narrativa, na introdução do texto, para captar a atenção do leitor, conduzir-lhe o raciocínio e ilustrar a ideia a ser desenvolvida.

2. O autor emprega linguagem precisa em “Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense” (l.15-16) e “processo diferenciador dos primatas superiores ao Homo sapiens” (l.27-28).

3. No quinto parágrafo, o autor constrói, para a forma verbal “reduz” (l.24), um complemento verbal composto: “a tenacidade do esforço humano” (l.24) e “em centenas e centenas de séculos” (l.25).

4. Para evitar a estrutura oracional e tornar o texto mais conciso, o autor recorreu ao processo de derivação de palavras em “nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato” (l.34).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor constrói o primeiro parágrafo, que é narrativo, para fazer o leitor interessar-se pelo que ocorreu entre o soldado e o marinheiro e encerra esse parágrafo advertindo que as testemunhas foram contraditórias, deixando o leitor à espera de saber o que elas revelaram. No segundo parágrafo, no entanto, percebe-se que o princípio da história serviu apenas de exemplo para a dificuldade de reconstruir fatos com veracidade, até mesmo os recentes. Daí, ele argumenta que mais difícil é, então, reconstruir o nosso passado distante.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há nas passagens termo algum que expresse opinião, gosto ou suposição do autor. O que ele afirma é histórico.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Os dois complementos verbais do verbo “reduzir”, direto e indireto, respectivamente, são “a tenacidade do esforço humano” e “ao humilhante plano da causalidade e do fatalismo”.

4. E - PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O autor recorreu ao processo de composição de palavras, por justaposição, e não à derivação.

79. (IRBr - 2008) Cada uma das opções subsequentes reproduz períodos do texto, aos quais se acrescentaram uma ou mais vírgulas, que aparecem negritadas e sublinhadas, seguindo-se uma justificativa. Assinale a opção

em que é improcedente a justificativa apresentada para o acréscimo da(s) vírgula(s).

A. O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua, por causa da namorada comum, que devia chamar-se Marlene. Justificativa: a vírgula separa adjuntos adverbiais que expressam noções diferentes.

B. O duelo durou vinte minutos, e cinquenta pessoas assistiram. Justificativa: a vírgula separa orações coordenadas que, unidas pela conjunção “e”, têm sujeitos diferentes.

C. A dificuldade total foi reconstituir o delito, porque, tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz, as espontâneas e numerosas testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. Justificativa: as vírgulas isolam o adjunto adverbial antecipado.

D. Como começara e como findara a luta, foi impossível apurar. Justificativa: a vírgula isola oração subordinada adverbial antecipada.

E. Diante da premência da fome, frio e desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica, improvisada pela urgência vital. Justificativa: a vírgula indica elipse do verbo.

Resposta: D - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O período se compõe de quatro orações: Como começara/e como findara a luta/foi impossível/apurar. As duas primeiras são objetos diretos de “apurar”. São orações substantivas objetivas diretas, e não adverbiais. A última (apurar) é sujeito da principal “foi impossível”.

80. (IRBr - 2008 - adaptada) Considerando os sentidos do texto, assinale a opção em que o vocábulo em negrito é sinônimo contextual do termo transcrito.

A. “padece” (l.12) - prescinde

B. “lítica” (l.21) - pétrea

C. “tenacidade” (l.24) - desvario

D. “telúricas” (l.30) - ferozes

E. “maquinal” (l.31) - mecânica

Resposta: E

A. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A forma “padece” (l. 9) significa “sofre”, e “prescinde” significa “dispensa”.

B. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A forma “lítica” em “indústria lítica” (l. 15) significa “que fez uso da pedra”, pois o homem fazia uso da pedra no período referido no texto; “pétrea” significa “feito de pedra ou duro como a pedra”.

C. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A forma “tenacidade” (l. 17) significa “firmeza”, “determinação”; “desvario” significa “loucura”, “devaneio”, “fantasia”.

D. COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A forma “telúricas” (l. 20) significa “da terra”, e “ferozes” significa “bravias”, “cruéis”, “selvagens”.

Texto para as Questões 81 e 82.

TEXTO I: O que é o que é?

1 Se recebo um presente dado com carinho por pessoa

de quem não gosto - como se chama o que sinto? Uma

pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da

4 gente - como se chama essa mágoa e esse rancor? Estar

ocupado, e de repente parar por ter sido tomado por uma

desocupação beata, milagrosa, sorridente e idiota - como se

7 chama o que se sentiu? O único modo de chamar é perguntar:

como se chama? Até hoje só consegui nomear com a própria

pergunta. Qual é o nome? e é este o nome.

Clarice Lispector. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 199.

81. (IRBr - 2009) Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) Em “Se recebo um presente” (l.1), a substituição do conectivo por Caso seria sintaticamente correta e dispensaria alterações formais.

2. ( ) Nos trechos “- como se chama o que sinto?” (l.2) e “- como se chama essa mágoa e esse rancor?” (l.4), o emprego do travessão equivale gramaticalmente ao de vírgula.

3. ( ) Nos segmentos “- como se chama o que sinto?” (l.2) e “e que não gosta mais da gente” (l.3-4), os pronomes relativos exercem a mesma função sintática.

4. ( ) O referente dos pronomes demonstrativos “essa” e “esse”, em “como se chama essa mágoa e esse rancor?” (l.4) é “Uma pessoa” (l.2-3).

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - Se a conjunção “caso” for usada, o verbo passará a flexionar-se no presente do subjuntivo: “receba”.

2. C - PONTUAÇÃO - No primeiro exemplo, a vírgula substituiria o travessão corretamente, pois estaria separando uma oração adverbial deslocada (condicional) de sua principal. No segundo exemplo, do mesmo modo, pode-se fazer a substituição, mas desta vez, por ser próprio do anacoluto (uma construção sintática que se interrompe para o início de outra, causando um desmembramento sintático) o uso da vírgula.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O primeiro “que” é objeto direto de “sinto”. O segundo é sujeito do verbo “gostar”.

4. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Os pronomes “esse” e “essa” fazem parte de grupos nominais (“essa mágoa” e “esse rancor”) que se referem a um fato: o de duas pessoas deixarem de gostar uma da outra.

82. (IRBr - 2009) Com relação a aspectos gramaticais e aos sentidos do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) É gramaticalmente correto flexionar no plural a forma verbal em “como se chama essa mágoa e esse rancor?” (l.4), tendo como resultado como se chamam (...).

2. ( ) Em “de repente parar por ter sido tomado por uma desocupação” (l.5-6), a preposição “por” introduz termo com valor causal, na primeira ocorrência, e o agente da passiva, na segunda.

3. ( ) O trecho final - “Qual é o nome? e é este o nome.” (l.9) - resume a tese de que a propriedade da linguagem de denominar é limitada.

4. ( ) No título do texto, as duas ocorrências da forma verbal “é” são sintaticamente equivalentes.

Resposta: 1. C - CONCORDÂNCIA VERBAL - Quando o sujeito composto é posposto ao verbo, este pode concordar no plural ou com o núcleo mais próximo.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A oração “por ter sido tomado por uma desocupação” é adverbial causal. A sua locução verbal “ter sido tomado” está flexionada na voz passiva analítica ou participial, e seu sujeito sofre a ação de ser tomado. Quem pratica essa ação é o agente da passiva “por uma desocupação.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A autora, em um exercício metalinguístico, reflete sobre situações em que precisamos definir algo por seu detalhamento, o que ocorre por não dispormos de um nome específico para o fato.

4. E - ANÁLISE SINTÁTICA - PREDICAÇÃO VERBAL - Entenda-se assim a estrutura: O que é aquilo/que é? Na primeira oração, temos o verbo “ser” entre uma locução pronominal interrogativa que assume a função de sujeito e um predicativo: “aquilo”. Na primeira vez, o verbo é, pois, um verbo de ligação. Na segunda vez, não se têm mais sintaticamente sujeito e predicativo. Há uma situação estranha em que o verbo “ser” aparenta intransitividade.

Texto para as Questões 83 e 84.

TEXTO II: Canção do Ver (fragmento)

1 Por viver muitos anos

dentro do mato

Moda ave

4 O menino pegou

um olhar de pássaro -

Contraiu visão fontana.

7 Por forma que ele enxergava

as coisas

Por igual

10 como os pássaros enxergam.

As coisas todas inominadas.

Água não era ainda a palavra água.

13 Pedra não era ainda a palavra pedra. E tal.

As palavras eram livres de gramáticas e

Podiam ficar em qualquer posição.

16 Por forma que o menino podia inaugurar.

Podia dar às pedras costumes de flor.

Podia dar ao canto formato de sol.

19 E, se quisesse caber em uma abelha, era só abrir a

[palavra abelha e entrar dentro dela.

Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros. Poemas rupestres. Rio de Janeiro: Record, 2004.

83. (IRBr - 2009) A respeito do vocabulário do texto acima, assinale a opção incorreta.

A. “Moda” (v. 3) significa conjunto de opiniões, gostos e apreciações críticas, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos, aceitos por determinado grupo humano em um dado momento histórico.

B. O sentido do vocábulo “Contraiu” (v. 6) restringe as possibilidades semânticas de “pegou” (v. 4).

C. Na expressão “visão fontana” (v. 6), o vocábulo sublinhado, adjetivo derivado de fonte, foi metaforicamente empregado com sentido de originário, gerador, causal, seminal.

D. Em “As palavras eram livres de gramáticas” (v. 14), o vocábulo sublinhado alude a regras gramaticais.

E. O vocábulo “posição” (v. 15) refere-se à sintaxe, entendida como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase.

Resposta: A

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No verso 3, “moda” significa à maneira de”, “como”.

B. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Pegou” só pode significar “contraiu” no verso 4. É essa a sua única possibilidade de significado.

C. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O contexto do poema confirma os significados atribuídos a “fontana” no item, pois, do verso 16 ao 20, fala-se de uma visão inaugural.

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se a visão das coisas é inaugural, não há regras que classifiquem as palavras que as nomeiam nem que estabeleçam suas formas de emprego ou posição.

E. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A sintaxe é a parte da Gramática que estuda as relações que se estabelecem entre palavras, entre orações, entre palavras e orações. Um de seus ramos de estudo é a sintaxe de colocação, voltada para a posição que os termos e orações podem ocupar para sugerir diferentes mensagens sem desrespeitar o padrão da língua.

84. (IRBr - 2009) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) Em “Por viver muitos anos/dentro do mato” (v.1-2) e “ele enxergava/as coisas/Por igual” (v.7-9), a preposição “Por”, nas duas ocorrências, introduz uma circunstância de modo nos períodos em que se insere.

2. ( ) No trecho “era só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela” (v.19-20), verifica-se redundância de efeito estilístico.

3. ( ) As ideias expressas nos versos de 17 a 19 ilustram o sentido de “inaugurar” (v.16).

4. ( ) O verso final - “Como se fosse infância da língua” - equivale semanticamente a: Como se fosse reinvenção da língua.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - No primeiro exemplo, a preposição “por” introduz uma oração adverbial causal. No segundo, um adjunto adverbial de modo.

2. C - FIGURAS DE LINGUAGEM - Ocorre um pleonasmo estilístico. Poderíamos dizer “... e entrar nela”.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os versos 17 a 19 explicam que nada precisaria ser o que já é. O processo de designar as coisas poderia ser reiniciado, sem que o menino se prendesse a conceitos passados. Ele inauguraria designaria tudo por uma visão inaugural.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “infância da língua” corresponde a “princípio da língua”.

Texto para as Questões 85, 86 e 87.

TEXTO III: A diferença na linguagem

1 “Para os gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na

arte da escrita, o que se vê ainda pelo uso que fazem dos

acentos, muitos dos quais fazem alguma distinção ou evitam

4 algum equívoco para os olhos mas não para os ouvidos."

Neste texto Rousseau nos sugere que, para ler bem, é preciso

prestar ouvidos à voz original, adivinhar as diferenças de

7 acento que a articulam e que se tornaram imperceptíveis no

espaço homogêneo da escrita. Na leitura, o olho treinado do

Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido

10 atento à melodia que dá vida aos signos: estar surdo à

modulação da voz significa estar cego às modalidades do

sentido. Na oposição que o texto faz entre a arte de falar e a

13 arte de escrever, podemos encontrar não apenas as razões da

desqualificação da concepção gramatical da linguagem, mas

também a indicação do estatuto que Rousseau confere à

16 linguagem. O que é importante notar aqui é que a oposição

entre falar e escrever não se funda mais na oposição entre

presença e ausência: não é a ausência do sujeito falante que

19 desqualifica a escrita, mas a atonia ou a homogeneidade dos

signos visuais. Se a essência da linguagem escapa à

Gramática, é porque esta desdobra a linguagem num elemento

22 essencialmente homogêneo.

Bento Prado Jr. A retórica de Rousseau. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 129-130.

85. (IRBr - 2009) Com relação às ideias do texto 3, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) Segundo o texto, na fala, a altura e a intensidade da voz contribuem, no entender de Rousseau, para as possibilidades de sentido.

2. ( ) A palavra “acentos” (l.3) refere-se a sinais gráficos, ao passo que “acento” (l.7) designa qualidades como inflexão ou modulação.

3. ( ) O autor do texto afirma que Rousseau valoriza o caráter melódico da palavra falada, mas considera que a palavra escrita é mais apta a desvendar as sutilezas do sentido.

4. ( ) Ao caracterizar como “treinado” (l.8) o olho do “Gramático” ou do “Lógico”, o autor dá a entender que estes consideram a leitura como decodificação mecânica.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Em “Na leitura, o olho treinado do Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido atento à melodia que dá vida aos signos: estar surdo à modulação da voz significa estar cego às modalidades do sentido” (l. 8 a 12), a modulação da voz corresponde à sua altura e intensidade, caracteres citados no item, o qual se confirma no trecho constante depois dos dois-pontos.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na primeira vez em que a palavra “acentos” é usada (l.3), Rousseau está se referindo à escrita. Os acentos a que se refere são os gráficos. Na segunda vez, a palavra “acento” (l. 7) significa “inflexão da voz”.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Em “Neste texto Rousseau nos sugere que, para ler bem, é preciso prestar ouvidos à voz original, adivinhar as diferenças de acento que a articulam e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita” (l. 5 a 8), vê-se que a palavra escrita deixa imperceptíveis as diferenças de acento da voz original, ou seja, a modulação da voz; e “estar surdo à modulação da voz significa estar cego às modalidades do sentido” (l. 8 a 12).

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - "Na leitura, o olho treinado do Gramático e do Lógico de subordinar-se a um ouvido atento à melodia que dá vida aos signos..." (l. 8 a 10). Isso significa que o olho de um e de outro garantem apenas uma decodificação mecânica, sendo necessário um ouvido atento.

86. (IRBr - 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, extraído da obra A retórica de Rousseau, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) No período inicial do texto, há três orações subordinadas adjetivas com sentido restritivo.

2. ( ) Seria correto empregar, no texto, vírgula antes da conjunção "mas" (l.4) e depois da locução adverbial "Neste texto" (l.5).

3. ( ) No trecho "e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita" (l.7-8), seria admissível, de acordo com o padrão escrito da língua portuguesa, a colocação do pronome "se" após a forma verbal "tornaram".

4. ( ) O emprego das aspas, no trecho inicial do texto, indica a voz do autor de A retórica de Rousseau.

Resposta: 1. C - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - As orações "que se vê ainda pelo uso", "que fazem dos acentos, muitos", "dos quais fazem alguma distinção" são adjetivas restritivas.

2. C - PONTUAÇÃO - É regra empregar vírgula antes das conjunções adversativas. "Nesse texto" é adjunto adverbial deslocado. Como não é extenso, é facultativo o uso da vírgula para realçá-lo e marcar pausa, diz a Gramática. Recomendamos que, em caso de adjunto adverbial deslocado curto, o candidato observe a leitura da frase e perceba se a pausa é obrigatória, facultativa ou proibida.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - O pronome "que", relativo, é palavra atrativa. Não se admite a ênclise, e sim a próclise.

4. E - PONTUAÇÃO - O emprego das aspas indica que o autor de A Retórica de Rousseau transcreveu a voz do próprio Rousseau.

87. (IRBr - 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

A. O uso recorrente de vocábulos pertencentes aos campos semânticos da visão e da audição prejudica a coerência e a coesão do texto.

B. Em suas duas ocorrências, a forma verbal "fazem" (l.2 e l.3) concorda com sujeitos distintos.

C. Os operadores "não apenas" (l.13) e "mas também" (l.14-15) possibilitam ao autor a apresentação de dois argumentos mutuamente excludentes.

D. Na linha 16, a expressão "é que" é expletiva.

E. É a mesma a justificativa para o uso de inicial maiúscula em "Gramático" (l.9) e em Gramática (l.21).

Resposta: B

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto trata de fala e de escrita, mostrando esta como limitada para transmitir modulações e, consequentemente, sentidos. Para o eixo da fala, é natural o entrelaçamento com vocábulos pertencentes ao campo da audição. Para o da escrita, o de vocábulos do campo semântico da visão.

B. C - CONCORDÂNCIA VERBAL - O sujeito de "fazem" (l. 2) é elíptico (eles) e refere-se aos gramáticos. O sujeito de "fazem" (l. 3) é "muitos dos quais" e refere-se aos acentos.

C. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES/COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Os operadores citados no item estabelecem adição, e não exclusão.

D. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Não é possível reconstruir a frase se excluirmos o "é que". Não se trata de uma

locução expletiva, e sim do verbo “ser” e da conjunção integrante “que”, a qual introduz oração substantiva.

E. E - EMPREGO DAS LETRAS - A inicial maiúscula em “Gramático” tem a função de valorizar o gramático. A inicial maiúscula em “Gramática” deve-se para nomear a palavra uma ciência.

Texto para as Questões 88 e 89.

TEXTO IV

Em Emílio, Rousseau constrói a temporalidade da vida

de Emílio como uma ficção, jamais se teria proposto a aplicá-

-la. O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado

4 para existir. Trata-se de um artifício lógico-dedutivo para

meditar sobre a educação e as orientações do ensino. Emílio

é alegoria para reflexão sobre o ato de educar as crianças.

7 Emílio, que não é filho, tampouco é aluno... É um construto

teórico e um suporte operatório para a análise conceitual do

ato educativo.

10 Se o discípulo não se separa do mestre desde o

nascimento até a maturidade, pode-se supor que o “criador”

do Emílio tenha pretendido que o relato da trajetória de vida

13 do ser individual correspondesse a uma reconstituição das

etapas trilhadas pela espécie humana em direção à civilização.

Emílio, ao nascer, é o homem do estado de natureza; o Emílio

16 bem educado - que, aos 25 anos, se despede de seu educador

- é o homem civil, que vive em uma sociedade corrompida,

mas que, a despeito disso, pode ser considerado apto para

19 fundar o legítimo contrato social. O traçado de educação de

Emílio propõe-se ao educador como metáfora para reflexão,

uma meditação sobre a arte de formar os homens. Com a

22 mesma estrutura hipotético-dedutiva que orientara seus

escritos políticos, Rousseau constrói seu educando - um

discípulo que não é e que não pretende ser empírico, mas que

25 tem sua própria temporalidade inscrita na narrativa dos seus

primeiros 25 anos de vida em educação.

Carlota Boto. O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauniano. In: José Oscar de Almeida Marques (Org.). Verdades e mentiras. 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí-RS: Unijuí, 2005, p. 379-84 (com adaptações).

88. (IRBr - 2009) Com relação às ideias do texto e aos seus aspectos textuais, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. ( ) Existe consenso a respeito da ideia de que o “menino Emílio” (l.3) foi construído pelo filósofo francês, na obra Emílio, com propósito de orientação psicológica.

2. ( ) Ao analisar a narrativa de Rousseau, a autora emprega, reiteradas vezes, o presente histórico - em vez dos tempos verbais pretéritos -, para imprimir assertividade à sua argumentação.

3. ( ) A repetição de palavras e o uso de paráfrases contribuem para estabelecer a coesão do texto.

4. ( ) A diversidade de temas no trecho “Trata-se ... ato educativo.” (l.4-9) compromete a coerência do texto.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O propósito de Rousseau na construção do Emílio é a análise conceitual do ato educativo, e não um propósito psicológico.

2. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS - O presente do indicativo pode ser usado com função histórica, com valor de passado, o que torna o fato mais “vivo”, sugerindo sua influência no presente.

3. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Ocorrem repetições como a do nome “Emílio”, a do verbo “existir”. Quanto às paráfrases, é preciso que o candidato tenha conhecimento do que diz o próprio Rousseau sobre seu personagem para perceber que seus pensamentos foram reconstituídos no texto da prova.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O trecho trata de Emílio como modelo de educação para as crianças, tanto na comunidade escolar como na família. Não falta unidade no parágrafo. As considerações feitas são complementares para a construção de um só raciocínio.

89. (IRBr - 2009) Com relação aos aspectos morfossintáticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) Haveria prejuízo para o sentido original do texto se, no trecho “O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado para existir” (l.3-4), os termos grifados fossem substituídos pela conjunção coordenativa nem.

2. ( ) Caso o trecho “Emílio, que não é filho, tampouco é aluno...” (l.7) fosse alterado para: Emílio não é filho nem aluno, o período ganharia em

concisão, estaria coerente com a informação original do texto, mas teria diminuído seu efeito retórico.

3. ( ) Se fossem retirados os travessões do trecho “o Emílio bem educado - que, aos 25 anos, se despede de seu educador - é o homem civil” (l.15-17), deveria ser empregada uma vírgula antes do pronome “que” e outra após “educador”, para que o sentido original do texto não fosse prejudicado.

4. ( ) O enunciado “que vive em uma sociedade corrompida” (l.17) tem, no período em que se insere, sentido explicativo.

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - A conjunção “nem” une trechos negativos sobre Emílio.

2. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - A opção por “nem aluno” não causaria prejuízo gramatical à passagem (visto que “tampouco” e “nem” são conjunções aditivas e sinônimas) e reduziria o período, tornando-o ainda mais conciso, mas a forma original do período (“Emílio, que não é filho, tampouco é aluno”) sugere que não se pode ser aluno sem ser filho, ou seja, estabelece uma dependência entre um e outro fato e ganha em efeito retórico.

3. C - PONTUAÇÃO - As duas vírgulas, tanto quanto os travessões, estariam demarcando uma oração adjetiva explicativa.

4. C - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A oração, iniciada por pronome relativo “que”, que se refere ao “homem civil”, informa que este, em geral, vive em uma sociedade corrompida. Não há intenção de restringir, mas de generalizar. Assim, a oração adjetiva não é restritiva, e sim explicativa. Daí a existência das vírgulas.

Textos para as Questões 90, 91, 92, 93, 94 e 95.

TEXTO V

Em sucessivos relatórios do ministro da Fazenda em

meados da década de 1880, aludia-se ao fato de várias

assembleias provinciais estabelecerem impostos sobre a

4 exportação, uma parte da receita dos quais podiam reter,

e também sobre a importação, o que era expressamente

vedado pela Constituição. Sob pressão de associações

7 comerciais e dos delegados regionais da Fazenda,

diversas assembleias foram forçadas a votar a supressão

desses impostos. O Visconde Paranaguá, em seu relatório

10 para 1883, informava que apenas Pernambuco, Bahia e

Maranhão ainda resistiam. A questão da repartição dos

impostos e das competências de cada ente federativo

13 parece, portanto, mais antiga que a própria República.

Gustavo H. B. Franco (organização, introdução e comentários). A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 59 (com adaptações).

TEXTO VI: Impostos inconstitucionais...

1 Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos

inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo, eu é que,

ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais

4 gordos, não os conheci imediatamente. Conheci-os pela voz, vox

clamantis in deserto. Disseram-me que tinham chegado no último

paquete. O mais velho acrescentou até que agora hão de repetir

7 com regularidade estas viagens à corte.

- A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu

ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das

10 probabilidades. Uma chegadinha à corte, de quando em quando,

não faz mal a ninguém, exceto...

- Exceto...?

13 - Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos

íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há

coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for.

16 Falei de um modo geral e abstrato. (...)

- São todos inconstitucionais?

- Todos.

19 - Vamos aqui para calçada. E agora, que tencionam

fazer?

- Agora temos de ir ao imperador, mas confesso, meu

22 amigo, receamos perder tempo. Você conhece a velha máxima que

diz que a história não se repete?

- Creio que sim.

25 - Ora bem, é o nosso caso. Receamos que o imperador,

ao dar conosco, fique aborrecido de ver as mesmas caras e, por

outro lado, como a história não se repete... Você, se fosse

28 imperador, que é que faria?

- Eu, se fosse imperador? Isso agora é mais complicado.

Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o

31 primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata,

faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.

- Os adjetivos?

34 - Vocês não calculam como os adjetivos corrompem

tudo, ou quase tudo; e, quando não corrompem, aborrecem a

gente, pela repetição que fazemos da mais ínfima galanteria.

37 Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.

- Mas que temos nós outros com isso?

- Tudo; vocês como simples impostos são excelentes,

40 gorduchos e corados, cheios de vida. O que os corrompe e faz

definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um

decreto todos os adjetivos de Estado, resolvia de golpe esta velha

43 questão, e cumpria esta máxima que é tudo o que tenho colhido da

história e da política, que aí dou por dois vinténs a todos os que

governam o mundo: os adjetivos passam, e os substantivos ficam.

Machado de Assis. In: Gazeta de notícias (1881-1900).Balas de Estalo. Rio de Janeiro, 16/5/1885.

90. (IRBr - 2009) Com relação ao texto 5 e ao texto 6, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) No texto 5, narrativa de cunho histórico acerca de tema da economia brasileira, o autor emprega predominantemente linguagem referencial e objetiva.

2. ( ) O emprego de “portanto”, na linha 13 do texto 5, permite que se afirme que os fatos narrados acerca dos impostos fundamentam a conclusão do autor de que os problemas relativos a esse assunto precederam o regime republicano.

3. ( ) Caso, no texto 5, o pronome “própria” (l.13) fosse substituído por mesma, seria mantido o sentido da frase, embora se prejudicasse a ênfase dada, no texto, ao termo “República” (l.13).

4. ( ) Embora pertençam a diferentes gêneros e adotem registros distintos, os textos 5 e 6 versam sobre temática comum.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto prima pela objetividade. Depois de três períodos, cada um com uma informação histórica, e não com suposições ou opiniões, o autor constrói uma conclusão. Só não se pode apontar objetividade completa (daí a palavra “predominantemente” no item) pela inserção do verbo “parecer” na última linha, que faz a conclusão perder em precisão.

2. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - A conjunção “portanto” é conclusiva. Depois dos três períodos iniciais, o autor constrói sua conclusão e, para realçá-la, faz uso da conjunção.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES DEMONTRATIVOS - Se tivéssemos, na última linha do texto, “mais antiga que a mesma República”, sugeriríamos a existência de outras.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto VI é uma crônica de Machado de Assis. Nela, o narrador ironiza a existência da cobrança inconstitucional de impostos, propondo como

solução para o problema a erradicação dos adjetivos, o que sugere que as vias naturais de solução não tinham validade. Ironicamente, em seu humor mordaz, o narrador propõe uma medida esdrúxula. Literariamente, Machado de Assis aborda o mesmo tema do texto V.

91. (IRBr - 2009) Acerca das ideias e dos sentidos do texto 6, assim como de suas estruturas linguísticas e organização textual, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) O autor valeu-se do discurso indireto livre, que consiste em dar voz e atribuir características e sentimentos humanos a seres inanimados.

2. ( ) O narrador recorreu à função metalinguística da linguagem para formular, ao final da crônica, sua máxima, carregada de arbitrariedade.

3. ( ) O trecho “Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo.” (l.30-31) produz efeito humorístico, por sua incongruência interna e por desviar-se do “caso de que se trata” (l.31).

4. ( ) A frase “vox clamantis in deserto” (l.4-5) está em itálico, porque remete o interlocutor ao respectivo texto-fonte e faz parte da memória coletiva nacional.

Resposta: 1. E - ESTILOS DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE/FIGURAS DE LINGUAGEM - O discurso indireto livre consiste na exposição da fusão de pensamentos e sentimentos do personagem e do próprio narrador, sendo, por isso, um expediente ambíguo de grandes efeitos literários. A definição dada no item para esse tipo de discurso é própria do recurso de linguagem denominado personificação, e não do discurso indireto livre, constantes um e outro de unidades que neste livro dedicamos às figuras e aos discursos respectivamente. No texto machadiano, ocorre a personificação dos impostos, mas não o discurso indireto livre. O discurso escolhido pelo autor foi o direto, exposto em sua forma mais simples: com o uso de travessões para indicar a alternância de interlocutores.

2. C - FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A máxima “os adjetivos passam, e os substantivos ficam” leva a uma reflexão linguística. Refletir sobre a

língua e seus recursos é um ato metalinguístico.

3. C - FIGURAS DE LINGUAGEM/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Ocorre no período um anacoluto: o pronome “eu” não encontra condições para exercer a sua função de sujeito. Retirada a oração condicional (se fosse imperador), teríamos: “Eu, a primeira coisa que faria...”. Eis aí a incongruência sintática, o anacoluto. Quanto às ideias, também causa estranheza e humor a primeira medida de um imperador tornar-se o primeiro cético de seu tempo. Além disso, a sua revelação aparentemente se afasta do que o diálogo vem apresentando.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A frase mistura o latim, o inglês e o português. Não remete a um texto fonte nem faz parte da memória coletiva nacional. É mais uma expressão da ironia machadiana.

92. (IRBr - 2009) Assinale a opção que apresenta a correta equivalência de sentido entre o vocábulo ou o segmento sublinhado, empregado no texto 6, e a acepção que o segue.

A. “ao voltar uma esquina” (l.1) - prosseguir por um novo rumo ou direção

B. “no último paquete” (l.5-6) - conjunto de medidas relacionadas a um tema

C. “é querer perscrutar” (l.13) - dar atenção a

D. “ao dar conosco” (l.26) - presentear-nos

E. “resolvia de golpe” (l.42) - violentamente

Resposta: A

A. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Voltar a esquina é o mesmo que dobrar ao fim de um quarteirão, de uma quadra. Assim, segue-se por novo rumo ou direção.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O paquete é um grande navio a vapor para o transporte de mercadorias e de

pessoas.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Perscrutar é esmiuçar, investigar.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Dar conosco significa encontrar-nos.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Resolver de golpe significa resolver imediatamente.

93. (IRBr - 2009) Com base no texto 6, assinale a opção em que a supressão da palavra ou expressão sublinhada provoca erro gramatical.

A. “eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci” (l.2-4).

B. “Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for.” (l.14-15).

C. “Você, se fosse imperador, que é que faria?” (l.27-28).

D. “Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular” (l.31-32).

E. “Mas que temos nós outros com isso?” (l.38).

Resposta: D - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DE VERBOS E PRONOMES/REGÊNCIA - No item A, “é que” é locução de realce ou expletiva, e pode ser suprimida. No B, o pronome indefinido “nenhuma”, palavra negativa, também é dispensável, pois no início da frase já há a palavra “não”. No C, “que faria” seria suficiente para formular a pergunta. O “que é” pode ser retirado. No E, o sujeito elíptico da forma “temos”, da primeira pessoa do plural, dispensa a expressão “nós outros”. No item D, porém, não podemos suprimir o “de que”. A preposição “de” é exigida pelo verbo “tratar”, e o pronome relativo “que” é indispensável à oração adjetiva da frase.

94. (IRBr - 2009) Em cada uma das opções abaixo reproduz-se um trecho dos textos 5 ou 6, com mudança na colocação de uma palavra, que aparece

sublinhada. Assinale a opção em que a mudança não altera o sentido do trecho original.

A. O Visconde Paranaguá, em seu relatório para 1883, informava que Pernambuco, Bahia e Maranhão apenas ainda resistiam. (texto 5, l.9-11)

B. A questão da repartição dos impostos e das competências de cada ente federativo, portanto, parece mais antiga que a própria República. (texto 5, l.11-13)

C. Até o mais velho acrescentou que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte. (texto 6, l.6-7)

D. Temos de ir ao imperador, mas confesso agora, meu amigo, receamos perder tempo. (texto 6, l.21-22)

E. (...) que dou por dois vinténs a todos os que aí governam o mundo: (texto 6, l.44-45).

Resposta: B

A. ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO - No Texto, a palavra de exclusão “apenas” antecede “Pernambuco, Bahia e Maranhão ainda resistiam”, o que significa que os três eram os únicos Estados brasileiros que resistiam, excluindo-se assim todos os outros. Ao deslocar-se o “apenas” para antes de “ainda resistiam”, está-se dizendo que esses três Estados nada mais faziam que resistir, excluindo-se qualquer outra ação da parte deles.

B. ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO - No texto, em “A questão da repartição dos impostos e das competências de cada ente federativo parece, portanto, mais antiga que a própria República”, temos uma só oração, que consiste em uma conclusão em relação ao que já foi informado em frase anterior. Anteceder a conjunção “portanto” ao verbo em nada alterará a função da oração, pois a conjunção “portanto” pode deslocar-se livremente em sua oração.

C. ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO - No texto, temos: “O mais velho acrescentou até que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte”. Entende-se que algo mais foi acrescentado. Se a palavra de inclusão for deslocada para o início da frase, outras pessoas também afirmaram o que disse o mais velho.

D. ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO - No texto, em “_ Agora temos de ir ao imperador, mas confesso, meu amigo, receamos perder tempo”, o advérbio “agora” se relaciona à ação de “ir”. Caso se desloque esse advérbio para depois de “confesso”, ele se relacionará ao verbo “confessar”. No texto, a ida é iminente. No item, a confissão é imediata.

E. ANÁLISE SINTÁTICA - SINTAXE DE COLOCAÇÃO - No texto, temos “que aí dou por dois vinténs a todos os que governam o mundo...”, “aí” se relaciona à ação de “dar”. No item, deslocando o “aí” para antes de “governam”, passa o “aí” a relacionar-se a “governar”.

95. (IRBr - 2009) Acerca das ideias dos textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) Nos textos 1, 2 e 6, evidencia-se, de formas diferentes, a plena capacidade da linguagem de refletir a realidade, por meio da denominação.

2. ( ) Os textos 2 e 3 apresentam pontos de vista coincidentes com relação à gramática da língua.

3. ( ) O tema dos textos 2 e 4 é o mesmo: a linguagem infantil.

4. ( ) O texto 5 ensejou a elaboração do texto 6.

Resposta: Lembremos aqui os seis textos que a questão considera:

I - “O que é o que é” (reflexão metalinguística sobre a impossibilidade de nomeação completa das coisas);

II - “Canção do ver” (poema que trata de uma visão inaugural das coisas e de sua inaugural designação);

III - “A diferença na linguagem” (texto que aborda o pensamento de Rousseau sobre escrita e linguagem);

IV - Texto IV (excerto que trata da função conceitual do ato educativo na criação do “Emílio”);

V - Texto V (sobre a cobrança de impostos na década de 1880);

VI - “Impostos inconstitucionais” (uma narrativa cômica em que o narrador dialoga com impostos inconstitucionais referidos no texto 5).

1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto I, ao contrário do que diz o item, acusa a dificuldade de nomear alguns fatos. Isso já invalida o item.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto II, um poema, fala de um menino que inauguraria a nomeação das coisas. Manoel de Barros mostra a arbitrariedade do signo linguístico, pois os seres poderiam ter nomes diferentes dos que têm. O texto III aborda outro tema: a impossibilidade da escrita de registrar completamente os sentidos que a fala registra.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A linguagem infantil não é tema de nenhum dos textos da prova. Quando, no texto II, Manoel de Barros cita a “infância da língua, refere-se a um momento inaugural em que as coisas começariam a ganhar nome para o menino. A infância da língua não é o mesmo que a linguagem na infância, pois, neste caso, a linguagem seria assimilada, já existente.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto V é posterior ao texto VI. O candidato deve observar a data da publicação de um e de outro na referência feita abaixo de cada um deles.

Texto para as Questões 96 e 97.

TEXTO I

É uma tecla muito batida pelos que procuram estudar

o caráter dos brasileiros o gosto que estes revelam pela
improvisação em todos os ramos de atividade. A cada passo,
4 se verifica o pendor deles para as tarefas improvisadas, de
que, não raro, se saem com brilho e galhardia. Isso de se
preparar longa e pacientemente para resolver os problemas
7 próprios a uma especialidade não vai muito com eles.
Improvisam-se os nossos sociólogos, improvisam-se os nossos
estadistas, improvisam-se os nossos linguistas.
10 Os nossos grandes poetas podem se contar pelos
dedos, e nenhum tivemos até hoje capaz de uma destas obras
de fôlego, como a Divina Comédia, o Fausto ou Os
13 Lusíadas, onde, escolhido o tema capital, o seu autor põe, ao
lado das ideias-mestras da cultura do seu tempo, toda a sua
inteligência e toda a sua sensibilidade. Agora, abancai ao
16 zinco de um bar em dias de carnaval e, aparecendo um violão,
vereis com que facilidade o malandro mais desprovido de
letras inventa um despotismo de quadrinhas de desafio ou de
19 embolada. Isso na cidade. No sertão, então, nem se fala. Para
os matutos do Nordeste, “poeta” só é o sujeito capaz de
improvisar na boca da viola. Não sei quem foi o literato que,

22 de uma feita, recitou para uns cantadores do sertão algumas

poesias de Bilac. Os homens ouviram calados, mas depois

indagaram se Bilac era “poeta” mesmo.

25 - Como poeta mesmo?

- Nós queremo sabê se ele é capaz mêmo de improvisá na

viola...

Manuel Bandeira. O dedo de Deus, o dedo do alemão e o dedo do brasileiro. In: Crônicas inéditas II, 1930-1944. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p.16.

96. (IRBr - 2010) Assinale a opção correta acerca de aspectos semânticos e morfossintáticos do texto I.

A. A expressão “uma tecla muito batida” (l.1), de uso informal, foi empregada com sentido conotativo e significa expressão desgastada pelo uso.

B. No segmento “o gosto que estes revelam pela improvisação” (l.2-3), o termo “pela improvisação” exerce função distinta da exercida na seguinte frase: Revelou, pela improvisação, o quanto se afastara da cultura clássica.

C. O vocábulo “se” tem a mesma classificação gramatical nas seguintes ocorrências: “se verifica” (l.4) e “se saem” (l.5).

D. No período “No sertão, então, nem se fala” (l.19), verifica-se a antecipação do adjunto adverbial de lugar do verbo falar, o que justifica o emprego da vírgula imediatamente após a palavra “sertão”.

E. No trecho “mas depois indagaram se Bilac era ‘poeta’ mesmo” (l.23-24), em que se verifica emprego de discurso indireto, a oração iniciada pelo conectivo condicional “se” expressa uma hipótese acerca do que foi mencionado anteriormente.

Resposta: B

A. E - DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO/VARIAÇÕES E FIGURAS DE LINGUAGEM - A expressão é informal e empregada em sentido conotativo, figurado, mas não é desgastada pelo uso. Não é uma catacrese, e sim uma metáfora: “é como uma tecla muito batida”.

B. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Nas linhas 2 e 3, “pela improvisação” completa o sentido de “gosto”, sendo, portanto, complemento nominal. Na frase do item, “pela improvisação” se relaciona com “Revelou” e é seu adjunto adverbial de meio.

C. E - CLASSES GRAMATICAIS - FUNÇÕES DO “SE” - Em “se verifica” (l. 4), o “se” é pronome apassivador: “o pendor deles é verificado” (conversão na voz passiva analítica). Em “se saem”, é partícula expletiva ou de realce.

D. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/PONTUAÇÃO - O adjunto adverbial “No sertão” se relaciona com um verbo implícito que existiria também na frase anterior, e não com o verbo “falar”: “Isso ocorre na cidade. No sertão, então, ocorre mais ainda”.

E. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - O “se” é conjunção integrante, e não conjunção condicional, que inicia orações hipotéticas.

97. (IRBr - 2010) Com relação ao texto I, julgue C ou E.

1. ( ) Nesse texto, o autor considera a improvisação um traço característico da produção literária brasileira, que a distingue da literatura de outros países, bem como de outras artes e de outros ofícios nacionais.

2. ( ) No texto, os traços da cultura brasileira destacados servem de contraponto à apologia do pendor literário dos estrangeiros, sustentada nas premissas de que estes são mais sensíveis que os autores brasileiros e de que empenham plenamente sua inteligência na produção de suas obras.

3. ( ) O emprego de verbos flexionados na segunda pessoa do plural, evidência do apego do autor ao rigor do uso formal da língua escrita, destoa da impessoalidade e da objetividade que caracterizam o texto.

4. ( ) O autor do texto não se exime de emitir julgamento de valor em relação a obras literárias e a escritores, o que se conforma com o gênero do texto: a crônica.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor considera a improvisação um traço do brasileiro existente em todos os seus ramos de atividade, e não apenas em sua literatura.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na linha 5, o autor afirma que o brasileiro quase sempre tem brilho e galhardia em suas tarefas improvisadas. Quanto à literatura estrangeira, esta tem grandes poetas que usaram de toda a sua inteligência e sensibilidade para obras de fôlego, diz ainda o autor, mas não diz que são mais sensíveis nem inteligentes que os nossos.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “Improvisam-se os nossos sociólogos, ... os nossos estadistas, ... os nossos linguistas” (l. 8 e 9), em que o autor usa a primeira pessoa e repete o verbo como recurso de ênfase, entre outras, denota subjetividade de sua parte. Por sua vez, a passagem “No sertão, então, nem se fala” (l. 19), bem como a transcrição literal da fala do sertanejo, nas duas últimas linhas do texto, são indícios do desapego do autor a um registro formal.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor elogia a improvisação do brasileiro, bem como reconhece a grandeza de obras literárias estrangeiras. É comum na crônica a exposição de opiniões de quem a escreve.

Texto para as Questões 98, 99 e 100.

TEXTO II

A poesia ao meu alcance só podia ser a humilde nota

individual; mas, como eu disse, não encontrei em mim a tecla
do verso, cuja ressonância interior não se confunde com a de
4 nenhum timbre artificial. Quando mesmo, porém, eu tivesse
recebido o dom do verso, teria naufragado, porque não nasci
artista. Acredito ter recebido como escritor, tudo é relativo,
7 um pouco de sentimento, um pouco de pensamento, um pouco
de poesia, o que tudo junto pode dar, em quem não teve o
verso, uma certa medida de prosa rítmica; mas da arte não
10 recebi senão a aspiração por ela, a sensação do órgão
incompleto e não formado, o pesar de que a natureza me
esquecesse no seu coro, o vácuo da inspiração que me falta...
13 Ustedes me entienden. “O artista - disse Novalis - deve
querer e poder representar tudo”. Dessa faculdade de
representar, de criar a menor representação das coisas
16 - quanto mais uma realidade mais alta do que a realidade,
como queria Goethe - fui inteiramente privado. Nem todos
os que têm o dom do verso são por natureza artistas, e nem
19 todos os artistas têm o dom do verso; a prosa os possui como
a poesia; a mim, porém, não coube em partilha nem o verso
nem a arte.

22 É singular como, entre nós, se distribui o título de

artista. Muitas vezes, tenho lido e ouvido falar de Rui Barbosa

como de um artista, pelo modo por que escreve a prosa. No

25 mesmo sentido, poder-se-ia chamar a Krupp artista: a

fundição é, de alguma forma, uma arte, uma arte ciclópica, e

de Rui Barbosa não é exagerado dizer, pelos blocos de ideias

28 uns sobre os outros e pelos raios que funde, que é

verdadeiramente um ciclope intelectual. Mas o artista?

Existirá nele a camada da arte? Se existe, e é bem natural,

31 ainda jaz desconhecida dele mesmo por baixo das

superposições da erudição e das leituras. Eu mesmo já

insinuei uma vez: ninguém sabe o diamante que ele nos

34 revelaria, se tivesse a coragem de cortar, sem piedade, a

montanha de luz, cuja grandeza tem ofuscado a República, e

de reduzi-la a uma pedra.

Joaquim Nabuco. Minha formação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 64-65.

98. (IRBr - 2010) Acerca do vocabulário e das estruturas linguísticas empregados no texto II, julgue C ou E.

1. ( ) Dado que a conjunção “Quando” (l.4) não expressa tempo, a oração que ela inicia poderia ser reescrita corretamente da seguinte forma: Mesmo que eu tivesse recebido o dom do verso.

2. ( ) A forma verbal resultar poderia ter sido corretamente empregada no lugar da forma “dar” (l.8), visto que, além de serem sinônimas, têm a mesma regência.

3. ( ) Como o fato expresso pela forma verbal “coube” (l.20) pode ser atribuído aos dois núcleos do sujeito, relacionados por adição, a substituição dela por couberam seria gramaticalmente correta.

4. ( ) O período iniciado na linha 14 está na ordem indireta, como demonstra, por exemplo, a antecipação da oração “de criar a menor representação das coisas” (l.15), a qual exerce a função de complemento do nome “privado” (l.17).

Resposta: 1. C - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - Basta ao leitor fazer a substituição proposta no item para perceber a semelhança.

2. E - REGÊNCIA VERBAL - O verbo “dar” é transitivo direto e indireto. No texto, enquanto não “resultar” não tem dupla transitividade.

3. C - CONCORDÂNCIA VERBAL - Quando o sujeito composto é posposto ao verbo, este pode concordar no plural ou com o núcleo mais próximo.

4. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A oração “fui inteiramente privado dessa faculdade” está escrita na voz passiva analítica, sendo “fui privado” uma locução verbal, da qual “dessa faculdade” é objeto indireto. “Privado” é um particípio. A oração “de criar a menor representação das coisas” se relaciona à palavra “faculdade”.

99. (IRBr - 2010) Com relação ao texto II, julgue C ou E.

1. ( ) Segundo o escritor, a arte e o dom do verso são aptidões inatas, como evidencia o emprego, entre outros, do verbo receber, nas linhas 5, 6 e 10, e da expressão “órgão incompleto e não formado” (l.10-11).

2. ( ) De acordo com o texto, Novalis confia na capacidade do artista de representar a realidade, ao contrário de Goethe, que não acredita que a

realidade possa ser alcançada pela arte.

3. ( ) No último parágrafo do texto, a comparação entre a obra de Rui Barbosa e o produto da indústria metalúrgica serve ao propósito de questionar a atribuição a esse intelectual do título de artista.

4. ( ) Depreende-se do texto que o dom da arte pode permanecer latente e ser ignorado pelo indivíduo dele dotado, durante toda a existência.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se a arte e o dom do verso são recebidos e se há um órgão que os possibilita, mas que, no caso do escritor, é incompleto e não formado, independe de nós dispor dessa arte e desse dom: ou eles nos são inatos, ou não os teremos.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Novalis confia que o artista pode representar tudo, e Goethe acredita que o artista pode até mesmo superar a realidade, criando outra que seja superior a ela.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Para Joaquim Nabuco, a camada da arte é bem natural, e a obra de Rui Barbosa é uma montanha de luz que ofusca a própria República. Seria necessário que ele se livrasse de sua erudição (montanha de luz) para chegar a uma simples pedra, símbolo do que é natural e simples. Isso o faria um artista, e seus escritos seriam um diamante, seriam frutos da arte.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Da passagem "... ninguém sabe o diamante que ele nos revelaria se tivesse a coragem de cortar, sem piedade, a montanha de luz, cuja grandeza tem ofuscado a República, e de reduzi-la a uma pedra" (l. 33 a 36), entende-se que o dom da arte, que se esconde por trás da erudição de Rui Barbosa, só seria descoberto se ele se livrasse do seu excesso de erudição. Isso significa que o dom lhe é latente, mas depende de ele descobri-lo, o que poderá não ocorrer.

100. (IRBr - 2010) Assinale a opção que apresenta o trecho do texto II em que foi empregada apenas linguagem denotativa.

A. “não encontrei em mim a tecla do verso, cuja ressonância interior não se confunde com a de nenhum timbre artificial” (l.2-4).

B. “Quando mesmo, porém, eu tivesse recebido o dom do verso, teria naufragado, porque não nasci artista” (l.4-6).

C. “mas da arte não recebi senão a aspiração por ela, a sensação do órgão incompleto e não formado” (l.9-11).

D. “Nem todos os que têm o dom do verso são por natureza artistas, e nem todos os artistas têm o dom do verso” (l.17-19).

E. “ninguém sabe o diamante que ele nos revelaria, se tivesse a coragem de cortar, sem piedade, a montanha de luz” (l.33-35).

Resposta: D - DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

Não podem ser entendidas literalmente, denotativamente, e sim conotativamente as expressões “a tecla do verso” (item A) e “teria naufragado” (item B); toda a passagem “mas da arte não recebi senão a aspiração por ela, a sensação do órgão não completo e mal formado” (item C); bem como “o diamante” e “cortar a montanha de luz” (item E).

Texto para as Questões 101 e 102.

TEXTO III: Pernambucano em Málaga

1 A cana doce de Málaga

dá domada, em cão ou gata:

deixam-na perto, sem medo,

4 quase vai dentro das casas.

É cana que nunca morde,

nem quando vê-se atacada:

7 não leva pulgas no pelo

nem, entre folhas, navalha.

A cana doce de Málaga

10 dá escorrida e cabisbaixa:

naquele porte enfezado

de crianças abandonadas.

13 As folhas dela já nascem

murchas de cor, como a palha:

ou a farda murcha dos órfãos,

16 desde novas, desbotadas.

A cana doce de Málaga

não é mar, embora em praias,

19 dá sempre em pequenas poças,

restos de uma onda recuada.

Em poças, não tem do mar

22 a pulsação dele, nata:

sim, o torpor surdo e lasso

que se vê na água estagnada.

25 A cana doce de Málaga

dá dócil, disciplinada:

dá em fundos de quintal

28 e podia dar em jarras.

Falta-lhe é a força da nossa,

criada solta em ruas, praças:

31 solta, à vontade do corpo,

nas praças das grandes várzeas.

João Cabral de Melo Neto. A educação pela pedra e outros poemas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 149-50.

101. (IRBr - 2010) Com relação ao poema, julgue C ou E.

1. ( ) O contraste entre a “cana de Málaga” e a “nossa” cana, explícito na última estrofe, é prenunciado pelo título do poema e pelas construções negativas usadas na caracterização da cana de Málaga.

2. ( ) A polissemia da palavra “doce” presta-se à construção do sentido global do poema, pois permite caracterizar tanto o sabor da cana como sua docilidade, sua brandura.

3. ( ) O ufanismo expresso na última estrofe é marca do estilo de época a que pertence o poema.

4. ( ) O poeta contrasta características do espaço geográfico da Espanha e do Brasil, para demonstrar que, neste país, as condições são mais favoráveis que naquele para o cultivo da cana-de-açúcar.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O título “Pernambucano em Málaga” deixa o leitor à espera de algum estranhamento, visto que o pernambucano está em espaço alheio. Quanto às construções negativas, o fato de apontar o que a cana de Málaga não é faz supor o que poderia ser, e o que ela poderia ser para o leitor depende de este ter um conceito anterior de “cana”.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A polissemia é a existência de dois ou mais significados para um vocábulo. No texto, admitem-se os dois sentidos para a palavra “doce”.

3. E - HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA - O texto, de João Cabral de Melo Neto, foi escrito na terceira geração modernista, que não se caracteriza pelo ufanismo. O ufanismo é marca do Romantismo, estilo literário do século XIX.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A cana de Málaga dá em quintais, em praias e até daria em jarras. A cana de Pernambuco dá em ruas, em praças, em várzeas. Não se estabelece no texto superioridade do Brasil sobre a Espanha no cultivo da cana.

102. (IRBr - 2010) Com relação ao poema apresentado, julgue C ou E.

1. ( ) No segundo verso do poema, a expressão “em cão ou gata” equivale semanticamente a como cão ou gata.

2. ( ) A forma “dá” é empregada no poema ora como verbo intransitivo, nos versos 19 e 27, por exemplo, ora como transitivo, nos versos 2 e 26.

3. ( ) O verso “naquele porte enfezado” (v.11) acrescenta circunstância de lugar ao fato expresso na terceira estrofe.

4. ( ) Na última estrofe, a forma verbal “é” foi empregada como palavra de realce.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Tanto quanto cães e gatas, a cana de Málaga é dócil e pode ficar próxima às casas e até entrar nelas.

2. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS E PREDICAÇÃO VERBAL - Nos versos 19 e 27, o verbo “dar” significa “nascer”, “brotar” e é acompanhado apenas de adjunto adverbial de lugar: “em pequenas poças” e “em fundos de quintal”. Trata-se de verbo intransitivo. Nos versos 2 e 26, também é intransitivo, pois designa uma ação e não dispõe de complemento verbal.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O verso “naquele porte enfezado” não expressa lugar, e sim modo.

4. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - A forma “é” pode ser suprimida sem causar alteração sintática nem semântica. É elemento enfático.

Texto para as Questões 103 e 104.

TEXTO IV

1 Que a obra de boa qualidade sempre se destaca é uma

afirmação sem valor, se aplicada a uma obra de qualidade

realmente boa e se por “destaca” quer-se fazer referência à

4 aceitação na sua própria época. Que a obra de boa qualidade

sempre se destaca, no curso de sua futuridade, é verdadeiro;

que a obra de boa qualidade mas de segunda ordem sempre se

7 destaca, na sua própria época, é também verdadeiro.

Pois como há de um crítico julgar? Quais as qualidades

que formam não o incidental, mas o crítico competente? Um

10 conhecimento da arte e da literatura do passado, um gosto

refinado por esse conhecimento, e um espírito judicioso e

imparcial. Qualquer coisa menos do que isto é fatal ao

13 verdadeiro jogo das faculdades críticas. (...)

Quão competente é, porém, o crítico competente?

Suponhamos que uma obra de arte profundamente original

16 surja diante de seus olhos. Como a julga ele? Comparando-a

com as obras de arte do passado. Se for original, afastar-se-á

em alguma coisa - e, quanto mais original, mais se afastará

19 - das obras de arte do passado. Na medida em que o fizer,

parecerá não se conformar com o cânone estético que o crítico

encontra firmado em seu pensamento. (...)

22 De todos os lados, ouvimos o clamor de que o nosso

tempo necessita de um grande poeta. O vazio central de todas

as modernas realizações é uma coisa mais para se sentir do

25 que para ser falada. Se o grande poeta tivesse de aparecer,

quem estaria presente para descobri-lo? Quem pode dizer se

ele já não apareceu? O público ledor vê, nos jornais, notícias

28 das obras daqueles homens cuja influência e camaradagens

tornaram-nos conhecidos, ou cuja secundariedade fez que

fossem aceitos pela multidão.

Fernando Pessoa. Fernando Pessoa - obras em prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 284-285.

103. (IRBr - 2010) Com relação a vocabulário e aspectos gramaticais do texto IV, julgue C ou E.

1. ( ) Seria mantida a correção gramatical do texto, caso fosse suprimido o acento indicativo de crase empregado em “à aceitação na sua própria época” (l.3-4).

2. ( ) Na frase “Quais as qualidades que formam não o incidental, mas o crítico competente?” (l.8-9), o emprego da palavra de realce “que” e a oposição estabelecida por “não..., mas” são recursos de ênfase.

3. ( ) se que a referência do sujeito elíptico de todas as orações do período iniciado por “Se for original” (l.17) corresponde à expressão “o crítico competente” (l.14).

4. ( ) O emprego do pronome “nos”, no segmento “tornaram-nos conhecidos” (l.29), evidencia que o autor do texto se inclui entre os homens “aceitos pela multidão” (l.30).

Resposta: 1. C - CRASE - O substantivo “aceitação” pode estar ou não acompanhado de artigo. Apenas a preposição “a” é obrigatória ao nome “referência”. A crase é, pois, facultativa.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - O “que” é palavra de realce. Queremos, no entanto, registrar que a sua supressão depende da supressão também do artigo “as”, que antecede “qualidades”. Quanto à passagem “não..., mas”, poderia também ser suprimida. Teríamos, então: “Quais qualidades formam o crítico competente?” São enfáticos os dois recursos apontados no item.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Todos os sujeitos elípticos do período se referem a “uma obra de arte profundamente original”, e não a “o crítico competente”.

4. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES OBLÍQUOS - O “nos” se refere a “homens” (l. 28) . Trata-se do pronome “os”, de terceira pessoa, ao qual foi acrescido um “n” porque o verbo se finaliza em fonemas nasais.

104. (IRBr - 2010) Acerca do texto IV e das ideias nele desenvolvidas, julgue C ou E.

1. ( ) O adjetivo “judicioso” (l.11), que significa o mesmo que opinioso, é empregado com sentido irônico no texto.

2. ( ) O autor enumera algumas qualidades necessárias ao exercício competente da crítica de arte e literatura, mas não suficientes para o julgamento de “uma obra de arte profundamente original” (l.15).

3. ( ) O autor mostra-se cético não apenas quanto à capacidade da crítica de reconhecer o “grande poeta” (l.23) de seu tempo, mas também quanto à modernidade.

4. ( ) Segundo o autor do texto, as obras de arte do passado não servem de parâmetro para a crítica, porque elas atenderam a cânones estéticos da época em que foram produzidas.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O adjetivo “judicioso” significa “acertado”, “sensato”, e não é usado ironicamente.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A enumeração das qualidades a que o item se refere é feita da linha 9 a 12. Para julgar uma obra de arte profundamente original, porém, essas características não são suficientes, o que afirma o terceiro parágrafo do texto.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No último parágrafo do texto, o autor diz que se costuma sentir falta de um grande poeta para o nosso tempo, que há um vazio central das modernas realizações. O grande poeta pode até existir e estar obscuro, seja por não haver crítico que o perceba; seja por, na modernidade, as pessoas só tomarem conhecimento da existência dos poetas que, pelas influências e camaradagens que garantem, a mídia se encarrega de divulgar; seja por a multidão apreciar exatamente o que é secundário.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 15 a 17, a passagem “Suponhamos que uma obra de arte profundamente original surja diante de seus olhos. Como a julga ele? Comparando-a com as obras de arte do passado” refuta o item.

Textos para as Questões 105, 106, 107, 108, 109 e 110.

TEXTO V

1 As turmas povoadoras que para lá [Acre] seguiam

deparavam com um estado social que ainda mais lhes

engravecia a instabilidade e a fraqueza. Aguardava-as, e ainda

4 as aguarda, a mais imperfeita organização do trabalho que

ainda engenhou o egoísmo humano.

Repitamos: o sertanejo emigrante realiza, ali, uma

7 anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem

que trabalha para escravizar-se. Ele efetua, à sua custa e de

todo em todo desamparado, uma viagem difícil, em que os

10 adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados

de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam

as mais das vezes em devedor para sempre insolvente.

13 A sua atividade, desde o primeiro golpe de

machadinha, constringe-se para logo num círculo vicioso

inaturável: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que

16 se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os

esforços e as fadigas para saldá-la.

E vê-se completamente só na faina dolorosa. A

19 exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho,

impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho.

Dostoiévski sombrearia as suas páginas mais lúgubres com

22 esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida

inteira a mesma “estrada”, de que ele é o único transeunte,

trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto

25 de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um

bloco o seu próprio corpo - partindo, chegando e partindo

- nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu

28 eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada

por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para

exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples

31 movimentos reflexos - se não o enrija uma sólida estrutura

moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as

esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade

34 que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca da

fortuna.

Euclides da Cunha, 1866-1909. Um clima caluniado (fragmento). Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes, Brasília, INL (Coleção Dimensões do Brasil, v.1), 1976, p. 131-132 (com adaptações).

TEXTO VI

1 Sobretudo naturalista e positivista, Euclides foi

rejeitado pelo Modernismo. A retórica do excesso, o registro

grandíloquo, o tom altíssono só poderiam ser avessos ao

4 espírito modernista. Acrescente-se a isso sua preocupação

com o uso de uma língua portuguesa castiça e até arcaizante,

ao tempo em que Mário de Andrade ameaçava todo mundo

7 com seu projeto de escrever uma Gramatiquinha da fala

brasileira.

No entanto, mal sabiam os modernistas que, em

10 Euclides, contavam com um abridor de caminhos. As

numerosas emendas a que submeteu as sucessivas edições de

Os sertões, enquanto viveu, apontam para um progressivo

13 abrasileiramento do discurso. No longo processo de emendar

seu próprio texto, a prosódia ia, aos poucos, sobrepujando a

ortoepia, esta, sim, portuguesa, mostrando que o ouvido do

16 autor ia desautorizando sua sintaxe e, principalmente, sua

colocação de pronomes anterior.

Ainda mais, o Modernismo daria continuidade a

19 algumas das preocupações de Euclides com os interiores do

país e com a repulsa à macaqueação europeia nos focos

populacionais litorâneos. Partilharia igualmente com ele a

22 reflexão sobre a especificidade das condições históricas do

país, na medida em que, já em Os sertões, Euclides realizara

um mapeamento de temas que se tornariam centrais na

25 produção intelectual e artística do século XX, ao analisar o

negro, o índio, os pobres, os sertanejos, a condição

colonizada, a religiosidade popular, as insurreições, o

28 subdesenvolvimento e a dependência. Aí fincaram suas raízes

não só o Modernismo, mas também o romance regionalista de

1930 e o nascimento das ciências sociais no país na década de

31 40 do século passado. Muitas dessas preocupações não eram,

evidentemente, exclusivas de Euclides, mas comuns às elites

ilustradas nas quais ele se integrava e das quais se destacou ao

34 escrever Os sertões.

Walnice Nogueira Galvão. Polifonia e paixão (fragmento). Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 28-29 (com adaptações).

105. (IRBr - 2010) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto V, assinale a opção correta.

A. As expressões “de todo em todo” (l.8-9) e “para logo” (l.14) poderiam ser substituídas por ao todo e logo mais, respectivamente, sem prejuízo para o conteúdo semântico do texto.

B. Depreende-se do texto que os sertanejos, desprotegidos, tornam-se devedores dos seus contratantes logo após terem iniciado o trabalho no seringal.

C. Ao afirmar que “Há um laivo siberiano naquele trabalho” (l.20), o autor compara o isolamento que o trabalho impõe ao sertanejo com o exílio a que foram submetidos intelectuais e políticos que se revoltaram contra o regime soviético em século passado.

D. Ao metaforizar o trabalho no seringal denominando-o “empresa de Sísifo” (l.25), o autor ressalta estar o sertanejo condenado a repetir, perpetuamente e sem alento, um labor penoso e embrutecedor.

E. Da argumentação do autor, no período final do texto, conclui-se que, dotados de firme espírito de luta, os sertanejos que trabalham na exploração da seringueira mantêm, durante a execução dessa atividade, a esperança e a motivação que os levaram a empreender a viagem em busca de riqueza.

Resposta: D

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “de todo em todo” significa “inteiramente”, “completamente”, “totalmente”, e a expressão “para logo”, “imediatamente”.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O sertanejo começa a dever ao contratante a partir dos adiantamentos que recebe para empreender viagem para o seringal.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor faz referência ao isolamento próprio da Sibéria, imposto pelas condições climáticas.

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo - partindo, chegando e partindo - nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros” (l. 25 a 28) confirma o item.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As últimas quatro linhas do texto refutam a afirmação do item: “...vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca da fortuna”.

106. (IRBr - 2010) Acerca de aspectos morfológicos e semânticos de vocábulos do texto V, julgue C ou E.

1. ( ) Os vocábulos “instabilidade” (l.3), “imperfeita” (l.4), “inçados” (l.10) e “impõe” (l.20) são formados por prefixo cujo valor semântico denota privação ou negação.

2. ( ) O vocábulo “inaturável” (l.15) é formado por derivação e tem o mesmo radical do vocábulo desnaturado.

3. ( ) Denomina-se prefixação o processo de formação dos seguintes vocábulos: “anomalia” (l.7), “alacridade” (l.33) e “arrebataram” (l.34).

4. ( ) O vocábulo “agravada” (l.28) tem o mesmo radical que os vocábulos gravidez e gravidade.

Resposta: 1. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - Apenas em “instabilidade” e em “imperfeita” há prefixo cujo valor semântico denota privação ou negação. O “im” de impõe não tem essa denotação, e a palavra “inçados” não contém prefixo.

2. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O vocábulo “inaturável” deriva de “aturar”, enquanto “desnaturado” deriva de “nato”.

3. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O vocábulo “alacridade”, que significa “alegria”, “entusiasmo”, não contém prefixo, e sim sufixo.

4. C - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS - Os três vocábulos derivam de “grave”.

107. (IRBr - 2010) A respeito das ideias, das estruturas linguísticas e da organização do texto VI, julgue C ou E.

1. ( ) No primeiro parágrafo do texto, são mencionadas características da obra de Euclides da Cunha que, segundo a autora, teriam ensejado a rejeição desse autor pelos escritores do Modernismo.

2. ( ) O período “No entanto, mal sabiam os modernistas que, em Euclides, contavam com um abridor de caminhos” (l.9-10) poderia ser reescrito, sem prejuízo para as informações do texto, da seguinte forma: Entretanto, não percebiam os modernistas que, em Euclides, tinham um precursor.

3. ( ) A recorrente citação de Os sertões, a descrição dos processos de reescritura dessa obra pelo autor e a enumeração dos temas nela abordados evidenciam que o objetivo central do texto VI é a reapresentação desse livro aos leitores.

4. ( ) Na oração “Partilharia igualmente com ele a reflexão sobre a especificidade das condições históricas do país” (l.21-23), a referência do sujeito elíptico é a expressão “o Modernismo” (l.18), e a do pronome “ele” é o termo “Euclides” (l.19).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Por ter sido naturalista e positivista e por ter usado linguagem grandíloqua, castiça, Euclides da Cunha não se enquadraria entre os modernistas, diz o primeiro parágrafo.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Entretanto “ e “no entanto” são conjunções adversativas e sinônimas. As substituições de “mal sabiam” por “não percebiam” e de “abridor de caminhos” por “precursor” são perfeitamente aceitáveis.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O objetivo central do texto VI é provar que Euclides da Cunha não se afastou completamente da modernidade. Sua linguagem evoluiu para construções menos castiças nas várias mudanças que impôs ao livro, e seu pensamento revelou tendências que vieram a se estabelecer até mesmo nas décadas de 30 e 40.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Para confirmar o item, basta ao leitor reler o trecho transcrito no item fazendo as substituições sugeridas: O Modernismo partilharia igualmente com Euclides a reflexão ...".

108. (IRBr - 2010) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto VI, assinale a opção correta.

A. No trecho "Acrescente-se a isso sua preocupação com o uso de uma língua portuguesa castiça e até arcaizante" (l.4-5), o termo sublinhado retoma o que se afirma no trecho imediatamente anterior: "só poderiam ser avessos ao espírito modernista" (l.3-4).

B. No período "No longo processo de emendar seu próprio texto, a prosódia ia, aos poucos, sobrepujando a ortoepia, esta, sim, portuguesa, mostrando que o ouvido do autor ia desautorizando sua sintaxe e, principalmente, sua colocação de pronomes anterior" (l.13-17), os pronomes sublinhados fazem referência a "prosódia" (l.14).

C. A oração "que se tornariam centrais na produção intelectual e artística do século XX" (l.24-25) tem, no período em que se insere, sentido explicativo.

D. Na linha 33, "nas quais" e "das quais" complementam formas verbais distintas.

E. A substituição da expressão "na medida em que" (l.23) por à medida que não traria prejuízo para o sentido do período em questão.

Resposta: D

A. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - O pronome sublinhado refere-se à retórica do excesso, ao registro grandíloquo e ao tom altíssono de Euclides da Cunha.

B. E - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - O pronome “esta” refere-se ao elemento mais próximo: à ortoepia. Os dois possessivos “sua” se referem ao texto de Euclides, que ele próprio altera.

C. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A oração é adjetiva restritiva.

D. C - REGÊNCIA - Ao verbo “integrar” se relaciona “nas quais”; ao “destacar” se relaciona “das quais”.

E. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DAS CONJUNÇÕES - A locução adverbial “na medida em que” é causal, sinônima de “porque”. Já “à medida que” é locução adverbial proporcional e significa “à proporção que”.

109. (IRBr - 2010) Com relação aos sentidos e a aspectos morfossintáticos do texto V e do texto VI, julgue C ou E.

1. ( ) No primeiro período do segundo parágrafo do texto V, o autor emprega o sinal de dois pontos, na linha 6, para indicar que pretende dar ênfase a uma assertiva e, na linha 7, para introduzir uma explicação do que considera ser “uma anomalia” (l.6-7).

2. ( ) No texto V, as formas verbais “constringe-se” (l.14) e “constrangido” (l.22) podem ser substituídas, respectivamente, por constrange-se e constringido, sem que se altere o sentido dos períodos em que se inserem.

3. ( ) A autora do texto VI sugere que Euclides da Cunha deveria ser incluído no elenco de escritores modernistas mais por ter adaptado, em suas obras, o discurso ao falar brasileiro do que por ter tratado de temas típicos do Modernismo.

4. ( ) No texto VI, o vocábulo “prosódia” (l.14) designa as características da emissão dos sons na fala, como acento e entonação.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A forma verbal “repitamos” confirma a importância do que será revelado depois dos dois-pontos e merece, pois, ser enfatizado. Depois, o autor ressalta que há “uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir”, causando ao leitor a curiosidade por conhecê-la e explicitando-a em seguida.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Constringir” significa “cingir”, “obrigar”, “apertar”. No texto, “constringe-se” significa “sufoca-se”, “prende-se”. “Constranger” significa “coagir”.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O segundo parágrafo comprova a afirmação do item.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No item, diz-se que o vocábulo prosódia “designa as características dos sons na fala, como acento e entonação”. Observemos que acento e entonação foram citados como exemplos do que a prosódia estudaria, o que significa que estudaria algo mais. Ela, no entanto, é a parte da Gramática que estuda a acentuação tônica. Outros estudos sobre as características dos sons na fala ficam por conta da ortoépia ou ortoepia, que cuida da correta pronunciação dos fonemas; e da fonética, que estuda as diferentes realizações e intensidades dessas realizações. Saber, por exemplo, que a sílaba tônica de “maquinaria” é a penúltima diz respeito à prosódia. Saber que a letra “x” em “máximo” representa o mesmo fonema que representa o “c” em “circo” diz respeito à ortoépia. Saber que a letra “s” no fim de sílaba é pronunciada diferentemente no Rio de Janeiro de como o é em São Paulo diz respeito à fonética. Não se pode, portanto, encarregar somente a prosódia do estudo das características dos sons na fala.

110. (IRBr - 2010) Com relação aos textos V e VI, julgue C ou E.

1. ( ) No texto V, o emprego de “engravecia” (l.3) e de “vão-se-lhe” (l.32) ilustra a afirmação da autora do texto VI a respeito da preocupação de Euclides da Cunha “com o uso de uma língua portuguesa castiça e até arcaizante” (l.5).

2. ( ) No texto V, a adjetivação recorrente e o recurso a referências eruditas na descrição do trabalho do sertanejo no seringal são exemplos de características do estilo euclidiano que, no entender da autora do texto VI, são avessas “ao espírito modernista” (l.3-4).

3. ( ) Por serem trechos de ensaios, os textos V e VI apresentam-se em linguagem desprovida de informalidade, predominando, no texto V, a função poética da linguagem e, no texto VI, a função conativa.

4. ( ) No texto V, corrobora-se a análise da autora do texto VI no que concerne às preocupações de Euclides da Cunha acerca das condições do interior do país.

Resposta: 1. C - VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS/CLASSES GRAMATICAIS - COLOCAÇÃO DOS PRONOMES - No Brasil, usa-se “agravava” em vez de “engravecia”, e o uso de duas formas pronominais ligadas a um só verbo é raro.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA - A adjetivação e as comparações euclidianas exigem do leitor conhecimento histórico, geográfico, antropológico, sociológico e outros. O Modernista preferia expor em seus escritos elementos de alcance popular e contemporâneos, abdicando das referências eruditas.

3. E - FUNÇÕES DA LINGUAGEM - Predomina no texto V a função referencial, informativa, com passagens que exploram também a função poética, como no último período do texto, onde é notável o polissíndeto. No texto VI, embora haja uma intenção da ensaísta de fazer o leitor acatar sua tese, o que configura de algum modo a função conativa, as funções predominantes são a referencial, dada o grau de informatividade sobre o escrito de Euclides, e a metalinguística, dada a reflexão necessária sobre o trato que ele dá à linguagem e sobre suas tendências temáticas.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto V consiste em uma denúncia da imperfeita organização do trabalho nos seringais do Acre. O autor se afasta dos grandes centros para

concentrar-se no interior do país, confirmando uma característica que a autora do texto VI aponta como dele e dos modernistas.

Texto para a Questão 111.

1 Através de grossas portas,

sentem-se luzes acesas,

- e há indagações minuciosas

4 dentro das casas fronteiras:

olhos colados aos vidros,

mulheres e homens à espreita,

7 caras disformes de insônia,

vigiando as ações alheias.

Pelas gretas das janelas,

10 pelas frestas das esteiras,

agudas setas atiram

a inveja e a maledicência.

13 Palavras conjeturadas

oscilam no ar de surpresa,

como peludas aranhas

16 na gosma das teias densas,

rápidas e envenenadas,

engenhosas, sorrateiras.

19 Atrás de portas fechadas,

à luz de velas acesas,

brilham fardas e casacas,

22 junto com batinas pretas.

Uns são reinóis, uns, mazombos;

e pensam de mil maneiras;

25 mas citam Vergílio e Horácio,

e refletem, e argumentam,

falam de minas e impostos,

28 de lavras e de fazendas,

de ministros e rainhas

e das colônias inglesas.

31 Atrás de portas fechadas,

à luz de velas acesas,

entre sigilo e espionagem,

34 acontece a Inconfidência.

E diz o Vigário ao Poeta:

“Escreva-me aquela letra

37 do versinho de Vergílio...”

E dá-lhe o papel e a pena.

E diz o Poeta ao Vigário,

40 com dramática prudência:

“Tenha meus dedos cortados,

antes que tal verso escrevam...”

43 LIBERDADE, AINDA QUE TARDE,

ouve-se em redor da mesa.

E a bandeira já está viva,

46 e sobe, na noite imensa.

E os seus tristes inventores

já são réus - pois se atreveram

49 a falar em Liberdade

(que ninguém sabe o que seja).

E a vizinhança não dorme:

52 murmura, imagina, inventa.

Não fica bandeira escrita,

mas fica escrita a sentença.

Cecília Meireles. Romanceiro da Inconfidência. Obra poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, p. 450-452 (com adaptações).

111. (IRBr - 2011) Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) Entende-se da leitura do poema que os inconfidentes foram sentenciados por atuarem contra os interesses da Coroa portuguesa, mas não por haverem registrado, na bandeira criada, o anseio por liberdade.

2. ( ) Nos dois primeiros versos, o eu lírico alude ao sigilo dos inconfidentes por meio de paradoxo e sinestesia.

3. ( ) No trecho "Uns são reinóis, uns, mazombos;/e pensam de mil maneiras;/mas citam Vergílio e Horácio,/e refletem, e argumentam," (v.23-26), fica evidenciado que, independentemente da origem social, os inconfidentes compartilhavam o mesmo grau de erudição.

4. ( ) Da leitura da quarta estrofe (v.35-50) depreende-se que a palavra liberdade é o fulcro vital da bandeira dos inconfidentes e representa a finalidade do engajamento político daquele grupo.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os versos 45 a 50 revelam que a sentença dos inconfidentes teve como motivação o fato de falarem em liberdade.

2. C - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM - O paradoxo consiste em uma antítese absurda. Como sentir luzes acesas através de grossas portas? A sinestesia se deve à junção de sensações diversas. Nos versos, tato (sentem-se), visão (luzes).

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O fato de os inconfidentes citarem Vergílio e Horácio não é suficiente para se deduzir que os inconfidentes tenham o mesmo grau de erudição. É preciso considerar ainda que uns são reinóis e outros são mazombos.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Embora não fosse prudente escrever o verso de Vergílio, vê-se que tanto o vigário como o poeta e os demais participantes da reunião tinham o desejo de liberdade: "LIBERDADE, AINDA QUE TARDE, ouve-se em redor da mesa".

Texto para as Questões 112, 113 e 114.

1 Ainda que se soubessem todas as palavras de cada
figura da Inconfidência, nem assim se poderia fazer com o
seu simples registro uma composição da arte. A obra de arte
4 não é feita de tudo - mas apenas de algumas coisas
essenciais. A busca desse essencial expressivo é que constitui
o trabalho do artista. Ele poderá dizer a mesma verdade do
7 historiador, porém de outra maneira. Seus caminhos são
outros, para atingir a comunicação. Há um problema de
palavras. Um problema de ritmos. Um problema de
10 composição. Grande parte de tudo isso se realiza, decerto,
sem inteira consciência do artista. É a decorrência natural da
sua constituição, da sua personalidade - por isso, tão difícil
13 se torna quase sempre a um criador explicar a própria
criação. No caso, porém, de um poema de mais objetividade,
como o Romanceiro, muitas coisas podem ser explicadas,
16 porque foram aprendidas, à proporção que ele se foi
compondo.
Digo “que ele se foi compondo” e não “que foi
19 sendo composto”, pois, na verdade, uma das coisas que pude
observar melhor que nunca, ao realizá-lo, foi a maneira por

que um tema encontra sozinho ou sozinho impõe seu ritmo,

22 sua sonoridade, seu desenvolvimento, sua medida.

O Romanceiro foi construído tão sem normas

preestabelecidas, tão à mercê de sua expressão natural que

25 cada poema procurou a forma condizente com sua

mensagem. A voz irreprimível dos fantasmas, que todos os

artistas conhecem, vibra, porém, com certa docilidade, e

28 submete-se à aprovação do poeta, como se realmente, a cada

instante, lhe pedisse para ajustar seu timbre à audição do

público. Porque há obras que existem apenas para o artista,

31 desinteressadas de transmissão; outras que exigem essa

transmissão e esperam que o artista se ponha a seu serviço,

para alcançá-la. O Romanceiro é desta segunda espécie.

34 Quatro anos de quase completa solidão - numa

renúncia total às mais sedutoras solicitações, entre livros de

toda espécie relativos ao especializadamente século 18 -

37 ainda pareceram curtos demais para uma obra que se

desejava o menos imperfeita possível, porque se impunha,

acima de tudo, o respeito por essas vozes que falavam, que se

40 confessavam, que exigiam, quase, o registro da sua história.

E era uma história feita de coisas eternas e

irredutíveis: de ouro, amor, liberdade, traições...

43 Mas porque esses grandiosos acontecimentos já

vinham preparados de tempos mais antigos e foram o

desfecho de um passado minuciosamente construído - era

46 preciso iluminar esses caminhos anteriores, seguir o rastro do

ouro que vai, a princípio como o fio de um colar, ligando

cenas e personagens, até transformar-se em pesada cadeia que

49 prende e imobiliza num destino doloroso.

Cecília Meireles. Como escrevi o Romanceiro da Inconfidência.
Romanceiro da Inconfidência. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005,
p. XVI-XVII (com adaptações).

112. (IRBr - 2011) Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto, extraído da obra de Cecília Meireles, na qual a autora explica a criação do Romanceiro da Inconfidência, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) No trecho “o rastro do ouro que vai, a princípio como o fio de um colar, ligando cenas e personagens, até transformar-se em pesada cadeia que prende e imobiliza num destino doloroso” (l.46-49), verifica-se gradativa intensificação das ações nele relatadas, expressa pelo emprego da locução com verbo no gerúndio e de preposição que denota limite, e, tal como ocorre no trecho “que falavam, que se confessavam, que exigiam, quase, o registro da sua história” (l.39-40), pela ordem em que se apresentam os núcleos verbais que constituem as orações adjetivas.

2. ( ) Da leitura do primeiro parágrafo do texto depreende-se que, para a autora, não foi tão difícil explicar a criação do Romanceiro da Inconfidência quanto geralmente é difícil para os artistas explicar a criação de suas obras menos objetivas. Isso se explica porque o Romanceiro da Inconfidência, dado o tema, apresenta não só o “essencial expressivo”, mas também aspectos objetivos.

3. ( ) São pertinentes as seguintes inferências a partir da pontuação e dos mecanismos de coesão empregados no período entre as linhas 26 e 30: entre todos os fantasmas, alguns são conhecidos por todos os artistas, e o poeta harmoniza, a todo momento, o timbre de sua voz à audiência.

4. ( ) Depreende-se da leitura do texto que a autora colocou-se a serviço da obra, cabendo-lhe adequar a mensagem à forma, uma vez que o tema impunha seu próprio desenvolvimento.

Resposta: 1. C - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM/CLASSES GRAMATICAIS - VERBO E PREPOSIÇÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A locução “vai ligando” e a preposição “até”, que denota limite, contribuem para instituir uma gradação (de “um rastro de ouro”, “como o fio de um colar” até “pesada cadeia”). Também ocorre gradação entre as ações de falar, confessar e exigir, constantes de orações subordinadas adjetivas.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 14 a 17, confirma-se a veracidade do item, quando diz a autora: “No caso, porém, de um poema de mais objetividade, como o Romanceiro, muitas coisas podem ser explicadas...”.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/PONTUAÇÃO/COERÊNCIA E COESÃO - Não se diz no texto que só alguns fantasmas são conhecidos pelos artistas. Fala-se dos fantasmas de modo geral. Além disso, no texto, deixa-se claro que o poeta harmoniza o timbre da voz dos fantasmas à audição do público, mas, no item, não se sabe se o timbre a ajustar é o da voz do poeta ou o da voz dos fantasmas. Há ambiguidade.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 25 e 26 (“cada poema procurou a forma condizente com sua mensagem”), percebe-se o oposto do que se diz no item.

113. (IRBr - 2011) Considerando as relações morfossintáticas no texto bem como os recursos estilísticos nele empregados, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) No texto, as formas verbais “encontra” (l.21), “falavam” (l.39) e “prende” (l.49) são intransitivas.

2. ( ) Os termos “uma composição da arte” (l.3) e “a mesma verdade do historiador” (l.6-7) exercem, na oração em que se inserem, função de complemento verbal.

3. ( ) Os vocábulos “decorrência” (l.11), “condizente” (l.25) e “irreprimível” (l.26) regem termos que lhes complementam, necessariamente, o sentido.

4. ( ) O trecho “uma obra que se desejava o menos imperfeita possível” (l.37-38) poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical ou de sentido para o texto, da seguinte maneira: uma obra que era desejada a menos possível imperfeita.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - PREDICAÇÃO VERBAL - As formas verbais “encontra” (linha 21), “falavam” (linha 39) e “prende” (linha 49) são respectivamente transitiva direta (com os objetos diretos “seu ritmo”, “sua sonoridade”, “seu desenvolvimento”, “sua medida”), transitiva direta (como objeto direto “o registro da sua história”) e transitiva indireta (com o objeto indireto “num destino doloroso”).

2. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O termo “uma composição da arte” (linha 3) é sujeito de uma voz passiva sintética. O termo “a mesma verdade do historiador” é objeto direto do verbo “dizer”.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Os vocábulos “decorrência” (linha 11) e “condizente” (linha 25) regem respectivamente os termos “da sua constituição” e “da sua personalidade” (complementos nominais), “com sua mensagem” (complemento nominal). Mas “irreprimível” (linha 26) nenhum outro termo rege no contexto. É adjunto adnominal de “voz”, tanto quanto “dos fantasmas”.

4. E - COERÊNCIA E COESÃO - O adjetivo “imperfeita” deve ficar após o advérbio de intensidade “menos”. A sintaxe de colocação assim o exige.

114. (IRBr - 2011) Assinale a opção em que os dois trechos extraídos do texto apresentam, respectivamente, linguagem predominantemente denotativa e linguagem predominantemente conotativa.

A. “Quatro anos de quase completa solidão - numa renúncia total às mais sedutoras solicitações, entre livros de toda espécie relativos ao especializadamente século 18 - ainda pareceram curtos demais para uma obra que se desejava o menos imperfeita possível” (l.34-38)/“Mas porque esses grandiosos acontecimentos já vinham preparados de tempos mais antigos e foram o desfecho de um passado minuciosamente construído.” (l.43-45)

B. “A obra de arte não é feita de tudo - mas apenas de algumas coisas essenciais” (l.3-5)/“Grande parte de tudo isso se realiza, decerto, sem inteira consciência do artista.” (l.10-11)

C. “porque se impunha, acima de tudo, o respeito por essas vozes que falavam, que se confessavam, que exigiam, quase, o registro da sua história” (l.38-40)/“É a decorrência natural da sua constituição, da sua personalidade - por isso, tão difícil se torna quase sempre a um criador explicar a própria criação.” (l.11-14)

D. “A voz irreprimível dos fantasmas, que todos os artistas conhecem, vibra, porém, com certa docilidade, e submete-se à aprovação do poeta, como se realmente, a cada instante, lhe pedisse para ajustar seu timbre à audição do público” (l.26-30)/“E era uma história feita de coisas eternas e irredutíveis: de ouro, amor, liberdade, traições.” (l.41-42)

E. “No caso, porém, de um poema de mais objetividade, como o Romanceiro, muitas coisas podem ser explicadas” (l.14-15)/“era preciso iluminar esses caminhos anteriores, seguir o rastro do ouro que vai, a princípio como o fio de um colar, ligando cenas e personagens, até transformar-se em pesada cadeia que prende e imobiliza num destino doloroso.” (l.45-49)

Resposta: E - DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

A a E - Dois trechos a avaliar em cada item - A denotação consiste em linguagem literal ou muito próxima do literal. Ocorre na questão na primeira passagem dos itens A, B e E e na segunda dos itens A, B e C. A linguagem conotativa é figurada e se distancia substancialmente do literal. Ocorre na questão na primeira passagem dos itens C e D e na segunda passagem dos itens D e E. O item E é o único que apresenta a linguagem denotativa em seu primeiro trecho e a conotativa em seu segundo trecho.

Texto para as Questões 115, 116 e 117.

1 Poucos depoimentos eu tenho lido mais emocionantes

que o artigo-reportagem de Oscar Niemeyer sobre sua

experiência em Brasília. Para quem conhece apenas o arquiteto,

4 o artigo poderá passar por uma defesa em causa própria - o

revide normal de um pai que sai de sua mansidão costumeira
para ir brigar por um filho em quem querem bater. Mas, para
7 quem conhece o homem, o artigo assume proporções
dramáticas. Pois Oscar é não só o avesso do causídico, como
um dos seres mais antiautopromocionais que já conheci em
10 minha vida.
Sua modéstia não é, como de comum, uma forma
infame de vaidade. Ela não tem nada a ver com o conhecimento
13 realista - que Oscar tem - de seu valor profissional e de suas
possibilidades. É a modéstia dos criadores verdadeiramente
integrados com a vida, dos que sabem que não há tempo a
16 perder, é preciso construir a beleza e a felicidade no mundo,
por isso mesmo que, no indivíduo, é tudo tão frágil e precário.
Oscar não acredita em Papai do Céu, nem que estará
19 um dia construindo brasílias angélicas nas verdes pastagens do
Paraíso. Põe ele, como um verdadeiro homem, a felicidade do
seu semelhante no aproveitamento das pastagens verdes da
22 Terra; no exemplo do trabalho para o bem comum e na criação
de condições urbanas e rurais, em estreita intercorrência, que
estimulem e desenvolvam este nobre fim: fazer o homem feliz

25 dentro do curto prazo que lhe foi dado para viver.

Eu acredito também nisso, e quando vejo aquilo em

que creio refletido num depoimento como o de Oscar

28 Niemeyer, velho e querido amigo, como não me emocionar?

Vinicius de Moraes. Para viver um grande amor. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982, p. 134-135 (com adaptações).

115. (IRBr - 2011) Com relação às ideias desenvolvidas no texto, assinale a opção correta.

A. Vinicius de Moraes, na condição de causídico de Oscar Niemeyer, alerta para a injusta ausência de reconhecimento da capacidade de luta do arquiteto para a implementação de projetos que visem ao bem comum, dos quais a construção de Brasília é exemplo.

B. Infere-se do texto que Oscar Niemeyer, em razão das severas críticas a seu trabalho arquitetônico realizado em Brasília, contrariou sua “mansidão costumeira” e escreveu um artigo em que faz a apologia da obra criada nessa cidade.

C. Vinicius de Moraes atribui a emoção nele despertada pela leitura do mencionado artigo-reportagem não só à forma dramática de relato dos fatos, mas, principalmente, à afinidade entre ele e Niemeyer no que concerne a crenças sobre a vida e a morte, parte delas referidas no depoimento do amigo Oscar.

D. Por ser um indivíduo consciente de sua fragilidade e da precariedade de ser mortal, Oscar Niemeyer, segundo afirma Vinicius de Moraes, manifesta modéstia incomum, desprovida de hipocrisia.

E. Vinicius de Moraes ressalta a conduta de Niemeyer, que, fundamentada em concepção materialista e visão social de seu trabalho, está pautada na busca de condições sociais benéficas para os cidadãos.

Resposta: E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO

A. E - Não se diz no texto que Niemeyer precisou defender sua capacidade de luta para a implementação de seus projetos. Sugere-se, no primeiro parágrafo, que ele precisou defender o projeto da construção de Brasília em artigo-reportagem.

B. E - A metáfora “pai que sai de sua mansidão costumeira para ir brigar por um filho em quem querem bater” (linhas 5 e 6) sugere que Niemeyer (o pai, o criador) precisou defender seu projeto arquitetônico, mas nada há no texto que permita inferir que o arquiteto tenha feito a apologia do projeto.

C. E - Vinicius e Niemeyer, conforme o terceiro parágrafo, acreditam que o homem deve ser feliz na Terra e que o trabalho deva contribuir para o bem comum nos meios urbano e rural. A descoberta dessa afinidade durante a leitura do artigo é que emocionou o poeta.

D. E - Niemeyer não desejava perder tempo, pois sabia que tudo no indivíduo é frágil e precário e é preciso construir a beleza e a felicidade no mundo. Sua modéstia vinha da sua necessidade de integração com a vida.

E. C - Das linhas 20 a 25, configura-se a correção do item. Elas tratam do trabalho para o bem comum no meio urbano e rural e da felicidade dos cidadãos, que precisam conquistá-la de imediato, afastando-se de projetá-la para depois da morte.

116. (IRBr - 2011) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos às estruturas linguísticas do texto.

1. ( ) Ao empregar as expressões “Papai do Céu” (l.18) e “verdes pastagens do Paraíso” (l.19-20), o autor do texto demonstra neutralidade em relação ao universo de crenças que elas representam.

2. ( ) O emprego de adjetivos no grau superlativo absoluto, como “mais emocionantes” (l.1), “mais antiautopromocionais” (l.9), “tão frágil e precário” (l.17), produz o efeito de exaltação da superioridade dos atributos

técnico e criativo de Oscar Niemeyer em relação a outros brasileiros notáveis.

3. ( ) O uso da expressão “mais antiautopromocionais” (l.9) indica a opção do autor do texto por forma prolixa, dada a presença de dois prefixos no vocábulo adjetivo, em detrimento da concisão que seria proporcionada pela escolha da forma equivalente menos autopromocional, a qual manteria o efeito retórico desejado.

4. ( ) No texto, a linguagem foi empregada predominantemente em suas funções emotiva e poética.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor assume tom irônico ao usar as duas expressões. Desse modo, não existe neutralidade.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - ADJETIVO (GRAUS) - Em “mais emocionantes” e em “mais autopromocionais”, o grau não é superlativo absoluto, visto que, no primeiro caso, são comparados artigos já lidos por Vinicius a artigo de Niemeyer e, no segundo, relaciona-se Niemeyer aos demais conhecidos do poeta. Os graus são, respectivamente, comparativo de superioridade e superlativo relativo de superioridade. O grau superlativo absoluto faz referência a um ser ou a um grupo de seres sem considerar outro(s). Na linha 17 é que ocorre, em sua forma analítica (com advérbio de intensidade) o grau absoluto: “tão frágil e precário”.

3. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS - O fato de ter usado dois prefixos (“-anti” e “-auto”) para um só radical evita que o autor precise usar uma expressão que traduza o significado do prefixo “-anti” (“avesso a”, por exemplo) ou o advérbio “menos”, que soaria estranho após o já existente advérbio “mais”. A sua atitude foi concisa, e não prolixa.

4. C - OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO, A LINGUAGEM E SUAS FUNÇÕES - A forma como Vinicius de Moraes se refere a Niemeyer demonstra a tendência a expressar o próprio modo de pensar. Nas linhas 26 a 28, é nítida a tendência emotiva, expressiva. As metáforas que

ocorrem ao longo do texto e as imagens produzidas, por sua vez, configuram a função poética.

117. (IRBr - 2011) Acerca dos mecanismos de coesão empregados no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) A elipse em “nem que estará” (l.18) e o emprego do pronome anafórico “ele” (l.20) são mecanismos de coesão utilizados para referenciar o substantivo “Oscar” (l.18).

2. ( ) Na linha 3, o vocábulo “arquiteto” retoma por substituição o nome próprio “Oscar Niemeyer”, empregado na linha 2, mecanismo que corresponde a uma variedade de metonímia e por meio do qual se evita a repetição de vocábulo.

3. ( ) O período que finaliza o primeiro parágrafo está na ordem inversa, como indica o emprego inicial da conjunção “Pois”, que introduz uma oração subordinada anteposta à oração principal.

4. ( ) Dada a propriedade que assume o pronome “este” nos mecanismos coesivos empregados no trecho “que estimulem e desenvolvam este nobre fim” (l.23-24), não é facultada a seguinte reescrita: que estimulem este nobre fim e o desenvolvam.

Resposta: 1. C - COERÊNCIA E COESÃO - O sujeito elíptico recupera o da oração anterior (“Oscar”). O “ele” também o recupera, sendo, anafórico, já que se refere a elemento anterior.

2. E - COERÊNCIA E COESÃO/FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM - A perífrase “o arquiteto” se refere a Niemeyer, mas, desde a linha 7 até a linha 8, percebe-se que este é dividido no parágrafo em “o arquiteto” e “o homem”. Assim, o termo “o arquiteto” não retoma sozinho “Oscar Niemeyer”.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES, CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - A ordem é direta. Inicia-se por uma oração que explica a frase anterior e finaliza-se por outra que é aditiva.

4. C - COERÊNCIA E COESÃO - O nobre fim a que se refere o pronome “este” é “fazer o homem feliz dentro do curto prazo que lhe foi dado para viver”. O pronome “este” é, pois, catafórico. Refere-se a elemento posterior. O pronome “o” não pode fazer referência catafórica. Não se pode, então, aceitar a construção “... que estimulem este nobre fim e o desenvolvam”.

Textos para a Questão 118.

Texto I

1 Não é o ângulo reto que me atrai

nem a linha reta, dura, inflexível,

criada pelo homem.

4 O que me atrai é a curva livre e sensual,

a curva que encontro nas montanhas do meu país,

no curso sinuoso dos seus rios,

7 nas ondas do mar,

no corpo da mulher preferida.

De curvas é feito todo o universo

10 o universo curvo de Einstein.

Oscar Niemeyer. Minha arquitetura - 1937-2005. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p. 339.

Texto II: Autodefinição

1 Na folha branca do papel faço o meu risco.

Retas e curvas entrelaçadas,

E prossigo atento e tudo arrisco

4 Na procura das formas desejadas.

São templos e palácios soltos pelo ar.

Pássaros alados, o que você quiser.

7 Mas se os olhar um pouco devagar,

Encontrará, em todos, os encantos da mulher.

Deixo de lado o sonho que sonhava.

10 A miséria do mundo me revolta.

Quero pouco, muito pouco, quase nada.

A arquitetura que faço não importa.

13 O que eu quero é a pobreza superada,

A vida feliz, a pátria mais amada.

Idem, p. 347.

118. (IRBr - 2011) Com referência às estruturas linguísticas e aos sentidos dos textos I e II, assinale a opção correta.

A. No texto II, os adjetivos “branca” (v. 1) e “atento” (v. 3) exercem a mesma função sintática que os adjetivos “superada”, “feliz” e “amada”, empregados na última estrofe.

B. No primeiro verso do texto I, o pronome “que” retoma a expressão “o ângulo reto” e introduz oração adjetiva que restringe o sentido dessa expressão.

C. Com base no emprego dos sinais de pontuação no texto I, depreende-se que, para o autor do poema, toda linha reta criada pelo homem é dura e

inflexível, e nem toda curva é livre e sensual.

D. No texto I, o arquiteto esclarece que as curvas estão presentes em qualquer universo, inclusive no universo abstrato da ciência, conforme formulação de Einstein.

E. No poema Autodefinição, o arquiteto expressa sua recusa em detalhar elementos relevantes para a interpretação de sua obra, como evidencia o trecho “o que você quiser” (v.6), e confidencia que a revolta diante da miséria fez que ele abandonasse o devaneio, a utopia.

Resposta: C

A. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - No texto II, dos adjetivos “branca” (v. 1), “atento” (v. 3), “superada” (v. 13), “feliz” (v. 14) e “amada” (v. 14), o segundo tem função sintática diferente da dos demais. Trata-se de um predicativo do sujeito. Os outros são adjuntos adnominais.

B. E - COERÊNCIA E COESÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A expressão “é que” é um realce da construção. O “que” não inicia oração restritiva.

C. C - PONTUAÇÃO - No verso 2, a vírgula após “inflexível” antecede a uma oração adjetiva explicativa, e não a uma restritiva. Assim, generaliza-se em vez de restringir-se. No verso 4, a inexistência de vírgula após “curva” restringe a curva, sugerindo haver outras em diferentes condições, nem livres, nem sensuais.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto afirma que há curvas em todo o universo. Não faz menção à existência de curvas em qualquer universo. Refere-se ao universo como único.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O poeta revela que “tudo” pode haver em seu traçado: templos, palácios, pássaros, os encantos da mulher e o que mais a imaginação do espectador permitir. De repente, afasta-se de sua criação para se concentrar na realidade do mundo: a miséria. Superar essa miséria não lhe parece utopia,

devaneio. Deseja a felicidade, o amor à pátria e considera sua arquitetura menos importante que essas conquistas.

Texto para a Questão 119.

Carta para Antonio Carlos Jobim

Porto do Havre [França], 7 de setembro de 1964

Tomzinho querido,

1 Estou aqui num quarto de hotel que dá para uma

praça que dá para toda a solidão do mundo. São dez horas da

noite e não se vê viv'alma. Meu navio só sai amanhã à tarde,

4 e é impossível alguém estar mais triste do que eu. E, como

sempre nestas horas, escrevo para você cartas que nunca

mando.

7 Deixei Paris para trás com a saudade de um ano de

amor, e pela frente tenho o Brasil, que é uma paixão

permanente em minha vida de constante exilado. A coisa ruim

10 é que hoje é 7 de setembro, a data nacional, e eu sei que em

nossa embaixada há uma festa que me cairia muito bem, com

o Baden Powell mandando brasa no violão. Há pouco

13 telefonei para lá, para cumprimentar o embaixador, e veio

todo mundo ao telefone.

Você já passou um 7 de setembro, Tomzinho,

16 sozinho, num porto estrangeiro, numa noite sem qualquer

perspectiva? É fogo, maestro!

Vinicius de Moraes. Querido poeta. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, organização de Ruy Castro, p. 303-304 (com adaptações).

119. (IRBr - 2011) Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos às ideias do texto acima.

1. ( ) Pelo emprego da expressão “todo mundo” (l.14), pressupõe-se que, além do embaixador, outros amigos e colegas de trabalho de Vinicius de Moraes, sem que se possa saber quantos, telefonaram-lhe do Brasil.

2. ( ) Infere-se da carta de Vinicius de Moraes a Antonio Carlos Jobim que o poeta brasileiro, também diplomata, estava em missão profissional na cidade do Havre por ocasião de uma data nacional brasileira, embora manifestasse preferência por estar em outro lugar.

3. ( ) Na carta a Antonio Carlos Jobim, a menção a correspondências que nunca eram enviadas sugere que havia temas confidenciais que só poderiam ser tratados pelo remetente e pelo destinatário da carta de 7 de setembro de 1964 em encontro pessoal.

4. ( ) O emprego, no texto, das expressões coloquiais “cairia muito bem” (l.11) e “mandando brasa” (l.12) indica a informalidade com que Vinicius de Moraes escreve a seu destinatário.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Vinicius de Moraes é que telefonou à Embaixada e falou com várias pessoas.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há indícios no texto de que o poeta estivesse em missão diplomática na França.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O poeta diz ter escrito cartas a Tom Jobim em momentos de tristeza. Não há

sugestão de que havia temas confidenciais a tratar.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os termos “cairia muito bem” e “mandando brasa” são algumas das expressões de oralidade do texto. O tratamento é informal, como atestam tais expressões, além de “Tomzinho querido”, “todo mundo” e “É fogo, maestro!”.

Texto para as Questões 120, 121 e 122.

1 Deixei os braços pousarem na madeira inchada e

úmida, abri um pouco a janela a pensar que isso de olhar a

chuva de frente podia abrandar o ritmo dela, ouvi lá embaixo,

4 na varanda, os passos da avó Agnette, que se ia sentar na

cadeira da varanda a apanhar ar fresco, senti que despedir-me

da minha casa era despedir-me dos meus pais, das minhas

7 irmãs, da avó e era despedir-me de todos os outros: os da minha

rua, senti que rua não era um conjunto de casas mas uma

multidão de abraços, a minha rua, que sempre se chamou

10 Fernão Mendes Pinto, nesse dia ficou espremida numa só

palavra que quase me doía na boca se eu falasse com palavras

de dizer: infância.

13 A chuva parou. O mais difícil era saber parar as

lágrimas.

O mundo tinha aquele cheiro da terra depois de

16 chover e também o terrível cheiro das despedidas. Não gosto de

despedidas porque elas têm esse cheiro de amizades que se

transformam em recordações molhadas com bué de lágrimas.

19 Não gosto de despedidas porque elas chegam dentro de mim

como se fossem fantasmas mujimbeiros* que dizem segredos

do futuro que eu nunca pedi a ninguém para vir soprar no meu

22 ouvido de criança.

Desci. Sentei-me perto, muito perto da avó Agnette.

Ficamos a olhar o verde do jardim, as gotas a

25 evaporarem, as lesmas a prepararem os corpos para novas

caminhadas. O recomeçar das coisas.

- Não sei onde é que as lesmas sempre vão, avó.

28 - Vão pra casa, filho.

- Tantas vezes de um lado para o outro?

- Uma casa está em muitos lugares - ela respirou

31 devagar, me abraçou. - É uma coisa que se encontra.

*Mujimbeiro: fofoqueiro.

Ondjaki. Os da minha rua. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007, p. 145-146 (com adaptações).

120. (IRBr - 2011) Assinale a opção em que a interpretação apresentada, com relação ao estado de espírito do narrador do texto, está de acordo com

o que se pode depreender do parágrafo indicado.

A. Quinto parágrafo: entusiasmo na contemplação gratuita da natureza.

B. Primeiro parágrafo: regozijo diante do início de uma nova fase da vida.

C. Segundo parágrafo: tristeza por não conseguir conter o choro.

D. Terceiro parágrafo: desconforto ao ter de lidar com um momento de ruptura.

E. Quarto parágrafo: insegurança por ser obrigado a se afastar da família.

Resposta: D

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há entusiasmo na contemplação da natureza. O narrador-personagem está triste.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há rigozijo diante do início de uma nova fase da vida, e sim tristeza da despedida de deixar a casa da família.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A tristeza não era consequência de o personagem não conseguir conter o choro, e sim causa dessa dificuldade.

D. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O personagem temia o momento da despedida, muito desconfortável para ele: “O mundo tinha aquele cheiro de terra depois de chover e também o terrível cheiro das despedidas”.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto não informa as razões do afastamento do personagem. O fato de se sentar muito próximo à avó denota antecipação de sua saudade, tristeza. Afirmar a existência de insegurança seria extrapolar a interpretação que se deve fazer do texto.

121. (IRBr - 2011) A respeito do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) No trecho “Não gosto de despedidas porque elas chegam dentro de mim como se fossem fantasmas mujimbeiros que dizem segredos do futuro que eu nunca pedi a ninguém para vir soprar no meu ouvido de criança” (l.19-22), o narrador apresenta, por meio de uma comparação, uma das razões de não gostar de despedidas, caracterizando, de forma restritiva, o elemento com que compara as despedidas.

2. ( ) Os sentidos e a correção gramatical do primeiro parágrafo do texto seriam mantidos e as relações sintáticas estariam bem identificadas caso o autor tivesse adotado, nesse trecho, a seguinte pontuação: Deixei os braços pousarem na madeira inchada e úmida; abri um pouco a janela, a pensar que isso de olhar a chuva de frente podia abrandar o ritmo dela; ouvi, lá embaixo, na varanda, os passos da avó Agnette, que se ia sentar na cadeira da varanda a apanhar ar fresco; senti que despedir-me da minha casa era despedir-me dos meus pais, das minhas irmãs, da avó e era despedir-me de todos os outros: os da minha rua; senti que rua não era um conjunto de casas, mas uma multidão de abraços; a minha rua, que sempre se chamou Fernão Mendes Pinto, nesse dia, ficou espremida numa só palavra que quase me doía na boca se eu falasse com palavras de dizer: infância.

3. ( ) Do trecho “a minha rua, que sempre se chamou Fernão Mendes Pinto, nesse dia ficou espremida numa só palavra que quase me doía na boca se eu falasse com palavras de dizer: infância” (l.9-12) depreende-se que a rua em que o narrador morava passou a ter, para ele, sentido mais significativo.

4. ( ) O fato de o texto ter sido escrito na primeira pessoa do singular justifica o emprego da linguagem sinestésica em trechos como “O mundo tinha aquele cheiro da terra depois de chover e também o terrível cheiro das despedidas” (l.15-16), recurso inviável em textos escritos na terceira pessoa.

Resposta: 1. C - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - As despedidas são comparadas a fantasmas mujimbeiros. A oração adjetiva restritiva “que dizem segredos do futuro” se refere aos fantasmas.

2. C - PONTUAÇÃO - Os pontos e vírgulas separam trechos paralelos, cada um deles referente a um fato. Alguns deles contêm vírgulas que separam detalhes dos fatos.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A rua passou a representar simbolicamente a infância do narrador.

4. E - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM - As sinestesias podem ocorrer tanto em textos escritos em primeira pessoa como em textos escritos em terceira pessoa.

122. (IRBr - 2011) Acerca do vocabulário, das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) Como a frase "O recomeçar das coisas" (l.26) resume o que o narrador depreendeu da situação relatada na frase anterior a ela, seriam preservados a correção gramatical e os sentidos do trecho se o ponto final após "caminhadas" fosse substituído por dois-pontos ou por travessão, com o devido ajuste na inicial maiúscula.

2. ( ) O vocábulo "bué" (l.18), formado a partir da reprodução aproximada do som natural do choro, evidencia uso de linguagem informal no texto.

3. ( ) Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto se os infinitivos flexionados fossem substituídos pelas respectivas formas do infinitivo não flexionado no segmento "as gotas a evaporarem, as lesmas a prepararem os corpos para novas caminhadas" (l.24-26).

4. ( ) Da leitura do texto depreende-se que, para o narrador, o sentido de casa, no momento da despedida, incluía a sua infância, os pais, as irmãs e a avó.

Resposta: 1. C - PONTUAÇÃO - O termo "o recomeçar das coisas" teria apenas que ser iniciado com letra minúscula e constituiria um aposto.

2. ANULADO - OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO, A LINGUAGEM E SUAS FUNÇÕES - O item deve ter sido anulado devido

ao fato de o candidato não dever ser exigido quanto a reconhecer o “bué” como o som “natural” do choro.

3. C - CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL - É facultativa a flexão do infinitivo quando antecedido de “a” e, em conjunto com essa preposição, sugerir ação em andamento, semelhante à expressão do gerúndio.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O narrador menciona a importância dos pais, das irmãs e das avós das linhas 5 a 7.

Texto para a Questão 123.

1 Nos países novos, nas terras ainda sem tipo étnico

absolutamente definido, onde o sentimento d’Arte é silvícola,

local, banalizado, deve ser espantoso, estupendo o esforço, a

4 batalha formidável de um temperamento fatalizado pelo sangue

e que traz consigo, além da condição inviável do meio, a

qualidade fisiológica de pertencer, de proceder de uma raça que

7 a ditadora ciência d’hipóteses negou em absoluto para as

funções do Entendimento e, principalmente, do entendimento

artístico da palavra escrita.

10 Deus meu! Por uma questão banal de química

biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos

fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos

13 e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma

sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável! (...)

Ah! Esta minúscula humanidade, torcida, enroscada,

16 assaltando as almas com a ferocidade de animais bravios, de

garras aguçadas e dentes rijos de carnívoro, é que não pode

compreender-me.

19 Sim! Tu é que não podes entender-me, não podes

irradiar, convulsionar-te nestes efeitos com os arcaísmos duros

da tua compreensão, com a carcaça paleontológica do Bom

22 Senso.

Cruz e Sousa. Emparedado. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1961, p. 659-660 (com adaptações).

123. (IRBr - 2011) Com relação às ideias desenvolvidas no texto acima, assinale a opção correta.

A. Ao mencionar “a carcaça paleontológica do Bom Senso” (l.21-22), Cruz e Sousa indica que o estudo dos fósseis poderia derrubar os mitos científicos sobre a raça que vigoravam na sua época.

B. Nesse texto, Cruz e Sousa questiona o rigor das explicações científicas e menciona uma “ciência d’hipóteses” (l.7) para mostrar o relativismo do conhecimento e as distorções a que muitos analistas podem chegar ao defenderem as suas teses.

C. Cruz e Sousa demonstra que a ciência ainda não se desenvolveu plenamente nos países novos, o que impede a explicação de alguns fatos que ocorrem somente ali.

D. Ao empregar a expressão “Esta minúscula humanidade” (l.15), o poeta faz referência a um grupo específico de pessoas que, como menciona no

parágrafo anterior do texto, não pode ser confundido com o grupo constituído de “alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados” (l.11-12).

E. Na linha 19, o pronome pessoal “Tu” refere-se ao leitor, tratado de modo respeitoso pelo escritor com o objetivo de convencê-lo quanto à veracidade dos argumentos mencionados sobre a questão racial e aspectos do entendimento artístico.

Resposta: B

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “A carcaça paleontológica do Bom Senso” é uma metáfora que representa o atraso da sociedade, o arcaísmo dos seus leitores.

B. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O primeiro parágrafo trata da limitação da ciência, que, baseada em hipóteses, e não em comprovações, é ditadora em suas afirmações.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Cruz e Sousa critica a limitação da “ditadora ciência d’hipóteses”, mas não afirma que ela só é limitada nos países novos nem que deixa de explicar fatos exclusivos desses países.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os “mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados” fazem parte do que o autor chama de “minúscula humanidade”. A palavra “minúscula” significa, no contexto, “limitada”, “insignificante”.

E. E - COERÊNCIA E COESÃO - REFERÊNCIA - Cruz e Sousa se refere ao leitor, mas não o trata de modo respeitoso, e sim desdenhoso, considerando-o incapaz de compreender os equívocos comentados no texto, arcaico.

Texto para as Questões 124 e 125.

1 Desde 1934 - Lampião à solta, Antônio Silvino

preso no Recife, Sinhô Pereira arribado para os lados de Minas
Gerais - Clarival Valladares despertava para o mundo de
4 significados que o cangaceiro carregava penduradas,
afiveladas, cravadas ou costuradas no conjunto do traje e nos
equipamentos, como ainda hoje se vê no aguadeiro das feiras
7 do Marrocos, as cartucheiras envernizadas e bem ajoujadas ao
corpo, a não deverem homenagem - senão a requerê-la - à
guarda de um Ibn-Saud. Com a população portuguesa drenada
10 para a aventura da Índia, foi o moçárabe, em boa parte, que
veio povoar o Brasil. Presença viva na cultura brasileira, a
árabe, por suas muitas composições, teve aulas a dar em maior
13 número a um sertão de 500 mm de chuva anual que a uma
faixa litorânea de fáceis 1.500 mm. O que Valladares percebeu
foi a raiz pastoril da estética do cangaço, encantando-se por ver
16 que a do guerreiro ia muito além da que pontuava as alfaias
magras do pastor, por não se ver empobrecida pelo teto
limitador da funcionalidade, capaz de explicar tudo na
19 vestimenta do vaqueiro. Para ele, assim:
O traje do cangaceiro é um dos exemplos
demonstrativos do comportamento arcaico brasileiro. Ao invés

22 de procurar camuflagem para a proteção do combatente, é

adornado de espelhos, moedas, metais, botões e recortes

multicores, tornando-se um alvo de fácil visibilidade até no

25 escuro. Lembremo-nos, entretanto, que, no entendimento do

comportamento arcaico, o homem está ligado e dependente ao

sobrenatural, em nome do qual ele exerce uma missão, lidera

28 um grupo, desafia porque se acredita protegido e inviolável e,

de fato, desligado do componente da morte. Esta explicação,

embora sumária, de algum modo justifica a incidência da

31 superfluidade ornamental no traje do cangaceiro, que, antes

de sua implicação mística, deriva do empírico traje do

vaqueiro.

Frederico Pernambucano de Mello. Estrelas de couro - a estética do cangaço. São Paulo: Escrituras, 2010, p. 48-49 (com adaptações).

124. (IRBr - 2012) Em relação às ideias do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) Pelas relações estabelecidas no texto, conclui-se que a cultura árabe influenciou a cultura brasileira do sertão, tendo deixado marcas em acessórios de que se valeram os cangaceiros brasileiros.

2. ( ) Pela análise da vestimenta do cangaceiro, pretende-se demonstrar o caráter profundamente místico desse combatente “dependente ao sobrenatural”, que contrasta com o vaqueiro, caracterizado pelo “teto limitador da funcionalidade”, sem qualquer anseio místico ou submissão às crenças relacionadas ao sobrenatural.

3. ( ) Dos trechos “Lampião à solta” e “Sinhô Pereira arribado para os lados de Minas Gerais” depreende-se que a mobilidade dos cangaceiros devia-se ao exercício da missão mística de ampliação dos limites geográficos dos estados brasileiros.

4. ( ) Depreende-se da leitura do texto que Clarival Valladares iniciou o estudo sobre o significado das vestimentas e do comportamento dos cangaceiros a partir de 1934, quando ocorreram os sinais de que o cangaço havia deixado de ser uma ameaça ao poder local.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As passagens “Desde 1934 (...) Clarival Valladares despertava para o mundo de significados que o cangaceiro carregava penduradas, afiveladas, cravadas ou costuradas no conjunto do traje ou dos equipamentos, como ainda hoje se vê no aguadeiro das feiras do Marrocos...” (linhas 1 a 9) e “Com a população portuguesa drenada para a aventura da Índia, foi o moçárabe, em boa parte, que veio povoar o Brasil. Presença viva na cultura brasileira, a árabe, por suas muitas composições, teve aulas a dar em maior número a um sertão de 500mm de chuva anual que a uma faixa litorânea de fáceis 1500mm” (linhas 9 a 14) comprovam a influência árabe sobre a cultura do sertão e sobre os acessórios utilizados por cangaceiros.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O fato de a vestimenta do vaqueiro ser desprovida da superfluidade mística que há na do cangaceiro e preparada para a funcionalidade no trabalho não permite dizer que o vaqueiro é inteiramente livre de influências místicas e sobrenaturais.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os cangaceiros tinham sua mobilidade determinada pelas condições existentes para sua proteção. O texto não revela que eles se deslocavam por determinações místicas.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto não afirma que o cangaço havia deixado de constituir ameaça ao poder em 1934. Afirma apenas que, nesse tempo, Valladares despertava para os significados do cangaço.

125. (IRBr - 2012) No texto, a “superfluidade” (l.31), que caracteriza o traje do cangaceiro, contrapõe-se:

A. à “funcionalidade” (l.18) da vestimenta do vaqueiro.

B. à “visibilidade” (l.24) do combatente.

C. à “raiz pastoril” (l.15) do traje.

D. ao adorno com “recortes multicores” (l.23-24).

E. à “implicação mística” (l.32) de seus acessórios.

Resposta: A

A. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Há oposição entre as vestes do cangaceiro, com suas superfluidades místicas, e as do vaqueiro, com sua simplicidade e funcionalidade.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item se refere ao cangaceiro, o combatente, com a visibilidade de suas vestes, e não ao vaqueiro. A questão quer que se assinale um item que aponte o vaqueiro em oposição ao cangaceiro quanto às suas vestimentas.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Tanto as vestes do vaqueiro quanto as do cangaceiro têm raízes pastoris, como afirma a passagem das linhas 14 a 19.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item faz referência às vestes do cangaceiro, e não às do vaqueiro.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item E também faz referência às vestes do cangaceiro, e não às do vaqueiro.

Textos para as Questões 126, 127 e 128.

Fragmento I: Macunaíma

1 No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói

da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite.

Houve um momento em que o silêncio foi tão grande

4 escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas

pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro

7 passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar

exclamava:

- Ai! Que preguiça!...

10 e não dizia mais nada. Ficava no canto da maloca, trepado no

jirau de paxiúba, espiando o trabalho dos outros e

principalmente os dois manos que tinha, Maanape já velhinho

13 e Jiguê na força do homem.

Fragmento II: Carta pras icamiabas

1 Às mui queridas súbditas nossas, Senhoras Amazonas.

Trinta de Maio de Mil Novecentos e Vinte e Seis,

São Paulo.

4 Senhoras:

Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e

a literatura desta missiva. Cumpre-nos, entretanto, iniciar estas

7 linhas de saudade e muito amor, com desagradável nova. É

bem verdade que na boa cidade de São Paulo - a maior do

universo, no dizer de seus prolixos habitantes - não sois

10 conhecidas como “icamiabas”, voz espúria, sinão que pelo

apelativo de Amazonas; e de vós, se afirma, cavalgardes

ginetes belígeros e virdes da Hélade clássica; e assim sois

13 chamadas. Muito nos pesou a nós, Imperator vosso, tais

dislates da erudição, porém heis de convir conosco que, assim,

ficais mais heroicas e mais conspícuas, tocadas por essa plátina

16 respeitável da tradição e da pureza antiga.

(...)

Macunaíma, Imperator

Mário de Andrade. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 13, 97 e 109.

126. (IRBr - 2012) Considerando os aspectos linguísticos e a estrutura da narrativa nos fragmentos apresentados, extraídos da obra Macunaíma: o herói sem nenhum caráter, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Ambos os fragmentos apresentam a estrutura textual típica da narrativa, recurso empregado pelo autor como forma de manter a coerência dos fatos narrados.

2. ( ) Em ambos os fragmentos, encontram-se traços de subjetividade: no primeiro, do narrador; no segundo, do autor da carta.

3. ( ) Na linha 12 do fragmento I, a oração “que tinha”, sintática e semanticamente dispensável para o texto, caracteriza-se por ter um pronome relativo como sujeito sintático.

4. ( ) Observa-se, nos fragmentos apresentados, que o narrador onisciente do primeiro fragmento não se faz presente no segundo.

Resposta: 1. E - GÊNEROS E TIPOS DE TEXTOS - A estrutura do primeiro texto é narrativa. A do segundo é epistolar. Trata-se de uma carta. Nenhuma das duas estruturas é suficiente para o estabelecimento da coerência. Outros elementos são necessários para a existência de coerência, e não apenas a determinação de um gênero.

2. C - GÊNEROS E TIPOS DE TEXTOS - No primeiro texto, a expressão “herói da nossa gente” é uma marca de subjetividade. No segundo, o autor da carta já a inicia com “Às mui queridas súbditas nossas, Senhoras Amazonas”. Isso e ainda sua ironia e a impressão que demonstra, por exemplo, em “Muito nos pesou a nós, Imperator vosso, tais dislates da erudição...” (linhas 13 e 14) configuram subjetividade.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A oração “que tinha” é sintática e semanticamente dispensável para o texto, mas o item não é válido, pois o sujeito dessa oração é elíptico e refere-se a Macunaíma. O pronome relativo “que” é objeto direto.

4. C - GÊNEROS E TIPOS DE TEXTOS - O narrador constante da carta (fragmento II) não é onisciente, já que o texto é escrito em primeira pessoa. Assim, o narrador é limitado. O narrador do fragmento I, porém, é onisciente. Há nele uma passagem (linhas 3 a 5) que confirma conhecimento mais amplo do narrador.

127. (IRBr - 2012) Considerando a coerência, a progressão temática e as marcas de referencialidade do fragmento II do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. ( ) O advérbio “assim” (l.12 e 14) reporta-se, em ambas as ocorrências no fragmento, a “apelativo de Amazonas” (l.11), termo que pode substituir esse advérbio nas duas linhas, sem prejuízo para as estruturas sintáticas ou os sentidos do texto.

2. ( ) A formalidade da linguagem, na carta endereçada às icamiabas, é adequada ao texto e coerente com as características do remetente,

“Macunaíma Imperator”, e das destinatárias, as icamiabas.

3. ( ) O conteúdo semântico do fragmento II é suficiente para que dele se infira quem não conhecia as icamiabas no trecho “não sois conhecidas como ‘icamiabas’” (l.9-10): os mesmos indivíduos que as chamavam de Amazonas.

4. ( ) Na expressão “voz espúria” (l.10), o adjetivo empregado tem, no contexto, sentido de não castiça.

Resposta: 1. E - COERÊNCIA E COESÃO/CLASSES GRAMATICAIS - ADVÉRBIO - O advérbio “assim” se refere a a “Amazonas”, e não a “apelativo de Amazonas”.

2. E - GÊNEROS E TIPOS DE TEXTOS - O uso da linguagem da carta por Macunaíma e a sua compreensão pelas icamiabas são traço de inverossimilhança na obra, o que se admite apenas por constituir ela uma ironia lendária, de grandes excessos. O fato é absurdo.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As mulheres que Macunaíma conhecia como icamiabas eram as mesmas chamadas em São Paulo de Amazonas.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Espúria” significa “não castiça”, “não pura”, “não culta”.

128. (IRBr - 2012) Considerando os aspectos morfossintáticos e semânticos dos fragmentos apresentados, assinale a opção correta.

A. Na linha 5 do fragmento I, destaca-se, por meio da partícula expletiva “é que”, o sujeito simples da oração absoluta “Essa criança é que chamaram de Macunaíma”.

B. Os trechos “filho do medo da noite” (l.2) e “Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba” (l.10-11) exemplificam a linguagem conotativa que caracteriza o fragmento I.

C. No fragmento II, os termos “o endereço” (l.5) e “a literatura desta missiva” (l.6), no trecho “Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura desta missiva” (l.5-6), são complementos do verbo surpreender, assim como “vos”, que exerce a função de objeto indireto desse verbo.

D. No fragmento I, o período iniciado em “Si o incitavam a falar” (l.7) inclui uma frase em discurso direto como complemento de verbo dicendi, seguida de oração coordenada, que se inicia em outra linha do texto.

E. No fragmento II, o autor da carta às icamiabas utiliza com ironia as expressões “voz espúria” (l.10) e “dislates da erudição” (l.14) para mostrar a posição degradante dessas guerreiras em face do epíteto que o homem branco lhes atribuiu.

Resposta: D

A. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O “é que” é partícula expletiva, e a oração é absoluta, mas tem sujeito indeterminado, e não simples.

B. E - DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO - Apenas a passagem “filho do medo da noite” é conotativa. A passagem “Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba” é denotativa.

C. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Os termos “o endereço” e “ a literatura desta missiva” são sujeitos de “surpreenderá”, forma verbal que concordou com o núcleo mais próximo, mas poderia também ser flexionada no plural. O “vos”, por sua vez, É objeto direto, e não indireto.

D. C - ESTILOS DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O complemento da forma verbal dicendi “exclamava” é “- Ai! Que preguiça!”, uma fala transcrita literalmente, ou seja, um discurso direto. Depois dessa fala, há uma oração coordenada sindética aditiva.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A intenção do autor da carta não é ironizar a degradação das icamiabas, e sim a impropriedade da linguagem de quem se refere a elas de forma prolixa. A intenção é criticar o esnobismo da linguagem.

Texto para as Questões 129 e 130.

1 (...) na questão de se o mundo é mais digno de riso ou

de pranto, e se à vista do mesmo mundo tem mais razão quem

ri, como ria Demócrito, ou quem chora, como chorava

4 Heráclito, eu, para defender, como sou obrigado, a parte do

pranto, confessarei uma coisa e direi outra. Confesso que a

primeira propriedade do racional é o risível: e digo que a maior

7 impropriedade da razão é o riso. O riso é o final do racional, o

pranto é o uso da razão. (...)

Mas se Demócrito era um homem tão grande entre os

10 homens e um filósofo tão sábio, e se não só via este mundo,

mas tantos mundos, como ria? Poderá dizer-se que ele ria não

deste nosso mundo, mas daqueles seus mundos.

13 E com razão, porque a matéria de que eram

compostos os seus mundos imaginados, toda era de riso. É

certo, porém, que ele ria neste mundo e que se ria deste mundo.

16 Como, pois, se ria ou podia rir-se Demócrito do mesmo mundo

ou das mesmas coisas que via e chorava Heráclito? A mim,

senhores, mo parece que Demócrito não ria, mas que

19 Demócrito e Heráclito ambos choravam, cada um ao seu modo.

Que Demócrito não risse, eu o provo. Demócrito ria

sempre: logo não ria. A consequência parece difícil e evidente.

22 O riso, como dizem todos os filósofos, nasce da novidade e da

admiração, e cessando a novidade ou a admiração, cessa

também o riso; o como Demócrito se ria dos ordinários

25 desconcertos do mundo, o que é ordinário e se vê sempre, não

pode causar admiração nem novidade; segue-se que nunca ria,

rindo sempre, pois não havia matéria que motivasse o riso.

Padre Antônio Vieira. Sermão da sexagésima. In: J. Verdasca (Org. e coord.). Sermões escolhidos. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 190-192.

129. (IRBr - 2012) Com relação à análise linguística de passagens do texto, assinale a opção correta.

A. No trecho "A mim, senhores, mo parece que Demócrito não ria" (l.17-18), evidenciam-se três características estilísticas da linguagem textual: obviedade, barbarismo e concisão.

B. No primeiro e no segundo parágrafos, o autor utiliza a coordenação para ligar orações substantivas introduzidas pelo conectivo subordinativo "se".

C. Dada a dependência sintático-semântica do trecho "porque a matéria de que eram compostos os seus mundos imaginados, toda era de riso" (l.13-14) à expressão "com razão" (l.13), o período iniciado à linha 13 poderia ser reescrito, sem prejuízo do sentido ou da correção gramatical do texto, da

seguinte forma: Eis a razão por que a matéria que eram compostos os seus mundos imaginados era toda de riso.

D. Constitui proposta de reescrita coerente e gramaticalmente correta para o trecho “Confesso que a primeira propriedade do racional é o risível: e digo que a maior impropriedade da razão é o riso” (l.5-7) a seguinte: O que eu confesso é que a primeira propriedade do racional é o risível; e o que eu digo é que a maior impropriedade da razão é o riso.

E. O autor explora as possibilidades semânticas da palavra “mundo” no trecho “É certo, porém, que ele ria neste mundo e que se ria deste mundo” (l.14-15), em que o vocábulo tem como referente, em ambas as ocorrências, “mundos imaginados” (l.14).

Resposta: D

A. E - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM - Não há obviedade na passagem, bem como não há barbarismo. Não há desvios de natureza gráfica nem gramatical de qualquer espécie.

B. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - As orações iniciadas pelo “se” nos dois parágrafos iniciais são de natureza adverbial, e não substantiva. São subordinadas adverbiais causais (É preciso cuidar para não confundi-las, neste contexto, com condicionais, pois não estabelecem condição, e sim causas para deduções).

C. E - COERÊNCIA E COESÃO/REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL - A expressão “com razão” não pode ser substituída por “Eis a razão”, pois, para isso, a razão teria que estar exposta antes. Além disso, a preposição “de” não pode ser dispensada no contexto antes do “que”, pois o verbo “compor” a exige: “de que eram compostos”.

D. C - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A mensagem continua coerente ao se aumentar a estrutura com os acréscimos sugeridos. A estrutura sintática também é correta. Antes, tinha-se oração principal (Confesso), oração subordinada substantiva objetiva direta (que a primeira propriedade do racional é o risível), nova oração

principal coordenada à primeira de mesma natureza (e digo) e nova oração subordinada substantiva objetiva direta (que a maior impropriedade da razão é o riso). Depois, tem-se uma oração principal (O é), uma oração adjetiva (que eu confesso), uma oração subordinada substantiva objetiva direta (que a primeira propriedade do racional é o risível), uma nova oração principal (e o é), uma nova oração adjetiva (que eu digo) e uma nova oração subordinada substantiva objetiva direta (que a maior impropriedade da razão é o riso).

E. E - COERÊNCIA E COESÃO - REFERÊNCIA/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os mundos citados na linha 15, aos quais o item se refere, são um só: o mundo real. Este mundo se opõe aos mundos imaginários, a que o escritor se refere nas duas linhas anteriores (linhas 13 e 14).

130. (IRBr - 2012) Considerando a estrutura textual, a consistência argumentativa e as estruturas linguísticas do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) Com o propósito explícito de tratar da “questão de se o mundo é mais digno de riso ou de pranto” (l.1-2), o autor argumenta em favor da conclusão de que o mundo, devido aos seus “ordinários desconcertos” (l.24-25), é mais digno de riso.

2. ( ) No período “Que Demócrito não risse, eu o provo” (l.20), o verbo provar complementa-se com uma estrutura em forma de objeto direto pleonástico, com uma oração servindo de referente para um pronome.

3. ( ) O verbo rir, empregado com regências diferentes no trecho “É certo, porém, que ele ria neste mundo e que seria deste mundo” (l.14-15), tem, em ambas as ocorrências, o sentido de tratar ou considerar (alguém ou algo) com desdém; ridicularizar; zombar.

4. ( ) No período “Demócrito ria sempre: logo não ria” (l.20-21), a “consequência” (l.21), à primeira vista ilógica, sustenta-se no emprego do advérbio “sempre”, o que se constata pelas explicações que se seguem no mesmo parágrafo.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O escritor argumenta que o mundo é mais digno de pranto que de riso já no primeiro parágrafo e, no decorrer do texto, tenta persuadir o leitor de que o riso de Demócrito não é um riso, mas um pranto.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS, ORAÇÕES - A oração "Que Demócrito não risse" é objeto direto de "provo" e é retomada pelo pronome oblíquo "o", objeto direto pleonástico.

3. ANULADO - REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL/COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nos dois casos, o verbo "rir" é intransitivo. No primeiro caso, com adjunto adverbial de lugar. No segundo, com adjunto adverbial de causa, pois o mundo é a causa do riso. A questão deve ter sido anulada devido à subjetividade que pode interferir no julgamento de o uso do verbo nos dois exemplos ser ou não referente a desdenhar de alguém ou de algo. No segundo caso, esse desdém é claro. No primeiro, isso pode ocorrer ou não.

4. ANULADO - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/CLASSES GRAMATICAIS - ADVÉRBIO/ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - A anulação do item deveu-se a se ter chamado "logo não ria" de consequência e a constituir esta passagem uma "conclusão". As demais afirmações são coerentes.

Texto para a Questão 131.

1 As críticas, de um modo geral, não me fazem bem. A

do Álvaro Lins (...) me abateu e isso foi bom de certo modo.

Escrevi para ele dizendo que não conhecia Joyce nem Virginia

4 Woolf nem Proust quando fiz o livro, porque o diabo do

homem só faltou me chamar de representante comercial deles.

Não gosto quando dizem que tenho afinidades com Virginia

7 Woolf (só li, aliás, depois de escrever o meu primeiro livro):

é que não quero perdoar o fato de ela se ter suicidado. O

horrível dever é ir até o fim.

Clarice Lispector. Carta a Tania Lispector Kaufmann. In: Olga Borelli. Clarice Lispector: esboço para um possível retrato. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 45.

131. (IRBr - 2012) Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos ao fragmento de texto acima, extraído de carta escrita por Clarisse Lispector.

1. ( ) Admite-se como forma alternativa de reescrita da expressão coloquial “o diabo do homem só faltou me chamar de” (l.4-5) a estrutura só faltou o diabo do homem me chamar de, na qual o verbo faltar é empregado como impessoal e, portanto, integra uma oração sem sujeito.

2. ( ) Infere-se do texto que Clarice Lispector postergou a leitura da obra de Virginia Woolf devido à sua dificuldade em desculpar suicidas, que, segundo ela, são pessoas que manifestam fraqueza ao interromper um dever existencial, ainda que um “horrível dever”.

3. ( ) No terceiro período do texto, a oração iniciada pelo conector “quando” (l.4) e a iniciada pelo conector “porque” (l.4) indicam, respectivamente, as circunstâncias de tempo e causa relacionadas ao fato expresso na oração “que não conhecia Joyce nem Virginia Woolf nem Proust” (l.3-4).

4. ( ) A organização sintática do trecho “Não gosto quando dizem que tenho afinidades com Virginia Woolf (só li, aliás, depois de escrever o meu primeiro livro)” (l.6-7), em que são desprezadas prescrições de regência verbal, caracteriza registro linguístico adequado à escrita de uma carta informal, como é o caso do texto apresentado.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/FRASE E ORAÇÃO - A passagem “o diabo do homem me chamar de” é sujeito de “faltou”. Este verbo não é, portanto, impessoal.

2. ANULADO - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O trecho afirma que Clarice não gostava de ser

apontada como afim de Virginia Woolf por esta ter se suicidado, e não que ela só leu a escritora estrangeira depois de ter escrito seu primeiro livro por esta ter se suicidado. O item seria falso, mas, devido à posição dos parênteses e de seu conteúdo na frase, o item pareceu dúbio em sua pretensão, sendo anulado.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A oração “quando fiz o livro” exprime circunstância de tempo em relação à oração “que não conhecia Joyce nem Virginia Woolf nem Proust”, mas a oração “porque o diabo do homem só faltou me chamar de representante comercial deles” não exprime causa em relação a “que não conhecia Joyce nem Virginia Woolf nem Proust”, e sim a “dizendo”.

4. ANULADO - REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL/GÊNEROS E TIPOS DE TEXTO - O comentário é coerente. Sua anulação deve ter ocorrido porque a ausência de complemento para o verbo “ler” não apenas uma falha de regência, mas também de coesão.

Texto para a Questão 132.

1 Estou tão perdida. Mas é assim mesmo que se vive:

perdida no tempo e no espaço.

Morro de medo de comparecer diante de um Juiz.

4 Emeretíssimo, dá licença de eu fumar? Dou, sim senhora, eu

mesmo fumo cachimbo. Obrigada, Vossa Eminência. Trato

bem o Juiz, Juiz é Brasília. Mas não vou abrir processo contra

7 Brasília. Ela não me ofendeu. (...)

Eu sei morrer. Morri desde pequena. E dói, mas a

gente finge que não dói. Estou com tanta saudade de Deus.

10 E agora vou morrer um pouquinho. Estou tão

precisada.

Sim. Aceito, my Lord. Sob protesto.

13 Mas Brasília é esplendor.

Estou assustadíssima.

Clarice Lispector. Para não esquecer. São Paulo: Círculo do Livro, 1981, p. 106-107.

132. (IRBr - 2012) No que concerne a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) A inadequação no emprego do pronome de tratamento em “Emeretíssimo, dá licença de eu fumar?” (l.4) é sanada pela escritora no período “Obrigada, Vossa Eminência” (l.5), o que evidencia o deliberado desrespeito a padrões normativos da língua portuguesa.

2. ( ) Na frase “Dou, sim senhora, eu mesmo fumo cachimbo” (l.4-5), a escolha vocabular e o emprego do advérbio de afirmação seguido, sem pausa, do vocativo “senhora” caracterizam a fala formal de um juiz, a qual contrasta com o conteúdo intimista e o coloquialismo, predominantes no texto.

3. ( ) No período “Mas é assim mesmo que se vive: perdida no tempo e no espaço” (l.1-2), o particípio do verbo perder, empregado em estrutura de indeterminação do sujeito da oração, poderia, conforme regra de concordância nominal, estar na forma masculina, regra da qual, no entanto, a obra literária prescinde, dada a liberdade que preside a criação artística.

4. ( ) Da combinação inusitada do verbo morrer, flexionado no pretérito perfeito do indicativo, com a expressão adverbial “desde pequena” (l.8) infere-se uma compreensão da morte diferente da que estaria implícita caso tivesse sido empregada a locução verbal Venho morrendo.

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO DOS PRONOMES - As formas de tratamento para juízes são “Meritíssimo” e

“Vossa Excelência”. “Vossa Eminência” não sana a inadequação inicial.

2. E - VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS/CLASSES GRAMATICAIS - EMPREGO - A ausência da vírgula entre o advérbio “sim” e o vocativo “senhora” torna a passagem coloquial, e não formal. Não há contraste entre essa passagem e o restante do texto.

3. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL/CLASSES GRAMATICAIS - VERBO - A existência do “se”, índice de indeterminação do sujeito, permite que o particípio fique invariável, no masculino singular, visto que, desconhecendo-se o sujeito, é essa a concordância regular no contexto. A liberdade poética, porém, permite que a autora se insira no texto, concordando esse particípio com a ideia de si mesma.

4. C - CLASSES GRAMATICAIS - VERBO E ADVÉRBIO - A forma “morri”, por ser “perfeita”, deve ser entendida “como acabada”, ou seja, no momento da enunciação, a escritora já se julga morta desde a infância, o que constitui figuração, sentido conotativo no contexto. Já a forma “venho morrendo” indica que o processo da ação ainda está em curso.

Texto para a Questão 133.

1 É certo que, de modo geral, toda obra literária deve

ser a expressão, a revelação de uma personalidade. Há, porém,

nos temperamentos masculinos, uma maior tendência para

4 fazer do autor uma figura escondida por detrás das suas

criações, operando-se um desligamento quando a obra já esteja

feita e acabada. Isto significa que um escritor pode colocar

7 toda a sua personalidade na obra, contudo nela se diluindo de

tal modo que o espectador só vê o objeto e não o homem.

Álvaro Lins. Os mortos de sobrecasaca. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 27.

133. (IRBr - 2012) Com relação ao fragmento de texto acima, assinale a opção correta.

A. O fato de o texto expressar uma generalização a respeito da produção de obras literárias justifica o tom assertivo e imperativo predominante no texto, evidenciado, por exemplo, no emprego do predicado “É certo” (l.1).

B. Pelos elementos textuais presentes no texto, infere-se que o autor considera as escritoras - os “temperamentos” (l.3) femininos - incapazes de produzir obras em que seja atendido o postulado de distanciamento entre autor e conteúdo expresso na obra literária.

C. No último período do texto, a referência do sujeito elíptico da oração “contudo nela se diluindo de tal modo” (l.7-8) recupera o termo “um escritor” (l.6), o que possibilitaria, mantendo-se a mesma referência, a seguinte estrutura alternativa: que, contudo, se dilui de tal modo.

D. Sem alteração da informação expressa no primeiro período do texto, a expressão adverbial “de modo geral” (l.1) poderia ser deslocada, com as vírgulas, para imediatamente depois da locução verbal “deve ser” (l.1-2) ou, eliminando-se as vírgulas que a isolam, para imediatamente após o núcleo nominal “personalidade” (l.2).

E. No último período do fragmento de texto apresentado, o autor indica, por meio de relação de causa e efeito, o modo como se opera o distanciamento de um escritor ao produzir uma obra literária, ou seja, o processo por meio do qual o enunciador se torna “uma figura escondida por detrás das suas criações” (l.4-5).

Resposta: E

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor opina que “toda obra literária deva ser a expressão de uma personalidade”. A sua opinião, porém, não garante que isso ocorra, o que se

percebe pelo uso da expressão “de modo geral” e pela semântica do verbo “dever”. “Dever ser” tem significado diferente de “ser”.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se o autor afirma haver maior tendência dos temperamentos masculinos para o seu distanciamento da obra, admite, então haver temperamentos em que essa tendência é menor. Estes temperamentos são os femininos. Assim, infere-se que mulheres são capazes, em seus escritos, de atender ao postulado de distanciamento entre autor e conteúdo expresso na obra literária.

C. E - COERÊNCIA E COESÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A substituição do gerúndio pela terceira pessoa do singular do presente do indicativo faz que o sujeito elíptico passe a recuperar a palavra “personalidade” ou a palavra “obra”, causando ambiguidade e novas compreensões.

D. E - PONTUAÇÃO - A transferência da expressão adverbial “de modo geral” para depois da locução verbal “deve ser” não altera o significado da passagem, mas a sua transferência para depois de “personalidade” sugere que a revelação da personalidade ocorrerá de modo geral, havendo alteração do sentido.

E. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “contudo nela se diluindo de tal modo”, além de constituir uma oposição à informação anterior, estabelece com a passagem seguinte, “que o espectador só vê o objeto e não o homem”, uma relação de causa e efeito. A primeira constitui a causa. A segunda, o efeito, iniciada pela conjunção consecutiva “que”. As duas juntas indicam o modo como se opera o distanciamento de um escritor ao produzir uma obra literária, como ele se esconde por detrás de suas criações.

Texto para a Questão 134.

1 Nas narrativas que produziu nos últimos anos de sua

vida, Clarice Lispector problematiza alguns mitos ou

pressupostos literários. Segundo seus termos em Relatório da

4 coisa, ela buscou “desmistificar a ficção”. O uso de certas

estratégias que apagam o limite entre o autobiográfico e o

ficcional revela um desejo de questionar a noção da ficção

7 como espaço autônomo em relação à realidade exterior. Além

disso, o gosto por certos modos de composição (a montagem

e, em outros casos, a aproximação da escrita à estrutura casual

10 de uma conversa) parece igualmente indicar esse intento de

desmistificar a ficção. Para a autora, nos últimos anos, a escrita

literária seria uma prática sem sentido (e, às vezes, até mesmo

13 imoral) se fosse puramente estética, ou seja, se permanecesse

presa a certos decoros literários. Vários textos de suas

coletâneas dos anos 70 produzem ou estão destinados a

16 produzir um efeito de “mau gosto”, também descrito pela

autora como um “susto de constrangimento”.

Sônia Roncador. Poéticas do empobrecimento: a escrita derradeira de Clarice. São Paulo: Annablume, 2002, p. 135-136 (com adaptações).

134. (IRBr - 2012) Assinale a opção correta a respeito do texto acima.

A. A expressão “decoros literários” (l.14) significa, no texto, o mesmo que aceitação de mitos e de pressupostos literários arcaicos que impedem o avanço no emprego de elementos estéticos.

B. Privilegiando-se a concisão textual e sem prejuízo para o sentido original do texto, a oração adjetiva “que produziu nos últimos anos de sua vida” (l.1-2) poderia ser substituída tanto pelo adjetivo derradeiras quanto pelo adjetivo longevas.

C. O verbo parecer (l.10) poderia, corretamente, ter sido flexionado na 3ª pessoa do plural, dado que o núcleo do sujeito da oração em que ele se insere é ampliado com elementos apositivos.

D. Sugere-se, no texto, que é na obra Relatório da coisa que Clarice Lispector passa a incorporar à narrativa dados autobiográficos como estratégia de desmistificação do preceito de autonomia da ficção.

E. A ambiguidade presente no trecho “produzir um efeito de ‘mau gosto’, também descrito pela autora como um ‘susto de constrangimento’” (l.16-17) seria desfeita com a seguinte reescrita: produzir, conforme descrito pela autora, um efeito de “mau gosto” ou um “susto de constrangimento”.

Resposta: E

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Para a autora, os decoros literários consistem em manter a escrita literária vinculada a elementos estéticos ainda existentes em sua época. Esses decoros, que aceitam mitos e pressupostos arcaicos, em vez de impedir o avanço dos elementos estéticos, como sugere o item, garantem sua permanência.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - Admite-se a substituição da oração adjetiva por “derradeiras”, pois a palavra significa “últimas”, mas não por “longevas”, que significa “antigas”, “velhas”.

C. E - CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O verbo deve permanecer na terceira pessoa do singular. Os elementos apositivos a que o item se refere estão isolados entre parênteses e não poderiam ampliar o sujeito. Só é possível concordar o verbo com o núcleo do sujeito: “o gosto”.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 3 e 4 afirmam que, em Relatório da coisa, Clarice Lispector se referiu à sua tentativa de desmistificar a ficção. Essa tentativa ocorre em suas obras narrativas, e não apenas em Relatório da coisa. Isso é atestado já nas linhas 1 a 3. Uma das maneiras de empreender essa desmistificação é a incorporação de dados autobiográficos à narrativa, o que se afirma a partir da linha 4 do texto.

E. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na construção “produzir um efeito de mau gosto, também descrito pela autora como um susto de constrangimento”, a expressão “um susto de constrangimento” pode se referir tanto a “um efeito de mau gosto” como ao ato de produzir esse efeito. Ao se escrever “produzir, conforme descrito pela autora, um efeito de mau gosto ou um susto de constrangimento”, desfaz-se a ambiguidade.

Texto para a Questão 135.

1 Ah, o brasileiro mata e morre por uma frase.

Há um velho e obtuso preconceito segundo o qual todas as frases querem dizer

alguma coisa. Nem sempre. Certas frases vivem, precisamente, de mistério e de

4 suspense. A nitidez seria fatal. Escrevi isso para chegar a uma verdade eterna,

ou seja: a pequena causa, ou o motivo irrelevante, pode produzir um grande efeito.

Não sei se vocês acompanharam, pelos jornais, o episódio do paletó. Era em Brasília.

7 E para lá embarcou uma comissão dos “Cem mil” que ia avistar-se com o presidente

Costa e Silva. Um dos seus membros era meu amigo, que pôs o seu melhor terno

e a sua melhor gravata. A comissão ia resolver problemas de alta transcendência, ia

10 propor nobilíssimas e urgentíssimas reivindicações.

E lá chegam os intelectuais e estudantes. Entra a comissão e vem o assessor da

presidência espavorido. Os dois estudantes não têm paletó, nem gravata. E, como

13 o protocolo exigia uma coisa e outra, era preciso que ambos se compusessem.

Pode, não pode, e criou-se o impasse. O diabo é que o problema era aparentemente

insolúvel. Felizmente, surgiu a ideia: - dois contínuos emprestariam tanto o paletó

16 como a gravata. Mas os estudantes não aceitaram. Absolutamente. Queriam ser

recebidos sem paletó e sem gravata. Outros assessores vieram. Discute daqui, dali.

Apelos patéticos.

19 Vejam como um nada pode mudar a direção da História. De repente, os estudantes

presos, o Calabouço, as Reformas, tudo, tudo passou para um plano secundário ou

nulo. Os dois estudantes faziam pé firme. O paletó e a gravata eram agora

22 “O inimigo”. Vesti-los seria a abjeção suprema, a humilhação total, a

derrota irreversível.

O rádio e a TV pediam paletós e gravatas, assim como quem pede remédios

25 salvadores. Paletós de luxo e gravatas de Paris, de Londres, de Berlim foram doados.

Mas os dois permaneciam inexpugnáveis. Gravata, não! Paletó, jamais! O Poder

os esperava e, dócil ao protocolo, de gravata e paletó.

28 Se um de nós por lá aparecesse, haveria de imaginar que tudo estava resolvido, e

tinham sido atendidas as reivindicações específicas da classe. Claro! Uma vez que

se discutiam paletós e gravatas, como se aquilo fosse uma assembleia acadêmica de

31 alfaiates, a “Grande Causa” estava vitoriosa. Libertados os estudantes, aberto, e de par

em par, o Calabouço, e substituída toda a estrutura do ensino. E continuava a

“Resistência”, muito mais épica e muito mais obstinada do que a francesa na

34 guerra. Até que, de repente, veio do alto a ordem: - “Manda entrar, mesmo sem

paletó, mesmo sem gravata”. Era a vitória. E, por um momento, os presentes

tiveram a vontade de cantar o Hino Nacional.

Nelson Rodrigues. A frase. A cabra vadia - novas confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 267-270 (com adaptações).

135. (IRBr - 2012 - adaptada) Considerando os aspectos linguísticos e estilísticos do texto, bem como a argumentação nele desenvolvida, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) O cronista ironiza tanto a causa dos estudantes quanto a decisão das autoridades, como comprovam os trechos “O paletó e a gravata eram agora ‘O inimigo’” (l.14) e “O rádio e a TV pediam paletós e gravatas, assim como quem pede remédios salvadores” (l.24-25).

2. ( ) O trecho “a pequena causa, ou o motivo irrelevante, pode produzir um grande efeito” (l.5) poderia ser reescrito, sem prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos do texto, da seguinte forma: a causa pouco significativa, ou o pequeno motivo, pode provocar um resultado de extensa repercussão.

3. ( ) No segundo e no quarto parágrafos do texto, emprega-se o presente do indicativo com a mesma finalidade: a de realçar fatos ocorridos no passado.

4. ( ) A letra inicial maiúscula e as aspas na palavra “Resistência” (l.33) são recursos estilísticos empregados para destacar a atitude insurgente dos estudantes, comparada, no texto, à dos franceses na Segunda Guerra.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A ironia ocorre em todo o texto. O ridículo se instala, por exemplo, com a revelação da imaturidade dos estudantes ao desviar sua atenção da causa que levou a comissão a Brasília para o paletó e a gravata (primeira passagem do item) e com a mobilização desnecessária do rádio e da TV para a satisfação do capricho das autoridades (segunda passagem do item).

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No contexto das linhas 4 e 5, o adjetivo “pequena” pode ser substituído por “pouco significativa”, por “insignificante”, por “irrelevante”, por “pouco relevante”, por “sem relevância”, por exemplo. O adjetivo “irrelevante” pode ser substituído por “pouco significativo”, por “insignificante”, por

“pequeno”, por “pouco relevante”, por “sem relevância”, por exemplo. O adjetivo “grande” pode ser substituído por “de extensa repercussão”, por “significativo”, por “relevante”, por exemplo.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - VERBO - Apenas no quarto parágrafo o presente do indicativo é empregado para realçar fatos passados.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/EMPREGO DE MAIÚSCULAS E DE ASPAS COMO RECURSOS EXPRESSIVOS - O uso da letra inicial maiúscula sugere a referência a um fato histórico. O uso das aspas relativiza a referência, reduzindo parte da grandeza do ato e contribuindo para a sua ironização.

Texto para a Questão 136.

(...)

1 Língua do meu Amor velosa e doce,

que me convences de que sou frase,

que me contornas, que me vestes quase,

4 como se o corpo meu de ti vindo me fosse.

Língua que me cativas, que me enleias

os surtos de ave estranha,

7 em linhas longas de invisíveis teias,

de que és, há tanto, habilidosa aranha...

Língua-lâmina, língua-labareda,

10 língua-linfa, coleando, em deslizes de seda...

Força inféria e divina

faz com que o bem e o mal resumas,

13 língua-cáustica, língua-cocaína,

língua de mel, língua de plumas?...

Amo-te as sugestões gloriosas e funestas,

16 amo-te como todas as mulheres

te amam, ó língua-lama, ó língua-resplendor,

pela carne de som que à ideia emprestas

19 e pelas frases mudas que proferes

nos silêncios de Amor!...

Gilka Machado. Lépida e leve. Poesias completas. Rio de Janeiro: Cátedra/INL, 1978, p. 179.

136. (IRBr - 2012) Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do poema acima, assinale a opção correta.

A. Na primeira estrofe, tanto “ave” (v.6) quanto “aranha” (v.8) referem-se a “Língua” (v.5).

B. Na segunda estrofe, a linguagem poética é intensificada por metáforas representadas, entre outras formas, por palavras compostas por justaposição.

C. Nos versos 4 e 16, o conector “como” introduz estruturas com sentido comparativo e conformativo, respectivamente.

D. Em “que me vestes quase” (v.3), “que me enleias” (v.5) e em “Amo-te as sugestões gloriosas e funestas” (v.15), os pronomes oblíquos átonos estão empregados com valor possessivo.

E. Na segunda estrofe, a língua é considerada uma força que, antagônica ao amor, sintetiza o bem e o mal.

Resposta: B

A. E - COERÊNCIA E COESÃO - A palavra “ave” constitui metáfora que se refere ao eu lírico. Apenas a palavra “aranha” se refere à língua.

B. C - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS/FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM - Os termos “língua-lâmina”, “língua-labareda”, “língua-linfa”, “língua-cáustica”, “língua-cocaína” são formados por justaposição, visto que não há alteração de fonemas (supressões, acréscimos ou mudanças de fonemas) em sua constituição, e constituem metáforas da língua, bem como as constituem expressões como “língua de mel” e “língua de plumas”.

C. E - CLASSES GRAMATICAIS - CONJUNÇÕES - Nos versos 4 e 16, o conector “como” introduz uma comparação.

D. E - CLASSES GRAMATICAIS - PRONOMES - No verso 3, o pronome “me” é objeto direto do verbo “vestir”. Apenas nos versos 5 e 15, os oblíquos “me” e “te”, respectivamente, indicam posse e são adjuntos adnominais. Correspondem a “meus” e a “tuas”, relacionados aos núcleos nominais “surtos” e “sugestões”.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na segunda estrofe, o poeta diz que a língua sintetiza o bem e o mal, mas não a considera uma força antagônica ao amor. Não faz referência a essa oposição.

Texto para a Questão 137.

1 A Constituição da República tem um buraco.

É possível que tenha muitos, mas sou pouco exigente e satisfaço-me com

referir-me a um só.

4 Possuímos, segundo dizem os entendidos, três poderes - o Executivo, que é

o dono da casa, o Legislativo e o Judiciário, domésticos, moços de recados, gente

assalariada para o patrão fazer figura e deitar empáfia diante das visitas. Resta

7 ainda um quarto poder, coisa vaga, imponderável, mas que é tacitamente

considerado o sumário dos outros três.

É aí que o carro topa. Há no Brasil um funcionário de atribuições indeterminadas,

10 mas ilimitadas.

Aí está o rombo na Constituição, rombo a ser preenchido quando ela for revista,

metendo-se nele a figura interessante do chefe político, que é a única força de

13 verdade. O resto é lorota.

Em escala descendente, a começar no Catete, onde pontifica o chefe açu, e a

terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho, mirim, isto é um país a

16 regurgitar de mandões de todos os matizes e feitios.

Está aqui um deputado que é um poço de manha, papagueador quando parola

com o eleitorado, mudo na Câmara, gênero peru; ali está um presidente de estado

19 que outra coisa não tem feito senão apregoar pelas trombetas oficiais as maravilhas

que ninguém vê, mas que ele teve o notável intuito de realizar; temos acolá um

advogado ventoinha, equilibrista emérito, camaleão legítimo; vem depois o

22 comerciante voraz, enriquecido com os favores clandestinos, negociatas escusas e

contrabandos; mais distante, avulta a majestade rotunda do industrial insatisfeito,

empanturrado pelas propinas que a guerra lhe meteu no bucho.

25 Todos eles são mais ou menos chefes. Não se sabe bem de quê, mas certo é que

o são. Graúdos, risonhos, nutridos, polidos, escovados, envernizados, lá estão

inchando, inchando. São os grossos batráquios da lagoa republicana. (...)

28 Parece-me claro que uma pergunta aqui se impõe: para que tanta gente de

palha a ocupar cargos em penca, a roer sinecuras nesta confederação

cinematográfica, em que o poder é a coisa mais centralizada deste mundo, se,

31 desde o tempo dos capitães-mores, um homem só pode administrar, legislar e

julgar a contento das populações sertanejas? (...)

Peguemos o chefe político, agitemo-lo no ar e berremos o estribilho com que

34 a imprensa, há tempos, nos anda a amolar - A Constituição da República precisa

de uma revisão.

Graciliano Ramos. Linhas Tortas [artigo de março de 1915]. Linhas Tortas. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 1976, p. 9-10 (com adaptações).

137. (IRBr - 2013 - adaptada) Com relação às ideias desenvolvidas no texto anteriormente apresentado - de Graciliano Ramos -, assinale a opção correta.

A. Segundo o autor do texto, o “industrial insatisfeito” (l.23) e vítima de um sistema político com vícios, no qual muitas autoridades sem vocação para administrar eficientemente o país mandam ao mesmo tempo.

B. O escritor declara-se “pouco exigente” (l.2) e, desse modo, estaria pronto para aceitar qualquer Constituição, desde que estivessem garantidos direitos aos funcionários governamentais mais humildes e a “confederação cinematográfica” (l.29-30) que pretende fundar.

C. O autor do texto indica que o “quarto poder” é constituído pela figura indeterminada do “chefe político” (l.12 e 33), que é um tipo mandão e presente em diversos segmentos da sociedade, como, por exemplo, o dos advogados e o dos comerciantes.

D. Graciliano Ramos comenta que o Poder Judiciário apresenta problemas de natureza constitucional ainda mais sérios do que o Poder Executivo e o Poder Legislativo, uma vez que o Poder Judiciário mantém vínculo forte com o “quarto poder” (l. 7).

E. O articulista vale-se de uma “escala descendente” (l.14), para mostrar que há funcionários “de atribuições indeterminadas, mas ilimitadas” (l.9-10) em todos os níveis, do mais baixo ao mais alto, e que eles formam o que se convencionou chamar de “lagoa republicana” (l.27).

Resposta: C

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O industrial insatisfeito é mais um dos “batráquios da lagoa republicana” (linha 27), mais um dos mandões que há no país, não sendo, portanto, vítima do seu vicioso sistema político.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O escritor se contenta com referir-se a uma das falhas da Constituição, mas não com qualquer Constituição. No último parágrafo, faz um apelo: “Peguemos o chefe político, agitemo-lo no ar e berremos o estribilho com que a imprensa, há tempos, nos anda a amolar - A Constituição da República precisa de uma revisão”. Além disso, o item é falso por não haver nele qualquer passagem que estabeleça que, para a aceitação de uma Constituição pelo escritor, seja suficiente os funcionários governamentais mais humildes terem seus direitos garantidos. Ademais, quando se refere ao Brasil como confederação cinematográfica, faz isso ironicamente.

C. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor se refere às muitas pessoas que mandam em diferentes contextos. Afirma que é necessário reconhecê-lo como o quarto poder e citá-lo na Constituição.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Ao se referir aos três poderes reconhecidos na Constituição, o autor sobrepõe o Executivo ao Legislativo e ao Judiciário. Não faz considerações sobre qualquer problema de natureza constitucional dos três poderes. O que se pode inferir é que o quarto poder tem semelhanças com o Executivo, pois são ambos mandatários.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Para que o item E fosse correto, seria necessário que, em sua segunda linha, houvesse a disposição “do mais alto ao mais baixo” em vez de “do mais baixo ao mais alto”, pois a linha 14 se refere a uma “escala descendente”. Seria necessário também que o termo “lagoa republicana”, referente ao Brasil, fosse substituído por “batráquios da lagoa republicana”, referente aos chefes políticos, ao quarto poder.

Texto para a Questão 138.

1 As 101 crônicas de Comédias da vida privada, de

Luis Fernando Veríssimo, compõem um desses raros livros que

correspondem ao que diz sua orelha. Reproduzo, por não saber

4 dizer melhor: “O território imenso, opaco, denso e impreciso

da classe média. Seus heróis anônimos, os grandes e os

pequenos gestos, a complicada engenharia familiar, as

7 fidelidades, as mesas de bar, as angústias, o trágico e o cômico

combinados na estranha sinfonia do cotidiano, salas de jantar

onde são decididos destinos com a televisão ligada, vizinhos

10 barulhentos, enfim...”

Só digo algo mais. Luis Fernando, não por escolha,

mas por vocação, é escritor de um gueto - o humorismo. Em

13 toda parte do mundo, o labéu, o rótulo humorista, continua

sendo colocado em intelectuais como um sinal menor ou um

“à parte”. Nem adianta lembrar que símbolos maiores de

16 intelectuais na França são Molière e Rabelais; na Irlanda e

Inglaterra, Swift e Shaw, e que o gênio ímpar da Espanha é

Cervantes. No Brasil, então, país que teima em ser

19 subdesenvolvido apesar de oitava economia do mundo,

humorista é ator de peruadas, simpático, sim, divertido, sim,

mas deixa pra lá. (...)

22 Previno o leitor: ao dar, como eu, insopitáveis

gargalhadas durante a leitura (e olha que é difícil rir sozinho)

de Comédias da vida privada, não esqueça que está diante

25 do Magnus opum de um escritor. Não se preocupe em como

chamar ou em como chamam o livro: crônicas, contos,

reflexões, piadas, críticas. E não acredite na aparente

28 fragmentação. O livro é uno e denso. Ridente e reflexivo de

ponta a ponta e pungente e metafísico inúmeras vezes.

Millôr Fernandes. A comédia da classe média. Apresentações. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 71-72 (com adaptações).

138. (IRBr - 2013) Assinale a opção correta a respeito das ideias desenvolvidas no texto acima.

A. No primeiro parágrafo do texto, o autor reproduz um trecho da orelha do livro Comédias da vida privada, escrita por ele, e informa só ter mais uma coisa a dizer sobre Luis Fernando Veríssimo: “é escritor de um gueto - o humorismo”.

B. Millôr Fernandes comenta e critica a percepção, presente em “toda parte do mundo” (l.13), de que o intelectual e o humorista se diferenciam, desempenhando este uma atividade menos importante do que a daquele.

C. O autor do texto alerta o leitor para não acreditar na aparente fragmentação do livro Comédias da vida privada, visto que o mesmo julgamento é feito em relação a obras de humoristas franceses, como Molière e Rabelais.

D. No comentário sobre Comédias da vida privada, Millôr Fernandes explica que o humorismo levou Luis Fernando Veríssimo a defender visões políticas e a criticar costumes sociais que acabaram por forçá-lo a viver em um gueto.

E. Millôr Fernandes critica a classe média por sua incapacidade de rir de si mesma e por não ler livros unos e densos como é a obra Comédias da vida privada.

Resposta: B

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O primeiro parágrafo não afirma que a orelha do livro Comédias da vida privada foi escrita por Millôr Fernandes. Afirma que o livro faz jus à sua orelha.

B. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Comprovam o item a passagem "Em toda parte do mundo, o labéu, o rótulo humorista, continua sendo colocado em intelectuais como um sinal menor ou um 'à parte'" e os comentários seguintes, que, ironicamente, dizem haver desatenção em relação à existência do humor em gênios como Cervantes e apontam o Brasil como lugar em que se dá ao humorista importância menor, o que não é condizente com a situação de uma oitava economia mundial.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Quando o autor alerta para a não fragmentação do livro de Luís Fernando Veríssimo, não se refere a livros de outros escritores.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Millôr Fernandes não faz referência à visão política de Luís Fernando Veríssimo nem a críticas desse escritor à classe média. A transcrição feita da orelha do livro, com a qual concorda o autor do texto, também não se refere a esses elementos.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As críticas que são feitas no texto de Millôr não têm um referente específico. A classe média foi citada no trecho transcrito da orelha do livro Comédias da

vida privada como elemento retratado nesta obra, e não como elemento que a avalia.

Texto para a Questão 139.

1 Como estranhar que haja aqui, sobrenadando em toda

expressão, um ânimo nacional?... Brasileiro... Brasil...! Por que

não no amar, constante, bem explicitamente, dolorosa, ou

4 voluptuosamente, como à essência de mim mesmo, e à vida a

que me pego?... Chamem-me latino, ocidental... O que me está

na voz percebida e entendida será isto mesmo, pois que só

7 traduz insuficiência de expressão, para uma mentalidade e um

tom de sentimento jamais encontrados nas muitas páginas que

li e nas gentes estranhas com quem tratei. De fato, procurei

10 nutrir o espírito e ter matéria de pensamento a par do meu

século; camadas e camadas se depositaram, assim, sobre a

mente primitiva. Mas, quando me vem o momento de pensar

13 pensamento realmente meu e, sobretudo, quando me fala o

recôndito sentimento, encontro-me com o nódulo do meu ser,

fórmula de mim mesmo, em que me reconheço desde que se

16 me iluminou a consciência: a alma banalmente simples e, por

isso, intensa e livre, a mesma em que vivi a vida sincera e

estuante de ontem, única - inteira e completa, de quando

19 afrontava a experiência na solidez de perfeita unidade

espiritual.

Ora, essa unidade, em que me reconheço, é aquilo

22 mesmo que, na consciência, reflete a singela tradição nacional

dos meus dias de infância e de adolescência. (...)

Manoel Bonfim. O Brasil na América. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 28-29.

139. (IRBr - 2013) Com relação às ideias desenvolvidas no texto acima, assinale a opção correta.

A. Segundo o texto apresentado, o momento de “pensar pensamento” (l.12-13) realmente seu só ocorre a Manoel Bonfim quando ele recorda os dias da infância e da adolescência brasileiras.

B. Segundo o autor do texto, a unidade, o ânimo nacional e a essência de si mesmo estão refletidos nos dias da sua infância e da sua adolescência brasileiras.

C. O autor recusa ser denominado latino ou ocidental, uma vez que as origens dos atributos de tais denominações são muito diferentes das que compõem a caracterização de ser brasileiro.

D. Manoel Bonfim considera peculiar o fato de que ser brasileiro o esteja impedindo de conhecer melhor países estrangeiros e “gentes estranhas” (l.9).

E. O autor do texto comenta haver encontrado “insuficiência de expressão” (l.7) em todas as obras de escritores que não tiveram a percepção desenvolvida para o ânimo nacional.

Resposta: B

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O reconhecimento da singela tradição nacional dos dias de infância e adolescência pelo autor não o leva a ter um pensamento realmente seu. Esse reconhecimento não é a causa de suas reflexões, e sim o resultado delas. O que lhe exige recorrer a reflexões realmente suas é a insuficiência da expressão das muitas páginas lidas e das gentes estranhas com que tratou.

B. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O último parágrafo do texto comprova a afirmação do item.

C. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor admite ser denominado latino e ocidental. A passagem "Chamem-me de latino, ocidental... o que me está na voz percebida e entendida será isto mesmo...".

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor não atribui dificuldades de conhecer outros países e gentes estranhas a ser brasileiro nem é disso que reclama, e sim de não ter encontrado em suas leituras e nas gentes com quem tratou a mentalidade e o sentimento que desejava.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor reclama de não ter encontrado nos escritores que leu expressão suficiente para a obtenção da mentalidade e do sentimento desejados, mas não sugere que existem outros que têm essa expressão e não foram lidos por ele. Essa sugestão existe apenas na passagem do item, que tem a oração adjetiva restritiva "que não tiveram a percepção desenvolvida para o ânimo nacional". Não existe no texto.

Texto para a Questão 140.

Visita a Jean-Paul Sartre

Os estudantes do velho Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, do Rio, querem levar uma peça de Sartre, Morts sans sépulture, sem pagar os direitos. O pedido vem às mãos de Roberto Assumpção, secretário da embaixada, que lida com as coisas culturais. Ele escreve a Sartre e recebe logo a resposta, marcando rendez-vous: meio-dia e meia, no apartamento do escritor. Vou também, como penetra. (...)

Sartre mora na esquina da rue de l'Abbaye, num quarto andar aonde se ascende por uma escada meio escura, em caracol. Esse solteirão de 45 anos vive com sua mãe, e tem um apartamento bem-arranjado. Eu melhoraria de estilo se escrevesse como ele, nesse pequeno escritório cheio de livros, com duas janelas dando para o largo: à esquerda, a torre da igreja, à direita, o Deux Magots. (...)

À primeira vista, o dono da casa lembra Portinari; um Portinari que fosse mais forte e mais rústico. Esse parisiense que deriva da Borgonha e da Alsácia tem alguma coisa de camponês do Norte. É vermelho, tem a pele grosseira e os cabelos cor de palha suja. Os pedaços de costeleta que passam sob os ganchos dos óculos já embranqueceram. É impossível saber se está falando com Roberto Assumpção ou comigo, pois cada olho fixa um de nós, formando um ângulo de 45 graus; mas parece que o esquerdo, que fixa o diplomata, é que está com a razão. (...)

Estava escrevendo quando nos recebeu: explica-me que está acabando seu estudo sobre Jean Genet. Tem em sua frente uma edição de luxo de Notre-Dame-des-Fleurs. Automaticamente reparo nos dois livros que tem sobre a mesa: um é Platão, outro de Mallarmé.

É claro que tem prazer em que os estudantes levem sua peça; faz questão de escrever a eles uma carta, dando licença e agradecendo. Roberto lhe fala sobre o interesse que sua obra desperta no Brasil. Já tem notícia disso, e teve um convite de São Paulo para visitar nosso país. “Este ano foi impossível, mas vou dar um jeito de ir no ano que vem.” Conta que o adido cultural francês em São Paulo lhe prometeu mandar a tradução do ensaio de

um escritor brasileiro para publicar na Les Temps Modernes, a sua revista. Não se lembra do nome do escritor.

Faz pergunta sobre nosso país. Diz que tem boa impressão dele pelo que lhe contaram Camus, Barrault e outros amigos. Um povo que tem caráter próprio e muita efervescência cultural. Não tem o ar de dizer gentilezas e parece exprimir uma curiosidade sincera. Digo-lhe que, na linguagem do Rio, “existencialismo” tem um sentido não muito austero e lembra mais Chiquita Bacana do que Søren Kierkegaard. Ri: não é apenas no Brasil, é no mundo; isso começou aqui no quartier e - nota - os adversários fingem levar a sério essa legenda de “imoralismo” da doutrina.

Rubem Braga. Visita a Jean-Paul Sartre [crônica de 20-11-1950]. Retratos parisienses. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. 115-117 (com adaptações).

140. (IRBr - 2013) Com relação às ideias desenvolvidas no texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) O autor do texto, Rubem Braga, registra que o adido cultural francês em São Paulo teve conhecimento do problema relativo a direitos autorais e prometeu enviar uma cópia do processo traduzida para o francês.

2. ( ) Rubem Braga informa que, como Jean-Paul Sartre foi evasivo durante boa parte da conversa, não foi possível saber com que interlocutor ele falava sobre seus trabalhos literários.

3. ( ) O encontro dos dois brasileiros com Jean Paul-Sartre foi marcado com urgência em razão de um processo penal que, relativo a direitos autorais, envolvia estudantes do Rio de Janeiro e o escritor francês.

4. ( ) O cronista brasileiro comenta que melhoraria seu estilo literário se escrevesse não apenas no ambiente do filósofo francês, mas também se consultasse os livros de Platão e de Mallarmé que estavam sobre a mesa de Jean-Paul Sartre no momento do encontro.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O que o adido cultural francês prometeu a Sartre não

foi enviar-lhe uma cópia de processo relativo a direitos autorais, e sim a tradução de um ensaio de um escritor brasileiro para que a publicasse na Les Temps Modernes.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Rubem Braga afirma que Sartre olhava ao mesmo tempo a ele e a Roberto Assumpção. Olhava a um com o olho direito e ao outro com o olho esquerdo. Não era, pois, evasivo.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O encontro dos dois brasileiros tinha como intenção conseguir a autorização de Sartre para que estudantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira trouxessem para o Rio a peça Morts sans Sépulture sem pagamento de direitos autorais.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O que chamou a atenção de Rubem Braga como elemento que contribuiria para a melhoria de seu estilo foi o fato de Sartre escrever em um pequeno escritório cheio de livros e com janelas que davam para a torre de uma igreja e o Deux Magots. Não se referiu ao fato de haver livros de Platão e Mallarmé como razão para a melhoria de seu estilo.

Textos para a Questão 141.

Lendo provas de um poema

1 Com Rubem Braga, certa vez,

lia em provas Dois Parlamentos.

Na manhã ipanema e verão,

4 em volta do alto apartamento,

sem que carniça houvesse perto,

sem explicação, todo um elenco

7 de urubus se pôs a rondar

a cobertura, em voos pensos:

como se farejassem a morte

10 no texto que estávamos lendo

e se a inodora morte escrita

não fosse esconjuro mas treno.

João Cabral de Melo Neto. Museu de tudo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 60 (com adaptações).

O urubu mobilizado

1 Durante as secas do Sertão, o urubu,

de urubu livre, passa a funcionário.

O urubu não retira, pois prevendo cedo

4 que lhe mobilizarão a técnica e o tacto,

cala os serviços prestados e diplomas,

que o enquadrariam num melhor salário,

7 e vai acolitar os empreiteiros da seca,

veterano, mas ainda com zelos de novato:

aviando com eutanásia o morto incerto,

10 ele, que no civil quer o morto claro.

Embora mobilizado, nesse urubu em ação

reponta logo o perfeito profissional.

13 No ar compenetrado, curvo e conselheiro,

no todo de guarda-chuva, na unção clerical,

com que age, embora em posto subalterno:

16 ele, um convicto profissional liberal.

João Cabral de Melo Neto. Poesias completas. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968, p. 12-13 (com adaptações).

141. (IRBr - 2013) Com relação aos textos acima - poemas de João Cabral de Melo Neto -, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Depreende-se do primeiro texto que o poeta João Cabral de Melo Neto e o cronista Rubem Braga liam juntos as provas da obra Dois Parlamentos, porque ambos eram personagens desse poema.

2. ( ) No segundo texto, ao informar que o urubu é “funcionário” (v. 2), “veterano” (v. 8) e “convicto profissional liberal” (v. 16), o poeta quer assim transmitir a rotina, a experiência e a autonomia do urubu no período das secas do sertão, quando a morte dos animais, por fome e sede, aumenta a oferta da carniça de que se alimenta.

3. ( ) No primeiro texto, o poeta demonstra apreensão ao perceber “um elenco de urubus” (v. 6-7) a circular sobre a cobertura de um prédio e receia que as aves estejam indicando a iminente morte de um dos escritores, como em um presságio.

4. ( ) Ao afirmar, no segundo texto, que o urubu “vai acolitar os empreiteiros da seca” (v. 7), o poeta ironiza aqueles que lucram com a longa estiagem sertaneja, comparando-os a ave que, no mesmo período, encontra farta comida.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Rubem Braga e João Cabral não eram personagens da obra Dois Parlamentos. O poema diz que João Cabral lia as provas do livro que escrevera com o amigo Rubem Braga.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O urubu passa a ter em sua rotina a espreita de animais que, devido às secas, podem morrer. Assemelha-se a um funcionário com zelos de novato (compenetrado, curvo e conselheiro), embora seja veterano (v. 2 e 8). A sua autonomia, referida no item, identifica-se com a expressão “convicto profissional liberal” (v. 16).

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O poeta supõe que os urubus farejam a morte no livro que ele e Rubem Braga liam, e não a morte dele ou do amigo.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A crítica à indústria das secas é nítida no verso 7.

Textos para as Questões 142, 143 e 144.

Texto I

1 A civilização deu uma importância extraordinária à

escrita e, muitas vezes, quando nos referimos à linguagem, só

pensamos nesse seu aspecto. É preciso não perder de vista,

4 porém, que lhe há ao lado, mais antiga, mais básica, uma

expressão oral.

A rigor, a linguagem escrita não passa de um

7 sucedâneo, de um ersatz da fala. Esta é que abrange a

comunicação linguística em sua totalidade, pressupondo, além

da significação dos vocábulos e das frases, a entoação, os

10 elementos subsidiários da mímica, incluindo-se aí o jogo

fisionômico. Por isso, para bem se compreender a natureza e

o funcionamento da linguagem humana, é preciso partir da

13 apreciação da linguagem oral e examinar, em seguida, a escrita

como uma espécie de linguagem mutilada, cuja eficiência

depende da maneira por que conseguimos obviar à falta

16 inevitável de determinados elementos expressivos.

Joaquim Mattoso Câmara Jr. Manual de expressão oral e escrita. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Texto II

1 A palavra falada é imediata, local e geral. Quando

falamos, falamos para ser ouvidos imediatamente, com quem

está ali ao pé de nós, e de modo a que sejamos facilmente

4 entendidos dele, que sabemos quem é, ou calculamos que

sabemos, e que pode ser toda a gente, devendo nós pois falar

como se fosse qualquer. A palavra escrita é mediata, longínqua

7 e particular. Quando escrevemos, dirigimo-nos a quem não nos

vai ouvir, que é ler, logo; a quem não está ao pé de nós; a quem

poderá entender-nos e não a quem tem que entender-nos, tendo

10 nós pois primeiro que o entender a ele.

Em resumo, a palavra falada é um fenômeno social,

a escrita um fenômeno cultural; a palavra falada um fenômeno

13 democrático, a escrita um aristocrático. São diferentes em

substância: são pois forçosamente diferentes os seus

respectivos meios e fins. (…)

16 Na palavra falada, temos que ser, em absoluto, do

nosso tempo e lugar; não podemos falar como Vieira, pois nos

arriscamos ou ao ridículo ou à incompreensão. Não podemos

19 pensar como Descartes, pois nos arriscamos ao tédio alheio.

A palavra escrita, ao contrário, não é para quem a

ouve, busca quem a ouça; escolhe quem a entenda, e não se

22 subordina a quem a escolhe.

Fernando Pessoa. A língua portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 56-57 e 72.

142. (IRBr - 2013) No que se refere a aspectos linguísticos dos textos I e II, assinale a opção correta.

A. No texto I, no segmento “lhe há ao lado” (l.4), o pronome “lhe” tem valor possessivo e seu antecedente e o núcleo nominal “linguagem” (l.2).

B. No trecho “os elementos subsidiários da mímica”, (texto I, l.9-10), o termo “da mímica” exerce função de complemento do substantivo “subsidiários”.

C. No trecho “a que sejamos facilmente entendidos dele” (texto II, l.3-4), o elemento “dele” expressa o agente da ação expressa pela forma verbal “entendidos” e equivale a por ele.

D. No texto II, a conjunção “pois”, em suas cinco ocorrências (l.5, 10, 14, 17 e 19), denota conclusão, razão por que poderia ser corretamente isolada por vírgulas em todas as cinco ocorrências.

E. A oração “que pode ser toda a gente” (texto II, l.5) exerce, no período em que ocorre, a função de complemento da forma verbal “calculamos” (l.4), juntamente com a oração “que sabemos” (l.4-5).

Resposta: C

A. E - CLASSES GRAMATICAIS - PRONOMES/COERÊNCIA E COESÃO - O pronome “lhe” tem valor possessivo, mas se refere à expressão oral, e não à linguagem. Ao lado da escrita, há a expressão oral.

B. E - CLASSES GRAMATICAIS - SUBSTANTIVO E ADJETIVO/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O termo “subsidiários” é adjetivo, e não substantivo. O termo “da mímica” é complemento nominal desse adjetivo.

C. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O termo “dele” é agente da passiva e equivale a “por ele”. Poderíamos transpor a oração para a voz ativa: “a que facilmente ele nos entenda”.

D. E - CLASSES GRAMATICAIS - CONJUNÇÃO - Nas linhas 17 e 19, a conjunção “pois” tem valor explicativo. Penas nas linhas 5, 10 e 14, tem valor conclusivo.

E. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A oração “e que pode ser toda a gente” é subordinada adjetiva explicativa e refere-se a “quem está ali ao pé de nós” (l. 2 e 3).

143. (IRBr - 2013) Em relação ao vocabulário empregado nos textos I e II, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) No texto I, a palavra “sucedâneo” (l.7) foi empregada como sinônima de sucessor, podendo ser por esta substituída, sem prejuízo do sentido original do texto.

2. ( ) Dadas as relações de sentido construídas no texto II, a palavra “imediata” (l.1) poderia ser interpretada, no contexto, tanto como sem intermediário quanto como instantâneo.

3. ( ) No texto II, a relação entre os adjetivos “democrático” (l.13), referindo-se a “palavra falada”, e “aristocrático” (l.13), relativo a “palavra escrita,” e de antonímia, estando ambos os vocábulos empregados em sentido conotativo.

4. ( ) No texto I, o verbo “obviar” (l.15) foi empregado como sinônimo de opor.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A palavra “sucedâneo” significa “substituto”, “imitador”. Já a palavra “sucessor” significa “o que vem em seguida”, “o que ocorre em seguida”. As duas palavras não são equivalentes.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Imediata” significa “instantânea”, “que não ocorre depois de algum tempo”, “sem intermédio”, “direta”.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO - O autor considera a palavra falada um fenômeno democrático, um fenômeno social. Considera a palavra escrita um fenômeno aristocrático, um fenômeno cultural. Infere-se, assim, que a primeira é de domínio geral e que a segunda é de domínio restrito. Estabelece-se, desse modo, uma oposição, uma antonímia. Essa oposição, que não pode ser considerada literalmente, é de natureza conotativa.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - “Obviar” pode significar “prevenir”, “remediar”, “resistir a “, “opor-se a”. No contexto, o sentido de “obviar” é próximo do de “remediar”. O melhor sentido a apontar para a palavra é o de “compensar”. Assim, teríamos “...cuja eficiência depende da maneira por que conseguimos compensar a falta inevitável de determinados elementos expressivos”.

144. (IRBr - 2013) No que se refere aos sentidos dos textos I e II, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) De acordo com o texto I, a falta de determinados elementos expressivos na linguagem torna a escrita sempre ineficiente, em menor ou

maior grau, se comparada à linguagem falada.

2. ( ) Depreende-se das ideias desenvolvidas nos textos I e II que seus autores divergem a respeito do que faz da fala e da escrita instâncias diversas: Mattoso Câmara atribui a diferença à natureza delas, e Pessoa, aos meios e fins.

3. ( ) Conclui-se do desenvolvimento das ideias do texto II que a “palavra falada” subordina o falante ao seu interlocutor, ao passo que a “palavra escrita” confere ao escritor liberdade de expressão.

4. ( ) Do trecho do texto II “Não podemos pensar como Descartes, pois nos arriscamos ao tédio alheio” (l.18-19) infere-se que Fernando Pessoa associa pensamento e linguagem.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os elementos expressivos faltam na fala, e não na linguagem, que pode se manifestar tanto na fala como na escrita.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Mattoso Câmara atribui a diferença entre a língua escrita e a falada à natureza delas. Fernando Pessoa, aos seus meios e fins, mas o que os dois autores dizem da fala e da escrita não constitui oposições entre os textos. Cada um deles estabelece uma oposição dentro de seu próprio texto.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os dois últimos parágrafos confirmam o item. A palavra falada, segundo Fernando Pessoa, prende-nos ao nosso tempo e lugar, e temos que adaptá-la ao ouvinte, considerando as condições de sua recepção. Não podemos falar como Vieira nem como Descartes, diz Pessoa. Já a palavra escrita “não se subordina a quem a escolhe” (l. 21 e 22), havendo, neste caso, liberdade de expressão.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Por meio da linguagem, expressa-se o pensamento. Assim, sem dúvida, a forma como ele é conduzido interfere na linguagem.

Texto para a Questão 145.

1 O trono sem povo é uma árvore sem raízes, é um
edifício sem fundamentos. O vento que soprar mais forte
despregará a árvore da terra, e rolará o edifício nas areias.
4 Já se dizia na nossa Constituinte:
“O trono não tem uma força própria; a de que goza
reside na ideia que dele formam os POVOS”.
7 E o povo, existe ele hoje?
Não: o que temos é uma corrente ligeira que todos
desviam de seu alvo, e que lambe os pés de todos que
10 dominam. O que temos é uma voz enfraquecida, que se perde
no espaço da terra brasileira. Mas um dia essa voz, quase
perdida, será um rugido de trovão, e a tempestade abalará os
13 dormentes da caverna. Um dia essa corrente humilde far-se-á
rio caudal para arrebatar as insígnias falsas, e arrastar no
vórtice das espumas esse rochedo que parece afrontar os ventos
16 da democracia.
Por isso desfalecer é um crime. A terra brasileira é a
mãe de nobres ideias, o alenta o valor de seus filhos Antêos.
19 (…)
Na batalha a bandeira rota é a mais gloriosa, e o fumo

que a cresta fala dela ao patriotismo.

22 Ai de nós se o ceticismo nos arrebatasse a esperança

porque a alma magnânima do povo não sofreria as ânsias

cruéis do cativeiro.

25 Esperemos.

Em vez do governo de hoje, em vez do regime

pessoal, que as leis criaram, virá o puro governo

28 representativo; em vez da vontade de um só substituída à

palavra sincera dos comícios virá a voz da praça pública; em

vez do imperialismo, teremos a democracia.

31 Esperemos.

A regeneração social será completa. Há um pêndulo

que marca as eras das crises nacionais, e o Brasil está em crise.

Joaquim Nabuco. O povo e o trono. In: Leonardo Dantas Silva (Org.). Nabuco e a República. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massagana, 1990, p. 9. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>.

145. (IRBr - 2013) No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto acima, assinale a opção correta.

A. Dados os sentidos do texto e as relações sintáticas de seu segundo período, a forma verbal “rolará”, em “rolará o edifício nas areias” (l.3), pode ser interpretada como cair ou como fazer cair.

B. A palavra “trono” está empregada no texto em referência, de forma genérica, a regime autoritário.

C. O pronome “isso”, em “Por isso” (l.17), retoma a ideia desenvolvida no último período do parágrafo anterior, a qual constitui a consequência do fato expresso na oração “desfalecer é um crime”.

D. A forma verbal “Esperemos”, na linha 25, denota esperança, mas não expectativa, ou seja, denota desejo de mudança, sem que se possa deduzir que haja a possibilidade de que ela ocorra.

E. Infere-se do texto que o “imperialismo” (l.30) a que se refere o autor consiste na prática política de expansão territorial e, principalmente, econômica adotada por alguns Estados para subjugar outros Estados.

Resposta: A

A. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS, PREDICAÇÃO VERBAL - A forma “rolará” pode ter como sujeito “o vento”. Nesse caso, “o edifício” será objeto direto e o verbo terá o sentido de “fazer cair”. Poderá, porém, ser sujeito de “rolará” o termo “o edifício”, passando a ser este verbo intransitivo, acompanhado apenas do adjunto adverbial de lugar “na areia”. Nesse caso, o sentido do verbo será o de “cair”.

B. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O trono significa no texto o poder que representa o povo e que, para manter-se, necessita do apoio deste. O regime autoritário é elemento que afasta do trono esse apoio.

C. E - COERÊNCIA E COESÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O pronome “isso” (l. 17) retoma a ideia presente na última frase do parágrafo anterior, mas a relação que se dá entre essa ideia e a passagem “Por isso desfalecer é um crime” é de conclusão, e não de causa e consequência”.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/CLASSES GRAMATICAIS - VERBO - A forma “Esperemos” denota convicção. Sugere que a mudança ocorrerá em seu tempo. No parágrafo seguinte, o emprego de verbos no futuro do presente do indicativo aponta os fatos como certos.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O imperialismo se opõe no texto à democracia. Assim, significa o autoritarismo do regime antidemocrático, e não o domínio de um Estado sobre outro.

Texto para a Questão 146.

1 No romance Vidas secas, é crucial o enfezamento do

narrador com palavras que não remetem a coisas e atos

verazes. A palavra escrita, por exemplo, sob cujo limiar se

4 exprimem Fabiano e os seus, é, para o sertanejo, causa de

angústia e de opressão. É a cifra misteriosa rabiscada na

caderneta do patrão, são aquelas letras taxativas que se

7 impõem na hora do acerto de contas com o cabra.

Lembro o que diz Paulo Honório, em São Bernardo,

e Luís da Silva, em Angústia, sobre o caráter safado das

10 palavras pedantes e das estreias literárias que se exibem nas

vitrinas como as prostitutas de rua. A palavra escrita sofre um

processo que lhe movem a economia e a moral da pobreza.

13 Volto ao narrador. Este olha de cima, da História

brasileira já conhecida, o destino do seu vaqueiro: sair de um

ciclo, que ao retirante parece apenas natural, e rumar para

16 alguma cidade grande do Sul, onde, faça chuva ou faça sol,

precisa-se de mão de obra barata.

O historiador, que está, de algum modo, à frente dos

19 acontecimentos, vê as etapas do processo. O sonho do vaqueiro

e as fantasias que ele projeta no seu Eldorado do Sul se dizem,

primeiro, no discurso mental de Fabiano e, depois, na

22 interpretação que lhes dá o narrador.

O sonho, decifrado como ilusão, acorda na história

meridiana do novo proletariado e revela a sua essência de

25 cativeiro: chegariam a uma terra civilizada, mas ficariam

presos nela.

Alfredo Bosi. Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideologia. São Paulo: Ática, 1988, p. 12-13 (com adaptações).

146. (IRBr - 2013) Em relação ao texto acima, assinale a opção correta.

A. Segundo o autor do texto, na visão do retirante Fabiano, não há desemprego em qualquer cidade do Sul do Brasil, mesmo que, como o próprio reconhece, o trabalho seja mal remunerado.

B. No que segmento “sob cujo limiar se exprimem Fabiano e os seus” (l.3-4), e apresentada uma das causas da angústia do personagem Fabiano diante das relações de trabalho.

C. No processo de coesão textual, os termos “O historiador” (l.18) e “o narrador” (l.22) remetem a diferentes referentes, como evidencia o emprego da estrutura de subordinação com oração adjetiva explicativa (l.18-19), que generaliza o sentido da palavra “historiador”.

D. Para reforçar a ideia de “enfezamento” (l.1), o narrador alude, no segundo parágrafo, a crítica de personagens de outras narrativas à linguagem erudita e às estreias literárias em geral, ambas comparadas a prostitutas.

E. No último parágrafo do texto, o autor dá voz ao narrador onisciente do romance Vidas secas, que faz referência à vida futura dos personagens que acompanham Fabiano ao seu Eldorado do Sul, como evidencia o emprego das formas verbais “chegariam” e “ficariam”, flexionadas no futuro do pretérito do indicativo.

Resposta: B

A. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O pensamento de que, em cidades grandes do Sul, “faça chuva ou faça sol, precisa-se de mão de obra barata” (l. 16 e 17) não foi mostrada no texto como pertencente a Fabiano. Nas linhas 13 e 14, comprova-se isso: “Volto ao narrador. Este olha de cima, da História brasileira já conhecida, o destino do seu vaqueiro”.

B. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não saber o que se registra na caderneta do patrão afasta Fabiano de receber justamente os ganhos a que deveria ter direito pelo trabalho que desempenha.

C. E - COERÊNCIA E COESÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O narrador é elemento fictício, criação do escritor tanto quanto os seus personagens. O historiador é elemento real. O texto se refere às visões de um e de outro. A oração adjetiva explicativa “que está, de algum modo, à frente dos acontecimentos” (l. 18 e 19) contribui para sugerir a existência dessa diferença ao generalizar “o historiador”.

D. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - Paulo Honório e Luís da Silva, em São Bernardo e em Angústia, respectivamente, são personagens-narradores que se mostram insatisfeitos com o “caráter safado das palavras pedantes e das estreias literárias que se exibem nas vitrinas como as prostitutas de rua” (l. 9 a 11). A oração “que se exibem nas vitrinas

como as prostitutas de rua” restringe o termo “estreias literárias”, o que significa que nem todas elas têm as características que os dois narradores condenam. Assim, não se pode afirmar que criticam as estreias literárias em geral.

E. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/EMPREGO DAS FORMAS VERBAIS NO FUTURO DO PRETÉRITO - O emprego das formas verbais no futuro do pretérito leva a ação verbal a condições de possibilidade, de incerteza. Esse tempo verbal se aproxima do modo subjuntivo, tendo com ele a semelhança de sugerir hipóteses, conjeturas. A opinião do último parágrafo vem da interpretação de Alfredo Bosi sobre um dos sentidos do romance de Graciliano Ramos.

Texto para a Questão 147.

Cobra Norato

XXVIII

1 A floresta se avoluma

Movem-se espantalhos monstros

riscando sombras estranhas pelo chão

4 Árvores encapuzadas soltam fantasmas

com visagens do lá se vai

O luar amacia o mato sonolento

7 Lá adiante

o silêncio vai marchando com uma banda de música

Floresta ventríloqua brinca de cidade

10 Movem-se arbustos cúbicos

sob arcadas de samaúma

Palmeiras aneladas se abanam

13 Jaburus de monóculo namoram estrelas míopes

João Cutuca belisca árvores

Passa lá embaixo a escolta do Rei de Copas

16 Chegam de longe ruídos anônimos

O mato se acorda

Cipós fazem intrigas no alto dos galhos

19 Desatam-se em gargalhadinhas

Uma árvore telegrafou para outra:

psi psi psi

22 Desembarcam vozes de contrabando

Sapos soletram as leis da floresta

Lá em cima

25 um curió toca flauta

Estira-se o rio

O mato é um acompanhamento

28 Desfiam-se as distâncias

entre manchas de neblina

- Lá vai indo um navio, compadre!

31 Jaquirana-boia apita

Uma árvore abana adeus do alto de um galho

XXIX

- Escuta, compadre

34 O que se vê não é navio. É a Cobra Grande

- Mas o casco de prata? As velas embojadas de vento?

Aquilo é a Cobra Grande

37 Quando começa a lua cheia ela aparece

Vem buscar moça que ainda não conheceu homem

A visagem vai se sumindo

40 pras bandas de Macapá

Neste silêncio de águas assustadas

parece que ainda ouço um soluço quebrando-se na noite

43 - Coitadinha da moça

Como será o nome dela?

Se eu pudesse ia assistir o casamento

46 - Casamento de Cobra Grande chama desgraça, compadre

Só se a gente arranjar mandinga de defunto

Ué! Então vamos

49 Lobisomem está de festa no cemitério.

Raul Bopp. Cobra Norato. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 44-49.

147. (IRBr - 2013) A respeito das relações semântico-sintáticas no poema Cobra Norato, de Raul Bopp, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Entre as expressões que compõem o campo semântico associado à floresta assombrada, imagem a que remete a leitura do fragmento apresentado, incluem-se: “espantalhos monstros” (v.2), “sombras estranhas” (v.3), “Árvores encapuzadas” (v.4), “fantasmas” (v.4), “visagens do lá se vai” (v.5), “Floresta ventríloqua” (v.9), “ruídos anônimos” (v.16).

2. ( ) No verso “Vem buscar moça que ainda não conheceu homem” (v.38), o atributo do núcleo nominal “moça” é expresso por estrutura oracional que corresponde a uma perífrase.

3. ( ) No diálogo expresso nos versos de 43 a 46, entre as marcas da linguagem coloquial, inclui-se a regência do verbo chamar como verbo não pronominal, o que resulta em acepção diferente da que seria coerente com os sentidos produzidos.

4. ( ) A liberdade do poeta no emprego dos sinais de pontuação e evidenciada, por exemplo, no trecho entre os versos 46 e 49, em que não é marcada a mudança de interlocutor no diálogo apresentado.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Além das expressões citadas no item, pertencentes todas elas ao campo semântico associado à floresta assombrada, há outras no texto que também se relacionam a ele, como “mandinga de defunto” (v. 37) e “Lobisomem” (v. 49). Assim, procede a afirmação do item de que as expressões que cita se incluem entre as que no texto compõem o campo semântico associado à floresta assombrada.

2. C - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM/ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - A oração subordinada adjetiva restritiva “que ainda não conheceu homem” (v. 38) pode ser substituída pelo adjetivo “virgem”. Assim, pode-se dizer que a opção pela exposição do atributo da moça de forma mais complexa constitui uma perífrase (qualquer sintagma ou

expressão idiomática desenvolvida que substitui outra e que se faz reconhecível por relação de conceitos).

3. E - REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL - São marcas de linguagem coloquial dos versos 43 ao 46 o uso do termo “Coitadinha”; o do pretérito imperfeito “ia” em vez da forma “iria”, do futuro do pretérito; o da regência indevida do verbo “assistir”, que deveria reger objeto indireto com a preposição “a”, visto que tem sentido de “presenciar” no contexto; o do verbo “chamar” no sentido de “atrair”. Não se pode afirmar, porém, que o verbo “chamar” é usado coloquialmente sempre que não for pronominal. No sentido de “invocar”, a língua culta o exige sem pronome oblíquo, como em “Chame o garoto”. No sentido de denominar, ora aparece sem pronome oblíquo, como em “Chama o namorado de “meu bem”; ora com pronome oblíquo, como em “Chama-se manauara a pessoa nascida em Manaus”. Desse modo, o item não procede totalmente. Além disso, mesmo o uso de “chamar” no sentido de “atrair” constituindo no texto uma oralidade, não foi incoerente com os sentidos produzidos.

4. C - PONTUAÇÃO - A ausência de ponto no fim dos versos 46 a 49 e de travessões que indiquem a alternância de interlocutores dos versos 47 a 49 evidencia a liberdade formal do poeta, o que não é de se estranhar em um poema de feição modernista, como é o de Raul Bopp.

Texto para a Questão 148.

1 Conta Darcy Ribeiro (1996) que, entre os índios

Urubu-Kaapor, a Cobra Grande engolia muita gente e precisou

ser morta. “Antes de morrer, teve um sobressalto. Se levantou,

4 subiu e foi bater no céu. Ficou lá a sombra dela. É a Via

Láctea, que até hoje a gente vê. Depois, caiu lá de cima, com

grande barulho. Veio bater no chão, acabou com a mata toda

7 naquele lugar; só deixou um buraco. Agora é o mar Paraná-

-Ramiú.” Darcy, com o jeito que lhe era característico, exclama:

“Não é uma beleza? Aqui, o sangue de uma Cobra gigantesca

10 deu origem à Via Láctea e ao Avô-Mar!”.

Lux Vidal. A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque - Amapá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 28-30 e 35 (com adaptações).

148. (IRBr - 2013) Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos a aspectos gramaticais do texto acima.

1. ( ) Sem alteração de informação, o primeiro período do texto poderia ser reescrito da seguinte forma: Entre os índios Urubu-Kaapor, contou, em 1996, Darcy Ribeiro que a cobra-grande, porque engolia muita gente, morreu.

2. ( ) A referência do sujeito elíptico da oração “E a Via Láctea” (l.4-5) e a expressão “a sombra dela” (l.4), funcionam como sujeito da oração “Ficou lá a sombra dela” (l.4).

3. ( ) Sem que se contrariasse a informação original do texto, o pronome “toda” na expressão “com a mata toda” (l.6) poderia estar anteposto ao substantivo de duas formas: com toda a mata; com toda mata.

4. ( ) A oração “Não é uma beleza?” expressa uma pergunta retórica que corresponde à frase exclamativa “É uma beleza!”, sendo o advérbio de negação empregado como termo de realce na sentença interrogativa.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item afirma que Darcy Ribeiro contou a lenda de que a cobra-grande morreu porque engolira muita gente. Diz também o item que ele relatou a lenda em 1996, momento no qual se encontrava entre os índios Urubu-Kaapor. O texto, porém, não diz que o relato de Darcy foi feito em presença dos índios. Diz apenas que foi feito em 1996. Também não diz que a cobra morreu, e sim que ela foi morta porque engolia muita gente. Diz, por fim, que a cobra vivia entre os índios, o que o item não revela.

2. C - COERÊNCIA E COESÃO/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Neste item, muitos candidatos tendem a crer que o referente do sujeito elíptico da forma verbal “É”, no verso 4, é “a cobra-grande”, e isso se dá porque a frase “Se levantou, subiu e foi bater no céu” (l. 3 e 4) se constitui de três orações as quais têm como referência de seus sujeitos elípticos “a cobra-grande”. No entanto a compreensão do texto deve levar a outra dedução: não é a sombra da cobra-grande que cai do céu, e sim a própria cobra-grande. A sua sombra lá permanece e transforma-se, conforme a lenda referida no texto, na Via-Láctea. A compreensão do que foi relatado por Darcy Ribeiro é indispensável para que o candidato perceba, ao fazer a questão, que o sujeito elíptico da forma verbal “É”, no verso 4, não pode ter como referente a cobra-grande, mas sim a sua sombra.

3. C - CLASSES GRAMATICAIS - PRONOMES - Embora “toda a mata” signifique “a mata toda”, “ a mata inteira” e “toda mata” signifique “qualquer mata”, ou seja, embora os significados dessas expressões, em situação descontextualizada, não coincidam, no contexto, é indiferente usar qualquer uma delas. A expressão “toda mata”, equivalente a “qualquer mata”, significa “todas as matas”, tendo efeito de generalização tanto quanto “toda a mata”.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Após expor informações que cativam o seu espectador e ouvinte, atraindo-o para a fantasia da lenda que relata, Darcy Ribeiro lança uma pergunta que visa a fazer esse receptor reconhecer o encanto da história. É uma pergunta que tem intuito de confirmar que o narrador conseguiu seduzi-lo ou convencê-lo de algo. Trata-se, na verdade, de uma afirmação disfarçada em pergunta. A essa estratégia chamamos pergunta retórica.

Texto para a Questão 149.

1 Na trilha do Verdeamarelismo, mas bem cedo

convertido aos chamados da Antropofagia de Oswald e Tarsila,

está Raul Bopp, cuja rapsódia amazônica, Cobra Norato, é

4 o necessário complemento do Manifesto Antropófago.

A estrutura da obra é épico-dramática e nela o poeta narra as
aventuras de um jovem na selva amazônica, depois de ter
7 estrangulado a Cobra Norato e ter entrado no corpo do
monstruoso animal. Cruzam a história descrições mitológicas
de um mundo bárbaro sob violentas transformações.
10 Aproximando Cobra Norato de outras obras míticas
do Modernismo, diz, com acerto, Wilson Martins: “Observe-se
que o mito da viagem no tempo e no espaço é a viga-mestra de
13 Macunaíma, Martim Cererê, Cobra Norato: o Modernismo
foi uma escola ambulante e perambulante, fascinado pela
descoberta geográfica”.
16 Diálogos do protagonista com os seres espantados da
floresta e do rio formam o coro cósmico de Cobra Norato,
poema ainda vivo como documento do primitivismo entre nós.
19 O telúrico interiorizado e sentido como libido e instinto de
morte: essa, a significação da voga africanizante da Paris
anterior à I Guerra; no Brasil, o reencontro com as realidades
22 arcaicas ou primordiais fazia-se, isto é, pretendia-se fazer sem
intermediários. Era a faixa mais ocidentalizada da cultura
nacional que se voltava para o desfrute estético dos temas e da

25 linguagem indígena e negra.

Alfredo Bosi. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1986, p. 416 (com adaptações).

149. (IRBr - 2013) No que concerne às ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) De acordo com o texto, Raul Bopp, um dos primeiros escritores a aderir ao Movimento Antropófago, já demonstrava, em sua obra Cobra Norato, alinhamento ao primitivismo literário, tendência que o aproximaria do movimento mais radicalmente nacionalista: o Movimento Verde-amarelo.

2. ( ) A ausência de vírgula na denominação “Antropofagia de Oswald e Tarsila” (l.2) indica que o autor do texto considera que, alem de Raul Bopp, só Oswald e Tarsila seguiram, com rigor, os postulados do Manifesto Antropófago.

3. ( ) Haveria prejuízo para a precisão narrativa se as locuções verbais “ter estrangulado” (l.6-7) e “ter entrado” (l.7) fossem substituídas, respectivamente, por ser estrangulada e entrar.

4. ( ) Infere-se do texto que, ao agregar o poema Cobra Norato às obras míticas do Modernismo brasileiro, Alfredo Bosi pretende demonstrar que as tendências literárias na França, como a voga africanizante, não influenciaram a ficção modernista brasileira.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O primeiro parágrafo do texto, que faz referência ao Verdeamarelismo e à Antropofagia, sugere que Raul Bopp já seguia a linha verdeamarelista quando enveredou pelo primitivismo da Antropofagia de Oswald de Andrade e de Tarsila do Amaral. O item afirma o oposto: que Raul Bopp já era antropofagista quando se alinhou ao verdeamarelismo.

2. E - PONTUAÇÃO - A presença da vírgula após “Antropofagia” e após “Tarsila” causaria a impressão de que, antes da adesão de Raul Bopp, o movimento seria exclusivo do casal de artistas, visto que generalizaria ou

unificaria a “Antropofagia”. A sua ausência, por outro lado, restringe o termo, sugerindo haver outros seguidores do movimento além de Oswald, Tarsila e Raul Bopp.

3. C - CLASSES GRAMATICAIS - VERBO, LOCUÇÃO VERBAL/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL - As locuções “ter estrangulado” e “ter entrado” (l. 6 e 7) são tempos compostos da voz ativa, e suas ações são atribuídas no texto a um jovem (l. 6). A opção pela locução “ser estrangulada”, tempo simples da voz passiva, além de fazer que o sujeito deixe de praticar a ação verbal e passe a sofrê-la, altera a identidade desse sujeito, que deixará de ser “o jovem” (l. 6) para ser a Cobra Norato (l. 7), termo feminino com o qual o particípio “estrangulada” estaria concordando. O sujeito da forma “entrar”, pela lógica do contexto, continuaria a ser o jovem, mas o paralelismo da construção seria prejudicado, pois se estaria estabelecendo uma relação aditiva entre uma ação sofrida (passiva) pela cobra e uma ação praticada (ativa) pelo jovem. Desse modo, haveria prejuízo para a precisão narrativa se houvesse a substituição prevista no item.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 19 a 21, Alfredo Bosi faz referência à voga africanizante da Paris anterior à Primeira Guerra. Nas linhas 21 a 23, afirma que, no Brasil, pretendia-se ter o reencontro com as realidades arcaicas sem intermediários; sem que isso fosse conseguido por meio de influência filtrada pela França, por exemplo. Isso não significa, porém, que não nos tenham chegado as referidas influências, como afirma a passagem “Era a faixa mais ocidentalizada da cultura nacional que se voltava para o desfrute estético dos temas e da linguagem indígena e negra” (l. 23 a 25).

Texto para as Questões 150 e 151.

Improviso do mal da América

[...]

1 Me sinto branco, fatalizadamente um ser de mundos que nunca vi.

Campeio na vida o jacumã que mude a direção destas igaras fatigadas

E faça tudo ir indo de rodada mansamente

4 Ao mesmo rolar de rios das inspirações e das pesquisas...

Não acho nada, quasi nada, e meus ouvidos vão escutar amorosos

Outras vozes de outras falas de outras raças, mais formação, mais forçura.

7 Me sinto branco na curiosidade imperiosa de ser.

Lá fora o corpo de São Paulo escorre vida ao guampaço dos arranha-céus,

E dança na ambição compacta de dilúvios de penetras.

10 Vão chegando italianos didáticos e nobres;

Vai chegando a falação barbuda de Unamuno

Emigrada pro quarto de hóspedes acolhedor da Sulamérica;

13 Bateladas de húngaros, búlgaros, russos se despejam na cidade...

Trazem vodca no sapicuá de veludo,

Detestam caninha, detestam mandioca e pimenta,

16 Não dançam maxixe, nem dançam catira, nem sabem amar suspirado.

E de-noite monótonos reunidos na mansarda, bancando conspiração,

As mulheres fumam feito chaminés sozinhas,

19 Os homens destilam vícios aldeões na catinga;

E como sempre entre eles tem sempre um que manda sempre em todos,

Tudo calou de supetão, e no ar amulegado da noite que sua...

22 - Coro? Onde se viu agora coro a quatro vozes, minha gente!

São coros, coros ucranianos batidos ou místicos,

Home... Sweet home... Que sejam felizes aqui!

Mário de Andrade. De pauliceia desvairada a café (Poesias Completas). São Paulo: Círculo do Livro S.A., p. 209-210.

150. (IRBr - 2014) A respeito do excerto acima, extraído do poema Improviso do mal da América, de Mário de Andrade, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Na descrição de alguns hábitos dos estrangeiros que chegam a São Paulo, predomina a perspectiva da cultura brasileira, como se verifica principalmente nos versos “Detestam caninha, detestam mandioca e pimenta,/Não dançam maxixe, nem dançam catira, nem sabem amar suspirado” (v.15 e v.16).

2. ( ) No primeiro verso do excerto, o eu lírico associa a percepção de se sentir branco ao pertencimento de realidades desconhecidas.

3. ( ) Os versos de 1 a 9 expressam a inanição do eu lírico resultante do desejo de “tudo ir indo de rodada mansamente” (v.3).

4. ( ) A hostilidade do eu lírico com os inúmeros migrantes que chegam a São Paulo tem como contraponto a acolhida a todos eles no “quarto de hóspedes acolhedor da Sulamérica” (v.12).

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O poeta compara implicitamente os hábitos dos estrangeiros àqueles que conhece de sua experiência brasileira.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O poeta se mostra afeito ao novo (“um ser de mundos que nunca vi”), sente-se branco, limpo para novas impressões, disposto a descobertas.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A passagem “tudo ir indo de rodada mansamente” resulta da ação do jacumã,

metáfora do instrumento que possibilitaria ao poeta o acesso ao novo, em oposição às igaras já fatigadas (metáfora do que se repete). Assim, “tudo ir indo de rodada mansamente” resulta da busca do novo pelo poeta. Este não está inanido (vazio) de quaisquer conhecimentos, e sim ansioso por novos. Já não admite apenas o “mesmo rolar de rios das inspirações e das pesquisas” (verso 4).

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Dos versos 9 a 23, percebe-se diversas vezes o tom irônico do poeta ao tratar dos “penetras ambiciosos (verso 9). Mesmo assim, admite recebê-los nos versos 12 e 23.

151. (IRBr - 2014) Com base no excerto do poema Improviso do mal da América, de Mário de Andrade, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) No verso “As mulheres fumam feito chaminés sozinhas” (v.18), a posição do adjetivo resulta em ambiguidade estrutural.

2. ( ) No trecho “E como sempre entre eles tem sempre um que manda sempre em todos,/Tudo calou de supetão, e no ar amulegado da noite que sua...” (v.20 e v.21), o conector “como” introduz uma oração subordinada que expressa a causa de tudo se calar “de supetão”.

3. ( ) No verso “E faça tudo ir indo de rodada mansamente” (v.3), o poeta utilizou a redundância como recurso expressivo, como evidencia o caráter expletivo da forma de infinitivo “ir”.

4. ( ) Os vocábulos “amorosos” (v.5) e “suspirado” (v.16) mantêm o mesmo tipo de relação sintática com os verbos que os precedem.

Resposta: 1. C - COERÊNCIA E COESÃO/CLASSES GRAMATICAIS - ADJETIVO - A posição do adjetivo após os substantivos “mulheres” e “chaminés” ao mesmo tempo constitui ambiguidade estrutural, a qual seria desfeita se ele fosse posto imediatamente após “mulheres”.

2. C - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES - O “como” é sinônimo de “porque”, é conjunção causal.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - VERBO - Há redundância na expressão “ir indo”, como afirma o item, mas não é o infinitivo “ir” que pode ser suprimido, e sim o gerúndio “indo”.

4. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O vocábulo “amorosos” relaciona-se com o substantivo “ouvidos”. É predicativo do sujeito “ouvidos”. O vocábulo “suspirado” se relaciona ao verbo “amar”. É adjunto adverbial de modo deste verbo.

Texto para a Questão 152.

1 Que me perdoem os devotos machadianos, eu prefiro

Euclides da Cunha e Lima Barreto, com todos os defeitos que

ambos possam ter, a Machado de Assis, com todas as suas

4 qualidades. E, até onde pude entender, Millôr Fernandes tem

opinião parecida com a minha. Tanto assim que, segundo

afirmou, não incluiria qualquer dos livros de Machado de Assis

7 entre os dez maiores romances brasileiros.

A meu ver, ao falar assim, Millôr Fernandes levou em

conta apenas livros como Dom Casmurro, em que, na minha

10 opinião, Machado incorre naquela miopia contra a qual o

músico Jayme Ovalle reclamava. Mas esqueceu de Quincas

Borba, que inclui Machado de Assis na linhagem cervantina da

13 literatura e em que a insânia de Rubião se aproxima da insânia

do Cavaleiro da Triste Figura.

Mas, talvez por causa da ironia sem compaixão de

16 Machado de Assis, a loucura de Rubião gira somente em torno

de sua pessoa, jamais partindo ele para qualquer ação no

sentido de corrigir “os desconcertos do mundo” - como

19 acontecia com o cavaleiro manchego. De modo que o

personagem mais generosamente quixotesco da literatura

brasileira não é Rubião, é Policarpo Quaresma. Lima Barreto

22 é nosso escritor mais puramente humorístico, tomada a palavra

em seu verdadeiro sentido, que inclui, ao lado do riso, a

compaixão, que a ironia de Machado de Assis ou impede ou mancha.

25 Alguns escritores que desprezam o Brasil e seu povo

costumam usar Policarpo Quaresma como pretexto para

escarnecer de ambos. Pensam, talvez, que Lima Barreto era um

28 deles. Esquecem que, em seu romance, o grande escritor

carioca ri, antes de tudo, de si mesmo. E, sobretudo, não veem

tais escritores que, se a realidade brutal e mesquinha (inclusive

31 a da política) desmente e destrói, a cada instante, as ações

generosas de Policarpo Quaresma, a pureza de seu sonho

permanece intocada até a morte, o que o coloca muito acima

34 dos poderosos e “realistas” que o cercam.

Ariano Suassuna. Cadernos de literatura brasileira - Millôr Fernandes, n. 15, Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2003, p. 18-19 (com adaptações).

152. (IRBr - 2014) Acerca das ideias desenvolvidas no texto acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) No trecho que inicia o terceiro parágrafo, mesmo que presente o advérbio “talvez” (l.15), que exigiria o emprego do modo subjuntivo, o autor do texto optou pelo emprego da forma verbal no indicativo (“gira”), privilegiando, assim, a assertividade de seu discurso, conforme descrito na gramática normativa a respeito desse modo verbal.

2. ( ) Seria mantida a correção gramatical e aprimorada a precisão do texto, se o trecho em que o autor aponta seus escritores preferidos (l.1-4) estivesse escrito da seguinte forma: prefiro Euclides da Cunha e Lima Barreto, apesar dos defeitos de suas obras, do que Machado de Assis, cujas qualidades das suas obras são inúmeras.

3. ( ) Com o emprego da expressão “na linhagem cervantina” (l.12), Ariano Suassuna explicita um parâmetro por ele adotado, para opinar sobre romances e escritores, e que é reiterado pelo emprego dos seguintes termos: “Cavaleiro da Triste Figura” (l.14), “cavaleiro manchego” (l.19), “quixotesco” (l.20).

4. ( ) O autor do texto postula que o humor, na acepção por ele indicada, é qualidade distintiva de uma narrativa literária e incompatível com a ironia e o sarcasmo, recursos de uso frequente na literatura brasileira, especialmente entre os escritores com visão antinacionalista, referidos no texto como “escritores que desprezam o Brasil e seu povo” (l.25).

Resposta: 1. E - CLASSES GRAMATICAIS - VERBO - O advérbio de dúvida “talvez” se refere à causa da ação verbal (“gira”), e não a ela. Assim, a ação é certa e deve ser expressa no indicativo, e não no subjuntivo.

2. E - REGÊNCIA VERBAL/CLASSES GRAMATICAIS - PRONOMES - O verbo “preferir” exige dois complementos: um direto e outro indireto. Este deve ser regido pela preposição “a”. O pronome “cujas” denota posse,

havendo, pois, ambiguidade no uso deste ao lado do pronome “seu” e variações. Assim, deveríamos ter “... a Machado de Assis, cuja qualidade das obras é indiscutível”. Após as alterações, é necessário substituir “inúmeras” por adjetivo que caracterize a qualidade das obras machadianas, pois, no novo contexto, “inúmeras” seria adjetivo inadequado.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/LITERATURA - Ariano Suassuna se refere a Miguel de Cervantes, criador de Dom Quixote. Considera quixotescos os personagens Quincas Borba e Rubião, de Machado de Assis; e Policarpo Quaresma, de Lima Barreto.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Ariano Suassuna considera Lima Barreto o escritor brasileiro “mais puramente humorístico”, por incluir, ao lado do riso, a compaixão. Isso não significa, porém, que Machado de Assis e outros não tenham humor nem que, por serem irônicos e sarcásticos, prejudiquem a literariedade de suas obras. O que os difere de Lima Barreto é a inexistência da compaixão e, por isso, a menor semelhança de seus personagens com o de Cervantes.

Texto para a Questão 153.

1 A correspondência de Mário de Andrade é uma das

fontes sobre os sentimentos que abateram a intelectualidade

paulista, sobretudo no trauma de 1932, quando São Paulo foi

4 invadido por tropas federais, que ocuparam a capital e se

alastraram pelo interior (“Disputam esfomeadamente a presa

sublime, e desgraçadamente está certo, essa é a lei dos homens.

7 Dos homens selvagens.”, desabafa Mário em carta a Paulo

Duarte). As consequências dos expedientes da ditadura

abateram um estado cujos habitantes eram considerados por

10 Mário como “diferentes mesmo”. O que se fizesse naquele

estado, apostava, se irradiaria como política e como orientação

pelo país, uma reedição, por via da cultura, do velho slogan:

13 “São Paulo, a locomotiva puxando os vagões”.

“Minha pátria é São Paulo. E isso não me desagrada.”,

confessa o poeta paulista a Drummond no calor de um conflito

16 que os encontrou em lados opostos. Drummond já estava na

chefia de gabinete do secretário de Interior e Justiça de Minas

Gerais, aliado ao poder central naquele momento, e Mário era

19 partidário da causa da Revolução Constitucionalista de 1932.

O paulista sabia que estava acometido de um estado

extraordinário de mobilização, frustração e abatimento, como

22 revela o seguinte trecho de carta a Drummond.

“Você, Carlos, perdoe um ser descalibrado. Este é o

castigo de viver sempre apaixonadamente a toda hora e em

25 qualquer minuto, que é o sentido da minha vida. No momento,

eu faria tudo, daria tudo pra São Paulo se separar do Brasil.

Não meço consequências, não tenho doutrina, apenas continuo

28 entregue à unanimidade, apaixonadamente entregue...”.

Helena Bomeny. Um poeta na política - Mário de Andrade, paixão e compromisso. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012, p. 71-72 (com

adaptações).

153. (IRBr - 2014) No que concerne a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) Depreende-se das ideias do texto que a criação do slogan “São Paulo, a locomotiva puxando os vagões” foi motivada pela atitude bairrista da intelectualidade paulista, como demonstra o predicativo “diferentes mesmo” (l.10) atribuído aos paulistas, para ressaltar-lhes a superioridade em relação à população dos outros estados brasileiros.

2. ( ) No excerto entre parênteses (l.5-8), em que predomina a função poética da linguagem, é exemplo de construção sintática típica da linguagem coloquial: “e desgraçadamente está certo, essa é a lei dos homens”.

3. ( ) Com base na prescrição gramatical, pode-se classificar a partícula “se”, no trecho “se irradiaria como política e como orientação pelo país” (l.11-12), tanto como apassivadora quanto como reflexiva; no entanto, ao se considerar a relação entre esse segmento e a expressão metafórica “a locomotiva puxando os vagões” (l.13), a opção recai na classificação do verbo como pronominal.

4. ( ) Na linha 26, a forma preposicional contraída “pra” introduz um dos complementos da forma verbal “daria”.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Não há bairrismo na metáfora “a locomotiva puxando os vagões”. Se São Paulo é visto como o estado que “puxa” o resto do país por Mário de Andrade, para este, ele não exclui os demais.

2. C - OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO, A LINGUAGEM E SUAS FUNÇÕES/CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL/COERÊNCIA E COESÃO/PONTUAÇÃO - A metáfora “Disputam esfomeadamente a presa sublime” configura a existência de linguagem poética nos parênteses, e a construção sintática constante deles é coloquial. Se estivesse escrita conforme os preceitos normativos, o verbo de

ligação e o predicativo concordariam com “as tropas federais” e haveria a conjunção “pois” no princípio da última oração ou um ponto antes do pronome demonstrativo. Assim, teríamos “..., e desgraçadamente estão certas, pois essa é a lei dos homens” ou “..., e desgraçadamente estão certas. Essa é a lei dos homens”.

3. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A passagem pode ser interpretada de duas maneiras (como passiva ou como reflexiva) se estiver livre da metáfora “a locomotiva puxando os vagões”, pois, com base nesta, São Paulo não poderia ser passivo. O “se” seria apenas reflexivo.

4. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS - A forma “pra” inicia oração subordinada adverbial final. Não inicia um objeto indireto, um complemento verbal.

Texto para as Questões 154 e 155.

1 A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina

uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o

brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e

4 poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um

cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a

crônica é um gênero menor.

7 “Graças a Deus”, seria o caso de dizer, porque, sendo

assim, ela fica mais perto de nós. E para muitos pode servir de

caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas

10 para a literatura. Por meio dos assuntos, da composição solta,

do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se

ajusta à sensibilidade de todo dia. Principalmente porque

13 elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser

mais natural. Na sua despretensão, humaniza; e esta

humanização lhe permite, como compensação sorrateira,

16 recuperar com a outra mão certa profundidade de significado

e certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela

uma inesperada, embora discreta, candidata à perfeição.

Antonio Candido. A vida ao rés do chão. Recortes. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23 (com adaptações).

154. (IRBr - 2014) Em relação ao texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) Ao afirmar que a crônica "humaniza" (l.14) e é "uma inesperada, embora discreta, candidata à perfeição" (l.18), o autor demonstra que, de fato, o Prêmio Nobel não poderia ser atribuído a um cronista na categoria de gênero maior, mas, sim, em outra categoria.

2. ( ) Ao afirmar que a crônica "fala de perto ao nosso modo de ser mais natural" (l.13-14), o autor indica que as obras de romancistas, dramaturgos e poetas demonstram maior "profundidade de significado" (l.16) e "acabamento de forma" (l.17).

3. ( ) No texto, o autor indica que a crônica, apesar de ser um gênero menor, pode proporcionar acesso à literatura considerada de gênero maior, como a representada por romances, peças teatrais e poemas.

4. ( ) De acordo com os sentidos produzidos no texto, a expressão "compensação sorrateira" (l.15) deve ser interpretada como compensação desonesta, compensação viciada ou compensação desigual.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A discrição e a despretensão da crônica a afastam da intenção de qualquer Prêmio Nobel.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Se a crônica visa a alcançar o nosso "ser mais natural", o nosso ser mais simples, dispensa-se nela maior profundidade e acabamento formal. Tais elementos, porém, são importantes em romances, peças e poemas.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As passagens "E para muitos pode servir de caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas para a literatura" (linhas 8 a 10) e "Na sua despretensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão certa profundidade de significado e certo acabamento de forma ..." (linhas 14 a 18) confirmam que a crônica, gênero menor, que exige menor "fôlego" do escritor, como afirma a linha 1 ("A crônica não é um gênero maior"), pode proporcionar acesso aos gêneros maiores.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A palavra "sorrateira" significa, no contexto em questão, "discreta", "despretensiosa".

155. (IRBr - 2014) Ainda em relação ao texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) As formas verbais "imagina" (l.1), "atribuir" (l.4) e "servir"(l.8) foram utilizadas como verbos transitivos indiretos.

2. ( ) No trecho "Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural" (l.12-14), o autor indica que a crônica e a linguagem falada é a que consegue a mais perfeita comunicação literária.

3. ( ) No trecho "certa profundidade de significado e certo acabamento de forma" (l.16-17), o adjetivo "certo" e sua forma flexionada no feminino foram utilizados com o sentido exato, preciso, correto.

4. ( ) Há elementos no texto que permitem deduzir que, segundo o autor, a crônica será um gênero maior quando o Prêmio Nobel for concedido a um cronista.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS, PREDICAÇÃO VERBAL - As formas “imagina” (linha 1), “atribuir” (linha 4) e “servir” (linha 8) são respectivamente intransitiva (a voz é passiva sintética, e o seu sujeito é “uma literatura”), transitiva direta e indireta (com o objeto direto “o Prêmio Nobel” e o objeto indireto “a um cronista”) e transitiva indireta (com o objeto indireto “de caminho”).

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor sugere que a crônica alcança mais rapidamente o leitor, por tratar de assuntos do seu dia a dia e por ter uma linguagem simples, natural. Esses traços não significam, porém, uma perfeita comunicação literária.

3. E - CLASSES GRAMATICAIS - PRONOME/ADJETIVO - O vocábulo “certa” sugere indefinição e é um pronome indefinido ao anteceder ao substantivo. Cumpriria função adjetiva e teria o sentido de “exata”, “precisa”, “correta” se estivesse posposto a ele.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O primeiro parágrafo do texto nega o que se afirma no item. Nas linhas 4 e 5, o autor afirma: “Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse”.

Texto para a Questão 156.

1 Entre os anos 70 e começos da década seguinte,

vigorou o que se chamava amável e ironicamente a poesia do

desbunde. Dela pode-se dizer que reaclimatou, em tom menor,

4 o ideário modernista. Então revalorizados, o coloquial e o

poema-piada deixavam de simplesmente se opor à linguagem

empertigada contra a qual os modernistas haviam lutado.

7 Punham-se agora a serviço da territorialidade privada.

Enquanto, no primeiro modernismo, aqueles eram meios para

a redescoberta procurada do país, agora se tornavam

10 instrumentos domésticos. O país estava ocupado. O regime

militar, em seu apogeu, assegurava o milagre das bolsas e o

sigilo das torturas. Tratava-se para os jovens literati de salvar

13 a casa; se não toda, o quarto de fundos. Claro que não

pensavam assim. Quando faziam declarações, apresentavam

como seus inimigos os poetas experimentais e a poesia de João

16 Cabral. Os concretos e Cabral seriam, para eles, os homólogos

contemporâneos de Coelho Neto e Olavo Bilac.

Tendo por centro a experiência privada, a poesia do

19 desbunde mantinha a glorificação do eu: estimava-o como

jovem e o estimulava a assim se manter. Regra básica: alertar

contra todos os modos de engajamento na seriedade. O

22 trabalho, doença da sociedade burguesa, era um infame criador

de corpos flácidos e mentes amorfas.

Luiz Costa Lima. Abstração e visualidade. Intervenções. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 135 (com adaptações).

156. (IRBr - 2014) Em relação ao texto acima, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) De acordo com o autor, os poetas do desbunde consideravam que os poetas experimentais e João Cabral de Melo Neto compunham uma nova vertente de reação ao Modernismo, liderada por escritores como Coelho Neto e Olavo Bilac.

2. ( ) Conforme o texto, a poesia do desbunde caracterizou-se pela glorificação do ego, pelo culto à juventude e pela crítica ao valor do trabalho na sociedade.

3. ( ) Segundo o autor, a poesia do desbunde atualizou propostas do Modernismo, muito embora as obras não tivessem a mesma grandeza do movimento artístico dos anos 20.

4. ( ) A poesia do desbunde, valendo-se de “instrumentos domésticos” (l.10), inspirou-se em retórica antimilitarista e de crítica ao regime político que marcou o ideário modernista.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/LITERATURA - HISTORIOGRAFIA - As linhas 14 a 17 evidenciam que os poetas do desbunde reagiam aos poetas experimentais, aos concretistas e a João Cabral tanto quanto reagiriam a Coelho Neto e a Olavo Bilac se vivessem no fim do século XIX ou no princípio do século XX.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O último parágrafo do texto configura as afirmações do item como verdadeiras.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 3 a 4, diz-se que o ideário modernista foi reaclimatado, mesmo em tom menor, e que foram revalorizados o coloquial e o poema-piada.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/LITERATURA - Na linha 12, diz-se que os poetas do desbunde não se mostravam incomodados com o regime militar em sua poesia, e sim com a poesia experimental e com a de João Cabral. Eles não faziam, portanto, poesia política nem socialmente engajada nem eram antimilitaristas.

Texto para a Questão 157.

1 José Lins do Rego, em ensaio admirável dedicado a

Fialho de Almeida, põe talvez exagerada ênfase na condição de

“telúrico” de Fialho, como virtude acima de qualquer outra

4 num escritor. Tanto que nos dá a impressão de que, em

literatura, só os telúricos se salvam. O que me parece

generalização muito próxima da verdade; mas não a verdade absoluta.

7 Nem Eça nem Ramalho foram rigorosamente telúricos

e, entretanto, sua vitalidade nas letras portuguesas é das que

repelem, meio século depois de mortos os dois grandes críticos,

10 qualquer unguento ou óleo de complacência com que hoje se

pretenda adoçar a revisão do seu valor social, os dois tendo

atuado como revolucionários ou, antes, renovadores não só das

13 convenções estéticas da língua e da literatura, como das

convenções sociais do povo e da nação que criticaram

duramente para, afinal, terminarem cheios de ternura patriótica

16 e até mística pela tradição portuguesa. Um, revoltado contra o

“francesismo”, ou “cosmopolitismo”, que o afastara dos

clássicos, da cozinha dos antigos, da vida e do ar das serras; o

19 outro, enjoado do “republicanismo”, que também o separara de

tantos valores básicos da vida portuguesa, fazendo-o exigir da

Monarquia e da Igreja, em Portugal, atitudes violentamente

22 contrárias às condições de um povo apenas tocado pela

Revolução Industrial e pela civilização carbonífera do norte da

Europa.

Gilberto Freyre. Eça, Ramalho como renovadores da literatura em língua portuguesa. Alhos & Bugalhos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 15 (com adaptações).

157. (IRBr - 2014) Em relação ao texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) Fialho de Almeida e Ramalho Ortigão são os “dois grandes críticos” (l.9) que não demonstraram nem complacência nem conservadorismo em relação à necessidade de recuperar aspectos da língua e da literatura de Portugal.

2. ( ) O autor do texto manifesta incondicional apoio à tese de José Lins do Rego sobre Fialho de Almeida, como evidencia a expressão “em ensaio admirável” (l.1).

3. ( ) Depreende-se do texto que Eça de Queirós reagiu radicalmente contra o francesismo, Ramalho Ortigão estava farto do republicanismo (l.16-19) e nenhum dos dois, na opinião de Gilberto Freyre, demonstrou ser inflexivelmente telúrico.

4. ( ) Para o autor, Portugal não participara integralmente dos resultados trazidos pela Revolução Industrial e pela “civilização carbonífera” (l.23), ou seja, civilização fundamentada na violência das lutas operárias.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/LITERATURA - Segundo Gilberto Freyre, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão têm sua vitalidade garantida até hoje nas letras portuguesas e não precisam de qualquer complacência para a terem

reconhecida. O autor se refere a ser desnecessária a complacência dos críticos em relação aos dois.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Gilberto Freyre aponta, no primeiro parágrafo, excesso cometido por José Lins do Rego quando este considera que Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz são rigorosamente telúricos e faz crer que o telurismo é a maior qualidade de um escritor.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/COERÊNCIA E COESÃO - Na linha 7, inicia-se o parágrafo com referência a Eça de Queiroz e a Ramalho Ortigão, com a observação de Freyre de que nenhum dos dois foi rigorosamente telúrico. Na linha 16, o pronome indefinido “um” se refere ao primeiro, ou seja, a Eça. Nas linhas 18 e 19, “o outro” se refere a Ramalho. Assim, o primeiro se opôs ao francesismo, e o segundo, ao republicanismo.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O que invalida o item é a definição da “civilização carbonífera” como “civilização fundamentada na violência das lutas operárias”. A designação diz respeito ao trabalho das fábricas, relacionadas ao carvão e a outros combustíveis fósseis.

Texto para a Questão 158.

Texto I

1 Quanto a mim mesma, sem mentir nem ser verdadeira

- como naquele momento em que ontem de manhã estava

sentada à mesa do café - quanto a mim mesma, sempre

4 conservei uma aspa à esquerda e outra à direita de mim. De

algum modo “como se não fosse eu” era mais amplo do que se

fosse - uma vida inexistente me possuía toda e me ocupava

7 como uma invenção. (...)

Enquanto eu mesma era, mais do que limpa e correta,

era uma réplica bonita. Pois tudo isso é o que provavelmente

10 me torna generosa e bonita. Basta o olhar de um homem

experimentado para que ele avalie que eis uma mulher de

generosidade e graça, e que não dá trabalho, e que não rói um

13 homem: mulher que sorri e ri.

Essa imagem de mim entre aspas me satisfazia, e não

apenas superficialmente. Eu era a imagem do que não era, e

16 essa imagem do não ser me cumulava toda: um dos modos mais

fortes é ser negativamente. Como eu não sabia o que era, então

"não ser" era a minha maior aproximação da verdade: pelo

19 menos eu tinha o lado avesso: eu pelo menos tinha o "não",

tinha o meu oposto. O meu bem eu não sabia qual era, então

vivia com algum pré-fervor, o que era o meu "mal".

Clarice Lispector. A paixão segundo G. H. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964, p. 30-31 (com adaptações).

158. (IRBr - 2014) Em relação ao texto I acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) Em língua portuguesa, as expressões "estar entre aspas" e "viver entre parênteses" equivalem-se, pois ambas significam um estado de suspensão ou de espera diante de acontecimentos.

2. ( ) A autora do texto estabelece forte oposição entre “ser” e “não ser”, optando pelo último, uma vez que “ser” poderia aproximá-la de uma forma aparente e mentirosa para a qual não se encontra preparada.

3. ( ) A sentença “Eu era a imagem do que não era” (l.15) expressa um paradoxo ou oximoro.

4. ( ) Entre as funções das aspas, está a de salientar o sentido figurado de uma expressão, isolando na frase o termo desejado. Clarice Lispector se vale desse recurso ao explicar que sempre conservou “uma aspa à esquerda e outra à direita de mim” (l.4), além de se declarar satisfeita em projetar “Essa imagem de mim entre aspas” (l.14).

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Uma expressão entre aspas exime o escritor do que escreve, da impropriedade de um termo, pois atribui o escrito a outrem ou lhe dá certa flexibilidade, ironização, por exemplo. Já o termo estar entre parênteses significa ser suprimível, apesar de esclarecedor como exemplo ou como explicação. Assim, estar entre aspas não significa viver entre parênteses. Viver entre parênteses remete, metaforicamente, à secundarização do ser; estar entre aspas, à sua situação de insegurança, de inautenticidade.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 17 e 18 invalidam o item. O não ser aproxima a escritora da verdade.

3. C - FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM - O paradoxo ou oximoro consiste em uma antítese absurda, tal qual a que se configura em “ser a imagem do que não se é”.

4. C - EMPREGO DAS ASPAS - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Considere-se que a escritora não se mostra em sua essência, projetando de si não o que realmente é, ou seja, o seu sentido real, e sim o seu sentido “figurado”, superficial, projetado.

Texto para as Questões 159 e 160.

Texto II

1 Por mais que se escoem

coisas para a lata do lixo,

clipes, cãibras, suores,

4 restos do dia prolixo,

por mais que a mesa imponha

o frio irrevogável do aço,

7 combatendo o que em mim contenha

a linha flexível de um abraço,

sei que um murmúrio clandestino

10 circula entre o rio de meus ossos:

janelas para um mar-abrigo

de marasmos e destroços.

13 Na linha anônima do verso

aposto no oposto de meu sim,

apago o nome e a memória

16 num Antônio antônimo de mim.

Antonio Carlos Secchin. Autoria. Todos os ventos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 61-62.

159. (IRBr - 2014) Em relação ao poema acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Em “aposto no oposto de meu sim” (v.14), a função da palavra “aposto”, tal como se lê no verso, é especificar ou explicar um elemento do texto.

2. ( ) O autor estabelece uma oposição entre “linha flexível” (v.8) e “linha anônima” (v.13) para demonstrar que a autoria do poema é indeterminada ou questionável.

3. ( ) Para reforçar as noções do combate contra si mesmo e da consciência de “um murmúrio clandestino” (v.9), o autor evita a utilização de rimas.

4. ( ) No verso “num Antônio antônimo de mim” (v.16), o poeta explora o fato de que tanto “Antônio” quanto “antônimo” compartilham a mesma raiz etimológica, que indica oposição, como em antissemita e antialérgico.

Resposta: 1. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/CLASSES GRAMATICAIS - VERBO E SUBSTANTIVO - No verso 14, tem-se a forma verbal “aposto” (1ª pessoa do singular do presente do indicativo), e não o substantivo “aposto”, que designa a função sintática que especifica, explicita, enumera, distribui um elemento do texto.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Ao dizer que, ao fazer o poema, apaga o nome e a memória num Antônio antônimo de si, o poeta revela que expõe um ser que o cotidiano não mostra. Em momento de maior sensibilidade e profundidade, revela-se um ser mais amplo, que pode se mostrar o oposto do que se conhece ou atingir diferentes essências.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO/LITERATURA - RIMA - Ocorrem rimas no poema (lixo, prolixo/aço, abraço/ossos, destroços/sim, mim), além de alguns versos se encerrarem com sons aproximados (imponha, contenha/clandestino, abrigo).

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O nome próprio “Antônio” tem origem obscura. É possível que venha do latim Antonius, que significa “inestimável”, “valioso”: um nome de família

romano, usado inicialmente só como sobrenome. A origem parece ser etrusca, mas é desconhecida.

160. (IRBr - 2014) Em relação aos textos I e II, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. ( ) Tal como o eu lírico do poema (texto II), a narradora do texto I está envolvida com a autoria do texto literário, como evidencia o trecho "'não ser' era a minha maior aproximação da verdade" (l.18).

2. ( ) Há comparação entre o trecho "eu pelo menos tinha o 'não', tinha o meu oposto", nas linhas 19 e 20 do texto I, e o verso 14 do texto II: "aposto no oposto de meu sim"; verifica-se que ambos os autores exploram aspectos e contingências de uma dimensão contrária ao ser ou a ele contraditória.

3. ( ) Existe semelhança temática entre o que afirma Clarice Lispector em "pelo menos eu tinha o lado avesso" (texto I/l.18-19) e Antonio Carlos Secchin no verso "num Antônio antônimo de mim" (texto II/v.16): ambas as citações tratam da oposição ao eu.

4. ( ) Na comparação entre os textos I e II, percebe-se que o poeta descarta "clipes, cãibras, suores/restos do dia prolixo" (v.3 e v.4), ao passo que a ficcionista conserva "uma aspa à esquerda e outra à direita" (l.4), o que demonstra que, com relação a bens materiais, os dois autores expressam atitudes diferentes.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Há referência à autoria do texto literário apenas no texto II.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os dois textos coincidem quanto à admissão do ser e do seu contrário.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os dois escritores admitem a existência dos opostos de si nas passagens citadas.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Clipes, cãibras, suores são símbolos do que o autor se desprende, são metáforas. As aspas são a metáfora do que reveste a autora em sua prática de revelar o seu não eu.

Texto para a Questão 161.

1 Uma das razões por que Rosalina não o [José

Feliciano] mandou embora foi exatamente o que disse José

Feliciano: a gente carece de ouvir voz humana, pra sair das

4 sombras. Um homem não é só um lago de silêncio, necessita de

ouvir a música da fala humana. Se a gente não cuida muito do

que dizem as palavras, se não cheira o seu sumo, ouve apenas,

7 a fala humana é rude e bárbara, cheia de ruídos estranhos, de

altos e baixos. Atente agora não só com os ouvidos bem

abertos, ouça com o corpo, com a barriga se possível, com o

10 coração, e veja, ouça a doce modulação do canto. Só o canto,

a música.

Rosalina ouvia José Feliciano. A voz de José

13 Feliciano veio dar vida ao sobrado, encheu de música o oco do

casarão, afugentou para longe as sombras pesadas em que ela,

sem dar muita conta, vivia. Agora ela pensava: como foi

16 possível viver tanto tempo sem ouvir voz humana, só os

grunhidos, os gestos às vezes desesperados de Quiquina

quando ela não conseguia se fazer entender? Ouvindo a própria

19 voz. Mas a gente nunca pega no ar, com o ouvido, a própria

voz. É no corpo, no porão da alma que ela ressoa como um

rumor de chão. Veja-se o disco, a fala do próprio gravada,

22 ninguém se reconhece.

De repente, acordada pelo canto, viu a solidão que era

a sua vida. Como foi possível viver tanto tempo assim? Como,

25 meu Deus? Ela estava virando coisa, se enterrava no oco do

escuro, ela e o mundo uma coisa só. E dentro dela rugia a

seiva, a força que através de verdes fusos dá vida à flora e à

28 fauna, e torna o mundo esta coisa fechada, impenetrável ao

puro espírito do homem.

E a voz, que a princípio chegava a doer-lhe nos

31 ouvidos, alta demais, acordou-a para a claridade, para a luz das

coisas, para a vida.

Autran Dourado. Ópera dos mortos. Cap. 5. Os dentes da engrenagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 73-74.

161. (IRBr - 2014) Com referência a aspectos linguísticos do texto acima, julgue (C ou E) os itens subsecutivos.

1. ( ) No texto, o autor anuncia e justifica o encantamento da personagem Rosalina com José Feliciano, cuja voz, que soava estridente de início para ela, proporcionou-lhe uma nova percepção de sua vida.

2. ( ) No trecho “Se a gente não cuida (...) de altos e baixos” (l.5-8), o emprego de um ponto e vírgula após o vocábulo “apenas”, no lugar da vírgula, marcaria o final do primeiro período e o início da oração que se segue, mantendo-se a correção gramatical e favorecendo-se a compreensão do trecho.

3. ( ) Nos trechos “E dentro dela rugia a seiva, a força que através de verdes fusos dá vida à flora e à fauna” (l.26-28) e “E a voz, que a princípio chegava a doer-lhe nos ouvidos, alta demais” (l.30-31), os pronomes relativos “que” introduzem orações de naturezas diferentes, sendo a primeira de caráter restritivo, e a segunda, de caráter explicativo.

4. ( ) Em “Como foi possível viver tanto tempo assim?” (l.24), o termo “assim”, empregado como recurso de ênfase, poderia ser retirado do trecho, sem prejuízo para o contexto.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O último parágrafo do texto confirma o item como verdadeiro.

2. E - PONTUAÇÃO - Ponto e vírgula não encerra períodos. O que os encerra é o ponto, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação ou as reticências (estas quando se inicia em seguida uma nova frase).

3. C - ANÁLISE SINTÁTICA - ORAÇÕES/CLASSES GRAMATICAIS - PRONOME - A oração “que ... dá vida à flora e à fauna”, iniciada por pronome relativo, é subordinada adjetiva restritiva, pois restringe “a força”. A oração “que a princípio chegava a doer-lhe nos ouvidos, alta demais”, também iniciada por pronome relativo, é oração subordinada adjetiva explicativa (embora não antecedida de vírgula, em decorrência da pouca extensão do que lhe antecede), pois apenas expõe um detalhe sobre a voz.

4. E - CLASSES GRAMATICAIS - ADVÉRBIO - O “assim” remete à solidão. A interrogativa “Como foi possível viver tanto tempo assim?”

corresponde a “Como foi possível viver tanto tempo solitariamente?”. Se retirado o termo “assim”, a pergunta passa a ser feita apenas em relação ao tempo de vida: “Como foi possível viver tanto tempo?”.

Texto para as Questões 162 e 163.

1 - Este livro não é meu! Meu Deus, o que fizeram do

meu livro?

A exclamação, patética, vinha da famosa jornalista

4 internacional Oriana Fallaci (no caso, como escritora), ao

perceber que a tradução brasileira de seu livro Um homem

(1981) não era fiel à estrutura paragráfica do original,

7 construída em forma de monólogo compacto. O que a escritora

concebera como blocos de longo discurso interior foi

transformado, na tradução, em diálogos convencionais. Em

10 posterior entrevista, Fallaci definiu, como criadora, seu ponto

de vista:

- Em Um homem, todos os diálogos são dados sem

13 parágrafo, e não só porque esse é notoriamente o meu modo de

escrever, de obter o ritmo da página, a musicalidade da língua,

mas porque isso corresponde a uma rigorosa necessidade de

16 estilo ditada pela substância do livro. Nele, o diálogo é um

diálogo recordado, um diálogo interior, e não um diálogo que

determina um diálogo. É um livro em que a forma e a
19 substância, o estilo e o significado se integram
indissoluvelmente. E trabalhei tanto para escrevê-lo! Três
longos anos sem nunca deixar aquele quarto e aquela pequena
22 mesa, jamais uma interrupção, nada de férias, nada de
domingos, nada de natais e páscoas. Sempre trabalhando, de
manhã à noite, refazendo, corrigindo, limando o estilo,
25 cuidando da ausência de parágrafos.

Com seu protesto, Oriana Fallaci levantou, na época,
um sério problema de editoração, aliás, um problema duplo: a
28 técnica literária do autor e - o mais importante para o editor
de texto - o respeito em relação a essa técnica, que a autora
definiu como estilo. Vejamos a questão por partes.

31 No que concerne à técnica literária dos diálogos, até
o século XIX conheciam-se apenas o discurso direto e o
discurso narrativo ou indireto. A partir de meados desse século,
34 entretanto, surgiu o discurso aparente ou discurso indireto livre.
De início, nesse caso, os autores usaram aspas para não
confundir o leitor, mas estas seriam logo abandonadas como
37 técnica narrativa.

Quanto ao estilo, foi com a Revolução Industrial, vale
dizer, com o amadurecimento da sociedade capitalista, que os
40 escritores começaram a ter consciência não da forma em geral,
mas da forma individual, da maneira particular de exposição de
cada autor como artista que produz obra única e consumada. A
43 revolução das técnicas e do mercado, traduzindo-se no binômio
velocidade-quantidade, suscitou a massificação do livro, contra
a qual emergiu a figura do autor como artista, como criador por
46 excelência, como aquele que domina a gramática para ter o
direito de fraturá-la. Roland Barthes (1971) observa que, assim,
começa a elaborar-se uma imagética do escritor-artesão que se
49 fecha num lugar lendário, como um operário na oficina, e
desbasta, talha, pule e engasta sua forma, exatamente como um
lapidário extrai a arte da matéria, passando, nesse trabalho, horas
52 regulares de solidão e esforço. Esse valor-trabalho substitui, de
certa maneira, o valor-gênio; há uma certa vaidade em dizer que
se trabalha bastante e longamente a forma.
55 Desde então, ao se trabalhar com obras em que o
elemento primordial é a informação, existe a liberdade de
redisposição dos originais em benefício da clareza, mas, com

58 produção literária, impõe-se absoluto privilégio autoral, que é

um princípio socialmente reconhecido, com o qual o editor de

texto sempre convive.

Emanuel Araújo. A construção do livro: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 2000, p. 23-26 (com adaptações).

162. (IRBr - 2014) No que se refere aos sentidos do texto de E. Araújo, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Infere-se da argumentação de Oriana Fallaci que, para a escritora, “um diálogo que determina um diálogo” (l.17-18) corresponde à forma de se concentrar cada fala em um bloco paragráfico, iniciado por travessão.

2. ( ) No sexto parágrafo (l.38-54), o autor remete à ideia de licença poética, que está associada, no texto, ao despertar da consciência dos escritores quanto à forma de suas obras.

3. ( ) Depreende-se das ideias desenvolvidas no trecho da citação de Roland Barthes que o sentido de “valor-gênio” (l.53) relaciona-se à obra cuja forma não exige muito trabalho e em cujo valor prevalece o talento do autor.

4. ( ) Depreende-se do texto que a escritora Oriana Fallaci protestou contra a formatação de seu original traduzido porque almejava, com a obra Um homem, ficar conhecida por sua técnica inovadora na apresentação de diálogos, integrando estilo e forma.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 17 e 18, fica claro que a escritora não desejava reproduzir a sequência de falas intercaladas de personagens, mas reconstituir a memória no que esta precisasse reconstituir, da forma como aflora, parcialmente fragmentada e arbitrária. Terem organizado isso em um discurso direto simples (um diálogo que determina um diálogo) alterou a expressão da fruição dessa memória.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Não há uma forma única para o escritor. Há uma forma para cada obra, “única e consumada”.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O valor-gênio diz respeito ao escritor, provido de genialidade, não necessitar de grande esforço para a construção de sua obra. A esse valor, opõe-se, segundo Barthes, o valor-trabalho, do artesão que se dedica com muito esforço à confecção da obra.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O protesto de Oriana Falacci se deve à alteração do ritmo das páginas, à perda da musicalidade e do estilo necessário à substância do livro. Ela lamenta as alterações por elas terem prejudicado a integração entre substância, estilo e significado.

163. (IRBr - 2014) Com relação aos aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

1. ( ) O trecho “A exclamação, patética, vinha da famosa jornalista internacional Oriana Fallaci (no caso, como escritora),” (l.3-4), em que se verifica um aposto especificativo, pode ser assim reescrito em estrutura de aposto explicativo: A exclamação, patética, vinha de Oriana Fallaci, a famosa jornalista internacional (no caso, como escritora).

2. ( ) O emprego de “concebera” (l.8), no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, justifica-se, no texto, como traço estilístico da linguagem culta formal, visto que, em normas estritamente gramaticais, não há respaldo para esse uso.

3. ( ) Na linha 3, as vírgulas que isolam o termo “patética” foram empregadas para enfatizar o atributo de “exclamação”, mas a supressão dessa pontuação manteria a correção gramatical do trecho.

4. ( ) Em “Meu Deus, o que fizeram do meu livro?” (l.1-2), a expressão “Meu Deus” tem função apelativa na estrutura oracional em que ocorre e, por estar subordinada a essa estrutura, não poderia ser seguida de ponto de

exclamação em lugar da vírgula, ainda que se fizesse a alteração gráfica necessária no restante desse texto.

Resposta: 1. C - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS, CONSTRUÇÃO DO PERÍODO - Na primeira frase, “Oriana Falacci” é aposto especificativo do termo “famosa jornalista internacional”. Na segunda, “a famosa jornalista internacional” é aposto explicativo em relação a “Oriana Falacci”.

2. E - CLASSES GRAMATICAIS - VERBO - O pretérito-mais-que-perfeito se justifica gramaticalmente quando denota uma ação passada anterior a outra também passada. No texto, Oriana Falacci concebera blocos de longo discurso interior, ação anterior à de transformarem seu diálogo em diálogo convencional, ação também passada. Há, portanto, respaldo para o uso de “concebera” no trecho.

3. C - PONTUAÇÃO - Se o termo “patética” estiver entre vírgulas, que o enfatizam, será um predicativo do sujeito. Se as vírgulas forem retiradas, passará a ser um adjunto adnominal. Nas duas situações, há respaldo gramatical.

4. E - ANÁLISE SINTÁTICA - FUNÇÕES SINTÁTICAS/PONTUAÇÃO/OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO, A LINGUAGEM E SUAS FUNÇÕES - A função do vocativo “Meu Deus” é apelativa ou conativa. O vocativo não faz parte, porém, da estrutura sintática da frase e poderia ser seguido de exclamação.

Texto para as questões 164 e 165

1 A distinção entre espetáculo (manifestação legítima

da cultura) e simulacro (entretenimento da indústria cultural)

tornou-se corrente entre os analistas que se ancoram nos

4 valores modernistas para a compreensão da pós-modernidade.

Segundo eles, no campo da produção simbólica e da produção

propriamente cultural, a pós-modernidade estaria se

7 manifestando e se definindo pela proliferação abusiva e

avassaladora de imagens eletrônicas, de simulacros, e mais e

mais estaria privilegiando-os. A distinção entre espetáculo e

10 simulacro é correta e deve ser acatada, pois ajuda a melhor

compreender o universo simbólico e cultural dos nossos dias.

Como quer Fredric Jameson em Pós-modernidade e

13 sociedade de consumo, o campo da experiência do homem

atual se circunscreve às paredes da caverna de Platão: o sujeito

pós-moderno já não fita diretamente, com seus próprios olhos,

16 o mundo real à procura do referente, da coisa em si, mas é

forçado a buscar as suas imagens mentais do mundo nas

paredes do seu confinamento. Para ele, permanece a concepção

19 triádica que temos do signo (significante, significado e

referente). No entanto, em lugar de se privilegiar o referente,

como acontece nas teorias clássicas e modernistas do realismo,

22 afirma-se a onipresença da imagem, isto é, da cadeia

significante. A realidade (se não for abusivo o uso desse

conceito neste contexto) se dá a ver mais e mais em

25 representações de representações, como querem ainda os

teóricos da pós-modernidade.

A distinção entre espetáculo e simulacro é correta; no

28 entanto, em mãos de teóricos modernos, traz em si uma

estratégia de avaliação negativa da pós-modernidade, muitas

vezes pouco discreta. Ela visa privilegiar o reino da

31 experiência viva, in corpore, e desclassificar a experiência pela

imagem, in absentia. Visa também classificar o espetáculo

(que se dá em museus, salas de teatro, de concerto etc.) como

34 forma autêntica de cultura e desclassificar o simulacro (que se

dá sobretudo pelo cinema ou vídeo e pela televisão) como

arremedo bastardo produzido pela indústria cultural. O

37 primeiro leva à reflexão e o outro serve para matar o tempo.

Visa ainda e finalmente a qualificar os meios de comunicação

de massa como os principais responsáveis pelo aviltamento da

40 vida pública. Para os idealizadores da distinção e defensores

do espetáculo está em jogo preservar a todo custo, numa

sociedade que se quer democrática, a possibilidade de uma

43 opinião pública, e esta só pode se dar plena em uma crítica

avassaladora dos meios de comunicação de massa, que

divulgam à exaustão imagens e mais imagens simulacros —

46 para o consumo indigesto das massas.

Nos países avançados, o jogo entre espetáculo e

simulacro, se não tem como vencedor o espetáculo, termina

49 certamente pelo empate. Bibliotecas, museus, salas de teatro,

de concerto, competem - e mais importante: convivem -,

com as salas de cinema, as locadoras de vídeo e a televisão.

52 Existe público pagante para o espetáculo caríssimo da

encenação de uma grande ópera em Berlim, Paris ou Nova

Iorque, e existe um grande público não privilegiado

55 (economicamente, geograficamente, culturalmente etc.) para a

retransmissão pela TV desse espetáculo ou de outros. Certos

“espetáculos” já nem existem como tal, já surgem como

58 simulacros, isto é, produzidos só para a transmissão eletrônica.

59 No Brasil, a disputa entre espetáculo e simulacro,

entre modernidade cultural e sociedade de massa, já tem a sua

história. Começa e passa pela discussão em torno do consumo

62 extremamente restrito do produto literário - o livro - pelo

mercado brasileiro. Antonio Candido, em ensaio de 1973,

publicado em plena ditadura militar e em época de

65 alfabetização pelo Mobral, discutia a relação entre literatura e

subdesenvolvimento e chamava a atenção para o fato de que,

nos países latino-americanos, criava-se uma “condição

68 negativa prévia” para a fruição de obras literárias - essa

condição era o número restrito de alfabetizados. O escritor

moderno, da periferia subdesenvolvida, estava fadado a ser

71 “um produtor para minorias”, já que as grandes massas

estavam “mergulhadas numa etapa folclórica de comunicação

oral”. Entre parênteses, lembre-se de que, para os pensadores

74 do iluminismo, o acesso à obra de arte e a subsequente fruição

dela significavam um estágio superior no processo de

emancipação do indivíduo.

Silviano Santiago. Intensidades discursivas. In: O cosmopolitismo do pobre.

Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 125-7 (com adaptações).

164. (IRBr - 2015) Com relação às ideias desenvolvidas no texto anterior, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. ( ) Infere-se do texto que uma das características marcantes da pós-modernidade é a valorização do referente, no contexto das representações do real.

2. ( ) Ao comentar a distinção entre espetáculo e simulacro, o autor demonstra, com base em analistas do tema, como a pós-modernidade se manifesta de modo evidente por meio de uma cultura de espetáculo a ser usufruída pela sociedade.

3. ( ) O Brasil, segundo o autor do texto, é um dos países que poderá resolver a oposição entre espetáculo e simulacro, uma vez que “já tem a sua história” (l. 60 e 61).

4. ( ) O autor do texto comenta que teóricos modernos da pós-modernidade valorizam a noção de simulacro. Esses mesmos teóricos passam a dirigir críticas à noção de espetáculo (que ocorre, por exemplo, em museus).

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Silviano Santiago reproduz opiniões de analistas para mostrar que uma das características da pós-modernidade é a “proliferação abusiva e avassaladora de imagens eletrônicas, de simulacros, e mais e mais estaria privilegiando-os” (linhas 7 a 9). Valorizar o referente seria valorizar “a coisa em si”, e não sua representação.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O texto afirma que o simulacro está sendo privilegiado em detrimento do espetáculo.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A história a que se refere Silviano Santiago no último parágrafo do texto não é a do Brasil, mas sim a da disputa entre espetáculo e simulacro. Além disso, o discurso do autor inclui o Brasil entre os países em que predomina a transmissão eletrônica, em que predomina o simulacro.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Segundo Silviano, as críticas dos teóricos são feitas aos simulacros. O terceiro parágrafo esclarece que esses teóricos valorizam o espetáculo como “forma autêntica de cultura” e desclassificam o simulacro como “arremedo bastardo produzido pela indústria cultural”.

165. (IRBr - 2015) Com relação aos sentidos e ao emprego de palavras e expressões no texto de Silviano Santiago, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) Dados os sentidos do texto e o sentido de oni-, a expressão “a onipresença da imagem” (l. 22) deve ser interpretada, no texto, como a presença da imagem em todos os lugares e dimensões.

2. ( ) As expressões latinas “in corpore” (l. 31) e “in absentia” (l. 32) são utilizadas, no texto, com sentido antitético.

3. ( ) A expressão “concepção triádica” (l. 18 e 19), extratextualmente, poderia também ser utilizada para representar a Santíssima Trindade, doutrina acolhida pela maioria das igrejas cristãs.

4. ( ) O verbo circunscrever foi empregado no primeiro período do segundo parágrafo com o sentido de originar, ser a causa de, derivar.

Resposta: 1. C - ELEMENTOS MÓRFICOS E FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O prefixo oni- significa “todo”, “total”, “totalmente”. A “onipresença da imagem” é alusiva à sua presença em todos os lugares e dimensões.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “in corpore” significa no texto “a coisa em si”. A expressão “in absentia” significa “a imagem da coisa”. Como no texto a ideia de espetáculo exige o acesso à “coisa” (“in corpore”) e a ideia de simulacro se refere a sua reprodução ou imitação (“in absentia”) - com valorização do espetáculo e desvalorização do simulacro -, há contraste e, portanto, antítese entre as expressões latinas.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - A expressão “concepção triádica” se refere à existência de três elementos em um conceito. No texto, os três são eles o significante, o significado e o referente. A Santíssima Trindade, em outro contexto, refere-se ao “Pai” (Deus), ao Filho (Jesus Cristo) e ao “Espírito Santo”.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O verbo “circunscrever” sugere no texto semelhança entre o comportamento de Platão, voltado para as ideias e não para as coisas, e o comportamento do homem moderno, também voltado para a representação das coisas e não para elas. O prefixo circun- significa “em torno de”.

166. (IRBr - 2015)

Em setembro de 1916, Fernando Pessoa pensava que o n. 3 da revista Orpheu ainda poderia vir à luz. E, de fato, chega a entrar no prelo, imprimindo-se apenas algumas folhas. No sumário, como se depreende da carta a Cortes Rodrigues de 4 desse mês, deveriam figurar poemas ingleses do profeta do “supra-Camões” e “colaboração variada” do seu “velho e infeliz amigo Álvaro de Campos”. Vale a pena reparar nos adjetivos deploradores que o poeta junta, nessa data, ao nome do seu heterônimo dileto. Parece-me ser-nos lícito pensar que nesta altura já Álvaro de Campos dá indícios de “velhice” e “infelicidade”, ou seja, que Álvaro de Campos começa a despir a pele que lhe vestiram e, pelo menos como poeta, a tomar consciência de que a mistificação “sensacionisto-futurista” lhe não assenta bem. Daí que ao Fernando Pessoa não de todo desenganado dos “ismos” e ao mesmo Álvaro de Campos doutrinário, o Álvaro de Campos poeta se lhes entremostre “velho” e “infeliz”.

Seja como for, o certo é que em setembro de 1916, Pessoa, que se tem por “reconstruído” nessa altura, parece decidido a “fazer uma grande alteração na (sua) vida” como confidencia ao amigo micaelense: “vou tirar o acento circunflexo do meu apelido”. Realmente, “Pessôa” aparecera sempre, até então, ortografado com acento circunflexo. Grande alteração na vida: “Pessoa” iria passar a ser ortografado sem esse inútil apêndice! Sempre à beira do paradoxo e da boutade, Fernando Pessoa não perde a ocasião de ir além de si mesmo - de se mistificar a si próprio. Era então o momento de tomar tão grave medida. Com efeito, tendo apenas publicado com o seu verdadeiro nome, a esta data, além das Impressões do Crepúsculo, uns versos mais, o fato de ir publicar agora na Orpheu dois poemas ingleses - “muito indecentes, e, portanto, impublicáveis em Inglaterra” - levava-o a achar melhor “desadaptar-se” de uma partícula que lhe prejudicava a projeção cosmopolita do nome.

Como a Orpheu 3 não chega, porém, a vir à luz, Fernando Pessoa sem circunflexo tem de esperar pela publicação da revista Centauro, lançada em fins de 1916 (Outubro-Novembro-Dezembro), para aparecer, de fato, como autor dos Passos da Cruz.

Pormenor chistoso, boutade do incansável mistificador Fernando Pessoa, esta “desadaptação” ao circunflexo corresponde, todavia, a qualquer coisa

mais importante do que parece. O poeta de Gládio atinge por esta altura a sua maioridade poética.

João Gaspar Simões. Vida e obra de Fernando Pessoa. Lisboa:

Livraria Bertrand, 1981, 5ª edição, p. 393-4 (com adaptações).

A respeito das ideias desenvolvidas no texto acima, julgue (C ou E) os itens subsecutivos.

1. ( ) No texto, o autor informa que o abandono do acento circunflexo no sobrenome representou, para o poeta português, uma revolução estética considerável, que faria do autor de Passos da Cruz um escritor muito mais vanguardista do que antes.

2. ( ) Fernando Pessoa escreveu poemas que não poderiam jamais ser traduzidos para a língua inglesa, uma vez que na Inglaterra aqueles mesmos poemas seriam considerados muito indecentes.

3. ( ) Do texto, cujo autor afirma que Fernando Pessoa não conseguiu ver impressos os seus poemas no número 3 da revista Orpheu, mesmo porque aquela edição acabou não sendo publicada, não se pode inferir o motivo da não publicação da revista.

4. ( ) Segundo o autor do texto, durante todo o tempo em que utilizou o acento circunflexo no sobrenome, o poeta português estava sendo paradoxal e querendo provocar humor por conta daquele erro de acentuação.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O autor do texto considera a decisão de Fernando Pessoa um pormenor chistoso, uma mistificação. A sua maioridade poética, embora coincidente com a retirada do circunflexo do nome do poeta, não se deveu a esse fato, como também este não provocaria revolução estética em sua produção poética.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No final do segundo parágrafo, consta que Pessoa publicou em Portugal dois

poemas escritos em inglês que não conseguiria publicar na Inglaterra. O trecho não se refere à tradução dos poemas, e sim à sua publicação.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O terceiro parágrafo afirma que a Orpheu 3 não foi publicada, mas não esclarece a causa desse fato.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No segundo parágrafo, João Gaspar ironiza a decisão de Pessoa como mais uma atitude paradoxal ao dizer: “Sempre à beira do paradoxo e da boutade, Fernando Pessoa não perde a ocasião de ir além de si mesmo - de se mistificar a si próprio”. O autor não se refere, porém, ao desejo de ironia por Pessoa e, sim, ao de se mistificar. Também não faz menção à existência de erro.

167. (IRBr - 2015)

1 Num carro, a caminho do Alto da Boa Vista, sigo

com alguns jovens - alguns extremamente jovens - que se

embriagam e rompem ampolas de Kelene, em cujo rótulo leio

4 anestesiante. Sim, é fértil em recursos essa mocidade, mas do

que precisamente procura ela se anestesiar? Nenhum deles

sofre de algum mal profundo - e, no entanto, esse mal pior de

7 não sofrer de mal nenhum... - e são hábeis e versados nessas

coisas de éter e entorpecentes, pronunciando esse nome -

Kelene - com familiaridade, nome sem dúvida mais que usual

10 nos hospitais, mas que ouço pela primeira vez e onde julgo

distinguir inquietas ressonâncias, sombrias previsões, o não sei

que tom amputado e doloroso, que reflete salas de hospitais,

13 asilos de alienados e antros escuros de vícios, todos os lugares

enfim onde a alma impaciente pode passear sem arroubos

finais seus gritos destruidores. Kelene, mesmo inocente, tem,

16 no frio do seu jato efêmero e cristalino, toda uma melodia

secreta de delírios fúnebres, alvorecer em êxtase e

desabrochamento de deliquescências reprimidas. E o que me

19 espanta é que esses jovens moderados, de atitudes e costumes

mais que burgueses, a isto se atirem com gritos de prazer e

estremecimentos animais: como que da sombra alguma coisa

22 mais primitiva e mais antiga do que o próprio homem acorda

em suas faces necrosadas o gosto do imundo.

Lúcio Cardoso. Diário completo. Rio de

Janeiro: INL, 1970, p. 194-5 (com adaptações).

Com base nas ideias desenvolvidas no texto acima, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) Ao mencionar que o produto Kelene provoca “toda uma melodia secreta de delírios fúnebres” (l. 16 e 17) e “alvorecer em êxtase” (l. 17), o narrador salienta sensações paradoxais relacionadas à morte e à vida, respectivamente.

2. ( ) O narrador informa que o produto Kelene raramente é utilizado em tratamento psiquiátrico.

3. ( ) O texto evoca o estranhamento do narrador em relação a jovens que não teriam qualquer razão perceptível para usar Kelene, bem como ao fato de que nenhum dos jovens ofereceu-lhe o anestesiante.

4. ( ) No texto, não há qualquer evidência de que o narrador, possivelmente mais idoso que as demais pessoas que o acompanham, seja usuário do produto descrito.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As expressões “delírios fúnebres” e “alvorecer em êxtase” são metáforas antitéticas que podem ser relacionadas à morte e à vida. Como o usuário do Kelene experimenta essas sensações em um só contexto, a antítese se constitui também um paradoxo.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Nas linhas 9 e 10, o narrador afirma que Kelene é um nome mais que usual nos hospitais e, nas linhas 12 e 13, que reflete asilos de alienados.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Da linha 18 à 19, o autor diz estranhar que os jovens usem Kelene para gritar de prazer e ter estremecimentos animais. Nas linhas 5 e 6, refere-se à inexistência de razão para isso, visto que não têm do que se anestesiar. Em nenhum momento do texto, faz referência ao fato de não lhe oferecerem a substância.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O narrador estranha o uso de Kelene pelos jovens que estão no carro com ele e sabe que esse produto é um anestesiante ao ler o seu rótulo. Diz, na linha 10, que ouve o nome do produto pela primeira vez e que julga ser usado em hospitais.

168. (IRBr - 2015)

1 Celso Cunha tinha, na minha geração literária, a

posição que, na geração anterior à nossa, coube a Souza da

Silveira. Ou seja: a do mestre que, conhecendo profundamente

4 a língua portuguesa, nas suas minúcias e no seu conjunto,
associou a esse saber admirável a sensibilidade de quem
nascera para apreciá-la na condição de obra de arte.
7 Antes do mestre das Lições de Português, tivéramos
aqui as sucessivas gerações dos professores que se
consideravam exímios na colocação dos pronomes, na guerra
10 sistemática aos galicismos, na sujeição aos modelos clássicos,
e, com isto, impunham mais o terror gramatical que o saber
verdadeiro.
13 Houve quem passasse a escrever registo, em vez
de registro, e preguntar, em vez de perguntar, porque assim
se escrevia em Portugal. Já ao tempo de José de Alencar,
16 um publicista ríspido, José Feliciano de Castilho, viera de
Lisboa para o Rio de Janeiro, com a missão de ensinar-nos a
escrever como se escrevia em Portugal. Daí a reação do
19 romancista cearense no prefácio de seus Sonhos d'Ouro, em
1872: "Censurem, piquem, ou calem-se, como lhes aprouver.
Não alcançarão jamais que eu escreva, neste meu Brasil, coisa
22 que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta
que nos mandam em lata."

Josué Montello. Mestre Celso Cunha. In: Cilene da Cunha Pereira, Paulo Roberto Dias Pereira (Orgs.). Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 57-8 (com adaptações).

Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os próximos itens.

1. ( ) Na oração 'como lhes aprouver' (l. 20), foi empregada uma forma flexionada do verbo aprazer, cujo radical é o mesmo que o do adjetivo aprazível, de uso corrente na atualidade.

2. ( ) Em razão do arranjo sintático na expressão "na geração anterior à nossa" (l. 2), torna-se obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase, apesar de esta preceder um pronome possessivo.

3. ( ) O emprego da expressão explicativa "Ou seja" (l. 3) no início de período revela que, em 1995, ano de publicação do texto, já estava em curso essa variante sintática - substituição da vírgula que deveria isolar essa expressão por ponto final -, a qual só recentemente foi abonada nas gramáticas normativas, desde que, no período assim construído, esteja explícita a oração principal.

4. ( ) Os elementos semântico-sintáticos do fragmento de texto apresentado são insuficientes para se depreender a referência da expressão "mestre das Lições de Português" (l. 7).

Resposta: 1. C - FLEXÃO VERBAL, ELEMENTOS MÓRFICOS E FORMAÇÃO DE PALAVRAS - O verbo "aprazer" é da mesma etimologia do verbo ou substantivo "prazer"; do verbo "comprazer"; do substantivo "desprazer"; dos adjetivos "prazeroso" e "aprazível", ambos de uso corrente; do advérbio "prazerosamente". "Aprouver" (linha 20) está flexionado na terceira pessoa do singular do futuro do subjuntivo.

2. C - CRASE - Há, subentendido após "à nossa", o substantivo "geração". Assim, embora a gramática afirme que o uso de artigo e, consequentemente, do sinal grave, é facultativo antes dos possessivos, o contexto sintático nem

sempre permite essa liberdade. É preciso considerar também noções como a de elipse e a de paralelismo.

3. E - ANÁLISE SINTÁTICA - CONSTRUÇÃO DO PERÍODO / PONTUAÇÃO - A opção de Josué Montello por iniciar um período com a expressão “Ou seja” se justifica pelo anseio de enfatizar uma informação. Não há oração principal a partir do conector, e sim um aposto (“a do mestre”) seguido de uma oração subordinada adjetiva (“que associou a esse saber admirável a sensibilidade”), na qual se encontra intercalada uma oração causal reduzida de gerúndio e à qual se seguem mais duas subordinadas (“de quem nascera” e “para apreciá-la na condição de obra de arte”). A primeira destas é entendida como completiva nominal em relação ao substantivo “sensibilidade” ou como uma adjetiva, a partir do desmembramento do “quem” em dois pronomes (daquele que), tendo-se o “daquele” como complemento nominal e “que nascera” como oração adjetiva restritiva. A segunda delas é adverbial final. Trata-se de uma pontuação estilística, e não é gramatical a justificativa para ela, embora seja admissível.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - É preciso que se tenha conhecimento extratextual de que Lições de Português é obra escrita por Celso Cunha. Não há elementos no texto que garantam a dedução desse fato, ao contrário do que ocorre ao livro de José de Alencar na linha 19, na qual há dois indícios de que se está fazendo referência a um título: o de que pertence a um romancista e o de que tem um prefácio.

Texto para as questões 169 e 170

1 Nestes quatrocentos anos de colonização literária,

recebemos a influência de muitos países. Sempre tentamos

reproduzir, com todas as minudências, a língua, as ideias, a

4 vida de outras terras. Não sei donde vem esse medo que temos

de sermos nós mesmos. Queremos que nos tomem por outros.

(...)

7 Na literatura de ficção é que a falta de caráter dos

brasileiros se revelou escandalosamente. Em geral, os nossos

escritores mostraram uma admirável ignorância das coisas que

10 estavam perto deles. Tivemos caboclos brutos semelhantes aos

heróis cristãos e bem-falantes em excesso. Os patriotas do

século passado, em vez de estudar os índios, estudaram tupi

13 nos livros e leram Walter Scott. Tivemos damas das camélias

em segunda mão. Tivemos paisagens inúteis em linguagem

campanuda, pores do sol difíceis, queimadas enormes, secas

16 cheias de adjetivos. José Veríssimo construiu um candeeiro em

não sei quantas páginas.

Muito pouco - rios, poentes cor de sangue,

19 incêndios, candeeiros.

Os ficcionistas indígenas engancharam-se

regularmente na pintura dos caracteres. Não mostraram os

22 personagens por dentro: apresentaram o exterior deles, os

olhos, os cabelos, os sapatos, o número de botões. Insistiram

em pormenores desnecessários, e as figuras ficaram paradas.

25 Os diálogos antigos eram uma lástima. Em certos

romances, os indivíduos emudeciam, em outros, falavam
bonito demais, empregavam linguagem de discurso. Dois
28 estrangeiros, perdidos nas brenhas, discutiam política,
sociologia, trapalhadas com pedantismo horrível, que se
estiravam por muitas dezenas de folhas. Via-se perfeitamente
31 que o autor nunca tinha ouvido nada semelhante ao palavrório
dos seus homens.

Felizmente, vamo-nos afastando dessa absurda
34 contrafação de literaturas estranhas. Os romancistas atuais
compreenderam que, para a execução de obra razoável, não
bastam retalhos de coisas velhas e novas importadas da França,
37 da Inglaterra e da Rússia.

(...)

O que é certo é que o romance do Nordeste existe e
40 vai para diante. As livrarias estão cheias de nomes novos. Não
é razoável pensarmos que toda essa gente escreva porque um
dia o Sr. José Américo publicou um livro que foi notado com
43 espanto no Rio:

— Um romance do Nordeste! Que coisa
extraordinária!

Graciliano Ramos. In: Thiago Mio Salla (Org.). Garranchos/Graciliano

Ramos. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 138-9 (com adaptações).

169. (IRBr - 2015) Com base nas ideias desenvolvidas no texto anterior, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) Graciliano Ramos, ao mencionar fatos que revelam a influência da visão eurocêntrica na literatura de ficção produzida no Brasil, aponta a “falta de caráter dos brasileiros” (l. 7 e 8), expressão em que, dados os sentidos do texto, o vocábulo “caráter” deve ser interpretado na acepção de falta de qualidade peculiar.

2. ( ) A frase “Tivemos damas das camélias em segunda mão” (l. 13 e 14) expressa, em linguagem figurada, o que Graciliano denomina “contrafação de literaturas estranhas” (l. 34) e, como indica o emprego da expressão “em segunda mão”, o desapreço do autor à produção literária que revelava tal influência.

3. ( ) A sentença “José Veríssimo construiu um candeeiro em não sei quantas páginas” (l. 16 e 17) é metáfora que expressa a crítica de Graciliano à descrição pormenorizada utilizada por José Veríssimo, em detrimento da construção de personagens verossímeis e de obras em cujo enredo ações e diálogos fossem adequados às figuras nelas retratadas.

4. ( ) Depreende-se do texto que, segundo o autor, a colonização cultural no Brasil ultrapassou o período da colonização política, fato evidenciado na dificuldade de afirmação da identidade literária brasileira.

Resposta: 1. ANULADO - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O item afirma que o vocábulo “caráter” significa “falta de caráter peculiar” dentro da expressão “falta de caráter dos brasileiros”. Acreditamos que a sua anulação se deva ao fato de a interpretação do que ele afirma causar estranheza, visto que a expressão “falta de caráter dos brasileiros” precisaria ser entendida como a “falta de falta de caráter peculiar dos brasileiros”.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Graciliano Ramos se refere à obra Lucíola, de José de Alencar, de enredo semelhante ao de A Dama das Camélias, do escritor francês Alexandre Dumas, e é perceptível seu desapreço pela valorização do que é europeu em nossa literatura.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No texto, Graciliano Ramos se ressente de excessos que, a seu ver, não cumprem qualquer função importante para o retrato do que deveria ser mostrado.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Graciliano Ramos se refere ao “romance do Nordeste” e se refere ainda ao romance A Bagaceira, publicado em 1928 pelo paraibano José Américo de Almeida, como iniciador desse ciclo. Pela demarcação que o romancista alagoano ofereceu, o que seria o princípio de nossa “libertação literária” (1928) ocorreu mais de um século depois de nossa “independência política”, oficialmente registrada em 1822. Isso confirma ter havido dificuldade de afirmação da identidade literária brasileira.

170. (IRBr - 2015) Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos a aspectos gramaticais do texto de Graciliano Ramos.

1. ( ) A expressão “toda essa gente” (l. 41) retoma o complemento do adjetivo “cheias” no segmento de sentido conotativo “cheias de nomes novos” (l. 40).

2. ( ) O termo “de outras terras” (l. 4) especifica os três núcleos do complemento do verbo “reproduzir” (l. 3) - “língua”, “ideias” e “vida”.

3. ( ) Dada a posição que ocupa na oração, o termo adverbial “Na literatura de ficção” (l. 7) deveria estar isolado por vírgula, se atendido o rigor gramatical.

4. ( ) Os termos “escandalosamente” (l. 8) e “bonito” (l. 27) exercem, nas orações a que pertencem, a mesma função sintática.

Resposta: 1. C - FUNÇÕES SINTÁTICAS / COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL / DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO - A expressão “toda essa gente” se refere a “nomes novos”, complemento nominal do adjetivo “cheias”. A expressão “cheias de nomes novos” é conotativa, visto que tem sentido figurado. As livrarias estão cheias de livros (sentido denotativo, real), mas, por metonímia, o escritor representou os livros pelos nomes de seus autores.

2. C - FUNÇÕES SINTÁTICAS - O termo “de outras terras” é adjunto adnominal dos núcleos do objeto direto “a língua, as ideias, a vida de outras terras”.

3. E - FUNÇÕES SINTÁTICAS / PONTUAÇÃO - Embora ocorra uma inversão na frase, a presença da locução expletiva “é que”, que tem função enfatizadora, torna desnecessário o uso da vírgula.

4. C - FUNÇÕES SINTÁTICAS - Os termos “escandalosamente” e “bonito” são adjuntos adverbiais, relativos aos verbos “revelar-se” e “falar”.

171. (IRBr - 2015)

1 Sei que fazer o inconexo aclara as loucuras.

Sou formado em desencontros.

A sensatez me absurda.

4 Os delírios verbais me terapeutam.

Posso dar alegria ao esgoto (palavra aceita tudo).

(E sei de Baudelaire que passou muitos meses tenso

7 porque não encontrava um título para os seus poemas.

Um título que harmonizasse os seus conflitos. Até que

apareceu Flores do mal. A beleza e a dor. Essa antítese o

10 acalmou.)

As antíteses congraçam.

Manoel de Barros. Livro sobre nada. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 49.

Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos ao poema de Manoel de Barros.

1. ( ) No trecho “E sei de Baudelaire que passou muitos meses tenso” (v. 6), a omissão da vírgula necessária para isolar a oração adjetiva explicativa introduzida pelo pronome “que” é desvio da norma gramatical circunscrito à denominada licença poética.

2. ( ) O último verso do poema - “As antíteses congraçam” - resume o que a própria composição dos demais versos demonstra.

3. ( ) As palavras “inconexo” (v. 1) e “absurda” (v. 3) foram formadas pelo mesmo processo de derivação, que resulta em mudança de categoria gramatical de um vocábulo, sem que haja alteração morfológica.

4. ( ) O uso da função fática da linguagem na oração “palavra aceita tudo” (v. 5) ressalta o didatismo que permeia o poema.

Resposta: 1. E - PONTUAÇÃO - A vírgula deveria constar antes da oração adjetiva explicativa, que se refere a um nome próprio de pessoa, o qual, por ser próprio, particular, prescinde de restrição no contexto. Com base na extensão dos demais versos, o ritmo de leitura do verso em questão não pode, por sua vez, ser intenso, e só a necessidade de uma leitura sem pausas permitiria justificar a ausência da vírgula circunscrevendo-a à licença poética.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O eu poético afirma serem positivos o inconexo (l. 1), o desencontro (l. 2), os delírios verbais (l. 4), a ação de “dar alegria ao esgoto” (l. 5). Afirma não apreciar a sensatez (l. 3) e que Baudelaire foi beneficiado por uma antítese entre a beleza e a dor. Assim, o verso final (“As antíteses congraçam”) resume o que a composição dos demais versos demonstra.

3. E - ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS - O adjetivo “inconexo” (v. 1), ao ser antecedido de artigo, foi empregado como substantivo. O adjetivo “absurda” (v. 3), ao ser antecedido de pronome oblíquo átono, foi empregado como verbo. Houve, pois, derivação imprópria. Essa derivação não impede, porém, que ocorra uma alteração morfológica. A palavra “absurda”, por exemplo, está empregada à maneira de um verbo de primeira conjugação flexionado na terceira pessoa do singular. Não seria flexionada como um adjetivo. Caso a pluralizássemos, teríamos “absurdam”, como “amam”, e não “absurdas”. Assim, ocorre alteração morfológica na derivação imprópria.

4. E - FUNÇÕES DA LINGUAGEM - A função da linguagem em “palavra aceita tudo” é metalinguística, visto que se dá uma referência sobre possibilidades de uso das palavras, centrada no próprio código linguístico. A função fática é centrada no canal por que circula a mensagem e nas condições para que ela se realize.

172. (IRBr - 2015)

1 O subúrbio de S. Geraldo, no ano de 192..., já

misturava ao cheiro de estrebaria algum progresso. Quanto

mais fábricas se abriam nos arredores, mais o subúrbio se

4 erguia em vida própria, sem que os habitantes pudessem dizer

que transformação os atingia. Os movimentos já se haviam

congestionado e não se poderia atravessar uma rua sem

7 desviar-se de uma carroça que os cavalos vagarosos puxavam,

enquanto um automóvel impaciente buzinava atrás lançando

fumaça. Mesmo os crepúsculos eram agora enfumaçados e

10 sanguinolentos. De manhã, entre os caminhões que pediam

passagem para a nova usina, transportando madeira e ferro, as

cestas de peixe se espalhavam pela calçada, vindas, através da

13 noite, de centros maiores. Dos sobrados desciam mulheres

despenteadas com panelas, os peixes eram pesados quase na

mão, enquanto os vendedores em mangas de camisa gritavam

16 os preços. E quando, sobre o alegre movimento da manhã,

soprava o vento fresco e perturbador, dir-se-ia que a população

inteira se preparava para um embarque.

Clarice Lispector. A cidade sitiada. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 15-6.

Com referência às ideias e às estruturas do texto acima, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) Os segmentos “um automóvel impaciente buzinava” (l. 8) e “entre os caminhões que pediam passagem” (l. 10 e 11) expressam a mesma figura de linguagem.

2. ( ) No primeiro período do texto, Clarice Lispector, em linguagem figurada, refere-se ao contexto híbrido do subúrbio de S. Geraldo na década de 20 do século passado, resultante da chegada do progresso.

3. ( ) A relação estabelecida entre as duas primeiras orações do segundo período do texto expressa a proporcionalidade da mudança em curso no subúrbio de S. Geraldo.

4. ( ) Sem prejuízo para o sentido da oração “que transformação os atingia” (l. 5), a autora poderia ter optado pelo emprego do artigo a logo após o termo “que”, empregado como conjunção integrante.

Resposta: 1. C - FIGURAS DE LINGUAGEM - Nas passagens em foco, ocorre prosopopeia, também denominada personificação ou

antropomorfização. Essa figura consiste na atribuição de características e ações do homem a outros seres.

2. C - FIGURAS DE LINGUAGEM - Ao afirmar que o subúrbio misturava algum progresso ao cheiro de estrebaria, Clarice Lispector atribui ao subúrbio uma ação que o personifica e explora uma antítese. Sua linguagem é, pois, figurada.

3. C - MORFOSSINTAXE: CLASSES GRAMATICAIS - CLASSIFICAÇÃO E EMPREGO - A relação de proporcionalidade da mudança em curso no subúrbio é estabelecida por "Quanto mais ... mais".

4. E - MORFOSSINTAXE: CLASSES GRAMATICAIS - CLASSIFICAÇÃO E EMPREGO - O "que" de "que transformação os atingia" é pronome indefinido adjetivo, mas, se o artigo "a" for escrito após ele, passará a ser uma conjunção integrante. A oração se referirá, então, a uma transformação específica, definida, alterando-se o seu sentido.

Texto para as questões de 173 a 175

1 Distingo, no português histórico, dois períodos

principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros

anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e

4 enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas

crônicas desse segundo período, que relatam os

descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas

7 lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português

moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença

literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da

10 linguagem desse período. E como não ficou estacionário o

português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista,
setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a
13 denominação de português hodierno para as mudanças
características do falar atual criadas ou fixadas recentemente,
ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao
16 século XVIII.
Limites entre os diversos períodos não podem ser
traçados com rigor. Ignoram-se a data ou o momento exato do
19 aparecimento de qualquer alteração linguística. Neste ponto,
nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência
conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem
22 falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos
indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se
o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta
25 repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio.
Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o
caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem
28 muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo
razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar
a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não

31 somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo

o português moderno.

Não é de crer que poucos anos depois de 1500, quase

34 que bruscamente e sem influxo de idioma estranho, cessassem

em Portugal inveterados hábitos de falar e se trocasse o

português antigo em português moderno. Nem podemos

37 atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem,

aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma

pátrio e sua gramática. Consistiria a sua obra antes em elevar

40 à categoria de linguagem literária o falar comum,

principalmente o das pessoas educadas, tornando-o mais

elegante e desterrando locuções que lhe dessem aspecto menos

43 nobre. Mas os escritores antigos evitavam afastar-se da prática

recebida de seus avós e, posto que muitas concessões tivessem

de fazer ao uso para serem entendidos, propendiam mais a

46 utilizar-se de recursos artificiais que dessem ao estilo certo ar

de gravidade e acima do vulgar.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam

49 o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a

leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao

desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição

52 do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade

de se exprimirem os escritores em linguagem que todos

entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da

55 linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das

comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente

do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais

58 do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

M. Said Ali. Prólogo da Lexeologia do português histórico, 1. ed. 1921.

In: Gramática histórica da língua portuguesa. 8. ed. rev. e atual. por

Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília, DF:

Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8 (com adaptações).

173. (IRBr - 2015) Acerca das ideias do texto de M. Said Ali, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. ( ) Infere-se do desenvolvimento das ideias no segundo parágrafo do texto que pessoas instruídas inicialmente rejeitam uma inovação na língua; entretanto, passado algum tempo, incorporam-na à escrita, de forma refletida, assim como à linguagem empregada nos relacionamentos íntimos e no cotidiano.

2. ( ) Segundo o autor, os escritores portugueses, tendo adotado, após 1500, o falar comum da gente instruída em suas obras literárias, refinando-o, atingiram seu intento de transformar a língua oral e reformar o português antigo.

3. ( ) Depreende-se do texto que, nas crônicas escritas em português moderno, a linguagem, fortalecida e renovada, atingiu seu mais alto grau de aperfeiçoamento e estilo.

4. ( ) As noções de tempo “hodierno” (l. 13), “atual” (l. 14) e “recentemente” (l. 14) têm como referência o século XX.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - As linhas 24 a 27 revelam que as pessoas cultas rejeitam inovações na língua e afirmam que as admitem posteriormente no trato familiar e na fala espontânea. Quando escrevem com meditação, porém, oferecem resistência a essas inovações.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Os escritores não atingiram o intento de transformar a língua oral, como se percebe na passagem “Nem podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridades para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática. Consistiria a sua obra antes em elevar à categoria de linguagem literária o falar comum, principalmente o das pessoas educadas (...)” (linhas 36 a 43).

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Na segunda frase do primeiro parágrafo, Said Ali afirma que a linguagem do português moderno foi “robustecida e enriquecida de expressões novas” nas crônicas da época, mas não afirma que o apuro e o gosto culminaram nessas crônicas. Diz que ambos culminaram em Os Lusíadas.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Said Ali afirma que considera “português hodierno” o que já sofreu mudanças do “falar atual” e que essas mudanças foram “criadas ou fixadas recentemente”. Em seguida, diz que tais mudanças foram recebidas do século XIX ou remontam ao século XVIII. Que outro século poderia receber mudanças do século XIX senão um século posterior a este? Com base nesse raciocínio e na observação de que a publicação da primeira edição da obra de que se extraiu o texto se deu em 1921, confirma-se que o século posterior ao XIX a que se refere o autor é, necessariamente, o século XX.

174. (IRBr - 2015) Julgue (C ou E) os itens a seguir, a respeito de elementos coesivos e do vocabulário do texto de M. Said Ali.

1. ( ) Na linha 17, a expressão “os diversos períodos” refere-se não só à oposição entre português antigo e moderno, mas também aos períodos que compõem o português moderno, como o seiscentista, o setecentista e até o do português hodierno.

2. ( ) O vocábulo “inveterados” (l. 35) foi empregado como sinônimo de obsoletos, podendo ser substituído por essa palavra sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do texto.

3. ( ) As formas verbais “sucumbe” (l. 25) e “desterrando” (l. 42), que poderiam ser corretamente substituídas, respectivamente, por não resiste e livrando-se de, foram assim empregadas no texto: a primeira, em sentido denotativo, e a segunda, em sentido conotativo.

4. ( ) Em textos contemporâneos, a expressão “por ventura” (l. 15) tem como variante o vocábulo porventura, cujo sentido equivale a talvez.

Resposta: 1. C - COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Ao usar a expressão “os diversos períodos”, o autor, no parágrafo anterior, já havia admitido a existência de períodos que se estenderam desde o português antigo até o português atual. Assim, a expressão em foco retoma todos eles.

2. E - MORFOSSINTAXE: CLASSES GRAMATICAIS - CLASSIFICAÇÃO E EMPREGO / FUNÇÕES SINTÁTICAS / COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - Tratando-se “inveterados” de um adjetivo tanto quanto “obsoletos”, o uso de um termo por outro não causa alteração gramatical. Além de serem ambos os termos adjetivos, são adjuntos adnominais do substantivo “hábitos”. No que tange, porém, à semântica, há diferença. O significado de “inveterado” é “muito antigo”, “de velha data”. O significado de “obsoleto” é “ultrapassado”. Nem tudo que é inveterado é obsoleto. Nem tudo que é obsoleto é inveterado.

3. C - DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO - Os significados apontados para os dois termos nas duas passagens são corretos. O termo “sucumbe” está empregado em sentido literal, ou seja, em sentido denotativo. O termo “desterrando”, que significaria literalmente “retirando da terra”, não tem esse exato sentido no texto, mas o de “afastando”, “livrando”. Desse modo, foi empregado em sentido figurado, ou seja, em sentido conotativo.

4. C - ORTOGRAFIA - Pode-se admitir “porventura” ou “por ventura” como possíveis no texto de Said Ali. A expressão “porventura” é, como registra Aurélio Buarque de Holanda na 36ª edição do seu Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, um advérbio que significa “acaso”, “por acaso”. O mesmo dicionarista registra como uma das acepções de “ventura” o significado de “acaso”. Assim, admite-se “por ventura” também como “por acaso”.

175. (IRBr - 2015) Cada um dos itens subsequentes apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto de M. Said Ali, que deve ser julgada certa se estiver devidamente pontuada e gramaticalmente correta e mantiver as informações do texto, ou errada, em caso contrário.

1. ( ) “Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também.” (l. 27 a 30): Passa-se muito tempo, até que a linguagem literária, finalmente, por não encontrar motivo para repelir aquilo que todas as pessoas falam, resolve anuir à alteração também.

2. ( ) “Mas os escritores antigos evitavam afastar-se da prática recebida de seus avós e, posto que muitas concessões tivessem de fazer ao uso para serem entendidos, propendiam mais a utilizar-se de recursos artificiais que dessem ao estilo certo ar de gravidade e acima do vulgar.” (l. 43 a 47): Porém os escritores antigos furtavam-se a distanciar-se do uso adquirido de seus avós e, uma vez que diversas transigências se tivesse de fazer à prática a fim de serem compreendidos, inclinavam-se mais a empregar meios factícios que imprimissem ao seu modo de escrever alguma mostra de sobriedade e superior ao popular.

3. ( ) “Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada.” (l. 19 a

22): A linguagem escrita nesse aspecto jamais será cópia exata àquilo que ocorre na linguagem oral, por sua propensão tradicionalista.

4. ( ) “Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo.” (l. 22 a 24): A novidade aparece, criada, talvez, por uma ou algumas pessoas; se elas tem a sorte de satisfazer o povo, não demora a propagar-se a utilização na fala.

Resposta: 1. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO / PONTUAÇÃO / REGÊNCIA VERBAL / CRASE - Não há alteração de sentido no trecho reescrito nem qualquer desvio de escrita ou de gramática. A oração causal se mantém intercalada e, por isso, continua entre vírgulas. O adjunto adverbial “finalmente”, isolado, também é realçado pela pontuação. O verbo “anuir”, que substitui o “aceitar”, tem o complemento indireto adequado (anuir a algo). O uso do sinal grave é necessário, pois a regência desse verbo o justifica e a palavra “alteração” exige o artigo definido, por se referir a uma alteração específica.

2. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO / MORFOLOGIA: CLASSES GRAMATICAIS - CLASSIFICAÇÃO E EMPREGO / CONCORDÂNCIA VERBAL - Há alteração de sentido de uma construção para outra. Na primeira, a conjunção “posto que” inicia oração concessiva. Na segunda, a conjunção “uma vez que” inicia oração causal. O emprego do verbo “fazer” no singular também não é aconselhável na segunda construção, pois deve concordar no plural com “os escritores antigos”. Além disso, não se justifica o uso do “se”, pois, além de estar identificado o agente da ação verbal, está identificado o complemento indireto “à prática”.

3. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO / PONTUAÇÃO / REGÊNCIA NOMINAL - Na segunda construção, o termo “nesse aspecto” deve ser isolado por vírgulas. O adjunto adnominal “daquilo” deve substituir o “àquilo”, pois a regência do nome “cópia” assim o exige.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO / COERÊNCIA, COESÃO E REFERÊNCIA TEXTUAL - Na segunda

construção, deve-se empregar “ela”, e não “elas” para fazer referência ao termo “novidade”. O emprego de “elas” altera o significado da passagem, pois se refere ao termo “uma ou algumas pessoas”. Além disso, antes do substantivo “utilização”, é necessário escrever o possessivo “sua”.

Texto para as questões 176 e 177

1 No modesto apartamento em que mora na rua Conde

de Bonfim, Graciliano Ramos mostrou-me alguns originais dos

seus trabalhos. Via de regra, escreve em papel sem pautas, de

4 um só golpe, ao calor da composição. A forma definitiva vem

depois. Emenda muito. E até mesmo quando passa a limpo,

com sua letra explicativa de escrevente de cartório, corta muita

7 coisa, tudo o que depois vai achando ruim. Às vezes risca

linhas inteiras. As palavras morrem sob o traço forte de tinta de

uma igualdade assombrosa, como feito à régua.

10 Graciliano guarda os originais dos livros já

publicados. Assim pude verificar um curioso detalhe da feitura

de Vidas Secas. Os capítulos, datados, indicaram-me a

13 ausência de seguimento na elaboração da narrativa. “Baleia”,

o nono capítulo, foi o primeiro a ser escrito, em 4 de maio de

1937. Um mês e pouco depois, precisamente no dia 18 de

16 junho, escreveu o quarto capítulo, “Sinha Vitória”. E assim

todo o livro, que não obedeceu a nenhum plano antecipado.

— Escrevi a história de um cachorro de meu avô —

19 conta o romancista, cigarro Selma com ponta de cortiça entre

os dedos queimados de fumo. - Os episódios foram-se

amontoando. O livro foi crescendo. E assim arrumei Vidas

22 Secas, que pensei em chamar "O mundo coberto de penas",

título de um dos capítulos do livro.

A vida de Graciliano Ramos está sempre presente na

25 sua obra, no que ela tem de mais humano e doloroso.

— Caetés é uma história de Palmeira dos Índios. São

Bernardo se passa em Viçosa. Angústia tem um pouco do

28 Rio, um pouco de Maceió e muito de mim mesmo. Vidas

Secas são cenas da vida de Buíque [Pernambuco].

Todos esses romances exigiram do autor um longo e

31 penoso trabalho de composição.

— Não sou como José Américo - disse -, que

primeiro escreve na cabeça e depois transporta o livro para o

34 papel. A obra de criação, para mim, é quase sempre imprevista.

E espontânea. Refaço tudo, depois. Escrever dá muito trabalho.

A gente muitas vezes não sabe o que vai fazer. Sai tudo diverso

37 do que se imaginou.

Francisco de Assis Barbosa. Graciliano Ramos, aos cinquenta anos. Reportagem biográfica. In: jornal Diretrizes, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional RJ, 1942. Apud: Ieda Lebensztayn e Thiago Mio Salla (Orgs.). Conversas - Graciliano Ramos. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 119-20.

176. (IRBr - 2015) A respeito da linguagem e do vocabulário empregados no texto anterior, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. ( ) No terceiro parágrafo, o repórter abandona a narrativa e, sem intervir, reproduz, em discurso direto, o relato de Graciliano Ramos acerca da produção de Vidas Secas.

2. ( ) Embora contenha trechos de fala, o texto está isento de coloquialismo.

3. ( ) No primeiro parágrafo, o emprego, em sentido figurado, do substantivo “calor” (l. 4) e da forma verbal “morrem” (l. 8) contribuiu para a expressividade da linguagem dos segmentos em que esses vocábulos se inserem.

4. ( ) Depreende-se que a qualidade de “explicativa” (l. 6), atribuída à letra de Graciliano Ramos pelo autor do texto, foi empregada com o sentido de clara, legível, inteligível.

Resposta: 1. E - ESTILOS DIRETO E INDIRETO O repórter não abandona a narrativa. Pronuncia-se na passagem contida entre travessões por ocasião do discurso direto e volta a se pronunciar em outros parágrafos. Além disso, intervém na narrativa, visto que informa algo sobre Graciliano Ramos que pode revelar ao leitor um traço do escritor: o de que fuma um cigarro e tem os dedos queimados pelo hábito.

2. E - VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS - Há expressões coloquiais no texto. As três últimas frases do texto são exemplos disso, com “dá muito trabalho”, “A gente” e “Sai tudo diverso”.

3. C - DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO - As palavras “calor” e “morrem” foram usadas em sentido figurado, conotativo, contribuindo para a expressividade da linguagem das passagens em que se inserem.

4. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O repórter esclarece que a letra explicativa é própria dos escreventes de cartório. Tais profissionais precisam ter letra clara, legível, inteligível.

177. (IRBr - 2015) Julgue (C ou E) os próximos itens, a propósito das ideias e de aspectos morfossintáticos do texto de Francisco de Assis Barbosa.

1. ( ) Depreende-se do texto que poucas vezes Graciliano Ramos escreveu de chofre, mas quando o fez, reescreveu tudo depois, ao passar a limpo, e é por isso que, para ele, escrever era muito trabalhoso.

2. ( ) As informações e a correção gramatical do texto seriam preservadas, caso a conjunção aditiva “E” (l. 5 e 16) fosse grafada em minúscula; o ponto final que a antecede fosse substituído por vírgula; e, apenas na ocorrência da linha 5, essa conjunção fosse seguida de vírgula.

3. ( ) A supressão da vírgula empregada logo após “livro” (l. 17) atenderia às normas gramaticais, porém violaria a coerência do texto.

4. ( ) O trecho “A vida de Graciliano Ramos está sempre presente na sua obra, no que ela tem de mais humano e doloroso.” (l. 24 e 25) poderia ser reescrito, sem prejuízo das informações originais do texto e de sua correção gramatical, da seguinte forma: Está sempre presente na obra de Graciliano Ramos aquilo que, na sua vida, é mais humano e doloroso.

Resposta: 1. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - No primeiro parágrafo, o repórter afirma que Graciliano Ramos, via de regra, escrevia de um só golpe. No último parágrafo, a fala do próprio escritor revela isso, ao dizer que a obra de ficção era quase sempre imprevista e espontânea para ele e que, por isso, precisava refazer tudo depois. Considerava escrever muito trabalhoso.

2. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO / PONTUAÇÃO - Nas linhas 5 e 16, uma pausa menos expressiva que a de

um ponto ou a de um ponto e vírgula passaria a se registrar se o “e” fosse antecedido de vírgula. Na linha 5, pode-se ainda destacar com vírgulas a oração adverbial deslocada (antecede a sua principal) “até mesmo quando passa a limpo”. Como já há uma vírgula após essa oração, faltaria apenas incluir outra em seu princípio.

3. C - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO / PONTUAÇÃO - É possível optar por usar ou não vírgula com as orações adjetivas, mas, na passagem em foco, a ausência desse sinal restringiria um elemento que se restringe por si só. Trata-se de um livro já identificado (Vidas Secas). Não se deve, portanto, restringi-lo mais uma vez.

4. E - COMPREENSÃO, ANÁLISE DE TEXTO E VOCABULÁRIO - O trecho original afirma que a vida de Graciliano Ramos está sempre presente em sua obra. O trecho alterado não afirma que o que está presente na obra do escritor é a sua vida, e sim apenas o que esta tem de mais humano e doloroso.

* As opiniões deste Prefácio são de cunho pessoal, não refletindo necessariamente as posições do Ministério das Relações Exteriores.

** Os textos publicados nesta obra, bem como as informações fornecidas nas tabelas de incidência e nos seus respectivos gráficos, são de responsabilidade exclusiva dos autores e do coordenador da Coleção. A finalidade desta obra é publicar teoria e questões relevantes para os candidatos ao concurso de Diplomata, cabendo à Editora respeitar a liberdade de pensamento e manifestação de cada autor.

*** Nas tabelas, o “0” significa que não foi cobrada nenhuma questão do assunto e o “-” significa que a disciplina não constava no Edital.

Atenção! Muitas questões do Teste de Pré-seleção do IRBr abordam mais de um tópico do Edital. As questões de múltipla escolha foram consideradas como uma única questão e cada um dos itens das questões do tipo Certo ou Errado é contabilizado como uma questão.

1 As regras a seguir se baseiam no uso corrente culto da língua, embora não contempladas no AOLP.

REVISÃO DE 13 DE MAIO DE 2020

Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty

Brasília
2016

Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty

Brasília
2016

Comissão de diplomatas encarregada da elaboração do *Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty*:

Ministro Sérgio Barreiros Santana de Azevedo
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Ministra Ana Maria de Souza Bierrenbach
Ministro Nestor José Forster Jr.
Conselheiro Marco Antonio Nakata
Conselheiro Marcus Henrique Paranaguá
Secretário Luiz Feldman
Secretário Rodrigo Wiese Randig
Secretário Rafael Santos Gorla

Comissão de diplomatas encarregada da revisão do *Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty*:

Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Ministro Mauricio Lyrio
Conselheiro Cláudio Garon
Conselheira Maria Eduarda de Seixas Corrêa
Secretário Rodrigo Wiese Randig
Secretária Laura Berdine Santos Delamonica

Agradecem-se as valiosas contribuições de: José Roberto de Almeida Pinto, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, João Pedro Correa Costa, Alessandro Warley Candeas, Guilherme Roeder Friaça, Michel Arslanian Neto, Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, Gustavo Teixeira Chadid, Felipe Carlos Antunes, João Augusto Costa Vargas, Cecilia Fujita e Eliane Miranda.

O presente *Manual* constitui referência para todos os redatores de correspondências e expedientes oficiais do Itamaraty e para todos aqueles responsáveis pela aprovação e expedição desses documentos. Consolida o padrão de redação e estilo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil na elaboração da correspondência oficial interna e externa.

Comentários, correções e sugestões para o aperfeiçoamento deste *Manual* podem ser enviados para manual.redacao@itamaraty.gov.br.

Índice

Introdução

Este *Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty* reúne e consolida orientações e modelos que disciplinam a elaboração de textos e documentos do Ministério das Relações Exteriores. Preparado por diplomatas brasileiros, e revisto a partir de respostas a consultas, nada há no presente *Manual* que obste a que dele se possam servir outras instituições, públicas ou não, brasileiras ou não, que compartilhem com o Itamaraty a língua portuguesa como instrumento de trabalho ou, simplesmente, objeto de interesse.

Por sua própria natureza, intrinsecamente formal, a redação diplomática pauta-se na chamada norma culta da língua portuguesa. Considera-se, neste *Manual*, que o elevado grau de formalidade da linguagem diplomática justifica também preferência por opções clássicas de uso do idioma. Essa preferência não significa, naturalmente, juízo negativo sobre alternativas ou inovações em circulação na língua, algumas delas já abonadas pela própria norma culta (por exemplo, é o caso da predileção pela "regência

originária” do verbo *assistir*, no sentido de *presenciar*, como transitivo indireto, ainda que, na mesma acepção, a alternativa como transitivo direto seja de amplo emprego no Brasil e conste de respeitáveis instrumentos normativos, inclusive dicionários, brasileiros). A primazia que se acorda às opções clássicas repousa, exclusivamente, no entendimento de sua adequação ao contexto de uso da redação diplomática.

Nos primeiros capítulos deste *Manual*, são apresentadas orientações gerais acerca da redação oficial brasileira e instruções específicas com relação à redação diplomática em língua portuguesa, sendo expostos e comentados, um a um, os diferentes tipos de documentos e expedientes empregados pela chancelaria brasileira e por repartições diplomáticas e consulares. No capítulo 5, trata-se dos atos internacionais – como são coletivamente denominados os acordos bilaterais e multilaterais, tratados, convenções e demais instrumentos que obrigam estados soberanos no plano internacional.

No capítulo 6, arrolam-se formas, palavras e expressões que podem suscitar dúvidas e sobre as quais se julgou pertinente apresentar alguma recomendação, informação ou ressalva. Dá-se atenção à linguagem diplomática e a termos e expressões específicos da área das relações internacionais, que podem ser úteis a todos aqueles que, esporadicamente ou não, precisem escrever sobre a atuação internacional do Brasil ou de terceiros países, diplomacia, política internacional ou qualquer área conexa. Abordam-se tanto formas recomendáveis, tomadas como exemplos de boa redação em língua portuguesa, quanto formas a evitar.

No último capítulo deste *Manual,* incluiu-se uma lista de países, com nomes oficiais, formas abreviadas, os adjetivos pátrios (gentílicos) correspondentes e os nomes das respectivas capitais. Fez-se ainda a indicação, país a país, de quais admitem o uso de artigo definido em língua portuguesa. Foram também compilados os nomes dos países em espanhol, francês e inglês. Para a maioria dos países incluíram-se ainda notas de rodapé com informações consideradas úteis com relação a línguas, unidades monetárias, etnônimos e demais topônimos com formas tradicionais em português.

Ressalta-se, por fim, que o presente *Manual* é um trabalho aberto, que muito se beneficiará de comentários, correções e sugestões de qualquer escopo ou origem. Críticas e contribuições para o aperfeiçoamento deste *Manual*, desde já muito bem-vindas, podem ser enviadas para manual.redacao@itamaraty.gov.br.

1. Redação oficial

A redação oficial deve ser caracterizada pela impessoalidade, pela formalidade, pelo uso da norma culta da língua e pela concisão e clareza. Se uma instituição é coesa e organizada, suas comunicações deverão seguir um mesmo padrão, independentemente de qual de suas divisões ou unidades as elabore. Um dos objetivos do presente *Manual* é a consolidação do padrão de redação e estilo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

As comunicações do Itamaraty com o público externo – entre as quais se incluem as notas verbais trocadas com embaixadas estrangeiras, comunicações com outros ministérios e órgãos do governo brasileiro, respostas a consultas de cidadãos, notas à imprensa, informações gerais sobre temas de competência do Ministério e mesmo publicações em redes sociais – devem ser redigidas em nível de linguagem que permita a sua compreensão por todo e qualquer falante da língua portuguesa.

Para alcançar esse objetivo, deve-se evitar o uso de todo elemento de linguagem cuja compreensão seja restrita a determinado grupo. Não se admite, na boa redação oficial, o uso de expressões de circulação restrita, como siglas e acrônimos que não sejam de uso geral, expressões e termos em língua estrangeira ou elementos de jargão, vocabulário ou construções gramaticais em desuso, frases feitas e rebuscamentos.

Há tradições diplomáticas sedimentadas ao longo de séculos, tanto na forma das comunicações quanto em aspectos de sua redação e estilo. A existência de fórmulas tradicionais, no entanto, não legitima o uso de jargões, rebuscamentos e contorcionismos sintáticos, que devem ser evitados por comprometerem a clareza e a concisão obrigatórias à redação oficial.

O nível de linguagem a ser observado na redação oficial e diplomática não é –

nem deve ser – aquele empregado pelos mesmos usuários da língua na expressão oral. Há um distanciamento necessário entre a língua falada e a escrita. Aquela é extremamente dinâmica: incorpora as modificações fonéticas, sintáticas ou semânticas por que passa constantemente toda língua viva. Já a norma escrita demora mais a adaptar-se às evoluções de uma língua: tem maior vocação para a permanência e para a uniformidade – o que, de certo modo, contribui para alcançar a desejada impessoalidade nas comunicações oficiais. Por sua própria finalidade de informar, argumentar ou instruir com o máximo de clareza e concisão, a redação oficial requer linguagem desprendida, tanto quanto possível, de variantes regionais e modismos.

Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de conteúdo com um mínimo de palavras, de forma direta e eficiente. Uma boa maneira de verificar a clareza de um texto de autoria própria é relê-lo e submetê-lo, sempre que possível, ao crivo de outros leitores que se sintam à vontade para sugerir correções ou mudanças. A concisão de um texto é favorecida ao se evitarem expressões como "cumpre ressaltar", "cumpre assinalar", “vale assinalar”, “importa notar”, etc., que só devem ser usadas quando acrescentarem efetivo sentido ao texto. Em geral, se não “cumprisse ressaltar” (ou “valesse assinalar”, “importasse notar”), não se escreveria.

Deve-se avaliar se o escrito será de fácil compreensão por seu destinatário. O que é óbvio para o autor pode ser ambíguo ou confuso para leitores. O domínio que se adquire sobre certos assuntos em decorrência da experiência profissional muitas vezes faz-nos esquecer que certos fatos e conceitos óbvios não o serão para aqueles que não lidam diariamente com o tema. Nesse sentido, todos os termos técnicos, o significado das siglas e os conceitos especializados que não possam ser substituídos por expressões de uso comum devem ser explicitados e esclarecidos.

Todo processo de redação deverá levar em conta, além do tempo para elaboração, o tempo necessário para revisão. Os textos oficiais constituem a memória da instituição e do tratamento do assunto em particular, sempre presente na concepção, na elaboração e no arquivamento dos documentos oficiais.

Com esse espírito e essas orientações, o *Manual* que aqui se apresenta constitui referência para todos os redatores de correspondências e expedientes oficiais do Itamaraty e para todos aqueles responsáveis pela aprovação e expedição desses documentos.

2. Elementos gerais de redação

2.1. Nomes do Itamaraty

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil é conhecido tanto interna quanto externamente como Itamaraty, em função da identificação com sua primeira sede histórica, o Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde funcionou entre 1899 e 1970. Inaugurada em 1967, a sede do ministério em Brasília chamava-se originalmente Palácio dos Arcos, em função da presença desse elemento arquitetônico em sua fachada. Nesse mesmo ano, passou a se chamar Palácio Itamaraty e é sede do ministério desde 1970.

Historicamente conhecido, nacional e internacionalmente, como "Itamaraty" – nome do palácio que lhe serve de sede –, o ministério é chamado de *Ministry of Foreign Affairs* em inglês, *Ministère des Affaires étrangères* em francês e *Ministerio de Relaciones Exteriores* em espanhol, formas que devem ser empregadas em todas as publicações e expedientes institucionais nessas línguas.

2.2. Uso de maiúsculas

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em pleno vigor desde o primeiro dia de 2016, determina o uso de inicial minúscula "*ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes*", excetuados apenas os nomes próprios.

Devem ser escritos, portanto, com inicial minúscula todas as palavras que não são nomes próprios – o que inclui, entre outros: os nomes dos meses (*de 19 a 27 de janeiro*); dos dias da semana e das estações; de línguas (*Fala russo e espanhol*); de povos e etnias (*os franceses; os ianomâmis*); de religiões (*o ministro é católico; a principal*

religião do país é o islamismo); de doenças (*o ebola*); de moedas (*O euro valorizou-se em relação ao iene*); de profissões (*Ela é diplomata*; *O primeiro-ministro recebeu o embaixador*; *O secretário-geral do Itamaraty atua como ministro interino das Relações Exteriores na ausência do titular da pasta; O presidente da República é a máxima autoridade do país*); bem como todos os demais substantivos comuns – como *artigo* (*"...com base no artigo 84 da Constituição Federal..."*), *chefe, chefe de estado*, *chefe de governo*, *chefia*, *cônsul, cônsul-geral*, *consulado*, *consulado-geral*, *delegação*, *delegado permanente*, *diretor*, *divisão*, *embaixada*, *embaixador*, *embaixadora*, *estado, estados, estados membros, governo* (*"O governo brasileiro saúda o governo e povo da..."*), *governos, independência* (*"as comemorações do bicentenário da independência de..."*), *missão* (inclusive em *missão diplomática, missão do Brasil*, etc.), *município*, *país* (mesmo quando em referência ao Brasil), *países-membros, posto, presidente, repartição consular, representação diplomática, representação consular, subchefe, subchefia, vice-cônsul, vice-consulado,* etc.

Por outro lado, devem ser escritas com inicial maiúscula, por serem nomes próprios, os nomes de eventos, históricos ou contemporâneos, inclusive as festividades: Natal; Carnaval; Renascimento; Idade Média; o Sete de Setembro; Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável; a XLIX Reunião do Conselho do Mercado Comum.

Minúsculas em cargos e postos

A ortografia anteriormente em vigor no Brasil recomendava o uso da maiúscula nos nomes dos "*altos cargos, dignidades ou postos*"; pelo novo acordo ortográfico, os cargos e postos devem grafar-se com minúscula inicial.

Assim, recomenda-se que nas informações para público externo, para a imprensa, etc., siga-se a regra oficial, já seguida pelos órgãos de comunicações da Presidência da República e do Congresso Nacional e pela imprensa brasileira e portuguesa em geral de grafar com inicial minúscula os nomes de cargos, reservando o uso de maiúsculas para as instituições: *o Senado* (mas: *o senador; os senadores; a senadora Fulana de Tal*); *o ministro da Educação* (mas: *o Ministério da Educação*); *o doutor; a oficial de chancelaria; o professor; o primeiro-ministro; a chanceler; o arcebispo de Buenos Aires; o embaixador do Brasil na Itália; o vice-presidente Fulano de Tal; o papa Francisco;*

o patriarca de Moscou; etc.

Como se nota nos exemplos, usa-se a minúscula nos cargos, mas a maiúscula mantém-se nos nomes de instituições (e nas partes de nomes de instituições usadas em combinação com nomes de cargos): "*o Ministério das Relações Exteriores*" e "*o ministro de primeira classe*", mas "*o ministro das Relações Exteriores*".

A única exceção ao uso de iniciais minúsculas em cargos e postos será no seu uso em correspondências e expedientes assinados, em que, como se verá a seguir, poderão usar-se iniciais maiúsculas nos cargos e títulos referentes ao destinatário; o uso de maiúsculas é de praxe, sobretudo, nos cabeçalhos de correspondências, nos vocativos e nas assinaturas.

Maiúsculas com pronomes de tratamento

O uso de pronomes de tratamento e demais axiônimos *("Sua Excelência"*, *"Vossa Senhoria", "o Senhor Ministro de Estado", "o Senhor Presidente da República"*, etc.) restringe-se às correspondências e às comunicações assinadas. Nas informações institucionais, para imprensa ou público externo, não cabe o uso de axiônimos – escreva-se, portanto: *"o ministro das Relações Exteriores", "o então presidente Fernando Henrique Cardoso", "a então presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputada Jô Moraes"*, etc.

Já nas correspondências e expedientes assinados, o acordo ortográfico em vigor permite que se usem, excepcionalmente, maiúsculas em quaisquer *"palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente"*. Devem, assim, escrever-se com iniciais maiúsculas todos os pronomes de tratamento (*Vossa Excelência*; *Suas Senhorias*; etc.), bem como todos os substantivos que – inclusive no endereçamento, no vocativo e na assinatura – façam referência seja ao destinatário, seja a superiores hierárquicos:

A Sua Excelência o Senhor
Senador Fulano de Tal
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimento Vossa Excelência (...)

Atenciosamente,
Beltrana de Tal
Embaixadora
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
Ministério das Relações Exteriores

Maiúsculas em nomes de instituições

A inicial maiúscula deverá ser usada nos títulos de instituições tratadas como nomes próprios: *"o Ministério da Defesa", "a Organização das Nações Unidas", "a Divisão de Pagamentos", "a Delegação Permanente do Brasil", "a Universidade de Brasília*", *"a Igreja [*Anglicana, Católica, etc.*]*", etc. Pode-se também usar a maiúscula inicial mesmo quando o substantivo for usado desprovido de seu complemento, desde que este esteja subentendido: "*a Organização*" (por *"a Organização das Nações Unidas"*), *"a Constituição"* (por *"a Constituição Federal de 1988", etc.*), *"o presidente da República"* (por "*da República Federativa do Brasil*"), etc.

As regras ortográficas anteriormente vigentes recomendavam o uso de maiúsculas nos nomes que designam altos conceitos políticos ou nacionalistas. Com a revogação dessa regra pela entrada em vigor do novo acordo ortográfico, o uso da maiúscula se restringe aos nomes próprios, e devem escrever-se com inicial minúscula os substantivos comuns: "*o governo*", "*o país*", "*a língua portuguesa*", "*a embaixada do Brasil*", "*a missão permanente do Brasil*", "*a delegação da União Europeia*", etc.

O mesmo se aplica, assim, à palavra "*estado*": usa-se com minúscula, em qualquer acepção: "*O Brasil é composto por 26 estados e pelo Distrito Federal*"; "*o menor*

estado do Brasil", "*Os estados membros das Nações Unidas*"; "*chefe de estado*"; "*golpe de estado*". Usa-se com maiúscula, naturalmente, quando faz parte de título ou nome próprio: "*Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel*".

Maiúsculas e minúsculas em "*lei*", "*acordo*", "*tratado*", etc.

Ainda de acordo com a ortografia oficial, "lei", "acordo", "tratado", como todos os demais substantivos comuns, se escrevem com inicial minúscula: "*A lei que disciplinava a matéria foi revogada em 1999*"; "*O Brasil já havia então firmado tratados de navegação e acordos de comércio com a maior parte de seus vizinhos*"; "*A lei nº 11 440*", etc.

Como determina a regra geral, poderão escrever-se com maiúsculas quando formam parte de nome próprio: *"a Lei de Acesso à Informação"*. Note-se a diferença no uso de maiúsculas entre construções como "*Foram assinados oito acordos bilaterais, incluído um acordo de livre comércio*" e "*o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Colômbia foi firmado em 13 de dezembro de 1972*".

O fato de estarem acompanhados apenas do número que os identificam não torna próprio um substantivo comum, que deve permanecer com inicial minúscula: "*De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da lei nº 11 440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência...*".

Maiúsculas e minúsculas com determinantes geográficos

Também os nomes de determinantes geográficos seguem a regra geral, escrevem-se com inicial minúscula: o rio Amazonas; o oceano Atlântico; o estreito de Malaca; o golfo de Bengala; o mar Amarelo; o canal de Suez; a baía de Guanabara; o monte Roraima; o pico da Neblina; o deserto do Saara; a ilha de Santa Helena; o arquipélago de Tristão da Cunha.

Devem ser escritas, porém, com maiúsculas os nomes de acidentes geográficos que são parte de nomes próprios: "*Ilhas Cook*", "*Ilhas Marshall*" e "*Ilhas Salomão*" – por serem os nomes oficiais desses três países; mas, por outro lado: "*as ilhas Fiji*"; "*nas ilhas Comores*", pois, nesses dois casos, o substantivo "*ilhas*" não faz parte dos nomes oficiais dos países (respectivamente: "*República de Fiji*" e "*União das*

Comores”).

Escrevem-se com minúsculas os nomes dos pontos cardeais – exceto quando são nomes próprios de uma região: “*Joinville situa-se no nordeste de Santa Catarina*”, mas “*O Maranhão é o segundo maior estado do Nordeste*” (subentendida: *a região Nordeste do Brasil*).

2.3. Pronomes de tratamento

Os dois pronomes de tratamento mais usuais em português são “*Vossa Excelência*” (ou “*Sua Excelência*”) e “*Vossa Senhoria*” (ou “*Sua Senhoria*”).

As formas com “*Vossa*” são usadas na segunda pessoa – isto é, quando se dirige à pessoa:

Senhor Presidente, *Dirijo-me a Vossa Excelência para...*

Senhores Membros do Congresso Nacional, *Submeto à consideração de Vossas Excelências...*

As formas com “*Sua*” são usadas na terceira pessoa – isto é, quando se fala acerca da pessoa, não diretamente com a própria:

Senhor Assessor, *Muito agradeceria transmitir a Sua Excelência a Senadora Fulana de Tal...*

Conforme o disposto no *Manual de redação da Presidência da República*, o tratamento de “*Vossa Excelência*” (e o endereçamento “*A Sua Excelência o Senhor*”) é de rigor, no Brasil, para as seguintes autoridades:

– do poder executivo:
presidente da República;
vice-presidente da República;
ministros de estado;
governadores e vice-governadores;
embaixadores;

oficiais-generais das Forças Armadas (generais de brigada, generais de divisão, generais de exército; contra-almirantes, vice-almirantes, almirantes de esquadra; brigadeiros, majores-brigadeiros, tenentes-brigadeiros);

secretários executivos de Ministérios;

secretários de estado;

prefeitos.

– do poder legislativo:

senadores e deputados (federais, estaduais e distritais);

ministros do Tribunal de Contas da União;

conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais;

presidentes das Câmaras de Vereadores (Câmaras Municipais).

– do poder judiciário:

ministros dos Tribunais Superiores;

membros de Tribunais;

magistrados (inclui desembargadores e juízes);

auditores da Justiça Militar.

A esses cargos nacionais que merecem o tratamento de “*Excelência*” somam- se, ainda, os dirigentes máximos (secretário-geral, diretor-geral, etc.) de organismos internacionais.

Os cargos e casos não contemplados na disposição anterior (tais como vice-prefeitos, secretários municipais, cônsules, cônsules-gerais e vice-cônsules, encarregados de negócios, vice-prefeitos, etc.) recebem o tratamento de “*Vossa Senhoria*”/”*Sua Senhoria*”.

O *Manual de redação da Presidência da República* determina ainda que, na redação oficial, o vocativo “*Excelentíssimo Senhor*” (ou “*Excelentíssima Senhora*”) é cabível apenas para os ocupantes dos cargos de presidência de poder:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,

O vocativo a ser empregado para todas as demais autoridades que recebem o tratamento de “*Excelência*” é “*Senhor + (cargo)*”:

A Sua Excelência o Senhor
Senador Fulano de Tal

Senhor Senador,

A Sua Excelência a Senhora
Fulana de Tal
Prefeita de...

Senhora Prefeita,

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Embaixador da República da...

Recorda-se que, com pronomes de tratamento, nunca é admitido o uso de crase: “*A Sua Excelência*”, “*a Vossa Excelência*” (nunca “*à”*).

O *Manual de redação da Presidência da República* determina a abolição em comunicações oficiais de quaisquer outras formas de tratamento, como *ilustríssimo* ou *digníssimo*, bem como a restrição do tratamento de *“Doutor”*/"*Doutora*" às comunicações dirigidas a pessoas que tenham concluído curso universitário de doutorado. Em todos os demais casos, o tratamento “*Senhor*”/"*Senhora*" confere a formalidade necessária às comunicações.

No endereçamento, dispensa-se a fórmula “*Sua Senhoria*” (não se usa “*Sua Senhoria o Senhor*”, “*Vossa Senhoria a Senhora*”, etc.):

Ao Senhor Fulano de Tal Chefe da Assessoria Internacional

À Senhora Fulana de Tal Vice-Prefeita de São Paulo

Ao Senhor Fulano de Tal Encarregado de Negócios da República da...

2.3.1. Tratamento de autoridades monárquicas e eclesiásticas

Há, ainda, formas de tratamento específicas para autoridades monárquicas e eclesiásticas. Por não haver uniformidade nos títulos e vocativos atribuídos aos membros de diferentes monarquias, ou aos membros da hierarquia de diferentes igrejas ou religiões, convém verificar, caso a caso, a forma de tratamento e o vocativo exigidos pelo protocolo próprio das autoridades eclesiásticas ou monárquicas às quais se possa ter de dirigir.

Em geral, essas formas de tratamento específicas são usadas também como vocativo – à diferença das autoridades tratadas por “Vossa Excelência”/”Sua Excelência”, para as quais o vocativo é o nome do cargo (“Senhor Senador”, “Senhora Embaixadora”, “Senhor Ministro”). Assim, reis e rainhas, por exemplo, costumam receber, em consonância com o tratamento de “Vossa Majestade” (na segunda pessoa) e de “Sua Majestade” (na terceira pessoa), o vocativo “Majestade” (e não “Rei” ou “Senhor Rei”); príncipes e princesas, o tratamento (e o vocativo) “Alteza”; etc.

2.3.2. Concordância com os pronomes de tratamento

Mesmo quando se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala, ou a quem se dirige a comunicação), os pronomes de tratamento exigem a concordância na terceira pessoa: "*Vossa Senhoria deverá comparecer*".

Também os pronomes possessivos a serem usados são sempre os da terceira pessoa: "*Vossa Senhoria poderá escolher o seu substituto*"; "*Vossa Excelência e seus assessores devem comparecer*".

O gênero gramatical a ser usado na concordância coincidirá com o gênero da pessoa a que se refere. Assim, a concordância correta é "*Vossa Excelência é sempre bem-vindo*", se o interlocutor for homem; mas, naturalmente, "*Vossa Excelência é sempre bem-vinda"*, se se tratar de uma interlocutora.

2.4. Números

Em resolução aprovada em 2003, a Conferência Internacional de Pesos e Medidas e seus países-membros acordaram por unanimidade regras para a padronização internacional da formatação de números. Na ocasião, determinou-se que os números com mais de quatro algarismos poderão, para facilitar a leitura, ter seus algarismos agrupados e divididos por meio de espaços simples: o número "vinte mil" pode ser escrito 20 000 (ou "20 mil") – mas não *20.000*, como era a prática brasileira. Da mesma forma:

15 500 = quinze mil e quinhentos

100 000 000 = cem milhões

2000 = dois mil (sem separação; pelas novas regras internacionais, só se separam os números com mais de quatro dígitos).

De modo a pôr fim a confusões advindas do uso que alguns países faziam da vírgula, e outros, de ponto, decidiu-se não mais se usar, para fins de separação de números inteiros, nem o ponto (como fazia o Brasil), nem a vírgula (como faziam, entre outros, os EUA, onde "vinte mil" era representado por *20,000*).

Tanto a vírgula quanto o ponto, nos termos da resolução aprovada, passam a ser de legítimo uso internacional para grafar indistintamente os números não inteiros: mantém-se, portanto, a forma 1,5 para "um e meio" no Brasil, a par do padrão dos países anglófonos de grafar o mesmo número sob a forma "1.5".

Deve-se, assim, escrever:

Havia aproximadamente 2500 voluntários.

Foram gastos 12 500 dólares.

A nova edição do dicionário promete definir 218 523 palavras.

2.4.1. Numerais (números por extenso)

É recomendável o uso de numerais (por extenso) apenas nos casos de números com até duas sílabas; quanto aos números com mais de duas sílabas, recomenda-se representá-los exclusivamente por meio de algarismos: "os dez países", "os treze secretários", "os quinze membros", mas "os 16 países", "os 17 membros". Nos números múltiplos de mil e milhão, pode-se usar a forma híbrida: "200 mil pessoas", "5 milhões".

2.4.2. Bilhão

No Brasil, um bilhão equivale ao *billion* da língua inglesa, isto é: equivale a 1 000 000 000 (mil milhões). É preciso atentar para o risco de confusão em traduções, pois em alemão, espanhol, francês, italiano e mesmo em português de Portugal, um bilhão (*Billion/billón/billion/bilione*/bilião*)* equivale a 1 000 000 000 000 – ou seja, a um milhão de milhões.

O bilhão brasileiro deve traduzir-se por "*mil millones*" em espanhol, e por um *milliard* em francês; um *Milliarde* em alemão; um *miliardo* em italiano; mil milhões em português de Portugal.

Por conseguinte, o trilhão brasileiro e o *trillion* do inglês equivalem a um "*billion*" dos europeus (alemães, espanhóis, franceses, italianos e portugueses, entre outros); um quatrilhão americano equivale ao "*trillion*" europeu; etc.

2.4.3. Números ordinais

Os números ordinais podem ser escritos de duas formas: por meio de algarismos romanos, ou por meio de algarismos seguidos das letras "o" ou "a" sobrescritas: *artigo 1º* ou *artigo I*; *67ª Assembleia Geral* ou *LXVII Assembleia Geral*.

Por não permitir compreensão mais imediata, as formas com números romanos são cada vez menos usadas. São preferíveis, portanto, formas como “1ª reunião”, “50ª sessão” e “88º encontro” (e não “_I reunião_”, “_L sessão_”, “_LXXXVIII encontro_”).

O uso de algarismos romanos ainda é obrigatório nos títulos de autoridades monárquicas e eclesiásticas (_o rei Felipe VI_; _o papa emérito Bento XVI, o patriarca Cirilo I_) e com incisos de artigos de lei: “_De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da lei nº 11 440”._

O uso de algarismos romanos é recomendado quando o número estiver no plural: “_os XXI jogos_”, e não _“os 21º jogos”_ nem _“os 21ºs jogos”._

Não se deve fazer o uso, hoje obsoleto, de ponto entre o número e a vogal sobrescrita: escreva-se “12ª reunião”, não *_12.ª reunião_.

Algumas fontes automaticamente sublinham a vogal sobrescrita de números ordinais, enquanto outras não o fazem. É indiferente o uso: pode-se escrever 12ª reunião ou 12ª reunião; 23ª reunião ou 23º encontro.

2.5. Datas

Ao escrever datas por extenso, cumpre recordar que os nomes dos meses de ano se escrevem em português com minúscula inicial: _O festival terá início na última semana de fevereiro e durará até a segunda semana de março_.

Constituem exceção, naturalmente, as ocorrências em nomes próprios, ou em expressões tratadas como nome próprio: _Moram na rua Quinze de Novembro. A embaixada organizou um excelente Sete de Setembro este ano._

Ao escrever datas por extenso, números menores que dez não devem levar um zero à esquerda: escreva-se, portanto, “Brasília, 9 de março” (e não _*Brasília, 09 de março_), “O evento ocorrerá entre os dias 1 e 5 de setembro próximo” (no caso do dia primeiro de um mês, pode-se usar o número cardinal, 1, em vez do ordinal, 1º, para padronização).

Ao escrever datas inteiramente por meio de números, porém, a padronização internacional atual recomenda o uso sempre de oito dígitos – dois para dia e dois para o mês (mesmo no caso de números menores que dez) e quatro algarismos para o ano: 14/09/2017, etc.

Convenção internacional recomenda que, em contextos técnicos, datas sejam escritas na forma ano-mês-dia, o que é especialmente útil na nomeação de arquivos eletrônicos, de modo a manter sua nomenclatura em ordem cronológica. Em vez das barras, separam-se os elementos da data por hifens ou pontos: assim, a data de 14 de setembro de 2017 pode, para padronização internacional, ser escrita como 2017-09-14 ou como 2017.09.14.

Mesmo nos países de língua inglesa – alguns dos quais usam ordinariamente a ordem “mês-dia”, a forma oficial a ser usada na escrita de datas será sempre dia-mês-ano, sem vírgulas e sem indicativo de número ordinal:

> *“I refer to your letter dated 14 September 2017 regarding the consultation process…”*

> *“With regard to your letter dated 27 January 2018 concerning recommendations…”*

2.6. Horas

Ao escrever horários em português em contextos formais, deve-se usar o sistema de 24 horas: por exemplo, 16h30 ou 16:30, reservando 4h30 e 4:30 para o horário de quatro e meia da madrugada.

Por cautela extrema, pode-se, mesmo assim, usar a expressão “da manhã” ou “da madrugada”, a fim de evitar qualquer ambiguidade:

O ministro deverá chegar às 10h35 da manhã.

O ministro deverá chegar às 10 horas da manhã.

Como se vê nos exemplos acima, nas horas inteiras pode-se usar o substantivo “hora(s)”; nos demais casos, pode-se usar o símbolo de hora, que é “h” – escrito em letra minúscula e sem ponto, como é de rigor nos símbolos (*vide* km, símbolo de quilômetro, frequentemente grafado, incorretamente, **Km*).

O meio-dia é representado por 12h00, 12h ou 12:00, e a meia-noite, por 00h00, 00h ou 00:00.

Ainda como se vê no exemplo acima, se se usa o formato que já traz o símbolo de hora (“h”), não se deve escrever a palavra “hora(s)”.

Embora a rigor signifique o momento exato em que começa um novo dia, a palavra “meia-noite” e suas traduções são fonte de potencial confusão (quanto a qual dia se referem – se ao que se inicia ou ao que acaba de terminar). Por essa razão, recomenda-se o uso preferencial dos horários 23h59 ou 00h01.

2.7. Siglas e acrônimos

Siglas são formadas pelas letras iniciais de outras palavras. Quando uma sigla pode ser lida como uma nova palavra, e não necessariamente letra a letra, pode ser chamada também de acrônimo. Como exemplo: UNESCO e ACNUR são acrônimos, ao passo que IBGE e CNPJ não o são.

Recomenda-se que não se usem pontos entre as letras de uma sigla: escreva-se, assim, “ONU”, e não *O.N.U. – à diferença das abreviaturas, em que o ponto é obrigatório: “pág.” (também se usa a redução “p.”), “etc.”.

Siglas e acrônimos devem ser usados com parcimônia, apenas quando absolutamente necessário. Só faz sentido usar uma sigla que não seja de conhecimento geral quando o nome a que ela se refere tenha de ser repetido muitas vezes ao longo de um mesmo texto, e o nome a que se refere seja demasiado longo – mas não há razão, por exemplo, para se usar a sigla “UE” em vez de “União Europeia”, ou formas abreviadas de nomes de ministérios, como “MinC”, “MC” e “MAPA”, em uma nota de imprensa ou uma informação para o Senado.

Podem ser usadas sem ressalvas (e mesmo sem estar acompanhadas de sua explicação) aquelas siglas já de conhecimento geral, mais usadas que o próprio nome completo a que se referiam originalmente: HIV/AIDS, Petrobras, Varig.

A maior parte da imprensa brasileira escreve com apenas a inicial maiúscula (e as demais letras minúsculas) todo e qualquer acrônimo (isto é, as siglas que podem ser lidas como palavras) que tenha quatro letras ou mais: **Opep; *Otan; *Acnur; *Psol*. Essa opção, feita por alguns jornais e revistas por questões de espaço, é arbitrária e não tem amparo em regra ortográfica ou gramatical. A título de exemplo, o código de redação da União Europeia, válido para todas as línguas da organização (inclusive o português), recomenda escrever apenas com inicial maiúscula os acrônimos com seis letras ou mais.

De modo geral, deverão ser usadas as grafias adotadas pelas próprias instituições, havendo inclusive casos em que a escrita oficial da sigla alterna, por diferentes razões, letras maiúsculas e minúsculas: ALADI; Caricom; CNPq; Eletrobras, Incra; Inmetro; IRBr (Instituto Rio Branco); MERCOSUL; MoMA; ONU; OPEP; OTAN; PCdoB; Petrobras, PSOL; Sudene; UFSCar; UnB; UNESCO.

Siglas podem receber plural, marcado por um "s" minúsculo: *PMs visitaram cinco UPPs cariocas no sábado*. Nunca se usará, nesses casos, o apóstrofo. Algumas siglas rejeitam a marca do plural, por seu significado já incluir, opcionalmente, o plural: *os PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa)* (embora também se possa dizer "um PALOP"). Quando a sigla termina em "S", também é praxe dispensar-se o "s" minúsculo que marcaria o plural: *Os BRICS; os países do BRICS*.

Nomes de políticos deverão ser acompanhados da sigla do partido ao qual pertençam na primeira menção do nome. A sigla partidária deverá ser indicada entre parênteses, separada com barra da sigla de seu estado: *O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC).*

2.8. Nomes de pessoas

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em seu Anexo I, Base XXI, intitulada "Das assinaturas e firmas", estipula que "*para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura de seu nome*". Acrescenta que "*com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público*".

No caso de personalidades e cidadãos estrangeiros, deverá usar-se a grafia original por eles empregadas, sem aportuguesamentos: "a rainha Margrethe II da Dinamarca"; "a rainha Elizabeth II, do Reino Unido"; "a rainha Elisabeth, da Bélgica"; "o rei Felipe VI". As únicas exceções são os casos de personalidades que usam, elas próprias, versões em língua portuguesa de seus nomes – por exemplo, papas e outros líderes religiosos: *O patriarca Aleixo II nasceu em Talin. O papa Francisco encontrou-se com o patriarca Cirilo, da Igreja Ortodoxa Russa.*

Eventuais símbolos diacríticos não usados em português deverão ser mantidos, sempre que possível: "o presidente Peña Nieto"; "o presidente Schärf"; "o

presidente Lech Wałęsa"; "a primeira-ministra Sigurðardóttir"; "o primeiro-ministro Jørgensen".

No caso de personalidades ou cidadãos cujos nomes não são originalmente escritos no alfabeto latino, deverá ser usada a romanização adotada pelo próprio nomeado ou o uso consagrado: Benjamin Netanyahu; Chiang Kai-shek; Dmitry Medvedev; Haile Selassie; Li Keqiang; Moammar El-Gadhafi (ou, simplesmente, Gadhafi).

2.9. Nomes de países e cidades

O tratamento a ser dado, na redação oficial e diplomática, aos nomes geográficos (topônimos) é matéria do capítulo 7 (*"Lista de países – topônimos e gentílicos"*) do presente *Manual*.

2.10. Aportuguesamentos e uso de estrangeirismos

Num texto redigido em português, expressões em língua estrangeira, quando necessárias, devem vir acompanhadas de sua explicação em português, com exceção daquelas poucas de conhecimento generalizado.

Palavras em outras línguas que não o português, quando usadas num texto em português, devem ser visualmente destacadas. A melhor forma de o fazer é por meio do uso de letras em itálico:

O governo da Eslováquia anunciou hoje que concedeu *agrément* à embaixadora brasileira designada para o país.

É bastante óbvio qual dos dois lados se beneficia do *statu quo*.

Após a chegada da polícia, o *shopping* permaneceu fechado até o fim do dia.

Em certos contextos, não é possível o uso de fonte em itálico ou de outras formas de destaque, como o sublinhado – é o que ocorre, por exemplo, em telegramas, ou em publicações em redes sociais. Nesses casos, recomenda-se o uso de aspas simples (e não de aspas duplas, que poderiam causar ambiguidade de interpretação):

Em julho de 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil aprovou a regulamentação do exercício da advocacia 'pro bono' no Brasil.

Apenas após recebida a resposta favorável ao pedido de 'agrément' é o nome do candidato a embaixador submetido ao Senado Federal.

O Brasil assumiu a presidência 'pro tempore' do bloco.

Latinismos

Termos e expressões em latim são tratados como todo outro estrangeirismo – isto é, devem ser destacados sempre que usados em textos em português – seja por meio de *itálico*, seja por meio de 'aspas simples'.

Como regra geral, são mantidas na forma original as expressões e locuções latinas de uso internacional, das quais são exemplos: *ad hoc, ad interim, a priori, a posteriori, ad referendum, animus contrahendi, erga omnes* (para todos)*, ex nunc* (que não retroage, desde agora), *ex tunc* (que retroage, desde então, desde o início), *in loco*, *in memoriam, lato sensu, manu militari, modus operandi, mutatis mutandis, pari passu, per capita, per se, persona (non) grata, pro bono*, *pro forma*, *pro tempore, sine die, sine qua non, sub judice, sui generis*, *statu quo* (usar nessa forma, e não status quo, deformação inglesa), *stricto sensu, urbi et orbi, versus.* As expressões substantivadas ora são consagradas na forma original ("estão analisando o pedido de *habeas corpus*"), ora são modificadas ("encadernei um livro publicado no formato in-oitavo").

Os substantivos comuns tendem a ser aportuguesados: currículo, fac-símile, fórum (plural: fóruns), foro (plural: foros), memorando (plural: memorandos), quórum (plural: quóruns), etcétera.

2.11. Uso do hífen

Esta seção apresenta exemplos de emprego ou não do hífen em língua portuguesa, reunidos, adiante, em duas listas. Trata-se de exemplos selecionados por sua presumível utilidade como referência para a redação diplomática em diferentes áreas temáticas de que se ocupa o Itamaraty – entre outras, política, economia, cultura e administração.

O uso ou não do hífen é matéria regulada por uma série de regras. Na eventualidade de dúvida sobre emprego do hífen – como, de resto, sobre quaisquer questões ortográficas –, deve-se consultar o "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)", da Academia Brasileira de Letras, que foi elaborado em consonância com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), obrigatório no Brasil desde 1º de janeiro de 2016, e está disponível para acesso na página eletrônica da Academia.

Entre outros casos, o hífen é empregado na ênclise e na mesóclise ou tmese ("amá-lo", "amá-lo-ei"); em vários compostos (por exemplo, "*nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio*", como "primeiro-ministro", "decreto-lei", "mato-grossense", "norte-americano", "afro-asiático", "afro-luso-brasileiro" – AOLP, Base XV, item 1º); e em diferentes formações com prefixos (por exemplo, "*nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento*", como "anti-ibérico", "contra-almirante").

O emprego do hífen estende-se a outras ocorrências, como em um tipo particular de formação com sufixo ("*nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como* açu*,* guaçu *e* mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos*", como "anajá-mirim", "capim-açu") e em sequências de palavras ("*emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares, e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topônimos*", como a ponte "Rio-Niterói", "Áustria-Hungria", "Acordo MERCOSUL-União Europeia", "eixo Brasília-Lisboa").

Por sua vez, os casos em que não se utiliza o hífen incluem as locuções, como regra geral. Conforme dispõe o Acordo Ortográfico (Base XV, item 6º), "*não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso*", nas "*locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais*", como "fim de semana", "sala de jantar", "ele próprio", "à vontade", "à parte", "a fim de", etc. (são exceções, por exemplo, "mais-que-perfeito", "pé-de-meia").

Tampouco se emprega o hífen: (a) "*nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por* r *ou* s*, devendo essas consoantes duplicar-se*", como "antirreligioso", "contrassenha"; e (b) "*nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente*", como "antiaéreo", "autoestrada" e "agroindustrial" (AOLP, Base XVI, item 2º).

Não cabe descer aqui ao detalhamento da regulamentação sobre uso ou não do hífen com os diversos tipos de compostos, formações com prefixos e locuções. Há vários casos específicos, como, a título exemplificativo, o das formações com o prefixo *co-*, pois "*aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por* o" – "coobrigação", "coordenar", "cooperação" (AOLP, Base XVI, item 1º, "b").

Mas, ainda antes de passar-se às listas de exemplos de uso e não uso do hífen, convém recordar certas diretrizes de particular interesse, seja por sua conexão com questões ligadas a relações exteriores, seja por sua utilidade genérica.

Grafam-se com hífen as formações com os prefixos "vice" e "ex" (vice-cônsules; vice-consulado; ex-primeira-ministra; ex-vice-presidente) e nomes de instituições e cargos integrados pelo adjetivo "geral" (procuradoria-geral; secretário-geral; subsecretário-geral; consulado-geral; cônsul-geral – mas, sem hífen: assembleia geral).

Utiliza-se o hífen nos gentílicos – centro-africano, latino-americano, norte-americano, norte-coreano, sul-americano, sul-africano, sul-coreano, juiz-forano, cruzeirense-do-sul.

O professor Evanildo Bechara registra que "*as formas empregadas adjetivamente do tipo* afro-, anglo-, euro-, franco-, indo-, luso-, sino- *e assemelhadas continuarão a ser grafadas sem hífen em empregos em que só há uma etnia*: afrodescendente, anglofalante, anglomania, eurocêntrico, eurodeputado, lusofonia, sinologia, *etc. Porém escreve-se com hífen quando houver mais de uma etnia:* afro-brasileiro, anglo-saxão, euro-asiático, *etc*." (in *Moderna gramática portuguesa*. 3ª. ed. rev.,

ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 96).

Nos termos do AOLP, "*emprega-se o hífen nos topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos* grã, grão *ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo*", como "Grã-Bretanha", "Passa-Quatro", "Baía de Todos-os-Santos", "Trás-os-Montes", enquanto "*os outros topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen*", como América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde.

Constituem exceções consagradas a esta última disposição os topônimos Guiné-Bissau e Timor-Leste. Eles e a República Centro-Africana são os nomes de países que se escrevem com hífen. Todos os demais nomes de países escrevem-se, portanto, sem hífen em português: "a Bósnia e Herzegovina", "a Guiné Equatorial", "a Papua Nova Guiné", "Trinidad e Tobago", etc.

Da mesma forma, dispensam o hífen os nomes de cidades como "Adis Abeba", "Dar es Salaam", "Hong Kong", "Kuala Lumpur", "Jerusalém Leste", "Jerusalém Oeste", "Nova Delhi", "Phnom Pen", "Porto Príncipe", "Tel Aviv", entre outras.

Não devem ser usados hifens nos nomes por extenso dos números (seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e dois; décimo terceiro; tricentésimo vigésimo primeiro; um quarto; dois quintos; um e meio).

Para fins de padronização, também as formas compostas por letras e números deverão ser escritas sem hífen: G20 (não G-20 nem G 20), assim como A380, A4, CMP11, COP22, 3D, E190, G4, G7, G8, G77, etc.

Apresentam-se, a seguir, listas de exemplos de emprego e de não emprego do hífen, pautadas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da ABL.

Eis exemplos de emprego do hífen:

abaixo-assinado, afro-asiático, afro-brasileiro, afro-luso-brasileiro, além-fronteiras, além-mar, anti-humanitário, anti-imperialista, bem-sucedido, bem-vindo, boa-fé, carro-bomba, centro-americano, cidade-estado, cidade-irmã, consulado-geral, cônsul-geral, conta-corrente, contra-almirante, decreto-lei, estado-maior, estado-tampão, ex-primeiro-ministro, ex-vice-presidente, geo-história, inter-hemisférico, inter-racial, inter-regional, inter-relação, latino-americano, livre-câmbio, livre-docência, livre-docente, livre-iniciativa,

luso-brasileiro, má-fé, major-brigadeiro, mal-entendido, mal-estar, mal-humorado, mandato-tampão, mesa-redonda, neo-ortodoxo, norte-americano, país-membro (*pl.* países-membros), pan-americano, pan-árabe, pan-hispânico, papel-moeda, para-brisa(s), porta-aviões, pós-graduação, pré-contrato, pré-escolar, pré-requisito, primeiro-ministro, primeiro-mundismo, primeiro-mundista, pró-americano, professor-assistente, recém-nascido, recém-nomeado, salário-família, salário-hora, secretaria-geral, secretário-geral, segundo-secretário, sem-número, sobre-humano, sub-humano, sub-reitor, subsecretário-geral, sul-africano, sul-coreano, tenente-brigadeiro, tenente-coronel, terceiro-mundista, terceiro-mundo, vice-almirante, vice-cônsul, vice-consulado, vice-presidente, vice-reitor.

Uma relação exemplificativa de vocábulos, expressões ou locuções que se escrevem sem hífen incluiria:

aeroespacial, afrodescendente, agroindústria, agropecuária, ajudante de ordens, almirante de esquadra, alto comissariado, alto representante, antiaéreo, antimíssil, antirreligioso, antissocial, à parte (locução adverbial, que se distingue do substantivo *aparte*), assembleia geral, autoestrada, autorregulação, à vontade, bom senso, bons ofícios, brigadeiro do ar, caixa eletrônico, caixa postal, capitão de fragata, capitão de mar e guerra, carta credencial, carta revogatória, carta rogatória, circular telegráfica, coautor, coerdeiro, cogestão, contracheque, contraindicação, contraofensiva, contrassenha, coobrigação, cooperação, correio eletrônico, despacho telegráfico, dia a dia, ele próprio, encarregado de negócios, estado parte, estados partes, eurocentrismo, eurodeputado, extraoficial, extraoficialmente, extrema direita, extrema esquerda, febre amarela, fim de século, fim de semana, general de brigada, general de divisão, general de exército, greve geral, homem bomba, hora extra, horas extras, infraestrutura, livre mercado, lusofonia, malgrado, malvisto, mão de obra, meia(s) palavra(s), não agressão, não beligerante, não proliferação, não violência, neoidealismo, neoimperialismo, neorrealismo, organização não governamental, paraquedas, paraquedismo, plurianual, plurissetorial, ponto de interrogação, ponto e vírgula, pôr do sol, preestabelecer, presidente eleito, proativo, quase equilíbrio, radiouvinte, reelaborar, residência funcional, residência oficial, reunião geral, sala de jantar, semiárido, sequestro relâmpago, sobreaquecer, sobreaquecimento, socioeconômico, subaquático, subchefe, subchefia, superaquecer, superaquecimento, tão só, tão somente, traje passeio.

Ainda que não constem do VOLP, certas formas hifenizadas são correntes na tradição do Itamaraty, na linguagem diplomática ou mesmo em instrumentos internacionais, e sua preservação justifica-se a título de exceções consagradas pelo uso.

Deve ser mantida a forma "acordo-quadro": não contemplada no VOLP, a grafia com hífen é acolhida na compilação equivalente de Portugal, o Vocabulário Ortográfico do Português/VOP, e registrada em múltiplos instrumentos subscritos pelo Brasil. Devem, igualmente, manter-se as tradicionais formas "ministro-conselheiro", "primeiro-secretário" e "terceiro-secretário" (o VOLP consigna apenas "segundo-secretário").

Considera-se admissível a grafia "estado-membro", que, diferentemente de "país-membro", não aparece no VOLP. Do mesmo modo, admite-se a forma "livre-comércio"; ela não se encontra no VOLP, por contraste com "livre-iniciativa" e "livre-câmbio", mas é assinalada em obras respeitáveis, como o Dicionário Houaiss, e figura em diversos documentos e acordos internacionais.

Também está presente em textos diplomáticos a forma "não-permanentes", como na distinção entre "membros permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas". Evanildo Bechara (*op. cit.*, p. 100) ensina que "*não se emprega o hífen com as palavras* não *e* quase *com função prefixal*", a exemplo de "não beligerante", "não fumante", etc. Contudo, no caso de expressões como "membro não-permanente", julga-se neste *Manual* aceitável, na condição de exceção, a grafia hifenizada.

Por fim, as formas "copatrocinar" e "copatrocínio", não arroladas no VOLP, representam vocábulos de utilização corriqueira no encaminhamento de projetos de resolução na diplomacia multilateral. A sua grafia sem hífen obedece ao que estipula o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa sobre as formações com o prefixo *co-* e deve ser observada.

2.12. Femininos

Como regra geral, os substantivos e adjetivos em português têm formas flexionadas no feminino – muitas vezes ignoradas, porém, por puro desconhecimento: são formas corretas, por exemplo, "a pilota" (não "mulher piloto"), a soldada (não "mulher soldado"), a capitã, a adida, a embaixadora, a primeira-ministra.

Os cargos terminados em “e” e “l” costumam aceitar a tradicional desinência feminina em “a”: existem as formas “presidente” (substantivo comum de dois gêneros) e “presidenta” (substantivo feminino); chefe é substantivo de dois gêneros, mas aceita o feminino “chefa”; ainda com a desinência em “a”, existem femininos como oficiala, generala, marechala, embora modernamente se admita, em alguns casos, o uso do substantivo masculino como comum aos dois gêneros – “a oficial”. Também as antigas terminações em “-isa” ou “-esa”, associadas ao diminutivo, são hoje preteridas: em sua maioria, escritoras preferem ser chamadas “poetas”, e não “poetisas” (tratamento já aceito pelo *Dicionário Houaiss*, que considera “poeta” substantivo comum de dois gêneros), e as mulheres que chefiam consulados são oficialmente chamadas cônsules (sendo o termo “consulesa” restrito às mulheres de cônsules, em analogia com o par “embaixatriz” – mulher de embaixador – e “embaixadora” – mulher que chefia uma embaixada).

Nos casos de dúvida entre duas formas igualmente válidas gramaticalmente, siga-se a preferência da própria (“a presidenta” ou “a presidente”, “chefe” ou “chefa”, etc.).

3. Documentos

Este capítulo traz orientações específicas acerca de cada uma das modalidades de comunicações empregadas pelo Itamaraty e de atos normativos elaborados no Ministério.

Algumas modalidades de expedientes diferenciam-se sobretudo em função de seu remetente ou de seu destinatário: o aviso, por exemplo, é o tipo de expediente padrão enviado por um ministro para outro ministro; a mensagem, por sua vez, é o meio pelo qual um chefe de poder se dirige a outros poderes – é por meio de uma mensagem, por exemplo, que o presidente da República submete ao Congresso Nacional textos de acordos internacionais assinados pelo Brasil, ou indicações para os cargos de chefia de missão diplomática no exterior.

Classificação de sigilo

Todo documento público e expediente oficial é caracterizado, de acordo com seu nível de sigilo, como "ostensivo", "reservado", "secreto" ou "ultrassecreto". No caso do Itamaraty, recebem grau de sigilo diferente de "ostensivo" os expedientes abrangidos seja pelo inciso I, seja pelo inciso II do artigo 23 da Lei de Acesso à Informação (lei nº 12 527/2011), segundo o qual:

"São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do país, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros estados e organismos internacionais (...)."

Expedientes produzidos no Itamaraty também podem ser classificados como sigilosos com base no artigo 29 da Lei de Acesso à Informação, que dispõe que:

"*As informações que puderem colocar em risco a segurança do presidente da República, vice-presidente e seus cônjuges e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.*"

No Itamaraty, os níveis de sigilo observam, na prática, as seguintes diretrizes:

- *Ostensivo:* não apresenta maior sensibilidade; transmite, geralmente, informações rotineiras ou de conhecimento público, pede instruções, e pode também conter opiniões e análises que não provocariam maior impacto caso viessem a circular fora do Ministério. Nos termos da lei, cópias de expedientes classificados como ostensivos poderão ser obtidas por qualquer cidadão interessado, mediante apresentação de requerimento ao Itamaraty.

- *Reservado:* deve ser mantido sob sigilo por até cinco anos. Comumente, essas comunicações transmitem atos administrativos e opiniões e interpretações de interesse primordial para o serviço diplomático, sendo assim indesejável que circulem fora do âmbito diplomático na vigência daquele prazo. Deve ser levado em conta no momento de sua classificação que, findo o prazo de cinco anos, essas comunicações serão automaticamente tornadas ostensivas e não será possível reclassificá-las.

- *Secreto:* deve ser mantido sob sigilo por até quinze anos. Geralmente contém informações e interpretações de natureza sensível para o trabalho diplomático, devendo ser primordialmente tratado, no exterior, pelo chefe de missão diplomática ou de repartição consular à qual esteja afeto o acompanhamento do tema. Deve ser

levado em conta, no momento de sua classificação que, findo o prazo de quinze anos, essas comunicações serão automaticamente tornadas ostensivas e não será possível reclassificá-las.

- *Ultrassecreto:* deve ser mantido sob sigilo por até 25 anos. Na Secretaria de Estado, comunicação com esse caráter é de conhecimento exclusivo do ministro das Relações Exteriores e do secretário-geral das Relações Exteriores e trata de assuntos de forte sensibilidade para o trabalho; nos postos, é de conhecimento do chefe de posto.

No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a decisão de classificar informação em qualquer grau de sigilo (reservado, secreto ou ultrassecreto) deverá ser obrigatoriamente formalizada por meio do preenchimento e assinatura do formulário Termo de Classificação da Informação (TCI), disponível na rede interna do Ministério. Entre outros dados, deverão ser informados:

a) Dispositivo legal que fundamenta a classificação (artigo 23, incisos I a VIII ou artigo 24, § 2º, da lei 12 527/11).

b) Razões da classificação: descrição sucinta da razão para preservação do sigilo, que não se confunde com o fundamento legal ("prejudicar ou pôr em risco as relações externas do país", artigo 23, inciso II, da lei 12 527/2011). Por exemplo: "instruções para a delegação brasileira à Conferência...", "Relata conversa com o ministro das Relações Exteriores sobre o tema..." ou "relata reunião com autoridades locais sobre narcotráfico".

c) Prazo do sigilo: a lei estabelece prazo máximo de restrição de acesso para cada grau de sigilo: reservado, até cinco anos; secreto, até quinze anos; e ultrassecreto, até 25 anos. A depender do teor da informação, este prazo poderá ser menor, a critério da autoridade classificadora.

d) Data da classificação: o documento deverá ser classificado na data de sua produção. A informação, em razão de fatos supervenientes, poderá ser classificada *a posteriori*, respeitado, sempre, o prazo máximo permitido e a data de produção original do documento.

e) Identificação da autoridade classificadora: poderão classificar informações no grau de reservado chefes de divisão ou equivalentes na Secretaria de Estado e nos postos. No grau de secreto, diretores de departamento ou equivalente. A classificação no grau de ultrassecreto é de competência exclusiva do ministro das Relações

Exteriores e do chefe do posto. A decisão de classificação no grau de ultrassecreto deverá ser homologada, no formulário TCI, pelo ministro das Relações Exteriores, no prazo de trinta dias a partir da data da classificação.

Arquivamento do termo de classificação da informação (TCI)

Em Brasília, a unidade que classificou o documento deverá encaminhar o original do TCI, assinado pela autoridade responsável, juntamente com cópia da respectiva informação, em envelope lacrado para a Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA), com o dizer: "Classificado-TCI".

Nos postos, o TCI original deverá ser encaminhado pela mala diplomática, com o campo "razões para a classificação" tarjado, em envelope lacrado dirigido à DCA, com o dizer: "Classificado-TCI". As informações constantes dos TCIs secretos e ultrassecretos serão inseridas em sistema eletrônico criptografado da Casa Civil da Presidência da República para consulta – sob provocação ou de ofício – dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

3.1. Expedientes trocados entre Brasília e os postos

3.1.1. Telegramas

Na linguagem diplomática, são denominados de telegramas os expedientes transmitidos dos postos para a chancelaria, na capital. Embora sejam mensagens eletrônicas, mantêm, por tradição, o nome do sistema de envio de mensagens físicas.

No caso do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, são telegramas as comunicações eletrônicas transmitidas dos postos para Brasília (ou das unidades descentralizadas no Brasil – em estados brasileiros – para Brasília).

O telegrama é sempre assinado pelo chefe do posto (embaixador, representante permanente, cônsul-geral, cônsul, vice-cônsul, chefe de escritório, encarregado de negócios ou encarregado dos arquivos). Tem por finalidade dar conhecimento a Brasília de toda informação julgada relevante pelo chefe do posto, incluídos pedidos de instruções e as comunicações de rotina administrativas e consulares.

Forma e estrutura

A frase de abertura do telegrama deve sintetizar o objetivo da comunicação. São de uso consagrado em telegramas: “Informo”, “Rogo instruções”, “Cumpro instruções”, “Cumpri instruções” e “Solicito providências”.

Os telegramas devem buscar grau máximo de objetividade; sua estrutura deve estar organizada de modo que cada aspecto de um tema possa ser esgotado a cada parágrafo.

É recomendável usar telegramas em substituição aos antigos faxes e mesmo em substituição, sempre que possível, às malas diplomáticas. O correio diplomático físico entre os postos e a Secretaria de Estado deve hoje limitar-se aos envios de objetos de uso oficial e aos imprescindíveis envios de documentos originais assinados.

Não faz sentido enviar, por mala diplomática, documentos ou papéis que possam muito mais ágil e praticamente ser digitalizados e enviados por correio eletrônico – em complementaridade ao registro formal, por meio de telegrama ou despacho telegráfico. Antes mesmo de proceder à digitalização, convém verificar se o que se tencionava remeter por mala diplomática não está disponível na Internet – é o caso, por exemplo, de leis e decretos, notícias e matérias de imprensa, resoluções ou mesmo projetos parlamentares ou multilaterais, etc.

Nesses casos, é recomendável simplesmente incluir, no texto de telegrama, circular ou despacho telegráfico, o endereço eletrônico em que o documento pode ser encontrado, sem a necessidade de se recorrer a digitalizações e menos ainda a impressões e seu desnecessário envio por mala diplomática. Se o arquivo permitir a reprodução do texto, recomenda-se transcrever todo o texto no corpo do expediente telegráfico, de modo a assegurar sua preservação nos sistemas de arquivamento eletrônico do Itamaraty.

Prioridade

Quanto à sua prioridade, o telegrama deve ser classificado como:

- *normal*: no caso em que a comunicação encaminhada não fixe prazo para ser respondida, ou não trate de evento a ser realizado em data próxima;
- *urgente*: quando a comunicação solicitar resposta ou providências em até seis dias corridos a partir do seu recebimento ou tratar de matéria cujo conhecimento pelos chefes das unidades não deva tardar;
- *urgentíssimo:* para os casos em que a resposta (ou a adoção de providências) deva ocorrer em até 48 horas ou deva ser levado em caráter prioritário ao conhecimento dos chefes das unidades.

Os telegramas podem, em casos que o justifiquem, trazer recomendação de leitura prioritária pelo chefe de unidade a que se dirige, na forma "À ATENÇÃO DO SENHOR (...)". Quando necessário, os telegramas urgentes e urgentíssimos poderão conter a fórmula "PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR (...)".

Índice

O índice dos telegramas cumpre importante e dupla função: de um lado, permite que se apreenda em um relance o tema tratado no expediente; de outro, é orientação fundamental para seu arquivamento. Deve-se atentar para a sua correta elaboração nivelada, que vai do geral ao particular e do abstrato ao concreto. Em casos de embaixadas, o primeiro elemento do índice pode, em muitos casos, ser o nome curto do país sede da embaixada ou, em caso de cumulatividades, do país de que se trata. Pode, ainda, ser a sigla de um organismo internacional, em caso de delegações. Pode, ainda, começar por "Brasil-[nome do país]. Relações bilaterais".

O primeiro elemento do índice (ou o segundo, caso o primeiro seja o nome de país, região ou organismo) deve ser a área temática do expediente, como por exemplo "Política externa.", "Assuntos consulares." "Política comercial.", "Relações federativas.", "Administração.", etc. Apenas a primeira palavra (além, é claro, de nomes próprios) devem receber inicial maiúscula: "Assuntos parlamentares", não **Assuntos Parlamentares*.

Em seguida, deve-se detalhar o tema tratado: "Viagem de menor."; "Acordo Brasil-Burundi"; "Política institucional de tecnologia da informação", etc. Níveis seguintes,

quando necessários, trarão ainda mais especificidade e concretude: “João da Silva.”; “Segunda rodada de negociações.”; “Norma de correio eletrônico.”

Resumo

A maioria dos telegramas deverá ser introduzida por um resumo – seja no campo específico para tal, seja como primeiro parágrafo do texto –, que deve permitir ao leitor ter uma ideia geral sobre o inteiro teor do telegrama. O resumo deve (como o primeiro parágrafo de uma notícia no jornal) transmitir de forma sintética ao leitor as informações que serão elaboradas nos parágrafos subsequentes. Todas as informações essenciais ou importantes contidas no restante do texto devem estar presentes, de forma clara e sucinta, no resumo.

O resumo pode vir destacado do restante do texto, em campo específico, ou pode ser o próprio primeiro parágrafo, caso o redator consiga incluí-lo com naturalidade como parte integrante do texto, coordenado com o parágrafo seguinte (que, nesse caso, será o segundo) e com os demais.

Em qualquer caso, o resumo deverá ser iniciado por uma das frases a seguir: “Informo.”, “Rogo instruções.”, “Cumpro instruções.”, “Cumpri instruções.” e “Solicito providências.” Nas comunicações – despachos e circulares – telegráficas enviadas da Secretaria de Estado para os postos, são usadas as introduções “Dou instruções.”, “Rogo providências.”, “Informo.”, “Informo e rogo providências.”

Se o resumo vier separado do texto, em campo específico, pode-se repetir, ou não, o comando inicial no primeiro parágrafo do texto.

Em todo caso, é essencial que os primeiros parágrafos do telegrama permitam, numa rápida leitura, possa o leitor compreender a ideia geral do texto e se se espera resposta ou reação.

É de interesse dos próprios postos a correta redação dos resumos e, sobretudo, a correta escolha da expressão introdutória (“Informo”, “Rogo instruções”, etc.), que auxiliam a Secretaria de Estado a processar oportuna e adequadamente os expedientes recebidos.

Há telegramas que seguem formas fixas (por exemplo, os que solicitam recursos). Sempre que exceder mais de um parágrafo, todos os parágrafos de um telegrama deverão ser numerados - a partir do segundo até o último.

Modelo de telegrama

```
         De [nome da capital] (E) para Exteriores em [data]
         Ostensivo
         Normal

//Convenção sobre a Conservação
das Espécies Migratórias de
Animais Silvestres (CMS).
Adesão brasileira. Divulgação.
//

Retransmissão automática para Nairóbi (E)



RESUMO=
Informa e roga providências sobre solicitação do
Secretariado da Convenção sobre a Conservação das
Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS)
referente a documentos de divulgação sobre a adesão
do Brasil ao referido instrumento internacional.
```

```
     No contexto da adesão do Brasil à Convenção sobre a
Conservação das Espécies Migratórias de Animais
Silvestres (CMS), o Secretariado da referida
Convenção, sediado em Bonn, tenciona divulgar
comunicado de imprensa e documento informativo sobre
animais silvestres migratórios no Brasil. Em relação
ao comunicado de imprensa, o Secretariado gostaria de
contar com curta declaração da ministra do Meio
Ambiente, Izabella Teixeira, sobre a importância da
CMS para os esforços do Brasil na conservação de
espécies migratórias, se possível, até 25 de setembro
próximo. Os referidos documentos seriam distribuídos
em reuniões futuras da CMS e estariam disponíveis no
seu sítio eletrônico.
2. A fim de ampliar a divulgação, o Secretariado
também solicita a apoio do governo brasileiro na
tradução dos referidos documentos do idioma inglês
para o português. Seguem para o endereço eletrônico da
DEMA cópias dos documentos.
3. Muito agradeceria consultar o Ministério do Meio
Ambiente acerca da conveniência de atender às
solicitações que precedem.

Maria Luiza Ribeiro Viotti, embaixadora
```

3.1.2. Despacho telegráfico e circular telegráfica

O despacho telegráfico e a circular telegráfica são comunicações eletrônicas oficiais enviadas da Secretaria de Estado, em Brasília, para postos ou unidades descentralizadas (em estados brasileiros). Sua contraparte é o telegrama, que é a comunicação eletrônica enviada dos postos ou das unidades descentralizadas para a Secretaria de Estado em Brasília.

O despacho telegráfico tem apenas um destinatário. A circular telegráfica tem necessariamente mais de um destinatário. No caso do despacho telegráfico, é possível incluir outros postos ou unidades descentralizadas em retransmissão

automática. Entende-se que os postos incluídos em retransmissão receberão a mensagem apenas para conhecimento, não sendo deles esperada qualquer providência ou resposta.

O despacho telegráfico e a circular telegráfica são sempre redigidos em primeira pessoa e levam a assinatura "EXTERIORES", que identifica o ministro das Relações Exteriores, remetente oficial de todo despacho telegráfico e de toda circular telegráfica.

Forma e estrutura

A frase de abertura do despacho telegráfico ou da circular telegráfica deve sintetizar o objetivo da comunicação.

São de uso consagrado em despachos telegráficos e em circulares telegráficas as seguintes aberturas: "Informo", "Informo e rogo providências", "Rogo providências", "Dou instruções". A abertura "Informo.", sem complemento, deixa subentendido que se informa "apenas para conhecimento", o que não precisa vir explicitado, por óbvio.

Os despachos telegráficos e circulares telegráficas devem buscar grau máximo de objetividade; sua estrutura deve estar organizada de modo que cada aspecto de um tema possa ser esgotado a cada parágrafo.

É recomendável usar despachos e circulares telegráficas em substituição aos antigos faxes e, sempre que possível, às malas diplomáticas. O correio diplomático físico entre a Secretaria de Estado e os postos deve hoje limitar-se aos envios de objetos de uso oficial e aos imprescindíveis envios de documentos originais assinados.

Não faz sentido enviar, por mala diplomática, documentos ou papéis que possam muito mais ágil e praticamente ser digitalizados e enviados por correio eletrônico – em complementaridade ao registro formal, por meio de telegrama ou despacho telegráfico. Antes mesmo de proceder à digitalização, convém verificar se o que se tencionava remeter por mala diplomática não está disponível na Internet – é o caso, por exemplo, de leis e decretos, notícias e matérias de imprensa, resoluções ou mesmo projetos parlamentares ou multilaterais, etc.

Nesses casos, é recomendável simplesmente incluir, no corpo de texto de telegrama ou despacho telegráfico, o endereço eletrônico em que o documento pode ser encontrado, sem a necessidade de se recorrer a digitalizações e menos ainda a impressões e seu desnecessário envio por mala diplomática.

Se o arquivo permitir a reprodução do texto, recomenda-se transcrever todo o texto no corpo do expediente telegráfico, de modo a assegurar sua preservação nos sistemas de arquivamento eletrônico do Itamaraty.

Índice

O índice dos despachos telegráficos e das circulares telegráficas cumpre importante e dupla função: de um lado, permite que se apreenda em um relance o tema tratado no expediente; de outro, é orientação fundamental para seu arquivamento. Deve-se atentar para a sua correta elaboração nivelada, que vai do geral ao particular e do abstrato ao concreto. Em casos de embaixadas, o primeiro elemento do índice pode, em muitos casos, ser o nome curto do país sede da embaixada ou, em caso de cumulatividades, do país de que se trata. No caso das delegações, normalmente será o nome do organismo, eventualmente seguido de órgão ou conferência específicos (“UNESCO.”; “OEA.”; “Nações Unidas. Conselho de Segurança (CSNU).”; “Nações Unidas. 70ª Assembleia Geral (AGNU).” O índice pode, ainda, iniciar-se por “Brasil- [nome do país]. Relações bilaterais”.

O primeiro elemento do índice (ou o segundo, caso o primeiro seja o nome de país, região ou organismo) deve ser a área temática do expediente, como por exemplo “Política externa.”, “Assuntos consulares.” “Política comercial.”, “Relações federativas.”, “Administração.”, etc. Apenas a primeira palavra (além, é claro, de nomes próprios) devem receber inicial maiúscula: “Assuntos parlamentares”, não **Assuntos Parlamentares*.

Em seguida, deve-se detalhar o tema tratado: “Viagem de menor.”; “Acordo Brasil-Burundi”; “Política institucional de tecnologia da informação”, etc. Níveis seguintes, quando necessários, trarão ainda mais especificidade e concretude: “João da Silva.”; “Segunda rodada de negociações.”; “Norma de correio eletrônico.”

Prioridade

Quanto à prioridade, os despachos e as circulares telegráficas são classificados como:

- *normal*, no caso em que a comunicação encaminhada não fixe prazo para ser respondida, ou não trate de algum evento a ser realizado em data próxima;
- *urgente*: quando a comunicação solicitar resposta ou providências em até

seis dias corridos a partir do seu recebimento ou tratar de matéria cujo conhecimento pelos chefes das unidades não deva tardar;

- *urgentíssimo:* para os casos em que a resposta (ou a adoção de providências) deva ocorrer em até 48 horas ou em que o tema deva ser levado em caráter prioritário ao conhecimento dos chefes das unidades.

Distribuição

A unidade da Secretaria de Estado que expede um despacho telegráfico ou uma circular telegráfica é, obrigatoriamente, a primeira a constar no campo da distribuição – e, logo, a responsável pelo tratamento do assunto, algumas vezes em coordenação com as demais áreas, em especial a área política.

Tramitação

Embora possam ser expedidos por qualquer membro autorizado do serviço exterior, os despachos telegráficos devem, como regra, ser objeto de despacho com o chefe da unidade, ao qual caberá determinar os casos rotineiros em que delega sua atribuição de expedição, ciente de sua responsabilidade última por todo expediente originado da unidade sob sua chefia. São majoritariamente elaborados nas divisões e nas coordenações-gerais da Secretaria de Estado e podem, conforme o caso, ser submetidos ao visto prévio de chefes de outras unidades, em geral mencionadas no campo da distribuição. A depender da sensibilidade do assunto tratado, a minuta de um despacho telegráfico poderá seguir um fluxo da divisão (ou coordenação-geral) ao departamento, e deste à subsecretaria correspondente, à Secretaria-Geral e, por fim, ao Gabinete do ministro.

Sempre que exceder mais de um parágrafo, todos os parágrafos de um despacho telegráfico e de uma circular telegráfica deverão ser numerados - a partir do segundo até o último.

Exemplo de texto de despacho telegráfico

Da SERE para Maputo (E) em 09/06/2016.

Cooperação trilateral.
Brasil-FAO-Moçambique.
Missão de prospecção a Maputo.
Confirmação de datas.

Rogo providências. Muito agradeceria informar o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar desse país de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Escritório da FAO em Acra e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC confirmaram disponibilidade para realizar a missão em apreço no período de 24 a 28 de agosto próximo.

EXTERIORES

Exemplo de texto de circular telegráfica

```
Da SERE para todos os postos em 09/09/2015

Pessoal. Currículos.
Atualização.

Dou instruções. Já está disponível, na aba “Perfil” da
Intratec, o novo formato de currículos para os servidores do
Itamaraty, no qual as informações são organizadas em formato
tradicional, de acordo com as áreas relevantes para o Serviço Exterior
Brasileiro. O objetivo do novo currículo é permitir ao leitor
identificar rapidamente as informações pertinentes sobre cada área que
compõe o perfil do funcionário.

2. Informações curriculares atualizadas são indispensáveis
para toda movimentação de servidores do MRE, seja para lotação na
SERE, seja para remoção para postos, seja para a progressão funcional
dos servidores.

EXTERIORES
```

3.1.3. Guia de mensagem e documentação (GMD)

Expediente que tem por finalidade o encaminhamento físico, por meio postal, de material e de publicações diversas. O envio de material entre a Secretaria de Estado e os postos (e vice-versa) é feito por meio de mala diplomática.

Forma e estrutura

Toda GMD tem caráter ostensivo. É numerada, datada e traz, em campo específico, o número de anexos que encaminha. Sua expedição é autorizada mediante rubrica de servidor responsável. É importante que o texto da GMD faça referência a outros expedientes, e que tenham sido previamente anunciados por despacho ou por circular telegráfica.

Deve ser especificamente informado caso os anexos encaminhados sejam originais sem cópia para arquivo.

Limitação do uso de GMD

Atualmente, a possibilidade de enviar comunicações por meio eletrônico e digital torna a GMD anacrônica e quase obsoleta como método de comunicação, devendo seu uso limitar-se ao envio de objetos e material de uso oficial e, quando imprescindíveis, ao encaminhamento de originais assinados. É preferível o arquivamento local dos originais, e o envio de cópia digitalizada, em cores, por correio eletrônico, diretamente à caixa coletiva das unidades interessadas.

Não faz sentido enviar, por GMD, documentos ou papéis que possam muito mais ágil e praticamente ser digitalizados e enviados por correio eletrônico – em complementaridade ao registro formal, por meio de telegrama ou despacho telegráfico. Antes mesmo de proceder à digitalização, convém verificar se o que se tencionava remeter por GMD não está já disponível em algum sítio na Internet – é o caso, por exemplo, de leis, decretos e outros atos legislativos, notícias e matérias de imprensa, resoluções ou mesmo projetos de resoluções parlamentares ou multilaterais, etc. Nesses casos, é recomendável simplesmente incluir, no texto de telegrama ou despacho telegráfico, o endereço eletrônico em que o documento pode ser encontrado, sem a necessidade de se recorrer a digitalizações e menos ainda a impressões e desnecessários envios por mala diplomática.

Se o arquivo permitir a reprodução do texto, recomenda-se transcrever todo o texto no corpo do expediente telegráfico, de modo a assegurar sua preservação nos sistemas de arquivamento eletrônico do Itamaraty.

Exemplo de GMD

Guia de Mensagens e Documentação - GMD

Caráter	Prioridade	Destinatário
Ostensivo	Urgente	Tóquio (E)
Distribuição: CGPL		
Número:	Data: 19/01/2018	Anexos: 2

Encaminha, em anexo, diploma e estojo com insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de comendador, concedidos ao senhor Ken Kawamichi, presidente da Federação das Indústrias do Japão.

2. Muito agradeceria fazê-los chegar ao seu destinatário.

EXTERIORES

3.1.4. Mensagem entre caixas coletivas de correio eletrônico

Embora todas as contas terminadas em "@itamaraty.gov.br" sejam contas institucionais, distinguem-se, no uso, as contas individuais (que levam o nome de um usuário específico) e as caixas coletivas (que levam o nome de uma unidade administrativa). Apenas as caixas coletivas institucionais devem ser usadas para a troca de comunicações, pedidos e respostas entre as unidades da Secretaria de Estado.

Podem ser trocadas, entre as caixas coletivas das unidades, mensagens de teor ostensivo, com ou sem anexos. Antes de enviada, toda mensagem de uma caixa coletiva deve necessariamente ser aprovada pelo chefe da unidade.

Mensagens enviadas de uma caixa coletiva para outra caixa coletiva de unidade do Ministério substituem, modernamente, o uso dos antigos minimemorandos em papel ("minimemos"). Assim, deverão ser usadas mensagens de *e-mail*, e não expedientes em papel, para todo tipo de comunicação ostensiva que não requeira arquivamento histórico – inclusive, mas não apenas: pedidos referentes a material de consumo, material cultural, mobiliário ou equipamentos; pedidos de reservas de salas;

agendamentos de reuniões; designação de diplomatas para reuniões; transmissão de convites oficiais para eventos ou reuniões; pedidos de consertos, mudanças e outras providências administrativas; providências para viagens de servidores em missão oficial; pedidos de criação de novas caixas de *e-mail*, ou quaisquer outros pedidos de providências na área de tecnologia da informação, etc. Naturalmente, as respectivas respostas deverão ser enviadas também por correio eletrônico.

Toda mensagem deve permanecer armazenada no arquivo eletrônico pelo máximo de tempo possível.

As mensagens de caixas coletivas não devem trazer vocativo ("*Senhor Diretor,*") nem fecho (*"Atenciosamente", "Respeitosamente"*).

De estrutura simples e direta, as mensagens eletrônicas trocadas entre as caixas coletivas podem limitar-se a apenas um parágrafo.

Podem-se incluir no campo "em cópia" da mensagem, para conhecimento, as unidades a que a unidade destinatária esteja subordinada, ou aquelas a ela subordinadas, com conhecidos interesse ou competência sobre o tema da mensagem, além, naturalmente, de funcionários aos quais se deseje dar conhecimento da comunicação.

Mensagens de *e-mail* trocadas entre caixas institucionais coletivas do Itamaraty servem, ainda, para o envio a postos e destes para a Secretaria de Estado ou outros postos de arquivos eletrônicos que tenham sido previamente referenciados em comunicação telegráfica oficial. Essa referência telegráfica é essencial para o registro da providência na memória da série telegráfica, o melhor repositório de memória oficial do Ministério.

A troca de mensagens de correio eletrônico entre caixas coletivas oficiais do Itamaraty deve ser, ainda, usada em lugar do envio de faxes, meio de comunicação hoje obsoleto. Documentos que precisariam ser enviados por fax podem ser digitalizados (escaneados ou mesmo fotografados) e assim transmitidos, inclusive em cores, à unidade destinatária.

Exemplo de correio eletrônico entre caixas coletivas institucionais

> De: Gabinete/MRE
> Para: Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe
> CC: Departamento da América Central e do Caribe; Divisão do Caribe
> Assunto: Dominica - Informação para o Senado
>
> Solicita-se a elaboração de informação sobre a Dominica, a ser apresentada pelo senhor ministro de estado à Presidência da República, para eventual encaminhamento ao Senado Federal.
>
> 2. A informação solicitada deverá ser uma versão atualizada daquela enviada a este gabinete em setembro último e deverá ser incluída, apenas em cópia eletrônica, na pasta virtual compartilhada deste gabinete, até o dia 23 de julho corrente.
>
> Gabinete do Ministro
> Ministério das Relações Exteriores

3.1.5. Circular postal

Antiga forma de correspondência postal empregada para transmitir instruções, fornecer informações acerca de questões de política institucional ou encaminhar cópia de ato normativo. Podia ser dirigida às unidades da Secretaria de Estado, às unidades descentralizadas no Brasil ou aos postos. Hoje, deve ser substituída pela circular telegráfica ou por outros meios eletrônicos de circulação.

3.2. Documentos internos da Secretaria de Estado

3.2.1. Memorando

Forma de correspondência interna da Secretaria de Estado. É assinado pelo chefe da unidade (ou por seu assessor), que presta informações, faz consultas ou sugestões ou solicita providências. É típica do memorando a sugestão de linha de ação, que é autorizada no nível adequado. Os memorandos são a memória dos processos decisórios do Itamaraty – razão pela qual, em fevereiro de 2015, a Secretaria-Geral determinou a substituição dos memorandos em papel por uma versão digital. A forma e a estrutura dos memorandos eletrônicos não diferem daquelas dos memorandos em papel.

Forma e estrutura

O memorando deve indicar no cabeçalho o cargo do destinatário, no formato "MEMORANDO para o Senhor...".

Tem data e traz índice. Não traz descritores.

Sua numeração é sequencial para cada unidade. Pode ter caráter ostensivo (sendo desnecessário designá-lo por escrito), reservado ou secreto. Pode ter prioridade normal (sendo igualmente desnecessário designá-la por escrito), urgente ou urgentíssima.

Como o destinatário já vem enviado no título, os memorandos não têm vocativo.

Seus parágrafos são numerados, com exceção do primeiro parágrafo e do fecho. O fecho – que, como os demais parágrafos, deverá ser alinhado à esquerda – poderá ser "Atenciosamente," ou "Respeitosamente," – este, para autoridades de hierarquia superior; aquele, em todos os demais casos (mesma hierarquia, hierarquia inferior ou sem relação de hierarquia).

O nome do remetente deverá vir centralizado; abaixo do nome, indica-se o cargo do remetente.

Como no caso de despachos telegráficos, circulares telegráficas e telegramas, as iniciais do redator podem vir ao final do memorando.

Tramitação

O memorando tramitará até o nível adequado à tomada de decisão requerida ou até o nível a que se deseje dar conhecimento da informação nele contida. Assim, por exemplo, o chefe de uma divisão eleva uma consulta ao diretor de seu departamento, que pode encaminhá-lo a outro diretor de departamento ou a seu subsecretário, e este, por sua vez, pode encaminhá-lo a outro subsecretário ou elevá-lo ao secretário-geral, cabendo a este último a decisão de elevá-lo ou não à deliberação do Gabinete do ministro.

No caso de memorando que se dirija a unidade de outra subsecretaria, a regra é a tramitação ser feita por intermédio do subsecretário competente. Sempre que o tema for complexo e envolver atribuições de distintas subsecretarias, ou parecer da Consultoria Jurídica do Ministério, o encaminhamento deve ser feito por intermédio do secretário-geral. Para casos de rotina, poderá ser adotada tramitação abreviada, a critério do bom senso.

3.2.2. Despacho ao memorando

Forma de correspondência interna que encaminha o memorando para um superior hierárquico, sugerindo uma linha de ação, ou para um subordinado, dando instruções.

Forma e estrutura

O despacho ao memorando deve indicar no cabeçalho o documento a que faz referência, no formato "Despacho ao Memorando AFEPA/53, de 5/4/2016".

Não tem índice e traz a data ao final. Os despachos ao memorando têm vocativo, que devem ser alinhados à esquerda. Seus parágrafos são numerados, com exceção do primeiro parágrafo e do fecho.

O nome do remetente deverá vir centralizado; abaixo do nome, indica-se o cargo do remetente.

Tramitação

O despacho ao memorando tramitará até o nível adequado à tomada de decisão requerida ou até o nível a que se deseje dar conhecimento da informação nele contida.

3.2.3. Minimemo

Forma simplificada de memorando. É documento de circulação interna da Secretaria de Estado, encaminhado diretamente de uma unidade a outra. Em junho de 2016, foi substituído por versão eletrônica.

Forma e estrutura

O minimemo possui número único de protocolo (NUP) para cada unidade administrativa, com geração automática de numeração sequencial. Há a possibilidade de incluir anexos de até 25 MB. De estrutura simples e direta, limita-se com frequência a um parágrafo, com solicitação de, por exemplo, reserva de uma sala, agendamento de uma reunião, ou de providências na área de tecnologia da informação. Não tem vocativo nem fecho.

Está disponível, na rede interna do Ministério, guia de utilização do minimemo, que contém tutoriais sobre seu uso.

Tramitação

O minimemo é geralmente tramitado do chefe de uma unidade ao de outra. Cada servidor lotado na unidade de destino receberá, simultaneamente, aviso por *e- mail* de recebimento de novo minimemo. Assim, as unidades deverão estabelecer rotina interna para o processamento do minimemo recebido, a fim de evitar duplicidade de respostas e providências. O acompanhamento eletrônico da tramitação interna (despacho interno) na unidade receptora devem ser feitos no próprio sistema.

3.2.4. Pró-memória

Informação ou relato sucinto sobre tema específico que tenha caráter retrospectivo no contexto de negociação diplomática e que requeira encaminhamento, providência ou gestão. Sua característica mais marcante é o fato de não constituir um documento oficial. Ainda assim, tem amplo uso e circulação em contextos multilaterais e é ferramenta útil em negociações diplomáticas. Internacionalmente, é conhecido pelo nome em francês, "*aide-mémoire*", ou, em inglês, "*non-paper*".

Em geral, o pró-memória é um pequeno texto com contribuições técnicas para subsidiar alguma negociação ou gestão.

É apresentado em papel sem timbre e não é assinado nem identificado.

É método costumeiro de registrar o histórico das tratativas sobre determinado assunto, inclusive no plano bilateral, especialmente quando as negociações atingem algum ponto de inflexão que requeira providência de uma ou de ambas as partes. Pode também ser usado para a circulação não oficial de informações. Embora utilizado mesmo entre governos (ou entre esses e organismos internacionais), não tem forma específica nem caráter oficial.

O pró-memória constitui valioso instrumento para transmitir de forma sucinta ao interlocutor os principais pontos tratados em uma gestão, facilitar a tomada de notas pela outra parte e assegurar que dados e informações sejam transmitidos de forma clara e correta. Recomenda-se sempre que possível subsidiar gestões com o uso de pró-memórias.

Forma e estrutura

O pró-memória é apresentado em papel sem timbre e não é assinado nem identificado. Quanto à sua estrutura, pode ser dividido em parágrafos ou pontos ("*bullets*"), em ordem geralmente cronológica, que recapitulem os momentos mais marcantes do processo negociador de que trata. Não possui fecho formal: o parágrafo final assinala o desenvolvimento mais recente ou a providência acordada ou solicitada, e é seguido do local e da data em que foi redigido.

É quase sempre entregue em mão, no contexto de uma reunião ou audiência, sendo raro o seu encaminhamento por via postal e desaconselhado seu envio por correio eletrônico.

3.2.5. Boletim de serviço

Publicação interna pela qual autoridades do Ministério das Relações Exteriores reconhecem e dão publicidade a atos de sua competência, com reflexos administrativos. É publicado, na forma eletrônica, todos os dias úteis.

Por estar disponível na rede interna do Ministério, não deve ser impresso.

Forma e estrutura

A primeira seção do *Boletim de serviço* reproduz atos administrativos de interesse do Itamaraty que tenham sido publicados no *Diário oficial da União*. Seguem-se, então, as matérias que não implicam necessidade de publicação no *Diário oficial da União*, em ordem hierárquica decrescente de autoria.

Por tratar geralmente de atos administrativos, é mais frequente a publicação no *Boletim de serviço* de atos do subsecretário-geral do Serviço Exterior e dos diretores de departamento e chefes de divisão a ele subordinados. São matéria de publicação no *Boletim de serviço* todos os temas que tenham reflexo pecuniário, financeiro ou indiquem mudança no *status* funcional do servidor, a exemplo de registros de lotação, registros de benefícios legais, como as licenças previstas na legislação, e recebimento de diárias.

3.2.6. Portaria

Ato normativo de caráter infralegal, de hierarquia inferior ao decreto, pelo qual autoridades de um órgão (neste caso, do Ministério das Relações Exteriores) emitem instruções sobre a organização e o funcionamento de serviços e outros atos de sua competência.

Várias matérias podem ser objeto de portaria. Certos atos só podem ser publicados por determinadas autoridades. O veículo de publicação também pode ser diverso: há temas cuja publicação restringe-se ao âmbito interno do Ministério das

Relações Exteriores (e que podem, portanto, ser publicados simplesmente no *Boletim de Serviço*), ao passo que outros exigem maior amplitude de divulgação, sendo necessária sua publicação no *Diário oficial da União*. A título exemplificativo, as designações de embaixadores, representantes permanentes e cônsules-gerais somente podem ser feitas por decreto do presidente da República. Já as movimentações de diplomatas que não ocuparão cargo de chefia nos postos são matéria exclusiva de portaria do ministro das Relações Exteriores, enquanto as movimentações das demais carreiras se dão por portaria do subsecretário-geral do Serviço Exterior. Por terem reflexos financeiros e pecuniários, essas portarias devem ser publicadas no *Diário oficial da União*.

Grande parte das regulamentações administrativas que regem o funcionamento do Ministério tem sua vigência vinculada à publicação de portaria do ministro das Relações Exteriores. É o caso, por exemplo, do *Regimento interno da Secretaria de Estado* (RISE), que trata da organização do Ministério das Relações Exteriores no Brasil, ou do *Guia de Administração dos Postos* (GAP), que disciplina as práticas administrativas dos postos.

Também os postos fazem uso de portarias publicadas no *Diário oficial da União*, para designar ordenadores de despesa, chefes de setor, vice-cônsules e outros, e consignar delegações e subdelegações de competências.

Embora menos frequentes, há ainda as portarias interministeriais, em que dois ou mais ministérios estabelecem, conjuntamente, regras para determinado tema.

Forma e estrutura

A estrutura do texto da portaria segue o padrão indicado no *Manual de redação da Presidência da República.* Tais como os decretos, as portarias dividem-se em duas modalidades principais: as regulatórias, que tratam de matéria substantiva e geral, que são numeradas; e as que tratam de casos particulares ou individuais, que não recebem número, sendo identificadas apenas por sua data.

Além da ementa, a portaria contém preâmbulo e corpo: no preâmbulo, é mencionada a base legal para sua edição; no corpo, são enumeradas suas disposições na forma de artigos e incisos. Traz, ao final, o nome e o cargo da autoridade signatária.

Tramitação

O projeto ou minuta de portaria é preparado pela unidade responsável pelo tema tratado e então encaminhado, necessariamente pela Secretaria Geral, à Consultoria Jurídica, para convalidação de sua legalidade e adequação formal, antes de ser levado à aprovação da autoridade signatária. Idealmente, as portarias que contenham normas substantivas devem, na fase de sua elaboração, ser objeto de discussão aberta a todas as unidades que tenham competência sobre a matéria tratada, ainda que subsidiária. Essa é a melhor maneira de assegurar que a norma tenha a amplitude, profundidade e exequibilidade necessárias. As portarias que requerem assinatura do ministro devem ser encaminhadas ao gabinete para exame, assinatura e encaminhamento para publicação no *Diário oficial da União*; as demais, após assinatura, devem seguir para a Divisão do Pessoal, que se ocupa de sua publicação no *Boletim de serviço*.

3.2.7. Maço básico

Conjunto de informações abrangentes sobre um país ou um assunto, de caráter descritivo e analítico. No caso de maço de país, contém informações essenciais sobre a história, economia, política, cultura e demografia, e quaisquer outras informações julgadas relevantes no contexto em que será usado. É também fonte de consulta sobre a evolução e o estado das relações do Brasil com o país. No caso de maço temático, contém histórico do tema, com síntese das posições defendidas pelo Brasil e pelos principais atores em sua discussão, cronologia das conferências internacionais sobre o tema e, se for o caso, propostas para seu encaminhamento.

Forma e estrutura

A capa do maço básico deve conter as seguintes informações:

- Imagem centralizada da bandeira do país;
- Motivo da sua elaboração; por exemplo: “Informação ao Senado Federal”; e

- Indicação do caráter do maço básico (ver “Classificação de sigilo”, no capítulo 3).

O maço básico de país costuma incluir o nome oficial do país, mapa, nome da capital, moeda, idioma, cronologia histórica, cronologia das relações bilaterais, quadro do fluxo de comércio, além de perfil biográfico, acompanhado de foto, das autoridades do país em questão.

As áreas competentes devem obrigatoriamente manter, regularmente revisadas e sempre atualizadas, uma versão integral e uma versão ostensiva de maços básicos de cada país com que o Brasil mantém relações diplomáticas.

3.2.8. Informação ostensiva para público externo

Por seu caráter obrigatoriamente ostensivo, informações para público externo não deverão incluir informações sigilosas ou meramente especulativas ou avaliações potencialmente sensíveis para o relacionamento bilateral.

A informação deverá ser elaborada tendo presente a possibilidade de todo e qualquer trecho do documento, ou sua íntegra, vir a ser divulgado na imprensa, inclusive estrangeira; traduzido e repassado a autoridades ou a governos estrangeiros; disponibilizado para livre e permanente acesso do público na Internet, em páginas alheias ao Itamaraty, e armazenado como registro histórico de documento de autoria deste Ministério.

O pedido de elaboração de informação ostensiva seguirá acompanhado de instruções específicas quanto à forma e ao conteúdo esperados na informação.

A capa da informação sobre país deverá ter bandeira e mapas do país objeto da informação.

Quanto aos mapas atualizados, é preferível que estejam em língua portuguesa. Deve-se ainda atentar para que os mapas escolhidos reflitam o posicionamento oficial do governo brasileiro quanto a questões de reconhecimento de soberanias.

Tanto a bandeira quanto os mapas deverão ter borda fina, em cor preta, de modo a que os espaços em branco da imagem possam ser discernidos do fundo branco da página.

Exemplo de capa de informação ostensiva sobre país

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABÃO

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2016

3.2.9. Nota à imprensa

Embora possam existir variações de estilo a depender do ministro de estado, a comunicação eletrônica oficial, redigida na terceira pessoa, divulgada pela assessoria de imprensa no portal do Ministério e encaminhada a profissionais da mídia. É redigida em linguagem objetiva e sem jargões ou termos obscuros. Trata de temas de interesse da política externa brasileira aos quais se deseje dar ampla publicidade. Os postos também podem, por decisão do chefe do posto ou por instrução da Secretaria de Estado, divulgar notas à imprensa sobre assuntos pertinentes à política externa brasileira. O repertório de notas à imprensa do Itamaraty constitui documentação importante sobre a política externa brasileira, e é valiosa fonte de pesquisa~~s~~ para historiadores e analistas de relações internacionais.

Forma e estrutura

A nota à imprensa é numerada, datada e tradicionalmente não traz assinatura. Inicia-se por título que trata da matéria sobre a qual a nota foi redigida. Sua divulgação é feita aos órgãos de imprensa por meio eletrônico, seguida da divulgação no portal do Itamaraty.

No caso de notas à imprensa relativas a visitas de autoridades brasileiras ao exterior ou de autoridades estrangeiras ao Brasil, sua estrutura deve ser composta de:

a) data e local do evento;

b) nome(s) da(s) autoridade(s) com quem a autoridade brasileira se encontrará (se for o caso);

c) objetivo do evento;

d) pontos principais do programa e da agenda do evento;

e) os atos principais a serem assinados durante o evento (se for o caso); e

f) dados atualizados de comércio e investimento.

Publicação

A publicação de toda nota à imprensa deve ser previamente aprovada pela Secretaria-Geral do Itamaraty ou pelo Gabinete do ministro das Relações Exteriores. A

emissão de nota à imprensa deve ser tempestiva em relação ao objeto de seu conteúdo e feita levando em consideração os tempos da mídia. É de pouca utilidade uma nota emitida às 21 horas de qualquer dia, ou dias depois do evento a que se refere.

3.3. Expedientes enviados a governos estrangeiros

3.3.1. Nota verbal

Meio de comunicação diplomático tradicional (conhecido internacionalmente pela forma francesa, *note verbale*), é a principal forma de correspondência trocada, no Brasil, entre o Ministério e o corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro e, no exterior, entre as missões diplomáticas brasileiras e chancelarias estrangeiras, demais missões diplomáticas estrangeiras ou organismos internacionais. É redigida na terceira pessoa, no que se se distingue da nota assinada (v. a seguir). Trata de temas de importância para a política externa brasileira, inclusive de natureza consular e administrativa.

Forma e estrutura

É expedida em papel com armas brancas. Em seu parágrafo inicial, traz a fórmula: "O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada de.... [*ou repartição consular, ou organismo internacional*] e tem a honra de...". Se houver antecedentes, deve fazer-lhes referência. No caso de expedientes que tratem de rotinas e providências administrativas, como por exemplo, a chegada e partida de funcionários, apresentação de formulários de credenciamento, pedidos de autorização, etc., a estrutura costuma ser limitada a poucos parágrafos.

Do parágrafo final consta fecho diplomático, em que são expressos votos de estima e consideração ao destinatário. A introdução do fecho é alteração na prática do Ministério, que até o presente *Manual* costumava encerrar as notas verbais no último parágrafo substantivo.

A nota verbal admite, quando necessária, a classificação como "urgente" e permite a anexação de documentos. Deve-se evitar que a página final da nota verbal contenha apenas a data de sua elaboração.

Tramitação

O responsável pela expedição deverá rubricar o definitivo, ao final do texto, logo após a data. Caso haja necessidade, a nota pode ser entregue em mão, no contexto de gestão diplomática.

Exemplo de nota verbal

CGPL/

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada da República da Croácia e, em referência à nota verbal nº 19, de 9 de janeiro de 2016, tem a honra de informar que o governo brasileiro concedeu *agrément* em favor do Senhor Gidnar Onidlag como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Croácia junto à República Federativa do Brasil.

2. O Ministério das Relações Exteriores aproveita a oportunidade para renovar à Embaixada da República da Croácia os protestos de sua mais alta estima e consideração.

Brasília, em 27 de janeiro de 2016.

Transcrição das notas verbais por expedientes telegráficos

A fim de dar ciência às unidades em Brasília do teor de notas trocadas pelos postos com órgãos estrangeiros, bem como de dar ciência aos postos de notas trocadas entre o governo brasileiro e as representações diplomáticas e consulares junto a ele acreditadas, os responsáveis pela expedição de notas verbais com conteúdo substantivo

deverão transcrever seu teor em telegrama, despacho telegráfico ou circular telegráfica. Por meio dessa prática, o conteúdo das notas verbais que tratem de temas substantivos é automaticamente incluído no sistema de preservação eletrônica de expedientes do Itamaraty, o que permite sua futura recuperação e a preservação da memória institucional.

Somente deverá ser transmitido o conteúdo de nota que verse sobre assunto substantivo, isto é, aquela que não seja de natureza meramente administrativa, rotineira ou habitual (credenciamento, restituição de impostos, isenção de taxas, etc.).

3.3.2. Nota assinada

Forma de correspondência utilizada pelo ministro das Relações Exteriores para se dirigir a chefes de missões estrangeiras sediadas em Brasília ou, nas missões diplomáticas brasileiras no exterior, pelos chefes de posto para se dirigirem a autoridades da chancelaria local ou chefes de outras missões sediadas na mesma cidade. Trata de temas de interesse da política externa brasileira, inclusive de natureza consular e administrativa. É documento mais formal do que a nota verbal, e seu uso é restrito a assuntos de alta relevância ou à conclusão de acordos e entendimentos.

É o formato utilizado para celebrar os chamados “acordos por troca de notas” ou “notas reversais”.

Forma e estrutura

É expedida em papel com armas brancas e redigida na primeira pessoa. Traz inicialmente vocativo com o título ou forma de tratamento adequada à autoridade a quem se dirige. Se necessário, faz referência a antecedentes no seu parágrafo inicial. Em parágrafos subsequentes, desenvolve o tema tratado. Do parágrafo final, consta fecho diplomático, em que são expressos votos de estima e consideração ao interlocutor.

Em Brasília, as notas são assinadas pelo ministro das Relações Exteriores (deve-se recordar incluir, na distribuição, a unidade geográfica e demais unidades responsáveis por temas suscitados na nota). No exterior, pelo chefe de missão diplomática que a envia. Podem ser anexados documentos à nota assinada.

3.3.3. Carta credencial

Documento assinado pelo chefe de estado que designa um novo chefe de missão diplomática de seu país junto ao governo de outro país. A carta é endereçada ao chefe de estado do país que receberá o novo chefe de missão diplomática.

Existe uma segunda modalidade de carta credencial, referente à acreditação de missões diplomáticas não permanentes: comunicam, por exemplo, a composição da delegação que representará um país em uma conferência internacional. São assinadas não pelo chefe de estado, mas pelo ministro das Relações Exteriores.

A carta credencial assinada pelo chefe de estado comunica a nomeação do agente diplomático, indicando o objeto de sua missão e as funções que lhe são confiadas. É redigida em forma solene, devidamente selada e autenticada; é assinada pelo chefe de estado e referendada pelo ministro das Relações Exteriores. É impressa em papel duplo, com armas douradas, e acompanhada de tradução não oficial. Em francês, tem o nome de *lettres de créance*; em inglês, *letters of credence* ou *diplomatic credentials*. É comum referir-se às "cartas", no plural, uma vez que a carta credencial costuma ir acompanhada da carta revocatória, referente à revogação da acreditação do chefe de missão antecessor.

Tramitação

No Itamaraty, o expediente definitivo é preparado pela Coordenação-Geral de Protocolo (CGPL) do Cerimonial, e encaminhado por memorando ao gabinete do ministro das Relações Exteriores, onde será assinado e encaminhado à Casa Civil da Presidência da República. Uma vez assinada pelo chefe de estado, a carta é devolvida ao gabinete do ministro das Relações Exteriores, que a restitui à CGPL para que seja concluída a sua confecção, com aposição de selo e carimbo. A carta pode ser entregue em mão ao embaixador designado ou seguir por mala diplomática (v. GMD) para o posto.

No caso da carta credencial de delegação a evento internacional, assinada somente pelo ministro das Relações Exteriores, o original é preparado pela Divisão de Atos Internacionais, mediante solicitação, por memorando, da divisão que se ocupa do tema a ser tratado no evento internacional.

Exemplo de carta credencial (página 1 de 2)

(nome)

Presidente da República Federativa do Brasil

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
(nome),
PRESIDENTE DO (país)

SENHOR PRESIDENTE,

O DESEJO DE MANTER E ESTREITAR, CADA VEZ MAIS, OS LAÇOS DE BOA AMIZADE QUE EXISTEM ENTRE OS NOSSOS DOIS PAÍSES LEVA-ME A ACREDITAR JUNTO A VOSSA EXCELÊNCIA O SENHOR (nome), NO CARÁTER DE EMBAIXADOR EXTRAORDINÁRIO E PLENIPOTENCIÁRIO.

Exemplo de carta credencial (página 2 de 2)

AS QUALIDADES PESSOAIS DO SENHOR (nome) , BEM COMO O ZELO E A INTELIGÊNCIA DE QUE TEM DADO CONSTANTES PROVAS, PERSUADEM-ME DE QUE ELE FARÁ TODO O POSSÍVEL POR MERECER A ESTIMA E A CONFIANÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA.

ROGO, POIS, A VOSSA EXCELÊNCIA ACOLHÊ-LO FAVORAVELMENTE, DANDO INTEIRO CRÉDITO A TUDO O QUE ELE TIVER A HONRA DE DIZER-LHE, ESPECIALMENTE QUANDO APRESENTAR AS EXPRESSÕES DA ALTA ESTIMA E SINCERA AMIZADE COM QUE SOU

DE VOSSA EXCELÊNCIA,

(assinatura)

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, EM

3.3.4. Carta de gabinete

Correspondência assinada pelo ministro das Relações Exteriores, endereçada a homólogo estrangeiro ou a qualquer outra autoridade com a qual o ministro decida comunicar-se. Pode versar sobre temas de política externa ou protocolares, como agradecimentos e convites.

Um uso específico da carta de gabinete é a acreditação de encarregado de negócios. Estes não são portadores de carta credencial, mas de carta de gabinete assinada pelo ministro das Relações Exteriores e dirigida ao ministro das Relações Exteriores do estado onde o agente diplomático vai exercer as suas funções.

Diferentemente do encarregado de negócios permanente (*"chargé d'affaires en pied"*), que deverá ser naturalmente portador de uma carta de gabinete, o encarregado de negócios interino (*"ad interim"*) pode ser acreditado seja por carta de gabinete, seja pelo chefe de missão, por meio de nota assinada, para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos.

Exemplo de carta de gabinete

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasília, 14 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Manuel Salvador dos Ramos
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
República de São Tomé e Príncipe

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para agradecer o convite para as celebrações oficiais do quadragésimo ano da independência de São Tomé e Príncipe.

Lamento informar que, em razão de compromissos pré-agendados, não poderei participar das comemorações alusivas a tão importante data. Designei o embaixador do Brasil nessa capital para representar-me.

O governo brasileiro nutre especial apreço pelos laços de amizade que unem os nossos povos. A forma como fui acolhido em minha recente visita a seu país bem revela o profundo espírito de fraternidade que rege nossas relações diplomáticas.

Ao agradecer o convite de Vossa Excelência, estendo, em nome do governo e do povo brasileiro, as mais sinceras felicitações ao governo e ao povo santomense, e reitero o compromisso do Brasil de continuar a intensificar as relações de amizade e cooperação entre nossos países.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Palácio Itamaraty
70170-900 Brasília DF

3.3.5. Carta de gabinete de acreditação de encarregado de negócios

A carta de gabinete segue um modelo simplificado, menos solene, da carta credencial. É impressa em papel duplo de armas brancas, com o texto em maiúsculas, sem numeração de parágrafos.

Exemplo de carta de gabinete de acreditação de encarregado de negócios:

[NOME]
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Sua Excelência o Senhor
[Nome]
Ministro das Relações Exteriores
de [nome do país]

Senhor Ministro,

Tenho o prazer de acreditar, junto ao Governo de [nome do país], ao Ministro [nome] na qualidade de Encarregado de

Negócios, a.i., da República Federativa do Brasil, a partir de [data] do ano em curso.

Minha mais alta consideração.

PALÁCIO DO ITAMARATY, Brasília, em [dia] de [mês] de [ano].

3.3.6. Carta de plenos poderes

Documento que nomeia uma pessoa como representante do estado para a assinatura de um ato internacional específico. A carta de plenos poderes é firmada pelo presidente da República e referendada pelo ministro das Relações Exteriores. Nela deve constar o título exato do ato internacional a ser assinado, assim como o nome completo da pessoa nomeada.

Estão dispensados de apresentar carta de plenos poderes os chefes de estado e de governo e o ministro das Relações Exteriores, bem como os chefes de missões diplomáticas, que são plenipotenciários em relação aos atos firmados com os países junto aos quais estão acreditados. No caso de representantes acreditados junto a organismos internacionais, a necessidade de apresentação de carta de plenos poderes varia conforme o caso, sendo determinada pela prática da organização internacional específica.

Conforme a prática diplomática brasileira, também estão dispensados de apresentar carta de plenos poderes os representantes brasileiros que assinem atos em cerimônia diante do presidente da República. Nessas situações, entende-se que o consentimento tácito do chefe de estado equivale a carta de plenos poderes.

Tramitação

Caso o signatário de determinado ato necessite de carta de plenos poderes, a divisão temática competente deverá enviar memorando à Divisão de Atos Internacionais (DAI), informando o nome completo do signatário e o título do ato a ser assinado. A DAI, então, prepara a carta de plenos poderes e a envia ao gabinete do ministro, a fim de que seja referendada pelo ministro. A seguir, a carta de plenos poderes é remetida à Presidência da República, para que seja datada e assinada pelo presidente da República.

Ao expediente de carta de plenos poderes devem ser anexados texto do ato a ser assinado, em língua portuguesa, bem como parecer da consultoria jurídica que tenha sido solicitado pela área temática por ocasião da análise do instrumento.

Modelo de carta de plenos poderes (página 1 de 2)

(NOME)
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Faço saber, aos que esta Carta de Plenos Poderes virem, que nomeio o Senhor (nome), Secretário da Receita Federal do Brasil, meu plenipotenciário para assinar, em nome do Governo brasileiro, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional.

Modelo de carta de plenos poderes (página 2 de 2)

Em fé do que, mandei passar esta Carta de Plenos Poderes, que vai por mim assinada e contém o selo das Armas da República, referendada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palácio do Planalto, em Brasília, em de de , da Independência e da República.

3.3.7. Carta de chancelaria

Forma de comunicação do presidente da República com chefe de estado ou de governo, para informar decisões de estado, anunciar investidura, acreditar missões permanentes e especiais, revogar credenciais, responder a cartas credenciais e a outras comunicações de chefes de estado, manifestar pesar por falecimento, enviar felicitações, ou tratar de questões substantivas da agenda bilateral ou internacional. É redigida em forma solene, e leva, além da assinatura do chefe de estado, também a assinatura do ministro das Relações Exteriores.

Forma e estrutura

A carta de chancelaria é impressa em papel duplo (tamanho A3) com armas douradas, timbrado com o nome do presidente da República e o selo de armas da República.

O texto é redigido em versalete, sem numeração de parágrafos.

Traz o endereçamento centralizado, abaixo do timbrado com o nome do presidente da República.

Inicia-se por vocativo: "SENHOR PRESIDENTE", "SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO", "GRANDE E BOM AMIGO", etc.

Seguem-se os parágrafos substantivos, que concluem com fecho, obrigatoriamente na forma "APROVEITO A OPORTUNIDADE..." e o local e a data: "PALÁCIO DO PLANALTO, EM ... DE ... DE ... "

Tramitação

Cabe à assessoria do ministro das Relações Exteriores dar forma final à carta de chancelaria e encaminhá-la à Casa Civil da Presidência da República. Uma vez assinada pelo chefe de estado, a carta é devolvida ao gabinete do ministro das Relações Exteriores para que seja providenciado o seu encaminhamento por via diplomática.

3.3.8. Carta revocatória

Documento no qual se anuncia a cessação de funções do chefe de missão diplomática, cujo formato é semelhante ao da carta credencial. Redigido em forma solene, devidamente selado e autenticado, leva, além da assinatura do chefe de estado, também a assinatura do ministro das Relações Exteriores.

Em geral, segue juntamente com a carta credencial – a carta revocatória anuncia a cessação das funções de um agente, e aquela apresenta o seu substituto.

A carta revocatória é impressa em papel duplo, com armas douradas. É acompanhada de tradução não oficial.

Em francês, o documento tem o nome de *lettre de rappel*; em inglês, *letter of recall.*

3.4. Documentos internos do governo brasileiro

3.4.1. Ofício e aviso

O ofício é o meio padrão de comunicação formal entre autoridades públicas, ou entre autoridades e particulares. Por tradição, o ofício enviado de um ministro de estado brasileiro para outro ministro brasileiro é chamado de aviso. Com exceção do nome, o aviso e o ofício têm a mesma estrutura.

No Brasil, os ofícios e os avisos são regulamentados pelo *Manual de redação da Presidência da República*, que determina que ofícios e avisos deverão conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

a) tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede, como por exemplo:

Aviso nº 123/2017/MRE

b) local e data, por extenso, com alinhamento à direita:

Brasília, 9 de janeiro de 2017

Não é necessário ponto após a data.

c) destinatário: nome e cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação; se necessária, a explicitação de endereço deverá ser feita nesse campo:

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Fulano de Tal
Câmara dos Deputados

d) assunto: conforme exemplos do *Manual de redação da Presidência da República:*

Assunto: Relações comerciais Brasil-Argentina.

Assunto: Instalação de rede de comunicações exclusiva.

e) vocativo: o vocativo, em regra, será "Senhor" (ou "Senhora") + o título do destinatário, seguido de vírgula. Exemplo:

Senhor Deputado,

Senhor Juiz,

Senhor Ministro,

Senhor Assessor,

Senhor Assistente,

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Como se depreende dos exemplos precedentes, mesmo no caso de autoridades tratadas por "*Vossa Excelência*"/"*Sua Excelência*" o vocativo não difere. O *Manual de redação da Presidência da República* dispõe que o vocativo "*Excelentíssimo Senhor*" (ou "*Excelentíssima*

Senhora") é cabível apenas para os presidentes de poder:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssima Senhora Presidenta do Congresso Nacional,

Excelentíssima Senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal,

O vocativo tem seu lugar específico: antes do início do texto. Não constitui boa redação a prática de repeti-lo, intercalado entre frases ou entre parágrafos ao longo do texto.

e) texto: deve-se começar diretamente pelo que motiva a comunicação. São desaconselhadas formas como "*Tenho a honra de*", "*Tenho o prazer de*", "*Cumpre-me informar que*", cujo uso, por tradição, restringe-se às comunicações diplomáticas com autoridades estrangeiras (como se viu na seção sobre notas verbais).

Os parágrafos do texto devem ser numerados a partir do segundo parágrafo, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou tragam citações de mais de um parágrafo.

Quando se tratar de mero encaminhamento de anexo autoexplicativo, o documento poderá ter um único parágrafo de texto.

Todos os expedientes de resposta, porém, deverão conter ao menos dois parágrafos: o primeiro parágrafo será usado exclusivamente para acusar recebimento da comunicação original, recordando resumidamente seu teor; e a resposta propriamente dita virá no(s) parágrafo(s) seguinte(s).

O primeiro parágrafo de uma resposta, no qual se acusa recebimento da comunicação anterior, pode variar: além da direta "Acuso recebimento de...", podem também ser usadas formas alternativas, como "Faço referência a*o ofício nº 23, de 27 de janeiro último, pelo qual Vossa Excelência...*]", "Muito agradeço [*sua carta de 14 de setembro corrente, por meio da qual*...]", "Agradeço...", etc.

f) fecho: assim como o primeiro parágrafo de todo documento, também o fecho, ao final do documento, nunca é numerado. O fecho alinha-se à esquerda, como os demais parágrafos.

O *Manual de redação da Presidência da República* determina o uso de apenas dois fechos diferentes em todo e qualquer expediente oficial, excetuados os dirigidos a autoridades estrangeiras:

- *Respeitosamente*, usado para dirigir-se a superiores hierárquicos;
- *Atenciosamente*, como fecho padrão para todos os demais casos (destinatários de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou quando, independentemente da posição hierárquica relativa de ambos, inexiste relação de subordinação entre o remetente e o destinatário).

O fecho não deve vir no início de uma página. Pode ser necessário editar os espaçamentos entre linhas com vistas a que ao menos o fim do último parágrafo do texto acompanhe o fecho na última página do expediente.

g) nome do signatário: é o único campo que vem centralizado; a assinatura vem imediatamente acima do nome do signatário, e, na linha abaixo, igualmente centralizado, consta o cargo do signatário.

O presidente da República não precisa de identificação: sua assinatura basta, sendo dispensado escrever-se, apenas nesse caso, nome e cargo ao fim do documento.

O nome do signatário não deve, em nenhum tipo de expediente, ser colocado entre parênteses, prática hoje desusada.

Exemplos de identificação de signatários

Fulano de Tal Ministro de Estado das Relações Exteriores

Beltrano de Tal Secretário-Geral das Relações Exteriores

Caso se deseje identificar o nível hierárquico do funcionário, este deve vir centralizado abaixo do nome e acima do cargo:

Beltrano de Tal Embaixador Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior

Forma e estrutura

O *Manual de redação da Presidência da República* estabelece a seguinte forma de apresentação para ofícios e avisos:

a) uso de fonte *Times New Roman*, em corpo tamanho 12;

b) com exceção da primeira, todas as páginas deverão ser numeradas;

c) a impressão poderá ser feita nas duas faces do papel. Nesse caso, a impressão deverá ser feita no modo de "margem espelho", em que as margens esquerda e direita têm suas distâncias invertidas nas páginas pares;

d) o início de cada parágrafo deve distar 2,5 cm da margem esquerda;

e) a margem lateral esquerda deverá ter 3 cm de largura;

f) a margem lateral direita terá 1,5 cm;

g) deve ser utilizado espaçamento de seis pontos (ou uma linha em branco) entre cada parágrafo;

h) devem-se evitar negritos, sublinhados, letras maiúsculas, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a sobriedade do documento;

i) a impressão deve ser feita em cor preta em papel branco, de tamanho A4.

3.4.2. Exposição de motivos

Em regra, a exposição de motivos (EM) é dirigida ao presidente da República por um ministro para:

a) informar o presidente da República de determinado assunto;

b) propor alguma medida; ou

c) submeter a sua consideração projeto de ato normativo.

No primeiro caso, quando é meramente informativa, substitui a antiga "Informação ao Senhor Presidente da República", não mais contemplada entre os expedientes oficiais autorizados pelo *Manual de redação da Presidência da República*. Alternativamente, temas meramente informativos podem ser consolidados em um pró- memória (v. 3.2.3.), a ser despachado diretamente pelo ministro com o presidente, ou encaminhado à assessoria presidencial. Pode elevar ao chefe de estado tema que requeira decisão de sua parte.

As exposições de motivos (EMs) formais são usadas sobretudo para encaminhar, para apreciação do presidente da República, projeto de ato normativo (decreto, lei) ou de proposta que requeira aprovação do Congresso Nacional (atos internacionais ou indicação de nomes de chefias de missão diplomática).

Pode ser assinada por mais de um ministro de estado, de forma coletiva – em cujo caso passa a ser uma exposição de motivos interministerial (EMI).

Forma e estrutura

O Itamaraty produz exposições de motivos todas as vezes que tenciona submeter à Presidência da República tema que precise de aprovação do Congresso Nacional, o que inclui a ratificação de atos internacionais, a indicação de nomes de novos chefes de missão diplomática, ou projetos de lei de autoria do Executivo.

As exposições de motivos que submetem ao presidente da República nomes de chefes de missão diplomática são, em regra, assinadas apenas pelo ministro das Relações Exteriores. Caso o presidente da República concorde em submeter o nome proposto, a Casa Civil elabora mensagem do presidente ao Senado Federal (v. *3.4.3. Mensagem*), que encaminhará a exposição de motivos do Itamaraty e seus anexos (currículo do indicado e informação sobre o país ou organismo internacional que sedia a missão).

Muitas das exposições de motivos que submetem ao presidente da República textos de atos internacionais levam a assinatura de mais de um ministro de estado. Mesmo nesse caso, compete sempre ao Itamaraty a elaboração da exposição de motivos e inclusive da minuta de mensagem. Uma vez colhidas as assinaturas de todos os ministros cujas pastas possam ter interesse na matéria, o presidente da República pode assinar a mensagem e remetê-la ao Congresso Nacional, onde os textos de atos internacionais são submetidos à apreciação da Câmara dos Deputados (comissões e plenário) e, caso aprovados no plenário da Câmara, seguem para a apreciação do Senado Federal (Comissão de Relações Exteriores e plenário).

EM nº MRE

Brasília, 9 de maio de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da lei nº 11 440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de BELTRANO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de BELTRANO DA SILVA para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

FULANO DE TAL
Ministro das Relações

EMI nº 208/2016

Brasília, 14 de setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, a anexa proposta de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kiev, em 6 de setembro de 2016, pelo embaixador do Brasil na Ucrânia, [nome do embaixador], e pelo ministro da Defesa da Ucrânia, Mikhailo Yezhel.

2. O referido Acordo tem como propósito promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; intercâmbio de tecnologia militar, inclusive com visitar recíprocas de cientistas e técnicos; intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à defesa; educação e treinamento; e cooperação em outras áreas de interesse mútuo na área da defesa.

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência a anexa proposta de Mensagem, acompanhada de cópias autenticadas do Acordo.

JOSÉ SERRA Ministro de Estado das Relações Exteriores	RAUL JUNGMANN Ministro de Estado da Defesa

3.4.3. Mensagem

Forma de comunicação oficial exclusivamente enviada pelo chefe de um dos três poderes (por exemplo, o presidente da República) a outro poder (por exemplo, aos membros do Congresso Nacional ou aos ministros do Supremo Tribunal Federal).

O Itamaraty submete à Presidência da República minutas de mensagens, propondo o encaminhamento ao Congresso Nacional, por exemplo, de textos de acordos internacionais ou de indicações de chefias de missões diplomáticas. Compete à própria Presidência da República a redação definitiva da mensagem.

Entre as modalidades mais usuais de mensagem de interesse do Itamaraty incluem-se aquelas, de autoria do presidente da República, referentes a:

a) encaminhamento, ao Congresso Nacional, de projeto de lei de autoria do Executivo;

b) encaminhamento, ao Congresso Nacional, de texto de ato internacional assinado (porém ainda não ratificado) pelo Brasil, ou de ato multilateral ao qual o Brasil tencione aderir;

c) indicação de autoridades, para arguição e deliberação pelo Senado Federal, como, por exemplo, chefes de missão diplomática;

d) encaminhamento de medida provisória;

e) pedido de autorização para o presidente ou o vice-presidente da República ausentarem-se do país por mais de 15 dias, ou notificação de viagem (não obrigatória, porém tradicionalmente feita por cortesia), igualmente por mensagem, em casos de ausência do país por prazo inferior a 15 dias;

f) comunicação de sanção ou veto.

Forma e estrutura

Deverá conter:

a) a identificação do tipo de expediente, acompanhada de seu número e data;

b) o vocativo, com os respectivos pronome de tratamento e cargo do destinatário;

c) o texto da mensagem;

d) o local e a data em que foi assinada.

Quando o remetente é o poder executivo – portanto, o presidente da República –, não há fecho ou o nome do remetente.

Exemplo de mensagem pela qual o presidente da República
submete um acordo internacional à apreciação do Congresso Nacional

Mensagem nº 476

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kiev, em 6 de setembro de 2016.

Brasília, 20 de setembro de 2016

Exemplo de mensagem pela qual o presidente da República
submete nome de chefia de missão diplomática à apreciação do Congresso Nacional:

Mensagem nº 503

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Os méritos da Senhora Regina Maria Cordeiro Dunlop que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2016

3.4.4. Decreto

Ato administrativo da competência exclusiva do chefe do poder executivo, destinado a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, na lei.

Existem dois tipos de decreto: os decretos regulatórios – que contêm regras jurídicas de caráter geral e abstrato, e que são numerados – e os decretos referentes a situações individuais ou singulares (por exemplo, decretos de abertura de crédito, de desapropriação, de cessão de uso de imóvel, de perda de nacionalidade), que não são numerados, mas contêm ementa, exceto os relativos a nomeação ou a designação para cargo público, os quais não são numerados nem contêm ementa.

Distinguem-se, portanto, os dois tipos de decreto:

a) De caráter normativo: são publicados na "Seção 1" do *Diário oficial da União,* com número – por exemplo: decreto 7133, de 19 de março de 2010, que *"Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho.";* ou: decreto 6386, de 29 de fevereiro de 2008, que *"Regulamenta o art. 45 da lei 8 112/90, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo."*

b) De nomeação de pessoal: são publicados na "Seção 2" do *Diário oficial da União.* Exemplos desse tipo de decreto incluem os que formalizam nomeações para determinados cargos, promoções, remoções, aposentadorias e condecorações.

Tal como as leis, os decretos compõem-se de dois elementos: a ordem legislativa (preâmbulo e fecho) e a matéria legislada (texto ou corpo da lei). Todos os decretos são referendados pelo ministro competente.

Uma vez elaborada no Ministério das Relações Exteriores, a minuta é encaminhada ao Palácio do Planalto, onde recebe forma definitiva e é submetida à aprovação presidencial.

Exemplo de decreto

Decreto nº , de de de

Brasil-(nome do país). Condecorações.
Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.
Embaixador (nome). Admissão

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, (nome), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do (nome do país).

Brasília, de de ; da Independência e da República.

Ministério das Relações Exteriores

3.4.5. Emenda parlamentar

Apenas parlamentares podem apresentar emendas a projetos de lei, resoluções ou medidas provisórias em tramitação no poder legislativo. Sugestões de textos de emendas, porém, podem ser feitas por qualquer cidadão, entidade ou órgão público, a qualquer parlamentar.

Pelo fato de tramitarem quase constantemente no Congresso Nacional matérias que afetam interesses do Ministério, pode ser conveniente a apresentação de sugestões de emendas a parlamentares, que podem optar por protocolá-las e apresentá-las formalmente como sendo de sua autoria.

Exemplo de emenda parlamentar

PROPOSTA DE EMENDA AO PROJETO DE LEI NO XXXX/(ANO)

PROJETO DE LEI nº XXX DE (ANO)

Incluir a ementa do Projeto de Lei que se deseja emendar

- Se se tratar de emenda aditiva, o parágrafo inicial deverá começar por “Acrescente-se:”;
- Se se pretender alterar a redação do Projeto de Lei, o texto deverá ser iniciado por “Dê-se ao inciso *tal*, artigo *tal*, a seguinte redação:”;
- Se se tratar de emenda supressiva, o texto deverá começar por “Suprima-se...” e incluir todos os artigos ou incisos que se queira suprimir.

- Como segundo parágrafo: se se tratar de emenda aditiva, deve-se inserir, entre aspas, o texto que se quer acrescentar; se se tratar de alteração de redação, deve-se inserir entre aspas a alteração proposta.

JUSTIFICATIVA

Inserir texto de justificativa da proposta de emenda.

Exemplo de emenda parlamentar (página 1 de 2)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3123/2015

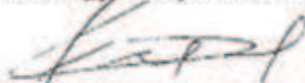
Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição.

EMENDA DE PLEN Nº 18

Dê-se ao inciso VI do art. 4º do Projeto de Lei nº 3123/2015, a seguinte redação:

" Art. 4º ....

....

VI - ....

a) ajuda de custo para mudança e transporte, **locomoção e instalação;**

b) ajuda de custo por ocasião de transferência para a inatividade remunerada;

c) auxílio-alimentação e alimentação in natura servida no local de trabalho;

d) auxílio-moradia concedido na forma de ressarcimento por despesa comprovada decorrente de mudança de ofício do local de residência;

e) indenização de moradia concedida por motivo de comprovada indisponibilidade de imóvel sob a responsabilidade da União, desde que o direito à habitação esteja garantido em lei;

f) cessão de uso de imóvel funcional;

g) diárias;

h) auxílio ou indenização de transporte;

i) indenização de campo;

j) auxílio-fardamento;

k) auxílio-invalidez;

l) indenização pelo uso de veículo próprio.

m) auxílio-natalidade;

n) assistência pré-escolar;

o) salário-família;

p) indenização financeira mensal para tropa no exterior;

q) indenização financeira mensal para funções de comando no exterior; e

r) compensação pecuniária, prevista na lei nº 7963, de 21 de dezembro de 1989".

Exemplo de emenda parlamentar (página 2 de 2)

JUSTIFICATIVA

Considerando que parcelas dotadas de caráter nitidamente indenizatório, previstas na Lei de Remuneração dos Militares, medida provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001, não se encontram arroladas no art. 4º do referido projeto de lei, assim como também não se encontram elencadas, verbas dotadas dessa mesma natureza, que integram a remuneração dos militares em missão de paz no exterior, nos termos da lei nº 10937, de 12 de agosto de 2004, mostra-se motivo de imperiosa justiça a inclusão de tais parcelas.

Com o exposto, esperamos contar o apoio dos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2015.

DEPUTADA FULANA DE TAL

DEPUTADO BELTRANO DA SILVA

DEPUTADO SICRANO DE SOUZA

Exemplo de emenda parlamentar (página 1 de 2)

PROJETO DE LEI Nº 3123 DE 2015

Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição

EMENDA DE PLENÁRIO Nº __________

1) Acrescente-se ao art. 4º o inciso V:

"Art. 4º

(...)

V – As parcelas previstas no art. 8º, inciso III, alíneas "a" e "b", da lei nº 5809, de 10 de outubro de 1972."

2) Em decorrência, suprima-se do art. 4º-A, inciso III, a alínea "p", e dê-se ao § 5º do art. 4º-A a seguinte redação:

"§ 5º Respeitados os limites estabelecidos nas leis de diretrizes orçamentárias, a exigência de apresentação de documentos comprobatórios não se aplica ás indenizações previstas nas alíneas "b", "e", "f", "g", "i" e "j" do inciso III.

Justificativa

A IREX destina-se a "compensar as despesas inerentes à missão", notadamente o custo de vida local, que pode variar em função das oscilações na cotação de cada moeda estrangeira frente ao dólar. Dita indenização varia também conforme as condições peculiares de vida em cada sede no exterior, as quais impõem graus diferenciados de sacrifício ao servidor civil ou militar.

Exemplo de emenda parlamentar (página 2 de 2)

Já o auxílio familiar é o quantitativo devido a título de indenização para atender, parcialmente, às despesas de educação e assistência aos dependentes do servidor. De acordo com a lei, essa verba equivale a um percentual da IREX, de 10% (cônjuge) ou de 5% (outros dependentes).

Em contexto de desvalorização do real, a aplicação de teto em reais a pagamento fixado em dólares cria situação de insegurança financeira aos servidores lotados no exterior. Na atual situação cambial, a aplicação do teto a toda a remuneração representaria um corte abrupto de parcela significativa dos salários no exterior, provocando toda sorte de inconvenientes para o servidores, que têm de fazer face a compromissos fixados em moeda estrangeira.

A variação cambial aplicada a salários no exterior trará sempre enorme insegurança jurídica aos funcionários civis e militares ali lotados.

Esses servidores assumem compromissos financeiros (pagamento de transporte, despesas de moradia, alimentação, educação de filhos, etc, além das despesas inerentes a suas funções de representação do Estado brasileiro) em moeda estrangeira.

A IREX e o auxílio familiar variam segundo a categoria funcional do pessoal civil e militar que serve no exterior e de acordo com as condições de vida nos postos. Essas variações e os limites estão adequadamente contemplados na lei 5809 e na sua regulamentação.

Deputada FULANA DE TAL
Partido/UF

3.5. Documentos para reuniões com autoridades estrangeiras

3.5.1. Pontos de conversação

Informação sucinta destinada a subsidiar e orientar a interlocução de autoridade com contrapartes em situação específica, como visita bilateral, café da manhã de trabalho, reunião à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, etc. Pode centrar-se em um tema que esteja em negociação ou contemplar mais amplamente vários pontos da agenda com determinado país ou organização internacional.

Forma e estrutura

Os pontos de conversação são escritos em primeira ou terceira pessoa, conforme o caso, e contemplam todos os temas julgados pertinentes de tratamento pela autoridade. São redigidos em forma aproximada a como os temas são verbalizados a um interlocutor, podendo estar, se conveniente, escritos em língua estrangeira.

Há casos em que os pontos de conversação são na verdade “pontos de não conversação”: quando dizem respeito a temas cuja menção não seja conveniente ao lado brasileiro, mas que podem ser suscitados pelo interlocutor. Nesse caso, os temas deverão trazer a menção “caso suscitado” entre parênteses.

Os pontos de conversação são geralmente feitos em formato de tópicos e redigidos com concisão. Podem ser apresentados num *maço básico* (v. *3.2.6.*), como documento autônomo, ou ainda em forma de fichas. Os pontos de conversação podem ser acompanhados, quando necessário, de um texto em fonte menor e em itálico que explica e contextualiza a mensagem a ser dirigida a um interlocutor. Os pontos devem evitar obviedades e fórmulas usuais de cortesia que se utilizam em uma conversação diplomática. Sobretudo quando se destinam a maço básico que reunirá assuntos

variados, os pontos de conversação devem registrar, ao final do texto e com tabulação à direita, a data da revisão final e a unidade que os elaborou.

Exemplo de pontos de conversação

PONTOS DE CONVERSAÇÃO

1. PANORAMA DA RELAÇÃO BILATERAL

- **Avalio positivamente a evolução recente das relações bilaterais entre o Brasil e o *[nome do país]*. Saúdo, especialmente, a fluidez de nosso diálogo político, fundada nos frequentes contatos entre autoridades de nossos dois países.**
- **Nesse contexto, destaco a enorme satisfação que tive ao receber, aqui em Brasília, em julho último, a diretora-geral *[nome]*.**
- **Tenho conhecimento dos planos do chanceler *[nome]* de visitar o Brasil em abril do ano vindouro. Faço votos de que a visita nos ajude a incrementar, ainda mais, nossa cooperação em ciência, tecnologia e inovação.**

*A diretora-geral de Meio Ambiente, Transportes, Energia e Comunicações do **[Nome do país]**. **[nome da** diretora-geral**]** visitou o Brasil entre 8 e 11 de julho, tendo estado em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em Brasília, foi recebida pelo Sr. VPR e pelo Sr. SG. Na ocasião, dois atos foram firmados: "Acordo de Serviços Aéreos" e "Memorando de Entendimentos para a Promoção da Livre-Iniciativa".*

*O chanceler **[nome]** tenciona visitar o Brasil em abril próximo. Na ocasião, inauguraria escritório da empresa **[nome]** em Fortaleza. A empresa é uma iniciativa daquele país que visa à criação de uma rede mundial de intercâmbio de informações sobre ciência, tecnologia e inovação. A abertura do escritório em Fortaleza será o quinto no mundo. Atualmente, há escritórios em Londres, Singapura, Bangalore e Houston.*

2. MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS

- **Terei o prazer de copresidir, com o chanceler *[nome]*, a 14ª Reunião de Consultas Políticas bilaterais, aqui em Brasília, no dia 22 de abril próximo.**
- **O Mecanismo de Consultas Políticas é parte fundamental de nossa parceria estratégica. A 13ª reunião, em 2014, trouxe novas perspectivas para a parceria estratégica bilateral, especialmente no tocante à cooperação em ciência, tecnologia e inovação.**

*O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-**[nome do país]** foi criado a partir de previsão constante do "Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um*

Plano de Parceria Estratégica", firmado em 2008, por ocasião da visita ao Brasil da então ministra dos Negócios Estrangeiros **[nome]**.

Por ocasião da 3ª reunião, as áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e de comércio e investimentos foram ressaltadas como essenciais da Parceria Estratégica.

A décima-quarta reunião está agendada para o dia 22 de novembro próximo, em Brasília. O Sr. SG deverá chefiar a delegação brasileira. A delegação do **[nome do país]** *será chefiada pelo secretário de estado das Relações Exteriores, Sr.* **[nome]**, *que será acompanhado pelo diretor para América do Sul.*

3.5.2. Ficha-país para reuniões bilaterais

Documento para consulta e orientação da participação do presidente da República, do vice-presidente, do ministro das Relações Exteriores ou do secretário- geral das Relações Exteriores em reuniões bilaterais no Brasil e no exterior. A ficha-país traz informações sobre o país e sobre as relações bilaterais e é utilizada como material de consulta antes da reunião. Deve permitir que a autoridade tenha visão abrangente sobre o país do interlocutor e sobre os principais temas a serem discutidos. Sua função é operacional: deve, portanto, ser concisa e apresentar uma linguagem direta e objetiva.

A seção "Sentido da Visita/Reunião" apresenta, com a maior especificidade possível, os objetivos a serem atingidos, com uma hierarquia de prioridade entre eles. Ao explicitar as principais demandas e interesses específicos que o Brasil deseja promover, não deve deixar de mencionar eventuais objetivos políticos mais amplos e genéricos.

Forma e estrutura

A capa da ficha-país deve conter as seguintes informações:

a) Motivo da sua elaboração; por exemplo, "Visita do Ministro de Estado a Santiago";

b) Local e a data da visita ou reunião; por exemplo, "Santiago, 17 de abril de 2015";

c) Imagem centralizada da bandeira do país; e

d) Indicação do caráter da ficha-país (v. detalhes em "*Classificação de sigilo*", no capítulo 3).

A ficha-país, em sua forma final, é geralmente impressa em papel A4, encadernada, com páginas numeradas, e deve conter índice.

A estrutura da ficha-país deve conter as seguintes partes:

a) capa;

b) índice;

c) breve perfil biográfico do(s) interlocutor(es);

d) sentido da visita;

e) seções informativas ("Relações bilaterais", "Política interna", "Política externa" e "Economia", nessa ordem);

f) anexos (lista dos encontros e visitas recentes de autoridades de alto nível dos dois países; comércio e investimentos; tabela com compromissos assumidos desde os últimos encontros bilaterais e estado de implementação; estado de internalização de acordos bilaterais firmados; estado de execução de eventuais programas de cooperação técnica; candidaturas; e outros);

g) mapa;

h) quadro de dados básicos (acompanhado de série recente do comércio bilateral); e

i) *pontos de conversação* (v. *3.5.1.*) expandidos, divididos nas seguintes categorias: "Mensagens iniciais"; "Questões bilaterais"; "Questões regionais"; "Temas globais/multilaterais"; e "Temas que podem ser suscitados pelo interlocutor".

Os pontos de conversação para a ficha-país devem, sempre que necessário, ser seguidos de informação explicativa em itálico. Para assuntos que o lado brasileiro não necessitaria ou não gostaria de tratar, mas que podem ser levantados pelo interlocutor, utilizar a expressão "*caso suscitado*" ao começo do ponto de conversação.

A ficha-país deve ter cerca de 15 páginas (incluindo os anexos), em fonte da família *Times* de corpo 12, e espaçamento 1 nas entrelinhas. As informações explicativas dos pontos de conversação para a ficha-país devem ser redigidas em itálico na fonte da família *Times* de corpo 10. As margens superior/inferior deverão ser de 2 cm; as laterais, de 2,5 cm.

Os pontos de conversação, em cada tema, deverão conter preferencialmente o máximo de três tópicos (“*bullets*”), enquanto as explicações em itálico não devem ultrapassar cinco linhas.

Exemplo de capa de ficha-país

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Visita do Senhor Ministro de Estado a Santiago

17 de abril de 2015

FICHA-PAÍS: CHILE

SECRETO

Exemplo de índice de ficha-país

ÍNDICE

Exemplo de pontos de conversação para ficha-país

NOVAS FRENTES DE COOPERAÇÃO: DEFESA E COMÉRCIO

- Seu encontro com o ministro [*nome*] oferece importante oportunidade para o início de cooperação na área de Defesa

O chanceler [nome] está acompanhado por membros de entidade governamental que representa empresas do setor de defesa do [nome do país]

- Sua reunião com o ministro do Comércio Exterior [*nome*] permitirá o prosseguimento dos entendimentos a respeito da ampliação do comércio bilateral iniciados quando da visita do presidente [*nome*] ao Brasil em [*data*]

O ministro [nome] é experiente negociador na área do comércio internacional, tendo sido representante de seu país na OMC no período de [data]. É autor das obras [títulos] sobre comércio administrado que foram recentemente traduzidas no Brasil

3.5.3. Ficha de evento

Documento utilizado para consulta e orientação da participação do presidente da República, do vice-presidente, do ministro das Relações Exteriores ou de embaixador em eventos multilaterais. A ficha traz informações completas sobre o evento, tratando-se de documento que será consultado pela autoridade brasileira antes da reunião e durante o seu transcurso. A ficha deve incluir os pontos de intervenção ou o discurso a ser pronunciado pela autoridade brasileira.

Forma e estrutura

Embora a estrutura da ficha possa variar conforme o evento, todas as fichas de eventos deverão conter:

a) capa;

b) índice;

c) sentido e relevância política do evento: seus resultados previstos e o tipo de participação esperada (*coordenar reunião, realizar intervenção*, etc.);

d) programação horária (com indicação da data da versão);

e) agenda temática (com indicação da data da versão);

f) pontos de intervenção ou discurso sobre os itens da agenda, acompanhados de informações explicativas;

g) perfis biográficos dos principais participantes; e

h) quando couber, situação das contribuições financeiras do Brasil.

A extensão da ficha variará conforme o evento. O documento deverá ser redigido em fonte da família *Times* de corpo 12, espaçamento de 1 ponto entre as linhas. As informações explicativas aos pontos de intervenção devem ser redigidas em fonte da família *Times* de corpo 10, em itálico. As margens superior e inferior deverão ser de 2 cm; as laterais, de 2,5 cm.

Exemplo de capa de ficha de evento

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CPLP

XX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Díli, 24 de julho de 2015

FICHA DO EVENTO

SECRETO

3.5.4. Ficha resumida

Versão resumida de uma ficha-país ou de uma ficha de evento. É um documento breve, com ênfase nos *pontos de conversação* (v. *3.5.1.*), para orientar a participação do presidente da República, do vice-presidente, do ministro das Relações Exteriores ou de embaixador em reuniões bilaterais e em eventos multilaterais. A ficha resumida é o documento a ser manuseado pela autoridade brasileira durante o encontro com seu interlocutor. Deve, portanto, ser sucinta, de fácil leitura e conter apenas as mensagens principais a serem transmitidas.

Forma e estrutura

A ficha resumida deve conter apenas os seguintes itens:

a) breve perfil biográfico;

b) breve sentido da visita;

c) dados sucintos do comércio bilateral;

d) pontos de conversação principais (as informações explicativas – em itálico – quando couberem, deverão reduzir-se ao mínimo necessário).

A extensão será de idealmente, até quatro páginas, com a possibilidade de extensão máxima de seis páginas, quando justificável. Os pontos de conversação, em cada tema, deverão conter preferencialmente o máximo de três tópicos ("*bullets*") e as explicações em itálico, a extensão máxima de cinco linhas. Deve ser elaborada em fonte da família *Times* de corpo 12, espaço 1 entre linhas. As informações explicativas dos pontos de conversação devem ser redigidas em fonte da família *Times* de corpo 10, em itálico. As margens superior e inferior deverão ser de 2 cm; as laterais, de 2 cm.

Exemplo de trechos de ficha resumida

Visita do Ministro de Estado a [nome do país]
[Local], [Data]

[NOME DA AUTORIDADE ESTRANGEIRA]: [Breve perfil biográfico]

SENTIDO DA VISITA: A visita ensejará a ativação do Mecanismo de Diálogo Estratégico, de [ano], e contribuirá para impulsionar as agendas econômica (seminário empresarial e superação de entraves tópicos ao comércio) e de cooperação técnica. A assinatura de Acordo de Defesa deverá abrir novas oportunidades de cooperação e parceria. Grupos brasileiros têm demonstrado interesse em investir nas áreas de máquinas e equipamentos, processamento de alimentos e produção de medicamentos. Do lado do [nome do país], há interesse em avançar na cooperação sobre políticas sociais e no exame das oportunidades de investimentos em logística no Brasil. Poderá ser reforçada a prioridade brasileira de negociar Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Comércio bilateral (2014): [valor] ([variação percentual], comparado com 2013); Exportações brasileiras: [valor] ([variação percentual]). Importações: [valor] ([variação percentual]).

MENSAGENS INICIAIS

➤ Seu país é parceiro diferenciado do Brasil na [nome da região]. Temos comércio significativo, fluxo de investimentos e cooperação diversificada, além de convergência nos grandes temas internacionais.

➤ A conjuntura por que passam nossas economias nos deve estimular a consolidar relações econômicas mais profundas, abrangentes e equilibradas, em benefício mútuo.

QUESTÕES BILATERAIS

DIÁLOGO ESTRATÉGICO

➤ A inauguração do Mecanismo de Diálogo Estratégico traduz a prioridade que nossos dois países atribuem à **redinamização** do relacionamento bilateral.

COMÉRCIO

➤ Nosso intercâmbio comercial é expressivo, porém concentrado em poucos produtos e empresas. Preocupa-me a queda das trocas em 2015, bem como o déficit brasileiro.

Jan-[illegible]/2015: queda de X% nas exportações e X% nas importações.

➤ Devemos retomar as negociações sobre o certificado **zoossanitário** que ampare as exportações de bovinos vivos de todos os estados brasileiros – e não apenas Santa Catarina. No resto do Brasil, o controle da febre aftosa é realizado por meio da vacinação.

A negociação iniciou-se em [ano]. Em [ano], o MAPA enviou comentários à contraproposta do [nome do país], recebida em [data]. O MAPA aceitou grande parte das contrapropostas, mas questionou a preferência por restringir as exportações a SC. Aguarda-se manifestação do [nome do país].

INFRAESTRUTURA

➤ Temos interesse em continuar contribuindo em projetos habitacionais e de infraestrutura, como a construção de rodovias e linhas de metrô.

[nome do país] tem indicado a possibilidade de participação de empresas brasileiras em projetos habitacionais no país.

Com a finalização das principais obras, a [nome da empresa] manifesta interesse em manter presença no país.

INVESTIMENTOS

➢ Há empresas brasileiras interessadas em investir no [nome do país], na produção de máquinas e equipamentos e nos setores de processamento de alimentos e de produtos farmacêuticos.

➢ Apreciamos os resultados do Seminário Empresarial ocorrido ontem. Organizemos nova missão empresarial no próximo semestre, a fim de dar continuidade ao esforço de concretização de novos negócios e parcerias.

A Associação Brasileira da Indústria [nome do setor] deverá apresentar ao governo e a empresas do [nome do país] planos de investimentos para a montagem de máquinas e equipamentos.

NOVOS ACORDOS

➢ Considero importante retomarmos as negociações do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

➢ Sugiro darmos instruções para que sejam avaliadas novas oportunidades de cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e do [nome do país].

<u>QUESTÕES REGIONAIS</u>

[Nome do foro regional]

➢ A realização da Cúpula do [nome do foro] em 2016 será uma oportunidade para reafirmarmos a prioridade que nossos dois países atribuem ao mecanismo de diálogo e aproximação.

➢ Precisamos trabalhar juntos para avançar o [nome do projeto], de grande interesse mútuo e para a cooperação regional.

<u>QUESTÕES GLOBAIS</u>

➢ O Brasil aprecia o apoio de [nome do país] à aspiração do país a assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

➢ Contamos com seu voto favorável à proposta que apresentaremos na reunião [nome da instância e data].

Posição do [nome do país]: faz parte do [nome da instância]. No último comunicado conjunto Brasil-[nome do país], os Ministros reconheceram a importância da [posição negociadora].

3.6. Discursos e pronunciamentos

3.6.1. Discurso

Documento que contém sugestão de pronunciamento do presidente da República, do vice-presidente, do ministro das Relações Exteriores, do secretário-geral das Relações Exteriores ou de outra autoridade brasileira em eventos internacionais de distinta natureza, como reuniões bilaterais e multilaterais, seminários, encontros empresariais, acadêmicos, etc.

Forma e estrutura

As minutas de discurso podem ser apresentadas em forma de tópicos ("*bullets*") ou de texto pronto para leitura, cabendo ao gabinete do ministro das Relações Exteriores definir a estrutura a ser empregada em cada ocasião. A extensão é variável e

deve ajustar-se ao tempo previsto para o pronunciamento. O texto deve ser redigido em fonte da família *Times*, tamanho 14, entrelinhas 1,5.

Exemplo de minuta de discurso

Minuta de discurso do senhor ministro de estado na abertura do seminário "40 anos do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil"

[nominata]

Em nome do governo brasileiro, tenho a satisfação de cumprimentar os ilustres convidados aqui presentes hoje.

Para mim, é uma grande honra receber a visita da [autoridade estrangeira] e abrir ao seu lado seminário alusivo aos 40 anos de reconhecimento brasileiro da independência angolana.

Sua presença, senhor ministro, é nova demonstração da importância das relações entre Brasil e Angola e expressão concreta de nossa parceria estratégica.

As ligações com o continente africano são conhecidas. Estamos unidos por profundos vínculos históricos, culturais e ampla rede de interesses comuns.

É cada vez maior a presença de cidadãos e de empresas brasileiras no continente africano, e em Angola em particular. Ali desenvolvemos alguns de nossos mais importantes projetos de cooperação, em setores estratégicos como biotecnologia, saúde pública, agricultura, educação e defesa.

Além disso, num plano mais global, estamos unidos na defesa da construção de uma ordem internacional mais justa, conformada a partir de instituições e normas que promovam a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Os laços históricos que unem Brasil e Angola nos impõem um destino comum: seguir trabalhando para fortalecer nossas relações e convertê-las em benefícios concretos para nossas populações.

Senhoras e senhores,

Este seminário é mais uma oportunidade para refletimos sobre o atual estado e o futuro das relações entre Angola e Brasil.

A data de 11 de novembro tem inegável valor histórico, não só para Angola, mas também para o Brasil. Celebramos o quadragésimo aniversário da independência de Angola e os quarenta anos das relações diplomáticas entre nossos países desde a independência.

Fomos o primeiro país a reconhecer Angola como estado independente e soberano, no mesmo dia de sua independência. Temos orgulho de ter dado esse passo corajoso à época, que explicitou o apoio do Brasil à autodeterminação das nações africanas e à superação definitiva das políticas colonialistas, num mundo marcado pelas clivagens ideológicas da Guerra Fria e pela disputa entre grandes potências por zonas de influência.

Nascia ali uma parceria destinada a ser privilegiada, cimentada por história, língua e cultura comuns. Desde aquele ano de 1975, as relações bilaterais têm-se fortalecido continuamente. A mais recente demonstração disso foi a elevação do ***status*** de nossas relações à categoria de parceria estratégica, em 2010.

Senhoras e senhores,

E uma grande satisfação abrir ao lado do meu colega [nome da autoridade] o seminário "40 anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil". Desejo a todos os participantes uma excelente sessão de trabalho e estou certo de que os resultados das discussões contribuirão para um melhor conhecimento recíproco e para um aprofundamento de nossas relações bilaterais.

Desejo a todos os participantes um profícuo dia de trabalho. Muito obrigado.

Nominata

Geralmente, os discursos exibem nominata - relação de autoridades e outras personalidades presentes a um evento, que são invocadas no início da leitura. A

nominata deve seguir a ordem hierárquica das pessoas a serem mencionadas (em geral, o auxílio do Cerimonial é de grande importância).

Exemplo retirado de discurso por ocasião do descerramento da placa comemorativa dos 40 anos da mudança do IRBr (Instituto Rio Branco) para Brasília e da primeira turma formada inteiramente na capital federal, em 1º de abril de 2016:

"Excelentíssimo senhor embaixador Horacio Sevilla Borja, embaixador do Equador no Brasil;

Senhor embaixador Roberto Abdenur, ex-secretário-geral das Relações Exteriores;

Senhor embaixador Gonzalo Salvador Holguín, embaixador do Equador em Berna;

Senhor embaixador Sérgio Bath, na pessoa de quem saúdo e evoco os demais diretores do Instituto aqui em Brasília, em especial os embaixadores Wladimir Murtinho e Lauro Escorel de Moraes, aos quais me sinto tão ligado;

Senhor diretor, interino, do Instituto Rio Branco;

Professora Sarah Walker;

Professor Padre José Carlos Brandi Aleixo;

Demais colegas, alunos do Rio Branco, amigos todos."

3.6.2. Discurso de brinde

Documento que contém sugestão de pronunciamento do presidente da República, do vice-presidente, do ministro das Relações Exteriores ou de embaixador em almoços ou jantares oferecidos. Trata-se de pronunciamento breve, com referências sucintas às relações bilaterais ou à reunião plurilateral ou multilateral.

Forma e estrutura

A minuta de discurso de brinde deve conter:

a) agradecimento ao anfitrião ou boas-vindas ao visitante;

b) conforme o caso, referência ao país ou autoridade visitante/visitado, bem como a algum aspecto da cultura do país;

c) aspectos genéricos do relacionamento bilateral – avanços e perspectivas – e da inserção internacional dos dois países;

e) questões da agenda de diálogo e coordenação sobre temas regionais e globais; e

e) fecho, com referência ao brinde – exceto nos casos de refeições oferecidas a ou por autoridades de países que têm restrições ao consumo de bebidas alcoólicas.

A minuta de discurso de brinde deve ter, idealmente, entre uma página e meia e duas páginas, em fonte da família *Times* de corpo 14, entrelinhas 1.

Exemplo de minuta de brinde

Minuta de brinde do senhor ministro de estado por ocasião de [incluir referência ao evento: *almoço, jantar, coquetel, etc.*] **oferecido a** [nome e cargo do visitante ou das delegações presentes]
[*Local, data*]

[NOMINATA]

Muito me alegra receber Vossa Excelência e sua delegação para que, uma vez mais, possamos celebrar os tradicionais laços de amizade, cooperação e parceria que unem o Brasil e [*nome do país*].

Sua visita coroa um ano marcado por diversos encontros bilaterais de alto nível [*mencionar os eventos*]. Eu mesmo realizei visita a [*nome do país e data da visita*], ocasião em que mantivemos reunião extremamente produtiva da qual tenho excelentes memórias.

É com satisfação que saúdo também os representantes das entidades e da comunidade empresarial [*mencionar nacionalidade*] que o acompanham. A presença dos senhores reflete o enorme potencial das relações econômicas entre o Brasil e [*nome do país*] e aponta muito concretamente para a ampliação dos negócios entre nossos países.

Senhor ministro,

A parceria estratégica entre o Brasil e [*nome do país*] está amparada em ricas e históricas ligações humanas. [mencionar aspectos do contato entre as sociedades e indivíduos ilustres dos dois países, como por exemplo correntes migratórias, projetos e iniciativas conjuntos, patrimônio artístico comum, eventos esportivos, fluxos turísticos, etc.]

O Brasil é um dos principais destinos dos investimentos produtivos de [*nome do país*]. Nos últimos cinco anos, [*mencionar dados sobre o investimento agregado, o número de empresas do país com filiais no Brasil, parcerias com empresas brasileiras, etc.*]. São inúmeras as oportunidades que se abrem para o investidor [*mencionar nacionalidade*], principalmente neste momento em que o Brasil lança nova etapa de modernização de sua infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Senhoras e senhores,

Na manhã de hoje, o ministro [*nome*] e eu tivemos a oportunidade de repassar as principais iniciativas de cooperação e parceria entre nossos países, bem como de tratar de temas das agendas regional e global.

Fico contente de constatar as perspectivas muito promissoras de aproximação bilateral nas mais diversas áreas, do comércio e dos investimentos à energia e à defesa, passando pela educação e pelo espaço exterior. Em nossa atuação internacional, sobressai a grande convergência entre o Brasil e [*nome do país*] na promoção de valores e metas comuns, como a paz, os direitos humanos, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global. Nossa coordenação em organismos internacionais, que já é significativa, pode ser ampliada e aprimorada.

Senhoras e senhores,

O encontro de hoje é mais um capítulo na longa história que une Brasil e [*nome do país*]. É com um espírito de celebração da amizade entre os nossos países que proponho um brinde a Vossa Excelência e à sua delegação.

Muito obrigado.

3.6.3. Intervenções em reuniões multilaterais

A consideração de um item da agenda de um organismo internacional costuma ser iniciada por meio de debate em reunião formal. Em geral, nenhuma delegação pode fazer mais do que um discurso no mesmo debate, excetuadas as intervenções para explicação de voto e direito de resposta.

Os discursos podem ser feitos em nome do Brasil ou em nome de grupos de estados membros, regionais ou políticos.

Os cinco grupos regionais (extraoficiais) das Nações Unidas são o Grupo da América Latina e Caribe (internacionalmente conhecido por GRULAC, sigla em inglês), o Grupo dos Estados Africanos, o Grupo dos Estados da Ásia e Pacífico, o Grupo da Europa Ocidental e Outros Estados (que inclui Austrália, Canadá, Israel e Nova Zelândia – em inglês, WEOG, The Western European and Others Group) e o Grupo dos Estados da Europa Oriental (em inglês, EEG, The Eastern European Group).

Os principais grupos políticos são: Grupo dos 77 e China (G77), Movimento dos Não Alinhados (NAM), União Europeia, União Africana, Comunidade do Caribe (Caricom), Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Liga dos Estados Árabes,

Organização da Conferência Islâmica (OIC), Fórum das Ilhas do Pacífico, Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS).

O debate de um item da agenda é informado por todos os documentos e relatórios solicitados e submetidos sob aquele item. Para cada item da agenda, podem ser submetidos vários relatórios. Os estados membros dirigem-se ao plenário de uma organização internacional mediante permissão do presidente ("*Chair*").

Forma e estrutura

O discurso se inicia com vocativo arrolando as autoridades presentes no debate, em ordem protocolar (v. nominata). A seguir, são proferidas mensagens introdutórias, que normalmente situam o discurso e ressaltam a importância do foro ou do assunto que é objeto de debate. Costuma-se também saudar o trabalho do presidente ("*Chair*"), com votos de êxito para a condução da reunião ou conferência.

Exemplo de intervenção em organismo multilateral

"Senhor Morgens Lykketof, presidente da Septuagésima Assembleia Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhores e senhoras chefes de estado, de governo e de delegações,

Senhoras e senhores,

É um privilégio poder dirigir-me à Assembleia Geral neste ano em que as Nações Unidas celebram seu septuagésimo aniversário. Minhas primeiras palavras, senhor presidente, são de congratulações por sua escolha para presidir esta Assembleia Geral. Reitero, em especial, o apoio do Brasil à sua disposição de adotar medidas que fortalecem a agenda de desenvolvimento da Organização. (...)"

Pode-se aproveitar o início do discurso para fazer referência a outras intervenções que tenham sido feitas anteriormente no mesmo debate. Em um segundo momento, apresenta-se o tema do debate e manifesta-se a posição do Brasil sobre a questão. Quando há diferentes temas, costuma-se utilizar o vocativo para marcar a transição. Ao final, o discurso é encerrado com um agradecimento.

Explicação de voto

Antes e depois da adoção de uma resolução ou decisão, os países-membros em geral podem explicar seu voto ou – no caso de adoção por consenso – a sua posição. Na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o principal patrocinador e os copatrocinadores de um projeto de resolução não podem fazer explicações de voto. Explicações de voto relativas a votações por parágrafo somente podem ser feitas após a adoção da resolução ou da decisão como um todo.

Uma explicação de voto geralmente se inicia com a apresentação do voto: a favor, abstenção ou contra. Nos casos em que o país se abstém ou vota contra, é comum que a explicação de voto apresente ressalva a uma situação que o país reconhece como preocupante.

O desenvolvimento da explicação de voto pode apresentar elementos como histórico, elogios e ressalvas. O histórico consiste na contextualização da atenção que o país tem dado ao tema: participação em conferências, resoluções anteriores, etc. Os elogios referem-se ao reconhecimento de aspectos positivos do processo de negociação da resolução, ou mesmo encorajamento a que novas iniciativas continuem a ser tomadas pelos países com relação ao tema. Ressalvas indicam aspectos que, na visão do país, deveriam ter sido observados na elaboração da resolução, bem como pontos do texto que poderiam ser aprimorados.

Por fim, são apresentadas as conclusões normativas, nas quais o país aponta elementos que devem nortear o tratamento da questão a partir da adoção da resolução, indicando aspectos em que deve haver continuidade ou mudança na situação tratada pela resolução.

Direito de resposta

A delegação de um país pode solicitar permissão para responder a uma declaração de outra delegação. O pedido é feito ao responsável pela lista de oradores, que notificará a presidência do órgão. Em geral, o direito de resposta também pode ser solicitado em reação a uma declaração feita no contexto de um direito de resposta ou de uma explicação de voto.

3.7. Outros documentos

3.7.1. Carta

Correspondência assinada, dirigida pelas chefias de unidades administrativas da Secretaria de Estado, ou de setores de postos, a entidades privadas ou cidadãos. Não é costume usá-la entre órgãos oficiais no Brasil, os quais, para essa finalidade, recorrem ao ofício. Trata de temas de interesse das respectivas unidades, especialmente daqueles temas que não possuam canal próprio de comunicação, como formulário ou meio eletrônico definido.

Forma e estrutura

Se tratar apenas de matéria simples, de breve notícia ou de cumprimentos, sua estrutura pode conter apenas dois parágrafos. Se tratar de tema complexo, a carta pode estender-se por vários parágrafos e sua estrutura obedecerá ao formato padrão, com parágrafo inicial introduzindo o tema, parágrafos subsequentes que o desenvolvem, e parágrafo final com conclusão ou fecho.

Modelo de carta

A Sua Excelência o Senhor

Fulano de Tal

Embaixador da República ____________________________________

Brasília, 14 de setembro de 2016

Senhor Embaixador,

Agradeço sua carta de 9 de setembro, pela qual me informa da presença da vice-ministra da Economia da____, senhora ______________________________________, entre as autoridades políticas e diplomáticas do seu país que participarão da conferência bilateral sobre tecnologia a se realizar nos próximos dias 21 e 22, nesta capital.

Concordo plenamente com a avaliação de Vossa Excelência de que a participação da vice-ministra, ao lado de outros altos representantes da chancelaria e do setor da defesa da _________________________, representa importante impulso para os objetivos de cooperação que animam esse encontro de alto nível, para os quais desejo estender-lhe todo o apoio do Ministério das Relações Exteriores.

Tenho a satisfação de comunicar-lhe que, para representar-me no encontro, designei o embaixador________________________________, diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos deste Ministério, cuja larga experiência no tema e na área de cooperação bilateral estou certo de que muito contribuirá para o êxito, já assegurado, dessa importante iniciativa.

Atenciosamente,

Beltrano de Tal

Ministro de Estado das Relações Exteriores

3.7.2. Correio eletrônico

Trata-se aqui do uso das caixas de correio eletrônico institucionais individuais. Contas pessoais – aquelas hospedadas em servidores particulares ou comerciais – não devem ser usadas em nenhum caso para tratar de assuntos de trabalho. Também não se tratará aqui das caixas coletivas, ligadas a unidades da Secretaria de Estado, a postos ou a setores de postos – que já foram objeto específico da seção "*3.1.4. Mensagens entre caixas coletivas*".

O correio eletrônico requer cuidados de segurança, especialmente ao abrir mensagens que contenham anexos ou *links*, que, se clicados, podem abrir e executar sem que o usuário perceba programas de captura de dados pessoais ou vírus.

De acordo com a política de segurança da informação do Itamaraty, é vedada a utilização do correio eletrônico institucional para tratar de assuntos pessoais sem relação com o trabalho. É expressamente vedado também o envio de mensagens não solicitadas (ofertas, pedidos, propaganda, correntes), sem função institucional.

É vedado, ainda, usar o correio eletrônico para receber de forma consentida, armazenar ou enviar mensagens com vírus, conteúdo ilegal ou que faça apologia a crime e conteúdo discriminatório (racial, religioso, sexual, etc.) ou de incitação à violência.

As boas práticas de segurança do serviço de correio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores (MRE) recomendam ao usuário:

- Não baixar nem abrir anexos em mensagens de origem desconhecida ou mesmo de usuários conhecidos que tenham caráter suspeito (não tenham sido previamente anunciados ou não estejam sendo esperados).
- Nunca baixar nem abrir qualquer anexo de *e-mail* que tenha como terminação as seguintes extensões, usuais de vírus e outros arquivos nocivos: .exe, .msi, .bat, .com, .cmd, .hta, .scr, .pif, .reg, .js, .vbs, .wsf, .cpl, .jar .zip, .rar, .7z, .docm, .xlsm, .pptm. Essa lista não é exaustiva.
- Não responder nem encaminhar a outros usuários mensagens de origem desconhecida ou que contenham anexos suspeitos; mensagens suspeitas devem ser encaminhadas apenas ao endereço spam@itamaraty.gov.br

- Nunca clicar em *links* de acesso a páginas de Internet em mensagens de correio recebidas de origem desconhecida, que podem iniciar a instalação de *softwares* maliciosos, direcionar o usuário para um sítio falso, capturar informações, senhas, etc.
- Nunca abrir ou executar arquivos anexados às mensagens recebidas pelo correio eletrônico sem antes verificar sua procedência; no caso de suspeita de irregularidade na mensagem, o usuário deve solicitar ajuda à Central de Atendimento.
- Nunca escrever sua senha de acesso em qualquer aplicativo ou sítio que não seja com absoluta certeza os já conhecidos sítios institucionais tradicionais do MRE.
- Nunca escrever sua senha de acesso em qualquer mensagem de correio eletrônico ou em um aparelho de telefone celular.

Além dessas medidas relacionadas à segurança, há recomendações de caráter geral, voltadas para as rotinas de trabalho do Ministério das Relações Exteriores, que devem ser observadas por todos os usuários do correio eletrônico institucional.

Os servidores devem, por exemplo, sempre que possível, salvar documentos digitalizados em pastas individuais ou coletivas da rede interna do Ministério, evitando a opção de envio desses documentos por correio eletrônico.

Instruções e normas sobre gestão de contas e senhas jamais são transmitidas por correio eletrônico. Qualquer e-mail recebido que solicite sua senha ou dê instruções a respeito será certamente uma mensagem fraudulenta.

Recomenda-se que o acesso ao correio eletrônico fora do ambiente de trabalho seja feito por meio de telefone celular ou *tablet* – em geral menos suscetíveis a ataques virtuais que computadores.

Usuários que acessem o correio eletrônico institucional ou a rede interna em computadores pessoais domésticos ou em viagens devem dispor de antivírus ativo em seus equipamentos. Caso não seja possível manter nível de segurança comparável ao que protege os computadores do Ministério ou dos postos, recomenda-se a não utilização dos sistemas e do correio eletrônico institucionais em computadores pessoais.

Sempre que for necessário enviar um *e-mail* a mais de 15 destinatários, os endereços de todos os destinatários devem ser colocados em cópia oculta (no campo

“CCO:” ou, em inglês, “*BCC:*”), e o remetente colocará o seu próprio endereço como único destinatário visível (no campo “Para:”/”*To:*”).

Caso necessário enviar uma mesma mensagem a mais de 100 destinatários, devem ser examinadas formas alternativas de difundir as informações, como a divulgação dessas em página na Internet ou em mídias sociais. Se for absolutamente necessário o envio por *e-mail*, ressalta-se a obrigatoriedade de ocultar os endereços de todos os destinatários, que deverão ser colocados em cópia oculta (no campo “CCO:” /”*BCC:*”), e o remetente deverá colocar o seu próprio endereço como único destinatário (no campo “Para:”/”*To:*”).

Deve-se prestar muita atenção e proceder com cautela antes de qualquer encaminhamento de *e-mails*, pois, ao encaminhar uma mensagem, pode-se inadvertidamente estar dando conhecimento das comunicações anteriormente trocadas com ou por outros usuários, que se encontrem no corpo da sequência encaminhadas, a terceiros, aos quais as mensagens em apreço não haviam sido conscientemente destinadas.

Deve sempre ter-se em mente que o que se escreve num *e-mail* pode ser reproduzido ao infinito e em velocidade espantosa. Devem-se sempre considerar os efeitos da sempre possível divulgação indesejada, integralmente ou em parte, de tudo aquilo que se envie por *e-mail*.

É recomendável configurar para incluir automaticamente em todas as mensagens enviadas assinatura com o nome do remente, o cargo que ocupa e a unidade em que está lotado, no caso das contas individuais (ou o nome oficial da unidade, seguida das unidades a que está subordinado, no caso das contas coletivas), seguidos de endereço e telefone.

Exemplo de assinatura para *e-mail* institucional

Anelise da Silva Segunda-Secretária Assessora da Chefe da Divisão de Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores Brasília - DF - 70170-900 Tel.: (+55) (61) 2030-0000

3.7.3. Uso de mídias digitais

Mídias sociais abrangem as plataformas eletrônicas que permitem acesso a informações oficiais do Ministério das Relações Exteriores e, em alguns casos, interação entre o Ministério e o público. No portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, encontram-se textos oficiais cuja divulgação é de interesse para a política externa brasileira. Atualmente, o Ministério das Relações Exteriores tem conta oficial no Facebook e no Twitter para divulgação de temas da política externa brasileira e interação com o público.

Forma e estrutura

Os textos oficiais divulgados tanto no portal do Ministério das Relações Exteriores como nas contas mencionadas devem ser concisos e diretos, muitas vezes inspirados no modelo das *notas à imprensa* (v.).

Tramitação

Embora a elaboração do conteúdo desses textos possa estar a cargo de qualquer unidade da SERE, sua forma final e a autorização para publicação competem institucionalmente à Assessoria de Imprensa do Gabinete (AIG).

4. Protocolo e arquivo

4.1. Protocolo de expedientes produzidos pela Secretaria de Estado

O protocolo consiste no registro oficial, por meio da devida numeração, dos documentos destinados às diversas unidades do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, produzidos pela SERE, pelos postos ou por interlocutores externos.

No caso dos expedientes produzidos pela SERE, o protocolo varia segundo a natureza telegráfica ou não telegráfica do documento:

- Expedientes telegráficos: os despachos telegráficos, as circulares telegráficas e as mensagens oficiais são protocoladas eletronicamente pelo próprio programa em que são elaboradas. No caso dos despachos telegráficos e mensagens oficiais, o programa lhes atribui numeração própria sequencial, conforme o destinatário (posto no exterior, no caso dos despachos telegráficos, e entidades no Brasil ou no Exterior, no caso das mensagens oficiais), compondo séries de periodicidade anual. No caso das circulares telegráficas, o programa lhes atribui numeração sequencial única, sem levar em conta destinatários e compondo uma única série histórica e não séries anuais. As séries dos expedientes telegráficos devem manter-se íntegras, sem lacunas ou repetições, cabendo à Seção de Controle de Série da DCA zelar por tal integridade.

- Expedientes não telegráficos: o aviso, nota verbal, oficio, despacho, circular postal, nota circular e texto de serviço são protocolados por meio da Carteira de Saída da DCA, responsável por dar-lhes numeração e distribui-los. Essa unidade também recebe as cartas, que não são numeradas, mas apenas registradas para efeitos de arquivo e depois encaminhadas à expedição postal. O fax oficial (em vias de extinção, e cujo uso só é autorizado em casos em que seja impossível o envio de mensagem de correio eletrônico oficial) é protocolado pela Seção de Transmissão e Recepção da DCA, que lhe atribui número. Os demais expedientes não telegráficos – por exemplo, os memorandos – são numerados nas suas unidades de origem, que se encarregam também de distribuí-los. Assim como os expedientes telegráficos, os não telegráficos compõem séries anuais por destinatário, que devem ser íntegras (sem lacunas e duplicidades). O controle da integridade das séries é feito pela própria Carteira de Saída.

4.2. Protocolo de expedientes produzidos fora da Secretaria de Estado

Os postos e as unidades descentralizadas no Brasil têm autonomia para numerar os expedientes não telegráficos que produzem, bem como para dar-lhes saída, encaminhando-os aos destinatários pertinentes. Assim como na SERE, esses documentos devem compor séries anuais, sem lacunas ou repetições na numeração.

No caso dos telegramas, único expediente telegráfico produzido pelos postos e pelas unidades descentralizadas, a numeração é feita eletronicamente, por meio do sistema apropriado, a exemplo do que ocorre com os documentos de natureza similar produzidos na SERE.

No caso de expedientes de autoria de interlocutores externos, estes são protocolados na Carteira de Entrada da DCA. Nesse caso, o protocolo consiste na atribuição da classificação e da distribuição do documento com base no assunto de que tratem, uma vez que já chegam numerados pelas entidades que os remetem.

4.3. Arquivamento de expedientes

Os arquivos centrais do Ministério das Relações Exteriores encontram-se no Rio de Janeiro e em Brasília:

- O Arquivo Histórico do Itamaraty guarda documentos históricos, produzidos entre 1808 e 1958. Encontra-se fisicamente no antigo Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Está sob a gestão direta do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro;
- O Arquivo Histórico da Secretaria de Estado situa-se no Anexo II do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. Guarda documentos históricos produzidos a partir de 1959. Aqueles com cinco anos ou menos de idade (os chamados "documentos recentes") ficam no arquivo de originais da Divisão de Comunicações e

Arquivo (DCA); os demais são guardados no Arquivo Histórico da Secretaria de Estado, sob gestão direta da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO).

São guardados nos arquivos centrais os seguintes expedientes, em caráter permanente:

- Séries telegráficas dos postos, incluindo os telegramas e despachos telegráficos, até o ano de 2011, quando as séries passaram a ter natureza exclusivamente digital;
- Originais de notas verbais expedidas e recebidas, que são periodicamente encaminhadas pelos postos;
- Originais de memorandos, ofícios, avisos, cartas, exposições de motivos, notas assinadas, informações, despachos e outros documentos oficiais;
- Originais ou cópias de outras espécies documentais que possam ser igualmente de interesse para a preservação da memória institucional do MRE, tais como pastas contendo cartas ou faxes trocados com autoridades, particulares, relatórios, atas de reuniões, pontos de conversação, atos, tratados, acordos;
- Pastas que formem maços de assunto com documentação de qualquer natureza sobre temas de responsabilidade de uma dada unidade;
- Outros gêneros documentais que registrem relações políticas, culturais ou de cooperação técnica do Brasil, tais como material cartográfico, iconográfico, arquitetônico, audiovisual, fonográfico, eletrônico ou impresso;
- É altamente recomendável transcrever em telegramas, circulares telegráficas ou despachos telegráficos ostensivos documentos (notas, pró-memórias, etc.) entregues em gestões ou enviados por via postal, de forma a garantir a sua preservação na memória da série telegráfica, uma das formas mais seguras atualmente de preservar a memória escrita do Itamaraty.

4.4. Eliminação de documentos

Cópias de expedientes com 10 anos ou mais de idade que eventualmente tenham ficado nos postos ou outras unidades da SERE, mas cujos originais já estejam

arquivados nos arquivos centrais, podem ser eliminados, mediante autorização expressa da CDO.

Os seguintes documentos, porém, não são do interesse dos Arquivos Centrais e podem ser eliminados sem necessidade de obtenção de autorização expressa:

- GMDs, a qualquer tempo;
- Minimemos, a qualquer tempo;
- Boletins de Serviço e Boletins Diários, a qualquer tempo;
- Impressos de correios eletrônicos e material extraído da Intratec (formulários, listas, currículos profissionais, etc.), a qualquer tempo;
- Listas de antiguidade, relações de servidores lotados no exterior e listas de ramais, a qualquer tempo;
- A correspondência não originária da Secretaria de Estado que, por sua natureza e valor temporário, não mereça ser mantida sob custódia permanente, tais como: pedido e recebimento de publicações, selos, fotografias, etc.; agradecimentos e felicitações; convites, comunicações de posses ou realização de eventos; outros assuntos de natureza similar;
- Os textos de serviço, notas de serviço e as instruções de serviço cujo conteúdo não mais tenha relevância para o trabalho;
- Circulares telegráficas e circulares postais que não tenham caráter normativo e não apresentem interesse para consulta local;
- Expedientes de outros postos (recebidos via retransmissão), a qualquer tempo.

4.5. Documentos sob a guarda dos postos

Há casos particulares de documentos que ficam sob a guarda dos postos, e não dos arquivos centrais:

- Livros de atos do registro civil e de atos notariais (nascimentos, casamentos, óbitos, procurações, registros de títulos, etc.) têm como destinação final a

guarda permanente nos postos, não podendo, portanto, ser eliminados em tempo algum;

- Inventários de bens móveis e imóveis não poderão ser destruídos e devem ficar sob a guarda permanente dos postos; e
- Documentação contábil (relativa à prestação de contas ou tomada de contas de contratos firmados por órgãos federais): devem ser guardados por no mínimo vinte anos e a eliminação requer autorização expressa da Secretaria de Controle Interno.

5. Atos internacionais

É variada a denominação dos atos internacionais, considerando-se, por um lado, a coexistência de diferentes tradições diplomáticas e, por outro, a liberdade de que gozam os países para expressar seu consentimento no plano internacional. Em que pese essa variedade, a denominação escolhida não determina o conteúdo normativo do ato internacional. A Constituição Federal refere-se indistintamente a tratados, acordos ou atos internacionais.

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, da qual o Brasil é parte, considera ser um tratado qualquer acordo internacional concluído por escrito entre países e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica. Essa Convenção é referência obrigatória para o Serviço Exterior Brasileiro no tratamento de questões relacionadas a atos internacionais.

A prática diplomática brasileira tende a estabelecer certa diferenciação terminológica – não taxativa – entre os diversos tipos de atos internacionais, em função de seu teor e do grau de solenidade que se lhes quer atribuir. As denominações mais comuns são: tratado, acordo, convenção, convênio, ajuste ou acordo complementar, memorando de entendimento e protocolo.

Tratado e acordo são termos relativamente intercambiáveis e referem-se a atos bilaterais e multilaterais aos quais, na prática brasileira, se deseja atribuir especial relevância e solenidade. O termo “Acordo” é o empregado nas variantes acordo-quadro e acordo básico, que designam atos internacionais destinados a servir de fundamento jurídico para instrumentos posteriores.

Os termos convenção e convênio costumeiramente designam atos de caráter multilateral oriundos de conferências internacionais e versam sobre assuntos de interesse geral.

Ajuste ou acordo complementar são termos utilizados para atos que dão execução, regulamentam ou detalham outro acordo – em geral um acordo-quadro ou acordo básico, devidamente concluído e em vigor.

Memorando de entendimento designa ato de forma bastante simplificada destinado a registrar princípios gerais que orientarão as relações entre as partes, em particular nos planos político, econômico, cultural, científico e educacional, bem como definir linhas de ação e áreas de cooperação. Em geral, a nomenclatura “memorando de entendimento” é usada para atos que prescindam de aprovação congressual e que possam entrar em vigor na data de sua assinatura.

Protocolo é termo que tem sido usado nas mais diversas acepções, tanto no âmbito bilateral quanto no multilateral. Pode ser empregado como sinônimo de convenção, ou ainda para denominar instrumento complementar a um ato internacional anterior.

5.1. Forma dos atos internacionais adotados em instrumento único

O texto de um ato internacional deve conter título, preâmbulo, cláusulas substantivas, cláusulas finais e fecho.

Título

O título deve mencionar o tema do ato internacional, ainda que sucintamente. No caso de ato bilateral, deve conter o nome das partes signatárias. Em se tratando de ato complementar, seu título deve fazer referência ao ato a que está vinculado.

É preferível que se expresse no título e em todas as demais seções do acordo – preâmbulo, campo de assinaturas, corpo do texto – que as partes signatárias do ato são os estados (por exemplo, "*Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino [...]*"), e não os governos ("*Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino [...]*"), uma vez que todo ato internacional obriga o estado brasileiro, pessoa jurídica de direito internacional público, e não apenas o governo.

Preâmbulo

É redigido na forma de uma longa sentença introdutória que visa a contextualizar o ato internacional, indicando os fundamentos, de natureza jurídica ou não, bem como as circunstâncias que motivaram as partes a celebrá-lo. Embora não tenham natureza prescritiva, os enunciados do preâmbulo podem auxiliar na interpretação dos artigos do ato internacional.

O preâmbulo inicia-se pela identificação das partes signatárias (sujeitos da sentença), prossegue com a exposição dos motivos e fundamentos, redigidos na forma de orações subordinadas no gerúndio, separadas por ponto e vírgula, e termina com a oração principal "*acordam o seguinte*" ou "*chegaram ao seguinte entendimento*".

No caso de ajustes complementares, emendas ou congêneres, é obrigatório que seus preâmbulos citem expressamente o ato de maior hierarquia em que se fundamentam.

Cláusulas substantivas

São o registro, sob a forma de artigos apresentados em ordem numérica, dos enunciados prescritivos nos quais se inscrevem os compromissos das partes. A redação das cláusulas substantivas varia conforme a matéria a ser regulada e o grau de especificidade que se quer atingir no que tange aos direitos e às obrigações das partes. A primeira cláusula substantiva do ato costuma ser a que define seu objeto, seguida de cláusula de definições (não essencial, mas recomendável, caso as partes queiram restringir o sentido de certos termos).

Cláusulas finais

São cláusulas processuais, que contêm disposições sobre entrada em vigor, período de vigência, procedimentos para emenda ou modificação, meios de solução de controvérsias, regras de interpretação, suspensão de execução e denúncia do ato (bem como suas consequências). No caso de atos multilaterais, suas cláusulas finais devem contemplar também disposições sobre o depositário (sua indicação e funções), admissibilidade de reservas, período em que o ato estará aberto para assinatura, adesão, retirada e extinção.

Haja vista sua excepcionalidade (isto é, sua natureza autorreferencial), cláusulas finais começam a produzir efeitos tão logo o ato seja assinado, ainda que o momento da assinatura não coincida com o da entrada em vigor do ato.

Fecho de ato internacional

O fecho de um ato internacional contém a indicação da cidade e da data de celebração do ato, informa o número de originais (um para cada parte, para atos bilaterais e trilaterais, e somente um, para atos multilaterais) e os idiomas em que foi redigido. Costuma-se indicar que todos os textos, em seus respectivos idiomas, são igualmente autênticos, e, na hipótese de o ato ser assinado em mais de dois idiomas, atribui-se prevalência ao idioma de negociação, em caso de divergência de interpretação.

Alguns países incluem parágrafo adicional atestando que os signatários foram autorizados por seus respectivos governos a assinar o ato e o assinaram de boa-fé. Essa fórmula é dispensável na prática brasileira, mas não proibida.

5.2. Atos internacionais adotados por troca de notas (notas reversais)

Modalidade não presencial de celebração de acordos, que se perfaz pelo envio de uma nota assinada, em que uma das partes propõe os termos do acordo, e pelo recebimento da Nota Assinada de resposta, em que a outra parte aceita os termos propostos. Em geral, trata de assuntos de natureza administrativa, podendo ainda emendar ou interpretar cláusulas de atos já concluídos. *Mutatis mutandis*, a estrutura de seu texto é similar à dos atos internacionais adotados em instrumento único, especialmente no que tange a cláusulas substantivas e finais. Nas trocas de notas, contudo, o texto substantivo é incorporado ao texto de uma nota diplomática assinada (v.), e conclui com os dizeres "Caso os termos acima sejam aceitos pelo governo de Vossa Excelência, sua resposta, em termos idênticos à presente nota, constituirá acordo entre os dois governos". A nota de resposta necessariamente acusa recebimento da nota inicial, transcreve-a e declara que o governo do signatário aceita os termos propostos, passando as duas notas a constituir acordo entre os dois governos (podem- se acrescentar indicações relativas a prazo e forma de entrada em vigor, etc.).

5.3. Convênios interinstitucionais

Independentemente de sua denominação formal, são convênios interinstitucionais os atos negociados e celebrados exclusivamente entre ministérios, agências governamentais e outras entidades públicas e suas contrapartes estrangeiras. Não são atos internacionais de pleno direito, porquanto celebrados entre entidades que não são sujeitos de direito internacional público. Por conseguinte, a República Federativa do Brasil não pode jamais constar como parte nesses atos nem como sujeito de obrigações estabelecidas em suas cláusulas.

5.4. Carta de ratificação (ou de adesão, de aceitação, de aprovação)

Documento por meio do qual o país manifesta definitivamente, no plano internacional, o seu consentimento em obrigar-se por um ato internacional. É firmado pelo chefe de estado e referendado pelo ministro das Relações Exteriores. Sua preparação sempre fica a cargo da Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty.

5.5. Tramitação dos atos internacionais

Antes da assinatura

A assinatura de um ato internacional é sempre precedida por sua negociação. No caso do Itamaraty, as negociações de acordos internacionais são competência da divisão temática responsável. A divisão específica do Itamaraty negocia o conteúdo da minuta do ato com a contraparte estrangeira, fazendo as consultas necessárias com outras áreas do Ministério e, se for o caso, com outros órgãos do governo e da sociedade brasileiros. É importante deixar o máximo de registros sobre essas negociações, inclusive as listas de presença das reuniões internas do MRE e do governo brasileiro e das reuniões de negociação.

Uma vez que as negociações estejam concluídas quanto a seus aspectos substantivos, a divisão temática envia à Divisão de Atos Internacionais (DAI) o texto proposto, em versão editável eletrônica. De sua parte, a DAI procede então à análise dos aspectos formais do texto, fazendo eventuais sugestões para adequá-lo à prática brasileira. A divisão temática deverá ter deixado claro à parte estrangeira, portanto, que, nessa fase, as negociações ainda não estão encerradas, pois o texto ainda está sujeito a eventuais modificações, para adequar-se às ponderações da Divisão de Atos Internacionais ou da Consultoria Jurídica (CONJUR) do MRE.

A divisão temática tem a responsabilidade de providenciar e revisar, inclusive do ponto de vista gramatical, as traduções necessárias para a preparação das versões em que o ato será assinado.

Após adequar a minuta do ato às sugestões formais da DAI, a divisão temática submete o documento à consideração da CONJUR, que procederá à análise dos aspectos jurídicos do texto, especialmente no tocante à sua legalidade e constitucionalidade. A consulta à CONJUR deve ser encaminhada por memorando a ser despachado pela Secretaria-Geral.

A consulta à DAI deve preferencialmente ser feita antes da apreciação do texto pela CONJUR, para que o documento a ser examinado por esta última já contenha eventuais sugestões da DAI. Caso a data prevista para a assinatura do ato esteja muito próxima, a divisão temática poderá, em caráter excepcional, solicitar simultaneamente

a análise do texto pela DAI e pela CONJUR, hipótese em que deverá fazer a necessária coordenação entre essas.

Após adequar a minuta do ato às recomendações feitas pela CONJUR, a divisão temática reenvia o texto à DAI, em versão eletrônica editável, com a solicitação de que o texto seja formatado e impresso para assinatura.

A DAI formata os textos, imprime os originais em todos os idiomas (conforme as traduções providenciadas pela divisão temática) e participa do processo de assinatura do ato.

Após a assinatura

Embora um ato internacional só entre em pleno vigor após sua ratificação e entrada em vigor de acordo com o estipulado em suas cláusulas, a mera assinatura do ato já engaja o estado signatário, que, nos termos da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, passa a ser, a partir do momento da assinatura, "obrigado a abster-se da prática de atos que frustrariam o objeto e a finalidade" do ato em questão. Assim, um ato só deve ser assinado após ter seu texto sido examinado e aprovado internamente com relação a todas as suas implicações (obrigações, especialmente financeiras, direitos, etc.).

Assinado o ato, a DAI o registra em seus arquivos físicos, criando o respectivo "maço do ato", e envia os originais, por minimemo, ao Arquivo Histórico. A DAI registra o ato igualmente no sistema eletrônico de consulta e acompanhamento de atos internacionais disponível na rede interna.

Para atos de publicação direta, que prescindem de apreciação parlamentar, a DAI formata o texto para publicação no *Diário oficial da União* (DOU) e, após colher a rubrica das divisões interessadas no tema, transmite o texto à Imprensa Nacional, para sua publicação no DOU.

Para atos que demandem aprovação parlamentar e posterior ratificação e promulgação, a DAI envia, por correio eletrônico, solicitação para que a divisão temática, em coordenação com outras unidades ou órgãos envolvidos na negociação do ato, prepare minuta de exposição de motivos à Presidência da República (EMI) e minuta de mensagem da Presidência da República ao Congresso Nacional (MC).

A divisão temática envia, então, à DAI, por correio eletrônico, minutas de EMI e de MC, em formato eletrônico editável. A DAI formata essas minutas e as circula entre as áreas competentes da SERE, para colher rubricas. Quando as minutas retornam rubricadas à DAI, esta prepara memorando ao Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ), solicitando parecer da Consultoria Jurídica sobre as minutas de EMI e de MC. Caso aprovado, esse memorando segue à Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), para despacho e remessa à Secretaria-Geral, a qual o envia à Consultoria Jurídica.

Ao concluir seu parecer, a Consultoria Jurídica devolve as minutas de EMI e de MC à Secretaria-Geral, para que o secretário-geral rubrique as minutas de EMI e de MC, e as devolva à SGEB, que as remete então ao DIJ, e este à DAI.

De posse das minutas de EMI e de MC autorizadas pelo secretário-geral, acompanhadas da íntegra do parecer da Consultoria Jurídica, a DAI prepara o chamado "conjunto Congresso" – composto por quatro cópias autenticadas do ato, cópia do parecer da CONJUR, cópias das minutas da EMI e da MC devidamente rubricadas e autorizadas, e originais da EMI e da MC – e o envia diretamente ao protocolo do gabinete do ministro das Relações Exteriores, juntamente com as cópias eletrônicas correspondentes (obrigatoriamente arquivos de texto em formato editável), com exceção de cópia eletrônica do parecer da CONJUR, que é enviada pela própria CONJUR.

No gabinete, o ministro das Relações Exteriores assina a EMI e dá instruções para que todos os arquivos eletrônicos do expediente sejam inseridos no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais (SIDOF), para que o processo seja encaminhado eletronicamente aos ministérios coautores da EMI, nos quais serão colhidas as assinaturas eletrônicas dos titulares das pastas. Se não se tratar de exposição de motivos interministerial, o processo é enviado pelo MRE diretamente à Casa Civil da Presidência da República.

Uma vez na Casa Civil, após exame, a MC é assinada pelo presidente da República e encaminhada ao Congresso, junto com todos os demais documentos que compõem o processo.

Após a aprovação parlamentar

Uma vez publicado no *Diário oficial da União* o decreto legislativo que aprova o ato internacional, a DAI retoma o acompanhamento dos procedimentos e dá início ao procedimento de ratificação do ato. O poder executivo tem a prerrogativa de decidir se ratifica ou não o ato.

Caso se decida pela ratificação, o MRE, após consultas internas, promove a ratificação do ato junto à contraparte ou ao depositário. Dependendo da modalidade prevista para a entrada em vigor do ato, a ratificação poder-se-á dar por notificação da embaixada brasileira pertinente, que, instruída por despacho telegráfico de Brasília, enviará nota à chancelaria local; ou por meio de cerimônia de troca de instrumentos de ratificação.

Se o artigo do acordo que versa sobre sua entrada em vigor prevê a troca de instrumentos de ratificação, o instrumento de ratificação brasileiro é minutado pela DAI, que então o envia diretamente para a rubrica do ministro das Relações Exteriores. Colhida a rubrica, no instrumento de ratificação, este é enviado à Presidência da República, para que seja colhida a assinatura do presidente da República.

Uma vez assinado pelo chefe de estado, o instrumento de ratificação é devolvido pela Presidência da República ao gabinete do ministro das Relações Exteriores, que o encaminha à DAI. Esta, por fim, agenda a cerimônia de troca de instrumentos de ratificação ou envia o instrumento à divisão temática competente, para que esta o encaminhe, por mala diplomática, ao posto que se responsabilizará pela cerimônia de troca dos instrumentos ou do depósito do instrumento, no caso de ato multilateral.

Entrada em vigor do ato

Uma vez que as partes tenham informado do cumprimento dos procedimentos internos necessários à entrada em vigor do ato, começa-se a contar o prazo para sua vigência no plano internacional. O número de dias a ser contados entre a notificação da última das partes e a entrada em vigor no plano internacional será o estabelecido na cláusula de entrada em vigor do próprio texto do ato.

Estando o ato na iminência de entrar em vigência no plano internacional, a DAI prepara minutas de EMI e de decreto de promulgação e as circula entre as áreas competentes da SERE, para coleta de rubricas. Após o regresso das minutas (devidamente rubricadas) à DAI, esta prepara memorando ao DIJ, solicitando parecer da CONJUR sobre as minutas de EMI e de decreto.

O memorando enviado ao DIJ, caso deferido, segue à SGEB, para despacho de remessa à Secretaria-Geral, a qual o encaminha à CONJUR, com pedido de parecer. Ao concluir seu parecer, a CONJUR devolve o expediente das minutas de EMI e de decreto à Secretaria-Geral, para que o secretário-geral as rubrique e as devolva à SGEB, que devolve os documentos ao DIJ, e este à DAI.

De posse das minutas de EMI e de decreto autorizadas pelo secretário-geral, acompanhadas da íntegra do parecer jurídico, a DAI prepara conjunto composto por cópia do ato, cópia do parecer jurídico, cópias das minutas da EMI e do decreto de promulgação devidamente rubricadas e autorizadas e originais da EMI e do decreto de promulgação. O conjunto de documentos é enviado diretamente ao protocolo do gabinete do ministro das Relações Exteriores, juntamente com as cópias eletrônicas correspondentes (em arquivos de texto editáveis), com exceção de cópia eletrônica do parecer da CONJUR, que é enviada por ela própria.

No gabinete, o ministro das Relações Exteriores assina a EMI e dá instruções para que todos os arquivos eletrônicos do expediente sejam inseridos no SIDOF, para que o processo seja remetido eletronicamente aos ministérios coautores da EMI, nos quais serão colhidas as assinaturas eletrônicas dos titulares das pastas. Se não se tratar de exposição de motivos interministerial, o processo é enviado pelo Itamaraty diretamente à Casa Civil da Presidência da República.

Uma vez na Presidência da República, o texto do acordo já aprovado pelo Congresso é submetido a nova análise pela Casa Civil. Decreto de promulgação do ato é assinado pelo presidente da República. A seguir, a publicação do decreto de promulgação no *Diário oficial da União* é providenciada pela própria Presidência da República. Encerra-se, assim, o processo de incorporação do ato ao ordenamento jurídico brasileiro. A data de publicação do decreto de promulgação será considerada a data de "entrada em vigor interna", a não ser que haja, no texto da publicação, observação em contrário.

O Itamaraty está envidando esforços para simplificar o procedimento, de forma a fazer coincidir a data da entrada em vigor internacional (que juridicamente passa a gerar obrigações e direitos ao abrigo do ato em questão) e a data da entrada em vigor no plano interno (a partir da qual as autoridades brasileiras estão obrigadas ou amparadas a cumprir as obrigações ou observar os direitos ao abrigo do ato em questão). Na visão do Itamaraty, não há obrigação constitucional, legal ou ao amparo da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (esta, aliás, proíbe usar argumentos de direito interno para descumprir um tratado internacional) para fazer a distinção entre as duas entradas em vigor. O que se exige apenas é dar publicidade à entrada em vigor e ao texto do ato.

5.6. Resolução de organismo internacional

Documento adotado ao final dos debates dos itens da agenda de um organismo internacional. As resoluções refletem as visões dos países-membros e têm a finalidade de demonstrar o grau de acordo intergovernamental, a evolução das ideias políticas e o estado de cooperação global sobre determinado tema, bem como fornecer recomendações políticas, estabelecer mandatos e decidir sobre questões orçamentárias. Podem versar sobre os mais variados temas da agenda internacional.

Formato e estrutura

As resoluções relacionam-se a um item da agenda, contêm um título e recebem um número específico. Constituem-se de parágrafos preambulares, seguidos de parágrafos operativos. Os primeiros listam resoluções pertinentes ao tema e aludem ao contexto geral, empregando, em geral, verbos no gerúndio; seus parágrafos não são numerados. A parte operativa trata de aspectos substantivos. Seus parágrafos, numerados, podem demandar ações do Secretariado ou de órgãos subsidiários, bem como convidar, instar ou encorajar países-membros a adotar determinada medida.

Tramitação

O processo de adoção de uma resolução é iniciado com a elaboração de um texto, seguido da tabulação (apresentação) de um projeto de resolução ("*draft resolution*" na nomenclatura usual em inglês) e votação.

A maior parte dos projetos de resolução são inicialmente escritos por um estado membro ("patrocinador" da resolução, ou "patrocinador principal", quando há mais de um). Mediante solicitação, o Secretariado do organismo pode auxiliar os países-membros no processo de elaboração.

Como as resoluções recorrentes (adotadas anualmente ou em anos sucessivos sob o mesmo item da agenda) contêm apenas algumas alterações de um ano para o outro, recomenda-se que os patrocinadores destaquem as partes do texto que diferem das resoluções anteriores.

A convite do patrocinador principal, os países-membros podem expressar formalmente seu apoio a um projeto de resolução por meio do copatrocínio. Os copatrocinadores aparecem listados no texto de um projeto de resolução (desde que manifestem sua intenção de copatrocínio antes da tabulação). A lista dos copatrocinadores é incluída no relato integral da reunião de adoção, mas não faz parte da versão final da resolução publicada.

A *tabulação* de um projeto de resolução é a denominação técnica da submissão formal de uma minuta de projeto de resolução pelo estado membro ao organismo. Um projeto de resolução deve ser apresentado sob um item específico da agenda (preferencialmente antes de ter início o debate sobre o respectivo item). Uma vez tabulado, o texto é formatado pelo Secretariado do organismo, tornando-se documento oficial.

Consideração e adoção

Após tabulado, o projeto de resolução é considerado pelo órgão político que o adotará. Uma convenção informal (conhecida como "regra das 24 horas") recomenda que um projeto de resolução deve ser circulado a todos os países-membros ao menos um dia antes de ser considerado.

Na reunião oficial em que o projeto for debatido, o patrocinador apresenta o texto, resumindo seus principais pontos e objetivos. A reunião poderá adotar a resolução ou adiar a decisão a respeito, caso haja necessidade de negociações adicionais.

O projeto de resolução pode ser adotado por consenso ou voto. No caso da Assembleia Geral da ONU, as decisões podem ser por maioria simples ou qualificada (dois terços) dos membros presentes e votantes. Os países-membros que não forem patrocinadores do projeto de resolução podem apresentar explicação de voto.

Emendas a um projeto de resolução já tabulado podem ser formalmente submetidas até o dia anterior da sua consideração, ou podem ser apresentadas oralmente, na plenária, se nenhum estado membro objetar.

Uma vez adotada, a resolução será distribuída como documento formal, nos idiomas oficiais da organização.

Negociação e consultas

Antes da adoção do projeto de resolução, há vários tipos de consultas que podem ser realizadas entre os estados membros, os quais podem ser classificadas em três modelos principais:

a) Negociações antes da tabulação do projeto: o patrocinador principal consulta os estados membros e realiza negociações informais antes de tabular "a melhor versão possível". Esse encaminhamento, se bem-sucedido, costuma permitir a adoção imediata da resolução quando introduzida.

b) Negociações após a tabulação do projeto: as negociações informais iniciam-se após a apresentação do texto, coordenadas seja pelo patrocinador principal, seja por facilitador designado pelo presidente ou coordenador do órgão político. Se houver consenso, o texto negociado substitui o projeto original. Em caso negativo, o patrocinador pode ainda assim requisitar decisão a respeito do texto, que então é submetido a voto, em geral acompanhado de propostas de emendas.

(Na maior parte dos casos, o que de fato ocorre é uma combinação dos dois modelos acima.)

c) Consultas lideradas pelo presidente ou coordenador do órgão político: resoluções podem conferir mandato ao presidente do órgão político para que lidere consultas sobre determinados temas. Em geral, são nomeados facilitadores para auxiliar no processo. Caso haja consenso, o presidente tabula o projeto de resolução; se não houver, costuma-se adotar decisão processual, em geral requisitando consultas adicionais.

United Nations A/RES/69/320

General Assembly

Distr.: General
14 September 2015

Sixty-ninth session
Agenda item 120

Resolution adopted by the General Assembly

[without reference to a Main Committee (A/69/L.87/Rev.1 and Add.1)]

69/320. Raising the flags of non-member observer states at the United Nations

The General Assembly,

Guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations,

Bearing in mind the Preamble to the Charter and the reaffirmation of faith in the equal rights of men and women and of nations large and small,

Noting the participation of non-member observer States that maintain permanent observer missions at Headquarters in the sessions and work of the General Assembly,

Recalling that the State of Palestine became a non-member observer State at the United Nations on 29 November 2012, and recalling also in this regard its resolution 67/19 of 29 November 2012 and previous relevant resolutions,

1. *Decides* that the flags of non-member observer States at the United Nations maintaining permanent observer missions at Headquarters shall be raised at Headquarters and United Nations offices following the flags of the States Members of the United Nations;

2. *Requests* the Secretary-General to take the measures necessary for the implementation of this decision during the seventieth session of the General Assembly and within 20 days of the adoption of the present resolution.

102nd plenary meeting
14 September 2015

Tradução padrão de verbos usados em resoluções do Conselho de Segurança

Original	Tradução
acknowledge	reconhecer
act	atuar
call upon/ for	conclamar
commend	felicitar
condemn	condenar
consider	considerar
demand	exigir
deplore	deplorar
direct	instruir
emphasize	enfatizar
encourage	encorajar
express	expressar
extend	prorrogar
freeze	bloquear
highlight	destacar, salientar
look forward	expressa sua expectativa
note	notar
provide	apresentar, prestar, fornecer
reappoint	restabelecer
recall	recordar
recognize	reconhecer
reiterate	reiterar
remind	lembrar, recordar
request	solicitar
require	requerer
review	reexaminar
stress	sublinhar, enfatizar
take note	tomar nota
underline/underscore	sublinhar
urge	instar
welcome	acolher com satisfação

accountability	prestação de contas
acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations	atuando ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas
assets freeze	bloqueio de ativos
decides to remain actively seized of the matter	decide continuar ocupando-se ativamente da questão
draft resolution	projeto de resolução
hereafter	doravante
strongly	enfaticamente; firmemente
implementation	implementação (não "implantação"); cumprimento
panel of experts	Painel de Peritos
Resolution 1267 (1999)	resolução 1267 (1999)
Security Council Subsidiary Organs Branch	Divisão de Órgãos Subsidiários do Conselho de Segurança
small arms and light weapons	armas pequenas e armamento leve
United Nations Human Rights and Due Diligence Policy on UN support to non-UN Security forces	Política de Diligência Devida em Matéria de Direitos Humanos no Contexto do Apoio das Nações Unidas a Forças de Segurança Alheias à Organização

6. Vocabulário

A linguagem dos textos oficiais deve sempre pautar-se pelo padrão culto da língua. Não é aceitável, portanto, que desses textos constem coloquialismos ou expressões de uso restrito a grupos, que comprometeriam a compreensão pelo público. Indesejável é também a repetição excessiva de uma mesma palavra quando há outra que pode substituí-la sem prejuízo ou alteração de sentido. Os funcionários do Serviço Exterior devem redobrar a sua atenção com o uso de expressões em língua estrangeira ou baseadas em fórmulas ou expressões estrangeiras. É particularmente frequente e deve ser evitado o uso de alguns espanholismos (*”*islenhos*” por “ilhéus”, “*dignatários*” por “dignitários”, “*quem*” no lugar dos relativos “que” ou “o qual”, “*sócios*” quando se deveria dizer “parceiros”, *independizar*, *redatar* ou *redactar* em lugar de redigir, escrever; etc.) e anglicismos (*assumir* por “supor”; *massivo* por “maciço”; *ser suposto* e suas conjugações; **estado da arte* em lugar de “de última tecnologia”, “de tecnologia de ponta”, “de última geração”; *disruptivo* por “perturbador” ou “desestabilizador”; etc.).

Como se registrou na Introdução, considera-se que o elevado grau de formalidade da linguagem diplomática, além de impor a observância do padrão culto, justifica a primazia acordada por este *Manual* a opções clássicas de uso do idioma, sem que, naturalmente, essa orientação signifique julgamento negativo sobre alternativas, variedades ou inovações em circulação na língua, em alguns casos já acolhidas pela própria norma culta.

De qualquer modo, buscou-se não incorrer no erro cometido no passado por manuais de redação que, a pretexto de uma padronização absoluta, recomendavam que se evitassem construções, palavras ou conjugações gramaticalmente corretas, sem a ressalva de que não se tratava de equívocos ou impropriedades de fato e sem que fosse

explicitada a razão da preferência dos autores por outras fórmulas. A arbitrariedade de alguns desses manuais fica patente quando se percebem as divergências que apresentavam: por exemplo, enquanto uns determinavam que nunca se deveria usar a palavra "esposa", outros recomendavam o seu uso. Em quase todos havia prescrições que careciam de fundamento gramatical ou linguístico – como a afirmação de que só seria correta a expressão "em mão", e não "em mãos"; ou de que "através" seria a única palavra da língua que não poderia jamais ser usada em sentido figurado, não físico.

No presente capítulo, procurou-se reunir formas, palavras e expressões que podem suscitar dúvidas e sobre as quais se julgou pertinente apresentar alguma recomendação, informação ou ressalva.

Palavras e expressões que demandam atenção

Abcásia – Forma tradicional portuguesa para o topônimo que em inglês é grafado *Abkhazia*. Usar apenas a forma portuguesa (Abcásia). Gentílico: abcásio.

abdicar – Pode ser intransitivo (*O rei abdicou*), transitivo direto (*abdicou o trono*) ou, preferivelmente, transitivo indireto regido pela preposição "de": *Abdicou do trono* (e não **ao trono*).

acordo *stand-by*, **acordo de *stand-by*** – Semitraduções, a serem evitadas, embora comuns na imprensa, para *stand-by agreement*, instrumento do Fundo Monetário Internacional. Use "acordo de crédito contingente".

acreano / acriano – Embora o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Anexo I, Base V, item 2º, "c") contenha referência explícita ao gentílico grafado com "i" (acriano), a forma "acreano" é não só empregada pelo próprio governo do Acre e pela Academia Acreana de Letras, mas também abonada por dicionários "com a nova ortografia", inclusive o *Dicionário escolar da língua portuguesa* da Academia Brasileira de Letras (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008), que inclui as duas grafias. Por deferência com o estado, é preferível o uso do gentílico grafado com "e" - "acreano".

acreditado (estado) - Na tradução brasileira da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, traduziu-se como *estado acreditado* a expressão francesa *État accreditaire*, que designa o estado que recebe a missão diplomática (em oposição ao estado acreditante: aquele que envia a missão). Nos demais países lusófonos, o mesmo

conceito foi traduzido como *estado acreditador*; em espanhol, a forma tradicional é *estado receptor*; em inglês, *receiving state*. Na tradução brasileira da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, é também "estado" a forma usada.

acreditante (estado) – A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas chama "estado acreditante" ao estado que envia um embaixador ou uma missão diplomática. Em inglês, é chamado de "*sending state*". Para fins de clareza, pode-se substituir a expressão consagrada na tradução da Convenção de Viena por "estado que envia" (forma usada oficialmente na Convenção de Viena sobre Relações Consulares) ou "estado de origem".

adida – Feminino de adido. Usar os femininos dos cargos e funções que tenham essa forma, quando ocupados por mulheres: *a Igreja Anglicana tem bispas* (e não "mulheres bispos") *e arcebispas*; *A pilota sofreu um acidente; A soldada; A capitã.*

adidância – Para se referir ao posto ou cargo de adido, usar nessa grafia.

agradecer – Agradece-se algo a alguém: *Agradeceu ao servidor a dedicação e a lealdade. Agradeceu-lhe o empenho.*

agrément – Antes de indicar oficialmente um novo embaixador em outro país, solicita-se reservadamente ao governo estrangeiro a concessão do *agrément* – a "concordância" oficial do governo ao nome proposto. As boas práticas diplomáticas impedem que o nome do candidato a embaixador venha a público antes da concessão do *agrément*, que, em regra, corre em segredo. No caso do Brasil, o pedido de *agrément* é feito por gestão pessoal do embaixador que será substituído, ou por seu substituto interino, após instrução recebida por despacho telegráfico ultrassecreto de Brasília. No caso de cônsules, o instrumento diplomático equivalente chama-se *exequatur*.

AIDS – Ver HIV e AIDS.

Alcorão – Forma tradicional portuguesa. Usar nessa forma – e não a hipercorrigida "Corão".

à medida que/na medida em que – À *medida que* (locução proporcional) equivale a "à proporção que", "ao passo que", "conforme": *Os preços deveriam diminuir à medida que diminui a procura*. Já "*na medida em que*" (locução causal) equivale a "pelo fato de que", "uma vez que": *Na medida em que se esgotaram as possibilidades de negociação, o projeto foi integralmente vetado*. São incorretos os cruzamentos *à medida *em* que, *na medida que.

amicus curiae – Em português, "amigos da corte": pessoa ou instituição alheia ao processo que intervém voluntariamente ou a convite, com a finalidade de apresentar ao tribunal esclarecimentos sobre fatos do processo ou considerações jurídicas sobre o tema da controvérsia. Plural: *amici curiae*.

anexo/em anexo – O adjetivo *anexo* concorda em gênero e número com o substantivo ao qual se refere*: Encaminho, anexas, as minutas solicitadas.* A locução adverbial *em anexo* é invariável: *Encaminho, em anexo, as minutas solicitadas.*

Antártida – Usar nessa forma (com "d") para o substantivo (o nome do continente). O adjetivo referente à Antártida é antártico/antártica.

anuir – É verbo transitivo indireto, com a preposição a: *Todos anuíram àquela proposta. O governo anuiu de boa vontade ao pedido do sindicato.* O substantivo, "anuência", rege a mesma preposição: *Com a aprovação conclusiva da matéria no plenário do Senado Federal, o poder legislativo expressou sua anuência a que o executivo proceda à ratificação do acordo.* Emprega-se também a preposição "em" com infinitivo: *Anuíram em apoiar a proposta.*

ao encontro de/de encontro a –"Ao encontro de" indica conformidade, concordância: *Todas as propostas brasileiras foram ao encontro das diretrizes do MERCOSUL, o que muito agradou aos demais membros.* "De encontro a" indica oposição. *As propostas foram de encontro às diretrizes; não haverá acordo.*

ao nível de/em nível (de) – "Ao nível de" se usa sobretudo com sentido físico ("ao nível do mar"). "Em nível" se refere a uma instância: *A decisão foi tomada em nível ministerial.*

artigo, artigos (de uma lei) – Com inicial minúscula, inclusive na forma abreviada: *Em conformidade com o disposto no art. 84 da Constituição Federal; Ficam revogados os artigos em contrário.*

artigos com nomes de estados brasileiros – Dos 26 estados brasileiros, devem ser usados com artigo definido: o Acre, o Amapá, o Amazonas, a Bahia, o Ceará, o Espírito Santo, o Maranhão, o Pará, a Paraíba, o Paraná, o Piauí, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Norte, o Rio Grande do Sul, o Tocantins. Escreva-se sempre, portanto: "no Tocantins" (não "em"); "ao Tocantins" (não **a*), etc.

Devem-se usar, sem artigo, os nomes dos estados de Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e

Sergipe. Escreva-se, portanto: “missão a Sergipe” (não **ao*); “Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul”; “escritório em Mato Grosso”; etc.

assistir – No sentido de “auxiliar, ajudar, socorrer”, é transitivo direto: Procuraremos assistir os flagelados pela seca (assisti-los). No sentido de “estar presente”, “comparecer”, “ver”, é preferível o uso da regência clássica, como transitivo indireto, com a preposição “a”: “*Não assisti à reunião*” (= “*Não assisti a ela*”). Com essa regência, não cabe a voz passiva; portanto, não devem ser usadas construções como “*A reunião foi assistida por dez pessoas*”.

atenuante – Como substantivo, pode ser usado nos dois gêneros (assim como *agravante* e *componente*). Pode-se dizer, portanto, “o atenuante” ou “a atenuante”.

Autoridade Nacional Palestina (ANP) – Autoridade Palestina (AP) é órgão de autogoverno provisório instituído pelos Acordos de Oslo. Posteriormente aos Acordos, o governo palestino acrescentou o qualificativo "Nacional" ao órgão, que passou a denominar-se Autoridade Nacional Palestina (ANP). Diversos países – entre os quais, o Brasil – adotaram a denominação ANP em gesto de apoio político à Palestina.

avisar – No sentido de “fazer ciente, informar”, pode-se avisar alguém de algo, avisar alguém sobre algo ou avisar algo a alguém. São, portanto, exemplos corretos: *O chefe do protocolo avisou à embaixada que isso não seria possível. O chefe do protocolo avisou a embaixada de que isso não seria possível. A chancelaria foi avisada sobre a necessidade de responder à consulta ainda hoje. A chancelaria foi avisada da necessidade de responder à consulta ainda hoje.*

baía de Guanabara – A baía é “de” Guanabara, não “da”.

banta(s), **banto(s)** / **bantu(s)** – Existem as formas “banto” (cujo feminino é “banta”) e “bantu” (invariável em gênero). Independentemente da pronúncia, use-se na escrita, para fins de padronização, a forma “bantu” – que é a única usada nos países africanos de língua portuguesa: *um povo bantu; a cultura bantu; a influência das línguas bantus no português brasileiro*.

bimensal – Que ocorre duas vezes por mês. Quando aplicável, substituir por *quinzenal.*

bimestral – Que ocorre de dois em dois meses. Diferente de *bimensal*.

BRICS – Grupo de concertação formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Quando se refere ao grupo, usa-se no singular: “o BRICS”. Quando se refere aos

países-membros, usa-se o plural ("os BRICS"). Originalmente, a sigla era BRIC no singular, BRICs (com "s" minúsculo) no plural, quando a África do Sul ainda não era parte do grupo.

briefing – Não usar em textos em português (nem usar "derivados", como *briefar* ou *brifar*). Há vários substitutos possíveis: informe, informação, coletiva de imprensa, entrevista coletiva, declaração à imprensa, relato, instruções, sumário, conversa, reunião de trabalho, reunião com a imprensa, reunião, revisão, etc.

bypass – Não usar em textos em português (nem usar "derivados", como *bypassar* ou *baipassar*). Há vários substitutos possíveis: contornar, ignorar, atravessar, etc.

cacique – Use apenas quando o próprio adotar esse título. Na dúvida, use "chefe". Feminino: cacica.

*campesinato – Termo em espanhol. Em português, use *trabalhadores rurais* ou termo equivalente.

*campesino – Termo em espanhol para "camponês". Como adjetivo, pode ser substituído por *agrícola*, *rural* ou *campestre*, conforme o caso.

capitais – Deve-se evitar usar, tanto quanto possível – por se tratar, a depender da interpretação, seja de jargão, seja de figura de linguagem –, nomes de capitais para se referir a governo estrangeiro. É preferível que se evite, portanto, o emprego habitual de formas como *Buenos Aires manifestou preocupação acerca do tema (por "O governo argentino...", "o porta-voz da Presidência...", etc.) ou *as relações entre Brasília e Tegucigalpa (no lugar da forma correta: "as relações entre o Brasil e Honduras"), etc.

Caxemira – Usar nessa grafia. O gentílico a ser usado é caxemirense.

caucus – Não usar em português. Traduzir, conforme o caso: "convenção" (partidária); "reunião"; "prévias" (eleições).

chanceler – Comum aos dois gêneros: *o chanceler, a chanceler*. Na Alemanha e na Áustria, é o chefe de governo (primeiro-ministro). Só se usa como sinônimo de ministro das Relações Exteriores na América Latina (em espanhol: *canciller*). Em Portugal, na Espanha e na Itália, chanceler é um cargo administrativo de representações diplomáticas – por essa razão, não cabe chamar "chanceler" ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, ou *canciller / cancelliere* a seus homólogos espanhol e italiano.

chancelaria – Na América Latina, é sinônimo de Ministério das Relações Exteriores. Usa-se, ainda, para se referir às instalações físicas com os escritórios de uma representação diplomática, para diferenciá-la da residência do embaixador. Tanto a

chancelaria quanto a residência do embaixador podem ser chamadas de “a embaixada”.

chicungunha – Aportuguesamento de *chikungunya*. Pode-se usar a forma estrangeira, com destaque (itálico ou aspas simples), ou o aportuguesamento. Em português, os nomes de doenças escrevem-se com inicial minúscula.

clarificar – Não o use, como se tem visto por influência do inglês, em lugar de “esclarecer”.

committee – Em geral, a melhor tradução, em português, é comissão: *He is the chairman of the Senate Foreign Relations Committee* = “Ele é o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado”.

comunicar – A regência culta é “comunicar algo a alguém”. Exemplos corretos: *O ministro comunicou sua decisão aos parlamentares. O ministro comunicou-lhes sua decisão. O ministro comunicou sua decisão a eles*.

congratular – Com o sentido de “parabenizar, dar congratulações a, cumprimentar, felicitar”, o verbo *congratular* é transitivo direto (não se conjuga de forma reflexiva, nem exige qualquer preposição): *Congratulo Vossa Excelência pela assinatura do comunicado conjunto para o estabelecimento de relações diplomáticas com as Ilhas Cook. A ouvidoria consular recebeu mensagens de cidadãos brasileiros elogiando o atendimento consular recebido desse posto, razão pela qual congratulo Vossa Excelência e sua equipe.*

conferência de imprensa – Desnecessário aportuguesamento de *press conference*; em português, “entrevista coletiva”.

cônjuge – É substantivo masculino: *O senador, o deputado e seus cônjuges chegaram no horário.* Não existe “*a cônjuge*”.

consolidação da paz - tradução de *peacebuilding*, conjunto de medidas voltadas à redução do risco de conflito ou de reincidência por meio do fortalecimento das capacidades nacionais e do enfrentamento das causas estruturais (*root causes*) dos conflitos. O mesmo que "construção da paz".

construção da paz – Ver consolidação da paz.

consulesa – Use exclusivamente para se referir à esposa de um cônsul. A mulher que desempenha a função de cônsul é uma cônsul: a cônsul; a cônsul-geral; a vice-cônsul.

contatar, **contactar** – Ambas as grafias (e pronúncias) são corretas e válidas.

Corão – Galicismo; em português, usar a forma tradicional "Alcorão".

CPLP – O nome é "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" (não "de Países"). Tem, desde o ingresso da Guiné Equatorial, em 2014, nove estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Crimeia – Gentílico: crimeu, crimeus, crimeia, crimeias.

cúpula (ou "reunião de cúpula") – Em geral, usa-se "cúpula" para se referir apenas às reuniões com a presença de chefes de estado ou de governo. Em espanhol, o termo equivalente é "*cumbre*" e, em Portugal nos demais países de língua portuguesa, "cimeira" – razão pela qual as reuniões presidenciais da CPLP são assim chamadas.

customizar – Anglicismo condenável. Em português, diz-se "personalizar", "adaptar", etc.

Dalai Lama – Não é um nome próprio, mas sim o título do chefe religioso do budismo tibetano. Como tal, costuma vir precedido de artigo definido. Não deve levar hífen. Use-se com as duas iniciais maiúsculas em casos em que cargos normalmente levariam a inicial maiúscula, mas com minúsculas em contextos em que todos os cargos têm esse tratamento: "*O papa encontrou-se com o dalai lama*" ou "*O Papa encontrou- se com o Dalai Lama*".

décimo primeiro, **décimo segundo**, **décimo terceiro**, etc. – Sem hífen.

dentre – Só deve ser usado quando a frase de fato exige a preposição "de" – isto é, quando tem o sentido de "do meio de": *Ele saiu dentre as trevas, dentre os arbustos.* Em todos os demais casos, use-se simplesmente "entre": *Apenas um entre nós fez o curso* (não **dentre*).

deserto – Em geral, com inicial minúscula: *O deserto do Saara*; *o deserto do Atacama*; *o deserto de Gobi.*

dia a dia – Sem hífen.

dignitário(s) – É a forma tradicional portuguesa. Deve-se evitar **dignatário*, influência do espanhol.

direito – Não há necessidade de inicial maiúscula: "*a xaria é o direito islâmico*".

disponibilizar – É preferível que o neologismo *disponibilizar* seja substituído,

conforme o caso, por *pôr à disposição, fazer disponível, tornar disponível, dispor, oferecer, ofertar, prover, fornecer*.

*"***disruptivo**" – Aportuguesamento do inglês *disruptive*, a ser evitado – salvo no jargão sociológico, em que tem sentido próprio. Nos demais casos, substituir, por *perturbador, desestabilizador, destruidor,* etc.

doutor – O *Manual de redação da Presidência da República* manda restringir o uso do tratamento de "*doutor"* a comunicações dirigidas a pessoas que tenham concluído curso universitário de doutorado. Nos demais casos, o tratamento "senhor" confere a desejada formalidade às comunicações.

dupla negativa – A dupla negação é construção correta em português: não há nenhuma incorreção (nem ambiguidade ou inversão de sentido) em frases como "*Não pudemos atender ninguém na tarde de ontem*", "*Não se encontrou nada fora do lugar*".

*"***ele é suposto saber**", *"***era suposto fazer**" – Construção tomada de empréstimo ao inglês *he is supposed to know*, sem tradição no português. Evite, por ser má tradução. Em português: *ele deve(ria) saber, supõe-se que ele saiba.*

embaixada – Como todo substantivo comum em português, deve-se escrever, em geral, com inicial minúscula: *O Brasil não tem embaixada residente naquele país. Brasília é uma das cidades com maior número de embaixadas. O evento marcou a reabertura da embaixada turcomena na cidade.* Pode-se usar com inicial maiúscula quando se refere a nome próprio: "a Embaixada do Brasil em Buenos Aires".

encarregado das chaves – Funcionário, geralmente local ou não vinculado ao quadro de pessoal concursado do Ministério das Relações Exteriores, que tem acesso à missão diplomática no exterior e se responsabiliza, durante um período, pela preservação do imóvel, do mobiliário e demais pertences.

encarregado de negócios e **encarregado de negócios, a.i.** – Diplomata que chefia interinamente uma embaixada, na ausência de um embaixador ou embaixadora. Em inglês e em outras línguas, usa-se a expressão francesa *chargé d'affaires*. A abreviação a.i. significa, em latim, *ad interim* (durante o período, temporariamente, provisoriamente), sem que estabeleça, atualmente, distinção importante.

encarregado dos arquivos – Funcionário do quadro de pessoal concursado do Ministério das Relações Exteriores que, não sendo diplomata, chefia interinamente um posto.

ESO – Sigla referente à "Organização Europeia para a Investigação Astronómica no Hemisfério Sul" (nome oficial em português – Portugal é um dos países fundadores), mais conhecida pela forma abreviada "Observatório Europeu do Sul (ESO)". A sigla ESO vem do inglês "*European Southern Observatory*".

"Estado Islâmico" – Refira-se ao grupo sob formas como: *o grupo terrorista autodenominado "Estado Islâmico"*; *os terroristas do autointitulado "Estado Islâmico*", sempre com aspas.

estado receptor – Ver acreditado (estado).

Estados Unidos – A concordância é sempre no plural, mesmo quando, por questões estilísticas ou de economia de espaço, se suprime o artigo: "Estados Unidos enviarão vice-presidente ao evento", e não **enviará*; "EUA respondem", não "*EUA responde*".

etc. – Pode em geral ser substituído por "entre outros" e variações. Por se tratar de abreviatura, deve sempre ser seguida de ponto. Para efeitos de padronização, recomenda-se seu uso precedido de vírgula ("*militares, diplomatas, etc.*"), como fazem dicionários como o Aurélio e o próprio texto do Acordo Ortográfico.

exequátur – Grafia aportuguesada de *exequatur*, nome latino do instrumento diplomático pelo qual um governo expressa sua anuência a que um agente de outro país exerça a chefia de um consulado-geral, consulado ou vice-consulado em seu território. É o equivalente ao *agrément* dos embaixadores.

Excelentíssimo, **Excelentíssima** – De acordo com o *Manual de redação da Presidência da República*, o vocativo "Excelentíssimo Senhor" (ou "Excelentíssima Senhora") apenas se aplica aos presidentes dos três poderes. Todos os demais destinatários, inclusive aqueles tratados por "Vossa Excelência", recebem por vocativo apenas "Senhor + título ou cargo": "Senhor Senador", "Senhor Juiz", "Senhora Ministra", "Senhora Subchefe", etc.

FAO – Mesmo em português, usa-se a sigla "FAO", mas o nome por extenso em português é "Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura".

feminicídio – Assassinato, considerado crime hediondo, de uma mulher em razão de seu gênero.

femininos – Em regra, os substantivos e adjetivos em português tem flexão própria no feminino: a pilota (não "mulher piloto"), a soldada (não "mulher soldado"), a

capitã, a adida, a embaixadora, a primeira-ministra, etc. Os cargos terminados em "e" e "l" costumam aceitar a tradicional desinência feminina em "a": existem as formas "presidente" (substantivo comum de dois gêneros) e "presidenta" (substantivo feminino); chefe é substantivo de dois gêneros, mas aceita o feminino "chefa"; ainda com a desinência em "a", existem femininos como oficiala, generala, marechala, embora modernamente se admita, em alguns casos, o uso do substantivo masculino como comum aos dois gêneros – "a oficial". As antigas terminações em "-isa" ou "-esa", associadas ao diminutivo, são hoje preteridas: em sua maioria, escritoras preferem ser chamadas "poetas", e não "poetisas", e as mulheres que chefiam consulados devem ser chamadas cônsules (sendo "consulesas" as mulheres de cônsules). Nos casos de dúvida, siga-se a preferência da própria ("a presidenta" ou "a presidente", etc.).

glaciar, **glacial** – Glaciar é um substantivo, sinônimo de geleira: *Sobrevoamos imensos glaciares patagônicos*. Glacial é um adjetivo: *a última era glacial; temperaturas glaciais.*

governo – Em regra, escreve-se com inicial minúscula: *"O governo brasileiro saúda o povo e o governo do Sudão do Sul"; "Cumprimento as senhoras e os senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo e os representantes dos organismos internacionais sediados em Brasília*"; "Na reunião, os chefes de estado e de governo dos países-membros..."

grosso modo – Por ser expressão em língua estrangeira (latina), deve ser utilizada em itálico ou entre aspas. Significa "aproximadamente", "em geral", "de modo genérico". Não deve ser precedida da preposição *a*.

Guiana Francesa – Departamento francês de ultramar. Capital: Caiena (aportuguesamento histórico do nome francês *Cayenne*). Gentílico: franco-guianês.

Hezbolá – organização com atuação política e paramilitar, fundamentalista, islâmica e xiita sediada no Líbano. Deve-se utilizar a grafia indicada, em vez de Hizbollah, Hizbullah, Hesbolá e outras variantes.

hindu – Adepto da religião hinduísta, isto é, do hinduísmo. Não é o mesmo que indiano (gentílico da Índia).

HIV e AIDS – HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana, causador da AIDS. Ter o HIV (vírus) não é sinônimo de ter AIDS (síndrome clínica), já que muitas pessoas vivem anos com o vírus sem apresentar sintomas e sem desenvolver a

doença. Recomenda-se, em princípio, a utilização do termo mais específico e apropriado para o contexto, a fim de evitar confusão entre HIV e AIDS, por exemplo: ‘pessoas vivendo com HIV’, ‘prevenção do HIV’, ‘diagnóstico de AIDS’, ‘resposta à AIDS’, ‘morte por complicações da AIDS’. No uso corrente em resoluções de organizações internacionais, é ainda comum encontrar a fórmula "HIV/AIDS".

honoris causa – Grafar em itálico ou com aspas simples (“título de doutor ‘honoris causa’”).

hora extra, horas extras – Sem hífen.

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado em Cabo Verde e vinculado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

ilhas ou **Ilhas** – Deve-se usar inicial maiúscula quando o substantivo faz parte de nome próprio (por exemplo: *o Brasil estabeleceu relações com as Ilhas Cook*; ou: *Ilhas Marshall e Ilhas Salomão são países-membros das Nações Unidas*). Devem-se usar iniciais minúsculas quando o substantivo não faz parte do nome próprio: *as ilhas Fiji são tão belas quanto as ilhas Maurício* (sem maiúsculas, pois os nomes oficiais dos países são “República de Fiji” e “República de Maurício”).

ilustríssimo – O *Manual de redação da Presidência da República* manda abolir de comunicações oficiais o uso dos tratamentos *ilustríssimo* e *digníssimo*. O uso de “Ao Senhor” no destinatário e de “Senhor [+ cargo],” como vocativo já confere a necessária formalidade às comunicações oficiais.

iminente – Algo que deve ocorrer em breve. Não confundir com “eminente”, que significa “importante”.

in absentia – Usada para se referir a julgamento em que o réu não está presente. Mesmo com o réu ausente, os acusadores podem apresentar provas e convocar testemunhas. Também é usada no sentido de "*à revelia*".

informar – É possível informar alguém de algo ou informar algo a alguém. São exemplos corretos, portanto: *É função das embaixadas informar a Secretaria de Estado do andamento da situação política. Isso já fora informado reiteradas vezes. Todos os servidores foram informados das mudanças. Todos os servidores foram informados sobre as mudanças. As mudanças foram informadas a todos os servidores. O consulado informou aos vice-consulados que a reunião fora um sucesso. O consulado informou os vice-consulados de que a reunião fora um sucesso. O consulado informou-lhes que a reunião*

fora um sucesso. O consulado informou-os de que a reunião fora um sucesso.

Internet – Escrever com letra maiúscula, quando usado como nome próprio da rede mundial: "*a página do Itamaraty na Internet".* Se tratado como substantivo comum, com inicial minúscula, deveria ser marcado como estrangeirismo (e consequentemente destacado, por exemplo, por meio do itálico: uma *internet*). Informalmente, usa-se por vezes em contextos em que a forma preferível seria "conexão": *A conexão está lenta hoje*.

Kosovo – Usa-se com artigo ("no Kosovo", "o Kosovo"). O gentílico é kosovar (no masculino e no feminino); plural: kosovares.

Liga Árabe – O nome oficial é Liga dos Estados Árabes (não "de"); o nome curto, "Liga Árabe". É preferível o uso da forma curta, Liga Árabe, ao de siglas como LEA.

magnicídio – Assassinato de uma alta autoridade (por exemplo, o chefe de estado).

mandado – De segurança, de prisão, de busca e apreensão, de injunção, etc.

mandato – De senador, de deputado, etc.

mar – Quando faz parte do nome próprio, usa-se com inicial minúscula: o mar Morto, o mar do Caribe, o mar de Aral, etc.

massivo – Em português, o equivalente vernáculo é "maciço".

membra – Palavra existente e correta, como feminino de membro, para se referir a mulher que pertence a grupo ou organização.Mesa – Usa-se com inicial maiúscula quando é o nome de órgão deliberativo: "*a Mesa Diretora do Senado Federal – mais comumente chamada simplesmente de 'a Mesa' – é instância...*".

missão – Em regra, com inicial minúscula: "os chefes de missões diplomática"; "uma missão diplomática". Escreve-se com maiúscula quando forma parte de nome próprio: "a Missão Permanente do Brasil em Genebra"; "a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti".

mudança(s) do clima – É a forma a ser usada, em lugar da antiga *mudança(s) climática(s)*.

nesse país, **nessa cidade**, **nessa capital** – Referem-se ao local onde está o interlocutor, quando o interlocutor não está no mesmo local que o orador. Assim, *nesse posto* se refere a um lugar no exterior tendo por emissor da mensagem a Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

neste país, **nesta cidade**, **nesta capital** – Referem-se ao local onde está o orador.

nosso, **nossa**, **nossos**, **nossas** – Não use o possessivo da primeira pessoa do plural: **nosso país, *nossa Embaixada, etc*. Empregue *o Brasil, a embaixada brasileira* ou *a embaixada do Brasil, o posto, a delegação do Brasil, etc.*

num, **numa** – Contrações corretas de "em" + "um" e "em" + "uma", tão gramaticais quanto "no", "naqueles", etc.

observador permanente – Título do chefe de uma missão diplomática com *status* de observadora – em geral, junto a um organismo internacional (por exemplo: o chefe da missão diplomática da Palestina junto às Nações Unidas).

oceano – Com inicial minúscula, nos nomes de oceanos: o oceano Atlântico; no oceano Índico; do oceano Pacífico; etc.

Olimpíada, **Olimpíadas** – Como ensinam Aurélio e Houaiss (e como mostra o uso geral), os dois termos são sinônimos, e equivalem ainda a "jogos olímpicos". Quando entendidos como nomes próprios, podem ser usados com maiúsculas: "as Olimpíadas de Pequim", etc. Pode-se usar indistintamente, portanto: "as Olimpíadas do Rio", "a Olimpíada do Rio" ou "os Jogos Olímpicos do Rio", etc.

operacionalizar – Neologismo desnecessário. Prefira: fazer, executar, levar a cabo ou a efeito, pôr em obra, praticar, cumprir, desempenhar, produzir, efetuar, construir, compor, estabelecer.

operações de manutenção da paz - tradução de *peacekeeping operations*, instrumento para assegurar a presença da ONU em áreas conflagradas, com vistas à implementação de acordo de paz ou de cessar-fogo. Orienta-se pelos princípios da imparcialidade, do consenso das partes e do não uso da força, salvo em legítima defesa ou em defesa do mandato. Sua base legal advém dos capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII (participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança) da Carta da ONU.

operações de paz – Ver "consolidação da paz", "operações de manutenção da paz", "promoção da paz", uma vez que não há consenso, entre os países-membros das Nações Unidas, sobre a definição "operações de paz".

opor veto – Vetar é *opor veto*. *Apor* é 'acrescentar'. O veto é *oposto*, nunca *aposto.*

organismo internacional – É forma consagrada (figura, por exemplo, na Constituição Federal). Usa-se igualmente “organização internacional”, para traduzir a expressão “international organization” (ou “organisation”).

organização internacional – Ver organismo internacional.

Organização para a Libertação da Palestina (OLP) – Entidade não territorial, não se confunde com o Estado da Palestina ou com a Autoridade Nacional Palestina.

PALOP – Sigla de “países africanos de língua oficial portuguesa”. Embora também se possa usar no singular, a sigla é tradicionalmente usada no plural, razão pela qual dispensa o “s” ou qualquer marcação do plural: *Angola e Moçambique são os dois maiores PALOP.*

Paralimpíada, **paralimpíadas** – Nessa grafia, como “Jogos Paralímpicos” e “Comitê Paralímpico”. Pode ser usada indistintamente no plural ou no singular, com maiúscula ou minúscula (ver “olimpíada, olimpíadas”).

particípio passado regular e **particípio passado irregular** – De acordo com o padrão da tradição gramatical, no caso dos verbos com mais de um particípio – aceitar, ganhar, gastar, pagar, entre vários outros –, usa-se em geral a forma irregular (curta) com os auxiliares “ser”e “estar”: “*as condições impostas foram aceitas*”, “*as contas foram pagas*”. E geralmente se utiliza a forma regular (longa) com os auxiliares “ter” e “haver”: “*tendo aceitado o convite*”, “*tinha ganhado*”, “*se já tivessem pagado*”. Mas as gramáticas brasileiras têm registrado que não se vem observando com rigidez o padrão; em particular, o uso da forma irregular (curta) também com os auxiliares “ter” e “haver” parece ganhar espaço na chamada norma culta: “*tinha gasto*”, “*tinha pago*”.

partidos políticos – A menos que se trate de um partido novo, as siglas de partidos políticos brasileiros não precisam vir acompanhadas do nome por extenso do partido. Imediatamente após a primeira menção a um político, porém, deve-se escrever, entre parênteses a sigla de seu partido, separada, com barra, da sigla de seu estado: *O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC).*

peacebuilding – Ver "consolidação da paz" e "construção da paz".

peacekeepers – Incluem militares, mas também policiais e civis. Dependendo do contexto, *peacekeepers* poderá ser traduzido por “capacetes azuis”, “forças de manutenção da paz”, “forças de paz”, “missão de paz”, “tropas de paz”, “pacificadores”, etc.

persona non grata – Plural: *personae non gratae*. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas determina que "O estado acreditado poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar a sua decisão, notificar ao estado acreditante que o chefe da missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da missão é *persona non grata* ou que outro membro do pessoal da missão não é aceitável. O estado acreditante, conforme o caso, retirará a pessoa em questão ou dará por terminadas as suas funções na missão. Uma pessoa poderá ser declarada *non grata* ou não aceitável mesmo antes de chegar ao território do Estado acreditado."

poder, **poderes** – Não há razão para o uso de maiúsculas: "O poder legislativo", "os poderes executivo e judiciário".

posto – Em regra, com inicial minúscula: "o chefe do posto"; "os postos do Brasil no exterior". No Ministério das Relações Exteriores, posto geralmente se refere a embaixada do Brasil em alguma capital, a consulado-geral, enfim, a toda e qualquer repartição no exterior diretamente vinculada ao ministério.

presidenta – O feminino flexionado "presidenta" é forma tradicional, registrada em dicionários e gramáticas desde 1812 (como "infanta", "parenta", etc.). Posteriormente, a partir de meados do século XX, passou-se a admitir também "presidente" como comum de dois gêneros ("a presidente"). As duas formas são consideradas corretas e equivalentes por todos os gramáticos e dicionaristas contemporâneos. Em caso de dúvida, empregue-se a forma usada pela própria.

primeira-secretária, **segundo-secretário**, **terceiros-secretários** – Evite **1ª secretária*, **2º-secretário*; use sempre por extenso: *primeira-secretária*, *segundo-secretário* (no plural: *primeiros-secretários, terceiras-secretárias*).

promoção da paz – tradução de *peacemaking*, conjunto de medidas para lidar com conflitos em progresso que normalmente envolvem ação diplomática voltada à solução pacífica da controvérsia.

Ramala – Transcrição do árabe *Ramallah*, "monte de Deus" ou "morada do Senhor", cidade palestina com cerca de 33 mil habitantes, situada a aproximadamente 15 km ao norte de Jerusalém. Em Portugal, grafa-se Ramallah.

Recife – O nome da cidade brasileira leva oficialmente o artigo definido: *Prefeitura do Recife; Câmara Municipal do Recife*; *governo do Recife*. No caso de cidades brasileiras, portuguesas e de demais países lusófonos, segue-se o uso oficial feito pelo

governo local: assim, a quase totalidade dos nomes de cidades não admite artigo; entre as poucas exceções, levam artigo definido: o Recife, o Rio de Janeiro, o Porto, o Crato.

risco de vida / **risco de morte** – Ambas as expressões são legítimas e podem ser usadas como sinônimas de "risco de morrer", "risco de perder a vida".

salvo melhor juízo – Expressão jurídica que pode ser substituída por uma redação propositiva e opinativa, do tipo: "sugiro a Vossa Excelência"; "proponho a Vossa Excelência"; "elevo à consideração de Vossa Excelência", sendo, portanto, dispensável.

"ser suposto" – Anglicismo condenável é o uso de "ser suposto" como tradução literal de "be supposed (to)". São inadmissíveis construções como "ele é suposto saber", "ela era suposta vir", "o que somos supostos fazer".

statu quo – A grafia correta é essa (e não **status quo*).

sub- – Liga-se sem hífen: subchefe, subchefia, subsecretário, subdesenvolvimento, subsaariano. Liga-se com hífen: sub-hepático, sub-base.

Talibã, talibãs – Aportuguesamento já dicionarizado.

tentativa, tentativo – Como adjetivo, no sentido de "que se pode tentar ou experimentar; tentável", pode ser utilizado em "*agenda tentativa*", "*programa tentativo*", "*agendas tentativas*", "*programas tentativos*", jamais com hífen. Alternativamente, podem ser utilizadas as formas "*agenda provisória*", "*programa provisório*" e seus respectivos plurais.

Timor-Leste – Por se tratar de país que também usa oficialmente a língua portuguesa, é essencial o uso correto, em documentos oficiais, do nome do país em português: escreve-se sempre com hífen e sem artigo definido: diga-se – e escreva-se – "em Timor-Leste" (não **no*); "de Timor-Leste" (não **do*); "a Timor-Leste" (não **ao*), etc.

travesti – A concordância gramatical de gênero faz-se conforme a autoidentificação: "*Duas travestis que visitam a cidade foram detidas pela polícia por vestirem-se como mulheres, o que é crime no país. Ambas aguardam em liberdade o julgamento.*"

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNRWA – Sempre, na primeira menção à agência, usar o nome completo, acompanhado da sigla, indicando tratar-se de sigla em inglês: "A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA, na sigla em inglês)". Nas

menções seguintes, pode-se usar apenas a sigla ("A UNRWA...").

viger – Significa *vigorar*, *estar em vigor*, *ter vigência, ser válido*. Seu gerúndio, regular, é "vigendo". *A portaria vige. A lei tributária vigente naquele ano*. Não é verbo defectivo – pode ser conjugado, portanto, em todas as pessoas e tempos. É um verbo regular, com a vogal "e" (e não "i") na terminação de suas conjugações: *O decreto continua vigendo*. *Aquelas regras vigeram no país até 2009. A lei tributária vigente naquele ano*. Não existe **vigir*.

visar – É transitivo direto no sentido de validar, autenticar um documento. Exemplo: *Visou uma minuta; visou o passaporte.* Com o sentido de "objetivar", a regência clássica, cujo uso se recomenda, é transitiva indireta, com a preposição *a*: *O projeto visa ao estabelecimento de uma nova ética social*. *As providências visavam ao interesse das classes desfavorecidas.* Ante verbos no infinitivo, a preposição é dispensável: *Visavam (a) reunir o maior número de países do continente.*

xador – Peça de vestuário feminino usada sobretudo no Irã; escreve-se com o "x", obrigatório nas palavras aportuguesadas de origem árabe ou persa.

xaria – O direito islâmico; a lei islâmica.

xeique – Usar nessa forma – e não *xeque* (hoje desusado com esse sentido) nem **sheikh*. O feminino é xeica: *Na ocasião, foi recebida pela xeica do Catar, Mozah Bint Nasser Al-Missned.*

xerpa – Povo tibetano com tradição na função de guias; também se chama xerpa ao enviado / emissário / representante de um chefe de estado ou de governo nas reuniões preparatórias de um evento de cúpula. Em português, usar nessa grafia.

zika – Os nomes de doenças escrevem-se, em português, com inicial minúscula: a gripe, a cólera, o ebola, a zika. O vírus chama-se vírus da zika, vírus zika ou, simplesmente, o zika. Não usar a construção invertida, inglesa, "*Zika virus*".

7. Lista de países – topônimos e gentílicos

O presente capítulo consolida em uma tabela os nomes em português de países (em forma breve e em versão oficial), bem como de capitais, que são adotados pelo Itamaraty e devem ser observados em suas comunicações. Em várias notas de rodapé à tabela acrescenta-se orientação sobre a forma em português de outros topônimos estrangeiros, como regiões e províncias. A tabela, juntamente com suas notas, destina-se a constituir referência para uso padronizado de topônimos pelas unidades do Ministério.

Inclui-se também na tabela uma lista dos gentílicos de países cujo emprego se considera recomendável (ver, a propósito, item seguinte, 7.1).

A relação de topônimos mantém, em sua quase totalidade, as formas tradicionalmente utilizadas no Itamaraty. Muitas dessas formas consistem em aportuguesamento dos originais estrangeiros, como ocorre, por exemplo, já com os nomes dos quatro primeiros países arrolados na tabela – Afeganistão, África do Sul, Albânia e Alemanha.

As formas aportuguesadas de topônimos estrangeiros configuram exemplos dos chamados exônimos. Os exônimos são traduções de nomes geográficos – um

exônimo é o nome que uma localidade tem em uma língua que não é falada oficialmente naquela própria localidade, e que difere de seu nome local. Contrapõe-se ao conceito de endônimo, que é o nome usado localmente para se referir à própria localidade. Assim, "*Brazil*" e "*Brésil*" são, respectivamente, os exônimos inglês e francês para o endônimo "Brasil"; do mesmo modo, "Alemanha", "Assunção", "Londres" e "Varsóvia" são exônimos portugueses para os endônimos "*Deutschland*", "*Asunción*", "*London*" e "*Warszawa*".

A existência de formas aportuguesadas (exônimos) está em perfeita consonância com o que dispõe o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990:

"*Recomenda-se que os topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente*" (Anexo I, Base I, item 6º do AOLP).

A nem todo nome geográfico estrangeiro corresponde um exônimo em língua portuguesa – Argentina e Tuvalu, Buenos Aires, La Paz, Paris, Roma e Washington, por exemplo, são conhecidos em português por seus respectivos endônimos. Também já tem curso há tempos no Itamaraty o uso de vários outros endônimos, todos conservados na tabela de topônimos adiante apresentada, como, a título exemplificativo, Bahamas e Burkina Faso, entre nomes de países; e, entre nomes de capitais, Mbabane (Suazilândia), Kinshasa (República Democrática do Congo), Brazzaville (República do Congo), Kampala (Uganda), Castries (Santa Lúcia), Basseterre (São Cristóvão e Névis) e Kigali (Ruanda).

É, efetivamente, reduzido o número de mudanças que a tabela introduz nas formas tradicionais de uso no Itamaraty de topônimos estrangeiros em português.

Há modificações que decorrem do texto do Acordo Ortográfico. Ao tratar dos "casos especiais" em que se usam as letras *k*, *w* e *y*, o Acordo refere-se textualmente a "topônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Kwanza; Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano*" (Anexo I, Base I, item 2º, "b"). E, ao tratar da distinção gráfica entre as letras que representam sibilantes agudas, o Acordo menciona, entre os exemplos, "*Singapura*" (Anexo I, Base III, item 3º). Impõem-se, desse modo, os topônimos Kuwait e seu gentílico kuwaitiano; Malawi e seu gentílico malawiano; e Singapura, com o recomendado gentílico singapurense. O AOLP torna imperativa a

substituição dos topônimos Kuaite, Malaui ou Maláui e Cingapura, empregados tradicionalmente no Ministério. Anote-se que já foi incorporada ao uso do Itamaraty a supressão do acento nos ditongos *ei* e *oi* da sílaba tônica de palavras paroxítonas – por exemplo, Nagoia, Coreia.

Julgou-se apropriado estender à capital malawiana a troca da forma tradicionalmente usada, Lilongue, pelo respectivo endônimo, Lilongwe.

Em dois casos, optou-se por uma forma entre duas de uso corrente, para evitar a alternância: Benim, que prevalece sobre Benin por disposição do Acordo Ortográfico ("*Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade (...) por* m*, se possui qualquer outro timbre [que não* a*] e termina a palavra*" – Anexo I, Base VI, item 1º) e por já ser forma adotada em outros países de língua portuguesa; e Reiquiavique (Islândia), forma vernácula que se considera preferível a Reykjavik.

A mesma cláusula do AOLP que solicita a utilização do *m* ao final de Benim justifica o uso do til nas formas já habituais no Itamaraty de certos topônimos como, entre outros, Vietnã, Amsterdã, Irã, Roterdã, Amã: "*Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre* a". Contudo, mantiveram-se na tabela de topônimos, na condição de exceções abonadas pela tradição de uso, formas como Ierevan (Armênia) e Ulan Bator (Mongólia). Reteve-se, igualmente, como exceção à regra de representação da nasalidade por *m*, a forma Talin (Estônia). Os topônimos Belmopan (Belize) e Dublin (Irlanda) não são exceções à cláusula do AOLP, pois constituem endônimos. O mesmo pode-se dizer dos endônimos, em malaio, Brunei Darussalam e sua capital Bandar Seri Begawan.

Procedeu-se a alterações em outros dois casos – Tajiquistão (em lugar de Tadjiquistão) e Dar es Salaam (Tanzânia, em lugar de Dar es Salam) – com o objetivo de bucar-se facilitar unificação de grafia entre os países de língua portuguesa; no que respeita à cidade tanzaniana, a fixação da grafia Salaam, que já vinha sendo ocasionalmente utilizada, visou também a superar oscilação no emprego das duas formas. Observe-se que, de qualquer modo, a tendência a grafar-se com a terminação "am" em outros países de língua portuguesa indica pronúncia diferente da simples nasalidade do *a*.

Com base no exemplo de "Malawi", dado pelo texto oficial do Acordo Ortográfico, entendeu-se desnecessária a acentuação de nomes não aportuguesados paroxítonos terminados na vogal "i". Decidiu-se, assim, não acentuar topônimos como Abu Dhabi, Alofi, Bali, Burundi (pronúncia: *Burúndi*), deserto de Gobi, Fiji, Fuji, Funafuti, Kigali, Kiribati e Delhi (de Nova Delhi). Todavia, como exceção consagrada pelo uso, manteve-se o acento em "Nairóbi" (Quênia).

O Acordo Ortográfico menciona, entre as razões para que "passem a incluir- se também as letras *k*, *w* e *y*" no alfabeto português, o fato de existirem nos países africanos de língua oficial portuguesa "muitas palavras que se escrevem com aquelas letras". Mas, em seguida, registra: "*Apesar da inclusão no alfabeto das letras* k*,* w *e* y*, mantiveram-se, no entanto, as regras já fixadas anteriormente, quanto ao seu uso restritivo, pois existem outros grafemas com o mesmo valor fônico daquelas*" (Anexo II, item 7.1).

Ao preservar, com poucas mudanças, as formas de uso tradicional no Itamaraty, a tabela de topônimos conserva tanto casos de grafia com alguma das letras "incluídas" no alfabeto – além dos já citados (Burkina Faso, Kinshasa, etc.), por exemplo, Bamako (Mali), Windhoek (Namíbia), Niamey (Níger) –, quanto casos de emprego de outros grafemas, como o "c", e não "k", em Lusaca (Zâmbia), o "u", e não "w", em Botsuana, e o "c" e "i", e não "k" e "y", na última sílaba de Conacri (Guiné).

Há dispositivo do Acordo Ortográfico segundo o qual se mantêm "nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes" (Anexo I, Base I, item 3º). Estão, assim, em conformidade com o Acordo as combinações gráficas estranhas à língua portuguesa em gentílicos derivados de certos topônimos constantes da tabela, a exemplo do "ou" pronunciado como "u" em derivados de topônimos de origem francesa, como camerounês (Cameroun) ou djiboutiano (Djibouti).

Saliente-se que, na tabela de topônimos e gentílicos em português adiante apresentada, os eventuais nomes de países ou capitais entre parênteses – por exemplo, Daca (Dhaka), Liubliana (Ljubljana) – não significam sugestão de alteração ou alternativa ao emprego do topônimo de uso corrente, mas apenas informação adicional relativa ao correspondente endônimo.

É sabido que, em função das múltiplas disparidades entre as formas adotadas pelos países de língua portuguesa para topônimos estrangeiros (Amsterdã/Amsterdão; Vietnã/Vietname; Moscou/Moscovo; Helsinque/Helsínquia, etc.), um grau expressivo de harmonização na matéria só poderá resultar de eventual esforço coletivo.

A Organização das Nações Unidas promove, a cada cinco anos, as Conferências das Nações Unidas para a Padronização de Nomes Geográficos, que se têm dedicado, entre outros temas, a uma tentativa de sistematização no uso internacional dos exônimos. Diferentes resoluções dessas conferências têm defendido a limitação do número de exônimos; recomendado que novos exônimos não sejam criados; e instado os países a substituir, tanto quanto possível, seus exônimos por formas locais, isto é, endônimos.

No caso dos países de língua portuguesa, se a eventual harmonização entre as formas díspares de exônimos supõe entendimento multilateral, com igual ou maior razão uma significativa troca de exônimos já em uso corrente por endônimos só seria adequada no quadro de decisão coletiva, pois o Acordo Ortográfico recomenda expressamente, em sentido contrário, que "*os topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas*". Feita de comum acordo, a adoção de endônimos em lugar de exônimos correntes poderia ser um dos caminhos capazes de levar, em casos específicos, à superação de divergências que hoje se verificam entre os países de língua portuguesa no uso de topônimos. Certamente facilitam a adoção de endônimos as disposições do Acordo sobre a "inclusão no alfabeto das letras *k*, *w*, e *y*" e sobre a admissão de combinações gráficas não peculiares à nossa escrita.

7.1. Gentílicos

Diversos são os sufixos de que dispõe a língua portuguesa para a formação dos substantivos e adjetivos gentílicos. São exemplos: "–ano" (como em, por exemplo, "moçambicano"), "–ão" (como em "afegão"), "–enho" ("panamenho"), "–ense" ("singapurense"), "–ês" ("neozelandês"), "–ino" ("argentino"), "–ita" ("iemenita"), "–ol" ("mongol"), "–ota" ("cipriota").

Assim, é comum que a um mesmo topônimo correspondam em português múltiplas formas gentílicas dicionarizadas. Para a República do Mali, por exemplo, dicionários registram como válidas as formas "malinês", "malinense", "malense", "malês" e "maliano" – sendo esta última, porém, praticamente a única com efetivo uso corrente. A abundância de formas constantes de vocabulários e dicionários não implica a existência do mesmo número de formas em uso prático e corrente. A rigor, independentemente dos registros, uma única forma acaba por consolidar-se no uso geral da língua – o mesmo processo, aliás, pelo qual passou o gentílico "brasileiro", antes de suplantar as até hoje registradas "brasilense", "brasiliense", "brasiliano", "brasílico", "brasilíada", "brasílio" e "brasil".

Neste trabalho de consolidação, procurou-se apresentar uma lista de viés pragmático, que indica, em vez de todas as formas existentes, apenas uma forma recomendável (com algumas poucas exceções), com base no número de registros em enciclopédias, dicionários e vocabulários brasileiros e de demais países lusófonos, no uso em meios de comunicação e organismos internacionais. Em relação aos gentílicos apresentados para países africanos, foi dada preferência às formas amplamente usadas nos países lusófonos africanos, mesmo quando divergiam das formas preferidas por dicionaristas brasileiros e portugueses (é o caso, por exemplo, de "burundês", praticamente a única forma usada nos países lusófonos africanos, onde de fato se escreve com frequência sobre o Burundi, mas ignorada por vocabulários brasileiros e portugueses, que trazem, porém, numerosas formas de limitado uso, como **burundiano*, **burundinês* e **burúndio*).

7.2. Topônimos e gentílicos do Brasil e dos demais países de língua portuguesa

O Comitê de Nomes Geográficos (CNGEO), que integra a Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), tem por função promover a padronização de nomes geográficos dentro do território da República Federativa do Brasil, assim como dos nomes estrangeiros que serão inseridos em produtos cartográficos nacionais.

Em cooperação com outras instituições federais, governos estaduais ou municipais, promove ações objetivando a revisão de nomes para posterior padronização. Cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) manter um Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB) que pode ser consultado na página daquele instituto.

Para topônimos e gentílicos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, dever-se-á seguir o uso oficialmente feito nos próprios países – sirva de exemplo Kwanza, nome de rio de Angola, de duas províncias do país (Kwanza Norte e Kwanza Sul) e da moeda do país (nesse caso, com minúscula, como os demais nomes de moedas: *As transações poderão ser feitas em escudos, euros, francos, kwanzas, meticais ou reais.*

A Guiné-Bissau e Timor-Leste mantiveram os hifens em seus nomes, tendo sido exceções admitidas à regra do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa sobre limitação do uso do hífen a casos especiais de topônimos compostos (“os iniciados pelo adjetivo *grã*, *grão*, ou por forma verbal, ou cujos elementos estejam ligados por artigo”) e consequente abolição nos demais casos, como Antígua e Barbuda, Papua Nova Guiné, São Vicente e Granadinas, etc.

Também o emprego ou não de artigo definido com nomes de cidades, estados e países lusófonos deverá seguir o uso oficial local. Nos casos de países, portanto, usam-se, com artigo, os nomes do Brasil, da Guiné-Bissau e da Guiné Equatorial; e, sem artigo, Angola, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (“em Timor-Leste”, “de Timor-Leste”, não “do”, “no”).

Dos estados brasileiros, usam-se com artigo definido: o Acre, o Amapá, o Amazonas, a Bahia, o Ceará, o Espírito Santo, o Maranhão, o Pará, a Paraíba, o

Paraná, o Piauí, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Norte, o Rio Grande do Sul, o Tocantins. Usam-se sem artigo: Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

7.3. Lista de topônimos e gentílicos em português

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
o Afeganistão	a República Islâmica do Afeganistão	Cabul (Kabul)	afegão	1
a África do Sul	a República da África do Sul	Pretória (Tshwane) Cidade do Cabo (Cape Town) Bloemfontein	sul-africano	2
a Albânia	a República da Albânia	Tirana	albanês	
a Alemanha	a República Federal da Alemanha	Berlim (Berlin)	alemão	3
Andorra	o Principado de Andorra	Andorra-a-Velha	andorrano	
Angola	a República de Angola	Luanda	angolano	4
Antígua e Barbuda	Antígua e Barbuda	Saint John's	antiguano	
a Arábia Saudita	o Reino da Arábia Saudita	Riade (Riyadh)	saudita	5
a Argélia	a República Argelina Democrática e Popular	Argel (Algiers)	argelino	6
a Argentina	a República Argentina	Buenos Aires	argentino	7
a Armênia	a República da Armênia	Ierevan	armênio	
a Austrália	a Comunidade da Austrália	Camberra	australiano	
a Áustria	a República da Áustria	Viena (Wien)	austríaco	
o Azerbaijão	a República do Azerbaijão	Baku	azerbaijano	
(as) Bahamas	a Comunidade das Bahamas	Nassau	bahamense	

1. O gentílico referente ao Afeganistão é afegão (plural: afegãos; femininos: afegã, afegãs). O antigo gentílico “afegane” hoje se usa apenas para o nome da moeda do Afeganistão (portanto, apenas como substantivo). São línguas oficiais do Afeganistão o pastó e o persa dari.

2. Pretória é a capital administrativa, sede do poder executivo e das embaixadas estrangeiras; a Cidade do Cabo é a capital legislativa (sede do parlamento), e Bloemfontein, a capital judiciária. As províncias da África do Sul são: Cabo Ocidental; Cabo Oriental; Cabo Setentrional; Estado Livre; Gauteng; KwaZulu-Natal; Limpopo; Mpumalanga; Noroeste. O país tem 11 línguas oficiais: africanse (e também africâner), inglês, ndebele, sesoto, sesoto do norte, setsuana, suázi, tsonga, venda, xhosa e zulu.

3. Os estados da Alemanha são: Baden-Württemberg, Baixa Saxônia, Baviera, Berlim, Brandemburgo, Bremen, Hamburgo, Hessen, Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Renânia do Norte-Westfália, Renânia-Palatinado, Sarre, Saxônia, Saxônia-Anhalt, Schleswig-Holstein e Turíngia. Devem-se aportuguesar, ainda, as regiões da Baviera: Alto Palatinado, Suábia, Alta Baviera, Baixa Baviera, Alta Francônia, Baixa Francônia e Média Francônia. Aportuguesar também: Berlim, Colônia, Hamburgo e Munique. Devem-se manter inalterados os demais topônimos, incluídos: Aachen, Bonn, Braunschweig, Bremen, Bielefeld, Chemnitz, Darmstadt, Dortmund, Duisburg, Düsseldorf, Essen, Frankfurt, Freiburg, Giessen, Hamelin, Hannover, Karlsruhe, Kassel, Leipzig, Lübeck, Lüneburg, Mainz, Magdeburg, Münster, Neubrandeburg, Nürnberg, Potsdam, Regensburg, Stuttgart, Trier, Wuppertal, etc.

4. O Acordo Ortográfico em vigor (1990) menciona especificamente o nome “Kwanza” como exemplo de palavra a ser escrita com as letras “k” e “w” em português. Kwanza Norte e Kwanza Sul são duas das onze províncias de Angola; a moeda de Angola é o kwanza (com inicial minúscula).

5. A capital da Arábia Saudita é Riade. A cidade de Gidá é por vezes chamada de “capital comercial” por ser o centro econômico do país, abrigar o principal porto saudita e o aeroporto que serve as cidades de Meca e Medina. As embaixadas estrangeiras na Arábia Saudita situavam-se em Gidá até 1984, tendo desde então sido transferidas para Riade.

6. As duas línguas oficiais da Argélia são o árabe e o amazigue (berbere). Com exceção da capital, Argel, usar todos os demais nomes de cidades na versão francesa: Constantine, Oran, etc.

7. De modo geral, o nome oficial a ser usado é “República Argentina”. O chefe de estado do país é oficialmente intitulado, porém, “presidente da Nação Argentina”. Os únicos nomes de cidade e província da Argentina que devem ser aportuguesados são Santa Fé e Rosário. Usar ainda em português os nomes “ilhas Malvinas” e os nomes das ilhas Geórgias do Sul e das ilhas Sandwich do Sul (por exemplo, na expressão “as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes”).

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
o Bangladesh	a República Popular do Bangladesh	Daca (Dhaka)	bangladês bangladense	
Barbados	Barbados	Bridgetown	barbadiano	
o Bahrein	o Reino do Bahrein	Manama	bahreinita	
a Bélgica	o Reino da Bélgica	Bruxelas	belga	8
Belize	Belize	Belmopan	belizenho	
o Benim	a República do Benim	Porto Novo (Porto-Novo) Cotonou [*pronúncia: Cotonú*]	beninês	9
a Belarus	a República da Belarus	Minsk	belarusso	10
a Bolívia	o Estado Plurinacional da Bolívia	La Paz Sucre	boliviano	11
a Bósnia	a Bósnia e Herzegovina	Sarajevo	bósnio	12
o Botsuana	a República do Botsuana	Gaborone	botsuanês	
o Brasil	a República Federativa do Brasil	Brasília	brasileiro	
o Brunei	o Estado do Brunei Darussalam	Bandar Seri Begawan	bruneíno	
a Bulgária	a República da Bulgária	Sófia	búlgaro	
o Burkina Faso	o Burkina Faso	Uagadugu (Ouagadougou)	burkineonse burkinabé	
o Burundi	a República do Burundi [*pronúncia: Burúndi*]	Bujumbura	burundês	
o Butão	o Reino do Butão	Thimphu [*pronúncia: Timpú*]	butanês	
Cabo Verde	a República de Cabo Verde	Praia	cabo-verdiano	13
o Cameroun (Camarões)	a República do Cameroun (Camarões) (*pronúncia: Camerún*)	Iaundê	camerounês	
o Camboja	o Reino do Camboja	Phnom Penh [*pronúncia: Pnom -*]	cambojano	
o Catar	o Estado do Catar	Doha	catariano	
o Canadá	o Canadá	Ottawa	canadense	14
o Cazaquistão	a República do Cazaquistão	Astana	cazaque	
o Chade	a República do Chade	N'Djamena	chadiano	
o Chile	a República do Chile	Santiago	chileno	15

8. A Bélgica é formalmente composta por três regiões: Bruxelas, Flandres e Valônia. A região de Flandres é composta pelas seguintes províncias: Antuérpia, Brabante Flamengo, Flandres Ocidental, Flandres Oriental e Limburgo. A Valônia é composta pelas seguintes províncias: Brabante, Valão, Hainaut, Liège, Luxemburgo e Namur. Quanto a cidades, devem-se aportuguesar os nomes de Antuérpia (em neerlandês, Antwerpen; em francês, Anvers), Bruges (em neerlandês, Brugge; em francês, Bruges), Bruxelas (em neerlandês, Brussel; em francês, Bruxelles). Nos demais casos, use-se o nome empregado localmente, seja em francês, seja em neerlandês (Gent, Liège, Leuven, Louvain-la-Neuve, Charleroi, Verviers, etc).

9. Porto-Novo é a capital oficial; Cotonou é a sede do governo e do corpo diplomático. Cotonou pronuncia-se "Cotonú"; Abomey pronuncia-se "Abomé", e Ouidah pronuncia-se "Uidá".

10. Após o fim da União Soviética, a antiga "República Socialista Soviética da Bielorrússia" tornou-se independente, sob o nome de República da Belarus (nome oxítono: a sílaba tônica é "–rus"). O gentílico é belarusso.

11. Sucre é a "capital constitucional". La Paz (oficialmente: "Nuestra Señora de La Paz"; gentílico: pacenho) é a sede do governo. Nenhum topônimo deve ser aportuguesado – usem-se as formas locais: Cobija, Cochabamba, Guayaramerín, Puerto Quijarro, Santa Cruz de la Sierra, etc.

12. O "j" em geral pronuncia-se como "i": Sarajevo pronuncia-se "Saraievo". A terminação "-ica" pronuncia-se como "-itza": Srebrenica pronuncia-se "Srebrenitza".

13. O nome da capital usa-se, em Cabo Verde, com artigo: "...reunidos na cidade da Praia, capital de Cabo Verde..."); seu gentílico é "praiense".

14. Em Portugal e nos demais países lusófonos, usa-se preferivelmente o gentílico "canadiano", igualmente válido. O Canadá é composto por dez províncias e três territórios. A embaixada canadense em Brasília usa os seguintes nomes em português para as dez províncias canadenses: Alberta, Colúmbia Britânica, Manitoba, Novo Brunswick, Terra Nova e Labrador, Nova Escócia, Ontário, Ilha do Príncipe Eduardo, Quebec e Saskatchewan. Os três territórios são Nunavut, os Territórios do Noroeste e o Yukon. Não aportuguesar os nomes de cidades: Halifax, Montreal, Ottawa, Vancouver, Winnipeg, etc. Usar "Cidade do Quebec".

15. O poder legislativo chileno tem sede em Valparaíso.

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
a China	a República Popular da China	Pequim (Beijing)	chinês	16
Chipre	a República de Chipre	Nicósia	cipriota	17
a Colômbia	a República da Colômbia	Bogotá	colombiano	18
(as) Comores	a União das Comores	Moroni	comoriano	
a República do Congo o Congo Brazzaville	a República do Congo	Brazzaville	congolês	19
o Congo Kinshasa a RDC	a República Democrática do Congo	Kinshasa	congolês	18
a Coreia do Sul	a República da Coreia	Seul (Seoul)	sul-coreano	20
a Coreia do Norte	a República Popular Democrática da Coreia	Pyongyang	norte-coreano	19
a Costa do Marfim *ou* a Côte d'Ivoire	a República da Côte d'Ivoire *ou* a República da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim)	Yamoussoukro Abidjã	costa-marfinense marfinense	21
a Costa Rica	a República da Costa Rica	São José	costa-ricense	
a Croácia	a República da Croácia	Zagreb	croata	
Cuba	a República de Cuba	Havana (La Habana)	cubano	
a Dinamarca	o Reino da Dinamarca	Copenhague (København)	dinamarquês	22
o Djibouti	a República do Djibouti	Djibouti *[pronúncia: Djibutí]*	djiboutiano	
a Dominica	a Comunidade da Dominica	Roseau *[pronúncia: Rozô]*	dominiquense	
o Egito	a República Árabe do Egito	Cairo	egípcio	
El Salvador	a República de El Salvador	São Salvador	salvadorenho	
os Emirados Árabes	os Emirados Árabes Unidos	Abu Dhabi	emiradense emirático	
o Equador	a República do Equador	Quito	equatoriano	
a Eritreia	o Estado da Eritreia	Asmara	eritreu	
a Eslováquia	a República Eslovaca	Bratislava	eslovaco	
a Eslovênia	a República da Eslovênia	Liubliana (Ljubljana)	esloveno	
a Espanha	o Reino da Espanha	Madri (Madrid)	espanhol	

---

16. Gentílico de Macau: macaense. Usar, nas formas tradicionais portuguesas, Cantão, Nanquim, Pequim, Tibete e Xangai – e, na forma tradicional inglesa, Hong Kong (sem hífen).

17. O nome do país não admite artigo em português. Diz-se: "República de Chipre", "em Chipre", "missão a Chipre", "governo de Chipre". Para a autoproclamada "República Turca do Norte de Chipre", usar essa forma ("a autoproclamada 'República Turca do Norte de Chipre'").

18. Gentílico de Bogotá: bogotano.

19. Pode-se excepcionalmente usar "o Congo" como forma abreviada (não oficial), desde que não haja risco de ambiguidade com o país vizinho de mesmo nome.

20. Pode-se usar, como forma abreviada (não oficial), "a Coreia", e, como gentílico, "coreano", desde que não haja risco de ambiguidade com o país vizinho.

21. Em 1983, oficializou-se a mudança da capital marfinense, de Abidjã para Yamoussoukro. A maioria das instituições governamentais e das embaixadas no país continua sediada em Abidjã. Em 1986, o governo do país pediu formalmente que todos os países passassem a empregar exclusivamente a forma em francês "Côte d'Ivoire" para se referir ao país. Em toda comunicação dirigida a autoridades do país, em notas verbais, em documentos oficiais, atos bilaterais, etc., use- se, portanto, a forma "a República da Côte d'Ivoire". Em comunicações dirigidas a brasileiros – inclusive no encaminhamento de textos de acordos ou de indicações de embaixadores ao Congresso Nacional, por exemplo –, em notas à imprensa, informações públicas, etc., é recomendável a forma "Côte d'Ivoire (Costa do Marfim)".

22. O Reino da Dinamarca inclui a Groenlândia (gentílico: groenlandês) e as Ilhas Féroe (gentílicos: feroês ou feroico). Outros nomes a aportuguesar são: Frísia, Jutlândia, Zelândia. Manter os demais nomes no original dinamarquês: Aarhus, Aalborg, Als (ilha), Ejsberg, Kolding, Odense, Vejle, etc.

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
os Estados Unidos os EUA	os Estados Unidos da América	Washington	estadunidense (norte-)americano	23
a Estônia	a República da Estônia	Talin	estoniano	
a Etiópia	a República Democrática Federal da Etiópia	Adis Abeba (Addis Ababa)	etíope	24
Fiji	a República de Fiji	Suva	fijiano	
as Filipinas	a República das Filipinas	Manila	filipino	25
a Finlândia	a República da Finlândia	Helsinque	finlandês	
a França	a República Francesa	Paris	francês	26
o Gabão	a República Gabonesa	Libreville	gabonês	
a Gâmbia	a República da Gâmbia	Banjul	gambiano	
(o) Gana	a República de Gana	Acra (Accra)	ganês ou ganense	27
a Geórgia	a Geórgia	Tbilisi	georgiano	28
Granada	Granada	Saint George's	granadino	
a Grécia	a República Helênica	Atenas	grego	
a Guatemala	a República da Guatemala	Cidade da Guatemala	guatemalteco	29
a Guiana	a República Cooperativa da Guiana	Georgetown	guianês	
a Guiné a Guiné Conacri *ou* a República da Guiné	a República da Guiné	Conacri	guineense	30

23. A rigor, "americano" é o gentílico de "América" ou "Américas"; "norte-americano", o gentílico de "América do Norte"; e "estadunidense", o gentílico de "Estados Unidos". Quando o contexto não permite interpretações dúbias, podem-se usar as formas "americano" ou "norte-americano" com referência aos EUA. Para assegurar maior clareza, pode ser preferível ao uso de gentílicos o uso de locuções: "[o governo] dos Estados Unidos", "dos EUA", etc. Gentílico de Porto Rico: porto-riquenho; capital de Porto Rico: San Juan. Gentílico de Guam: guamês. Além de eventuais particularidades, como "South" para "do Sul", "North" para "do Norte" e "New" para "Nova" (por exemplo: Dakota do Sul, Carolina do Norte, Nova York), aportuguesar apenas os nome dos seguintes estados: Alasca, Califórnia, Flórida, Havaí, Novo México, Pensilvânia, Virgínia e Virgínia Ocidental – além do Distrito de Colúmbia. Dos nomes de cidades, aportuguesar: Colúmbia, Filadélfia, Indianápolis, Santa Fé e São Francisco. Em todos os demais casos, usar as formas em inglês.

24. Embora não haja língua oficial, o amárico é a "língua de trabalho" do governo etíope. Usar a grafia Tigré (região) / tigré (nome do povo e de sua língua).

25. As Filipinas têm duas línguas oficiais, o inglês e o tagalo. O tagalo é também a "língua nacional".

26. Reforma administrativa em 2015 estabeleceu que são dezessete as regiões da França: doze regiões na Europa e cinco regiões ultramarinas. As doze regiões na porção europeia da França são: 1) Alsácia, Champanhe-Ardenas e Lorena; 2) Aquitânia, Limousin e Poitou-Charentes; 3) Auvérnia e Ródano-Alpes; 4) Borgonha e Franco Condado; 5) Bretanha; 6) Centro-Vale do Loire; 7) Córsega; 8) Île-de-France; 9) Languedoc-Roussillon e Midi-Pireneus; 10) Normandia; 11) Norte-Pas-de-Calais e Picardia; 12) Provença-Alpes-Côte-d'Azur. As cinco regiões ultramarinas são Guadalupe, a Guiana Francesa (cuja capital é Caiena), a Martinica, Mayotte e a Reunião. A França tem, ainda, cinco coletividades ultramarinas: a Polinésia Francesa; São Bartolomeu; Saint-Pierre e Miquelon; Saint- Martin (na ilha caribenha de São Martinho); e Wallis e Futuna. A Nova Caledônia tem o *status* de "território *sui generis* da França". Aportuguesar, ainda, os seguintes topônimos: Cherburgo, Estrasburgo, Mancha. Usar todos os demais topônimos nas formas francesas (mesmo os que tenham formas tradicionais portuguesas, hoje desusadas): Avignon, Nîmes, Octeville, Rouen, etc.

27. Nos demais países lusófonos, costuma-se usar com artigo: o Gana; do Gana; no Gana.

28. A capital da Geórgia é Tbilisi; o parlamento situa-se na cidade de Kutaisi. Para as regiões autônomas autoproclamadas independentes, usar estas formas: «a autoproclamada "República da Abcásia"»; «a autoproclamada "República da Ossétia do Sul"».

29. Para a moeda da Guatemala, usar, em português, quetzal.

30. Pode-se excepcionalmente usar "a Guiné" como forma abreviada (não oficial), desde que não haja risco de ambiguidade com relação às duas outras repúblicas de mesmo nome curto. O gentílico "guineense" também só pode ser usado quando não houver absolutamente nenhum risco de ambiguidade. Os habitantes da Guiné Equatorial são ditos "equato-guineenses". Tradicionalmente, "guineense", em português, é entendido como referente à Guiné-Bissau, país lusófono; quando necessário especificar que se trata deste país, e não da vizinha República da Guiné (Guiné Conacri), usa-se a forma "bissau-guineense". Para se referir aos habitantes do país vizinho, os habitantes da Guiné-Bissau usam a forma "conacri-guineense". Em caso de possível ambiguidade, devem-se usar locuções: "da Guiné-Bissau", "da Guiné Conacri" (ou "da República da Guiné"), etc.

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
a Guiné-Bissau	a República da Guiné-Bissau	Bissau	guineense bissau-guineense	30
a Guiné Equatorial	a República da Guiné Equatorial	Malabo	equato-guineense	
o Haiti	a República do Haiti	Porto Príncipe (Port-au-Prince)	haitiano	
Honduras	a República de Honduras	Tegucigalpa	hondurenho	31
a Hungria	a Hungria	Budapeste (Budapest)	húngaro	32
o Iêmen	a República do Iêmen	Sanaa	iemenita	
as Ilhas Cook	as Ilhas Cook	Avarua	cookiano	
as Ilhas Marshall	a República das Ilhas Marshall	Majuro	marshallês	
as Ilhas Salomão	as Ilhas Salomão	Honiara	salomonense	
a Índia	a República da Índia	Nova Delhi	indiano	
a Indonésia	a República da Indonésia	Jacarta (Jakarta)	indonésio	
o Irã	a República Islâmica do Irã	Teerã (Tehran)	iraniano	33
o Iraque	a República do Iraque	Bagdá (Baghdad)	iraquiano	
a Irlanda	a Irlanda	Dublin	irlandês	
a Islândia	a Islândia	Reiquiavique	islandês	
Israel	o Estado de Israel	—	israelense	34
a Itália	a República Italiana	Roma	italiano	
a Jamaica	a Jamaica	Kingston	jamaicano	
o Japão	o Japão	Tóquio (Tokyo)	japonês	35
a Jordânia	o Reino Haxemita da Jordânia	Amã (Amman)	jordaniano	
Kiribati	a República do Kiribati	Tarawa	kiribatiano	
o Kuwait	o Estado do Kuwait	Cidade do Kuwait	kuwaitiano	
o Laos	a República Democrática Popular do Laos	Vientiane	laosiano	
o Lesoto	o Reino do Lesoto	Maseru	lesotiano	
a Letônia	a República da Letônia	Riga	letão	
o Líbano	a República Libanesa	Beirute (Beirut)	libanês	
a Libéria	a República da Libéria	Monróvia	liberiano	
a Líbia	a Líbia	Trípoli	líbio	36
(o) Liechtenstein	o Principado de Liechtenstein	Vaduz	liechtensteiniano	
a Lituânia	a República da Lituânia	Vilnius	lituano	
(o) Luxemburgo	o Grão-Ducado de Luxemburgo	Luxemburgo	luxemburguês	
a Macedônia	a República da Macedônia	Skopje [*pronúncia: Skópie*]	macedônio	
Madagascar	a República do Madagascar	Antananarivo	madagascarense malgaxe	

31. Segundo a constituição hondurenha, as cidades de Tegucigalpa e Comayagüela, juntas, formam o "Distrito Central", e "[a]s cidades de Tegucigalpa e Comayagüela, conjuntamente, constituem a capital da República". Os três poderes têm sede em Tegucigalpa, razão pela qual apenas esta é comumente considerada "a capital de Honduras".

32. A Hungria é dividida em sete regiões: Transdanúbia Ocidental, Transdanúbia Meridional, Transdanúbia Central, Hungria Central, Hungria Setentrional, Grande planície setentrional, Grande planície meridional.

33. A língua oficial do Irã é o persa (chamado, em persa, "farsi").

34. Israel declarou Jerusalém "unificada" sua capital por meio de lei israelense de julho de 1980. A declaração foi considerada ilegal e a lei nula pela Resolução 478 (1980) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os países representados por embaixadas em Israel as mantêm na área de Tel Aviv.

35. Dos topônimos japoneses, devem ser usados em versão aportuguesada apenas Tóquio, Nagoia e Quioto. Nos demais casos, usar a romanização oficial japonesa: Fuji, Fukushima, Hamamatsu, Hiroshima, Kobe, Nagasaki, Osaka, Yokohama, etc.

36. As três regiões da Líbia são a Cirenaica, a Fazânia e a Tripolitânia.

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
a Malásia	a Malásia	Kuala Lumpur	malásio[37]	38
o Malawi	a República do Malawi *[pronúncia: Maláui]*	Lilongwe	malawiano	
as Maldivas	a República das Maldivas	Malé	maldivo	
o Mali	a República do Mali	Bamako	maliano	39
Malta	a República de Malta	Valletta	maltês	
o Marrocos	o Reino do Marrocos	Rabat	marroquino	
Maurício	a República de Maurício	Port Louis	mauriciano	
a Mauritânia	a República Islâmica da Mauritânia	Nouakchott	mauritano	
o México	os Estados Unidos Mexicanos	Cidade do México	mexicano	40
(o) Myanmar	a República da União de Myanmar	Nay Pyi Taw [*pronúncia: Nê Pii Dó*] Yangon	myanmarense	41
a Micronésia	os Estados Federados da Micronésia	Palikir	micronésio	
Moçambique	a República de Moçambique	Maputo	moçambicano	
a Moldova	a República da Moldova	Chisinau [*pronúncia: Kishinau*]	moldovo	42
Mônaco	o Principado de Mônaco	Mônaco	monegasco	
a Mongólia	a Mongólia	Ulan Bator *[tônica: -bá-]*	mongol	
Montenegro	Montenegro	Podgorica *[pronúncia: Podgoritza]*	montenegrino	43
a Namíbia	a República da Namíbia	Windhoek *[pronúncia: Vindúk]*	namibiano	
Nauru	a República de Nauru	Yaren	nauruano	44
o Nepal	a República Democrática Federal do Nepal	Katmandu	nepalês	
a Nicarágua	a República da Nicarágua	Manágua	nicaraguense	
o Níger	a República do Níger	Niamey	nigerino	
a Nigéria	a República Federal da Nigéria	Abuja	nigeriano	45
Niue	Niue	Alofi	niuiano	

37 O gentílico malaio se refere à etnia, não à nacionalidade.

38. Kuala Lumpur é a capital oficial da Malásia; Putrajaya é a sede administrativa e capital judiciária.

39. A forma tradicional em português é oxítona – por essa razão, escrita sem acento. Ocorre com cada vez mais frequência a pronúncia paroxítona. Independentemente da pronúncia acolhida, recomenda-se, com vistas à padronização, o uso exclusivo, na escrita, da forma Mali.

40. Com exceção de "Cidade do México", usar os nomes de todas as cidades e estados mexicanos na forma original, em espanhol.

41. A capital myanmarense foi oficialmente transferida de Yangon para Nay Pyi Taw em 2006. O gentílico "birmanês" refere-se à língua e à etnia majoritárias no país.

42. Para a etnia e língua referentes à Gagaúzia, usar gagauz (sem acento), plural gagaúzes. Usar as grafias Transnístria e Dniestre (nome do rio).

43. Podgorica (pronúncia: *Podgoritza*) é a capital de Montenegro; Cetinhe (pronúncia: *Cetinhe*) é considerada "capital histórica".

44. Nauru não tem uma capital oficial. O país é dividido em 14 distritos administrativos. O governo fica sediado no distrito de Yaren.

45. Acentuar Ifé e Oyó. Manter os demais topônimos na versão original (Ibadan, etc.).

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
a Noruega	o Reino da Noruega	Oslo	norueguês	
a Nova Zelândia	a Nova Zelândia	Wellington	neozelandês	46
Omã	o Sultanato de Omã	Mascate	omani	
os Países Baixos	o Reino dos Países Baixos	Amsterdã Haia (Den Haag)	neerlandês	47
Palau	a República de Palau	Melekeok	palauano	
a Palestina	o Estado da Palestina	Jerusalém Leste	palestino	48
o Panamá	a República do Panamá	Cidade do Panamá	panamenho	
a Papua Nova Guiné	o Estado Independente da Papua Nova Guiné	Port Moresby	papua papuásio	
o Paquistão	a República Islâmica do Paquistão	Islamabade	paquistanês	49
o Paraguai	a República do Paraguai	Assunção (Asunción)	paraguaio	50
o Peru	a República do Peru	Lima	peruano	51
a Polônia	a República da Polônia	Varsóvia (Warszawa)	polonês polaco	52
Portugal	a República Portuguesa	Lisboa	português	
o Quênia	a República do Quênia	Nairóbi	queniano	
o Quirguistão	a República Quirguiz	Bisqueque	quirguiz	
o Reino Unido	o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Londres (London)	britânico	53
a República Centro-Africana	a República Centro-Africana	Bangui	centro-africano	54
a República Tcheca	a República Tcheca	Praga	tcheco	

46. Para o território administrado pela Nova Zelândia, usar a grafia Tokelau (gentílico: tokelauano). Todos os nomes de cidades neozelandesas devem ser mantidos na grafia original, sem aportuguesamentos.

47. Amsterdã é a capital constitucional, mas os poderes legislativo, executivo e judiciário e as embaixadas estrangeiras estão sediados em Haia. Não aportuguesar: Haarlem, Maastricht, Utrecht. Ademais de sua porção europeia ou "continental", o Reino dos Países Baixos inclui ainda três "países autônomos" insulares, no Caribe: Aruba, Curaçao e Sint Maarten (esta última na ilha de São Martinho, dividida com a França). Embora se refira apenas a uma região da porção continental dos Países Baixos, o nome "Holanda" é usado pelo próprio país em contextos esportivos ou de promoção turística. A própria embaixada do país em Portugal chama-se "Embaixada da Holanda em Lisboa". O nome "Holanda" pode ser usado, portanto, em contextos informais – especialmente quando de fato se estiver referindo à região do país oficialmente denominada Holanda (dividida em Holanda do Norte e Holanda do Sul): as cidades de Amsterdã, Haarlem, Haia e Roterdã, por exemplo, estão todas efetivamente situadas em território holandês. Em seu *site*, a embaixada neerlandesa em Brasília informa que "a língua dos Países Baixos, o neerlandês ou holandês, é o idioma materno de mais de 21 milhões de holandeses e flamengos".

48. Muitos países, inclusive o Brasil, reconhecem Jerusalém Leste como capital da Palestina. A sede administrativa do governo palestino está em Ramala.

49. Usar, em português, a grafia Caxemira. Manter inalterados os demais topônimos, como Karachi, Faisalabad, Hyderabad, Lahore, Nasirabad e Peshawar. A terminação "-stan" pode ser aportuguesada: Balochistão, Waziristão, etc.

50. O único topônimo paraguaio que admite aportuguesamento é o nome da capital, Assunção. Usar todos os demais topônimos na forma em espanhol (Ciudad del Este, Concepción, Encarnación, Filadelfia, Salto del Guairá, etc.).

51. Usar todos os topônimos peruanos na forma original em espanhol. Para a cidade chamada Cusco ou Cuzco em espanhol, usar, em português, apenas a forma Cusco.

52 Galícia, em português, é o nome de uma região da Europa central, entre a Polônia e a Ucrânia (gentílico: galiciano). A comunidade autônoma cujo nome em espanhol é *Galicia* é chamada, em português, Galiza. O gentílico é galego.

53. "Britânico" é o gentílico referente ao Reino Unido. A expressão inglesa "*Britain*" deve ser sempre traduzida por "Reino Unido" (que inclui Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte), e não por Grã-Bretanha (que inclui apenas os primeiros três). São dependências britânicas: Guernsey; Jersey; e Ilha de Man.

54. As duas línguas oficiais da República Centro-Africana são o francês e o bango. É preferível o uso da locução "da República Centro-Africana" em todos os casos em que o gentílico "centro-africano" possa ser interpretado, ambiguamente, como referente à região da África central.

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
a República Dominicana	a República Dominicana	São Domingos	dominicano	
a Romênia	a Romênia	Bucareste (București)	romeno	
Ruanda	a República de Ruanda	Kigali	ruandês	55
a Rússia	a Federação da Rússia	Moscou	russo	56
a Samoa	o Estado Independente da Samoa	Apia	samoano	57
Santa Lúcia	Santa Lúcia	Castries	santa-lucense	
São Cristóvão e Névis	a Federação de São Cristóvão e Névis	Basseterre	são-cristovense	
San Marino	a República de San Marino	San Marino	samarinês	
São Tomé e Príncipe	a República Democrática de São Tomé e Príncipe	São Tomé	santomense	
São Vicente e Granadinas	São Vicente e Granadinas	Kingstown	são-vicentino	
Seicheles	a República de Seicheles	Victoria	seichelense	
o Senegal	a República do Senegal	Dacar	senegalês	
a Serra Leoa	a República da Serra Leoa	Freetown	serra-leonês	
a Sérvia	a República da Sérvia	Belgrado (Beograd)	sérvio	
Singapura	a República de Singapura	Singapura	singapurense	
a Síria	a República Árabe da Síria	Damasco	sírio	
a Somália	a República Federal da Somália	Mogadíscio (Mogadishu)	somaliano somali	58
o Sri Lanka	a República Democrática Socialista do Sri Lanka	Colombo Kotte	sri-lankês	59
a Suazilândia	o Reino da Suazilândia	Mbabane	suázi	60
o Sudão	a República do Sudão	Cartum (Khartoum)	sudanês	
o Sudão do Sul	a República do Sudão do Sul	Juba	sul-sudanês	
a Suécia	o Reino da Suécia	Estocolmo (Stockholm)	sueco	
a Suíça	a Confederação Suíça	Berna	suíço	61

55. Nos demais países lusófonos, costuma-se usar com artigo: o Ruanda; do Ruanda; no Ruanda.

56. Usar as seguintes grafias: Adigueia, Anapa, Altai (gentílico: altaico), Buriátia (gentílico: buriata), Cabardino-Balcária, Calmúquia (gentílico: calmuco), Carélia (gentílico: carélio), Chechênia (gentílico: checheno), Daguestão (gentílico: daguestanês), Dubna, Elistá, Leningrado, Mordóvia (gentílico: mordoviano), Moscou (gentílico: moscovita), Murmansk, Nenétsia, Omsk, Oremburgo, Ossétia do Norte-Alânia, Samara, São Petersburgo (gentílico: petersburguês), Tartaristão, Tula, Udmúrtia, Ufá, Urais, Vladimir, Vladivostok, Volgogrado.

57. Podem-se usar denominações informais como "a Samoa Independente" ou "a antiga Samoa Ocidental", de modo a evitar confusão com a vizinha Samoa Americana, território dos EUA. O nome da capital, Apia, tem como vogal tônica o "i".

58. A língua é o somali. É preferível o uso de "somaliano" como gentílico, especialmente quando possível a confusão entre adjetivo pátrio e o nome da etnia somali – cuja presença não se limita ao território da atual Somália. Caso necessário referir-se ao ente político constituído no noroeste do país, cuja declaração de independência não é reconhecida por nenhum país membro da ONU, usar expressões como "a autoproclamada República da Somalilândia".

59. As duas línguas oficiais do país são o cingalês e o tâmil, que são também os nomes das duas principais etnias sri-lankesas. A sede dos poderes executivo e judiciário é Colombo. Oficialmente, porém, a capital sri-lankesa é a cidade de Sri Jayawardenapura Kotte, comumente chamada apenas Kotte. Vizinha e integrada a Colombo, Kotte sedia o legislativo sri-lankês.

60. Mbabane é a capital administrativa; Lobamba é a "capital legislativa e cerimonial".

61. As quatro línguas oficiais da Suíça são o alemão, o francês, o italiano e o romanche. Usar em português os seguintes topônimos: Basileia, Berna, Friburgo, Genebra, Grisões, Lucerna, Ticino e Zurique, além das segundas partes de Appenzell Exterior e Appenzell Interior. Usar, nos demais casos, a forma local: Aargau; Baden; Bellinzona; Graubünden; Jura; Neuchâtel; Nidwalden; Obwalden; Sankt Gallen; Schaffhausen; Schwyz; Solothurn; Thun; Thurgau; Uri; Vaud; Zug; etc. Para o cantão bilíngue de Valais/Wallis, pode-se usar a forma Valais.

Forma breve (com o artigo correspondente, quando admitido)	Nome oficial	Capital	Gentílico	Nota
o Suriname	a República do Suriname	Paramaribo	surinamês	
o Tajiquistão	a República do Tajiquistão	Dushambe	tajique	
a Tailândia	o Reino da Tailândia	Bangkok	tailandês	
a Tanzânia	a República Unida da Tanzânia	Dodoma Dar es Salaam	tanzaniano	62
Timor-Leste	a República Democrática de Timor-Leste	Díli	timorense	63
o Togo	a República Togolesa	Lomé	togolês	
Tonga	o Reino de Tonga	Nuku'alofa	tonganês	
Trinidad e Tobago	a República de Trinidad e Tobago	Port of Spain	trinitário	
a Tunísia	a República da Tunísia	Túnis	tunisiano	
o Turcomenistão	o Turcomenistão	Ashgabat	turcomeno	
a Turquia	a República da Turquia	Ancara (Ankara)	turco	
Tuvalu	Tuvalu	Funafuti	tuvaluano	64
a Ucrânia	a Ucrânia	Kiev (Kyiv)	ucraniano	65
o Uganda	a República do Uganda	Kampala	ugandês	
o Uruguai	a República Oriental do Uruguai	Montevidéu (Montevideo)	uruguaio	66
o Uzbequistão	a República do Uzbequistão	Tashkent	uzbeque	
Vanuatu	a República de Vanuatu	Port Vila	vanuatuense	67
o Vaticano	o Estado da Cidade do Vaticano	Cidade do Vaticano	vaticano	68
a Venezuela	a República Bolivariana da Venezuela	Caracas	venezuelano	
o Vietnã	a República Socialista do Vietnã	Hanói	vietnamita	
a Zâmbia	a República da Zâmbia	Lusaca	zambiano	
o Zimbábue	a República do Zimbábue	Harare	zimbabueano	

62. Em 1996, o governo tanzaniano transferiu a capital do país de Dar es Salaam para Dodoma. Muitas instituições governamentais, porém, continuam em Dar es Salaam.

63. O nome do país não admite artigo em português: "República de Timor-Leste", "em Timor-Leste", "missão a Timor-Leste", "governo de Timor-Leste".

64. Funafuti, a capital tuvaluana, é um atol, composto por várias ilhas e ilhotas. Fongafale é a maior ilha do atol.

65. Com exceção de Odessa e Kiev (que devem ser usadas nessas grafias, consagradas em português), usar, nos demais casos, a romanização ucraniana para os nomes de cidades: Chernobyl, Donetsk, Luhansk, Sumy, Lviv, etc. Gentílico de Kiev: kievense.

66. Gentílico de Montevidéu: montevideano. Os únicos topônimos uruguaios que admitem aportuguesamento são o nome da capital e Colônia do Sacramento. Nos demais casos, use as formas em espanhol: Chuy; Río Branco; Rivera; etc.

67. As três línguas oficiais de Vanuatu são o bislamá (que é também a "língua nacional" vanuatuense), o francês e o inglês.

68. O Estado da Cidade do Vaticano e a Santa Sé têm personalidades próprias e distintas; o Vaticano é um país – o menor do mundo – e, mais especificamente, uma cidade-estado, como o são Singapura e Mônaco. A Santa Sé, por sua vez, não é um estado, mas tem personalidade jurídica própria, inclusive anterior à da fundação do Estado da Cidade do Vaticano. Na atualidade, porém, os dois entes se confundem e os nomes "Santa Sé" e "Vaticano" são frequentemente usados indistintamente como sinônimos.

7.4. Nomes oficiais de países em inglês, espanhol e francês

INGLÊS	ESPANHOL	FRANCÊS
Afghanistan Islamic Republic of Afghanistan	Afganistán República Islámica de Afganistán	Afghanistan République islamique d'Afghanistan
Albania Republic of Albania	Albania República de Albania	Albanie République d'Albanie
Algeria People's Democratic Republic of Algeria	Argelia República Argelina Democrática y Popular	Algérie République algérienne démocratique et populaire
Andorra Principality of Andorra	Andorra Principado de Andorra	Andorre Principauté d'Andorre
Angola Republic of Angola	Angola República de Angola	Angola République d'Angola
Antigua and Barbuda Antigua and Barbuda	Antigua y Barbuda Antigua y Barbuda	Antigua-et-Barbuda Antigua-et-Barbuda
Argentina Argentine Republic	Argentina República Argentina	Argentine République argentine
Armenia Republic of Armenia	Armenia República de Armenia	Arménie République d'Arménie
Australia Commonwealth of Australia	Australia Commonwealth de Australia	Australie Commonwealth d'Australie
Austria Republic of Austria	Austria República de Austria	Autriche République d'Autriche
Azerbaijan Republic of Azerbaijan	Azerbaiyán República de Azerbaiyán	Azerbaïdjan République d'Azerbaïdjan
Bahamas Commonwealth of The Bahamas	Bahamas Commonwealth de las Bahamas	Bahamas Commonwealth des Bahamas
Bahrain Kingdom of Bahrain	Bahrein Reino de Bahrein	Bahreïn Royaume de Bahreïn
Bangladesh People's Republic of Bangladesh	Bangladés República Popular de Bangladés	Bangladesh République populaire du Bangladesh
Barbados Barbados	Barbados Barbados	Barbade Barbade
Belarus Republic of Belarus	Belarús República de Belarús	Bélarus République du Bélarus
Belgium Kingdom of Belgium	Bélgica Reino de Bélgica	Belgique Royaume de Belgique
Belize Belize	Belice Belice	Belize Belize
Benin Republic of Benin	Benín República de Benín	Bénin République du Bénin
Bhutan Kingdom of Bhutan	Bután Reino de Bután	Bhoutan Royaume du Bhoutan

Bolivia Plurinational State of Bolivia	Bolivia Estado Plurinacional de Bolivia	Bolivie État plurinational de Bolivie
Bosnia and Herzegovina Bosnia and Herzegovina	Bosnia y Herzegovina Bosnia y Herzegovina	Bosnie-Herzégovine Bosnie-Herzégovine
Botswana Republic of Botswana	Botsuana República de Botsuana	Botswana République du Botswana
Brazil Federative Republic of Brazil	Brasil República Federativa de Brasil	Brésil République fédérative du Brésil
Brunei Darussalam Negara Brunei Darussalam	Brunéi Estado de Brunéi Darussalam	Brunei État de Brunei Darussalam
Bulgaria Republic of Bulgaria	Bulgaria República de Bulgaria	Bulgarie République de Bulgarie
Burkina Faso Burkina Faso	Burkina Faso Burkina Faso	Burkina Faso Burkina Faso
Burundi Republic of Burundi	Burundi República de Burundi	Burundi République du Burundi
Cabo Verde Republic of Cabo Verde	Cabo Verde República de Cabo Verde	Cabo Verde République du Cabo Verde
Cambodia Kingdom of Cambodia	Camboya Reino de Camboya	Cambodge Royaume du Cambodge
Cameroon Republic of Cameroon	Camerún República de Camerún	Cameroun République du Cameroun
Canada Canada	Canadá Canadá	Canada Canada
Central African Republic Central African Republic	República Centroafricana República Centroafricana	Centrafrique République centrafricaine
Chad Republic of Chad	Chad República de Chad	Tchad République du Tchad
Chile Republic of Chile	Chile República de Chile	Chili République du Chili
China People's Republic of China	China República Popular China	Chine République populaire de Chine
Colombia Republic of Colombia	Colombia República de Colombia	Colombie République de Colombie
Comoros Union of the Comoros	Comoras Unión de las Comoras	Comores Union des Comores
Congo, Democratic Republic of Democratic Republic of the Congo	Congo, República Democrática del República Democrática del Congo	Congo (la République démocratique du) République démocratique du Congo
Congo, Republic of the Republic of the Congo	Congo, República del República del Congo	Congo République du Congo
Cook Islands Cook Islands	Islas Cook Islas Cook	Îles Cook Îles Cook
Costa Rica Republic of Costa Rica	Costa Rica República de Costa Rica	Costa Rica République du Costa Rica
Côte d'Ivoire Republic of Côte d'Ivoire	Côte d’Ivoire República de Côte d’Ivoire	Côte d’Ivoire République de Côte d’Ivoire
Croatia Republic of Croatia	Croacia República de Croacia	Croatie République de Croatie

Cuba Republic of Cuba	Cuba República de Cuba	Cuba République de Cuba
Cyprus Republic of Cyprus	Chipre República de Chipre	Chypre République de Chypre
Czechia Czech Republic	Chequia República Checa	Tchéquie République tchèque
Denmark Kingdom of Denmark	Dinamarca Reino de Dinamarca	Danemark Royaume du Danemark
Djibouti Republic of Djibouti	Yibuti República de Yibuti	Djibouti République de Djibouti
Dominica Commonwealth of Dominica	Dominica Commonwealth de Dominica	Dominique Commonwealth de Dominique
Dominican Republic Dominican Republic	República Dominicana República Dominicana	République dominicaine République dominicaine
Ecuador Republic of Ecuador	Ecuador República del Ecuador	Équateur République de l'Équateur
Egypt Arab Republic of Egypt	Egipto República Árabe de Egipto	Égypte République arabe d'Égypte
El Salvador Republic of El Salvador	El Salvador República de El Salvador	Salvador République du Salvador
Equatorial Guinea Republic of Equatorial Guinea	Guinea Ecuatorial República de Guinea Ecuatorial	Guinée équatoriale République de Guinée équatoriale
Eritrea State of Eritrea	Eritrea Estado de Eritrea	Érythrée État d'Érythrée
Estonia Republic of Estonia	Estonia República de Estonia	Estonie République d'Estonie
Ethiopia Federal Democratic Republic of Ethiopia	Etiopía República Democrática Federal de Etiopía	Éthiopie République démocratique fédérale d'Éthiopie
Fiji Republic of Fiji	Fiyi República de Fiyi	Fidji République des Fidji
Finland Republic of Finland	Finlandia República de Finlandia	Finlande République de Finlande
France French Republic	Francia República Francesa	France République française
Gabon Gabonese Republic	Gabón República Gabonesa	Gabon République gabonaise
The Gambia Republic of The Gambia	Gambia República de Gambia	Gambie République de Gambie
Georgia Georgia	Georgia Georgia	Géorgie Géorgie
Germany Federal Republic of Germany	Alemania República Federal de Alemania	Allemagne République fédérale d'Allemagne
Ghana Republic of Ghana	Ghana República de Ghana	Ghana République du Ghana
Greece Hellenic Republic	Grecia República Helénica	Grèce République hellénique
Grenada Grenada	Granada Granada	Grenade Grenade

Guatemala Republic of Guatemala	Guatemala República de Guatemala	Guatémala République du Guatémala
Guinea Republic of Guinea	Guinea República de Guinea	Guinée République de Guinée
Guinea-Bissau Republic of Guinea-Bissau	Guinea-Bissau República de Guinea-Bissau	Guinée-Bissau République de Guinée-Bissau
Guyana Cooperative Republic of Guyana	Guyana República Cooperativa de Guyana	Guyana République coopérative du Guyana
Haiti Republic of Haiti	Haití República de Haití	Haïti République d'Haïti
Honduras Republic of Honduras	Honduras República de Honduras	Honduras République du Honduras
Hungary Hungary	Hungría Hungría	Hongrie Hongrie
Iceland Iceland	Islandia Islandia	Islande Islande
India Republic of India	India República de la India	Inde République de l'Inde
Indonesia Republic of Indonesia	Indonesia República de Indonesia	Indonésie République d'Indonésie
Iran Islamic Republic of Iran	Irán República Islámica de Irán	Iran République islamique d'Iran
Iraq Republic of Iraq	Irak República de Irak	Iraq République d'Iraq
Ireland Ireland	Irlanda Irlanda	Irlande Irlande
Israel State of Israel	Israel Estado de Israel	Israël État d'Israël
Italy Italian Republic	Italia República Italiana	Italie République italienne
Jamaica Jamaica	Jamaica Jamaica	Jamaïque Jamaïque
Japan Japan	Japón Japón	Japon Japon
Jordan Hashemite Kingdom of Jordan	Jordania Reino Hachemita de Jordania	Jordanie Royaume hachémite de Jordanie
Kazakhstan Republic of Kazakhstan	Kazajistán República de Kazajistán	Kazakhstan République du Kazakhstan
Kenya Republic of Kenya	Kenia República de Kenia	Kenya République du Kenya
Kiribati Republic of Kiribati	Kiribati República de Kiribati	Kiribati République des Kiribati
(North) Korea Democratic People's Republic of Korea	Corea (del Norte) República Popular Democrática de Corea	Corée (du Nord) République populaire démocratique de Corée
(South) Korea Republic of Korea	Corea (del Sur) República de Corea	Corée (du Sud) République de Corée
Kuwait State of Kuwait	Kuwait Estado de Kuwait	Koweït État du Koweït

Kyrgyzstan Kyrgyz Republic	Kirguistán República Kirguisa	Kirghizstan République kirghize
Laos Lao People's Democratic Republic	Laos República Democrática Popular de Laos	Laos République démocratique populaire lao
Latvia Republic of Latvia	Letonia República de Letonia	Lettonie République de Lettonie
Lebanon Lebanese Republic	Líbano República Libanesa	Liban République libanaise
Lesotho Kingdom of Lesotho	Lesoto Reino de Lesoto	Lesotho Royaume du Lesotho
Liberia Republic of Liberia	Liberia República de Liberia	Libéria République du Libéria
Libya Libya	Libia Libia	Libye Libye
Liechtenstein Principality of Liechtenstein	Liechtenstein Principado de Liechtenstein	Liechtenstein Principauté de Liechtenstein
Lithuania Republic of Lithuania	Lituania República de Lituania	Lituanie République de Lituanie
Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	Luxemburgo Gran Ducado de Luxemburgo	Luxembourg Grand-Duché de Luxembourg
Macedonia Republic of Macedonia	Macedonia República de Macedonia	Macédoine République de Macédoine
Madagascar Republic of Madagascar	Madagascar República de Madagascar	Madagascar République de Madagascar
Malawi Republic of Malawi	Malaui República de Malaui	Malawi République du Malawi
Malaysia Malaysia	Malasia Malasia	Malaisie Malaisie
Maldives Republic of Maldives	Maldivas República de Maldivas	Maldives République des Maldives
Mali Republic of Mali	Mali República de Mali	Mali République du Mali
Malta Republic of Malta	Malta República de Malta	Malte République de Malte
Marshall Islands Republic of the Marshall Islands	Islas Marshall República de las Islas Marshall	Marshall République des Îles Marshall
Mauritania Islamic Republic of Mauritania	Mauritania República Islámica de Mauritania	Mauritanie République islamique de Mauritanie
Mauritius Republic of Mauritius	Mauricio República de Mauricio	Maurice République de Maurice
Mexico United Mexican States	México Estados Unidos Mexicanos	Mexique États-Unis mexicains
Micronesia Federated States of Micronesia	Micronesia Estados Federados de Micronesia	Micronésie États fédérés de Micronésie
Moldova Republic of Moldova	Moldova República de Moldova	Moldova République de Moldova
Monaco Principality of Monaco	Mónaco Principado de Mónaco	Monaco Principauté de Monaco

Mongolia Mongolia	Mongolia Mongolia	Mongolie Mongolie
Montenegro Montenegro	Montenegro Montenegro	Monténégro Monténégro
Morocco Kingdom of Morocco	Marruecos Reino de Marruecos	Maroc Royaume du Maroc
Mozambique Republic of Mozambique	Mozambique República de Mozambique	Mozambique République du Mozambique
Myanmar Republic of the Union of Myanmar	Myanmar República de la Unión de Myanmar	Myanmar République de l’Union du Myanmar
Namibia Republic of Namibia	Namibia República de Namibia	Namibie République de Namibie
Nauru Republic of Nauru	Nauru República de Nauru	Nauru République de Nauru
Nepal Federal Democratic Republic of Nepal	Nepal República Democrática Federal de Nepal	Népal République démocratique fédérale du Népal
Netherlands Kingdom of the Netherlands	Países Bajos Reino de los Países Bajos	Pays-Bas Royaume des Pays-Bas
New Zealand New Zealand	Nueva Zelandia Nueva Zelandia	Nouvelle-Zélande Nouvelle-Zélande
Nicaragua Republic of Nicaragua	Nicaragua República de Nicaragua	Nicaragua République du Nicaragua
Niger Republic of Niger	Níger República de Níger	Niger République du Niger
Nigeria Federal Republic of Nigeria	Nigeria República Federal de Nigeria	Nigéria République fédérale du Nigéria
Niue Niue	Niue Niue	Niue Niue
Norway Kingdom of Norway	Noruega Reino de Noruega	Norvège Royaume de Norvège
Oman Sultanate of Oman	Omán Sultanato de Omán	Oman Sultanat d’Oman
Pakistan Islamic Republic of Pakistan	Pakistán República Islámica de Pakistán	Pakistan République islamique du Pakistan
Palau Republic of Palau	Palaos República de Palaos	Palaos République des Palaos
Palestine State of Palestine	Palestina Estado de Palestina	Palestine État de Palestine
Panama Republic of Panama	Panamá República de Panamá	Panama République du Panama
Papua New Guinea Independent State of Papua New Guinea	Papúa Nueva Guinea Estado Independiente de Papúa Nueva Guinea	Papouasie-Nouvelle-Guinée État indépendant de Papouasie-Nouvelle-Guinée
Paraguay Republic of Paraguay	Paraguay República del Paraguay	Paraguay République du Paraguay
Peru Republic of Peru	Perú República del Perú	Pérou République du Pérou
Philippines Republic of the Philippines	Filipinas República de Filipinas	Philippines République des Philippines

Poland Republic of Poland	Polonia República de Polonia	Pologne République de Pologne
Portugal Portuguese Republic	Portugal República Portuguesa	Portugal République portugaise
Qatar State of Qatar	Catar Estado de Catar	Qatar État du Qatar
Romania Romania	Rumania Rumania	Roumanie Roumanie
Russia Russian Federation	Rusia Federación de Rusia	Russie Fédération de Russie
Rwanda Republic of Rwanda	Ruanda República de Ruanda	Rwanda République du Rwanda
Saint Kitts and Nevis Federation of Saint Kitts and Nevis	San Cristóbal y Nieves Federación de San Cristóbal y Nieves	Saint-Christophe-et-Niévès Fédération de Saint-Christophe-et-Niévès
Saint Lucia Saint Lucia	Santa Lucía Santa Lucía	Sainte-Lucie Sainte-Lucie
Saint Vincent and the Grenadines Saint Vincent and the Grenadines	San Vicente y las Granadinas San Vicente y las Granadinas	Saint-Vincent-et-les-Grenadines Saint-Vincent-et-les-Grenadines
Samoa Independent State of Samoa	Samoa Estado Independiente de Samoa	Samoa État indépendant du Samoa
San Marino Republic of San Marino	San Marino República de San Marino	Saint-Marin République de Saint-Marin
Sao Tome and Principe Democratic Republic of Sao Tome and Principe	Santo Tomé y Príncipe República Democrática de Santo Tomé y Príncipe	Sao Tomé-et-Principe République démocratique de Sao Tomé-et-Principe
Saudi Arabia Kingdom of Saudi Arabia	Arabia Saudita Reino de la Arabia Saudita	Arabie saoudite Royaume d'Arabie saoudite
Senegal Republic of Senegal	Senegal República del Senegal	Sénégal République du Sénégal
Serbia Republic of Serbia	Serbia República de Serbia	Serbie République de Serbie
Seychelles Republic of Seychelles	Seychelles República de Seychelles	Seychelles République des Seychelles
Sierra Leone Republic of Sierra Leone	Sierra Leona República de Sierra Leona	Sierra Leone République de Sierra Leone
Singapore Republic of Singapore	Singapur República de Singapur	Singapour République de Singapour
Slovakia Slovak Republic	Eslovaquia República Eslovaca	Slovaquie République slovaque
Slovenia Republic of Slovenia	Eslovenia República de Eslovenia	Slovénie République de Slovénie
Solomon Islands Solomon Islands	Islas Salomón Islas Salomón	Salomon Îles Salomon
Somalia Federal Republic of Somalia	Somalia República Federal de Somalia	Somalie République fédérale de Somalie
South Africa Republic of South Africa	Sudáfrica República de Sudáfrica	Afrique du Sud République d'Afrique du Sud

South Sudan Republic of South Sudan	Sudán del Sur República de Sudán del Sur	Soudan du Sud République du Soudan du Sud
Spain Kingdom of Spain	España Reino de España	Espagne Royaume d’Espagne
Sri Lanka Democratic Socialist Republic of Sri Lanka	Sri Lanka República Democrática Socialista de Sri Lanka	Sri Lanka République démocratique socialiste du Sri Lanka
Sudan Republic of the Sudan	Sudán República de Sudán	Soudan République du Soudan
Suriname Republic of Suriname	Surinam República de Surinam	Suriname République du Suriname
Swaziland Kingdom of Swaziland	Suazilandia Reino de Suazilandia	Swaziland Royaume du Swaziland
Sweden Kingdom of Sweden	Suecia Reino de Suecia	Suède Royaume de Suède
Switzerland Swiss Confederation	Suiza Confederación Suiza	Suisse Confédération suisse
Syria Syrian Arab Republic	Siria República Árabe Siria	Syrie République arabe syrienne
Tajikistan Republic of Tajikistan	Tayikistán República de Tayikistán	Tadjikistan République du Tadjikistan
Tanzania United Republic of Tanzania	Tanzania República Unida de Tanzania	Tanzanie République unie de Tanzanie
Thailand Kingdom of Thailand	Tailandia Reino de Tailandia	Thaïlande Royaume de Thaïlande
Timor-Leste Democratic Republic of Timor-Leste	Timor-Leste República Democrática de Timor-Leste	Timor-Leste République démocratique du Timor-Leste
Togo Togolese Republic	Togo República Togolesa	Togo République togolaise
Tonga Kingdom of Tonga	Tonga Reino de Tonga	Tonga Royaume des Tonga
Trinidad and Tobago Republic of Trinidad and Tobago	Trinidad y Tobago República de Trinidad y Tobago	Trinité-et-Tobago République de Trinité-et-Tobago
Tunisia Republic of Tunisia	Túnez República de Túnez	Tunisie République tunisienne
Turkey Republic of Turkey	Turquía República de Turquía	Turquie République de Turquie
Turkmenistan Turkmenistan	Turkmenistán Turkmenistán	Turkménistan Turkménistan
Tuvalu Tuvalu	Tuvalu Tuvalu	Tuvalu Tuvalu
Ukraine Ukraine	Ucrania Ucrania	Ukraine Ukraine
Uganda Republic of Uganda	Uganda República de Uganda	Ouganda République d’Ouganda
United Arab Emirates United Arab Emirates	Emiratos Árabes Unidos Emiratos Árabes Unidos	Émirats arabes unis Émirats arabes unis

United Kingdom United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	Reino Unido Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte	Royaume-Uni Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord
United States United States of America	Estados Unidos Estados Unidos de América	États-Unis États-Unis d'Amérique
Uruguay Oriental Republic of Uruguay	Uruguay República Oriental del Uruguay	Uruguay République orientale de l'Uruguay
Uzbekistan Republic of Uzbekistan	Uzbekistán República de Uzbekistán	Ouzbékistan République d'Ouzbékistan
Vanuatu Republic of Vanuatu	Vanuatu República de Vanuatu	Vanuatu République du Vanuatu
Vatican / The Holy See Vatican City State / The Holy See	Vaticano / Santa Sede Estado de la Ciudad del Vaticano / Santa Sede	Vatican / Saint-Siège État de la Cité du Vatican / Saint-Siège
Venezuela Bolivarian Republic of Venezuela	Venezuela República Bolivariana de Venezuela	Vénézuéla République bolivarienne du Vénézuéla
Viet Nam Socialist Republic of Viet Nam	Vietnam República Socialista de Vietnam	Viêt Nam République socialiste du Viêt Nam
Yemen Republic do Yemen	Yemen República del Yemen	Yémen République du Yémen
Zambia Republic of Zambia	Zambia República de Zambia	Zambie République de Zambie
Zimbabwe Republic of Zimbabwe	Zimbabue República de Zimbabue	Zimbabwe République du Zimbabwe

Bibliografia consultada

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1988.

______. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa.* 1. ed. [Elaborado sob a orientação de Antônio Houaiss]. Rio de Janeiro: ABL; Bloch, 1981.

______.______. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, 1998.

______.______. 3. ed. Rio de Janeiro: ABL, 1999.

______.______. 4. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

______.______. 5. ed. [Elaborado sob a orientação de Evanildo Bechara]. Rio de Janeiro; São Paulo: ABL; Global, 2009.

______. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: ABL, 1999.

______. *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa.* [Organizado pela Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa. Vocabulário oficial]. Rio de Janeiro: Sauer, 1932.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea.* Lisboa: Verbo, 2001. 2 v.

______. *Vocabulário ortográfico atualizado da língua portuguesa*. Lisboa: Leya, 2014.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur Cézar Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar (Funamaome) do Ministério da Educação e Cultura, 1979.

AMARAL, Vasco Botelho. *Grande dicionário de dificuldades e sutilezas do idioma português.* Lisboa: Centro Internacional de Línguas, 1958.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6030*: apresentação de ofício ou carta formato A-4: procedimento. Rio de Janeiro, 1980.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa.* 4. ed. bras. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Dicionário analógico da língua portuguesa*: ideias afins. Brasília: Coordenada/Thesaurus, 1983.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro.* São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa.* 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*: áulico, anatômico, architectonico ... Coimbra; Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v.

______. *Diccionario da lingua portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil.* São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Manual de redação.* Brasília: Centro de Documentação, 1994.

______. Ministério das Relações Exteriores. *Manual de redação.* Brasília: Centro de Documentação, 1988.

______. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* (edições anuais de 1830 a 1988). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1830-1988.

______. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República.* Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

______. Presidência da República. Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 2008. Seção 1, p. 1.

______. Presidência da República. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2009. Seção 1, p. 59.

BRITANNICA, Encyclopedia. *Atlas histórico* (em língua portuguesa). Barcelona: Marín, 1986.

CABRAL, António Carlos Pereira. *Pequeno dicionário de Moçambique.* Lourenço Marques (atual Maputo): Edição do Autor, 1972.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. *O poder de celebrar tratados*: competência dos poderes constituídos para a celebração de tratados, à luz do direito internacional, do direito comparado e do direito constitucional brasileiro. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*: referente a língua portuguesa. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

______. *Estrutura da língua portuguesa.* 44. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

______. *História e estrutura da língua portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

______. *Manual de expressão oral e escrita.* 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

______. *Problemas de lingüística descritiva.* 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa.* 29. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CRISTÓVÃO, Fernando (Dir. e Coord.). *Dicionário temático da lusofonia.* Lisboa; Luanda; Maputo; Praia: Texto, 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Língua, nação, alienação.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

______. *Língua portuguesa e realidade brasileira.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

______; CINTRA, Luís Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DIBO, Dulcidio. *Grande enciclopédia geográfica mundial.* São Paulo: Li-Bra, 1968. 4 v.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2009.

D'OLIVEIRA, H. Maia (Org.). *LISA*: grande dicionário enciclopédico da língua portuguesa: geográfico e histórico. 2. ed. São Paulo: Lisa – Livros Horizonte, 1981. 5 v.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo: Mérito, 1957-1964. 20 v.

ENCICLOPÉDIA SÉCULO XX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. 14 v.

FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos*: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa.* 31. ed. São Paulo: Globo, 1990.

______. *Dicionário de verbos e regimes.* 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

______; LUFT, Celso; GUIMARÃES, F. Marques (Org.). *Dicionário brasileiro Globo.* Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1984.

FERNANDES, Ivo Xavier. *Topónimos e gentílicos.* Porto: Educação Nacional, 1941.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.* 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

______. *Novo Aurélio século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

______. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa.* 5. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa.* 4. ed. corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa [Portugal]: Portugal-Brasil Sociedade; A. Brandão, 1926. 2 v.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 5 v.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna.* 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Delta, [1970]. 12 v.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa [Portugal]; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1935-1960. 40 v.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário de etimologias da língua portuguesa.* São Paulo: Nacional, 1979.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Webster's inglês-português.* Rio de Janeiro: Record, 1989.

______. *O português no Brasil.* Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

______ (Dir.). *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse*. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1979.

______; VILLAR, Mauro de Salles. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Versão digital. UOL e Instituto Antônio Houaiss, 2012-2016.

JACKSON, W. M. (Ed.). *Encyclopedia e diccionario internacional*: organizado e redigido com a colaboração de distinctos homens de sciencia e de letras brasileiros e portugueses. Rio de Janeiro; New York: The Colonial Press, 1935. 20 v.

JONES, Emrys (Dir.). *Grande enciclopédia geográfica Verbo.* Lisboa; São Paulo: Verbo, 1985.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário das dificuldades da língua portuguesa.* 6. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 2001.

KASPARY, Adalberto José. *O português das comunicações administrativas.* 9. ed. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1985.

______. *Redação oficial*: normas e modelos. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1976.

KURY, Adriano da Gama. *Para falar e escrever melhor o português.* 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

______. *Português básico.* 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LELLO UNIVERSAL. Dicionário enciclopédico luso-brasileiro em 4 volumes. Porto: Lello & Irmão, 1979.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa.* 14. ed. São Paulo: Nacional,1982.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal.* São Paulo: Ática, 1987.

______. *Dicionário prático de regência nominal.* São Paulo: Ática, 1992.

______. *Língua e liberdade.* 11. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

______. *Moderna gramática brasileira.* Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Globo, 2002.

______. *Novo manual de português.* 6. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa.* Lisboa: Confluência, 1984.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MIRADOR INTERNACIONAL. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1975. 2 v.

MORAES SILVA, Antonio. *Grande dicionário da língua portuguesa.* 10. ed. rev., corrigida, muito aumentada e atual. Lisboa: Confluência, 1949-1959. 12 v.

MORAIS, Armando. *Dicionário inglês-português.* 3. ed. rev. e atual. pelo Departamento de Dicionários da Porto Editora. Porto: Porto Editora, 1998.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

______. *Dicionário de sinônimos.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

______. *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* [Com prefácio de W. Meyer Lubke]. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.

______. *O problema da regência.* 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

NOUGUÉ, Carlos. *Suma gramatical da língua portuguesa*: gramática geral e avançada. São Paulo: É Realizações, 2015.

PAUWELS, Pe. Geraldo José. *Atlas geográfico Melhoramentos.* 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

PEHAR, Drazen. Use of ambiguities in peace agréments. In: KURBALIJA, Jovan; SLAVIK, Hannah. *Language and diplomacy.* Malta: Mediterranean Academy of Diplomatic Studies, 2001. p. 87-106.

PRADO E SILVA, Adalberto (Coord.). *Grande dicionário brasileiro Melhoramentos.* 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española.* Madrid: RAE, 2014.

______. *Diccionario panhispánico de dudas.* Madrid: RAE, 2005.

______. *Ortografía de la lengua española.* Madrid: RAE, 2010.

REBELO GONÇALVES, Francisco da Luz. *Tratado de ortografia da língua portuguesa.* Coimbra: Atlântida, 1947.

______. *Vocabulário da língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1966.

REZEK, Francisco. *Direito dos tratados.* Rio de Janeiro: Forense, 1984.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAID ALI, Manoel. G*ramática histórica da língua portuguesa.* [São Paulo]: Melhoramentos, [1964].

SALIBA, Aziz Tuffi (Org.). *Direito dos tratados*: comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo.* Curitiba: Scientia et Labor; São Paulo: Ícone, 1988.

SÉGUIER, Jayme de. *Diccionário prático ilustrado*: novo diccionário encyclopédico luso-brasileiro. 2. ed. rev. Porto: Lello & Irmão, 1928.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.* 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; Instituto Nacional do Livro, 1986.

______. *História da língua portuguesa.* 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; Instituto Nacional do Livro, 1988.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Dicionário Silveira Bueno.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar (Funame) do Ministério da Educação e Cultura, 1979.

______. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa.* Santos: Editora Brasília, 1974.

TÔRRES, Artur de Almeida; JOTA, Zélio dos Santos. *Vocabulário ortográfico de nomes próprios.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TORRINHA, Francisco. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Porto: Domingos Barreira, 1947.

TREATY HANDBOOK. Prepared by the Treaty Section of the Office of Legal Affairs. [New York]: United Nations, 2012.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. *Manual for the national standardization of geographical names*. New York: United Nations Publications, 2006.

VALLANDRO, Leonel. *Dicionário ilustrado verbo português-inglês.* Porto Alegre: Globo; São Paulo: Verbo, 1976.

VERBO: enciclopédia luso-brasileira de cultura. 2. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1971. 19 v.

VIANA, Aniceto Reis Gonçalves. *Ortografia nacional.* Lisboa: V. Tavares Cardoso, 1904.

VICTORIA, Luiz A. P. *Dicionário da origem e da evolução das palavras.* 3. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1963.

VIDAL, Valmiro Rodrigues. *Dicionário*: aumentativos, coletivos, diminutivos, gentílicos, masculinos e femininos, superlativos. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1961.

WEBSTER'S GEOGRAPHICAL DICTIONARY: a dictionary of names of places with geographical and historical information and pronunciations. Springfield, Mass.: G. & C. Merriam, [1965].

Manual do Candidato

Português

A **Fundação Alexandre de Gusmão (Funag**), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e aspectos da pauta diplomática brasileira.

Com a missão de promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira, a **Funag** promove atividades de natureza cultural e acadêmica que visam a divulgação e a ampliação do debate acerca das relações internacionais contemporâneas e dos desafios da inserção do Brasil no contexto mundial.

Fomentando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo exposições, mantendo um programa editorial voltado para a divulgação dos problemas atinentes às relações internacionais e à política externa brasileira, velando pela conservação e difusão do acervo histórico diplomático do Brasil, a **Funag** coloca-se em contato direto com os diferentes setores da sociedade, atendendo ao compromisso com a democracia e com a transparência que orienta a ação do Itamaraty.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (0 xx 61) 411 6033/6034/6847
Fax: (0 xx61) 322 2931, 322 2188

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro - 20080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (0 xx 21) 233 2318/2079

Informações adicionais sobre a Funag e suas publicações podem ser obtidas no sítio eletrônico: *www.funag.gov.br*
e-mail: *publicacoes@funag.gov.br*

Manual do Candidato

Português

Francisco Platão Savioli*
José Luiz Fiorin**

2ª edição
atualizada e revisada

---

* Professor Doutor do Departamento de Comunicação e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
* Professor associado do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo.
Ambos são co-autores de: *Para entender o texto* (16ª edição) - Editora Ática
Lições de Texto: *Leitura e redação* (5ª edição) - Editora Ática

S267m

Savioli, Francisco Platão, 1944-
Manual do candidato : português / Francisco Savioli, José Luiz Fiorin. – 2.ed. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
376p. ; 29,7 cm.
ISBN 85-87480-20-0
“IRBr – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata”.
1. Instituto Rio Branco – Concursos. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. 3. Língua Portuguesa. I. Fiorin, José Luiz. II. Fundação Alexandre de Gusmão. III. Título.

CDD: 354.81003

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (0 XX 61) 411 6033/6034/6847/6028
Fax: (0 XX 61) 322 2931, 322 2188
www.funag.gov.br
E-mail: plublicacoes@funag.gov.br

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro – 20080-002 Rio de Janeiro – RJ
Telefax: (0 XX 21) 233 2318/2079

Impresso no Brasil 2001

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825, de 20.12.1907

Apresentação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) oferece aos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, a série *Manuais do Candidato*, com nove volumes: Português, Questões Internacionais Contemporâneas, História do Brasil, História Geral Contemporânea, Geografia, Direito, Economia, Inglês e Francês[1].

Os *Manuais do Candidato* constituem marco de referência conceitual, analítica e bibliográfica das matérias indicadas. O Concurso de Admissão, por ser de âmbito nacional, pode, em alguns centros de inscrição, encontrar candidatos com dificuldade de acesso a bibliografia credenciada ou a professores especializados. Dada a sua condição de guias, os *manuais* não devem ser encarados como apostilas que por si sós habilitem o candidato à aprovação.

A Funag convidou representantes do meio acadêmico com reconhecido saber para elaborarem os *Manuais do Candidato*. As opiniões expressas nos textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

---

[1] O IRBr considera importante ao Concurso de Admissão que os candidatos não descuidem do aperfeiçoamento no idioma francês, uma vez que (a) será exigida proficiência de alto nível em francês no processo de formação de diplomatas e (b) parte da bibliografia do Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA I) é constituída de textos em francês.

SUMÁRIO

TEXTOS

Lição 1

Considerações sobre a noção de texto

Leia o texto abaixo, uma tirinha de Hagar, do famoso cartunista Dik Browne.

(Browne, Dick. *O melhor de Hagar o Horrível* / Dik Browne; Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 60)

O último quadrinho contém uma intervenção da mulher de Hagar numa discussão entre ele e a filha. Sob a forma de uma interrogação, a mãe da menina dispara contra o pai um torpedo demolidor e é daí que decorre o efeito de humor da tirinha.

É preciso, no entanto, ter presente o dado de que a intromissão da mulher na conversa de Hagar só produz esse efeito arrasador e o conseqüente efeito de humor por causa da sua relação com as duas falas anteriores. Não estivesse inserida nesse contexto, a mesma fala poderia ter significado oposto: um elogio caloroso da mulher ao seu marido.

Para isso, basta supor que, no primeiro quadrinho, Hagar tivesse cumprimentado a filha pelo bom gosto de ter escolhido como namorado um rapaz muito especial. No segundo, tivesse perguntado como é que teve a sorte de conquistar um jovem tão fidalgo e valoroso. Nesse contexto, a fala do terceiro quadrinho teria o sentido diametralmente oposto ao do texto original.

Essas observações põem em relevo um dado muito importante para quem deseja compreender a natureza de um texto e ter noção clara do que se passa no seu interior: o sentido de cada parte do conjunto nunca é autônomo. Quando se trata de um texto, a compreensão do sentido global não resulta da mera soma das partes, assim como o sentido de cada parte não pode ser decifrado sem levar em conta o texto em que ela está inserida. Prova disso é que, na tirinha escolhida como exemplo, sem alterar uma só letra da fala do último quadrinho, poderíamos virar do avesso o sentido dessa passagem e a do conjunto todo.

Ao fazer esses comentários e essas observações, já estamos utilizando a própria palavra *texto*, que é exatamente a noção que estamos pretendendo

definir. Mas o que é um texto? Essa palavra é bastante usada no dia-a-dia por profissionais que, de uma forma ou de outra, trabalham com a linguagem (professores, jornalistas, diplomatas, etc.): *o texto da nota do Governo Brasileiro ao Departamento de Estado foi incisivo; seu texto está muito longo; este texto é primoroso; o texto constitucional contém matérias que estariam melhor na legislação ordinária*...No entanto, se perguntarmos a esses profissionais o que é um texto, terão eles, em geral, dificuldade para determinar precisamente o significado dessa palavra.

Para explicar o que é um texto, comecemos por definir suas propriedades:

1. Um texto possui coerência de sentido, o que significa que ele não é um amontoado de frases. Ao contrário, é um todo organizado de sentido. A palavra texto vem de uma das formas do verbo latino *texo*, que quer dizer "tecer". O texto é um tecido, não um aglomerado desconexo de fios. Nele, o sentido de cada uma das partes é dado pelo todo. O significado de uma frase do texto será depreendido da totalidade. Assim, a mesma frase colocada num contexto diferente poderá apresentar sentidos diferentes.

O contexto é uma unidade lingüística maior em que se insere uma unidade menor. Assim, a oração serve de contexto para a palavra; o período, para a oração; o texto integral de um romance, para cada capítulo. O contexto pode ser explícito, quando está expresso lingüisticamente, ou implícito, quando não precisa ser verbalizado, porque pode ser depreendido da situação. Assim, por exemplo, quando um passageiro entra num táxi e diz ao motorista *Cidade Universitária*, não precisa dizer *por favor, queira conduzir-me até a Cidade Universitária*,pois o motorista depreende isso da situação. No entanto, fora desse contexto, no balcão de uma loja de ferramentas por exemplo, dizer ao balconista *Cidade Universitária* pode não significar nada sem esclarecimentos suplementares. O contexto implícito é o conhecimento de mundo pressuposto por uma unidade lingüística.

Se o sentido de cada parte do texto se depreende do todo, o sentido de um segmento lingüístico qualquer depende do contexto. Por conseguinte, o mesmo segmento colocado em contextos diferentes terá sentidos distintos. Tomemos quatro pequenos textos, para exemplificar esse fato:

a) Acabou a água lá em casa. Não sabíamos a que se devia o fato. Pensamos que fosse um corte de abastecimento não anunciado pela Sabesp, mas, quando fomos ver, era a bomba.

b) Recebemos um telefonema, avisando que uma bomba tinha sido colocada no prédio. Notificamos a polícia, que mandou evacuar o edifício e passou a procurar algum objeto suspeito, até que, num dos banheiros, localizou um pequeno embrulho: era a bomba.

c) O porta-voz do Banco Central anunciou uma máxi-desvalorização do real. Era a bomba que, segundo insistentes boatos, o governo lançaria sobre o mercado.

d) Apesar de ter estudado bastante, Pedro não tinha ido bem no vestibular. O que temia não era a bomba, mas ter que recomeçar o cursinho.

O segmento lingüístico *era a bomba* tem significados diferentes nos quatro contextos: no primeiro, significa "a bomba, isto é, o aparelho destinado a impulsionar a água, estava com defeito"; no segundo, "a bomba, ou seja, o artefato explosivo, que estava sendo procurado, estava no pequeno embrulho"; no terceiro, "o acontecimento inesperado e ruim que o governo lançaria sobre o mercado era a máxi-desvalorização do real"; no quarto, "a reprovação não provocava temor".

Se o texto é um todo organizado de sentido, quais são os *fatores de textualidade,* isto, o que é que faz com que um texto seja um texto e não um simples amontoado de frases? Há vários fatores de textualidade. Por ora, mencionemos dois, que merecerão adiante um tratamento mais detalhado: a coerência e a coesão.

Um texto será coerente, quando nele não houver nada ilógico, desconexo, contraditório, não-solidário; quando suas partes mantiverem compatibilidade, continuidade de sentido umas em relação às outras. Por exemplo, o texto abaixo é incoerente, porque o segundo período não tem qualquer relação semântica com o primeiro, porque entre essas partes não há continuidade de sentido.

— V. Exª pretende candidatar-se a presidente?

— Durante toda a minha vida pública fui um político coerente e incorruptível.

A coesão, por sua vez, diz respeito à ligação das frases ou orações do texto, por elementos que garantem sua concatenação ou retomam o que foi dito. Por exemplo, no período *Apesar de ser indisciplinado, nosso centro-avante faz gols,* o conector *apesar de* estabelece uma relação entre *ser indisciplinado* e *fazer gols,* mostrando que, embora o jogador indisciplinado cause problemas para seu time, o fato de fazer gols é mais relevante, do ponto de vista do falante, do que ser indisciplinado, dado que, com seus gols, traz mais benefícios do que prejuízo a sua equipe.

O segundo fator é menos relevante do que o primeiro, pois um conjunto de frases, mesmo sem qualquer elemento de coesão, pode ser coerente e, por conseguinte, ser um texto. Observe um trecho de uma crônica de Carlos Drummond de Andrade:

Noite de autógrafos de todos os editados, o salão assim de cheio.

– Mas que calor!

– Ainda bem que está circulando o *on the rocks*.

– É o meu autor preferido.

– No original ou em tradução?

– Não é vestido. É ela mesma, por transparência.

– O glorioso romancista poderia dizer duas palavras ao microfone cultural da Rádio Universo?

– Desculpe, mas no momento...

– Diga assim mesmo. Qual é o livro que está autografando?

– Este que o senhor está vendo.

– É a sua última obra?

– Com licença. Meu nome é Cristina.

(*Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 1 368)

Nesse texto, há poucos elementos de coesão. No entanto, quando lemos que se trata de uma noite de autógrafos, o conjunto das frases ganha coerência, torna-se um texto, pois percebemos que está reproduzindo pedaços de conversa, interrupção da conversa alheia com outro assunto, comentários, fofocas, etc., tudo isso com a intenção de retratar, com humor, o que ocorre num evento dessa natureza.

2. A segunda característica de um texto é que ele é delimitado por dois brancos, isto é, por dois espaços de não sentido. Se a primeira característica de um texto é ser um todo organizado de sentido, um texto não precisa ser necessariamente verbal. Um quadro, um filme, uma novela, uma história em quadrinho, um gesto são textos. Qualquer que seja a forma como o conteúdo se manifesta, visualmente, verbalmente, visual e verbalmente ao mesmo tempo, como no cinema ou na história em quadrinho, o texto tem um início e um fim. Antes do começo e do término, há dois espaços de não sentido, dois brancos: no texto verbal escrito, o espaço em branco que o delimita; no caso do texto falado, o silêncio que precede o momento de tomar a palavra e que segue a seu término; no texto visual e verbal do cinema, o momento em que se apagam as luzes e o termo *fim*; no texto auditivo não verbal de uma sinfonia, o instante em que o maestro levanta a batuta e aquele em que a abaixa.

3. Um texto é produzido por um sujeito num dado tempo e num determinado espaço. Por isso, ele revela idéias, anseios, expectativas, temores, enfim uma visão de mundo da formação social em que está o seu

produtor. Por essa razão, é um objeto integralmente histórico, não no sentido de que narra os acontecimentos de sua época, mas de que nos mostra os ideais e as concepções presentes numa dada sociedade. Por exemplo, o ressurgimento, com força total, da idéia de que o caráter do homem não se altera em contacto com o meio representa bem a exasperação em que vive o homem moderno com o aumento crescente da criminalidade, pois essa concepção permite dizer que a questão da violência não é social, mas deriva do fato de que alguns indivíduos são intrinsecamente maus. Isso leva à proposição de soluções que parecem mais rápidas para o problema: por exemplo, a pena de morte.

Todo texto apresenta um ponto de vista sobre a realidade. Mesmo que a negue, representa uma atitude em relação a ela, pois engajamento ou alienação são posições a respeito dos acontecimentos. Cabe lembrar que, como uma sociedade é dividida em grupos com interesses divergentes, os pontos de vista sobre uma questão posta em debate são múltiplos. Assim, a mesma sociedade que gerou a concepção de que um policial militar tem o direito de matar um assaltante já dominado, engendrou a idéia de que o Estado não tem o direito, em hipótese alguma, de tirar a vida de alguém. Embora as posições a respeito de uma dada questão sejam múltiplas e divergentes, alguns pontos de vista, numa certa época, tornam-se dominantes, passam a ser quase consensuais. É muito difícil argumentar contra eles.

Diz-se que os textos sempre se constituem em oposição a outros textos. São heterogêneos, pois, sob uma posição expressa num, ressoa o ponto de vista ao qual ela se opõe. Para entender bem o discurso da UDR contra a reforma agrária, é preciso compreender o discurso da Comissão Pastoral da Terra a favor.

Em síntese, um texto é um todo organizado de sentido, delimitado por dois brancos, que manifesta um ponto de vista social sobre uma dada questão.

Desse conceito de texto pode-se concluir que:

a) a leitura de um texto não pode basear-se em fragmentos isolados; produzir um texto não é amontoar frases sem qualquer relação entre elas;
b) a leitura de um texto deve, de um lado, levar em conta aquilo que ele diz, e, de outro, a relação entre o ponto de vista social que ele expressa e aquele em oposição ao qual se constitui; produzir um texto é adotar uma posição sobre um dado assunto e argumentar em favor dela.

Lição 2

Variação lingüística, modalidades de linguagem e produção do texto escrito.

Leia o texto abaixo:

Antigamente

Antigamente, os pirralhos dobravam a língua diante dos pais e se um se esquecia de arear os dentes antes de cair nos braços de Morfeu, era capaz de entrar no couro. Não devia também se esquecer de lavar os pés, sem tugir nem mugir. Nada de bater na cacunda do padrinho, nem de debicar os mais velhos, pois levava tunda. Ainda cedinho, aguava as plantas, ia ao corte e logo voltava aos penates. Não ficava mangando na rua nem escapulia do mestre, mesmo que não entendesse patavina da instrução moral e cívica. O verdadeiro smart calçava botina de botões para comparecer todo liró ao copo d'água, se bem que no convescote apenas lambiscasse, para evitar flatos. Os bilontras é que eram um precipício, jogando com pau de dois bicos, pelo que carecia muita cautela e caldo de galinha. O melhor era pôr as barbas de molho diante de um treteiro de topete; depois de fintar e engambelar os coiós, e antes que se pusesse tudo em pratos limpos, ele abria o arco. (...)

Em compensação, viver não era sangria desatada, e até o Chico vir de baixo, vosmecê podia provar uma abrideira que era o suco, ficando na chuva mesmo com bom tempo. Não sendo pexote, e soltando arame, que vida supimpa a do degas. Macacos me mordam se estou pregando peta. E os tipos que havia: o pau-para-toda-obra, o vira-casaca (este cuspia no prato em que comera), o testa-de-ferro, o sabe-com-quem-está-falando, o sangue-de-barata, o Dr. Fiado que morreu ontem, o zé-povinho, o biltre, o peralvilho, o salta-pocinhas, o alferes, a polaca, o passador de nota falsa, o mequetrefe, o safardana, o maria-vai-com-as-outras... Depois de mil peripécias, assim ou assado, todo mundo acabava mesmo batendo com o rabo na cerca, ou simplesmente a bota, sem saber como descalçá-la.

Mas até aí morreu o Neves, e não foi no Dia de São Nunca de tarde: foi vítima de pertinaz enfermidade que zombou de todos os recursos da ciência, e acreditam que a família nem sequer botou fumo no chapéu? (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, 1320-1321)

Esse texto mostra como a linguagem se altera de uma época para outra. Muitos termos e expressões, corriqueiros num determinado período, deixam de ser usados e tornam-se incompreensíveis em outro. É o que acontece com grande parte do vocabulário com que o texto é construído. Vejamos alguns exemplos: cair nos braços de Morfeu = dormir; debicar = zombar, gozar de; voltar aos penates = voltar para casa; mangar em = demorar; *smart* = elegante; liró = bem vestido; copo d'água = lanche oferecido aos amigos; convescote = piquenique; bilontra = velhaco; precipício = perigo; jogar com pau de dois bicos = defender ora uma, ora outra de duas idéias opostas, para agradar às duas partes; treteiro de topete = tratante atrevido; abrir o arco = fugir; abrideira = aperitivo; suco = coisa excelente; ficar na chuva = embriagar-se; pexote = inexperiente; arame = dinheiro; supimpa = muito bom; degas = eu; pregar peta = mentir; biltre = vil, abjeto, infame; peralvilho = indivíduo vestido com apuro exagerado; salta-pocinha = indivíduo afetado; polaca = meretriz estrangeira; mequetrefe = patife; safardana = salafrário; fumo = faixa de crepe para luto.

Todas as línguas apresentam variantes, isto é, não são faladas da mesma maneira nos diversos lugares, nos distintos grupos sociais, nas diferentes épocas, nas diversas situações. As línguas não são unas. Muitos podem pensar que o fenômeno da variação ocorra apenas no Brasil. Atribuem isso ao fato de os brasileiros não amarem sua língua, serem desleixados com ela, não a conhecerem bem. Esse ponto de vista não passa de preconceito. A variação é inerente ao fenômeno lingüístico. Todas as línguas têm variantes, até mesmo os idiomas antigos. O português e as demais línguas românicas (francês, italiano, espanhol, romeno, catalão, dalmático, sardo, rético, franco-provençal e provençal) provêm do latim vulgar (popular), uma variante bem distinta do latim culto.

A variação ocorre, porque a sociedade é dividida em grupos: uns habitam uma região, outros, outra; uns estão numa faixa etária, outros, noutra; uns pertencem a uma classe social, outros, a outra; uns têm uma profissão, outros, outra, e assim por diante. O uso de uma dada variante lingüística confere uma identidade ao falante, porque o inclui num grupo social bem específico. Ao longo de nosso aprendizado lingüístico, passamos a distinguir, a imitar, a julgar as diferentes variantes. Quando alguém fala, sabemos se ele é português ou brasileiro, gaúcho ou carioca, adolescente ou velho, identificamos a que grupo social pertence. Ao mesmo tempo, aprendemos que certas construções ou expressões podem ser usadas em situação informal de comunicação, mas não em situação formal. Há certas variantes que são tidas como certas e outras, erradas; algumas são consideradas elegantes e outras, feias. Há, pois, um julgamento social sobre elas.

A pronúncia e o vocabulário são os dois componentes da linguagem em que se manifesta com mais evidência o fenômeno da variação. No entanto, ele ocorre em todos os planos da linguagem:

a) no plano fônico: o *s* no final das sílabas é pronunciado como uma chiante pelos cariocas e como uma sibilante pelos paulistas; *t* e *d* seguidos de *i* soam como *tch* e *dj* em quase todo o País e como *t* e *d* em certas regiões, sobretudo as de imigração italiana; em determinados segmentos sociais há uma tendência a tornar paroxítonas as palavras proparoxítonas, com a eliminação de certos sons: *exerço* em lugar de *exército*, *lampa* por *lâmpada*; *Petropis* em vez de *Petrópolis*, *fórfi* por *fósforo*; em algumas camadas sociais, vocaliza-se o *lh*: *muié, cuié, teia* (por telha) e há uma tendência para a mudança do lugar do *r* na sílaba: *percisa, pregunta, percurar, cardeneta, largato*.

b) no plano morfológico: em certas camadas da população, conjugam-se certas formas de verbos irregulares, muitas vezes por analogia, como se fossem regulares: *se eu o ver, reteu, se eu propor, interviu;* usa-se, em determinados segmentos, a primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo pela forma correspondente do indicativo: *estudemos, escutemos, andemos* e iguala-se a primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo *ir* à terceira: eu *foi;* por influência francesa, em certos meios, em lugar de expressar o término da ação por *acabar+de+infinitivo,* usa-se *vir+de+infinitivo*: *Ele vem de publicar um livro muito bom.*

c) no plano sintático: em certas regiões do país, usa-se o pronome de tratamento *tu*, mas com verbo na 3ª pessoa; em determinados grupos sociais, utiliza-se, com muita freqüência, o pronome *lhe(s)* na função de objeto direto: *não lhe vi ontem, eu lhe adoro;* em muitas camadas da população, o relativo *que*, quando precedido de preposição (principalmente o *cujo* que tem o valor de um relativo introduzido por *de*), deixou de ser usado como relativo; ele torna-se um introdutor da oração adjetiva e a função sintática que ele deveria exercer passa a ser exercida por um pronome pessoal: *A menina que os olhos dela são azuis esteve aqui* por *A menina cujos olhos são azuis esteve aqui;* em diversos segmentos sociais, usam-se pronomes pessoais oblíquos no lugar dos retos: *sem eu e você* em vez de *sem mim e você;*em determinados grupos, não se faz a concordância nominal, nem verbal de número: *os aluno, eles bebe muito;* outrora uma oração concessiva podia, dependendo do sentido, ser construída tanto com indicativo como com subjuntivo; hoje é de rigor o subjuntivo: "bastou serem escrituras de Deus, para o Demônio, as reverenciar, ou as temer, *posto que* não *falassem* com ele" (Vieira); "*posto que entrou* na batalha sem coroa, e disfarçado, para não ser conhecido, um só tiro de uma seta perdida matou o Rei" (Vieira); da mesma forma, o particípio das locuções verbais com ter podia concordar com o objeto direto: *quebrar as tréguas que tinham feitas*.

d) no plano lexical: em Portugal, usam-se *camisola, bicha, miúdo, fato-de-banho* e *cueca* para designar o que denominamos, no Brasil, *suéter, fila, menino, maiô e calcinha; rórido* pertence a um nível de língua bem preciosista, enquanto *orvalhado* é a palavra comum; em certas regiões, utiliza-se o termo *alcatifado* por *acarcepado*.

A língua varia, em todos os seus componentes, de região para região, de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de uma situação de comunicação para outra. O que complexifica o fenômeno da variação é que esses diferentes fatores se entrecruzam. Assim, por exemplo, temos um falar carioca que se distingue de um baiano. Dentro de cada um desses falares regionais, temos uma variante popular e uma culta. Cada uma delas apresenta uma variante formal e uma informal, e assim por diante.

As variantes regionais são chamadas *diapóticas*. Observe este trecho dos *Contos gauchescos*, de Simões Lopes Neto, em que se trabalha com o falar gaúcho:

> Mas também quanto porongo!... Quantas vezes, depois duma canseira, boleava-se e caía um potro lindaço, cogotudo e bem laçado, ia-se ver, era um colmilhudo, com cada dente como uma estaca... velho como o cerro do Batovi; ou era um mancarrão de montaria, aporreado e cuerudo... outras vezes ainda... enfim, havia sempre embaçadelas! (Porto Alegre, Globo, 1949, p.165).

Nesse trecho, usam-se basicamente variantes lexicais: porongo = diz-se do cavalo que tem nos membros uma grande exostose, que lembra uma cuia ou porongo; bolear = lançar a boleadeira (aparelho para lançar animais); cogotudo = que tem cogote proeminente, pescoçudo; colmilhudo = diz-se do cavalo de grandes colmilhos (presas) e, portanto, velho e imprestável; mancarrão = diz-se do cavalo velho, manco; aporreado = diz-se do cavalo mal domado ou indomável; cuerudo = diz-se do cavalo que sofre de cuera (matadura no lombo do cavalo originada do uso de lombilhos); embaçadelas = engano.

As variantes que marcam os diferentes grupos sociais são chamadas *diastráticas*. Nelas incluem-se as gírias e os jargões. São diastráticas a chamada norma culta e a variante popular. Aquela goza de prestígio social e esta, muitas vezes, é estigmatizada. Vejamos um exemplo.

> Aqui é bandido: Plínio Marcos. Atenção, malandrage! Eu num vô pedir nada, vô te dá um alô! Te liga aí: Aids é uma praga que rói até os mais fortes, e rói devagarinho. Deixa o corpo sem defesa contra a doença. Quem pegá essa praga está ralado de verde e amarelo, de primeiro ao quinto, e

> sem vaselina. Num tem dotô que dê jeito, nem reza brava, nem choro, nem vela, nem ai, Jesus. Pegou Aids, foi pro brejo! Agora sente o aroma da perpétua: Aids pega pelo esperma e pelo sangue, entendeu?, pelo esperma e pelo sangue! (pausa)
>
> Eu num tô te dando esse alô pra te assombrá, então se toca! Não é porque tu tá na tranca que virou anjo. Muito pelo contrário, cana dura deixa o cara ruim! Mas é preciso que cada um se cuide, ninguém pode valê pra ninguém nesse negócio de Aids. Então, já viu: transá, só de acordo com o parceiro, e de camisinha! (pausa)
>
> Agora, tu aí que é metido a esculachá os outros, metido a ganhá o companheiro na força bruta, na congesta! Pára com isso, tu vai acabá empesteado! Aids num toma conhecimento de macheza, pega pra cá, pega em home, pega em bicha, pega em mulhé, pega em roçadeira! (Vídeo exibido na Casa de Detenção de São Paulo. Agência: Adag; Realização: TV Cultura, 1988)

Esse texto falado por Plínio Marcos trata o problema da Aids de maneira realista, sem qualquer idealização. Pretende ele levar os presos a usar camisinha em todas as relações sexuais, a não ter relações sem consentimento do parceiro e a não usar droga injetável. Para dar eficácia ao texto, usa-se a variedade lingüística dos destinatários: variante não-culta, em sua modalidade oral, e gíria da marginalidade. Observe, por exemplo, a omissão do *r* nas formas verbais: *ganhá, valê, qué, transá,* etc.; a substituição da expressão não *é* por *né;* o uso de formas populares de pronúncia: *dotô, mulhé, vô, tá, malandrage;* a inadequação no uso da concordância verbal (sujeito de segunda pessoa e verbo na terceira): *tu que é metido;* a mistura dos pronomes de tratamento de segunda e de terceira pessoas: *num tô te dando esse alô pra te assombrá, então se toca;* o uso do termo *Aids* como masculino e as variantes lexicais *congesta, tranca, ganhá na força bruta, sentir o aroma da perpétua,* etc.

A variação de uma situação de comunicação para outra é chamada *diafásica*. Sabemos que há construções e termos apropriados para uma situação informal (um bate-papo com os amigos) e uma ocasião formal (uma audiência com o Presidente da República). Há, assim, uma linguagem informal, coloquial e uma formal. Compare o trecho abaixo de uma crônica de Drummond com a troca de palavras entre Irene e São Pedro no poema de Manuel Bandeira que vem a seguir. No primeiro caso, temos uma linguagem formal, diríamos caricaturalmente formal; no segundo, formas marcadas de coloquialidade:

Sr. Prefeito do Distrito Federal:

Saiba V. Ex.ª que, numa dessas claras manhãs, ainda estivais, mas sem a brasa de fevereiro, estava a ancila deste cronista varrendo literalmente a testada, ou seja, removendo para um canto, onde o gari pudesse apanhá-las, as coisas que vulgarmente se encontram no passeio, quando um transeunte a advertiu de que devia munir-se de uma pazinha e recolher as referidas coisas ao nosso domicílio. Respondeu ela (natural de Manhuaçu, mas com o senso holandês de limpeza) que por muitos anos de vida sempre varrera os detritos da calçada sem jamais os guardar para si e os patrões, pelo que não faria tal. O senhor, que era o chefe regional da limpeza urbana *in person*, insistiu, mas não obteve da minha fiel colaboradora senão a mesma negativa formal e surpresa. Ficou tudo nesse pé, até dois dias depois, quando recebi o documento que passo aos olhos de V. Ex.ª, em cópia: (*Poesia e prosa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 1097-1098).

Irene no céu

Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor.
Imagino Irene entrando no céu:
– Licença, meu branco!
E São Pedro bonachão:
– Entra, Irene. Você não precisa pedir licença.
(*Poesia completa e prosa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 220)

As línguas não são estáticas, mudam ao longo do tempo. Basta lermos os discursos parlamentares do século passado e os atuais, para perceber que há muita diferença entre os dois estados da língua. Muitas pessoas dizem que a língua está em decadência, porque não se observam mais certos padrões tidos por clássicos. Línguas não declinam, mudam. As variações no tempo são denominadas *diacrônicas*. Vejamos um texto em português arcaico, para observar como a língua mudou ao longo dos séculos. Trata-se da Cantiga da Ribeirinha, composta provavelmente em 1189:

No mundo non me sei parelha,*	*não sei quem se compare a mim*
mentre* me for'como me vay	*enquanto*
ca já moiro por vos – e ay!	
mia senhor branca e vermelha*	*alva e de faces rosadas*
queredes que vos retraya*	*retrate, represente*
quando vus eu vi en saya!*	*sem manto*

Mao dia me levantei,	
que* vus enton non via fea!	*pois*
E, mia senhor, des aquel di'aya!	
me foi a mi muyn mal,	
e vos, filha de don Paay	
Moniz, e bem vus semelha*	*bem vos parece*
d'aver eu por vos guarvaya*,	*que eu deva receber, por vosso intermédio,*
pois eu, mia senhor, d'alfaya*	*um luxuoso vestuário de corte*
sunca de vos ouve nen ei*	*até hoje não recebi nada de vós*
valia d'ua correa*.	*qualquer coisa de ínfimo valor*

(*Cancioneiro da Ajuda*. Prefácio e notas de Marques Braga. Lisboa, Sá da Costa, 1945, p. 80-81)

Além do vocabulário bem diferente do da língua atual, notemos algumas características gramaticais da língua arcaica: 1. os nomes terminados em-*or* (como *senhor*) eram uniformes, ou seja, não tinham uma forma para o masculino e uma para o feminino; 2. a segunda pessoa do plural dos verbos terminava em-*des* (por exemplo, *queredes*).

Modalidades escrita e falada

Em nossa sociedade, quase todas as variedades lingüísticas apresentam uma modalidade escrita e uma modalidade falada. Muitas vezes, pensa-se que a escrita seja uma simples transcrição da fala. Na verdade, a relação entre elas é muito mais complexa. São duas modalidades distintas. Cabe lembrar, em primeiro lugar, que a oralidade é condição necessária, porém não suficiente, da fala. Quando lemos, por exemplo, um texto previamente escrito, temos manifestação oral da linguagem, mas não temos a construção de um texto falado.

Quando se produz um texto, ele é produzido para alguém, que é seu receptor. O texto falado é recebido ao mesmo tempo que é elaborado. Enquanto o emissor vai construindo o texto, o receptor vai ouvindo-o. Na escrita, é diferente, pois o texto é lido só depois de ter sido escrito, depois de estar pronto. Dessa característica resultam várias distinções entre um texto escrito e um texto falado.

a) Na fala, a recepção ocorre no interior de uma situação de interlocução, ou seja, dentro de uma cena enunciativa, que compreende dois participantes (os interlocutores) e se passa num determinado tempo e num dado lugar. Essa cena é a instância de instauração de um *eu* (pessoa que fala), um *tu* (a pessoa com

quem se fala), um *aqui* (o lugar onde está o *eu*), um *agora* (o momento em que o *eu* toma a palavra). A partir do *eu/aqui/agora,* ordenam-se todas as pessoas, os tempos e os espaços colocados no discurso. Ora, na fala, não é preciso explicar ao interlocutor a que o emissor se refere, quando diz *eu, aqui, agora, ontem hoje, lá, ele,* etc. O sentido desses elementos lingüísticos é retirado da própria situação de interlocução. Por outro lado, o receptor entende os sentidos que se referem à situação. Se alguém diante do carro parado, com o capô aberto, diz: *Droga! Mandei ver o motor semana passada*, não precisa explicar que se trata do *motor* do carro. Da mesma forma, se isso for dito diante da enceradeira, a referência do termo motor será outra. Como a comunicação na escrita se dá fora da situação de interlocução, é preciso recriar a cena enunciativa, a situação, para que o receptor compreenda quem está falando, que dia é que foi mencionado como *ontem,* quais são as referências situacionais dos sentidos. É por isso que, numa carta, por exemplo, é imprescindível que se mencionem o lugar e a data em que o texto foi produzido, que se assine o texto e que se narrem todos os elementos situacionais cuja omissão não permite entender o sentido do que é dito.

b) Na fala, ocorre uma alternância dos papéis de falante e de ouvinte. O receptor pode interromper o emissor a qualquer momento e tomar a palavra. Este, por sua vez, usa certas estratégias para manter a palavra (por exemplo, prolongar uma vogal, enquanto procura um termo), busca anuência do interlocutor (diz, por exemplo, *né?, certo?, cê não acha?*), solicita-lhe colaboração (por exemplo, *como é mesmo que se diz?*), etc. Na escrita, não ocorre essa alternância de papéis. Mesmo quando nela se cria um diálogo, trata-se de uma simulação e não de um diálogo real com suas interrupções, superposições de vozes, tentativa de segurar a palavra, marcas da presença do outro, etc.

c) Na fala, o planejamento e a execução do texto são concomitantes. Por isso, o texto falado caracteriza-se por um grande número de pausas, frases truncadas, repetições, correções, períodos começados e abandonados para iniciar outro, desvios, voltas, acelerações. O texto escrito não apresenta marcas de planejamento e de execução. O produto é apresentando pronto ao leitor e não em elaboração como na fala. Na versão final do texto escrito são abandonadas as marcas da construção do texto. Nele, não aparecem hesitações, truncamentos, correções, etc.

d) Na fala, empregam-se períodos mais curtos e mais simples. Na escrita, eles são mais longos e complexos. Nesta, usam-se mais orações subordinadas. As unidades de sentido de um texto escrito são os parágrafos, os capítulos, etc. No texto falado, são os turnos (intervenção de cada falante) e os tópicos (assuntos de que se fala).

e) Na fala, há um grande envolvimento do interlocutor no texto do outro. Ele colabora em sua elaboração, participa dela com sugestões, diz que compreendeu, assente na continuação, etc. Há uma série de marcadores conversacionais que servem para indicar esse envolvimento do interlocutor: *hum, hum!, certo!, claro!, ah, sim!*). O falante monitora o acompanhamento do interlocutor (por exemplo, *você está me entendendo?*). Essa participação do interlocutor é tão intrínseca ao texto falado que, quando, por exemplo, se fala ao telefone e a outra pessoa não diz nada, imediatamente se lhe pergunta: *alô, você está ouvindo?* No texto escrito, não há esse envolvimento da parte de um interlocutor.

Muitas pessoas dizem que, num texto escrito, podem-se admitir quando muito variantes lexicais, mas, em hipótese alguma, variantes de outros planos da língua, pois elas constituem erro. A questão é mais complexa. No trato com as variantes, devemos substituir o par *certo/errado* pela dicotomia *adequado/ inadequado*. Com efeito, cada variante é mais adequada para uma determinada situação de interlocução. Por isso, na construção de uma personagem de um romance, por exemplo, não se pode atribuir-lhe aleatoriamente uma variante lingüística. As variantes criam uma identidade para o narrador e para as personagens: por exemplo, não se faz um peão da fronteira do extremo sul do País falar como um adolescente carioca. Uma variante cria um efeito de sentido, pois se ajusta a um lugar, a um tempo, a uma situação de interlocução, a um grupo social. Um bom falante da língua é o que sabe usar a variante adequada à situação de comunicação. É tão inadequado dizer, num bate-papo de botequim, *Fi-lo ao meu alvedrio*, quanto, num depoimento na Câmara dos Deputados, afirmar *Fiz pruque me deu na teia*. O lingüista romeno Coseriu dizia que um bom falante é um "poliglota" em sua própria língua.

Não são idênticos, em termos de variação lingüística, os textos de José Simão, colunista de televisão da *Folha de S. Paulo*, e os editoriais desse jornal; uma carta a um amigo e um requerimento a um ministro; o jornal *Notícias Populares* e o *Estadão*, Camões e Jorge Amado.

É preciso compreender o fenômeno da variação e entender que escrita e fala são duas modalidades diferentes da linguagem, para daí tirar duas conclusões a respeito da produção dos textos escritos:

1. a menos que o texto escrito queira simular a fala, não deve aparecer nele nenhuma característica do texto falado: frases truncadas, marcas da presença de um interlocutor, sinais do planejamento e da elaboração, etc.;

2. os textos científicos, técnicos, jornalísticos só admitem a chamada norma culta; outros textos, para marcar a identidade do narrador ou de

personagens, permitem o uso de outras variantes, desde que elas sejam adequadas à identidade que se quer construir (não se pode fazer um baiano falar como um gaúcho).

Lição 3

A propósito da noção de erro

Leia com atenção o texto abaixo.

Sexo, palavras e estrangeiros

Aprendi o Português já marmanjo. Comecei aos 17 anos com um curso de “imersão” no terceiro científico do Colégio Imaculada Conceição em Dourados, Mato Grosso do Sul. Como todos os adolescentes que viajam para países estrangeiros, o meu aprendizado inicial foi informal. Entre as primeiras 100 palavras que conheci, 40 deviam ser obscenas ou, no mínimo, de uso pouco recomendado em reuniões finas.

Isso faz quase 20 anos. Desde então, seja no Brasil, seja nos EUA, continuo estudando. Uma segunda língua a gente não domina completamente, por mais que se esforce. Nunca é, nem nunca será, igual à língua “mãe”.

Mesmo assim, acho o Português um idioma relativamente fácil de aprender. (...) É possível saber como se formam os tempos verbais, quando se usa cada preposição. A ortografia tem uma base fonética. Até a acentuação, por mais que mude, obedece a um esquema racional.

Hoje em dia, depois de dois ou três “drinques”, fico até eloqüente na língua de Camões. Não sou nenhum Ruy Barbosa, é verdade. Mas escrevo sem maiores dramas, vou em festas sem dar vexames e os meus filhos pararam de me corrigir.

A única faceta da língua que não consigo dominar (e temo que nunca conseguirei) é o masculino e o feminino.

Para um estrangeiro orgulhoso do seu Português, não há nada pior do que ser interrompido no meio de uma frase longa, complexa e bem torneada, justo na hora que começa a impressionar as mulheres, com uma correção do tipo: “é o planeta”. No caso, o estrangeiro em questão se vê obrigado a brecar o discurso de repente, engolir várias palavras e quebrar o raciocínio para perguntar “como?”. Ao que o interlocutor prestativo inevitavelmente responde: “planeta é masculino”.

Se for um pouco mais erudito acrescentará, de quebra: “vem do grego”. Nisso, a platéia começa a dar risadinhas, muda-se de assunto e, como se não bastasse, o nosso gringo ainda terá de agradecer a correção. (...)

Mas cá entre nós, esse negócio de masculino e feminino é complicado.

(...) O problema de dar sexo às palavras, para o estrangeiro pelo menos, é que é impossível adivinhar os gêneros de algumas delas. (...) Os

brasileiros todos podem confundir uma concordância verbal ou deixar escapar uma "meia gordinha", mas muito dificilmente trocam o gênero de uma palavra.

Todas as línguas, ao que parece, têm umas armadilhas feitas especialmente para pegar gringo. Em Português, é claro, passam pela questão do sexo. (SHIRTS, Matthew. *O Estado de S. Paulo*, 8/4/1995, C2)

Esse texto, com muita graça, enuncia algumas questões básicas concernentes à questão do erro lingüístico: 1 – há formas lingüísticas que podem ser usadas em determinadas situações de comunicação e não em outras; 2 – há regras que são observadas por todos os falantes de uma dada língua e outras que não são gerais.

Muitos lingüistas dizem que, do estrito ponto de vista lingüístico, não há formas corretas e incorretas, dado que todas elas se equivalem. O que há é inadequação ou adequação à situação de comunicação. Para eles, a correção tem um caráter extralingüístico, ou seja, social. Corrige-se aquilo que não está de acordo com os usos lingüísticos prestigiados socialmente. Essa posição, na verdade, está apenas parcialmente correta, pois confunde níveis diferentes do problema. Analisemo-lo mais detidamente.

Como vimos na lição anterior, a língua é um conglomerado de variantes regionais, sociais, situacionais e temporais. Há formas mais ou menos coloquiais, há expressões que se usam numa região e não noutra, há formas mais ou menos populares, há termos e construções que se usam em família ou entre os amigos, mas não na presença de estranhos, há formas consideradas grosseiras e outras que são vistas como delicadas. Do estrito ponto de vista lingüístico, essas variantes são equivalentes. Por exemplo, dizer *eles jogam* ou *eles joga* não afeta a compreensão e, por isso, uma delas não é superior à outra do ponto de vista linguístico. Observe, por exemplo, que o francês perdeu a marca de 3ª pessoa do plural, sem que isso trouxesse problemas para a comunicação, pois a língua cria outros mecanismos para assegurar a compreensão adequada do que se quer transmitir. Se essas formas são equivalentes do ponto de vista lingüístico, não o são do ponto de vista social, pois a primeira (*eles jogam*) é mais prestigiada. No caso das variantes, então, a correção é extralingüística. Temos, nesse caso, de falar em adequação ou inadequação à situação de comunicação. Há situações comunicativas que exigem a norma culta (por exemplo, os textos administrativos, didáticos, etc.) e outras que quase "determinam" o uso de uma variante mais coloquial (por exemplo, uma conversa com amigos íntimos). Usar uma variante inadequada cria uma imagem desfavorável do falante. Observe no texto abaixo como é analisada a questão do efeito de sentido gerado pelo uso das variantes lingüísticas:

> ...e se não fosses um mariola e um cavalo, saberias, filho, que se não queres que te tomem por um rústico, não deves falar como os zagais. E isso de dizer “estou com o saco cheio” é vício de linguagem, conduta feia, de que usam malandrins e tu não usarás; que, quando estiveres com o saco cheio, hás de dizer “não estou precisamente demasiado eufórico”, ou coisa análoga. Que é sempre preferível, ao invés da torpeza de designar as coisas pelos nomes corriqueiros que lhes dão, nomeá-las quando for preciso, *eleganter*, isto seja, por circunlóquios, metáforas, boleios e demais lindezas da linguagem figurada, pois que as palavras escolhidas e adornadas provam o requinte e a boa ensinança daquele que as profere. (LOPES, Edward. *Travessias*. São Paulo, Moderna, 1980, p. 128)

Nos textos em que é de rigor a utilização da norma culta, o uso das construções abaixo seria inaceitável:

a) Por isso, em nome de todos os comediantes e humoristas, gostaria de lançar este pequeno protesto, pois, sendo o prefeito uma autoridade governamental, fica muito difícil, para nós, pobres mortais, *igualar-se* à verve oficial (Jô Soares. *Veja*, 24/5/1995, p.95). (Uso de forma de 3ª pessoa do singular em lugar da de 1ª pessoa do plural).
b) Qual é a personagem que mais *lhe* atrai no filme? (*O Estado de S. Paulo*, 29/5/1995, D10). (Uso do pronome oblíquo dativo (que indica objeto indireto) em lugar do pronome oblíquo acusativo (que manifesta objeto direto).
c) Nem os seguranças de Mário Covas acreditam na falta de cerimônia do patrão. Que foi surpreendido em pleno fuça a fuça no gabinete do Bandeirantes com dois vendedores de plano de saúde – *que ele próprio tinha autorizado a entrada* (*Folha de S. Paulo*, 10/4/1995, 5-2). (Uso inadequado do pronome relativo: o correto seria *cuja entrada ele próprio tinha autorizado*).
d) Sobre a minha renovação de contrato com o São Paulo, posso adiantar que já tivemos uma conversa no sábado, *onde* já evoluiu bastante (Goleiro Zetti, *Programa Bate-bola*, TV Gazeta, 31/1/1993). (Uso do *onde* no lugar de *que*).
e) Há momentos na vida *que* você não pode errar (Propaganda da Agroceres) (falta da preposição *em* diante do relativo com função de adjunto adverbial de tempo).
f) Espero que o pessoal *reflete* sobre o significado desta Copa do Mundo (Rivelino, *Programa Apito Final*, 8/7/1990, TV Bandeirantes). (Uso do indicativo pelo subjuntivo).

g) Dá licença que eu tenho que me lavá a louça da janta. Se o Zé descobre que dormi na cama dele, me mata eu e me mata você (Falas da novela *A próxima vítima*. *Veja*. 12/4/1995, p. 8).

Nesse caso, temos que falar em *aceitabilidade* social e cultural das formas da língua. Entra também nesse domínio a questão dos *estrangeirismos*. Muitos falantes adotam uma posição purista, de repúdio à incorporação de palavras estrangeiras. Querem manter a pureza do idioma, pretendem instaurar uma "polícia alfandegária" que impeça a entrada de estrangeirismos na língua, dizem estar protegendo o idioma da anarquia e da descaracterização. Cabe lembrar, no entanto, que o léxico de uma língua é constituído de palavras provindas de muitos idiomas, não é algo puro. O vocabulário do português formou-se com termos latinos, árabes, italianos, franceses, etc. Por outro lado, as línguas não se acham ameaçadas pela incorporação de palavras estrangeiras, porque seu sistema gramatical (que admite pouquíssimos empréstimos e, assim mesmo, periféricos) se mantém intocado. Aliás, as palavras estrangeiras adaptam-se ao sistema fônico e gramatical da língua que as toma emprestado. Por exemplo, como o sistema fônico do português só admite a consoante *nh* em posição intervocálica, quando emprestamos uma palavra estrangeira com *nh* em posição inicial, acrescentamos uma vogal antes, para que a referida consoante fique em posição medial intervocálica (dizemos *inhoque*, por exemplo). O jargão da informática emprestou do inglês o verbo *deletar*. Não se conjuga ele, no entanto, de acordo com a gramática inglesa, mas de acordo com o sistema de conjugações verbais do português. No caso do uso de estrangeirismos, nossa posição deve ser sensata. Não devemos nem ser puristas, nem ter um fascínio pelo uso de estrangeirismos. Devemos usá-los, quando não tiverem equivalente em português ou quando já forem de uso geral. Não é preciso um verbo como *declanchar* (do francês *déclencher*), porque o português tem um equivalente, *desencadear*. Não se pode, porém, condenar a utilização de palavras como *futebol, abajur* ou *restaurante*, porque são de uso geral. Não se pode pretender que, em seu lugar, se usem *ludopédio, lucivelo* ou *casa de pasto*. Leia estas observações de Hélio Schwartsman:

> *Como sucede a todos aqueles que só pensam naquilo – a língua, ou melhor, o idioma – Machado acabou desenvolvendo suas idiossincrasias. Ele condena com veemência a expressão "cometer suicídio". Considera-a uma má tradução do inglês "to commit suicide".*
>
> É evidente que seria ridícula tentar negar hoje que o verbo pronominal "suicidar-se" exista e que seja de fato pronominal (só se conjuga

> acompanhado do "se", sempre). Etimologicamente, entretanto, "suicidar-se" é um pleonasmo. É formado pelo pronome latino "sui" (se) e pelo verbo "caedo" (matar). (...)
>
> Se o substantivo "suicídio" é castiço e tal ato é condenado pela moral e, até há pouco, também pela lei, ele combina com verbos como "cometer" ou "perpetrar". Preserva a sanidade dos cada vez mais raros latinistas e não constitui maior ofensa ao vernáculo. Sem prejuízo, é claro, da forma "suicidar-se". (*Folha de S. Paulo*, 7/5/1995, 5-14)

A questão do erro lingüístico não se esgota, porém, no problema da aceitabilidade. É preciso considerar que há realizações lingüísticas que, por descuido ou por falsa análise realizada pelo falante, contrariam as regras gerais do sistema lingüístico (aquelas que um falante nativo dificilmente viola) ou que não cumprem adequadamente a função de comunicar.

O sistema lingüístico possui regras muito gerais de formação de frases e um jogo de oposições formais. Assim, pertence ao sistema lingüístico do português a oposição *surdez* vs *sonoridade*, que forma as consoantes sonoras e as surdas (*b, d, gue, v, z, ge* vs, *p, t, k, f, s, ch*); as regras de combinatórias dos sons que prescrevem, por exemplo, que *r* simples não ocorre em posição inicial; as oposições gramaticais de pessoa, número, tempo, etc.; as oposições lexicais, como, por exemplo, *reprodutor/não-reprodutor*, que permite criar distinções entre *touro* e *boi, garanhão* e *cavalo, cachaço* e *porco*; as regras de ordenação de palavras para construir frases, como, por exemplo, o artigo precede o substantivo que ele determina. Observe que as regras do sistema são gerais, não variam de região para região, de grupo social para grupo social, etc. O que varia são as normas, que são usos habituais de um dado grupo social, de uma determinada região, de uma certa época, etc. O sistema contém aquelas regras fundamentais da língua. Ora, a violação das regras do sistema produz uma agramaticalidade. Nesse caso, o erro é intralingüístico, não tem nada a ver com um julgamento social sobre uma variedade lingüística mais ou menos prestigiada. Se um falante disser *Menino o bola joga campo no*, terá violado regras do sistema, como o artigo deve preceder o substantivo, a preposição precede o termo que rege, etc. Nesse caso, não terá produzido uma frase do português, mas terá pronunciado um amontoado de palavras. Dificilmente, um falante comete certas agramaticalidades. No texto com que iniciamos esta lição, o cronista diz, por exemplo, que um brasileiro não erra os gêneros das palavras.

No entanto, uma agramaticalidade, que pode aparecer na língua escrita, é a produção de frases em que faltam termos essenciais (por exemplo, o predicado) ou períodos compostos por subordinação em que não aparece a oração principal.

Esses “erros” prejudicam a comunicação, pois o leitor fica sem saber o que quis dizer quem escreveu a frase. Vejamos alguns exemplos:

a) Já houve o tempo da moreninha, da loirinha e agora chegou a vez da ruivinha. A cor do cabelo, no entanto, faz pouca diferença, pois a fórmula para conquistar jovens platéias com um interesse maior em sexo do que em música. O segredo do sucesso na música pop é um rostinho – e um corpinho – feminino bonito e bem sensual (*Folha de S. Paulo,* 17/9/1989, apud Unicamp 89). (Observe que, no segundo parágrafo, a oração iniciada por *pois* não tem predicado: não se sabe de que fórmula falava o enunciador).

b) Embora as enchentes, todos os anos, continuem a destruir cidades inteiras em algumas regiões do Nordeste, provocando prejuízos que chegam a milhões de dólares. (Nesse período não há oração principal: a primeira oração iniciada por *embora* é subordinada adverbial concessiva; a segunda é uma subordinada adverbial temporal reduzida de gerúndio).

Além dos casos de agramaticalidade, constituem também erros as violações de relações discursivas, ou seja, de relações entre partes e segmentos do texto: por exemplo, o uso de conectores argumentativos inadequados, a criação de enunciados ambíguos, etc. Nesse caso, pode-se dizer que temos verdadeiras agramaticalidades discursivas. Vejamos alguns exemplos:

a) PC Farias responde a mais de 30 inquéritos de corrupção na Polícia Federal (*Jornal Nacional,* 30/11/1993). (Nesse caso, há uma ambigüidade: pode-se entender que PC Farias responde na Polícia Federal a 30 inquéritos de corrupção ou responde a 30 inquéritos por ter corrompido agentes da Polícia Federal).

b) Os estudantes que pretendem ingressar na Unicamp, no próximo vestibular, concordam com o decreto do governo. Estão reclamando, apenas, que a Universidade de Campinas está exigindo a leitura de um livro que entrará no exame inexistente no Brasil: *A confissão de Lúcio*, de Mário de Sá-Carneiro. (*Isto é Senhor,* 14/9/1989, apud Unicamp 1989). (Pela posição em que foi colocado, o adjetivo *inexistente* parece estar referindo-se a *exame*).

c) O presidente americano (...) produziu um espetáculo cinematográfico em novembro passado na Arábia Saudita, onde comeu peru fantasiado de marine no mesmo bandejão em que era servido aos soldados americanos (*Veja*, 9/1/1991, apud Unicamp 1992). (Tem-se a impressão

de que *fantasiado* se refere a *peru* e de que *o presidente era servido aos soldados*).

d) Há meses não chove em Brasília. Portanto, o governo não pensa em racionamento de água. (Nesse caso, é completamente despropositado o uso do conector conclusivo *portanto;* o que se deveria era usar o adversativo *mas*).

Até o momento, vimos que três fenômenos de natureza diferente são considerados erros:

a) desvio da norma adequada a uma dada situação de comunicação;
b) agramaticalidade da estrutura da frase ou do período;
c) violação de relações discursivas.

Há, no entanto, outros fenômenos distintos que também são erros lingüísticos.

a) **Erros de ortografia**. A ortografia é o conjunto de convenções que regem a grafia das palavras. Essas convenções, no caso dos países de língua portuguesa, resultam de acordos entre os diferentes países. As normas de ortografia são coercitivas para todos os falantes.

> Gosta de fama de *bad boy* (garoto *mal*) e faz tudo o que pode para mantê-la (*Folha de S. Paulo*, 11/6/1995, 4-5). (O adjetivo é grafado com *u* (mau) e o advérbio com *l* (mal)).

> Escrevi crônica pedindo aos leitores que sugerissem formas do ex-deputado se matar e recebi cerca de 1300 cartas com as propostas mais *ilárias* (*O Estado de S. Paulo*, 22/5/1995, D2). (Aqui temos dois problemas: hilária escreve-se com *h*; a forma correta do adjetivo que significa “que faz rir” é *hilariante*).

b) **Erro por imposição de uma tradição do ensino**. Nesse caso, entram aqueles fatos lingüísticos que pertenciam à norma culta da língua, mas que se alteraram e que a escola considera ainda como fatos reais do português.

> O atraso no pagamento implicará em multa. (Há hoje uma oscilação na regência do verbo *implicar*: é usado tanto como transitivo direto, quanto como transitivo indireto com a preposição *em;* a única regência considerada correta pela tradição gramatical é sem a preposição).

Custei a perceber o problema. (O verbo *custar*, no sentido de "ser custoso", é ensinado como unipessoal; só se considera correto *custou-me perceber o problema*).

Não tenho nenhuma dó de criminosos. (O substantivo dó é ensinado como masculino).

Leia esta crônica de Raul Drewnick, publicada em *O Estado de S. Paulo*, de 25/4/1995, em que um desses erros por imposição da tradição de ensino é analisado com muita graça.

A noite estava quase tão gostosa quanto o chope e o salaminho. Na mesa do bar, os seis amigos, todos catedráticos em mulher e futebol, conversavam disso mesmo, porque não houve, não há e nunca haverá assunto melhor para o brasileiro do que mulher e futebol. Sharon Stone foi comparada com Letícia Spiller. Romário com Túlio. Angélica com Xuxa, Viola com Edmundo e, depois de muito bate-boca, se chegou àquela conclusão de sempre: nenhuma.

Duas horas mais tarde, já sob o efeito das rodadas de chopinho que de dez em dez minutos o garçom renovava, eles mudaram um pouco o debate. Começaram a comparar Sharon Stone com Romário, Letícia Spiller com Túlio, Angélica com Viola e Xuxa com Edmundo. Discutiram, exaltaram-se, quase se desentenderam e no fim chegaram ao mesmo resultado do debate anterior: nenhum. Não houve vencedores. E vencidos, se houve, foram os chopinhos e os salaminhos, dizimados assim que se atreviam a aparecer. Estavam felizes. E felizes ficaram até que um deles, o mais fofoqueiro dos seis, começou a contar a história de uma garota, vizinha dele, famosa pelas curvas do corpo e pela generosidade do coração.

– Vocês precisam conhecer a Adriana. É um estouro, um petardo, uma bomba atômica! Se ela sai de casa e vai até a esquina, a rua toda treme. Se ela vai um pouco mais longe, explode todo o quarteirão.

– Nossa, ela é tudo isso, mesmo? Então a gente precisa conhecer.

– Ela não é tudo isso. É tudo isso e mais um pouco. Tudo isso e mais bastante. E ela topa qualquer parada. Já namorou com o bairro inteiro.

Nesse ponto, o mais empertigado dos seis amigos arregalou os olhos e perguntou, com expressão de espanto:

– O que foi que você disse?

– Eu disse que a menina é um avião e namora com todo mundo.

O que é que você está estranhando?

– Eu estou estranhando que você, um sujeito com instrução, diga uma asneira como essa.

– Que asneira?

– Que a menina namora com todo mundo.

– Mas é verdade. A Adriana é uma devoradora de homens. Dos 8 aos 80 não escapa um.

– Não estou censurando o comportamento dela. Estou é indignado com o seu desconhecimento gramatical.

– Com o meu desconhecimento gramatical? Você pode me explicar isso?

– Você disse que ela namora *com*.

– Disse. E daí?

– Daí que isso é uma barbaridade. O verbo namorar é transitivo direto. Quem namora, namora alguém, não namora *com* alguém.

Enquanto o acusado de crime contra a gramática assumiu um triste ar de réu para merecer a clemência dos amigos, um deles, quase tão empertigado, quanto o gramático de plantão, protestou:

– Espere aí, Aristarco. Você está massacrando o Cordeiro à toa. O dicionário do Aurélio diz que namorar com é perfeitamente válido.

– Ah, Praxedes, eu não esperava que você me viesse com essa. Você sabe muito bem que o Aurélio não é uma boa fonte. O Aurélio admite tudo: nóis vai, nóis fumo...

– Você está querendo dizer, Aristarco, que você tem mais autoridade do que o Aurélio?

– Não. O que eu estou querendo dizer é que em nenhum outro dicionário você vai achar esse absurdo de namorar *com*.

No início do debate, o Cordeiro, que sem querer tinha provocado a confusão, ainda tentou acompanhar os argumentos dos dois gramáticos, cada vez mais nervosos. Depois ele acabou dormindo, como os outros. Acordou dali a dez minutos, com a voz trovejante de seu defensor, o Praxedes. (...) Antes que o Aristarco, já rubro de cólera, apresentasse sua contra-argumentação, o Cordeiro resolveu mostrar-se grato ao seu advogado:

– É isso aí, Praxedes, você está certo. Deixe de ser chato, Aristarco. Você quer saber de uma coisa? Namorar é tão bom, mas tão bom, que até namorar contra é gostoso (C2).

c) **Hipercorreção**. É o uso de uma forma vista como correta no lugar de uma outra considerada indevidamente errada. Vejamos alguns exemplos:

> Não *haverão* recursos suficientes para o término das obras. (O verbo *haver*, no sentido de "existir", é impessoal. Portanto, a construção correta seria *Não haverá recursos suficientes para o término das obras*. No entanto, imagina-se que o sujeito seja *recursos suficientes* e que o verbo deva concordar com ele).

O *galfo* escapou-lhe das mãos (como em certas camadas sociais troca-se o *l* por *r*, em palavras como *calça*, *maldade*, *calcanhar*, pensa-se que a forma correta de *garfo* seja *galfo*).

d) **Falsa análise do enunciado**. É aquele erro cometido por uma análise inadequada da frase, quando se atribui a uma palavra ou expressão uma função sintática que ela não exerce, quando se estabelecem relações sintáticas inexistentes, quando se realizam analogias improcedentes dentro do período. Vejamos alguns exemplos:

> *Vai* chover multas na volta do feriado (*Folha da Tarde*, 31/12/1992,1). (Nesse caso, atribui-se à palavra, que é o sujeito, a função de objeto direto e, por conseguinte, não se realiza a concordância. A frase correta seria *Vão chover multas na volta do feriado*).
>
> Pode-se argumentar, é certo, que eram previsíveis os percalços que *enfrentariam* qualquer programa de estabilização (...) necessário no Brasil (*Folha de S. Paulo*, 7/10/1990, apud Unicamp 1991). (Atribui-se ao pronome relativo *que*, que retoma o substantivo *percalços*, a função de sujeito e não de objeto direto e faz-se a concordância do verbo com o antecedente *percalços* e não com o verdadeiro sujeito *qualquer programa de estabilização*).
>
> Quando ele resolver apresentar-se, oferecer explicações convincentes e *obter* o apoio da opinião pública, talvez seja inocentado (usa-se *obter* no lugar de *obtiver*, porque os verbos que aparecem antes no futuro do subjuntivo, por serem regulares, apresentam uma forma igual à do infinitivo; o verbo irregular *obter* contagia-se da regularidade dos anteriores, sobretudo porque todos terminam em-*er*).
>
> Sou clara e definitivamente pela admissibilidade do *impeachment* – correndo o risco até do auto-suicídio político (Dep. Antônio Morimoto (PTB-RO) *Folha de S. Paulo*, 24/9/1992, 1-4). (Analisa-se *suicídio* como um termo não-reflexivo e, por isso, acrescenta-se a ele *auto*, que significa "si mesmo").

Muitas vezes, também a hipercorreção resulta de uma falsa análise do enunciado. A diferença, no entanto, é que ela acaba resultando, para quem a

pratica, numa regra de uso: por exemplo, certas pessoas nunca usam impessoalmente o verbo *fazer* indicando tempo passado (dizem sempre *fazem muitos dias* e não *faz muitos dias*).

e) **Falsas analogias**. São aquelas formas criadas por analogia com as regularidades da língua ou pelo estabelecimento de correspondências, que de fato não existem, entre certas formas da língua. Diferentemente do caso anterior, não se trata aqui de relações indevidas estabelecidas entre termos no interior de um período, mas da falsa pressuposição de simetrias entre formas da língua.

> [Os astecas] não só conheciam o banho de vapor, tão prezado na Europa, como *mantiam* o hábito de banhar-se diariamente (*Superinteressante*, out. 92, apud Unicamp 1993). (Usa-se *mantiam* no lugar de *mantinham*, porque se faz a seguinte analogia: se *comer* faz a 3ª pessoa do pretérito imperfeito do indicativo *comiam*, *vender* faz *vendiam*, *prender* faz *prendiam*, então *manter* faz *mantiam*).

> O governo *interviu* muito na economia nestes últimos anos (usa-se *interviu* por *interveio*, porque se faz a seguinte analogia: se *partir* tem, para a 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, a forma *partir* tem; *partiu*, *dormir* tem *dormiu*, *cair* tem *caiu*, então *intervir* tem *interviu*).

> O novelo *deslisou* pelo chão (usa-se *deslisar* por *deslizar*, porque se associa falsamente esse verbo ao adjetivo *liso;* note-se que existe, em português o verbo *deslisar*, muito pouco usado, que significa "alisar" e que não se confunde com o verbo *deslizar*, que quer dizer "escorregar brandamente").

f) **Impropriedades lexicais**. É o uso de uma palavra com um significado que ela não tem, mas que se atribui a ela indevidamente, em geral por uma semelhança fônica muito acentuada com o termo que seria adequado.

> Estações de metrô de mármore, com lustres de cristal, contrastam com a miséria da população. A *luxúria* de Moscou tem seu contraponto no silêncio do mosteiro Donskoi, criado no final do século 16. É um conjunto arquitetônico elegante e modesto (*O Estado de S. Paulo*, 30/5/1995, G10). (*Luxúria*, em português, não significa "luxo", mas "sensualidade").

Os erros ou inadequações de linguagem não têm todos o mesmo efeito: alguns prejudicam a compreensão do texto; outros comprometem o enunciador.

> As Forças Armadas brasileiras já estão treinando 3 mil soldados para atuar no Haiti depois da retirada das tropas americanas. A Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou o envio de tropas ao Brasil e a mais quatro países, disse ontem o presidente da Guatemala, Ramiro de León (*O Estado de S. Paulo*, 24/9/1994, apud Unicamp 1995).

Nesse caso, a má colocação da expressão *ao Brasil e a mais quatro países* prejudica a compreensão do enunciado, pois dá a entender que a ONU solicitou o envio de tropas ao Brasil e a mais quatro países, quando na verdade ela solicitou ao Brasil e a mais quatro países que enviassem tropas ao Haiti.

No caso abaixo, os erros lingüísticos comprometem o enunciador, pois criam dele a imagem de alguém sem qualquer intimidade com a língua e, portanto, de alguém bastante rústico.

O dom da oratória

> O pronunciamento do presidente Collor anteontem em cadeia nacional de rádio e TV despertou no ex-deputado José Costa (PMDB) recordações que coleciona para incluir em um livro de memórias e casos políticos de Alagoas.
>
> Há alguns anos – bem antes de alguém pensar em modernizar os portos – o deputado federal Ozeas Cardoso, amigo de Arnon de Mello, pai do presidente Collor, ajudou, por uma circunstância qualquer da vida, a categoria dos estivadores.
>
> Eram os tempos de guerra da velha UDN, partido do deputado. Sensibilizados, os trabalhadores resolveram promover uma festa para agradecer a mãozinha. O estivador escolhido para falar na ocasião atendia pelo sugestivo apelido de "Quebra Poste". Homem simples, começou se desculpando por não saber falar direito a língua pátria. Com essa limitação, mas fazendo questão de expressar toda a gratidão da categoria, "Quebra Poste" resumiu a mensagem em poucas palavras:
>
> – Seu nome, deputado, já diz tudo: tem o "o" de "onesto" e o "c" de "cincero". (*Folha de S. Paulo*, 23/6/1992)

Lição 4

A heterogeneidade lingüística

Leia o texto que segue.

Cansados, finalmente, os embaixadores de lhes responder o Batista que não era Messias, nem Elias, nem profeta pediram-lhe, finalmente, que, pois eles não acertavam a perguntar, lhes dissesse ele quem era. A esta instância não pôde deixar de deferir o Batista. E o que vos parece que responderia? *Ego sum vox clamantis in deserto:* Eu sou uma voz que clama no deserto. Verdadeiramente não entendo esta resposta. Se os embaixadores perguntaram ao Batista o que fazia, então estava bem respondido com a voz que clamava no deserto, porque o que o Batista fazia no deserto era dar vozes e clamar; mas se os embaixadores perguntavam ao Batista quem era, como lhes responde ele o que fazia? Respondeu discretissimamente. Quando lhe perguntavam quem era, respondeu o que fazia: porque cada um é o que faz, e não é outra cousa. As cousas definem-se pela essência: o Batista definiu-se pelas ações; porque as ações de cada um são a sua essência. Definiu-se pelo que fazia, para declarar o que era.

Daqui se entenderá uma grande dúvida, que deixamos atrás de ponderar. O Batista, perguntado se era Elias, respondeu que não era Elias: *Non sum.* E Cristo no capítulo onze de S. Mateus disse que o Batista era Elias: *Joannes Baptista ipse est Elias.* Pois se Cristo diz que o Batista era Elias, como diz o mesmo Batista que não era Elias? Nem o Batista podia enganar, nem Cristo podia enganar-se: como se hão de concordar logo estes textos? Muito facilmente. O Batista era Elias, e não era Elias; não era Elias, porque as pessoas de Elias e do Batista eram diversas; era Elias, porque as ações de Elias e do Batista eram as mesmas. A modéstia do Batista disse que não era Elias, pela diversidade das pessoas; a verdade de Cristo afirmou que era Elias, pela uniformidade das ações. Era Elias, porque fazia ações de Elias. Quem faz ações de Elias é Elias; quem fizer ações de Batista será Batista; e quem as fizer de Judas será Judas. Cada um é as suas ações, e não é outra cousa. Oh que grande doutrina esta para o lugar em que estamos! Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o nobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações. O que fazeis, isso sois, nada mais. Quando ao Batista lhe perguntaram quem era, não disse que se chamava João, nem que era filho de Zacarias; não se definiu pelos pais, nem pelo apelido. Só de suas ações formou a sua definição: *Ego vox clamantis.*

> Muito tempo há que tenho dous escândalos contra a nossa gramática portuguesa nos vocábulos do nobiliário. A fidalguia chamam-lhe qualidade, e chamam-lhe sangue. A qualidade é um dos dez predicamentos a que reduziram todas as cousas os filósofos. O sangue é um dos quatro humores de que se compõe o temperamento do corpo humano. Digo, pois, que a chamada fidalguia não é somente qualidade, nem somente sangue; mas é de todos os dez predicamentos e de todos os quatro humores. Há fidalguia que é sangue, e por isso há tantos sanguinolentos; há fidalguia que é melancolia, e por isso há tantos descontentes; há fidalguia que é cólera, e por isso há tantos malsofridos e insofríveis; e há fidalguia que é fleuma, e por isso há tantos que prestam para tão pouco. De maneira que os que adoecem de fidalguia não só lhes peca a enfermidade no sangue, senão em todos os quatro humores. O mesmo se passa nos dez predicamentos. Há fidalguia que é substância, porque alguns não têm mais substância que a sua fidalguia; há fidalguia que é quantidade: são fidalgos porque têm muito de seu; há fidalguia que é qualidade, porque muitos, não se pode negar, são muitos qualificados; há fidalguia que é relação: são fidalgos por certos respeitos; há fidalguia que é paixão: são apaixonados de fidalguia; há fidalguia que é *ubi:* são fidalgos, porque ocupam grandes lugares; há fidalguia que é sítio, e desta casta é a dos títulos, que estão assentados, e os outros em pé; há fidalguia que é hábito: são fidalgos porque andam mais bem vestidos; há fidalguia que é duração: fidalgos por antigüidade. E qual destas é a verdadeira fidalguia? Nenhuma. A verdadeira fidalguia é ação. Ao predicamento da ação é que pertence a verdadeira fidalguia. *Nam genus, et proavos, et quae non fecimus ipsi, vix ea nostra voco* (=Em verdade, não invoco a origem, os ancestrais e os méritos que não nos cabem, apenas as nossas [ações]), disse o grande fundador de Lisboa. As ações generosas, e não os pais ilustres, são as que fazem fidalgos. Cada um é suas ações, e não é mais, nem menos, como o Batista: *Ego vox clamantis in deserto.* (VIEIRA, Antônio. *Sermões.* Porto, Lello, 1959, vol. I, t. 1, p. 211-213)

No *Sermão da Terceira Dominga do Advento,* a que esse trecho pertence, Vieira parte do episódio bíblico (João, 1, 19-34), que narra a ida a João Batista de uma embaixada de sacerdotes e levitas de Jerusalém para perguntar-lhe quem era e sua resposta de que era a voz que clama no deserto. Com base nessa resposta, Vieira tece uma argumentação, para mostrar que a fidalguia, a nobreza pertence à esfera da ação, do trabalho, e não à herança familiar (sangue). Diz que ela não é nem qualidade, nem sangue, mas ação. Esse sermão opõe-se a um ponto de vista vigente na sociedade do tempo do pregador de que a nobreza era algo ontológico, era um valor herdado pelo nascimento. A essa perspectiva Vieira contrasta a idéia de que a nobreza é

uma virtude conquistada no trabalho, de que não há uma ordem social natural. Poderíamos dizer que à maneira de ver da aristocracia feudal Vieira contrapõe o modo burguês de considerar o mundo.

Esse texto revela uma propriedade fundamental da linguagem, a *heterogeneidade constitutiva*. Um discurso é construído a partir de uma relação polêmica com outro. Por isso, todo texto é atravessado por outros. Isso significa que um texto põe em cena duas concepções a respeito de uma dada questão: aquela que defende e aquela a que se opõe. É por essa razão que se diz que um discurso é constitutivamente heterogêneo: ele contém duas vozes sociais, dois pontos de vista, duas perspectivas sobre um determinado tema. Sob uma voz, há outra. Essas duas maneiras de ver não são mostradas, marcadas, no fio do discurso. A memória discursiva do analista é que as resgata e delimita. Um discurso antidilatorial só pode surgir numa sociedade em que há uma ditadura, um discurso abolicionista só aparece numa formação social escravagista, e assim por diante.

O discurso é heterogêneo, porque, numa sociedade, existem pontos de vista divergentes sobre cada questão, uma vez que ela é dividida em grupos sociais com interesses distintos. A linguagem é, assim, a arena desses conflitos, dessas polêmicas. Perceber o discurso em relação ao qual um outro se opõe é apreender a historicidade da linguagem, dado que a História se faz nesse movimento de contradição.

Heterogeneidade mostrada

Além dessa heterogeneidade constitutiva, com muita freqüência, o texto mostra a voz de outrem, cita a palavra de alguém que não o produtor do texto (= enunciador), deixa claro que está tratando de pontos de vista pelos quais o enunciador não é responsável. Nesse caso, há mecanismos lingüísticos que servem para mostrar quem está falando.

Heterogeneidade mostrada marcada

Nesse caso, a voz do outro está bem demarcada por elementos lingüísticos e, por conseguinte, separam-se nitidamente a palavra do enunciador e o discurso citado. Analisemos os principais mecanismos de citação marcada da voz do outro.

a) Negação

Veja o texto:

> Aprendeu em Fidelino de Figueiredo: “Com os mortos não se deve polemizar e com os vivos não vale a pena.”
>
> Aprendera antes em Goethe: “Nunca responder a um ataque, mesmo que nos acusem de ter furtado um talher de prata”.
>
> A princípio não respondia por orgulho. Era tão mais difícil que responder. Hoje, a idéia da réplica nem sequer lhe ocorre. A obra deve conter em si mesma resposta a qualquer objeção. (ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 1011)

Uma negação contém dois pontos de vista, pois afirma alguma coisa e, ao mesmo tempo, refuta uma afirmação anterior. Há dois tipos básicos de negação: a *descritiva,* que aparentemente contesta um dado de realidade, mas, de fato, desmente um ponto de vista sobre ele; a *polêmica,* que claramente é contrária a uma dada perspectiva sobre alguma coisa.

As três primeiras negações do texto acima (*com os mortos não se deve polemizar; com os vivos não vale a pena polemizar; nunca responder a um ataque, mesmo que nos acusem de ter furtado um talher de prata*) são polêmicas, pois, afirmam um ponto de vista sobre o que não se deve fazer e, ao mesmo tempo, negam a opinião contrária de que se deve polemizar com os mortos, de que vale a pena polemizar com os vivos, de que sempre se deve responder a um ataque.

As duas últimas (*a princípio não respondia por orgulho; hoje a idéia de réplica nem sequer lhe ocorre*) são descritivas, pois, aparentemente, refutam um dado de realidade, isto é, de que a princípio respondesse e de que hoje a idéia de réplica lhe ocorra, mas, na verdade, contestam o ponto de vista de alguém sobre esses dados de realidade.

b) Discurso direto e discurso indireto

Num texto, muitas vezes, o enunciador insere a fala de outrem cita o discurso alheio. Faz isso contando o que o outro disse ou dando-lhe a palavra, criando uma simulação de um diálogo. Quando se reproduz a fala de alguém no interior do texto, temos o discurso direto. Leia o texto que segue.

> Escutar conversa alheia não é o meu *hobby,* mas se as palavras entram pelos ouvidos da gente sem pedir licença, que remédio senão escutá-las? No restaurante, em mesa quase encostada à minha, jantavam dois

rapazes de pouco mais de 20 anos, vestidos e penteados com esmero (apenas o cabelo um pouco longo), e mantinham o diálogo que reproduzo com possível fidelidade:

– Quanto a isso não há dúvida, meu caro. Cheguei à conclusão de que temos de promover uma política inteligente de especialização setorial.

– É óbvio, mas você não acha que cumpre ao mesmo tempo equacionar o grave estrangulamento do setor externo?

O primeiro concentrou-se, antes de responder:

– Ora, essa meta não oferece percalços, uma vez que se alcance a médio prazo – eu disse a médio prazo – a dinamização de nossas rendas nos mercados forâneos. Correto?

– Mas qual a processualística? Pela fixação de tetos permissíveis?

– Talvez. Penso antes no escalonamento gradativo do aporte de recursos.

O outro ponderou, mansamente:

– Mas você precisa ter em mente a factibilidade das expansões projetadas... (...)

Não se deve escutar conversa dos outros, mas aprende-se muito escutando conversa dos outros. Mormente de economistas. (Id., *ibid.*, p. 1453-1455)

Nesse texto, o narrador introduz a conversa das personagens e passa-lhes a palavra. Temos, então, a impressão de ouvir os dois jovens economistas falando. O narrador intervém no meio do diálogo, para indicar a atitude de cada um durante a conversa (*concentrou-se, antes de responder; ponderou, mansamente*). O discurso direto simula reproduzir fielmente a palavra de outrem.

As características do discurso direto são:

1) a fala de cada personagem é anunciada por um *verbo de dizer* (por exemplo, *dizer, ponderar, replicar, retorquir, obtemperar, afirmar, responder, perguntar*), que pode vir antes, no meio ou depois dessa fala ou pode ainda estar subentendido pelo travessão (em nosso exemplo, temos falas precedidas pelos verbos *responder* e *ponderar* e falas em que o verbo de dizer está subentendido, dado que a mudança de travessão indica que outra personagem tomou a palavra);

2) a palavra do narrador é nitidamente separada do texto que ele reproduz por aspas ou por dois pontos e travessão;

3) os pronomes pessoais e possessivos, os tempos verbais e as palavras que indicam tempo e lugar (advérbios de tempo e de espaço e pronomes demonstrativos) são usados tanto em referência ao narrador quanto em referência às personagens (tanto o narrador quanto as personagens dizem *eu* e tratam a pessoa a quem se dirigem por *tu,* consideram *aqui* o lugar de onde falam e, a partir dele, ordenam os outros espaços (*aí, ali, lá, acolá*), organizam os tempos a partir do momento de sua fala).

Analisemos agora uma outra forma de citar o discurso de outrem.

Leia o texto que vem a seguir:

> O sempre bem informado João esclareceu que peculatários e estelionatários, aproveitando a ocasião, exerciam o direito de voto e restituíam o roubado; em seguida, recolhiam-se espontaneamente à cadeia e, embora perdoados, teimavam em permanecer lá dentro, para purgação de suas faltas. (Id., *ibid.,* p. 1.081)

Nesse texto, o narrador não dá a palavra a João, mas nos conta o que ele disse. Assim, não temos a fala da personagem diretamente, mas tomamos conhecimento de seu ponto de vista, indiretamente, por meio das palavras do narrador. Temos, nesse caso, o discurso indireto. Seus traços são:

1) a palavra da personagem é introduzida por um *verbo de dizer* (no nosso texto, *esclareceu*);

2) o que disse a personagem é transmitido sob a forma de uma oração subordinada substantiva objetiva direta do verbo de dizer (no nosso exemplo, *peculatários e estelionatários... para purgação de suas faltas* é um conjunto de orações objetivas diretas do verbo *esclarecer*); por conseguinte, há uma separação nítida entre a palavra do narrador e a da personagem, que vem marcada por uma partícula: uma conjunção integrante (Esclareceu *que* tudo caminhava bem), ou um advérbio (Perguntou-me *onde* eu morava) ou um pronome interrogativo (Informou-me *quem* estava lá);

3) as pessoas, os tempos e os espaços são organizados sempre em referência ao narrador, pois só ele diz *eu,* apenas a pessoa a quem ele se dirige é tratada por *tu,* somente o lugar em que ele se acha é *aqui,* apenas o momento de sua fala é *agora.*

Comparemos um texto em discurso direto e em discurso indireto, para perceber melhor as diferenças:

> No dia 18 do mês passado, André afirmou-me lá na repartição:
> – Estive aqui ontem.
>
> No dia 18 do mês passado, André afirmou-me que estivera na repartição, no dia anterior.

No primeiro caso, o narrador dá a palavra a André e este apresenta-se como *eu,* denomina *aqui* o lugar de onde fala e organiza o tempo em função do momento da fala (como o estar na repartição ocorre no dia anterior àquele em que fala, usa o advérbio *ontem* e o pretérito perfeito). Temos, pois, discurso direto. No segundo caso, como o que André disse é contado pelo narrador e apenas este diz *eu, aqui, agora, o eu* da fala da personagem transforma-se em *ele* (estive > ele estivera), o *aqui* passa a *na repartição* e a anterioridade em relação ao *agora* na fala torna-se anterioridade em relação à fala do narrador, que já está no pretérito (por isso, o pretérito perfeito é trocado pelo pretérito mais-que-perfeito).

Estudemos sistematicamente a alterações que ocorrem na passagem do discurso direto para o indireto:

1. As orações exclamativas, imperativas e interrogativas transformam-se em orações declarativas.

> Guilherme tinha planos para a emergência, e todos se resumiam em tirar o máximo possível da liberalidade do padrinho.
> – O senhor me dá um presente de aniversário? (Id., *ibid.,* p. 1.226)
>
> Ele perguntou se o padrinho lhe daria um presente de aniversário. (A oração interrogativa passou a declarativa introduzida pelo verbo *perguntar*).

2. As interjeições e os vocativos desaparecerem ou seu valor semântico é explicitado na fala do narrador.

> O agente do recenseamento vai bater numa casa de subúrbio bem longínquo, aonde nunca chegam as notícias.
> – Não quero comprar nada.

– Eu não vim vender, minha senhora. Estou fazendo o censo da população e lhe peço o favor de me ajudar.

Ah moço, não estou em condições de ajudar ninguém. Tomara eu que Deus me ajude. Com licença, sim? (Id., *ibid.*, p. 1.229).

Uma mulher atende e diz que não quer comprar nada. O agente diz-lhe (*lhe* toma o lugar do vocativo *minha senhora*) que não foi vender nada, que está fazendo o censo da população e pede-lhe que faça o favor de ajudá-lo. A mulher responde-lhe (*lhe* está no lugar do vocativo *moço*) desalentada (o adjetivo explicita semanticamente a interjeição *ah*) que não está em condições de ajudar ninguém e exclama que espera que Deus a ajude (a oração exclamativa torna-se declarativa), pede licença (explicita semanticamente o conteúdo de *Com licença, sim*?, e fecha a porta.

3. Quando no discurso citado (fala da personagem) aparecerem um *eu* ou *tu*, que não estiverem no discurso citante (fala do narrador), transformam-se em *ele*. Os pronomes demonstrativos ou advérbios de espaço não correspondentes aos do discurso citante devem ajustar-se a estes.

Diante do Palácio do Planalto, ouvi:

– Pelas fotos, achava que este prédio fosse mais imponente. Aqui diante dele, vejo que ele é modesto.

Diante do Palácio do Planalto, ouvi uma pessoa dizer que, pelas fotos, achava que aquele prédio fosse mais imponente e que lá diante dele via que ele era modesto.

O *eu*, presente na fala da personagem, transforma-se em *ele* (*eu achava*, *vejo* > *ele achava, via*), porque esse *eu* não tem correspondente no discurso citante. O demonstrativo *este* e o advérbio *aqui* tornam-se, respectivamente, *aquele* e *lá*, porque se ajustam à organização espacial do discurso citante: quando a personagem fala, está diante do Palácio; quando o narrador conta o que ela disse, o narrador não está diante do Palácio.

4. As pessoas do discurso citado que forem correspondentes às do discurso citante adquirem o estatuto deste último.

Ele, com complexo de velhice, avaliava satisfeito a média de idade dos clientes:

– Estou me sentindo à vontade. Gente de cinqüenta para cima. (Id., *ibid.*, p. 1.228).

Ele, com complexo de velhice, avaliava satisfeito a média de idade dos clientes e dizia que estava se sentindo à vontade, porque eram pessoas de cinqüenta para cima.

O *eu* da fala da personagem corresponde ao *ele* do discurso citante. Por isso, torna-se *ele* no discurso citante.

Eu comentei:

– Não estou gostando nada disso.

Eu comentei que não estava gostando nada daquilo.

O eu do discurso citado continua *eu*, porque é o mesmo *eu* do discurso citante.

5. Só há transformações temporais, quando o tempo do discurso citante for um dos tempos do subsistema do pretérito(pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito) e os da fala da personagem forem o presente, o pretérito perfeito ou o futuro do presente. Nos demais casos, não ocorrem alterações nos tempos verbais. As outras expressões de tempo ajustam-se à organização temporal do discurso citante. As mudanças de tempo verbal são as seguintes:

Discurso direto	Discurso indireto
Presente	Pretérito imperfeito
Pretérito perfeito	Pretérito mais-que-perfeito
Futuro do presente	Futuro do pretérito

Ele replicou:
Faço o que quero.

Ele replicou que fazia o que queria.

Ele replicou:
– Fiz o que quis.

Ele replicou que fizera o que quisera.

Ele replicou:
– Farei o que quiser.

Ele replicou que faria o que quisesse.

Nos três casos, há mudança nos tempos verbais, porque o verbo do discurso citante é o pretérito perfeito e os do discurso citado são, respectivamente, o presente, o pretérito perfeito e o futuro do presente. No exemplo abaixo, não há qualquer alteração, porque o tempo do discurso citante é o presente.

> Ele replica:
> – Faço o me dá na cabeça.
>
> Ele replica que faz o que lhe dá na cabeça

Vejamos um exemplo com a adaptação de um advérbio de tempo.

> No dia 18 de janeiro de 1990, ele disse-me:
> – Amanhã parto para Paris.
>
> No dia 18 de janeiro de 1990, ele disse-me que, no dia dia seguinte, partiria para Paris.

Amanhã indica o dia posterior ao dia em que o narrador fala, que é o dia 18 de janeiro de 1990. O discurso citante, no entanto, é pronunciado, quando 18 de janeiro já é passado. Por isso, o dia 19 não pode ser designado como *amanhã*, que é posterior ao dia da fala, mas deve ser indicado como *no dia seguinte*. Por outro lado, como o verbo do discurso citante está no pretérito e *parto* é um presente com valor de futuro do presente, transforma-se em futuro do pretérito.

Qual é a função desses dois modos de citação do discurso alheio? O discurso direto é uma teatralização da fala de outrem, é como se alguém entrasse em cena, tomasse a palavra e falasse. Por isso, produz um efeito de sentido de verdade. O leitor ou o ouvinte tem a impressão de que a integridade do discurso alheio foi preservada e, por isso, está adiante da autêntica palavra do outro. É como se ouvisse alguém falar, com toda a carga de subjetividade.

Podemos ter dois tipos de discurso indireto. Cada um produz um efeito de sentido distinto. O primeiro é chamado *variante analisadora de conteúdo*. Nele, eliminam-se todos os elementos emocionais e afetivos do discurso direto (interrogações, exclamações, interjeições, formas imperativas, etc.). Por isso, cria-se com ele um efeito de sentido de objetividade analítica. Nesse tipo, só importa o que se disse e não o modo como se disse. Ao levar em conta apenas o conteúdo, despersonaliza-se o discurso alheio e produz-se um efeito de *objetividade*. Com isso, gera-se uma distância entre a posição do enunciador e a de quem ele cita, abrindo-se, assim, caminho para a réplica e o comentário. O uso do discurso indireto na variante analisadora de conteúdo constrói a

impressão de uma análise racional e isenta de envolvimento emocional. Nesse caso, o discurso indireto não se interessa pela individualidade revelada pelo modo de dizer.

O segundo tipo é denominado *variante analisadora de expressão.* Nele, o que interessa é mostrar exatamente o modo de dizer do outro e não o conteúdo do que diz. As palavras ou expressões que se desejam ressaltar vêm entre aspas. Observe um exemplo:

> Assim gostaria eu de ouvir a descrição do jogo entre brasileiros e mexicanos, e a de todos os jogos. (...) Mas o estilo atual é outro, e o sentimento dramático se orna de termos técnicos. Mesmo assim, quando o cronista especializado informa que o Botafogo "não estava numa tarde de grande inspiração" ou que Zizinho "se desempenhou com seu habitual talento", fico imaginando se há no futebol valores transcendentais, que nós, simples curiosos, não captamos, mas que o bom torcedor vai intuindo com a argúcia apurada em uma longa educação da vista. (Id., *ibid.*, p. 1090)

Aqui não é exatamente o conteúdo da transmissão esportiva que importa, mas seu estilo. O autor ressalta expressões típicas de cronistas de futebol *não estava numa tarde de grande inspiração* e *se desempenhou com seu habitual talento,* para mostrar que, mesmo em meio à abundância de termos técnicos que caracteriza o estilo atual de narrar futebol, surgem expressões não-técnicas, bastante polissêmicas, que permitem pensar na existência dos valores transcendentais que regem o futebol.

Nessa variante, o enunciador dá relevo a expressões típicas do outro. Procura revelar, assim, peculiaridades de alguém, por meio de sua forma de falar, e, ao mesmo tempo, mostra sua posição de ironia, desdém, condescendência, tolerância em relação a ele.

Numa dissertação, podem-se usar tanto o discurso direto, quanto as duas variantes de discurso indireto, para fazer citação. Cada tipo visa a criar um efeito de sentido distinto.

c) Aspas

As aspas são utilizadas para marcar palavras ou expressões que o enunciador não quer assumir como suas, que não considera apropriadas ao texto, que julga serem aproximativas em relação ao que pretende dizer, ou para assinalar termos que pertencem a uma língua diferente daquela em que o texto está sendo escrito ou a um nível de linguagem distinto do texto (por exemplo, um termo chulo num texto em linguagem formal). Em síntese, colocam-se entre aspas

palavras ou expressões que o enunciador quer manter a distância. Observe um exemplo:

> Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade; aos 20, cuida o poeta que sua verdade lhe virá de outros colegas mais "realizados", e apega-se a eles na ilusão de admirá-los, mas efetivamente à procura da "fórmula mágica" de que os presume depositários. É só o tempo de verificar que eles não a possuem, e que de resto tal fórmula não existe, e a admiração se recolhe ou cede lugar ao senso crítico. Este, por sua vez, sujeito a outros erros de ótica, e ainda à injustiça compensatória.
>
> A inexistência do "segredo" tem que ser descoberta por esforço próprio, a que o rapaz não se forrará. (Id., *ibid.*, p. 1009)

Nesse texto, temos três palavras ou expressões entre aspas: *realizados, fórmula mágica, segredo.* O trecho em questão faz parte de uma crônica em que o poeta comenta o fato de que inúmeros poetas jovens enviam sua produção literária aos já consagrados, em busca de conselho, etc. Os termos entre aspas são aqueles que o poeta não assume como seus. Para ele, não há poetas realizados, não há fórmulas mágicas para o fazer artístico e não existe um segredo no fazer poético. Esses termos pertencem a um outro discurso, não aceito pelo enunciador.

O uso ou não de aspas em determinadas palavras ou expressões cria uma imagem do locutor. Se alguém dissesse *O partido está conclamando os "companheiros" a opor-se às reformas constitucionais,* projetaria de si a imagem de alguém que tem reservas em relação a esse partido, pois não assume o termo *companheiros.* Se não utilizasse as aspas, não produziria essa imagem.

d) Glosas do enunciador

As glosas são comentários ou explicações sobre o dizer. Servem para mostrar a inadequação e o caráter aproximativo de um termo (por exemplo, *se se pode dizer, por assim dizer, digo metaforicamente*), para praticar a autocorreção (*ou antes, deveria ter dito*), para confirmar o que se disse (*é exatamente o que estou querendo dizer*), para solicitar permissão para empregar certos termos (*se me permitem dizer*), para corrigir antecipadamente um possível erro de interpretação (*isso nos dois sentidos da palavra, no sentido próprio do termo, no sentido figurado da expresssão*), para marcar palavras ou expressões de outro discurso (*como diz o outro, como se diz*), para assinalar hesitações na busca do termo exato (*creio que é melhor dizer, não acho a*

palavra, creio que o termo exato é). Em síntese, as glosas são usadas para prevenir um juízo inadequado do interlocutor (por exemplo, *se me permite dizer*), para evitar os riscos de uma interpretação distorcida de uma dada posição (*você notou a palavra que usei, entende o que quero dizer?*), para mostrar que certas palavras ou expressões não pertencem ao discurso que está sendo produzido ou não são adequadas a ele. Observe um exemplo:

> – Ora, essa meta não oferece percalços, uma vez que se alcance a médio prazo – eu disse a médio prazo – a dinamização de nossas rendas nos mercados forâneos. (Id., *ibid.*, p. 1454).

O falante usa uma glosa (*eu disse a médio prazo*), para acentuar uma expressão importante para a compreensão correta do que diz, evitando assim um possível erro de interpretação.

As glosas indicam sempre um debate entre as palavras, pois estas podem possibilitar duas interpretações, dois pontos de vista, duas vozes divergentes.

Heterogeneidade mostrada não marcada

Há certos mecanismos lingüísticos que mostram duas vozes no fio do discurso, mas não demarcam com nitidez seus limites no texto.

a) discurso indireto livre

Leia o texto que segue:

> Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beiços. Nem lhe restava o direito de protestar. Baixava a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra, largar-se-ia com a mulher, os filhos pequenos e os cacarecos. Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos?
>
> Tinha nada! (...)
>
> Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam. Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes arreliava. Não havia paciência que suportasse tanta coisa. (RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 29 ed. São Paulo, Martins, 1971, p. 138-139)

No discurso indireto livre, misturam-se duas vozes, a do narrador e a da personagem (em nosso texto, Fabiano). No entanto, faltam elementos lingüísticos, como os dois pontos e o travessão no discurso direto ou a conjunção integrante *que* no indireto, que determinem a fronteira entre as duas. Há dois tons diferentes, que permitem perceber essas duas vozes: o tom mais ou menos neutro da narração e o tom entre colérico e resignado da personagem. Há frases que são claramente do narrador (por exemplo, *Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beiços*); outras que, sem dúvida nenhuma, pertencem à personagem (por exemplo, *Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os menimos? Tinha nada!*). Outras, no entanto, poderiam ser de um ou de outro (por exemplo, *se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam* poderia ser dita tanto pelo narrador quanto pela personagem). Nesse texto, o uso do discurso indireto livre dá verossimilhança à narrativa. O narrador não poderia usar o discurso direto, porque a personagem não estava exteriorizando suas reflexões; nem o discurso indireto, pois o narrador não entra na consciência das personagens e, portanto, não poderia saber o seu conteúdo.

O discurso indireto livre mistura procedimentos do discurso direto e do indireto, mesclando a voz do narrador à da personagem, de forma que o conteúdo da consciência desta não apareça nem relatado, nem falado.

Para perceber a diferença entre o discurso direto, o indireto e o indireto livre, imaginemos um pequeno texto apresentado nessas três formas de incorporar o discurso alheio.

– *discurso direto*

A sentinela resmungou:
– Porcaria! Todos lá dentro da sala aquecida e eu aqui morrendo de frio!

– *discurso indireto*

A sentinela resmungou aborrecida que estava lá fora morrendo de frio, enquanto todos estavam lá dentro da sala aquecida.

– *discurso indireto livre*

Porcaria! Estava lá fora morrendo de frio, enquanto todos estavam lá dentro da sala aquecida.

As marcas do discurso indireto livre são:

1. as falas das personagens não são introduzidas por verbos de dizer (não há nas expressões que podem ser atribuídas a Fabiano, no exemplo acima, expressões como *ele disse, ele replicou*, etc.);

2. a palavra atribuída à personagem não é separada daquela considerada do narrador por conjunções, advérbios ou pronomes interrogativos, como no discurso indireto, nem por sinais de pontuação (dois pontos e travessão), como no discurso direto;

3. da mesma forma que no discurso direto, o discurso indireto livre contém interjeições, orações interrogativas, imperativas, exclamativas e outros elementos expressivos (no exemplo acima, aparecem *Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos? Tinha nada!*);

4. os pronomes pessoais, os tempos verbais, as palavras que indicam tempo e espaço são usados na mesma maneira que no discurso indireto (por exemplo, o *eu* da personagem apresenta-se como *ele;* um presente transforma-se em pretérito perfeito, se a narrativa for no pretérito; um aqui torna-se lá; por isso, uma frase como *Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes arreliava* significaria "Tudo na verdade é contra mim. Estou acostumado, tenho a casca muito grossa, mas às vezes arrelio").

Por misturar procedimentos do discurso direto e do indireto, por mesclar as vozes do narrador e da personagem, por reunir elementos emocionais e o afastamento do *eu*, o discurso indireto livre fica entre a objetividade e a subjetividade. Por isso, ele é a forma por excelência de representar a consciência, o imaginário. Mostra a interioridade da personagem em contraposição à exterioridade manifestada pela visão do narrador. Com esse mecanismo de citação do discurso alheio, o narrador identifica-se com a personagem, mas ao mesmo tempo mantém independência em relação a ela. Nele, o narrador faz um jogo de aproximação e distanciamento da personagem.

b) Imitação.

Uma outra forma de apresentar duas vozes no mesmo texto é a imitação. Pode-se imitar um texto determinado ou um estilo. Quando se imita com a finalidade de desqualificar um texto ou um estilo, de negá-lo, de ridicularizá-lo, temos uma *imitação por subversão* (também chamada *paródia* por muitos autores). Quando não há essa intenção, faz-se uma *imitação por captação* (também denominada *estilização* por certos autores). Na subversão, ressaltam-se as diferenças entre o que imita e o que é imitado; na captação, as semelhanças. A percepção de que um texto imita um estilo ou um outro texto depende de nossa memória textual, isto é, dos conhecimentos a respeito dos textos já produzidos ou de diferentes maneiras de escrever.

Vejamos um exemplo de imitação de um texto.

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
(DIAS, Gonçalves. *Poesia*.
Rio de Janeiro, Agir, 1975, p. 11-12)
(Nossos Clássicos, 18)

Meu lar

Se eu tenho de morrer na flor dos anos
Meu Deus! não seja já;
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde,
Cantar o sabiá!

Meu Deus, eu sinto e tu bem vês que eu morro
Respirando este ar;
Faz que eu viva, Senhor! dá-me de novo
Os gozos do meu lar!

O país estrangeiro mais belezas
Do que a pátria, não tem;
E este mundo não val um só dos beijos
Tão doces duma mãe!

Dá-me os sítios gentis onde eu brincava
Lá na quadra infantil;
Dá que eu veja uma vez o céu da pátria,
O céu do meu Brasil!

Se eu tenho de morrer na flor dos anos,
Meu Deus! não seja já!
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde
Cantar o sabiá!

Quero ver esse céu da minha terra
Tão lindo e tão azul!
E a nuvem cor-de-rosa que passava
Correndo lá do sul!

Quero dormir à sombra dos coqueiros,
As folhas por dossel;
E ver se apanho a borboleta branca,
Que voa no vergel!
Quero sentar-me à beira do riacho
Das tardes ao cair,
E sozinho cismando no crepúsculo
Os sonhos do porvir!

Se eu tenho de morrer na flor dos anos,
Meu Deus! não seja já!
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde
Cantar o sabiá!
(ABREU, Casimiro de In: BANDEIRA, Manuel. *Antologia dos poetas brasileiros*. *Fase romântica*. Rio de Janeiro, Ouro, 1967, p. 242-243)

O poema de Casimiro de Abreu tinha, na primeira edição de *As primaveras* (1859), o título de *Canção de Exílio.* Ele reproduz os mesmos temas da poesia gonçalvina: o exílio, as saudades da pátria, o desejo da volta antes da morte, a exaltação da natureza brasileira; além disso, repete figuras do texto golçalvino: o sabiá a cantar numa árvore (a laranjeira), o cismar sozinho no anoitecer, o céu do Brasil, etc. O texto de Casimiro caminha na mesma direção de sentido que o de Gonçalves Dias. Por isso, é uma imitação por captação.

Para estudar o que é imitação de estilo, é preciso discutir o que é estilo. Esse termo tem uma utilização muito variada. Fala-se em estilo de um escritor (o estilo de Machado, de Alencar, de Fernando Pessoa, de Eça de Queirós), de uma "escola" literária ou artística (o estilo simbolista, dos impressionistas, do arcadismo), de um criador qualquer (o estilo de Rodin, de Dior), de uma época (o estilo dos anos trinta, do estilo da *belle époque*), de um tipo de linguagem (o estilo diplomático, o estilo arrebatado dos discursos parlamentares), de uma atividade humana qualquer (o estilo do governo Collor, o estilo administrativo do ministro). Qual é o sentido de base dessa palavra que permite um uso tão amplo?

O estilo é o conjunto de traços que define desde as atividades humanas mais banais até as mais sublimes criações do homem. É o grupo de características que dá singularidade a um dado objeto. De forma mais precisa, pode-se dizer que é o conjunto de traços recorrentes do plano do conteúdo e do plano da expressão, que determinam o efeito de unicidade para alguma coisa. O estilo é um fato diferencial: distingue um escritor de outro, estabelece diferenças entre um pintor e outro, e assim por diante.

Vejamos alguns exemplos dessas recorrências. No plano do conteúdo, por exemplo, a descrição de objetos decorativos é característica do parnasianismo. Diz Alfredo Bosi que "o parnasiano típico acabará deleitando-se na nomeação de vasos e leques chineses, flautas gregas, taças de coral, ídolos de gesso em túmulos de mármore" (1975, 248). As figuras relacionadas à vida pastoril são recorrentes na poesia árcade. A ênfase nos comportamentos instintivos do homem e sua comparação com os animais são constantes no romance naturalista. No plano da expressão (plano dos sons, nível da organização

das palavras no texto, das construções), poderíamos citar os seguintes exemplos: a busca da musicalidade da linguagem, com a criação de aliterações, etc., é uma constante na poesia simbolista; as rimas perfeitas e ricas e a métrica impecável são características do parnasianismo.

Cabe lembrar que o que define um estilo não é um traço isolado, mas um conjunto de características.

Os imitadores, os que parodiam, os falsificadores, os *covers*, etc. procuram exatamente imitar o estilo, o conjunto de características que dá singularidade, os traços que permitem dizer *parece um Matisse, soa a Alencar, é simbolista.* Tomemos um exemplo de imitação de estilo.

> "Quando Bauer, o de pés ligeiros, se apoderou da cobiçada esfera, logo o suspeitoso Naranjo lhe partiu ao encalço, mas já Brandãozinho, semelhante à chama, lhe cortou a avançada. A tarde de olhos radiosos se fez mais clara para contemplar aquele combate, enquanto os agudos gritos e imprecações em redor animavam os contendores. A uma investida de Cárdenas, o de fera catadura, o couro inquieto quase se foi depositar no arco de Castilho, que com torva face o repeliu. Eis que Djalma, de aladas plantas, rompe entre os adversários atônitos, e conduz sua presa até o solerte Julinho, que a transfere ao valoroso Didi, e este por sua vez a comunica ao belicoso Pinga. A essa altura, já o cansaço e o suor chegam aos joelhos dos combatentes, mas o Atrida enfurecido, como o leão, que fiado na sua força, colhe no rebanho a melhor ovelha, rompendo-lhe a cerviz e despedaçando-a com fortes dentes, para em seguida sorver-lhe o sangue e as entranhas – investe contra o desprevenido Naranjo e atira-o sobre a verdejante relva calcada por tantos pés celestes. Os velozes Torres, Madrida e Avellan quedam paralisados, tanto o pálido temor os domina; e é quando o divino Baltasar, a quem Zeus infundiu sua energia e destreza, arremete com a submissa pelota e vai plantá-la, qual pomba mansa, entre os pés do siderado Carbajal..."
>
> Assim gostaria eu de ouvir a descrição do jogo entre brasileiros e mexicanos, e a de todos os jogos: à maneira de Homero. (ANDRADE, Carlos Drummond. *Op. cit.*, p. 1090)

O próprio poeta diz que a descrição do jogo imaginada por ele no primeiro parágrafo imita o estilo de Homero, em que uma das características é a plasticidade. Pode-se dizer que o poeta não descreve um objeto, mas coloca-o diante de nós, faz com que o vejamos. Essa visualidade da poética homérica é dada pela utilização de adjetivos ou expressões de valor adjetivo bem concretos (por exemplo, não se diz que Bauer era rápido, mas que era *o de pés ligeiros;* pelas comparações (por exemplo *como o leão, que fiado na sua força, colhe*

no rebanho a melhor ovelha, rompendo-lhe a cerviz e despedaçando-a com fortes dentes, para em seguida sorver-lhe o sangue e as entranhas), pela atribuição de um adjetivo concreto referente ao efeito a um substantivo abstrato designativo da causa (por exemplo, *pálido temor*), pela atribuição de uma característica bem precisa a cada personagem (por exemplo, *solerte Julinho, valoroso Didi, belicoso Pinga*), pela tentativa de concretização maior dos substantivos comuns, seja designando os objetos por uma característica, seja atribuindo aos nomes um adjetivo bem concreto (*couro inquieto, presa* [= bola], *verdejante relva, submissa pelota*). Como o poeta refaz (recria) o estilo de Homero por desejar ouvi-lo repetido na descrição de um jogo de futebol, configura-se aí uma imitação de estilo por captação.

Lição 5

Seleção vocabular

Leia o texto abaixo:

Humpty Dumpty pegou o caderninho e contemplou-o cuidadosamente.
– Parece
que está certo... – começou a dizer.

– O senhor está segurando de cabeça para baixo – interrompeu Alice.

– Claro que estou! – disse Humpty Dumpty jovialmente, enquanto virava o caderninho. – Bem que me pareceu meio esquisito. Como eu estava dizendo, parece que a conta está certa, embora não tenha tido tempo de examiná-la a fundo, e isso mostra que você tem trezentos e sessenta e quatro dias para ganhar um presente de não-aniversário...

– Certo – reconheceu Alice.

– E só um para presentes de aniversário, como vê. Eis a... glória para você.

– Não sei o que o senhor entende por "glória" – disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desdém. – Claro que você não sabe, até eu lhe dizer. O que quero dizer é: "eis aí um argumento arrasador para você".

– Mas "glória" não significa "um argumento arrasador" – objetou Alice.

– Quando uso uma palavra – disse Humpty Dumpty em tom escarninho – ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos.

– A questão – ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

– A questão – replicou Humpty Dumpty – é saber quem manda.

É só isso. (CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice*. 3 ed. São Paulo, Summus 1980, p. 195-196)

Nessa discussão entre Alice e Humpty Dumpty, quem tem razão é a menina. A língua é uma convenção social e a nenhum falante, sob pena de não mais poder comunicar-se, é dado mudá-la. Cabe ressalvar, no entanto, que isso não quer dizer que o sistema não ofereça margem de manobra, para que o falante possa exercer sua criatividade. As palavras têm significados e usos determinados na língua, opõem-se a umas, substituem outras, combinam-se com outras, etc. As palavras mantêm relações entre si. Assim, os termos *marido e*

mulher; bom e mau; surrar, espancar e bater podem substituir-se, quando queremos trocar uma palavra por seu antônimo ou por um sinônimo. Por outro lado, um vocábulo combina com alguns termos e não combina com outros. Assim, *louro* pode combinar-se com *cabelo*, mas não com *madeira; miar* combina-se com *gato,* mas não com *cachorro.* Uma palavra mantém com outras uma série de relações. O sentido deriva do conjunto de relações diferenciais e combinatórias que ela mantém com outras unidades do vocabulário. Essas relações não são fixadas pelo falante no momento em que produz um texto, como queria Humpty Dumpty, mas são determinadas na língua, sendo, portanto, sociais.

Se nenhum falante pode, a seu bel-prazer, alterar essas relações, existe então um uso adequado ou inadequado das palavras. Antes, porém, de analisar essa questão da escolha da palavra exata, vamos estudar um pouco mais detidamente as relações que os termos mantêm entre si. Os três tipos de relação são a sinonímia, a antonímia e a hiponímia.

Sinonímia

Não existem sinônimos perfeitos. O que há são aproximações de sentido. Dizemos que duas palavras são sinônimas quando seus significados mantêm uma intersecção, pois jamais eles se recobrem completamente. Se seus sentidos fossem idênticos, deveriam ser intercambiáveis em todos os contextos e obedecer às mesmas condições de emprego. Por exemplo, *jovem* e *novo* são sinônimos. No entanto, seus significados não são idênticos, pois não podem ser permutados em todos os contextos: ambos qualificam um nome humano (homem jovem, homem novo), mas *jovem* não se aplica aos não-humanos (pode-se dizer um livro novo, mas não um livro jovem). As expressões *em decúbito dorsal e de costas* são sinônimas. No entanto, suas condições de emprego não são as mesmas: o primeiro é empregado em contextos técnicos, por exemplo, da Medicina Legal, o segundo é usado na linguagem geral.

Dizer que não há sinônimos perfeitos não significa que não haja sinônimos. Dizemos que duas palavras são sinônimas, quando são substituíveis no mesmo contexto, sem mudança do sentido básico. Palavras como *urinar e mijar* são substituíveis no mesmo contexto e, embora a segunda seja mais grosseira do que a primeira, o sentido básico do que está sendo dito não se altera, quando se troca uma pela outra. Por isso, são sinônimas.

Analisemos mais detidamente por que os significados dos sinônimos não são idênticos:

1. porque não são intercambiáveis em todo o contexto, isto é, não se associam com todas as palavras: *baio e moreno* são sinônimos, mas o primeiro

só se aplica a eqüinos, enquanto o segundo se associa aos humanos e as partes do corpo humano; *pampa e malhado* são sinônimos, mas o primeiro só se aplica a eqüinos, enquanto o segundo se associa a outros animais; *soldo*, *salários* e *honorários* são sinônimos, mas o primeiro se aplica à remuneração dos militares; o segundo, à dos que exercem trabalho assalariado; o terceiro, à dos profissionais liberais; *cortar, decepar e amputar* são sinônimos, mas o primeiro é mais geral, enquanto o segundo e o terceiro aplicam-se a partes do corpo, sendo que o terceiro é usado em contexto médico;

2. porque têm condições diferentes de emprego discursivo:

2.1. têm valor social ou expressivo distinto: *barbeiro e cabelereiro* pertencem a mesmo nível de linguagem, mas a primeira é uma designação menos prestigiosa que a segunda:

2.1.1. um tem uma intensidade maior que o outro: *repudiar/rejeitar; berrar/gritar; suplicar/pedir; mourejar/trabalhar; miserável/pobre; caos/confusão/desordem; adorar/amar; desgraçado/infeliz; rejeitar/declinar; abandonar/deixar;*

2.1.2. um implica aprovação ou censura moral, enquanto o outro é neutro: *beato/carola/religioso; gana/vontade; vício/defeito; estróina/gastador; econômico/seguro;*

2.2. pertencem a níveis de língua diferentes: *dar bola e mostrar interesse* são variantes lexicais diafásicas, porque, embora sejam sinônimos, não podem figurar no mesmo tipo de discurso, já que pertencem a registros de língua diferente; sua escolha está adaptada ao contexto social de comunicação.

2.2.1. são variantes diacrônicas (arcaísmos, neologismos, etc.): *nonada/ninharia; avença/acordo; defesos/proibidos; alveitar/veterinário; físico/médico;*

2.2.2. são variantes diatópicas (regionalismos, lusitanismos, brasileirismos, etc.): *sanga/regato; prenda/moça; china/prostituta; fifó/lamparina; peitica/implicância; elétrico/bonde; comboio/trem.*

2.2.3. são variantes diastráticas (jargões profissionais, gírias, fala infantil, etc.): *papi/pai; óbito/morte; escabiose/sarna; dipsomaníaco/alcoólatra/beberrão; esposa/mulher/patroa.*

2.2.4. são variantes diafásicas (um é mais catiço que outro, um é mais coloquial ou vulgar que outro): *passamento/morte; aura, zéfiro/brisa; ósculo/beijo; rórido/orvalhado; pélago/oceano; linfa/água; pomo/fruto; obumbrar/escurecer; falaz/enganador; grana/dinheiro; bóia/comida; jamegão/assinatura; pifar/quebrar; curtir/fruir; gringo/estrangeiro.*

Quanto mais uma área conceptual apresenta interesse e importância para a comunidade cultural mais produz sinônimos. Por isso, os domínios da sexualidade, do dinheiro, das bebidas, dos jogos, da doença e da morte apresentam muitos sinônimos.

A escolha dos sinônimos depende da situação de comunicação. As palavras nunca são indiferentes. Palavras referentes àquilo que se considera desagradável, incorreto, grosseiro são tidas também como grosseiras, desagradáveis. Por exemplo, palavrões, obscenidades, designações racistas ou machistas. Nesse caso, o julgamento social recai sobre aquele que usa, em situações de comunicação inadequadas, essas palavras tidas como tabu. O falante será considerado grosseiro, politicamente incorreto, etc. Por outro lado, quando um médico usa termos do jargão médico, seu discurso ganha legitimidade aos olhos do paciente.

Do ponto de vista da construção do discurso, o uso de sinônimos em intervalos é um procedimento de coesão discursiva, que será estudado oportunamente. O uso de sinônimos em série é um procedimento de ênfase, pois se insiste numa idéia que deve ser salientada em todos os matizes. Cabe insistir que, nesse caso, o sinônimo não é uma repetição, já que cada termo é marcado por um traço ausente nos demais. Observe o uso em série dos sinônimos de dinheiro no texto abaixo:

> Eu bem podia me virar na Estação da Luz. Também rendia lá. Fazia ali muito freguês de subúrbio e até de outras cidades, Franco da Rocha, Perus, Jundiaí... Descidos do trem, marmiteiros ou trabalhadores do comércio, das lojas, gente do escritório da estrada de ferro, todo esse povo de gravata que ganha mal. Mas que me largava o carvão, o mocó, a gordura, o maldito, o tutu, o pororó, o mango, o vento, a granuncha. A seda, a gaita, a grana, a gaitolina, o capim, o concreto, o abre-caminho, o cobre, a nota, a manteiga, o agrião, o pinhão. O positivo, o algum, o dinheiro. Aquele um de que eu precisava para me agüentar nas pernas sujas, almoçando banana, pastéis, sanduíches. E com que pagava para dormir a um canto com os vagabundos lá nos escuros da Pensão do Triunfo. (ANTÔNIO, João. *Leão-de-chácara*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 63-64)

Antonímia

Assim como não existe identidade entre os sinônimos, não existe oposição absoluta entre palavras de sentido contrário, ou seja, entre antônimos. Em primeiro lugar, é preciso considerar que só podem opor-se palavras que tiverem um traço semântico comum. Pode-se opor *homem* a *mulher*, porque ambos têm os traços sêmicos *humanidade* e *sexualidade*. Não se pode opor *poste* a *sorvete*.

Quanto aos antônimos, cabem as seguintes observações:

a) palavras diferentes podem ter um mesmo antônimo desde que tenham ao menos um sentido comum: *fresco* e *jovem* podem ter como antônimo *velho*, porque aplicado a alimentos perecíveis *fresco*, significa "novo": *café fresco* vs *café velho;*

b) uma mesma palavra pode ter tantos antônimos quantos forem seus sentidos, pois cada termo possui vários traços semânticos e cada um deles pode opor-se a um dado traço de conteúdo de uma outra palavra: assim, *preto* é antônimo de *colorido*, em *TV em branco e preto;* de *mais claro*, em *pão preto;* de *pouco*, em *é uma nota preta;* etc.;

O jogo de figuras pode acabar com as antonímias. Por exemplo:

> As verdes (ecologistas) idéias incolores (sem substância) não têm encontrado eco junto à população.

Há antônimos que são mutuamente excludentes e que não admitem comparação (*homem* vs *mulher;* dizer *ela é mais mulher do que sua filha* só é possível, porque o termo *mulher* está empregado em sentido figurado); há antônimos que estão abertos à gradação (por exemplo, *rico* vs *pobre, inteligente* vs *burro*); há antônimos que se implicam (*pai* vs *filho*).

Hiponímia

Jean de Salisbury dizia *Nominantur singularia, sed universalia significantur*: uma palavra pode designar uma coisa singular, mas significa sempre um universal, ou seja, uma classe de elementos. No entanto, as classes podem ser mais ou menos específicas. Quando se diz *rosa*, essa palavra significa toda a classe das rosas, mas quando se diz *flor*, esse termo significa não só a classe das rosas, mas a das violetas, a das orquídeas, etc. Assim, *flor* significa uma classe mais genérica que *rosa*, já que ela contém a classe das rosas.

Hipônimo é uma palavra cujo sentido está incluído em outro mais amplo. *Canário* é hipônimo de *pássaro*. *Hiperônimo* é uma palavra de sentido mais amplo que inclui outra de sentido mais específico. *Pássaro* é hiperônimo de *canário*. *Co-hipônimos* são os hipônimos de um mesmo hiperônimo. *Canário, tico-tico, sabiá* são co-hipônimos, pois todos eles são pássaros.

O vocabulário de uma língua estrutura-se em redes organizadas por relações hiponímicas. Há hiperônimos de vários graus. Assim, um hiperônimo pode ser hipônimo de um hiperônimo de nível superior: *gato* é hipônimo de *felino*, que por sua vez é hipônimo de *mamífero*, que por seu turno é hipônimo de

vertebrado, que é hipônimo de *animal*, etc. Temos alguns hiperônimos que são extremamente gerais, que contém quase todas as palavras de uma determinada classe: *coisa*, *coisar*, *pessoa*, *elemento*, *indivíduo*, *ser*.

Além dessas relações entre as palavras, é preciso ainda discutir o que seja polissemia, homonímia e paronímia.

Polissemia

As extensões de significado, as transferências de sentido criam vários significados novos para a mesma palavra. A polissemia é o fato de uma palavra ter vários significados. Por exemplo, o termo *vela* quer dizer: 1. objeto para iluminação formado de um pavio, constituído de fios entrelaçados, recoberto de cera ou estearina; 2. peça que causa a ignição dos motores; 3. pano que, com o vento, impele as embarcações. A maioria das palavras da língua é polissêmica, porque a linguagem humana é polissêmica por natureza. O preço a pagar é o risco da ambigüidade. A polissemia está na base de grande parte dos jogos de palavras:

> a) Qual é o cúmulo da covardia? Recuar diante de um relógio que adianta.
>
> b) Qual a diferença entre o estudante e o rio? O estudante deve deixar o leito para seguir seu curso, enquanto o rio segue seu curso sem deixar seu leito.

A polissemia pode ser explorada, usando-se a mesma palavra em dois sentidos diferentes:

> O coração tem razões que a própria razão desconhece (Pascal).

Um outro caso interessante de exploração da polissemia é a associação a uma só palavra de dois complementos ou adjuntos incompatíveis entre si, mas compatíveis um a um com cada um dos sentidos do vocábulo.

> a) ...vestido de probidade *cândida* e *de linho branco* (Hugo) (joga-se igualmente com o fato de que *cândido*, na origem, significa “branco”).
>
> b) Sentiu o empurrão e não se zangou; concertou *o sobretudo* e *a alma*, e lá foi andando tranqüilamente (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 721).

É o contexto que determina em que sentido está sendo usada uma palavra polissêmica. O contexto elimina certas potencialidades significativas, tornando os vocábulos menos imprecisos. Por exemplo:

a) A babá tomou a mão da criança (= segurar).
b) Os EUA tomaram Granada, mas não a Bósnia (= conquistar).
c) Agora ele só toma água (= beber).
d) A Cidade Universitária toma vários alqueires (= ocupar).
e) Depois que passou a ocupar o cargo no ministério, tomou um ar insuportável (= assumir).

Homonímia

É a identidade fônica (homofonia) e/ou a identidade gráfica (homografia) de duas palavras que não têm o mesmo sentido. Diferentemente da polissemia em que a mesma palavra tem vários significados diferentes, na homonímia o que temos são palavras diferentes (de origem diferente), que se escrevem ou se pronunciam da mesma maneira. Os termos polissêmicos têm uma só entrada no dicionário; os homônimos, mais de uma. *São* é a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *ser* (do latim *sunt*), é o adjetivo que significa "sadio" (do latim *sanu(m)*), é o adjetivo que significa "santo", que em português é usado diante de nomes próprios começados por consoante (do latim *sanctu(m)*). São três palavras diferentes, que, no curso da evolução da língua, tornaram-se idênticas do ponto de vista gráfico e fônico. São homófonos homógrafos. *Cassar* (= tornar nulo ou sem efeito licença, autorização, direitos políticos, etc.) – do latim *cassare*) e *caçar* (= perseguir (animais silvestres), para os aprisionar ou matar – do latim *captiare* por *captare*) são homófonos não homógrafos. *Rego* (= sulco natural ou artificial que conduz água – de um termo pré-romano* *recu*-, cruzado provavelmente com o céltico *rica* 'sulco') e *rego* (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo regar, "umedecer por irrigação ou aspersão" – do latim *rigare*) são homógrafos não homófonos.

A possibilidade de confundir os homônimos é limitada:
a) pelo contexto:

O governo que não realiza um *censo* a cada dez anos não tem *senso*.

b) pela distribuição diferente, ou seja, pela posição diferente na frase, quando pertencem a classes distintas (por exemplo, um verbo não ocupa na

frase a mesma posição que um substantivo, este não pode ser colocado na mesma posição de um adjetivo, etc.):

Era moda plantar *hera*.

c) pelo gênero (nesse caso, um dos homônimos é masculino e o outro, feminino): o *guia* (= pessoa que guia)/*a guia* (= documento com finalidade administrativa que acompanha a mercadoria); *o capital* (= riqueza ou valores disponíveis)/*a capital* (= cidade onde se aloja a administração de um país, estado, etc.); *o cura* (= vigário de aldeia)/*a cura* (= ato ou efeito de curar); *o lente* (= professor)/*a lente* (= corpo transparente).

d) pelo número (nesse caso, no singular a palavra tem um significado e no plural, outro): *fúria* (= ímpeto violento)/*fúrias* (= divindades infernais); *copa* (= ramagem superior das árvores)/*copas* (= naipe vermelho em forma de coração).

Paronímia

Parônimos são vocábulos de estrutura fônica semelhante, mas com sentido diferente; são termos quase idênticos, com uma diferença de um ou dois sons: *descrição/discrição; infligir/infringir; iminente/eminente; emigrante/imigrante; locução/locação; fluir/fruir; inflação/infração; proscrever/prescrever.*

Seleção vocabular

Na seleção dos vocábulos, deve-se atentar para o seguinte:

a) Não confundir os homônimos: por exemplo, não se pode dizer *A seção legislativa mostrou que o Congresso trabalhou bastante*, pois *seção* significa “parte de um todo, segmento”. A palavra correta seria *sessão* (= espaço de tempo que dura a reunião de um corpo deliberativo, consultivo, etc.). Ambas não se confundem com *cessão* (= ato ou efeito de ceder).

b) Não confundir os parônimos. Veja este exemplo:

> Quando era ministro da Educação, Passarinho recebeu uma correspondência de um reitor de uma faculdade solicitando verbas ao “iminente ministro”, que não pestanejou. Colocou-a de volta no correio, dizendo ao solicitante que já havia sido nomeado e, portanto, não estava na “iminência de”. A

referência “eminente ministro” certamente tornaria menos acidentado todo o tráfego de petição do reitor. (*Veja*, 22/1/1986, p. 51).

Compreensível significa “que se pode compreender” e *compreensivo,* “que compreende os outros”. Não estaria, portanto, correta a seguinte frase:

Seu círculo familiar mostrou-se menos compreensível do que ele esperava.

A flor não *exalta* um perfume penetrante, mas *exala.*

c) Evitar certos deslizamentos de sentido, que dão à palavra um significado que ela não tem. A palavra *dilema* significa “raciocínio cuja premissa é alternativa, de sorte que qualquer de seus termos conduz à mesma conseqüência”, daí “situação embaraçosa com duas saídas difíceis ou penosas”. O termo não significa “problema difícil”. Não se pode, pois, dizer *O governo acha-se diante do dilema de equilibrar as finanças públicas,* dado que *dilema* implica uma alternativa. Está correta a seguinte frase: *O turista está diante de um dilema: se sai de dia, arrisca-se a ser roubado; se sai à noite, arrisca-se a ser agredido.*

Graças a e *gozar de* só podem ter como complemento um termo de sentido positivo. Estão corretas as frases *Ele venceu graças a seus esforços* e *Ele goza de boa saúde.* A menos que se esteja fazendo uma ironia, não se pode dizer *Ele venceu na vida graças a sua canalhice,* nem *Ele goza do ódio de todos.* É preciso fazer uma observação a respeito de *graças a.* O sentido dessa expressão parece estar mudando, pois já se encontra, com alguma freqüência, *graças a* introduzindo termos de valor negativo: *Graças à má administração do último governo, o estado está numa situação muito ruim.* Nesses casos, conserva-se apenas o traço semântico /causalidade/ e elimina-se o traço /positividade/. Como se trata de um processo ainda em curso, recomenda-se que a expressão seja usada apenas para introduzir conteúdos de valor positivo.

Panacéia quer dizer “remédio para todos os males”. Assim, não se deve acrescentar universal a esse substantivo.

Em nível de, que se difundiu na forma *a nível de,* implica a existência de níveis. Assim, é correto dizer *Esse problema não se resolve em nível de município,* porque o complemento supõe outros níveis de poder: o estado, a União. No entanto, é controvertido o uso que fez dessa expressão um secretário de estado de São Paulo, quando lhe perguntaram quanto custara o Memorial da América Latina, e ele respondeu que “a nível de mensalmente era possível precisar, mas a nível de totalmente não”. Ela já é francamente mal utilizada em

frases como *O romance é bem construído, mas a nível de psicologia é superficial; A nível de advérbio, os problemas sintáticos se complicam; A nível de indústrias têxteis, a situação está muito complicada.* Em nenhum desses casos, existe a idéia de conceitos dispostos em patamares distintos, de planos de que superpõem. Por isso, deveriam ser usadas expressões como *no que se refere, no que concerne.*

d) Evitar hiperônimos, quando a situação de comunicação exige precisão. Observe a precisão das palavras com que, neste sermão, Vieira fala da situação de cada animal em confronto com a dos peixes:

> Falando dos peixes, Aristóteles diz que só eles, entre todos os animais se não domam nem domesticam. Dos animais terrestres o cão é tão doméstico, o cavalo tão sujeito, o boi tão serviçal, o bugio tão amigo, ou tão lisonjeiro, e até os leões e os tigres com arte e benefícios se amansam. Dos animais do ar, afora aquelas aves que se criam e vivem conosco, o papagaio nos fala, o rouxinol nos canta, o açor nos ajuda e nos recreia; e até as grandes aves de rapina, encolhendo as unhas, reconhecem a mão de quem recebem sustento. Os peixes pelo contrário lá se vivem nos seus mares e rios, lá se mergulham nos seus pegos, lá se escondem nas suas grutas, e não há nenhum tão grande que se fie do homem, nem tão pequeno que não fuja dele. Os autores comumente condenam esta condição dos peixes, e a deitam à pouca docilidade, ou demasiada bruteza; mas eu sou de mui diferente opinião. Não condeno, antes louvo muito aos peixes este seu retiro, e me parece que se não fora a natureza, era grande prudência. Peixes! Quanto mais longe dos homens tanto melhor: trato e familiaridade com eles, Deus vos livre. Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia; vá com eles à caça o açor, mas nas suas pioses; faça-lhes bufonerias o bugio, mas no seu cepo; contente-se o cão de lhes roer um osso, mas levado onde não quer pela trela; preze-se o boi de lhe chamarem formoso ou fidalgo, mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro; glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora; e se os tigres e os leões lhe comem a ração de carne, que não caçaram no bosque, sejam presos e encerrados com grades de ferro. E entretanto vós, peixes, longe dos homens, e fora dessas cortesanias, vivereis só convosco, sim mas como peixes na água. (*Sermões*. Porto, Lello, 1959, vol. 3, t. VII, p. 251 252)

Em muitos casos, pode-se substituir o hiperônimo por um termo mais preciso. Nas frases abaixo o verbo *dizer* poderia ser trocado pelo verbo que está entre parênteses:

1. Ele diz sua história a quem quer ouvi-la (confiar, narrar, contar);

2. Você pode dizer-me por que não estava presente naquele dia? (explicar);

3. Diga-nos sua opinião com toda a sinceridade (dar);

4. Tive que mostrar minha habilidade, porque todos diziam que eu era desastrado (afirmar, assegurar, asseverar, pretender, sustentar);

5. Vou dizer-lhes uma novidade que os surpreenderá (confiar, confidenciar);

6. Ele acabou por dizer que se tinha enganado (confessar);

7. Diga-me em que rua você mora (indicar);

8. Limitaram-se a dizer-lhe algumas palavras de encorajamento (dirigir, exprimir);

9. Ele não faz questão de dizer seus projetos (expor).

Dizer pura e simplesmente *vento,* quando pode ser *minuano, mistral, siroco, brisa, zéfiro,* revela menor precisão e, portanto, menor senso de observação e análise de quem fala.

e) Não usar palavras em contextos em que elas não podem ser utilizadas. Embora *passageiro* e *temporário* sejam sinônimos, não se diz *Uma chuva temporária obrigou-os a refugiarem-se sob um toldo* ou *Ele teve um emprego passageiro durante as festas de fim de ano.* Não se pode dizer *O bode fazia esforços sobre-humanos para sair do poço.* A menos que se queira ofender as pessoas, não se diz *Era uma récua de homens,* pois *récua* significa "grupo de bestas de carga presas umas às outras".

f) Não usar uma pela outra, em contextos em que não são sinônimas, palavras que em certos contextos são sinônimas. *Prematuro* e *precoce* significam "que se manifesta ou sucede antes do tempo". Nesse caso, são sinônimos. Pode-se dizer tanto *colheita precoce* quanto *prematura.* No entanto, há contextos em que eles não são sinônimos. É diferente dizer *criança precoce* (= que tem talentos e habilidades que não são próprias de sua idade) e *criança prematura* (= que nasceu antes do tempo).

g) Não usar palavras em sentidos que elas não têm. Um participante de uma assembléia universitária dizia: – Todas as escolas estão em greve, a Geologia entrou, a Politécnica entrou, só nós estamos aqui parados, só nós estamos nesta *masmorra.* A palavra correta seria *modorra,* que significa "sonolência, soneira" e não *masmorra,* que quer dizer "prisão subterrânea".

Não se diz *Esvazio metade do leite do copo,* mas *Despejo metade do leite do copo,* pois *esvaziar* significa “tornar vazio um recipiente”.

h) Usar a palavra adequada à intenção de comunicativa. Não usar palavras de sentido pejorativo, quando não se quer exprimir censura em relação àquilo de que se fala. Não se dirá que alguém é *obsequioso* em vez de dizer que é *polido,* pois *obsequioso* indica que é *excessivamente polido.* Não se dirá *seu discurso é alambicado* em vez de dizer *seu discurso é castiço,* pois *alambicado* significa “afetado, pretensioso”. Usar as palavras no grau adequado. Entre *lamento o que aconteceu e deploro o que aconteceu,* há uma diferença de intensidade, pois o verbo *deplorar* é mais forte do que *lamentar*. A mesma coisa ocorre em: *Ela detestava esta cidade e Ela execrava esta cidade; Não se imagina a soma que ele gastou* e *Não se imagina a soma que ele dilapidou.*

i) Usar a palavra adequada à situação de comunicação. Não se devem usar variantes lexicais inadequadas à situação comunicativa. Assim, numa situação formal, não se usam termos próprios de uma situação coloquial: por exemplo, dizer *Não se imagina a soma que ele torrou* em lugar de *Não se imagina a soma que ele gastou; Não me encha o saco* em vez de *Não me aborreça; Seria o diabo se não se conseguisse encontrar uma solução* em vez de *Seria algo terrível se não se conseguisse encontrar uma solução.*

j) Evitar repetições. Evite palavras idênticas: *Meu carro era um belo carro;* palavras cognatas, ou seja, as que têm o mesmo radical: *Ela viu uma visão assombrosa;* justaposição de sinônimos sem nenhum valor expressivo: *Peguei o pacote grande e volumoso.* Devem ser eliminados os termos inúteis (por exemplo, em vez de dizer *Minha casa está situada num bairro mais tranqüilo que os outros bairros,* pode-se dizer *Minha casa está situada num bairro mais tranqüilo que os outros*). A palavra repetida deve ser substituída por um sinônimo, quando houver, ou por um anafórico, quando for possível. No texto *Minha casa está situada num bairro tranqüilo. Moro nessa casa desde criança,* a segunda frase pode ser reescrita da seguinte maneira: *Moro nesse imóvel desde criança* ou *Moro aí desde criança.*

l) Não usar palavras preciosas ou arcaicas, a menos que se queira usar uma linguagem de época para fins expressivos ou que a palavra tenha um matiz semântico especial. As palavras *nojo* e *britar* significavam “pesar, luto” e “partir, quebrar”. Conservaram-se apenas nas expressões *britar pedras* e *licença de*

nojo (essa expressão é usada somente na linguagem administrativa). *Nojo*, fora desse caso, significa “repugnância”. Seria muito esquisito alguém ressuscitar os sentidos antigos, dizendo *A morte de seu pai encheu-me de nojo* ou *O copo britou-se.*

Rodrigues Lapa diz que é preciso ter muito cuidado no emprego dos arcaísmos, pois seu uso tende a tornar ridículo quem o usa. Afirma ainda que “em estilo, como em tudo, somos obrigados a ser homens do nosso tempo”. (*Estilística da língua portuguesa*. 8 ed. Coimbra, Coimbra Editora, 1975, p. 59)

O preciosismo lingüístico é algo que entra na categoria de um estilo arcaico. Muitas pessoas acham que escrever bem é escrever com termos difíceis. Por isso, não divergem ou discordam, mas dissentem ou discrepam; não matam a sede, mas desalteram-se; não adiam, mas procrastinam; não têm convivência ou camaradagem, mas contubérnio.

Muitos escritores empregam arcaísmos e preciosismos com fins jocosos, irônicos, para satirizar. É o que faz Mário de Andrade, neste texto.

> Senhoras:
>
> Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura dessa missiva. Cumpre-nos, entretanto, iniciar estas linhas de saudade e muito amor com desagradável nova. É bem verdade que na boa cidade de São Paulo – a maior do universo no dizer de seus prolixos habitantes – não sois conhecidas por “icamiabas”, voz espúria, senão que pelo apelativo de Amazonas; e de vós se afirma cavalgardes belígeros ginetes e virdes da Hélade clássica; e assim sois chamadas. Muito nos pesou a nós, Imperator vosso, tais dislates de erudição, porém heis de convir conosco que, assim, ficais mais heróicas e mais conspícuas, tocadas por essa pátina respeitável da tradição e da pureza antiga.
>
> Mas não devemos esperdiçarmos vosso tempo fero, e muito menos conturbarmos vosso entendimento, com notícias de mau calibre; passemos, pois, imediato, ao relato de nossos feitos por cá.
>
> Nem cinco sóis eram passados que de vós nos partíramos, quando a mais temerosa desdita pesou sobre nós. Por uma bela noite dos idos de maio do ano translato, perdíamos a muiraquitã; que outrém grafara muraquitã, e, alguns doutos, ciosos de etimologias esdrúxulas, ortografam muyrakitam e até mesmo muraqué-itã, não sorriais! Haveis de saber que este vocábulo, tão familiar a vossas trompas de Eustáquio, é quase desconhecido por aqui. Por estas paragens mui civis, os guerreiros chamam-se polícias, grilos, guardas-cívicas, boxistas, legalistas, mazorqueiros, etc.; sendo que alguns desses termos são neologismos absurdos – bagaço nefando com que os

desleixados e perimetres conspurcam o bom falar lusitano. Mas não nos sobra já vagar para discretearmos "sub tegmine fagi", sobre a língua portuguesa, também chamada lusitana. O que vos interessará, por sem dúvida, é saberdes que os guerreiros de cá não buscam mavórticas damas para o enlace epitalámico, mas antes as preferem dóceis e facilmente trocáveis por voláteis folhas de papel a que o vulgo chamará dinheiro, o "curriculum vitae" da civilização a que hoje fazemos ponto de honra em pertencermos.

(*Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 71-72).

O trecho faz parte do capítulo "Carta pras icamiabas". O remetente dessa carta é Macunaíma, o próprio herói do romance; o lugar em que está é a cidade de São Paulo; o destinatário são as *icamiabas*, ou seja, as amazonas, mulheres guerreiras, que, segundo a lenda, viviam na região hoje denominada Amazônia. Deve-se lembrar que o termo *icamiabas* é de origem indígena, enquanto a palavra *amazonas* provém do grego.

Esse texto, logo à primeira vista, parece ter sido escrito num período anterior ao modernismo, em que se cultivava uma forma "clássica" de escrever. Os traços que permitem afirmar isso são:

1. uso da segunda pessoa do plural para tratamento;

2. emprego sistemático do plural majestático (*nós* em lugar de *eu*);

3. utilização do objeto indireto pleonástico, em *Muito nos pesou a nós* (com a finalidade de realçar o objeto indireto, pode-se repetir a forma pronominal tônica depois da átona correspondente);

4. uso de um léxico preciosista (vocábulos de emprego muito raro) e até de sabor arcaizante (*voz* por "palavra", *missivas* por "cartas", *Hélade* por "Grécia", *belígeros ginetes* por "cavalos de guerra", *dislates* por "asneiras", *conspícuas* por "ilustres", "respeitáveis", *pátina* por "envelhecimento", *fero* por "feroz", *idos* por "dia 15" (no antigo calendário romano, os idos eram o dia 15 dos meses de março, maio, julho e outubro e o dia 13 dos outros meses); *translato* por "passado", *petimetre* por "homem que se veste com apuro exagerado", *discretear* por "discorrer calmamente", *enlace epitalámico* por "casamento", *vulgo* por "povo", *mavórticas,* adjetivo derivado de *Mavorte,* forma epentética (= resultante de epêntese, ou seja, do acréscimo de sons no meio de uma palavra) de Marte, por "guerreiras");

5. utilização de perífrases que chegam ao ridículo, para falar de coisas bastante banais (*trompas de Eustáquio* por "ouvidos");

6. emprego de formas da sintaxe clássica, como, por exemplo, oração reduzida de infinitivo em casos em que no português moderno se utiliza uma oração desenvolvida (por exemplo, de vós se afirma *cavalgardes* belígeros ginetes e *virdes* da Hélade clássica);

7. uso do infinitivo flexionado em locuções verbais ou junto de auxiliares causativos (por exemplo, *não devemos esperdiçarmos; fazemos ponto de honra pertencermos*);

8. emprego das normas portuguesas de acentuação (por exemplo, *saùdade* em lugar de *saudade, epitalámico* em vez de *epitalâmico*);

9. citação de dois versos de *Os Lusíadas,* com que se inicia o célebre episódio do *Gigante Adamastor:*

> Porém já cinco sóis eram passados
> Que dali nos partíramos cortando (V, 37, 1-2).

10. citação de um pedaço do 1º verso das *Bucólicas,* de Virgílio: *sub tegmine fagi,* que significa "debaixo de copada faia".

O texto surpreende no contexto do romance, porque o narrador rompe com a modalidade espontânea de linguagem que vinha utilizando até então e adota um registro marcadamente formal. Ao optar por um léxico e uma sintaxe já desusados, muito a gosto dos parnasianos e pré-modernistas (Rui Barbosa, Coelho Neto, Bilac), o narrador imita o estilo desses autores, para ridicularizar a literatura brasileira do período anterior ao modernismo e, por conseguinte, toda a cultura brasileira dessa época, já que esse estilo correspondia ao gosto da moda. Ao satirizar o caráter anacrônico e formal da linguagem da época, escarnece do caráter ultrapassado e solene de nossa cultura urbana em geral. Ironiza as discussões etimológicas, ou seja, sobre a origem das palavras, muito apreciadas então. Ao dizer que as palavras da gíria ou da linguagem familiar são neologismos absurdos, bagaço nefando, com que se conspurca a língua portuguesa, satiriza os puristas, que queriam preservar a pureza do português. Ridiculariza uma certa norma do português, o que era tido por "português castiço" no período. Ironiza uma forma de escrever, em que, sem o menor propósito, cita-se a literatura clássica.

Para terminar, vamos voltar à questão, já discutida na lição sobre o erro, do uso dos estrangeirismos. Todas as línguas tomam emprestado vocábulos de outras, devido ao intercâmbio entre os povos. Os puristas são aqueles que defendem o uso apenas de termos vernáculos e condenam qualquer empréstimo estrangeiro. A atitude purista contraria a evolução natural do idioma, tem da

língua uma visão estática, que não corresponde a sua realidade. Juntamente com as coisas e as idéias que nos chegam de outros povos, importamos vocábulos. Rodrigues Lapa, na obra citada, diz que “a grande lei que rege ou deve reger a adoção de estrangeirismos” é que “deverão ter acolhimento, quando correspondam efetivamente a necessidade de expressão” (p. 46). Quando não tivermos uma palavra em português ou quando o termo estrangeiro tiver uma matiz expressivo que não se encontra nos correspondentes portugueses, o empréstimo justifica-se. Da mesma forma, podem-se usar os empréstimos que, pelo uso, já se incorporam definitivamente ao nosso léxico. *Sucesso, eclusa, buquê, constatar, desolado, abandonar, lanche, sanduíche, governanta, gafe, dândi, haraquiri,* etc. entraram na língua por necessidade de expressão e estão plenamente incorporados ao idioma. Expressões como *Know-how* tem um matiz expressivo que não se encontra em nenhum vocábulo do português. Devem ser evitados aqueles termos que têm um correspondente adequado na língua. Por exemplo, dizer *As rosas nascidas da mesma tige* não é necessário, pois *caule* corresponde perfeitamente a *tige*. Da mesma forma, *ouviu-me atentivamente*, pois *atentamente* é o correspondente exato da palavra utilizada.

Por outro lado, podem-se usar estrangeirismos com finalidades expressivas. Pedro Nava usa uma série de expressões inglesas, para caracterizar a mãe de um colega:

> Eu adorava essas visitas clandestinas a Mrs. Spector, sua nice cup of tea cortada dum pingo de leite, seus cakes, suas torradas, suas frutas cristalizadas e o cheiro dos cigarros *bout de rose* que ela fumava. Porque ela fumava, o que me enchia de mais assombro que a harmonia de sua voz rouca, que consentia sempre que tivéssemos mais leite, mais chá, yes dear, mais torta, mais biscoito, mais cake, surely dear, mais manteiga, mais doce, why not? my dear... O Moses exultava, orgulhoso de sua mãe, do modo como ela nos recebia e nos gavava (*gavava*, do francês *gaver* = “dar comida em excesso”). (*Balão cativo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 155)

O que não se deve fazer, sem que haja alguma razão expressiva, é usar construções ou formas gramaticais estrangeiras. A expressão *venho de chegar* por *acabei de chegar* não deve ser utilizada. Do mesmo modo, a *moça a mais bela* por *a moça mais bela*. *Dito de outro modo* corresponde exatamente ao português *em outras palavras, em outros termos*.

Lição 6

Texto figurativo e texto temático

Leia os dois textos abaixo:

a) Nessa ocasião, uma doença cruel devastou o território. Um hábil médico veio do país vizinho e ministrou remédios tão apropriados que curou todos os que a ele se confiaram. Quando a doença desapareceu foi pedir sua paga àqueles de quem cuidara – mas tudo o que ouviu foram recusas. Retornou a seu país, onde chegou exaurido pelas fadigas de uma viagem tão longa. Logo depois, porém, soube que a mesma doença voltara a atacar os trogloditas, e que ela afligia com vigor redobrado aquela terra ingrata. Desta vez foram eles procurá-lo, sem esperar que ele viesse a seu país.

– Não quero saber de vós, homens injustos! Vossa alma está infestada por um veneno mais letal do que esse do qual desejais a cura; não mereceis lugar na Terra, porque não tendes humanidade, e desconheceis as regras da eqüidade. (MONTESQUIEU. *Cartas persas*. São Paulo, Paulicéia, 1991, p. 32)

b) Nas relações entre os homens, o comportamento deve pautar-se não pelo egoísmo, mas pela eqüidade. Se as relações sociais se guiarem pelo interesse imediato, cada um procurará o que é vantajoso para si num determinado momento, sem levar em conta se está ou não prejudicando os outros, o que significa que, ao longo do tempo, todos acabarão sendo prejudicados. Se, no entanto, elas se orientarem pela eqüidade e pela justiça, todos terão benefícios. A base da organização social é a virtude.

Os dois textos dizem basicamente a mesma coisa: a organização social estará assentada sobre a eqüidade e a justiça ou todos os membros de uma dada formação social serão prejudicados. Apesar de conter o mesmo conteúdo, os dois textos são bastante diferentes. Em que reside a distinção entre eles?

O primeiro é constituído fundamentalmente de termos concretos: *médico, doença, país, remédios, trogloditas, terra,* etc. O segundo é organizado predominantemente com termos abstratos: *egoísmo, eqüidade, justiça, organização, virtude, interesse,* etc.

Desde a escola primária, aprendemos que os substantivos podem ser concretos e abstratos. Assim falando, tem-se a impressão de que apenas os substantivos se classificam em concretos e abstratos e de que a palavra isolada, isto é, fora do contexto, é que tem a propriedade de expressar concretude e abstração. As coisas, no entanto, não são bem assim.

Conceituemos esses dois termos:

a) *concreto* é o termo que remete a algo presente no mundo natural;

b) *abstrato* é a palavra ou expressão que não se refere a algo efetivamente presente no mundo natural, mas exprime categorias que organizam os elementos aí existentes.

A primeira advertência que se deve fazer no que tange a essa explicação do que seja concreto e abstrato é que essa oposição constitui uma categoria da linguagem e não da realidade. Assim, quando se diz que os termos concretos remetem a algo efetivamente presente no mundo natural, não se está dizendo que se referem a seres, acontecimentos, propriedades, etc. somente no mundo visível que nos rodeia, que podemos perceber imediatamente pelos sentidos. Como uma das propriedades da linguagem é que ela nos possibilita criar mundos, mundo natural serão os universos produzidos pelo discurso. Não tem sentido perguntar se *Minerva*, *lobisomem* ou *duende* são substantivos concretos ou abstratos. Evidentemente, são concretos, pois *Minerva* é um ser existente no universo discursivo criado pela mitologia; *lobisomem* ganha existência concreta pelo discurso folclórico; a mesma coisa pode-se dizer dos *duendes*.

Em segundo lugar, temos de levar em conta que não só os substantivos, mas todas as palavras lexicais (substantivos, adjetivos e verbos) classificam-se em concretas e abstratas. Com efeito, *chuva* é um substantivo concreto, pois remete a um fenômeno atmosférico efetivamente existente no mundo natural, enquanto *vaidade* é abstrato, porque expressa uma categoria que abarca um conjunto de fatos presentes no mundo natural (elogiar as próprias qualidades, ostentar as próprias virtudes, etc.); *liso* é um adjetivo concreto, pois indica uma qualidade imediatamente perceptível no mundo, enquanto *irascível* é um adjetivo abstrato, porque subsume fatos concretos como levantar a voz com facilidade, etc.; *ceifar* é um verbo concreto, pois exprime uma ação perceptível no mundo, enquanto *moralizar* é abstrato, porque organiza sob uma categoria um conjunto de ações concretas como impedir que funcionários públicos recebam propinas, não permitir que as questões de um exame vestibular sejam vendidas a alguns candidatos, etc.

Não devemos conceber a oposição concreto/abstrato como sendo constituída de dois pólos. Na verdade, é preciso vê-la como um contínuo que vai do mais concreto ao mais abstrato. Haveria, então, uma gradação de

concretude e abstração. O substantivo *plantação* no sentido de “conjunto de vegetais plantados” seria mais concreto que o substantivo *plantação* no sentido de “ato de plantar”. Este, porém, seria mais concreto que o substantivo *vergonha.*

Por que as línguas possuem essa categoria gramatical? Porque há duas formas básicas de discurso: a) os construídos fundamentalmente com termos concretos, isto é *figuras,* que são chamados *figurativos:* b) os produzidos preponderantemente com palavras ou expressões abstratas, ou *temas*, que são denominados *temáticos. Figura* é um termo concreto, que indica o que existe no mundo natural; *tema* é um termo abstrato, ou seja, uma categoria que organiza os elementos concretos presentes no mundo natural. Quando dizemos que um texto é organizado predominantemente com figuras ou temas, estamos dizendo que, para classificar um texto como figurativo ou temático, temos que levar em conta a dominância de termos concretos ou abstratos, pois, num texto figurativo, podem aparecer palavras abstratas e, num temático, termos concretos.

Por que se constroem esses dois tipos de texto? Porque cada um tem uma função distinta. Os figurativos simulam o mundo, representam no texto os seres, os acontecimentos, as propriedades do mundo. Criam um efeito de realidade, pois trabalham com a concretude dos “fatos”. Os temáticos explicam o mundo, ordenam as coisas, os eventos, as qualidades, classificam-nos, estabelecem relações (por exemplo, de inclusão, de implicação, de causa) entre eles.

Se observarmos os textos com que iniciamos esta lição, veremos que o texto *a* é figurativo e o *b*, temático. A relação entre o médico e os pacientes que não quiseram pagar seus serviços representa uma organização social não regida pela justiça; a recusa do médico em voltar a cuidar dessas pessoas simula o prejuízo que todos sofrem, quando pautam suas ações pelo egoísmo. O primeiro texto é, assim, a concretização do que está exposto abstratamente no segundo. Embora nele haja alguns termos abstratos (por exemplo, *humanidade*, *eqüidade*), ele é construído predominantemente com termos concretos, é um fato particular que ilustra uma idéia geral.

Figurativização e tematização são, pois, dois níveis de concretização do sentido. Nos textos temáticos, os temas estão na superfície do texto. No texto *b,* com que iniciamos esta lição, diz-se claramente que uma organização social não fundada na justiça produz prejuízos para todos. Nos textos figurativos, os temas acham-se sob a camada figurativa. Para entender o texto *a*, é preciso apreender os temas subjacentes a ele. Construir um texto figurativo é concretizar um tema. É o que faz um publicitário, quando cria um anúncio. Por exemplo, deseja ele associar uma determinada marca de cigarro aos temas *liberdade* e *aventura*. Figurativiza, então, esses temas com *bandos*

de cavalos bravios, paisagens do oeste americano, "cowboys" cavalgando, "cowboys" sentados ao redor de uma fogueira, etc. O primeiro passo na compreensão de um texto figurativo é, pois, a apreensão dos temas que ele contém, porque, caso isso não ocorra, o texto não terá muito sentido. Para entender um texto temático, é necessário captar o tema geral, que abarca os subtemas disseminados ao longo do texto.

Como se apreendem os temas de um texto figurativo? Leia o texto que segue:

> E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abrasileirou-se. A sua casa perdeu aquele ar sombrio e concentrado que a entristecia; já apareciam por lá alguns companheiros de estalagem, para dar dois dedos de palestra nas horas de descanso, e aos domingos reunia-se gente para o jantar. A revolução afinal foi completa: a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu à broa; a carne-seca e o feijão preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas; a pimenta malagueta e a pimenta de cheiro invadiram vitoriosamente a sua mesa; o caldo verde, a açorda e o caldo de unto foram repelidos pelos ruivos e gostosos quitutes baianos, pela moqueca, pelo vatapá e pelo caruru; a couve à mineira destronou a couve à portuguesa; o pirão de fubá ao pão de rala, e, desde que o café encheu a casa com o seu aroma quente, Jerônimo principiou a achar graça no cheiro do fumo e não tardou a fumar também com os amigos. E o curioso é que, quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento das suas forças físicas. Tinha agora o ouvido menos grosseiro para a música, compreendia até as intenções poéticas dos sertanejos, quando cantam à viola os seus amores infelizes; seus olhos, dantes só voltados para a esperança de tornar à terra, agora, como os olhos de um marujo, que se habituaram aos largos horizontes de céu e mar, já se não revoltavam com a turbulenta luz, selvagem e alegre do Brasil (...).
>
> (AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 13 ed. São Paulo, Martins, 1957, p. 103-104)

Esse texto fala de Jerônimo, um português que veio ganhar a vida no Brasil. Aqui modificou inteiramente sua maneira de ser. Observe que o texto, figurativo, opõe dois conjuntos de figuras. Um referente à lusitanidade; outro, ao brasileirismo. Alguns dos pólos dessa oposição não vêm representados por figuras explicitamente presentes no texto, mas são implicitadas pelas que aparecem claramente. Na relação abaixo, eles são citados entre parênteses.

Figuras de lusitanidade	Figuras do brasileirismo
ar sombrio e concentrado da casa	ar alegre da casa
passagem de companheiros para prosear	(não ida dos companheiros à casa)
reunião de gente para jantar	(não receber ninguém para jantar)
vinho	aguardente de cana
broa	farinha de mandioca
bacalhau com batatas e cebolas cozidas	carne seca e feijão preto
(ausência de pimenta)	a pimenta malagueta e a pimenta de cheiro invadiram a mesa
caldo verde, açorda, caldo de unto	ruivos e gostosos quitutes baianos, moqueca, vatapá, caruru
couve à portuguesa	couve à mineira, pão de rala, pirão de fubá, café, cheiro de fumo, fumar
força física	apuro dos sentidos
(ouvido grosseiro para a música)	ouvido menos grosseiro para a música
(não-compreensão das intenções poéticas dos sertanejos)	compreensão dessas intenções
(luz doce e triste)	luz turbulenta, selvagem, alegre

Num texto, as figuras não se acham desorganizadas, mas estão encadeadas, formando uma rede, um tecido, que denominamos *percurso figurativo.* Cada percurso figurativo manifesta um tema e o entrelaçamento dos diferentes percursos expressa o tema geral do texto. Observe que, no texto acima, as figuras são encadeadas para manifestar os temas da *lusitanidade* e do *brasileirismo.* À medida que Jerônimo abandona a culinária lusitana e adere à cozinha brasileira, vai-se operando nele uma mudança mais profunda, a passagem de uma imensa capacidade de trabalhar para um gosto por aquilo que agrada os sentidos. Temos, então, manifestado pelos percursos figurativos do texto dois temas caros ao naturalismo: o meio determina o modo de ser do homem; nos trópicos, o caráter amolece e torna-se mais sensual. Esses temas são expressoss pelo entrelaçamento dos percursos figurativos que manifestam as qualidades definidoras da lusitanidade e do brasileirismo.

Como o sentido do texto surge da relação entre suas partes, uma figura isolada não tem sentido. Com efeito, cada uma pode implicar idéias variadas, estar virtualmente relacionada a diferentes temas. É o percurso que determina a que tema ela estará correlacionada. Por exemplo, a figura *folhas amarelas caindo das árvores* pode entrar num percurso que expresse o tema da *tristeza* ou num que manifeste o da *velhice.* Apreender o sentido de um percurso implica

compreender o tema subjacente a ele, pois as figuras só ganham sentido, por manifestar um determinado tema. A figura *folhas amarelas caindo das árvores* manifesta o tema da *tristeza*, quando estiver no percurso: *chuva, dia cinzento, frio, vento, pessoa olhando tristonha pela janela,* etc. Expressa o tema da *velhice,* quando estiver associada a *velhos sentados em bancos, anciãos desocupados jogando cartas numa praça, velhinha com dificuldade para atravessar uma rua, moradores de um asilo vagando pelo pátio,* etc. e oposta a um percurso em que aparecem *jovens jogando, namorando, flores, árvores com folhas,* etc.

Por outro lado, o mesmo tema pode ser figurativizado de diferentes maneiras. O tema do *domínio dos homens sobre as mulheres,* por exemplo, pode ser expresso pela vida num harém ou pela história de uma mulher brasileira a quem o marido não permite que trabalhe, que saia de casa, ou ainda pela narrativa de que na China, como os pais desejam filhos do sexo masculino, meninas são mortas ao nascer. Não se pode introduzir, no percurso figurativo da vida no harém, a figura de uma mulher saindo com um homem que não seja de sua família para ir a um café, pois essa figura quebraria a coerência do percurso.

A falta de coerência num percurso figurativo torna o texto inverossímil. Por exemplo, não será coerente colocar, num percurso que manifesta o tema do *exotismo,* a figura *pessoa trabalhando num computador.* No entanto, pode-se quebrar a coerência figurativa num texto, para criar novos sentidos. Por exemplo, as figuras *paisagem campestre, rebanho de carneiros, pastor, riacho de águas límpidas* poderiam sugerir o tema do *bucolismo.* No entanto, se a esse conjunto se acrescentam *serpentes picando pessoas, aranhas, escorpiões, areias movediças, águas traiçoeiras,* o tema não é mais a beleza dos campos, mas, por exemplo, o do mal sob a beleza, sob a harmonia. Como uma figura isolada não tem sentido, uma única figura destoante no meio de um percurso figurativo não leva o leitor a pensar num novo tema, mas a achar que quem produziu o texto não percebeu a incoerência que estava criando. Na verdade, para gerar um novo tema, não se quebra a coerência de um percurso, mas se introduz no texto um novo percurso figurativo. É preciso dar ao leitor, disseminando várias figuras no texto, diversas pistas do tema que se propõe.

Como se encadeiam os temas? Leia o texto que segue:

> Se o ensino secundário visa à formação da personalidade e ao fornecimento, a esta, de instrumentos de trabalho, para a vida ou para o ingresso no plano universitário, – neste é que se operam dois movimentos que, longe de se contradizerem, se completam: a especialização e a cultura geral. Costuma-se opor uma à outra, como se fossem dois ideais antagônicos,

quando ao contrário se completam em todo verdadeiro sistema pedagógico. Só se opõem as duas tendências, quando perdem ou corrompem o sentido verdadeiro. Quando a especialização se transforma em estreiteza de espírito, em profissionalização integral, em hipertrofia de um setor da atividade intelectual ou prática, então sim, podemos dizer que ela opera em detrimento da cultura. Quando esta, por seu lado, se torna sinônimo de diletantismo, de superficialidade, de enciclopedismo, então podemos dizer também que a cultura geral, nesse caso, se opõe à especialização, como aliás se opõe à própria cultura, pois passa ser uma simples "caricatura"...

Mas, quando uma e outra se processam na medida de seu desenvolvimento natural, então, longe de se hostilizarem, se completam. E estamos no pórtico do verdadeiro espírito universitário, que é simultânea e concomitantemente, de especialização e de cultura geral. (LIMA, Alceu de Amoroso. *O espírito universitário*, apud Mackenzie 1972)

O texto acima é temático, pois se constrói preponderantemente com termos abstratos (por exemplo, *cultura, diletantismo, atividade intelectual, estreiteza de espírito*). Nos textos temáticos os temas estão na superfície textual, espalhados ao longo dela. Em nosso texto, aparecem os temas: *relação complementar entre a especialização e a cultura geral; corrupção do sentido da especialização, perda do sentido verdadeiro da cultura geral,* etc. Os diferentes subtemas de um texto temáticos são englobados num tema mais geral. No nosso exemplo, o grande tema do texto é a conciliação da especialização com a cultura geral na definição do verdadeiro espírito universitário. Os temas de um texto constituem um percurso temático, em que um tema mais amplo dá unidade a diferentes temas menores. No texto de Alceu Amoroso Lima temos, por exemplo, o percurso temático da perda de sentido da especialização, que engloba os temas da estreiteza de espírito, da profissionalização integral, da hipertrofia de um setor da atividade intelectual ou prática; nele aparece também o percurso temático da caricatura da cultura geral, que abrange os temas menores do diletantismo, da superficialidade, do enciclopedismo.

Da mesma forma que num texto figurativo, num temático, não pode haver quebra da coerência dos percursos temáticos. Por exemplo, em nosso texto, em que o tema geral é a conciliação da especialização e da cultura geral no verdadeiro espírito universitário, seria incoerente introduzir o tema da compartimentação do saber na universidade. No entanto, cabe lembrar que percursos temáticos opostos podem ser introduzidos num texto, para expressar um determinado tema geral.

Lição 7

Alteração do sentido das palavras

Leia o conhecido texto de Machado de Assis transcrito a seguir:

Um apólogo

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

– Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma cousa neste mundo?

– Deixe-me, senhora.

– Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

– Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha.

Agulha não tem cabeça. Que lhe importa meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com sua vida e deixe a dos outros.

– Mas você é orgulhosa.

– Decerto que sou.

– Mas por quê?

– É boa. Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa alma, quem é que os cose, senão eu?

– Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

– Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

– Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

– Também os batedores vão adiante do imperador.

– Você imperador?

– Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto...

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana – para dar a isto uma cor poética. E dizia a agulha:

– Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima?

A linha não respondia nada; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ela, silenciosa e ativa, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas. A agulha, vendo que ela não lhe dava resposta, calou-se também, e foi andando. E era tudo silêncio na sala de costura; não se ouvia mais que o plic-plic-plic-plic da agulha no pano. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte; continuou ainda nesse e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

– Ora, agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: – Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: – Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária. (*Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. II, p. 554-556)

Nesse texto, o narrador confere à linha e à agulha traços humanos: elas conversam, dão-se um tratamento próprio dos seres humanos (*você, senhora*), atribuem-se verbos que indicam ações humanas (por exemplo, *fingir*). Ao mesmo tempo, a narrativa relata atividades que são próprias de uma linha e de uma agulha: *coser, furar o pano*, *prender, ligar* , *ajuntar,* etc. O que se observa, portanto, é que ao significado habitual dos termos agulha e linha se acrescenta um segundo plano de sentido: o humano. Daí se conclui que esse texto não fala propriamente de agulhas e linhas, mas de seres humanos. Se o narrador tivesse usado personagens humanas, o texto não teria a mesma expressividade. Quando se mostra que há pessoas com papel de agulha e outras com função de linha, aproveitam-se traços próprios desses objetos, para projetá-los nas pessoas.

Que traços o texto considera comuns à agulha e à pessoa que age como ela?

a) Ambas furam o pano, isto é, abrem caminho para os outros;

b) ambas vão adiante, puxando; carregando o que vem atrás;

c) ambas fazem trabalho obscuro;

d) ambas têm papel subalterno;

e) ambas não desfrutam do prazer do seu trabalho.

Agulha significa, nesse texto, "pessoa que abre caminho para outros e não recebe qualquer reconhecimento por isso". *Linha* quer dizer "pessoa que desfruta do esforço daqueles que lhe abriram caminho e lhe criaram oportunidade". As relações entre a linha e agulha são as mesmas que se estabelecem entre a costureira e a baronesa, os batedores e o imperador. A partir daí, todos os termos referentes às atividades próprias da linha e da agulha devem ser lidos como atividades humanas: *furar o pano* = "abrir caminho", etc.

O último parágrafo confirma, com a frase *Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária,* essa interpretação dada ao texto: na vida social, há os que realizam o verdadeiro trabalho e os que desfrutam do trabalho alheio.

Denotação e conotação

Um signo lingüístico é constituído da união de um conteúdo com a expressão (imagem mental dos sons) que o veicula. Ao conteúdo chamamos *significado;* à expressão denominamos *significante.* Um signo une, pois um significante a um significado.

Todas as palavras têm um significado habitual, conhecido dos falantes da língua. Por exemplo, *agulha* quer dizer "hastezinha fina de aço, aguçada numa das extremidades, e com um orifício na outra, por onde se enfia linha, fio, lã, cadarço, barbante, etc., para coser, bordar ou tecer"; *linha* significa "fio de linho, algodão, seda, etc. usado para coser, bordar, fazer renda, etc.". No texto acima, no entanto, essas duas palavras ganharam um outro sentido, passaram a designar, respectivamente, "pessoa que abre caminho para outras e não recebe qualquer reconhecimento por isso" e "pessoa que desfruta do esforço daqueles que lhe abriram caminho e lhe criaram oportunidade". O segundo sentido acrescenta-se ao primeiro.

Quando um significante se une a um significado, temos um signo denotado. Quando ao primeiro significado se sobrepõe um segundo, temos um signo conotado. No texto acima, *agulha e linha* não estão usadas em sentido denotado, mas em sentido conotado.

Cabe agora uma pergunta. Por que não se fala, nesses casos, simplesmente, em troca de significado, mas em acréscimo de um segundo significado a um significado de base? Quando se faz essa pergunta, na verdade, o que se está

querendo saber é o que é que permite a alteração do significado da palavra, dando a ela um valor conotado.

Quando se fala em acréscimo de um segundo significado, está-se indicando que um signo não pode passar a ter qualquer significado, mas só aqueles que tiverem alguma relação com o significado primeiro. Dizer que houve alteração de sentido por acréscimo quer dizer que a mudança se deu, porque o enunciador estabeleceu uma relação entre o significado de base e o significado novo.

As relações entre o significado acrescentado e o de base podem ser de dois tipos: de *semelhança* (ou intersecção) e de *contigüidade* (ou implicação). Entre o significado de base de *agulha* e o significado que essa palavra tem no texto, há traços semânticos comuns (intersecção), há uma semelhança sêmica: *abrir caminho para*, etc. Veja agora este trecho:

> O destino e a sociedade reduziram Dudu ao estado vegetoanimal. Não chega a ser um corpo, não chega a ser uma fisionomia, é um resto de pessoa, um resto de roupa, um resto de nome. (...) Saberá ler? Não, a fome é sempre analfabeta. (MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994, p. 908)

O termo fome não significa "sensação que traduz a vontade de comer", mas "pessoa que passa fome", ou seja, o termo abstrato expressa algo concreto. O significado acrescentado implica o significado de base, coexiste com ele, está contíguo a ele: pessoa que passa fome coexiste com a fome.

Há dois tipos básicos de mudança de significado por acréscimo: a metáfora, que se dá por relação de semelhança entre o significado acrescentado e o de base; a metonímia, que ocorre por relação de contigüidade entre o significado primeiro e o significado segundo. Vamos estudar mais detidamente esses dois recursos retóricos. Preferimos denominá-los recursos retóricos e não figuras de palavras, como o faz nossa tradição lingüística, porque, neste livro, estamos chamando figura, por oposição a tema (termos abstratos), a todo termo concreto: mesa, homem, água, andar, azul.

Metáfora

> Senhor Deus dos desgraçados!
> Dizei-me vós, Senhor Deus!
> Se é loucura... se é verdade
> Tanto horror perante os céus...
> Ó mar! por que não apagas
> Co'a esponja de tuas vagas
> Do teu manto este borrão?...
> (ALVES, Castro. *Poesia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1966, p. 79)

Nesses versos do poema *Navio negreiro,* os termos *apagar, esponja, manto* e *borrão* não estão usados em sentido denotado. Portanto não significam "fazer cessar a combustão de (o fogo); extinguir (o fogo ou a luz)"; "objeto de substância leve e porosa, que se emprega para diversos usos, por causa de sua propriedade de absorver os líquidos e rejeitá-los sob pressão"; "vestimenta sem mangas que se coloca acima das outras roupas para proteger do frio ou das intempéries"; "mancha". No texto essas palavras querem dizer, respectivamente, "eliminar", "aquilo que faz desaparecer a sujeira moral", "superfície" e "evento que suja moralmente (no caso, o tráfico de escravos)". Entre os significados de base e os significados acrescentados há uma relação de semelhança, de intersecção. Entre os dois sentidos de *apagar,* o traço comum é "fazer desaparecer"; entre os dois de *esponja,* o traço comum é "capacidade de eliminar a sujeira de"; entre os dois de manto, é "camada extensa"; entre os dois de *borrão,* é "que suja, deslustra, emporcalha". Esses termos são, portanto, metafóricos.

Metáfora é a alteração do sentido de uma palavra pelo acréscimo de um significado segundo, quando, entre o significado primeiro e o acrescentado, há uma relação de semelhança, de intersecção, quando eles apresentam traços semânticos comuns.

Metonímia

> Laura apressava-se. Olhava para a direita, para a esquerda, mas não via nada, e o tempo ia passando, seis, sete, oito meses. No fim de oito meses, Josefa estava impaciente; tinha gasto cinqüenta dias a dizer ao namorado que esperasse, e a outra não adiantou cousa nenhuma. Erro de Josefa; a outra adiantou alguma cousa. No meio daquele tempo apareceu uma *gravata* no horizonte com todos os visos conjugais. Laura confiou a notícia à amiga, que exultou muito mais que ela; mostrou-lhe a *gravata*, e Josefa aprovou-a, tanto pela cor, como pelo laço, que era uma perfeição.
>
> – Havemos de ser dois casais...
>
> – Acaba dois casais lindos.
>
> – Eu ia dizer lindíssimos.
>
> E riam ambas. Uma tratava de conter as impaciências do *bigode*, outra de animar o acanhamento da *gravata*, uma das mais tímidas *gravatas* que tem andado por este mundo. Não se atrevia a nada, ou atrevia-se pouco. Josefa esperou, esperou, cansou de esperar; parecia-lhe brincadeira de criança; mandou a outra ao diabo; arrependeu-se do convênio, achou-o estúpido, tolo, cousa de criança; esfriou com a amiga, brigou com ela por

causa de uma fita ou de um chapéu; um mês depois estava casada. (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. II, p. 960-961)

Esse texto foi retirado do conto *O contrato*, que narra um pacto realizado por duas moças, Josefa e Laura, de que se casariam no mesmo dia, na mesma igreja, na mesma hora. Nele, *gravata* e *bigode* não estão utilizados em sentido denotado. Não significam, portanto, "tira de tecido, geralmente estreita e longa, que os homens passam sob o colarinho da camisa e dão um nó na frente" e "pêlos que guarnecem o lábio superior do homem, à direita e à esquerda da linha que o divide". Significam "os rapazes que elas namoravam ou por quem estavam interessadas". A relação que existe entre o significado de base e o acrescentado é de contigüidade, de implicação. Como *bigode* e *gravata* são parte dos atributos físicos masculinos ou do vestuário dos homens, implicam o todo, "homem". Como a parte implica o todo, coexiste no todo, significa o todo. Essas mudanças de sentido que se dão em função de uma relação de contigüidade, de interdependência, de implicação são metonímicas.

Metonímia é a alteração do sentido de uma palavra ou expressão pelo acréscimo de um novo significado ao significado de base, quando, entre eles, existir uma relação de contigüidade, de inclusão, de implicação, de interdependência, de coexistência.

Sinédoque é um tipo de metonímia, porque também se produz em virtude de uma relação de contigüidade. É a metonímia em que a parte designa o todo ou vice-versa. Por exemplo: *Cortando o longo mar com larga vela* (*Os Lusíadas*, I, 45). Nesse caso, *vela* designa o navio, a parte denomina o todo.

Quatro observações devem ser feitas sobre a metáfora e a metonímia.

1. Como se percebe que um termo é metafórico ou metonímico? Se o significado de base é inadequado ao contexto, o sentido deve ser outro, conotado. Por exemplo, *Tendo ouvido que me faltava dinheiro para comprar sapatos, Elisiário sacou o botão de coral e disse que me fosse calçar com ele* (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. II, p. 591). Como ninguém pode calçar-se com um botão de coral, essa expressão significa "dinheiro obtido com a venda do botão de coral".

2. As metáforas e as metonímias, uma vez construídas, podem criar um plano de leitura metafórico ou metonímico para o texto, ou seja, outros termos ganham um sentido metafórico ou metonímico. As metáforas e as metonímias podem permitir ler metafórica ou metonimicamente um texto inteiro.

Lua cheia

> Boião de leite
> que a Noite leva
> com mãos de treva
> pra não sei quem beber.
> E que, embora levado
> muito devagarinho,
> vai derramando pingos brancos
> pelo caminho.
> (RICARDO, Cassiano. *Poesias completas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 135)

Boião de leite significa "vaso bojudo de boca larga cheio de leite". No entanto, em *boião de leite que noite leva*, há uma inadequação semântica, pois a noite não carrega um boião de leite. Esse contexto obriga a atribuir a essa expressão o significado de "lua cheia". Trata-se de uma metáfora, porque, entre o significado de base e o acrescentado, há dois traços semânticos comuns: a forma redonda e a cor branca. Construída essa metáfora, todos os elementos do texto devem ser lidos metaforicamente: *noite leva* = "movimento da lua no céu à medida que a noite avança"; *pingos brancos* = "estrelas"; etc.

3. As metáforas e metonímias desgastam-se pelo uso e podem tornar-se clichês. Devem elas, nesse caso, ser usadas com muito cuidado, pois podem transmitir a idéia de que o enunciador não é capaz de pensamento próprio, contentando-se com reproduzir lugares comuns. Muitos autores, no entanto, renovam essas metáforas e metonímias, fazendo algumas alterações de palavras ou expressões, mas mantendo a estrutura da frase. Guimarães Rosa valeu-se muito desse expediente:

> *Amava-a* com toda a fraqueza do seu coração (em lugar de *com toda a força de seu coração*) (*Tutaméia*. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 21);
>
> O sol morre para todos, o rubro (em lugar de *O sol nasce para todos*) (*Ibid*., p. 123);
>
> Já valente me levantei, desassustado, achei a tramontana (em lugar de *perdi a tramontana*). (*Ibid*., p. 128)

4. Para que servem as metáforas e metonímias? Aquelas apresentam uma nova maneira de ver o mundo, mais viva, ao pôr em relevo certas relações semânticas usualmente esquecidas ou não percebidas. No poema *Lua cheia*,

realça-se a forma e a cor da lua e das estrelas, ao vê-las como um boião de leite que vai derramando pingos brancos pelo caminho. Por outro lado, as metáforas servem para projetar num significado novo o traço culturalmente dominante num signo mais conhecido. Assim, chamar um homem de *garanhão* projeta no termo *homem* o traço culturalmente dominante no signo garanhão, /sexualidade insaciável/. As metonímias mostram a essência das coisas, aquilo que é visto como central num objeto, num evento, etc. Por exemplo, no caso do calçar-se com um botão de coral, o que é considerado central é a doação desse objeto, para que fosse vendido, a fim de permitir, com o dinheiro apurado, a compra de um calçado.

Lição 8

Modos de ordenar os tempos

João e Maria

Agora eu *era* herói
E o meu cavalo só *falava* inglês.
A noiva do cowboy
Era você, além das outras três.
Eu *enfrentava* os batalhões,
Os alemães e seus canhões
Guardava o meu bodoque
E *ensaiava* o rock para as matinês

Agora eu *era* o rei
Era o bedel e *era* também juiz
E pela minha lei
A gente *era* obrigado a ser feliz
E você *era* a princesa que eu fiz coroar
E *era* tão linda de se admirar
E *andava* nua pelo meu país

Não, não fuja não
Finge que agora eu *era* o seu brinquedo
Eu *era* o seu pião
O seu bicho preferido
Vem, me dê a mão
A gente agora já não *tinha* medo
No tempo da maldade
Acho que a gente nem tinha nascido

Agora *era* fatal
Que faz de conta terminasse assim
Pra lá desse quintal
Era uma noite que não *tinha* fim
Pois você sumiu no mundo sem me avisar
E agora eu *era* um louco a perguntar
O que é que a vida vai fazer de mim
(HOLLANDA, Chico Buarque de. *Violão MPB*. São Paulo, Imprima Comunicação Editorial, s/d, p. 8-9)

Observe que o advérbio *agora* indica o momento presente. Se o poeta está falando de algo que ocorre no momento atual, deveria ter usado o presente. No entanto, utilizou sistematicamente, ao longo do texto, o pretérito imperfeito, que é um tempo do passado. Por quê? Esses imperfeitos pertencem ao indicativo, modo que o falante usa para situar a ação na realidade. No entanto, como o imperfeito expressa o imperfectivo, ou seja, apresenta o processo sem precisar seus limites inicial e final, a língua emprega-o com valor de presente para criar um efeito de sentido de irrealidade, isto é, para manifestar fatos hipotéticos. Ademais, como o imperfeito situa os fatos no passado, usa-se esse tempo, que destaca os fatos do presente, para expressar os acontecimentos distanciados da realidade.

Por esse exemplo, podemos observar que o tempo lingüístico não é um simulacro do tempo cronológico, marcado em semanas, dias, horas, minutos, séculos, etc. Ele é uma construção de linguagem, que permite ao homem expressar uma vasta gama de experiências temporais: situar os fatos no presente, no passado, no futuro; tornar pretéritos os acontecimentos presentes; presentificar os eventos pretéritos e assim por diante. A ordenação temporal de um texto é um complexo jogo destinado a produzir diferentes efeitos de sentido.

O tempo é a categoria gramatical que situa os acontecimentos seja em relação ao momento da fala, que é sempre um *agora,* dado que esse termo quer dizer "o momento em que o falante toma a palavra", seja em relação a um marco temporal inscrito no interior do texto. Quando se diz *Amanhã, ela andará triste pelo jardim,* o futuro *andará* indica que o acontecimento de andar é posterior ao momento da fala. Já quando se diz *No dia 12 de outubro de 1983, parti para a Europa em viagem de estudos,* instala-se no texto o marco temporal pretérito *no dia 12 de outubro de 1983* e mostra-se, com o uso do pretérito perfeito, que o acontecimento *partir para a Europa* é concomitante a ele. Por outro lado, quando se diz *Em 1999, já terei completado meu tempo de serviço,* instaura-se no texto o marco temporal futuro *em 1999* e o futuro do presente composto *terei completado* situa o evento expresso por ele como algo anterior ao marco temporal.

Precisemos melhor o que é o tempo lingüístico. É a categoria gramatical que permite indicar que os acontecimentos são concomitantes, anteriores ou posteriores, quer ao momento da fala, quer a um marco temporal (pretérito ou futuro) inscrito no texto. O tempo lingüístico é expresso fundamentalmente pelo verbo e pelos advérbios ou expressões adverbiais temporais.

Passemos a estudar os tempos verbais. Como o tempo situa os acontecimentos em relação ao momento da fala ou a um marco temporal pretérito ou futuro, temos três subsistemas temporais: um do presente, em que os fatos são situados como anteriores, posteriores ou concomitantes em relação ao

momento da fala; um do pretérito, em que os acontecimentos são considerados como concomitantes, anteriores ou posteriores em relação a um marco temporal pretérito; um do futuro, em que os eventos são assinalados como concomitantes, anteriores ou posteriores a um marco temporal futuro.

1. **Subsistema do presente**.

a) Quando um acontecimento for concomitante em relação ao momento da fala, temos o *presente*.

Agora *estou* muito ocupado.

O presente indica tanto o que se dá no momento da fala (por exemplo, *estar muito ocupado*), quanto o que tem uma duração muito grande no tempo (por exemplo *Neste século, a humanidade progride muito;* nesse caso, só se usa o presente quando a duração do acontecimento abarca o momento da fala), ou ainda, aquilo que é visto como eterno (por exemplo, *O quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos*). Para marcar a distinção entre o que ocorre exatamente no momento da fala e aquilo que abrange o momento da fala, mas tem uma duração maior, o português vale-se de uma perífrase verbal constituída do presente do indicativo do verbo *estar* + gerúndio do verbo que se está conjugando para expressar o primeiro valor e, geralmente, reserva a forma simples do presente para indicar a duração maior. Pode-se, assim, fazer uma oposição entre os dois valores:

Ele é brilhante, mas hoje sua aula está sendo trivial.

b) Quando o acontecimento for anterior ao momento da fala, temos o *pretérito perfeito*.

Já *choveu* muito.

A chuva é anterior ao momento da fala.

c) Quando o evento for posterior ao momento da fala, temos o futuro do presente.

Daqui a pouco *estarei* aí.

2. **Subsistema do pretérito**.

a) Quando o acontecimento for concomitante em relação a um marco pretérito instalado no texto, podemos usar o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. O primeiro indica que o acontecimento está limitado em sua duração, sendo, portanto, visto como algo acabado dentro de determinados limites temporais.

No dia 13 de maio, a Princesa Isabel *assinou* a Lei Áurea.

O evento *assinar a Lei Áurea* ocorre durante a vigência do marco temporal *no dia 13 de maio*. É portanto, concomitante a ele. Além disso, esse acontecimento é visto como algo acabado. Por isso, é expresso pelo pretérito perfeito.

O imperfeito mostra o acontecimento em sua duração, como algo não limitado no tempo e, portanto, como não acabado.

No ano passado, ele *estudava* em Paris.

A ação de *estudar* se dá durante o marco temporal *no ano passado*. É, portanto, concomitante a ele. Ademais, o evento é visto em sua duração, como algo inacabado. Por isso, usa-se, para exprimi-lo, o pretérito imperfeito.

Observe-se que o pretérito perfeito tem dois valores diferentes em português: expressa anterioridade em relação ao momento da fala e concomitância acabada em relação a um marco temporal pretérito. Em outras línguas, como o francês escrito ou o italiano, esses dois valores são indicados, respectivamente, pelo pretérito perfeito composto e pretérito perfeito simples.

b) Quando o evento for anterior ao marco temporal pretérito, temos o *pretérito mais-que-perfeito*.

Quando ele chegou à recepção, o Presidente *já tinha chegado*.

A chegada do Presidente é anterior a sua chegada, que é o marco temporal pretérito.

c) Quando o acontecimento for posterior ao marco temporal pretérito, temos o *futuro do pretérito*.

Naquele momento, vi que não *teria* apoio dos meus colegas.

Ter apoio é posterior ao momento em que se percebe que o apoio não se daria. Essa percepção é um marco temporal pretérito.

O futuro do pretérito composto marca, assim como o simples, um fato posterior a um marco temporal pretérito. No entanto, ele indica também um fato anterior a um outro acontecimento ou momento no futuro. Em outras palavras, para o uso do futuro do pretérito composto levam-se em conta dois momentos de referência: ele é posterior a um e anterior a outro.

Todos supunham que, quando o inverno chegasse, a guerra da Bósnia *teria terminado*.

Ontem de manhã, eu sabia que, às dez horas, o avião já *teria chegado*.

Na primeira frase, o marco temporal pretérito é o momento da suposição. Em relação a ele, a chegada do inverno é posterior. Em relação ao início do inverno, o término da guerra da Bósnia é anterior. Na segunda, o marco temporal pretérito é *ontem de manhã*. O momento *dez horas* é posterior a ele, enquanto a chegada do avião ocorrerá depois do momento indicado no marco temporal, mas antes das dez horas.

3. **Subsistema do futuro**.

a) Quando um fato é concomitante a um marco temporal futuro, temos o que se poderia chamar *presente do futuro,* que é expresso geralmente por uma perífrase formada do verbo *estar* no futuro do presente + o gerúndio do verbo que se está conjugando.

Quando você for para a Europa, *estarei voltando.*

A ida para a Europa é um marco temporal futuro. Em relação a ele, a volta é concomitante.

b) Quando um evento é anterior a um marco temporal futuro, temos o futuro anterior, que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) chama *futuro do presente composto.*

Quando você for para a Europa, *já terei voltado.*

A volta é anterior à ida para a Europa, que é um marco temporal futuro.

c) Quando um acontecimento é posterior a um marco temporal futuro, temos o que se poderia denominar *futuro do futuro,* que é expresso pelo futuro do presente simples acompanhado de locuções como *depois que.*

Voltarei da Europa, *depois que* você for para lá.

A volta é posterior ao marco temporal futuro *ida para a Europa*.

Os advérbios de tempo dividem-se em dois sistemas: um referente ao momento da fala e outro, a um marco temporal pretérito ou futuro inscrito no texto (entre os advérbios não há um subsistema do pretérito e um do futuro; os advérbios que indicam anterioridade, concomitância ou posterioridade em relação a um marco temporal servem para o futuro ou para o pretérito).

O filme estreará *na próxima semana.*

Na próxima semana é um adjunto adverbial de tempo. Exerce, portanto, o mesmo papel que um advérbio de tempo. Usa-se *próximo* para indicar posterioridade em relação ao momento da fala.

O filme estreou na primeira semana de janeiro deste ano. *Na semana seguinte,* já tinha batido recordes de bilheteria.

Na semana seguinte indica posterioridade em relação ao marco temporal pretérito *na primeira semana de janeiro deste ano.* Nesse caso, não se poderia usar *na próxima semana.* Utilizar-se-ia também *na semana seguinte,* se o marco temporal fosse futuro.

O filme estreará na primeira semana do ano que vem. Tenho certeza de que, *na semana seguinte,* ele baterá todos os recordes de bilheteria.

Em princípio, não se misturam tempos verbais e advérbios pertencentes a sistemas temporais distintos. Não se diz, por exemplo:

No dia 3 de janeiro, começarei o vestibular. Amanhã, será a prova de português.

Se o *amanhã* de que se fala for o dia 4 de janeiro, deve-se dizer *no dia seguinte,* pois *amanhã* indica posterioridade em relação ao momento da fala e não a um marco temporal.

1. Advérbios e expressões de valor adverbial que situam os acontecimentos em relação ao momento da fala.

Anterioridade	*Concomitância*	*Posterioridade*
há pouco	agora	daqui a pouco
logo		
ontem	hoje	amanhã
há uma (duas, etc.) se-manas/meses/anos, etc	Neste momento	dentro de ou em um(a) (duas, etc.) semana(s) mês(es)/ano(s), etc.
no mês/ano, etc. passado	neste ano, mês, etc.	no próximo dia 20 21, etc./mês/ano/etc.
no último mês/dia 5, 6, etc.		mês/ano/ etc.

2. Advérbios e expressões de valor adverbial que situam os acontecimentos em relação a um marco temporal pretérito ou futuro inscrito no texto.

Anterioridade	*Concomitância*	*Posterioridade*
na véspera	então	
na antevéspera		
no dia/ mês/ ano, etc. anterior	no mesmo dia/ mês/ano, etc.	no dia/ mês/ ano, etc. seguinte
um(a) semana/ mês/ ano, etc. antes		um(a) dia/ semana/mês/ ano, etc. depois
		daí/dali
		um(a)(s) horas/ dias, etc.

Uso de um tempo por outro

Pode-se usar um tempo pelo outro para criar determinados efeitos de sentido. Vamos dar alguns exemplos.

a) Não lhe *esconderei* que estou muito aborrecido com você.

O futuro do presente tem o valor de presente, porque, se o falante está dizendo ao seu interlocutor que está aborrecido com ele, não está escondendo esse fato no momento da fala. Usa-se o futuro pelo presente para produzir um efeito de atenuação. O futuro produz esse efeito de sentido, porque indica menos a realização de um acontecimento do que a expectativa de que ele ocorra. Substitui-se, assim, a “brutalidade” da afirmação no presente por um efeito de sentido de suposição, de probabilidade, Mantém-se uma distância em relação ao que se afirma.

b) Mandou lançar pregões por todos os arraiais, que no dia seguinte se *celebrava* a festa do Senhor. (Vieira)

O ato de celebrar é posterior à ordem de lançar pregões, que é um marco temporal pretérito. Deveria ser expresso pelo futuro do pretérito. No entanto, usa-se o pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito, para criar um efeito de sentido de certeza. Ele indica que é inevitável, é absolutamente certa a celebração da festa do Senhor.

c) No “Jornal da Cultura”, o sr. era a imagem do equilíbrio, uma espécie de caricatura do bom senso. *Teria colocado* panos quentes até na questão do *apartheid* na África do Sul.

Colocar expressa algo que ocorreu concomitantemente com o pretérito da narrativa. É manifestado pelo futuro do pretérito composto e não pelo pretérito perfeito, para criar um efeito de sentido de incerteza. Assim, um acontecimento que ocorreu é assinalado sob a forma de hipótese. O falante deixa claro, então, que de seu ponto de vista, o acontecimento não está confirmado.

d) Em 1822, é *proclamada* a Independência do Brasil.

É proclamada é um acontecimento acabado e concomitante em relação ao marco temporal pretérito *1822*. No entanto, esse evento não é expresso pelo pretérito perfeito, mas pelo presente. Temos aqui o chamado presente histórico. Por ele, presentificam-se fatos passados, tornando-os concomitantes ao momento da fala. Assim, dramatiza-se a narrativa e envolve-se nela o leitor. O presente histórico é equivalente ao *zoom* do cinema.

e) A julgar pelo comportamento do ministro e de seus assessores é nisso que estão pensando: numa forma de dolarização crescente, processo que no seu final *seria* capaz de dar um alívio à moeda brasileira e aplacar o foguete dos preços. (*Veja*, 22/9/1993, 114)

Os acontecimentos relatados são situados em relação momento da fala. *Estão pensando* é concomitante a ele. O final do processo de dolarização é, portanto, posterior a ele. Seus efeitos são expressos, no entanto, pelo futuro do pretérito (*seria*) e não pelo futuro do presente, para criar um efeito de sentido de dúvida, de incerteza. Usa-se o futuro do pretérito pelo do presente para transmitir informações não confirmadas, conjecturas ou fatos imaginários. Esse futuro chama-se futuro hipotético. Temos, nesse caso, uma dupla atenuação, pois o futuro já exprime a idéia de probabilidade e o futuro do pretérito indica ainda que essa probabilidade é totalmente incerta.

Há em português muitas possibilidades de uso de um tempo com valor de outro. Cada uma delas serve para criar um efeito de sentido. Raramente utiliza-se um advérbio com valor de outro. No entanto, *agora* freqüentemente combina-se com verbos no pretérito perfeito ou no futuro do presente, significando, respectivamente, *há pouco tempo e dentro de pouco tempo*, para expressar um passado muito recente ou um futuro iminente. Usa-se mesmo o diminutivo

agorinha, para significar que o passado ou o futuro estão muito próximos do presente.

Choveu ainda agora.
Vou agorinha.

A concordância de tempos

Um problema bastante espinhoso e raramente tratado nas gramáticas de língua portuguesa é a concordância dos tempos do subjuntivo, usados nas orações subordinadas, com o tempo do indicativo da oração principal. O subjuntivo, nota Mattoso Câmara, "tem a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo da oração principal" (1970, 89). Ora, essa característica sintática permite-nos afirmar que, como na maioria absoluta dos casos o subjuntivo depende do verbo da oração principal, deve ele compatibilizar-se com este. Há, assim, para o subjuntivo, uma concordância de tempos.

A) Se o tempo da oração principal estiver num dos tempos do subsistema do presente (presente, pretérito perfeito ou futuro do presente), teremos as seguintes possibilidades na oração subordinada:

1 – Presente
a) simultaneidade: presente

...*duvido* que na atual situação do Brasil alguém *esteja* em seu juízo perfeito. (I. L. Brandão).

b) anterioridade inacabada: pretérito imperfeito

Duvido que você *quisesse* pedir conselhos a ele. (R. Fonseca)

c) anterioridade acabada: pretérito perfeito

Duvido que você já *tenha comido* coisa melhor.

d) posterioridade: presente

Duvido que algum deles *abra* a boca. (R. Queiroz)

2 – Pretérito perfeito
a) simultaneidade: pretérito imperfeito

Falou-me, não porque me *distinguisse* particularmente, mas apenas porque tinha necessidade de falar. (L. Cardoso)

b) anterioridade: pretérito perfeito

...a arrecadação do Estado *aumentou* 3% neste primeiro ano de governo, embora muitos dos impostos *tenham baixado*. (M. Arraes)

c) posterioridade: pretérito imperfeito

Insisti para que *viesse* tomar um cálice. (O. Faria)

3 – Futuro do presente
a) simultaneidade: presente

Outros parágrafos, cada um valendo por si como um texto completo, *contarão* exatamente o que aconteceu, embora o acontecimento *seja* um mistério para a personagem, porque ela não vê o conjunto. (I. Angelo)

b) anterioridade inacabada: pretérito imperfeito

Dificilmente Cláudio aparecerá hoje no teatro. A esta altura, já deve saber da morte de Kátia e, embora não *fosse* de suas amigas – ou por isso mesmo –, ele *terá* motivos bastantes para evitar o teatro. (C. H. Cony)

c) anterioridade acabada: pretérito perfeito

Um jovem que *tenha acompanhado* a narração só *poderá* aderir ao tóxico se tiver instinto suicida. (*O Globo*, 18/2/1980)

d) posterioridade: presente

Tudo *farei* para que *sejam transformadas* em medidas concretas.

B) Se o tempo da oração principal for um dos tempos do subsistema do pretérito (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito simples ou composto), ocorrem as seguintes possibilidades:

1 – simultaneidade: pretérito imperfeito

Serpa *levou* instintivamente a mão à cintura, embora o coldre com o revólver estivesse dependurado, junto ao paletó, no cabide a um canto da sala (F. Sabino)

Não *era* ladrão, embora *tivesse* a cara assustada de um vulgar ladrão (L. Diaféria)

...embora *fosse* um amigo recente, já lhe *tinha emprestado* pequenas quantias, que eram pagas com escrupulosa pontualidade. (C. H. Cony)

A perseguição *viria*, mesmo que *andasse* palmo a palmo. (P. Dantas)

Teria sido bem melhor que eu *morresse* logo, assim acabaria com meu sofrimento. (L. Cardoso)

2 – anterioridade: pretérito mais-que-perfeito

Vinte-e-um não *morreu*, embora a facada lhe *houvesse ofendido* os bofes. (J. Antônio)

...dizia que ele *entendia* das mulheres, não porque *as tivesse tido*.(Fatos e fotos, 931)

Mesmo que não *houvesse* sido até então, *passara* a ser a partir daquele instante.(J. Amado)

Não *conseguiria* fazer o trabalho, embora *tivesse tentado*.

Mas, mesmo que não o *tivesse feito*, eu a *teria interrompido*.(O. Faria)

3 – posterioridade: pretérito imperfeito

Ele *quis* proibir que eu *vendesse* meus livros aqui na porta. (N. Rodrigues)

Chamava-se um tradutor juramentado, para que *ficasse* oficialmente estabelecido que, em vez de assinar seu nome, ele havia se limitado a escrever na promissória, em turco... (F. Sabino)

A filha *insistira* para que *viesse* morar com ela. (Z. Gattai)

Com sua cabeça no colo *esperaria* que *tornasse*. (G. Lemos)

Teria feito qualquer coisa, para que a mãe *voltasse* a sorrir.

C) Quando o verbo da oração principal estiver num dos tempos do subsistema do futuro (presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro), temos as seguintes compatibilidades:

1 – simultaneidade: presente

Quando chegar a casa, *estarei torcendo,* para que você já esteja lá.

Quando sair da loja, *terei comprado* muito, embora *só esteja precisando* de duas ou três coisinhas.

Depois que acabar de pagar o carro, *comprarei* outro, embora, nessa ocasião, um carro certamente *esteja custando* os olhos da cara.

2 – anterioridade: pretérito perfeito

No mês que vem, *comprarei* mais dólares, embora, neste ano, a moeda americana *tenha rendido* menos que outras aplicações financeiras.

Quando acabar de pagar este imóvel, *terei conseguido* aumentar meu patrimônio, mesmo que os imóveis não se *tenham valorizado* muito.

Depois que acabar de pagar este imóvel, *aplicarei* em dólar, não porque *tenha rendido* mais do que a inflação, mas porque está ao abrigo das investidas do governo.

3 – posterioridade: presente

Quando estiver em casa, *estarei* de olho no trabalho dos empregados, para que tudo *seja* bem feito.

Quando chegar a casa, já *terei analisado* os números do mercado financeiro, para que *possamos* fazer boas aplicações.

Depois de chegar a casa, *tomarei* providências para que o conserto *seja efetuado.*

Observações:

1 – Com orações condicionais introduzidas por se, conformativas e temporais, bem como com orações adjetivas, exprime-se, com o futuro do presente do subjuntivo, a simultaneidade eventual em relação ao futuro do presente do indicativo.

Sim, *continuará* aqui, se *quiser.* (L. F. Telles)

Farei como você *mandar.*

...*responderei* à altura, quando *tiver* às mãos esta ocorrência. (R. Boschi)

...*farei* o que *julgar* necessário. (E. Muniz)

Diz-se que o futuro do presente do subjuntivo pode indicar simultaneidade eventual em relação também ao presente do indicativo. É um engano, pois essa possibilidade ocorre apenas quando o presente tiver o valor de futuro do presente.

Se *quiser, podemos* (= poderemos) livrá-lo da polícia. (C. Lispector)
Quando *tiver* novidades, *venho* (= virei) aqui.

2 – Nos casos elencados em 1, a anterioridade eventual é expressa com o futuro anterior do subjuntivo.

Se você não *tiver feito* o trabalho, *ficará* com zero.
Farei tudo como o cliente *tiver* mandado.
O equipamento só *poderá* ser produzido no Brasil quando se *tiver atingido* um estágio de desenvolvimento tecnológico mais adiantado (PT).
Serei eternamente grato aos que não me *tiverem enchido* o saco.

3 – É preciso notar que, muitas vezes, estando o verbo da oração principal no presente do indicativo, o verbo da subordinada não estará correlacionado a ele, mas a um marco temporal expresso por meio de um advérbio.

Duvido que *naquela época* Paris me *tivesse causado* a mesma admiração.
Espero que, quando voltar para casa, ele já *tenha terminado* o trabalho.

Na primeira, o verbo *causar* está no pretérito mais-que-perfeito, porque expressa uma anterioridade em relação ao marco temporal pretérito *naquela época;* na segunda, o verbo *terminar* está no pretérito perfeito, porque indica uma anterioridade em relação ao marco temporal futuro *quando eu voltar.*

Lição 9

O parágrafo

Leia o texto abaixo:

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores.

Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de esperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte, maior do que o todo.

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 13)

Esse texto, cuja paragrafação foi ligeiramente alterada, divide-se em cinco partes:

a) existência de dois tipos opostos na organização das atividades dos homens;

b) o aventureiro;

c) o trabalhador;

d) a ética do trabalho;

e) a ética da aventura.

Cada uma dessas partes é constituída de um parágrafo, que é indicado por um ligeiro afastamento da margem esquerda da folha. Assim, pode-se dizer que, composto de um ou mais períodos, o parágrafo é uma unidade de composição, que encerra uma dada subdivisão de um texto. Um assunto é discutido em diferentes aspectos. Essa divisão do assunto é que constitui a paragrafação. Mostra ela as partes do texto e os diferentes estágios da exposição. Cada parágrafo constrói-se em torno de uma idéia central e constitui uma das partes em que o autor julgou conveniente dividir seu assunto.

Cabe lembrar enfaticamente, no entanto, que, por ser uma unidade de composição intuitiva, nem sempre a paragrafação acompanha, de maneira rigorosa, o plano de estruturação do texto. Entretanto, de maneira mais ou menos adequada, ela o faz.

Podemos falar da organização de um parágrafo padrão, no sentido de que ele é o tipo mais comum nas diferentes espécies de texto. Isso não significa que não possamos construir diferentemente um parágrafo.

O parágrafo padrão contém uma introdução, que é a exposição, de maneira sucinta, da idéia-núcleo (essa introdução é chamada *tópico frasal*); um desenvolvimento do tópico e, muito raramente, uma conclusão. O tópico é constituído de uma opinião pessoal, de uma afirmação geral, de uma definição, de um julgamento, etc. No desenvolvimento, especifica-se, justifica-se, fundamenta-se o tópico. Analisemos mais um parágrafo de *Raizes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda:

> Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o "homem cordial". A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças.

> Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a ponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. Já houve quem notasse este fato significativo, de que as formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito (p. 106-107)

Como se observa, esse parágrafo está construído dentro do que se considera o padrão de um parágrafo: o primeiro período encerra o tópico frasal: a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade; os períodos seguintes contêm o desenvolvimento: no caso, especifica-se detalhadamente a noção de cordialidade.

Com menos freqüência, o tópico frasal:

a) pode aparecer no final do parágrafo:

> Eles nos chamam de macaquitos – a ofensa, grosseiramente racista, surgiu na guerra do Paraguai, por causa dos escravos negros que foram ao campo de batalha. Acreditam que os brasileiros são preguiçosos e irresponsáveis. Em relação às brasileiras, são mais condescendentes: achamnas sensuais e, aliás, sempre disponíveis, prontinhas para cair na milonga de qualquer dom-juan portenho. Em suma, os argentinos não nos amam. (*Veja*, 28/6/1995, p. 48)

Se fosse assim recortado o primeiro parágrafo da reportagem intitulada *El día que me quieras*, o tópico frasal estaria no final: começa ele especificando os fatos que levam à idéia nuclear de que os argentinos não gostam dos brasileiros.

b) pode estar explicitado em outro parágrafo:

> A paulista Monica Scatolin, de 21 anos, vai aproveitar o intervalo de um mês, no curso de ciências contábeis da PUC de São Paulo para velejar pelas Ilhas Virgens, no mar do Caribe. A extravagância lhe custará 3.500 reais. "Com o real tive segurança para tirar férias mais longas. Antes eu ia mais perto e por apenas quinze dias", diz. Com um salário de 800 reais, Monica conseguiu juntar dinheiro porque mora na casa dos pais e acha que a inflação sob controle a ajudou a administrar melhor seu orçamento. A universitária será uma entre os 60000 brasileiros que mergulharão no cristalino Mar do Caribe em julho. (*Veja*, 28/6/1995, p. 56)

Esse parágrafo comprova o tópico frasal que aparece no início do texto: a economia estável e o câmbio fazem destas férias de julho as mais viajadas da História do Brasil.

c) pode estar implícito, já que o parágrafo pode ser constituído de uma série de detalhes de onde se extrai a idéia-núcleo. Imaginemos o seguinte parágrafo composto a partir de legendas de fotos publicadas em *Veja*, de 21/6/1995, p. 30-31:

> Tem cada vez mais gente viajando para o exterior. Hoje em dia é mais barato tirar férias em dólares do que em reais. São Paulo e Rio de Janeiro estão entre as cidades mais caras do planeta. O consumo de importados está em alta. A inflação do real gira em torno de 32% e os produtos em dólar tiveram queda média de 20%. Fazer compras no exterior é tão vantajoso que as pessoas desembarcam nos aeroportos carregadas de pacotes.

Nesse caso, desse conjunto de detalhes que constitui o parágrafo extrai-se o seguinte tópico: o real está muito valorizado em relação ao dólar.

O tópico frasal

Há três tipos mais freqüentes de tópicos frasais:

a) generalização, em que se afirma ou nega alguma coisa, que, no desenvolvimento, será justificada ou fundamentada com exemplos, confrontos, analogias, razões, etc.

> Depois da temporada de consumo mais festejada dos últimos anos, alguns brasileiros estão conhecendo agora uma face carrancuda do plano de estabilização da economia. Ela se chama inadimplência, a situação em que o devedor não consegue honrar seus compromissos. O brasileiro esbanjou euforia com sua moeda forte, divertiu-se comprando quinquilharia importada no Natal, viajou como nunca no último verão e produziu o Dia das Mães mais movimentado da década. Na hora de pagar a conta, muita gente descobriu que não tinha dinheiro para pagar o que devia. O sufoco não é geral e, numericamente, atinge uma minoria de consumidores. Mas já se pode estimar que apenas no eixo Rio-São Paulo mais de 1 milhão de pessoas ficaram na pendura da noite para o dia, e até agora não sabem direito o que aconteceu. “Nunca vi tamanha quebradeira”, diz o advogado e banqueiro Teophilo de Azeredo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro. (*Veja*, 28/6/1995, p. 34)

O parágrafo começa com a afirmação de que a inadimplência aparece na economia brasileira, depois de uma temporada de grande consumo. O desenvolvimento do parágrafo é usado para justificar o que se diz no tópico.

b) definição, que será seguida de um comentário ou de exemplificação.

> Obversão é a inferência imediata que se faz mudando a qualidade de uma proposição ao mesmo tempo que negamos o seu predicado. Por exemplo, de “Todos os empregados são bem-vindos”, pode-se concluir que “Nenhum empregado é não bem-vindo”. Essas duas proposições são ditas obversas uma da outra. Mais que isto, toda proposição é equivalente de sua obversa. (ASSIS, Jesus Eugênio de Paula. “Lógica”. In: CHAUÍ, Marilena et alii. *Primeira filosofia. Lições introdutórias*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 159)

c) divisão, em que se distinguem ou discriminam as idéias a serem desenvolvidas (geralmente, o tópico frasal por divisão vem precedido por uma definição num parágrafo anterior).

> Os morfemas classificam-se em lexemas e gramemas. Aqueles são as unidades de base do léxico, ou seja, unidades lingüísticas cujo significado remete ao mundo exterior ou interior, expressando seres, fatos, emoções, sentimentos, etc. Estes são as unidades da gramática, ou seja, unidades lingüísticas que exprimem relações ou categorias gramaticais.

Pode-se, no entanto, iniciar um parágrafo sem tópico frasal, o que significa que as maneiras de começar essa unidade textual são inúmeras. Vamos dar alguns exemplos:

a) início com alusão a um fato histórico, a uma anedota, a um acontecimento que o narrador presenciou ou de que participou.

> Artaxerxes, rei, sentiu com tal extremo a morte de um seu amigo que pretendeu ressuscitá-lo, e, ouvindo os retumbantes ecos da grande ciência de Demócrito, o chamou a si desde a Jônia. – “Dificultosa cousa pedes, ó rei, disse o filósofo afetando sisudeza, e dissimulando a impossibilidade; porém, se fizeres o que eu te disser, confio, poderia obrar o que me mandas.” – Prometeu o rei tudo, assinando em branco, e parecendo-lhe que já via o seu desejado amigo saltar da sepultura. – “Eia, disse Demócrito, escrevam-se no túmulo do defunto os nomes de trinta homens que chegassem aos vinte anos de sua idade sem padecer queixa alguma, nem no corpo, nem na alma, e logo ressuscitará.” – Mandou o rei fazer logo a diligência; porém até o fim do mundo poderia continuar-se sem efeito; porque de semelhantes privilégios não há um só, quanto mais trinta. E, se ainda antes de nascermos já todos somos miseráveis, qual será o que no encerramento das suas contas não lhe passe a despesa do que padece pela receita do que vive? No mundo

todo não há mais do que três classes de homens: uns inocentes; outros pecadores, mas já arrependidos; e outros pecadores, mas ainda obstinados.

E para que todos soubessem que haviam de ter cruz, três cruzes se arvoraram no monte Calvário; uma para Cristo, e esta toca aos inocentes; outra para Dimas, e toca aos arrependidos; outra para Gestas, e toca aos obstinados. (BERNARDES, Manuel. In: OLIVEIRA, Cleófano Lopes de. *Flor do Lácio*. São Paulo, Saraiva, 1965, p. 223)

b) começo em que não se anuncia do que se está falando, para criar um efeito de suspense.

Pouco maior do que um par de ameixas secas, com formato semelhante ao de uma gravata-borboleta e pesando 15 a 25 gramas, ela comanda algumas das mais importantes funções do corpo humano. Exemplos? A capacidade de respirar, mover as pernas, regular a temperatura corporal, manter o coração batendo no ritmo certo, o raciocínio pronto para qualquer desafio... É preciso mais? Claro que não. Está comprovadíssima a nobreza da pecinha de que estamos falando. E para não espichar o assunto, vamos logo à ficha da moça. Trata-se da glândula tiróide (ou tireóide), domiciliada à frente da traquéia, bem abaixo do pomo-de-adão, ou gogó, para os íntimos. (ANTENORE, Armando Luiz, apud FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto*. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 135)

c) princípio constituído de uma ou mais perguntas, a que o desenvolvimento vai dar respostas ou esclarecimentos.

A aspirina é “droga” ou não é? Em alguns Estados, é largamente classificada como “droga”, portanto só pode ser vendida por farmacêuticos licenciados. Se o público quiser ter facilidades para adquirir aspirina em mercearias, restaurantes e guichês de apostas, será preciso reclassificá-la como “não-droga”. (HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo, Pioneira, 1963, p. 181-182)

O desenvolvimento

O desenvolvimento é a explanação do tópico, fundamenta a idéia-núcleo. Pode ele estruturar-se de diferentes maneiras. As mais freqüentes são:

a) por enumeração ou descrição de detalhes, que explicitam o tópico.

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o

> calor vermelho das sestas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era a sapoti mais doce que o mel e era a castanha de caju, que abre feridas com seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno de Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca. (AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. 13 ed. São Paulo, Martins,1957, p. 87)

O tópico diz que Rita Baiana era a síntese das impressões que a natureza brasileira produziu no imigrante europeu. O desenvolvimento vai pormenorizar quais são essas impressões.

b) por causas, efeitos, razões ou conseqüências daquilo que foi exposto no tópico.

> Imagine se todos os poços de petróleo secassem amanhã. As pessoas não teriam como voltar para casa de ônibus ou de automóvel. Os geradores de energia elétrica entrariam em colapso e as cidades ficariam às escuras. Nas regiões mais frias da Terra, o frio provocaria uma mortandade por falta de calefação. Fábricas e indústrias parariam as máquinas. No campo, tratores e ceifadeiras esvaziariam seus tanques e o espectro da fome rondaria o mundo. Aviões não levantariam vôo. Navios ficariam nos portos. Faltariam remédio, borracha e tecidos sintéticos. E também gás de cozinha, sabão em pó, detergente. Faltariam tinta, acrílico, solvente. Plásticos e assemelhados – do saquinho de leite aos tubos de PVC – sumiriam do mapa. “Seria o colapso da civilização tal qual a conhecemos hoje”, afirma um dos maiores especialistas no tema, Daniel Yergin, presidente do Cambridge Energy Research Associates e autor do livro *Petróleo – Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder.* (*Veja*, 14/6/1995, p. 34)

O tópico *esgotamento do petróleo* é desenvolvido por meio das conseqüências que isso acarretaria, para chegar à conclusão de que a falta de petróleo levaria ao colapso da civilização que conhecemos.

> A avaliação acadêmica é um terreno minado em que nem sempre a quantidade é sinônimo de qualidade. “Um pesquisador pode passar dez ou

quinze anos investigando determinado tema e, então, publicar um único trabalho na vida que é decisivo no mundo da ciência", diz José Laredo Filho, coordenador de Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal de São Paulo, antiga Escola Paulista de Medicina. "Enquanto isso, existem doutores e mestres que publicam dezenas de artigos por ano que são lixo do ponto de vista científico." (*Veja*, 28/6/1995, p. 67)

O tópico expresso no primeiro período é desenvolvido com as razões que levam a afirmar que, no âmbito científico, quantidade não é sinônimo de qualidade.

c) por um confronto entre idéias, seres, coisas, fenômenos, fatos, etc. (teremos um paralelo, quando o confronto estiver calcado nas semelhanças; um contraste, quando estiver fundado nas diferenças):

Os animais conhecem o ambiente apenas pela experiência direta; o homem cristaliza o seu conhecimento e os seus sentimentos em representações simbólicas fonéticas, e, mediante símbolos escritos, acumula conhecimento e o passa adiante, para as futuras gerações. Os animais comem onde encontram comida, mas o homem, coordenando seus esforços com os esforços alheios mediante meios lingüísticos, alimenta-se abundantemente com alimento preparado por centenas de mãos e trazidos de grandes distâncias. Os animais exercem entre si apenas um controle limitado, mas o homem, tornando a fazer uso de símbolos, impõe leis e sistemas éticos, que constituem instrumentos lingüísticos para o estabelecimento da ordem e da previsibilidade sobre a conduta humana. Adquirir conhecimento, garantir alimento, estabelecer a ordem social constituem atividades que o biólogo explica em sua relação com a sobrevivência. Para os seres humanos, cada uma dessas atividades envolve uma dimensão simbólica. (HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo, Pioneira, 1963, p. 121)

O tópico aparece no fim do parágrafo: para o homem, as atividades de adquirir conhecimento, de garantir alimento e de estabelecer a ordem social envolvem uma dimensão simbólica. O parágrafo desenvolve-se por meio do estabelecimento de um contraste entre homens e animais.

d) por uma analogia, que é uma semelhança estabelecida pelo enunciador entre dois ou mais objetos de pensamento essencialmente diferentes:

É o *Paquequer:* saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito. Dir-se-ia que vassalo e tributário

desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor. (ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo, Saraiva, 1968, vol. I, p. 1)

O tópico é o desaguar do Paquequer no Paraíba. Desenvolve-se por uma analogia, em que se estabelece uma semelhança entre a relação dos dois rios e a relação do suserano e do vassalo no mundo medieval, bem como a do escravo e do senhor.

e) pela exposição de um fato particular que ilustra uma afirmação geral contida no tópico.

Não se imagine que os casos escabrosos não ocorram nas universidades mais renomadas. Na relação de cursos de conceitos mais ruins da Capes, aparecem os de biologia da Unicamp, ortopedia e traumatologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, toxicologia na Universidade de São Paulo e engenharia mecânica na Unesp de Guaratinguetá. Um caso típico dessas ilhas de má qualidade em universidades de boa reputação é o curso de toxicologia da Universidade de São Paulo. O curso foi criado em 1978 e funcionou até 1982. Foi fechado porque não conseguia avaliação melhor que D pela Capes. Recriado em 1987, com maior número de professores, tem o mesmo conceito até hoje. A nota baixa tem diversas razões. Os alunos demoram em média seis anos para se titular, o laboratório conta com equipamentos muito antigos, os professores não são especializados na área. (*Veja*, 28/6/1995, p. 67)

O tópico afirma que existem cursos de pós-graduação de má qualidade também em universidades renomadas. O parágrafo desenvolve-se com os casos particulares que comprovam a afirmação geral. Desses, toma-se um que é examinado mais detidamente.

f) por definições, quando o tópico estabelece uma divisão em tipos, classes, etc:

A partir daqui, podemos distinguir as três espécies de dependência conforme entram num processo ou num sistema. Denominaremos *solidariedade* a interdependência entre termos num processo, e *complementaridade* a interdependência entre termos num sistema.

> A determinação entre termos num processo será chamada *seleção*, e entre termos num sistema, *especificação*. As constelações serão denominadas *combinações* num processo e *autonomias* num sistema. (HJELMSLEV, Luís. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 29-30)

O tópico diz que os três tipos de relações de dependência lingüística podem dar-se entre termos do sistema ou do processo. O desenvolvimento define cada um desses tipos.

Voltamos a insistir num ponto. O parágrafo padrão, composto de tópico frasal e desenvolvimento, é apenas uma tendência de construção dessa unidade de composição. O que aqui foi chamado parágrafo padrão é a possibilidade mais comum de estruturação dessa unidade. Isso não quer dizer que a organização em parágrafos seja aleatória, mas que o parágrafo não tem que, obrigatoriamente, estruturar-se dessa maneira.

A paragrafação, na verdade, reflete a divisão do tema feita por aquele que escreve. O bom domínio da técnica da divisão em parágrafos não depende de "macetes", mas da clareza que o enunciador tem da organização do tema e da hierarquia das idéias que serão desenvolvidas. Fazem-se parágrafos para obter eficácia comunicativa, para dar ênfase a determinado aspecto do tema, para pôr em realce certas idéias. Diz o lingüista russo Mikhail Bakhtin que afirmar que o parágrafo deve encerrar um pensamento completo não significa nada, pois "pensamento completo" não é uma categoria lingüística. Ele é, na verdade, similar às réplicas de um diálogo, ele ajusta-se a reações previstas do leitor (1979, 127).

A paragrafação reflete o plano do texto. Estará ela bem feita, se o leitor for capaz de apreender esse plano. Cabe lembrar os dois erros mais freqüentes no estabelecimento de parágrafos: 1) a ausência completa de parágrafos, ou seja, a redução do texto todo a um único parágrafo; 2) presença absoluta de parágrafos, ou seja, a transformação de cada período num parágrafo. Ambos os estilos de paragrafação indicam incapacidade de organizar e de hierarquizar as informações.

Evite começar o texto com um parágrafo constituído de uma única oração. Só em casos muito especiais (por exemplo, em textos publicitários), essa forma de principiar um texto produz bom efeito.

Lição 10

Características lingüísticas da dissertação

Em nosso dia-a-dia, operamos com muitos tipos de textos: literários e científicos, em prosa e em verso, políticos, religiosos, didáticos, jornalísticos, etc. Há uma classificação de textos que, por sua utilidade e abrangência, passou a ser muito utilizada na escola. É a que os divide em descritivos, narrativos e dissertativos. Nosso objetivo, nesta lição, é estudar as características lingüísticas do texto dissertativo. Faremos isso a partir da comparação entre esse tipo de texto e a narração e a descrição.

Uma primeira observação de faz necessária. Dificilmente, esses tipos encontram-se em estado puro. Normalmente, num texto, alteram-se trechos descritivos, narrativos e dissertativos. Por razões didáticas, estudamo-los separadamente.

Narração

Leia o texto abaixo:

Marquesa, porque eu serei marquês

Positivamente, era um diabrete Virgília, um diabrete angélico, se querem, mas era-o, e então...

Então apareceu o Lobo Neves, um homem que não era mais esbelto do que eu, nem mais elegante, nem mais lido, nem mais simpático, e todavia foi quem me arrebatou Virgília e a candidatura, dentro de poucas semanas, com um ímpeto verdadeiramente cesariano. Não precedeu nenhum despeito; não houve a menor violência de família. Dutra veio dizer-me, um dia, que esperasse outra aragem, porque a candidatura de Lobo Neves era apoiada por grandes influências. Cedi; tal foi o começo de minha derrota. Uma semana depois, Virgília perguntou ao Lobo Neves, a sorrir, quando seria ele ministro.

– Pela minha vontade, já; pelas dos outros, daqui a um ano.

Virgília replicou:

– Promete que algum dia me fará baronesa?

– Marquesa, porque eu serei marquês.

Desde então, fiquei perdido. Virgília comparou a águia e o pavão, e elegeu a águia, deixando o pavão com o seu espanto, o seu despeito, e três ou quatro beijos que lhe dera. Talvez cinco beijos; mas dez que fossem não queria dizer cousa nenhuma. (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, p. 560-561)

Observando o texto acima, podemos constatar nele as seguintes características:

a) É um texto figurativo, porque é construído basicamente com termos concretos: *diabrete, Lobo Neves, homem, esbelto, Virgília, Dutra, baronesa, marquês, beijos, esterilizar, solo*, etc. Mesmo quando se usam termos abstratos (por exemplo, *ímpeto, elegante, simpático, despeito*), eles são utilizados em referência a um ser particular.

b) O texto relata mudanças de situação, transformações de estado, operadas por um sujeito. As principais mudanças operadas no texto são: o narrador era candidato a deputado e estava noivo de Virgília; Lobo Neves arrebatou-lhe tanto a candidatura quanto Vigília. Além dessas, há outras transformações: Lobo Neves não participava da vida do narrador e de Virgília e passou a participar; o narrador não tinha despeito e tornou-se despeitado, etc.

c) As mudanças relatadas organizam-se numa sucessão, segundo relações de anterioridade, posterioridade e concomitância. Não importa a ordem em que os enunciados aparecem no texto, o que o leitor precisa é compreender sua sucessão temporal: o narrador era candidato a deputado e noivo de Virgília; aparece Lobo Neves; este articula sua candidatura; Dutra vai dizer ao narrador que espere outro momento; o narrador cede; Virgília compara a águia (Lobo Neves) com o pavão (o narrador); Virgília prefere a águia; o narrador fica sem a noiva.

d) Os tempos verbais utilizados na narrativa são os do subsistema do pretérito: pretérito perfeito (*apareceu, arrebatou, precedeu, houve, cedi, foi*); pretérito imperfeito (*era*), pretérito mais-que-perfeito (*dera*), futuro do pretérito (*seria*). É claro que se exclui da temporalidade da narrativa o diálogo, porque, como simula o momento da fala, nele se utiliza o subsistema temporal do presente.

O texto acima é uma narração, ou seja, o relato de uma sucessão de ações, realizadas com vistas a alterar certas situações. Os traços lingüísticos da narração são os seguintes (é preciso lembrar que o que define um tipo de texto é o conjunto das características e não cada uma delas isoladamente, porque cada espécie compartilha com outras certas particularidades):

a) é um conjunto de transformações de estado referentes a seres particulares (mesmo que esses seres sejam coletivos: os romanos, por exemplo), que se dá em tempos bem delimitados e em espaços bem demarcados;

b) como é um texto que conta mudanças concernentes a seres particulares, opera predominantemente com termos concretos, ou seja, é figurativo;

c) é um texto que se organiza em função de uma progressão temporal, ou seja, as transformações são anteriores, concomitantes e posteriores umas em

relação às outras (é claro que o narrador pode dispor os enunciados como quiser, desde que deixe claro o que é anterior, concomitante ou posterior; pode fazer isso, usando marcadores de progressão temporal, como *enquanto isso, mais tarde, pouco antes,* etc.);

d) o tempo do ato de narrar é por definição o presente, porque o presente é o momento da fala e o contar é um ato de fala; por conseguinte, ele é posterior ao momento em que acontece a história: por isso, os tempos por excelência da narração são os do subsistema do pretérito (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito); nela, o imperfeito, que indica uma duratividade, está sempre correlacionado a pretéritos perfeitos, que marcam a ação acabada.

A questão do uso dos tempos na narração merece um exame mais detalhado. Sé é verdade que, em geral, as narrações são construídas com os tempos do pretérito, podemos ter algumas que utilizam o subsistema do presente ou o do futuro. Quando se pretende indicar uma concomitância entre o ato de narrar e os acontecimentos narrados, para simular que eles estão ocorrendo no momento mesmo em que se relata, usa-se o subsistema do presente (presente, pretérito perfeito e futuro do presente). Nas transmissões ao vivo de competições esportivas, cerimônias públicas, etc., faz-se esse tipo de narrativa. No entanto, o uso do subsistema do presente apenas cria um simulacro de concomitância, dado que só se pode narrar o que já ocorreu, mesmo que o momento do acontecimento tenha sido um instante antes do ato de relatar. Veja um exemplo de uma narrativa construída com os tempos do subsistema do presente.

> Volto à antiga cidadezinha em busca dos meus fantasmas. Entro no velho Hotel dos Viajantes sem viajantes e vejo que ninguém me reconhece e eu não reconheço mais ninguém. Saio sem ser vista. Já é tarde e o Largo do Jardim está deserto na noite fria. Fecho o casaco e me sento num banco. A igreja. O coreto. Olho as casas fazendo um círculo em redor do jardim e não sei mais qual delas teria sido a nossa, são parecidas na decadência e no escuro. (...) Procuro o Beco das Cocadas. A velha casa desapareceu, mas ficou o muro arruinado, coberto de musgo. Passo a mão no musgo úmido. (TELLES, Lygia Fagundes. *A disciplina do amor.* 6 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 15)

Nas chamadas narrativas proféticas (como, por exemplo, horóscopos, previsões meteorológicas, profecias), os acontecimentos são vistos como posteriores ao ato de narrar e, por isso, são relatados nos tempos do subsistema do futuro (presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro). É muito difícil encontrar narrações que se constroem com os tempos do futuro, porque,

geralmente, nas narrativas proféticas, utiliza-se o presente com o valor de futuro ou considera-se o futuro como algo já acontecido e, nesse caso, narra-se com os tempos do subsistema do pretérito. Vejamos um trecho de *Os Lusíadas*, em que o gigante Adamastor faz suas previsões:

> Outro também virá, de honrada fama,
> Liberal, cavaleiro, enamorado,
> E consigo tratá a fermosa dama
> Que Amor por grão mercê lhe terá dado.
> (V, 46, 1-4)

Descrição

Leia agora o texto que segue:

Caçada

Em pé, no meio do espaço que formava a grande abóbada de árvores, encostado a um velho tronco decepado pelo raio, via-se um índio na flor da idade.

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam *aimará*, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caía-lhe dos ombros até ao meio da perna e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor de cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a fronte; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte, mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência.

Tinha a cabeça cingida por uma fita de couro, à qual se prendiam do lado esquerdo duas plumas matizadas, que, descrevendo uma longa espiral, vinham roçar com as pontas negras o pescoço flexível.

Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca de frutos amarelos, apoiava-se sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida. Segurava o arco e as flechas com a mão direita caída, e com a esquerda mantinha verticalmente diante de si um longo forcado de pau enegrecido pelo fogo. (...)

Nesse instante erguia a cabeça e fitava os olhos numa sebe de folhas que se elevava a vinte passos de distância, e se agitava imperceptivelmente.

Ali, por entre a folhagem, distinguiam-se as ondulações felinas de um dorso negro, brilhante, marchetado de pardo; às vezes viam-se brilhar na

sombra dois raios vítreos e pálidos, que semelhavam os reflexos de alguma cristalização de rocha, ferida pela luz do sol.

Era uma onça enorme; de garras apoiadas sobre um grosso ramo de árvore, e pés suspensos no galho superior, encolhia o corpo, preparando o salto gigantesco.

Batia os flancos com a larga cauda e movia a cabeça monstruosa, como procurando uma aberta entre a folhagem para arremessar o pulo; uma espécie de riso sardônico e feroz contraía-lhe as negras mandíbulas e mostrava a linha de dentes amarelos; as ventas dilatadas aspiravam fortemente e pareciam deleitar-se já com o odor do sangue da vítima.

O índio, sorrindo e indolentemente encostado ao tronco seco, não perdia um só destes movimentos, e esperava o inimigo com a calma e serenidade do homem que contempla uma cena agradável: apenas a fixidade do olhar revelava um pensamento de defesa. (ALENCAR, José de. *O Guarani*. SãoPaulo, Saraiva, 1968,vol. I, p. 18-19)

Sobre esse texto, podemos fazer as seguintes observações:

a) É um texto figurativo, pois é montado basicamente com termos concretos: *árvores, diáfana, algodão, pele, cor de cobre, brilhar, reflexos, dourados, cabelos, pretos, cortados, rentes, tronco, raio, caía, índio, escarlate, desenhava, ombros,* etc.

b) Seus enunciados retratam elementos que ocorrem simultaneamente; não há entre eles relações de anterioridade e de posterioridade: todas as características físicas do índio co-ocorrem (alta estatura, mãos delicadas, perna ágil e nervosa, pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida); ao mesmo tempo que segurava, com a mão direita, o arco e as flechas, mantinha, com a esquerda, diante de si, um forcado; enquanto a onça batia os flancos com a cauda, movia a cabeça, uma espécie de riso contraía-lhe as mandíbulas e mostrava os dentes amarelos, etc. O narrador pretende fazer o leitor ver um quadro, apresentar-lhe um retrato de uma situação e não traçar uma cronologia de ações. É como se ele congelasse um instante, para mostrar-nos o índio e a onça frente a frente. Os enunciados podem ser invertidos, sem que se alterem relações temporais.

c) Como o texto trabalha com aspectos concomitantes da cena, todos os verbos estão num único tempo, o pretérito imperfeito, que indica uma concomitância durativa em relação a um marco temporal pretérito.

d) A organização do texto é espacial: vai da figura do índio para a da onça e volta para a do índio.

Esse texto é descritivo. Descrição é o retrato de um ser concreto (pessoas, objetos, situações), que se quer dar a conhecer ao leitor. É um retrato verbal.

Nela, mostram-se as características do ser, consideradas fora da relação de anterioridade e de posterioridade.

As peculiaridades do texto descritivo são:

a) como o narrativo, é figurativo;

b) ao contrário do narrativo, não relata mudanças de estado, mas apresenta propriedades e aspectos simultâneos dos elementos descritos no interior de uma única situação;

c) como mostra apenas o que ocorre simultaneamente, não há relação de anterioridade e de posterioridade entre os enunciados (podem até ocorrer anterioridade e simultaneidade no nível dos acontecimentos, mas não no nível do relato: por exemplo, no texto *Caçada*, diz-se que o índio erguia a cabeça e fitava os olhos numa sebe de folhas; essas duas ações, que são, respectivamente, anterior e posterior, são apresentadas como sendo simultâneas na cena);

d) como a simultaneidade é característica central da descrição, os dois tempos com que se constrói o texto descritivo são o presente, que indica uma concomitância em relação ao momento da fala, e o pretérito imperfeito, que assinala uma concomitância durativa em relação a um marco temporal pretérito instaurado no texto;

e) o texto organiza-se espacialmente: de cima para baixo, da direita para a esquerda, de fora para dentro, de um componente para outro, etc.

O traço básico do texto descritivo é, como dissemos, a simultaneidade e não, como dizem certos autores, a estaticidade. Por isso, nele podem-se mostrar ações e movimentos. O que é preciso é que as ações e os movimentos sejam vistos como simultâneos, que não haja progressão temporal entre eles. É muito fácil transformar uma descrição em narração. Basta que se introduza nela um enunciado que indique mudança de estado. Se se usar um verbo no perfeito, que indica uma ação acabada, já se passa da descrição para a narração. Os textos narrativos começam, em geral, com uma descrição. Nela, apresentam-se estados que sofrerão transformações, apresentam-se personagens, lugares e situações que serão ou poderão ser alterados.

Dissertação

Leia o texto a seguir:

> Ao mesmo tempo que a cultura humana deve à linguagem a riqueza de conteúdo que a distingue da herança social dos animais, a própria linguagem é parte integrante da cultura. Foi a estrutura do cérebro humano e dos órgãos

vocais que tornou possível a palavra, mas a atribuição de valores simbólicos a certas combinações de sons e a capacidade de emitir esses sons não constituem por si sós a linguagem. Esta só apareceu quando dois ou mais indivíduos aprenderam a atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e a usar essas combinações para comunicar suas idéias. As associações entre sons e idéias são puramente arbitrárias. A mesma combinação pode ter significados totalmente diferentes em línguas diferentes, ou ter numerosos significados dentro da mesma língua. Em português por exemplo, a palavra "pena" tem diversos sentidos. A linguagem é, pois, uma forma de comportamento aprendido e transmitido; e o indivíduo precisa adquiri-la da mesma maneira pela qual adquire qualquer outro item da cultura que lhe coube em herança. Mas é sempre um dos primeiros itens a aprender-se e, uma vez adquirida, torna-se a chave que abre aos indivíduos o resto da cultura. (LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à Antropologia*. 6 ed. São Paulo, Martins, 1968, p. 105-106)

Esse texto apresenta os seguintes traços lingüísticos:

a) É um texto temático, pois opera predominantemente com termos abstratos: *cultura, humana, riqueza, distinguir, herança social, estrutura, valor, simbólico, combinação, capacidade, comunicar, idéias;* mesmo quando são usados termos concretos, como *cérebro, órgãos vocais, indivíduo,* são utilizados em seu valor genérico, não para falar de um ser singular.

b) O texto apresenta mudanças de situação: a estrutura do cérebro e dos órgãos vocais permitiu a passagem do estado de inexistência da palavra para o de existência; dois ou mais indivíduos não sabiam atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e usar essas combinações para comunicar suas idéias e passaram a saber fazê-lo (aprenderam); o indivíduo não tem a linguagem: adquire-a, como qualquer outro item da cultura.

c) Não há uma progressão cronológica dos enunciados, mas lógica. Um não é anterior ao outro em função de uma temporalidade, mas de uma concatenação lógica. Por exemplo, o enunciado *A linguagem é, pois, uma forma de comportamento aprendido e transmitido* é posterior aos enunciados que dizem que a linguagem só aparece, quando dois ou mais indivíduos aprendem a atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e a usar essas combinações para comunicar suas idéias, que as associações entre sons e idéias são arbitrárias, que a mesma combinação pode ter significados totalmente diferentes em línguas diferentes ou numerosos significados dentro da mesma língua, porque indica a conclusão que se extrai deles.

d) O produtor desse texto pretende fazer afirmações de valor universal sobre a linguagem. Por isso, o tempo verbal preponderante do texto é o presente

com valor atemporal. Quando se diz *As associações entre sons e idéias são puramente arbitrárias,* não se está afirmando que, neste momento, elas são arbitrárias, mas sempre; que isso é válido para todas as línguas do mundo. Além do presente atemporal, aparece no texto o pretérito perfeito, para indicar fatos ocorridos anteriormente ao momento da fala.

Esse texto é uma dissertação, ou seja, uma explicação, uma análise, de um fato qualquer.

Os traços do texto dissertativo são:

a) ao contrário da narração e da descrição, é um texto temático, ou seja, construído preponderantemente com termos abstratos: a dissertação não trata de episódios ou seres concretos e particulares; mesmo quando parte do particular, apresenta análises e interpretações válidas para muitos casos singulares;

b) da mesma maneira que o texto narrativo, mostra mudanças de situação;

c) as relações relevantes entre os enunciados do texto não são as temporais, como na narração, mas as lógicas: analogia, pertinência, causalidade, correspondência, implicação, etc;

d) como pretende apresentar verdades gerais, o tempo central da dissertação é o presente com valor atemporal; vale-se ela ainda, basicamente, dos tempos do subsistema do presente (presente, pretérito perfeito e futuro do presente), para falar de fatos que estão colocados numa temporalidade;

e) como pretende apresentar-se como um discurso objetivo, normalmente o *eu* ausenta-se do texto; prefere-se, então, o uso de formas impessoais (por exemplo, não se diz *eu penso,* mas *pensa-se*).

Pode-se perguntar agora por que existem esses três tipos distintos de texto. Porque cada um deles tem uma função diferente.

Os textos figurativos representam o mundo, criam um simulacro da realidade. Essa é a função básica da narração e da descrição. Aquela relata as mudanças de situação de seres particulares, numa determinada progressão temporal, o que significa que mostra o mundo em mudança, que apresenta o dinamismo das transformações. Esta retrata o ser num dado momento, fora do dinamismo da mudança, faz ver propriedades e aspectos simultâneos de um ser particular (uma noite de luar, um engarrafamento, uma paisagem, uma pessoa, etc.).

O texto dissertativo é temático. Por conseguinte, explica, classifica, analisa, avalia os seres concretos. A referência ao mundo é feita por intermédio de conceitos amplos, modelos genéricos, muitas vezes abstraídos do tempo e do espaço. Ao apresentar as transformações de estado não se importa com as relações de anterioridade e de posterioridade, mas fundamentalmente com as

relações de causalidade, implicação, etc. As mudanças são, pois, tratadas de maneira diferente na narração e na dissertação. Aquela visa a relatar as mudanças; esta, a explicar e interpretar as transformações relatadas. Por ser mais abstrato, o texto dissertativo debruça-se sobre a explicação de dados concretos. Incorpora a referência a fatos particulares (narrações e descrições), mas apenas para ilustrar afirmações gerais, para argumentar a favor ou contra uma determinada tese. O discurso científico, o filósofo, o político são dominantemente dissertativos.

Muitas vezes se pensa que o ponto de vista do enunciador (= o produtor do texto) se manifesta apenas na dissertação. Não é verdade. Em todos os tipos de texto, o enunciador manifesta sua visão. A diferença está no modo como se faz isso. Sendo a dissertação um texto temático, o enunciador expõe, de maneira explícita, sua perspectiva sobre um dado assunto. No exemplo de texto dissertativo mostrado acima, o enunciador afirma que a aquisição da linguagem se dá por aprendizagem. Nesse caso, opõe-se ao ponto de vista de que a aquisição da primeira língua é um processo de maturação, em contacto com uma dada realidade lingüística, de uma gramática universal inata.

Na descrição, o enunciador apresenta sua visão pelos aspectos selecionados para mostrar e pelos termos escolhidos para retratar. No texto descritivo acima, o enunciador apresenta positivamente a figura do índio, mostra apenas aspectos que evidenciam sua beleza, sua força. Todos os termos escolhidos para descrever a personagem têm valor positivo, desde a alvura diáfana de sua túnica até os brilhos com reflexo dourado de sua pele. Esse texto é romântico. Esse período literário dinamizou os mitos da nação e do herói. A nação é uma idéia extremamente importante. É para consolidá-la que os românticos cultuam as línguas nacionais e o folclore, voltam ao passado, para analisar as origens da nacionalidade. No Brasil, o romantismo coincide com o momento da independência. O indianismo está inserido nesse movimento de busca das raízes da nacionalidade. Nele, o índio é visto como um nobre, como um ser belo, etc. Concorre também para isso o ideário iluminista do bom selvagem.

Na narração, contrapõem-se percursos figurativos, para revelar o ponto de vista do enunciador. No texto *Marquesa, porque eu serei marquês*, o narrador opõe o percurso figurativo da águia (Lobo Neves) ao do pavão (o próprio narrador). Este era mais esbelto, mais elegante, mais lido, mais simpático, mas aquele tinha determinação, vontade, ambição, segurança. Ao contrapor as metáforas da águia e o pavão, o narrador está desvelando sua posição sobre os protagonistas do episódio.

Não podemos esquecer-nos de que sob a camada figurativa de um texto, há temas. Por conseguinte, com a organização figurativa, o enunciador manifesta pontos de vista sobre o que narra ou descreve.

Lição 11

Estruturação dos conteúdos da dissertação

Suponhamos que os enunciados abaixo sejam temas de dissertação:

1.a) As atitudes dos indivíduos nem sempre revelam seus verdadeiros sentimentos.

b) Quem vê cara não vê coração.

2.a) Só realiza grandes feitos quem é capaz de enfrentar a dor e o sofrimento.

b) Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor. (Fernando Pessoa)

3. a) As dores morais são preferíveis às físicas.

b) Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens que de um terceiro andar. (Machado de Assis).

Uma dissertação é, na maioria dos casos, organizada em torno de um problema, enunciado explícita ou implicitamente. Quando está exposto de maneira implícita, é preciso antes de mais nada detectá-lo. Nos três exemplos acima, a questão sobre a qual se deve dissertar está enunciada explicitamente em *a* e implicitamente em *b*. Saber delimitar o tema e formular bem o problema que ele contém é a primeira condição para fazer uma boa dissertação.

Na maioria das dissertações, começamos por perguntar o que é que devemos demonstrar. Ela enuncia um problema e tenta resolvê-lo. Por isso, diz-se, em todos os manuais de redação, que uma dissertação organiza-se da seguinte maneira:

a) introdução – enuncia-se o problema;

b) desenvolvimento – discute-se o problema e tenta-se resolvê-lo;

c) conclusão – faz-se um balanço da discussão.

É evidente que uma dissertação tem essas três partes. No entanto, dizer apenas isso sobre o plano do texto não é suficiente. A questão é saber como se organiza cada uma delas. Por isso, analisemo-las mais detidamente.

A introdução

Leia os dois primeiros parágrafos do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos ou imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros. (8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 3)

A introdução contém, freqüentemente, uma *idéia geral,* que é dada por um fato da atualidade, uma lembrança uma afirmação de alcance universal, a alusão a uma experiência pessoal, a citação de uma cifra eloqüente, etc., e um *problema,* que, mesmo que não se apresente sob a forma de uma interrogação, pode ser reduzido a uma curta pergunta. No texto de Sérgio Buarque de Holanda transcrito acima, o primeiro parágrafo enuncia a idéia geral: a cultura brasileira é resultado da transplantação da cultura européia para um clima e uma paisagem desfavoráveis a ela. No segundo, explicita-se o problema: até onde temos podido representar essa cultura de que somos herdeiros?

O desenvolvimento vai discutir o problema, vai examiná-lo, vai explicitá-lo. Não é um bloco compacto, mas se organiza em partes.

O desenvolvimento

Primeiro tipo de plano: o dialético

Leia o texto abaixo:

Todo poder aos professores

Grande ênfase será dada à educação no próximo governo, é o que se anuncia. O presidente eleito é visto em reuniões com auxiliares que, como ele próprio e sua mulher, são professores universitários.

Especialistas têm uma série de propostas para o problema, que é talvez o mais sério de todos, apesar de duplamente refratário à abordagem jornalística: por ser complexo demais e empolgante de menos.

Todo mundo parece de acordo em que é preciso utilizar melhor os recursos, reduzir desperdícios, estimular parcerias, pagar melhor e exigir mais do professor.

Mas há um aspecto que não pode ser quantificado e que nem sempre se leva em conta. Desde os anos 60 a relação professor-aluno se flexibilizou; o ensino deixou de ser dogmático e perdeu muito do seu caráter impositivo.

A idéia é que o aluno passe a ser um sujeito ativo na relação de aprendizado. Seminários e laboratórios ganharam espaço em detrimento das aulas expositivas. Trabalhos, de preferência em grupo, substituíram em parte as antigas provas.

Procurou-se estimular a "criatividade" do aluno e reduzir as tarefas ligadas à memorização de dados. Essa ideologia predomina hoje em qualquer escola. Seus pressupostos parecem muito sensatos e de fato arejaram o ensino.

O lado perverso é que essa doutrina vestiu como uma luva nas carências materiais e pedagógicas, para gerar distorções absurdas, em especial no ensino superior.

Como o diploma virou passaporte para um emprego, reprovar passou a ser anti-social. Estudantes e professores terminaram unidos numa frente única cuja ação é ditada pela lei do menor esforço.

Além de ser mais chique, do ponto de vista ideológico, o seminário é mais cômodo para os dois lados: nem o professor prepara aula, nem o aluno estuda, e ambos entram com sua cota de "participação crítica".

Cheguei a ver, por exemplo, na Faculdade de Letras da USP, uma professora anunciar o cancelamento das provas de fim de curso como uma "vitória" obtida pelos estudantes (e, modestamente, por ela).

Já que o mundo passa por uma histeria de volta ao passado, ao menos em relação ao que parecia "futuro" nos anos 60, talvez fizéssemos bem em rever grande parte das mudanças do ensino nesses 30 anos.

Porque os resultados, mesmo nas boas escolas, não parecem encorajadores. A ideologia do ensino crítico está produzindo gerações de tontos. A lassidão, o vale-tudo, a falta de autoridade professoral desestimula a própria rebeldia do estudante.

FHC conta com a ajuda do filósofo José Arthur Gianotti, um paradigma na universidade brasileira, célebre por massacrar seus alunos e ao mesmo tempo estabelecer com eles o mais livre debate intelectual.

Vamos ver se conseguem alterar a mentalidade dominante nas escolas. O lema bem que poderia ser: " Todo poder aos professores!" (FRIAS FILHO, Otavio. *Folha de S. Paulo*, 17/11/1994, 1-2)

Analisemos como se organizam os conteúdos desse texto:

introdução: idéia geral – ênfase a ser dada à educação no próximo governo e consenso sobre a necessidade de mudanças profundas nesse setor (3 primeiros parágrafos);

problema – o ensino deve ser dogmático e ter um caráter impositivo? (quarto parágrafo);

desenvolvimento: tese – o ensino não deve ser dogmático e não deve ter um caráter impositivo;

argumentos a favor da tese – aluno passa a ser sujeito ativo na relação de aprendizado (quinto parágrafo); estímulo à criatividade (sexto parágrafo);

antítese – o ensino deve ser dogmático e ter um caráter impositivo;

argumentos a favor da antítese (objeções à tese) – distorções produzidas pela tese (sétimo parágrafo); reprovação passou a ser anti-social e lei do menor esforço passou a ditar a ação pedagógica (oitavo parágrafo); comodismo dos professores e dos alunos (nono parágrafo), dificuldades de reversão do quadro (décimo e décimo primeiro parágrafos);

síntese – necessidade da volta do ensino dogmático e de caráter impositivo (décimo segundo parágrafo); razões que determinam essa volta (décimo terceiro parágrafo); exemplo do bom professor (décimo quarto parágrafo);

conclusão: expectativa de que a mentalidade expressa na tese se altere; divisa que sintetiza essa mudança (último parágrafo).

Esse texto segue, no desenvolvimento, um dos planos mais comuns numa dissertação: o dialético. Nele, os conteúdos organizam-se da seguinte maneira:

tese (ponto de vista sobre a questão) – argumentos em favor dela;

antítese (ponto de vista contrário ao exposto anteriormente sobre a questão) – argumentos em favor dela (objeções à tese, restrições a ela);

síntese, que pode ser a vitória de uma das teses em conflito ou sua conciliação, seja pelo estabelecimento de uma verdade média mais matizada que as expressas na tese e na antítese, seja pela ultrapassagem da contradição pelo concurso de novos elementos que demonstrem que ela é apenas aparente.

No texto de Otávio Frias Filho, a síntese é a demonstração de que a antítese deve prevalecer sobre a tese.

Dois defeitos devem ser evitados quando se utiliza esse tipo de desenvolvimento:

a) justaposição de idéias opostas: nesse caso, defende-se uma tese e, sem transição, passa-se a sustentar uma tese oposta. Por exemplo, isso ocorreria se, numa dissertação, depois de mostrar que a criminalidade no Brasil atingiu

proporções inquietantes, o enunciador passasse, sem nenhuma transição, a mostrar que essa inquietação não tem fundamento. Para fazer isso, precisaria, por exemplo, mostrar que a estabilização da economia produzirá um novo ciclo de crescimento econômico, que levará a uma diminuição da pobreza, e que o reaparelhamento e a moralização da polícia, processos já em curso, darão uma maior eficiência ao combate à criminalidade; que a diminuição da pobreza e uma maior eficiência no combate à criminalidade permitirão atenuar as inquietações expressas pela tese.

b) síntese inconsistente é aquela que tenta conciliar o que não é conciliável (suponhamos que Otávio Frias, em sua síntese, dissesse que é preciso que o ensino seja dogmático e não-dogmático). No entanto, como já mostramos, depois do exame das posições extremas expressas pela tese e pela antítese, pode-se chegar a um ponto de vista mais matizado, ultrapassando a contradição, que se revela aparente. Por exemplo, quando se defendem as teses de que a arte de um país deve ter um caráter nacional ou de que deve ela ter um caráter universal, pode-se chegar, na síntese, a uma verdade média que mostre que o universal é atingido por meio do particular.

Segundo tipo de plano: problema, causas e soluções.

Leia o texto que segue:

É proibido dirigir

Sair de casa nas grandes cidades brasileiras está-se tornando insuportável. As pessoas estão irritadas, cansadas e agressivas. As ruas, sujas. O barulho, de arrebentar os tímpanos. A causa dessa situação crítica é a proliferação dos automóveis. Há mais carros do que espaço para com eles trafegar. O brasileiro passa, em média, duas horas por dia dentro do carro apenas para fazer o trajeto entre sua casa e o trabalho. Quando chega um feriado como o desta e das duas últimas semanas, o sofrimento se transfere para as estradas. O que deveria ser um momento de descanso e descontração se transforma num martírio. Os 60 quilômetros que separam São Paulo do litoral do Estado, por exemplo, chegam a custar quatro ou cinco horas para o já estressado paulistano. Caminhamos rumo ao caos inevitável, se não forem tomadas medidas drásticas.

O problema dos automóveis nas regiões urbanas será cada vez mais parecido com o do cigarro. Continuarão sendo fabricados e vendidos, mas surgirão cada vez mais obstáculos ao seu uso. O aquecimento da economia piora esse quadro. Quanto maior for a distribuição de renda entre nós, maior será a quantidade de carros em circulação e maior o caos urbano em que

nos meteremos. O aumento cotidiano de veículos em circulação prenuncia a falência dos sistemas de transporte.

Ainda que a administração pública brasileira fosse competente e incorruptível e investisse 50% dos orçamentos na construção de estradas, viadutos, garagens, em asfaltamento e abertura de novas ruas, a tendência seria termos no ano 2000 um trânsito infinitamente mais caótico que o de hoje e um ar cada vez mais poluído. A única saída é mudar nosso modelo de desenvolvimento, centrado hoje no transporte individual. Fora isso, não há salvação. (...)

Precisamos menos de engenheiros e tocadores de obras e mais de estadistas, que consigam enxergar o que ocorrerá com as cidades daqui a dez anos e alterem o padrão de desenvolvimento atual viabilizando projetos de transporte público rápido, limpo, confortável e barato. Além da visão estratégica das mudanças futuras, esses estadistas teriam de ter muita coragem para enfrentar a poderosa indústria automobilística e de acessórios, os sindicatos de trabalhadores e, de certo modo, todos os brasileiros que querem facilidade para circular com seu automóvel.

Afora o enfrentamento de interesses e a mudança nas concepções de conforto da população, seriam necessários muitos recursos para permitir alteração de tal vulto na economia, empregos, obras e equipamentos voltados para o transporte público. Isso poderia ser obtido com a incidência de um imposto de 5% sobre o consumo da gasolina e do álcool. Uma maneira de tirar recursos do transporte individual para aplicar no coletivo e seria também uma forma de distribuição de renda. (MARICATO, Percival. *Veja*, 3/5/1995, p. 134)

Esclareçamos inicialmente que eliminamos a conclusão do texto acima. Por isso, apresenta ele apenas a introdução e o desenvolvimento. Segue o seguinte plano:

introdução – a partir de dados precisos, de cifras, o enunciador expõe o problema: o trânsito nas grandes cidades brasileiras está caótico (primeiro parágrafo);

desenvolvimento – *causa*: número de carros em circulação, problema que se agravou com o aquecimento da economia e que se tornará pior com uma melhor distribuição de renda (segundo parágrafo); no último período do terceiro parágrafo, aparece uma outra causa: modelo de desenvolvimento centrado no transporte individual;

solução: inicialmente, aponta-se uma falsa solução (investimento em obras viárias); em seguida, as reais soluções (mudança do modelo de desenvolvimento centrado no transporte individual, com investimentos maciços em transporte público e com restrições ao transporte individual; financiamento do programa de

investimentos em transporte público com impostos incidentes sobre os combustíveis para transporte individual) (dois últimos parágrafos).

Esse tipo de dissertação aponta um problema, discute suas causas e aponta soluções.

Terceiro tipo de plano: o inventário.

Leia o texto abaixo:

O Romantismo

Segundo Paul Valéry, seria necessário ter perdido todo o espírito de rigor para querer definir o Romantismo. Mas aqui, como nos outros ciclos culturais, o todo é algo mais que a soma das partes: é gênese e explicação. O amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado, que afloram tantas vezes na poesia romântica, são conteúdos brutos, espalhados por toda a história das literaturas, e pouco ensinam ao intérprete do texto, a não ser quando postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas.

Como tematizam os escritores românticos esses assuntos?

O fulcro da visão romântica do mundo é o sujeito. Diríamos hoje, em termos de informação, que é o emissor da mensagem. O *eu* romântico, objetivamente incapaz de resolver os conflitos com a sociedade, lança-se à evasão. No tempo, recriando uma Idade Média gótica e embruxada. No espaço, fugindo para ermas paragens ou para o Oriente exótico.

A natureza romântica é expressiva. Ao contrário da natureza árcade, decorativa. Ela *significa e revela*. Prefere-se a noite ao dia, pois à luz crua do sol o real impõe-se ao indivíduo, enquanto é na treva que latejam as forças inconscientes da alma: o sonho, a imaginação.

O mundo natural *encarna* as pressões anímicas. E na poesia ecoam o tumulto do mar e a placidez do lago, o fragor da tempestade e o silêncio do ocaso, o ímpeto do vento e a fixidez do céu, o terror do abismo e a serenidade do monte.

Enfim, com a *música*, a mais livre das artes, esperavam os românticos entregar-se ao fluxo infinito do Cosmos:

> A música de Beethoven – dizia Hoffman – põe em movimento a alavanca do medo, do terror, do arrepio, do sofrimento, e desperta precisamente esse infinito anelo que é a essência do Romantismo.

Infinito anelo. Nostalgia do que se crê para sempre perdido. Desejo do que se sabe irrealizável: a liberdade absoluta na sociedade advinda com a Revolução de 89.

Na ânsia de reconquistar "as mortas estações" e de reger os tempos futuros, o Romantismo dinamizou grandes mitos: a nação e o herói.

A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma idéia-força que tudo vivifica. Floresce a História, ressurreição do passado e retorno às origens (Michelet, Gioberti). Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore (Schlegel, Garrett, Manzoni), novas bandeiras para os povos que aspiram à autonomia, como a Grécia, a Itália, a Bélgica , a Polônia, a Hungria, a Irlanda. Para algumas nações nórdicas e eslavas e, naturalmente, para todas as nações da América, que ignoraram o Renascimento, será o momento da grande afirmação cultural. Mazzini, apóstolo da unidade italiana, viu bem o próprio século: "hora do advento das nações".

Entretanto, o nexo entre o *eu* e a *História,* mantido no pensamento abstrato de um Ficht, logo se desata na práxis de uma sociedade descontínua por excelência. O homem romântico reinventa o *Herói,* que assume dimensões titânicas (Shelley, Wagner), sendo afinal reduzido a cantor da sua própria solidão (Fóscolo, Vigny). (BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* São Paulo, Cultrix, 1975, p. 99-104) (texto adaptado)

Desse texto constam somente a introdução e o desenvolvimento. Analisemos como se organizam os conteúdos:

introdução: dificuldade para definir o Romantismo, maneira de fazê-lo (pela tematização específica dos assuntos e pela sua leitura como estruturas estéticas);

desenvolvimento: inventário das tematizações românticas:

a) subjetividade;

b) conflito entre o eu e a sociedade e evasão temporal e espacial;

c) expressividade da natureza;

d) infinito anelo;

e) dinamização do mito da nação;

f) dinamização do mito do herói.

O plano inventário pode ser usado, quando a dissertação não se apresenta propriamente como resolução de um problema, mas procura explicar algum fenômeno cultural, algum fato, etc. Por exemplo, desafios da diplomacia brasileira hoje (é claro que esse tema poderia ser tratado também a partir de um plano dialético).

O inventário não é um simples arrolamento. Ele deve explicar, definir, comprovar alguma coisa. No caso do texto de Alfredo Bosi, o inventário comprova que há uma singularidade na tematização de determinados assuntos feita pelos românticos. Ademais, os elementos repertoriados precisam construir uma progressão.

O plano inventário é, em síntese, aquele que enumera e explica todos os elementos que compõem um dado assunto.

Quarto tipo de plano: o comparativo.

Leia o texto que segue:

Racismo e cultura

Se compararmos o racismo do século XIX e aquele que preside o nazismo com o racismo contemporâneo, as diferenças são grandes e delas é preciso tratar.

Sem dúvida, todos os racismos possuem em comum a idéia da nação una e indivisa no espaço e no tempo; a idéia de raças inferiores e superiores por hereditariedade; o conservadorismo reacionário antidemocrático e autoritário. São ideologias etnocêntricas e xenófobas. São ideologias biológicas, psicológicas e políticas. São nacionalistas e erguem mitos nacionais, operam com a identidade nacional mítica, o caráter nacional mítico. Mas são histórica e conceitualmente diferentes. Diferença histórica: o racismo nacionalista do século XIX e da primeira metade do século XX exprime o momento de construção, consolidação e plenitude dos Estados Nacionais; o racismo nacionalista do final do século XX exprime a mudança que o capitalismo neoliberal impôs aos Estados nacionais, isto é, sua desaparição no mercado mundial transnacional e a formação de conglomerados políticos. Estamos assistindo ao possível término dos Estados nacionais e por isso o racismo nacionalista não pode, hoje, exprimir-se como se exprimia ontem.

Diferença conceitual ou ideológica: embora o racismo seja uma ideologia e uma paixão, embora seja essencialmente violento, não opera, hoje, com as categorias que lhe permitiam operar até os anos 50 de nosso século. A grande mudança ideológica lhe foi dada de presente, afinal, pelo discurso anti-racista dos anos 50 e 60. De fato, no antigo racismo era fundamental uma ideologia biológica e uma mitologia dos caracteres hereditários. O discurso anti-racista dos anos 60 e 70 demonstrou que a raça era, na verdade, etnia e que a etnia é um fato e um processo cultural-histórico, algo feito e construído pela ação humana e não um dado da natureza. O atual discurso racista se apropriou da elaboração anti-racista e fez dela sua nova bandeira. (...).

Os dois grandes tipos de discursos racistas, excluído o discurso apavorado e apavorante do racismo como paixão irracional – surgem, na verdade, legitimados pelos discursos anti-racistas. O primeiro é o discurso

universalista, o segundo, contrário ao primeiro, é o discurso comunitarista. O primeiro corresponde sobretudo ao século XIX e XX, até os anos 60; o segundo corresponde sobretudo ao final do nosso século. Isso não significa que o primeiro tenha desaparecido, mas ele permaneceu como discurso que corresponde ao do racismo mitológico passional, enquanto o segundo se tornou o discurso racista predominante.

O discurso racista universalista é o filho bastardo da revolução francesa (ou do que os marxistas chamam de revolução burguesa); o discurso racista comunitarista é o filho bastardo do pós-modernismo (isto é, do elogio do descentramento e da diferença). Antes de explicarmos essas filiações, vejamos o que são tais discursos, de acordo com a descrição que deles nos faz Taguieff.

Racismo universalista ou discriminatório: afirma a existência de um modelo universal de humanidade numa escala hierárquica de espécies ou raças que vão da inferior à superior; afirma a naturalidade da desigualdade e da hierarquia das raças. Este racismo, biológico e etnocêntrico – pois a raça superior é a minha – , presidiu a formação dos impérios coloniais, a escravatura, o nazismo, o fascismo. Seus axiomas são: a desigualdade é natural e nós somos os melhores; existe um único e verdadeiro tipo ou raça humana e somos nós. Como diz um autor, os outros pertencem a raças particulares e nós somos o universal. Os outros são não-humanos, semi-humanos ou quase-humanos. Nós somos os humanos e a humanidade. Exterminar o outro é natural e não é eticamente imoral, pois o outro não faz parte do gênero humano.

Racismo comunitarista ou diferencialista: é o racismo contemporâneo, que se apropriou dos pontos centrais do anti-racismo, isto é, que raça não é natureza, mas cultura ou etnia, e que todos temos o direito à diferença. Agora, afirma-se o caráter sagrado da comunidade, a identidade do grupo ou da nação, a obrigação de defender a integridade, a identidade e a especificidade da nação ou comunidade e, portanto, sua diferença. Cada comunidade-nação tem sua tradição, sua história, seus costumes, sua origem, sua língua, sua religião, sua sexualidade – essa diferença tanto pode ser genético-hereditária quanto puramente histórico-cultural, pois o importante não é a causa ou origem dessa diferença e sim sua existência visível (vejo a diferença da cor da pele, da textura da pele e do cabelo, dos gostos culinários, do modo de vestir, do formato dos olhos, dos deuses adorados, das formas de parentesco e de casamento, da música, da dança, da pintura, dos modos de pensar – a diferença é um fato dado, o outro é um fato dado). Ora, cada comunidade-nação (por ser tomada como mito e não como criação histórica) tem sua verdade própria, milenar, tem sua língua materna, seus símbolos pátrios, seus costumes. Cada Estado-nação existe desde todo o sempre como uma realidade cultural inquestionada. É obrigação de cada um deles

preservar sua diferença, sua alteridade, sua autenticidade. Portanto, somos contra a imigração, a migração, a mestiçagem, o sincretismo religioso, o sincretismo nas artes, a importação de idéias, pois tudo isso retira de nossa comunidade nacional sua vida verdadeira. Se os imigrantes, os migrantes, os negros, os índios, os judeus tiverem amor à sua diferença e à sua comunidade, serão os primeiros a concordar conosco. Como a negritude, como a indianidade, como a orientalidade, como o arabismo e o judaísmo haverão de permanecer em sua pureza e integridade, se deixarmos imigrações, migrações e miscigenações acontecerem? Para o nosso bem e o bem dos outros respeitemos o direito democrático à diferença. Sem dúvida, somos desiguais e ninguém há de negar que alguns são superiores a outros, mas ninguém precisa ser exterminado, desde que não venha contaminar a minha diferença. (...)

Se o discurso racista universalista era etnocêntrico e rumava para a escravatura e para o genocídio, o discurso racista comunitarista é xenófobo e prefere formas legais de separação e de exclusão para não ter que chegar à violência do genocídio. Entre a violência física do racismo discriminatório – colonialismo, escravatura e genocídio – e a violência simbólica do racismo diferencialista – segregação e *apartheid* – o discurso anti-racista tornou-se impotente, vendo o racismo nacionalista apropriar-se de seus argumentos. O discurso racista discriminatório funda-se nos valores mais caros à democracia nascida da revolução francesa: o indivíduo e a universalidade; o discurso racista diferencialista funda-se nas armas que as minorias criaram para sua auto-defesa anti-racista: a comunidade e a alteridade. Lembremo-nos, por exemplo, dos trabalhos científicos e filosóficos dos negros africanos ao elaborar a negritude para diferenciá-la do helenismo europeu, ou dos trabalhos dos eruditos judeus para diferenciar a cultura hebraica da greco-romana, ou dos trabalhos dos antropólogos para garantir a diferença indígena, ou dos folcloristas e do cinema novo brasileiro para afirmar a dimensão revolucionária do ser nordestino. Cada um desses esforços anti-racistas dos anos 50, 60 e 70 produziram como contrapartida o neo-racismo do direito à diferença. (...)

Talvez nossa impotência para elaborar um discurso contra o racismo venha do fato de termos sempre elaborado discursos anti-racistas, quando talvez fosse o caso de elaborar um discurso não-racista. (CHAUÍ, Marilena. *Racismo e cultura.* Aula inaugural da FFLCH da USP, proferida na abertura do ano letivo de 1993) (Texto adaptado)

Esse texto organiza-se da seguinte maneira:

Introdução: existem dois tipos distintos de racismos: um do século XIX e da primeira metade do século XX e outro deste final do século;

desenvolvimento: semelhanças que fundam a comparação (unidade e indivisibilidade da nação, hierarquia das raças, caráter autoritário, etnocentrismo e xenofobia, identidade nacional mítica) (segundo parágrafo);

diferenças entre eles: diferença histórica: expressão da consolidação do Estado Nacional *vs*. expressão do enfraquecimento do Estado Nacional (terceiro parágrafo);

diferença conceitual: fundamentos biológicos *vs*. fundamentos culturais (quarto parágrafo);

existência de dois tipos de discursos racistas: universalista *vs*. comunitarista (quinto parágrafo);

diferença de filiação: revolução francesa *vs* pós-modernismo (sexto parágrafo);

caracterização do discurso universalista: hierarquia biológica das raças e suas conseqüências (justificativa do colonialismo, da escravidão, do genocídio) (sétimo parágrafo);

caracterização do discurso comunitarista: diferença cultural entre os povos, direito à diferença e defesa da identidade e suas conseqüências (justificativa da segregação e da exclusão) (oitavo parágrafo);

reflexão nascida da confrontação dos dois tipos de racismos: impotência do discurso anti-racista pela apropriação pelo discurso racista de seus conceitos de comunidade e alteridade (nono parágrafo).

conclusão: necessidade de elaborar um discurso não-racista e não um discurso anti-racista.

O plano comparativo é aquele que discute a questão enunciada na introdução (no caso do texto de Marilena Chauí: existem duas formas diferentes de racismo?), comparando fatos ou conceitos diferentes.

Podemos ter dois tipos distintos de formas de comparação:

a) a oposição anunciada na introdução prossegue ao longo do texto e as conseqüências que decorrem da comparação são tiradas no fim do desenvolvimento;

b) cada elemento da comparação constitui uma parte: analisa-se o primeiro termo da comparação; examina-se o segundo termo da comparação e, depois, faz-se uma reflexão nascida da confrontação dos fatos evocados nas duas partes precedentes.

Observe-se que Marilena Chauí, ao longo de seu texto, utiliza-se das duas formas de comparação:

a) no primeiro parágrafo, anuncia a oposição entre duas formas de racismo; no segundo, analisa suas semelhanças; no terceiro e no quarto, vai estabelecendo

as oposições que existem entre um e outro; daí extrai a conseqüência de que existem duas formas de discurso racista;

b) no sexto parágrafo, estabelece quais são os dois tipos de discurso racista; no sétimo, estuda as características do primeiro; no oitavo, as do segundo; no nono, faz uma reflexão nascida da confrontação dos dois tipos de discurso racista.

Quinto tipo de plano: ilustração e explicitação de uma afirmação.

Leia o texto que segue:

> O príncipe procure evitar (...) o que o torne odioso ou desprezível e, sempre que assim agir, terá cumprido o seu dever e não encontrará nenhum perigo nos outros defeitos. O que principalmente o torna odioso, como se disse acima, é o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos seus súditos. Desde que não se tirem aos homens os bens e a honra, vivem estes satisfeitos e só se deverá combater a ambição de poucos, a qual se pode sofrear de muitos modos e com facilidade. Fá-lo desprezível o ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto. E essas são coisas que devem ser evitadas pelo príncipe como o nauta evita um rochedo. Deve ele procurar que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, e quanto às ações privadas de seus súditos deve fazer com que a sua sentença seja irrevogável, conduzindo-se de tal forma que a ninguém passe pela mente enganá-lo ou fazê-lo mudar de idéia.
>
> O príncipe que conseguir formar tal opinião de si adquire grande reputação; e contra quem é reputado dificilmente se conspira e dificilmente é atacado enquanto for tido como excelente e reverenciado pelos seus. (...) Um dos remédios mais eficazes que um príncipe possui contra as conspirações é não se tornar odiado pela população, pois quem conspira julga sempre que vai satisfazer os desejos do povo com a morte do príncipe; se julgar, porém, que com isso ofenderá o povo, não terá coragem de tomar tal partido, porque as dificuldades com que os conspiradores teriam de lutar seriam infinitas. (...)
>
> Ordinariamente, o que um conspirador receia antes de levar a efeito o mal deverá recear também depois, tendo o povo por inimigo, depois do fato consumado, e não poderá por isso esperar qualquer refúgio.
>
> Poderia eu citar numerosos exemplos dessa matéria: limitar-me-ei, porém, a um só, que nos foi legado pela recordação de nossos pais. Tendo sido assassinado pelos Canneschi o senhor de Bolonha, Messer Aníbal Bentivoglio, avô do atual Messer Aníbal, não ficando da família senão Messer Giovanni, criança de colo, o povo, logo depois do homicídio, sublevou-se e

> matou todos os Canneschi. Isso foi devido à benevolência popular com a qual a casa dos Bentivoglio contava naquela época, benquerença essa tão grande que, não tendo restado em Bolonha um só membro daquela família, que pudesse, morto Aníbal, governar o Estado, e havendo indício de que havia em Florença um jovem pertencente àquela família, e tido, até então, como filho de um ferreiro, os bolonheses ali foram procurá-lo e lhe entregaram o governo da cidade, que foi governada por ele até que Messer Giovanni alcançasse idade suficiente para reinar.
>
> Concluo, portanto, afirmando que a um príncipe pouco devem importar as conspirações se é amado pelo povo, mas quando este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e a todos. (MAQUIAVEL, *Nicolò. O príncipe.* 4 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 77-79)

Esse texto estrutura-se da seguinte maneira:

introdução: afirmação de que o príncipe deve evitar ser odiado ou desprezado (primeiro período);

desenvolvimento: explicitação da afirmação geral: causas que geram o ódio – rapacidade e usurpação dos bens e das mulheres; causas que produzem o desprezo – volubilidade, leviandade, efeminação, pusilanimidade, irresolução (primeiro parágrafo, a partir do segundo período); conseqüência de ser amado e respeitado – remédio contra conspirações (segundo parágrafo);

ilustração da afirmação de que o príncipe deve evitar ser odiado ou desprezado: o assassinato de Aníbal Bentivoglio (terceiro parágrafo);

conclusão (quarto parágrafo).

O desenvolvimento pode ser a explicitação e a ilustração de uma afirmação geral, principalmente quando essa afirmação geral vier expressa numa fórmula como *O menino é o pai do homem* (Machado de Assis) ou *O inferno são os outros* (Sartre). Nesse caso, o desenvolvimento deverá explicar qual é o sentido da fórmula e ilustrá-la.

Os cinco tipos de estruturas do desenvolvimento são os mais comuns, mas não são os únicos. Ademais, podem-se fazer modificações na organização de algum tipo de desenvolvimento apresentado: por exemplo, num plano que poderia ser dialético, enuncia-se a tese, desenvolvem-se os argumentos a favor dela e chega-se a uma conclusão, sem explicitar a antítese e as objeções à tese. Além disso, numa dissertação mais longa duas ou mais dessas espécies de desenvolvimento podem combinar-se. Vejamos um exemplo que nos mostre isso.

Pode-se afirmar que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita a controlar um país europeu, e que todos os movimentos semelhantes que estavam por vir encontraram um arquétipo comum no regime de Mussolini. O fascismo italiano foi o primeiro a estabelecer uma liturgia militar, um folclore e mesmo um modo de vestir – que chegou a ser mais influente no exterior que Armani, Benetton ou Versace.

Foi só nos anos 30 que movimentos fascistas surgiram no Reino Unido (com Mosley), na Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Grécia, Iugoslávia, Espanha, Portugal, Noruega e até na América do Sul, para não falar da Alemanha. Foi o fascismo italiano que convenceu vários líderes liberais europeus de que o novo regime estava implementando reformas sociais interessantes, proporcionando uma alternativa brandamente revolucionária à ameaça comunista.

Não obstante isso, a precedência histórica não me parece razão suficiente para explicar por que o termo *fascismo* se tornou uma espécie de sinédoque, uma denominação *pars pro toto* de regimes totalitários distintos. Pouco adianta dizer que o fascismo continha em si, como que em estado quintessencial, todos os elementos das formas posteriores de totalitarismo. Ao contrário: o fascismo não tem quintessência alguma, ele sequer tem uma essência. O fascismo era um totalitarismo *difuso*.

O fascismo não era uma ideologia monolítica, e sim uma colagem de diferentes idéias políticas e filosóficas, um vespeiro de contradições. (...) Assim, o termo *fascismo* tornou-se universalmente aplicável, porque é possível eliminar de um regime fascista um ou dois traços sem que ele deixe de ser fascista.

Apesar de sua natureza difusa, creio ser possível esboçar uma lista de traços típicos daquilo que gostaria de chamar protofascismo ou Fascismo Eterno.

Esses traços não podem ser acomodados dentro de um sistema; muitos deles são contraditórios entre si, além de ocorrerem em outros tipos de despotismo ou fanatismo. Mas basta que um deles ocorra para que se coagule a nebulosa fascista.

1. O primeiro traço do protofascismo é o *culto à tradição*. O tradicionalismo é mais antigo do que o fascismo, e era típico do pensamento católico contra-revolucionário após a Revolução Francesa; mas nascera muito antes, no final da era helenística, como reação ao racionalismo grego clássico.

Na bacia do Mediterrâneo, povos de religiões diferentes (todas admitidas indulgentemente no Panteão romano) começaram a sonhar com

uma revelação feita na aurora da história humana. Essa revelação permanecera por muito tempo oculta sob o véu de línguas esquecidas; estava contida nos hieroglifos egípcios, nas runas celtas, nos pergaminhos de religiões asiáticas ainda desconhecidas.

Essa nova cultura tinha que ser sincrética. Sincretismo não é apenas, como diz o dicionário, “a combinação de diferentes formas de crença ou prática”; uma tal combinação *tem que tolerar contradições.* Cada uma das mensagens originais contém uma centelha de sabedoria e, quando parecem dizer coisas diferentes ou incompatíveis, de fato estarão apenas aludindo, alegoricamente, à mesma verdade primeva. Em conseqüência, *não pode haver progresso do saber*. A verdade já foi pronunciada de uma vez por todas, e só podemos seguir interpretando sua mensagem obscura.

Basta dar uma olhada aos patronos de qualquer movimento fascista para encontrar os grandes pensadores tradicionalistas. A gnose nazista nutria-se de elementos tradicionalistas, sincréticos e ocultos. (...) Basta checar as estantes que as livrarias americanas reservam para a “new age” para encontrar até mesmo Santo Agostinho, que, pelo que sei, não era fascista. Mas o próprio fato de pôr no mesmo saco Santo Agostinho e Stonehenge *já é* sintonia de protofascismo.

2. O tradicionalismo implica a *recusa da modernidade*. Tanto fascistas quanto nazistas cultuavam a tecnologia, ao passo que pensadores tradicionalistas normalmente a rejeitam enquanto negação de valores espirituais tradicionais.

Entretanto, apesar de orgulhoso de suas conquistas industriais, o elogio nazista à modernidade era apenas a superfície de uma ideologia baseada em Sangue e Solo (*Blut und Boden*). A recusa do mundo moderno era disfarçada de refutação ao modo de vida capitalista, mas se destinava principalmente à rejeição do Espírito de 1789 (e de 1776, é claro). O Iluminismo, a Era da Razão, é visto como o começo da depravação moderna. Nesse sentido, o protofascismo pode ser definido como *irracionalista.*

3. O irracionalismo também depende do *culto à ação pela ação.* Sendo a ação bela em si mesma, ela deve ser implementada antes de ou sem qualquer reflexão prévia. Assim sendo, a *cultura é suspeita* na medida em que é identificada com atitudes críticas. Os intelectuais fascistas oficiais estão ocupados sobretudo em acusar a cultura moderna e a “intelligentsia” liberal pela perda dos valores tradicionais.

4. Nenhum sincretista é capaz de suportar a crítica. O espírito crítico faz distinções, e ser capaz de fazê-lo é signo de modernidade. Na cultura moderna, a comunidade científica elogia o desacordo como maneira de aprimorar o conhecimento.

Para o protofascismo, *desacordo é traição.*

5. Além disso, o desacordo é sinal de diversidade. O protofascismo desenvolve-se e alcança o consenso explorando o *medo natural da diferença*. O primeiro apelo de qualquer movimento fascista é contra os *intrusos*. Por isso o protofascismo é *racista*.

6. O protofascismo germina a partir da frustração social ou individual. É por isso que um dos traços mais típicos dos fascismos históricos foi o *apelo a uma classe média frustrada,* sofrendo sob alguma crise econômica ou humilhação política, assustada com a pressão dos grupos sociais inferiores.

Em nossos tempos, quando os velhos "proletários" estão se tornando pequenos burgueses (e os *lumpen* excluem a si mesmos da cena política), o fascismo de amanhã encontrará aí um público adequado.

7. Para os que se vêem privados de qualquer identidade social, o protofascismo diz que seu único privilégio é o mais comum de todos, o de terem nascido no mesmo país. É essa a origem do *nacionalismo*. Ademais, os únicos que podem dar identidade a uma nação são seus inimigos. Daí que na raiz da psicologia protofascista esteja a *obsessão da conspiração* (possivelmente internacional); os seguidores devem se sentir sitiados.

A maneira mais fácil de evocar a imagem de uma conspiração é o apelo à *xenofobia*. Mas a conspiração deve partir de dentro também: os judeus costumam ser o melhor alvo, já que têm a vantagem de estar dentro e fora.

8. Os seguidores do movimento devem sentir-se humilhados com a riqueza e a força ostentatória de seus inimigos. (...) Mas é importante que os seguidores estejam convencidos de que podem superar seus inimigos. Desse modo, através de uma contínua mudança de registro retórico, os *inimigos são ao mesmo tempo fortes e fracos demais*. Os fascismos estão condenados a perder suas guerras porque são visceralmente incapazes de avaliar objetivamente a força do inimigo.

9. Para o protofascismo não há luta pela vida mas vida pela luta. Por isso, o *pacifismo é uma transigência com o inimigo*. O pacifismo é um mal porque a *vida é uma guerra permanente*. Isso ocasiona um complexo de Armagedon. Uma vez que os inimigos devem e podem ser derrotados, deve haver uma batalha final, após a qual o movimento controlará o mundo. Mas uma tal *solução final* implica uma era subseqüente de paz, uma Idade de Ouro, o que contradiz o princípio da guerra permanente. Nenhum movimento fascista foi capaz de resolver este dilema.

10. O elitismo é um aspecto típico de qualquer ideologia reacionária, na medida em que estas são fundamentalmente aristocráticas. Ao longo da história, todo elitismo aristocrático ou militarista implicou *desprezo pelos mais fracos*.

O protofascismo não poderia deixar de advogar um *elitismo popular*. Todo cidadão está entre as melhores pessoas do mundo, os membros dos

partidos são os melhores entre os cidadãos, todo cidadão pode (ou deveria) tornar-se membro do partido. Mas não pode haver patrícios sem plebeus. De fato, o Líder sabe que sua força baseia-se na fraqueza das massas, tão fracas a ponto de precisar de um Líder. Como o grupo é organizado hierarquicamente (de acordo com o modelo militar), cada líder subordinado despreza seus subalternos e cada um destes despreza seus inferiores. Isso reforça o sentido de elitismo de massa.

11. Nessa perspectiva, *todos são educados para se tornarem Heróis.* Em todas as mitologias, Herói é um ser excepcional, mas na ideologia protofascista o heroísmo é a norma. Esse culto ao heroísmo está estreitamente ligado a um *culto da morte.* Não é por acaso que uma das palavras de ordem dos falangistas era *viva la muerte.* (...) O herói protofascista deseja a morte anunciada como a melhor recompensa de uma vida heróica.

12. Como a guerra permanece e o heroísmo são jogos difíceis, o protofascista transfere sua vontade de potência para assuntos sexuais. É esta a origem do *machismo* (que implica desprezo pelas mulheres e condenação intolerante a hábitos sexuais não-convencionais – da castidade ao homossexualismo).

13. O protofascismo baseia-se num *populismo qualitativo.* Numa democracia, os cidadãos têm direitos individuais, mas o conjunto dos cidadãos só tem impacto político de um ponto de vista quantitativo (aceitam-se as decisões da maioria).

Para o protofascismo, os indivíduos enquanto tais não têm direitos, e o Povo é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica expressando a Vontade Comum. Como nenhum grupo de seres humanos algum dia seria capaz de ter uma vontade comum, o Líder finge ser seu intérprete.

Tendo perdido seu poder de delegação, os cidadãos não agem, são apenas convocados, *pars pro toto,* a interpretar o papel de O Povo – que é portanto uma mera ficção teatral. Para termos um bom exemplo, não precisamos mais recorrer à Piazza Venezia em Roma ou ao Estádio de Nurembergue. O futuro nos reserva um *populismo qualitativo* via TV ou Internet, no qual a reação emocional de um grupo seleto de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a Voz do Povo.

Por causa de seu populismo qualitativo, o protofascismo *tem que estar contra governos parlamentares "podres".* Cada vez que um político põe em questão a legitimidade de um parlamento por não representar mais a Voz do Povo, pode-se sentir o cheiro do protofascismo.

14. *O protofascismo fala a novilíngua.* "Novilíngua" foi inventada por Orwell, em "1984", como a linguagem oficial do Ingsoc, ou "Socialismo Inglês". Mas elementos de protofascismo são comuns a formas diferentes de ditadura. Todos os textos escolares nazistas, ou fascistas, tinham base

num léxico empobrecido e numa sintaxe elementar, de modo a limitar o desenvolvimento dos instrumentos do raciocínio complexo e crítico. Mas devemos estar prontos a identificar novas espécies de "novilíngua", ainda que na forma inocente de um programa popular de auditório. (ECO, Umberto. *Folha de S. Paulo,* 14/5/1995, 5-8 e 9)

Analisemos a estruturação desse longo texto, cuja conclusão não foi transcrita:

introdução: idéia geral: o fascismo italiano é o arquétipo de todos os regimes semelhantes;

problema: por quê?;

desenvolvimento: tese: a causa não foi a precedência histórica, mas o fato de não ser uma ideologia monolítica;

argumento a favor da tese: análise dos diferentes fascismos mostra que se pode eliminar um ou dois traços em um dado regime, sem que deixe de ser fascista; existência de um protofascismo com traços contraditórios.

Características do protofascismo:

1. culto à tradição, sincretismo;
2. recusa da modernidade: irracionalismo;
3. culto à ação pela ação;
4. visão do desacordo como traição;
5. racismo;
6. apelo a uma classe média frustrada;
7. nacionalismo, obsessão da conspiração e xenofobia;
8. avaliação não objetiva do inimigo;
9. visão da vida como guerra permanente;
10. elitismo popular;
11. culto ao heroísmo e à morte;
12. machismo;
13. populismo qualitativo;
14. discurso com léxico pobre e sintaxe elementar.

Como se observa, esse texto começa com um plano dialético, pois, embora não enuncie uma antítese e a defenda, expõe uma tese e arrola argumentos a favor dela. Em seguida, para mostrar a existência de um protofascismo, trabalha com um plano inventário, enumerado e discutindo as quatorze características da nebulosa fascista. Como se disse, um texto mais longo pode combinar diferentes formas de organização do assunto.

A conclusão

A conclusão não é a repetição de algo que se disse anteriormente. Ela é o termo da demonstração, é um ponto de chegada, é um balanço do que se discutiu antes. Por isso, deve estar ligada logicamente ao que a precede. É preciso que haja uma relação de necessidade entre o resto do texto e a conclusão. Nela, pode-se também alargar o problema, inserindo-o numa perspectiva mais geral ou mostrando que ele faz parte de uma problemática mais ampla. Vejamos como Umberto Eco concluiu seu texto sobre a nebulosa fascista.

> Tendo esboçado os possíveis avatares do protofascismo, deixem-me concluir. Na manhã de 27 de julho de 1943, disseram-me que, segundo informações do rádio, o fascismo desmoronara e Mussolini estava preso. Minha mãe mandou-me comprar um jornal. Fui à banca mais próxima vi que os jornais estavam lá, mas que os títulos eram diferentes. Além disso, depois de um rápido exame das manchetes, percebi que cada jornal dizia coisas diferentes. Comprei um deles às cegas e li uma mensagem na primeira página, assinada por cinco ou seis partidos políticos.
>
> Até então eu pensava que só havia um partido por país – na Itália, o Partido Nazionale Fascista. Eu estava descobrindo que em meu próprio país partidos diferentes podiam existir ao mesmo tempo. E mais: como eu era um garoto brilhante, percebi imediatamente que eles existiam antes, como organizações clandestinas.
>
> A mensagem celebrava o fim da ditadura e o retorno à liberdade: liberdade de expressão, de imprensa, de associação política. Essas palavras – *liberdade e ditadura* -, eu as lia pela primeira vez em minha vida. Renasci como homem livre ocidental por força dessas palavras novas.
>
> Temos que nos manter alertas para que o sentido dessas palavras não seja esquecido outra vez. O protofascismo ainda está à nossa volta, às vezes à paisana. Seria mais fácil para nós se aparecesse alguém no cenário mundial dizendo "quero abrir Auschwitz de novo, quero que os camisas-negras desfilem outra vez nas praças italianas". É pena!
>
> A vida não é tão simples. O protofascismo pode voltar sob o mais inocente dos disfarces. Nosso dever é pô-lo a nu e apontar quaisquer novas ocorrências – todos os dias, em todas as partes do mundo. Mais uma vez dou a palavra a Roosevelt: "Arrisco-me a afirmar que, se a democracia americana deixar de existir como uma força viva, procurando dia e noite melhorar a sorte de seu cidadão por meios pacíficos, o fascismo ganhará força em nosso país" (4 de novembro de 1938). Liberdade e liberação são uma tarefa infinita.
>
> Que seja esta nossa senha: não esquecer.

A partir de um fato pessoal, a descoberta das palavras *liberdade* e *ditadura*, ocorrido em 1943, o autor mostra que o fascismo aparece sob muitos disfarces, que é preciso não esquecê-lo, que é necessário pô-lo a nu e denunciá-lo, pois construir a liberdade é uma tarefa infinita. Como se vê, a conclusão está profundamente relacionada ao desenvolvimento do texto.

Na conclusão, devem-se evitar a falta de relação com o desenvolvimento, as banalidades e os lugares-comuns, a relação apenas com uma parte do texto.

Mais do que qualquer lição sobre a estrutura da dissertação, o que o enunciador deve ter bem presente, quando vai elaborar seu texto, é que é preciso mostrar uma resposta pessoal ao tema. Dizer isso não significa que, numa dissertação, não se possa fazer referência ao pensamento de outrem, mas quer dizer que devem ser banidos dela os lugares comuns, os clichês, as platitudes, as generalidades, as vaguidades, os preconceitos, os esquemas pré-estabelecidos. Dissertar não é preencher uma folha de papel com um certo número de linhas, em que o autor lança idéias prontas que julga importantes, apropriadas ou aceitáveis. Seu texto precisa ter "personalidade". Uma dissertação está fundada numa relação dialógica. O enunciador tem uma imagem de seu interlocutor e relaciona-se com ela. Procura persuadir esse enunciador fictício, esclarecer certos pontos de vista, antecipar-se a possíveis objeções, apresentar argumentos a favor de certa tese, etc.

O problema é que, quando se faz um concurso, a imagem do interlocutor é a do examinador. Muitas vezes, a imagem que se tem dele é a um pedante gramático ou de um defensor de certas posições à esquerda ou à direita do espectro político. Em função dessa imagem, cria-se um texto que, do ponto de vista dos conteúdos, espelha conceitos mal assimilados, idéias com que o examinando não tem familiaridade, argumentos que soam artificiais, e que, do ponto de vista da linguagem, faz um uso gratuito e espetacular de termos difíceis, que o examinando não domina, e de uma sintaxe, que, na maioria das vezes, é canhestra.

A idéia central a respeito da dissertação é que ela é a expressão de uma resposta pessoal a um problema dado, formulada com coerência, rigor e clareza. Por ela, o candidato demonstra seu grau de preparo intelectual, sua capacidade de raciocínio, sua habilidade em tratar temas controversos e delicados.

Lição 12

Coesão textual

Leia o texto que segue:

Frango com azeitonas pretas

1 kg de sobras de frango assado
100 g de azeitonas pretas
4 filés de anchova
3 dentes de alho
½ copo de sobra de vinho branco seco
3 colheres (sopa) de azeite
2 colheres (sopa) de vinagre
sal e pimenta

Coloque numa frigideira o azeite e os dentes de alho espremidos e leve ao fogo. Quando começar a dourar, junte o frango em pedaços. Deixe fritar até conseguir um dourado escuro. Molhe com o vinho e o vinagre e acrescente as anchovas picadas, metade das azeitonas picadas e as restantes inteiras, sem caroços. Espere até que o vinho evapore totalmente e junte um copo e meio de água. Deixe ferver novamente, até a água evaporar e engrossar o molho, e sirva em seguida. (PICCHETTO, Mariella e CATTANI, Roberto. *Reciclar é gostoso.* São Paulo, Ática, 1994, p. 98)

Uma receita de cozinha divide-se em duas partes: lista dos ingredientes e modo de preparar. Na primeira, introduzem-se informações novas, isto é, que ainda não tinham aparececido no texto; na segunda, retomam-se os elementos mencionados antes. Nesta, os nomes que já tinham sido mencionados na primeira parte vêm precedidos de artigo definido, pois, entre outras funções, o definido serve para indicar que o termo determinado por ele se refere ao mesmo ser que outra palavra idêntica já mencionara. No nosso texto, por exemplo, quando se diz que se acrescentam *as* anchovas picadas, o artigo definido está indicando que se trata das mesmas anchovas relacionadas na lista dos ingredientes. Isso ocorre com os outros ingredientes arrolados.

As palavras e frases de um texto estão relacionadas entre si. Isso é uma das propriedades que distingue um texto de um amontoado de frases. A coesão textual é, pois, a ligação, a relação, a conexão entre palavras, expressões ou frases do texto. Ela manifesta-se por elementos gramaticais que servem para estabelecer vínculos entre os componentes do texto.

Observe o período com que se inicia o livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis:

Uma noite destas, (...) encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu.

O pronome relativo *que* estabelece a conexão entre as duas orações: *Uma noite destas, (...) encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro e eu conheço de vista e de chapéu.* O *que* relaciona as duas orações, retomando um dos termos da oração anterior: *rapaz.* O pronome relativo é um elemento coesivo e a conexão entre as duas orações, um fenômeno de coesão.

Há dois tipos principais de mecanismos de coesão: retomada ou antecipação de palavras, expressões ou frases e encadeamento de segmentos.

A – Coesão por retomada ou antecipação.

a) retomada ou antecipação por meio de uma palavra gramatical (pronomes, verbos ou advérbios).

Entrando no templo a adorar a Apolo, achou que no mesmo altar estava Esculápio, seu filho; este com grandes barbas, e aquele lampinho (= imberbe). (Vieira)

Nesse período de Vieira, o pronome demonstrativo *este* retoma o termo *Esculápio;* enquanto *aquele* recupera a palavra *Apolo.* Os termos que servem para retomar outros são denominados *anafóricos;* os que servem para anunciar, para antecipar outros são chamados *catafóricos.* No exemplo abaixo, *esta* antecipa *o sossego normal deste meu quarto.*

A boa vida é esta: o sossego normal deste meu quarto. (Mário Pederneiras)

São anafóricos ou catafóricos os pronomes demonstrativos, os pronomes relativos, certos advérbios ou locuções adverbiais (*nesse momento, então*, *lá*), o verbo *fazer,* o artigo definido, os pronomes pessoais de 3ª pessoa (*ele, o, a, os, as, lhe, lhes*), os pronomes indefinidos.

Exemplos:

...teve de ceder aos conselhos da mãe a *quem* D. Fortunata pediu auxílio (Machado de Assis) (o relativo quem retoma o termo *mãe*).

Jantei e fui a casa. *Lá* achei uma caixa de charutos, *que* me mandara o Lobo Neves, embrulhada em papel de seda e ornada de fitinha cor-de-rosa (Machado de Assis) (o advérbio *lá* retoma o substantivo *casa* e o relativo *que* recupera a expressão *caixa de charutos*).

O Presidente vai recebê-lo e ele o *faz* porque tem muita consideração pelo senhor (o verbo *fazer* retoma o verbo *receber*).

Aqui tendes a partitura, escutai-*a,* emendai-*a,* fazei-*a* executar, e se *a* achardes digna das alturas, admiti-me com *ela* a vossos pés (Machado de Assis) (os pronomes pessoais *a* e *ela* retomam o substantivo *partitura*).

Várias pessoas aplaudiram o Presidente: *algumas* tinham motivo; *outras*, não (os indefinidos *algumas* e *outras* retomam o substantivo *pessoas*).

Observações sobre o uso dos anafóricos:

1. Em geral, só se usam anafóricos, quando o termo que ele retoma tiver sido explicitamente mencionado no texto. Por exemplo, falta coesão ao texto *Ele é meu irmão. Começou a trabalhar com ela há pouco tempo,* porque o leitor não sabe a quem o termo *ela* se refere. No entanto, pode-se usar um anafórico, se a palavra a que ele remete puder ser inferida do contexto. Por exemplo, no texto *Minha irmã casou-se há pouco tempo. Ele parece ser uma ótima pessoa*, infere-se facilmente do contexto que o termo a que *ele* se refere é *o marido.*

2. O artigo indefinido serve geralmente para introduzir informações novas no texto. Quando elas forem retomadas, devem ser precedidas do artigo definido, pois este é que tem a função de indicar que o termo que ele determina é idêntico, em termos de valor referencial, a um termo já mencionado.

Esteve à janela cerca de meia hora; depois entrou, sentou-se e escreveu *uma* carta. *A* carta era longa, escrita a golfadas, sem nexo nem ordem. (Machado de Assis)

3. Quando, num dado contexto, o anafórico puder referir-se a dois termos distintos, há uma ruptura de coesão, porque ocorre uma ambigüidade insanável. É preciso que o texto seja escrito de tal forma que o leitor possa determinar exatamente qual é a palavra retomada pelo anafórico.

Jorge briga muito com Raquel por causa de *seus* ciúmes (nesse caso, não se sabe se os ciúmes são de Jorge ou de Raquel).

A frase ficaria melhor se fosse escrita assim: Por ser muito ciumento, Jorge briga muito com Raquel ou por ser ela muito ciumenta, Jorge briga muito com Raquel.

> Pedro censurou o colega de seu primo, *que* freqüenta a mesma Faculdade que ele (nesse caso, não se sabe se quem freqüenta a mesma Faculdade que Pedro é seu primo ou o colega de seu primo; pode ser também que o primo freqüente a mesma Faculdade que seu colega).

> Pedro e Paulo foram com dois cães à caça, que malogrou com a morte de *um deles* (nesse caso, não se sabe se um deles se refere aos cães ou aos caçadores).

b) retomada por palavra lexical (substantivo, adjetivo ou verbo).

Uma palavra pode ser retomada, quer por uma repetição, quer por uma substituição por sinônimo, hiperônimo, hipônimo ou antonomásia.

Hiperônimo é um termo que mantém com outro uma relação do tipo contém/está contido; hipônimo é uma palavra que mantém com outra uma relação do tipo está contido/contém. O significado do termo *satélite* está contido no de *astro* e o de *astro* contém o de *satélite,* pois todo satélite é um astro, mas nem todo astro é satélite. *Astro* é, pois, hiperônimo de *satélite* e este é hipônimo daquele.

Antonomásia é a substituição de um nome próprio por um nome comum ou de um comum por um próprio. Ela ocorre, principalmente, quando uma pessoa célebre é designada por uma característica notória ou quando o nome próprio de uma personagem famosa é usado para denominar pessoas que possuam a mesma característica que a distingue:

Aristóteles = o Estagirita (= natural de Estagira, cidade onde nasceu o filósofo);

Ele é um don juan = um conquistador.

Voltemos agora à questão da coesão.

> Guiomar tivera humilde nascimento; era filha de um empregado subalterno não sei de que repartição do Estado, homem probo, que morreu quando ela contava apenas sete anos, legando à *viúva* o cuidado de a educar e manter. A *viúva* era mulher enérgica e resoluta, enxugou as lágrimas com a manga do modesto vestido, olhou de frente para a situação e determinou-se à luta e à vitória (Machado de Assis).

Nesse texto, a repetição do termo *viúva* é que faz a conexão entre os dois períodos.

Pintava rosas, camélias, violetas. As *flores* pareciam de verdade. Os dois períodos estão relacionados pelo hiperônimo *flores,* que recupera os hipônimos *rosas, camélias, violetas*.

> Eles (os alquimistas) acreditavam que o organismo do homem era regido por humores (fluidos orgânicos) que percorriam – ou apenas existiam – em maior ou menor intensidade em nosso corpo. Eram quatro os *humores:* o sangue, a fleuma (secreção pulmonar), a bile amarela e a bile negra. E eram também *estes quatro fluidos* ligados aos quatro elementos fundamentais: ao Ar (seco), à Água (úmido), ao Fogo (quente) e à Terra (frio), respectivamente (Ziraldo).

A ligação entre o segundo e o primeiro períodos se faz pela repetição da palavra *humores;* entre o terceiro e o segundo se faz pela utilização do sinônimo *fluidos*.

É preciso manejar com muito cuidado a repetição de palavras, pois, se ela não for usada para criar um efeito de sentido de intensificação, como no exemplo abaixo de Vieira, constitui uma falha de estilo.

> Apareceis diante do tribunal divino, acusam-vos os homens, acusam-vos os anjos, acusam-vos os demônios, acusam-vos vossas próprias obras, acusam-vos o Céu, a Terra, o mundo todo, se a vossa consciência vos não acusa, estai-vos rindo de todos.

A *elipse* é o apagamento de um segmento de uma frase, que puder ser facilmente recuperado pelo contexto. É ela também um expediente de coesão, pois é o apagamento de um termo que seria repetido.

> Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens que de um terceiro andar (Machado de Assis). Nesse caso, o termo *cair*, que seria repetido antes de *um terceiro andar* é omitido por ser facilmente recuperável.

Qualquer segmento da frase pode sofrer elipse. Veja que, no exemplo abaixo, é o sujeito *Quincas Borba* que é elidido.

> Quincas Borba calou-se de exausto, e sentou-se ofegante. (Machado de Assis)

Pode ocorrer também elipse por antecipação. No exemplo que segue, *por qualquer coisa* é complemento tanto de *chorar* quanto de *desesperar-se.* No entanto, ele aparece apenas depois do segundo verbo, sendo elidido, quando o verbo *chorar* ocorre.

> *Estava muito deprimida. Chorava, desesperava-se por qualquer coisa.*

Rompe-se a coesão, quando se faz essa elipse por antecipação com verbos que têm regência diferente. Por exemplo, não se deve dizer *Ele simpatiza e*

gosta das pessoas logo de cara, pois o verbo *simpatizar* rege complemento introduzido com a preposição *com*. Como a elipse retoma o complemento inteiro, ela recupera inclusive a preposição que introduz o outro complemento. Nesse caso, teríamos então *Ele simpatiza (das pessoas logo de cara) e gosta das pessoas logo de cara*. Nesses casos, para não retomar preposições indevidas ou inexistentes ou para não deixar de recuperar uma preposição, o complemento é colocado junto ao primeiro verbo e retomado por um anafórico, cada um com sua preposição ou um deles sem preposição, se for o caso: *Ele simpatiza com as pessoas logo de cara e gosta delas*.

B – Coesão por encadeamento de segmentos textuais.

a) Coesão por conexão.

A língua têm uma série de palavras ou locuções que são responsáveis pela concatenação ou relação entre segmentos do texto. Esses elementos denominam-se conectores ou operadores discursivos. Por exemplo: *visto que, até, ora, no entanto, contudo, ou seja*.

Além de ligar partes do texto, estabelecem eles, entre os segmentos vinculados, uma relação semântica: contrariedade, causa, conseqüência, condição, conclusão, etc. Essas relações exercem uma função argumentativa no texto. Por isso, é preciso usar o conector adequado para as finalidades argumentativas. Não podem esses operadores argumentativos ser permutados a bel-prazer do falante, pois o uso inadequado de um conector pode criar um paradoxo semântico. Tomemos a frase *O Brasil jogou bem, mas não conseguiu a vitória*. Nela, o conector *mas* está adequadamente usado, pois ele liga dois segmentos com orientação argumentativa contrária. Seria absurdo utilizar, nesse caso, o conector *portanto*, pois esse operador discursivo liga dois segmentos com a mesma orientação argumentativa, sendo o segmento introduzido por ele a conclusão do anterior.

Os principais operadores discursivos são:

1. os que marcam uma gradação numa série de argumentos orientados para uma mesma conclusão. Dividem-se eles em dois subtipos: os que indicam o argumento mais forte de uma série: *até, mesmo, até mesmo, inclusive* e os que subentendem uma escala com argumentos mais fortes: *ao menos, pelo menos, no mínimo, no máximo, quando muito*.

> Este apartamento tem todas as qualidades que se exigem de uma boa moradia: é amplo, está em bom estado de conservação, foi feito com material

de primeira, é bem dividido e é até bem localizado (toda a série de qualidades do apartamento está orientada no sentido de comprovar que o apartamento é bom; dentro dessa série, ser bem localizado é considerado o argumento mais forte).

Ele é um bom enxadrista. Chegará *pelo menos* a ser um grande mestre (*pelo menos* introduz um argumento orientado no mesmo sentido de bom enxadrista; por outro lado, subentende que há argumentos mais fortes para provar que ele é um bom enxadrista (por exemplo, ser campeão mundial) e que se está usando o menos forte; *ao menos, pelo menos e no mínimo* ligam argumentos de valor positivo).

Ele não é brilhante. *No máximo* poderá ocupar uma função executiva (*no máximo* introduz um argumento orientado no mesmo sentido de não ser brilhante; supõe que há uma escala argumentativa (por exemplo, ter funções de estabelecer diretrizes e estratégias) e que se está usando o menos forte argumento da escala no sentido de provar a afirmação anterior; *no máximo e quando muito* estabelem ligação entre argumentos de valor depreciativo.

2. os que assinalam uma conjunção argumentativa, ou seja, ligam um conjunto de argumentos orientados em favor de uma dada conclusão: *e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, a par de.*

Além do prejuízo em dólares, o governo recebeu um petardo na própria credibilidade *e* botou na boca das matildes a honorabilidade da equipe econômica (Carlos Heitor Cony) (o articulista está mostrando os desacertos do governo no anúncio da banda cambial; arrola três argumentos que têm a mesma orientação argumentativa e os introduz com *além de* e *e*).

Esses operadores introduzem novos argumentos, não significam, em hipótese nenhuma, a repetição do que já foi dito. Só podem ser ligados com conectores de conjunção segmentos que representarem uma progressão discursiva. Pode-se dizer *Ficou irritado e levantou-se para deixar a sala,* porque o segundo segmento indica um desenvolvimento da exposição. Não se pode ligar, com esses operadores, dois segmentos como *Levantou-se para deixar a sala e ficou de pé para abandonar o recinto.*

3. os que indicam uma disjunção argumentativa, ou seja, fazem uma conexão entre segmentos que levam a conclusões opostas, que têm orientação argumentativa diferente: *ou, ou então, quer...quer, seja...seja, caso contrário.*

> O verdadeiro nó do Brasil é esse: miséria e má distribuição de renda, muito mais que a Constituição de 1988. *Ou* se tem um projeto global que, a médio prazo, permita ao menos amortizar a dívida social, *ou* vai se ficar andando em círculos eternamente (Clóvis Rossi). (O primeiro segmento introduzido por *ou* conduz à conclusão de que a amortização da dívida social, por meio de um projeto global, é o único meio de o Brasil desenvolver-se; o segundo deixa patente que não fazer isso é andar em círculos).

4. os que marcam uma conclusão em relação ao que foi dito em dois ou mais enunciados anteriores (geralmente, uma das afirmações de que decorre a conclusão fica implícita, por manifestar uma voz geral, uma verdade universalmente aceita): *logo, portanto, por conseguinte, pois* (o *pois* é conclusivo quando não encabeçar a oração).

> Sim, porque dificilmente se encontrará na cena política brasileira proposta mais contrária aos privilégios e, *portanto,* mais tendente à igualdade entre os cidadãos do que a apresentada pelo ministro Reinhold Stephanes (Brasílio Sallum Jr.) (*portanto* introduz uma conclusão em relação a duas afirmações, a primeira delas implícita: Todas as propostas contrárias aos privilégios tendem à igualdade entre os cidadãos. A proposta do ministro Reinhold Stephanes é contrária aos privilégios. Portanto, tende à igualdade entre os cidadãos. A primeira afirmação fica implícita porque é apresentada como um dado indiscutível).

5. os que estabelecem uma comparação de igualdade, superioridade ou de inferioridade entre dois elementos, com vistas a uma conclusão contra ou a favor de determinada idéia: *tanto...quanto, tão...como, mais...(do) que, menos...(do) que.*

> Um estudo elaborado pelo Instituto Liberal de São Paulo aponta seis causas da crise da Previdência. Pelo menos duas telas (desemprego e desvio de recursos) independem do modelo que se adote.
> A menos que haja desemprego menor (incluindo-se aí o subemprego), a Previdência terá sempre problemas de arrecadação. *Tanto* maiores *quanto* maior for o desvio de recursos, como é obvio. Não há lei que possa proibir o desvio de recursos (Clóvis Rossi) (o comparativo de igualdade tem no texto uma função argumentativa: mostrar que o problema da Previdência é menos do modelo adotado para a concessão de benefícios e mais de gerenciamento do sistema; por isso, os segmentos podem até ser permutáveis do ponto de vista sintático, mas não o são do poder de vista argumentativo, pois não há igualdade argumentativa entre eles, uma vez que seria absurdo dizer na

orientação argumentativa proposta *Tanto maior será o desvio de recursos quanto maiores forem os problemas de arrecadação*).

Muitas vezes a permutação dos segmentos leva a conclusões opostas. Veja o exemplo abaixo:

Precisamos contratar médicos estrangeiros para melhorar o atendimento deste hospital. Qualquer médico brasileiro é *tão* preparado *quanto* um estrangeiro. (Nesse caso, o argumento é contra a necessidade de contratar médicos estrangeiros, porque os brasileiros são tão bons quanto os estrangeiros). Qualquer médico estrangeiro é *tão* preparado *quanto* um brasileiro. (Nesse caso, o argumento é a favor do contrato, já que qualquer médico estrangeiro tem, pelo menos, o nível dos brasileiros, o que significa que estes não primam exatamente pela excelência em relação aos outros).

6. os que introduzem uma explicação ou uma justificativa em relação ao que foi dito anteriormente: *porque, já que, que, pois.*

Uma derrota por 388 a 60, em qualquer tipo de disputa, faz jus ao nome de esmagadora. *Pois* foi esse o placar amargado pelo governo na votação, pelos deputados, do veto presidencial relativo às dívidas do setor agrícola (*Folha de S. Paulo,* 7/4/1995; 1-2) (*pois* inicia um segmento que pretende expor um argumento favorável à idéia implícita de que o governo sofreu uma derrota esmagadora).

7. os que assinalam uma relação de contrajunção, isto é, ligam enunciados com orientação argumentativa contrária: conjunções adversativas (*mas, contudo, todavia, no entanto, entretanto, porém*) e concessivas (*embora, apesar de, apesar de que, conquanto, ainda que, posto que, se bem* que).

Qual é a diferença entre as adversativas e as concessivas, se ambas ligam enunciados com orientação argumentativa contrária? Nas adversativas, prevalece a orientação do segmento introduzido pela conjunção.

Ao longo dos dois últimos séculos de luta pela democracia, as tendências de esquerda podem ter-se colocado algumas vezes contra a liberdade política, *mas* têm sido sempre vanguardeiras das igualdades política e social. (Brasílio Sallum Jr.)

Nesse caso, a oração não iniciada por *mas* conduz a uma conclusão negativa sobre o papel das esquerdas, enquanto a começada pela conjunção leva a uma conclusão positiva. Essa segunda orientação é a mais forte. Compare-

se, por exemplo, *Ele é inteligente, mas não é trabalhador* com *Ele não é trabalhador, mas é inteligente.* No primeiro caso, o que se quer dizer é que o fato de ser inteligente acaba sendo suplantado pela falta de trabalho. No segundo, que não ser trabalhador perde relevância diante do fato de ser inteligente. Quando se usam as conjunções adversativas, introduz-se um argumento com vistas a determinada conclusão, para, em seguida, apresentar um argumento decisivo para uma conclusão contrária. A estratégia discursiva é a de orientar para uma dada conclusão e, imediatamente, introduzir um argumento para anulá-la.

Com as conjunções concessivas, a orientação argumentativa que predomina é a do segmento não introduzido pela conjunção.

> *Apesar* de a gente às vezes se irritar com a mídia, ela é essencial. (Fernando Henrique Cardoso)

A oração iniciada por *apesar de* apresenta uma orientação argumentativa no sentido de que a mídia não é uma coisa boa, porque causa aborrecimentos; a oração principal conduz à direção argumentativa contrária. Quando se utilizam conjunções concessivas, a estratégia argumentativa é a de, primeiro, anunciar um argumento que, embora tido como verdadeiro, será anulado por outro mais forte com orientação contrária. Observe que a diferença entre as adversativas e as concessivas é de estratégia argumentativa. Compare os seguintes períodos:

Argumento mais fraco	Argumento mais forte
Embora todos estejam aqui,	não podemos ainda começar a reunião.
Todos estão aqui,	mas não podemos ainda começar a reunião.

8. os que introduzem um argumento decisivo para dar o golpe final na argumentação contrária, mas apresentado-o como se fosse um acréscimo, como se fosse apenas algo mais numa série argumentativa: *aliás, além do mais, além de tudo, além disso, ademais.*

> Ele anda com muito azar: ficou doente, perdeu o emprego, levou um calote de um amigo e, *além disso,* está com um filho internado. (O operador introduz o que se considera a prova mais forte de que ele anda com azar; no entanto, ela é apresentada como se fosse apenas mais uma).

9. os que assinalam uma generalização ou uma amplificação do que foi dito antes: *de fato, realmente, como aliás, também, é verdade que.*

A única saída real para os problemas brasileiros é sair do varejo e tentar ao menos um projeto macro, porque as soluções propostas pelo governo, *como aliás* por governos anteriores, pecam por serem parciais (Clóvis Rossi). (O conector introduz uma generalização ao que foi dito antes: todos os governos anteriores a este também pecaram por apresentar propostas parciais).

Já o ajudei muito. *Realmente,* salvei-o da ruína (o operador introduz uma amplificação do que foi afirmado antes).

10. os que marcam uma especificação ou uma exemplifição do que foi afirmado anteriormente: *por exemplo, como.*

À falta de dados precisos, pode-se até suspeitar que a crise da Previdência se deve menos aos fatores intrínsecos (*como* a inversão da pirâmide demográfica) e mais aos problemas externos (desemprego, subemprego, desvios) (Clóvis Rossi). (Como assinala que o que vem a seguir especifica, exemplifica o termo genérico anterior *fatores intrínsecos*).

11. os que indicam uma retificação, uma correção do que foi afirmado antes, ou ainda, servem para marcar um esclarecimento, um desenvolvimento, uma redefinição do conteúdo enunciado anteriormente ou para assinalar uma atenuação ou um reforço do conteúdo de verdade de um enunciado: *ou melhor, de fato, pelo contrário, ao contrário, isto é, quer dizer, ou seja, em outras palavras.*

Com uma esquerda como essa, quem precisa do PFL para desenvolver uma política conservadora? *De fato,* ao assumir tal posição (defesa do *statu quo* previdenciário da classe média) ela mesma acaba por desqualificar as denúncias que fazia na campanha eleitoral sobre o conservadorismo da aliança PSDB-PFL-PTB (Brasílio Sallum Jr.). (O operador introduz um esclarecimento sobre a afirmação de que a esquerda está adotando uma política conservadora).

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para ajudá-lo. *Ou melhor,* vou tentar. (O conector inicia um segmento que atenua o conteúdo de verdade do que foi dito antes).

12. os que desencadeiam uma explicação, uma confirmação, uma ilustração do que foi afirmado antes: *assim, desse modo, dessa maneira*.

> O plano de estabilização econômica é muito frágil. *Assim,* se houver uma fuga de capitais especulativos, o governo não poderá manter a âncora cambial e a inflação voltará. (O operador introduz uma explicação acerca da fragilidade do plano econômico).

b) coesão por justaposição.

É a coesão que se estabelece com base na seqüência dos enunciados, marcada ou não com seqüenciadores. Se o texto for construído sem marcadores de seqüenciação, deverá o leitor, a partir da ordem dos enunciados, reconstruir os operadores discursivos não presentes na superfície textual. Os lugares dos diferentes conectores estarão marcados, na escrita, pelos sinais de pontuação: ponto final, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos.

> Da mesma forma, o problema da educação, conforme se mostrou anteontem neste espaço, vai muito além da sala de aula. Começa, a rigor, no ventre materno. A má nutrição da mãe torna pelo menos 40% dos futuros alunos incapazes de absorver conhecimento. (Clóvis Rossi)

Esse texto contém três períodos. O terceiro indica a causa de o problema da educação começar no ventre materno. Portanto, o ponto final do segundo período está no lugar de um *porque.*

Examinemos os principais seqüenciadores:

1. seqüenciadores temporais, ou seja, os indicadores de anterioridade, concomitância ou posterioridade: *dois meses depois, uma semana antes, um pouco mais tarde,* etc. (são utilizados predominantemente nas narrações).

> *Dois dias depois* da cena do pouso, por uma bela tarde de verão, a família de D. Antônio de Mariz estava reunida na margem do Paquequer. (José de Alencar)

2. seqüenciadores espaciais, ou seja, os indicadores de posição relativa no espaço: *à esquerda, à direita, junto de,* etc. (são usados principalmente nas descrições).

> *Junto* à janela, havia um traste que à primeira vista não se podia definir; era uma espécie de leito ou sofá de palha matizada de várias cores e entremeada de penas negras e escarlates. (José de Alencar)

3. os que assinalam a ordem dos assuntos numa exposição: *primeiramente*, *em seguida*, *a seguir*, *finalmente*, etc.

> Para analisar o plano de estabilização econômica, falarei, *primeiramente*, dos problemas trazidos pela âncora cambial; *em seguida*, analisarei a questão da reforma tributária; *finalmente*, tratarei do problema geral do ajuste fiscal.

4. os que, na conversação principalmente, servem para introduzir um tema ou mudar de assunto: *a propósito*, *por falar nisso*, *mas voltando ao assunto*, *fazendo um parêntese*, etc.

> As eleições papais sempre foram um delicadíssimo exercício político. *Fazendo um parêntese:* é bom lembrar que a Igreja considera que os cardeais eleitores são inspirados pelo Espírito Santo.

A língua tem um grande número de conectores e seqüenciadores. Apresentamos os principais e explicamos sua função. É preciso ficar atento aos fenômenos de coesão. Mostramos que o uso inadequado dos conectores e a utilização inapropriada dos anafóricos ou catafóricos geram rupturas na coesão, o que leva o texto a não ter sentido ou, pelo menos, a não ter o sentido desejado. Uma outra falha comum no que tange à coesão é a falta de partes indispensáveis da oração ou do período. Analisemos este exemplo:

> Os deputados que anunciaram que apoiariam as propostas governamentais que foram apresentadas ao Congresso.

O período compõe-se de:

1 – os deputados;

2 – que anunciaram (oração subordinada adjetiva restritiva da primeira oração);

3 – que apoiariam as propostas governamentais (oração subordinada substantiva objetiva direta da segunda oração);

4 – que foram apresentadas ao Congresso (oração subordinada adjetiva restritiva da terceira oração).

Observe-se que falta o predicado da primeira oração. Quem escreveu o período começou a encadear orações subordinadas e “esqueceu-se” de terminar a primeira oração. A escrita não exige períodos muito longos. No entanto, é preciso que eles sejam sintaticamente completos, que suas diferentes partes estejam bem conectadas entre si. A falta de alguma parte produz ausência de coesão.

Para fazer de um conjunto de frases um texto, não basta que as frases estejam coesas. Se não tiverem unidade de sentido, não passam de um amontoado, que não configura um texto. Observe por exemplo:

> Um amigo meu foi passear na França. O *país* tem belas catedrais góticas. *Ele* apresenta uma distribuição de renda mais ou menos igualitária. *Também* a Alemanha tem uma boa distribuição de renda.

Todas as frases são coesas. O hiperônimo *país* retoma o substantivo *França* estabelecendo uma relação entre o segundo e o primeiro períodos. O pronome *ele* recupera a palavra *país*, vinculando o terceiro ao segundo período. O operador *também* realiza uma conjunção argumentativa, relacionando o quarto período ao terceiro. No entanto, esse conjunto não é um texto, pois não apresenta unidade de sentido, coerência.

A coesão é condição necessária, mas não suficiente, para produzir *um texto*.

Lição 13

Coerência textual

Leia o texto que segue:

À moda da casa

feijoada
marmelada
goleada
quartelada
(PAES, José Paulo. *Um por todos*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 101)

A primeira coisa a chamar a atenção do leitor nesse texto é a ausência de elementos de coesão, seja retomando o que foi dito antes, seja encadeando segmentos textuais. No entanto, percebemos nele um sentido unitário. Ele é constituído de quatro palavras. Todas elas são substantivos formados com o sufixo – *ado,* que indica coleção, multidão (*goleada* = coleção de gols; *feijoada, marmelada* = produto alimentar formado de uma coleção de um dado ingrediente) ou ação resultante (*quartelada*). Este último termo, que significa "rebelião ou motim feito por militares com vistas a tomar o poder", tem sentido pejorativo. Ademais, no texto, ligado às três outras palavras, indicando coleção, seu sufixo vai adquirir esse matiz semântico. *Quartelada* passa a ter o valor de algo freqüente, habitual. Por outro lado, *marmelada* quer dizer não só "doce, pastoso, de marmelo", mas também "negócio desonesto, conluio entre os participantes de um jogo ou competição, a fim de que o resultado seja favorável àquele a quem convém sair vencedor". O texto joga com os dois sentidos da palavra. Entendemos que o texto está enumerando elementos definidores do Brasil: no plano culinário, no plano das relações sociais, no plano esportivo, no plano político. Porque somos capazes de compreender esse texto? Porque é coerente.

Freqüentemente, ouvimos frases como *seu texto não está coerente, suas idéias são incoerentes.* Embora usemos muito o termo *coerência,* nunca sabemos muito bem o que é essa qualidade indispensável para a existência de um texto.

Num texto, as diferentes partes devem estar relacionadas entre si, criando uma unidade de sentido. Uma idéia ajuda a compreender a outra, produzindo um sentido global, à luz do qual cada uma das partes ganha sentido. A coerência é exatamente essa unidade de sentido do texto. No poema acima, garantem

essa unicidade, de um lado, o título *à moda da casa*, que indica tratar-se de algo doméstico; de outro, nosso conhecimento do mundo, que permite reconhecer a feijoada como prato nacional, o papel do futebol em nossa sociedade, a ingerência dos militares na política brasileira.

A coesão é um mecanismo que auxilia na produção de uma unidade de sentido, mas não é necessária para que a coerência seja obtida, pois temos conjuntos de enunciados que formam textos coerentes, mas que não estão relacionados por nenhum elemento coesivo.

A coesão diz respeito à relação linear que as unidades lingüísticas mantêm no texto. A coerência concerne às relações de sentido, à organização subjacente do texto. Por isso, ela refere-se à não-contradição de sentidos, à continuidade semântica. Ela é um fator de interpretabilidade do texto, pois possibilita apreender seu sentido unitário. Quando as diferentes partes do texto não têm nenhuma relação entre si, ele não é coerente. É o que ocorre no trecho que vem a seguir:

> A todo ser humano foi dado o direito de opção entre a mediocridade de uma vida que se acomoda e a grandeza de uma vida voltada para o aprimoramento intelectual.
>
> A adolescência é uma fase tão difícil que todos enfrentam. De repente vejo que não sou mais uma “criancinha” dependente do “papai”. Chegou a hora de me decidir! Tenho que escolher uma profissão para me realizar e ser independente financeiramente.
>
> No país em que vivemos, que predomina o capitalismo, o mais rico sempre é quem vence! (Redação apresentada no vestibular da Unicamp. Apud DURIGAN, J. A., ABAURRE, M. B. M. e VIEIRA, Y. F. (orgs.). *A magia da mudança.* Campinas, Editora da Unicamp, 1987, p. 53)

Esse texto apresenta três temas (direito de opção; adolescência e escolha profissional; relações sociais sob o capitalismo), que mantêm relações muito tênues entre si. Esse fato afeta a continuidade semântica do texto, impedindo a sua apreensão como um todo, configurando, pois, um texto incoerente.

Níveis de coerência

A incoerência seriam as violações das articulações sintático-semânticas de cada um dos níveis de organização do texto. Teríamos, então, diferentes níveis de coerência.

a) *Coerência narrativa* concerne à observância das implicações lógicas entre as diferentes partes do relato. Por exemplo, para que um sujeito realize uma ação, é preciso que ele tenha competência para tanto, ou seja, que saiba e

possa efetuá-la. Isso significa que qualquer ação implica, pressupõe um saber e um poder fazer. Constitui, então, incoerência narrativa relatar uma ação realizada por um sujeito que não reúne condições para isso. O texto abaixo apresenta diferentes incoerências. Nesta passagem, vamos comentar apenas a incoerência narrativa. As outras serão apontadas mais adiante.

> João Carlos vivia em uma pequena casa construída no alto de uma colina árida, cuja frente dava para leste. Desde o pé da colina se espalhava em todas as direções, até o horizonte, uma planície coberta de areia. Na noite em que completava 30 anos, João, sentado nos degraus da escada colocada à frente de sua casa, olhava o sol poente e observava como a sua sombra ia diminuindo no caminho coberto de grama. De repente, viu um cavalo que descia para sua casa. *As árvores e as folhagens não lhe permitiam ver distintamente; entretanto, observou que o cavalo era manco.* Ao olhar mais perto verificou que o visitante era seu filho Guilherme, que há 20 anos tinha partido para alistar-se no exército e, em todo este tempo, não havia dado sinal de vida. Guilherme, ao ver seu pai, desmontou imediatamente, correu até ele, lançando-se nos seus braços e começando a chorar. (KOCH, I. G. V. e TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo, Cortez, 1989, p. 32-33)

A incoerência narrativa desse texto é que a personagem não podia ver distintamente e, no entanto, viu que o cavalo era manco.

Observe um outro exemplo:

> Pior fez o quarto-zagueiro Edinho Baiano, do Paraná Clube, entrevistado por um repórter da Rádio Cidade. O Paraná tinha tomado um balaio de gols do Guarani de Campinas, alguns dias antes. O repórter queria saber o que tinha acontecido. Edinho não teve dúvida sobre os motivos:
>
> – Como a gente já esperava, fomos surpreendidos pelo ataque do Guarani. (BUCHMAN, Ernani. *Folha de Londrina*, 25/1/1995, p. 3)

A surpresa implica a não espera. Não se pode ser surpreendido com o que se esperava que acontecesse.

b) *Coerência argumentativa* diz respeito às relações de implicação ou de adequação entre premissas e conclusões que delas se tiram ou entre afirmações e conseqüências que delas se fazem decorrer.

> O ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, deu entrevista aos jornais, afirmando que o México havia aplicado “boas políticas estruturais”. Mais adiante, depois de admitir que o episódio mexicano

> despertou "certa margem de desconfiança" em relação ao conjunto dos países latino-americanos, disse que essa desconfiança estava sendo superada, "pois mostramos ao mundo que, em termos estritos de política monetária, cambial e financeira, em nenhum país do Cone Sul se dá uma situação de desajuste como a que levou à desvalorização do peso mexicano" (*Folha de S. Paulo,* 29/1/1995, 1-10). Ora, o desajuste apontado é contraditório com a aplicação de boas políticas estruturais.

É incoerente dizer que o jornalismo, de fato, aprende-se na prática e defender a proibição do exercício profissional a todos aqueles que não são formados em escolas de comunicação. (cf. *Folha de São Paulo*. Painel do leitor. 17/11/1994, 1-3)

Muitas vezes, as conclusões não são adequadas às premissas. Não se pode concluir que, porque é estatal, uma determinada empresa seja deficitária, depois de afirmar que algumas empresas estatais são deficitárias, pois, como já ensinavam os lógicos antigos, nada se conclui de duas premissas particulares.

Constitui ainda incoerência a falta de relação do que se diz com o que foi dito anteriormente. É o caso de uma pergunta seguida de uma resposta como a que vem a seguir:

> – Deputado, o senhor é a favor ou contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço?
>
> – O Presidente Fernando Henrique Cardoso está empenhado em melhorar a vida dos brasileiros. Por isso, está propondo emendas constitucionais, que serão discutidas no Congresso Nacional.

c) *Coerência figurativa* refere-se à compatibilidade das figuras que manifestam um determinado tema. Como sabemos, as figuras encadeiam-se num percurso para apresentar um dado tema. Essas figuras precisam ser compatíveis, para que o leitor possa perceber o tema que está sendo veiculado por elas.

Na edição de 15 de abril de 1995, a revista *Veja* publicou na quarta capa uma publicidade da cerveja Cerpa. Sobre um fundo negro aparece parte do teclado e do tampo de um piano de cauda Steinway & Sons. Sobre o tampo, um busto de Beethoven em mármore branco e uma garrafa da cerveja Cerpa (a garrafa é colorida). Entre ambos, aparece a inscrição *O sabor clássico*. Nesse percurso figurativo que manifesta *requinte*, *bom gosto* não poderia aparecer, por exemplo, o busto de Wando, que estaria coerentemente colocado num percurso figurativo relacionado a um motel.

No texto apresentado por Koch e Travaglia, que foi transcrito, quando se falou em coerência narrativa, há uma contradição entre as figuras *colina árida e planície coberta de areia*, de um lado, e *grama, folhagens e árvores*, de outro.

Observe um trecho de um discurso do senador Ney Maranhão sobre a índole do brasileiro:

> Nosso trabalhador é o melhor do mundo. É o mais inteligente. É um homem de sete instrumentos. Bom, não guarda mágoa. Na hora da raiva, pega, mata e esfola. Mas depois reconsidera. (*O Estado de S. Paulo*, 27/12/1994, A 4)

A figura *reconsiderar*, que significa "desdizer-se, voltar atrás numa resolução tomada" é incompatível com as figuras *matar, esfolar*.

Compare esses textos com a coerência dos percursos figurativos deste trecho de *O mulato*, de Aluísio Azevedo, em que se manifestam os temas do asseio, da abundância e do prazer gustativo:

> À luz de um antigo candeeiro de querosene, reverberava uma toalha de linho claro, onde a louça reluzia escaldada de fresco; as garrafas brancas, cheias de vinho de caju, espalhavam em torno de si reflexos de ouro; uma torta de camarões estalava sua crosta de ovos; um frangão assado tinha a imobilidade resignada de um paciente; uma cuia de farinha seca simetrizava com outra de farinha-d'água; no centro, o travessão do arroz, solto, alvo, erguia-se em pirâmide, enchendo o ar com o seu vapor cheiroso. (São Paulo, Martins, 1973, p. 188-189)

d) *Coerência temporal* é aquela que concerne à observância das leis de sucessividade dos eventos e à compatibilidade dos enunciados do ponto de vista de sua localização no tempo.

No texto apresentado por Koch e Travaglia, que foi transcrito, quando se falou em coerência narrativa, há uma contradição temporal, pois, se João tinha 30 anos e seu filho Guilherme tinha partido há vinte anos, para alistar-se no exército, isso significa que o filho é mais velho que o pai. Nesse caso, nem se respeitam as leis de sucessividade dos eventos (o filho teria nascido antes do pai), nem a compatibilidade temporal dos enunciados.

e) *Coerência espacial* é aquela que diz respeito à compatibilidade dos enunciados do ponto de vista da localização no espaço.

No texto apresentado por Koch e Travaglia, que foi transcrito, quando se falou em coerência narrativa, há uma contradição espacial, pois nele se diz que a frente da casa dava para o leste e que João, sentado nos degraus da escada colocada à frente de sua casa, olhava o sol poente. Como o sol se põe a oeste, ele não podia, sentado na frente da casa, olhar o pôr-do-sol.

f) *Coerência do nível de linguagem utilizado* é aquela que concerne à compatibilidade do léxico e das estruturas morfossintáticas com a variante escolhida numa dada situação comunicação. Ocorre incoerência, no nível de linguagem usado, quando, por exemplo, o enunciador utiliza um termo chulo ou pertencente à linguagem informal num texto caracterizado pela norma culta formal. Tanto sabemos que isso não é permitido que, quando o fazemos, utilizamos uma ressalva: *com perdão da palavra, se me permitem dizer.*

Observe um exemplo de incoerência nesse nível:

> Tendo tomado conhecimento pelos principais órgãos de imprensa do país de que o governo que V. Ex.ª, com raro brilho, chefia resolveu encaminhar à consideração do Congresso Nacional emenda constitucional que extingue o direito dos servidores públicos aposentados a salário equivalente ao pago a funcionário da ativa no exercício de igual cargo ou função, ouso dirigir-me a V. Ex.ª com o propósito de manisfestar minha inconformidade diante dessa medida, que lançará no desespero milhões de pessoas que não têm mais tempo hábil de buscar uma complementação da aposentadoria. Francamente, achei a maior sujeira, uma sacanagem, nada a ver com sua vida.

Como se vê, o léxico usado no último período do texto destoa completamente do utilizado no período anterior.

Espécies de coerência

Poder-se-ia perguntar o que é que determina o que é ou não coerente. A pergunta justifica-se, porque, em alguns casos, a incoerência é evidente, enquanto, em outros, não é tão obvia. Por exemplo, se disséssemos *Pôs o queijo no macarrão, ralou-o e tirou-o do armário,* todos estariam de acordo em declarar a incoerência temporal desse texto, pois, nele, viola-se a lei da sucessividade dos eventos. Por outro lado, talvez não seja aceito por todo o mundo que, na publicidade da cerveja Cerpa descrita acima, quando falamos de coerência figurativa, seja contraditório colocar no lugar do busto de Beethoven o de Wando. Alguém poderia fazer a objeção de que, neste caso, trata-se de preconceito julgar que o texto seja incoerente.

A natureza da coerência está relacionada a dois conceitos básicos de verdade: adequação à realidade e conformidade lógica entre os enunciados. Quando o ministro da Previdência diz que ela teve um déficit no último ano e o TCU, depois de uma auditoria, afirma que ela foi superavitária, diz-se que o ministro mentiu, porque seu dizer não estava adequado à realidade. No exemplo abaixo, temos uma falta de conformidade lógica entre os enunciados, pois o primeiro parágrafo pressupõe a afirmação de que, em hipótese alguma, pode optar por uma Faculdade de Medicina quem não gosta de ver sangue e o segundo subentende que pode, pois esse é um problema que afeta o estudante apenas no início do curso:

> Não adianta optar por uma faculdade de Medicina se há desmaios ao ver sangue.
>
> Pode ser que muitos não gostam de determinadas coisas no início, com o tempo vão se acostumando, e, quando menos se espera, adoram-nas. (DURIGAN, J. A. et alii. *Op. cit*., p. 50)

Vimos que temos diferentes níveis de coerência: argumentativa, figurativa, narrativa, etc. Em cada nível, temos duas espécies diversas de coerência:

a) *intratextual*, aquela que diz respeito à compatibilidade, à adequação, à não-contradição entre os enunciados do texto;

b) *extratextual*, aquela que diz respeito à adequação entre o texto e uma “realidade” exterior a ele.

A exterioridade a que o conteúdo do texto deve ajustar-se pode ser:

a) *conhecimento de mundo*, que são dados referentes ao mundo físico, à cultura de um povo, ao conteúdo das ciências, etc., que constituem o repertório, a partir do qual se produzem e se entendem textos. O período *O homem saiu voando pela janela e desapareceu no horizonte* é incoerente, pois nosso conhecimento do mundo diz que homens não voam. Temos, então, uma incoerência figurativa extratextual.

Os exemplos abaixo padecem do mesmo tipo de incoerência.

O índio guaiaqui carregou o cesto.

Sabemos que essa frase é incoerente, porque na cultura guaiaqui há uma divisão sexual das tarefas muito rígida. Os homens caçam e as mulheres fazem a coleta. Essa divisão exprime-se pela oposição entre o arco e o cesto. Os guaiaqui aprendem essa oposição, com base na qual funciona sua sociedade, por meio de um sistema de proibições recíprocas: uma impede as mulheres de tocar o

arco dos caçadores; outra impede os homens de manipular o cesto. (CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, p. 71-89)

> Os leões subiram as montanhas geladas e puseram-se a perseguir a foca. Os esquimós os chamavam por seus nomes. As feras corriam sobre o gelo, protegendo-se com suas garras para não caírem. Quando estavam prestes a alcançá-la, a foca alçou vôo. (BERNÁRDEZ, E. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe, 1982, p. 120)

Sabemos que leões não habitam territórios gelados, que focas não voam, que esquimós não usam leões para caçar. Por isso, consideramos esse texto incoerente.

b) *mecanismos semânticos e gramaticais da língua.* O Presidente Figueiredo disse, em 1981: *Dependendo da reação da oposição, eu recrudesço.* Temos, nessa frase, uma inadequação aos mecanismos semânticos da língua, pois o verbo *recrudescer,* no sentido de "tornar-se mais intenso, aumentar, exacerbar-se, agravar-se", só pode ter como sujeito um nome abstrato e, no sentido de "fazer tornar-se mais intenso", precisa ser construído com sujeito agente e objeto direto expresso por nome abstrato.

Observe os dois exemplos abaixo, em que o texto está absolutamente sem sentido por inobservância dos mecanismos semânticos e gramaticais da língua.

> 1. Nossas vidas vêm respectivamente e ideologicamente de decisões onde estas resultam, em seus dias, o correspondente de uma vida cotidiana, onde cada vez mais cresce a insatisfação e a isoberância (= exuberância) de todos os que aqui se resplandecem, pois é grande a dependência que todos temos para que cada vez mais entremos em contraditórios e conflitos, resultados que não agrada a ninguém, nem no ponto de vista humano podemos chegar a questionar sobre o que nos convém. (DURIGAN, J. A. et alii. *Op. cit*., p. 49)

> 2. Conscientizar alunos pré-sólidos ao ingresso de uma carreira universitária informações críticas a respeito da realidade profissional a ser optada. Deve ser criado novos métodos criativos nos ensinos de primeiro e segundo graus: estimulando o aluno a formação crítica de suas idéias as quais, serão a praticidade cotidiana. Aptidões pessoais serão associadas a testes vocacionais sérios de maneira discursiva a analisar conceituações fundamentais. (DURIGAN, J. A. et alii. *Op. cit*., p. 58)

Fatores de coerência

Muitas vezes certas frases do texto parecem incompreensíveis ou mesmo incoerentes. Essas aparentes incompreensões ou incoerências resolvem-se numa unidade maior. Há diferentes fatores que contribuem para dar coerência a um enunciado.

a) o *contexto* (para uma dada unidade lingüística funciona como contexto a unidade lingüística maior que ela: assim, a sílaba é contexto para o som; a palavra, para a sílaba; a oração, para a palavra; o período, para a oração; o texto, para o período).

Quando lemos a manchete *Canadá em São Paulo* (*Jornal da Tarde*, de 1/7/1992), achamos que ela é incoerente, pois nosso conhecimento de mundo nos diz que o Canadá não se localiza em São Paulo. A leitura do texto que vem abaixo do título desfaz essa aparente incoerência:

Canadá em São Paulo

> Parque canadense será inaugurado hoje.
>
> São Paulo ganha hoje um parque que reúne duas grandes "paixões" do paulistano: o verde e a água. O verde está na farta arborização do novo local de lazer: 2100 árvores, de 120 espécies diferentes. E a água está no lago que recobre 70% dos 110 mil metros quadrados de área do parque Cidade de Toronto. A vegetação procura fazer jus ao nome do novo local de lazer. Batizado com este nome graças ao Programa Municipal de Intercâmbio Profissional firmado entre São Paulo e Toronto – que doou parte das verbas necessárias à sua construção –, o parque, situado na zona Oeste, presta uma homenagem à cidade canadense através da vegetação típica de clima temperado, como o pinheiro e o plátano, introduzida junto às plantas nativas.

O contexto mostra que não há nenhuma incoerência no título, pois, nele, a palavra *Canadá* não está sendo usada denotativamente, como nome de país, mas com valor conotado, isto é, o todo está designando a parte (parque construído na cidade de São Paulo, com recursos provindos de uma cidade canadense e que tem em sua vegetação plantas típicas de clima temperado).

b) *situação de comunicação.* Certos enunciados que, fora de uma dada situação de comunicação, parecem absurdos, dentro dela ganham sentido. Isso ocorre, porque, numa situação de interlocução, podem ser deixados implícitos certos segmentos, que fora dela precisariam ser explicitados.

Veja, por exemplo, o seguinte diálogo:
– O encanador.
– Estou no banho.
– Vou levá-lo até a cozinha.

Fora da situação de comunicação, esse diálogo não seria compreendido, porque ele deixa implícitos certos enunciados, que são perfeitamente compreendidos dentro dela:

– O encanador, que você chamou, chegou.
– Não posso atendê-lo agora, porque estou no banho.
– Vou, então, levá-lo até a cozinha, para que ele comece o serviço.

c) *conhecimento de mundo.* O poema abaixo só adquire sentido, quando sabemos que dia 25 de dezembro é dia de Natal, quando conhecemos dados da vida de Cristo, quando sabemos o valor exato da expressão *Time is money.*

25 de dezembro

Time is money
ele nasceu... não ouvem o galo?
vamos correndo crucificá-lo!
(PAES, José Paulo. *Op. cit.*, p. 41)

d) *regras do gênero*. Quando se fala em conhecimento de mundo, não se pensa apenas no mundo efetivamente existente, que se pode ver, tocar, etc., mas também nos mundos criados pela linguagem. Os diferentes gêneros de texto (ficção científica, contos maravilhosos, mitos, discurso religioso, etc.) criam outros mundos, regidos por outras lógicas. Assim, o que é incoerente num determinado gênero não o é em outro. A frase *O homem saiu voando pela janela e desapareceu no horizonte* é totalmente incoerente no discurso cotidiano, mas é completamente coerente no mundo criado pelas histórias de super-heróis. O Super-homem, por exemplo, tem força praticamente ilimitada; pode voar no espaço a uma velocidade igual à da luz; quando ultrapassa essa velocidade, vence a barreira do tempo e pode transferir-se para outras épocas; seus olhos de raios X permitem-lhe ver através de qualquer corpo, a distâncias ilimitadas, etc. Tudo isso seria incoerente em outro gênero de discurso.

e) *a conotação.* Aquilo que é incoerente, quando lido denotativamente, pode não o ser, quando entendido conotativamente. Veja o exemplo abaixo:

As verdes idéias incolores dormem, mas poderão explodir a qualquer momento.

Tomado em seu sentido denotativo, esse texto é absurdo, pois o termo *idéias* não pode ser qualificado por adjetivos de cor; não se podem atribuir ao mesmo ser, ao mesmo tempo, as qualidades *verde* e *incolor,* o verbo *dormir* deve ter como sujeito um substantivo animado. No entanto, se entendermos *idéias verdes* como concepções ecológicas, o período pode ser lido da seguinte maneira: *As idéias ecológicas sem atrativo estão latentes, mas poderão manifestar-se a qualquer momento.*

f) *o intertexto.* Muitos textos retomam outros, constroem-se com base em outros e, por isso, só ganham coerência nessa relação com o texto sobre o qual foram construídos. Essa relação entre textos chama-se *intertextualidade.*

Canção de exílio facilitada

lá?
ah!
sabiá...
papá...
maná...
sofá...
sinhá...
cá?
bah!
(PAES, José Paulo. *Op. cit.*, p. 67)

Esse texto só ganha coerência, quando se conhece o poema *Canção do exílio,* de Gonçalves Dias. A partir da relação entre os dois, sabe-se que *lá* é o Brasil, onde tudo é melhor que o que existe *cá,* a terra do exílio. Lá existe a natureza bela (sabiá), o carinho familiar (papá), alimentos deliciosos e abundantes (maná), o descanso (sofá), belas mulheres (sinhá). Cá, como mostra a interjeição *bah,* tudo é desprezível, insignificante.

Falso diálogo entre Pessoa e Caeiro

– a chuva me deixa triste...
– a mim me deixa molhado.
(PAES, José Paulo. *Op. cit.*, p. 79)

Para compreender esse poema, é preciso saber que Alberto Caeiro é um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa, que heterônimo não é pseudônimo, mas uma individualidade lírica distinta da do autor (o ortônimo), que Caeiro considera que o real é a exterioridade e que não devemos acrescentar-lhe impressões subjetivas, que sua posição é antimetafísica, que não devemos interpretar a realidade pela inteligência, pois essa interpretação conduz a simples conceitos vazios. Por outro lado, é preciso saber que o ortônimo (Fernando Pessoa ele mesmo) exprime suas emoções, falando da solidão interior, do tédio, etc.

Muitas vezes, há uma quebra proposital da coerência com vistas a produzir um dado efeito de sentido. Há, por outro lado, casos de textos que fazem da não coerência o princípio constitutivo da produção de sentido. Lendo essas últimas afirmações, poderia alguém perguntar se, nesse caso, existe texto incoerente. Sem dúvida existe. A diferença entre a incoerência proposital e aquela produzida pela inabilidade, descuido ou ignorância do enunciador, está no fato de que, naquela, o enunciador dissemina pistas no texto, para que o leitor perceba que a quebra da coerência é um dado fundamental na constituição do sentido, isto é, faz parte de um programa intencionalmente direcionado para veicular determinado tema. Por exemplo, se num texto que mostrasse uma festa muito luxuosa, se pusessem figuras como *pessoas comendo de boca aberta, falando em voz muito alta, numa linguagem chula, com erros muito grandes de português, ostentando suas últimas aquisições,* o enunciador certamente não estaria querendo manifestar o tema do luxo, do requinte, mas o da vulgaridade dos novos ricos. Mas, se ele coloca no texto apenas uma figura incoerente, como no caso do discurso do senador Ney Maranhão, o leitor não pode pensar que se trata de uma quebra proposital de coerência, com vistas a criar um determinado efeito de sentido, mas que se trata de contradição criada pela imperícia do enunciador.

Dissemos também que há outros textos, como, por exemplo, os escritos por Lewis Carrol (*Alice no país das maravilhas, Alice no país dos espelhos,* etc.), que pretendem apresentar paradoxos de sentido, subverter o princípio da realidade, mostrar as aporias da lógica, confrontar a lógica do senso comum com outras e que, por isso, fazem da inversão da realidade seu princípio constitutivo, da incoerência, um fator de coerência. Vejamos um exemplo extraído de *Alice no país das maravilhas,* em que se mostra a persistência de uma propriedade (o sorriso) do ser (o gato de Cheshire), depois do seu desaparecimento:

Enquanto murmurava isso, levantou a vista e lá estava o gato outra vez, sentado num galho de árvore.

– Você disse "leitão" ou "letão"? – perguntou o Gato.

– Eu disse "leitão" – respondeu Alice, acrescentando: – Gostaria que você não aparecesse a sumisse tão de repente. Deixa qualquer um tonto.

– Está bem – concordou o Gato. E dessa vez desapareceu bem devagarinho, começando com a ponta da cauda e terminando com o sorriso, que ainda ficou suspenso no ar algum tempo depois que o corpo tinha desaparecido.

– "Está aí" – pensou Alice – "já vi muitos gatos sem sorriso. Mas sorriso sem gato! É a coisa mais curiosa que já vi na minha vida." (*Aventuras de Alice.* São Paulo, Summus Editorial, 1980, p. 83-84)

Vejamos ainda um outro exemplo, em que se toma a personificação de um nome abstrato, em sentido denotado.

Alice suspirou enfastiada. – Acho que você devia ter mais o que fazer – comentou – ao invés de gastar o tempo com adivinhas sem respostas.

– Se você conhecesse o Tempo tão bem quanto eu conheço – disse o Chapeleiro – não falaria em gastá-lo como se ele fosse *uma coisa*. Ele é *alguém*.

– Não sei o que você quer dizer – respondeu Alice.

– Claro que não sabe! – disse o Chapeleiro, inclinando a cabeça para trás com desdém. – Diria mesmo que você jamais falou com o Tempo!

– Talvez não – replicou Alice cautelosamente – mas sei que tenho de marcar o tempo quando estudo música.

Ah! Olhe aí o motivo! – disse o Chapeleiro. – O Tempo não suporta ser marcado como se fosse gado. Mas, se você vivesse com ele em boas pazes, ele faria qualquer coisa que você quisesse com o relógio. Por exemplo: vamos dizer que fossem nove horas da manhã, que é hora de estudar. Você teria apenas que insinuar alguma coisa no ouvido do Tempo, e o ponteiro correria num piscar de olhos: uma hora e meia, hora do almoço. (Id., *ibid.*, p. 88)

Lição 14

Informações implícitas

Leia atentamente os dois pequenos textos abaixo:

a) O Presidente Tancredo Neves estava em campanha pelas diretas. Um dia, um grupo de próceres da oposição discutia a respeito do temor de muitos oposicionistas à ação das polícias estaduais, dos radicais de direita, etc. Tancredo disse então:

– A campanha eleitoral é uma luta para machos.

Acusado de machista por uma deputada presente ao encontro, ele respondeu:

– Não é nada disso, minha filha. Macho é hoje uma palavra unissex.

b) Hei de vencer, mesmo sendo professor.

Adesivo pregado num carro, em São Paulo.

(As frases que, nesta lição, estiverem sem referência bibliográfica foram retiradas dos seguintes livros: NOVAES, Carlos Eduardo. *É dando que se recebe... e mais 1499 frases tiradas da boca da História*. São Paulo, Ática, 1994; CASTRO, Rui. *O poder de mau humor.* São Paulo, Companhia das Letras, 1993; CASTRO, Rui. *O melhor do mau humor.* São Paulo, Companhia das Letras, 1993).

Na primeira frase de Tancredo, ele diz explicitamente que política é coisa para macho e implicitamente afirma que quem não o for não deve fazer política. Foi esse implícito, bem compreendido pela deputada participante do encontro, que a levou a acusar o futuro presidente de machista. Este, muito espertamente, nega a informação implícita contida na frase, dizendo que hoje macho é uma palavra unissex. Deixa, com essa nova afirmação, implícito que antes macho era uma palavra só masculina.

No segundo texto, o autor da frase afirma explicitamente: 1. que vencerá; 2. que é professor. Ao usar a palavra *mesmo,* criou o implícito de que o professor é um fracassado, de que a vitória é para ele algo muito difícil. Esse implícito ocorre porque o operador discursivo utilizado introduz um segmento de orientação argumentativa contrária ao que se disse anteriormente. Ora, não havendo contradição entre os conteúdos explícitos, cria-se imediatamente um implícito para estabelecer essa relação.

Todos os textos apresentam explicitamente certas informações e, ao mesmo tempo, transmitem outras de maneira implícita. Os implícitos da linguagem dividem-se em pressupostos e subentendidos. Informações implícitas são aquelas que o texto parece não dizer, mas diz. O leitor precisa, para compreender bem o sentido de um texto, entender tanto o que é afirmado de modo explícito, quanto o que é dito implicitamente. Um bom leitor é o que sabe ler nas entrelinhas, pois, se não o fizer, corre o risco de não apreender exatamente o que se quis dizer ou de concordar com pontos de vista que, tornados explícitos, rejeitaria. Da mesma forma, o produtor de textos necessita manejar bem os mecanismos de implicitação, pois, nem sempre, pode dizer claramente tudo o que deseja, precisando, pois, deixar tácitas certas idéias. Por outro lado, estar atento a essa propriedade da linguagem possibilita não deixar implícitos, em virtude de um manejo inadequado da linguagem, certos pontos de vista que não gostaria de manifestar.

Analisemos agora mais detidamente cada um dos tipos de implícitos.

Pressupostos

Os pressupostos são informações implícitas, que decorrem logicamente do sentido de alguma palavra ou expressão presente no texto. Observe a frase abaixo, por exemplo:

> Agora, segundo impressão colhida na reunião do BID, [o Brasil] tornou-se um país menos confiável. (*Veja*, 12/4/1995, p. 93)

Nela, afirma-se explicitamente que o Brasil é um país menos confiável. Do sentido do verbo *tornar-se* decorrente logicamente o implícito de que antes o Brasil era mais confiável. Se o país nunca tivesse apresentado um grau de confiabilidade maior que o de hoje, não se poderia usar o verbo *tornar-se*, que significa "transformar-se", "converter-se". Vejamos um outro exemplo:

> Está na hora de o governo usar o cassetete também contra esses empresários (Jair Meneguelli).

Nele, está explícito o dever do governo de usar o cassetete contra empresários. Da expressão *está na hora* provém o implícito: o governo nunca usou o cassetete contra empresários; do termo *também* deriva a informação pressuposta de que o governo usa o cassetete contra quem não é empresário.

O que é dito explicitamente pode ser questionado. Os pressupostos, no entanto, devem ser verdadeiros ou, ao menos, tomados como tal. Os explícitos

são construídos sobre os pressupostos. Assim, se um pressuposto for falso, ou considerado como tal, os conteúdos explícitos não têm o menor sentido, não podem sequer ser considerados falsos. Se Mário Amato não considerasse as mulheres seres pouco inteligentes, sua célebre frase a respeito da então ministra do Trabalho, Dorothéa Werneck, *Apesar de mulher, ela é muito inteligente,* não teria qualquer propósito.

O uso adequado dos pressupostos é muito importante, porque esse mecanismo lingüístico é um recurso argumentativo, uma vez que visa a levar o leitor ou o ouvinte a aceitar certas idéias. Com efeito, introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tornar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito. Mesmo a negação das informações explícitas contribui para corroborá-lo. Se alguém diz *André deixou de fumar,* diz explicitamente que atualmente ele não fuma e implicitamente que ele fumava antes. Se o interlocutor negar a informação explícita, ainda assim estará admitindo o pressuposto. A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto.

Muitas das "verdades incontestáveis", que constituem a base do discurso político, são na realidade pressupostos, ou seja, conteúdos tomados como aceitos por todos.

> Nesses oito anos de Revolução o Brasil emergiu da longa infância e da tumultuada adolescência para o estágio de nação adulta e séria que sabe para onde vai e o que pretende. (Presidente Medici, em cadeia de rádio e TV).

Nesse texto, diz-se explicitamente que o Brasil é uma nação adulta e séria. Por outro lado, deixa ele pressuposto que:

1. houve uma revolução no Brasil;
2. o país estava num estágio infantil ou adolescente antes dela.

Se formos discutir se o Brasil é ou não uma nação adulta e séria, estaremos reafirmando os pressupostos em que se baseia o discurso; se negarmos o que é dito explicitamente, ainda assim estaremos confirmando o que é dito implicitamente.

A refutação dos pressupostos impede a continuação de qualquer debate; só sua aceitação permite o diálogo, pois não tem sentido ou não é possível uma discussão em que cada interlocutor se funda em pressupostos distintos. Por isso, é considerada extremamente grosseira a negação pura e simples dos pressupostos apresentados pelo outro.

Os principais marcadores lingüísticos da pressuposição são:

1. os adjetivos ou palavras similares.

> *A única* coisa que me preocupa no plano é que os economistas estão gostando dele (Jô Soares).

O adjetivo *única* pressupõe que o plano não traz nenhuma outra preocupação para o produtor do texto.

> Eu achava que política era a *segunda* profissão mais antiga. Hoje vejo que ela se parece muito com a primeira (Ronald Reagan).

O ordinal *segunda* deixa implícito que há uma outra profissão mais antiga do que a política.

2. verbos que indicam permanência ou mudança de estado (por exemplo: tornar-se, transformar-se, converter-se, ficar, vir a ser, passar a, deixar de, começar a, principiar a, ganhar, perder, permanecer, continuar).

> A imprensa *continuará* livre, mas é preciso que *continue* colaborando com as autoridades (Gal. Justino Alves Bastos).

Os dois verbos *continuar* deixam pressupostos os seguintes conteúdos: a imprensa é livre; a imprensa colabora com as autoridades.

> O erário público *tranformou-se* em refém do fracasso empresarial do Sr. Canhedo (Deputado Adroaldo Streck).

O verbo *tranformar-se* deixa implícito que o erário não era refém do fracasso empresarial do Sr. Canhedo.

3. verbos que revelam um ponto de vista a respeito do que é expresso por seu complemento (por exemplo, pretender, alegar, supor, presumir, imaginar, assacar).

> Ele *pretende* que tudo se passou da maneira como conta.

O verbo *pretender* pressupõe que o falante não aceita como verdade o que alguém apresenta como tal.

> No Brasil *dizem* que tinha ditadura, mas nós fazíamos o que bem queríamos (Ronaldo Caiado).

O uso do verbo *dizer* com sujeito indeterminado indica que o falante não está de acordo com a veracidade do que é dito pela opinião geral.

4. certos advérbios.

> O país está muito mal, e não quero *mais* fazer o papel de bobo da corte (Xuxa).

O advérbio *mais* implicita a informação de que o produtor do texto antes fazia o papel de bobo da corte.

> O jogo *agora* é para profissionais (Roberto Gusmão).

O advérbio *agora* pressupõe que antes os amadores é que estavam jogando.

5. as orações adjetivas.

> Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial *que financia a corrupção* fica assistindo às sessões da CPI pela televisão (Senador José Paulo Bisol, ao defender a tese de que a corrupção é como pederastia, não tem ativo ou passivo).

A oração *que financia a corrupção* é uma adjetiva restritiva. Pressupõe ela que não é toda a elite empresarial que financia a corrupção, mas apenas uma parte dela. Essa frase poderia ser reescrita, utilizando-se em lugar da restritiva uma explicativa (nesse caso, a oração adjetiva viria entre vírgulas):

> Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial, *que financia a corrupção*, fica assistindo às sessões da CPI pela televisão.

Nesse caso, o que se alterou foi o pressuposto transmitido pela oração adjetiva. O que se deixa implícito é que toda a elite empresarial financia a corrupção.

A diferença entre uma oração adjetiva restritiva e uma explicativa reside nos pressupostos que elas criam. A primeira pressupõe que uma dada afirmação diz respeito a apenas parte dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo; a segunda deixa implícito que uma determinada asseveração concerne à totalidade dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo.

6. certas conjunções.

O Collor é um bom rapaz, *mas* não aceitem atravessadores; se quiserem um malufista, votem em mim. (Paulo Maluf, durante a campanha para as eleições presidenciais)

A conjunção *mas* liga dois segmentos de valor contrário entre si. *Não aceitem atravessadores* não é, a rigor, um segmento de valor contrário a Collor é um bom rapaz. Isso significa que o *mas* cria um implícito: Collor é um malufista não-original.

Subentendido

O subentendido é uma insinuação não marcada lingüisticamente, produzida por uma frase ou um arranjo de frases. Álvaro Dias, presidente do PP, falando dos ministros do governo Itamar, disse: *O governo não escolhe ministro por currículo, mas por prontuário*. Nessa frase, o deputado insinua que os ministros do governo Itamar eram bandidos, que tinham passagem pela polícia.

A diferença entre um pressuposto e um subentendido é que aquele é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador lingüístico, enquanto este é de responsabilidade do ouvinte. O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não o ser. Já o subentendido é construído, para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal das palavras, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. Se o Presidente Itamar interpelasse o deputado Álvaro Dias, este poderia afirmar que o que estava querendo dizer é que o Presidente era muito cuidadoso na escolha dos ministros e só escolhia aqueles que tivessem uma vida absolutamente limpa, sem registro em prontuários policiais.

O subentendido é um meio de o falante proteger-se, porque, com ele, diz o que quer sem se comprometer. No primeiro exemplo abaixo, insinua-se que o livro anterior não era bom. No segundo, o carregador entende um subentendido e Groucho nega que o sentido da frase seja o que foi depreendido.

a) Seu novo livro é melhor que o anterior.

b) Groucho: Tem troco para dez dólares?

Carregador: Sim, senhor.
Groucho: Bem, então não vai precisar dos dez centavos que eu ia te dar.

Com os subentendidos, diz-se sem dizer, sugere-se, mas não se diz.

Lição 15

Progressão textual

Leia o texto abaixo:

A tarde ia morrendo.

O sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas, que iluminava com os seus últimos raios.

A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se como ondas de ouro e de púrpura sobre a folhagem das árvores.

Os espinheiros silvestres desatavam as flores alvas e delicadas; e o ouricuri abria suas palmas mais novas, para receber no seu cálice o orvalho da noite. Os animais retardados procuravam a pousada, enquanto a juriti, chamando a companheira, soltava os arrulhos doces e saudosos com que se despede do dia.

Um concerto de notas graves saudava o pôr do sol e confundia-se com o rumor da cascata, que parecia quebrar a aspereza de sua queda e ceder à doce influência da tarde.

Era a Ave-Maria. (ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo, Saraiva, 1968, vol. I, p. 39)

Lendo esse texto antológico de Alencar, observa-se que, de um lado, ele mantém a unidade temática (trata do pôr do sol), de outro, cada frase acrescenta uma informação nova nessa descrição do cair da tarde (o declinar do sol, o comportamento da luz, das plantas, dos animais, os ruídos da tarde).

Compare o texto de Alencar com os dois exemplos abaixo:

a) Estou começando a me sentir vazia, desesperançosa e oca. O vazio me invade e sinto um tremendo vazio dentro de mim. (Redação de vestibular. Apud ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: redação no vestibular.* São Paulo, Mestre Jou, 1981, p. 98)

b) Cada recessão tem um custo violentíssimo permanente, que dura para sempre, para a sociedade. (BIONDI, Aloysio. *Shopping News,* 21/5/1995, p. 4)

Esses dois textos são circulares, ou seja, repetem várias vezes a mesma idéia. No primeiro, aparece quatro vezes a questão do vazio interior: *estou (...) vazia; oca; o vazio me invade; sinto um tremendo vazio dentro de mim.*

No segundo, se o custo da recessão é permanente, é claro que deve ele durar para sempre.

Um texto deve obedecer a duas exigências aparentemente paradoxais: apresentar continuidade semântica e ter progressão. Nele, mantém-se uma unidade temática, mas, ao mesmo tempo, cada segmento deve trazer uma informação nova.

Vimos já que o que faz do texto um texto é a coerência. Ela é o mecanismo que produz uma unidade de sentido. No entanto, unidade de sentido é a manutenção de um tema e não a repetição de idéias, de segmentos com o mesmo significado. Um bom texto deve ter progressão, ou seja, cada segmento deve acrescentar uma informação nova aos enunciados anteriores. A estrutura textual é uma organização de partes distintas, que produz um conjunto uniforme. Não é a repetição de partes iguais.

Num texto, não devem aparecer palavras, expressões ou frases redundantes, nem pormenores impertinentes, nem se devem repetir idéias já expressas explícita ou implicitamente. Analisemos um exemplo apresentado por Othon Moacir Garcia, em seu livro *Comunicação em prosa moderna*:

> Conforme a última deliberação unânime de toda a Diretoria, a entrada, a freqüência e a permanência, nas dependências deste Clube, tanto quanto a participação nas suas atividades esportivas, recreativas, sociais e culturais, são exclusivamente privativas dos seus sócios, sendo terminantemente proibida, seja qual for o pretexto, a entrada de estranhos nas referidas dependências do mesmo. (Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1982, p. 287)

Esse texto apresenta os seguintes problemas:

a) a informação *conforme a última deliberação unânime de toda a Diretoria*, é impertinente, pois é a Diretoria quem toma deliberações concernentes ao funcionamento de uma instituição;
b) se se quiser, no entanto, manter essa informação, o adjetivo *última* é desnecessário, pois não tem a menor importância saber se a deliberação é a última, a penúltima, etc;
c) se a deliberação foi unânime, é de toda a diretoria;
d) não há freqüência ou permanência, se não houver entrada;
e) se a freqüência ao clube é privativa dos sócios, evidentemente também o é a participação nas diferentes atividades;
f) o adjetivo *privativo* já contém a idéia de exclusividade;

g) se a freqüência é privativa dos sócios, a entrada de estranhos está automaticamente proibida; ademais, se a entrada está terminantemente proibida, não é preciso explicitar que ela o é *seja qual for o pretexto;*

h) se se está falando de um clube, evidentemente a proibição da entrada de não-sócios só poderia ser em suas dependências.

Como nota Othon Moacir Garcia, depois de analisar as redundâncias do texto, ficaria ele bem redigido, sem perda da eficácia comunicacional, da seguinte maneira: *É proibida a entrada de estranhos* ou *Só é permitida a entrada de sócios.*

Num texto, é proibido repetir-se, a menos que a repetição tenha uma funcionalidade na construção do seu sentido. Nesse caso, ela não é mais uma simples repetição. Há inúmeros casos em que é um recurso de produção de sentido. Tomemos alguns exemplos.

1. Num poema, o *refrão* serve para dar destaque à idéia central e tem um papel na organização rítmica do texto. Como há uma série de versos que se intercalam entre uma e outra enunciação do refrão, ele não é uma mera repetição, já que ganha intensidade cada vez que é pronunciado.

Observe-se esta cantiga de D. Dinis, que aparece no *Cancioneiro da Vaticana*, sob o nº 171. Nas quatro primeiras estrofes, uma moça interroga o *verde pino* (pinheiro) sobre seu amado; nas quatro últimas, o *verde pino* lhe responde. O ritmo e a musicalidade do poema, criados pelos versos de dez sílabas, produzem a impressão de uma dança. O refrão exprime o grito desesperado e lancinante da amada à procura de seu amor, quebrando o caráter festivo dos decassílabos.

– Ai flores, ai flores do verde pino,
se sabedes nova do meu amigo?
ai, Deus, e u é? (= ai, Deus, onde ele está?)

– Ai flores, ai flores do verde ramo,
se sabedes nova do meu amado?
ai, Deus, e u é?

Se sabedes nova do meu amigo,
aquel que mentiu do que pôs comigo?
ai Deus, e u é?

Se sabedes nova do meu amado,
aquel que mentiu do que mi á jurado?
ai, Deus, e u é?

– Vós me perguntades pelo voss'amigo?
E eu ben vos digo que é san'e vivo:
ai, Deus, e u é?

Vós me perguntades pelo voss'amado?
E eu ben vos digo que é viv'e sano.
ai, Deus, e u é?

E eu ben vos digo que é san'e vivo,
E será vosc'ant'o prazo saído. (=e estará convosco quando terminar
ai, Deus, e u é? o prazo do serviço militar)

E eu ben vos digo que é viv'e sano,
e será vosc'ant'o prazo passado.
ai, Deus, e u é?
(MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo, Cultrix, s.d., p. 23-24)

2. A *repetição* de palavras serve para intensificar, para amplificar uma determinada idéia; a repetição de idéias destina-se a marcar seu papel central no texto. Valemo-nos da repetição intensificadora, mesmo na linguagem falada: *Estou muito, muito cansado.* Vejamos alguns exemplos literários.

a) Todas as cartas de amor são ridículas.
Não seriam cartas de amor se não fossem ridículas
(PESSOA, Fernando, apud LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966, p. 174)

b) Divertia-os a ambição; divertia-os o interesse; divertia-os a soberba; divertia-os a autoridade e ostentação própria. (VIEIRA, apud id., *ib.*, p. 174)

c) Que meio vos parece que se pode dar para um homem em toda a sua vida ter pão sem nunca lhe haver de faltar? Será por ventura ajuntar mais? Lavrar mais? Negociar mais? Desvelar mais? Poupar mais? Adular mais? (VIEIRA, apud id., *ib.*, p. 176)

d) Que faz o lavrador na terra cortando com o arado, cavando, regando, mondando, semeando? Busca pão. Que faz o soldado na campanha, carregado de ferro, vigiando, pelejando, derramando o sangue? Busca pão. Que faz o navegante no mar içando, amainando, sondando, lutando com as ondas e com os ventos? Busca pão. (VIEIRA, apud id., *ib*., p. 176)

e) Deixaria a lavoura? Desistiria da sementeira? Ficar-se-ia ocioso no campo, só porque tinha lá ido? (VIEIRA, apud id., *ib*., p. 215)

A progressão adequada produz a concisão, que é a expressão de uma idéia com o menor número de palavras possível. Não se pode fazer da concisão um fetiche, pois já mostramos que a repetição, muitas vezes, é necessária.

Em resumo, cada segmento do texto deve acrescentar um dado novo ao anterior. A repetição, quando funcional, faz isso e, por isso, justifica-se. As repetições não-funcionais desqualificam o texto, pois demonstram falta *de reflexão e de domínio do assunto que está sendo tratado.*

Lição 16

Dizer uma coisa para significar outra

Leia com atenção os textos abaixo:

A Jesus Cristo Nosso Senhor

Pequei, Senhor; mas não porque hei pecado,
Da vossa alta clemência me despido;
Porque, quanto mais tenho delinqüido,
Vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto pecado,
A abrandar-vos sobeja um só gemido:
Que a mesma culpa, que vos há ofendido,
Vos tem para o perdão lisonjeado.

Se uma ovelha perdida e já cobrada
Glória tal e prazer tão repentino
Vos deu, como afirmais na sacra história,

Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada,
Cobrai-a; e não queirais, pastor divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória.
(MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo, Cultrix, 1976, p. 297)

Ecce nunc in pulvere dormiam, et si mane me quaesieris, non subsistam (= Eis que agora dormirei nas cinzas e, se amanhã me procurares, não estarei). Já que não quereis, Senhor, desistir ou moderar o tormento, já que não quereis senão continuar o rigor e chegar com ele ao cabo, seja muito embora: matai-me, consumi-me, enterrai-me: *Ecce nunc in pulvere dormiam;* mas só vos digo e vos lembro uma coisa: que "se me buscardes amanhã, que me não haveis de achar": *Et si mane me quaesieris, non subsistam.* Tereis aos sabeus, tereis aos caldeus, que sejam o roubo e o açoite de vossa casa; mas não achareis a um Jó que a sirva, não achareis a um Jó que a venere, não achareis a um Jó que, ainda com suas chagas, a não desautorize. O mesmo digo eu, Senhor, que não é muito rompa nos

> mesmos afetos quem se vê no mesmo estado. Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais espanhóis e portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores, que levem pelo Mundo os estandartes da cruz; Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo; Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente, como em Amsterdão, Meldeburgo e Flisinga e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias. (VIEIRA, Antônio. *Sermões.* 7 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1975, p. 31-32)

No primeiro texto, Gregório de Matos, dirige-se a Deus, solicitando-lhe o perdão por seus pecados. No entanto, esse pedido é interessante, pois o poeta considera que perdoar é um ganho para Deus, já que condenar implicaria perda de sua glória. Portanto o que o poeta faz, nesse soneto, é dizer a Deus que não deve ele fazer um mau negócio, deixando de perdoar-lhe. Nesse texto, o enunciador quer que se entenda exatamente aquilo que foi dito. Há uma concordância entre o que se disse e o que se pretendeu dizer.

Já o segundo texto apresenta uma particularidade diferente. Faz ele parte do célebre *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda,* pregado em 1640, em Salvador, na Bahia, quando os holandeses apertavam o cerco contra a cidade, ameaçando invadi-la.

Nesse sermão, Vieira dirige-se diretamente a Deus, pedindo, suplicando e até exigindo que ele salve a cidade. O sermão começa com um versículo do salmo XLIII:

> Levanta-te! Por que dormes, ó Senhor? Levanta-te e não nos repilas para sempre. Por que voltas a face? Esquece-te da nossa miséria e da nossa tribulação? Levanta-te, ó Senhor, ajuda-nos e redime-nos por causa de teu nome.

O texto transcrito acima começa um versículo do livro de Jó (VII, 21): *Eis que agora estarei no pó, mas, se amanhã me buscardes, não estarei.* Esse texto bíblico funciona como argumento de autoridade: se Jó falou assim com Deus, Vieira também se sente no direito de dirigir-se severamente à divindade. Depois da citação latina, o pregador começa a parafrasear o que disse Jó: se Deus não moderasse seus tormentos, se continuasse a mandar-lhe sofrimentos

até que sua vida acabasse, não encontraria mais quem o servisse, quem o venerasse, quem o bendissesse, como, apesar das dores, fazia Jó, mas apenas inimigos, como os sabeus e os caldeus.

Tendo parafraseado o texto do livro do Jó, estabelece uma relação de identidade entre a situação de Jó e as das pessoas que estavam cercadas pelos holandeses. Daí conclui que, se as circunstâncias são as mesmas, os sentimentos em relação à divindade devem ser iguais. Por isso, dirige-se a Deus, dizendo-lhe que abrase, destrua e consuma a todos. Adverte-o, porém, de que, no dia em que desejar encontrar espanhóis e portugueses, não os achará, deparará apenas com holandeses.

Segue, então, um texto magnífico, em que o pregador diz uma coisa para significar outra; afirma alguma coisa, para que se entenda exatamente o contrário; devem-se compreender suas afirmações como negações. Quando diz, por exemplo, *Holanda* (= os holandeses) *levantará altares* o que quer dizer é *Holanda não levantará nenhum altar.* Esse recurso em que se diz uma coisa para significar o contrário chama-se *ironia* ou *antífrase.*

Como se percebe a ironia de Vieira? Se ele está fazendo um paralelo entre a história de Jó e a situação dos portugueses e identifica os portugueses e os espanhóis a Jó, os holandeses só podem ser comparados aos sabeus e caldeus, que não serviriam a Deus, não o venerariam, etc. Quando diz que os holandeses vão fazer tudo isso, o que quer dizer é que eles não farão nada disso. Com efeito, a Holanda era um país protestante, ao contrário de Portugal e de Espanha, e nada faria pela fé católica.

Habitualmente, dizemos alguma coisa, desejando que o ouvinte entenda exatamente aquilo que foi dito. Nesses casos, há uma adequação entre o que se disse e o que se quis dizer. No entanto, nem sempre há essa correspondência. Muitas vezes diz-se alguma coisa, querendo que se entenda uma outra; diz-se uma coisa para significar outra.

Há uma série de mecanismos lingüísticos que servem para estabelecer intencionalmente um conflito entre o que se diz e o que se pretende dizer.

Ironia ou antífrase

É a afirmação de alguma coisa que se quer negar. Quando se produz uma ironia, o que se deve entender é o contrário do que foi dito.

> Vejam os altos feitos desses governadores: dilapidar o erário público, quebrar o Estado e fomentar a corrupção.

Evidentemente, *altos feitos* significa *não altos feitos*. Entendemos uma ironia, por oposições criadas, explícita ou implicitamente, no interior do texto. São os sentidos opostos e mutuamente exclusivos que patenteiam a ironia. Assim, no exemplo acima, há uma contradição entre *altos feitos* e *dilapidar o erário público, quebrar o Estado, fomentar a corrupção*. Às vezes, essa oposição pode ficar implícita em função da situação de comunicação. Assim, quando um torcedor diz *Que bela partida!* a um jogador de um time que perdeu de goleada e jogou muito mal, a situação de comunicação dispensa que se explicite a contradição no texto.

Observe como Camões comenta a contradição entre o nome de um determinado monte e suas características:

Junto de um seco, fero e estéril monte,
Inútil e despido, calvo, informe,
Da Natureza em tudo aborrecido;
Onde nem ave voa ou fera dorme,
Nem rio claro corre ou ferve fonte,
Nem verde ramo faz doce ruído;
Cujo nome, do vulgo introduzido,
É Feliz, por antífrase infelice
(*Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1988, p. 311-312)

Veja um outro exemplo:

Moça linda bem tratada,
três séculos de família,
burra como uma porta:
um amor.
(ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 4 ed. São Paulo, Martins, 1974, p. 299)

Lítotes

Nesse mecanismo, nega-se algo para afirmar seu contrário.

À beira do negro poço
debruço-me e nele vejo,
agora que não sou moço,
um passarinho em um desejo.
(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 290)

Agora que não sou moço significa “agora que sou velho”: nega-se a mocidade, para afirmar a velhice.

Quando se nega o contrário do que se quer afirmar, diz-se menos para dar a entender mais. Diz-se de forma atenuada, para que o ouvinte ou o leitor entenda de maneira enfática. É mais atenuado dizer *não é muito trabalhador* do que dizer *é vagabundo.*

Preterição

É a negação explícita de que se pretende dizer o que, de fato, se disse. Nega-se claramente que se queira dizer o que se disse. Simula-se não desejar dizer o que se disse. Um belo exemplo de preterição ocorre na peça *Júlio César,* de Shakespeare. Marco Antônio, em seu discurso no sepultamento de César (cena II do 3º ato), desaprova a opinião de Bruto sobre César e, ao mesmo tempo, nega explicitamente que o faça; glorifica o morto e nega que o esteja fazendo.

> Amigos, romanos, compatriotas, prestai-me atenção! Estou aqui para sepultar César, não para glorificá-lo. O mal que fazem os homens perdura depois deles! Freqüentemente, o bem que fizeram é sepultado com os próprios ossos! Que assim seja com César! O nobre Bruto vos disse que César era ambicioso. Se assim foi, era uma grave falta e César a pagou gravemente. Aqui, com a permissão de Bruto e dos demais (pois Bruto é um homem honrado, como todos os demais são homens honrados), venho falar nos funerais de César. Era meu amigo, leal e justo comigo; mas Bruto diz que era ambicioso; e Bruto é um homem honrado. Trouxe muitos cativos para Roma, cujos resgates encheram os cofres do Estado. César, neste particular, parecia ambicioso? Quando os pobres deixavam ouvir suas vozes lastimosas, César derramava lágrimas. A ambição deveria ter um coração mais duro! Entretanto, Bruto disse que ele era ambicioso e Bruto é um homem honrado. Todos vós o vistes nas Lupercais: três vezes eu lhe apresentei uma coroa real e, três vezes, ele a recusou. Isto era ambição? Entretanto, Bruto disse que ele era ambicioso, e, sem dúvida alguma, Bruto é um homem honrado. Não falo para desaprovar o que Bruto disse, mas aqui estou para falar sobre aquilo que conheço! Todos vós já o amastes, não sem motivo. Que razão, então, vos detém, agora, para pranteá-lo? (*Obra completa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1989, p. 449)

Observe um outro exemplo, em que D. Jerônymo Osório diz que não fala do que está falando:

> Pois, Senhor, de que serviria logo tanto trabalho e tanta despesa sem fruto? Não falo dos juros que os fidalgos têm vendido; nas jóias das senhoras empenhadas; nas lágrimas das mulheres; na pobreza da gente nobre; na miséria dos que pouco podem. Gaste-se tudo e consuma-se por serviço de Deus e de Vossa Alteza que quando Deus Nosso Senhor oferecer uma grande ocasião para seu serviço, não haja em Portugal forças para se lançar mão dela.(“Carta II a D. Sebastião”. In: *Cartas portuguesas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 18)

Reticência

Nesse mecanismo lingüístico, há uma suspensão do que se está dizendo, deixando-se, no entanto, patente o que se pretende dizer. Interrompe-se a frase, mas o contexto deixa claro o que se quer dizer. Dessa forma, diz-se sem dizer. Observe o exemplo abaixo, em que, com a reticência após a palavra *depois*, o poeta não diz explicitamente o que acontece entre os amantes, mas, pelo contexto, deixa entender o que se pretendia dizer.

> Trememos de medo... a boca emudece
> Mas sentem-se os pulos do meu coração!
> Seu seio nevado de amor se entumece...
> E os lábios se tocam no ardor da paixão!
>
> – Depois... mas já vejo que vós, meus senhores,
> Com fina malícia quereis me enganar,
> Aqui faço ponto; – segredos de amores,
> Não quero, não posso, não devo contar!
> (ABREU, Casimiro de. *As primaveras*. São Paulo/Brasília, Martins/INL, 1972, p. 86)

Observe um outro exemplo, em que o contexto deixa patente a frase que Menezes suspende: *se canse do marido e o traia*.

> Félix foi buscar a carteira, tirou dela a carta, e entregou-a a Menezes.
> Menezes leu o que se segue:
> Mísero moço! És amado como era o *outro;* serás humilhado como *ele*. No fim de alguns meses terás um Cirineu para te ajudar a carregar a cruz, como teve o *outro*, por cuja razão se foi desta para melhor. Se ainda é tempo, recua!
> A carta não tinha assinatura.

Menezes ficou atônito; mas foi obra de alguns instantes, poucos.

Sua índole generosa repelia a idéia de acreditar na revelação que acabava de ler.

– É impossível, disse ele.

Félix ergueu a cabeça, que apertava entre as mãos, e replicou:

– Essa é a tua convicção; eu quisera que fosse a minha. Mas que testemunho tens tu contra o que aí vês escrito?

– Não sei, respondeu Menezes com calor, mas é o que me diz o coração. *Repugna crer que essa pobre senhora...* Não, é impossível. Demais, uma carta anônima! (ASSIS, Machado de. *Obra completa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 190)

Há dois outros mecanismos lingüísticos, em que não há um conflito entre o que se diz e o que se quer dizer, mas entre o que se diz e os fatos narrados.

Eufemismo

É a atenuação do que teria intensidade maior. Com ele, suaviza-se o que seria grosseiro ou chocante. No poema abaixo, fala-se de morte, sem nomeá-la claramente, ela é designada por meio de uma série de expressões atenuadas.

Consoada

Quando a *indesejada das gentes* chegar
(Não sei se dura ou caroável),
Talvez eu tenha medo.
Talvez sorria, ou diga:
– Alô*, iniludível!*
O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(*A noite* com seus sortilégios.)
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar.
(BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 307)

O eufemismo tem a função, muitas vezes, de ocultar a realidade.

Expressão acabada da tecnocracia, o economês tem seu aspecto cruel – como elemento de dominação de uma casta que, desde os governos militares não pára de ganhar poder – e seu caráter ilusório, a serviço de uma ideologia

do eufemismo (ou *flexibilização e realinhamento* são algo mais que meros aumentos de preços?). (MARTINS, Eduardo. *O Estado de S. Paulo.* 1º/1/1995, B5)

Hipérbole

É o exagero daquilo que é mais atenuado. Com ela, intensifica-se a expressão.

Então, de peito aberto, mandei que José Mateus apertasse o gatilho:

– Atira, seu filho de uma égua, que a peça é de segurança.

O povo, em derredor espalhou a perna no medo de pegar bala vadia e muito sujeito correu para trás de porta. O enfezadinho, sem força nem para segurar a arma, veio cair junto da minha montaria ajoelhado. Contou que devia uns adiantados a Cicarino e o aguardenteiro, de cima dessa prevalência, ameaçou trancar os restos de seus dias no fundo da cadeia. Visse eu que ele possuía ninhada de moleques e não sabia, desde mês, o que era gosto de gordura. E mostrou o peitinho afundado, onde aparecia o reco-reco das costelas:

– Tenha dó, coronel. Tenha pena deste sofredor.

Não agüentei – e caso José Mateus relatasse nova remessa de miséria eu era Azeredo de dar ao necessitado a camisa do corpo e toda a pecúnia do bolso. De coração compadecido, mas ainda em berro autoritário, mandei que ficasse de pé:

– Não sou santo de altar, São Jorge ou Santo Onofre, para ninguém cair ajoelhado na poeira.

Digo, sem ostentação, que Deus não cresceu o neto de meu avô na beira dos dois metros para que ele desperdiçasse essa grandeza toda em raiva de *anão*, em ódio de *sujeito nascido para caber num dedal de costureira.* (CARVALHO, José Cândido de. *O coronel e o lobisomem.* 8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 23-24).

Observe outros exemplos:

a) Outra vez aquele frio de lobisomem varreu o espinhaço da campeirada, de fazer sossego de cemitério. *Uma raiz que brotasse, vinha à tona seu barulho.* (Id., *ibid.*, p. 45)

b) Lá perambulei a tarde toda, em conferência sem-vergonhista. Contou ele na ponta dos dedos os rabos-de-saia que lustraram os paus de sua cama, tantos e tantos de não ter cabeça para guardar:

– Nem um caderno alentado dava para escrever os nomes todos.
E como prova de libertinagem retirou de uma canastra quantidade de ligas e demais petrechos que as madamas, na pressa da retirada, esqueciam nos cantos:
– De deixados de lenço nem é bom falar. Tenho um gavetão cheio.
Rebati o avantajado dele com avantajado igual. Fiz ver, apontando o queixo, *que um terço da barba perdi em roçar cangote de donzela militante:*
– Ou mais, seu compadre, ou mais. (Id., *ibid.*, p. 111)

c) aquela que faz certa a coisa incerta
e os dias, *mais que séculos*, compridos...
(ALMEIDA, Guilherme de. *Poesia vária.* São Paulo, Cultrix, 1976, p. 99)

d) No tempo de meu Pai, sob estes galhos,
Como uma vela fúnebre de cera,
Chorei *bilhões de vezes* com a canseira
De inexorabilíssimos trabalhos.
(ANJOS, Augusto dos. *Poesia e prosa.* São Paulo, Ática, 1977, p. 69)

e) E logo nesse instante concertou
Para a guerra o belígero aparelho,
Para que ao Português se lhe tornasse
Em roxo sangue a água que buscasse.
(CAMÕES, Luís de. Os Lusíadas. I, 82)

Na linguagem de todos os dias usamos muitas hipérboles (*faz séculos que a estou esperando, já que disse mais de mil vezes, estou morrendo de sede, posso falar com você um minuto?*) e muitos eufemismos (*fazer amor, ir ao lavabo, descansar*). O eufemismo atinge aqueles domínios discursivos atingidos pelo tabu lingüístico: funções reprodutoras e excretoras, órgãos sexuais, etc. Os tabus mudam de época para época, de sociedade para sociedade. Algumas palavras que não se diziam em público hoje aparecem nos jornais, nas novelas, etc.

Como já explicamos ao falar da ironia, o leitor compreende que há um conflito entre o que se disse e o que se quer dizer, porque o texto traz marcas explícitas ou implícitas (aquelas que se depreendem da situação) dessa contradição semântica.

Por que é que se utilizam esses mecanismos de não-concordância entre a intencionalidade do dizer e o dito? Quando se comunica alguma coisa, o enunciador não quer somente fazer o outro saber alguma coisa, mas quer também levá-lo a aceitar aquilo que disse. Por isso, vale-se de uma série de mecanismos

lingüísticos que levam o ouvinte ou o leitor a admitir como verdadeiro o que foi transmitido. Esses mecanismos de discordância entre o que se pretende dizer e o que se disse visam a chamar a atenção do leitor com vistas a fazê-lo ficar mais facilmente de acordo com o que se comunicou. O enunciador diz menos para que o leitor entenda mais, diz e afirma não ter dito, deixa patente o que não disse, simula moderação para dizer enfaticamente, finge exagero para dizer atenuadamente. Dessa forma, revela significados, encobrindo-os, e oculta significados, mostrando-os. Com isso, o leitor atenta melhor para o que está sendo dito e, dessa maneira, é conduzido a aceitar mais facilmente o conteúdo transmitido. Com esses mecanismos, o enunciador vela significados para desvelá-los, revela sentidos para escondê-los. O leitor, no entanto, só percebe o sentido do texto, quando apreende esses conflitos, pois, nesses casos, o significado constrói-se exatamente na não correspondência entre o que se diz e o que se quer dizer.

Lição 17

Argumentação

Leia o texto que se segue:

Será porventura o não fazer fruto hoje a palavra de Deus, pela circunstância da pessoa? Será porque antigamente os pregadores eram santos, eram varões apostólicos e exemplares, e hoje os pregadores são eu e outros como eu? Boa razão é esta. A definição do pregador é a vida e o exemplo. Por isso Cristo no Evangelho não o comparou ao semeador, senão ao que semeia. Reparai. Não diz Cristo: Saiu a semear o semeador, senão, saiu a semear o que semeia: *Ecce exiit qui seminat, seminare.* Entre o semeador e o que semeia há muita diferença: uma cousa é o soldado, e outra cousa o que peleja; uma cousa é o governador, e outra o que governa. Da mesma maneira, uma cousa é o semeador, e outra o que semeia; uma cousa é o pregador, e outra o que prega. O semeador e o pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao pregador. Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes. Antigamente convertia-se o mundo, hoje por que se não converte ninguém? Porque hoje pregam-se palavras e pensamentos, antigamente pregavam-se palavras e obras. Palavras sem obras são tiro sem bala; atroam, mas não ferem. A funda de Davi derrubou ao gigante, mas não o derrubou com o estalo, senão com a pedra: *Infixus est lapis in fronte ejus* (= A pedra entrou em sua fronte). As vozes da harpa de Davi lançavam fora os demônios do corpo de Saul, mas não eram vozes pronunciadas com a boca, eram vozes formadas com a mão: *David tollebat citharam, et percutiebat manu sua* (= Davi pegava a cítara e tangia-a com sua mão). Por isso Cristo comparou o pregador ao semeador. O pregar, que é falar, faz-se com a boca; o pregar, que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras. Diz o Evangelho que a palavra de Deus frutificou cento por um. Que quer isto dizer? Quer dizer que de uma palavra nasceram cem palavras? Não. Quer dizer que de poucas palavras nasceram muitas obras. Pois palavras que frutificam obras, vede se podem ser só palavras! (VIEIRA, Antônio. *Sermões.* Porto, Lello, 1959, vol. I, t. 1, p. 14-15)

Esse texto foi extraído do célebre *Sermão da sexagésima,* em que Vieira desenvolve, a partir da parábola do semeador, uma teoria da eficácia da

sermonística. Discute todas as possíveis causas da ineficácia da pregação e mostra como se torna eficaz um sermão. Nessa passagem, vai mostrar que a pessoa do pregador desempenha um papel importante no êxito de uma peça oratória. A tese que defende é que uma pregação só terá eficácia, se houver uma concordância entre o que o pregador diz e o que faz.

Aduz as seguintes razões para comprovar sua tese:

a) Cristo diz no Evangelho *saiu a semear o que semeia e não saiu a semear o semeador,* porque *semeador,* sendo substantivo, designa um ser, enquanto *o que semeia,* centrado num verbo, indica uma ação;

b) na língua, faz-se sempre diferença entre o nome e a ação, como o comprovam vários exemplos: *soldado* vs *o que peleja; governador* vs *o que governa;*

c) os fatos da antigüidade mostram que o exemplo é que converte;

d) há uma identidade entre *palavras sem obra e tiro sem bala*, pois ambos atroam, mas não ferem;

e) dois exemplos das Escrituras comprovam que não é a palavra, mas a ação é que é eficaz: a derrubada do gigante por Davi e a expulsão dos demônios do corpo de Saul;

f) há duas espécies de pregação: o falar, que se faz com a boca; o semear, que se faz com a mão;

g) a eficácia da pregação só existe quando os homens passam a agir segundo a palavra de Deus e, por isso, só palavras não podem ser eficazes.

Vieira argumenta em favor de sua tese, ou seja, fornece razões para que a aceitemos.

Que é argumentar? Normalmente, pensa-se que comunicar seja apenas transmitir informações. A teoria da comunicação mostra que intervêm, na realização do ato comunicativo, seis fatores: o emissor (aquele que produz a mensagem); o receptor (aquele a quem a mensagem é transmitida); a mensagem (elemento material que veicula informações: por exemplo, um conjunto de sons, uma imagem); o código (um sistema lingüístico, ou seja, um conjunto de elementos e de regras combinatórias que permite construir uma mensagem: por exemplo, uma língua); o canal (conjunto de meios sensoriais ou não pelos quais a mensagem é transmitida: por exemplo, o canal auditivo, o telefone); o referente (a situação a que a mensagem remete). Apesar de analisar detidamente como cada um desses seis fatores interfere no processo comunicacional, a teoria da comunicação vê o ato comunicativo de maneira muito simplificada, pois concebe emissor e receptor como pólos neutros, a quem cabe tão somente produzir, receber e compreender mensagens.

O processo comunicativo é mais complexo, pois há uma diferença nítida entre comunicação recebida e comunicação assumida. Comunicar é agir sobre o outro e, por conseguinte, não é só levá-lo a receber e compreender mensagens, mas é fazê-lo aceitar o que é transmitido, crer naquilo que se diz, fazer aquilo que se propõe. Isso quer dizer que comunicar não é apenas fazer saber, mas principalmente fazer crer e fazer fazer. É o que diz Vieira, falando da eficácia do sermão: não se deve falar ao vento (= não persuadir), mas ao coração (= persuadir). Comunicar significa obter adesão. Esta depende de opiniões prévias, de crenças, de aspirações, de valores, de normas de conduta que se admitem como válidas, de convicções políticas, de emoções, de sentimentos, de visão de mundo, etc.

Persuadir é levar o outro a aderir ao que se diz. A eficácia de um ato de comunicação reside na aceitação do que expôs o emissor. Muitas vezes, pensa-se que a argumentação restringe-se à demonstração, procedimento por meio do qual se mostra a verdade de uma conclusão ou, ao menos, sua relação necessária com as premissas; em que se trabalha com provas, cuja validade independe das convicções pessoais. Um exemplo clássico de um raciocínio demonstrativo é o silogismo, que foi definido por Aristóteles, como "uma série de palavras, em que, sendo admitidas certas coisas, delas resultará necessariamente alguma outra, pela simples razão de se terem admitido aquelas". Por exemplo:

Todas as estrelas brilham com luz própria;
Sírio é uma estrela;
Logo, Sírio brilha com luz própria.

Admitindo-se que a primeira e a segunda proposições sejam verdadeiras, a conclusão torna-se necessária.

A argumentação engloba a demonstração, mas não se restringe a ela, pois trabalha não só com o que é necessariamente verdadeiro, o que é logicamente demonstrável, mas também com aquilo que é pausível, possível, provável. Argumentar, em sentido lato, é fornecer razões em favor de determinada tese. Enquanto a demonstração lógica implica que, se duas idéias forem contraditórias, uma será verdadeira e a outra falsa, a argumentação em sentido lato mostra que uma idéia pode ser mais válida que outra. Isso significa que a adesão não se faz somente a teses verdadeiras, mas também a teses que parecem oportunas, socialmente justas, úteis, equilibradas, etc. Assim, a argumentação opera não só com o necessário, mas também com o preferível, isto é, com juízos de valor, em que alguma coisa é considerada superior a outra, melhor do que outra, etc.

Aristóteles analisou, nos *Tópicos,* os diferentes lugares comuns (tópicos) empregados na persuasão. Destaquemos quatro deles:

1. lugar da quantidade é aquele que mostra que alguma coisa é superior a outra por ser proveitosa a um número maior de pessoas, por ser mais durável, por ser útil em situações mais variadas, por ser mais antiga, etc. Muitas publicidades fundamentam-se no lugar da quantidade.

a) Bombril tem mil e uma utilidades.

b) A Sul América faz parte da sua vida desde o tempo em que anúncio se chamava reclame.
Desde sua fundação em 5 de dezembro de 1895, a Sul América é uma empresa em sintonia com o seu tempo. E voltada para as necessidades de seus clientes.
Durante toda a sua existência, a Sul América tem contado com a dedicação dos seus funcionários. Com o apoio dos corretores e prestadores de serviços. E com a confiança dos seus segurados. Por isso ela chega aos 100 anos, em 1995, percebida pelo público como a seguradora mais confiável do mercado.
Sul América Seguros
100 anos de garantia.

(Esse texto verbal é acompanhado de uma foto de um antigo cartaz publicitário, que mostra o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara e contém os seguintes dizeres: *Firme como o Pão de Assúcar. Sul América. A maior Cia. de Seguros de Vida na América do Sul.* Para indicar que essa publicidade é bastante antiga, *açúcar* está escrita com dois s, segundo velhas normas ortográficas). (*Veja*, 31/5/1995, p. 46-47)

c) Quantos grupos trabalham em prol dos brancos? Poucos. Por isso vivemos a situação reversa de enfrentar discriminação em nossos trabalhos, pagamos altos impostos para sustentar programas de bem-estar para as minorias. Nós do KKK estamos compromissados com os interesses da maioria branca (Planfleto *An Introduction to the Invisible Empire of the Ku Klux Klan.* In: *Folha de S. Paulo,* 11/6/1995, 1-30)

2. lugar da qualidade é aquele segundo o qual é preferível o que é único, raro, insubstituível. O Credicard veiculou uma propaganda na televisão, nos primeiros meses de 1995, que mostrava pessoas fazendo coisas que não são absolutamente indispensáveis. Um locutor comentava o que elas faziam, dizendo, por exemplo: Não é necessário passar a primavera em Paris. O cartão de crédito era, então, associado ao que distingue certas pessoas da grande maioria.

Leia este texto extraído de um folheto publicitário do Cartão Nacional Visa, em que se faz uso do lugar da qualidade, estruturando-se a publicidade como se fosse um anúncio de correio sentimental:

> 6 meses de experiência
> Jovem, poliglota, de excelente reputação e prestígio, bem recebido no Brasil inteiro e em mais de 200 países, procura para relacionamento experimental de 6 meses e futuro compromisso, pessoas acima de 21 anos, que adorem viver bem, gostem de viajar, ir a restaurantes, shoppings, teatros, supermercados, fazer compras e muitas outras coisas boas da vida. Rio de Janeiro: 0800 21-0080.
> Cartão Nacional Visa, 6 meses sem anuidade para você conhecer e aprovar. Entre em contato com a gente hoje mesmo e associe-se ao Nacional Visa. Você tem 6 meses para testar e aprovar todos os seus benefícios e serviços exclusivos.

Observe este texto publicitário do Banco Econômico, que combina os lugares da qualidade e da quantidade.

> Econômico. Bom atendimento para todas as gerações.
> Se o que você quer do seu Banco é bom atendimento, seja Econômico.
> Em cada uma das 279 agências do Econômico você tem gerentes prontos para ouvi-lo, trocar idéias, oferecer os melhores investimentos, as melhores soluções. Uma verdadeira assessoria econômica.
> Se seu negócio exige rapidez e praticidade, seja Econômico.
> Suas agências são todas informatizadas. Por isso, além de atendimento personalizado, você conta com a melhor tecnologia bancária pronta para servi-lo: 2.667 caixas e terminais de clientes, 113 terminais de auto-atendimento, 571 quiosques do Banco 24 Horas, 135 postos de serviço, atendimento por telefone e fax 24 horas por dia, 7 dias por semana, entre outras facilidades.
> Tudo isso porque nos seus 160 anos o Econômico sempre investiu em gente e tecnologia com um único objetivo: dar o melhor atendimento a todos os seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas.
> O Econômico é a mais antiga instituição financeira privada da América Latina. Um dos dez maiores bancos brasileiros. E o único que une a tecnologia de um banco jovem e ágil a uma história de 160 anos de tradição e bons negócios.
> Seja Econômico. Qualquer que seja a sua geração, você vai ser bem atendido.
> Econômico
> Desde 1834
> (*Veja*, 7/6/1995, p. 144-145)

3. lugar da ordem é aquele que afirma a superioridade da causa sobre o efeito, do anterior sobre o posterior, etc. Por exemplo, os índios brasileiros têm direito a todas as terras do território nacional, porque já estavam aqui, quando os portugueses chegaram.

4. lugar do existente é aquele que declara a superioridade do que é sobre aquilo que é apenas possível. O provérbio *Mais vale um pássaro na mão do que dois voando* baseia-se nesse tópico.

Estamos, pois, tomando argumentação num sentido bastante amplo. São argumentos tanto as provas demonstrativas, ou seja, aquelas que mostram a verdade de uma conclusão ou, pelo menos, sua relação necessária com as premissas, aquelas cuja validade independe de opinião pessoal, quanto as persuasivas, isto é, aquelas que buscam a adesão de indivíduos para uma determinada tese, apelando para o preferível. A adesão pode ter intensidade variável e depender de diferentes razões: a tese pode ser considerada verdadeira, oportuna, socialmente justa, útil, equilibrada. Enquanto nas provas demonstrativas a verdade de uma tese implica a falsidade da outra, as provas persuasivas mostram que uma tese é melhor que a outra. Essa concepção de argumentação está de acordo com a etimologia da palavra *argumento,* que vem do latim *argumentum*, vocábulo formado com o tema *argu-*, que está também presente nos termos *arguto, argúcia, argênteo, argentum* e significa "fazer brilhar", "fazer cintilar". O argumento é, pois, tudo aquilo que ressalta, faz brilhar, faz cintilar uma idéia. Argumento é todo procedimento lingüístico utilizado pelo enunciador com vistas a fazer seu interlocutor aceitar o que está sendo dito, a persuadi-lo, a levá-lo a crer, a conduzi-lo a fazer o que foi proposto.

Todo texto é, portanto, argumentativo. Alguns se apresentam explicitamente como argumentativos, como os discursos publicitários; outros se mostram como discursos de busca e de comunicação do conhecimento, como os textos científicos. Aqueles valem-se mais de provas persuasivas; estes utilizam-se mais de provas demonstrativas. No entanto, em qualquer dos casos, uma argumentação bem feita dá consistência ao texto, produz uma sensação de realidade e uma impressão de verdade. Leva o leitor a crer que o texto fala de coisas reais e verdadeiras, leva-o a aceitá-lo.

Analisemos agora alguns tipos de argumento.

1 – Argumentos baseados no consenso.

As matemáticas trabalham com axiomas, isto é, proposições evidentes por si mesmas e, portanto, indemonstráveis: duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si; o todo é maior que a parte; o todo é igual à soma das partes

que o constituem; de um ponto a outro não se pode traçar mais de uma linha reta; duas grandezas (linhas, superfícies ou sólidos) são iguais, quando, colocadas uma sobre a outra, coincidem em toda a sua extensão. Os axiomas são verdades, ou seja, idéias que se impõem pela evidência. Outras vezes, operamos com presunções, que são proposições fundadas numa base suficiente, dada pelas experiências partilhadas, pelo senso comum, por aquilo que se considera normal, para formar uma convicção razoável: por exemplo, uma pessoa ilustre não pode praticar um ato indigno.

As ciências humanas trabalham com máximas e proposições aceitas como verdadeiras numa certa época. Por isso, dispensam demonstração, a menos que o texto em que aparecem tenha sido escrito exatamente com a finalidade de demonstrá-las. Para efeitos de argumentação, podem-se usar, portanto, proposições evidentes por si ou universalmente aceitas. Por exemplo, prescindem de demonstração afirmações como:

a) Nenhum país pode ser considerado civilizado, se nele não se acatam as decisões de Justiça.

b) País bom é o que cuida das crianças... (TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Veja*, 7/6/1995, p. 170)

c) A educação é a base do desenvolvimento econômico.

Não devemos confundir argumentos baseados no consenso com lugares comuns carentes de base factual, de validade discutível, reveladores muitas vezes de preconceitos do enunciador: o crime não compensa, político não presta, brasileiro não gosta de trabalhar, etc.

2 – Argumentos baseados em fatos.

As opiniões pessoais transmitem apreciações, pontos de vista, julgamentos, que exprimem aprovação ou desaprovação. Terão elas muito pouco valor, se não estiverem apoiadas em fatos, isto é, elementos da realidade. Dizer *Ele é muito cheio de si*, *Ele tem complexo de inferioridade*, *Esse carro é maravilhoso* tem menos valor argumentativo do que afirmar *Ele é muito cheio de si: raramente, dirige a palavra a um subordinado; Ele tem complexo de inferioridade: não quis inscrever-se no concurso, pois, embora pudesse ter sido aprovado com facilidade, não se achava preparado para ser professor universitário; Esse carro é maravilhoso: rodou 100.000 quilômetros sem precisar de qualquer conserto.*

Nas campanhas políticas, por exemplo, é comum fazerem-se acusações genéricas contra os candidatos, chamando-os de incompetentes, corruptos, ladrões. Esse argumento contra a candidatura de alguém terá peso maior, se for acompanhado de fatos comprobatórios. Se um adversário diz que X é corrupto, bastará que um partidário negue a acusação, para contra-argumentar. No entanto, se disser que X é corrupto, porque aceitou pagamento da construtora Y para apresentar a emenda Z na Comissão de Orçamento, a contra-argumentação fica mais complicada.

Os fatos que servem para argumentar em favor de uma determinada idéia podem ser cifras, estatísticas, acontecimentos históricos, dados da experiência, etc. Quando bem feita a argumentação baseada em fatos, o texto transmite a impressão de falar de coisas verdadeiras e não de conter um amontoado de opiniões gratuitas. Vejamos alguns exemplos de argumentos baseados em fatos:

a) O cinto evita muitas mortes, mas, segundo autoridades de trânsito, está provocando um efeito colateral mais perigoso do que amassar roupas. Transmite mais segurança aos motoristas, e eles se arriscam mais. Em São Paulo, as mortes diminuíram, mas o número de acidentes aumentou. Em dezembro de 1993, houve 16 227 acidentes. Um ano depois, quando o cinto já era obrigatório, dezembro registrou 17 982 colisões. (*Veja*, 17/5/1995, p. 73)

b) Segundo maior banco público do país, a Caixa Econômica Federal está tão bagunçada que não publica balanço há três anos. Nem o Tribunal de Contas da União aceita seus balancetes. (*Veja*, 17/5/1995, p. 96)

c) Segurar os professores da rede pública na sala de aula virou uma missão difícil. Os baixos salários estão levando milhares deles a pendurar o diploma na parede e procurar outra profissão. No Rio de Janeiro, estima-se que diariamente vinte professores deixem as escolas estaduais e municipais. Em São Paulo, desde janeiro, 210 professores da rede estadual – gente com estabilidade no emprego que no passado não pediria demissão em hipótese alguma – requisitaram exoneração. (*Veja*, 24/5/1995, p. 73)

Os dados apresentados devem ser pertinentes, suficientes, adequados, fidedignos. Recentemente, o antropólogo Luiz Mott publicou em jornais de São Paulo e de Salvador sua tese de que o herói negro Zumbi, líder de Palmares, era homossexual. A comunidade negra reagiu violentamente contra essa idéia (cf. por exemplo *Veja*, 24/5/1995, p. 57-58). Na polêmica que seguiu, líderes do movimento negro disseram, de maneira politicamente incorreta, que “a afirmação

de Mott denigre Zumbi". Subjacente a essa polêmica está a tese, defendida pelos que se posicionaram contra o antropólogo, de que um homossexual não pode ser herói, por causa de suas preferências sexuais. O raciocínio é falacioso, porque o fato de alguém ter uma determinada orientação sexual não é pertinente para a conclusão de que não pode ser herói, visto que não há implicação necessária entre heterossexualidade e heroísmo. Nota o articulista Janer Cristaldo:

> Admitamos que Zumbi tenha sido homossexual. Em que empana este fato sua luta pela libertação dos seus. Homossexual foi Sócrates, e isto em nada desmerece sua condição de pensador ou soldado. Também o foram Alexandre e Alcebíades, e duvido que seus inimigos lhes tivessem menos respeito por tal opção. (...) Homossexuais foram Cervantes e Garcia Lorca. E daí? Vamos jogar na fogueira o Quixote, os poemas de Lorca? (...) Homossexuais são muitos líderes religiosos e políticos do mundo contemporâneo, tanto na Europa como no Brasil, e não será por esta condição que os julgaremos. (...) Por que então este escândalo todo em torno da hipótese de Zumbi preferir rapazes a moças? (*Folha de S. Paulo*, 11/6/1995, 5-3)

Do lado dos ativistas do movimento homossexual, aparece a tese de que os homossexuais são mais talentosos do que os heterossexuais. É ainda Janer Cristaldo, no texto citado acima, quem diz:

> Quando acossados, os homossexuais costumam citar estes colegas ilustres, o que, no fundo, é uma espécie de sofisma. Pois para cada homossexual de talento corresponderão milhares de medíocres. Como também ocorre com os heteros, com negros ou brancos, ricos ou pobres, já que talento não se compra na farmácia.

Os dados que servem de base para a generalização supra-citada são insuficientes para realizá-la, pois do fato de que alguns ou muitos homossexuais são talentosos não decorre necessariamente que todos o sejam. É preciso ter muito cuidado com esses argumentos que apelam para uma totalidade indeterminada, pois basta um único caso contrário para derrubá-los. Quando se diz que todos os brasileiros são indolentes, é suficiente apontar um que não seja, para que a afirmação deixe de ter validade. As generalizações com dados insuficientes revelam tabus e preconceitos.

Na polêmica supracitada aparece ainda a tese de que todo ser humano é bissexual, porque todos os animais mantêm relação sexual com parceiros de ambos os sexos. O fato – correto ou incorreto, não importa – de os animais serem bissexuais não é adequado para afirmar a bissexualidade dos seres

humanos, já que, entre esses, a orientação sexual não é apenas um fato biológico, mas também cultural.

Afirmações generalizantes exigem dados consistentes, fidedignos, adequados, pertinentes, suficientes, que lhes sirvam de suporte. Constrói-se uma generalização indevida, por exemplo, quando se torna o que é acidental, acessório, ocasional como essencial, inerente, necessário. Uma frase comum é: *as mulheres são barbeiras*. É uma generalização indevida tomar a imperícia no trânsito como algo inerente ao sexo feminino, já que se podem citar mulheres que dirigem muito bem. Da mesma forma, dizer que professor universitário é parasita é generalizar indevidamente.

A maioria das sentenças judiciosas do senso comum são generalizações indevidas. A utilização de argumentos desse tipo (por exemplo, brasileiro não sabe votar; brasileiro não se rebela, aceita tudo; jornal só conta mentira; todo artista é bicha; todos os roqueiros são drogados; funcionário público é vagabundo) revela um autor acrítico, preso a lugares comuns, imerso num universo conceptual muito pobre.

Devemos considerar agora um outro aspecto referente aos argumentos baseados em fatos. Muitas vezes, eles estruturam a realidade. Isso ocorre, quando se generaliza um caso particular ou se transpõe para um outro domínio o que é aceito num domínio particular. No primeiro caso, temos o argumento por ilustração ou por exemplo.

No *argumento por ilustração*, um caso particular serve para confirmar uma proposição geral. Em muitos contos de Edgar Allan Poe, enuncia-se um princípio geral, que será em seguida ilustrado com um fato particular. Veja-se, por exemplo, o conto *O demônio da perversidade.* Inicia ele da seguinte maneira:

> Ao examinar as faculdades e impulsos dos móveis primordiais da alma humana, deixaram os frenólogos de mencionar uma tendência que, embora claramente existente como um sentimento radical, primitivo, irredutível, tem sido igualmente desdenhada por todos os moralistas que os precederam. (...) A indução a *posteriori* teria levado a frenologia a admitir, como um princípio inato e primitivo da ação humana, algo de paradoxal que podemos chamar de perversidade, na falta de termo mais característico. (*Ficção completa, poesia & ensaios.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986, p. 344-345)

A essa introdução, segue o relato de um caso que comprova que o ser humano age por perversidade.

Na *argumentação pelo exemplo,* formulamos um princípio geral a partir de casos particulares ou da probabilidade de repetição de casos idênticos. Temos

esse tipo de argumentação, quando, por exemplo, depois de narrar que um fiscal de arrecadação foi preso em flagrante recebendo propina, concluímos que existe corrupção no serviço público brasileiro.

No caso da argumentação pela ilustração e pelo exemplo, constitui defeito argumentativo dar um alcance, que o caso particular não permite, à afirmação geral. Por exemplo, não se pode dizer, a partir de um único caso de corrupção no serviço público, que todos os funcionários são corruptos. As generalizações indevidas, as afirmações gerais que nada têm a ver com os casos particulares relatados ou que são contrárias aos fatos narrados destroem a argumentação baseada em fatos singulares. Por exemplo, não tem nenhum valor argumentativo a afirmação de que o Congresso Nacional está dando todo o apoio ao Executivo, depois de relatar uma série de episódios de derrota fragorosa de proposições do Presidente no Congresso.

Muitas vezes os casos particulares são apresentados como modelos a seguir ou antimodelos a evitar. Observemos este exemplo retirado do sermão de Antônio Conselheiro sobre a dor de Maria na flagelação de seu Filho. Nele, depois de mostrar a dor sentida pela Virgem, diz o pregador:

> Compreendamos, portanto, o plano da Providência Divina e, agradecendo ter-nos dado na Senhora um perfeito modelo de virtudes, tratemos seguir os seus passos para sermos ditosos. (NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo, Nacional, 1974, p. 83)

A *argumentação por analogia* é aquela que transpõe o que é válido num domínio para outro. Tito Lívio, em sua *História romana* (II, 32, 3-12), conta que, numa revolta da plebe, Menênio Agripa procurava pacificar os revoltosos, mostrando que a sociedade precisa ser solitária como os órgãos do corpo humano, pois o estômago precisa das mãos, da boca e dos dentes como estes precisam daquele. Dizia o tribuno da plebe que, um dia, as mãos e a boca se rebelaram e resolveram não mais alimentar o estômago e, assim, todo o corpo ficou doente. Concluía afirmando que os órgãos devem ser solidários, cada um deles deve executar a função que a natureza lhe reservou, senão todo o corpo fica arruinado. Esse argumento estabelece uma analogia entre a fisiologia do corpo humano e a ordem social, para naturalizá-la.

Constitui um defeito na argumentação por analogia aproximar dois domínios que não tenham nenhuma relação de identidade.

3 – *Argumentos fundados na estrutura da realidade.*

São os argumentos que invocam relações de sucessão (por exemplo, relações de causa e efeito) ou de coexistência (por exemplo, relações entre a pessoa e o ato).

Uma argumentação baseia-se na sucessão, quando se procuram determinar as causas ou os efeitos de um fato, quando um evento é apreciado em função de suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis, quando se buscam os motivos que levaram à realização de alguma ação, etc. Quando um promotor pretende provar que uma determinada pessoa cometeu um crime, alegando que seria ela beneficiada por ele, está utilizando a argumentação baseada na sucessão.

Um outro tipo de argumento de sucessão é o que se baseia na relação entre meios e fins. Essa relação serve de fundamento para o argumento do desperdício ou da utilidade (aquele que nos incita a praticar ou não uma ação, em vista de uma finalidade maior a alcançar: por exemplo, votar num determinado candidato para impedir que outro ganhe ou ajudar o devedor insolvente, para não perder o que já se emprestou); o argumento de direção (aquele que apresenta alguma coisa não como um fim, mas como uma etapa importante para atingir determinado fim: por exemplo, todos os argumentos políticos que mostram a importância de ocupar certos postos no aparelho do estado, com vistas a agir para atingir determinadas metas); argumento do supérfluo (aquele que desvaloriza certo ato, mostrando que ele não influi no desenrolar dos acontecimentos).

Vieira, num dos Sermões do Mandato, vai utilizar as relações de sucessão para definir o que não é o amor, pois, para o pregador, o amor deve ser definido fora dessas relações:

> Definindo S. Bernardo o amor fino, diz assim: *Amor non quaerit causam, nec fructum*. O amor fino não busca causa nem fruto. Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há de ter porquê, nem para quê. Se amo, porque me amam, é obrigação, faço o que devo; se amo, para que me amem, é negociação, busco o que desejo. Pois como há de amar o amor para ser fino? *Amo, quia amo, amo, ut amem:* amo, porque amo, e amo para amar. Quem ama porque o amam, é agradecido, quem ama, para que o amem, é interesseiro: quem ama, não porque o amam, nem para que o amem, esse só é fino. E tal foi a fineza de Cristo, em respeito a Judas, fundada na ciência que tinha dele e dos demais discípulos. (*Sermões*. Porto, Lello, 1959, vol. II, t. IV, p. 336)

Quando se faz uso de argumentos de sucessão, deve-se evitar a tautologia, em que se dá como causa de um fato o próprio fato exposto em outras palavras ou em que se considera demonstrado o que se precisa demonstrar. Dizer, por exemplo, que *o fumo faz mal à saúde*, *porque prejudica o organismo* é uma tautologia, já que prejudicar o organismo é fazer mal à saúde. Um acusado de um crime que comece a dizer que é objeto de uma acusação injusta está declarando sua inocência, que é exatamente o que deve provar.

Por outro lado, muitas vezes se toma como causa, explicação, razão de ser de um fato aquilo que não o é. Uma causa é o que provoca um efeito. Assim, deve haver uma relação necessária entre causa e efeito. Muitas vezes, toma-se aquilo que veio antes como causa do que veio depois. O que vem depois não é necessariamente efeito do que o antecede. Por exemplo, se alguém quebra a perna depois de ter visto um gato preto e conclui que o encontro com o gato preto é a causa de ter quebrado a perna, está usando uma falsa causalidade. No entanto, todo o discurso supersticioso baseia-se nesse tipo de causalidade.

As relações de coexistência entre pessoa e ato não se estabelecem entre realidades de nível igual, mas entre duas realidades de nível distinto, sendo uma considerada mais importante que outra. Assim, por exemplo, quando um advogado defende um réu, acusado de matar a mulher, dizendo que ele é bom pai, bom amigo, etc., está considerando essas qualidades mais importantes que o ato em si, está querendo estabelecer atenuantes para o crime, etc. Nesse tipo de argumentação, interpretam-se comportamentos e juízos em função da reputação do indivíduo.

O prestígio de uma pessoa serve de base para o argumento de autoridade, que é freqüentemente utilizado, quando não existem critérios objetivos para determinar a verdade ou falsidade de um juízo. O argumento de autoridade é a citação dos pontos de vista de um autor reconhecido num dado domínio da experiência como meio de prova em favor de uma tese. Com freqüência o argumento de autoridade, em lugar de ser a única prova, vem completar uma rica argumentação. Constata-se, então, que uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme esteja ou não de acordo com a opinião dos oradores. Um oponente das idéias neoliberais poderia dizer “é coisa do Roberto Campos”, enquanto um partidário delas diria “segundo opinião do insigne brasileiro Dr. Roberto Campos”. Retiramos de uma peça de um advogado uma série de argumentos de autoridade:

> Sobre esse “remédio heróico” (...) observou o grande José Carlos Barbosa Moreira, em recente escrito de doutrina (observe-se o uso do adjetivo *grande*);

> Citando o primeiro Agravante, nesse sentido, a opinião de Hamilton de Moraes Barros, a quem a própria indevida inventariante refere como “respeitadíssimo civilista” (ressalte-se a ênfase no reconhecimento da autoridade pela parte contrária);

> no mesmo sentido, expõe um dos mais renomados expositores atuais da matéria (observe-se que é sublinhado o renome ou o reconhecimento como sinal de autoridade no assunto);

como ensina Wellington Moreira Pimental (reforça-se com o verbo sua condição de mestre);

Voltando Carlos Maximiliano ao tratamento da matéria (...) se apóia em uma verdadeira torrente da doutrina nacional e estrangeira (dezesseis autores ao todo) (ao argumento de autoridade acrescenta-se um argumento de quantidade);

A respeito, em livro que honra a cultura jurídica brasileira, seu insigne autor, que o publicou aos setenta e sete anos, declara que (um dos recursos de autoridade é, sem dúvida, o da idade, com a sabedoria e a experiência que com ela se adquire);

Como ensina a maior autoridade brasileira em matéria de interpretação : (...) Sendo também essa a lição da mais alta doutrina estrangeira (a autoridade é assegurada por estar no ponto mais alto da escala de valores do conhecimento sobre a questão);

Observando o gênio de Carnelutti que a decisão passada em julgamento...

O uso de citações, por um lado, cria uma imagem favorável do enunciador, pois mostra que ele conhece bem o assunto que está sendo discutido, porque já leu o que pensaram outros atores sobre ele; por outro, torna os autores citados fiadores da veracidade de um dado ponto de vista. No entando, tem um efeito argumentativo contrário a utilização de citações descosturadas, sem relação com o tema, erradas, feitas pela metade, mal compreendidas.

4 – *Argumentos quase lógicos*.

São aqueles cuja estrutura lembra a dos raciocínios formais, mas que não podem ser considerados lógicos em sentido estrito, porque dão lugar a controvérsia, não demonstrando algo que seja evidente por si mesmo. A argumentação quase lógica permanecerá muitas vezes implícita. Esse tipo de argumento baseia-se em relações.

A identidade é a relação entre dois termos perfeitamente iguais, que, no entanto, permanecem distintos. Na argumentação quase lógica, procuram-se identificar seres, objetos, situações, que não apresentam semelhanças evidentes. Veja-se este trecho de um artigo do senador Pedro Simon, em que ele vai mostrar a falácia de um argumento subjacente (economistas são economistas) à questão de que não há mal nenhum em um Presidente do Banco Central deixar seu cargo e tornar-se empregado de uma instituição financeira privada:

> Ex-presidentes do BC entram e saem do mercado como eu entro e saio do supermercado. Para eles, mercado é apenas o lugar onde vence o melhor e o mais competente. Se é só isso, que me expliquem: por que diabos o mercado prefere ex-economistas do Banco Central em vez de ex-economistas do Ipea ou ex-economistas da Funai? É que o mercado é aquele naco do mundo privado que vive de informações privilegiadas obtidas junto ao Estado. E essas informações estão todas reunidas em computadores do Banco Central, não da Funai, da Febem ou da CEF. (*Veja*, 14/6/1995, p. 134)

A relação de identidade aplicada à língua natural torna-se suscetível de controvérsia, porque não cria uma tautologia, já que a mesma palavra é usada com dois sentidos diferentes. Em *Vidas secas*, no célebre episódio do soldado amarelo, há a seguinte passagem:

> Afastou-se inquieto. Vendo-o acanalhado e ordeiro, o soldado ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. E Fabiano tirou o chapéu de couro.
> – Governo é governo.
> Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo. (São Paulo, Martins, 1971, p. 152)

No primeiro emprego, a palavra governo significa "órgãos do poder político"; no segundo, quer dizer "autoridade". É essa propriedade das palavras que permite compreender como não-contraditório o que aparentemente é uma contradição. É assim que se pode compreender o fragmento de Heráclito: "entramos e não entramos duas vezes no mesmo rio".

Muitas vezes, a argumentação procura mostrar que o que parece contraditório não o é , porque as situações são distintas. Assim, Pascal, nos *Pensamentos,* diz: "Quando a palavra de Deus, que é verdadeira, é literalmente falsa, é verdadeira espiritualmente..." (nº 680). Pode-se afirmar que o homem nunca deve matar outro ser humano e, ao mesmo tempo, dizer que o homem tem o direito de matar outra pessoa em legítima defesa. Outras vezes, a argumentação tem exatamente a finalidade de mostrar a incompatibilidade entre duas situações. Um exemplo é a afirmação de que não pode defender a descriminalização do aborto quem é contrário à pena de morte. Evidentemente, essa incompatibilidade não é lógica. Por isso, precisa-se argumentar dizendo que há uma identidade entre aborto e assassinato.

Um outro tipo de argumento quase lógico é o fundado na reciprocidade. Em lógica, uma relação é simétrica quando sua conversão é idêntica, ou seja, quando se afirma a mesma relação entre *a* e *b* e *b* e *a*. O argumento de

reciprocidade considera idênticos para um determinado efeito antecedente e conseqüente da mesma relação.

> a) Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti;
>
> b) Se não é vergonhoso para vós vender, não será vergonhoso para nós comprar.(Aristóteles. *Rhétorique*. Paris, Librairie Générale Française, 1991, p. 267, II, 1397a)

O argumento de transitividade é aquele em que se estabelecem relações transitivas. Em lógica, a transitividade é a propriedade de uma relação tal que, se existe entre A e B e entre B e C, existe entre A e C: se A é maior que B e B é maior que C, então A é maior que C. Na argumentação quase lógica, a transitividade é possível, mas não necessária. Por exemplo: "Os amigos de meus amigos são meus amigos".

Os argumentos de inclusão fazem apelo às relações matemáticas entre o todo e suas partes. Assim, passa-se da relação matemática de que o todo é maior do que cada uma de suas partes para a tese de que o todo vale mais do que cada uma das partes, de que aquilo que vale para o todo vale para a parte, de que aquilo que não é permitido ao todo não é permitido a nenhuma das partes.

A concepção de que o todo é igual à soma das partes serve de fundamento para os argumentos de partição. Observe este exemplo retirado da *Retórica*, de Aristóteles:

> Se todos os homens fazem o mal por três motivos (por causa disso, daquilo ou daquilo outro) e, como pelas duas primeiras razões era impossível que o tivesse feito, os adversários não duvidam de que terá sido pela terceira. (Paris, Librairie Générale Française, 1991, p. 272, II, 1398a)

O objetivo desse tipo de raciocínio é mostrar que somente certas causas podem produzir um efeito e que, portanto, se se excluem determinadas causas, as que restam são responsáveis pelo efeito e que, se todas as causas estão excluídas, o efeito não ocorre.

O argumento por divisão está na base do dilema, forma de argumento em que se examinam hipóteses, para concluir que, qualquer que seja a escolhida, se chega ao mesmo resultado. Um exemplo: Os livros da biblioteca de Alexandria contêm ou não contêm a mesma coisa que o Alcorão. Se contêm, são inúteis. Se não contêm, são maus. Logo, em qualquer caso, é preciso queimá-los. Outro exemplo: Se você se casar, desposará uma mulher bonita ou uma mulher feia. Se

for bonita, você será atormentado pelo ciúme; se for feia, você não poderá suportá-la. Logo, você não deve casar-se.

A relação entre as partes e o todo serve de base para os argumentos chamados *a pari* e *a contrario*. Esses argumentos dizem respeito à aplicação ou não-aplicação de um princípio a outra espécie do mesmo gênero. Por exemplo, uma lei promulga certas disposições relativas ao brasileiro nato. O argumento *a pari* procura mostrar que elas se aplicam também ao brasileiro naturalizado; o *a contrario* quer demonstrar que não. No primeiro caso, o que se deseja provar é que a regra se aplica a todo o gênero; no segundo, que ela só se aplica a uma parte, sendo, portanto, uma exceção de um princípio geral que se aplica ao gênero.

O argumento por comparação que não resulte de alguma coisa mensurável é quase lógico. A comparação pretende tornar homogêneo o que é comparado. É um argumento por comparação dizer que é crime tanto desviar dinheiro do erário público, quanto dar benefícios contrários ao interesse público a certos setores privilegiados da população, como, por exemplo, anistiar as dívidas de financiamento agrícola dos grandes fazendeiros.

Como o argumento por comparação homogeneíza o que é comparado, pode-se argumentar também, mostrando a superioridade daquilo que é incomparável, porque é único. Por exemplo: temos grandes escritores na literatura brasileira, Alencar, Aluísio, Mário, etc., mas Machado é Machado.

Um tipo de argumento de comparação é aquele que mostra o sacrifício que se fez para obter uma determinada coisa, em que alguma coisa é julgada pelo preço que os homens lhe conferem: se ele renunciou o trono para ficar com essa mulher, deve ela ser excepcional. Entram ainda nos argumentos quase lógicos todos os que se referem a probabilidades não calculáveis, isto é, à probabilidade ou improbabilidade de que alguma coisa ocorra. A célebre aposta de Pascal é um argumento dessa natureza. Diz ela que, como não se pode provar que Deus existe, nem que ele não existe, já que não se pode ter certeza da existência ou não da salvação eterna, só se pode apostar. Ao fazer uma aposta, deve-se levar em conta as perdas e os ganhos. Se se aposta na não existência de Deus e ele existe, está-se perdido; se se aposta na sua existência e ele não existe, não se perde nada. Por isso, deve-se apostar em sua existência. (*Pensamentos.* São Paulo, Nova Cultural, 1988, p. 94-98. Col. Os Pensadores)

5 – *Argumentos baseados na competência lingüística.*

Há várias situações de comunicação (por exemplo, aquelas em que se usa o discurso administrativo, o científico, o pedagógico), em que é obrigatório o uso da norma culta da língua. O modo de dizer, o nível de língua utilizado, a precisão vocabular conferem confiabilidade ao que se diz, dão credibilidade às

informações veiculadas. Assim, por exemplo, um professor que não usa a variante culta da língua cria nos seus alunos a imagem de alguém que não conhece a matéria que ensina. As informações científicas parecem mais confiáveis, quando expostas em vocabulário técnico. Além disso, podem-se usar diferentes mecanismos lingüísticos com valor argumentativo. No texto com que iniciamos esta lição, vemos que parte da argumentação de Vieira baseia-se na oposição *nome* vs *verbo*.

Estratégias argumentativas

Como vimos, há seis fatores que intervêm na comunicação: emissor, receptor, mensagem, referente, código e canal. As estratégias persuasivas são conjuntos de argumentos que enfocam um ou mais de um desses fatores.

a) *Estratégia centrada no emissor* é aquela que procura mostrá-lo como alguém credenciado para um dado discurso, que busca criar dele uma imagem favorável. Há pouco tempo a televisão veiculou uma publicidade de baterias para carros. Nela, aparecia Emerson Fittipaldi a exaltar as qualidades do produto. Ao final, ele dizia a frase: De carro eu entendo um pouco. Essa mensagem baseia toda a sua estratégia argumentativa na credibilidade do emissor, visto como a pessoa mais competente para dizer alguma coisa sobre carros.

Num discurso suplicatório, quem pede cita desgraças que o atingiram, dificuldades por que passa, etc., não para criar uma imagem desfavorável de si mesmo, mas para apresentar-se como vítima do destino, das circunstâncias, etc.

b) *Estratégia voltada para o receptor* é aquela que procura criar uma imagem favorável daquele a quem se deseja persuadir; que procura mostrar ao receptor que ele passará a ser melhor, se fizer determinadas coisas, etc. É uma estratégia muito utilizada pelo discurso publicitário.

> Se você tem um cunhado que é um Durango Kid, um primo que é um Billy, o Folgado, ou uma tia solteirona que pensa que é a Scarlett O'Hara, não sirva café Melitta. Eles nunca mais vão sair da sua casa. Só a Melitta tem 5 tipos de café, uma para cada paladar: Extra Forte, Forte, Suave, Descafeinado e Premium Class. Todos são feitos com grãos 100% arábica, que garantem o máximo de aroma e sabor. Agora você não precisa trancar a porta para seus convidados não saírem correndo da sua casa quando você servir o cafezinho. (*Veja*, 14/6/1995, p. 22)

c) *Estratégia centrada no referente* é aquela que procura dar informações sobre aquilo de que se fala, citando fatos, dados, experimentos, etc.

Há cem anos, nascia um carro popular bem diferente, resultado do sonho pioneiro de Karl Bentz e Gottlieb Daimler, que separadamente conduziram suas pesquisas na área do transporte coletivo. Surgia o ônibus, que no decorrer do tempo transformou-se no meio de transporte mais popular no mundo.

No dia-a-dia das cidades e estradas, os ônibus urbanos e rodoviários Mercedes-Benz estão presentes na hora do trabalho e na hora do lazer. Milhões de pessoas viajam, conhecem novos lugares e divertem-se por meio do ônibus, com toda segurança e conforto.

O ônibus Mercedes-Benz é um veículo popular que incorpora itens só encontrados em carros sofisticados como: freio ABS, ar-condicionado, videocassete, toca-fitas, toalete e até motorista. (*Veja*, 14/6/1995, p. 25)

d) *Estratégia voltada para a mensagem* é aquela que trabalha com jogos de sentido e de sons, com combinações inusitadas de palavras, etc. Um enunciado bem construído fala por si.

1. Feliz ano novo e *pás* na terra aos homens de boa vontade.(Sugestão de leitor para a Campanha de Combate à Miséria. Joelmir Beting. *O Estado de S. Paulo,* 30/12/1994, B2)

2. Desfile em que você pode passar a mão nos modelos.(Cartaz do Salão do Automóvel, São Paulo, 1995)

3. São Paulo pára se não entrar nos trilhos.(*Shopping News,* 2/4/1995, p. 1, manchete referente à questão ferroviária)

4. Trânsito de São Paulo. *Trem* jeito.(*Shopping News,* 30/4/1995, p. 1, idem)

e) *Estratégia centrada no código* é aquela que se vale de oposições lingüísticas, de significados antigos de uma palavra, de virtualidades da língua. Num editorial de *O Estado de S. Paulo,* de 18/4/1995, em que se discute a questão da escola pública, há o seguinte argumento, baseado na oposição *transitoriedade* vs *permanência,* expressa pelos verbos *estar* vs *ser:*

Talvez um estudo sério da Fundação Carlos Chagas ajude a encontrar a resposta: em São Paulo, 47% dos professores consideram que a saída para seus problemas está na mudança de emprego. Ou seja, praticamente a metade dos professores já não *são* professores. *Estão* professores por falta de alternativa (A 3).

f) *A estratégia voltada para o canal* é aquela que valoriza o veículo da comunicação. É muito freqüente que o senso comum considere o canal como prova de veracidade de uma dada informação: *Deu na televisão...*

Pode-se usar mais de uma estratégia argumentativa no mesmo texto. No entanto, uma será a dominante e a(s) outra(s) subdominante(s). Por exemplo, no editorial de *O Estado de S. Paulo* citado no item *d*, temos uma estratégia voltada para o código, combinada com uma referencial (citação do percentual de professores que pretende abandonar o magistério).

Para tornar um texto convincente, pouco servem as manifestações de sinceridade do enunciador ou as declarações de certeza expressas por construções como *tenho certeza, estou certo, creio sinceramente, afirmo com toda a convicção, é claro, é obvio, é evidente.* Num texto, não se prometem sinceridade e convicção. Constrói-se o texto de modo que ele pareça sincero e verdadeiro. A argumentação é exatamente a exploração de recursos com vistas a fazer o texto parecer verdadeiro, a fim de levar o leitor a aderir à tese que ele defende.

Lição 18

Resumo

Leia o texto que segue:

Imagens do nosso planeta: na França, aconteceram eleições dentro de uma perfeita calma, com a pitada de surpresa necessária para despertar o interesse. No mesmo dia, em Ruanda (África Negra), 5 mil ou talvez 8 mil hutus foram assassinados por soldados tutsis, essa mesma Ruanda que no ano passado assistiu a um genocídio traduzido em meio milhão de cadáveres.

Ainda no mesmo dia, mas dessa vez na Itália, aconteceram eleições regionais, enquanto nos Estados Unidos se descobria, com ânsia de vômito, que a carnificina de Oklahoma City foi obra de americanos de verdade, patriotas, totalmente brancos, que amam as árvores e os pássaros. Finalmente em Tóquio, o número dois da seita Aum, Shinri Kyo, suspeito de ter organizado o atentado com gás de combate ao metrô de Tóquio, foi apunhalado por um fanático de extrema-direita.

É difícil para um jornalista descobrir suas âncoras e suas observações entre tantas imagens incompatíveis, cujo espectro abrange desde a rotina eleitoral à mais pura erupção de loucura coletiva. Devemos confessar que às vezes temos certos escrúpulos de dedicar extensos comentários a acontecimentos tão clássicos, simplistas e ordenados quanto às eleições presidenciais, por exemplo, ao mesmo tempo em que a demência do planeta nos faz assistir, de Tóquio a Michigan e a Ruanda, ao início do apocalipse.

Esses acontecimentos tão díspares merecem, no entanto, uma interrogação comum. A cerimônia eleitoral tão terna, tão pouco romântica, ocorrida no domingo não extrairia seu mérito precisamente do abominável espetáculo que nos foi oferecido pelo mundo (Japão, Ruanda), quando a democracia não esteve presente para erradicar os impulsos da morte e de assassinato que devastam os homens e as sociedades humanas?

Sem dúvida, a democracia não tem nada de cômico. Falta-lhe talento. Ela não conseguiria competir com o genial diretor teatral, trágico e sádico, que joga centenas de milhares de crianças perdidas nas suaves colinas da África tropical, em Ruanda. É verdade: falta brilho à democracia. Ela é aborrecida, sem imaginação, repetitiva, medíocre. E no entanto...

No entanto, ela constitui a última proteção, tão frágil e poderosa ao mesmo tempo, que as sociedades podem opor ao desencadear de suas pulsões mais sombrias, mais diabólicas. Pulsões que vemos se desencadear assim que saltam os marcos da democracia.

É o que ocorre em Ruanda, onde massacres se sucederam ao fracasso do pacto democrático. No Japão, o crime do metrô foi perpetrado por uma seita antidemocrática: militarizada, hierarquizada, fúnebre, secreta e mórbida. E se a matança de Oklahoma City foi cometida num país absolutamente democrático, os EUA, seus atores são homens que declararam guerra principalmente à democracia. Esses “bárbaros” brancos, que se autodenominam patriotas, querem voltar aos bons velhos tempos dos pioneiros, do desbravamento das fronteiras e em seu ódio irracional por Washington – quer dizer, pela lei democrática – matam centenas de cidadãos ao acaso.

Nesse sentido é que continua sendo, sem dúvida, legítimo escrever longos artigos sobre as eleições democráticas na França ou na Itália. Precisamente para tentar lutar contra essas outras notícias do dia que, de Ruanda a Michigan, só nos falam sobre o fascínio da morte. (LAPOUGE, Gilles. *O Estado de S. Paulo*, 26/4/1995, A8)

Depois de ler o texto do começo ao fim, vemos que ele trata da legitimidade de um jornalista escrever sobre eleições democráticas, pois a democracia é a última proteção contra as pulsões da morte que assolam as sociedades.

Depois percebemos o movimento do texto: apresentação de imagens conflitantes; indagação sobre a validade de escrever sobre aquilo que é rotineiro, como eleições; discussão sobre o mérito da democracia; constatação de que a democracia não é espetacular; afirmação de que ela é a última proteção contra as pulsões da morte existentes na sociedade e ilustração com casos recentes; validade de escrever sobre as eleições democráticas. Com base, nesse movimento, pode-se dividir o texto em seis partes:

1ª dois primeiros parágrafos;
2ª terceiro parágrafo;
3ª quarto parágrafo;
4ª quinto parágrafo;
5ª sexto e sétimo parágrafos;
6ª oitavo parágrafo.

Os temas tratados em cada parte, já mais ou menos esboçados, quando se analisou a marcha do texto, são os seguintes:

1ª parte: concomitância de acontecimentos contraditórios no mundo: rotina eleitoral *vs* massacres e chacinas;

2ª parte: escrúpulos do jornalista em tratar de acontecimentos não espetaculares, quando acontecimentos dramáticos ocorrem;

3ª parte: o mérito da rotina eleitoral surge do contraste com os impulsos da morte;

4ª parte: ausência de uma dimensão espetacular da democracia;

5ª parte: democracia – última proteção contra as pulsões mais sombrias da sociedade, como o comprovam todos os casos de massacres e chacinas;

6ª parte: validade de escrever artigos sobre eleições democráticas – luta contra as pulsões da morte.

Um resumo desse texto poderia ser assim redigido:

> Acontecimentos contraditórios ocorrem todos os dias no mundo: de um lado, eleições realizadas na mais absoluta ordem; de outro, massacres e atos terroristas. Um jornalista, diante desse quadro, sente escrúpulos em tratar de acontecimentos não-dramáticos, como eleições.
>
> O mérito da rotina eleitoral, entretanto, surge do contraste com os acontecimentos que revelam os impulsos da morte. A democracia não tem uma dimensão espetacular. No entanto, é a última proteção contra as pulsões mais sombrias da sociedade, pois, como o comprovam recentes acontecimentos, massacres e atos de terror são devidos à falta de democracia ou ao ódio a ela. O que legitima, portanto, escrever artigos sobre eleições democráticas é que eles fazem parte da luta contra o desejo de matar.

Muitas vezes se indaga por que resumir um texto. O resumo permite penetrar o pensamento do autor, discernindo o que é essencial e o que é acessório, compreender bem o texto e apresentar, com outras palavras, o sentido do que foi lido. Além disso, permite-nos flagrar a progressão das idéias nucleares do texto, a correlação entre elas e o jogo argumentativo que as envolve.

Antes de explicitar o que é um resumo, comecemos por dizer o que ele não é:

a) Um resumo não é um plano, nem um conjunto de notas dispostas em ordem. Não pode ser redigido em estilo telegráfico. Ao contrário, deve ser inteiramente redigido. É necessário que ele seja claro, lógico e bem encadeado. É preciso lembrar que ele é escrito para que outra pessoa o leia. Por isso, deve ser compreensível. Se o leitor precisar consultar o texto original para compreendê-lo, não tem ele nenhum valor, pois não é explícito.

b) Um resumo não é uma colagem de fragmentos do texto original, um mosaico de frases ou expressões do autor, uma montagem de citações do texto a ser resumido, uma justaposição de trechos do original. Num resumo, o que se

faz é compreender o pensamento do autor e exprimi-lo com suas palavras. Dizer que o resumo não é colagem não significa, no entanto, que não se possa usar nenhuma palavra ou expressão do texto original. Essa exigência seria absurda. A procura de sinônimos que substituam as palavras usadas pelo autor e o recurso a perífrases costumam tornar o estilo artificial e produzir contra-sensos. É descabido, por exemplo, se o autor usou diversas vezes a expressão *mass-media,* sentir-se obrigado a substituí-la por *meios de comunicação de massa.* Se o texto é bem escrito, as palavras são bem escolhidas e certas expressões exprimem, de maneira admirável, certos conceitos, etc. O que não se deve fazer é reproduzir frases ou segmentos de frases, ainda mais sem aspas.

c) Um resumo não é uma redução mecânica do texto original, o que significa que cada parte dele não tem que corresponder necessariamente a uma dada parte do texto original. O defeito mais comum da redução mecânica é construir um resumo com tantos parágrafos quantos forem os do texto original. Ora, o que acontece, nesses casos, é que se tem uma justaposição de parágrafos insignificantes, em que se misturam o essencial e o acessório. O resumo deve ser claro, coerente, hierarquizado, centrado sobre aquilo que é essencial.

d) Um resumo não é um comentário, nem um julgamento de valor. Nele, é fundamental que haja submissão ao pensamento do autor, fidelidade ao sentido do texto original. Mesmo que se julgue que as idéias do autor não são corretas, que seus argumentos não são adequados, quem resume não pode fazer objeções, nem críticas. Da mesma forma, não cabe aprovação àquilo com que se concorda. Num resumo, não deve aparecer nada que não esteja no texto, nem mesmo para justificar, explicar ou ilustrar o que o autor disse.

e) Um resumo não é uma análise, em que se explica o que o autor quis dizer, em que se discute o modo de argumentação, em que se fazem observações pessoais sobre o texto, etc. Um resumo respeita a ordem das idéias adotadas pelo autor, dá uma versão condensada, mas fiel do texto, na progressão estabelecida no original. Em síntese, um resumo não é uma paráfrase, ou seja, não é um comentário, uma explicação e uma interpretação do texto, nem uma tradução dele em outras palavras. Nele é preciso escolher o essencial e omitir o acessório.

Um resumo é um texto redigido com períodos completos que condensa numa determinada proporção um texto mais longo, sem acrescentar-lhe nenhum elemento pessoal, e cuja articulação corresponde à organização geral do texto

original. Nas provas e exames, recomenda-se, em geral, que o tamanho do resumo corresponda a ¼ da extensão do texto a ser condensado.

Muitas pessoas pensam que resumir é riscar o que parece secundário e unir os fragmentos que não foram eliminados. No entanto, um resumo é uma condensação que mostra uma compreensão do texto e isso só se demonstra por meio de uma formulação pessoal. É preciso apresentar, com suas próprias palavras, os pontos relevantes do texto. A reprodução de frases revela, em geral, que o texto não foi compreendido.

Repitamos com outras palavras o que é um resumo. É uma redução do texto original, procurando captar suas idéias essenciais na progressão e no encadeamento que aparecem no texto. Por isso, para resumir é preciso estar atento a três aspectos do texto:

a) suas partes;

b) sua progressão;

c) a conexão entre elas.

Nas partes do texto, é preciso discernir a importância relativa dos elementos, escolhendo o que deixar de lado, para pôr em relevo o que deve aparecer. Por outro lado, é preciso perceber a estrutura do texto, ou seja, a progressão das idéias e seu encadeamento.

Um resumo será sempre redigido em prosa e obedecerá mais ou menos às características do texto dissertativo. Isso significa que o resumo de uma narração não será redigido como uma pequena narração, mas como a apresentação do assunto nela tratado.

Para elaborar um bom resumo é necessário, antes de mais nada, compreender o sentido global do texto. Por isso, não se pode ir resumindo à medida que se vai fazendo a primeira leitura.

O grau de dificuldade para resumir um texto deve-se:

a) à complexidade do texto (vocabulário muito técnico, complexa estruturação sintático-semântica, relações lógicas muito sutis, assunto desconhecido);

b) à falta de competência do leitor (baixo grau de amadurecimento intelectual, pequeno repertório de informações, nenhuma familiaridade com o tema).

O uso de procedimentos apropriados, no entanto, pode reduzir as dificuldades. Os passos de um resumo são aqueles que seguimos para resumir o texto com que abrimos essa lição.

1. Ler, pelo menos uma vez, o texto inteiro. Como o texto não é um aglomerado de frases, o leitor precisa ter noção do todo, para entender o

significado preciso de cada uma das partes. A preocupação dessa(s) leitura(s) é tentar apreender o tema geral do texto, é responder à pergunta *de que trata o texto?*

2. Apreendido o tema geral do texto, ler outra vez, agora com interrupções, procurando o significado de palavras desconhecidas, buscando compreender as frases mais complexas (as muito longas, as que contenham inversões, etc.), dando especial atenção às palavras coesivas, isto é, àquelas que estabelecem conexões ou retomam o que foi dito (*por exemplo, assim, mas, por conseguinte, seu, isso, ele, aqui*). Ao verificar as conexões entre as partes, percebe-se o movimento do texto, sua progressão, o encadeamento das idéias.

3. Em seguida, segmentar o texto em unidades temáticas. Se o texto é pequeno, o primeiro critério pode ser a divisão em parágrafos. No entanto, cabe lembrar que a paragrafação é apenas um indicador de divisão. Deve-se tomá-la no início como um guia para encontrar uma segmentação mais adequada do texto. No exemplo com que abrimos essa lição, juntamos num só bloco temático, por exemplo, o primeiro e o segundo parágrafos, porque em ambos o autor opunha uma eleição rotineira a um ou mais eventos que levavam à morte muitas pessoas. Da mesma forma, unimos numa só parte os parágrafos sexto e sétimo, porque naquele se afirma que a pulsão da morte aparece, quando se sai fora dos marcos democráticos, e neste se ilustra a afirmação anterior.

4. Extrair os temas de cada uma das partes. Conforme explicamos no capítulo referente a temas e figuras, o tema é um termo abstrato, que categoriza vários elementos de natureza concreta. O trabalho de resumir um texto consiste, antes de mais nada, em apreender temas. O resumo de um texto deve ser feito, pois a partir dos temas que ele contém, de forma a dizer o essencial de cada parte.

5. Fazer a redação final com suas próprias palavras. Nela, apresentam-se os temas de cada parte, encadeados na progressão em que aparecem no texto, respeitando-se as relações estabelecidas no texto entre eles.

Na redação final, deve-se, no primeiro parágrafo, apresentar uma visão de conjunto do texto a ser resumido: assunto/fato, autor, lugar, época/ocasião/data, causa, finalidade e, se necessário, circunstâncias mais notórias.

Por outro lado, é importante, principalmente quando se condensa um texto longo, que o resumo seja estruturado em parágrafos, pois eles deixam entrever o plano da condensação realizada.

BIBLIOGRAFIA

ABAURRE, Maria Bernadete Marques e POSSENTI, Sírio (1993). *Vestibular da Unicamp*. *Língua Portuguesa*. São Paulo, Globo.

AUTHIER, J. (1982) *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche et l'autre dans le discours*. DRLAV, 26: 91-151.

BAKHTIN, Mikhail (1979). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988). *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual.

_____(1990). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo, Ática.

BERNÁRDEZ, E. (1982).*Introducción a la lingüística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe.

BOSI, Alfredo (1964). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes.

CHARAUDEAU, Patrick (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette.

DESALMAND, Paul e TORT, Patrick (1977). *Du plan à la dissertation*. Paris, Hatier.

_____e GÉRAY, Christine (1989). *Technique du résumé et de la discussion*. Paris, Hatier.

DUCROT, Oswald (1977). *Dizer e não dizer*. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cultrix.

DURIGAN, Jesus Antônio et alii (orgs) (1987). *A magia da mudança. Vestibular da Unicamp: língua e literatura*. Campinas, Editora da Unicamp.

ECO, Umberto (1990). *Les limites de l'interprétation*. Paris, Grasset.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão (1992). *Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários*. 2 ed. Petrópolis, Vozes.

FAVERO, Leonor Lopes (1991). *Coesão e coerência textuais*. São Paulo, Ática.

_____e KOCH, Ingedore Villaça (1983). *Lingüística textual*. São Paulo, Cortez.

FIORIN, José Luiz (1988). As figuras de pensamento: estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário. *Alfa*. São Paulo, 32: 53-67.

_____(1996). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo. Ática.

_____e SAVIOLI, Francisco Platão (1990). *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo, Ática.

GAILLARD, Paul e LAUNAY, Claude (1979). *Le résumé du texte*. Paris, Hatier.

GARCIA, Othon M. (1982). *Comunicação em prosa moderna*. 10 ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GREIMAS, A. J. (1975). *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis, Vozes.

_____(1976). *Maupassant*. *La sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris, Seuil.

_____(1983). *Du sens II*. Paris, Seuil.

_____e COURTES, J. (1979). *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976). *Cohesion in English*. London, Longman.

HAYAKAWA, S. I. (1963). *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo, Pioneira.

HJELMSLEV, L. (1968). *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris, Minuit.

JAKOBSON, R. (1969). *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.

KOCH, Ingedore Villaça (1984). *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez.

_____(1992). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo, Contexto.

_____(1993). *A coesão textual*. 6 ed. São Paulo, Contexto.

_____e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). *Texto e coerência*. São Paulo, Cortez.

_____(1990). *A coerência textual*. São Paulo, Contexto.

LAPA, M. Rodrigues. (1975). *Estilística da língua portuguesa*. Coimbra, Coimbra Editora.

LAUSBERG, H. (1966). *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Gulbenkian.

MAINGUENEAU, Dominique (1987). *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris, Hachette.

MARTINS, Nilce Sant'Anna (1989). *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.

OSAKABE, Haquira (1979). *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós.

PERELMAN, Charles (1970). *Le champ de l'argumentation*. Bruxelles, PUB.

____e OBRECHTS-TYTECA, L. (1970). *Traité de l'argumentation: la nouvelle réthorique*. Bruxelles, Ed. de l'Univ. de Bruxelles.

RIFFATERE, Michael (1971). *Essais de stylistique structurale*. Paris, Flammarion.

ROCCO, Maria Thereza Fraga (1981). *Crise na linguagem; redação no vestibular*. São Paulo, Mestre Jou.

EXERCÍCIOS

Lição 1

Considerações sobre a noção de texto

Exercícios

QUESTÃO 1

Como se viu, num texto, todas as partes são solidárias, isto é, o significado de um segmento define-se pela relação que mantém com os demais. Esse dado não pode ser desconsiderado tanto na leitura enquanto na redação. Quem lê não entenderá o significado do texto se não perceber as correlações entre cada uma de suas partes. Quem escreve não será compreendido se não for capaz de articular com coerência os diferentes segmentos constitutivos do texto.

O fragmento que segue deverá ser usado como base para esta primeira questão:

a) sintetize o seu significado em aproximadamente quatro linhas;

b) acrescente-lhe um parágrafo de cinco a dez linhas que o complemente com coerência.

> Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais será risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana. Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será o pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele possui. Como é possível que fato tão importante, em sua simplicidade, não tenha merecido atenção mais acurada dos filósofos? Já se definiu o homem como *um animal que ri*. Poderia também ter sido definido como um animal que faz rir, pois se o outro animal o conseguisse, ou algum objeto inanimado, seria por semelhança com o homem, pela característica impressa pelo homem ou pelo uso que o homem dele faz. (Henri Bergson, *O riso*, apud FGV, 1991)

QUESTÃO 2

(CEAF-FGV) – Crie um *tópico frasal* pertinente e que, de forma sintética, possa dar conta do assunto desenvolvido no parágrafo que se segue.

> Em dias melhores, o próprio rei Fahd, da Arábia Saudita, chegou a gastar 6 milhões de dólares em uma única noitada. Desde que o Iraque invadiu o Kuwait, porém, os milionários árabes desapareceram de cena. O Carlton,

famoso cassino de Cannes, só salvou o faturamento de agosto graças ao azar do xeque Eynanlan, que pouco antes da crise perdeu 16 milhões de dólares. Com a escassez de ricaços árabes, as casas de jogos de da Riviera francesa, voltaram suas esperanças agora para o azar dos milionários japoneses. (*Veja,* setembro de 90, adaptado)

QUESTÃO 3

Num texto, o significado de cada parte não é autônomo. Prova disso, é o que vem a seguir.

a) Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários.

Fora de contexto, que sentido se pode dar a esse trecho?

b) observe agora o mesmo trecho, inserido no contexto que vem transcrito abaixo:

Fica proibido o uso da palavra liberdade, /a qual será suprimida dos dicionários /e do pântano enganoso das bocas./ A partir desse instante/ a liberdade será algo vivo e transparente/ como um fogo, ou um rio,/ ou como a semente do trigo,/ e a sua morada será sempre/ o coração do homem.
(Thiago de Mello. *Estatutos do Homem*)

Procure interpretar o sentido da mesma passagem dentro do novo contexto.

QUESTÃO 4

Como as sociedades complexas são divididas em grupos movidos por interesses diferentes, há palavras que, para um grupo, têm valor negativo; para outro, valor positivo. Mais uma vez, é o contexto que confere positividade ou negatividade a palavras desse tipo.

Redija um texto em que a palavra "*sem-terra*" tenha um valor positivo e um em que apresente um valor negativo.

QUESTÃO 5

Quando uma frase ou uma expressão é ambígua, com muita freqüência o contexto pode desfazer a ambigüidade. Observe a frase que segue:

Os participantes da gincana acharam a estrada intransitável.

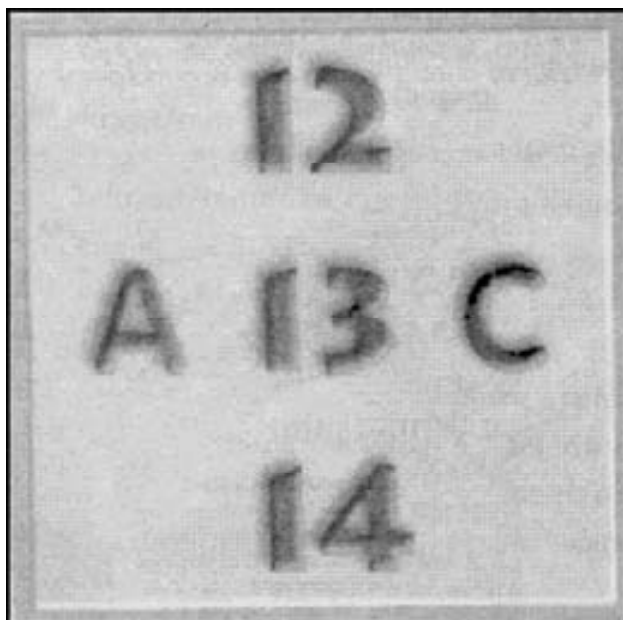
Fora de contexto, a frase pode significar que os participantes da gincana *consideraram* a estrada intransitável ou que *localizaram* a estrada intransitável.

Inscrita num contexto, porém, a frase pode perder a ambigüidade como se pode notar a partir do exemplo que segue:

> Na opinião dos repórteres esportivos, a estrada de acesso à Praia Vermelha era transitável. Não foi essa, porém, a opinião dos participantes da gincana, já que (eles) acharam a estrada intransitável.

A frase que segue é ambígua: Naquele dia eu soube o que é medo de ladrão.

Inscreva essa frase dentro de um contexto, para que ela perca a ambigüidade.

QUESTÃO 6

Tapando-se o A e o C dessa ilustração, o termo intermediário da seqüência vertical é lido como o número treze (13);

Tapando-se o 12 e o 14, o mesmo termo, na horizontal, é lido como a letra B.

Esse artifício se presta para ilustrar um dado fundamental para se representar o significado de um enunciado dentro de um texto. Qual é esse dado e como a ilustração pode ser útil para explicá-lo?

Lição 2

Variação lingüística, modalidades de linguagem e produção do texto escrito

Exercícios

QUESTÃO 1

O trecho que segue, aproveitado de um Vestibular da Unicamp, foi extraído de um debate que sucedeu à palestra do poeta Paulo Leminski "Poesia: A Paixão da Linguagem", proferida durante o curso "Os Sentidos da Paixão" – Funarte, 1986. Trata-se de um texto oral, permeado, pois, de vários traços lingüísticos típicos dessa variante.

Procure transcrevê-lo, traduzindo-o para a linguagem escrita culta.

> Estudei durante seis anos muito a vida de um paulista e fiz um filme sobre ele, que é o Mário de Andrade, um puta poeta muito pouco falado pelas ditas vanguardas modernistas. (...) Hoje em dia, felizmente, já existem vários trabalhos, há muita gente reavaliando a poética do Mário, que ela é muito mais importante e profunda do que aparentemente pareceu nestes últimos anos. Estudando o Mário, eu descobri que o Mário foi um exemplo do cara que morreu de amor, mas de amor pelo seu povo, pelo seu país, pela sua cultura. (...) Um outro cara que eu também fiz um filme é o Câmara Cascudo. Um cara como o Câmara Cascudo morre, os jornais dão uma notinha desse tamanhinho, escondidinho, um cara que deveria ter estátua em praça pública, devia ser lido, recitado. (*Os Sentidos da Paixão*, p. 301)

QUESTÃO 2

A linguagem publicitária, no intuito de seduzir o potencial comprador do produto anunciado, costuma fazer uso da variante lingüística típica desse grupo de consumidores. É o que ocorre com o texto que segue, dirigido para a grande massa de vestibulandos de todo o país, jovens dominantemente enquadrados na faixa etária entre 17 e 19 anos.

Você vai supor que o mesmo tipo de anúncio publicitário queira atingir os candidatos ao exame de admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Promovendo as adaptações necessárias tanto no conteúdo quanto na forma de linguagem, redija um texto análogo ao que vem a seguir.

É massa, brother

Brother, dentro dessa nova edição do Vestibular 500 Testes tem tudo para que o próximo vestiba role na maior.
Só de português são 80 questões, sendo 50 testes e 30 escritas.
Fora as questões de física, química, biologia, história, geografia, matemática e inglês.
Ah, tem uma lista de livros e uma série de dicas que você precisa ficar por dentro antes de encarar os exames.
Vestibular 500 Testes, especial do Guia do Estudante.
Desencana, brother.
Vestibular agora é manha.
(*Veja,* São Paulo, 23.10.91, p. 13)

QUESTÃO 3

Observe o texto que segue:

Comunicado de Imprensa

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os desdobramentos da tentativa de tomada de poder pela força na Venezuela, ocorrida hoje de madrugada.
Ao manifestar o seu compromisso inequívoco com a democracia e o estado de direito, o Governo brasileiro reitera o seu repúdio a toda e qualquer ação que pretenda usurpar os poderes institucionais legitimamente constituídos, e espera o pronto estabelecimento da normalidade no país vizinho e amigo.
O Governo brasileiro expressa o seu apoio à manutenção da paz e da ordem institucional e democrática da Venezuela, na plena vigência dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Brasília, 27 de novembro de 1992.

Como se nota, no Comunicado de Imprensa transcrito acima, usa-se uma linguagem formal, sem afetação e sem rebuscamentos de estilo que comprometam a clareza do comunicado, a objetividade da posição assumida perante o acontecimento e a revelação dos dados de que se tem notícia.

Tomando como modelo o texto acima transcrito, usando a mesma variante lingüística aí explorada, tente redigir um comunicado com as seguintes instruções:

- manifestação de repúdio à tentativa de golpe de Estado na fictícia República Democrática de San Martín;
- manifestação de apoio ao Presidente Jesus Castillejo e a seu governo;

- declaração de que o Brasil apoiou convocação de reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos;
- o Brasil se põe em defesa da democracia e dos direitos humanos, conforme carta da OEA.

QUESTÃO 4

No texto que segue, ocorre a exploração curiosa de uma variante lingüística: o produtor do texto veste a máscara lingüística de um grupo social, com o propósito de ridicularizá-lo. Trata-se de um falante da variante culta do português que, com intenção de parodiar, simula o uso de uma variante típica de grupos jovens urbanos pouco afeitos ao conhecimento da cultura erudita.

> MASSA!
> Pô Erundina, massa! Agora que o maneiro Cazuza virou nome num pedaço aqui na Sampa, quem sabe tu te anima e acha aí um point pra botá o nome de Magdalena Tagliaferro, Cláudio Santoro, Jaques Klein, Edoardo de Guarnieri, Guiomar Novaes, João de Souza Lima, Armando Belardi e Radamés Gnattali. Esses caras não foi cruner de banda a la 'Togloditas do Sucesso', mas se a tua moçada não manjar quem eles foi dá um look aí na Enciclopédia Britânica ou no Groves International e tu vai sacá que o astral do século 20 musical deve muito a eles.
> Júlio Medaglia, di-jei do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (São Paulo, SP)
> (*"Painel do Leitor"*, Folha de São Paulo, 4.10.90)

Você vai inverter a orientação argumentativa do texto, isto é, criticar o elitismo da posição do maestro Júlio Medaglia, alegando que – ao lado dos grandes nomes da música brasileira – também merecem espaço os seus representantes populares. Quanto à variante lingüística, você vai fazer o avesso do que fez o maestro, isto é, simular o uso de uma variante lingüística afetada e preciosista com intenção de parodiá-la.

QUESTÃO 5

O uso da variante lingüística culta de maneira afetada e pedante produz efeitos tão adversos quanto o seu uso descuidado e negligente. Na Literatura, não tem sido incomum a construção de personagens que falam excessivamente empolado, caracterizando-se, por isso, como figuras caricatas. É o que ocorre com Aldrovando no conhecido conto de Monteiro Lobato "O Colocador de Pronomes".

O trecho que segue é parte de um ofício que Aldrovando remete ao Congresso, pedindo leis repressivas contra os desacatos às normas do idioma.

> – Leis, Senhores, leis de Dracão, que diques sejam, e fossados, e alcáçares de granito prepostos à defensão do idioma. Mister sendo, a forca se restaure, que mais o baraço merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida tira. Vede, Senhores, os pronomes, em que lazeira jazem... (*Monteiro Lobato, Textos escolhidos*. Por José Carlos Barbosa Moreira. 3 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1972. p. 100 – Coleção Nossos Clássicos – vol. 65)

Procure reescrever o trecho de Aldrovando, usando a linguagem culta mas sem afetação, de modo que ela possa ser compreendida sem esforço pelos habituais leitores dos nossos grandes jornais.

QUESTÃO 6

Há circunstâncias de comunicação que, dada a solenidade que envolvem, exigem um uso mais cuidadoso e apurado da linguagem. Falar em público é uma dessas ocasiões, como foi o caso do reeducando do grande presídio do Carandiru em São Paulo, incumbido de fazer a apresentação de um “show” da atriz Rita Cadillac.

Eis como o médico Dráuzio Varella transcreve um trecho dessa apresentação:

> Prezados reeducandos deste estabelecimento penal o humilde locutor que vos dirige o verbo tem a honra de anunciar esta grande artista figurativa da televisão. Musa indomável da arte dançarina. Aquela que foi a bailarina *crooner* do impredizível Chacrinha, que Deus o tenha. Nesse momento festivo, convido para adentrar ao palco a madrinha da Casa de Detenção: Rita Cadillac! (VARELA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo. Companhia das Letras, 1999, pág. 77)

a) O uso da variante lingüística escolhida pelo reeducando foi apropriada? Comente sua resposta.

b) Dependendo da resposta dada em **a**, reescreva o trecho, fazendo as adaptações lingüísticas exigidas pela situação.

Lição 3

A propósito da noção do erro

Exercícios

QUESTÃO 1

Não é muito comum um falante nativo cometer erros que violam as regras do sistema lingüístico, tornando a frase agramatical. Mas, por descuido ou confusão, esse tipo de erro não deixa de ter algum percentual de ocorrência.

Nos trechos que seguem, ocorre algum tipo de agramaticalidade, seja do nível da frase, seja no do discurso. Pelo contexto, muitas vezes é possível presumir o que o falante pretenderia dizer. Tente, com base nessa presunção, reescrever esses trechos reconstruindo um de seus possíveis sentidos.

I – Alta autoridade do governo paulista garantiu ontem que as investigações para apurar os responsáveis pelo seqüestro do ex-vice presidente do Bradesco, Antônio Beltran Martinez, terão prosseguimento, mesmo que fique comprovada a participação de “pessoas influentes e importantes”. “Tudo aquilo que a polícia necessitar de meios para chegar a esse objetivo, ela terá a responsabilidade de apurar até o fim, doa a quem doer esses fatos”. (*Diário do Povo,* 9.10.87, apud Unicamp 87. Declarações de uma alta autoridade do governo)

II – Como as pesquisas médicas apontam, entre outras desgraças, que há uma relação direta entre doenças respiratórias e fumo.

III – Não pude ir até a famosa Londres, como estava com pressa de voltar ao Brasil.

IV – Em conseqüência da alta produtividade agrícola daquela região, que colheu, só este ano, mais de duas toneladas de grãos que nos dois anteriores.

QUESTÃO 2

O erro tido como desvio das normas da língua padrão é muito mais comum que todos os outros.

Em todos os trechos que seguem ocorre esse tipo de desvio. Reescreva-os, efetuando a devida adequação à norma culta da língua.

I – Apesar das dificuldades que ora passa o País, temos que investir para a consolidação da área de comunicação científica nacional e internacional. (Num ofício da presidência da Intercom para pesquisadores na área de Comunicação)

II – Le Bistangô, o restaurante francês que você vai e sempre volta. (Publicidade Rádio Musical FM 105,9, 25/10/91)

III – Para ele, tais pressões partiram de um diretor da Folha que não lembro o nome e de políticos ligados a Collor. (*Folha de S. Paulo,* 17/10/90, p. A-9. Declarações do Gov. Fleury sobre possível envolvimento da polícia no caso do seqüestro de Abílio Diniz)

IV – Bancada evangélica: Deus os perdoe. (Bóris Casoy, referindo-se à movimentação da bancada evangélica para inocentar o deputado João de Deus Antunes (PPR-RS), ontem no "TJ Brasil" – do SBT (*Folha de São Paulo,* 4/5/94, p. 1.2)

V – É estranho essa história do Luiz Antônio Fleury Filho arredar o pé. [(Kid Vinil (músico) sobre a decisão de Fleury não participar de debate político pela TV na campanha sucessória (*Folha de São Paulo,* 20/11/90)]

VI – Quem também esteve no autódromo de Donington foi o rei Hussein, da Jordânia. (...) O rei sorriu muito e falou pouco. Os carros da Williams foram os que mais o agradaram. (*Folha de S. Paulo,* 13/4/93, p. 4)

VII – A Universidade é muito mais eficiente que a indústria porque ela é o único organismo da sociedade que pode especular sem grande ônus. A Universidade é o único organismo que você pode abandonar uma pesquisa sem nenhum trauma (...). (Apud Unicamp 88)

VIII – Uma casa, onde na frente funcionava um bar, foi totalmente destruída, por um incêndio, na madrugada de ontem. (*O Liberal,* Belém, 27/9/89, apud Unicamp 88)

QUESTÃO 3

Os erros de ortografia são inocentes por um lado e comprometedores por outro. Inocentes porque, na grande maioria dos casos, não prejudicam em nada a compreensão do enunciado; comprometedores porque, sobretudo certos tipos de erro, desqualificam o enunciador, criando dele a imagem de quem não tem familiaridade com a língua escrita.

Tente corrigir os erros ortográficos contidos nas passagens que seguem:

I – Muitos costumam mudar de comportamento e se mostrar mau humorados. (*Jornal da Tarde*, 23/06/93, p. 12)

II – Calmo e sorridente, mas sem o crucifixo no pescoço – que usa desde que decidiu estudar para ser padre –, Mequinho não exitou nas primeiras jogadas, nem pareceu surpreendido pela escolha do rival, a agressiva Defesa Holandesa.
(*Folha de S. Paulo*, 03/03/91, p. 7.6)

III – (Unicamp-89)
a) Os atuais ministros e prefeito são amisíssimos de longa data.
b) Mais da metade desses policiais extrapolam os limites do dever por serem mau preparados.
c) Desde o início, o animal preferido em carrosséis é o cavalo, mas há excessões.

IV – O prefeito é obcecado por obras faraônicas, o que paraliza o desenvolvimento de outros setores com que seus pretensiosos planos se incompatibilizam.

V – (Fuvest) No último concerto da orquestra sinfônica, houve fraglantes discriminações entre os convidados, apesar de ser uma festa beneficiente.

VI – (Fuvest) A insipiência científica do povo levou-o a taxar de feiticeiros os expertos em astronomia.

VII – Esse maltrato que a língua sofre não passa de um processo de renovação. (*Revista Imprensa*, junho 1990, n. 34, p. 15)

VIII – Embora quizesse pôr o caso em discussão hesitou muito ao perceber o constrangimento de todos.

QUESTÃO 4

Há certos usos lingüísticos que, apesar de já freqüentes na língua culta escrita, são ainda considerados errados pela tradição gramatical.

Assim, ao lado dos usos canônicos e tradicionais, vão ganhando espaço usos variantes. Nesses casos, em se tratando de textos que devem ser escritos na norma culta, é mais aconselhável optar pelo uso canônico, mesmo por uma questão de preservar o produtor do texto de possíveis contestações incômodas.

Os trechos que seguem contêm alguns desses casos desviados do uso prescrito pela tradição. Reescreva-os, adequando-os às prescrições tradicionais.

I – A solicitação da visita do nosso representante não implicará em compromisso de contratação dos nossos serviços.

II – Poucos presidentes custaram tanto para formar o Ministério.

III – O socorro demorou muito para chegar no local do sinistro.

IV – De domingo, não há expediente.

V – Foi o melhor filme que assistimos nos últimos anos.

VI – Qualquer repórter nosso conhece melhor o assunto, vai nos locais e entrevista as pessoas certas e faz um matéria dez vezes melhor. (LEMOS, Carlos. *Revista Imprensa,* janeiro de 1995, n. 88 p. 60)

QUESTÃO 5

Um erro lingüístico constrangedor consiste em usar uma palavra em lugar de outra por confusão resultante da semelhança fonética entre elas ou de outros tipos de falsas associações.

Cada um dos trechos a seguir contém esse tipo de erro. Transcreva-os, usando a palavra apropriada.

I – O paciente insistiu com o médico para tomar anestesia peledural em vez de anestesia geral.

II – Devido a intensas filas formadas no último dia 25, a UNIP prorrogou suas inscrições até o dia 06.12.94. (comunicado em *Folha S. Paulo*, 1994)

III – Hoje é dia de despedida, com muito entretendimento.

(Locutor da Rádio Bandeirantes FM, 28.12.91, às 12h 15min).

IV – Achei muita falta de personalidade de sua parte você não ter tido a coragem de sustar em público as acusações que você fez em particular.

V – Foi grande a sua decepção ao receber, depois de vinte anos de trabalho na firma, o aviso breve.

VI – O plano de reurbanização não quer mais saber da construção de casas germinadas.

VII – Se o caso você chegar antes, por favor deixe um recado na portaria.

VIII – O centro-avante Viola do Corinthians, guincha para comemorar seu gol, que chamou de "porco", em alusão ao símbolo do Palmeiras.
(Frase de Folha de S. Paulo citada na *Revista Imprensa*, julho de 1993, n. 70, p. 50)

QUESTÃO 6

Um erro pouco comentado ou até mesmo ignorado é o que consiste em criar no interior do discurso confusões de sentido, obscuridades, ou até mesmo o "nonsense". Trata-se de um erro perturbador, já que dificulta ou impede a compreensão do enunciado.

Os trechos que seguem contêm esse tipo de erro. Procure presumir, a partir de dados do contexto, o sentido que o autor queria produzir e reescreva cada uma das passagens, eliminando essas conveniências.

I – As videolocadoras de São Carlos estão escondendo suas fitas de sexo explícito. A decisão atende a uma portaria de dezembro de 91, do Juizado de Menores, que proíbe que as casas de vídeo aluguem, exponham e vendam fitas pornográficas a menores de 18 anos. A portaria proíbe ainda os menores de 18 anos de irem a motéis e rodeios sem a companhia ou autorização dos pais.
(*Folha Sudeste* 06/06/92, apud Unicamp 93)

II – O povo não só quer o impeachment desse aventureiro chamado Collor, como o confisco dos bens nada honestos de Sr. Paulo César Farias e companhia. E que a esse PFL e ao Brizola (cuja ficha de filiação ao PDT já rasguei) reste a vingança do povo...
(L.A.N. – Painel do Leitor, *Folha de S. Paulo*, 30/07/92, apud Unicamp 93)

III – O ex-prefeito de Sonora, J.C.C., apenas aguarda os primeiros pronunciamentos da Justiça e do Tribunal de Contas para decidir se responde ao processo por desvio de CR$ 130 milhões em carne e osso ou desaparece, seguindo exemplo de um colega de corrupção. J.C.C. corre dois riscos: ter que devolver o dinheiro a ainda ir para a cadeia. São motivos suficientes para pensar em pegar a estrada. (Bastidores, *Diário da Serra,* Campo Grande, 26-27/9/93, apud Unicamp 95)

IV – Zélia Cardoso de Melo decidiu amanhã oficializar sua união com Chico Anysio. (*A Tarde,* Salvador, 16/9/94, apud Unicamp 95)

QUESTÃO 7

Muitos erros lingüísticos se devem ao fato de que o enunciador, por equívoco de análise, presume ou intui uma certa forma de estruturação da frase que, numa leitura mais calculada, não se sustenta.

Reescreva as frases que seguem, corrigindo os erros nela contidos.

I – É exatamente essa grande maioria que chamamos abstratamente de povo. São os cidadãos humildes, que vivem de pequenos serviços na periferia das grandes cidades(...)
São para esses cidadãos anônimos, que ganharam personalidade dia 15 de novembro, que o novo governo deverá estar voltado.
(Painel da *Folha de S. Paulo,* 19/11/89, apud Unicamp 90)

II – Malcom Browne, também da Associated Press, deveria ter impedido que o monge budista em Saigon não se imolasse, sentado e ereto, impedindo o mundo de ver o protesto em cuja foto encontrou seu maior impacto? (Caio Túlio Costa, *Folha de S. Paulo,* 17/03/91, apud Unicamp 92)

III – O trabalho nesses imensos empreendimentos prosseguiu no século XIV e ainda mais além, mas já não eram o principal foco de arte. (GOMBRICH.E.H. *A História da Arte.* 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, p. 155)

IV – Representantes do sindicato do setor imobiliário reuniram-se em São Paulo, onde foram discutidos, entre outros assuntos, a concessão de crédito para a casa própria.

V – São por atitudes como essa que o Congresso brasileiro goza hoje de credibilidade cada vez mais escassa e diminuta. (*Folha de S. Paulo,* 22/03/91, p. 1.2)

VI – Graves problemas são estes, mas a circunstância os fazem ainda maiores.

VII – “Carlos Lacerda não veio; veio eu”.
Até hoje a vaia não acabou.
Episódio narrado pelo comentarista político Newton Carlos. O fato ocorreu com ele mesmo em Belo Horizonte perante um auditório superlotado, ansioso à espera da presença de Carlos Lacerda. Este, afônico, mandou em seu lugar o então novato e inexperiente repórter da *Tribuna da Imprensa,* Newton Carlos, que, nervosíssimo, iniciou a palestra com a frase acima. (*Revista Imprensa,* janeiro de 1995, n. 88, p. 61)

VIII – COMO ESCREVER
Olho vivo para não maltratar o português. Preste atenção ao enunciado. Se fugir do tema, copiar o texto apresentado ou fazer uma narração (relato de uma história) onde é pedida uma dissertação (defesa de uma idéia), a redação será anulada. (*Folha de S. Paulo,* 28/11/91, Caderno Fuvest, apud Unicamp 91)

IX – Tanto o vocábulo “despida” quanto “pelada” significam praticamente a mesma coisa, mas as impressões que provocam em cada um desses termos são bem diferentes.

QUESTÃO 8

Entre os erros lingüísticos, a hipercorreção é especialmente inconveniente, pois é aquele que se comete com a preocupação de acertar. Baseado em falsas pressuposições, o enunciador imagina estar seguindo o rigor da língua culta e, na verdade, está se opondo a ele. Nos itens que seguem, há esse tipo de erro. Procure corrigi-los.

I – Cada um contribue com sua parte.

II – Não morava longe do lougradouro.

III – Não se tratavam de interesses que favoreciam apenas a cúpula do clube mas a todos os seus sócios.

IV – Hajam as condições que houverem, o jogo não será adiado.

V – Eu penso de que não há mais clima para esse tipo de discussão.

VI – Quantos anos fazem que eles não dão notícia!

QUESTÃO 9

Erros motivados por analogia presumida entre certas formas da língua são também muito comuns.

Reescreva as passagens que seguem, corrigindo-as.

I – A entrevista do governador (Qüércia) ontem no Palácio dos Bandeirantes foi conduzida por ele de modo a insinuar que faltou equilíbrio emocional ao candidato do PDS no episódio. Essa tática deverá ser mantida pelo governador todas as vezes em que o assunto vir à tona nos próximos dias. (*Folha de São Paulo,* 20/11/90)

II – Um grupo de defesa dos direitos civis ameaçou intervir se o juiz Mike McSpadden ir adiante com seu plano de aprovar o pedido de castração. (*Folha de São Paulo,* 13/02/92, apud Unicamp 93)

III – Para reinvindicar, eles são mais que pretenciosos.

IV – A edificação da casa terá início, quando eu reahaver todo o dinheiro investido em outros imóveis.

V – Aconselhou-os a que intretessem as crianças com boas leituras durante a aula vaga.

VI – A polícia não interviu no seqüestro e se tivesse intervisto teria sido pior.

VII – Se você requiser os documentos imediatamente, ainda é possível não estourar o prazo.

VIII – Quem ver a redação da lei, notará que existem lá falhas imperdoáveis.

IX – Ao descer da escada, tropeçou nos degrais.

X – Mandou abrir uma champanha para comemorar a vitória do seu clube.

XI – Grande parte dos nossos jogadores de futebol está atuando em times extrangeiros.

Lição 4

A heterogeneidade lingüística

Exercícios

QUESTÃO 1

A partir da depreensão do ponto de vista explícito neste fragmento de *O Príncipe* de Maquiavel e de sua confrontação com a memória que se tem de outros discursos a respeito do mesmo tema, tente expor, num pequeno fragmento dissertativo, qual é o ponto de vista com que esse texto está polemizando.

> Deve um príncipe, portanto, não se importar com a reputação de cruel, a fim de poder manter os seus súditos em paz e confiantes, pois que, com pouquíssimas repressões, será mais piedoso do que aqueles que, por muito clementes, permitem as desordens das quais resultem assassínios e rapinagens. Estas atingem a comunidade inteira, enquanto que os castigos impostos pelo príncipe atingem poucos. E dentre todos os príncipes, é ao príncipe novo que é impossível esquivar-se à reputação de cruel, por oferecerem os Estados novos muitos perigos. Virgílio, diz pela boca de Dido:
> *Res dura, et regni novitas me talia cogunt*
> *Morili, et late fines custode tueri*
>
> (As circunstâncias duras, e o fato de ser recente a minha realeza, constrangem-me ao rigor e à fortificação das fronteiras. *Eneida, I,* p. 563-564)
> Deve ele, entretanto, ser cauto no crer e no agir e não temer a própria sombra; e proceder de maneira a que, temperadas as suas ações com a prudência e a humanidade, a confiança demasiada não o torne incauto e a desconfiança exagerada não o torne intolerável.
> Nasce disso uma questão, a saber: é melhor ser amado que temido ou o contrário? Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas como é difícil casá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se haja de optar por uma das alternativas. É que dos homens pode-se dizer geralmente o seguinte: que são ingratos, volúveis, dissimulados, esquivadores dos perigos, ambiciosos de ganho; que, enquanto os beneficias, são inteiramente teus, oferecendo-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, como atrás se disse, desde que não se mostre a necessidade disso.

E o príncipe que haja confiado inteiramente na palavra dada perde-se se estiver desprevenido de outras medidas, pois as amizades baseadas no interesse, e não na grandeza e nobreza de alma, não se têm à altura do que se merece, e na ocasião necessária não se podem usar. E os homens receiam menos ofender aquele que se faz amar do que aquele que se faz temer: o amor mantém-se vinculado à gratidão, e esse vínculo, por serem míseros os homens, rompe-o toda ocasião conveniente; ao passo que o temor é mantido pelo receio aos castigos, e jamais faz com que te abandonem.

(Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe.* São Paulo, Cultrix, s/d, p. 107-108)

QUESTÃO 2

Manuel Bandeira, usando o verbo *traduzir* em sentido largo, faz referência a certas "traduções" que fizera de alguns poemas da nossa literatura. Entre elas, cita duas traduções de poemas antigos "para moderno": um soneto de Bocage e o *"Adeus de Tereza"*, de Castro Alves. Em seguida acrescenta:

Na semana seguinte voltei "traduzindo" estes versos do autor da *Moreninha:*

Mulher, irmã, escuta-me: não ames.
Quando a teus pés um homem terno e curvo
Jurar amor, chorar pranto de sangue,
Não creias, não mulher: ele te engana!
As lágrimas são galas da mentira
E o juramento manto da perfídia.

Teresa, se algum sujeito bancar o sentimental em cima de você
E te jurar uma paixão do tamanho de um bonde
Se ele chorar
Se ele se rasgar todo
Não acredita não, Tereza
É lágrima de cinema
É tapeação
Mentira
CAI FORA

Fazendo o confronto entre os dois trechos, comente que tipo de interpretação a tradução de Bandeira faz do poema citado?

QUESTÃO 3

A nota que segue foi extraída da seção Radar da Revista *Veja*, assinada pelo jornalista Ancelmo Góis. Afirmando que o governo está disposto a reconhecer oficialmente como mortos os desaparecidos durante o regime militar, o redator assim se manifesta:

Solução para os desaparecidos

> O projeto de lei que o ministro Nelson Jobim prepara para reconhecer como mortos os desaparecidos deve contornar a resistência militar. Dirá que os desaparecidos que, segundo testemunho ou documento, tenham participado de partidos de esquerda e com indícios seguros de que tenham sido presos (também por documentos ou testemunhos) serão considerados mortos.
> (*Veja*, 24/05/95 p. 39)

Usando o discurso indireto, que vem após um verbo no futuro **Dirá**, o jornalista antecipa-se ao conteúdo do projeto de lei que está sendo preparado pelo ministro Nelson Jobim.

Levando em conta esses dados, elabore um pequeno comentário sobre o possível motivo que teria levado o jornalista a não usar o discurso direto nesse caso e sobre o grau de confiabilidade (ou efeito de verdade) do discurso indireto montado por ele.

QUESTÃO 4

O uso do discurso indireto abre brecha para o enunciador imiscuir-se no interior do discurso citado e acrescentar informações que, sob o ponto de vista daquele que cita, estão contidas implicitamente no discurso citado. Trata-se de uma espécie de seqüestro da voz da pessoa citada para fazê-la dizer o que não disse.

Numa matéria da Revista Veja sobre o perfil do então presidente da CNBB, Dom Lucas Moreira Neves, o jornalista Ernesto Bernardes caracterizava-o como conservador. Numa retrospectiva de sua atuação no cenário brasileiro, a matéria recuperou um episódio ocorrido em 1969, quando Dom Lucas era bispo auxiliar de São Paulo: quatro padres dominicanos foram presos e torturados. Um deles, frei Tito, tentou suicídio e foi transferido para o Hospital Militar, onde foi visitado por D. Lucas. Segundo Frei Betto (outro dos dominicanos presos na época), no julgamento do padre Tito, a defesa convidou o bispo para testemunhar que o réu tinha sido torturado, e este se recusou a fazê-lo.

Na semana passada, na Suécia, frei Betto, limitou-se a confirmar o que escreveu no livro.

O livro é público. Quem quiser que leia e tire suas conclusões. Prefiro não falar sobre isso e torcer para que Lucas faça uma boa gestão à frente da CNBB.

(*Veja*, 25/05/95, p. 103)

Suponhamos que um jornalista, analisando o conteúdo da citação acima, prefira enunciá-la em discurso indireto, nestes termos:

Na semana passada, na Suécia, frei Betto disse que seu livro era público e quem quisesse que o lesse e visse as denúncias lá contidas. Disse ainda que preferia não falar sobre essa melancólica e constrangedora passagem da vida pregressa de Dom Lucas e torcer para que ele fizesse uma boa gestão à frente da CNBB.

Suponha agora um outro redator que, também em discurso indireto, resolvesse dar à citação de frei Betto uma direção menos desfavorável à imagem do atual presidente da CNBB.

Redija a citação nessa direção.

QUESTÃO 5

Os textos que seguem, extraídos de fontes variadas, tratam de um tema comum: a Proclamação da República no Brasil. Leia-os, confrontando os pontos de vista neles expressos e, ao final, redija um texto dissertativo, manifestando o seu ponto de vista sobre o mesmo acontecimento histórico.

TEXTO I

Cap. LX – manhã de 15

(...)

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tílburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um foragido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra.

Aires olhava para o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. Não lhe era desconhecida esta criatura. Já a vira, sem o tílburi, na rua ou na

sala, à missa ou a bordo, nem sempre homem, alguma vez mulher, vestida de seda ou de chita. Quis saber mais, mostrou-se interessado e curioso, e acabou perguntando se realmente houvera o que dizia. O cocheiro contou que ouvira tudo a um homem que trouxera da rua dos Inválidos e levara ao largo da Glória, por sinal que estava assombrado, não podia falar, pedia-lhe que corresse, que lhe pagaria o dobro; e pagou.

– Talvez fosse algum implicado no barulho, sugeriu Aires.

– Também pode ser, porque ele levava o chapéu derrubado, e a princípio pensei que tinha sangue nos dedos, mas reparei e vi que era barro; com certeza, vinha de descer algum muro. Mas pensando bem, creio que era sangue; barro não tem aquela cor. A verdade é que ele pagou o dobro da viagem, e com razão, porque a cidade não está segura, e a gente corre grande risco levando pessoas de um lado para outro. (ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó.* Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d, p. 159-160)

TEXTO II

Quando, ao proclamar-se a República, a massa da população, tomada de surpresa pelo acontecimento, se mostra alheia ou indiferente a princípio, Pelotas, que pertence, aliás, à velha linhagem de soldados, cuja origem data dos tempos coloniais, acha injustificável a omissão das camadas populares e vê nisto o mal de origem do novo regime. Em realidade a República é obra exclusiva do exército, ou mais precisamente, da guarnição da Corte, embora seja apresentada, também, como da armada, que não teve parte na mudança das instituições, e em nome do povo, que a tudo assistiu 'bestializado'. A fórmula 'em nome do povo'..., impõe-se logo e continuará a ser adotada em decretos do governo provisório. O representante diplomático norte-americano no Rio de Janeiro, que acompanhara com viva simpatia a fundação da República no Brasil, não pôde deixar de estranhar que um setor isolado se atribuísse, por conta própria, o direito de falar pelo povo, quando só teve a acompanhá-lo um punhado de civis da propaganda em prol do novo regime. Aquele 'em nome do povo', diz a 17 de dezembro de 1889, em despacho endereçado ao Secretário de Estado, em Washington, mostra apenas o escasso respeito que lhe merece a opinião pública.(Holanda, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: Do império à República. In: Holanda, S.B. de (org). *História da Civilização Brasileira.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, 5 volume, T.II, pp. 346-347).

TEXTO III

15 de novembro

A Proclamação da República chegou às 10 horas da noite
em telegrama lacônico.
Liberais e conservadores não queriam acreditar.
Artur Itabirano saiu para a rua soltando foguete.
Dr. Serapião e poucos mais o acompanhavam
de lenço incendiário no pescoço.
Conservadores e liberais recolheram-se ao seu infortúnio.
O Pico do Cauê quedou indiferente
(era todo ferro, supunha-se eterno).
Não resta mais testemunha daquela noite
para contar o efeito dos lenços vermelhos
ao suposto luar
das montanhas de Minas.
Não restam sequer as montanhas.
(Andrade, Carlos Drummond de. *Boitempo*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1977, p. 369).

Lição 5

Seleção vocabular

Exercícios

QUESTÃO 1

Nos trechos que seguem, ocorrem palavras ou expressões usadas inadequadamente por razões diversas (por serem incompatíveis com o nível de linguagem do contexto em que estão inscritas, por serem redundantes, por associarem significados que não se combinam, etc.).

Procure substituí-las pela palavra ou expressão apropriada ou, se for o caso, excluir as que são desnecessárias.

I – Após a primeira crise de artrite provocada pelo excesso de ácido úrico, o jovem professor se transformou definitivamente em herbívoro.

II – Em declaração a um canal de televisão, o ilustre jurista italiano ponderou que não via a menor justificativa nem jurídica, nem ética para o rumoroso episódio da jovem esposa americana que resolveu capar o coitado do marido.

III – Os festejos comemorativos do dia da libertação dos escravos tiveram início na Catedral da Sé, com um culto ecumênico para várias religiões reunidas num ato de fé comum.

IV – Durante as explosões do arsenal da Marinha na Ilha do Governador em meados de 1995, vários cidadãos cometeram verdadeiros atos heróicos, indo socorrer, com suas lanchas, pessoas confinadas no local.

V – Ao menos neste ano, não são procedentes as costumeiras zangas do eleitorado contra a atuação dos seus representantes no Legislativo, já que a maioria das leis sancionadas pelo Congresso foi benéfica à população.

VI – O prefeito da capital, grande figura, por ocasião de audiência que concedeu a uma Comunidade de Bairro, foi homenageado pelo representante dos presentes, que começou por exaltar o chefe do executivo pelo seu jeito simplório de ser.

VII – Logo que o folclórico jogador levantou-se do banco e começou a fazer aquecimento, espalhou-se pelo estádio um murmurinho, sintoma da expectativa geral pela rápida entrada do imprevisível atacante.

QUESTÃO 2

O trecho que segue foi extraído da seção *“Pingos nos iis”* de Josué Machado, publicado na *Revista Imprensa Mídia* (junho de 95, n. 9, p. 24)

> Um anúncio publicado em revistas de grande circulação comunicou o lançamento da chuteira Predador, da Adidas, “que veste, por exemplo, os pés dos jogadores da Alemanha”. (...)
> O texto diz que a chuteira “veste” os pés dos jogadores. Por que veste? Aprendemos na escolinha da Dona Olga, com 5 ou 6 anos, que se vestem roupas e se calçam sapatos, chinelos, meias e até luvas. Dona Olga não conhecia as atuais levíssimas chuteiras.

Como se vê, a combinação dos termos *vestir os pés* é vista como uma associação incomum no Português, embora o colunista abra margem para a possibilidade de se estar querendo com isso criar um efeito de sentido: as chuteiras de que fala o anúncio são tão delicadas e leves que *vestem* e não *calçam*. Falta-nos contexto para confirmar essa hipótese.

A combinação de termos usualmente incompatíveis, no entanto, tem sido usada, sobretudo na literatura, para criar efeitos de sentido de vários tipos. É o que se dá no trecho que segue, de Aluísio de Azevedo:

> (...) em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns após outros lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. (...) os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário, metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. (*O cortiço*, 13 ed., São Paulo, Martins, 1957, p. 42)

Como se vê, a intenção do narrador é clara: selecionando termos compatíveis com o universo semântico dos animais irracionais para se referir ao universo dos humanos, ele quer enfatizar o caráter animalesco e degradado das personagens que vivem no cortiço.

Com base nesses dados, redija um texto, procurando usar uma escolha lexical similar à de Aluísio Azevedo, relatando a condição dos catadores de lixo nas ruas das nossas grandes cidades, ou nos lixões.

QUESTÃO 3

> Silveira era secretário de *mise-en-page* do Jornal do Brasil e Sérgio Noronha era o secretário de texto. *Mise-en-page* era o nome engraçado/pedante que usávamos para a função de escolher as fotos, os destaques e a diagramação da página. (LEMOS, Carlos. *Revista Imprensa*. Janeiro/95. n.88. p.60)

O uso de estrangeirismos pode ser explorado como recurso para a criação de efeitos de sentido, como é o caso do trecho que segue:

> Beatriz
>
> Não tive o prazer de vê-la no último baile do Cassino. Esteve ravissant, esplendide. O high-life do Rio de Janeiro estava representado em tudo quanto possui de mais recherché! O salão iluminado a giomo, e a last fashion exibia os seus mais belos esplendores. (JUNIOR, França, *Caiu o Ministério*. p.62, apud Vestibular da Universidade Federal de Goiás, 1992)

a) Tente traduzir, na medida das disponibilidades do nosso léxico, os estrangeirismos contidos nesse texto.

b) Confronte o texto original com a tradução feita e, levando em conta o que diz o jornalista Carlos Lemos a propósito da expressão *mise-en-page,* tente explicar o efeito de sentido que o uso do estrangeirismo produz no trecho literário de França Júnior.

QUESTÃO 4

Como se sabe, o jargão é a linguagem especializada de um certo segmento profissional. Não raras vezes, traz para o usuário comum da língua sérias dificuldades de compreensão. Aqueles que têm necessidade de se fazer compreender por esse tipo de auditório, deveriam evitá-lo ou tentar traduzir-se. Ocorre que, para evitar o jargão, pode-se esbarrar num outro tipo de inconveniente: o da imprecisão.

É o que acusa este trecho da *Revista Veja* que vem a seguir:

> Hiponcondria econômica
>
> O ministro Fernando Henrique Cardoso é um médico frustrado.
> Vive fazendo diagnósticos da situação “inconvivível” da economia:
> “A inflação deu um soluço” – 30 de julho
> “Se a inflação espirra, a gente dá aspirina, para evitar que vire pneumonia” – 6 de agosto
> “O país sofre de esquizofrenia” – 10 de agosto

“A inflação é uma urticária” – 16 de agosto
(*Veja,* S.Paulo, 15.09.93, p. 25)

Procure traduzir, com palavras precisas, o que queria dizer o então Ministro da Fazenda com as frases acima transcritas.

QUESTÃO 5

Nas palavras, como nas modas, observa a mesma regra:

Sendo novas ou antigas demais, são igualmente grotescas.
Não sejas o primeiro a experimentar as novas,
Nem tampouco o último a encostar as antigas.
(POPE, *Ensaio sobre a crítica.* Apud RÓNAI, Paulo. *Dicionário Universal de Citações.* 2 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. Verbete *palavra,* p. 720)

O conselho contido na passagem acima é sábio, mas nem sempre é seguido. O trecho que vem abaixo, extraído de uma reportagem jornalística, trata da exótica linguagem usada pelos escrivães de polícia na redação de boletins de ocorrência e textos similares.

Na sala do escrivão de polícia, o mundo e a língua portuguesa ganham outras dimensões. Ali, quem trabalha e paga impostos está sujeito a se transformar em *retro, supra* ou *infra.* Os criminosos são *elementos* ou *meliantes.* Mãe é *genitora* e revólver é *berro.* Uma discussão ganha o pomposo nome de *desinteligência.* Rua não é rua, mas *leito carroçável.* E o resultado pode ser: *“O elemento sacou do berro, bateu na parte ouvida e seqüestrou sua genitora logo após iniciar desinteligência no leito carroçável”.* (UCHÔA, Marcos. *O Estado de S. Paulo,* 05.04.92, p.8)

Procure reescrever o último período desse parágrafo, procedendo a uma escolha lexical que elimine dele o tom excêntrico e grotesco.

Com o mesmo critério, reescreva as passagens que seguem, extraídas da mesma reportagem:

O acusado colocou em periclitação a vida da parte ouvida ao depositar sobre seu corpo solução combustível.
O autor da prática delitiva confessou ter batido na parte ouvida.

QUESTÃO 6

O preciosismo, que se manifesta pela predileção por palavras raras e pretensiosamente eruditas, não enriquece em nada o texto, ao contrário, prejudica-o, dando-lhe feições de afetação e artificialidade.

É o que vem satirizado pelo jornalista Paulo Francis nesta passagem:

> No Brasil me contaram que Antônio Houaiss disse na televisão que vai fazer um dicionário com "*Nós faz*", "*Nós quer*" e similares, porque é assim que o povo fala. Imaginem só, isso de um filólogo que, no dia-a-dia, em vez de *discordo* diz *discrepo,* em vez de *familiarizado,* diz *tenho privância,* e em vez de *em baixo, sotoposto.* (FRANCIS, Paulo. *O Estado de S. Paulo,* 9.6.91, p.16)

Caricaturas e irreverências à parte, o fato é que o jornalista manifesta nesse trecho o tipo de reação que desperta a afetação verbal.

Na lição sobre variação lingüística, já se fez alusão a um conto de Monteiro Lobato intitulado *O Colocador de Pronomes* em que o narrador constrói um personagem caricato, Aldrovando Cantagallo, que consome os seus dias a lutar incansavelmente contra o "crime" da incorreção gramatical. Seu léxico é precioso e afetado como se pode notar no trecho que segue, em que se manifesta contrário à alegação de que a língua deve evoluir na boca do povo e desanda a proferir uma sucessão de rabugices contra a linguagem jornalística:

> E não lhe objetassem que a língua é organismo vivo, e que a temos a evoluir na boca do povo.
>
> – Língua? Chama você língua a garabulha bordalenga que estampam periódicos? Cá está um desses galicígrafos.
>
> Deletreemo-lo ao acaso.
>
> E baixando as cangalhas, lia:
>
> – *Teve lugar ontem*... É língua esta espurcícia negral! Ó meu seráfico Frei Luís, como te conspurcam o divino idioma estes sarrafaçais da moxinifada!
>
> -...*no Trianon*... Por que Trianon? Por que este perene barbarizar com alienígenos arrevezos?? Tão bem ficava – A *Benfica,* ou, se querem, neologismo de bom cunho – o *Logratório*... Tarelos é que são, tarelos!
>
> (LOBATO, Monteiro. *Contos escolhidos.* 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 119-120)

a) Reescreva as falas da personagem, excluindo o léxico que lhes confere o caráter pernóstico e afetado.

b) Para a caracterização da personagem, que efeito produz a exclusão do léxico rebuscado?

QUESTÃO 7

Um texto é eficaz nas suas intenções de comunicação quando atinge o resultado que se pretende com ele. A obtenção desse resultado depende de múltiplas competências: uma delas é a escolha do léxico apropriado aos objetivos que se tem em mente. Quando se quer, por exemplo, ridicularizar alguém, a escolha do léxico não pode ser mediada por princípios de boas maneiras.

O trecho que segue serve para ilustrar o que estamos dizendo: trata-se de uma passagem de um artigo jornalístico, em que o articulista, falando da arrogância e da ineficácia do serviço público, cita um episódio em que, precisando de providências burocráticas para regularizar a sua situação funcional, procurou uma funcionária de uma universidade paulista:

> Fui recebido por uma senhora – daquele tipo usando cabelos em forma de cogumelo atômico, com o apelido irreverente a não ser escrito aqui – posta na poltrona do chefe. Consultadas as fichas, a matrona sentenciou secamente: “Você (a polidez dos funcionários públicos é proverbial) não é doutor.”
> (ROMANO, Roberto. *Folha de S. Paulo*, 05.06.92, p.1-3)

Está evidente a intenção do jornalista em desmoralizar arrasadoramente a funcionária e, com ela, o serviço público. E esse resultado é plenamente atingido a partir, sobretudo, do uso de uma seleção lexical direcionada para esse fim.

Em primeiro lugar, observem-se as palavras que escolheu para designar a funcionária: primeiro *senhora*, depois *tipo* (um hiperônimo pouco cordial) e, por fim, *matrona* (um sinônimo nada honroso). Acompanhando esse processo de demolição de imagem, as escolhas lexicais que permeiam o texto têm efeito massacrante: *cogumelo atômico, apelido irreverente, a não ser escrito aqui, posta* (e não *sentada*), *poltrona do chefe, sentenciou* (e não *solicitou* ou *perguntou*), *secamente, você* (e não o *senhor*), *polidez* (com ironia), *proverbial* (também irônico).

Suponha que você queira atingir o resultado contrário ao de Roberto Romano. Reescreva o mesmo episódio, substituindo os termos escolhidos, a fim de criar uma imagem positiva dos funcionários e do serviço público em geral.

QUESTÃO 8

Palavras polissêmicas, em geral usadas com alta freqüência na linguagem cotidiana, têm o inconveniente de nivelar os significados, provocando a perda de matizes semânticos diferenciadores.

Quando se diz:

Ele *fez* que não gostou (*fez* aqui tem o sentido dominante de *simulou*)

Ele *fez* dezoito anos ontem (*fez* significa, neste caso, *completou*).

Quando se diz:

Os resultados alcançados foram *bons* (*bons* significa *promissores, satisfatórios*);

É *bom,* à noite, andar mais atento (*bom* significa *conveniente*).

Com base nesses dados procure substituir a palavra grifada por um sinônimo que traduza de maneira mais específica o significado mais compatível com o contexto.

Se a permutação o exigir, faça a alteração de estrutura que for necessária.

I – O satélite *faz* um círculo em torno da Terra.

II – Verdi *fez* a Aída por encomenda.

III – Pediu que o barbeiro lhe *fizesse* barba e cabelo.

IV – Esses novos veículos *fazem* menos fumaça que os antigos.

V – Na esquina, vendendo frutas, ele consegue *fazer* uns vinte reais por dia.

VI – O camelo é capaz de *fazer* quilômetros e quilômetros sem tomar água.

VII – Nas brincadeiras ela sempre queria *fazer* a patroa e eu, a empregada.

VIII – São Francisco de Assis é conhecido sobretudo como um homem *bom*.

IX – O imóvel sempre foi e sempre será um *bom* investimento.

X – A erosão tem inutilizado *boas* porções da nossa terra agricultável.

XI – Ele tinha saudade dos *bons* tempos.

XII – Teve uma gripe mas já está *bom.*

XIII – Era um aluno muito *bom* de matemática.

XIV – Um dos *pontos* em que mais insistiu foi a necessidade de cumprir prazos.

XV – Vamos marcar um *ponto* da cidade em que possamos encontrar-nos com facilidade.

XVI – O *ponto* central da discussão não foi tratado com a devida profundidade.

XVII – A inflação, durante o mês de julho, caiu vários *pontos.*

XVIII – Em vários *pontos* do livro, há passagens ambíguas.

XIX – Neste *ponto*, a Rádio Cultura encerra suas transmissões.

XX – A exibição da orquestra foi o *ponto* alto da programação.

Lição 6

Texto figurativo e texto temático

Exercícios

QUESTÃO 1

O texto temático e o texto figurativo constituem formas diferentes de construir significados. O conteúdo de um texto temático é traduzível por um texto figurativo e vice-versa.

Evidentemente essa tradução implica perdas e ganhos: o texto figurativo, por exemplo, dado o seu papel de criar um simulacro do mundo, costuma ser mais rico em pormenores, mais apropriado para revelar aspectos plásticos e sensoriais do universo representado por ele. O texto temático, por outro lado, tende a ser mais sintético, mais apropriado para operar com o universo do inteligível e do racional.

O texto que segue é figurativo. Leia-o com atenção.

> Em todas as partes do mundo ainda acontece o fato de muitas pessoas não encontrarem locais para trabalhar. Trata-se de homens e mulheres que têm capacidade para arar a terra, semear, plantar e colher, para edificar casas, abrir estradas, dirigir veículos, operar máquinas nas indústrias e que precisam ganhar dinheiro para alimentar seus filhos, mantê-los na escola, pagar aluguel, cuidar da saúde, vestir-se. Oferecem-se para trabalhar em fábricas, lojas, fazendas, lugares públicos, mas a resposta é que não existem mais vagas ou, o que é pior, que estão demitindo e não contratando.
>
> Esse parágrafo figurativo, embora com algumas perdas inevitáveis de sentido, poderia ser assim traduzido para um parágrafo temático:
>
> O desemprego é ainda um dado universal. A demanda de trabalho por indivíduos dele necessitados para a garantia de condições básicas de sobrevivência é maior do que a oferta por parte da produção e dos serviços.

O trecho que segue é dominantemente figurativo. Tente traduzi-lo para um texto temático, preservando as idéias centrais.

> Os vendedores de ameixa preta sentiam-se desencorajados em seus esforços para convencer os americanos a comer os frutos, mesmo nas quantidades consumidas em anos anteriores. Com algo semelhante ao desespero, a Junta Consultiva da Ameixa Preta da Califórnia (*California Prune Advisory*

Board) recorreu aos conselhos do Instituto de Pesquisa de Motivação (*Institute for Motivation Research*).

....

Quando se submeteram pessoas ao teste de associação de palavras, os primeiros pensamentos que vieram à tona de sua mente com referência às ameixas pretas foram idéias como “velha solteirona” e “seca”. Em seus estudos sobre o lugar ocupado pela palavra *prune* (ameixa seca) na língua inglesa, encontrou frases como *old prune face* (cara de ameixa velha) e *driel-up-old prune* (velha ameixa seca). Quando seus investigadores realizaram entrevistas de profundidade, verificaram que as ameixas pretas eram imaginadas como símbolo de decrepitude e desvitalização. Outros pensavam nas ameixas pretas em termos de autoridade paterna. Lembravam-se de que, quando crianças, eram muitas vezes obrigados a comer ameixas pretas porque “vocês precisam comer” ou porque “ameixas fazem bem para vocês”. As ameixas estavam associadas a casas de pensão (onde eram servidas por senhoras parcimoniosas), a pessoas mesquinhas e egoístas, a puritanos sem alegria. A sombria cor preta das ameixas, tais como eram servidas comumente, foi objeto de comentários desagradáveis. A cor preta era considerada um tanto simbolicamente sinistra, em pelo menos um caso, a pobre ameixa foi associada a feiticeiras. (PACKARD, Vance. *Nova técnica de convencer.* 5 ed. São Paulo, Ibrasa, 1980, p. 128)

QUESTÃO 2

Um mesmo tema pode ser representado por percursos figurativos diferentes. O tema da conquista do poder, por exemplo, pode ser representado pela figura de uma rainha que trama com o cunhado a morte do rei – como é o caso do *Hamlet* de Shakespeare ou pela figura de um candidato que persuade os eleitores a lhe confiarem o voto ou por um místico que se diz enviado dos céus para construir uma civilização de devotos.

Para que um texto figurativo manifeste um dado tema é necessário que as figuras escolhidas (personagens, lugares, objetos, ações) se articulem coerentemente, num percurso que não dê margem a interpretações contraditórias.

O texto que segue, por exemplo, figurativiza o tema do *aconchego do lar*, numa propaganda do Banco Itaú, para vender um programa de computador que permite ao correntista fazer operações bancárias de dentro de casa. Obs. para dar legibilidade ao texto verbal à esquerda, transcrevemos dele os trechos abaixo:

Itaú Bankline Pessoal
Você nunca se sentiu tão
em casa para ir ao banco.

Já pensou como seria ter uma Agência Itaú no meio da sua sala de estar? Era só aproveitar o intervalo da novela para consultar extratos. Fazer transferência e investimentos enquanto o jantar esquenta no forno. Já pensou? O Itaú pensou. E criou o Itaú Bankline Pessoal, sua Agência Itaú em casa. Basta ligar seu micro para acessar os computadores do Itaú.

É a mais alta tecnologia permitindo que você faça consultas, investimentos, transferência e muito mais, no seu lar, doce lar. (*Veja*, 26.07.95, p. 24)

Agora você vai proceder a alterações no percurso figurativo (do texto verbal e do visual) para manifestar o tema da rotina do lar e, com base nisso, tentar vender título de um clube de campo.

QUESTÃO 3

O texto figurativo, dada a sua capacidade de criar uma representação simulada do mundo, é muito eficaz, sob o ponto de vista argumentativo, para ilustrar afirmações contidas em passagens temáticas. É o que ocorre no trecho que segue:

A casualidade pode dar origem a descobertas científicas.
Foi o que ocorreu ao Sr. Alexandre Flemming, quando estava cultivando bactérias em frascos. Sem serem previstos, começaram a surgir fungos no

interior dos recipientes e as bactérias morreram. Em vez de desprezar o episódio inesperado, o ilustre biólogo associou o surgimento dos fungos com a morte das bactérias.

Foi a partir dessa ocorrência que inventou a penicilina.

O trecho que segue é temático e contém uma afirmação genérica.

Desenvolva um parágrafo figurativo que ilustre a afirmação feita e constitua um bom argumento a favor dela.

Todos os homens, nos diz Pascal, são quase sempre levados a crer não pela força das provas, mas por agrado. (PERELMAN, Ch. e TYTECA, L. Olbrechts. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique.* 5 ed. Editions de l'Université de Bruxelles, 1988, p. 80)

QUESTÃO 4

Há certos textos figurativos que são verdadeiras narrativas rápidas, sintéticas, muito carregadas de significados pressupostos.

É o caso deste mini-poema que vem transcrito a seguir:

Gato do Mato e Leão, conforme o combinado.
Juntos caçavam corças pelo mato.
As corças escaparam... Resultado:
Não escapou o Gato.
(Mário Quintana. *Prosa e Verso*. 2 ed. Porto Alegre. Globo, 1980, p. 41)

Desenvolva, num pequeno texto temático, os principais pressupostos desse texto figurativo.

QUESTÃO 5

Nenhum texto é mais apropriado para tecer comentários sobre outros textos do que o temático. É por meio dele que, de maneira explícita, damos opiniões, emitimos juízos de valor, manifestamos nossa discordância sobre pontos de vista que lemos ou ouvimos.

Todos os textos que seguem são trechos de cartas de várias procedências enviadas à Revista Veja, comentando uma entrevista do cientista Alberto Santoro, publicada em Páginas Amarelas do número anterior (19.07.95).

Leia-os com atenção.

Alberto Santoro

Muito interessante a entrevista com o físico Alberto Santoro. Reflete, claramente, como anda a ciência brasileira. Os cursos de pós-graduação

tornam-se um espelho dessa situação, como bem relatou *Veja* (Amarelas, 19 de julho)
S.V.B.
Brasília, DF

Mesmo no governo de um intelectual como Fernando Henrique Cardoso, o país continua exportando cientistas criativos. Vergonhosamente remunerados e sem estímulos, eles vão embora quando já são internacionalmente conhecidos, deixando no desamparo a ciência aqui produzida.
S.M.
São Paulo, SP

A mediocridade e a incompetência ocupam o espaço e passam a ser referência nas universidades e centros de pesquisa no país. Pesquisadores espertos conseguem aumentar sua fortuna pessoal, embora suas pesquisas jamais produzam resultados e eles sempre possam colocar a culpa na insuficiência de recursos. Aos professores e pesquisadores realmente competentes resta a alternativa de ir embora.
A.A.S.
Fortaleza, CE

A entrevista do físico Alberto Santoro contém uma série de inverdades e conceitos questionáveis. Existe, sim, uma política de ciência e tecnologia no país, que, aliás, possibilitou ao professor Santoro realizar suas pesquisas. Seu salário no Centro de Pesquisas Físicas é de 4.219,25 reais, e não de 2.200 reais. O salário de motorista na administração pública federal – inclusive no MCT – é de 800 reais. As leis de incentivos fiscais já induziram investimentos no valor de 500 milhões de reais em ciência e tecnologia. A entrevista em que acusa indiscriminadamente os que trabalham no país de espertos e safados foi um desserviço à difícil tarefa de fazer ciência e tecnologia em nosso país.
José Israel Vargas
Ministro da Ciência e Tecnologia
Brasília, DF

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Confrontando os dados e opiniões acima emitidos com dados e informações que você possui, construa um texto temático manifestando seu ponto de vista sobre:

Que grau de prioridade deve ter a pesquisa científica num país em desenvolvimento como o Brasil?

Lição 7

Alteração do sentido das palavras

Exercícios

QUESTÃO 1

Por trás da aparente simplicidade, os provérbios, muitas vezes em linguagem metafórica, exprimem de maneira condensada e realista certas concepções, certas visões de mundo que fazem parte do ideário de um povo ou de certo grupo social.

Os dois provérbios que seguem exemplificam com propriedade o que se disse acima:

A desgraça do pau verde
É ter pau seco ao lado;
Vem o fogo queima o seco,
Lá vai o verde queimado.
(MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro.* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 38)

Faça um sermão, mas não bata no púlpito.
(Id., *ibid.*, p. 97)

Escolha um dos dois provérbios, e, com base no seu sentido metafórico, comente um acontecimento que se encaixe dentro da concepção neles implícita.

QUESTÃO 2

A metonímia não é um recurso retórico exclusivo da linguagem verbal, como se pode notar pela observação da foto reproduzida ao lado.

Como se vê, a foto flagra sobretudo mãos ávidas em busca de alimento. Tais recursos não são usados apenas como adorno ou expediente decorativo, mas como uma estratégia de produção de significado.

(Folha de S. Paulo, 03/12/96, p.1.1)

Procure redigir um pequeno texto, traduzindo em palavras o efeito de sentido produzido pela foto.

QUESTÃO 3

Observe o texto visual que vem abaixo:

A escadaria de Odessa

Esse fotograma mostra uma cena da repressão czarista aos que se manifestavam solidários com a revolta iniciada no Encouraçado Potemkin. A mãe, que se propõe subir as escadas de Odessa com o filho assassinado ao colo, é vista em contraste com as sombras dos soldados, imensas e fantasmagóricas, que se projetam na contraluz.

Como se pode notar, as sombras (o efeito produzido pelos corpos dos soldados que interceptam a luz) aparecem em lugar dos corpos dos soldados. Trata-se, pois, da utilização do efeito em lugar da causa, o que caracteriza uma metonímia.

Redija um pequeno texto que reproduza a mesma metonímia explorada como recurso expressivo no fotograma impresso acima.

QUESTÃO 4

Num conto de Eça de Queirós intitulado *A aia*, narra-se a história de um poderoso rei que, tendo morrido em batalha, deixa como herdeiro um único filho, recém-nascido. A rainha no comando do reino, sente-se frágil, já que o seu trono está sob a ameaça de um irmão bastardo do rei morto.

Diz o narrador a certa altura:

> No entanto um grande temor enchia o palácio, onde agora reinava uma mulher entre mulheres. (...) As portas da cidade tinham sido seguras com cadeias mais fortes. Nas atalaias ardiam lumes mais altos. Mas à defesa faltava disciplina viril. Uma roca não governa como uma espada.
> (QUEIRÓS, Eça de. *Obras de Eça de Queirós.*Porto, Lello e Irmão, s.d., Vol. I, p. 776)

No último período, o narrador usa *roca* (instrumento de uso, próprio de mulher) para designar *mulher* e *espada* (instrumento próprio de homem) para designar *homem*. Trata-se de um tipo de metonímia, já que entre o instrumento e seu usuário há uma relação de contigüidade. É o mesmo mecanismo que se dá, no dito popular: *Naquela casa é a mulher que usa calças*.

Procure construir dois pequenos trechos onde se use o instrumento para designar a pessoa que o usa.

QUESTÃO 5

Leia com atenção o trecho que segue:

Um barbeiro no Planalto

> Um bom motorista, quando está ao volante, jamais se esquece de, vez por outra, dar uma olhadela nas luzinhas que estão à sua frente, no painel do automóvel. Não basta acompanhar os movimentos do ponteiro da gasolina. É indispensável ficar de olho nos indicadores de óleo do motor e fluido de freio, para mencionar apenas dois exemplos.
>
> Na direção do país, Fernando Collor de Mello é o que se poderia chamar de péssimo condutor. Na última semana, depois de perambular sem rumo e realizar uma seqüência de manobras arriscadas, o governo foi lançado no acostamento. Collor descobriu-se sem credibilidade e sem dinheiro, os dois principais combustíveis da administração pública.
>
> Num primeiro momento, desnorteado, convocou a Brasília, ao preço de cerca de US$ 10 mil por cabeça, os deputados e senadores em férias. Os parlamentares notaram que todas as luzes do painel de controle do governo estavam acesas.
>
> Não bastava irrigar os tanques. Era preciso submeter o motor a uma retífica. Inconformado, o presidente relutou em aceitar o diagnóstico. De um microfone do Palácio do Planalto queixou-se de solidão e falta de solidariedade.

Premido contra a parede, Collor acabou por extirpar parte das peças enferrujadas que emperram a engrenagem do "Brasil Novo". Substituiu dois ministros que rangiam há tempos. Seus ouvidos eram os únicos do país que permaneciam insensíveis à chiadeira. Baixou o capô sem notar a presença de várias outras peças retorcidas.

A partir de amanhã, o presidente volta ao estacionamento do Congresso. Pedirá crédito e dinheiro. Mesmo que obtenha, não irá longe. Um carro com o motor recauchutado pode até dar algumas voltas, mas será sempre um carro velho. No caso da máquina pilotada por Collor há duas agravantes: os reparos foram mal feitos e o motorista é o mesmo.

Se troca de ministro resolvesse o problema, Sarney teria descido a rampa do Planalto sob aplausos. É verdade que Collor ainda tem muito chão pela frente. O problema é que dirige um fusquinha convencido de que está a bordo de uma Ferrari. De resto, faz curvas na pele de Ayrton Senna, para descobrir-se Satoro Nakajima no instante em que roda na pista.

(SOUZA, Josias de. *Folha de S. Paulo,* 14/01/92, p. 1-2.)

Desde o título, o texto acima faz uso de metáforas que se encadeiam, produzindo uma alegoria.

Ao significado de base de *motorista* se acrescenta o de *condutor de um país, governante;* ao significado de *automóvel* se acrescenta o de um *país*.

Essa combinação de dois planos de significado nos permite associar dados de uma experiência de comando mais conhecida (a de dirigir um auto) aos de outra menos conhecida (a de governar um país). Esse é um dos recursos que faz da metáfora um expediente retórico muito utilizado tanto na literatura como em textos utilitários.

Tomando como referência o texto de Josias de Souza, procure construir uma alegoria similar, com a mesma preocupação didática, com base nas seguintes relações de sentido:

De um lado	**De outro lado**
Como sentido de base: um cargo de representação	Como sentido de base: uma empresa privada
como sentido metafórico: um cargo de embaixador	como sentido metafórico: um país

Procure, por meio do uso de metáforas, mostrar semelhanças e intersecções entre os dois planos de significado.

Lição 8

Modos de ordenar os tempos

Exercícios

QUESTÃO 1

Cada uma das frases que seguem contém uma ou duas formas verbais empregadas equivocadamente, quanto ao uso do tempo, se não levarmos em conta a possibilidade da utilização de um tempo com valor de outro. Procure identificá-las e reescrever a frase, fazendo a devida correção.

a) Ulisses Guimarães morreu tragicamente, quando viajava de Ubatuba para São Paulo a bordo de um helicóptero que se perdia no meio de um denso nevoeiro na Serra do Mar e, em seguida, caía no oceano para nunca mais ser encontrado.

b) Era um famoso escritor que morava à beira da praia de Ipanema. Às tardes, tinha o hábito de, recostado à janela do seu apartamento, observar o fluxo da maré e o movimento das ondas que foram e voltaram num incessante vaivém.

c) O forasteiro dirigiu-se calado para os lados do armazém, onde, no dia anterior, deixou seu cavalo amarrado à sombra de uma árvore e recostou os arreios ao pé dela.

d) O primeiro de uma série de planos destinados ao controle da inflação foi o cruzado, em 1986. Dias após a sua implantação, o povo brasileiro assumirá em relação à vigilância de preços uma atitude até então nunca vista.

QUESTÃO 2

Redija as frases que seguem, de acordo com as alterações sugeridas.

a) *Hoje*, em matéria de tecnologia da computação, estamos ainda sem condições de competir no mercado internacional. Amanhã, talvez, dependendo do desenvolvimento de tecnologia nacional, estaremos em melhores condições.

– Permute *hoje* por, *na próxima década* e reescreva o trecho todo, mantendo a progressão temporal estabelecida no texto inicial.

b) *Hoje* o Brasil vive ainda um clima de imaturidade, em que a classe política não concebe abrir mão de vantagens imediatas e restritas em

favor de benefícios a longo prazo e mais amplos. Ontem não era diferente: as mesmas miopias e contumácias estavam presentes na última década.

– Permute ***hoje*** por, ***no governo passado*** e reescreva o trecho, mantendo as mesmas relações de anterioridade e posterioridade entre as partes.

QUESTÃO 3

Preencha os espaços vazios com o verbo inscrito entre parênteses, no tempo adequado ao contexto.

a) Precisamos acreditar que o homem do século XXI terá mais motivos do que nós para se alegrar, pois àquela altura dos acontecimentos já ________________________ soluções para os graves problemas sociais que ora nos afligem. (*encontrar*)

b) Se na década de 60 o governo tivesse investido maciçamente em programas de alfabetização, na de 80 já ________________________ a fase crítica do analfabetismo no país. (*superar*)

c) Em 1945 desencadeu-se a denominada campanha “queremista”, cujo objetivo era resumido na palavra de ordem “queremos Getúlio”. Os adeptos da campanha defendiam a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. Só posteriormente ________________________ realizadas eleições diretas, nas quais Getúlio __________________ concorrer. (*ser/dever*)

d) Para muitas das religiões, depois que o mundo se converter e aderir aos princípios delas, todos os problemas do homem e todos os sofrimentos ___________. (*desaparecer*)

e) No exato momento em que você programar o seu telefone para despertá-lo, seu alarme __________________ em sua casa. (*tocar*)

QUESTÃO 4

Reescreva as frases que seguem, empregando adequadamente os advérbios ou expressões adverbiais que estiverem mal empregados.

a) A primeira reação de desacato público ao governo ocorreu no mês retrasado. Logo no próximo mês ocorreu a segunda e daqui a pouco ocorreriam muitas outras.

b) No início do século, o poder político estava centrado na figura dos “coronéis”, em vários estados brasileiros. Mas agora já se esboçavam reações contra aquela situação. Em São Paulo, por exemplo, o governador Washington Luís estimulou, em 1921, a profissionalização

dos integrantes do Poder Judiciário; no mesmo Estado, o também governador Jorge Tibiriçá criara, perto da década passada (1906), uma polícia de carreira.

c) Fleury Filho ocupou o cargo de Secretário da Justiça do Estado de São Paulo na gestão do governador Orestes Qüércia e, na próxima gestão, foi eleito governador do mesmo Estado.

QUESTÃO 5

Levando em consideração a mudança de tempo no verbo da oração principal, reescreva a frase, usando o tempo adequado na oração subordinada.

a) Um famoso crítico literário brasileiro *supõe* que estudar literatura brasileira seja o mesmo que estudar literatura comparada tal a vinculação entre nossas obras e as de procedência externa.

– Permute *supõe* por *supunha* e reescreva o trecho.

b) *Era* pouco provável que o eleitorado se comportasse da mesma forma de sempre dentro de condições sociais tão diferentes das anteriores.

– Permute *era* por *será*.

c) Antes que tivesse ocorrido a tragédia, *deu*-lhes ordens expressas para que tomassem cuidado.

– Permute *deu* por *dará* (*dar-lhes-á*).

d) Não *teria ocorrido* pior resultado se tivessem seguido as instruções dadas pelo manual.

– Permute *teria ocorrido* por *ocorrerá*.

QUESTÃO 6

Como se sabe, pode-se usar um tempo verbal em lugar de outro para a obtenção de efeitos de sentido. É o que se dá com as formas verbais grifadas nas passagens que vêm a seguir.

Abaixo de cada uma delas efetue o seguinte trabalho:

a) Reescreva as formas grifadas no tempo verbal em sentido próprio.

b) Crie uma frase em que ocorram verbos usados na mesma forma e com o mesmo sentido das formas grifadas. Não é necessário que se usem os mesmos verbos da frase matriz.

Exemplo:

Não *fora* o meu interesse pela sua amizade, não o *cativara*.

a) *fosse*, *cativaria*

b) Não *quisera* eu o seu comparecimento, não o *convidara*.

Prossiga:

I) – Creio que nenhuma das flores do mundo *será* mais delicada que a rosa.

II) – O que o senhor deseja de aperitivo?
– Eu *queria* um suco de tomate temperado.

III) – Com o mercado nervoso como está, eu *aplicaria* em ouro.

IV) – 9 de maio de 1500, Cabral *parte* do Rio Tejo com uma frota de treze navios, que, após passar as Ilhas de Cabo Verde, *toma* rumo oeste, *afasta-se* da costa africana e *chega* ao Brasil.

QUESTÃO 7

Você está diante de uma oportunidade rara para a sua carreira profissional: a possibilidade de realizar o grande desejo de sua vida.

Entre outras provas de avaliação de mérito para a obtenção dessa conquista, solicita-se que você:

a) Faça um relato circunstanciado de suas experiências passadas;
b) um relato de suas atividades presentes;
c) um relato de seus projetos futuros.

Elabore o seu texto, utilizando em *a* os tempos do subsistema do pretérito; em *b,* os do subsistema do presente; em *c*, os do subsistemas do futuro.

Lição 9

O parágrafo

Exercícios

QUESTÃO 1

Conta-se que Galileu, nas polêmicas com os adversários, era dado ao emprego de sátiras para desmoralizá-los.

O texto que segue é um exemplo disso e foi transcrito sem paragrafação para que você reconstitua essa segmentação:

> Se Sarpi quer que eu acredite que os babilônios cozinhavam ovos fazendo-os girar bem rápido com atiradeiras, eu acredito; mas devo dizer que a causa desse efeito está muito longe de ser a que ele acreditava. Para chegar à verdade, devo raciocinar assim: "Se não conseguimos um resultado que os outros conseguiram antes, deve ser porque, em nossas operações, deixamos de lado aquilo que causava esse resultado; e, se deixamos de lado uma única coisa, ela, sozinha, pode ser a causa." Agora, temos os ovos e a atiradeira e rapazes fortes para operá-las; e ainda assim os ovos não cozinham, mas esfriam mais rapidamente. E, desde que nada nos falta a não ser os babilônios, então os babilônios eram a causa do endurecimento dos ovos. (MICHAEL, White. *Galileu Galilei*. São Paulo, Globo, 1993, p.23)

Como se sabe, a segmentação de um texto em parágrafos é um expediente usado para estabelecer uma hierarquia entre as diferentes passagens do texto, além de fornecer ao leitor pistas para depreender o plano de organização do esquema montado pelo autor.

O trecho acima transcrito foi segmentado, no original, em três parágrafos assim constituídos:

1. Alusão a um presumível fato histórico, acompanhado de um comentário.
2. Proposta de um critério de verdade.
3. Aplicação do critério postulado, para verificação do fato inicial.

Onde seriam feitos os cortes de cada um dos três parágrafos?

QUESTÕES DE 2 A 4

Essas questões foram extraídas do vestibular da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, realizado em julho de 1995.

QUESTÃO 2

Crie um tópico frasal pertinente que possa sintetizar as idéias exploradas no parágrafo abaixo:

> Um certo clima de desconfiança, insatisfação e pavor não se nota só entre cientistas e sábios; ele já está se alastrando entre o povo e sensibiliza especialmente os jovens, sobretudo os estudantes. O fato de que as manifestações mais clamorosas de seu protesto pertençam ao passado não significa que ele tenha perdido em intensidade e universalidade. Muito pelo contrário: o terror dos anos 70 é filho do protesto dos anos 60. (Pedro Dalle Nogare)

QUESTÃO 3

Reorganize as idéias do texto abaixo, em apenas um parágrafo. Deixe claras as relações entre elas, servindo-se de conectivos que reduzam o trecho a poucos períodos.

> O Brasil reencontrou alguma estabilidade. Vale a pergunta: Este país é viável? O real trouxe uma inflação baixa e (quase) civilizada. Errado. A Bolívia e o Paraguai têm inflação baixíssima... São paradigmas de desenvolvimento e fartura? O Brasil possui território, mercado e capacidade empresarial que o distinguem do resto do mundo. Verdade. Essas mesmas qualidades não melhoraram a sorte da Índia. Ela continua um país em "desenvolvimento". (Adaptado da resenha de Gustavo Camargo sobre o livro de Lídia Goldenstein – *Exame*, 10/2/95, p. 59)

QUESTÃO 4

Pontue o texto abaixo, utilizando-se dos sinais gráficos adequados (vírgula, ponto-e-vírgula, ponto e outros) efetuando a paragrafação devida. Não é necessário reescrever o texto. Em havendo paragrafação, indique-a claramente com duas barras oblíquas (//).

> O mais importante de todos os sinais é a palavra sem a qual não seria possível a convivência humana e a própria sociedade inexistiria dada a impossibilidade de intercâmbio lingüístico sem esse extraordinário suporte desaparecia a cosmovisão que o homem tem das coisas e nem se chegaria ao desenvolvimento com a ausência do código lingüístico oral ou escrito sem idéias ou conceitos seria possível existir cultura progresso e civilização óbvio é que não pois as palavras são o sustentáculo de toda essa gigantesca arquitetura chamada civilização quando se destruiu a Biblioteca de Alexandria o mundo chorou mas por quê será preciso responder. (Alberto Mesquita de Carvalho)

QUESTÃO 5

O trecho que segue é o desenvolvimento de um parágrafo que ilustra o respectivo tópico com dados concretos e justifica o que se disse no seu início. Pela observação atenta dos dados apresentados, é possível presumir qual seja o tópico frasal. Tal parágrafo se insere num capítulo intitulado “Trabalho e ócio” na Antigüidade.

> Em Atenas, na época clássica, quando os poetas cômicos qualificavam um homem por seu ofício (Eucrates, o comerciante de estopa; Lisicles, o comerciante de carneiros) não era precisamente para honrá-los; só é homem por inteiro quem vive no ócio. Segundo Platão, uma cidade bem feita seria aquela na qual os cidadãos fossem alimentados pelo trabalho rural de seus escravos e deixassem os ofícios para a gentalha: a vida “virtuosa”, de um homem de qualidade, deve ser “ociosa” (logo veremos que é a vida de um proprietário de bens de raiz, que não “trabalha” no sentido de que se ocupa em dirigir suas terras). (VEYNE, Paul. *História da vida privada I*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 124-125)

Levando em conta o que se disse no enunciado, procure redigir um tópico frasal que seja compatível com os dados nele explanados.

QUESTÃO 6

O trecho que segue é parte de um longo parágrafo incluído num capítulo que trata das relações entre pais e filhos no século XIX. O tópico frasal foi excluído para que você crie um que se preste para sintetizar as idéias expostas no desenvolvimento abaixo.

> Aqui e ali, subsistem algumas varas e açoites de corda, mas cada vez mais reprovados. Perduram na escola e em certos liceus que pretendem impor uma disciplina militar. George Sand treme ao lembrar o diretor do liceu Henri IV, que “defensor feroz da autoridade absoluta, (...) autorizou que um pai inteligente mandasse seu negro espancar seu filho, diante de toda a classe, convocada militarmente para assistir ao espetáculo dessa execução ao gosto colonial ou moscovita, e ameaçada de severa punição ao menor sinal de desaprovação” (*Historie de ma vie* [História de minha vida], II, 179). Mas progressivamente os adolescentes se insurgem – como Baudelaire e seus camaradas em Lyon, em 1832 – e as famílias protestam. Os internatos, em sua publicidade, chegam a especificar nos prospectos que excluem tais métodos. O próprio Estado intervém, e várias circulares acentuam que “não se deve bater nunca nas crianças”... (ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 158)

QUESTÃO 7

Leia com atenção o parágrafo que segue, extraído do mesmo capítulo da obra citada na questão anterior.

> E que drama quando o filho não consegue ou não aceita sê-lo! As ambições da família se desmoronam. O filho se sente culpado. O adulto nunca acaba de pagar sua dívida e de remoer sua traição. Lembre-se de Baudelaire, que nunca deixou de sentir remorsos em relação à mãe, Madame Aupick. Ou Van Gogh, que, em sua correspondência com o irmão Theo, manifesta a revolta desesperada do "mau filho". Fonte de angústia existencial, o totalitarismo familiar oitocentista é, sob muitos aspectos, profundamente neurótico. Decididamente, ser herdeiro não é tão simples. (p. 160)

O conteúdo do tópico frasal, na verdade, está contido no parágrafo anterior, vindo retomado pelo pronome demonstrativo *o* ("não aceita sê-*lo*").

Pelo desenvolvimento dado ao parágrafo é possível presumir, com certa aproximação, a que tipo de conteúdo se refere o demonstrativo *o(lo)*. Tente transcrevê-lo.

QUESTÃO 8

Os dados apresentados a seguir foram extraídos dispersamente de um artigo de Roberto Pompeu de Toledo publicado na *Veja* de 22/1/92, p.58 a 63. Eles servem de base para a proposta de redação que será feita a seguir.

O charme do 1,8%

> O censo de 1991 concluiu que a população brasileira cresce a 1,8% ao ano. É a primeira vez, em cinqüenta anos, que esse percentual fica abaixo dos 2%.
>
> Éramos 93.139.037, em 1970, e com que orgulho cantávamos: "Noventa milhões em ação, pra frente Brasil, salve a Seleção..." Somos 146 milhões, hoje, segundo as primeiras estimativas do IBGE, com base no censo realizado no ano passado, e não é com orgulho que enunciamos essa cifra. Antes, se orgulho há, ou, melhor dizendo, se há motivo para otimismo, já que orgulho é palavra muito forte para estes tempos, ele se deve a um número bem menorzinho: 1,8%. Trata-se, sempre segundo as estimativas preliminares do IBGE, da taxa de crescimento anual que se registrou no país ao longo da década de 80.
>
> O Brasil, com crescimento anual de 1,8%, ainda está distante de padrões primeiro-mundistas como o 1,1% dos Estados Unidos ou o 0,5% da França. Mas a desaceleração do crescimento, pelo menos, afasta o bicho-papão da

exploração demográfica... A queda das taxas de crescimento é um fenômeno universal:

Bolívia 2,9%
México 2,0%
Índia 1,9%
China 1,5%
Argentina 1,2%
Estados Unidos 1,1%
Suécia 0,8%
França 0,5%
Espanha 0,2%
Itália 0,2%

Proposta de redação

Esta questão propõe a elaboração de um texto previamente dividido em três parágrafos, cujos tópicos são dados de antemão. O trabalho consiste em desenvolver cada um dos tópicos segundo as instruções dadas para cada um deles.

1. O controle da explosão demográfica tem sido apontado como característica de países desenvolvidos.

Desenvolvimento: confirmação do tópico mediante exemplificação com dados concretos.

2. Apesar da procedência desses dados, eles não nos autorizam a considerar o controle demográfico como causa e sim como conseqüência do desenvolvimento social.

Desenvolvimento: confirmação do tópico mediante razões e dados.

3. Em vista disso, estão equivocados aqueles que preconizam o controle demográfico como solução suficiente para alavancar o Brasil rumo ao desenvolvimento.

Desenvolvimento: confirmação do tópico com justificativas.

Lição 10

Características lingüísticas da dissertação

Exercícios

Para situar dentro do seu contexto, o trecho que segue foi extraído de um artigo de Eça de Queirós, publicado na imprensa da época. Trata-se de uma réplica a outro artigo de autoria do escritor português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) para o jornal *Atlântico*, no qual este criticou com ferocidade o referido artigo anterior de Eça de Queirós por julgá-lo injurioso a Portugal.

No interior da longa réplica, Eça, com ironia, diz que a ferocidade de Pinheiro Chagas contra o que escrevera justifica-se pelo fato de que, quando um colaborador do jornal se vê pressionado a entregar uma matéria no prazo combinado, e as idéias não vêm, a tendência é arrasar alguém que se escolhe como vítima, quem quer que seja.

Dizendo conhecer essa situação por experiência própria, assim a relata:

> Meu caro Pinheiro Chagas:
> (..)
> Eu conheço a situação: é medonha. Na véspera tem-se dito ao director do jornal, apertando-lhe ferventemente a mão, e com a voz a tremer:
>
> – Palavra de honra, menino. Pela minha vida, que tens lá o artigo, além de amanhã às nove horas. Eu sou incapaz de te comprometer! Juro-te, pela alma de meus filhos... Boa noite. Lá o tens!
>
> Depois, naturalmente, como você sabe, não se pensa mais no artigo. Mas, cruel destino! no dia aprazado, lá toca a campainha, lá chega, fatal, implacável, irrevogável! – o moço da tipografia! É horroroso. Sobretudo quando ele usa botas que rangem! Fica à espera, passeando no pátio ou no corredor: e aquele lento gemer de solas tristes, cadenciado e acusador, alucina!
>
> E cá no nosso gabinete, que pavorosa luta! As cinco tiras de papel ali estão sobre a mesa, lívidas, irônicas, vazias: e é necessário enchê-las todas de alto a baixo, com coisas extraídas do nosso interior.
>
> É trágico. A parte da carcaça humana a que se recorre primeiro é naturalmente ao crânio, depósito de idéias, impressões, adjectivos e teorias; aperta-se o crânio nas mãos frementes; sacode-se o crânio como uma velha algibeira: – nada sai do crânio. E as botas ao longe a ranger!

Maldição! Recorre-se então ao peito, asilo dos afetos, dos sentimentos generosos. Talvez de lá saia um canto, um grito, uma apóstrofe. Arranha-se convulsivamente o peito; bate-se desesperadamente no peito como numa porta fechada; – o peito fica mudo como o crânio. E as botas ao longe a ranger!

Inferno! E então os crentes rezam à Virgem Maria; os ateus invocam a Morte, a doce aniquilação da matéria; os mais violentos pensam em atrair o moço da tipografia com palavras doces, cortá-lo aos pedaços com uma navalha de barba, enconder os fragmentos na sarjeta doméstica... E as botas, lá no fundo, ironicamente, rangem!

Ah, caro Chagas, é daí que vêm as cãs precoces. Sabe você o que eu fiz numa destas agonias, sentindo o moço da tipografia a tossir na escada, e não podendo arrancar uma só idéia útil do crânio, do peito, ou do ventre?

(QUEIRÓS, Eça de. *Obras de Eça de Queirós*. Porto, Lello e Irmão, Editores, vol. II, p. 1402-1403)

QUESTÃO 1

Elabore um desfecho para o texto, imaginando uma resposta coerente, no plano do conteúdo e da linguagem, para a interrogação contida no último parágrafo do fragmento transcrito.

QUESTÃO 2

Imagine-se na condição do "moço do jornal", o que "usa botas que rangem". Sob o ponto de vista dessa personagem, construa um pequeno trecho descritivo, revelando suas impressões sobre o estado em que se encontra o gabinete do articulista no momento em que ele enfrenta "a pavorosa luta" para concluir e entregar a matéria prometida.

QUESTÃO 3

Elabore um pequeno trecho dissertativo, comentando as sensações provocadas pela relação tensa em que um indivíduo assume para si o papel de impor a outro um compromisso que este não tem condições de cumprir no prazo exigido.

QUESTÃO 4

Imagine-se na situação de um seqüestrado cujos olhos foram completamente vendados pelos seqüestradores. Para compensar essa condição de completa cegueira, sua atenção toda se volta para os ruídos e barulhos ao

redor, para os odores e para tudo aquilo que está ao alcance das suas mãos que, pelo tato, tentam sondar e reconhecer o ambiente em que o encarceraram.

Num acreditável descuido dos seqüestradores, o telefone toca e, como ninguém vem atendê-lo, você tem a inesperada chance de tentar transmitir informações sobre a possível localização do cárcere. Coerente com os dados apresentados, tente fazer uma descrição, fornecendo as pistas mais significativas possíveis na tentativa de identificar o local em que o aprisionam.

QUESTÃO 5

Como se viu, o texto dissertativo é usado para comentar, avaliar, explicar, classificar dados da realidade concreta, subordinando-os organizadamente a um ponto de vista genérico e abstrato de um enunciador. Observe os dados e informações que seguem:

> A tourada sempre foi, pelo que tenho observado, uma fonte de informação intercultural distorcida. É um padrão de comportamento particularmente difícil de explicar convincentemente a um observador americano comum. Escolho-a, portanto, como um passo adequado para teste.
>
> Forma. Uma tourada tem uma forma muito complexa e precisa. Um homem, armado de espada e capa vermelha, desafia e mata um touro de lide. A forma é estabelecida com muitos pormenores. Há termos lexicais específicos para variações aparentemente irrelevantes. O toureiro, o touro, os picadores, a música, a vestimenta, etc., são parte da forma.
>
> Sentido. A tourada tem um complexo de sentidos na cultura espanhola. É um esporte. Simboliza o triunfo da arte sobre a força bruta de um touro. É uma diversão. É uma demonstração de bravura.
>
> Um observador americano, sentado ao lado de um espectador espanhol ou mexicano, verá uma grande parte da forma, embora não o total. Verá um homem com uma vestimenta especial, armado de espada e capa, desafiando e matando o touro. Verá o touro arremetendo-se contra o homem e notará que o homem ilude o touro com sua capa. Notará a música, a cor, etc.
>
> O sentido do espetáculo, contudo, é muito diferente para ele. É a chacina de um animal ‘indefeso’ por um homem armado. É injusto, porque é o touro que sempre morre. É destituído de espírito esportivo – para o touro. É cruel para com os animais. Logo, o toureiro é cruel. O público é cruel.
>
> Encontramos algo que se aproxima a um contraste mínimo na cultura americana na pesca do tarpão. Na pesca do tarpão temos uma forma: uma luta com uma linha e anzóis camuflados. A maior parte da forma é prescrita com detalhe. Não há grande público visível, porém, em certo sentido, as reportagens jornalísticas representam um contacto de espectadores. No

> complexo de sentidos é um esporte e representa um triunfo da habilidade sobre a força bruta lutadora do peixe.(...)
>
> Observamos agora que o mesmíssimo americano que interpretou a tourada como cruel, e aplicou esse sentido ao espectador e ao toureiro, irá sentar-se ao lado do mesmo espectador num barco de pesca e jamais pensará na pescaria como cruel. (LADO, Robert. *Introdução à Lingüística Aplicada.* Petrópolis, Vozes, 1971, p.154-157)

Levando em conta esses dados, elabore uma dissertação, comentando a seguinte passagem:

O êxito da atividade diplomática, que opera com as complexas relações entre culturas diferentes, não pode prescindir da competência do diplomata para interpretar hábitos culturais dentro da dimensão exata de sentido que a cultura lhe empresta.

QUESTÃO 6

Tema do Concurso para Admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco – 1990.

Desenvolva o tema:

A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios e problemas.

Lição 11

Estruturas dos conteúdos da dissertação

Como observação inicial para as questões que vêm a seguir, é importante dizer que todas as propostas de redação aqui transcritas foram extraídas de vestibulares anteriores, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

As sugestões de encaminhamento da proposta, no entanto, são de iniciativa exclusiva dos autores deste manual.

Tais sugestões não devem ser encaradas como a única rota a seguir, nem como a forma ideal de tratar o tema proposto, muito menos como o texto exemplar a ser adotado como modelo. Como se sabe, as possibilidades de estruturação de um texto dissertativo são praticamente inesgotáveis, não tendo cabimento, pois, a imposição de um esquema predeterminado.

O que mais importa num texto dissertativo é que, por meio dele, se discuta a questão proposta, com opiniões claras e firmes, secundadas por argumentos sólidos, articulados entre si dentro dos princípios da coesão e da coerência textual. A solidez dos argumentos se mede pela sua pertinência ao contexto e pela funcionalidade para demonstrar o que se pretende.

A forma de linguagem adequada a esta situação de comunicação é, evidentemente, a norma culta, sem afetação ou artifícios forçados, que deixem transparecer intenções de exibir erudição. A escolha lexical deve ser adequada ao tema e aos resultados que se têm em mente com o texto (seduzir, ridicularizar, exaltar, depreciar, atenuar, agravar, etc.).

A sugestão de alguns planos ou esqueletos dissertativos estudados nesta lição deve ser encarada como um roteiro facilitador ou orientador da estruturação formal dos conteúdos, alterável e ampliável, conforme as conveniências de cada caso concreto.

Feitas essas ressalvas, eis alguns dos temas propostos em exames anteriores e seus respectivos encaminhamentos.

QUESTÃO 1

Comente o texto abaixo, extraído do *Memorial de Aires*, de Machado de Assis (*Obras Completas,* 1. Volume, Editora Nova Aguilar, 4ª edição, 1979, p. 1097):

> Durante os meus trinta e tantos anos de diplomacia algumas vezes vim ao Brasil, com licença. O mais do tempo vivi fora, em várias partes, e não foi pouco. Cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta vida de cá. Pois acabei. Certamente ainda me lembram coisas e pessoas de longe, diversões, paisagens, costumes, mas não morro de saudades por nada. Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei.

Por uma questão de método, para discutir o tema proposto, vamos dividi-lo nas três partes que integram o protótipo de uma dissertação:

1. Enunciação do problema (INTRODUÇÃO)
2. Discussão do problema (DESENVOLVIMENTO)
3. Balanço da discussão (CONCLUSÃO)

Compreensão do texto

Evidentemente, quando a proposta de redação é extraída de um texto mais amplo, o primeiro que se tem a fazer é aplicar-se à leitura do excerto proposto como base, para tentar compreender com a máxima aproximação possível os significados aí inscritos e, sobretudo, o tema central que lhes confere unidade.

Nesse fragmento de *Memorial de Aires*, o Conselheiro registra em suas memórias alguns dados da experiência passada, uma impressão decorrente dessa experiência, e uma negação dessa impressão.

Esse relato poderia ser condensado em três seqüências nucleares do excerto:

- *o mais do tempo vivi fora;*
- *cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta vida de cá;*
- *Pois acabei.*

No penúltimo período, o narrador atenua o caráter definitivo contido no significado de *acabei*, citando lembranças ainda vivas do tempo de ausência do Brasil. A oração adversativa introduzida pelo conector *mas* não deixa dúvidas, no entanto, sobre a sensação dominante: o dado exposto à direita do *mas* tem mais peso do que a declaração à esquerda.

Por fim, num período curto e contundente, vem a síntese temática: *Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei.*

Como tudo isso se refere à experiência de trinta anos de diplomacia, eis aí um texto primoroso que fala da profissão do diplomata.

Introdução

A questão proposta para discutir está implícita no percurso do fragmento machadiano: a convivência prolongada com outra cultura leva-nos a perder contacto com a nossa?

Desenvolvimento

O plano de estruturação da dissertação pode ser análogo ao do texto de base, em que está presente um esquema que pode ser assim resumido:

- afirmação da ausência
- negação da ausência
- afirmação da presença

Essas relações permitem o desenvolvimento da dissertação com base no plano dialético, que pode ser assim delineado:

Tese: A longa ausência da própria terra e seu poder transformador, sua ação descaracterizadora e o risco de perda da identidade pelo distanciamento da cultura de origem.

Antítese: A força da identidade com a própria cultura e seu poder conservador, a garantia de preservação e de continuísmo.

Síntese: O mergulho prolongado em águas de outra cultura e a assimilação de seus hábitos só momentânea e aparentemente constitui ameaça de roubar-nos da nossa. De fato e, ao final da experiência vivida, os traços da nossa cultura não se apagam, reforçam-se.

Conclusão: O diplomata não deve furtar-se aos benefícios, para si e para o desempenho de sua função, de mergulhar em outras culturas se tem a sua como referência: aquela em que está, vive e morrerá.

Proposta de redação: Procure desenvolver o tema proposto no vestibular, tomando como sugestão o roteiro genérico apresentado.

QUESTÃO 2

Tema do vestibular de 1989

Comente o texto abaixo:

> Em todas as nações devemos ver e procurar antes de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar, olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e

> não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma ótica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência, (...) Sobre este ponto vou ainda citar-me numa frase que versava esse tema, condenando o que chamei o nosso patriotismo de palavras que doura tudo 'que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos'(...), ao qual opunha eu 'o patriotismo que observa com rigor para levantar sobre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor'. Esse patriotismo (...), feito de inquietação e de zelo, deve ser sobretudo o dos diplomatas, que são a placa sensível do país exposta às impressões do exterior, suas antenas em contato com as correntes elétricas do mundo. (AMADO, Gilberto. Discurso de paraninfo proferido em 1955, por ocasião da formatura dos novos diplomados do Instituto Rio Branco).

Compreensão do texto

Nesse trecho de Gilberto Amado, podemos distinguir as seguintes partes:

Afirmação da postura adequada perante outras nações: absorver o útil, imunizar-se contra o prejudicial, olhar a marcha dos eventos com olhos desprovidos de mediações deformadoras.

Afirmação implícita de que o sentimento de patriotismo não deve funcionar como um desses mediadores deformadores.

Análise de dois tipos de patriotismo:

- o condenável [aquele atrelado à aparência, de palavras, que supervaloriza o nacional por camuflagem (doura), sentimentalista];
- o desejável (aquele que é puro, que observa com objetividade para sobrepor o bom ao que é mau e extrair do bom o melhor, que é inquieto e zeloso).
- Conclusão: ao diplomata convém o segundo tipo de patriotismo. Sua função é a de sensor (não censor) apurado do que ocorre no exterior, antena sensível que capta o que circula pelo mundo.

Após essa leitura, podemos estruturar a redação dentro do seguinte esquema:

1. INTRODUÇÃO

Segundo o texto, a relação do diplomata com qualquer nação deve ser presidida pelo pragmatismo (tirar proveito do útil e descartar o prejudicial) e pelo senso de realidade, cuidadando para que distorções subjetivas não interfiram no seu trabalho.

O problema levantado pelo texto pode ser assim colocado: há dois tipos distintos de patriotismo. Ambos contribuem para que esse tipo de relação ideal seja atingido?

2. DESENVOLVIMENTO

Aproveitando uma pista que o próprio texto abre, o tema pode ser desenvolvido com base no plano comparativo da seguinte forma:

1. caracterização do primeiro tipo de patriotismo;
2. caracterização do segundo tipo de patriotismo;
3. confronto entre ambos
   a) argumentos contrários ao primeiro tipo;
   b) argumentos favoráveis ao segundo tipo.
4. Conclusão:
   – atualidade do discurso de Gilberto Amado;
   – tipo de patriotismo que convém não só ao diplomata, mas também ao cidadão e ao país;
   – razões por que esse é o conveniente.

Proposta de redação

Sem a necessidade de seguir o plano de conteúdo, que foi apresentado com a simples intenção de ilustrar o esquema dissertativo sugerido, procure, dentro desse modelo, elaborar sua própria redação, segundo argumentos e dados por você escolhidos.

QUESTÃO 3

Tema do vestibular de 1987

Comente o texto abaixo:

Nosso edifício, tanto externo como interno, está cheio de imperfeições; mas nada é inútil na natureza, nem mesmo a inutilidade. Nada existe no universo que não desempenhe papel oportuno. Nosso ser é formado de qualidades doentias: a ambição, a inveja, a vingança, a superstição, o desespero vivem em nós tão naturalmente que sua imagem se reflete também nos animais, inclusive a da crueldade, esse vício desnaturado (pois mesmo na compaixão sentimos intimamente não sei que agridoce volúpia de ver sofrerem nossos semelhantes; e as próprias crianças o sentem). E, se se arrancassem do homem as sementes dessas qualidades doentias, detruir-se-iam as condições fundamentais de sua vida. Assim como em toda administração existem ofícios abjetos necessários, os vícios têm seu lugar indispensável na nossa estrutura, tal qual os venenos que conservam a nossa saúde. Embora desculpáveis,

tanto mais quanto necessários, deixemo-los entregues aos cidadãos mais vigorosos e ousados, que lhes sacrificam a honra e a consciência, assim como os antigos sacrificavam sua vida pela pátria; nós, mais fracos, desempenhemos os papéis mais fáceis e menos arriscados. O bem público exige que se traia, que se minta e se massacre, abdiquemos dessa incumbência em favor de outros mais obedientes e acomodatícios. (MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*, livro III, capítulo 1. Tradução de Sérgio Milliet)

Compreensão do texto

Esse trecho dos Ensaios de Montaigne:

- afirma a imperfeição como um dado inerente à natureza humana;
- nega que essa imperfeição seja inútil, já que tudo o que existe no universo é funcional;
- advoga que a presença de qualidades doentias no homem não é um acidente cultural: é tão natural, que sua imagem reflete também nos animais e as crianças as possuem;
- adverte que as qualidades doentias não podem ser excluídas do homem sem destruir-lhe as condições fundamentais de existência;
- reitera que os vícios e o veneno são extensivos ao homem e à sociedade: ofícios abjetos existem em toda administração, como os vícios, na estrutura individual;
- aconselha que os mais fracos, entre os quais se inclui, devem abrir mão dos ofícios abjetos da administração, porque são mais arriscados e difíceis: exigem o sacrifício da honra e da consciência;
- sugere que os cidadãos mais vigorosos e ousados da administração são também mais obedientes e comodistas.

Comentário do texto

Podemos abordar esse tema com base no plano segmentado nestas três partes: afirmação, explicação e ilustração.

1. Introdução (afirmação)

Montaigne, o famoso pensador do século XVI, afirma que o homem e a sociedade humana são constitutivamente afetados por imperfeições. As paixões doentias estão presentes em todos os homens como componentes de natureza e não de cultura. Elas o possuem de maneira tão natural, que sua imagem se reflete até nos animais, e as crianças, que são menos influenciadas pelos traços culturais,

já são atingidas por um vício tão aberrante quanto é o da volúpia de se comprazer com o sofrimento alheio.

O problema que se coloca é o julgamento que se deve fazer dessa condição inelutável. E a resposta é o próprio Montaigne quem nos dá: tais imperfeições não são inúteis já que nada do que existe no universo é desprovido de alguma funcionalidade.

2. Desenvolvimento (explicação e ilustração)

O texto de Montaigne, apesar de sua complexidade, pode ser desenvolvido com base no plano: ilustração e explicação de uma afirmação.

a) a afirmação, já contida na introdução, é a da utilidade das imperfeições humanas, posta sob a forma de máxima a ser demonstrada.
b) Ilustração de que a ambição, a inveja, a vingança, a superstição, o desespero, todas essas imperfeições arraigadas na natureza humana tiveram seu papel como propulsores do progresso histórico; os ofícios abjetos dos cidadãos mais vigorosos que, por exigência do bem público, traem, mentem e massacram.

3. Conclusão

É inevitável emitir um julgamento, um comentário presidido pelos princípios da ética sobre aquilo que Montaigne considera como necessário para o *progresso histórico* e o *bem público*.

Além disso, é inevitável levantar o problema que Montaigne deixa omisso: em que medida os fins aprovam os meios que o produzem.

E, por último, não é possível aceitar como indiscutível a saída de deixarmos por conta dos mais vigorosos e ousados aquilo que nos é mais arriscado e mais difícil.

Proposta de redação

Seguindo apenas o plano (afirmação, explicação e ilustração) e desprezando o conteúdo do roteiro, que é mero expediente de ilustração, procure redigir o seu próprio texto, comentando o trecho dos *Ensaios de Montaigne.*

PROPOSTAS DOS ÚLTIMOS EXAMES

A seguir, vêm reproduzidas as provas de redação de 1995 a 2000, copiadas literalmente dos respectivos concursos para Admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

Ao final de cada prova, vem transcrito um exemplo de redação de um dos candidatos, acompanhado da nota que se lhe atribuiu.

A partir da leitura atenta da coletânea de textos e do tema proposto, o candidato pode, por indução, depreender os traços tidos como qualificantes nesse tipo de prova.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1990

Desenvolva o tema:

"A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios problemas."

1991

Comente o texto a seguir:

Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais (...);

(...) ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés da existência, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. O rumo para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo que vemos ao rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealização mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo – quando a própria matéria parece espiritualizar-se no radium, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisadamente, pelos laboratórios dos alquimistas ... (...)

Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebata-nos também o sonho, mas ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra.

Euclides da Cunha (1866-1909). Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, *in Obras Completas***,** Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Editoras, 1966, v. I, páginas 206 e 207 (revista a acentuação pelo IRBr, à luz da reforma ortográfica de 1971.

1992

DIPLOMACIA E PROCESSO TECNOLÓGICO

A ubiqüidade do telefone, as viagens supersônicas, os satélites de comunicação, a transmissão sem fio de imagens, etc. têm facilitado economicamente o contato entre povos e governos. Além disso, são cada vez mais comuns as reuniões de ministros do exterior, e presidentes e chefes de governo vêm desenvolvendo a prática de se encontrarem periodicamente.

Na sua opinião, as alterações provocadas pelo progresso tecnológico indicam que a diplomacia tradicional, aquela das embaixadas e embaixadores *sur place*, está fadada ao desaparecimento?

1993

Disserte sobre o texto abaixo.

Os historiadores raramente fazem justiça à tensão psicológica exercida sobre o político. O que eles têm à disposição são documentos escritos para uma variedade de empregos – segundo as regras atuais de publicidade, cada vez mais destinadas à elaboração de relatórios – e nem sempre relevantes quanto ao momento da decisão. O que nenhum documento revela é o impacto acumulado de acidentes, circunstanciais inapalpáveis, temores e hesitação. HENRY KISSINGER. *White House Years*. Little, Brown and Company. Boston. 1979.

1994

Redija uma dissertação sobre o seguinte excerto do Sermão XIV do Rosário, pregado à irmandade de pretos de um engenho baiano, em 1633, pelo Padre Antônio Vieira:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: porque padeceis em modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o ceptro do escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram fel. A paixão de Cristo parte foi

de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo... Eles (os Senhores) mandam e vós servis; eles dormem e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é?
Apud BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização.* São Paulo. Companhia das Letras, 1992, p. 144.

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

O desenvolvimento econômico e social pleno é a principal meta de países em desenvolvimento como o Brasil. O alcance desse objetivo, no entanto, dependerá da capacidade dos condutores da política de desenvolvimento do século e de adaptar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil à nova realidade político-econômica que se apresenta.

A primeira questão que aflora em qualquer trabalho de análise sobre o subdesenvolvimento é a necessidade de se estabelecer uma nova ordem econômica mundial. Ocorre que discursos nacionalistas inflamados nos foros internacionais mais importantes, como o GATT e a ONU, já provaram ser inócuos. Dessa forma, só resta a países em desenvolvimento como o Brasil privilegiar soluções alternativas, como o processo de integração econômica com outros Estados ou a vinculação de temas diversos, como as questões da dívida externa e da ecologia, em evidência atualmente.

No caso específico do Brasil, o principal desafio é implementar sua integração econômica com os demais países da América Latina, sobretudo com a Argentina, sem permitir que tal iniciativa fracasse, como ocorreu no caso da formação da ALALC e da ALADI. Para tanto, é preciso que as condições básicas de integração levem em consideração as particularidades da economia em cada país sem, no entanto, deixar de lado o pragmatismo que deve nortear todo o processo. É importante ressaltar, a propósito, que todo o relacionamento do Brasil com os demais países do Terceiro Mundo deve revestir-se de caráter pragmático, sob pena de serem perpetuados os traços de tutela que já caracterizaram a política externa brasileira em relação aos países subdesenvolvidos.

No campo político internacional destaca-se presentemente o processo de liberalização dos países da Europa Oriental. Segundo grande parte dos observadores e estudiosos da história deste início de década, tal processo afetará profundamente a economia dos países latino-americanos, inclusive a do Brasil. De fato, percebe-se o grande interesse demonstrado pelas potências econômicas ocidentais em investir no leste europeu, inclusive com o objetivo de fortalecer o processo de redemocratização dos países da região. Ocorre, porém, que o capital a ser investido pelos países ocidentais ricos terá a destinação que se apresentar mais interessante e lucrativa. Evidentemente, um país como o Brasil, rico em recursos minerais e com abundante mão-de-obra, está em condições de disputar investimentos com quaisquer outros. No entanto, cabe aos condutores da política de desenvolvimento do país estabelecer condições favoráveis a investimentos e atrair capitais, ainda que para tanto tenham que enfrentar o desafio de alterar o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil. Aliás, é importante salientar que justamente esse desafio foi enfrentado por países asiáticos, como a Coréia do Sul e Formosa, com grande êxito.

Está claro, pois, que o Brasil deve acompanhar de perto as transformações político-econômicas pelas quais o mundo está passando e modificar a forma através da qual se relaciona com países ricos e pobres, como meio de alcançar seus objetivos de desenvolvimento. Transformações típicas deste final de século, como a criação dos blocos econômicos supranacionais, a partir da integração econômica de Estados nacionais, e a liberalização dos países comunistas do leste europeu, devem ser corretamente interpretadas, sob pena de inviabilizarem a grande meta nacional: o desenvolvimento.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1995)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 – O campus cai no samba

O samba entrou para a universidade e formou seu bloco entre a comissão dos acadêmicos e a ala da comunidade: sob o comando do sociólogo Sérgio Murilo, a Golfinhos da Guanabara – a primeira escola de samba mirim da Zona Sul – fincou estandarte no campus da Praia Vermelha da UFRJ e está iniciando um projeto de educação ambiental, cênica e cultural.

Passei pela Flor do Amanhã e pelo Projeto Devenir tentando implantar esse trabalho. Que agora parece que vai levantar vôo. O samba é um valor

muito forte entre as pessoas do Rio e é o elo perfeito para a universidade se desenvolver em conjunto – opina Murilo, que atraiu o professor Joel Rufino dos Santos para ser o presidente de honra da escola.

Tocando o enredo “Oba! É carnaval! “, para o desfile do ano que vem, as mais de mil crianças da escola terão esta semana sua primeira participação no dia-a-dia da universidade: serão estrelas de um vídeo que alunos da Escola de Comunicação farão para o Festival do Minuto. (*O Globo*, julho de 1995)

Texto nº 2 – Educação em vista de um pensamento livre

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará, assim, uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar (...) em relação a seus próximos e à comunidade.

Estas reflexões essenciais, comunicadas à jovem geração graças aos contatos vivos com os professores, de forma alguma se encontram escritas nos manuais. É assim que se expressa e se forma de início toda a cultura. Quando aconselho com ardor “as Humanidades”, quero recomendar essa cultura viva, e, não, um saber fossilizado, sobretudo em história e filosofia.

Os excessos do sistema de competição e de especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassinam o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro. É preciso, enfim, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem. Ora, a sobrecarga do espírito pelo sistema de notas entrava e necessariamente transforma a pesquisa em superficialidade. O ensino deveria ser assim: quem o receba o recolha como um dom inestimável, nunca como uma obrigação penosa. (Albert Einstein. *Como vejo o mundo*)

Texto nº 3 – Aristarco

O Dr. Aristarco Argola de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o império com o seu renome de pedagogo. (...)

Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe do peito como uma couraça de grilos: Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era um anúncio. Os gestos, calmos, soberanos, eram de um rei – o aristocrata excelso dos silabáreis; a pausa hierática de andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, de empurrão, o progresso do ensino público. (...)

Em suma, um personagem que, ao primeiro exame, produzia-nos a impressão de um enfermo, desta enfermidade atroz e estranha: a obsessão da própria estátua. (...)

Enveredando pelo tema querido do elogio próprio e do *Ateneu*, ninguém mais pôde falar...

Aristarco, sentado, de pé, cruzando terríveis passadas, imobilizando-se a repentes inesperados, gesticulando como um tribuno de *meetings*, clamando como para um auditório de dez mil pessoas, majestoso sempre, – alçando os padrões admiráveis, como um leiloeiro, e as opulentas faturas, desenrolou, com a memória de uma última conferência, a narrativa dos seus serviços à causa santa da instrução. Trinta anos de tentativas e resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país! E as reformas futuras?

Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso; adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias. Ele havia de criar... um horror, a transformação moral da sociedade! (Raul Pompéia. *O Ateneu*)

Texto nº 4 – Professor

Comecei com o pé esquerdo meu primeiro dia de professor. Sempre temi o ridículo. E a tal ponto, que esse temor, forma paroxística de minha timidez, costuma atuar em minha vida como uma bússola negativa, a orientar para o avesso meus atos. Faz-me viver de pé atrás com o mundo, torna-me arredio e suspicaz, quando poderia confiar, ou, em virtude de viva reação, leva-me a ousar e avançar, em circunstâncias que aconselhariam retraimento. Enfim, põe-me fora do centro de gravidade.

E foi precisamente o ridículo (ele me acompanha como um demônio arrimadiço) que me estragou a aula inaugural.

A hesitação que experimentei ao entrar na sala e o ar canhestro que devia ter já haviam despertado, entre as alunas, desses sorrisos sorrateiros que a gente percebe por um sentido oculto, sem precisar de olhar os circunstantes. Mas a vexatória situação culminou foi no momento em que abri, atarantadamente, o livro de chamada e fiquei a estropiar nomes e a gaguejar, provocando hilaridade geral. Passou a impressão desagradável do episódio ocorrido na primeira aula. Nos dias que se seguiam, ou por temerem a *surveillante* ou por terem dado outro rumo às suas maquinações, as diabretes do Colégio já não me hostilizaram.

Por outro lado, parece que não vou mal no curso. Pelo menos, a diretoria se mostra satisfeita. Nas primeiras aulas, com o fito de conquistar o inimigo, tentei causar sensação, recorrendo a frases de efeito. Que me seja perdoado este pecado contra a dignidade intelectual. Foi o recurso extremo de um homem em apuros. Cometi também erros de técnica, preparei-me como se fosse lecionar na *Ecole Normale Supérieure* de Paris, e não num curso secundário de província. Em vez de me cingir ao que dizem os compêndios, como em geral fazem os professores, aprofundei o assunto, varejei livrarias, vasculhei bibliotecas. Tratei, como coisa familiar, problemas literários de cuja existência as alunas nem sequer suspeitavam.

Embora dessem mostras de interesse, vislumbrando em minhas dissertações um mundo que desconheciam, percebi, com alguns dias, que o nível intelectual do auditório não alcançava o das preleções.

Adaptei-me, agora, à turma, conheço a linguagem que convém ao professor, acostumei-me a repetir palavras e a repisar noções, para dar tempo a que sejam assimiladas. (Cyro dos Anjos. *Abdias*)

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): A Educação e o pensamento livre.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1996)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 – O Projeto Social

Durante um quarto de século, o esporte favorito dos economistas e sociólogos de esquerda, no Brasil, e de alguns *brazilianists* americanos de persuasão "liberal"[1], foi acusar o governo da Revolução de 1964 de indiferença social, traduzida em políticas ortodoxas "de alto custo social". Alegava-se crueldade no arrocho salarial e incompetência na invenção de processos indolores para a cura da inflação. No momento em que escrevo (1993), passados trinta anos, depois de vários planos "heterodoxos", congelamentos e confiscos, estamos imersos na mais profunda recessão de nossa história, com queda brutal do salário real e vergonhosa piora na distribuição de renda. Reconhece-se, afinal, que o "custo social" da desinflação do período cartelista foi moderado. Em nenhum dos anos do ajuste 1964-67, o crescimento do PIB real foi negativo, com nível de desemprego tolerável. Reconhece-se que Castello Branco tinha um projeto social bastante racional e articulado. Os dois *leitmotivs* daquilo que se podia chamar de "projeto social" eram a *democratização das oportunidades* e a *promoção de um novo trabalhismo.*

No capítulo da *democratização das oportunidades* houve um elenco de medidas, algumas já anteriormente descritas: democratização do acesso à habitação, pelo Sistema Financeiro de Habitação; do acesso à terra pelo Estatuto da Terra; do acesso à educação por instrumentos variados, como o salário educação para o ensino primário e bolsas de estudos administradas pelos sindicatos. Na Constituição de 1967 (art. 168, parág. 3º, III), esboçar-se-ia um esquema racional de financiamento da educação. O ensino dos 7 aos 14 anos seria obrigatório e gratuito, na rede oficial. Nos graus superiores ao primário, substituir-se-ia o sistema de gratuidade pela concessão de bolsas de estudo para os que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem insuficiência de recursos. As bolsas seriam gratuitas no ensino secundário, exigindo-se posterior reembolso no caso do ensino superior.

---

[1] A palavra "liberal", no jargão político americano, ao contrário do que sucede na América Latina e na maioria dos países europeus, é identificada com posturas governamentais assistencialistas e regulatórias. Para os republicanos, nos Estados Unidos, é expressão pejorativa, aplicada aos democratas, acusados de laxismo fiscal e paternalismo social, em contraste com o "individualismo de mercado" dos republicanos (nota do autor)

Tudo ficou na intenção, por falta de regulamentação. A Constituição de 1988 passou, demagogicamente, ao extremo oposto: gratuidade para todos, em todos os níveis do ensino público. Mas são escassas as escolas públicas secundárias, e 75% dos universitários têm que cursar faculdades privadas!... (Roberto Campos. *A lanterna na popa: memórias)*

Texto nº 2 – Um sistema dual: os integrados e os marginalizados

Recorrendo de novo à terminologia de Dahl, seria possível dizer que há hoje no Brasil um "sistema dual", caracterização que também se aplica ao sistema político de vários países latino-americanos. Dahl usa a expressão para descrever diferentes sistemas de poder, tais como os que existiram em Atenas, na Grécia Antiga, e no sul dos Estados Unidos até a década de 1960. A peculiaridade do "sistema dual" é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos de terror. Evidentemente, tais "sistemas" duais diferem muito entre si: um exemplo extremo é o atual regime da África do Sul; outro, mais ameno, é o do período de Giolitti na Itália.

A atual ordem política brasileira pode ser comparada ao passado sistema italiano, especialmente no que se refere à extraordinária diferenciação *regional* de poder, existente nos dois casos. Também seria interessante comparar a sociedade brasileira à do Sul dos Estados Unidos no período anterior à década de 1960, dado o papel da escravidão na história de ambas. No entanto, o caso italiano é mais próximo, no sentido em que a dualidade do sistema baseia-se em critérios mais sociais do que raciais. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães no discurso citado, a miséria é uma forma de discriminação e "não há pior discriminação do que a miséria".

Em que consiste esse "sistema dual brasileiro"? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupos social e economicamente dominantes, assim como para outros segmentos organizados da sociedade – há um regime político competitivo. Talvez seja avançar muito supor que existe uma "poliarquia" para esses grupos, mas já estamos a caminho disso. Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política – em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como "clientes", na acepção romana do termo. E,

quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.

Talvez seja mais exato dizer que também eles estão dentro, só que à margem. Aqui impõe-se uma distinção muito complexa entre cidadãos e eleitores. Segundo Ulysses Guimarães, "em um país com 30.401.000 de analfabetos (...) é preciso não esquecer que a cidadania começa com a alfabetização". Esta observação nos remete ao problema inicial da distância entre as instituições que garantem a liberdade (política) e o que diz respeito à defesa da justiça social. Não é que as eleições não tenham relevância nas decisões tomadas nos "sistemas duais". A questão é que deles participam segmentos da população que têm pouca, ou mesmo nenhuma, possibilidade de exercer qualquer influência autônoma. A clássica frase eleitoral – "a cada homem um voto" – pressupõe a autonomia do indivíduo para expressar sua opinião. Todavia, no Brasil, como observou o cientista político Fábio Wanderley, somente 7,5 milhões de pessoas pagam impostos, enquanto 75 milhões estão habilitados a votar. Isto significa que a cidadania eleitoral "antecipou" de certo modo a cidadania política no sentido mais amplo. Para dizer de outro modo: existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe.

Aqui começamos a nos distanciar do caso norte-americano, onde, a despeito da desigualdade entre ricos e pobres, e pondo à parte a questão racial, sempre houve, pelo menos desde a época de Tocqueville, uma forte tendência à "igualdade de condições" no sentido de efetiva igualdade dos cidadãos perante a lei. Isto de forma alguma é uma mera formalidade legal, mas representa a capacidade política, cultural e social de cada cidadão para exercer os direitos garantidos pelo sistema institucional. Em uma sociedade democrática, os indivíduos pertencem a diferentes classes, o que ocasiona desigualdades sociais, mas não existem cidadãos de segunda classe, pelo menos não na magnitude registrada no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos). Evidentemente, encontra-se situação semelhante em várias das grandes cidades dos Estados Unidos que receberam um grande número de migrantes negros sulinos nos últimos quarenta anos. Também nessas cidades os pobres constituem a grande maioria da cidadania e do eleitorado. No entanto, não é esta a situação geral do país nem de nenhuma de suas regiões. (Francisco Weffort. *Qual Democracia?)*

Era na Rua Alegre, na Aldeia Campista. Hoje, não existe mais a Rua Alegre e quase não existe mais a Aldeia Campista. Do ano, não estou bem certo. Ou 1921 ou 1923. Não, não. Vinte e dois: – foi o ano do Centenário. Agora me lembro: – 2 1. No ano seguinte , minha família foi morar na Tijuca, Rua Antônio dos Santos. Defronte, morava o juiz Eurico Cruz. Mas volto à Aldeia Campista. No fim da Rua Alegre, exatamente na esquina com Maxwell, estava a escola pública.

Lá, fiz todo o curso primário. Ou por outra: – não todo. Fui até o terceiro ano primário, só. Quando minha mãe me matriculou, eu estava absolutamente certo de que jamais aprenderia a ler e jamais aprenderia a escrever. E foi lá, na escolinha pobre que tinha, se tanto, oitenta alunos, foi lá que eu sofri o primeiro e definitivo trauma da minha infância. Tinha eu seis anos e, como já escrevi, era pequenino e cabeçudo como um anão de Velasquez.

Esse trauma profundo e irreversível foi um sanduíche. Exatamente, um sanduíche. Minha família era pobre, muito pobre mesmo. Minha mãe, que foi uma das mulheres mais lindas do seu tempo, tinha de ir para a cozinha e para o tanque. Uma tarde, passou lá por casa uma amiga de minha mãe, amiga dos bons tempos do Recife. Entrou e, quando viu a nossa miséria, começou a chorar. Chorava a visita por um lado e minha mãe por outro. Até então eu não via a miséria como tal. E me considerava rico diante dos filhos da lavadeira.

(Chamava-se Dolores a amiga da minha mãe. Aí está: – Dolores.) Bem. Éramos tão pobres que eu nem sempre levava merenda para a escola. Mas no primeiro dia, e como era o primeiro dia, levei uma banana. Ninguém pode imaginar a ternura, a um só tempo agradecida e triste, com que eu a segurava. O fato de tê-la fez-me sentir um pequeno príncipe. O importante na escola não foi a escola, nem a aula, nem a professora. Foi o recreio, foi a merenda, foi a banana.

Tudo aconteceu na hora do recreio. Lá fui eu, com todos os outros, para, o pátio. Tenho seis anos e vou comer uma banana. Aos seis anos, ninguém come uma banana com uma fulminante voracidade. No meu tempo, as crianças primeiro a lambiam. Chupava-se a banana como, hoje, o chica-bom. Eu estou descascando, radiante, a banana. E, súbito, paro. Na minha frente está um garoto, de cabelo à nazareno. Traz a merenda num papel amarrado com barbante, prateado ou dourado. Desfaz o nó sem pressa. Desembrulha. E lá estava, simplesmente, o sanduíche de ovo, o único sanduíche de ovo de todo o recreio.

(Já contei este episódio umas dez vezes. Mas entendam: – reescrevê-lo dá-me uma desesperada euforia.) O garoto está à minha frente e não tira os olhos de mim (por minha vez, também não tiro os olhos dele). Ali começou a vergonha, ali começou a humilhação da banana. Uma professora apareceu e, por um momento, até invejou aquele afrontoso pão com ovo. Outros meninos, outras meninas olhavam também. Uma menina tinha uma lata pequena de biscoito. Mas a latinha perdeu longe para o sanduíche. A professora passou outra vez. Uma tristeza turvou o seu olhar. Tristeza e, mesmo, ressentimento por não estar comendo o pão com ovo. Digo isso e não sei se estou tecendo uma cruel fantasia retrospectiva. E, não contente, o menino deixava escorrer a gema como uma baba amarela. Era, como já escrevi, o *trauma*. Digo *trauma* e não lhe ponho um T maiúsculo por um certo pudor estilístico.

Ora, depois disso, aconteceu o diabo. Dias, meses, anos já fluíram para a eternidade. Houve a guerra, Hiroxima. Mas a lesão da alma lá continua reservada, intacta, indiferente ao tempo e à bomba atômica. Escrevo isso e paro de bater a máquina.(Nelson Rodrigues. *O Reacionário: memórias e confissões)*

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): Democracia e desigualdade.

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Cláudia de Borba Maciel – (54/60)

A democracia está morta, vida longa à democracia! A euforia que se seguiu à queda do Muro de Berlim, com a proclamação da democracia e do mercado como valores universais, cedeu lugar à frustração pelo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, tanto entre países como entre indivíduos. A vitalidade da democracia dependerá, portanto, da capacidade de criar novos mecanismos institucionais que reduzam a desigualdade, preservando a diversidade característica do mundo pós-moderno.

A tensão entre democracia e desigualdade remonta às origens da democracia moderna, entendida a partir da tradição revolucionária francesa ou da Revolução Americana. A primeira repousa na concepção de Rousseau sobre a "vontade geral" e a soberania popular: Os indivíduos são

fundamentalmente iguais em direitos e virtuosos e racionais quanto aos recursos morais. A vontade geral é uma construção coletiva que se manifesta de forma soberana, indivisível, infalível e não-delegável.

A tradição liberal inaugurada por John Locke baseia-se na desigualdade original entre os homens. O bem comum é alcançado pela soma dos interesses individuais, sintetizada no conceito de "busca da felicidade". O princípio da representatividade e os esquemas institucionais de controle e equilíbrio ("checks and balances") são a base do sistema político, e não as qualidades morais do indivíduo.

Ao retomar a temática de Tocqueville sobre as restrições que a igualdade política impõe à liberdade na democracia americana, Robert Dahl propõe o modelo da "democracia econômica". O autor critica o "capitalismo de sociedade anônima" dos Estados Unidos, no qual a administração das corporações é centralizado e distante dos interesses sociais. A democracia econômica de Dahl introduz mecanismos de participação dos trabalhadores na gestão das empresas, de forma a incorporar elementos de igualdade política à esfera da liberdade econômica. Assim, o clássico dilema americano entre a máxima liberdade de propriedade e o ideal da plena igualdade seria relativizado.

De outra perspectiva, a crítica de Claus Offe caracteriza a alienação política como principal efeito da crise da democracia representativa. O crescente distanciamento entre eleitor e político conduz ao absenteísmo e mesmo ao cinismo em relação à política. A solução tentativa de Offe seria transferir a ênfase do processo político do momento de formação da vontade, seja ela um ente coletivo ou a soma de interesses particulares para a deliberação, ou seja, o voto.

Assim, a construção de mecanismos institucionais que busquem melhorar a qualidade do voto é preferível à extensão quantitativa do sufrágio. Liberar os cidadãos das restrições econômicas e culturais é tarefa fundamental para o aperfeiçoamento da democracia.

Considerados estes argumentos, deduz-se que restam recursos à democracia para responder ao desafio da desigualdade. É saudável, também, em um mundo pós-industrial em que as identidades são cada vez mais afirmadas "pelo que somos e não pelo que fazemos" (conforme Alain Touraine), preservar o espaço político para a desigualdade, entendida não como exclusão, mas como diversidade. A democracia, com todas as suas imperfeições, permanece "a pior forma de governo – com exceção de todas as outras", como ensinou Winston Churchill.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1997)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 – *Yes*, nós temos *halloween*

Em pleno Brasil lindo e trigueiro havia lojas na semana passada vendendo uniforme de bruxa

Agora sim. Agora vamos. Um importante passo no rumo da inserção do Brasil no Primeiro Mundo foi dado nos últimos anos com o início da celebração, por aqui, da festa conhecida como *halloween*. Sim, já há *halloween* no Brasil. Em pleno Brasil lindo e trigueiro, para não dizer inzoneiro, este Brasil brasileiro, terra de vatapá, caruru e mungunzá, havia na semana passada lojas vendendo roupas e chapéus de bruxa. Escolas promoviam festas alusivas à data. Casas noturnas anunciavam bailes comemorativos.

Crianças invadindo as casas e pedindo doces, senão fazendo malvadezas: “Me dê um trato ou faço uma traquinagem!” Abóboras ocas, chapéus cônicos, vassouras voadoras. Dá para acreditar que isso esteja ocorrendo no Brasil, até ontem tão atrasado? Para os leitores que não sabem o que *é halloween*, pois nem tudo é perfeito, ainda, no Brasil, trata-se daquele evento, na véspera do Dia de Todos os Santos, com o qual os americanos celebram o Dia das Bruxas. Pois agora já estamos quase iguais aos americanos. Temos *halloween. Yes*, nós temos *halloween*.

O fenômeno por enquanto circunscreve-se às áreas chiques de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. O povão ainda não chegou lá. Na verdade, o povão sempre chega atrasado. Em seu meio, ainda nem existe o hábito de colar adesivos com gracejos em inglês no automóvel. A rigor, a grande maioria nem tem automóvel. Portanto, mesmo se fosse a Miami e comprasse um adesivo, não teria onde colar.

O halloween veio culminar uma série de avanços ultimamente experimentados pela boa sociedade brasileira. Já há lugares onde se pode pedir sorvete de *vanilla*, muito superior ao de *baunilha*. As redes de sorveteria La Basque e Babuska oferecem *vanilla*. Mesmo que a palavra seja de origem espanhola, foi incorporada pela língua inglesa, e os americanos a utilizam. Vale dizer que, no La Basque e na Babuska, toma-se sorvete em inglês, o que impressiona muito mais ao paladar. Também há lojas que anunciam *sales* e oferecem produtos com preços 10% *off*, ou 20% *off, o* que é muito mais vantajoso do que uma simples *liquidação* que ofereça descontos equivalentes. E já se pode ligar para, uma pizzaria que *faça*

delivery, em vez de *entrega,* sem falar na inominável venda para *viagem.* Com a *delivery*, garantem-se rapidez e segurança no percurso.

Em certas esquinas de shopping center, olha-se em volta e só se vê inglês. Mergulha-se então na magia dos *Ws e Ys,* na simpatia do *S.* Esse Brasil, sim, dá gosto. Ele fazia por merecer o *halloween*, que mesmo que fosse só uma palavra, sem significado, já nos conduziria a um mundo de encantamento, com sua formidável carga de *Ls e Es* duplos, enriquecido ainda por um W e um H como deve ser, não mudo e inútil, mas trabalhado desde o fundo da garganta, sem medo de ser ouvido. O Brasil que dá gosto é aquele que não parece Brasil. Não. O Brasil que dá gosto é aquele que não só não parece o Brasil, mas parece os Estados Unidos. É a este que, como numa vassoura de bruxa, nos transporta o *halloween.*

Talvez o leitor tenha desconfiado de que se tentou fazer ironia, neste texto. Mas talvez não, dadas as deficiências do escriba. Então vai-se direto ao ponto: festejar o *halloween*, no Brasil, é coisa de basbaques. Assim como saborear “vanilla”, vender “off” e despachar “delivery”, É coisa de imitadores. Ainda se fosse para imitar o que a civilização americana tem de fundamental, como o respeito à lei e à ética do trabalho, vá lá. Mas não – é para imitar pela rama, ciscando no que há de estéril e superficial. Ora, imitar, macaquear, querer igualar-se àquele que se considera superior pelas vãs artimanhas do arremedo não é apenas confessar-se inferior, nem falsificar-se a si mesmo como outros falsificam uísque. Antes, é uma das mais antigas e consistentes formas de ser tolo. (Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, 06/11/96)

Texto nº 2 – Entre Palavras

Entre coisas e palavras – principalmente entre palavras – circulamos. A maioria delas não figura nos dicionários de há 30 anos, ou figura com outras acepções. A todo momento impõe-se tomar conhecimento de novas palavras e combinações de.

Você que me lê, preste atenção. Não deixe passar nenhuma palavra ou locução atual, pelo seu ouvido, sem registrá-la. Amanhã, pode precisar dela. E cuidado ao conversar com seu avô; talvez ele não entenda o que você diz.

O malote, o cassete, o “spray”, o fuscão, o copião, a Vemaguet, a chacrete, o linóleo, o “nylon”, o “nycron”, o ditafone, a Informática, a dublagem, o sinteco, o telex... existiam em 1940?

Ponha aí o computador, os anticoncepcionais, os mísseis, a motoneta, a Velo-Solex, o biquíni, o módulo lunar, o antibiótico, o enfarte, a acupuntura,

a biônica, o acrílico, o tá legal, o “apartheid”, o som “pop”, a arte “op”, as estruturas e a infra-estrutura.

Não esqueça também (seria imperdoável) o Terceiro Mundo, a descapitalização, o desenvolvimento, o unissex, o bandeirinha, o “mass media”, o Ibope, a renda “per capita”, a mixagem.

De passagem, anote a reunião de cúpula, a minicopa, a conjuntura, o Porcão, a Reflexologia, a ioga, o iogurte, os alucinógenos, o morfema, o semantema, o estocástico, o ergódigo e o markoviano.

Só? Não. Tem seu lugar ao sol a metalinguagem, o servomecanismo, as algias, a coca-cola, o superego, a Futurologia, a homeostatia, a Adecif, a Transamazônica, a Sudene, o Incra, a Unesco, o ISOP, a OEA e a ONU.

Estão reclamando porque não citei a conotação, o conglomerado, a diagramação, o ideologema, o idioleto; o ICM, a IBM, o falou, as operações triangulares, o “zoom” e a guitarra elétrica.

Mas por sua vez se esqueceram de lembrar chuchu-beleza, ecumenismo, tremendo barato, monema, parâmetro, gerontologia, genocídio, cronograma, PIB, política habitacional, gol de letra, mercado fracionário de balcão.

Olhe aí na fila – quem? Embreagem, defasagem, barra tensora, vela de ignição, engarrafamento, Detran, poliéster, parafernália, filhotes de bonificação, letra imobiliária, conservacionismo, “carnet” da girafa, poluição.

Mas há de haver espaço para setorial, tônica, mafagafe (José Cândido de Carvalho descobriu um ninho deles, e diverte-nos com a descoberta, em delicioso livro), complexo de castração, inseminação artificial, “napalm”, ovos de codorna, teste de Cooper, sesquicentenário, didascália, passarela, gelo-baiano.

E o vestibular para milhões? O cursinho e o cursilho? O mestrado? Ah, faltava a análise-sinótica do mapa meteorológico. A custódia de títulos nominativos. O transplante, variadíssimo e nem sempre letal. A implantação e os implementos industriais. O audiovisual e seus flanelógrafos, para uso de aloglotas. A macrobiótica, pois não. E o “offset”.

Fundos de investimento, e daí? Também os de incentivos fiscais. “Know-how”. Barbeador elétrico de 90 microrranhuras. Fenolite. Baquelite. LP e compacto. Alimentos supergelados. Viagens pelo crediário. Circuito fechado de TV na Rodoviária. “Argh!” “Pow!” “Click!”

Não havia nada disso no jornal do tempo de Venceslau Brás, ou mesmo de Washington Luís. Algumas dessas coisas começam a aparecer sob Getúlio Vargas. Hoje estão ali na esquina, para consumo geral. A enumeração caótica não é invenção crítica de Leo Spitzer. Está aí, na vida de todos os

dias. Entre palavras e combinações de palavras circulamos, vivemos, morremos, e palavras *somos*, finalmente, mas com que significado, que não sabemos ao certo? (Carlos Drummond de Andrade. *De notícias e não notícias faz-se a crônica)*

Texto nº 3 – Português do Brasil
versus português de Portugal: as querelas

(...) Vamos ler algumas opiniões sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas. Tais especulações são, em geral, carregadas de nacionalismo exacerbado, para um ou para outro lado. Iniciemos pela de Câmara Júnior:

"Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra, apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...)

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialetação, que ainda está por se estudar cabalmente".

A posição de Câmara Junior, poderíamos dizer, é objetiva e neutra: nela está presente a preocupação científica do lingüista que preconiza, fundamentalmente, a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos. Tal não é a neutralidade científica encontrada em Ribeiro (1933). Nessas breves passagens do texto de Ribeiro, *A língua nacional*, fica clara a posição apaixonada que o autor assume em relação à unidade brasílica do português americano. Vejamos:

"Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. (...)

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidade artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita".

Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português. Se é veemente e exacerbada a glorificação da língua brasileira nacional defendida por Ribeiro, não menos veemente e exacerbado é o depoimento de José Pedro Machado em *O português do Brasil*.

Este texto que ora leremos foi escrito como uma resposta indignada a um pronunciamento do poeta Cassiano Ricardo, lido a 30 de janeiro de 1941, frente à Academia Brasileira de Letras, intitulado "A Academia e a língua brasileiras', partes do qual aparecem transcritas no livro de Machado e que retomaremos para melhor explicitar a posição "lusitana" do último. Em primeiro lugar, pois, as palavras de Cassiano Ricardo:

"A glória de Portugal nada tem que ver com a língua falada pelo povo brasileiro. Muito ao contrário, é na língua falada pelo brasileiro que melhor havemos de celebrar a glória de Portugal.

Se os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer, com absoluta lealdade, que falamos um dialecto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular, não poderemos nós ser mais realistas do que o rei, ou, no caso, do que os reis da lingüística portuguesa. (...)

Glorifiquemos, assim, as duas línguas e não somente a portuguesa, criando direitos e obrigações recíprocas.

Não é possível anular o fenômeno lingüística no Brasil; muito menos transigir num assunto que tanto interessa à formação nacional".

E, em seguida, o depoimento de Machado:

“Não foi pequeno o eco do discurso do Sr. Cassiano Ricardo. Os jornais publicaram-no integralmente e até o *Estado de São Paulo* procedeu a um inquérito entre alguns publicistas e intelectuais brasileiros.

Como tem sucedido várias vezes, também aqui as opiniões se dividiram: para um lado os defensores do *idioma brasileiro,* para o outro os seus adversários.

Infelizmente não se lembraram de tomar aquela atitude que, afinal, parece tão evidente, tão lógica, que muito surpreende não ter sido a adaptada: em vez de se ouvirem pessoas, com certeza distintas nas suas especialidades, mas pouco versadas nesta, por que não se pediu a opinião dos filólogos? (...)

O facto de não considerar *língua brasileira,* mas dialectos brasileiros, não quer dizer que eu ponha em dúvida a justiça da independência brasileira (o que seria estupidamente absurdo), nem tão-pouco ofender os brios patrióticos dos nossos irmãos de além-Atlântico.

Devemos, no entanto, afastar todos os sentimentos para alcançar um objecto que, sem essa medida prévia, aparecerá diante dos nossos olhos rodeado de espessas névoas ou deturpado. (...)

Eu sou da opinião de Sílvio Elia: ‘A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional’ ”.

O texto de Machado fala por si mesmo. O posicionamento que o autor assume em tomo de uma política lusitana da língua portuguesa ecoa em cada passagem, embora ele procure enfatizar o poder decisório dos filólogos que poria fim a discursos, como o proferido pelo poeta. E é justamente em um breve comentário sobre Cassiano Ricardo, que Machado mais fortemente revela seu descaso pelos que apregoam a existência de uma língua brasileira nacional individuada.

“Lembro que o nome do ilustre acadêmico não é, nem pode ser, desconhecido. Trata-se de um poeta, cuja glória foi coroada com aquele admirável *Martim Cererê,* dedicado ao Brasil-menino. Nessas páginas, ao lado da simplicidade tão bela, aparece-nos um português razoável.

Por isso, ocorre perguntar: *Por que não emprega o delicado poeta nas suas obras uma língua absolutamente diferente da minha?*

Além de justificar a existência do ‘dialecto dignificado’, tornava-se coerente com o teor do discurso feito na Academia Brasileira”. (Ênfase acrescida pelo autor.)

Temos, pois,... quatro diferentes posições sobre a questão da língua nacional.” (F. T. *Tempos Lingüísticos:itinerário histórico da língua portuguesa)*

Desenvolva o tema que se segue em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): Nacionalismo e globalização: o papel da cultura e a política do idioma.

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Giuliana Sampaio Ciccu (49/60)

A cultura é o principal elemento em que se baseia o conceito de nação. Profundamente arraigada nas diversas sociedades, cada cultura tem condições, de manter sua individualidade, a despeito do intercâmbio progressivamente maior entre os países, decorrente do processo de globalização. O Estado tem um papel a cumprir para assegurar esta permanência: cabe a ele providenciar acesso à educação e incentivar as manifestações culturais genuínas do povo.

Desde as unificações italiana e alemã, alguns fatores têm sido considerados fundamentais para que um Estado possa ser propriamente considerado como tal. Somente quando há entre o povo um nível mínimo de homogeneidade poderá haver estabilidade suficiente para que a unidade política se mantenha. Assim, história, religião, raça e, em especial, língua comuns são indispensáveis para que surja um sentimento de identidade que caracterize e particularize uma nação. A história fornece várias evidências da fragilidade de um Estado constituído na ausência de um substrato cultural comum. A antiga Iugoslávia, por exemplo, esfacelou-se logo após o fim do regime comunista do Marechal Tito, que mantinha o país unido por meio da força. A fragmentação observada ocorreu sobretudo em virtude das diferenças religiosas e culturais entre os povos que habitavam aquele território.

A identidade cultural é, portanto, essencial para a vida do Estado. Com o fim da Guerra-Fria, acelerou-se o processo de globalização, tanto nos planos econômico e político quanto no âmbito cultural. No Brasil, a influência estrangeira começou a evidenciar-se de maneira mais pronunciada, principalmente no que diz respeito à presença da língua inglesa. Vocábulos ingleses passaram a ser utilizados, mesmo quando há termos correspondentes na língua nacional. Tal influência, embora não configure ameaça à cultura brasileira não pode tampouco ser considerada positiva. Alguns países, como a França, adotaram métodos legais para pôr fim à tendência, elaborando lei que proíbe o uso do inglês em diversas ocasiões.

Esta, porém, não parece ser a solução mais adequada para o problema.

O melhor caminho para garantir a unidade cultural é a educação. Um povo que conheça suas tradições e sua história certamente encontrará motivos para se orgulhar do patrimônio que herdou e não sentirá necessidade de adotar ou imitar outras culturas. Permitirá somente o intercâmbio natural, com mútuas influências, que caracteriza uma cultura viva.

Estabelecer contatos permanentes com povos de cultura semelhante é igualmente importante para estimular a consciência cultural de cada povo. Desse modo, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunindo os sete países lusófonos do mundo, representa iniciativa de grande relevância e deve ser prioritária no plano da política do idioma. Não se trata de anular o que há de específico no português falado na Europa, América e África, mas de ressaltar significativo traço cultural que aproxima os diversos países.

Não há motivos, portanto, para temer os efeitos da globalização sobre a cultura nacional. Desde que o Estado contribua de modo eficaz para estimular a consciência cultural do povo, esta tende a manter-se, ainda que haja intensos contatos com outras culturas.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1998)

Leia os textos que se seguem:

Texto nº 1 – Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarreiram os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras

fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estilo franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígine. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *dgis* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caitaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiaras; retalharam-na a pontaços de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente sesmados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam

meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecessem, em grandes tratos, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraiu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juizes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais da terra sem lhes restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhe as paragens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terreno s desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-se pelo planalto, vai encontrando atmosfera mais quente do que dantes, cujo efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna contrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão

estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira do bochorno inaturável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantoness of power,* com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as. (Euclides da Cunha. O *Estado de São Paulo*, 21/10/1901)

Texto nº 2 – O alerta da história

Como se acabou com mais de 90% da grande floresta do litoral brasileiro

Estréia neste verão, no sul da Bahia, uma ponte entre o passado e o futuro da Mata Atlântica. Tem 110 metros, a distância de um gol a outro no Maracanã. Programa para dez segundos, em campo aberto e velocidade olímpica. Mas ali a travessia, a passos regulados pelo balanço de uma ponte pênsil rangendo a 20 metros de altura, entre copas centenárias que meio século atrás atapetavam inteiramente o município de Una, o tempo tem outra medida. É contado em angelins, jequitibás, oitis, copaíbas, ipês, baraúnas, jueranas, louros, canelas e maçarandubas, cada árvore que, durante o trajeto, o olho leigo aprende a distinguir na barafunda verde da floresta. Naquele litoral, os naturalistas registraram há poucos anos o recorde planetário de 450 espécies vegetais por hectare. E, perto de lá, num inventário de 500 anos atrás, o escrivão Pero Vaz de Caminha atestou: “O arvoredo é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular.”

Debruçada sobre essa amostra da eternidade, a passarela foi construída com doações internacionais e tecnologia canadense para que os visitantes contemplem por que aquela paisagem, pronta há 12 000 anos, está ameaçada de acabar em 2010, pela avaliação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, uma ONG de Ilhéus. Diante do prognóstico, ela salvou da motosserra um pedaço de terra já destinado pelo Ibama à extração de madeira e o abriu ao turismo, tentando ensinar aos vizinhos que também por esperteza se pode conservar a Mata Atlântica. Salvaram-se 84 hectares. Uma área vinte vezes maior que a derrubada todo ano no município, onde paradoxalmente

a floresta nativa brasileira começou a desaparecer depois que o Artigo 225 da Constituição estendeu sobre ela o título de "patrimônio nacional". Até hoje o Congresso ainda não regulamentou o dispositivo de 1988. Se passar outra década discutindo a lei, em Una ela chegará tarde. (...)

Que ela [a Mata Atlântica] está quase acabando já se sabe, graças sobretudo ao aviso de outro americano, o historiador Warren Dean. Antes de morrer, em 1994, ele legou ao Brasil *A Ferro e Fogo,* um livro belo, intrincado e sombrio como a floresta úmida. Nele se aprende a História do Brasil como meio milênio de desertificação, num processo que vara todos os ciclos econômicos, desde que, em 1500, "os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e vaidade, sem se deixar levar por compaixão ou mesmo por curiosidade". O Brasil que eles avistaram pela primeira vez era um litoral coberto por 3.500 quilômetros de mata exuberante, em uma faixa quase contínua com 1 milhão de quilômetros quadrados em que hoje cabem as fronteiras de dezessete Estados. Numa terra cujo cenário começou a amadurecer quando o resto do planeta ainda era triturado por glaciações e turbulências geológicas, a tripulação de Pedro Álvares Cabral inaugurou o machado na semana do descobrimento, cortando palmito para variar a dieta de bordo. A colonização começou com a coleta do pau-brasil. Depois, vieram cinco séculos de queimadas. A cana, o pasto, o café, tudo foi plantado nas cinzas da Mata Atlântica. Dela saiu a lenha para os fornos dos engenhos de açúcar, locomotivas termelétricas e siderúrgicas. Até o século passado, punha-se fogo em madeira de lei nativa e importava-se mogno das Antilhas. Sobrou menos de 8 % da paisagem avistada por Cabral há 500 anos. (Marcos Sá Corrêa. *Veja (Especial Amazônia),* 24/12/97)

Texto nº 3 – O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 216, considera constituintes do patrimônio cultural brasileiro "os bens de natureza material e imaterial (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esse artigo inclui como integrante desse patrimônio as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. A mesma Constituição define como regiões prioritárias de conservação ambiental a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Pantanal e outros ecossistemas importantes, espaços territoriais onde existem subculturas importantes, como a dos caiçaras do litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado implantou nessas áreas uma série de parques nacionais e reservas naturais que, pela legislação em vigor, levam à exclusão e mesmo reassentamento das comunidades e culturas tradicionais em outras áreas.

Essa política tem criado inúmeros conflitos entre a administração de parques e reservas e as comunidades tradicionais que, ainda presentes nessas áreas protegidas, são proibidas de exercer suas práticas econômicas e sociais. A prática de pequenas roças, o uso de tecnologias patrimoniais na pesca, no fabrico de farinha, na construção de canoas têm sofrido severas restrições, colocando em risco a própria reprodução social e simbólica dessas comunidades tradicionais cujos membros freqüentemente são forçados a migrar para as periferias pobres das cidades da região. Aí sofrem um processo de perda de sua identidade cultural, com o abandono de práticas simbólicas essenciais à sobrevivência do grupo. Essas práticas preservacionistas oficiais, impulsionadas por grupos ecológicos urbanos, desconhecedores das relações e práticas históricas destes grupos com o mundo natural, em grande parte responsáveis pela conservação das florestas e áreas costeiras, têm ocasionado a redução da diversidade cultural brasileira e contribuído para o aumento da degradação de matas e mares.

Na década de 80, a figura do *tombamento*, proposta pelo Serviço (Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi também proposta, seja para preservar o patrimônio natural (o tombamento da Serra do Mar, das Ilhas do Litoral Paulista), seja para preservar o patrimônio cultural (tombamento das vilas caiçaras como as de Picinguaba e Icapara, nos municípios litorâneos paulistas de Ubatuba e Iguape, respectivamente). (...)

A idéia de patrimônio natural já figurava no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, visando a proteger valores paisagísticos, “como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (Fonseca, 1996). Nesse sentido, o patrimônio natural tinha seu equivalente no primeiro parque nacional brasileiro, o de ltatiaia, criado nesse mesmo ano. Já em 1934, o Código Florestal definia parques nacionais como *monumentos naturais* destinados a proteger áreas de grande beleza cênica, com composição florística primitiva. (...)

A conservação do patrimônio natural e a do cultural não podem mais ser consideradas dois processos separados e opostos. O desafio maior é ainda o de conservar processos e produtos socioambientais que são dinâmicos e históricos. As culturas tradicionais não são peças de museus como sugerem alguns folcloristas, mas se encontram profundamente inseridas em formas de vida que subsistem, ainda que ameaçadas, em muitas regiões brasileiras, sobretudo em ecossistemas tidos até agora como marginais, como florestas, mangues e estuários.(Antônio Carlos Diegues. *Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)*

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):

"Meio ambiente e patrimônio natural: os propósitos da preservação na construção do patrimônio nacional"

EXEMPLO DE REDAÇÃO (concurso de 1998)

César Augusto de Oliveira Sauer (51/60)

Há muito vem o Brasil a explorar, sem recorrer ao planejamento de longo prazo, os imensos recursos naturais disponíveis. O resultado de séculos de devastação ambiental pode ser percebido na mudança climática ora em curso em diversas regiões do País. A preservação do patrimônio natural, no entanto, não implica a renúncia ao aproveitamento econômico – tão caro ao patrimônio e à economia nacional. Saliente-se, ainda, que a estratégia governamental de proteger o meio ambiente e as culturas tradicionais não deve prescindir da educação e da fiscalização ambientais.

Os ciclos da economia brasileira ao longo da História revelam a maneira com que se tem tratado a questão ecológica. A extração do pau-brasil quase o levou à extinção, a economia açucareira devastou imensos tratos de Mata Atlântica no Nordeste, a mineração provocou voçorocas em regiões de Minas Gerais, a cultura do café tornou estéreis terras do Vale do Paraíba. Por último, durante o regime militar de exceção, a política, governamental de ocupação da Amazônia estimulou a criação extensiva de gado na região, acarretando o desmatamento de imensas áreas.

A solução para o impasse entre preservação ecológica e desenvolvimento econômico passa pelo aproveitamento racional dos recursos naturais. A pesca esportiva, tão difundida nos países ricos do Hemisfério Norte, não somente gera riquezas, como também não prejudica o ecossistema. A mesma lógica comercial e conservacionista aplica-se ao turismo. As florestas brasileiras são atrações turísticas em potencial à espera de encaminhamento adequado. O conseqüente aumento da renda da população local seria alcançado sem danos para o meio ambiente. O papel do Governo nessa questão é fundamental

Para fins de preservação ambiental, além da exploração planejada dos recursos naturais, mister se faz a educação do caboclo da Amazônia no que tange aos métodos de cultivo. Formas arcaicas de preparo do solo para o plantio devem ser abandonadas. Da mesma forma, a fiscalização por parte de órgãos governamentais desempenha relevante missão ao

reprimir atividades como o garimpo, a pecuária, a caça, a pesca e a extração de madeira que não obedeçam às normas vigentes de proteção ambiental

Por fim, o patrimônio cultural, representado pelas comunidades tradicionais, merece todos os esforços para ser resguardado das investidas da civilização. Os irmãos Villas-Boas, ainda no governo de Getúlio Vargas já se preocupavam com a questão indígena. Havia, então, a necessidade de amenizar o contato entre civilizados e aculturados. A criação de parques e reservas para as culturas tradicionais tem representado atitude louvável por parte do Governo. Deve-se ressaltar, porém, a urgência de providências mais abrangentes, tais como: a garantia de liberdade para as práticas culturais dessas comunidades e, sobretudo, a proteção contra a influência externa do homem civilizado.

Por meio de uma estratégia criteriosa de preservação ambiental, o Brasil estará a caminho de reverter a tendência histórica de desenvolver-se às custas do meio ambiente. Esse novo modelo de desenvolvimento – chamado desenvolvimento sustentável – possibilitará não só a preservação dos patrimônios natural e cultural da Nação, mas também a provisão dos meios necessários para a prosperidade econômica.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1999)

Leia os textos que se seguem:

Texto nº 1 – A ditadura do PC
Os americanos absolvem Clinton nas pesquisas mas deixam-se
asfixiar pelos códigos do politicamente correto

O escritor Norman Mailer e outros intelectuais revolucionários, tanto na arte quanto na política, em seu tempo diagnosticaram que a paranóia sexual nos Estados Unidos é apenas uma variante de um outro retrocesso: o movimento politicamente correto. “Ambos começaram como movimentos em favor da decência da sociedade e protetores dos mais fracos. Ambos degeneraram em fascismo”, diz Mailer. Uma pessoa politicamente correta, PC, não faz piadas racistas ou de conteúdo sexual e evita palavras que contenham insinuações culturais negativas. Há todo um dicionário de termos que são considerados corretos e devem ser rigidamente obedecidos pelos que não querem ser vistos como aberrações (*veja* quadro). Os negros americanos fizeram-se chamar de afro-americanos. Os índios, de nativos. E os gays preferem ser chamados de homossexuais – mas já foi o contrário, e é preciso ficar atento para não parecer politicamente incorreto.

Fosse apenas o pecado da palavra e estava tudo muito bem. O problema é que o PC, no afã de justiça cega que caracteriza o movimento, colocou nas universidades legiões de alunos despreparados e incapazes de aprender. Preteriram-se alunos brilhantes em favor de outros pouco dotados intelectualmente. Os escolhidos tinham como virtude acadêmica apenas o fato de ser negros, latinos, ou ser mulheres e estar grávidas. Também as empresas foram obrigadas a contratar levas de candidatos piores apenas porque eles se encaixavam no figurino politicamente correto. Nos últimos dois anos, tanto as universidades quanto as empresas conseguiram na justiça retomar um pouco do poder de admitir alunos e funcionários não com base em cotas étnicas, mas na boa e velha competência. "Para isso, quem não sabe, uma dica: os PCs são tão fanáticos quanto a juventude hitlerista", lembra Camille Paglia. A origem filosófica do movimento pode ser encontrada, na verdade, em outra freguesia tão totalitária e dirigiste quanto a de Hitler, a China de Mao Tsé-Tung. A idéia de carimbar um adversário político ou qualquer pessoa indesejável ao regime com o selo de politicamente incorreto foi um poderoso instrumento de dominação ideológica utilizado por Mao. A idéia foi apropriada pelos militantes das minorias étnicas dos Estados Unidos, em seguida caiu no gosto das feministas radicais e dos estudantes politizados. O escritor David Horowitz, autor de *Radical Son* (Filho Radical), livro lançado em abril nos Estados Unidos e que faz uma das melhores análises dos descaminhos da esquerda americana, levanta um ponto interessante. Horowitz espanta-se com o fato de que o politicamente correto, embora seja na raiz um movimento de esquerda radical, se viabilizou no país com a ,ajuda de algumas das mais conservadoras instituições americanas, as grandes empresas e as fundações de apoio ao ensino e pesquisa. (Eurípedes Alcântara. *Veja*, 26 de agosto, 1998)

Novilíngua

Analfabeto – marginalizado em relação à cultura eurocêntrica

Animal selvagem – não-humano que vagueia livremente

Antiaborto – pró-vida

Branco – pobre em melanina

Corrupto – eticamente diferente

Feio – cosmeticamente diferente

Fome – déficit nutricional

Gastador – poupador negativo

Gordo – generosamente modelado

Podre – economicamente marginalizado

Politicamente correto – a própria expressão deixou a ser "politicamente correta". Melhor usar culturalmente sensível

Prisioneiro – cliente do sistema correcional

Saqueador – consumidor não-tradicional

Viciado em drogas – privado de sobriedade

Quando o primeiro foguete espacial Ariane 5 explodiu no lançamento, a comunicação ao público foi a seguinte pérola, que porta -voz algum faria melhor: “O vôo do Ariane 5 não resultou na validação do novo vetor europeu”. E de um coronel da Força Aérea americana temos a seguinte, a respeito dos aceleradores dos foguetes, mimosos objetos pesando 135 toneladas: “Eles exercem uma força explosiva no impacto sobre uma superfície que é suficiente para exceder o limiar aceito de sobrepressão dos danos fisiológicos ao pessoal exposto”. Eu, matogrossense simplório, imaginaria que, se caísse sobre a cabeça de alguém, causaria um belo galo...

Exemplos divertidos não faltam por aí, e muitos estudiosos sérios descobrem o humor involuntário desses convolutos exercícios de expressão. Mas o assunto da semântica vai muito além da brincadeira. Não sem motivo, um dos grandes lingüistas deste século, D. Bolinger, deu a um de seus livros este extraordinário título: “Linguagem, uma Arma Carregada”, que foi naturalmente muito aperfeiçoada pelos totalitarismos e autoritarismos de todos os sexos imagináveis, desenvolvidos, subdesenvolvidos ou neutros. E ninguém se especializou mais na criação de slogans do que as esquerdas, de Lênin ao “Grande Pai” Stalin. As esquerdas brasileiras não ficaram atrás, a ponto de o presidente Castello Branco lhes reconhecer três capacidades especiais: de organizar manifestações de rua, desorganizar a economia e fabricar slogans.

E, para ninguém dizer que só se distinguiram aquelas grandes figuras de esquerda, a CNN acaba de informar que o presidente Clinton e os líderes da maioria republicana no Congresso americano, Trent Lott e Newt Gringrich, receberam do Conselho Nacional dos Professores de Inglês o “Prêmio Nacional da Dupla Fala” (*Doublespeak*), pela linguagem escorregadia e ambígua com que descreveram o acordo deste ano sobre o orçamento equilibrado (que se vai traduzir no ,aumento do endividamento federal).

Como se sabe, quem primeiro usou o termo “dupla fala”, em conexão com os crimes de pensamento, foi George Orwell, o grande escritor inglês, cuja firme integridade o levou, primeiro, a lutar de armas na mão pela causa da esquerda nos campos de batalha da Guerra Civil Espanhola, e, depois, a denunciar as traições e intrigas das facções a serviço soviético. Isso lhe custou ser vítima de um dos mais canalhas “patrulhamentos” da intelectualidade socialista do tempo. (Roberto Campos. *Folha de S. Paulo,* 29 de novembro de 1998)

Texto 3 – Cegueira brasileira
O politicamente correto não ridiculariza os EUA, como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado, freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, o exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ler-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam

em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em "os americanos", não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em "os americanos", desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é um "ato falho" que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada "ditadura do politicamente correto". Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem "os americanos".

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, "os americanos" já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável

inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor, uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial? (Barbara Musimeci Soares. *Folha de S. Paulo,* 13 de dezembro de 1998)

Desenvolva o tema: Semântica, comportamento e discriminação positiva: até onde ir no "politicamente correto"?

– extensão: de 450 a 600 palavras
– valor: 60 pontos

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Daniel Roberto Pinto (47/60)

O filósofo e ensaísta George Steiner observou certa vez que os artigos e livros publicados em alemão após a Segunda Guerra Mundial não mais atingiam os picos de graça e criatividade da fecunda primeira parte do século. (A maior, obra-prima do pós-guerra neste idioma Dr. Faustus, de Thomas Mann, foi redigido num estilo original inspirado no alemão arcaico). Isto se devia segundo Steiner, à contaminação do idioma pelo seu uso como língua oficial do Terceiro Reich: palavras como "relâmpago", "solução final", "tratamento", comuns e necessárias no dia-a-dia, passaram a adquirir outras conotações, por vezes mórbidas. À semântica é implacável, e sua vingança não tarda.

Sim, as palavras, com suas denotações e conotações, influenciam o pensamento e, portanto, também o comportamento. Todos conhecemos o efeito de expressões como "negro correndo é ladrão", "judeu é pão-duro" e "lugar de mulher e é na cozinha" sobre a carga semântica das palavras negro, judeu e mulher. Fica, em conseqüência, alterada a nossa percepção do outro, o que acabará se refletindo em nosso comportamento. Justifica-se, portanto, o combate a estas expressões pejorativas, pela erradicação

do seu uso na nossa linguagem cotidiana ou até em manuais escolares, onde por vezes se insinua. Será então lícito esperar que, prejudicada a transmissão dos preconceitos, estes retrocedam até certo ponto.

O movimento "politicamente correto" abraçou esta causa, juntamente com a da ação positiva, cujo papel no surgimento de uma próspera classe média negra, no crescimento da participação das mulheres na sociedade, no progresso sócio-econômico dos hispânicos é inegável.

Os Estados Unidos tem o mérito de estarem discutindo há décadas a questão da integração social. Não há duvidas: para judeus, negros, hispânicos, mulheres e católicos romanos, nunca foi tão bom viver nos EUA. É fato, comprova-se, e representa até certo grau uma história do movimento.

Mas há armadilhas. Quando o movimento "politicamente correto" ou, antes, uma de suas vertentes, assume uma postura agressiva de patrulha; quando professores de literatura são tachados de preconceituosos por ensinarem escritores "mortos, brancos, europeus e homens"; quando qualquer imprudência verbal pode levar a um processo judicial; quando se abre mão da objetividade em prol de um relativismo total, em que "todas as culturas se equivalem"; então a sociedade, privada de qualquer ponto de referência, se desintegra, e os maiores prejudicados são aqueles que originariamente se pretenda ajudar.

O programa de ação positiva sofre também por seus excessos, a tal ponto que não são poucos os negros que hoje defendem a sua extinção. Pela sua própria natureza, o programa suscitou inúmeros ressentimentos e o que é pior lançou sobre os beneficiados a pecha de "incapazes de vencer, sem ajuda"

Toda sociedade, por mais diversificada que seja – como a dos EUA – precisa se sustentar em valores comuns. Que haja, portanto, um movimento em prol da elevação da linguagem. Que se defenda a igualdade de oportunidades com base na, educação de alto padrão para todos. Mas, se o movimento "políticamente correto" ultrapassar, as barreiras do razoável o risco será alto: não haverá mais linguagem comum, e nem consenso sobre o conteúdo – e o significado – da educação. O oposto do totalitarismo, como descrito no inicio desta dissertação, mostrar-se-á um mal tão grande quanto ele.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 2000)

Leia os textos que se seguem:

Texto nº 1 – Pesquisa Variacionista e Ensino:
Discutindo o Preconceito Lingüístico

"Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do ensino de língua portuguesa" passa pela questão do preconceito lingüística. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com freqüência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas, as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhado o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão, do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não estão simplesmente “nocauteando a concordância”, “tropeçando” ou cometendo “gafes”, mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com, as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer ele “estudar português”, dando vez à pluralidade de normas (...).

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas.

“Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)

“Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

“A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o

estado das coisas, ou seja, até "realizar atos". Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo." (Maria Marta Pereira Scherre. *Pesquisa & Ensino da Língua:Contribuições da Sociolingüística*. UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro. 1996)

Texto nº 2 – Outrossins...

Já escrevi sobre isso. Na ocasião, fui ácido na crítica – no que, aliás, acho que fiz muito bem. Do que estou falando? Estou falando é de certos indivíduos que passam a vida entre o cinza e o marrom: a hedionda raça dos burocratas. Todos engajados, com afinco, em lidar com papéis, encaminhá-los, despachá-los e sobre eles deitar falação, geralmente num estilo de bula de remédio. São montanhas, cordilheiras de cartas, ofícios, avisos, pareceres e todo tipo de correspondência que vai daqui para ali numa penosa melopéia canina: "Ao Sr. Assessor, Ao Sr. Chefe, Ao Sr. Diretor". Isso desde o simples bilhete que só atravessa a Esplanada dos Ministérios nas mãos do contínuo até o pesado processo que cruza a nação inteira e se destina a seu mais longínquo igarapé.

Não me refiro ao conteúdo dessa papelada. Ela, obviamente, traduz a própria razão) de ser do serviço público. Reclamo é da lamentável forma como são escritos esses documentos oficiais e oficiosos.

É mais do que tempo de tornar inteligível e fluida a redação na administração pública. De falar português claro. Sim, porque causa espanto e náusea o blablablá rococó e gongórico que escorre, espesso e obscuro, pelas mal traçadas linhas da maioria dos processos escritos nestes brasis.

Há, em vigor, recomendação explícita no sentido de simplificar os textos. Mas, como outras, essa também não pegou. É olimpicamente ignorada por cidadãos pressurosos em bajular o chefe com palavras empoladas e ocas, numa verborragia que não conhece começo, início nem fim.

Coisas como destarte, inobstante, máxime, outrossim, e assim por diante. Outrossim! Você ouviu alguém pronunciar essa palavra? Uma vezinha só na vida? Pois bem, meu amigo, e no entanto as cartas e os ofícios estão cheios dela, dela que não altera ou acrescenta coisíssima alguma.

E que dizer do fim dos textos, quando surge aquele grotesco parágrafo que ninguém, rigorosamente ninguém lê – e se lesse não acreditaria um pingo no que ele declara: "Renovo meus protestos de estima", ou, pior ainda: "Colho o ensejo para reiterar meu apreço".

Colho o ensejo! Protestos de estima! Mais uma vez, paciente leitor, você já escutou isso da boca de alguém? Duvido. Pois há quem escreva, e lá se vai uma fortuna em tempo e dinheiro com tamanha baboseira!

A redação oficial não deve cultivar pretensões literárias. Estas são terreno dos literatos, que diabo. Há sujeitos, porém, que se dão ao desplante de escrever com o dicionário do lado só para escolher palavras mais difíceis. Conheço um que adora trocar o tão comum verbo ligar pela raridade que é o verbo jungir, só para provocar efeito na quadrada cabeça do seu chefe.

Existem pérolas nesse campo fértil. No Banco do Brasil, certa vez, circulou uma carta que começava assim: "Assunto: Cobra", e prosseguia: "O Sr. Fulano de Tal dirigiu-se a esta seção informando ter sido picado pela epigrafada". Bleargbhh!

Há, ainda, o reino da nebulosidade. Nele, nada supera este trecho de uma instrução do então recém-criado Banco Central, pelos idos de 1965: "Faz-se notar que os parentes consangüíneos de um dos cônjuges são parentes por afinidade do outro; os parentes por afinidade de um dos cônjuges não são parentes de outro cônjuge. São, também, parentes por afinidade da pessoa, além dos parentes consangüíneos de seu cônjuge, os cônjuges de seus próprios parentes consangüíneos". Tente decifrar e você cumprirá um delirante exercício de piruetas mentais.

Mera coincidência: enquanto reflito sobre tanta sandice, vejo, na televisão, um político de prestígio dizer simplesmente o seguinte: "Nada veio de grave nas objugatórias de Sua Excelência". Sinto justa perplexidade, pois não estou defendendo o pobre e monossilábico vocabulário usado pela garotada, infelizmente formado a partir dos roncos primitivos do rock. Mas, tenha paciência, objurgatória!

E por aí afora. Até hoje os ofícios das repartições militares começam como no tempo do Barão de Paranapiacaba: "Solicitação (faz)", maneira bicentenária e anacrônica de pedir alguma coisa a alguém.

Repito:ninguém que regule bem diz coisas assim: "Meu amor, apraz-me comunicar que vou à sua casa amanhã. Outrossim, informo que chegarei para o jantar.", ou "você está uma gracinha, querida. Destarte, podíamos fazer um programa, se lhe aprouver." – e lá se vai o programa por água abaixo...

Falando sério: você já calculou quanto o Brasil gasta com tamanha besteira? Milhões de linhas diariamente datilografadas ou digitadas, um custo altíssimo em fitas de máquinas, papel e tempo completamente perdido. Sim, porque, suprimidas tais palavras e frases, o sentido da mensagem em nada se altera – e, sobretudo, não há um só destinatário neste planeta que se

comova com reiteradas manifestações de subida consideração. Muito menos a mulher que, na cama, escuta o marido formal sussurrar-lhe ao ouvido: "Boa noite, meu bem. Renovo minhas expressões de distinta consideração, com o que me despeço. Até amanhã".

Tudo isso é absurdo, mas continuam as pobres secretárias datilografando o dia inteiro encômios, alvedrios e alvitres – além de zelarem com a máxima atenção pela ridícula margem direita, que atraso!

Saudades de Hélio Beltrão, que fez ventilar ar puro no seu tempo à frente do Ministério da Desburocratização. Foi bom enquanto durou. Depois, retrocedemos e agora só nos restam o tédio e o bocejo. (Márcio Cotrim)

Texto nº 3 – GiLuminoso

Deus anda bom demais comigo. Não sei se mereço tantas gentilezas dEle. Na última terça-feira, a dádiva veio de um inesperado convite para ver Gilberto Gil, que participava, em São Paulo, do lançamento do livro "GiLuminoso – A po.Ética do Ser", trabalho do poeta Bené Fonteles, baseado na fecunda obra do mestre baiano

Gilberto Gil é dessas almas iluminadas, alma de poeta, que o criador envia ao planeta com a missão de traduzir o sentimento de seu povo. E Gil o faz com textos que primam pela criatividade, pelo bom gosto e – por que não? – pela correção. Além de bálsamo para corações e mentes, a poesia de Gil é verdadeira aula de português.

Vejamos alguns casos, pinçados desse encontro. Em "Super-Homem, a Canção" – belíssima letra que até hoje incomoda muita gente –, Gil usa com mestria um tempo verbal dos mais interessantes: o mais-que-perfeito.

Verdadeira tortura em certas aulas de português, esse tempo – de nome enigmático ("Por que 'mais-que-perfeito?", pergunta-se a garotada, cuja expectativa nem sempre o professor satisfaz) – surge na letra com dois valores distintos. Na primeira ocorrência ("Minha porção mulher, que até então se resguardara"), o mais-que-perfeito, em sua forma simples (que equivale à composta "tinha resguardado"), é usado com seu valor específico. E que valor é esse? Basta ver por que o mais-que-perfeito tem esse nome. Na verdade, antes é preciso saber por que o pretérito perfeito se chama perfeito. A palavra vem do latim *perfectu*, que, ao pé da letra, significa "feito completamente". Não é à toa que se diz, por exemplo, que uma obra de arte é perfeita. Se é perfeita, não lhe falta nada; está completamente feita.

Na letra de “Super-Homem”, Gil começa dizendo: “Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria...”. A forma verbal “vivi” é do pretérito perfeito, portanto indica algo passado e acabado, feito completamente. Quando o poeta diz “Minha porção mulher, que até então se resguardara”, emprega o mais-que-perfeito (“resguardara”) até o momento em que deixou de existir a ilusão de que ser homem bastaria.

Pois bem, se “vivi” (que, por extensão contextual, implica a idéia de que “deixei de viver”) é pretérito perfeito, “resguardara”, que indica fato mais velho, anterior, só pode ser “mais-que-perfeito”, ou seja, “mais velho que o perfeito”.

Como outros tempos verbais, o mais-que-perfeito tem valores paralelos, periféricos. Um deles aparece na mesma letra: “Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe!, quem dera...”. Como ocorre com “Tomara!” (que vem da primeira pessoa do singular do pretérito mais-que-perfeito do verbo “tomar”), “dera” é do mais-que-perfeito do verbo “dar”, mas não se emprega com o valor específico desse tempo. “Dera”, no caso, expressa desejo e funciona tal qual se vê em algumas formas do futuro do pretérito, como “gostaria”, “desejaria” etc.

Outro belo exemplo de Gil, presente no livro, está em “Tempo Rei”, letra em que o imperativo é usado com leveza e adequação: “Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei / transformai as velhas formas do viver, / Ensinai-me, ó pai, o que eu ainda não sei / Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei”. A segunda pessoa do plural, empregada nas formas do imperativo afirmativo (“transformar”, ensinai e “socorrei”), confere ao texto tom de oração – oração ao deus tempo.

E pensar que alguns deuses (menos nobres, é claro) do ensino lingüístico pregam à sumária eliminação das segundas pessoas (“tu” e “vós”) dos livros de português. Para esses nobres senhores, o verbo seria conjugado só nas primeiras pessoas (eu e nós) e nas terceiras (ele, eles, você vocês). E se dizem modernos, democratas e libertários. Para eles, liberdade é omitir, é negar o futuro cidadão o direito de conhecer todas as formas da língua. Em última análise, é fazê-lo imaginar que Gil, Machado de Assis, Fernando Pessoa e Vieira escrevem na língua de outro planeta.

Em Porto Alegre, onde estive recentemente para proferir palestra durante a importante Feira do Livro que lá se realiza, o professor Paulo Ledur, presidente da Câmara do Livro, disse-me que em muitas escolas (algumas delas públicas) do Rio Grande do Sul são adotados esses livros de português que omitem a segunda pessoa. Logo lá, terra em que o delicioso “tu”, muitas vezes com o verbo com o “s” da segunda pessoa (“tu podes”,

“tu viras”), é ouvido em cada esquina. Sem comentários. (Pasquale Cipro Neto. *O Globo*, 28/11/1999, p.34)

Desenvolva o tema: O bom usuário do idioma é quem sabe infringi-lo no momento certo.

– extensão: de 450 a 600 palavras
– valor: 60 pontos

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Márcia Nazaré Souza Chaves (55/60)

Li, já a um tempo, uma crônica muito interessante de Luís Fernando Veríssimo acerca de sua falta de apego, por assim dizer, à norma culta da Língua Portuguesa. Contava a estória de uma entrevista da qual teria sido vítima: uma estudante o teria procurado, como "expert" no uso da língua, para dele colher algumas lições. Veríssimo retratou-se, então, como um enganador, alguém que absolutamente não conhece as regras gramaticais e nem tem muito interesse em com elas ter intimidade, pois: "dizer que algo está claro, pode até não estar certo, mas está claro, certo?"

Estou com o Veríssimo. Acredito, aliás, que a companhia não poderia ser melhor.

O bom uso da língua ultrapassa o conhecimento da regra. A norma nada mais é senão um acessório. Valioso, é verdade mas, ainda assim, acessório. Mais importante que a forma é a mensagem. Conhecer a língua é – no meu entender – usar a regra como aliada, como forma de esclarecimento, de aproximação do meu alvo, como maneira de chegar mais rápido e mais fácil ao meu destino final: a plena compreensão da mensagem pelo ouvinte.

Quando se fala, ou se escreve, há que se pensar não em si mesmo, mas em quem ouve, em quem lê. Se este não conseguiu compreender a mensagem, de que valeram as regras do "meu bom português? Sempre comunguei da idéia de que o nível da fala deve se adequar ao ouvinte, e não ao falante. E você não precisa, obrigatoriamente, falar "errado" para isso, basta falar claro, certo? (Ah, Veríssimo...)

Talvez, a maioria esmagadora dos políticos – e não me refiro só aos brasileiros – não concorde comigo. Afinal, clareza não é um bem perseguido por essa classe, principalmente junto ao eleitorado mais pobre, que, ainda,

confunde "gramatiquês" com bom português, persistindo aquela velha idéia de que quanto mais rebuscado o discurso, melhor preparado está o candidato.

Rodrigues Hapa, na sua "Estilística da Língua Portuguesa" possui opinião um tanto extrema sobre o assunto, que poderia ser resumida mais ou menos assim: "se é para acabar com a espontaneidade, com a riqueza da língua em nome da regra, morra a regra!"

Nem tanto ao mar, caro mestre! Vamos aplicar o princípio da coerência, do aceitável. Não desprezamos o vocabulário de nosso estudante somente porque ele não sabe usar o pretérito mais-que-perfeito, cuja prática exige uma sutileza, um certo "jogo de cintura" que ele não consegue alcançar. Paciência! Sempre restará o pretérito perfeito, cuja objetividade, talvez, esteja mais próxima de sua realidade.

Assim, se o seu filho, ainda no processo deformação da fala, emite um "eu fazi", não o culpe, corrigindo-o de pronto, como se ele fosse um "burrinho". O seu processo mental foi perfeito. Como poderia ele imaginar que o pretérito perfeito do indicativo desse verbo sofre uma variação de radical, esbanjando irregularidade? Ele pode até não ter falado certo, mas – parafraseando nosso bom e velho Veríssimo – foi claro, certo?

Lição 12

Coesão textual

Exercícios

QUESTÃO 1

A Marquesa de Alegros ficara viúva aos quarenta e três anos, e passava a maior parte do ano retirada na sua quinta de Carcavelos. (...) As suas duas filhas, educadas no receio do céu e nas preocupações da moda, eram beatas e faziam o chique falando com igual fervor da humildade cristã e do último figurino de Bruxelas. Um jornalista de então dissera delas: – Pensam todos os dias na "toilette com que hão de entrar no Paraíso." (QUEIRÓS, Eça de. O crime do Padre Amaro. In: *Obras de Eça de Queirós*. Porto, Lello e irmãos, s/d, vol.I, p.22)

Como se nota, as filhas da Marquesa de Alegros vêm caracterizadas satiricamente por meio de um jogo de coesão marcado pela seleção de dois conjuntos de palavras e expressões que pertencem a dois campos de significado opostos entre si: de um lado, ocorrem termos que se incluem no universo conceitual da espiritualidade; de outro, termos que se incluem no universo da materialidade.

Representando esquematicamente temos:

Universo da espiritualidade	*Universo da materialidade*
• receio do céu	preocupações da moda
• beatas	faziam o chique
• humildade	cristã último figurino

Nesses pares, o segundo termo desmente o primeiro, expondo a contradição entre eles, a qual vem ridicularizada no período final.

Procure, usando um esquema similar de escolha de palavras que se opõem, ridicularizar a contradição daqueles que se dizem devotados à causa pública mas na verdade seu procedimento é todo dirigido à satisfação das ambições pessoais ou de seu grupo.

QUESTÃO 2

Mal usados, os mecanismos de coesão podem provocar ambigüidades de efeitos grotescos. É o que acontece com o trecho jornalístico a seguir, transcrito de um vestibular da Unicamp:

> A oncocercose é uma doença típica de comunidades primitivas. Não foi desenvolvido ainda nenhum medicamento ou tratamento que possibilite o restabelecimento da visão. Após ser picado pelo mosquito, o parasita (agente da doença) cai na circulação sangüínea e passa a provocar irritações oculares até perda total da visão. (*Folha de S. Paulo,* 02/11/90, apud Unicamp 91)

a) Do modo como está redigido, esse trecho nos induz a depreender da sua leitura um sentido absurdo. Qual é esse sentido?
b) Levando em conta o seu conhecimento de mundo, procure presumir o significado pretendido pelo redator e reescreva o trecho de modo a deixar clara essa pretensão.

QUESTÃO 3

O trecho que segue foi extraído de uma conferência do antropólogo Roberto da Mata. Após algumas páginas em que trata da prática do clientelismo em nossa política, deplorando a naturalidade com que os políticos nomeiam seus parentes para cargos públicos, o conferencista acrescenta o que segue:

Clientelismo histórico

> Estudando tais casos, deduz-se uma norma capaz de explicar a crônica ineficiência das nossas administrações públicas. Quero me referir ao fato de que, neste sistema, o cargo é proporcional ao grau de relacionamento. Parentes próximos, compadres e amigos do peito aspiram – não obstante suas qualificações – a altos cargos. Uma tia velha pode ser nomeada fiscal do consumo, uma namorada pode vir a ser indicada como gerente de uma carteira do Banco do Brasil em Paris, um primo carnal poderá ser secretário de Estado. (MATA, Roberto da. *Brasileiro Cidadão?*. 1ª ed. São Paulo. Cultura Editores Associados, p.15)

Como se vê, a orientação argumentativa do texto tem a intenção de ridicularizar a administração pública e explicar sua ineficiência. Esse resultado é obtido por um jogo de coesão que correlaciona, de um lado, termos hipônimos do hiperônimo *"cargo"* e de outro, hipônimos de *"parentesco"*, deixando claro que – apesar da falta de qualificação – os parentes são nomeados para os mais diversos cargos. Essa relação entre cargo e parentesco vem exemplificada por palavras hipônimas (aquelas que estão contidas num conceito mais geral), dessa forma:

Conceitos gerais ou hiperônimos	*parentesco*	*cargo*
hipônimos	tia velha	fiscal do consumo
	namorada	gerente de uma carteira do Banco do Brasil em Paris
	primo carnal	secretário de Estado

Usando o mesmo tipo de coesão por hipônimos, tente acrescentar a esse mesmo texto um trecho que exemplifique o desprezo pela relação *competência* e *cargo*.

QUESTÃO 4

> Tinha razão o camponês que declarou no VIII Congresso dos Sovietes: tudo vai bem. Mas, se a terra é para nós, o pão é para vocês, isto é, para os comissários; a água é para nós, mas o peixe para vocês; as florestas são para nós, mas a madeira para vocês. (*Izvestia* de Kronstadt, 25/03/1921, cit.in Henri Arvon – *A Revolta de Kronstadt*, apud vestibular de História, Fuvest, 94)

O trecho acima cria um efeito irônico por meio de um jogo argumentativo com o conector *mas*, que, como se viu, estabelece uma relação de contrajunção, ligando enunciados com direção argumentativa contrária. Após dizer que tudo vai bem, o camponês contrapõe a essa afirmação três seqüências em que opõe os bens de produção (terra, água, florestas) aos bens de consumo (pão, peixe, madeira). Como é próprio do *mas*, o que vem à sua direita tem um peso argumentativo maior do que o vem à esquerda. Com isso, reforça a ironia, dizendo que o que pertence ao *nós* é menos vantajoso do que o que pertence ao *vocês* (os comissários).

Suponha que o texto comece assim:

Tinha razão o representante dos trabalhadores que declarou, numa reunião com representantes do empresariado brasileiro: tudo vai bem. Mas...

Continue o texto, seguindo o mesmo jogo argumentativo do camponês de Kronstadt, adaptando, porém, o conteúdo das declarações à realidade brasileira atual.

QUESTÃO 5

Vi uma fotografia *sua* no metrô.

Numa frase como essa, fora do contexto, o anafórico *sua* dá margem a várias interpretações para o mesmo enunciado. Dentro de um contexto determinado, porém, a ambigüidade pode ser desfeita.

Redija um trecho, colocando a frase dentro de um contexto em que fique claro apenas um dos seus significados.

Exemplo: Eu não sabia que você andava fotografando, ganhando prêmios e expondo suas fotos em lugares públicos. Pois, ontem, vi uma fotografia sua no metrô.

QUESTÃO 6

O uso inadequado de conectores entre os enunciados, muitas vezes, não produz ambigüidades nem afeta o sentido que o enunciador quis dar ao que falou ou escreveu, mas indica falta de conhecimento da norma padrão. Com isso desqualifica a imagem social do falante e, assim, enfraquece o poder argumentativo do texto. Com os pronomes relativos, é muito comum a ocorrência de problemas desse tipo.

Em todas as frases que seguem, o pronome relativo está usado inadequadamente. Reescreva-as, de acordo com as prescrições da norma culta.

I – Um cidadão de qualquer cultura tem sempre muito prazer em exibir aos visitantes os atributos e as particularidades que a sua cultura se tornou notória.

II – No Brasil, mesmo um grande autor, como Jorge Amado, que as obras dele são traduzidas em vários idiomas, não vende mais livros do que um autor menos popular nos Estados Unidos.

III – O século XX, que em sua longa seqüência de anos não se conseguiu reduzir a barbárie, suporta em seu currículo uma incômoda estatística de 187 milhões de pessoas vítimas de massacres de todo tipo.

IV – O custo humano das conquistas do regime soviético, que sobre os números dele não existem estatísticas consensuais, foi excessivo e intolerável.

V – A economia americana, que nenhuma outra se iguala no mundo durante o período de 1880 e 1914, beneficiou-se ainda da última guerra mundial.

VI – A Receita Federal perde cerca de 4 bilhões de reais com o contrabando do Paraguai. São cerca de 800 ônibus diários levando um exército de sacoleiros onde se pode perceber que as estatísticas não são tranqüilizadoras para o governo.

QUESTÃO 7

Procure completar os trechos que seguem, dando continuidade à orientação argumentativa indicada pelo conector grifado:

I – Os jornais, em época de eleição, não têm assumido com seriedade o seu compromisso de informar corretamente o leitor sobre os candidatos. Não apuram a verdade das propagandas, não ouvem o outro lado, não se preocupam com avaliar a viabilidade das mirabolantes promessas de campanha. *Além disso...*

II – O cidadão não está obrigado a pagar mais impostos do que a lei determina. Por isso, se ela permite manobras para a pessoa física ou jurídica pagar menos impostos, não se pode tachar esse ato de corrupção. *Entretanto...*

III – No carnaval de 1994 um rumoroso caso agitou a opinião pública nacional. O então Presidente da República Itamar Franco, foi fotografado ao lado de uma modelo, num camarote do sambódromo do Rio de Janeiro. A imprensa alardeou ostensivamente o escândalo provocado pelo fato de a modelo ter aparecido sem calcinha na foto. Não deu, porém, quase nenhum destaque ao fato de o Presidente da República, Supremo Magistrado da Nação, Comandante-Chefe das Forças Armadas, que jurou defender a Constituição e as leis, estar num camarote comprado por bicheiros. *Houve, portanto...*

IV – Como em qualquer outra profissão, os jornalistas não estão livres da corrupção. Há a pequena corrupção, na qual repórteres e editores aceitam presentes caros ou trocam favores com empresários e políticos. Há também, entre outras variantes, a grande corrupção, que envolve grandes somas de dinheiro ou o equivalente em espécie. *Apesar disso...*

(*Revista Imprensa*, março de 94, n.78, p.4)

QUESTÃO 8

Como se sabe, sobretudo a partir da década de 80, o movimento dos chamados sem-terra surgiu como conseqüência de um dos graves problemas da

cena econômica e social do Brasil. Como todo movimento dessa natureza, formaram-se em torno dele correntes de opinião contrárias.

As duas vertentes dentro do debate exprimem-se lingüisticamente em torno de dois conceitos básicos: os que consideram o ato dos sem-terra como *invasão*; os que o interpretam como *ocupação* de fazendas ou terrenos urbanos.

Redija um parágrafo sobre cada uma dessas versões, explorando recursos de coesão lexical para marcar, com clareza, a posição de quem o escreveu, seja para caracterizar o ato como invasão (mais grave) ou como simples ocupação (mais ameno).

Lição 13

Coerência textual

Exercícios

QUESTÃO 1

A apresentação de dados estatísticos brutos, sem levar em conta a sua relatividade, cria um tipo de incoerência que esvazia completamente o poder argumentativo desses dados.

O trecho que vem a seguir ilustra esse tipo de inconveniente.

Por que medo de avião?

O avião é propicio ao medo: fechado e com gente aglomerada. Você não tem domínio da situação nem jeito de escapar. Além disso, o vôo em si gera ansiedade. Há também, claro, os riscos de qualquer viagem.

Andar de avião é mais seguro do que tomar banho. No ano passado, 200 americanos morreram em acidentes aéreos. No mesmo ano, 800 perderam a vida por causa de objetos que caíram em suas cabeças e 300 porque escorregaram na banheira. Isso sem contar os 42 mil que morreram em acidentes de carro.(Bettina Monteiro, *Viagem e Turismo*, setembro de 1996)

No segundo parágrafo, a redatora lança mão de dados para argumentar a favor da afirmação contida no primeiro período.

a) Por que esses dados não funcionam como um argumento irrefutável para provar o que ela pretende?

b) Suponha o seguinte tópico frasal:
Andar de avião é mais seguro do que se pensa.

Usando os mesmos dados ou acrescentando outros, desenvolva esse parágrafo conferindo coerência a ele.

QUESTÃO 2

Mais importante do que o mero conhecimento de dados e cifras é a capacidade de perceber suas correlações e implicações. Observe estes dados:

A conta é de Carlos Augusto Montenegro, dono do Ibope. Com o Real, a audiência da TV brasileira caiu 12%. (*Veja,* 7.6.95, p. 49)

Além disso, no Brasil, segundo uma pesquisa que eu vi na sala do Boni, 78% das pessoas só se informam pela televisão. (CRUZ, Alberico de Souza, *Veja*, 7.6.95 p. 44)

Redija um parágrafo que tire dos dados apresentados uma conclusão compatível, dentro dos princípios da coerência textual.

QUESTÃO 3

Leia com atenção o trecho que segue:

Maravilhoso e utilíssimo instrumento, a memória! Sem ela mal pode o raciocínio desempenhar o seu ofício. Ora, ela me falta por completo. O que me desejam perguntar devem fazê-lo parceladamente, pois responder a um assunto, em que haja muitas coisas importantes, ultrapassa minha capacidade. (MONTAIGNE, Michel Equem de. *O pensamento vivo de Montaigne,* apresentado por André Gide, São Paulo, Martins, Edusp, 1975, p.57)

A deficiência de memória, no entanto, pode-nos ser benéfica sobretudo nos casos em que nos é penosa a lembrança de episódios traumáticos da vida passada, como foi o de um acidente de que fui vítima há exatos quinze anos nove meses e dois dias. Foi na primavera, no dia 29 de setembro de 1563, na França. Eram dez horas e vinte e cinco minutos da manhã, quando cavalgava minha montaria predileta, um cavalo árabe de cinco anos e três meses; aferroado por vespa entre os dois quadris, disparou em desenfreada carreira, fazendo-me bater a cabeça contra um grosso galho de mangueira que ladeava a estrada que saía do portão do meu castelo e ia dar no município vizinho de Dresden, pequeno povoado com 25.000 habitantes. Por felicidade do destino, meia hora após o acidente, passava por lá um médico holandês que me socorreu, levando-me até o hospital de Dresden onde, após exames de laboratório, fui submetido a uma cirurgia que me salvou a vida. Sou até hoje grato a esse médico, Jackes Van Dirk, bonachão, de barba branca, amarelada pela fumaça dos seus prediletos charutos Havana.

O primeiro parágrafo dessa narração foi extraído dos Ensaios de Montaigne. O segundo foi forjado e contém incoerências de vários tipos (narrativa, figurativa, temporal, espacial) tanto no plano intratextual quanto no extratextual.

Reescreva o segundo parágrafo, eliminando as incoerências. Se necessário, consulte uma enciclopédia sobre datas, lugares e fatos.

QUESTÃO 4

No romance *Diva*, o narrador assim se manifesta a respeito de um dos personagens:

> Geraldo pertencia à classe de homens a quem lateja a moleira toda a vida, e velhos já, são ainda meninos de cabelos brancos. Não lhe admire portanto a leviandade desse moço. (ALENCAR, José de. *Diva* 5ed. São Paulo, Ática, 1993, p. 13)

Desprezando o contexto da obra de que foi extraído, mas, preservando os princípios da coerência narrativa, escreva um parágrafo, relatando a reação de Geraldo frente ao fato de que o pai da noiva se opõe ao casamento.

QUESTÃO 5

No trecho que segue, extraído do vestibular da Unicamp 94, há uma incoerência de nível figurativo. Reescreva-o, eliminando-a.

Acrescente mais algumas figuras que componham um percurso figurativo coerente com as fantasias do personagem.

Dois carregadores estão conversando e um diz: “Se eu fosse Presidente da República, eu só acordava lá pelo meio-dia, depois ia almoçar lá pelas três, quatro horas. Só então é que eu ia fazer o primeiro carreto”.

QUESTÃO 6

A falta de compatibilidade entre uma conclusão e os dados que lhe servem de base constitui incoerência que desqualifica o poder argumentativo do texto e desmoraliza o enunciador.

É o que ocorre na passagem que segue, extraída do vestibular da Unicamp 1989:

O jornal *Folha de S. Paulo* introduz com o seguinte comentário uma entrevista recente (8.12.88) com o professor Paulo Freire:

> “A gente cheguemos” não será uma construção gramatical errada na gestão do Partido dos Trabalhadores em São Paulo.

Os trechos da entrevista nos quais a Folha se baseou para fazer tal comentário foram os seguintes:

> – A criança terá uma escola na qual a sua linguagem seja respeitada (...) Uma escola em que a criança aprenda a sintaxe, mas sem desprezo pela sua.

– Esses oito milhões de meninos vêm da periferia do Brasil (...). Precisamos respeitar a [sua] sintaxe mostrando que sua linguagem é bonita e gostosa, às vezes é mais bonita que a minha. E, mostrando tudo isso, dizer a ele: “Mas para tua própria vida tu precisas dizer ‘a gente chegou’ [em vez de ‘a gente cheguemos’]. Isso é diferente, [a abordagem] é diferente. É assim que queremos trabalhar, com abertura, mas dizendo a verdade.

Reescreva a introdução do jornal de modo que ela fique coerente com as demais passagens da resposta de Paulo Freire.

QUESTÃO 7

Em todas as passagens que seguem, por causa de defeitos de estruturação lingüística, há prejuízos ao sentido de cada uma delas. Reescreva-as, evitando essas formas de incoerência.

a) Zélia Cardoso de Mello decidiu amanhã oficializar sua união com Chico Anysio. (*A Tarde*, Salvador, 16.09.94, apud Vestibular Unicamp, 1995)

b) *Crime racial* – O “olho” da manchete de página do *Diário Catarinense* dizia: “Maurício José Lemos Freire, titular do primeiro órgão do mundo a tratar especificamente de casos de racismo, deu palestra em escola de Joinville”. Aí o título botou tudo a perder – DELEGACIA DEFENDE CRIME RACIAL.

Meu secretário ficou indignadíssimo:

“Considerado, que diabo de delegacia é essa que defende o crime racial? Quer dizer que se um monstro qualquer espancar um doce crioulinho como aquele Kennedy da falecida novela *Pátria Minha*, é só correr para a delegacia que estará a salvo???”

Parece que é. Fascistas de todo o mundo, acorrei! (*Imprensa*, maio 95, n.92, p. 31)

c) *Aspas atropeladas* – De algum lugar do Rio de Janeiro, chegou fax do leitor André Martins, inconformado com esta revista Imprensa. É que no mês de fevereiro de 95, matéria intitulada 0KM JÁ ATROPELA NA LARGADA (p. 67), é atribuída ao diretor de Comunicação da Fiat, Nivaldo Notoli, entre aspas, a seguinte frase: “A proposta da Editora Globo veio de encontro à nossa estratégia, que visa estabelecer um elo direto com o nosso consumidor”.

Perplexo por saber que a Fiat aceitou uma proposta contrária à estratégia da empresa, André deseja identificar a verdadeira vítima desse atropelamento da comunicação. (...) (*Imprensa*, maio 95, n.92, p. 31)

QUESTÃO 8

O texto que segue faz parte de uma publicidade sobre Aruba, veiculada em página dupla na *Revista Imprensa.* O texto vem transcrito na página da esquerda e da direita é ocupada por uma grande foto do mar de Aruba.

Aruba, 20 de fevereiro de 1995
Queridos Ana e Paulo:
Aqui é o seu velho amigo Bernardo, falando diretamente de Aruba. Estamos nos divertindo muito. Nos mergulhos, pudemos conhecer melhor os hábitos do Hippocampus guttulatus. O santuário ecológico de Bubali também é extraordinário. E as cavernas com desenhos indígenas, então? Vocês iriam adorar. Descobrimos também a fonte da juventude. E é de água salgada (ah! ah! ah!). À noite, parecemos dois adolescentes. Andamos de mãos dadas e namoramos como nos velhos tempos. Até no cassino! O azul do mar é incrível e a areia, branquinha... A praia é bonita. Ontem, eu brinquei de castelinho. O meu baldinho é verde e o da Elisa é vermelho. Aqui é legau
UM BEIJO
BERNARDO

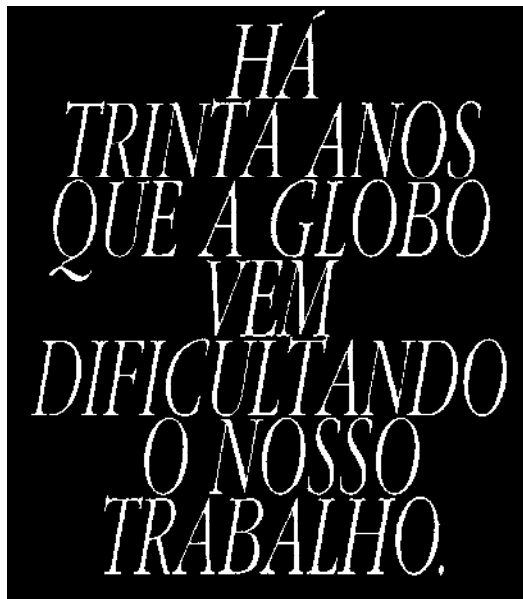
Se interpretamos a parte final do texto (a partir da frase *O azul do mar é incrível e a areia, branquinha*) dando às palavras o seu sentido literal, surpreendemo-nos com uma incoerência que chega perto do absurdo. A ruptura com a forma de linguagem anterior é tal, que temos a impressão de que essa parte final foi completada por uma criança em fase inicial de alfabetização. Corroboram essa hipótese não só o tema, que é pueril, mas também a forma gráfica das letras e o tipo de erro ortográfico (*legau*).

Se, entretanto, tentarmos interpretar essa mesma passagem, percebendo o seu sentido não literal, ela ganha coerência e contribui de maneira original e pitoresca com o significado que o redator quer criar. Uma boa pista para o cálculo desse sentido não literal é a passagem *Descobrimos também a fonte da juventude.* A partir daí, a linguagem do texto vai-se alterando progressivamente, criando a impressão de regressão de idade.

Levando tudo isso em conta, redija um parágrafo, procurando explicitar o sentido não literal que esta passagem produz.

QUESTÃO 9

Na publicidade que vem a seguir, aparentemente há uma gritante incoerência entre o trecho inscrito no quadro e a frase final:

Homenagem da MPMLintas aos 30 anos da Rede Globo. Eis o texto publicitário:

A passagem intermediária, no entanto, desfaz a incoerência e torna o texto perfeitamente compreensível.

Traduza, num parágrafo, de maneira mais explícita, o sentido dessa passagem intermediária, tentando explicar sua função para criar o sentido global da propaganda.

QUESTÃO 10

Leia os trechos que seguem:

1. Tão inteiramente conhecia Cristo a Judas, como a Pedro, e aos demais; mas notou o Evangelista com especialidade a ciência do Senhor, em respeito a Judas, porque em Judas mais que em nenhum dos outros campeou a fineza do seu amor. Ora vede: Definindo S. Bernardo o amor fino, diz assim: *Amor non quaerit causam, nec fructum:* O amor fino não busca causa nem fruto. "Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há de ter por quê, nem para quê. Se amo porque me amam, é obrigação, faço o que devo; se amo para que me amem, é negociação, busco o que desejo. Pois como há de amar o amor para ser fino? *Amo, quia amo, amo, ut amem:* amo, porque amo, e amo para amar. Quem ama porque o amam, é agradecido; quem ama, para que o amem, é

interesseiro; quem ama, não porque o amam, nem para que o amem, esse só é fino. E tal foi a fineza de Cristo, em respeito de Judas, fundada na ciência que tinha dele e dos demais discípulos. (VIEIRA, Antônio. *Sermões*, 4 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1966, p. 64)

2. Moça da sociedade paulista

Empresário europeu deseja conhecer, para fins de amizade e breve compromisso, moça de elevada índole moral, culta, de inegável beleza física e com convicção interior e sensibilidade, que o faça acreditar que ainda existem mulheres de bons princípios, caráter íntegro, romântico, que crêem na existência e encontro do verdadeiro amor. Características pessoais: Europeu, 38 anos, livre, 1,77m, 75kg, situação financeira e social definidas, ótima apresentação.

Características pretendidas: 26/34 anos, livre, exigente em relação ao que quer da vida, entretanto simples, meiga, voltada prioritariamente ao lar, de boa família, companheira e amiga. Pede-se foto de corpo inteiro e carta de próprio punho que serão devolvidas em sigilo.

Se você existe, pode confiar e escrever sem receios. Esta mensagem é absolutamente séria.

CAIXA POSTAL xx.xxxx, CEP: xxxxx

São Paulo – SP.

(*Folha de S. Paulo,* apud vestibular Unicamp, 89)

Proposta de redação

Confrontando a concepção de amor explícita no texto de Vieira e a concepção de amor implícita na mensagem *absolutamente séria* do anúncio da *Folha de São Paulo,* redija um texto dissertativo, discutindo a relação (de concordância ou de discordância) que existe entre ambas.

Lição 14

Informações implícitas

Exercícios

QUESTÃO 1

Os dois textos que seguem contêm uma pergunta e uma resposta respectivamente e foram extraídos da seção *Bárbara responde* da *Revista da Folha*, de 30/4/95, nº 158, p. 8.

> Uma amiga me mandou uma cartinha para que minha filha entre em uma corrente mundial de livros infantis (até o príncipe Henry, filho da princesa Diana, participa). Como saltar fora sem ser antipática? (Sofia Carvalhosa, S.P.)
>
> – Você enlouqueceu, mulher? Sua filha pode vir a ser amiga do irmão do futuro rei da Inglaterra e você quer fazê-la saltar fora? Por acaso você acha que a corrente não está à altura da sua pimpa? Um dia ela ainda vai jogar essa negligência na sua cara. Preguiçosa!

Com a irreverência que caracteriza o estilo da referida jornalista, ela vai direto ao argumento exposto com mais destaque pela sua consulente: a participação do príncipe Henry. O pressuposto de que a inclusão do filho de Diana é o argumento mais forte está instaurado pelo uso do marcador *até*, que implica o seguinte raciocínio: a) não é comum um príncipe estar entre os integrantes de uma corrente de livros; b) se ele está, é que existem motivos de sobra para justificar a entrada de qualquer outro.

Construa um pequeno texto, convidando seu interlocutor a aceitar uma proposta qualquer, instaurando como argumento mais forte o fato de que ela é apoiada por alguém insuspeito, que habitualmente não apoiaria propostas do mesmo gênero.

QUESTÃO 2

> Veja bem – abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem nacionalismo... pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da Terra, (o Brasil) tem que concorrer para este concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e o individualiza... (Mário de Andrade – 1924, apud Vestibular de História da PUC – SP, 1992)

Nesse texto, sob a forma de pressupostos, afirma-se que:

a) o brasileiro não é brasileiro;
b) o Brasil não é civilizado artisticamente;
c) o Brasil não faz parte do concerto das nações dirigentes da civilização da Terra;
d) o Brasil não concorre para esse concerto com a parte que o singulariza.

Esses pressupostos são marcados por:

a) um substantivo derivado de verbo: *abrasileiramento;*
b) uma preposição que indica finalidade: *pra* (ser);
c) uma preposição e um verbo: (*pra*) *entrar;*
d) uma locução verbal: *tem que concorrer.*

Redija um texto, usando marcadores de pressupostos apropriados, que instaurem no texto os seguintes implícitos:

a) que o brasileiro não era brasileiro, mas agora é;
b) que o Brasil não era civilizado artisticamente, mas nos dias de hoje é;
c) que o Brasil não fazia parte do concerto das nações dirigentes da civilização da Terra, mas hoje faz;
d) que o Brasil não concorria para esse concerto com a parte que o singulariza, mas hoje concorre.

QUESTÃO 3

Num debate de televisão, pelos idos de 1986, um famoso político, em defesa do plano cruzado, um dos planos econômicos de nossa história, afirmou, cometendo um ato falho que foi acompanhado de risos irônicos:

O plano cruzado é bom até para os trabalhadores.

a) Comente o pressuposto instaurado na declaração que deu margem aos risos.
b) Construa uma declaração análoga em que o declarante deixe escapar um pressuposto que, em estado de atenção, não diria.

QUESTÃO 4

Com as alterações efetuadas, o produto ficou *mais* saudável, *pois, além* da gordura, foram extraídos os ingredientes prejudiciais à saúde.

Há, no fragmento, pressupostos, estabelecidos pelo advérbio *mais,* pela conjunção *pois* e pela locução prepositiva *além de.*

Redija um texto similar, com esses três instauradores de pressupostos, respeitando as seguintes instruções:

a) uma alteração foi efetuada;
b) ela produziu melhora em algo que já era bom;
c) o argumento dado para a melhora é que, dentre todos os inconvenientes, sobretudo um deles foi eliminado.

QUESTÃO 5

Estou telefonando para marcar quando devo mandar receber a diferença relativa ao primeiro orçamento referente às obras de troca de cabos e fios elétricos em sua empresa.

Há dois pressupostos no trecho, estabelecidos um pela conjunção *quando* e outro pelo ordinal *primeiro.*

Construa um texto similar, efetuando uma cobrança sob os pressupostos de que:

a) houve uma alteração de contrato a favor do fornecedor;
b) o conteúdo dessa alteração não está sob controvérsia, segundo a versão de quem está cobrando.

QUESTÃO 6

Se a Receita Federal passar a fiscalizar com eficiência, até os empresários vão acabar pagando imposto de renda.

A frase conta com os pressupostos de que:

a) a Receita Federal não é eficiente na fiscalização;
b) os empresários não costumam pagar imposto de renda.

Usando marcadores de pressupostos similares aos da frase acima, redija uma outra em que se estabeleçam os pressupostos de que:

a) o governo não administra com rigor, mas pode fazê-lo;
b) essa atitude pode controlar os gastos públicos com as empreiteiras (que habitualmente são difíceis de controlar).

QUESTÃO 7

O diálogo que segue foi extraído de uma tira do humorista Luís Fernando Veríssimo intitulada *AS COBRAS:*

– Flecha, você é machista?

– Para mim não existe qualquer diferença entre os sexos, Shirley. Que pergunta! Aliás, típica.(Apud Unicamp – 93)

Como se vê, nesse texto, Flecha nega um preconceito no plano explícito, mas o afirma no plano implícito.

Usando um marcador de pressuposição similar ao do texto, redija um diálogo em que um dos interlocutores:

a) manifeste uma opinião explícita;
b) deixe implícita a opinião contrária.

QUESTÃO 8

Suponha que você vá redigir uma lei isentando as igrejas e instituições religiosas do pagamento de impostos.

Na oração principal deve constar a afirmação de que *As igrejas e instituições religiosas estão isentas de pagar imposto.*

Entre as expressões *instituições religiosas* e *estão isentas,* encaixe, por meio de uma oração subordinada adjetiva, a seguinte expansão:

Elas se dedicam à assistência dos segmentos sociais menos favorecidos e à sua promoção.

a) Qual seria a redação do texto se quiséssemos dar vantagens para as igrejas e instituições religiosas?
b) E para dar vantagens ao fisco?

QUESTÃO 9

A partir de agora, só as pessoas que conseguirem autorização do governo poderão ter máquina de escrever em casa. Quem tiver passagem pela polícia não está autorizado a ter porte de máquina. Quanto aos contemplados, serão devidamente registrados.

No fragmento acima, há dois subentendidos instaurados pelo redator da notícia:

a) que máquina de escrever, no regime considerado, é similar a uma arma de fogo;
b) que mesmo os portadores autorizados não estão livres de suspeita.

Redija um fragmento similar, instaurando o subentendido de que o governo a que se refere a notícia:

a) está fragilizado;
b) sente-se ameaçado por escritores como se portassem armas de fogo.

QUESTÃO 10

O Ministério da Fazenda descobriu uma nova esperteza no Instituto de Resseguros do Brasil. O instituto alardeou um lucro no primeiro semestre de 3,1 bilhões de cruzeiros, que esconde na verdade um prejuízo de dois bi. Brasil, Cuba e Costa Rica são os três únicos países cujas empresas de resseguros são estatais. (*Veja*, 1/9/93, p. 31)

Como se vê, além de vários pressupostos, o texto deixa subentendido por um processo de comparação de três países – que:

a) empresa de resseguros na mão do Estado não é uma solução recomendável;

b) que o Brasil, no que se refere a empresas de resseguros, é um país dos mais atrasados do mundo.

Usando do mesmo processo de comparação, redija um texto que deixe entrever o subentendido de que a animosidade contra as empresas estatais, muitas vezes, é fruto de preconceito e de desinformação.

Lição 15

Progressão textual

Exercícios

QUESTÃO 1

Muitas vezes, a falta de coesão textual acaba redundando na falta de progressão, já que o produto resultante é um mero aglomerado de frases que não possui unidade temática. As frases não fluem, o sentido global não se constrói. Tem-se a impressão de camadas que poderiam ocupar qualquer lugar no conjunto.

O trecho que segue está claramente comprometido por falta de coesão e de progressão textual. Nele se encaixam várias frases, todas elas bem redigidas, mas, no seu conjunto, não chegam a constituir um texto. Todas as passagens falam da educação, mas não é possível, a partir da sua leitura, determinar um tema que lhes dê unidade. Há, entre elas, até mesmo contradições comprometedoras: umas supervalorizam o papel da educação, outras a consideram como desnecessária e até mesmo como inimiga da sabedoria.

Leia com atenção o que vem a seguir:

> O mundo, na hora presente, encontra-se numa encruzilhada entre a educação e a catástrofe. De todos os métodos já experimentados em educação, o melhor consiste em dar a cada criança uma boa mãe. A educação deve levar o homem a fazer o que precisa ser feito, por sua espontânea vontade. A grande falha dos educadores é nunca se lembrarem de que eles já foram crianças. A educação não tem conseguido até hoje bons resultados, já que, quando criança, os homens são tão inteligentes e amáveis; quando adultos, no geral, são tolos e grosseiros. A educação é inimiga da sabedoria porque nos obriga a aprender muitas coisas completamente desnecessárias para quem quer ser sábio.

Há, no entanto, dentro desse trecho idéias que se compatibilizam e podem ser ordenadas dentro dos princípios da progressão textual. Mesmo as que se incompatibilizam podem ser encaixadas de modo tal, que fique preservada a unidade temática: basta, para isso, que o texto distinga com clareza os diferentes pontos de vista sob os quais se pode avaliar uma mesma questão.

Tente, pois, construir um texto onde essas opiniões sobre a educação se encaixem sem afetar a progressão textual. Evidentemente você pode acrescentar

suas opiniões e excluir do trecho dado aquelas que sejam incompatíveis com o ponto de vista que vai garantir a unidade temática.

QUESTÃO 2

O texto que segue foi extraído do prefácio do livro *Nova Técnica de Convencer,* de Vance Packard (5 ed. São Paulo, Ibrasa, 1980, p.5-6). Nele, o autor trata, com preocupação, de modernos recursos empregados por agências de publicidade para induzir consumidores a comprar produtos, movidos por impulsos da fantasia e por apelos incontrolados do inconsciente.

De propósito, foram enxertados neste trecho de Packard algumas passagens que, *dada a sua redundância,* prejudicam a progressão textual.

Leia com atenção o que vem a seguir e, excluindo as redundâncias, procure reconstituir o texto original.

> Um diretor de publicidade de Milwaukee, dirigindo-se a colegas, comentou o fato de as mulheres pagarem dois dólares e meio por um creme para a pele, mas não darem mais de vinte e cinco centavos por um sabonete. Elas pagam muito mais por um creme para a pele do que por um sabonete. Por quê? O sabonete, explicou ele, apenas promete deixá-las limpas. O creme promete torná-las belas. Segundo o diretor de publicidade, essas mulheres são atraídas pela promessa de beleza feita pelo creme enquanto que o sabonete só promete a limpeza do corpo. (Os sabonetes começaram agora a prometer também beleza, além de limpeza). Aliás, os sabonetes também passaram a fazer o mesmo apelo do creme de pele. Esse diretor de publicidade acrescentou: “As mulheres estão comprando uma promessa. “Prosseguindo disse: “Os fabricantes de cosméticos não estão vendendo lanolina, estão vendendo esperança... Não compramos mais laranjas, compramos vitalidade. Não compramos simplesmente um automóvel, compramos prestígio.” O pior é que, na opinião do referido diretor de publicidade, não só as mulheres compram promessa em vez de creme de pele, mas nós também compramos saúde em vez de laranja e prestígio em vez de automóvel.

QUESTÃO 3

O texto que segue constitui um bom exemplo de progressão textual:

Brilhantes e engraçados

Jornalistas às vezes são brilhantes, bem-informados, aplicados, interessados.
Outras são desleixados, mal-informados, desinteressados.
Quatro histórias da segunda parte:

1. Quando se dava o resultado do jogo do bicho pelo rádio, o repórter Alberto Brandão, da Rádio Globo, saiu anunciando:

"Na cabeça, elefante; no segundo prêmio, cobra; no terceiro... e no sétimo prêmio, o bicho do mar: jacaré".

2. Toda a redação do *Jornal do Brasil* estava diante do televisor vendo o histórico momento em que o homem pisava pela primeira vez na Lua. Todos, menos um: Remy Gorga, bom jornalista e bom tradutor, torcedor fanático do Colorado, estava sentado lá no fundo, alheio a tudo, atento ao radinho de pilha que, colado ao ouvido, transmitia o jogo do Internacional.

3. Marcus Vinicius, repórter da Rádio Globo, descrevendo um desastre de automóvel: "Depois do choque o carro saiu cambaleando."

4. Roberto Granja, jovem repórter, recém-chegado do Recife, começou no Rio fazendo plantão da madrugada. Fechado o jornal, o chefe de redação, antes de sair, pergunta a Granja, que fazia ronda:

– Alguma novidade?

– Não. Só um bonde que enguiçou com algumas pessoas dentro.

No elevador foi que o chefe se tocou: só podia ser o bondinho do Pão de Açúcar. Voltou, foi ver, era. Dez pessoas estavam dentro, penduradas por um fio "num bonde enguiçado" já havia duas horas. Um drama de primeira página. Apenas "um bonde que enguiçou." (LEMOS, Carlos. *Revista Imprensa*, n. 92, maio/95, p.72)

Como se vê, os quatro itens que se seguem ao primeiro parágrafo constituem uma ilustração das inferências contidas na seqüência dos adjetivos: *desleixados, mal-informados, desinteressados.*

Procure compor um texto, usando processo similar ao do trecho da Revista Imprensa, ilustrando o que afirmam os adjetivos em itálico na passagem que segue:

Não são raros os casos em que nossa imprensa, por precipitação, irresponsabilidade ou má-fé, publica notícias *infundadas, alarmantes, interesseiras*.

OBS.: Use só um item para cada adjetivo. Os casos podem ser relatados de memória ou até mesmo inventados. O importante é que se coloquem em progressão com o trecho citado.

QUESTÃO 4

A redundância é um dos fatores que compromete a progressão textual, mas pode ser usada – como de fato se dá em bons textos – a serviço de intenções retóricas, para a produção de efeitos de sentido. A diferença entre esses dois usos repousa no dado de que, como recurso retórico, a redundância é produto de um programa intencionalmente traçado para criar efeito de reforço da mensagem ou para estabelecer certa hierarquia entre as passagens do texto, ou para marcar certa divisão entre elas, etc; a redundância perturbadora é produto da inadvertência e não acrescenta nada de novo ao texto, não sendo possível perceber por trás delas nenhum esquema regular de organização.

As trovas populares, em que a métrica e a rima são fatores determinantes, fazem largo uso das repetições, extraindo delas coloridos efeitos. Eis um exemplo:

O tempo é senhor de tudo
Sem tempo nada se faz
Tempo dá e tempo tira,
Tempo leva e tempo traz.
(MOTA, Leonardo. *Adagiário Brasileiro.* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.344)

Ou ainda este, extraído da mesma fonte:

Com jeito se leva o mundo,
De tudo o jeito é capaz:
O caso é ajeitar-se o jeito
Como muita gente faz.

Procure construir um pequeno texto em prosa, repetindo como recurso expressivo a expressão *"O tempo é senhor de tudo";* se preferir, inspirando-se no célebre poema de Vinícius de Morais, construa um texto usando como refrão a expressão *"Porque hoje é sábado."*

QUESTÃO 5

Faz parte das regras do jogo da progressão textual o respeito às noções de pertinência e de funcionalidade. Isso quer dizer que não se inserem dados no texto que não sejam úteis ou funcionais para o enriquecimento do significado que se deseja construir ou dos resultados que se pretendem atingir. Um dado ou uma informação que não vão ser explorados posteriormente ou que não sirvam para confirmar o que se disse antes devem ser excluídos do texto.

A pertinência dos dados é sempre relativa às intenções que presidem a construção do texto. Suponhamos, por exemplo, uma passagem como esta:

> A Revista X atingiu a tiragem de 1.130.000 exemplares, está há mais de 20 anos no mercado e é lida sobretudo pelas classes A e B. Segundo fontes de pesquisa de opinião, trata-se da publicação mais confiável do país.

Tais dados são pertinentes para promover a venda de espaço da revista a anunciantes ou para convencer um articulista de renome a aceitar uma proposta de passar a escrever para ela. Entretanto, para persuadir uma escola de público infantil a assiná-la para a biblioteca das crianças, não tem a menor pertinência.

Levando em conta essas condições, observe com atenção os dados contidos no trecho que segue e desenvolva um texto dissertativo, explorando os desdobramentos para os quais esses dados são pertinentes.

> A República da Argentina, nosso vizinho de fronteira, com uma população de 33.070.000 habitantes, é o mercado mais promissor de todos os países da América Latina para a produção da indústria brasileira. Em 1990 importou US$ 4,1 bilhões em máquinas industriais, produtos químicos e minerais, tendo por parceiros comerciais os Estados Unidos, Brasil, Holanda, Alemanha e Repúblicas da CEI (Em 1992, as exportações do Brasil somaram US$ 36,1 bilhões). O atual presidente Carlos Saúl Menem tem-se empenhado vivamente para converter o país num destacado interlocutor internacional dos Estados Unidos. Em recente visita ao presidente Bill Clinton, tendo sido recebido como líder do hemisfério, ouviu deste a afirmação de que a Argentina é uma “candidata natural” a integrar-se ao NAFTA, o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos, México e Canadá, o que pressupõe um entendimento com seus parceiros do Mercosul: Brasil, Uruguai e Paraguai.

Lição 16

Dizer uma coisa para significar outra

Exercícios

Texto para as questões 1 e 2

Ponto de vista

Avolumam-se, com suspeito sincronismo, as denúncias na imprensa sobre a prática do nepotismo entre os políticos brasileiros. Como um dos atingidos pela nefasta campanha, que visa a denegrir a imagem do servidor público no Brasil, a mando de interesses inconfessáveis, me senti no dever de responder publicamente às insidiosas insinuações, na certeza de que assim fazendo estarei defendendo não apenas minha honra – apanágio maior de uma vida toda ela dedicada à causa pública e à tradição familiar que assimilei ainda no colo do meu saudoso pai, quando era prefeito nomeado da nossa querida Queijadinha do Norte e eu era o seu secretário particular, depois da escola – mas também a honra de toda uma classe tão injustamente vilipendiada , a não ser quando pertence a outro partido, porque aí é merecido. A imprensa brasileira, em vez de cumprir seu legítimo papel numa sociedade democrática, que é o de dar a previsão do tempo e o resultado da Loteria, insiste em perscrutar as ações dos políticos, como se estes fossem criminosos comuns, não qualificados, e em difamá-los com mentiras. Ou, em casos de extrema irresponsabilidade e crueldade, com verdades. Outro dia, depois de ler uma reportagem em que um órgão da nossa grande imprensa me fazia acusações especialmente levianas, virei-me para meu chefe de gabinete e comentei: “Querida, por que eles fazem isto comigo?”. Mas ela apenas resmungou alguma coisa, virou-se para o outro lado e continuou a dormir, obviamente perplexa. (VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Veja,* 12/4/89, p. 19)

Esse trecho corresponde à parte inicial de um artigo de página inteira em que Luís Fernando Veríssimo veste a máscara de um político brasileiro que se considera vítima de uma campanha de difamação e se põe em defesa da classe. Trata-se de um curioso artifício de construção textual em que o texto diz uma coisa para significar outra.

À primeira vista, o significado do texto parece ser uma veemente defesa que um político brasileiro faz da própria honra e da sua classe. No entanto a inserção de certas passagens no contexto não deixam dúvidas de que o sentido

global é exatamente o oposto de uma defesa da classe política. Na verdade é uma demolidora e bem-humorada ironia contra o tipo de político cujo discurso vem caricatamente simulado no texto. Só uma interpretação irônica é que pode justificar a inclusão de passagens como: *no colo do meu saudoso pai, quando era prefeito nomeado da nossa querida Queijadinha do Norte; uma classe tão injustamente vilipendiada, a não ser quando pertence a outro partido, porque aí é merecido; ou ainda virei-me para meu chefe de gabinete e comentei: Querida, porque eles fazem isto comigo?*

QUESTÃO 1

Acrescente um parágrafo ao trecho acima transcrito, no mesmo tom irônico, de modo que forme com ele um conjunto coerente.

QUESTÃO 2

Suponha agora que esse texto de Luís Fernando Veríssimo tenha a efetiva intenção de assumir com veemência a defesa dos políticos brasileiros contra as denúncias de prática no nepotismo orquestradas pela imprensa.

Que tipo de rearticulações ele deveria sofrer?

QUESTÃO 3

Leia o trecho que segue:

> Prezado amigo,
> Na última carta você me pedia notícias sobre a situação geral do nosso país. Lamento informá-lo de que as coisas aqui não vão nada bem. Persistem os velhos problemas nada contornáveis: grupos econômicos nada dispostos a abrir mão de seus interesses não muito patrióticos, as ações não pouco corrosivas da corrupção, as intervenções nada eficazes da classe política. Coexistindo com esse quadro e por causa dele, continuam as condições econômicas do povo num estado que não causa inveja a ninguém, e o bem-estar coletivo em patamares de que não temos motivo para nos orgulhar.

Esse fragmento simulado de uma carta, fazendo uso do recurso da lítotes, cria uma imagem pouco alvissareira do país.

Fazendo uso deste mesmo recurso, escreva um fragmento similar, criando uma imagem do país oposta à do trecho acima transcrito.

QUESTÃO 4

CAPÍTULO CXXV / EPITÁFIO

AQUI JAZ
DONA EULÁLIA DAMASCENA DE BRITO
MORTA
AOS DEZENOVE ANOS DE IDADE
ORAI POR ELA!

CAPÍTULO CXXVI / DESCONSOLAÇÃO

O epitáfio diz tudo. Vale mais do que se lhes narrasse a moléstia de Nhã-loló, a morte, o desespero da família, o enterro. Ficam sabendo que morreu; acrescentarei que foi por ocasião da primeira entrada da febre amarela. Não digo mais nada, a não ser que a acompanhei até o último jazigo, e me despedi triste, mas sem lágrimas. Concluí que talvez não a amasse deveras. ....Se não contei a morte, não conto igualmente a missa do sétimo dia. A tristeza de Damasceno era profunda; esse pobre homem parecia uma ruína. Quinze dias depois estive com ele; continuava inconsolável, e dizia que a dor grande com que Deus o castigara fora ainda aumentada com a que lhe infligiram os homens. Não me disse mais nada. Três semanas depois tornou ao assunto, e então confessou-me que, no meio do desastre irreparável, quisera ter a consolação da presença dos amigos. Doze pessoas apenas, e três quartas partes amigos do Cotrim, acompanharam à cova o cadáver de sua querida filha. E ele fizera expedir oitenta convites. Ponderei-lhe que as perdas eram tão gerais que bem se podia desculpar essa desatenção aparente. Damasceno abanava a cabeça de um modo incrédulo e triste.
– Qual! – gemia ele – desampararam-me. (ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas.* São Paulo, Abril Cultural, 1978, p.150-151)

No trecho acima, o narrador faz referência à morte inesperada daquela que ele pretendia por esposa (Nhã-loló ou Dona Eulália Damascena de Brito) e ao desconsolo do pai, agravado pelo fato de pouquíssimos amigos terem comparecido ao enterro.

O narrador fala de temas de que promete não falar, usando, pois, o recurso retórico da preterição.

Tal recurso cria um efeito curioso: ao fingir não tocar num assunto, cria a impressão de que ele se impõe com tal evidência, que, na verdade, nem precisaria ser mencionado. Com isso, a revelação daquilo que não precisaria ser relevado acaba dando destaque ao que, de fato, se põe em cena.

Proposta: Fazendo uso da preterição, cite mais algumas reações de possíveis membros da família que estavem entre as doze pessoas a acompanhar o enterro.

QUESTÃO 5

I

Rubião fitava a enseada – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Coteja o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora! Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele.

Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral! Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça...

II

Que abismo que há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoeiro, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que a mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha...

(ASSIS, Machado de. *Quincas Borba.* 11 ed. São Paulo, Ática, 1992, p. 13)

Como se nota, as duas reticências que ocorrem no texto marcam a interrupção do discurso imposta pela censura do espírito do ex-professor ao coração.

Proposta

Fazendo uso das reticências, continue o texto, construindo um diálogo em que a euforia do coração do ex-professor pela fortuna herdada é entrecortada

pela censura do espírito de Rubião, constrangido por estar-se alegrando com a morte alheia.

QUESTÃO 6

Num repente, relembrei estar em noite de lobisomem – era sexta-feira (...)

Já um estirão era andado quando, numa roça de mandioca, adveio aquele figurão de cachorro, uma peça de vinte palmos de pêlo e raiva (...)

Dei um pulo de cabrito e preparado estava para a guerra do lobisomem. Por descargo de consciência, do que nem carecia, chamei os santos de que sou devocioneiro:

– São Jorge, Santo Onofre, São José!

Em presença de tal apelação, mais brabento apareceu a peste. Ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais. Era trabalho de gelar qualquer cristão que não levasse o nome de Ponciano de Azeredo Furtado. Dos olhos do lobisomem pingava labareda, em risco de contaminar de fogo o verdal adjacente. Tanta chispa largava o penitente que um caçador de paca, estando em distância de bom respeito, cuidou que o mato estivesse ardendo. Já nessa altura eu tinha pegado a segurança de uma figueira e lá de cima, no galho mais firme, aguardava a deliberação do lobisomem. Garrucha engatilhada, só pedia que o assombrado desse franquia de tiro. Sabidão, cheio de voltas e negaças, deu ele de executar macaquice que nunca cuidei que um lobisomem pudesse fazer. Aquele par de brasas espiava aqui e lá na esperança de que pensasse ser uma súcia deles e não uma pessoa sozinha.

O que o galhofista queria é que eu, coronel de ânimo desenfreado, fosse para o barro denegrir a farda e deslustrar a patente. Sujeito especial em lobisomem como eu não ia cair em armadilha de pouco pau. No alto da figueira estava, no alto da figueira fiquei. (CARVALHO, José Cândido de. *O Coronel e o Lobisomem.* 8 ed. São Paulo, J. Olympio, s.d., p. 178-179)

Como se vê, o texto se estrutura a partir da alternância entre eufemismos e hipérboles. De um lado, o Coronel disfarça o seu medo do lobisomem com eufemismos: *dei um pulo de cabrito* (criando a impressão de esperteza e não de medo), *chamei os santos de que sou devocioneiro* (segundo ele, por descargo de consciência e não por medo), *tinha pegado a segurança de uma figueira* (alegando que era por por estratégia e não por medo); de outro lado exagera, por meio de hipérboles, a periculosidade do lobisomem: *uma peça de*

vinte palmos de pêlo e raiva; ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais; pingava labareda em risco de contaminar de fogo o verdal adjacente.

Proposta

Muitas vezes, certas condições nos impõem a necessidade de contrabalançar eufemismos e hipérboles. Fazendo uso desses dois recursos retóricos, elabore um pequeno discurso de homenagem à delegação de um país com que já nos relacionamos cordialmente e sem restrições no passado, mas, no presente, aquelas boas relações estão sendo abaladas por tensões e conflitos delicados. As boas relações do passado devem ser enfatizadas e os conflitos atuais devem ser atenuados, mas não podem deixar de ser citados.

Lição 17

Argumentação

Exercícios

QUESTÃO 1

O texto publicitário que segue tenta persuadir o telespectador a ver o canal MTV e o patrocinador a investir nele, baseado em vários tipos de argumento comandados por um principal, do qual os demais são manifestação e sintoma: sua grande quantidade de telespectadores (111 municípios na rede, 3ª emissora no público jovem). Além disso, trata-se de um telespectador ativo, participante (2.000 quilos em cartas recebidas, 5.563 ôis (sic) do Zeca Camargo). Os dados mostram ainda um longo tempo de exposição dos seus programas (11.712 horas no ar), com muita variedade (26.400 videoclips exibidos), que dá bom retorno aos patrocinadores (180 anunciantes).

Enfim, uma empresa de porte, que dá emprego para 201 funcionários. Tudo isso com apenas 2 anos de MTV. É um invejável resultado em muito pouco tempo.

Como se nota, trata-se de um jogo argumentativo baseado sobretudo no tópico da *quantidade*, para o qual aquilo que produz muitos resultados e agrada a muitos tem mais valor do que aquilo que produz pouco e que agrada a poucos. Além disso, a discriminação de dados e o uso de quantidades exatas criam um efeito de verdade. A indicação da fonte fornecedora da estatística (Datafolha), um organismo não vinculado à MTV, é outro recurso que reforça a impressão de verdade.

Explorando recursos argumentativos baseado no tópico da *quantidade*, faça um parágrafo dissertativo, procurando convencer o leitor de que um dos

graves problemas sócioeconômicos do Brasil é a imigração de regiões carentes para os grandes centros urbanos do Sul. Se necessário, pesquise dados em uma fonte credenciada.

QUESTÃO 2

A seguir vem um texto publicitário que, baseado nas diferenças individuais, propõe um produto identificado com elas. Individualidade e identidade são, pois, a base do jogo argumentativo do texto, explorando o tópico da *qualidade*.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS EM REVESTIMENTO CERÂMICO

Por natureza, você é diferente de qualquer outra pessoa. Ninguém tem seu código genético, sua impressão digital suas experiências de vida. Assim, suas preferências também são únicas. Por isso, a Portobello está decretando o fim da massificação na indústria cerâmica. As Soluções Personalizadas Portobello formam um conjunto de produtos e serviços que permitem a máxima individualização em cada projeto, interagindo diretamente com arquitetos, decoradores e consumidores. Os revendedores e Showrooms Portobello oferecem variedades de formatos, texturas e cores, combináveis entre si, permitindo um número ilimitado de soluções. São exclusividades Portobello combinadas com uma só fonte de inspiração: você.

Fazendo uso do argumento de *qualidade* redija um texto pequeno, persuadindo seus amigos de que a leitura de bons livros é mais útil do que ver televisão.

QUESTÃO 3

Como se sabe, o que existe, sobretudo aquilo que está arraigado a uma cultura, é mais persuasivo do que o seu contrário. Por isso é difícil produzir argumentos que convençam os indivíduos acostumados com o *existente* a agir contra ele.

O trecho que segue é o início de uma publicidade institucional financiada pelo Unicef e pela Fundação Odebrecht.

Leia-o com atenção:

Você acha normal
que uma criança carente
fracasse na escola?
Nós não.

Os altos índices de repetência escolar só não são mais perversos que o conformismo da nossa sociedade com esse absurdo. Um absurdo que está presente de modo significativo entre as classes sociais mais ricas e de modo esmagador entre as classes mais pobres.

A verdade é que o fracasso na escola passou a ser encarado de forma tão natural quanto a chuva, o sol, o calor e o frio. Tão natural que passou a fazer parte da nossa cultura.(*Veja*, 17/8/94, p. 52)

Após esses dois parágrafos iniciais, o texto procura apresentar argumentos para persuadir o povo a tomar providências contra esse estado de coisas.

Redija você um pequeno texto com essa mesma orientação argumentativa. Trata-se de um esforço argumentativo direcionado contra uma opinião consensual.

QUESTÃO 4

Leia com atenção o trecho que segue, extraído do texto dramático *Auto da Compadecida*.

CHICÓ – Mas padre, não vejo nada de mau em se benzer o bicho.

JOÃO GRILO – No dia em que chegou o motor novo do major Antônio Morais o senhor não benzeu?

PADRE – Motor é diferente, é uma coisa que todo mundo benze. Cachorro é que eu nunca ouvi falar.

CHICÓ – Eu acho cachorro uma coisa muito melhor do que motor.

PADRE – É, mas quem vai ficar engraçado sou eu, benzendo o cachorro. Benzer motor é mais fácil, todo mundo faz isso, mas benzer cachorro?

JOÃO GRILO – É, Chicó, o padre tem razão. Quem vai ficar engraçado é ele e uma coisa é benzer motor do major Antônio Morais e outra benzer o cachorro do major Antônio Morais.

PADRE – (mão em concha no ouvido) Como?

JOÃO GRILO – Eu disse que uma coisa era o motor e outra o cachorro do major Antônio Morais.

PADRE – E o dono do cachorro de quem vocês estão falando é Antônio Morais?

JOÃO GRILO – É. Eu não queria vir, com medo de que o senhor se zangasse, mas o major é rico e poderoso e eu trabalho na mina dele. Com medo de perder meu emprego, fui forçado a obedecer, mas disse a Chicó: o padre vai se zangar.

PADRE – (desfazendo-se em sorrisos) Zangar nada, João!
Quem é um ministro de Deus para ter direito de se zangar?
Falei por falar, mas também vocês não tinham dito de quem era o cachorro!

JOÃO GRILO – (cortante) Quer dizer que benze, não é?

PADRE – (a Chicó) Você o que é que acha?

CHICÓ – Eu não acho nada de mais.

PADRE – Nem eu. Não vejo mal nenhum em se abençoar as criaturas de Deus.

(SUASSUNA, Ariano. Teatro Moderno. *Auto da Compadecida*. 8 ed., Rio de Janeiro, Agir, INL, 1971, p.32-34)

O texto mostra um jogo argumentativo entre três personagens: de início, Chicó e João Grilo tentam persuadir o sacerdote a fugir do consenso e benzer um cachorro; o sacerdote, baseado no consenso, recusa-se a acatar seus argumentos.

Para se opor ao consenso é preciso um argumento mais forte: escolheram então o de autoridade (o cachorro era do major Antônio Morais).

O padre submete-se a ele.

Coloque-se agora no lugar do sacerdote e encontre uma saída honrosa para não se desviar do consenso (não cair em contradição) e não entrar em confronto ostensivo com o major Antônio Morais.

QUESTÃO 5

Os argumentos baseados em categorias genéricas são menos persuasivos do que os dados de realidade que os sustentam. Uma categoria abstrata só é eficaz em argumentação, quando os interlocutores compartilham os fenômenos que lhes dão fundamento.

O trecho que segue é uma boa demonstração de que a generalidade é um defeito que enfraquece o poder argumentativo do texto.

Afinal de contas, quem são eles?

Engulo o uísque e vou caminhando. Tenho um encontro com um empresário e um americano antropólogo que está com ele. Cinema, grana, outros papos. O burguês amigo meu fala sem parar nas tragédias da lucratividade nacional. Meu amigo fala muito "deles...deles...deles". Todo o mal do Brasil é culpa deles. O mundo e o país estão sendo destruídos por eles. Até que o americano não agüenta mais de curiosidade e pergunta: "*Who are they?*" (Quem são eles?) Meu amigo pára, travado. Quem são eles. Aí descubro o óbvio triunfal. Eles são os outros. São as forças ocultas que desculpam nossa omissão. Grande categoria descobri: eles. Todos nós falamos da desgraça nacional como se fosse feita por outros, seres impalpáveis que são responsáveis por tudo. Eles podem ser o governo, o operariado, os americanos, os jornalistas, até os judeus talvez... Todos, menos nós. (JABOR, Arnaldo. *Os canibais estão na sala de jantar.* 5 ed. São Paulo, Siciliano, 1993, p. 19)

Elabore um parágrafo, esclarecendo os possíveis atores a que a categoria *eles* se refere, procurando dar uma resposta mais persuasiva à pergunta feita pelo "americano".

QUESTÃO 6

Em época de campanha política, faz parte do jogo argumentativo um candidato desqualificar o discurso do seu concorrente.

É o que se dá nesta declaração de Lula contra Fernando Henrique Cardoso por ocasião da campanha eleitoral para a Presidência da República em 1994.

O que Fernando Henrique conhece do Brasil? Nada. Ele só sabe onde ficam os monumentos de Roma, as praças de Londres e os botequins de Paris. Não dá para conhecer o Brasil pelo mapa. (*Veja*, 4/1/95, p. 6)

Suponha que você seja o assessor de comunicação de Fernando Henrique. Redija uma resposta rápida à declaração de Lula, tentando neutralizar a intenção de seus argumentos.

QUESTÃO 7

Palavras de sentido aparentemente idêntico possuem matizes de significado que permitem seu uso para orientações argumentativas completamente diferentes e até opostas.

É o caso da oposição entre ***assassinasse*** e ***executasse*** no texto que vem a seguir, extraído da seção de cartas do leitor de *Veja*, 7.6.95.

Salman Rushdie

> Não está correta a afirmação de que foi oferecido prêmio de 3 milhões de dólares ao fiel que "assassinasse" Salman Rushdie. O correto é dizer que a recompensa foi prometida ao fiel que "executasse" a sentença proferida por quem tinha competência para tanto; no caso, um imã xiita. Como muçulmano xiita que sou, tenho direito – e competência – para discordar da sentença, pois concordo com Salman Rushdie quando afirma que quem se ofendeu provavelmente não leu *Os Versos Satânicos*. Eu os li e achei que o autor merecia, quando muito, uma reprimenda pública. Concordo também com Rushdie sobre a banalidade do fundamentalismo, contrário aos preceitos islâmicos de tolerância, justiça e liberdade (Amarelas, 17 de maio)

Suponha o que segue: foi você que usou, nas Páginas Amarelas de *Veja*, o verbo *assassinasse* em vez de *executasse*. Redija breve resposta ao leitor, comentando o uso de uma palavra em vez de outra.

QUESTÃO 8

Dada a complexidade de certos temas que são objeto de debate em determinado momento da História, não é de estranhar o fato de que existam bons argumentos favoráveis tanto a um ponto de vista quanto ao seu contrário.

Modernamente, o debate sobre questões ligadas à ecologia tem despertado polêmicas acaloradas e opiniões conflitantes, muitas delas baseados em argumentos respeitáveis.

Leia os três trechos que vêm a seguir:

I

> Nos países onde a ecologia se estruturou como movimento de opinião, três projetos, um reformista, um intermediário, outro revolucionário, se defrontam. As diferenças de ótica entre eles se enraízam para além (ou aquém) da política tradicional, em divergências quase metafísicas sobre a questão de nossas relações com o universo. Para o primeiro grupo, sem dúvida o mais banal por ser menos dogmático, menos doutrinário, parte-se da noção de que através da proteção ao meio ambiente é o homem que se trata de salvaguardar – quando preciso – até dele mesmo. O meio ambiente em si não tem valor intrínseco. Apenas, se for destruído, a própria existência ou pelo menos o bem-estar do homem podem ficar comprometidos. Trata-se por assim dizer de uma visão "humanista" da ecologia, antropocentrista, em que a natureza tem papel indireto – o centro é o homem. O meio ambiente é a nossa periferia, o que engloba, envolve o homem. A natureza não tem, por si só, nenhum valor absoluto.

II

A segunda via vai um passo além. Ela se fundamenta no princípio de que não se deve apenas militar em defesa dos direitos do homem. De maneira mais global, deve-se também visar à ampliação do bem-estar de tudo o que se encontra na Terra. Nessa linha de ação e raciocínio, atribui-se um valor pelo menos moral a certos seres não humanos e aspira-se a um bem-estar de todas as espécies. Daí nasceu o movimento da "libertação animal", segundo o qual todos os seres suscetíveis de sentir dor e prazer devem ser tratados igualmente. Homens e animais, portanto, passam pelo crivo das preocupações morais. O antropocentrismo já começa a ceder.

III

O terceiro grupo verbaliza a reivindicação de um "direito das árvores e das pedras", ou seja, da natureza como tal, inclusive sua forma vegetal e mineral. Os princípios dessa ecologia mais radical passam pela revisão do conceito de humanismo moderno: o "contrato social" dos pensadores políticos deve ser substituído por um novo "contrato natural", no qual o universo todo se torna uma figura de direito. Não se trata mais de considerar o homem como centro do mundo, e sim o cosmos, que, se necessário, deve ser protegido do próprio homem. O ecossistema – ou biosfera – passa a adquirir valor próprio, superior ao da espécie humana. A natureza, longe de ser apenas o palco de nossas atividades, deveria ser o objeto de um respeito estético, moral e jurídico. Sendo assim, é a civilização ocidental inteira que caberia incriminar. Entregue ao consumismo desenfreado, ela conduziria de forma inequívoca à devastação da Terra. (FERRY, Luc. Veja 25 anos, *Reflexões para o futuro,* 1993, p. 174-176)

Como se pode notar, os três fragmentos abordam a questão das relações do homem com o universo em que vive.

No primeiro, antropocentrista, o homem é concebido como valor máximo na natureza. Todos os demais seres só adquirem valor em função dele.

No segundo, antropocentrista moderado, o homem não é o único valor do universo em função do qual os outros seres adquirem importância. Reconhece-se, além do homem, valor intrínseco a outras espécies, que têm também direito ao bem-estar.

No terceiro, contrário ao antropocentrismo, o universo é todo concebido como uma figura de direito. O homem passa a ser função do universo e não o contrário.

Proposta

Redija um texto dissertativo manifestando com que ponto de vista você se identifica e expondo argumentos competentes para justificá-lo.

Lição 18

Resumo

Exercícios

PROPOSTAS DAS PROVAS DE 1996 A 2000

Para esta lição, que trata das características de um resumo e da melhor forma de fazê-lo, não há melhor exercício que tentar resumir os próprios textos propostos nos últimos concursos para Admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

A grande vantagem dessa escolha é que cada texto vem acompanhado de um exemplo de resumo, elaborado por um dos candidatos, acrescido da nota obtida.

Dentre os textos da coletânea proposta para a redação, um é selecionado para resumir, com especificação da extensão ideal em quantidade de palavras e do valor em pontos. Trata-se de uma forma de a banca dar a conhecer, ao menos implicitamente, seus critérios de avaliação desse tipo de prova.

Nesta lição (18) será transcrito apenas o texto da coletânea, destacado para ser resumido. Os demais componentes da coletânea, inclusive o que vem repetido aqui, estão transcritos nos exercícios da lição 11.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1996)

Texto nº 2 – Um sistema dual: os integrados e os marginalizados

Recorrendo de novo à terminologia de Dahl, seria possível dizer que há hoje no Brasil um "sistema dual", caracterização que também se aplica ao sistema político de vários países latino-americanos. Dahl usa a expressão para descrever diferentes sistemas de poder, tais como os que existiram em Atenas, na Grécia Antiga, e no sul dos Estados Unidos até a década de 1960. A peculiaridade do "sistema dual" é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos de terror. Evidentemente, tais "sistemas" duais diferem muito entre si: um exemplo extremo é o atual regime da África do Sul; outro, mais ameno, é o do período de Giolitti na Itália.

A atual ordem política brasileira pode ser comparada ao passado sistema italiano, especialmente no que se refere à extraordinária diferenciação *regional* de poder, existente nos dois casos. Também seria interessante comparar a sociedade brasileira à do Sul dos Estados Unidos no período anterior à década de 1960, dado o papel da escravidão na história de ambas. No entanto, o caso italiano é mais próximo, no sentido em que a dualidade do sistema baseia-se em critérios mais sociais do que raciais. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães no discurso citado, a miséria é uma forma de discriminação e "não há pior discriminação do que a miséria".

Em que consiste esse "sistema dual brasileiro"? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupos social e economicamente dominantes, assim como para outros segmentos organizados da sociedade – há um regime político competitivo. Talvez seja avançar muito supor que existe uma "poliarquia" para esses grupos, mas já estamos a caminho disso. Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política – em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como "clientes", na acepção romana do termo. E, quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.

Talvez seja mais exato dizer que também eles estão dentro, só que à margem. Aqui impõe-se uma distinção muito complexa entre cidadãos e eleitores. Segundo Ulysses Guimarães, "em um país com 30.401.000 de analfabetos (...) é preciso não esquecer que a cidadania começa com a alfabetização". Esta observação nos remete ao problema inicial da distância entre as instituições que garantem a liberdade (política) e o que diz respeito à defesa da justiça social. Não é que as eleições não tenham relevância nas decisões tomadas nos "sistemas duais". A questão é que deles participam segmentos da população que têm pouca, ou mesmo nenhuma, possibilidade de exercer qualquer influência autônoma. A clássica frase eleitoral – "a cada homem um voto" – pressupõe a autonomia do indivíduo para expressar sua opinião. Todavia, no Brasil, como observou o cientista político Fábio Wanderley, somente 7,5 milhões de pessoas pagam impostos, enquanto 75 milhões estão habilitados a votar. Isto significa que a cidadania eleitoral "antecipou" de certo modo a cidadania política no sentido mais amplo. Para

dizer de outro modo: existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe.

Aqui começamos a nos distanciar do caso norte-americano, onde, a despeito da desigualdade entre ricos e pobres, e pondo à parte a questão racial, sempre houve, pelo menos desde a época de Tocqueville, uma forte tendência à "igualdade de condições" no sentido de efetiva igualdade dos cidadãos perante a lei. Isto de forma alguma é uma mera formalidade legal, mas representa a capacidade política, cultural e social de cada cidadão para exercer os direitos garantidos pelo sistema institucional. Em uma sociedade democrática, os indivíduos pertencem a diferentes classes, o que ocasiona desigualdades sociais, mas não existem cidadãos de segunda classe, pelo menos não na magnitude registrada no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos). Evidentemente, encontra-se situação semelhante em várias das grandes cidades dos Estados Unidos que receberam um grande número de migrantes negros sulinos nos últimos quarenta anos. Também nessas cidades os pobres constituem a grande maioria da cidadania e do eleitorado. No entanto, não é esta a situação geral do país nem de nenhuma de suas regiões. (Francisco Weffort. *Qual Democracia?)*

Elabore um resumo do Texto nº 2, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO

Maurício Fernando Dias Fávero (37/40)

No excerto "Um sistema dual: os integrados e os marginalizados", da obra Qual Democracia?, Francisco Weffort descreve o sistema político brasileiro como "sistema dual", salientando as condições sociais que determinam a marginalização política de parcela significativa da população do país.

À luz da terminologia de Dahl, Weffort aponta a existência, no Brasil, de sistema político dual. Esse sistema caracteriza-se, por um lado, como regime efetivo de participação política para os indivíduos socialmente integrados e, por outro, como regime de exclusão e de coerção para as pessoas marginalizadas.

Weffort sublinha que a marginalização político-social radica-se sobretudo, em causas sociais. Tais causas, na opinião do autor, originam-se da diferenciação regional de poder e de herança escravocrata do Brasil.

A situação de marginalização em apreço propicia a manipulação eleitoral da população pobre e desinformada, cuja situação – lembra o autor – é determinada pelas condições de empobrecimento social, político e cultural em que se encontra.

Em seguida, Weffort adverte que a educação constitui fator responsável pela distinção entre cidadão e eleitor. A cidadania eleitoral, assevera o autor, não garante cidadania política, que, por seu turno, é mais abrangente e exercida de modo autônomo. Ao contrário dos Estados Unidos, assinala Weffort, o Brasil não oferece igualdade de oportunidades à maioria da população, relegando expressivo número de brasileiros, à semelhança da maioria dos latino-americanos, ao exercício de cidadania de segunda classe: socialmente dependente e politicamente manipulável.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1997)

Texto nº 3 – Português do Brasil
versus português de Portugal: as querelas

(...) Vamos ler algumas opiniões sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas. Tais especulações são, em geral, carregadas de nacionalismo exacerbado, para um ou para outro lado. Iniciemos pela de Câmara Júnior:

"Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra, apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...)

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialetação, que ainda está por se estudar cabalmente".

A posição de Câmara Junior, poderíamos dizer, é objetiva e neutra: nela está presente a preocupação científica do lingüista que preconiza, fundamentalmente, a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos. Tal não é a neutralidade científica encontrada em Ribeiro (1933). Nessas breves passagens do texto de Ribeiro, *A língua nacional*, fica clara a posição apaixonada que o autor assume em relação à unidade brasílica do português americano. Vejamos:

"Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. (...)

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidade artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita".

Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português. Se é veemente e exacerbada a glorificação da língua brasileira nacional defendida por Ribeiro, não menos veemente e exacerbado é o depoimento de José Pedro Machado em O *português do Brasil*.

Este texto que ora leremos foi escrito como uma resposta indignada a um pronunciamento do poeta Cassiano Ricardo, lido a 30 de janeiro de 1941, frente à Academia Brasileira de Letras, intitulado "A Academia e a língua brasileiras', partes do qual aparecem transcritas no livro de Machado e que retomaremos para melhor explicitar a posição "lusitana" do último. Em primeiro lugar, pois, as palavras de Cassiano Ricardo:

"A glória de Portugal nada tem que ver com a língua falada pelo povo brasileiro. Muito ao contrário, é na língua falada pelo brasileiro que melhor havemos de celebrar a glória de Portugal.

Se os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer, com absoluta lealdade, que falamos um dialecto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular, não poderemos nós ser mais realistas do que o rei, ou, no caso, do que os reis da lingüística portuguesa. (...)

Glorifiquemos, assim, as duas línguas e não somente a portuguesa, criando direitos e obrigações recíprocas.

Não é possível anular o fenômeno lingüística no Brasil; muito menos transigir num assunto que tanto interessa à formação nacional". E, em seguida, o depoimento de Machado:

"Não foi pequeno o eco do discurso do Sr. Cassiano Ricardo. Os jornais publicaram-no integralmente e até o *Estado de São Paulo* procedeu a um inquérito entre alguns publicistas e intelectuais brasileiros.

Como tem sucedido várias vezes, também aqui as opiniões se dividiram: para um lado os defensores do *idioma brasileiro*, para o outro os seus adversários.

Infelizmente não se lembraram de tomar aquela atitude que, afinal, parece tão evidente, tão lógica, que muito surpreende não ter sido a adaptada: em vez de se ouvirem pessoas, com certeza distintas nas suas especialidades, mas pouco versadas nesta, por que não se pediu a opinião dos filólogos? (...)

O facto de não considerar *língua brasileira*, mas dialectos brasileiros, não quer dizer que eu ponha em dúvida a justiça da independência brasileira (o que seria estupidamente absurdo), nem tão-pouco ofender os brios patrióticos dos nossos irmãos de além-Atlântico.

Devemos, no entanto, afastar todos os sentimentos para alcançar um objecto que, sem essa medida prévia, aparecerá diante dos nossos olhos rodeado de espessas névoas ou deturpado. (...)

Eu sou da opinião de Sílvio Elia: 'A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional' ".

O texto de Machado fala por si mesmo. O posicionamento que o autor assume em tomo de uma política lusitana da língua portuguesa ecoa em cada passagem, embora ele procure enfatizar o poder decisório dos filólogos que poria fim a discursos, como o proferido pelo poeta. E é justamente em um breve comentário sobre Cassiano Ricardo, em nota de rodapé,...., que Machado mais fortemente revela seu descaso pelos que apregoam a existência de uma língua brasileira nacional individuada. Assim se expressa o autor nessa nota de pé-de-página:

"Lembro que o nome do ilustre acadêmico não é, nem pode ser, desconhecido. Trata-se de um poeta, cuja glória foi coroada com aquele admirável *Martim Cererê,* dedicado ao Brasil-menino. Nessas páginas, ao lado da simplicidade tão bela, aparece-nos um português razoável.

Por isso, ocorre perguntar: *Por que não emprega o delicado poeta nas suas obras uma língua absolutamente diferente da minha?*

Além de justificar a existência do 'dialecto dignificado', tornava-se coerente com o teor do discurso feito na Academia Brasileira". (Ênfase acrescida pelo autor.)

Temos, pois,... quatro diferentes posições sobre a questão da língua nacional." (F. T. *Tempos Lingüísticos:itinerário histórico da língua portuguesa)*

Elabore o resumo do Texto nº 3, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO

Maximiliano Barbosa Fraga (40/40)

No texto "Português do Brasil VERSUS português de Portugal: as querelas", da obra Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa, F.T. faz um relato das opiniões de quatro escritores sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas.

F.T. considera a opinião de Câmara Júnior objetiva e neutra. Câmara Júnior – lembra o autor – explica as diferenças de língua padrão entre Brasil e Portugal com base na evolução natural da língua em territórios geográficos distintos e separados. Câmara Júnior, cita F.T., destaca que o português popular e dialetal do Brasil, por seu turno, pode ter sofrido a ação de substratos indígenas e africanos na estrutura fonológica e gramatical.

Em seguida, F.T. destaca o caráter apaixonado do posicionamento de João Ribeiro. Este, conforme F., assevera as diferenças regionais existentes entre Brasil e Portugal e a necessidade de haver estilo e método diversos entre a língua dos dois países. Ribeiro, aponta F.T., defende uma língua brasileira nacional como característica de independência do povo brasileiro.

F.T. assinala as discrepâncias de opinião existentes entre José Pedro Machado e Cassiano Ricardo. Cassiano – aponta F.T. – salienta a existência de duas línguas, citando o fato de que os próprios portugueses consideram que os brasileiros falam um dialeto do português peninsular. Machado – menciona F. T. – defende consulta aos filólogos sobre o tema e posiciona-se contra a existência de língua brasileira nacional individuada, assinalando que a língua usada por Cassiano Ricardo não é absolutamente diferente daquela por ele empregada.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1998)

Texto nº 1 – Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarreiram os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estilo franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígine. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *dgis* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caitaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiaras; retalharam-na a pontaços de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente sesmados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecessem, em grandes tratos, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraiu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juizes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais da terra sem lhes restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhe as paragens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terrenos

desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-se pelo planalto, vai encontrando atmosfera mais quente do que dantes, cujo efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna contrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira do bochorno inaturável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantoness of power,* com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as. (Euclides da Cunha. O *Estado de São Paulo,* 21/10/1901)

1) Elabore um resumo do Texto nº 1, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO (concurso de 1998)

Luiz Claudio Themudo (38/40)

No artigo intitulado "Fazedores de desertos ", que foi publicado na edição de 21/10/1901 do jornal O Estado de São Paulo*, o escritor Euclides da Cunha crítica a forma nefasta e inconseqüente de o Homem agir, ao tratar do próprio ambiente em que vive.*

De início, o articulista aponta o fogo, e seu uso sistemático na agricultura do aborígene, como o primeiro elemento responsável pela esterilidade da terra. O quadro é agravado quando o colonizador, em conjunto com o sertanista, parte em busca de ouro e índios. O autor salienta que, após os períodos das bandeiras e da exploração mineral, os resultados foram o desmatamento florestal e a dilapidação de áreas extensas.

Em seguida, o escritor afirma que os regimes pastoris, em prática no Norte do Brasil, muito contribuíram para a ocorrência de secas e para o processo de desertificação dos solos. Ressalta, ainda, Cunha os malefícios advindos da introdução das queimadas que, embora transitórias, alteram de forma significativa o processo de resfriamento natural dos solos.

Euclides da Cunha conclui, então, que fenômenos como mudanças climáticas, seja a alteração da temperatura, a mudança do curso regular dos ventos ou a diminuição da umidade relativa, são conseqüências naturais das diversas práticas que, apesar de bárbaras, são persistentemente adotadas pelo Homem com vistas a controlar a natureza.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1999)

Texto 3 – Cegueira brasileira
O politicamente correto não ridiculariza os EUA,
como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado,

freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, o exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ler-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em “os americanos”, não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em “os americanos”, desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é

um “ato falho” que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada “ditadura do politicamente correto”. Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem “os americanos”.

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, “os americanos” já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor, uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial? (Barbara Musimeci Soares. *Folha de S. Paulo,* 13 de dezembro de 1998)

Elabore um resumo do Texto nº 3, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO

Daniel Roberto Pinto (35/40)

No artigo "Cegueira Brasileira" (SP, 13/12/1998), Bárbara Musimeci Soares disseca a crítica brasileira ao fenômeno norte-americano do "politicamente correto". Seu objetivo: combater o hábito, arraigado nos meios intelectuais e jornalísticos brasileiros, de fazer generalizações falsamente argutas (e nada originais) sobre uma sociedade tão complexa e dinâmica como a norte-americana. Segundo esta visão brasileira, os EUA padeceriam sob leis que limitam a liberdade individual e sufocam a espontaneidade e o senso de humor nas relações sociais.

Bárbara Soares acusa esta visão de confundir os abusos de um sistema com o próprio sistema, e a tacha de provinciana: estamos atentos aos problemas alheios, sem percebei, que são conseqüência de tentativas de solucionar dificuldades graves e que continuam a nos afligir no Brasil, tais como a discriminação, a violência e a desigualdade.

É de se lamentar, ainda, que os inegáveis progressos na luta pelos direitos civis, como a reação das mulheres à violência sexual e a ascensão social dos negros, não sejam levados na devida conta, encobertos que são por alguns casos pitorescos. Estes, aliás, são ridicularizados e condenados também nos EUA, onde os abusos e absurdos do processo são alvo de debates permanentes, resultando em um mecanismo dinâmico de progresso social.

Já no Brasil, estaríamos insistindo em achar que nossa acomodação e resistência à mudança nada mais é que a espontaneidade de uma sociedade onde os *desiguais convivem de maneira "criativa" E assim, a autora parece concluir", permanecerão desiguais "ad infinitum".*

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 2000)

Texto nº 1 – Pesquisa Variacionista e Ensino:
Discutindo o Preconceito Lingüístico

Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do ensino de língua portuguesa" passa pela questão do preconceito lingüística. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por

homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com freqüência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas, as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhado o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão, do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não estão simplesmente “nocauteando a concordância”, “tropeçando” ou cometendo “gafes”, mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com, as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que

refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer ele "estudar português", dando vez à pluralidade de normas (...).

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas.

Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)

Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o estado das coisas, ou seja, até "realizar atos". Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo. (Maria Marta Pereira Scherre. *Pesquisa & Ensino da Língua:Contribuições da Sociolingüística.* UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro. 1996)

EXEMPLO DE RESUMO

Márcia Nazaré Souza Chaves (38/40)

Maria Marta Pereira Scherre, no texto "Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito lingüístico" (Pesquisa e Ensino da Língua: contribuições sociolingüística, UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro. 1996), faz uma

reflexão acerca do que entende como "preconceito lingüístico": a imposição, nas escolas, da chamada norma culta como forma de manutenção do "status quo" um dos mais aviltantes meios de preconceito social, vez que expressões lingüísticas consideradas inaceitáveis – e quem as produz – são relegadas a uma casta inferior.

Essa imposição é feita de maneira sutil no intuito de esconder sua ferocidade: a "boa língua" vai sendo instalada lenta, mas constantemente, sufocando "desvios" até que dois blocos sejam compostos: o primeiro, formado por aqueles que apreenderam as minúcias da regra, usando-as a seu favor; o segundo, pelos que não se enquadraram, cujo destino é servir ao primeiro.

Segundo a visão sociolingüísta, está-se perdendo a perspectiva da finalidade da língua, a comunicação, em primazia da forma como essa comunicação é feita, como se fazer a concordância fosse mais importante do que saber com o que se está concordando.

A autora conclui não pelo fim das regras, mas que elas sejam feitas considerando-se a riqueza, a pluralidade dos falares, tornando o seu estudo interessante justamente por refletir essa gama de variações lingüísticas. De outra forma, a língua nada mais será senão um instrumento (letal) de dominação, deixando a comunicação num plano insignificante.

Título	Manual do Candidato – Português
Autores	Francisco Platão Savioli e José Luiz Fiorin
Coordenação Editorial	Ednete Lessa
Editoração Eletrônica	Samuel Tabosa de Castro
Capa	Ingrid Rocha Comunicações
Revisão de Texto	Jeanne Sawaya
Formato	21 x 29,7 cm
Mancha Gráfica	12,5 x 25,9 cm
Tipologia	Times New Roman 12/17,8, textos
	Univers bold, 12, 14, aberturas
Papel	Cartão Supremo 250 gm² (capa)
	Ap 75 gm² (miolo)
Número de Páginas	376
Tiragem	1.500 exemplares
Impressão e Acabamento	PAX Editora & Gráfica